



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2791

Quarta-feira - 03 de Abril de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agronômica	3	Curitibanos	481	Lontras	763
Água Doce	5	Descanso	484	Luiz Alves	765
Águas de Chapecó	6	Doutor Pedrinho	489	Luzerna	768
Alfredo Wagner	8	Ermo	493	Macieira	771
Alto Bela Vista	9	Formosa do Sul	494	Mafrá	776
Anchieta	10	Forquilha	495	Maracajá	777
Angelina	11	Fraiburgo	504	Maravilha	778
Anitápolis	13	Frei Rogério	507	Marema	802
Antônio Carlos	22	Galvão	510	Massaranduba	830
Apiuna	26	Garopaba	511	Matos Costa	832
Arabutã	62	Garuva	513	Meleiro	837
Arroio Trinta	65	Gaspar	524	Modelo	840
Ascurra	115	Governador Celso Ramos	533	Mondaí	847
Balneário Arroio do Silva	117	Grão Pará	537	Monte Carlo	850
Balneário Piçarras	130	Gravatal	577	Morro da Fumaça	853
Balneário Rincão	172	Guaramirim	578	Morro Grande	855
Barra Bonita	175	Guarujá do Sul	584	Navegantes	856
Barra Velha	178	Guatambú	586	Nova Erechim	857
Bela Vista do Toldo	188	Herval d'Oeste	588	Nova Itaberaba	862
Belmonte	204	Ibiam	591	Nova Trento	865
Benedito Novo	205	Ibirama	593	Nova Veneza	877
Biguaçu	209	Ilhota	594	Novo Horizonte	880
Blumenau	212	Imarui	598	Orleans	882
Bom Jardim da Serra	248	Imbituba	600	Otacílio Costa	885
Bom Jesus	258	Indaial	602	Ouro Verde	886
Bom Jesus do Oeste	277	Iomerê	610	Paial	888
Bom Retiro	280	Ipira	612	Palhoça	890
Botuvera	281	Iporã do Oeste	617	Palmeira	939
Braço do Trombudo	284	Ipuacú	619	Papanduva	940
Brusque	304	Ipumirim	621	Paraíso	943
Caçador	344	Iraceminha	628	Passo de Torres	944
Caibi	357	Irani	631	Passos Maia	948
Camboriú	360	Iratí	632	Paulo Lopes	951
Campo Alegre	363	Irineópolis	633	Penha	952
Campos Novos	387	Itá	634	Peritiba	1037
Canoinhas	388	Itaiópolis	637	Pescaria Brava	1038
Capão Alto	390	Itapema	638	Petrolândia	1039
Capinzal	406	Itapiranga	641	Pinhalzinho	1040
Catanduvas	416	Itapoá	645	Pinheiro Preto	1041
Caxambu do Sul	417	Ituporanga	662	Piratuba	1042
Chapadão do Lageado	433	Jaborá	663	Pomerode	1051
Chapecó	435	Jaraguá do Sul	665	Ponte Alta do Norte	1067
Cocal do Sul	437	Joaçaba	681	Ponte Serrada	1069
Concórdia	444	Laguna	733	Porto Belo	1075
Cordilheira Alta	470	Lajeado Grande	734	Porto União	1080
Coronel Freitas	473	Lauro Muller	735	Pouso Redondo	1084
Correia Pinto	475	Lebon Regis	753	Praia Grande	1085
Corupá	477	Leoberto Leal	756	Presidente Castello Branco	1086
Cunhataí	480	Lindóia do Sul	759	Presidente Getúlio	1088

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2791

Quarta-feira - 03 de Abril de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Presidente Nereu.....	1094	São Carlos.....	1319	Tijucas.....	1492
Princesa.....	1158	São Cristóvão do Sul.....	1325	Timbé do Sul.....	1494
Quilombo.....	1167	São Domingos.....	1326	Timbó.....	1508
Rancho Queimado.....	1168	São Francisco do Sul.....	1327	Três Barras.....	1513
Rio das Antas.....	1170	São João Batista.....	1338	Treze Tilias.....	1528
Rio do Campo.....	1175	São João do Sul.....	1363	Trombudo Central.....	1529
Rio do Oeste.....	1177	São Joaquim.....	1365	Tunápolis.....	1534
Rio do Sul.....	1184	São José.....	1382	União do Oeste.....	1555
Rio Fortuna.....	1195	São José do Cedro.....	1423	Urubici.....	1556
Rio Negrinho.....	1204	São Lourenço do Oeste.....	1436	Urussanga.....	1561
Romelândia.....	1205	São Miguel da Boa Vista.....	1454	Vargeão.....	1563
Salto Veloso.....	1209	São Miguel do Oeste.....	1455	Vargem.....	1564
Santa Cecília.....	1210	São Pedro de Alcântara.....	1457	Vargem Bonita.....	1566
Santa Helena.....	1212	Saudades.....	1459	Vidal Ramos.....	1567
Santa Rosa de Lima.....	1213	Schroeder.....	1460	Videira.....	1569
Santa Rosa do Sul.....	1214	Seara.....	1468	Vitor Meireles.....	1573
Santa Terezinha do Progresso.....	1230	Siderópolis.....	1473	Witmarsum.....	1583
Santiago do Sul.....	1249	Sombrio.....	1476	Xanxerê.....	1584
Santo Amaro da Imperatriz.....	1251	Sul Brasil.....	1477	Xavantina.....	1587
São Bento do Sul.....	1272	Tangará.....	1482	Xaxim.....	1590
São Bernardino.....	1282	Tigrinhos.....	1490	Zortéa.....	1593

Consórcios

CIGA.....	1595
CIMCATARINA.....	1596
CIMVI.....	1596
CIS/AMUREL.....	1599
CISAM.....	1600
CODEPLAN.....	1601
CICCS.....	1603



Agrônômica

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO 04/2019 FMS

Publicação Nº 1970562

Fundo Municipal de Saúde de Agrônômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2019

PREGAO PRESENCIAL Nº PR04/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE RAIOS X ODONTOLÓGICO, MODELO COLUNA MÓVEL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 15/04/2019 às 08:30h.

Local: Setor de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Agrônômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br ou pelo site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542-0326 ou (47) 3542-0166

Agrônômica-Santa Catarina, 3 de abril de 2019.

OSMAR FREDERICO KORB

Diretor do Departamento de Saúde

Nº 28/2019

Publicação Nº 1969608

DECRETO 028 /2019 DE 03 DE ABRIL DE 2019.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO A REALIZAR A CESSÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA A EMPRESA ADEMAR ALVES DA MAIA – CNPJ 30.062.877/0001-78”

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando que cabe a administração municipal editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal fulcro princípios Constitucionais da legalidade impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração,

Considerando dispositivos contidos na Lei do Município de Agrônômica n. 972/2013 e dá outras providências,

Considerando os documentos que acompanham o processo em questão,

Considerando o requerimento apresentado pela empresa Ademar Alves da Maia (CNPJ 30.062.877/0001-78) no qual solicita “a liberação de sala situado na Escola do Morro do Reuter, localizado na Rua Pioneiro Gustavo Bork, no bairro Mosquito, Agrônômica/SC”,

Considerando o parecer favorável na Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE),

Considerando o parecer favorável do assessor Jurídico,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Agrônômica (CNPJ n. 83.102.590/0001-90) a realizar a cessão do imóvel de sua propriedade situado na Rua Pioneiro Gustavo Bork, sem número, bairro Mosquito, Agrônômica, onde funcionava uma escola municipal daquela localidade, para a empresa Ademar Alves da Maia (CNPJ n. 30.062.877/0001-78), pelo prazo de 04 (quatro) anos contados da data de assinatura no contrato administrativo.

Parágrafo único. As obrigações e direitos são aquelas contidas no contrato em anexo, integrando o mesmo este decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

AGRÔNOMICA/SC, 03 DE ABRIL DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO Diretor de Administração e Finanças

TERMO DE CESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO ATRAVÉS DA LEI MUNICIPAL 972/2013.

Por este instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado a MUNICÍPIO DE AGRÔNOMICA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita com o CNPJ n. 83.102.590/0001-90, e com sede administrativa na Rua 7 de Setembro, n. 215, centro, Agrônômica/SC neste ato representada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e de outro lado, ADEMAR ALVES DA MAIA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Estrada Geral, n. 318, localidade de Ribeirão Alegre, Agrônômica/SC, inscrito com o CNPJ 30.062.877/0001-78, tem entre si justo e avençado o seguinte contrato administrativo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Através do Decreto nº 028, de 03 de Abril de 2019, o Município de Agrônômica conferiu à empresa ADEMAR ALVES DA MAIA (CNPJ 30.062.877/0001-78), a cessão de uso de um espaço público denominado Rua Pioneiro Gustavo Bork, sem número, bairro Mosquito, Agrônômica, onde funcionava uma escola municipal daquela localidade, para fins únicos e exclusivos do qual foi requisitado, qual

seja, instalação de uma fábrica de móveis de madeira.

CLÁUSULA SEGUNDA: A permissão ora ajustada vigorará de 03/04/2019 à 02/04/2023, quando a Empresa deverá desocupar a área independente de aviso ou notificação, devendo levar consigo apenas suas máquinas, equipamentos e matéria prima bem como material acabado, devolvendo o imóvel em pleno estado de conservação nos termos informados no processo que embasa o presente.

Parágrafo único. A permissão poderá ser prorrogada mediante requerimento e justificativa apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do término da cessão, cabendo ao Chefe do Poder Executivo Municipal decidir sobre o pedido de prorrogação.

CLÁUSULA TERCEIRA: A empresa obriga-se a manter a área objeto deste instrumento em perfeito estado de conservação, zelando pela sua conservação, preservando o acervo histórico existente, não realizando qualquer benfeitoria ou alteração no imóvel sem autorização expressa do Município, salvo aquelas autorizadas pelo plano de trabalho, responsabilizar-se por qualquer dano ocasionado pelo seu uso, assim a devolvendo ao Município, findo o prazo estabelecido na cláusula segunda.

CLÁUSULA QUARTA: A empresa somente poderá utilizar a área objeto deste instrumento para o fim específico estabelecido na cláusula primeira, sendo caso de rescisão unilateral por parte da PREFEITURA a utilização para fim diverso.

Parágrafo único – A empresa não poderá efetuar qualquer outra construção ou executar benfeitorias na área objeto da presente cessão, salvo as melhorias estabelecidas no plano de trabalho apresentado, no qual ficarão para a PREFEITURA ao final do prazo estabelecido na cláusula segunda.

CLÁUSULA QUINTA: Ficará a cargo da empresa o pagamento das despesas de água e luz, além dos tributos municipais eventualmente incidentes sobre a atividade que irá desenvolver na área.

CLÁUSULA SEXTA: A empresa não poderá dar o bem em garantia em qualquer espécie de financiamento, pois não se trata de uma transferência da propriedade do Município para a empresa, mas tão somente uma cessão de uso não onerosa.

CLÁUSULA SÉTIMA: Findo o prazo da presente cessão ou rescindida por qualquer motivo, obriga-se a Empresa a desocupar a área ora cedida, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

Parágrafo único. Findo o prazo da cessão de uso e não tendo a empresa efetuado a retirada das instalações realizadas na área, poderá a PREFEITURA fazê-lo, independentemente de qualquer aviso ou notificação, sem que caiba a empresa qualquer indenização, e correndo as suas custas os gastos que a PREFEITURA tiver para realizar a mesma.

CLÁUSULA OITAVA – A empresa deverá cumprir com todas as exigências técnicas de segurança, nos termos das normas exigentes no Código de Postura do Município de Agronômica, bem como o Código Tributário do Município e demais legislação correlata, sob pena de rescisão unilateral da cessão quando verificado a inconsistência.

CLÁUSULA NONA – A permissionária arcará com o Pagamento de tributos inerente à sua atividade, bem como despesas decorrentes do uso de água e energia elétrica, para instalação, e funcionamento do referido parque, perante órgãos públicos competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pela PREFEITURA, antes do prazo estabelecido na cláusula segunda, sempre que atendida a conveniência administrativa e financeira, com interpelação extra judicial, sendo que neste caso, quando a empresa não der causa a rescisão antecipada poderá ser indenizada pelas benfeitorias executadas segundo o plano de trabalho, e terá um prazo mínimo de 90 (noventa) dias para localizar outro imóvel e realizar a mudança.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Não o bastante, a cessão de uso objeto deste contrato administrativo, será rescindida quando; a) não cumprir quaisquer das obrigações constantes desse contrato ou no processo que deu origem ao mesmo; b) ceder ou transferir a terceiros ainda que de forma temporária ou eventual a cessão do espaço objeto deste contrato; c) entrar em recuperação judicial ou falência, ou em qualquer outro ato que caracterize o término ainda que irregular de suas atividades; d) utilizar o imóvel cedido de forma adversa da qual foi proposto a sua cessão, qual seja, instalação de uma fábrica de móveis de madeira; e) deixar de cumprir com o plano de trabalho, e não honrar com suas obrigações trabalhistas e tributárias por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos.

Parágrafo único – O presente instrumento também poderá ser rescindido por mútuo consenso das partes.

E, por estarem de pleno acordo, subscrevem o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos de direito.

Agronômica/SC, 03 de Abril de 2019.

Cesar Luiz Cunha

Ademar Alves da Maia

Testemunha 01

Testemunha 02

Água Doce

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 03/2019

Publicação Nº 1969188

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 3/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 3/2019

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ÁGUA DOCE, com sua sede na Praça João Macagnan, 322, centro, torna público, para conhecimento a DISPENSA DE LICITAÇÃO n. 3/2019, destinado à locação de sistema de transmissão de vídeo hd, contendo câmera hd speed dome, servidor de transmissão, encoder de vídeo e controlador ptz digital, além do licenciamento do software necessário para sincronização com as principais redes sociais.

Processo julgado em consonância com o Art. 24 da Lei Federal n. 8.666, de 31 de junho de 1993 consolidada e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, 01 de abril de 2019

Evandro Carlos Zanatto

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Água Doce.

Águas de Chapecó

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2019-CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFEÇÃO DE PROTESES DENTÁRIAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS;

Publicação Nº 1969251

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Termo de comp. Nº:	01/2019.
Contratante:	MUNICÍPIO DE AGUAS DE CHAPECÓ-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Contratada:	DENTE CERAN LABORATÓRIO PROTÉTICO EIRELLI-ME
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFEÇÃO DE PROTESES DENTÁRIAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS;
Valor:	R\$ 134.750,00(cento e trinta e quatro mil setecentos e cinquenta reais).
Proj. Atividade	Orçamento Anual Vigente
Licitação:	Processo de licitação nº06/2019 PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS . Nº.03/2019.
Vigência	12 MESES
ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC, 02 de abril de 2019	
LEONIR ANTÔNIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

RESOLUÇÃO Nº 004-2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019 - CMAS

Publicação Nº 1969636

RESOLUÇÃO Nº. 004/2019 de 02 de abril de 2019

Dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do Cofinanciamento Estadual do ano de 2018.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela a lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e pela Lei Municipal nº 1.956, de 19 de novembro de 2018, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Águas de Chapecó - SC, CMAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual do ano de 2018 em conformidade com as orientações técnicas- Prestação de Contas FEAS 2019.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Águas de Chapecó – SC, 02 de abril de 2019.

Manuel Marcelino Mastella

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 005-2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019 - CMAS

Publicação Nº 1969641

RESOLUÇÃO Nº. 005/2019 de 02 de abril de 2019

Dispõe sobre a reprogramação de saldos do exercício de 2018 do cofinanciamento estadual da Proteção Social Básica.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela a lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e pela Lei Municipal nº 1.956, de 19 de novembro de 2018, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Águas de Chapecó - SC, CMAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a reprogramação de saldo do cofinanciamento estadual da Proteção Social Básica (PSB) conforme convênio firmado entre município e SST/SC conforme valores a seguir:

a) PSB Investimento: R\$ 7,60



b) PSB Custeio: R\$ 23.394,78

Art. 2º Os recursos reprogramados serão utilizados para manutenção e investimento na proteção social básica de acordo com o plano de trabalho.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Águas de Chapecó – SC, 02 de abril de 2019

Manuel Marcelo Mastella

Presidente do CMAS

Alfredo Wagner

PREFEITURA

DECRETO 4338

Publicação Nº 1969421

DECRETO Nº. 4338/2019

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2019 DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

ART. 1º - Nomeia Izabel Cristina Andersen Kretzer para operar o Processo Licitatório na qualidade de Pregoeira, Sandra Regina Mariotti, Cleusa Elena Schaffer e Magda da Rosa Gunsch para compor a Equipe de Apoio, com as atribuições e competências definidas pela Lei nº 10.520/02, para cumprirem mandato até assinatura do contrato decorrente do Pregão Presencial nº 05/2019.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de março de 2019.

ART. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 01 de abril de 2019.

Naudir Antonio Schmitz

Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

DECRETO 4339/2019

Publicação Nº 1969419

DECRETO Nº. 4339/2019

PRORROGA PRAZO PARA PAGAMENTO DOS IMPOSTOS E TAXAS DO EXERCÍCIO DE 2019 DO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de acordo com o Artigo 93, Itens VIII e XX da Lei Orgânica do Município e Artigo 17 e 60 da Lei nº 297/2004 – CTN,

DECRETA:

ART. 1º - Fica prorrogado até 18 de abril de 2019 o pagamento em Parcela Única ou Primeira Parcela referente a Taxa de Licença e Localização – TLL, Taxa de Alvará Sanitário – TAS e Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Parágrafo Único – a prorrogação se faz necessária tendo em vista o grande número de inconsistência no sistema.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2019.

ART. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 02 de abril de 2019.

Naudir Antonio Schmitz

Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019

Publicação Nº 1970162

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR18/2019, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: Registro de Preços para possível aquisição de cestas básicas, destinados aos servidores municipais, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 665, de 06 de abril de 2015

Data de entrega dos envelopes: 16/04/2019 às 08:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Data de abertura dos envelopes: 16/04/2019 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Edital na íntegra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 25 de Março de 2019

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeito

Anchieta

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - PM - PP 018/2019

Publicação N° 1969253

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo nº 033/2019 – Pregão Presencial nº 018/2019

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que homologou a adjudicação do Processo Licitatório nº 033/2019, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Registro de Preços para prestação de serviços de montagem, conserto e troca de pneus, para veículos e máquinas de todas as Secretarias e Setores da Administração Pública Municipal, para o período de até 12 meses após a data da Homologação do Processo Licitatório. EMPRESAS VENCEDORAS:

BORRACHARIA LIMA EIRELI - ME.

Valor Total R\$: 71.462,00

JOÃO PAULO CELLA – MEI.

Valor R\$: 5.684,00

Valor Total Estimado R\$: 77.146,00 (Setenta e Sete Mil, Cento e Quarenta e Seis Reais)

Anchieta, 02 de Abril de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

Angelina

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019 DE AGRICULTORES FAMILIARES E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

Publicação Nº 1969577

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Manoel Lino Koerich, 80 – Centro, Angelina/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.951.195/0001-10, representada neste ato pelo Prefeito GILBERTO ORLANDO DORIGON, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 21 da Lei 11.947/2009 e na Resolução FNDE/CD nº 38/2009, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional da Alimentação Escolar, durante o período de abril a dezembro de 2019. Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 22 de abril de 2019 às 10:00 horas, na Secretária Municipal de Educação, com sede à Rua Manoel Lino Koerich, nº 80, Centro, Angelina/SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2019

Publicação Nº 1969257

MUNICÍPIO DE ANGELINA – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2019 – MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE - O Município de Angelina torna público que as 9:00 horas, do dia 15 de abril de 2019 estará recebendo propostas para aquisição de materiais de construção. O Edital encontra-se na Prefeitura Municipal e no endereço: www.angelina.sc.gov.br. Angelina/SC, em 03 de abril de 2019. Gilberto Orlando Dorigon – Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO Nº 002/2019 - CMDCA

Publicação Nº 1969290

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
Rua Manoel Lino Koerich, 80, Centro - Angelina - SC
CEP Nº 88.460-000 - Fone 48 3274-1301
E-mail: cmdca@angelina.sc.gov.br

Resolução Nº 02/2019

“Institui a Comissão Especial Eleitoral para Escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Angelina.”

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Angelina, em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069, de julho de 1990, alterado pela Lei Nº 12.696, de 25 de julho de 2015, a Resolução do CONANDA Nº 170, de 10 de dezembro de 2014, e Legislação Municipal correlata,

RESOLVE

Art.1º Instituir a Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha unificado dos membros do Conselho Tutelar do Município de Angelina, sendo composta por 04 conselheiros do CMDCA, garantindo a paridade entre governo e sociedade civil.

§1º Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

§2º Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §1º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por outro conselheiro.

Art. 2º Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros:

- Ø Nizar Amim Shihadeh
- Ø Rosi Meri da Silva
- Ø Maristela Koerich Coelho
- Ø Carla Margotti Mendonça da Silva

Parágrafo único: A Comissão Especial Eleitoral deverá, entre os seus membros eleger um coordenador.

Art. 3º Compete a Comissão Especial Eleitoral analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§1º Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

- I - Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

Art. 4º Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Paragrafo único. Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha publicará a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Art. 5º Atribuições da Comissão Especial Eleitoral:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e

IX - resolver os casos omissos.

Art. 6º A comissão Especial deve notificar o Ministério Público, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão e pelo CMDCA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Angelina, 02 de Abril de 2019

José Valmir Schmitt

Presidente do CMDCA

Anitápolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 006/2019 - FMS

Publicação Nº 1970317

PREGAO PRESENCIAL Nº 006/2019 – O Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade pregão presencial no dia 15/04/2019, às 14:30 horas, na Sala de reuniões de licitações. Objeto: O presente pregão tem como objeto o Registro de Preços para aquisição de produtos destinados a crianças de primeira infância e lactantes com necessidades dieto-terápicas específicas. O Edital, impresso, contendo as instruções, especificações e condições para participação, estará a disposição dos interessados, no dia 03/04/2019 da seguinte forma: Email: licita@anitapolis.sc.gov.br, na Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis e no site da prefeitura: www.anitapolis.sc.gov.br. FONE: (48) 3256-0188. Anitápolis, 02/04/2019. Solange Back – Secretária de Saúde.

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 - NOTAS DA PROVA PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Publicação Nº 1969985

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

NOTAS DA PROVA PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

O MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS faz saber a quem possa interessar a publicação das NOTAS DA PROVA PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA do EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019 conforme segue:

Agente de Combate as Endemias

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	1431265	01/10/1978	Ronnie Schmidt	3,40	4,50	7,90	9,00	8,45
2	1424877	29/05/1987	Sibelli Silveira Alves	2,40	3,60	6,00	10,00	8,00
3	1432695	04/09/1989	Camila Da Rosa	2,60	4,20	6,80	9,00	7,90
4	1422779	10/07/1995	Gabriel Douglas Da Silva	2,40	3,00	5,40	10,00	7,70
5	1432116	24/03/1986	Robson Luciano Floriano	3,00	3,30	6,30	9,00	7,65
6	1426464	23/04/2000	Lucas Sell Machado	2,20	3,00	5,20	9,00	7,10
7	1420558	02/04/1992	Thayssa Alves Meyer	2,00	2,10	4,10	10,00	7,05
8	1432971	04/04/1983	Joceli Marciane De Paula	2,60	3,60	6,20	7,00	6,60
9	1425702	14/01/1997	Joana Cruz Roecker Krticka	2,60	3,00	5,60	7,50	6,55
10	1430220	26/04/2000	Bruno Mayer Eyng	2,60	2,40	5,00	8,00	6,50
11	1422015	04/03/1978	Mara Rosane Valente Dos Reis	2,40	3,00	5,40	7,50	6,45
12	1431270	13/12/1979	Nediana Cadona Machado	3,00	3,60	6,60	5,50	6,05
13	1421963	23/03/1981	Fabiano Da Silva	2,40	3,00	5,40	6,50	5,95
14	1431608	27/06/1983	Renato Francisco	1,80	2,40	4,20	5,50	4,85
Reprovado	1426762	27/03/1968	Dulce Back Barbosa	2,80	4,20	7,00	3,00	5,00
Reprovado	1429443	19/11/1995	Cristina Batista	2,20	1,80	4,00	4,50	4,25
Reprovado	1420216	16/06/1960	Angela Regina Chaves Dalcent	2,60	2,10	4,70	3,00	3,85
Reprovado	1429855	07/08/1988	Monica Seemann	1,80	2,10	3,90	S/ Nota	1,95
Reprovado	1421918	10/01/1989	Rafaela Caroline Rosar Back	3,00	3,90	6,90	Ausente	3,45
Reprovado	1424038	16/07/1986	Josiane Kraus	2,20	3,30	5,50	Ausente	2,75
Ausente	1421287	24/06/1958	Joao Ciderlei Jungles Jungles	0,00	0,00	Ausente	S/ Nota	0,00
Ausente	1428258	19/11/1966	Fernando Otavio Da Costa	0,00	0,00	Ausente	S/ Nota	0,00

Ausente	1420084	28/02/1975	Luciano Leandro Colla	0,00	0,00	Ausente	S/ Nota	0,00
Ausente	1428245	26/01/1985	Antony Fernandes Medeiros	0,00	0,00	Ausente	S/ Nota	0,00
Ausente	1427051	20/02/1986	Patricia Vargas Proenca	0,00	0,00	Ausente	S/ Nota	0,00
Ausente	1429652	08/12/1987	Franciele Chaiane Vieira	0,00	0,00	Ausente	S/ Nota	0,00

Assistente Administrativo II

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	1433019	07/01/1997	Roberto Carlos Santos Junior	3,00	4,50	7,50	10,00	8,00
2	1431023	16/01/1991	Glaucieli Da Silva	2,60	3,60	6,20	10,00	6,96
3	1429295	23/06/1988	Filipe Anselmo Gomes	3,40	2,70	6,10	9,00	6,68
4	1430149	26/09/1994	Giulieth Schmitz	3,20	2,70	5,90	9,00	6,52
5	1419902	10/08/1982	Joanna Augusta Krauser	2,20	3,00	5,20	10,00	6,16
6	1430225	02/12/1987	Ana Paula Meurer	2,00	3,30	5,30	9,00	6,04
7	1424064	13/09/1993	Duany Caroline Back	2,60	2,70	5,30	9,00	6,04
8	1419881	18/02/1984	Luiz Carlos De Andrade	1,80	3,60	5,40	8,00	5,92
9	1426626	10/04/1990	Fernanda Coelho Raimundo	1,40	3,00	4,40	9,00	5,32
10	1430814	24/09/1994	Mauricio Loch Teodoro	2,20	2,40	4,60	8,00	5,28
11	1428791	15/04/1979	Vanessa Ribeiro De Oliveira	2,00	2,10	4,10	10,00	5,28
12	1426461	12/01/1971	Carlos Alexandre Machado	2,00	2,10	4,10	9,00	5,08
13	1432992	16/06/1989	Gulliver Josue Dos Santos	2,00	2,10	4,10	9,00	5,08
14	1430154	11/01/2000	Giuliani Schmitz	2,20	1,80	4,00	9,00	5,00
15	1425730	28/02/1971	Nirlene Martins Angelo	1,40	2,70	4,10	8,00	4,88
16	1419942	03/02/1995	Sandro Stefens Junior	1,60	2,40	4,00	8,00	4,80
Reprovado	1432555	02/02/1995	Caroline Maewerk	1,20	2,70	3,90	S/ Nota	3,12
Reprovado	1419860	19/12/1975	Anabel Silva	1,80	2,10	3,90	S/ Nota	3,12
Reprovado	1426146	04/07/1987	Pedro Ernesto Goncalves Mostardeiro	1,60	1,80	3,40	S/ Nota	2,72
Reprovado	1425844	21/09/1985	Daiana Patera Lessa	1,20	2,10	3,30	S/ Nota	2,64
Reprovado	1427525	25/04/1984	Ana Claudia Valgas Buss	1,40	1,80	3,20	S/ Nota	2,56
Reprovado	1431537	11/11/1981	Rodrigo Vasconcelos Germano Da Silva	1,60	1,50	3,10	S/ Nota	2,48
Reprovado	1420266	21/07/1999	Fabiana Cerny	0,80	2,10	2,90	S/ Nota	2,32
Reprovado	1432657	25/04/1976	Alessandra Schreiber Martins	2,00	0,90	2,90	S/ Nota	2,32
Reprovado	1427958	23/11/1979	Edna Dorner	0,80	1,80	2,60	S/ Nota	2,08
Ausente	1420040	01/12/1973	Mauricio Ernesto De Souza	0,00	0,00	Ausente	S/ Nota	0,00

Ausente	1420112	27/04/1980	Marcos Fernando Da Costa	0,00	0,00	Ausente	S/ Nota	0,00
Ausente	1420724	20/11/1982	Thales Pereira De Moraes	0,00	0,00	Ausente	S/ Nota	0,00
Ausente	1429326	30/07/1983	Simone Da Silva	0,00	0,00	Ausente	S/ Nota	0,00
Ausente	1420098	13/05/1984	Fernando Steimbach	0,00	0,00	Ausente	S/ Nota	0,00
Ausente	1428213	05/01/1985	Cleidiane Da Silva Quadros	0,00	0,00	Ausente	S/ Nota	0,00
Ausente	1431362	18/07/1990	Clayton Da Silva	0,00	0,00	Ausente	S/ Nota	0,00
Ausente	1426373	02/03/1994	Fernanda Weber	0,00	0,00	Ausente	S/ Nota	0,00

Assistente Social CRAS

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1431920	15/10/1993	Alessandra Rodrigues Santos	2,60	5,10	7,70	7,70
2	1422081	12/12/1991	Karina Da Silva Rocca	2,20	5,10	7,30	7,30
3	1425617	21/08/1992	Nathalie Barea Silveira	2,00	5,10	7,10	7,10
4	1430292	29/09/1994	Bruna Carolina Da Rosa	2,00	5,10	7,10	7,10
5	1432085	04/10/1978	Melissa Casa-granda	1,80	5,10	6,90	6,90
6	1427392	25/11/1990	Thays Pricila Da Silva	1,80	5,10	6,90	6,90
7	1429886	26/06/1994	Hingridy Salm Loch	2,00	4,80	6,80	6,80
8	1423882	07/10/1994	Ana Carolina Rosa Pires	2,00	4,80	6,80	6,80
9	1432946	10/03/1985	Ana Alessandra De Oliveira Batista	2,20	4,50	6,70	6,70
10	1428367	17/05/1978	Lenir Ribeiro Querino	1,60	4,80	6,40	6,40
11	1420173	31/05/1988	Regina Hoffmann	1,80	4,50	6,30	6,30
12	1426550	18/09/1990	Barbara Mariano	1,40	4,80	6,20	6,20
13	1432995	29/07/1978	Edvirgen Pereira	1,40	4,50	5,90	5,90
14	1427181	14/12/1984	Josinete Silva Coelho Valgas	1,60	4,20	5,80	5,80
15	1426469	22/12/1980	Nizar Amin Shihadeh	1,80	3,90	5,70	5,70
16	1429591	05/05/1990	Fabiana Mayer Eyng	1,40	4,20	5,60	5,60
17	1422499	18/06/1993	Gabriela Schmitz	1,40	4,20	5,60	5,60
18	1426214	08/03/1986	Priscila Graciela Ronchi	2,60	3,00	5,60	5,60
19	1419657	30/07/1989	Rosivane Sousa Dos Passo	1,00	4,50	5,50	5,50
20	1420920	21/06/1994	Vanessa Zoraide Domingos	1,00	4,50	5,50	5,50
21	1432837	01/05/1973	Vanita Weiss	1,60	3,90	5,50	5,50
22	1420948	15/07/1990	Sabrina Sampatt Da Silva Koche Alves	1,40	3,90	5,30	5,30
23	1420941	17/05/1991	Robson Alves	1,60	3,60	5,20	5,20
24	1418641	11/09/1995	Ana Paula Antunes Da Silva	1,60	3,60	5,20	5,20
25	1430585	28/10/1994	Thayna Correia	1,00	3,30	4,30	4,30

26	1419209	19/05/1991	Jessica Boing Alves	1,20	3,00	4,20	4,20
Ausente	1429315	03/07/1977	Bianca Leandro Luiz	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1429549	01/02/1981	Sulei Sueli Merizi	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1427874	10/07/1983	Johnny Natanael Weber	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1426206	01/04/1984	Liamar Alexandra Ferrasso	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1423729	16/06/1986	Leticia Sueny Kato	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1427946	27/07/1986	Sissyfrance Ribeiro Santana	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1422988	22/02/1988	Elizane Nascimento	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1429366	20/03/1988	Mariela Elias Pereira	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1426937	26/05/1988	Vagner Padilha Silveira	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1427094	24/09/1989	Denise Dos Santos	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1419946	10/05/1990	Rafaela Vargas	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1421259	08/03/1993	Drieli Custodio	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1426432	23/04/1995	Avanísio Da Assunção Santos Junior	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1420672	05/06/1996	Marina Sartori Sobreira Pedro	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1426866	10/07/1997	Renata Szpak Rodrigues	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1420509	18/01/1999	Ana Karolina Domingues Pereira	0,00	0,00	Ausente	0,00

Auxiliar Contábil/financeiro II

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	1430433	27/02/1978	Ilio Carlos Pinto Junior	3,20	4,80	8,00	10,00	8,40
2	1426299	13/02/1998	Bruna Correa De Pieri	3,00	3,60	6,60	10,00	7,28
3	1425717	15/08/1981	Cristiano Goulart Schüller	3,20	3,60	6,80	9,00	7,24
4	1426818	30/08/1991	Ana Paula Richter Bennert	2,20	3,90	6,10	8,00	6,48
5	1422061	22/08/1972	Venício Wilson Da Silva	2,40	3,00	5,40	9,00	6,12
6	1418975	04/01/1988	Fernando Luiz Coelho Medeiros	1,40	3,60	5,00	10,00	6,00
7	1425698	02/01/1969	Adriana Motta Probst	1,60	3,30	4,90	7,00	5,32
8	1431160	09/08/1990	Josiane Krticka	2,20	2,70	4,90	7,00	5,32
Reprovado	1419915	04/03/1985	Carolina Nicomedes Guimaraes	1,40	2,40	3,80	S/ Nota	3,04
Reprovado	1424633	15/02/1984	Fernanda Back Coelho	1,20	2,40	3,60	S/ Nota	2,88
Reprovado	1420825	13/03/1996	Luiz Orlando Pessoa	1,00	1,80	2,80	S/ Nota	2,24
Reprovado	1423108	04/08/1990	Cristina Miranda Koerich	2,60	2,70	5,30	Ausente	4,24
Reprovado	1429254	06/08/1980	Alberto Tramasoli Langeloh	2,80	2,40	5,20	Ausente	4,16
Reprovado	1428046	31/05/1983	Leo Leto Paegle	2,00	3,00	5,00	Ausente	4,00

Reprovado	1425045	08/12/1986	Fernanda Kuhn	2,00	2,70	4,70	Ausente	3,76
Reprovado	1431134	25/09/1979	Ana Paula De Mello	1,60	2,40	4,00	Ausente	3,20
Ausente	1421311	22/06/1977	Walcione Dias Goes	0,00	0,00	Ausente		0,00
Ausente	1430403	02/04/1984	Gisele Camargo Finger Wisniewski	0,00	0,00	Ausente		0,00
Ausente	1420565	21/02/1987	Aldo Simao Fernandes Junior	0,00	0,00	Ausente		0,00
Ausente	1429263	24/06/1992	Bruno Patrick De Sousa Brito	0,00	0,00	Ausente		0,00
Ausente	1426921	23/04/1994	Levy Da Silva Pereira	0,00	0,00	Ausente		0,00
Ausente	1426922	05/01/1995	Paloma Dos Santos Pires	0,00	0,00	Ausente		0,00

Fiscal de Tributos

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	1428774	08/06/1977	Jean Pierre Josue Dos Santos	2,80	4,20	7,00	10,00	7,60
Reprovado	1427898	03/06/1998	Gabriel Victor Schutz	3,40	4,50	7,90	Ausente	6,32

Mecânico

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	1424003	07/08/1962	Jose Augusto Covalsky Soares	3,20	5,70	8,90	8,00	8,45
2	1433027	27/12/1995	Inacio Francisco Momm	3,60	4,50	8,10	5,50	6,80
3	1431302	12/07/1963	Delcio Coelho	2,00	2,70	4,70	8,00	6,35
Reprovado	1431255	03/03/1977	Elton Douglas Machado	3,40	4,80	8,20	0,00*	4,10
Reprovado	1432679	10/12/1969	joel cristiano coelho	2,00	4,80	6,80	Ausente	3,40

* Candidato desistiu de realizar o teste prático.

Motorista II

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	1421202	03/06/1988	Josimar Da Silva	3,20	4,20	7,40	9,50	8,45
2	1426977	07/02/1981	David Da Rosa Alves	2,80	4,80	7,60	9,00	8,30
3	1432965	08/02/1985	Rodrigo Borba Da Rocha	3,00	4,50	7,50	9,00	8,25
4	1432943	30/07/1958	Antonio Moraes Teodoro	2,40	4,80	7,20	9,25	8,23
5	1423322	09/04/1994	Jorge Krticka	3,20	3,90	7,10	9,25	8,18
6	1426097	20/03/1983	Alencar Schumacher	2,60	3,30	5,90	10,00	7,95
7	1419144	10/05/1978	Leandro Daniel	3,00	3,60	6,60	9,00	7,80
8	1424839	09/12/1986	Thiago Augusto Back	1,60	3,90	5,50	10,00	7,75
9	1425838	09/09/1993	Gian Haveroth De Souza	2,40	3,60	6,00	9,50	7,75
10	1420587	09/10/1984	Gilvane Mayer	2,20	3,30	5,50	9,75	7,63

11	1425644	22/06/1979	Andre Luiz Vieira	2,80	2,70	5,50	9,25	7,38
12	1419807	22/01/1985	Cristian Andre Wisniewski	1,80	3,60	5,40	9,25	7,33
13	1423215	10/11/1981	Volmir Pinto De Matos	1,60	3,30	4,90	9,50	7,20
14	1429465	22/09/1984	Rosemery Meyer	2,00	2,10	4,10	9,00	6,55
Reprovado	1428236	13/03/1987	Juliano Cesar Da Silva	2,00	1,50	3,50	S/ Nota	1,75
Reprovado	1421122	19/03/1973	Antonio Mes-sias Da Rosa	1,00	0,60	1,60	S/ Nota	0,80
Reprovado	1428440	26/04/1967	Valdeci Ribeiro Da Fonseca	0,20	1,20	1,40	S/ Nota	0,70
Reprovado	1421320	20/08/1982	Marcio Correia	2,20	4,20	6,40	Ausente	3,20
Reprovado	1429559	30/11/1975	Alexandre Jose Antunes	2,60	2,40	5,00	Ausente	2,50
Ausente	1423358	12/03/1969	Luiz Cesar Maximiano	0,00	0,00	Ausente		0,00
Ausente	1431156	14/05/1979	Mauro Cordeiro Da Silva	0,00	0,00	Ausente		0,00
Ausente	1421697	20/07/1979	Cristiano Jose	0,00	0,00	Ausente		0,00

Odontólogo de Saúde da Família

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1433036	12/11/1994	Paula Cristine da Silva	3,20	5,40	8,60	8,60
2	1422922	04/08/1993	Willian Matheus Vieira Berke-nbrock	2,80	5,40	8,20	8,20
3	1422770	01/09/1995	Mariane Da Luz Raulino	3,20	4,80	8,00	8,00
4	1418448	24/08/1994	Maiara Kessin Geraldi	2,60	5,10	7,70	7,70
5	1420972	12/10/1996	Eduarda Coelho Guckert	2,80	4,50	7,30	7,30
6	1421744	03/02/1997	Osvaldo Da Silva Neto	2,40	4,80	7,20	7,20
7	1420579	03/09/1990	Maria Beatriz De Almeida Coelho Van De Sand	2,60	4,50	7,10	7,10
8	1428836	08/05/1995	Douglas Daniel Soares De Lima	1,60	5,40	7,00	7,00
9	1427513	15/01/1977	Guilherme Farg-noli Ribeiro	2,20	4,80	7,00	7,00
10	1419592	28/12/1987	Priscilla Santos De Oliveira	2,20	4,50	6,70	6,70
11	1432436	23/07/1973	Fernando Dutra Viana	2,40	4,20	6,60	6,60
12	1419660	17/07/1994	Diego Leonardo De Souza	2,60	3,90	6,50	6,50
13	1423957	19/08/1996	Ingrid Ricken Belmiro	2,20	4,20	6,40	6,40
14	1432959	12/09/1989	Marilia Da Silva Meurer	2,00	4,20	6,20	6,20
15	1423547	16/03/1981	Fernanda Nadir Silvano	1,80	3,90	5,70	5,70
16	1421074	26/12/1991	Gessica Oliveira De Lima	1,80	3,90	5,70	5,70
17	1429887	01/07/1993	Barbara Araujo Dos Santos	2,00	3,30	5,30	5,30
18	1422311	25/12/1998	Geislaine Bloemer	1,80	3,30	5,10	5,10
19	1422801	03/07/1986	Bruno Megliato Bertipaglia	2,00	3,00	5,00	5,00

20	1426697	30/10/1990	Nathan Modolon Da Rosa	1,60	2,70	4,30	4,30
21	1424930	18/01/1993	Bianca Pires Correa	1,60	2,40	4,00	4,00
Ausente	1426900	15/12/1986	Fabio Rocha	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1419746	08/09/1989	Camila Fillipiaki	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1422416	26/09/1995	Juliana Da Silva	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1422526	06/01/1996	Eduardo Ron-caglio	0,00	0,00	Ausente	0,00

Operador de Equipamentos

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	1431332	22/01/1992	Otto Paulo Patera	2,00	3,90	5,90	9,50	7,70
2	1432927	05/06/1996	Odison Roberto Nienchert	1,80	3,30	5,10	7,25	6,18
Reprovado	1432604	11/12/1967	Altemiro Orival Da Silva	0,40	0,30	0,70	S/ Nota	0,35
Reprovado	1432708	06/08/1975	Arno Luiz	0,20	0,30	0,50	S/ Nota	0,25

Operário Braçal

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	1431999	26/01/1993	Alexandre Ribeiro	2,60	4,80	7,40	9,50	8,45
2	1420659	10/11/1985	Wilmar Da Silva	1,80	3,90	5,70	10,00	7,85
3	1431806	18/03/1985	Wagner Jose Coelho	2,20	3,30	5,50	10,00	7,75
4	1430883	29/05/1985	Maria Luiza Vigantzki	1,40	3,00	4,40	9,50	6,95
Reprovado	1429076	17/06/1969	Wilson Hahn	0,60	0,60	1,20	S/ Nota	0,60

Orientador Social CRAS

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	1420981	04/08/1986	Reni Francisco	2,60	4,80	7,40	9,00	7,72
2	1432571	22/10/1972	Solange Back	2,60	4,50	7,10	10,00	7,68
3	1422016	10/07/1989	Natalia Pawlick	2,20	4,50	6,70	10,00	7,36
4	1432916	20/12/1990	Francielli De Pieri Floriano	2,20	3,90	6,10	9,00	6,68
5	1431530	05/02/1997	Flavia Schmitz	1,60	4,20	5,80	7,00	6,04
6	1421019	28/02/1994	Samantha De Oliveira Motta	1,20	3,00	4,20	7,00	4,76
Reprovado	1426812	01/06/1987	Raquel De Pieri	1,20	2,70	3,90	S/ Nota	3,12
Reprovado	1431633	19/12/1996	Ezequiel Laurindo De Almeida	1,40	1,80	3,20	S/ Nota	2,56
Reprovado	1420863	24/08/1996	Luiz Fernando Vedoia	2,40	4,80	7,20	Ausente	5,76
Reprovado	1426395	21/07/1986	Karen Rascke Lancer Da Silva	1,80	3,90	5,70	Ausente	4,56
Ausente	1432742	22/01/1981	Zenaide Pacheco	0,00	0,00	Ausente		0,00
Ausente	1432074	10/07/1982	Rosana De Souza	0,00	0,00	Ausente		0,00
Ausente	1422547	15/05/2001	Thays Schulter	0,00	0,00	Ausente		0,00

Técnico em Enfermagem

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
---------	---------	-----------	-----------	-----------------------	---------------------------	---------------	-------------

1	1429617	18/08/1990	Ondina Maria Dos Santos	1,60	3,00	4,60	4,60
2	1430383	04/09/1970	Ana Patricia Guimaraes	1,20	3,00	4,20	4,20
3	1419628	19/04/1993	Luisa Augusta Sperber Antunes	1,80	2,40	4,20	4,20
4	1424335	02/07/1994	Leticia Soares	1,00	3,00	4,00	4,00
5	1432176	25/04/1967	Enita Heinzen	1,60	2,40	4,00	4,00
Ausente	1419803	08/02/1977	Carlos Alexandre Santos Silva	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1425582	03/11/1982	Gabriela De Souza Ramos	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1426549	17/07/1986	Werly Ferreira Machado	0,00	0,00	Ausente	0,00

Técnico em Enfermagem ESF

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	1424737	29/05/1980	Andreia Hahn	2,00	3,00	5,00	5,00
Reprovado	1426392	06/03/1977	Luciana Munhoz Steffen Machado	1,60	1,80	3,40	3,40
Reprovado	1424066	06/02/1990	Andreia Meyer Back	1,40	1,50	2,90	2,90
Ausente	1420212	20/02/1977	Vera Lucia Kuhnen	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1419751	11/12/1980	Tatiana Carneiro Lobo	0,00	0,00	Ausente	0,00
Ausente	1421257	31/10/1991	Jordana Lohn Kloppel	0,00	0,00	Ausente	0,00

Anitápolis (SC), 02 de abril de 2019.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

DECRETO 010/2019 - MODIFICA EQUIPE DO ÓRGÃO DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Publicação Nº 1969373

DECRETO Nº 010/2019

MODIFICA equipe do Órgão de Apoio Técnico Administrativo do Sistema de Controle Interno do Município de Anitápolis.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, em atenção ao disposto na Lei nº 571/2003 e no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

DESIGNAR

Art. 1º Fica DESIGNADO a equipe do Órgão de Apoio Técnico Administrativo do Sistema de Controle Interno do Município de Anitápolis, abaixo especificada:

SETOR	NOME DO RESPONSÁVEL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS	SOLANGE BACK WEISS
EDUCAÇÃO	MÁRCIO HENRIQUE VANDRESEN
CONTABILIDADE, EMPENHO E CONTRATOS	ADELÍRIO SCHMIDT
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	ADELÍRIO SCHMIDT
COMPRAS	FABIANA CERNY
PATRIMÔNIO	RENI FRANCISCO
CONTROLE DE FROTAS	SANDRO STEFFENS JUNIOR
LICITAÇÃO	JOICE W. HEINZ VOLPATO
PESSOAL	JARBAS SCHREIBER
TESOURARIA	GEOVANA ALBINO COELHO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ANITÁPOLIS	CHRISTIAN LOCH TEODORO
PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONVÊNIOS	FABIANA CERNY
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	RENI FRANCISCO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

SÉRGIO FREITAS

Art. 2º A função de Diretora de Controle Interno, do Sistema de Controle Interno do Município de Anitápolis, é da servidora efetiva Ceane de Almeida Coelho Boing.

Art. 3º Os relatórios, contendo informações, irregularidades, deficiências e sugestões, de que trata o inciso III do artigo 10 da Lei 571/2003, art. 6º do Decreto 005/2004 e relatórios estabelecidos nos Anexos da IN TCE/SC 020/2015, deverão ser elaborados pelos responsáveis dos Órgãos de Apoio Técnico Administrativos do presente Decreto e obedecidos os respectivos prazos.

Art. 4º Os relatórios de consolidação das informações oriundas das Unidades de Apoio Técnico Administrativas, de que trata o artigo 4º, inciso VIII, e contendo as observações e constatações feitas, bem como a opinião conclusiva e sintética sobre as falhas, deficiências e áreas críticas que mereçam atenção e outras questões relevantes, tratadas no artigo 5º da Lei nº 571/2003, deverão apresentar análise e informações contidas nos relatórios dos Órgãos de Apoio Técnico Administrativos nos prazos estabelecidos em Lei.

Art. 5º A comunicação ao Tribunal de Contas, prevista no § 1º do artigo 12 da Lei nº 571/2003, será feita através do Relatório de Controle Interno estabelecido pela § 5º da Resolução TCE 11/04 e obedecendo os critérios da IN TCE/SC nº 020/2015.

Art. 6º Fica revogado na íntegra o Decreto nº 001/2019 de 02/01/2019.

Município de Anitápolis, em 25 de fevereiro de 2019.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****DECRETO Nº 032/2019**

Publicação Nº 1969620

DECRETO Nº 000032/19 de 29 de Março de 2019

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 25.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.361.0006.2.005-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 25.000,00

Art 2º -
ara atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 25.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Março de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 37/2019

Publicação Nº 1970193

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 37/2019. Origem: Processo Licitatório n. 27/2019, Pregão Presencial n. 18/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Silva Santos Artefatos de Cimento Ltda. Objeto: Constituem o objeto da presente Ata de Registro de Preços, o registro de preços dos itens constantes do Anexo I, do edital de Processo Licitatório n. 27/2019, Pregão Presencial n. 18/2019. Valor: Empresa vencedora dos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6, com valor estimado em R\$ 101.900,00 (cento e um mil e novecentos reais).

Antônio Carlos, 02 de abril de 2019.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 41/2019

Publicação Nº 1970211

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 41/2019. Origem: Processo Licitatório n. 30/2019, Pregão Presencial n. 20/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: Global Bandeiras Eireli Me. Objeto: Constituem o objeto da presente Ata de Registro de Preços, o registro de preços dos itens constantes do Anexo I, do edital de Processo Licitatório n. 30/2019, Pregão Presencial n. 20/2019. Valor: Empresa vencedora do certame para o item 04, com valor total estimado em R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais).

Antônio Carlos, 02 de abril de 2019.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 42/2019

Publicação Nº 1970216

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 42/2019. Origem: Processo Licitatório n. 30/2019, Pregão Presencial n. 20/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: L. Mohr Eireli. Objeto: Constituem o objeto da presente Ata de Registro de Preços, o registro de preços dos itens constantes do Anexo I, do edital de Processo Licitatório n. 30/2019, Pregão Presencial n. 20/2019. Valor: Empresa vencedora do certame para o item 04, com valor total estimado em R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais).

Antônio Carlos, 02 de abril de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 43/2019

Publicação Nº 1970219

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 43/2019. Origem: Processo Licitatório n. 30/2019, Pregão Presencial n. 20/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: José Damian da Silva 29059127900. Objeto: Constituem o objeto da presente Ata de Registro de Preços, o registro de preços dos itens constantes do Anexo I, do edital de Processo Licitatório n. 30/2019, Pregão Presencial n. 20/2019. Valor: Empresa vencedora do certame para o item 03, com valor total estimado em R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

Antônio Carlos, 02 de abril de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO N. 32/2019

Publicação Nº 1970170

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. 32/2019. Origem: Processo Licitatório n. 26/2019. Credenciamento n. 01/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratado: TL Porto Centro Médico Ltda. Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços na realização de exames e consultas médicas para pacientes do Município de Antônio Carlos/SC, devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante agendamento prévio ou não. Vigência: 28 de março de 2019 a 28 de março de 2020.

Antônio Carlos, 02 de abril de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO N. 33/2019

Publicação Nº 1970175

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. 33/2019. Origem: Processo Licitatório n. 26/2019. Credenciamento n. 01/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratado: Cardioclínica Biguaçu Ltda. Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços na realização de exames e consultas médicas para pacientes do Município de Antônio Carlos/SC, devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante agendamento prévio ou não. Vigência: 28 de março de 2019 a 28 de março de 2020.

Antônio Carlos, 02 de abril de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO N. 34/2019

Publicação Nº 1970178

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. 34/2019. Origem: Processo Licitatório n. 26/2019. Credenciamento n. 01/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratado: ICAMED – Instituto Catarinense de Medicina Ltda. Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços na realização de exames e consultas médicas para pacientes do Município de Antônio Carlos/SC, devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante agendamento prévio ou não. Vigência: 28 de março de 2019 a 28 de março de 2020.

Antônio Carlos, 02 de abril de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO N. 35/2019

Publicação Nº 1970183

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. 35/2019. Origem: Processo Licitatório n. 26/2019. Credenciamento n. 01/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratado: M&F Clínica e Diagnóstico por Imagem Ltda. Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços na realização de exames e consultas médicas para pacientes do Município de Antônio Carlos/SC, devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante agendamento prévio ou não. Vigência: 28 de março de 2019 a 28 de março de 2020.

Antônio Carlos, 02 de abril de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO N. 36/2019

Publicação Nº 1970188

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. 36/2019. Origem: Processo Licitatório n. 26/2019. Credenciamento n. 01/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratado: DMI – Diagnóstico por Imagem Ltda. Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços na realização de exames e consultas médicas para pacientes do Município de Antônio Carlos/SC, devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante agendamento prévio ou não. Vigência: 28 de março de 2019 a 28 de março de 2020.

Antônio Carlos, 02 de abril de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO N. 38/2019

Publicação Nº 1970198

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. 38/2019. Origem: Processo Licitatório n. 32/2019, Pregão Presencial n. 22/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratado: Tito Batinga 93559453968. Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de iniciação esportiva, na modalidade de basquetebol, para atuação junto a Secretaria de Esportes do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: O preço total estipulado para a prestação deste serviço é de R\$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos) por hora efetivamente prestada no desenvolvimento das atividades junto aos atletas, com carga horária anual de 400 (quatrocentas) horas. Vigência: 01 de abril de 2019 a 01 de abril de 2020.

Antônio Carlos, 02 de abril de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO N. 39/2019

Publicação Nº 1970203

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. 39/2019. Origem: Processo Licitatório n. 32/2019, Pregão Presencial n. 22/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratado: Carlos Alberto Nogueira de Jesus 05477920939. Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de iniciação esportiva, na modalidade de futsal e voleibol, para atuação junto a Secretaria de Esportes do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: O preço total estipulado para a prestação deste serviço é de R\$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos) por hora efetivamente prestada no desenvolvimento das atividades junto aos atletas, com carga horária anual de 400 (quatrocentas) horas. Vigência: 01 de abril de 2019 a 01 de abril de 2020.

Antônio Carlos, 02 de abril de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - CONTRATO N. 40/2019

Publicação Nº 1970207

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. 40/2019. Origem: Processo Licitatório n. 32/2019, Pregão Presencial n. 22/2019. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratado: Associação Antonio Carlense de Taekwondo. Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de iniciação esportiva, na modalidade de taekwondo, para atuação junto a Secretaria de Esportes do Município de Antônio Carlos/SC. Valor: O preço total estipulado para a prestação deste serviço é de R\$ 39,50 (trinta e nove reais e cinquenta centavos) por hora efetivamente prestada no desenvolvimento das atividades junto aos atletas, com carga horária anual de 400 (quatrocentas) horas. Vigência: 01 de abril de 2019 a 01 de abril de 2020.

Antônio Carlos, 02 de abril de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 157/2019

Publicação Nº 1970209

PORTARIA Nº 157/2019

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE por 30 dias a servidora CAMILA ZIMMERMANN BAMBINETTE, ocupante do cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, a partir de 01 de abril de 2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/04/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 02 de abril de 2019.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 03 de abril de 2019.

Apiuna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PP 36/2019

Publicação Nº 1969984



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR MÍDIA IMPRESSA DESTINADA À PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE APIÚNA, INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS E SEUS RESPECTIVOS FUNDOS.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE APIUNA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna/SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preço nº 36/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR MÍDIA IMPRESSA DESTINADA À PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE APIÚNA, INCLUINDO TODAS AS SECRETARIAS E SEUS RESPECTIVOS FUNDOS**, conforme quantitativos e condições a seguir:

87769 - SEE EDITORACAO DE JORNAIS LTDA-ME					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
3	PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE APIÚNA EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO COM PERIODICIDADE NO MÍNIMO SEMANAL E COM TIRAGEM MÍNIMA DE 1.200 EXEMPLARES		6000	R\$4,9000	R\$ 29.400,00
Total Fornecedor:					R\$ 29.400,00
139394 - EDITORA DIARIO DO ALTO VALE LTDA EPP					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
2	PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE APIÚNA EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO COM PERIODICIDADE DIÁRIA E TIRAGEM MÍNIMA DE 2.000 EXEMPLARES	JORNAL DIÁRIO DO ALTO VALE	5000	R\$12,9500	R\$ 64.750,00
Total Fornecedor:					R\$ 64.750,00
Total Geral:					R\$ 94.150,00

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

1.4 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

1.5 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 36/2019 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará até 02/04/2020.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os serviços deverão ser prestados conforme solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Apiúna. As publicações deverão ser obrigatoriamente divulgadas um dia após a solicitação e encaminhamento da Ordem de Compra ou empenho.

4.1.1 Se a realização dos serviços cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da realização do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias dos serviços realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os serviços que forem recusados deverão ser substituídos/refeitos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos/serviços entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em **30 (trinta) dias após prestação do serviço**, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Deverá ser emitida Nota Fiscal para o CNPJ 11.195.905/0001-80 – Fundo Municipal de Saúde de Apiúna, quando os produtos forem solicitados pela Secretaria de Saúde. Para as demais Secretarias a Nota Fiscal deverá ser emitida para o CNPJ 79.373.767/0001-16 - Prefeitura Municipal de Apiúna.

5.1.2 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.3 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2019 e as respectivas para o exercício de 2020.

Dotação
104.8.1.2087.3339039470000000000.1000000
104.8.1.2087.3339039900000000000.1000000
156.2.1.2020.3339039470000000000.1000000
156.2.1.2020.3339039900000000000.1000000
166.6.1.2060.3339039470000000000.1000000
166.6.1.2060.3339039900000000000.1000000
171.7.1.2070.3339039470000000000.1000000
171.7.1.2070.3339039900000000000.1000000
172.4.1.2047.3339039470000000000.1010000
172.4.1.2047.3339039900000000000.1010000
186.10.1.2111.3339039900000000000.1000000
187.6.1.2060.3339039470000000000.1390300
187.6.1.2060.3339039900000000000.1390300
192.3.1.2030.3339039470000000000.1000000
192.3.1.2030.3339039900000000000.1000000
193.13.1.2132.3339039470000000000.1000000
193.13.1.2132.3339039900000000000.1000000
282.5.1.2050.3339039470000000000.1020000
282.5.1.2050.3339039900000000000.1020000
291.5.1.2056.3339039470000000000.1380900
291.5.1.2056.3339039900000000000.1380900



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

294.5.1.2055.3339039470000000000.1380800
294.5.1.2055.3339039900000000000.1380800
37.8.1.2085.3339039470000000000.1000000
37.8.1.2085.3339039900000000000.1000000
53.9.1.2091.3339039470000000000.1000000
53.9.1.2091.3339039900000000000.1000000
59.8.1.2088.3339039470000000000.1000000
72.13.1.2131.3339039470000000000.1000000
72.13.1.2131.3339039900000000000.1000000

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos/serviços prestados;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

- a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;
- b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

- 9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;
 - 9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;
 - 9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;
 - 9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
 - 9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
 - 9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - 9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
 - 9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;
 - 9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;
 - 9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - 9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
 - 9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.
 - 9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:
- 9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.
 - 9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
 - 9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;
- 9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:
 - 10.2.1 **Advertência**, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.
 - 10.2.2 **Multa**, conforme os seguintes critérios:
 - 10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;
 - 10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIÚNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na prestação do serviço.

10.2.3 **Suspensão de Participação** em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos **itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.**

10.2.4 **Declaração de Inidoneidade**, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 2 de abril de 2019.

JOSE GERSON GONCALVES
MUNICÍPIO DE APIÚNA
Prefeito de Apiúna
CONTRATANTE

EMPRESA:

SEE EDITORACAO DE JORNAIS LTDA-ME
AILTON CARLOS COELHO
Contratada

EDITORA DIARIO DO ALTO VALE LTDA EPP
CLAUDINEI ROBERTON DA SILVA
Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2019 PP 37/2019

Publicação Nº 1969752



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2019**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS PARA A CAMPANHA DE MUDAS DE FRUTAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.**

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE APIUNA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do(a) para Registro de Preço nº 23/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO DE MUDAS PARA A CAMPANHA DE MUDAS DE FRUTAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, conforme quantitativos e condições a seguir:

14680 - AGROPLANTAS MONDINI LTDA ME					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	MUDA DE TANGERINA CLEMENULES	MUDA DE TANGERINA CLEMENULES MARCA AGROPLANTAS MONDINI	1500	R\$9,3000	R\$ 13.950,00
2	MUDA DE TANGERINA PIEMONTE	MUDA DE TANGERINA PIEMONTE MARCA AGROPLANTAS MONDINI	1500	R\$9,3000	R\$ 13.950,00
Total Fornecedor:					R\$ 27.900,00
Total Geral:					R\$27.900,00

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

1.4 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

1.5 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 23/2019 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará do dia 08/03/2019 até 08/03/2020.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os produtos deverão ser entregues no dia 28/06/2019 até às 12 horas. O local de entrega será na Garagem da Prefeitura de Apiúna, localizada na Rua Quintino Bocaiúva nº 204, Fundos, Centro, Apiúna/SC, 89.135-000.

4.1.1 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.2 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos/refeitos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

4.5 A licitante vencedora deverá apresentar, quando da entrega, Atestado Fitossanitário de Origem (CFO), emitido pelo CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina ou pelo Ministério da Agricultura dentro do prazo de validade de 30 dias, certificado de qualidade das mudas, isenta de bactérias, viroses e quaisquer outras pragas e Permissão de Transito de Vegetais.

4.6 As mudas certificadas devem ter as seguintes características aceitáveis:

- a) Serem produzidas em ambiente protegido (viveiro telado), dentro de sacos plásticos com no mínimo 4 litros de substrato esterilizados.**
- b) Ter enxerto feito entre 10 a 20 cm de altura, a partir do colo da planta.**
- c) Apresentar 0,5 cm acima do ponto de enxertia e diâmetro mínimo de 0,8 cm.**



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

- d) Altura da muda deverá ser no mínimo de 50 cm.
- e) O porta enxerto deveser TRIFOLIATA E.E.C ou CITRUMELO SWINGLE.
- f) A licitante deve ser de região livre de GREENING e CANCRO CITRICO.
- g) As mudas a serem entregues deverão ser produzidas em viveiro próprio da licitante.
- h) As mudas deverão ser produzidas dentro do estado de Santa Catarina.
- i) As mudas deverão ser isentas de quaisquer plantas daninhas, como por exemplo, tirica, trevo e grama seda. Não serão aceitas as mudas que apresentam incidência do Nematóide Tylenchulus Semipenetrans, cochonilha da raiz, cochonilha da terra, cancro cítrico, CVC (amarelinho) e gomose
- j) As mudas devem apresentar sistema radicular bem desenvolvido, sem raízes enoveladas ou retorcidas.

4.7 A contratada obriga-se a entregar os itens, bem como dar as condições e garantias técnicas de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do contratante.

4.8 Não serão aceitos no momento da entrega, itens de marca e/ou especificações diferentes daqueles constantes na proposta vencedora.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias após entrega da mercadoria**, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2019 e as respectivas para o exercício de 2020

Dotação
189.7.1.2073.3339030310000000000.1000000

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

- b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos/serviços prestados;
- c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

- a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;
- b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

- 9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;
- 9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;
- 9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;
- 9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;
- 9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;
- 9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.
- 9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 **Advertência**, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 **Multa**, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria / prestação do serviço.

10.2.3 **Suspensão de Participação** em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

10.2.4 **Declaração de Inidoneidade**, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 8 de março de 2019.

JOSE GERSON GONCALVES
MUNICÍPIO DE APIÚNA
Prefeito de Apiúna
CONTRATANTE

EMPRESA:

AGROPLANTAS MONDINI LTDA ME
MOACIR JOSE MONDINI
Contratada

DECRETO Nº 3200/2019

Publicação Nº 1970159

DECRETO Nº 3200/2019
De 29/03/2019

CONSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA – CCO DA 24ª TANGEFEST – FESTA DA TANGERINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Organizadora da 24ª Festa da Tangerina do Município de Apiúna, composta pelos seguintes membros:

PRESIDENTE	: ADILSON FORTUNATO
SECRETÁRIA	: LUCIANE SABEL
MEMBRO	: CÉLIA TEREZINHA SCHULZ

Art. 2º A Comissão Organizadora fica investida de todos os poderes para organizar o evento, inclusive solicitar patrocínio a empresas, convocar servidores municipais para trabalhar nas atividades pertinentes ao evento e elaborar o cronograma das atividades.

Art. 3º As ações da Comissão que impliquem em despesa para o Município deverão ser previamente aprovadas pelo Prefeito, observada a legislação respectiva.

Art. 4º As funções dos membros da comissão não serão remuneradas, por serem consideradas de relevante interesse público.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna - SC, 29 de março de 2019.

JOSE GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3201/2019

Publicação Nº 1970163

DECRETO Nº 3201/2019
De 29/03/2019

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A LEI FEDERAL Nº 13.722, DE QUATRO DE OUTUBRO DE 2018 QUE TORNA OBRIGATÓRIA A CAPACITAÇÃO EM NOÇÕES BÁSICAS DE PRIMEIROS SOCORROS DE PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICOS E PRIVADOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E DE ESTABELECIMENTOS DE RECREAÇÃO INFANTIL.

JOSE GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo municipal, a obrigação de capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil de que trata a Lei Federal nº 13.722, de quatro de outubro de 2018.

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino de educação básica da rede pública, por meio dos respectivos sistemas de ensino, e os estabelecimentos de ensino de educação básica e de recreação infantil da rede privada deverão capacitar professores e funcionários em noções de primeiros socorros.

§ 1º O curso deverá ser ofertado anualmente e destinar-se-á à capacitação e/ou à reciclagem dos professores e funcionários dos estabelecimentos de ensino e recreação a que se refere o caput deste artigo, sem prejuízo de suas atividades ordinárias.

§ 2º Serão capacitados, anualmente, no mínimo, 20% (vinte por cento) da quantidade de profissionais em cada estabelecimento de ensino ou de recreação.

§ 3º A responsabilidade pela capacitação dos professores e funcionários dos estabelecimentos públicos caberá à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Apiúna.

Art. 3º Os cursos de primeiros socorros serão ministrados pelos Bombeiros Voluntários que atuam na região ou por profissionais devidamente habilitados lotados na Secretaria de Saúde e Promoção Social do Município e têm por objetivo capacitar os professores e funcionários para identificar e agir preventivamente em situações de emergência e urgência médicas, até que o suporte médico especializado, local ou remoto, se torne possível.

§ 1º No impedimento das entidades mencionadas no caput os cursos poderão ser ministrados por outras entidades municipais ou estaduais especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial à população, no caso dos estabelecimentos públicos, e por profissionais habilitados, no caso dos estabelecimentos privados.

§ 2º O conteúdo dos cursos de primeiros socorros básicos ministrados deverá ser condizente com a natureza e a faixa etária do público atendido nos estabelecimentos de ensino ou de recreação.

§ 3º Os estabelecimentos de ensino ou de recreação das redes pública e particular deverão dispor de kits de primeiros socorros, conforme orientação das entidades especializadas em atendimento emergencial à população, que deverão estar à disposição dos estabelecimentos em até 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação deste Decreto.

Art. 4º São os estabelecimentos de ensino obrigados a afixar em local visível a certificação que comprove a realização da capacitação de que trata este Decreto e o nome dos profissionais capacitados.

Art. 5º O não cumprimento das disposições deste Decreto implicará na imposição das seguintes penalidades pela autoridade administrativa, no âmbito de sua competência:

I - notificação de descumprimento do Decreto e, conseqüentemente, da Lei Federal;

II - multa correspondente ao valor de 50 UFM (Unidade Fiscal Municipal), aplicada em dobro em caso de reincidência; ou

III - em caso de nova reincidência, a cassação do alvará de funcionamento ou da autorização concedida pelo órgão de educação, quando se tratar de creche ou estabelecimento particular de ensino ou de recreação, ou a responsabilização patrimonial do agente público, quando se tratar de creche ou estabelecimento público.

Art. 6º Os estabelecimentos de ensino de que trata este Decreto deverão estar integrados à rede de atenção de urgência e emergência do Município e região e estabelecer fluxo de encaminhamento para uma unidade de saúde de referência.

Art. 7º O Município, em parceria com os Bombeiros Voluntários que atuam na região e por profissionais devidamente habilitados lotados na Secretaria de Saúde e Promoção Social definirá, anualmente os critérios para a implementação dos cursos de primeiros socorros previstos neste Decreto.

Parágrafo único Os Cursos terão a duração mínima de 4h anuais.

Art. 8º As despesas para a execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Apiúna, 29 de março de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 188/2019

Publicação Nº 1970560

LEI COMPLEMENTAR Nº 188/2019

De 02/04/2019

ALTERA O ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 78/2005 E SUAS ALTERAÇÕES, QUE DISPÕE SOBRE O QUADRO DE PESSOAL, PLANO DE CARGO, VENCIMENTOS E DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada e acrescida no Quadro de Cargos da Administração Direta, Cargos de Provimento Efetivo, Anexo II da Lei Complementar nº 78/2005 e suas alterações, 08 (oito) vagas no cargo de Auxiliar Desenv. em Educação Infantil – Creche, Símbolo ADI, passando este Cargo no Anexo II a vigorar conforme abaixo descrito:

Anexo II - Quadro de Cargos da Administração Direta, Cargos de Provimento Efetivo

Nome do Cargo	Símbolo	No Vagas	Carga Horária	Vencimentos R\$
.....
Auxiliar Desenv. em Educação Infantil - Creche	ADI	62	44	1.459,53
.....

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna, SC, em 02 de abril de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº893/2019

Publicação Nº 1970556

LEI ORDINÁRIA Nº893/2019

DE 02/04/2019

INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SIMASE), NAS MODALIDADES DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE LIBERDADE ASSISTIDA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE, DESTINADO AOS ADOLESCENTES EM AUTOR DE ATO INFRA-CIONAL DO MUNICÍPIO DE APIÚNA-SC.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (SIMASE) e regulamenta a execução das medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade executadas no âmbito Municipal.

Parágrafo Único Entende-se por SIMASE um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo que deve regular desde o processo de apuração do ato infracional até a execução de medida socioeducativa e, para tanto, demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras, para fornecer a proteção integral.

Art. 2º O SIMASE será coordenado e integrado aos órgãos responsáveis pela execução da política pública de Assistência Social, Educação, Saúde, Trabalho, Previdência Social, Cultura, Esporte, Lazer, Segurança Pública que respondem pela implementação dos seus respectivos serviços de atendimento ao adolescente ao qual seja aplicada medida socioeducativa e por entidades não governamentais com atuação na área da criança e do adolescente, devidamente registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (CMDCA).

Art. 3º É responsabilidade do Município:

I - formular, instituir, coordenar e manter o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, respeitadas as diretrizes fixadas pela União e pelo Estado;

II - elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual;

III - criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto;

IV - editar normas complementares para a organização e funcionamento dos programas do seu Sistema de Atendimento Socioeducativo;

V - cadastrar-se no Sistema Nacional de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo e fornecer regularmente os dados necessários ao povoamento e à atualização do Sistema;

VI - cofinanciar, conjuntamente com os demais entes federados, a execução de programas e ações destinados ao atendimento inicial de adolescente;

VII - garantir a Intersetorialidade e a interface entre as políticas públicas de âmbito Municipal.

VIII. Indicar o Coordenador do Serviço de Medidas Socioeducativas que ficará responsável pelo SIMASE.

Art. 4º É responsabilidade do Serviço de Medidas Socioeducativas vinculado a Secretaria de Saúde e Promoção Social:

I. Implantar e fornecer condições para o funcionamento de uma Comissão Intergestora que ficará responsável pela elaboração e monitoramento de todas as etapas de implementação do SIMASE.

II. Atualizar intersetorialmente o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, que deverá incluir um diagnóstico da situação, as diretrizes, os objetivos, as metas, as prioridades e as formas de financiamento e gestão das ações de atendimento, as ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer e capacitação para o trabalho, para os adolescentes atendidos, que será avaliado a cada 02 (anos), em sintonia com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e nas Resoluções do CONANDA, e encaminhar para apreciação e deliberação do CMDCA;

III. Acompanhar os adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade;

IV. Garantir articulação com o órgão gestor Estadual para acompanhamento em âmbito municipal dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade e de suas famílias;

V. Realizar encontros periódicos dos técnicos das medidas socioeducativa para discussão, troca de informações, experiências e aprimoramento do processo pedagógico;

VI. Definir em consonância com art. 12 da Lei 12.594/2012 (SINASE) e a Resolução 119/2006 do CONANDA, as equipes de atendimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, compostas por profissionais de diferentes áreas, Saúde, Educação, Assistência Social, conforme normas de referências.

VII. Garantir que o adolescente e sua família sejam acompanhados em todas as etapas por uma equipe técnica de referência;

VIII. Garantir a proximidade comunitária do atendimento no cumprimento de Medida em Meio Aberto, permitindo a realização das atividades socioeducativas com os adolescentes e suas famílias nos CRAS ou em outras entidades da rede de políticas públicas no Município;

IX. É responsabilidade da equipe técnica o acompanhamento e preenchimento do Plano Individual de Atendimento (PIA);

X. Definir no PIA as atividades socioeducativas de forma personalizada, de acordo com as reais necessidades, especificidades e interesses de cada adolescente, com definição dos objetivos que se pretende atingir, evitando assim atividades exclusivamente internas aos programas que se destinam apenas aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;

XI. Garantir a continuidade das ações de atendimento, na progressão ou regressão de medida, por meio de contatos entre as equipes técnicas dos diferentes serviços, instituindo um registro de referência e contra referência e relatórios periódicos do adolescente.

XII. Garantir o acompanhamento social através do Plano Sociofamiliar às famílias dos adolescentes em cumprimento de MSE e aos egressos, tornando-a obrigatoriamente referenciada ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ofertado pelo CRAS;

XIII - Garantir política de capacitação para os atores envolvidos no acompanhamento e execução das Medidas Socioeducativas;

XIV - Instituir avaliação e monitoramento do Sistema Socioeducativo, com indicadores de diferentes naturezas, contemplando aspectos quantitativos e qualitativos;

XV - celebrar convênios com entidades de direito público e/ou entidades de direito privado, bem como, estabelecer parcerias com empresas particulares, visando o desenvolvimento das atividades relativas a execução das medidas socioeducativas de que trata esta Lei.

Art. 5º É responsabilidade do órgão gestor da Saúde:

I. Consolidar parcerias com órgãos de saúde do Estado e da União visando o cumprimento dos artigos 07 ao 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente que trata sobre o Direito à Vida e Saúde.

II. Garantir a igualdade de acesso à população de adolescentes que se encontram no atendimento socioeducativo e suas famílias, considerando suas dificuldades e vulnerabilidades, as ações e serviço de atenção à saúde da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) em especial aos temas de drogadição, uso e abuso de álcool e prevenção à violência.

III. Oferecer grupos de promoção de saúde incluindo temas relacionados à sexualidade e direitos sexuais, prevenção de DST/Aids, uso de álcool e outras drogas, orientando o adolescente, encaminhando-o e apoiando-o, sempre que necessário, para o serviço básico de atenção à saúde;

IV. Buscar articulação e parcerias com os órgãos de saúde do Estado e da União a fim de receber apoio e desenvolver programas especiais que considerem as peculiaridades, vulnerabilidades e necessidades dos adolescentes;

V. Assegurar ao adolescente que esteja no atendimento socioeducativo o direito de atenção à saúde de qualidade na rede pública (SUS), de

acordo com suas demandas específicas;

VI. Buscar articulação dos programas socioeducativos com a rede local de atenção à saúde mental, e a rede de saúde, de forma geral, visando construir, interinstitucionalmente, programas permanentes de reinserção social para os adolescentes com transtornos mentais;

VII. Assegurar que as equipes multiprofissionais do Serviço de Medidas Socioeducativas – articuladas com a rede local de atenção à saúde e saúde mental – estejam habilitadas para atender e acompanhar de maneira individualizada os adolescentes com transtornos mentais que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, respeitadas as diretrizes da reforma psiquiátrica, recebendo assim tratamento na rede pública de qualidade;

VIII. Assegurar que as ações de prevenção ao uso/abuso de drogas sejam incluídas nos grupos de discussão da política de saúde, privilegiando ações de redução de danos e riscos à saúde;

IX. Assegurar que sejam desenvolvidas práticas educativas que promovam a saúde sexual e saúde reprodutiva dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e os seus parceiros, favorecendo a vivência saudável e de forma responsável e segura abordando temas como: planejamento familiar, orientação sexual, gravidez, paternidade, maternidade responsável, contracepção, doenças sexualmente transmissíveis.

Art. 6º É responsabilidade do órgão gestor da Educação e Cultura:

I. Garantir o acesso aos níveis de educação formal, oferecidos no Sistema Municipal/Estadual de Ensino aos adolescentes inseridos no atendimento socioeducativo, de acordo com a sua necessidade, visando o cumprimento do exposto no Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial nos Artigos 53 ao 57 bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

II. Estreitar relações com as escolas e entidades e/ou programas que executam o atendimento socioeducativo para que conheçam a proposta pedagógica e sua metodologia de acompanhamento do adolescente;

III. Permitir o acesso à educação escolar considerando as particularidades do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas com deficiência, equiparando as oportunidades em todas as áreas (transporte, materiais didáticos e pedagógicos, equipamento e currículo, acompanhamento especial escolar, capacitação de professores e profissionais especializados, entre outros).

IV. Permitir o acesso à educação escolar considerando as particularidades do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativa em uso de álcool e outras drogas, equiparando as oportunidades em todas as áreas.

V. Inserir no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, questões referentes à Política de Juventude, e questões referentes às medidas socioeducativas que abordem temas como: autocuidado, autoestima, autoconhecimento, relações de gênero, relações étnico-raciais, cidadania, cultura de paz, relacionamentos sociais, uso de álcool e outras drogas, prevenção das violências, esportes, alimentação, trabalho, educação, projeto de vida, desenvolvimento de habilidades sociais, mercado de trabalho.

VI. Propiciar o acesso a programações culturais, teatro, literatura, dança, música, artes, cinema, folclore, constituindo espaços de oportunidade da vivência de diferentes atividades culturais e artísticas,

VI. Propiciar o acesso a processos de formação, qualificação artística, respeitando as aptidões dos adolescentes;

VII. Assegurar e consolidar parcerias, através de editais, com as Secretarias estaduais, órgãos e similares responsáveis pela política pública, ONGs e iniciativa privada no desenvolvimento e oferta de programas culturais aos adolescentes;

Art. 7º É responsabilidade do órgão gestor do Esporte:

I. Assegurar e consolidar parcerias, através de editais, com as Secretarias estaduais, órgãos e similares responsáveis pela política pública, ONGs e iniciativa privada no desenvolvimento e oferta de programas esportivos e de lazer aos adolescentes;

II. Promover por meio de atividades esportivas, o ensinamento de valores como liderança, tolerância, disciplina, confiança, equidade étnico-racial e de gênero;

III. Propiciar o acesso aos adolescentes de todas as atividades esportivas e de lazer como instrumento de inclusão social, sendo as atividades escolhidas com a participação destes e respeitados os seus interesses.

Art. 8º É responsabilidade do CMDCA as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo, nos termos previstos no inciso II do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como outras definidas na legislação municipal e apreciar e deliberar sobre o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 9º Os programas e entidades de atendimento executoras de medidas socioeducativas devem ser inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 10 Além da especificação do regime são requisitos obrigatórios para a inscrição de programa de atendimento:

I. A exposição das linhas gerais dos métodos e técnicas pedagógicas, com a especificação das atividades de natureza coletiva;

II. A indicação da estrutura material, dos recursos humanos e das estratégias de segurança compatíveis com as necessidades da respectiva unidade;

III. Regimento interno que regule o funcionamento da entidade, no qual deverá constar, no mínimo o detalhamento das atribuições e responsabilidades do dirigente, de seus prepostos, dos membros da equipe técnica e dos demais profissionais;

IV. A política de formação dos recursos humanos;

V. A previsão das ações de acompanhamento do adolescente após o cumprimento de medida socioeducativa;

VI. A indicação da equipe técnica, cuja quantidade e formação devem estar em conformidade com as normas de referência do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dos conselhos profissionais e com o atendimento socioeducativo a ser realizado;

VII. A adesão ao Sistema de Informações sobre o Atendimento Socioeducativo, bem como sua operação efetiva.

Parágrafo Único O não cumprimento do previsto neste artigo sujeita as entidades de atendimento, os órgãos gestores, seus dirigentes ou prepostos à aplicação das medidas previstas no art. 97 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 11 Compete à Coordenação do Serviço de Medidas Socioeducativas de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida:

I - selecionar e credenciar orientadores, designando-os, caso a caso, para acompanhar e avaliar o cumprimento da medida;

II - receber o adolescente e seus pais ou responsáveis e orientá-los sobre a finalidade da medida e a organização e funcionamento do programa;

III - encaminhar o adolescente para o orientador credenciado;

IV - supervisionar o desenvolvimento da medida; e

V - avaliar, com o orientador, a evolução do cumprimento da medida e, se necessário, propor à autoridade judiciária sua substituição, suspensão ou extinção.

Parágrafo Único O rol de orientadores credenciados deverá ser comunicado, quando houver alteração dos mesmos, à autoridade judiciária e ao Ministério Público.

Art. 12 Incumbe ainda à Coordenação do Serviço de Medidas Socioeducativas de prestação de serviços à comunidade selecionar e credenciar

entidades assistenciais, hospitais, escolas ou outros estabelecimentos congêneres, bem como os programas comunitários ou governamentais, de acordo com o perfil do socioeducando e o ambiente no qual a medida será cumprida.

Parágrafo Único Se o Ministério Público impugnar o credenciamento, ou a autoridade judiciária considerá-lo inadequado, instaurará incidente de impugnação, com a aplicação subsidiária do procedimento de apuração de irregularidade em entidade de atendimento regulamentado na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente),

Art. 13 O SIMASE será cofinanciado com recursos dos Governos Federal, Estadual e Municipal;

Art. 14 O CMDCA definirá anualmente, o percentual de recurso do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente a serem aplicados no financiamento das ações previstas nesta Lei, em especial para capacitação, sistemas de informação e de avaliação.

Art. 15 O Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (SIMASE) deve ser contemplado no PPA, LDO e Orçamento Municipal, garantindo os recursos Municipais próprios necessários para seu funcionamento.

Art. 16 O Município deverá garantir que a definição da execução físico-financeira seja realizada de forma conjunta com a equipe do Serviço de Medidas Socioeducativas.

Art. 17 A execução das medidas socioeducativas em meio aberto reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - legalidade;

II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas socioeducativas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;

III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas;

IV - individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;

V - mínima intervenção, restrita ao necessário para a realização dos objetivos da medida socioeducativa;

VI - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status; e

VII - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

Art. 18 Compete a Coordenação do Serviço de Medidas Socioeducativas criar metodologias que garantam o acompanhamento e monitoramento das medidas aplicadas aos adolescentes autores de ato infracional.

Art. 19 É de responsabilidade da Coordenação do Serviço de Medidas Socioeducativas instituir a avaliação e monitoramento do Sistema Socioeducativo, podendo criar grupos de avaliação e aprimoramento das condições de atendimento (do ponto de vista de recursos humanos e instalações), sem caráter fiscalizatório, a fim de verificar a adequação dos programas e propor melhorias.

Art. 20 A Avaliação e o Monitoramento do Sistema Socioeducativo deve considerar indicadores de diferentes naturezas, contemplando aspectos quantitativos e qualitativos nos seguintes grupos:

I. Indicadores de maus tratos;

II. Indicadores de tipos de ato infracional e de reincidência;

III. Indicadores de oferta e acesso: número de vagas por programa no Município;

IV. Número de adolescentes por entidade e/ou programa de atendimento Socioeducativo; número médio de adolescentes por entidade e/ou programa de atendimento Socioeducativo;

V. Indicadores de fluxo no sistema: tempo de permanência e seus motivos, em cada medida/programa, fluxo dos processos, progressão de medidas e saída do sistema;

VI. Indicadores das condições socioeconômicas do adolescente e da família: caracterização do perfil do adolescente autor de atos infracionais;

VII. Indicadores de qualidades dos serviços de medidas socioeducativas de Liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade que permitirão o estabelecimento de padrões mínimos de atendimento nos diferentes serviços;

Art. 21 A Coordenação do Serviço de Medidas Socioeducativas deverá elaborar anualmente o relatório sobre as atividades e resultados do Sistema Socioeducativo Municipal.

Art. 22 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna (SC), 02 Abril de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº894/2019

Publicação Nº 1970365

LEI ORDINÁRIA Nº894/2019

DE 02/04/2019

ESTABELECE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DE APIÚNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE APIÚNA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO TUTELAR

Art. 1º Fica mantido o Conselho Tutelar de Apiúna, criado pela Lei Municipal nº 744/2014, de 05/08/2014, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de (nome do Município), que será exercida por 05

(cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de Apiuna constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Apiúna, aplicando-se, no que couber, a Lei Federal n. 8.112/1990.

Art. 3º Caberá ao Executivo Municipal criar e manter novos Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de 01 (um) Conselho para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

Parágrafo único. Havendo mais de 01 (um) Conselho Tutelar, caberá à gestão municipal definir sua localização, horário de funcionamento e organização da área de atuação, através de Decreto do Executivo Municipal, podendo considerar a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como, observados os indicadores sociais do Município.

SEÇÃO I

Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 4º A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II - custeio com remuneração e formação continuada;

III - custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;

IV - manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar, bem como assessorias e consultorias para a realização de processos de escolha.

§ 2º O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§4º Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 5º É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, composta, preferencialmente, por servidores efetivos, assim como sede própria, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

I - Placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;

II - Sala reservada para a recepção do público;

III - Sala reservada para o atendimento dos casos;

IV - Sala reservada para os serviços administrativos;

V – Sala reservada para reuniões; e,

VI – Banheiros.

§2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 4º O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§5º É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§ 6º Deve ser lotado em cada Conselho Tutelar, obrigatoriamente, um auxiliar administrativo, e, preferencialmente, um motorista exclusivo; na impossibilidade, o Município deve garantir, por meio da articulação dos setores competentes, a existência de motorista disponível sempre que se fizer necessário para a realização de diligências por parte do Conselho Tutelar, inclusive nos períodos de sobreaviso.

Art. 6º As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 7º Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 2º O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

SEÇÃO II

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 8º O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto para atendimento da população das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 9º O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Apiúna.

§ 1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte.

§ 2º Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e deverá se pautar na realidade do Município.

§ 3º Para a compensação do sobreaviso, poderá o Município, ouvido o Colegiado do Conselho Tutelar, prever indenização ou gratificação conforme dispuser a legislação pertinente ao servido público municipal.

§ 4º Caso o Município não opte pela remuneração extraordinária, o membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 02 (dois) dias para cada 07 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição a 30 dias por ano civil.

§ 5º O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não

poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 6º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 10 O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador administrativo, se necessário, o voto de desempate.

§ 3º Em havendo mais de um Conselho Tutelar no Município, será também obrigatória a realização de, ao menos, uma reunião mensal envolvendo todos os Colegiados, destinada, dentre outras, a uniformizar entendimentos e definir estratégias para atuação na esfera coletiva.

SEÇÃO III

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 11 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 12 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 13 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir Subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá contratar empresas especializadas para assessorar e, poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§ 5º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 7º A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 14 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;

d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e

e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 15 O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO IV

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 16 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residência no Município;

IV - experiência mínima de 01 (um) ano no trabalho com crianças e adolescentes ou curso de especialização em matéria de infância e juventude com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

V - conclusão do ensino superior;

VI - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VII - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

X - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

IX - não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

XI - Não ter sido advertido pelo CMDCA ou outro órgão competente, mais do que 03 (três) vezes no exercício da função no decurso de mandato anterior.

XII - Apresentar laudo psicológico favorável ao exercício do cargo.

XIII - Apresentar atestado de avaliação médica favorável.

§ 1º O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o inciso VI deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.

§ 2º O CMDCA, em assembleia poderá, entre seus pares, definir outros requisitos para analisar e deferir candidaturas.

Art. 17 O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

SEÇÃO V

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 18 Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 20, desta Lei.

Art. 19 Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 20 Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

SEÇÃO VI

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 21 Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 22 Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

SEÇÃO VII

Da Campanha Eleitoral

Art. 23 Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

- I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
- II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;
- III - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
- IV - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;
- V - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;
- VI - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;
- VII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;
- VIII - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

IX - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 24 A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 25 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

SEÇÃO VIII

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 26 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 27 A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 28 À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO IX

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 29 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

SEÇÃO X

Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 30 Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7º Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

§ 10 Na hipótese de a vacância ocorrer no último ano do mandato do membro do Conselho Tutelar, poderá o suplente ser escolhido por meio de processo de escolha indireta organizado pelo CMDCA, conforme dispuser seu Regimento Interno.

§ 11 Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 31 A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

- I - a coordenação administrativa;
- II - o colegiado;
- III - os serviços auxiliares.

SEÇÃO I**Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar**

Art. 32 O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 33 A destituição do Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 34 Compete ao Coordenador administrativo do Conselho Tutelar:

- I - coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;
- II - convocar as sessões deliberativas extraordinárias;
- III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;
- IV - assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;
- V - zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;
- VI - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;
- VII - participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- VIII - enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;
- IX - comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;
- X - encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;
- XI - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;
- XII - submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;
- XIII - encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;
- XIV - prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;
- XV - exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

SEÇÃO II**Do Colegiado do Conselho Tutelar**

Art. 35 O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

- I - exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;
- II - definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;
- III - organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;
- V - organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;
- VI - propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;
- VII - participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;
- VIII - eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;
- IX - destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;
- X - elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado o envio de propostas de alteração;

§ 1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§ 2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

SEÇÃO III

Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 36 O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

- I - o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;
- II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
- III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;
- IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;
- V - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

SEÇÃO IV

Dos Deveres

Art. 37 Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

- I - manter ilibada conduta pública e particular;
- II - zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;
- III - cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;
- V - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;
- VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;
- VII - desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;
- VIII - declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;
- IX - cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- X - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;
- XI - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- XII - residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;
- XIII - prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- XIV - identificar-se nas manifestações funcionais;
- XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;
- XVI - comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.
- XVII - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
- XIX - guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;
- XX - ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO V

Das Responsabilidades

Art. 38 O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 39 A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 40 A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 41 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO VI

Da Regra de Competência

Art. 42 A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VII

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 43 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de auto composição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art. 44 São atribuições do Conselho Tutelar:

I - zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando

de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 45 O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 46 Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 47 Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

I - colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;

II - entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

IV - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VII - requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

VIII - propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;

IX - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

X - participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 48 É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 49 As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 50 No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 51 A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 52 O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 53 É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e

emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 54 Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 55 É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 56 Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 57 No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 58 Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;

II - nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;

III - nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

SEÇÃO VIII

Das Vedações

Art. 59 Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

II - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;

V - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;

VI - recusar fé a documento público;

VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;

IX - proceder de forma desidiosa;

X - descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;

XI - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

XII - ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;

XIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XIV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;

XV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XVI - atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;

XVII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;
XVIII - entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;
XIX - ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;
XX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;
XXI - praticar usura sob qualquer de suas formas;
XXII - celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;
XXIII - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;
XXIV - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;
XXV - cometer crime contra a Administração Pública;
XVII - abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;
XXVII - faltar habitualmente ao trabalho;
XXVIII - cometer atos de improbidade administrativa;
XXIX - cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;
XXX - praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
XXXI - proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.

Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO IX

Das Penalidades

Art. 60 Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I - advertência;
- II - suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III - destituição da função.

Art. 61 Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 62 O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal n. 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO X

Da Vacância

Art. 63 A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;
- III - transferência de residência ou domicílio para outro município;
- IV - aplicação da sanção administrativa de destituição da função;
- V - falecimento;
- VI - condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 64 Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I - vacância de função;
- II - férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;
- III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 65 Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§1º Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§4º O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 66 O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO XI

Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 67 Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 68 Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e temporário.

§ 1º No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor correspondente à R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais, que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 2º A remuneração deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º É facultado ao membro do Conselho Tutelar optar pela remuneração do cargo ou emprego público originário, sendo-lhe computado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 5º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 69 Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

- I - indenizações;
- II - auxílios pecuniários;
- III - gratificações e adicionais.

Art. 70 Os acréscimos pecuniários percebidos por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 71 Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar os auxílios pecuniários e as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

Parágrafo Único O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

Art. 72 Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

- I - cobertura previdenciária;
- II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III - licença-maternidade;
- IV - licença-paternidade;
- V - gratificação natalina

Art. 73 As demais perdas relacionadas às indenizações e reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Apiúna, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

Art. 74 A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos

XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, §2º, da Lei Federal n. 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

SEÇÃO XII

Das Férias

Art. 75 O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§2º Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Apiúna.

§3º Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 76 É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 77 Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

I - a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;

II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 78 Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 79 As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 80 A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 81 O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 03 (três) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 82 O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente a última remuneração por ele recebida.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor da última remuneração recebida.

SEÇÃO XIII

Das Licenças

Art. 83 Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

I - para participação em cursos e congressos;

II - para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;

III - para paternidade;

VI - em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

V - em virtude de casamento;

IV - por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§ 1º É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§ 2º As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de (nome do Município), pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

SEÇÃO XIV

Das Concessões

Art. 84 Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço em casos de

falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

SEÇÃO XV

Do Tempo de Serviço

Art. 85 O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 86 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§2º A capacitação a que se refere o §1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 87 Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Apiúna, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais e legislação correlata.

Art. 88 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 89 Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 90 Esta Lei entra em vigor a partir de 10 de janeiro de 2020, produzindo seus efeitos quanto ao processo de eleição a partir da deflagração do processo eleitoral a ser iniciado em abril de 2019, revogadas as disposições municipais em contrário.

Apiúna (SC), 02 de abril de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0274/2019

Publicação Nº 1969533

PORTARIA Nº 0274/2019

De 01 de abril de 2019

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE
MARCUS ALEXANDRE EHRESMANN

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 17 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Tornar sem efeito a nomeação de MARCUS ALEXANDRE EHRESMANN, nomeado pela Portaria nº 0236/2019 de 13 de março de 2019 para o cargo de Professor haja vista sua desistência expressa do respectivo cargo.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de abril de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0275/2019

Publicação Nº 1969534

PORTARIA Nº 0275/2019
De 01 de abril de 2019
NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO
MICHELE PEREIRA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 Art. 14, I e, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 02/2017, com homologação do resultado final em 17/07/2017, RESOLVE

Art. 1º - Nomear em 01 de abril de 2019, MICHELE PEREIRA, em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de PROFESSOR - 40 horas semanais, inscrição nº 587 do Concurso Público nº. 02/2017.

Art. 2º - A partir da publicação desta, abre-se o prazo de 15 dias para que o candidato, acima mencionado, apresente o rol de documentos necessários para tomar posse conforme estabelece Arts. 17 e 18 da Lei Complementar n. 95/2008 de 01/09/2008.

Art. 3º - Será tornada sem efeito a nomeação e declarado extinto o direito do nomeado quando, por ato ou omissão de que for responsável, a posse não se verificar no prazo estabelecido.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de abril de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0276/2019

Publicação Nº 1969535

PORTARIA Nº 0276/2019
De 01 de abril de 2019
CONCEDE COMPLEMENTO DE APOSENTADORIA PARA
JOSE DOMINGOS HASCKEL

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 54/2002 de 20/02/2002, RESOLVE

COMPLEMENTAR a aposentadoria do servidor inativo JOSE DOMINGOS HASCKEL, a partir da data do direito ao complemento, 01 de abril de 2019, visando quitar a diferença entre o benefício pago pelo INSS e o vencimento recebido pelo servidor na ativa.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de abril de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0277/2019

Publicação Nº 1969536

PORTARIA Nº 0277/2019
De 01 de abril de 2019

ENTRA EM EXERCÍCIO DO CARGO
ADEMIR SCHULZ

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, RESOLVE

Entrar em exercício em 01 de abril de 2019, ADEMIR SCHULZ, tendo em vista a apresentação de todos os documentos para a investidura no cargo de PEDREIRO.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de abril de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0278/2019

Publicação Nº 1969538

PORTARIA Nº 0278/2019
De 01 de abril de 2019
CONCEDE E REVOGA INSALUBRIDADE DE SERVIDORES DA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008

de 01/09/2009, Art. 107,
RESOLVE

Art. 1º - Revogar da servidora efetiva MADELAINE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais Creche, insalubridade de 40%, por não realizar mais a coleta de lixo, a partir de abril de 2019.

Art. 2º - Conceder para a servidora efetiva MARIA DE FATIMA MARTINS BARTH, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais Creche, insalubridade de 40%, por realizar a coleta de lixo, a partir de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de abril de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0279/2019

Publicação Nº 1969539

PORTARIA Nº 0279/2019

De 01 de abril de 2019

ALTERA CARGA HORÁRIA DE

SONIA JENSEN

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 169/17 de 20/09/2017,

RESOLVE

ALTERAR a carga horária de funcionária contratada temporariamente, SONIA JENSEN, contrato 21547-13, ocupante do cargo de PROFESSOR – 20H semanais passando a exercer o total de 40H semanais a partir de 01/04/2019 para atuar como professora auxiliar.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de abril de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO OFICIAL - PREGÃO PRESENCIAL 44/2019

Publicação Nº 1970112

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Pregão Presencial. nº 44/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR MÍDIA IMPRESSA DESTINADA À PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE APIÚNA EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO ESTADUAL COM PERIODICIDADE DIÁRIA E TIRAGEM MÍNIMA DE 15.000 EXEMPLARES.

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 06, centro, Apiúna/SC, 89135-000.

Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 16/04/2019 – Das 14 horas às 14 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura: 14/04/2019 – Após 09 horas e 20 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br

José Gerson Gonçalves /Prefeito de Apiúna

PUBLICAÇÃO OFICIAL AVISO PP 43/2019

Publicação Nº 1969187

Prefeitura de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 43/2019

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO E CONCERTO DE CALÇADAS

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, 1º andar, sala nº 06, Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC

Data/ Hora Protocolo dos envelopes/Autenticação da documentação/Credenciamento dos participantes: 16/04/2019 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura, lances e julgamento: 16/04/2019 – Após as 09 horas e 20 minutos

Edital disponível no site www.apiuna.sc.gov.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO 2408

Publicação Nº 1970298

Decreto nº 2408 de 29 de março de 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

Considerando a necessidade de renovação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme estabelece o art. 7º da Lei Municipal nº. 106, de 15 de julho de 2011;

DECRETA:

Art. 1º. A composição estrutural do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é preenchida pela nomeação dos seguintes membros:

§ 1º Os representantes do Poder Público:

I – Do Órgão Municipal de ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular: Sabrina Mores

Suplente: Dilmar Ilói Tiemann

ii – do órgão municipal de SAÚDE

Titular: Alan Felipiak

Suplente: Adriana Urquhart Duarte

III – do órgão municipal de EDUCAÇÃO

Titular: Rosimeri Hoffmann Kaster

Suplente: Dirlete Marlei Berner

IV – do órgão municipal de ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA

Titular: Dulci Driemeier

Suplente: Eduardo Lucas Morche

V – do órgão municipal de CULTURA E ESPORTES.

Titular: Dênis Leonardo Racki Noschang

Suplente: Daniela Lamb

§ 2º As entidades não governamentais que farão parte do CMDCA, através de seus representantes são as seguintes:

I – das associações de pais e professores das escolas sediadas no Município;

Titular: Rubia Cristina Patzlaff Kiekow

Suplente: Gabriela Luiza Schrammel Hollerweg

II – dos CLUBES DE MÃES regularmente constituídos e com sede no Município;

Titular: Rosinei Bock

Suplente: Nilvi Capitani

III – das ENTIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS sediadas no Município;

Titular: Lari Konrad Bogoni

Suplente: Charles Rodrigo Ebeling

IV – das ENTIDADES RELIGIOSAS com sede ou atuação no Município.

Titular: Imelda Baller

Suplente: Diva Wille

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), em 29 de março de 2019.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Registra-se e Publica-se.
Em 29 de março de 2019

PAULO VINICIUS HASSEMER
Responsável Pelas Publicações

DECRETO 2409

Publicação Nº 1970655

DECRETO Nº 2409, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Abre crédito suplementar adicional por conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018 no valor de R\$ 15.000,00 no Orçamento do Município de Arabutã.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 928 de 19 de outubro de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 – LDO e dá outras providências, e 934 de 17 de dezembro de 2018, que estima a Receita e Fixa a Despesa, do Município de Arabutã/SC, para o exercício de 2019 – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão	15	SECRETARIA MUN. DA AGRIC. IND. COM. SERV. E MEIO AMBIENTE		
Unidade	03	Setor de Meio Ambiente		
Projeto Atividade	2.101	Participação no Consórcio Lambari		
Modalidade	190	3393000000000000030000	Aplicações Diretas	15.000,00
TOTAL				15.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º da presente Lei será aberto por do Superávit financeiro das fontes de recursos abaixo listadas:

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro:

Descrição da Fonte: 0.3.000 – Recursos Ordinários – Superávit Financeiro R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 29 de Março de 2019.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registra-se e Publica-se
Em, 29 de março de 2019.
Paulo Vinícius Hassemer
Responsável Pelas Publicações

TERMO ADITIVO CONTRATO ACT 11/2019

Publicação Nº 1969293

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 11/2009

Primeiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, CHEILA FELIPE CHIELLA, celebrado em 05 de fevereiro de 2019.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. LEANI KAPP SCHMITT, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº. 492.348.549-34, residente e domiciliada em Linha Unidos, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte a Senhora CHEILA FELIPE CHIELLA, inscrita no CPF/MF sob o nº. 083.892.129-94, doravante denominado CONTRATADO têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: Da Vigência, fica rescindida a vigência no dia 02 de abril de 2019.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das

testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 02 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ
Leani Kapp Schmitt

CONTRATADA

Cheila Felipe Chiella
Testemunhas:

Dulci Driemeier Lösch
CPF/MFnº. 009.112.609-60
Glaucia Potrattz
CPF/MFnº. 053.825.249-98

Arroio Trinta**PREFEITURA****CONTRATO N° 0017/2019**

Publicação N° 1969327

CONTRATO N°0017/ 2019, PROCESSO LICITATÓRIO N° 0037/2019, PREGÃO PRESENCIAL N°0004/2019, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E LANCES PARA ATIVIDADES DO CRAS E 3ª IDADE, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA RODINEI JOSÉ PANDOLFO-ME.

Contrato de compra e venda que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **CLAUDIO SPRÍCIGO**, brasileiro, casado, portador do CPF n° 551.995.939-00 e CI n° 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – Santa Catarina e de outro lado à empresa **RODINEI JOSÉ PANDOLFO-ME**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n°30.465.805/0001-71, com sede na Rua Nicolau Cavon, 160 no município de Videira – Estado de Santa Catarina, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pela Senhora **ELOI MARCELINO PARIZOTTO**, Portadora da Carteira de Identidade n° 1.709.398 e CPF n° 551.607.949-72, residente e domiciliado na cidade de Videira – Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório N° 0037/2019, Pregão Presencial N°0004/2019, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei n° 10.520/02, Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONSTITUI OBJETO DESTES CONTRATO a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, LANCHES PRONTOS E MATERIAL DE COPA E COZINHA PARA MANEUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS E DO GRUPO DA 3ª IDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2019, tudo conforme processo Licitatório, itens, quantidades, qualidade, valores unitários e totais, que a seguir transcrevemos:

3536 - RODINEI JOSÉ PANDOLFO - ME (30.465.805/0001-71)

Lote	Item	Material/Serviço	Un. Med.	Marca	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
4	11	31714 - Carne de gado alcatra e filê duplo , padrão de 2,5 kg	KG	FRIPRANDO	150	19,91	2.987,24
4	12	31715 - Carne moída fina de 1ª qualidade	KG	FRIPRANDO	50	14,75	737,51
4	13	31716 - Carne tipo sobrecoxa Congelado a -12°C ou menos, respeitando as recomendações do fabricante, com pesagem média de 250gr por peça. A carne deve ser firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara, pele aderente e odor	KG	FRIAVES	40	6,52	260,86

		característico. A Não poderá conter gelo em excesso. Embalagem: deve estar intacta, prazo de validade de no mínimo 10 meses data de fabricação de no máximo 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais. A entrega deve ser feita em transporte refrigerado					
4	15	31718 - Carne de frango, Coxinhas das Asas COM Tempero. Características Técnicas: a carne deve ser firme e sem manchas, peça lisa e coloração clara, pele aderente e odor característico, congelado a -12°C ou menos, respeitando as recomendações do fabricante. Não poderá conter excesso de gelo. Embalagem em polipropileno, deve ser de 1 kg e estar intacta. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais.	PCT	Sadia	70	12,64	885,45
4	17	31720 - Carne de frango, meio das Asas COM Tempero. . Características Técnicas: a carne deve ser firme e sem manchas, peça lisa e coloração	PCT	Sadia	70	15,53	1.087,66

		clara, pele aderente e odor característico, congelado a - 12°C ou menos, respeitando as recomendações do fabricante. Não poderá conter excesso de gelo. Embalagem em polipropileno, deve ser de 1 kg e estar intacta. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência da carne, nome e/ou marca, lote e informações nutricionais.					
4	30	31733 - Linguíça Toscana. Características: preparada com carne suína de altíssima qualidade, pouca gordura e temperos equilibrados. Embalagem de 1 kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Contendo prazo de fabricação e validade.	KG	GRASSI	80	12,08	966,42
4	41	31744 - Presunto Cozido Presunto cozido, sem capa de gordura, fatiado, elaborado com carne de pernil suíno. Com textura homogênea e macia e cor rosada. Em embalagem de 1 kg contendo no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	Frimesa	50	21,09	1.054,84
4	47	31750 - Salsicha Tipo Hot-dog. À base de carnes íntegras de aves, suíno e bovino, sal e água, conservado em salmoura, contendo data de fabricação,	PCT	Perdigão	13	43,11	560,46

		validade e ingredientes. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais, respeitando as recomendações do fabricante. Pacotes com 5 kg.					
4	50	31753 - Torresmo. Pacote com 1 KG Ingredientes toicinho e sal. Valor nutricional porção de 10 g. kcal 74; carboidrato 0g; proteínas 4,8 g; gordura saturada 2g, gordura trns 0g; fibra alimentar 0g, sódio 114 mg. Em embalagem lacrada com selo de inspeção do S.I.E. Peso da embalagem de 4 gr, e validade não inferior a 8 dias.	KG	WELTER	20	10,67	213,59
4	125	31829 - Salame colonial de carne suína. Defumado, tipo italiano. Com rotulo de inspeção das unidades responsáveis .	KG	GREGOLON	23	19,38	445,96
						Total	9.199,99

1.2. Os itens deverão ser entregues no Centro de Referência de Assistência Social do Município de Arroio Trinta, localizado à Rua do Comércio, 212, Centro - Arroio Trinta, SC.

1.3. Os itens serão entregues em pedidos semanais, mediante agendamento com a fiscalização do contrato, de acordo com a necessidade de consumo. O prazo de entrega será de 3 dias úteis contados a partir do recebimento da autorização de fornecimento referente a cada pedido.

1.4. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº **0037/2019 - PR**, Pregão Presencial nº **0004/2019 - PR**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de **2019**, conforme segue:

100 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
2 - 1 . 2011 . 8 . 241 . 5 . 2.53 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento do valor de **R\$9.199,99(NOVE MIL CENTO E NOVENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS)** será feito por transferência bancária, conforme entrega dos alimentos, contados a partir da apresentação da nota fiscal, na tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

- 6.1.2.** Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- 6.1.3.** Apresentar documentação falsa;
- 6.1.4.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 6.1.5.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 6.1.6.** Não mantiver a proposta;
- 6.1.7.** Cometer fraude fiscal;
- 6.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- 6.3.1.** Advertência;
- 6.3.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos serviços;
- 6.3.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até 31/12/2019, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, por mais seis meses, caso toda a quantidade licitada ainda não tenha sido consumida, e alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 28 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

RODINEI JOSÉ PANDOLFO-ME

CNPJ nº 30.465.805/0001-71

ELOI MARCELINO PARIZZOTO

CPF nº 551.607.949-72

TESTEMUNHAS

MARILIA BORGHA FERRONATO

CPF Nº: 066.042.359-63

TARCÍSIO LIDANI

CPF: 613.139.809-78

CONTRATO N° 0017/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0037/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 0004/2019

FINALIDADE: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS CRAS E 3ª IDADE

CONTRATADA: RODINEI JOSÉ PANDOLFO-ME

VALOR: R\$9.199,99

CONTRATO Nº 0018/2019

Publicação Nº 1969418

CONTRATO Nº 0018/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0037/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº0004/2019, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E LANCES PARA ATIVIDADES DO CRAS E 3ª IDADE, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, E PANIFICADORA BOLO FOFO.

Contrato de compra e venda que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **CLAUDIO SPRÍCIGO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta - SC - Santa Catarina e de outro lado à empresa **PANIFICADORA BOLO FOFO**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 15.170.726/0001-40, com sede na Rua do Comércio nº 478, Bairro, Centro, Município de Arroio Trinta- SC, representada neste ato pela Senhora **JANANDRÉIA MORAIS**, nos autos qualificada que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0037/2019, Pregão nº 0004/2019, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8883/94, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Contrato tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E LANCHES PRONTOS PARA O GRUPO DA 3ª IDADE E PARA O CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA PARA O ANO DE 2019**, conforme solicitação do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e solicitação do Grupo da 3ª Idade e será fiscalizado pelos responsáveis de cada Setor, CRAS – Centro de Referência de Assist. Social Sra. Daniela Caon e Grupo da 3ª Idade o Sr. César Luiz Altenhofen tudo conforme processo Licitatório, itens, quantidades, qualidade, valores unitários e totais, que a seguir transcrevemos:

2829 - Panificadora Bolo Fofa (15.170.726/0001-40)

Lote	Item	Material/Serviço	Un. Med.	Marca	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
1	94	31798 - Bolacha tipo caseira – tradicional pacotes com 1 kg.	PCT	Fabricação própria	10	11,18	111,85
1	95	31799 - Bolo de prestígio com creme Bolo recheado, Coberto com glacê amarelo claro e decorados com chocolate, recheio de prestígio com creme.	KG	Fabricação própria	27	23,79	642,54
1	96	31800 - Bolo de abacaxi com creme e suspiro Bolos recheado, coberto com glacê branco e decorados com flores coloridas de glace também. Recheio: abacaxi com creme e suspiro.	KG	Fabricação própria	27	23,79	642,54
1	97	31801 - Bolo de morango Bolos recheado Coberto com chantilly e chocolate e recheio de morango, creme e suspiro decorados com raspas de chocolate.	KG	Fabricação própria	27	23,79	642,54
1	98	31802 - Bolo de brigadeiro Bolos recheado,. Coberto com chantily cor branca e recheado com creme e brigadeiro decorados com flores ou raspas de chocolate .	KG	Fabricação própria	27	23,79	642,54
1	99	31803 - Bolo de suspiro e nozes. Bolos recheado, coberto com glace cor azul claro,	KG	Fabricação própria	27	23,79	642,54

		decorado com flores azuis mais escuras e brancas com folhas verde claro. Recheio de creme/suspiro e nozes.					
1	100	31804 - Bolo de sonho de valsa Bolos recheado, coberto com chantily e decoração a critério da panificadora e recheio de sonho de valsa com suspiro e nata.	KG	Fabricação própria	27	23,79	642,54
1	101	31805 - Crostoli doce com açúcar	KG	Fabricação própria	40	12,37	494,99
1	102	31806 - Cuca alemã Tamanho mínimo de 30 x 40 servida em bandeja grande de plástico.	Un	Fabricação própria	18	24,03	432,64
1	103	31807 - Cuca caseira tipo pão Recheada com pedaços chocolate, doce de leite e creme de leite. Com peso médio de 600 gramas. Embalada uma a uma em plástico transparente lacrado.	Un	Fabricação própria	17	10,94	186,10
1	104	31808 - Cuca de banana caramelizada Tamanho mínimo de 30 x 40 servida em bandeja grande de plástico.	Un	Fabricação própria	15	24,90	373,53
1	105	31809 - Cuca de cenoura com cobertura de nega maluca Tamanho mínimo de 30 x 40 servida em bandeja grande de plástico.	Un	Fabricação própria	15	25,53	383,09
1	106	31810 - Cuca de goiaba com cobertura de farofa doce tamanho mínimo de 30x40 servida em bandeja grande de plástico.	Un	Fabricação própria	15	25,53	383,09
1	107	31811 - Cuca Nega maluca Recheada com brigadeiro e coco , com cobertura de nega maluca e chocolate branulado. tamanho mínimo de 30 x 40 servida em bandeja grande de plástico.	Un	Fabricação própria	29	24,51	710,84
1	108	31812 - Cuca salgada Assada recheada com queijo, milho, ervilha, cebola e tomate, palmito . Tamanho mínimo de 30 x 40 servida em bandeja grande de plástico.	Un	Fabricação própria	19	32,71	621,62
1	109	31813 - Enrolado de salsicha salsicha inteira enrolada com massa de canudinho – frita.	Un	Fabricação própria	850	2,37	2.022,80
1	110	31814 - Pão caseiro Tipo italiano, assado FATIADO. Peso não inferior a 600 gr.	Un	Fabricação própria	5	5,71	28,56
1	111	31815 - Pão de queijo Tamanho médio e peso de 40 gr podendo ter variação de até 10%. Ingredientes com ovos, azeite, polvilho azedo, queijo, leite com gluten. Com valor energético por unidade de 55 kcal; carboidratos 9g; proteínas 1,3 g; gordura totais 1,4g ; gordura trans, saturada e fibra alimentar 0 g; sódio com 21 mg.	Un	Fabricação própria	1.050	1,34	1.409,30
1	112	31816 - Pão doce com cobertura de farofa doce e recheio de goiaba. Peso 65 gr, podendo ter variação de até 10%. . Ingredientes: sal, açúcar, leite, gordura, reforçador, farinha de trigo, fermento, farofa. Contem glúten. Informação nutricional por porção de 60 gr; kcal 1.100; carboidrato 28g; proteína 4,0g; gordura totais 2,0g; gorduras saturadas e trans 0g; fibra alimentar 12 g; sódio 230 mg. Validade não inferior a 5 dias. Tamanho aproximado de cada pão 0,13 cm x 0,06cm x 0,06.	Un	Fabricação própria	80	1,36	108,90

1	113	31817 - Pão francês Feito com farinha de pão francês, fermento com glúten, peso 45 gr , podendo ter variação de até 10%. Valor nutricional de uma porção de 50 gr: Valor energético: 850kl, carboidratos: 14g, proteínas 4,0g, Gorduras totais 2,0 g, sem gordura saturadas e trans, fibras alimentares 11g, sódio	Un	Fabricação própria	1.800	0,47	856,71
1	114	31818 - Pão para Hot Dog Pacotes com 8 unidades Cada unidade com peso 50 podendo ter variação de até 10%.. Feito com sal, açúcar , agua, reforçador , gordura, farinha de trigo e fermento. Contem gluten. Valor nutricional por porção de 50gr : Valor energético: 950kl, carboidratos: 19g, proteínas 3,0g, Gorduras totais 2,0 g, sem gordura saturadas e trans, fibras alimentares 12g, sódio 270 mg. Embalado em saco plástico transparente lacrado. Prazo de validade não inferior a 5 dias. Tamanho aproximado de cada pãozinho.0,13 cm x 0,06cmx0,06.	PCT	Fabricação própria	100	5,75	575,90
1	115	31819 - Calzone de carne de gado Calzones, tamanho medio,, peso de 100 gr, podendo ter variação de até 10%. Recheado com carne de gado.	Un	Fabricação própria	300	3,48	1.045,19
1	116	31820 - Calzone de frango com catupiry Calzone, tamanho médio,, peso de 100 gr, podendo ter variação de até 10%. Recheado com carne de frango com catupiri.	Un	Fabricação própria	300	3,48	1.045,19
1	117	31821 - Pastel frito de carne bovina.	Un	Fabricação própria	450	3,09	1.392,16
1	118	31822 - Pizza de Calabresa Assada, peso não inferior a 700 gr, cortada em 16 pedaços em formato de triângulos. Massa própria de pizza, com molho de tomate, bastante queijo e calabresa. orégano	Un	Fabricação própria	19	20,94	397,90
1	119	31823 - Pizza de Frango com catupiry Assada, peso não inferior a 700 gr, cortada em 16 pedaços em formato de triângulos. Massa própria de pizza, com molho de tomate, bastante frango desfiado, catupirim cebola e azeitona. Orégano.	Un	Fabricação própria	19	22,04	418,88
1	120	31824 - Pizza de quatro queijos Assada, peso não inferior a 700 gr, cortada em 16 pedaços em formato de triângulos. Massa própria de pizza, com 4 tipos de queijo: queijo prato, mussarela, requeijão e provolone, orégano.	Un	Fabricação própria	19	22,04	418,88
1	121	31825 - Pizza mista Com queijo, milho, ervilha e presunto cozido, cebola, azeitona, assada, peso não inferior a 700 gr, cortada em 16 pedaços em formato de triângulos.	Un	Fabricação própria	19	22,04	418,88
1	122	31826 - Pizza portuguesa Assada, peso não inferior a 700 gr, cortada em 16 pedaços em formato de triângulos. Massa própria de pizza, com molho de tomate, bastante, ovo, cebola, tomate, azeitona, queijo	Un	Fabricação própria	19	26,05	495,02
1	124	31828 - Risolis de frango Risolis grande de massa cozida ,frito, peso de 130 gramas podendo ter variação de até 10%. cada com carne de frango	Un	Fabricação própria	600	3,96	2.381,67
1	126	31830 - Sanduiche natural	Un	Fabricação	700	3,52	2.465,44

		Feito com pão de forma integral (2 fatias) , cenoura ralada, carne de frango desfiada, tomate, patê de maionese com ricota ou catupiri, alface. Formato do sanduiche quadrado tamanho da fatia. Embalados em plástico filme, um a um.		própria			
1	127	31831 - Sonho pequeno de doce de leite. Sonho pequeno assado recheado com doce de leite , peso não inferior a 40 gr, passado no açúcar com canela.	Un	Fabricação própria	300	1,58	474,05
1	128	31832 - Sonho pequeno de goiaba Sonho pequeno assado recheado com goiaba , peso não inferior a 40 gr, passado no açúcar com canela.	Un	Fabricação própria	300	0,95	285,57
1	129	31833 - Sonho grande com recheio de goiaba coberto com açúcar e canela	Un	Fabricação própria	310	3,80	1.180,36
1	130	31834 - Sonho grande recheado com doce de leite , assado sem cobertura.	Un	Fabricação própria	300	3,80	1.142,29
1	131	31835 - Wafer Doce. Peso por unidade de 90 gr podendo ter variação de até 10%.	Un	Fabricação própria	300	3,56	1.070,90
1	132	31836 - Coxinha de frango Tamanho grande de massa cozida ,frito, peso de 130 gramas podendo ter variação de até 10%. cada com carne de frango	Un	Fabricação própria	360	3,64	1.312,49
						Total	28.500,03

§ 1º - Condições para entrega do objeto deste Edital referente os itens do **CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

1.1 - Quando da entrega dos itens licitados, estes deverão ser feitos semanalmente, conforme a necessidade do **CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** com endereço na Rua do Comércio, 212, Centro, próximo a Igreja Matriz Nossa Senhora dos Campos, em horário de expediente, com a Responsável pelo CRAS Sra. Daniela Caon, que fará o recebimento e a conferência dos produtos licitados.

1.2 - A responsável pelo Cras Sra. Daniela Caon repassará semanalmente às proponentes vencedoras os itens que necessitará para a semana, informando quantidades e horários a serem entregues;

1.3 – Os Lanches prontos deverão ser feitos no dia da entrega, isto é, deverão ser do dia, recém feitos e com sabor agradável;

1.4 – Quanto às frutas, legumes e saladas, estes deverão ser frescos, em ótimo estado de conservação e consumo.

1.5 – Não serão aceitos/recebidos os itens licitados fora do dia agendado, assim como, não serão aceitos/recebidos produtos inconsumíveis (péssima qualidade, péssima aparência, vencidos, estragados, ...), sendo a proponente vencedora obrigada fazer a substituição dos mesmos, sem custos adicionais à Prefeitura e verificar com a responsável pelo setor o dia em que poderá fazer a entrega desses itens.

1.6 – A Responsável pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social deverá emitir relatório circunstanciado referente a entrega da mercadoria, relatando as eventuais irregularidades encontradas nas mesmas sendo que estas deverão ser sanadas nos períodos previstos em lei (Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores).

1.7 – Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta das proponentes vencedoras.

§ 2º - Condições para entrega do objeto deste Edital referente os itens do **GRUPO DA 3ª IDADE:**

2.1 – Quando da entrega dos itens licitados, estes deverão ser feitos semanalmente, toda 3ª feira, no Ginásio Municipal de Esportes Vilson Pedro Kleinubing, às 16:00 horas, que será recebido pelas voluntárias e estas farão a conferência dos itens que estarão sendo entregues.

2.2 - Deverá haver também uma entrega mensal (2ª quarta-feira do mês) no Pavilhão da Igreja Matriz (Igreja

Católica), às 16:00 horas, que será recebido pelas voluntárias e estas farão a conferência dos itens solicitados àquele evento.

2.3 - O responsável pelo Grupo da 3ª Idade Sr. César Luiz Altenhofen, repassará semanalmente às proponentes vencedoras a relação dos itens que necessitará para a semana, assim como as quantidades necessárias;

2.4 - Os Lanches prontos deverão ser feitos no dia da entrega, isto é, deverão ser do dia, recém feitos e com sabor agradável;

2.5 - Quanto às frutas, legumes e saladas, estes deverão ser frescos, em ótimo estado de conservação e consumo.

2.6 - Não serão aceitos/recebidos os itens licitados fora do dia agendado, assim como, não serão aceitos produtos inconsumíveis (péssima qualidade, péssima aparência, vencidos, estragados,) sendo a proponente vencedora obrigada fazer a substituição dos mesmos, sem custos adicionais à Prefeitura e verificar com o responsável pelo setor o dia em que poderá fazer a entrega desses itens.

2.7 – O Responsável pelo Grupo da 3ª Idade deverá emitir relatório circunstanciado referente a entrega da mercadoria, relatando as eventuais irregularidades encontradas nas mesmas sendo que estas deverão ser sanadas nos períodos previstos em lei (Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores).

2.8 – Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta das proponentes vencedoras.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município pagará um valor total de **R\$28.500,03(VINTE E OITO MIL QUINHENTOS REAIS E TRÊS CENTAVOS)** sendo que a entrega deverá ser parcelada, mês a mês, conforme solicitação dos Responsáveis pelos Setores do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e pelo Grupo da 3ª Idade.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Só haverá reajuste de valores nas condições do § 2º, Cláusula Terceira e na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – O pagamento será feito por transferência bancária, conforme entrega dos alimentos e conforme liberação dos Recursos pelo Governo Federal, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

§ 1º – A nota fiscal deverá ser emitida conforme Autorização de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal.

§ 2º – Quando da emissão da nota fiscal, a empresa deverá citar no corpo da nota (complemento) o número da Autorização de Fornecimento a qual foi fornecido à empresa.

§ 3º – Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta das proponentes vencedoras.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo do presente contrato terá vigência em **28 de março de 2019 a 31 de dezembro de 2019**, ou até que os produtos forem totalmente entregues. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2019, conforme segue:

95 – 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 – Aplicações Diretas
183 – 1 . 2011 . 8 . 241 . 5 . 2.53 . 1 . 339000 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

§ 1º - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte dos alimentos, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato está vinculado à licitação oriunda do Edital de Pregão Presencial nº0004/2019, obrigando-se à Contratada em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente contrato rege-se pelas disposições contidas nas Leis Federais nº 10.520/02, nº 8.666/93, consolidadas, que institui normas para licitações e contratos, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 28 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PANIFICADORA BOLO FOFO

CNPJ nº 15.170.726/0001-40

JANANDRÉIA MORAIS

Contratada

TESTEMUNHAS:

GIZELI MAFFIOLETTI

CPF Nº: 088.733.359-18

TARCÍSIO LIDANI

CPF: 613.139.809-78

CONTRATO N° 0018/2019
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0004/2019
PREGÃO N° 0004/2019
OBJETO: AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCOS CRAS E 3ª IDADE
EMPRESAS CONTRATADA: PANIFICADORA BOLO FOFO
VALOR R\$28.500,03

CONTRATO Nº 0019/2019

Publicação Nº 1969477

CONTRATO Nº 0019/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0037/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº0004/2019, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E LANCES PARA ATIVIDADES DO CRAS E 3ª IDADE, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, E SUPERMERCADO BOM PREÇO

Contrato de compra e venda que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **CLAUDIO SPRÍCIGO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta - SC - Santa Catarina e de outro lado à empresa **SUPERMERCADO BOM PREÇO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 27.690.820/0001-09, com sede na Rua do Comércio nº 482, SALA 02, Bairro, Centro, Município de Arroio Trinta- SC, representada neste ato pelo Senhor **NEREU MOKWA JÚNIOR**, nos autos **qualificado** que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0037/2019, Pregão nº 0004/2019, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei n.º 8.666/93 combinada com a Lei n.º 8883/94, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Contrato tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E LANCES PRONTOS PARA O GRUPO DA 3ª IDADE E PARA O CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA PARA O ANO DE 2019**, tudo conforme processo Licitatório, itens, quantidades, qualidade, valores unitários e totais, que a seguir transcrevemos:

3489 - MERCADO BOM PRECO EIRELI (27.690.820/0001-09)

Lot e	Item	Material/Serviço	Un. Med.	Marca	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
3	16	31719 - Queijo ralado.	KG	Tirol ou Vigor	8	54,26	434,09
3	29	31732 - Leite Integral Longa Vida. Caixa com 12 unidades. Cada unidade deve conter as seguintes Características técnicas: leite integral fluído, processado através do sistema Ultra High Temperatura (UHT). O produto deve apresentar cor branca interior e sabor característico. Contendo 1 L. Embalagem: Tetra Pack ou Tetra Brick Aseptic. Deverá trazer informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. As caixas não podem estar amassadas e as bordas do fecho de vedação da embalagem devem	CX	Tirol	15	31,00	465,10

		estar perfeitas, sem orifícios ou defeitos que prejudiquem a qualidade e o valor nutricional do produto. O produto não deverá apresentar sinais de sujidade, corpos estranhos ao produto, cor não característica do produto, sabor ácido intenso ou problemas de vedação da embalagem. Prazo de validade: mínimo de 120 dias.					
3	32	31735 - Margarina Vegetal Sem Sal. Produto de consistência cremosa, aromatizada artificialmente e vitaminada, com 60 a 80% de lipídios, livre de gordura trans. Não deve apresentar massa não cremosa, cheiro desagradável, cor não característica do produto, pote violado. Embalagem: deve estar intacta, em pote de polietileno resistente, contendo 500g. Prazo de validade: mínimo de 6 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	Un	Vigor	10	4,30	43,06
3	42	31745 - Queijo Mussarela Fatiado. De primeira qualidade. Ingredientes: leite pasteurizado, fermento lácteo, sal, coalho, cloreto de cálcio. A embalagem original deve ser a vácuo em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: peso, data de processamento, data de validade, ingredientes, carimbo de inspeção estadual ou federal, procedência, nome e/ou marca e informações nutricionais. O produto deverá apresentar validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de entrega. Embalagem	KG	Tirol ou Vigor	50	20,67	1.033,56

		com 1 kg interfolhadas.					
3	53	31756 - Yogurte : Delicioso iogurte batido com polpa de fruta com embalagens de 900g no sabor morango,	Un	Tirol ou Vigor	20	5,08	101,63
3	54	31757 - Yogurte : Delicioso iogurte batido com polpa de fruta com embalagens de 900g no sabor, coco,	Un	Tirol ou Vigor	20	5,08	101,63
3	55	31758 - Yogurte : Delicioso iogurte batido com polpa de fruta com embalagens de 900g no sabor, abacaxi,	Un	Tirol ou Vigor	20	5,08	101,63
3	56	31759 - Yogurte : Delicioso iogurte batido com polpa de fruta com embalagens de 900g no sabor, , ameixa	Un	Tirol ou Vigor	20	5,08	101,63
3	123	31827 - Queijo colonial de formato retangular ou circular. Peso mínimo de cada queijo 1 kg. Unidades embaladas em plástico transparente uma a uma. Com rotulo de inspeção das unidades responsáveis .	KG	Tirol ou Vigor	30	23,25	697,65
6	1	31704 - Açúcar Refinado. Açúcar Refinado. Característica técnicas: produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração e misturas e peso insatisfatório. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5 kg, em polietileno leitoso ou transparente, atóxica, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de validade: mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias.	PCT	Alto Alegre	22	9,91	218,16
6	3	31706 - Achocolatado em Pó Solúvel Instantâneo. Ingredientes Básicos: açúcar e cacau em pó. Deverá conter cerca de 30% de cacau em pó, rico em	Un	Neilar	40	7,76	310,43

		vitaminas. A embalagem deve conter aproximadamente 1 kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Prazo de Validade: mínimo de 5 meses. Data de Fabricação: máximo de 30 dias					
6	4	31707 - Amendoim gráudo cru com pele – pacote com 500 g Embalagem intacta . Amendoins com sabor e aparência bons, sem sujidade.	PCT	Kanthy	110	3,70	407,87
6	6	31709 - Biscoito Cream Cracker com Gergelim. O produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradáveis. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vitamina B9). A embalagem deve conter aproximadamente 400 g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Validade de 12 meses a partir da data de entrega do produto.	PCT	Orquídea	10,1	4,57	46,16
6	7	31710 - Biscoito Doce, Sem Recheio, Tipo Rosquinha de Chocolate. Características: o produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradável. Embalagem com aproximadamente 650g, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Com prazo de validade de 8 meses.	PCT	Parati	20,1	6,59	132,59
6	8	31711 - Biscoito Doce, Sem Recheio, Tipo Rosquinha de Leite. Características: o produto deve apresentar-se íntegro, com sabor e odor agradável. Sem lactose. Embalagem com 700g a 800g devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Com prazo de validade de 8 meses.	PCT	Parati	20,1	6,59	132,59
6	9	31712 - Biscoito Salgado Tipo Água e Sal. Textura crocante, deverá estar em perfeito estado de conservação, inteiros. Embalagem de	PCT	Orquídea	10	6,46	64,67

		aproximadamente 700g a 800 g, de polietileno transparente, impermeáveis e lacrados devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Validade de 12 meses a partir da data de entrega do produto.					
6	10	31713 - Café solúvel instantâneo granulado, intensidade do sabor tradicional, 110 % café, sem gluten, embalagem em vidro, com 200 gramas	Un	Iguaçu	32	9,05	289,74
6	14	31717 - Leite Condensado. Caixa com 27 unidades de 395 gr. Embalagem UHT. Ingredientes: leite integral e/ou leite em pó, açúcar e lactose. Rótulo com indicação do fornecedor, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro no órgão competente. .	CX	PIRACA NJUBA	2	83,58	167,17
6	20	31723 - Chá , sabor, amora, caixa com 10 saches , peso total da caixa 10 gr	CX	Valério	10	3,88	38,80
6	21	31724 - Chá , sabor, erva doce, caixa com 10 saches , peso total da caixa 10 gr	CX	Leão	30	3,66	109,94
6	22	31725 - Chá , sabor maçã, caixa com 10 saches , peso total da caixa 10 gr	CX	Leão	30	3,88	116,41
6	23	31726 - Chocolate granulado de chocolate ao leite – pacote de 1 kg	PCT	Mavaléri o	20,1	9,87	198,46
6	24	31727 - Coco Ralado Sem Adição de Açúcar, em flocos finos, acondicionado em embalagem aluminizada ou de polietileno atóxico contendo 1 kg, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega.	PCT	SOCOC O	120	37,51	4.501,24
6	25	31728 - Ervilha em conserva Sachê 200g.	CX	Fugini	2	46,63	93,27

		Descrição dos sachets. Unidade Peso 200g;Altura (mm)180 Comprimento (mm)120;Largura (mm)55. CAIXA com 32 UNIDADES . Deve estar com pelo menos 80 % do período de validade vigente no momento da entrega.					
6	26	31729 - Extrato de Tomate Concentrado. Características técnicas: deve ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e sementes, massa mole, vermelha, cheiro e sabor próprios. O produto deve estar isento de fermentações e não indicar processamento defeituoso. Ingredientes: tomate, sal e açúcar. Embalagem: deve estar intacta, em sachês ou latas de 350g em perfeito estado. Prazo de validade: mínimo de 12 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Caixa com 32 unidades.	CX	Tarantela	3	82,36	247,10
6	27	31730 - Farinha de Trigo Especial Tradicional. Farinha de trigo tipo 1, de cor branca, enriquecida com ferro e ácido fólico. Cada 100g deve fornecer, no mínimo, 4,2 mg de ferro e 150 mcg de ácido fólico. Não deverá apresentar resíduos, bolor ou cheiro não característico. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 5 Kg, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador. Deve apresentar rotulagem com registro no Ministério da Saúde. Prazo de fabricação: máximo 30 dias.	PCT	Flor do Trigo	9	9,48	85,37
6	28	31731 - Gotas De Chocolate, Mais Fácil, Ao Leite embalagem com : 2,05kg, para derreter	PCT	Mavaléri o	2	25,86	51,74

6	31	31734 - Maionese Tradicional Isenta de glúten e de gordura trans. Maionese sachê bico dosador 340g, cada Unidade com Peso 340g;Altura (mm)222;Comprimento (mm)127;Largura (mm)70; Nutricional Porção de 12g (1 colher de sopa) Nutriente Quantidade por Porção. Caixa com 24 unidades	CX	Salada	2	105,54	211,09
6	33	31736 - Milho verde em sachet Abre fácil, dimensões do sachet: Altura (mm)180;Comprimento (mm) 120;Largura (mm)55. Produzido a base de produto fresco peso líquido 300 gr e denado 200g. DEVE ESTAR COM 80% DA VALIDADE VIGENTE NO MOMENTO DA ENTREGA. CAIXA COM 32 UNIDADES POR CAIXA Especificações da caixa de embarque :Peso Líquido (kg)6,4, Peso Bruto (kg) 10,59 Altura (mm)238,Comprimento (mm)324 Largura (mm)210.	CX	Fugini	2	46,63	93,27
6	34	31737 - Milho Para Pipoca. Características: grupo duro, classe amarelo, tipo 1. Embalagem: pacotes de plástico atóxico, contendo 1 kg do produto. Livre de sujidades e contaminantes, insetos e fungos. Rótulo com dados de indicação do fabricante, produto, peso, data de fabricação e validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Registro no órgão competente	KG	Amafil	20	4,52	90,54
6	35	31738 - Óleo de Soja Refinado. Características Técnicas: óleo de soja refinado, 100% natural. Não deve apresentar embalagem frágil, mistura de outros óleos, cheiro forte e intenso, volume insatisfatório. Caixa com 20 unidades e 900 ml, não apresentar amassamento, vazamento e abaulamento. Prazo de validade:	CX	Coamo	2	67,08	134,18

		mínimo de 10 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.					
6	37	31740 - Pacote de Batata palha frita Produzida com óleo de algodão, crocante e sequinha peso da embalagem de 150g. Ingredientes: batata, sal, gordura vegetal sem gluten e 0% gordura trans Pacote na cor dourada embalagem SOS sustentar.	PCT	Spigha	18	5,17	93,13
6	39	31742 - Pirulito Psicodélico Pacote De 650g Com 50 Unidades	PCT	Big Zitos	3,1	12,50	38,76
6	40	31743 - Bala de goma tubo sabor frutas . caixa com 30 unidades	CX	Gomutch o	8	17,24	137,97
6	44	31747 - Sagu. Grupo tapioca, tipo 1, classe pérola, tipo I. Produto amiláceo derivado da raiz de mandioca sob forma de grânulos esféricos. Características sensoriais (organolépticas): cor branca, aspecto, odor e sabor próprios. Embalagem: pacotes de polietileno contendo 500 g do produto, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	Lages	10,1	4,09	40,50
6	45	31748 - Sal Refinado Iodado. Pacote com até 1 kg, em polietileno transparente. Prazo de validade: 12 meses. Data de fabricação: 30 dias, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	KG	Cruzeiro	19	1,37	26,21
6	46	31749 - Sal temperado	KG	Makri	6	5,60	33,63
6	51	31754 - Vinagre branco Vinagre de álcool em embalagem plástica de 900ml, devidamente rotulada conforme órgão fiscalizador.	Un	Heinig	13	1,72	22,42
6	52	31755 - Vinagre Tinto. Características técnicas: Fermentado acético de álcool,	Un	Nono Moro	1,1	6,89	7,59

		acidez 4%. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em garrafas plásticas resistentes, contendo 2 L. Prazo de Validade: mínimo de 8 meses. Data de Fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.					
6	57	31760 - Farofa pronta tradicional sem pimenta caixa com 24 pacotes e cada pacote com 500 gr. F arinha de mandioca, óleo vegetal, alho, sal, colorífico, cebola, pimenta vermelha, pimenta-do-reino preta e cebolinha verde. Aromatizante.realçador de sabor: Glutamato monossódico. Antioxidante: BHT.NÃO CONTÉM GLÚTEN.	CX	Amafil ou Pinduca	1	137,62	137,62
6	59	31762 - Arroz parbolizado branco pacote com 5 kg.	CX	minutinh o	2	10,69	21,39
7	18	31721 - Carvão vegetal de eucalipto, limpo e granulado de ótima qualidade Saco de 10 kg	SCO	Alvorada	11	16,33	179,64
7	58	31761 - Palito de dente – palito de bambu com uma ponta sabor menta . caixa com 100 unidades	CX	Fiat Lux	6	0,89	5,39
7	76	31780 - Faca de serra para refeição de inox com cabo de plástico / madeira	Un	Tramonti na	12,1	2,42	29,31
7	77	31781 - Guardanapos, pacote com 50 unidades (medindo 30x 29,5 cm)	Un	Bob	110	2,41	265,47
7	78	31782 – Pipoqueira Confeccionada em alumínio polido com capacidade de 4 litros, cabo e pomel de baquelite antitérmico, boa qualidade.	Un	Mta	1,1	47,17	51,90
7	79	31783 - Colher grande com cabo longo Colher para servir arroz, totalmente aço em inox, com alça para pendurar (tipo gancho), cabo	Un	Brinox	1,1	49,90	54,89

		inteiro, sem emendas e rebites. Dimensões aproximadas mínimas: 350 mm (comprimento total) x 60 mm (largura).					
7	80	31784 - Garfo grande Garfo para churrasco, garfo em aço inox, com cabo em madeira tratada, medindo no mínimo 38cm, com 02 pontas, primeira linha.	Un	Grilhazer	1,1	46,27	50,90
7	81	31785 – Concha Concha e cabo em aço inox, para servir refeição, com medidas aproximadas de 10 cm x 28 cm.	Un	Brinox	1,1	24,47	26,93
7	82	31786 - Pote plástico com tampa 3,5 l Pote plástico, com tampa, transparente, medindo aproximadamente 30,4x16,9x11,1 cm, retangular, com capacidade de 3,5 litros.	Un	Tritec ou Plasvale	2,1	8,66	18,20
7	83	31787 - Pote plástico 5 L com tampa Pote para alimentos, material plástico, formato retangular, cor transparente, capacidade 5L, com tampa	Un	Tritec ou Plasvale	2,1	17,19	36,11
7	84	31788 - Pote plástico 8 L com tampa	Un	Tritec ou Plasvale	2,1	54,34	114,13
7	85	31789 - Jarra plástica 5 L com tampa	Un	Tritec ou Plasvale	1,1	40,73	44,81
7	86	31790 - Jarra plástica 3,5 L com tampa	Un	Tritec ou Plasvale	1,1	9,88	10,88
7	87	31791 - Copos descartáveis de 300 ml, produzidos em polipropileno, não tóxico, matéria prima virgem, 5,80000 23,20. tira com 100 unidades	Un	MINASP LAST	24	6,16	148,07
7	88	31792 - Copos descartáveis de 180 ml, produzidos em polipropileno, não tóxico, matéria prima virgem, 5,80000 23,20 tira com 100 unidades	Un	MINASP LAST	20	3,76	75,31
7	89	31793 - Copos descartáveis de 50 ml, produzidos em polipropileno, não tóxico, matéria prima virgem, 5,80000 23,20 tira com 100 unidades	Un	Copozam	30,1	2,72	81,93
7	90	31794 - Copos descartáveis de	Un	Copobrás	110	3,17	349,31

		isopor, 300 ml, tiras com 50 unidades					
7	91	31795 - Papel toalha pacote com 2 rolos com 55 unidades cada. Medindo 19x22cm cd.	PCT	Sirius	30	4,35	130,65
7	92	31796 - Pratos para bolo, produzidos em polipropileno com no mínimo 14,8 cm, não tóxico, embalagem 1,10000 44,00 com 10 unidades	PCT	MINASP LAST	120	2,17	261,30
7	93	31797 - Garfos para sobremesa (bolo) produzidos em polipropileno, não tóxico, embalagens com 50 un	PCT	Starwplast	22	2,94	64,87
						Total	13.379,99

§ 1º - Condições para entrega do objeto deste Edital referente os itens do **CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:**

1.1 - Quando da entrega dos itens licitados, estes deverão ser feitos semanalmente, conforme a necessidade do **CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** com endereço na Rua do Comércio, 212, Centro, próximo a Igreja Matriz Nossa Senhora dos Campos, em horário de expediente, com a Responsável pelo CRAS Sra. Daniela Caon, que fará o recebimento e a conferência dos produtos licitados.

1.2 - A responsável pelo Cras Sra. Daniela Caon repassará semanalmente às proponentes vencedoras os itens que necessitará para a semana, informando quantidades e horários a serem entregues;

1.3 – Os Lanches prontos deverão ser feitos no dia da entrega, isto é, deverão ser do dia, recém feitos e com sabor agradável;

1.4 – Quanto às frutas, legumes e saladas, estes deverão ser frescos, em ótimo estado de conservação e consumo.

1.5 – Não serão aceitos/recebidos os itens licitados fora do dia agendado, assim como, não serão aceitos/recebidos produtos inconsumíveis (péssima qualidade, péssima aparência, vencidos, estragados, ...), sendo a proponente vencedora obrigada fazer a substituição dos mesmos, sem custos adicionais à Prefeitura e verificar com a responsável pelo setor o dia em que poderá fazer a entrega desses itens.

1.6 – A Responsável pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social deverá emitir relatório circunstanciado referente a entrega da mercadoria, relatando as eventuais irregularidades encontradas nas mesmas sendo que estas deverão ser sanadas nos períodos previstos em lei (Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores).

1.7 – Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta das proponentes vencedoras.

§ 2º - Condições para entrega do objeto deste Edital referente os itens do **GRUPO DA 3ª IDADE:**

2.1 – Quando da entrega dos itens licitados, estes deverão ser feitos semanalmente, toda 3ª feira, no Ginásio Municipal de Esportes Wilson Pedro Kleinubing, às 16:00 horas, que será recebido pelas voluntárias e estas farão a conferência dos itens que estarão sendo entregues.

2.2 - Deverá haver também uma entrega mensal (2ª quarta-feira do mês) no Pavilhão da Igreja Matriz (Igreja Católica), às 16:00 horas, que será recebido pelas voluntárias e estas farão a conferência dos itens solicitados àquele evento.

2.3 - O responsável pelo Grupo da 3ª Idade Sr. César Luiz Altenhofen, repassará semanalmente às proponentes vencedoras a relação dos itens que necessitará para a semana, assim como as quantidades necessárias;

- 2.4 - Os Lanches prontos deverão ser feitos no dia da entrega, isto é, deverão ser do dia, recém feitos e com sabor agradável;
- 2.5 - Quanto às frutas, legumes e saladas, estes deverão ser frescos, em ótimo estado de conservação e consumo.
- 2.6 - Não serão aceitos/recebidos os itens licitados fora do dia agendado, assim como, não serão aceitos produtos inconsumíveis (péssima qualidade, péssima aparência, vencidos, estragados,) sendo a proponente vencedora obrigada fazer a substituição dos mesmos, sem custos adicionais à Prefeitura e verificar com o responsável pelo setor o dia em que poderá fazer a entrega desses itens.
- 2.7 – O Responsável pelo Grupo da 3ª Idade deverá emitir relatório circunstanciado referente a entrega da mercadoria, relatando as eventuais irregularidades encontradas nas mesmas sendo que estas deverão ser sanadas nos períodos previstos em lei (Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores).
- 2.8 – Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta das proponentes vencedoras.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município pagará um valor total de **R\$13.379,99 (TREZE MIL TREZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS)** sendo que a entrega deverá ser parcelada, mês a mês, conforme solicitação dos Responsáveis pelos Setores do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e pelo Grupo da 3ª Idade.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Só haverá reajuste de valores nas condições do § 2º, Cláusula Terceira e na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – O pagamento será feito por transferência bancária, conforme entrega dos alimentos e conforme liberação dos Recursos pelo Governo Federal, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

§ 1º – A nota fiscal deverá ser emitida conforme Autorização de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal.

§ 2º – Quando da emissão da nota fiscal, a empresa deverá citar no corpo da nota (complemento) o número da Autorização de Fornecimento a qual foi fornecido à empresa.

§ 3º – Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta das proponentes vencedoras.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo do presente contrato terá vigência em **28 de março de 2019 a 31 de dezembro de 2019**, ou até que os produtos forem totalmente entregues. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2019, conforme segue:

95 – 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 – Aplicações Diretas
183 – 1 . 2011 . 8 . 241 . 5 . 2.53 . 1 . 339000 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

§ 1º - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte dos alimentos, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato está vinculado à licitação oriunda do Edital de Pregão Presencial nº0004/2019, obrigando-se à Contratada em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente contrato rege-se pelas disposições contidas nas Leis Federais nº 10.520/02, nº 8.666/93, consolidadas, que institui normas para licitações e contratos, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 28 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

MERCADO BOM PREÇO EIRELLI

CNPJ nº 27.690.820/0001-09

NEREU MOKWA JÚNIOR

Contratada

TESTEMUNHAS:

MARILIA BORGHA FERRONATO

CPF Nº: 066.042.359-63

TARCÍSIO LIDANI

CPF: 613.139.809-78

CONTRATO N° 0019/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0004/2019

PREGÃO N° 0004/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCOS CRAS E 3ª IDADE

EMPRESAS CONTRATADA: MERCADO BOM PREÇO EIRELI

VALOR R\$13.379,99

CONTRATO Nº 0020/2019

Publicação Nº 1969684

CONTRATO Nº 0020/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0037/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº0004/2019, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E LANCES PARA ATIVIDADES DO CRAS E 3ª IDADE, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, E ESTELA ALVES DA MAIA.

Contrato de compra e venda que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **CLAUDIO SPRÍCIGO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – Santa Catarina e de outro lado à empresa **ESTELA ALVES DA MAIA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 26.133.373/0001-24 com sede na Rua Otília Barichello Zardo nº 23, Bairro, Centro, Município de Arroio Trinta- SC, representada neste ato pela Senhora **ESTELA ALVES MAIA**, , **nos autos qualificado** que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0037/2019, Pregão nº 0004/2019, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8883/94, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Contrato tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E LANCHES PRONTOS PARA O GRUPO DA 3ª IDADE E PARA O CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA PARA O ANO DE 2019**, tudo conforme processo Licitatório, itens, quantidades, qualidade, valores unitários e totais, que a seguir transcrevemos:

3588 - ESTELA ALVES DA MAIA 06915924973 (26.133.373/0001-24)

Lote	Item	Material/Serviço	Un. Med.	Marca	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total
2	43	31746 - Refrigerante de 2,5 litros, diversos sabores	Un		100	5,91	591,50
2	48	31751 - Suco de uva integral Concentrado 1l. Elaborado a partir de uvas tintas, através de um processo que assegura ao produto todo o valor nutritivo da fruta. 100% natural, excelente para ser apreciado em qualquer ocasião, sua acidez equilibrada leva a uma agradável sensação de refrescância. Contém hidratos de carbono, proteínas, sais minerais, vitaminas, em especial do complexo B e outros elementos importantes para a saúde. Suas propriedades terapêuticas estimulam as funções hepáticas, auxiliam o processo digestivo acelerando o metabolismo, eliminando o ácido úrico, aumenta a dilatação dos vasos sanguíneos e contribui para a redução de risco de infarto. 100% natural, não contendo gluten. Caixa com 12 unidades	CX		20	98,27	1.965,59
2	49	31752 - Suco de Maracujá Concentrado 500 ML. caixa com 06 unidades.	CX		15	42,86	642,91

5	2	31705 - Alho Nacional. Características: de primeira qualidade, grão, firme, intacto, com cabeças inteiras e com todas as partes comestíveis aproveitáveis.	KG		1,5	13,75	20,63
5	5	31708 - Batata Doce Características: lavada, lisa, de primeira qualidade, sem lesões de origem física ou mecânica, não apresentarem rachaduras ou cortes na casca, livre de enfermidades, isenta de partes pútridas, com cor e sabor característicos.	KG		25	2,57	64,31
5	19	31722 - Cebola Branca. Características: íntegras e de primeira qualidade. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG		15	3,01	45,16
5	36	31739 - Ovos de Galinha. Características: vermelhos, tipo grande, frescos, selecionados, com embalagem primária atóxica em dúzias. Produto isento de rachaduras, estufamento, sem sujidades. Casca de ovo limpa, áspera, fosca, odor e aspectos característicos. Embalagem deverá estar devidamente rotulada contendo os dizeres tipo colonial, com registro nos órgãos de inspeção sanitária. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 dias no momento da entrega.	DZ		30	4,12	123,88
5	38	31741 – Pinhão de boa qualidade , sem falhas, manchas ou sujidade.Com sabor e odor aceitáveis. Pacotes com 1 kg.	KG		20	8,59	171,89
5	60	31763 – Abacaxi Fruto com características íntegras e de primeira qualidade. Fresco, limpo, coloração uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Aroma, cor e sabor típicos da espécie. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	Un		200	4,12	825,87
5	61	31764 - Alface Crespa ou Lisa. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcha, íntegra, adequadas para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em embalagem de polietileno atóxico.	KG		16	5,07	81,21
5	62	31765 - Banana Caturra. Características: tamanho médio, apresentando-se	KG		115	2,48	285,92

		mesclado (maduro e de vez) e de primeira qualidade					
5	63	31766 – Caqui Fruto com características íntegras e de primeira qualidade. Fresco, de vez (por amadurecer), limpo, coloração uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Aroma, cor e sabor típicos da espécie. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG		25	3,78	94,63
5	64	31767 – Pêssego Fruto com características íntegras e de primeira qualidade. Fresco, de vez (por amadurecer), limpo, coloração uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Aroma, cor e sabor típicos da espécie. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG		30	4,14	124,40
5	65	31768 - Maçã gala Fruto com características íntegras e de primeira qualidade. Fresco, de vez (por amadurecer), limpo, coloração uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Aroma, cor e sabor típicos da espécie. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG		110	5,16	567,79
5	66	31769 - Mamão Formosa. Fruto com características íntegras e de primeira qualidade. Fresco, de vez (por amadurecer), limpo, coloração uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Aroma, cor e sabor típicos da espécie. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG		150	4,49	674,89
5	67	31770 - Melancia: Fruto com características íntegras e de primeira qualidade. Fresco, de vez (por amadurecer), limpo, coloração uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Aroma, cor e sabor típicos da espécie. Não deve apresentar	KG		250	1,46	365,62

		quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.					
5	68	31771 - Melão. Características gerais: fruta de primeira qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar intacta e firme.	KG		220	3,44	757,05
5	69	31772 - Repolho Branco. Hortaliça de tamanho grande, com características íntegras e de primeira qualidade. Fresco, limpo, coloração uniforme, aroma, cor e sabor típicos da espécie. Isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	Un		9	2,15	19,36
5	70	31773 - Tomate Longa Vida. Fruto fresco de tamanho médio, com características íntegras, apresentando-se mesclado (maduro e de vez) e de primeira qualidade. Limpo, coloração uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG		40	3,38	135,58
5	71	31774 – Uva Fruto fresco, com características íntegras, e de primeira qualidade. Limpo, coloração uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica	KG		30	3,87	116,14
5	72	31775 - Couve flor Produto fresco, com características íntegras, e de primeira qualidade. Limpo, coloração uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica	KG		8	5,16 ,	41,29
5	73	31776 – Brocoli Produto fresco, com características íntegras, e de primeira qualidade. Limpo, coloração uniforme,	KG		8	4,53	36,27

		apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica					
5	74	31777 – Cenoura Produto fresco, com características íntegras, e de primeira qualidade. Limpo, coloração uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica	KG		8	2,91	23,33
5	75	31779 – Beterraba Produto fresco, com características íntegras, e de primeira qualidade. Limpo, coloração uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica	KG		8	3,09	24,78
						Total	7.800,00

§ 1º - Condições para entrega do objeto deste Edital referente os itens do CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

1.1 - Quando da entrega dos itens licitados, estes deverão ser feitos semanalmente, conforme a necessidade do **CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** com endereço na Rua do Comércio, 212, Centro, próximo a Igreja Matriz Nossa Senhora dos Campos, em horário de expediente, com a Responsável pelo CRAS Sra. Daniela Caon, que fará o recebimento e a conferência dos produtos licitados.

1.2 - A responsável pelo Cras Sra. Daniela Caon repassará semanalmente às proponentes vencedoras os itens que necessitará para a semana, informando quantidades e horários a serem entregues;

1.3 – Os Lanches prontos deverão ser feitos no dia da entrega, isto é, deverão ser do dia, recém feitos e com sabor agradável;

1.4 – Quanto às frutas, legumes e saladas, estes deverão ser frescos, em ótimo estado de conservação e consumo.

1.5 – Não serão aceitos/recebidos os itens licitados fora do dia agendado, assim como, não serão aceitos/recebidos produtos inconsumíveis (péssima qualidade, péssima aparência, vencidos, estragados, ...), sendo a proponente vencedora obrigada fazer a substituição dos mesmos, sem custos adicionais à Prefeitura e verificar com a responsável pelo setor o dia em que poderá fazer a entrega desses itens.

1.6 – A Responsável pelo CRAS – Centro de Referência de Assistência Social deverá emitir relatório circunstanciado referente a entrega da mercadoria, relatando as eventuais irregularidades encontradas nas mesmas sendo que estas deverão ser sanadas nos períodos previstos em lei (Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores).

1.7 – Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta das proponentes vencedoras.

§ 2º - Condições para entrega do objeto deste Edital referente os itens do GRUPO DA 3ª IDADE:

2.1 – Quando da entrega dos itens licitados, estes deverão ser feitos semanalmente, toda 3ª feira, no Ginásio Municipal de Esportes Vilson Pedro Kleinubing, às 16:00 horas, que será recebido pelas voluntárias e estas farão

a conferência dos itens que estarão sendo entregues.

2.2 - Deverá haver também uma entrega mensal (2ª quarta-feira do mês) no Pavilhão da Igreja Matriz (Igreja Católica), às 16:00 horas, que será recebido pelas voluntárias e estas farão a conferência dos itens solicitados àquele evento.

2.3 - O responsável pelo Grupo da 3ª Idade Sr. César Luiz Altenhofen, repassará semanalmente às proponentes vencedoras a relação dos itens que necessitará para a semana, assim como as quantidades necessárias;

2.4 - Os Lanches prontos deverão ser feitos no dia da entrega, isto é, deverão ser do dia, recém feitos e com sabor agradável;

2.5 - Quanto às frutas, legumes e saladas, estes deverão ser frescos, em ótimo estado de conservação e consumo.

2.6 - Não serão aceitos/recebidos os itens licitados fora do dia agendado, assim como, não serão aceitos produtos inconsumíveis (péssima qualidade, péssima aparência, vencidos, estragados,) sendo a proponente vencedora obrigada fazer a substituição dos mesmos, sem custos adicionais à Prefeitura e verificar com o responsável pelo setor o dia em que poderá fazer a entrega desses itens.

2.7 – O Responsável pelo Grupo da 3ª Idade deverá emitir relatório circunstanciado referente a entrega da mercadoria, relatando as eventuais irregularidades encontradas nas mesmas sendo que estas deverão ser sanadas nos períodos previstos em lei (Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores).

2.8 – Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta das proponentes vencedoras.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Município pagará um valor total de **R\$7.800,00(SETE MIL E OITOCENTOS REAIS)** sendo que a entrega deverá ser parcelada, mês a mês, conforme solicitação dos Responsáveis pelos Setores do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e pelo Grupo da 3ª Idade.

§ 1º - A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

§ 2º - Só haverá reajuste de valores nas condições do § 2º, Cláusula Terceira e na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – O pagamento será feito por transferência bancária, conforme entrega dos alimentos e conforme liberação dos Recursos pelo Governo Federal, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

§ 1º – A nota fiscal deverá ser emitida conforme Autorização de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal.

§ 2º – Quando da emissão da nota fiscal, a empresa deverá citar no corpo da nota (complemento) o número da Autorização de Fornecimento a qual foi fornecido à empresa.

§ 3º – Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta das proponentes vencedoras.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo do presente contrato terá vigência em **28 de março de 2019 a 31 de dezembro de 2019**, ou até que os produtos forem totalmente entregues. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2019,

conforme segue:

95 – 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 – Aplicações Diretas

183 – 1 . 2011 . 8 . 241 . 5 . 2.53 . 1 . 339000 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

§ 1º - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA SÉTIMA - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação dada pela lei n.º 8.883/94, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA OITAVA - O contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na lei n.º. 8.666/93, combinada pela redação dada pela lei n.º. 8.883/94, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - A Contratada assume, como exclusivamente seus, os riscos das despesas decorrentes do transporte dos alimentos, assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos Seguros de Lei.

§ 1.º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

§ 2.º - O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

§ 3.º - O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

§ 4.º - A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

§ 5º - A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, ou deteriorados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato está vinculado à licitação oriunda do Edital de Pregão Presencial nº0004/2019, obrigando-se à Contratada em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente contrato rege-se pelas disposições contidas nas Leis Federais nº 10.520/02, nº 8.666/93, consolidadas, que institui normas para licitações e contratos, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir do presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 28 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MERCADO BOM PREÇO EIRELLI
CNPJ nº 26.133,373/0001-24
ESTELA ALVES DA MAIA
Contratada

TESTEMUNHAS:

MARILIA BORGHA FERRONATO
CPF Nº: 066.042.359-63

TARCÍSIO LIDANI
CPF: 613.139.809-78

CONTRATO N° 0020/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0004/2019

PREGÃO N° 0004/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO GÊNEROS ALIMENTÍCOS CRAS E 3ª IDADE

EMPRESAS CONTRATADA: ESTELA ALVES DA MAIA

VALOR R\$7.800,00

CONTRATO Nº 0021/2019

Publicação Nº 1969820

CONTRATO Nº 0021/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0034/2019, CHAMADA PÚBLICA 0001/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E COOPERATIVA DE ARTESÕES DE ARROIO TRINTA

O **MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, ESTADO DE SANTA CATARINA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, 26, centro, inscrito no C.N.P.J. sob nº 82.826.462.0001-27, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **CLAUDIO SPRÍCIGO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – Santa Catarina doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa, **COOPERATIVA DE ARTESÕES DE ARROIO TRINTA** pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Otília B. Zardo, 110, no bairro Centro, na cidade de Arroio Trinta, inscrita no CNPJ sob o nº 07.591.970/0001-58, neste ato representada pela Senhorita **DENISE ANA LÁZARI**, Brasileira, solteira, atendente, residente e domiciliado na Rua José Baldo s/n Centro do Município de Arroio Trinta Portador do CPF sob nº 066.501.339-65 e CI sob nº 5.520.082-6(por procuração) doravante denominada CONTRATADA, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0034/2019, Chamada PÚBLICA 0001/2019, doravante denominado o processo, ajustam e contratam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: É objeto desta contratação a aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR (GRUPOS FORMAIS OU INFORMAIS) E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, DE ACORDO COM O ARTIGO 14 DA LEI 11.947/09, PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR, CONFORME PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE**, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, ano 219, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º0001/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de **R\$26.873,20 (VINTE E SEIS MIL OITOCENTOS ESETENTA E TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS)**. Para entrega dos seguintes produtos:

(07.591.970/0001-58)

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total.
1	26587 - Abóbora cabotiá.	KG	60	3,30	198,00

	Características: de primeira qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar intacta e firme.				
2	26588 - Abobrinha italiana. Produtos são, limpos e de boa qualidade, sem defeitos, com aspecto, aroma e sabor típicos da variedade e uniformidade no tamanho e na cor. Não serão permitidos rachaduras, perfurações e cortes.	KG	25	3,02	75,50
4	26590 - Alface crespa ou americana. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcha, íntegra, adequadas para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em embalagem de polietileno atóxico.	KG	150	7,75	1.162,50
5	26592 - Batata salsa. Lavada, de 1ª qualidade, estarem suficientemente desenvolvidas, sem lesões de origem física ou mecânica, não apresentarem rachaduras ou cortes na casca, livre de enfermidades, isenta de partes pútridas. Com tamanho uniforme, devendo ser de tamanho médio.	KG	50	8,18	409,00
6	31896 – Beterraba Sem folhas, de primeira qualidade, firme, tenra, razoavelmente macia, de cor vermelho-vivo e com pele lisa.	KG	190	3,98	756,20
7	31897 - Bolacha Caseira de Açúcar Mascavo Bolacha com boa aparência de massa leve e aerada. Serão rejeitados biscoitos mal assadas, queimados, amassadas, achatados e “embatumados” aspecto de massa pesada e de características organolépticas anormais. Os mesmos deverão estar livres de sujidades ou quaisquer outros tipos de contaminantes como fungos e bolores. Embalagem de 1 kg em polietileno contendo: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	40	20,40	816,00
8	29571 - Bolacha caseira de laranja. Bolacha com boa aparência de massa leve e aerada. Serão rejeitados biscoitos mal assadas, queimados, amassadas, achatados e “embatumados” aspecto de massa pesada e de características organolépticas anormais. Os mesmos	KG	40	20,87	834,80

	deverão estar livres de sujidades ou quaisquer outros tipos de contaminantes como fungos e bolores. Embalagem de 1 kg em polietileno contendo: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.				
9	29572 - Bolacha caseira de milho. Bolacha com boa aparência de massa leve e aerada. Serão rejeitados biscoitos mal assadas, queimados, amassadas, achatados e “embatumados” aspecto de massa pesada e de características organolépticas anormais. Os mesmos deverão estar livres de sujidades ou quaisquer outros tipos de contaminantes como fungos e bolores. Embalagem de 1 kg em polietileno contendo: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	60	20,77	1.246,20
10	29574 - Caqui. Fruta in natura, íntegros, fresco, aroma, cor e sabor próprios. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	200	3,92	784,00
11	26598 - Chicória. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcha, íntegra, adequada para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverá estar danificada por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em embalagem de polietileno atóxico.	KG	140	5,90	826,00
12	26177 - Cuca com Farofa. A cuca não deve estar embatumada, seca ou queimada. Deve ser fresca, doce, leve, com coloração clara e uniforme e conter bastante farofa na cobertura.	KG	230	13,11	3.015,30
13	29579 - Doce de frutas. Sabores: uva, maçã, pêra, pêssego contendo polpa de fruta, consistência gelatinosa, em vidro de aproximadamente 600 gramas. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais, prazo de validade mínimo de 10 meses a contar da data da entrega.	Un	100	11,32	1.132,00
14	29580 - Espinafre. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcho, íntegro, adequado para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverá estar danificado por lesões	KG	15	7,62	114,30

	que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxico.				
15	29581 - Feijão carioca. Características técnicas: feijão da última safra. Não poderá apresentar grãos disformes e ou torrados, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em embalagens de polietileno transparente, contendo 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 5 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	50	5,59	279,50
16	23984 - Feijão Preto. Características técnicas: feijão da última safra. Não poderá apresentar grãos disformes e ou torrados, impurezas (grãos partidos e pedras), bolor, mofo, caruncho, rendimento inadequado. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em embalagens de polietileno transparente, contendo 1 kg. Prazo de validade: mínimo de 5 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	300	5,46	1.638,00
17	29583 - Grostoli macio. Elaborado de forma artesanal. Deve ser macio e fresco, apresentar cor e cheiro próprios, não serão aceitos queimados, secos ou duros. Embalagem em polietileno contendo: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	35	14,54	508,90
18	29584 - Laranja. Características: fruto de tamanho médio, íntegros e de primeira qualidade, fresco, limpo, coloração alaranjada uniforme, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Odor agradável e sabor doce. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	230	4,31	991,30
19	29585 - Limão. Fruta in natura, íntegros, fresco, aroma, cor e sabor próprios. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	15	4,95	74,25
20	29586 - Macarrão caseiro furado grosso.	KG	90	12,06	1.085,40

	Elaborado de forma artesanal furado grosso. Deve apresentar cor e cheiro próprios. Congelado a -12°C ou menos. Embalagem de 500g em polietileno contendo: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. Prazo de validade: mínimo de 2 meses.				
21	29588 - Melancia. Características Gerais: fruta de primeira qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar intacta e firme. Deve estar madura com peso médio de 10 kg.	KG	450	2,22	999,00
23	31898 - Pão Caseiro Integral de Forma Fatiado. Deve ser fresco, macio, apresentar sabor, odor e cor característicos. Fatiado, preparado com farinha de trigo, no mínimo, 20% integral. Serão rejeitados pães queimados ou mal cozidos. Isento de gordura trans. Cada unidade deve conter em média 500 g. A embalagem deve ser plástica, estéril e descartável.	Un	250	9,30	2.325,00
24	31899 - Pão Caseiro de Milho Fatiado. Deve ser fresco, macio, apresentar sabor, odor e cor característicos. Fatiado. Serão rejeitados pães queimados ou mal cozidos. Isento de gordura trans. Cada unidade deve conter em média 500 g. A embalagem deve ser plástica, estéril e descartável.	Un	60	9,55	573,00
25	29590 - Pêssego. Fruta in natura, íntegros, fresco, aroma, cor e sabor próprios. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	300	4,70	1.410,00
26	31900 – Pinhão Fresco, in natura, não brotados, sem sujidades ou parasitos.	KG	30	13,53	405,90
27	29592 - Poncã. Fruta in natura, íntegros, fresco, aroma, cor e sabor próprios. Grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	KG	380	5,85	2.223,00

28	31772 - Repolho Branco. Hortaliça de tamanho grande, com características íntegras e de primeira qualidade. Fresco, limpo, coloração uniforme, aroma, cor e sabor típicos da espécie. Isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.	Un	180	2,94	529,20
29	29594 - Rúcula. Características: de primeira qualidade, folhas firmes, não poderá estar murcha, íntegra, adequadas para o consumo, com todas as partes comestíveis aproveitáveis, cor e sabor característicos. Não deverão estar danificados por lesões que afetem sua aparência e utilização. Isento de pontos amarelados ou apodrecidos, livre de sujidades, parasitas e larvas. Acondicionadas em embalagem de polietileno atóxico.	KG	30	8,89	266,70
30	29595 - Suco de uva tinto integral. Bebida não fermentada, não alcoólica, não diluída e não adoçada, obtida da parte comestível da uva (<i>Vitis</i> spp.), através de processo tecnológico adequado. Ausência de material microscópico ou macroscópico prejudicial à saúde humana. Ausência de corantes e aromas artificiais. A embalagem do produto deverá ser composta por garrafas de vidro com capacidade de 1,5 litros. O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente. O prazo de validade do produto deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de fabricação, somente será recebido o produto que tenha data de fabricação de até 30 (trinta) dias do momento da entrega. O produto deverá estar de acordo com a legislação vigente.	Un	70	16,63	1.164,10
31	29596 - Tortéi de abóbora pastel. Massa composta de farinha de trigo, ovos e sal, com recheio de abóbora cabotiá cozida, queijo parmesão, farinha de rosca, noz-moscada e canela. No formato de pastel pequeno.	KG	55	18,73	1.030,15
26.873,20					

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA: As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

20 - 1 . 2009 . 10 . 306 . 10 . 2.25 . 1 . 339000 Aplicações Diretas.

CLÁUSULA SEXTA: O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA: O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA: O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA NONA: É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA: O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Nutricionista Sra Andréia Giacomini, juntamente com a Secretária Municipal de Educação Sra. Claudete Manenti Magro, sendo responsáveis pelo recebimento da mercadoria, conferência dos alimentos, e se necessário a devolução dos mesmos, cabendo às proponentes vencedoras fazer a troca dos alimentos, sem custos adicionais à Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º 0001/2019, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: As comunicações com origem neste contrato deverão ser

formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

- a) - O objeto da Presente Chamada Pública poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.
- b) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 28 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

COOPERATIVA DE ARTESÕES DE ARROIO TRINTA

DENISE ANA LÁZARI

CPF nº 066.501.339-65

CONTRATADA

Testemunhas:

MARILIA BORGHA FERRONATO

CPF Nº: 066.042.359-63

TARCÍSIO LIDANI

CPF: 613.139.809-78

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0041/2019

Publicação Nº 1970236

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTAProcesso Administrativo Nº 0054/2019 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0041/2019 - DL**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1893/2018, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Aquisição de lixeiras para substituição em diversas ruas da cidade., nestes termos:

Proponente que apresentou o menor preço e seus respectivos itens:

786 - DISBRAPLAC LTDA EPP (05.168.674/0001-13)

Item	Material	Unid.	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	32052 - Lixeira monobloco vazada capacidade de 80 litros na cor verde com espaço para publicidade sem suporte	Un	30	97,00	2.910,00
Total				2.910,00	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta, 02 de abril de 2019
Claudio Spricigo
Prefeito de Arroio Trinta**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0042/2019**

Publicação Nº 1969952

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTAProcesso Administrativo Nº 0056/2019 - DL
Dispensa por Justificativa Nº 0042/2019 - DL**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1893/2018, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Dispensa por Justificativa, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Aquisição de bandeiras para uso nas escolas da rede municipal., nestes termos:

Proponente que apresentou o menor preço e seus respectivos itens:

2593 - VIDEABAND INDUSTRIA DE BANDEIRAS LTDA (03.574.465/0001-44)

Item	Material	Unid.	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	10788 - CONJUNTO DE BANDEIRAS EM NYLON REFORÇADO ESTAMPADO D As bandeiras devem ter 1,30 x ,90 cm, sendo 13 bandeiras do Brasil, 13 de Arroio Trinta, 13 do Estado de Santa Catarina, 3 da escola PROJAJ e 3 da escola PROFABI.	Un	45	75,00	3.375,00
Total				3.375,00	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta, 02 de abril de 2019
Claudio Spricigo
Prefeito de Arroio Trinta

Ascurra

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2019

Publicação Nº 1970249

Município de Ascurra

Dispensa de Licitação n. 20/2019

Extrato de contrato n. 13/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: SHIRLEI FABIANA SILVA 03895455970

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a realização de formação continuada para professores e atendentes de educação infantil da rede de ensino municipal, bem como realização de palestras para jovens junto ao sistema de medidas sócio educativas deste Município, com o tema de preparação para o mercado de trabalho, além de palestras para o grupo de pais destes jovens com referente o acompanhamento familiar – multidisciplinar.

Valor: O valor do objeto corresponde a R\$11.150,00 (onze mil cento e cinquenta reais) Validade: até 31/12/2019

Ascurra, 02 de abril de 2019.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2019

Publicação Nº 1970266

Município de Ascurra

Dispensa de Licitação n. 21/2019

Extrato de contrato n. 14/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: MATEUS IURI SCHNEIDER EIRELI - ME

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de móveis para a Prefeitura Municipal de Ascurra, para os setores da Administração e da Educação, incluindo cadeiras, mesa, armários, estantes de aço e acessórios.

Valor: R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais)

Validade: até 31/12/2019

Ascurra, 02 de abril de 2019.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 20-2019

Publicação Nº 1970243

Dispensa de licitação n. 20/2019

Contrato administrativo n. 13/2019

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: SHIRLEI FABIANA SILVA 03895455970

CNPJ: 26.949.926/0001-11

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a realização de formação continuada para professores e atendentes de educação infantil da rede de ensino municipal, bem como realização de palestras para jovens junto ao sistema de medidas sócio educativas deste Município, com o tema de preparação para o mercado de trabalho, além de palestras para o grupo de pais destes jovens com referente o acompanhamento familiar – multidisciplinar

Valor: Valor total de R\$ 11.150,00 (onze mil cento e cinquenta reais)

Vigência: O presente instrumento terá vigência até 31/12/2019, encerrando-se com a prestação dos serviços e o pagamento total do valor previsto neste contrato, após o qual será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial

Ascurra, 02 de abril de 2019.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 21-2019

Publicação Nº 1970259

Dispensa de licitação n. 21/2019

Contrato administrativo n. 14/2019

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: MATEUS IURI SCHNEIDER EIRELI - ME

CNPJ: 21.278.463/0001-90

Objeto: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de móveis para a Prefeitura Municipal de Ascurra, para os setores da Administração e da Educação, incluindo cadeiras, mesa, armários, estantes de aço e acessórios.

Valor: Valor total de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais)

Vigência: O presente instrumento terá vigência até 31/12/2019, encerrando-se com a prestação dos serviços e o pagamento total do valor previsto neste contrato, após o qual será rescindido automaticamente sem que haja necessidade de aviso, notificação judicial ou extrajudicial

Ascurra, 02 de abril de 2019.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

001/2019/CMDCA

Publicação Nº 1969877

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO PARA CONSELHEIROS TUTELARES
DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA/SC
GESTÃO: 2020-2024

Edital n. 001/2019/CMDCA

Abre inscrições para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Balneário Arroio do Silva-SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Arroio do Silva, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014 e na Lei Municipal n. 974/2019 (974 de 29 de março de 2019), abre as inscrições para a escolha dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Balneário Arroio do Silva, e dá outras providências.

1. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO.

1.1 Ficam abertas 5 (cinco) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de (nome do Município), para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no período de 10 (dez) de janeiro de 2020 a 09 (nove) de janeiro de 2024, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1.2 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de Balneário Arroio do Silva, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal.

1.3 Os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

1.4 Todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5 A vaga, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	05	40 h + sobreaviso	R\$ 1.500,00

1.6 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30 h, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.7. Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.8 A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso seguirá as normas, conforme dispõe a Lei Municipal n. 974/2019, ou a que a suceder.

1.9 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 974/2019, ou a que a suceder.

1.10 Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta Lei Municipal n. 974/2019, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de (nome do Município) ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 974/2019.

2.2 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

I. Inscrição para registro das candidaturas;

II. Curso preparatório e aplicação de prova de conhecimentos específicos de caráter eliminatório;

III. Apresentação dos candidatos habilitados, em sessão pública, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada;

IV. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de (nome do Município), cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

3. DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixada na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 974/2019, a saber:

I. reconhecida idoneidade moral;

II. idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III. residência no Município;

IV. experiência mínima de 02 (dois) anos na defesa dos direitos da criança e do adolescente ou curso de especialização em matéria de infância e juventude com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

V. conclusão do ensino médio.

VI. não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão

administrativa ou judicial;

VII. não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VIII. não ser membro, no momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX. não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos:

I. Certidão de Nascimento ou Casamento;

II. Comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital ou cartão do PSF municipal;

III. Certificado de quitação eleitoral;

IV. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;

V. Certidão negativa da Justiça Federal;

VI. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio;

VII. A experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por organização da sociedade civil que atua no atendimento à criança e ao adolescente, com especificação do serviço prestado; ou

b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente; ou

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente; ou

d) diploma ou certificado de conclusão curso de especialização em matéria de infância e juventude, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

3.3 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

4. DOS IMPEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA

4.1 O membro do Conselho Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio (somado no total 6 anos), não poderá participar do presente processo.

5. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, padrasto ou madrastra e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições ficarão abertas do dia 22 (vinte e dois) de abril a 24 (vinte e quatro) de maio de 2019, em horário de atendimento ao público, das 8h às 12h, nas dependências do CRAS, localizado na rua Volnei Defaveri nº 12 esquina com a Elói Januário.

6.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

6.3 As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

6.4 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar, ficha de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 3 (três) deste edital.

6.5 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

6.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal n. 974/2019, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

6.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste edital.

6.8 A inscrição será gratuita.

6.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

7.1 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

7.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

7.3 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

7.4 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal n. 974/2019 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

7.5 A relação de inscrições deferidas será publicada no dia 31 (trinta e um) de maio de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

7.6 O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, em duas vias, no período 3 (três) a 4 (quatro) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, no mesmo local das inscrições, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

7.7 A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e apresentar o resultado dos recursos até o dia 7 (sete) de junho de 2019.

7.8 Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 10 (dez) e 14 (quatorze) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, no CRAS, localizado na rua Volnei Defaveri nº 12 esquina com a Elói Januário, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

7.9 A divulgação do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

bem como da lista de todos os candidatos cujas inscrições foram deferidas deverá ocorrer até dia 18 (dezoito) de junho de 2019, nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.

7.10 Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 19 (dezenove) e 21 (vinte e um) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, no (local), admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico, vedado o anonimato.

7.11 A publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela Comissão Especial Eleitoral deverá se dar até dia 24 (vinte e quatro) de junho de 2019.

7.12 Os candidatos impugnados poderão interpor recurso junto a Comissão Especial Eleitoral até o dia 26 (vinte e seis) de junho de 2019, a qual deverá se manifestar em 24 (vinte e quatro) horas.

7.13 No caso de manutenção da impugnação pela Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no período de 28 (vinte e oito) de junho a 4 (quatro) de julho de 2019.

7.14 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação sobre os recursos interpostos, publicará a lista final dos candidatos aptos a participar de Curso Preparatório e da prova preambular, no dia 8 (oito) de julho de 2019.

7.15 Entre os dias 20 (vinte) e 21 (vinte e um) de julho de 2019 será realizado o Curso Preparatório dos candidatos considerados aptos.

7.16 No dia 28 (vinte e oito) de julho de 2019, das 14h às 17h, será realizada a prova de conhecimentos sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, para a qual o candidato deve obter a nota mínima de 6,0 pontos.

I A prova escrita constará de 35 (trinta e cinco) questões, sendo que destas:

a) Prova de conhecimento específico – 26 (vinte e seis) objetivas, sobre o Estatuto da Criança do Adolescente, valendo 3.5 (três pontos e meio) cada uma, totalizando 91 pontos;

b) Prova de Língua Portuguesa - 5 (cinco) objetivas, valendo 1,0 (um ponto) cada uma, totalizando 5 pontos, e;

c) Prova de informática - 04 (quatro) objetivas, sobre noções básicas de informática valendo 1,0 (um ponto) cada, totalizando 4 pontos.

7.17 A divulgação das notas ocorrerá até o dia 12 (doze) de agosto de 2019, sendo possível a interposição de recurso pelos candidatos no período de 13 (treze) e 14 (quatorze) de agosto de 2019.

7.18 Os recursos serão apreciados diretamente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deverá publicar decisão até o dia 19 (dezenove) de agosto de 2019.

7.19 Os candidatos habilitados receberão um número de inscrição, composto por, no mínimo, 02 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidato.

8. DA PROPAGANDA ELEITORAL

8.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

8.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae.

8.3 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

8.4 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

8.5 Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I. abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II. doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III. propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

IV. a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V. a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI. a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VII. favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VIII. confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

IX. propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som;

X. propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

8.6 No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

I. Utilização de espaço na mídia;

II. Transporte aos eleitores;

III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

V. Propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

VI. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

- 8.7 Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.
- 8.8 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.
- 8.9 O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- 8.10 É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização dos candidatos.
- 8.11 É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.
- 8.11 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente organizará sessão aberta a toda a comunidade ou programa de rádio local, para a apresentação dos candidatos habilitados, no dia 05 (cinco) de setembro de 2019, às 18h30, no (local).

9. DA ELEIÇÃO

- 9.1 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.
- 9.2 A eleição será realizada no dia 06 (seis) de outubro de 2019, no horário das 9hs às 16hs.
- 9.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019, publicados nos locais oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica.
- 9.4 Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.
- 9.5 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 6 (seis) meses antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- 9.6 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores, nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.
- 9.7 O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina indevassável.
- 9.8 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.
- 9.9 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.
- 9.10 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.
- 9.11 O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.
- 9.12 A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a indicação do respectivo número do candidato.
- 9.13 Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, aprovadas previamente pela Comissão Especial Eleitoral, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato, sem se admitir a indicação do nome dos candidatos.
- 9.14 Constituem cada Mesa Receptora de Votos: um Presidente, Mesários (quantos forem necessários) e um Secretário, indicados pela Comissão Especial Eleitoral.
- 9.15 Um dos Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.
- 9.16 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.
- 9.17 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.
- 9.18 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral.
- 9.19 Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:
- I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
 - II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;
 - III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.
- 9.20 Os candidatos poderão indicar até dois fiscais por cada seção eleitoral (local de votação), que deverão estar identificados por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade destes à Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019.

10. DA APURAÇÃO

- 10.1 A apuração dar-se-á no mesmo local da votação ou em local definido pela Comissão Especial Eleitoral, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial Eleitoral.
- 10.2 Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 10.3 Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.
- 10.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.
- 10.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.
- 10.6 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.
- 10.7 No caso de empate na votação, seguirá a classificação de maior para menor idade.

11. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

- 11.1 O resultado da eleição será publicado no dia 07 (sete) de outubro de 2019, em de Edital publicado nos espaços oficiais de publicação

do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

11.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 (dez) de janeiro de 2019.

11.4 todos os candidatos que participaram do pleito eleitoral serão diplomados, e farão os mesmos trâmites de admissão dos 5 primeiros, afim de estarem aptos a assumir a qualquer momentos como Conselheiro Tutelar.

11.5 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

11.6 Os candidatos eleitos deverão participar de um Curso Preparatório promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de não poderem assumir a função de membro do Conselho Tutelar, sendo os suplentes também convidados a participar.

11.7 Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

12. DO CALENDÁRIO

12.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

Data	Etapas
08/04/2019	Publicação do Edital
22/04 a 24/05/2019	Prazo para registro das candidaturas
27 a 30/05/2019	Análise do pedido de registro das candidaturas, pela CEE.
31/05/2019	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
03 a 04/06/2019	Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado
07/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
10 e 14/06/2019	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso junto ao CMDCA.
18/06/2019	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.
19 a 21/06/2019	Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.
20/06/2019	Ofício a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte para Utilização do Prédio da Escola municipal de ensino Básico Jardim Atlântico para utilizar o prédio para as provas ar e Ofício para Direção do Colégio Apolônio para utilização do prédio para o Pleito eleitoral no dia 06/10/2019
24/06/2019	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela CEE
25 a 26/06/2019	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.
27/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
28/06/2019 a 04/07	Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto a CMDCA.
08/07/2019	Publicação da lista dos candidatos aptos a participar de Curso Preparatório e prova.
20 e 21/07/2019 (SUJEITO A ALTERAÇÕES)	Curso Preparatório dos candidatos e aplicação da prova.
28/07/2019 (SUJEITO A ALTERAÇÕES)	Realização da prova
12/08/2019	Divulgação dos resultados
13 e 14/08/2019	Recurso dos candidatos não aprovados
19/08/2019	Publicação do resultado final da prova pelo CMDCA
20 à 26/08/2019	Retirada a entrega dos formulários para credenciamento dos fiscais de eleição (das 14 às 17h)
05/09/2019	Divulgação dos locais e votação
05/09/2019	Sessão de apresentação dos candidatos habilitados
06/10/2019	ELEIÇÃO 09 horas as 16 horas
07/10/2019	Publicação da apuração
10/01/2020	POSSE

12.2 Fica facultada à Comissão Especial Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1 As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 974/2019, sem prejuízo das demais leis afetas.

13.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

13.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

13.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

13.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

13.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

13.8 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

13.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

13.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Araranguá para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Romalino Manoel Rescarolli Junior
Presidente do CMDCA

DECRETO 061/2019

Publicação Nº 1969895

Decreto nº 061, de 02 de abril de 2019.

NOMEIA O SENHOR GILSON LUIZ MARTINS, PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto nos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor GILSON LUIZ MARTINS, brasileiro, maior, em união estável, nascido em 19 de fevereiro de 1980, portador do RG nº 5.830.888 – SJ/SC, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 023.496.659-00, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Obras, Viação e Serviços Urbanos, do Poder Executivo Municipal, com o subsídio mensal de R\$ 6.692,72 (seis mil seiscentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos), estabelecido pela Lei Municipal nº 563, de 30 de junho de 2008, que fixa o Subsídio dos Secretários Municipais de Balneário Arroio do Silva, observadas às respectivas revisões gerais da remuneração.

Art. 2º Fica designado ao agente político, o Senhor GILSON LUIZ MARTINS, ora nomeado, para além dos serviços da Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, executar as atividades relacionadas à programação, coordenação e execução da política urbanística do município; o cumprimento do plano diretor e a obediência do código de posturas e obras, da ocupação e uso do solo; a fixação das diretrizes e políticas de tráfego urbano; a execução das atividades de manutenção das vias, parques e praças municipais; a execução das atividades concernentes à iluminação pública do município, a viabilização dos serviços de água e esgoto; a execução das atividades de manutenção do sistema de sinalização, controle e apoio do trânsito; a coordenação e execução da política de obras públicas do município abrangendo construções, reformas e reparos; a abertura de vias públicas e de rodovias municipais; e a execução de obras de saneamento, pavimentação, construção civil, drenagem, calçamento, obras de arte corrente e especiais.

Art. 3º Ao agente político ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Obras, Viação e Serviços Urbanos nomeado nos termos deste Decreto, é assegurada à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 4º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 02 de abril de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de abril de 2019.

FELIPE KELLER
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 062/2019

Publicação N° 1970169

Decreto n° 062, de 02 de abril de 2019.

NOMEIA A SENHORA ROSANA COELHO CAETANO, PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E CADASTRAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora ROSANA COELHO CAETANO, brasileira, maior, solteira, nascida em 03 de julho de 1981, portadora do RG n° 3.912.720 – SSP/SC, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o n° 822.639.650-68, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Tributação, Fiscalização Tributária e Cadastro, vinculado à Secretaria de Administração e Finanças, do Poder Executivo Municipal, com direito a percepção do vencimento equivalente ao Código DAS-02, constante dos Anexos IV e V, da Lei Complementar Municipal n° 006, de 28 de dezembro de 2001, com jornada de trabalho de tempo integral, de 40 horas semanais e em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º À Servidora Pública ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Tributação, Fiscalização Tributária e Cadastro nomeada nos termos deste Decreto, é assegurada à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 02 de abril de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de abril de 2019.

FELIPE KELLER

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2019

Publicação N° 1969997

ESTADO DE SANTA CATARINA – SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE

BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 009/2019 – MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 43/2019

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N° 017/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA /SC.

DETENTOR DA ATA: ARNO CEZAR DE BEM – ME - 02.750.286/0001-58; ARROIO CENTER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME - 07.836.379/0001-13; CONSTRUTORA BIFF EIRELI - 07.170.888/0001-50; LEONILTON DE PAULA CARLOS ME - 05.686.481/0001-54.

Valor total: R\$ 238.298,60

Assinado em: 01/04/2019

Vigente até: 01/04/2020

Objeto: Registro de preços para a possível e futura "Aquisição parcelada de Material de Construção destinado à manutenção nas unidades de ensino da Secretaria de Educação, Secretaria de Obras, Secretaria de Saúde e demais departamentos e secretarias do Município de Balneário Arroio do Silva. Conforme quantitativos e especificações contidas no anexo I deste edital".

Valor dos Itens: Íntegra da ata disponível no site da prefeitura de Balneário Arroio do Silva/SC.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - APAE - 2019

Publicação Nº 1969977

**EXTRATO DE JUSTIFICATIVA
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

Processo Administrativo nº: 000162/2019.
Dispensa de Chamamento Público nº: 002/2019.

Data do Processo: 11 de fevereiro de 2019.

Modalidade: Dispensa de Chamamento Público.

Fundamento Legal: Artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014, com alterações da Lei nº 13.204/2015; Decreto Municipal nº 62/2017.

Objeto da Parceria: Parceria entre o Município de Balneário Arroio do Silva e a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Balneário Arroio do Silva, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, especificamente o desenvolvimento de ações de atendimento, prevenção, promoção, inserção e proteção aos alunos da APAE com o auxílio do Poder Público local.

Organização da Sociedade Civil Proponente: APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Arroio do Silva, associação civil sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal nº 081, de 03 de março de 1998 e pela Lei Estadual nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, devidamente cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social de Balneário Arroio do Silva/SC sob o nº 08, com certificação de entidade beneficente de assistência social deferida pela Portaria nº 75, de 24 de junho de 2015, da Secretaria Nacional de Assistência Social.

CNPJ: 02.328.101/0001-11.

Valor: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Tipo de Parceria: Colaboração.

Justificativa:

Inicialmente, cumpre justificar que, muito embora, a data de início do processo em epígrafe tenha sido registrada em 11 de fevereiro de 2019, somente em data de 22 de março de 2019 os autos vieram conclusos para análise preliminar, necessitando, no entanto, de readequações. Em data de 01 de abril de 2019, os autos retornaram conclusos e completos para que a presente justificativa pudesse ser elaborada.

Assim sendo, com fundamento no art. 32 da Lei nº 13.019/2014, elencam-se as razões pelas quais não será realizado o processo seletivo por intermédio de chamamento público, para efetivação do Termo de Colaboração a ser firmado entre o Município de Balneário Arroio do Silva e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Arroio do Silva, cujo objeto é o repasse financeiro na ordem de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), para fins de celebração de parceria em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, especificamente o desenvolvimento de ações de atendimento, prevenção, promoção, inserção e proteção aos alunos da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Arroio do Silva, com o auxílio do Poder Público local.

Para realização acima referida, se faz necessário que seja elaborado o devido processo de dispensa de chamamento público, conforme aludido na Lei nº 13.019/2014, haja vista que as metas da parceria são voltadas ou vinculadas a serviços de educação e assistência social sendo executadas no Município pela APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Balneário Arroio do Silva.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Balneário Arroio do Silva, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência.

Nesta ótica a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Balneário Arroio do Silva desenvolve desde 15 de dezembro de 1997, data de sua fundação, atividades nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros. É importante destacar que a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Arroio do Silva atenderá com a presente parceria, 39 (trinta e nove) usuários da instituição, seus familiares e eventuais demandas que surgem.

Neste diapasão, durante a execução da parceria, deverão ser observadas as seguintes finalidades: I - Prestar atendimento técnico que assegure a Estimulação Essencial, os serviços da Educação Especial "Serviço de Atendimento Educacional Especializado", "Serviço Pedagógico Específico" e "Educação Profissional", assim como a efetivação da Política de Assistência Social, por meio de ações de prevenção, promoção, inserção e proteção, aos alunos da APAE de Balneário Arroio do Silva; II - Desenvolver serviços de educação especial e serviços de assistência social destinados às pessoas com deficiência intelectual, conforme previsão contida neste instrumento, atendendo o número de pessoas e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo; III - Dispor de corpo técnico necessário, assegurando a Estimulação Essencial, os serviços da Educação Especial "Serviço de Atendimento Educacional Especializado", "Serviço Pedagógico Específico" e "Educação Profissional", assim como a efetivação da Política de Assistência Social, por meio de ações de prevenção, promoção, inserção e proteção, aos alunos e atendidos previstos no Plano de Trabalho; IV - Atender às necessidades dos alunos

da educação especial que frequentam os Centros de Atendimento Especializado e dos demais níveis oferecidos pela APAE; V - Executar programas educacionais que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social dos alunos; VI - Realizar serviços de atendimento à pessoa com deficiência conforme preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ao público alvo e sua família, atendendo aos objetivos propostos pelo serviço com foco para os resultados previstos; VII - Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos ao público alvo e família, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS.

Justifica-se, ainda, que a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Arroio do Silva, associação civil sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal nº 081, de 03 de março de 1998 e pela Lei Estadual nº 16.733, de 15 de outubro de 2015, devidamente cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social de Balneário Arroio do Silva/SC sob o nº 08, órgão gestor da respectiva política, com certificação de entidade beneficente de assistência social deferida pela Portaria nº 75, de 24 de junho de 2015, da Secretaria Nacional de Assistência Social.

A entidade tem como fins e objetivos, nos limites territoriais do Município, voltados a promoção de atividades de finalidades de relevâncias pública e social, em especial: I – Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania; II – Prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no item anterior, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias; III – Prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla; IV – Oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Ademais, a entidade dispõe de equipe de profissionais, abrangendo 09 (nove) pedagogas, 01 (uma) professora de artes, 01 (uma) professora de educação física, 01 (uma) professora de informática, 01 (uma) psicóloga, 01 (uma) merendeira, 01 (uma) servente, 01 (um) motorista e 01 (uma) monitora de ônibus escolar.

Não obstante, a entidade possui instalações com ambientes físicos compostos 05 (cinco) salas de aula, 01 (uma) sala para vídeo e informática, 05 (cinco) banheiros, 01 (um) refeitório, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) lavanderia, 01 (um) depósito, 01 (um) almoxarifado, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) sala de atendimento psicológico e 01 (uma) área coberta.

Diante disso, se observa, que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da Associação Irmã Carmen, ora avaliados, são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho.

Com isso se observa, que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Arroio do Silva, ora avaliados, são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho.

É importante ressaltar, que as atividades realizadas pela entidade não tem como finalidade o lucro ou resultado econômico para a referida associação, sendo as suas ações de interesse público, tratando-se, pois, de uma ferramenta de desenvolvimento social e humano.

Justifica-se, ademais, que com a entrada em vigor para os Municípios, em 1º de janeiro de 2017, a Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, passou a estabelecer um novo regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, por meio de novos instrumentos jurídicos: os Termos de Fomento e de Colaboração, no caso de parcerias com recursos financeiros, e o Acordo de Cooperação, no caso de parcerias sem recursos financeiros.

Desse modo, a nova lei impactou as relações entre o poder público e as organizações da sociedade civil, as OSCs, e a sua implementação estimula a gestão pública democrática nas diferentes esferas de governo e valoriza as organizações da sociedade civil como parceiras do Poder Público na garantia e efetivação de direitos.

Nesse sentido, aliás, os fins da Administração Pública Municipal, segundo Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.” Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, é necessário que a Administração Municipal possa por meio de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

No que tange às parcerias, o Estado busca “por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas evidenciando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal”.

Destaca-se, assim, que as parcerias entre o Poder Público e as organizações da sociedade civil, como a que se pretende firmar, qualificam as políticas, aproximando-as das pessoas e das realidades locais e possibilitando a solução de problemas sociais específicos de forma criativa e inovadora. Com a lei, as OSCs podem ampliar suas capacidades de atuação e incorporar muitas de suas pautas à agenda pública. Além disso, as parcerias com o poder público estão agora amparadas em regras claras e com foco no controle de resultados das mesmas. Com um marco legal próprio e práticas institucionais que valorizem as OSCs, é possível responder adequadamente às necessidades de uma sociedade civil atuante.

Quando o Município de Balneário Arroio do Silva celebra este tipo de parceria, está cumprindo sua função constitucional de prover e

fomentar políticas de incentivo e acesso aos serviços de assistência social e de educação. Vale destacar, que a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Arroio do Silva já contou com o apoio financeiro do Município de Balneário Arroio do Silva entre os anos de 2013 e 2018.

Desta forma, com a vigência da Lei nº 13.019/2014, a qual trouxe um novo regime jurídico às parcerias firmadas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, vislumbra-se que a parceria pretendida é incompatível com a realização de procedimento de seleção – chamamento público, vez que o objeto da parceria é voltado e vinculado a serviços de assistência social e de educação e será executado pela APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Arroio do Silva, organização da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da respectiva política, em regime de mútua cooperação com o Município de Balneário Arroio do Silva.

Destarte, o presente pedido fundamenta-se no artigo 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014, o qual prevê:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

[...]

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. (sem grifos no original)

Portanto, verifica-se que o dispositivo legal acima exposto, que trata da dispensa de chamamento público, autoriza o administrador público a realizar o presente procedimento, haja vista se tratar de matéria de ordem de interesse público que permitem a adoção de tal medida.

No caso em exame, foi solicitado o apoio financeiro para fins de celebração de parceria em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, especificamente o desenvolvimento de ações de atendimento, prevenção, promoção, inserção e proteção aos alunos da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Arroio do Silva, com o auxílio do Poder Público local.

Se observa, ainda, que o Plano de Trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como o mérito da proposta está em conformidade com a modalidade de parceria adotada, possuindo viabilidade de execução. Não obstante, o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho é adequado e permite a sua efetiva fiscalização.

É importante destacar também, que a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Balneário Arroio do Silva desenvolve suas atividades desde 15 de dezembro de 1997, sendo de importante valia e de fundamental necessidade, registrar a reciprocidade de interesse das partes (Município e OSC) na realização do objeto, em mútua cooperação, desta parceria.

Observa-se pelo Plano apresentado, a viabilidade de sua execução. Para tanto compõem o mesmo, o cronograma de desembolso dos recursos, que está dentro de valores de mercado.

Os recursos a serem repassados para consolidação desta parceria são provenientes do Orçamento do Município de Balneário Arroio do Silva, para o ano de 2019 (Lei Municipal nº 965/2018).

Além disso, ressalta-se que a Comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais do Município de Balneário Arroio do Silva, para fiscalizarem a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Assim, julgo que o caso em apreço se coaduna à hipótese de dispensa de chamamento público, prevista no artigo 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014.

Balneário Arroio do Silva/SC, 01 de abril de 2019.
JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Assessoria Jurídica: A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Balneário Arroio do Silva/SC, 02 de abril de 2019.

DANIEL MENEZES DE CARVALHO RODRIGUES
oab/sc Nº 19.664 - Assessor Jurídico

Autorização: Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes. Publique-se um extrato da justificativa, nos termos do art. 32, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 13.019/2014, e após cinco dias a contar da publicação, ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

Balneário Arroio do Silva/SC, 02 de abril de 2019.
JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN - 2019

Publicação Nº 1969978

**EXTRATO DE JUSTIFICATIVA
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

Processo Administrativo nº: 000088/2019.
Dispensa de Chamamento Público nº: 001/2019.

Data do Processo: 21 de janeiro de 2019.

Modalidade: Dispensa de Chamamento Público.

Fundamento Legal: Artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014, com alterações da Lei nº 13.204/2015; Decreto Municipal nº 62/2017.

Objeto da Parceria: Parceria entre o Município de Balneário Arroio do Silva e a Associação Irmã Carmen, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, especificamente o acolhimento institucional de crianças e adolescentes do Município de Balneário Arroio do Silva/SC, em situação de vulnerabilidade social, em modalidade de casas lares, com a disponibilização de 04 (quatro) vagas.

Organização da Sociedade Civil Proponente: Associação Irmã Carmen, associação civil sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal de Araranguá/SC nº 1.606/1995, com alterações da Lei Municipal de Araranguá/SC nº 3.391/2015, bem como pela Lei Estadual nº 16.733/2015, com alterações da Lei Estadual nº 16.910/2016, devidamente cadastrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Araranguá/SC sob o nº 02, como também no Conselho Municipal de Assistência Social de Araranguá/SC sob o nº 02, com certificação de entidade beneficente e assistência social deferida pela Portaria nº 203/2017, da Secretaria Nacional de Assistência Social.

CNPJ: 00.900.930/0001-00.

Valor: R\$ 158.668,00 (cento e cinquenta e oito mil seiscentos e sessenta e oito reais).

Tipo de Parceria: Colaboração.

Justificativa:

Inicialmente, cumpre justificar que, muito embora, a data de início do processo em epígrafe tenha sido registrada em 21 de janeiro de 2019, somente em data de 22 de março de 2019 os autos vieram conclusos para análise preliminar, necessitando, no entanto, de readequações. Em data de 01 de abril de 2019, os autos retornaram conclusos e completos para que a presente justificativa pudesse ser elaborada.

Assim sendo, com fundamento no art. 32 da Lei nº 13.019/2014, elencam-se as razões pelas quais não será realizado o processo seletivo por intermédio de chamamento público, para efetivação do Termo de Colaboração a ser firmado entre o Município de Balneário Arroio do Silva e a Associação Irmã Carmen, cujo objeto é o repasse financeiro na ordem de R\$ 158.668,00 (cento e cinquenta e oito mil seiscentos e sessenta e oito reais), para fins de celebração de parceria em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, especificamente o acolhimento institucional de crianças e adolescentes do Município de Balneário Arroio do Silva/SC, em situação de vulnerabilidade social em modalidade de casas lares, com a disponibilização de 04 (quatro) vagas.

Trata-se, pois, de acolhimento institucional de crianças e adolescentes do Município de Balneário Arroio do Silva, sob medida de proteção, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir suas funções de cuidado e proteção.

Os benefícios esperados são a garantia de direitos à crianças e adolescentes, contribuindo para sua melhor qualidade de vida, com atendimento personalizado e individual em ambiente adequado, possibilitando o retorno à família de origem ou colocação em famílias substitutas.

Para realização acima referida, se faz necessário que seja elaborado o devido processo de dispensa de chamamento público, conforme aludido na Lei nº 13.019/2014, haja vista que as metas da parceria são voltadas e vinculadas a serviços de assistência social, sendo executadas no Município de Araranguá/SC, pela Associação Irmã Carmen.

É preciso valorizar essas parcerias com o Terceiro Setor, em destaque a Associação Irmã Carmen, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência.

Nesta ótica a Associação Irmã Carmen, uma associação sem fins econômicos, desenvolve desde 28 de dezembro de 1994, data de sua fundação, atividades beneficentes com predominância na assistência social e com atuação na área educacional e cultural, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Justifica-se, ainda, que a Associação Irmã Carmen é associação civil sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal de Araranguá/SC nº 1.606/1995, com alterações da Lei Municipal de Araranguá/SC nº 3.391/2015, bem como pela Lei Estadual nº 16.733/2015, com alterações da Lei Estadual nº 16.910/2016, devidamente cadastrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Araranguá/SC sob o nº 02, como também no Conselho Municipal de Assistência Social de Araranguá/SC sob o nº 02, com certificação de entidade beneficente e assistência social concedida pela Portaria nº 203/2017, da Secretaria Nacional de Assistência Social.

A entidade tem em seu estatuto, as seguintes finalidades: I - Acolher provisoriamente crianças e adolescentes de ambos os sexos, sob medida de proteção (em consonâncias com o Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, sob a forma de casas-lares, reintegrando-os, quando for o caso e sempre que possível, em suas famílias de origem; II - Proporcionar acolhimento com proteção e desenvolvimento por meio de ações de socialização contribuindo para uma qualidade de vida melhor, para os atendidos, com atendimento personalizado e individual em ambiente adequado e que seja provisória, excepcional e transitória à sua permanência; III - Promover o envolvimento da comunidade na manutenção, planejamento e execução dos programas de proteção às crianças e adolescentes por meio de inserção nos recursos como: escolas, áreas de lazer, posto de saúde e outras políticas públicas; IV - Informar ao judiciário quando necessário ou solicitado a integração em família substituta quando esgotarem as possibilidades de retorno a família de origem; V - Inserir crianças e adolescentes, principalmente as advindas de famílias em risco e vulnerabilidade social, que apresentam baixo rendimento escolar nos programas de complementação educacional permanente para que tenham melhores condições de acompanhar os conteúdos regulares; VI - Promover o acesso dos atendidos ao esporte e cultura, incentivando sua autonomia nestas atividades, tanto para lazer, como incentivo à profissionalização; VII - Prestar atendimento em turno inverso ao ensino regular; VIII – Desenvolver atividades de Educação sem fins econômicos, através de manutenção de estabelecimento de ensino e educação adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente os direcionados para a Educação Básica na modalidade de Educação Infantil, através de creches ou equivalentes e pré-escola; IX – Desenvolver ações de ensino que visem a promoção da integração ao mercado de trabalho e incentivo ao empreendedorismo, especialmente voltado a jovens e pessoas carentes, através de oficinas voltadas para as atividades de marcenaria, costura, padaria, música, artesanato, cerâmica, informática, comunicação e outras; X – Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; e XI – Promoção do esporte em todas as suas manifestações esportivas.

Ademais, a entidade dispõe de quadro para atendimento das demandas do Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, seguindo o que preconiza a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e a Norma Operacional Básica – RH-SUAS, abrangendo 01 (um) Assistente Social, 01 (um) Psicólogo, 01 (uma) Coordenadora Geral, 01 (uma) Coordenadora Local, 01 (um) Motorista, 01 (um) Auxiliar Administrativo, 01 (um) Nutricionista, 01 (um) Assistente de Projetos, 12 (doze) Auxiliares Cuidadores e 01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais, observada a estrutura hierárquica constante do seu Estatuto Social.

Não obstante, a entidade possui instalações com ambientes físicos compostos por quarto, sala de TV, cozinha, banheiro, dispensa, lavanderia, sala de recreação, garagem e playground, contando com recursos materiais que incluem berços apropriados para bebês, camas e roupas de camas individuais, kits individuais de higiene, lavatório de cabelo para higienização e cuidados com os mesmos, computadores com acesso à internet, chuveiros masculinos e femininos, brinquedos pedagógicos, didáticos e individuais, vestuário, mamadeiras individuais, equipamentos para cópias, televisores com TV a cabo, DVDs, aparelhos de som, CDs e material escolar individualizado.

Diante disso, se observa, que restam demonstrados os objetivos, finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da Associação Irmã Carmen, ora avaliados, os quais são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho.

É importante ressaltar, que as atividades realizadas pela entidade não tem como finalidade o lucro ou resultado econômico para a referida associação, sendo as suas ações de interesse público, tratando-se, pois, de uma ferramenta de garantia de direitos e de desenvolvimento social e humano.

Justifica-se, ademais, que com a entrada em vigor para os Municípios, em 1º de janeiro de 2017, a Lei nº 13.019/2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, passou a estabelecer um novo regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, por meio de novos instrumentos jurídicos: os Termos de Fomento e de Colaboração, no caso de parcerias com recursos financeiros, e o Acordo de Cooperação, no caso de parcerias sem recursos financeiros.

Desse modo, a nova lei impactou as relações entre o poder público e as organizações da sociedade civil, as OSCs, e a sua implementação estimula a gestão pública democrática nas diferentes esferas de governo e valoriza as organizações da sociedade civil como parceiras do Poder Público na garantia e efetivação de direitos.

Nesse sentido, aliás, os fins da Administração Pública Municipal, segundo Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.” Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, é necessário que a Administração Municipal possa por meio de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

No que tange às parcerias, o Estado busca “por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas evidenciando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal”.

Destaca-se, assim, que as parcerias entre o Poder Público e as organizações da sociedade civil, como a que se pretende firmar, qualificam as políticas, aproximando-as das pessoas e das realidades locais e possibilitando a solução de problemas sociais específicos de forma criativa e inovadora. Com a lei, as OSCs podem ampliar suas capacidades de atuação e incorporar muitas de suas pautas à agenda pública. Além disso, as parcerias com o poder público estão agora amparadas em regras claras e com foco no controle de resultados das mesmas. Com um marco legal próprio e práticas institucionais que valorizem as OSCs, é possível responder adequadamente às necessidades de uma sociedade civil atuante.

Quando o Município de Balneário Arroio do Silva celebra este tipo de parceria, está cumprindo sua função constitucional de prover e fomentar políticas de incentivo e acesso aos serviços de assistência social de proteção. Vale destacar, que a Associação Irmã Carmen já contou

com o apoio financeiro do Município de Balneário Arroio do Silva entre os anos de 2013 e 2018.

Desta forma, com a vigência da Lei nº 13.019/2014, a qual trouxe um novo regime jurídico às parcerias firmadas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, vislumbra-se que a parceria pretendida é incompatível com a realização de procedimento de seleção – chamamento público, vez que o objeto da parceria é voltado e vinculado a serviços de assistência social e será executado pela Associação Irmã Carmen, organização da sociedade civil previamente credenciada pelo órgão gestor da respectiva política, em regime de mútua cooperação com o Município de Balneário Arroio do Silva.

Destarte, o presente pedido fundamenta-se no artigo 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014, o qual prevê:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

[...]

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. (sem grifos no original)

Portanto, verifica-se que o dispositivo legal acima exposto, que trata da dispensa de chamamento público, autoriza o administrador público a realizar o presente procedimento, haja vista se tratar de matéria de ordem de interesse público que permitem a adoção de tal medida.

No caso em exame, foi solicitado o apoio financeiro para fins de celebração de parceria em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, especificamente o acolhimento institucional de crianças e adolescentes do Município de Balneário Arroio do Silva/SC, em situação de vulnerabilidade social em modalidade de casas lares, com a disponibilização de 04 (quatro) vagas.

Se observa, ainda, que o Plano de Trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como o mérito da proposta está em conformidade com a modalidade de parceria adotada, possuindo viabilidade de execução. Não obstante, o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho é adequado e permite a sua efetiva fiscalização.

Observa-se, ademais, pelo Plano apresentado, a viabilidade de sua execução. Para tanto compõem o mesmo, o cronograma de desembolso dos recursos, que está dentro de valores de mercado.

É importante destacar também, que a Associação Irmã Carmen desenvolve suas atividades desde 28 de dezembro de 1994, sendo de importante valia e de fundamental necessidade, registrar a reciprocidade de interesse das partes (Município e OSC) na realização do objeto, em mútua cooperação, desta parceria.

Os recursos a serem repassados para consolidação desta parceria são provenientes do Orçamento do Município de Balneário Arroio do Silva, para o ano de 2019 (Lei Municipal nº 965/2018).

Além disso, ressalta-se que a Comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais do Município de Balneário Arroio do Silva, para fiscalizarem a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Assim, julgo que o caso em apreço se coaduna à hipótese de dispensa de chamamento público, prevista no artigo 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014.

Balneário Arroio do Silva/SC, 01 de abril de 2019.
JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Assessoria Jurídica: A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 30, inciso VI, da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Balneário Arroio do Silva/SC, 02 de abril de 2019.

DANIEL MENEZES DE CARVALHO RODRIGUES
oab/sc Nº 19.664 - Assessor Jurídico

Autorização: Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes. Publique-se um extrato da justificativa, nos termos do art. 32, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 13.019/2014, e após cinco dias a contar da publicação, ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

Balneário Arroio do Silva/SC, 02 de abril de 2019.
JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2019 – PMBP TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019 – PMBP

Publicação Nº 1969560

PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2019 – PMBP****TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019 – PMBP**

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará realizar Tomada de Preços, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados para revitalização da iluminação pública na Praça Vice-Prefeito Demétrio H. Ferreira ao lado do Ginásio de Esportes Vice-Prefeito Campolino Teixeira (Figueirão). Data/horário recebimento envelopes: 09 (nove) horas do dia 22 de março de 2019. Data/horário abertura envelopes: 09 (nove) horas do dia 22 de março de 2019, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 02 de abril de 2019. Aires Damião Testoni – Secretário Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2019 – PMBP TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019 – PMBP

Publicação Nº 1970265

PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2019 – PMBP****TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019 – PMBP**

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará realizar Tomada de Preços, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para elaboração de projetos ambientais, programas, planos e acompanhamento do processo de licenciamento ambiental, desde a fase de protocolo, contemplando a obtenção da autorização ambiental (AUA) e demais autorizações necessárias, até a fase de entrega de relatórios em atendimento a exigências e condicionantes junto aos órgãos responsáveis como secretaria do patrimônio da união, capitania dos portos e órgão ambiental competente, objetivando: a restauração, recuperação e melhoria da ponte sobre o rio piçarras, situada na Avenida Nereu Ramos no município de Balneário Piçarras, estando prevista a nova estrutura com 58,8 metros de comprimento, 5,48 metros de altura e um vão livre de 28 metros, permitindo a navegação de barcos com até 60 pés. Data/horário recebimento envelopes: 23/04/2019 às 09h. Data/horário abertura envelopes: 23/04/2019 às 09h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 02 de abril de 2019. Leonel José Martins - Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 025/2019**

Publicação Nº 1969594

PORTARIA Nº 025/2019

NOMEIA SERVIDOR NO CARGO EM COMISSÃO CONFORME ESPECIFICA.

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Balneárias Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe confere o Inciso II do Artigo 57 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso XIX do Artigo 30 do Regimento Interno e a Lei Complementar Municipal nº 125/2017, de 11/09/2017, NOMEIA para o cargo de ASSESSOR EXECUTIVO DA PRESIDENCIA, da Câmara Municipal a Sra. SUELLEM CHRISTINNA DOS SANTOS, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade (RG) nº 6.061.647 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº091. 235.999-44, residente e domiciliado na Rua Antonio j Batista, nº 639, Bairro Santo Antonio, Município de Balneárias Piçarras, Estado de Santa Catarina, com as prerrogativas e competência que lhe confere a Legislação deste Município, o qual se considerará empossado mediante apresentação da documentação a que alude a Lei Complementar 79/04.

REGISTRE-SE,
CIENTIFIQUE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Sala das Sessões, 03 de Abril de 2019.

João Bento Moraes
Presidente

FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00003-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**

Publicação Nº 1969495

**NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

 		NOTIFICAÇÃO Nº 00003 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME DAVID WOISKY		CNPJ/CPF NÃO CONSTA
ENDEREÇO RUA MARIANO TORRES, 435, AP. 71		BAIRRO/MUNICÍPIO CENTRO, CURITIBA - PR
TELEFONE		CEP 80.060-120
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 1600- HENRIQUE TODESCHINI, S/N, INSC. IMOBILIÁRIA: 01.08.022.0345		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA CENTRO	CEP 88380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: “é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública”. Solicita-se realizar a limpeza do terreno e retirada dos resíduos sólidos (lixos e entulhos), sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 30/01/2019	HORA 16:29	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARACER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO COMPARECIMENTO PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br
fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br

Endereço: Rua Eulalio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00006-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969542

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00006 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME RETRIZ ADMINISTRADORA E PARTICIPACOES LTDA	CNPJ/CPF 85.302.602/0001-56	
ENDEREÇO RUA AUBE, 841, CAIXA POSTAL 1333	BAIRRO/MUNICÍPIO BOA VISTA/JOINVILLE	
TELEFONE	CEP 89205-000	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA AVENIDA JOSE TEMISTOCLES MACEDO, S/N, INSC. IMOBILIÁRIA - 01.07.003.0114		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA CENTRO	CEP 88380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza do terreno e retirada dos resíduos sólidos (lixos e entulhos), sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 30/01/2019	HORA 17:13	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARACER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO COMPARECIMENTO PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br
Endereço: Rua Eulalio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 000072 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969911

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 000072
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME CLEVERSON RITTER ZASATZKI	CNPJ/CPF 796.090.079-53	
ENDEREÇO RUA 4250, Insc. Imob. 01.08.274.0122	BAIRRO/MUNICÍPIO ITACOLOMI/BALNEÁRIO PIÇARRAS	
TELEFONE	CEP 88.380-000	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 4250, Insc. Imob. 01.08.274.0122		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/ SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Lei Complementar 008/2009, art. 7º - É proibido manter terrenos sem a devida limpeza. Terreno em área urbana, sem limpeza.		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 28/11/2018	HORA 08:56	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARECER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 000078 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969903

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 000078
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME JOÃO ROBERTO MAIER BEHRING	CNPJ/CPF 004.234.089-68	
ENDEREÇO RUA MARECHAL DEODORO, 58	BAIRRO/MUNICÍPIO CENTRO/SÃO BENTO DO SUL/SC	
TELEFONE	CEP 89.280-130	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 4150, Insc. Imob. 01.08.265.0127		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Lei Complementar 008/2009, art. 7º - É proibido manter terrenos sem a devida limpeza. Terreno em área urbana, sem limpeza.		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 29/11/2018	HORA 17:00	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARECER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 000123 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969869

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 000123
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME CLEUSA DIAMILA LIRA WEIS	CNPJ/CPF 006.082.899-49	
ENDEREÇO RUA SERVIDÃO FRITZ ALT, 0240	BAIRRO/MUNICÍPIO BOA VISTA/JOINVILLE	
TELEFONE	CEP 89.205-075	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 500 – SEBASTIÃO VIEIRA LINS, Nº 47		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/ SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA CENTRO	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desconformidade com o disposto na Lei Complementar nº 008/2009, art. 7º, inciso I - manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública é proibido. Solicita-se realizar a limpeza do terreno e retirada dos resíduos no prazo determinado abaixo (a ser contado a partir do recebimento da notificação).		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 19/12/2018	HORA 10:25	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARECER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 000133 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969905

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 000133
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME MARLI PEREIRA CARDOSO	CNPJ/CPF 391.606.370-72	
ENDEREÇO RUA 800, Nº 68 A	BAIRRO/MUNICÍPIO CENTRO/BALNEÁRIO PIÇARRAS	
TELEFONE	CEP 88.380-000	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 800, Nº 68 A		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/ SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA CENTRO	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o disposto na Lei Complementar nº 008/2009, art. 6º: "A limpeza do passeio fronteiro às edificações é de responsabilidade de seus ocupantes" e art. 7º, inciso VII: "atirar nos passeios, vias e logradouros públicos papéis, embalagens, terra, detritos e tudo quanto constitua lixo ou falta de asseio urbano é proibido". Solicita-se que o lixo seja adequadamente destinado e o passeio fronteiro seja limpo, no prazo abaixo.		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 04/01/2019	HORA 13:53	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 dias
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARECER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 000138 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969913

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 000138
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME IVONE MARIA PRIES	CNPJ/CPF 218.458.679-04	
ENDEREÇO RUA 260 – ANTÔNIO QUINTINO PIRES, 21	BAIRRO/MUNICÍPIO CENTRO/BALNEÁRIO PICARRAS/SC	
TELEFONE 33450789	CEP 88.380-000	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 400 Inscrição Imobiliária: 01020500603 e terrenos adjuntos		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA CENTRO	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido pela Lei Complementar nº 008/2009: “é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública” (art. 7, inciso I). Solicita-se a limpeza dos terrenos e retirada dos resíduos (lixo) no prazo determinado abaixo (a ser contado a partir do recebimento da notificação).		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 07/01/2019	HORA 14:19	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARECER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 000143 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969928

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 000143
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME SILICIO INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA	CNPJ/CPF 22.630.765/0001-48	
ENDEREÇO RUA 350 – LADISLAU PIRES, Nº 100	BAIRRO/MUNICÍPIO CENTRO/BALNEÁRIO PIÇARRAS	
TELEFONE	CEP 88.380-000	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 2800 - TAINHA, Insc. Imob. 01.07.020.0302		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/ SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009, art. 7º, inciso I: é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública. Solicita-se realizar a limpeza do terreno e retirada dos resíduos (lixo) no período determinado abaixo (a ser contado da data do recebimento da notificação.).		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 07/01/2019	HORA 15:47	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARECER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 000144 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969916

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 48 horas para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras
f

		NOTIFICAÇÃO Nº 000144
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME ALTEMIR CARDOSO DE MORAIS	CNPJ/CPF 924.049.529-00	
ENDEREÇO RUA 5250, Nº 519	BAIRRO/MUNICÍPIO N. SRA. DA PAZ /BALNEÁRIO PICARRAS/SC	
TELEFONE	CEP 88.380-000	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 5250, Nº 519		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA N. SRA. DA PAZ	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Imóvel em desacordo com o disposto na Lei Complementar nº 008/2009, art. 6º: "A limpeza do passeio fronteiro às edificações é de responsabilidade de seus ocupantes". Solicita-se a retirada dos rejeitos de construção civil depositados em frente ao imóvel e limpeza do passeio fronteiro. A área foi classificada com positivo para dengue pela Vigilância Sanitária, o que intensifica a necessidade de evitar acúmulo de material. Cumprir o prazo determinado abaixo (a ser contado a partir do recebimento desta notificação).		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 08/01/2019	HORA 17:10	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 48 horas
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARECER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 000147 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969936

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br
fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br

Endereço: Rua Eulálio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

 		NOTIFICAÇÃO Nº 000147
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME IVAN RIBAS		CNPJ/CPF 005.429.469-04
ENDEREÇO RUA MAL. FLORIANO PEIXOTO, 306		BAIRRO/MUNICÍPIO CENTRO /CURITIBA
TELEFONE 41 32322547		CEP 80.010-130
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 4300 – SANTA INÊS, Inscrição Imobiliária: 01.08.276.0034		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009, art. 7º, inciso I: “é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com água estagnada, lixo ou materiais nocivos à saúde pública”. Solicita-se realizar a limpeza do terreno no prazo determinado abaixo (a ser contado a partir do recebimento dessa notificação).		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 09/01/2019	HORA 08:40	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 dias
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARECER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br
fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br

Endereço: Rua Eulálio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL N° 000149 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação N° 1969870

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br
fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br

Endereço: Rua Eulálio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

   		NOTIFICAÇÃO Nº 000149
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME JOSÉ CARLOS NENE DE OLIVEIRA		CNPJ/CPF 311.803.619-20
ENDEREÇO RUA SANTA CATARINA, 1255		BAIRRO/MUNICÍPIO CENTRO/BARRA VELHA/SC
TELEFONE		CEP 88.390-000
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 4300 – SANTA INÊS, Inscrição Imobiliária: 01.08.279.0053		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009, art. 7º, inciso I: “é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública”. Solicita-se realizar a limpeza do terreno no prazo abaixo (a ser contado a partir do recebimento desta notificação).		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 09/01/2019	HORA 09:00	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARECER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br
fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br

Endereço: Rua Eulálio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL N° 000158 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação N° 1969932

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br
fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br

Endereço: Rua Eulálio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

  		NOTIFICAÇÃO Nº 000158
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME TERESINHA FERREIRA		CNPJ/CPF 846.687.929-34
ENDEREÇO RUA 230, Nº 43		BAIRRO/MUNICÍPIO CENTRO /BALNEÁRIO PICARRAS/SC
TELEFONE		CEP 88.380-000
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 230, Nº 43		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PICARRAS/SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA CENTRO	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA <p>Imóvel em desacordo com a Lei Complementar nº 008/2009, art. 6º. “A limpeza do passeio fronteiro às edificações é de responsabilidade de seus ocupantes” e art. 55. “Os proprietários ou moradores são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio seus quintais, pátios, prédios e terrenos, bem como são responsáveis pela manutenção da edificação em perfeitas condições de higiene”.</p> <p>Solicita-se a limpeza do passeio fronteiro, bem como do pátio e quintal do imóvel, no prazo determinado abaixo.</p>		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 16/01/2019	HORA 08:32	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 dias
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARECER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PICARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br
fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br

Endereço: Rua Eulálio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 000164 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969856

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 000164
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME HILDA MARIA CORREA	CNPJ/CPF 380.449.199-53	
ENDEREÇO RUA CEL. PROCOPIO GOMES DE OLIVEIRA, 1473	BAIRRO/MUNICÍPIO CENTRO/JARAGUÁ DO SUL/SC	
TELEFONE	CEP 89.251-275	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 4000, Inscrição Imobiliária: 01.08.245.0093		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/ SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o disposto na Lei Complementar nº 008/2009, art. 7º, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se a limpeza do terreno sem suprimir a vegetação (árvores), no prazo abaixo. O prazo é contado da data do recebimento da notificação.		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 16/01/2019	HORA 10:41	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARECER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 000187 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969850

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 000187
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME LUIZ CLAUDIO HOGREFE	CNPJ/CPF 074.086.959-07	
ENDEREÇO RUA FREDERICO JANSEN, 320	BAIRRO/MUNICÍPIO SALTO/BLUMENAU/SC	
TELEFONE	CEP 89.031-660	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 4750 – PORTO UNIÃO, S/N, Insc. Imob. 01.08.398.0249		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/ SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno com terraplanagem irregular. Em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 007/2009, Art. 31. Toda obra iniciada sem o respectivo licenciamento será considerada clandestina, sofrerá notificação e embargo imediato e o proprietário será autuado e notificado de acordo com as normas deste código. Solicita-se o comparecimento à FUNDEMA de Balneário Piçarras para regularizar a situação. Solicita-se a adequação do sistema de drenagem.		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 08/02/2019	HORA 11:55	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 5 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARECER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO COMPARECIMENTO PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 000194 - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969887

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 05 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 000194
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME LINDOMIR FORTUNATO ROSA	CNPJ/CPF 103.015.939-49	
ENDEREÇO AVENIDA MARROCOS, 143	BAIRRO/MUNICÍPIO NAÇÕES/BALNEÁRIO CAMBORIÚ	
TELEFONE	CEP 88.338-225	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA AVENIDA 3301 – IPÊ, S/N. Inscrição Imobiliária: 01.08.182.0066		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/ SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno com terraplanagem irregular em desacordo com a Lei Complementar nº 007/2009, art. 31: "Toda obra iniciada sem o respectivo licenciamento será considerada clandestina, sofrerá notificação e embargo imediato e o proprietário será autuado e notificado de acordo com as normas deste código". Solicita-se o comparecimento à FUNDEMA de Balneário Piçarras para regularizar a atividade de terraplanagem.		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 27/02/2019	HORA 11:25	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 5 dias
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARECER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDI- DAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00020-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969548

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00020 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME NESTOR FERNANDO LUZ	CNPJ/CPF 252.123.549-00	
ENDEREÇO RUA 7 DE SETEMBRO, 840	BAIRRO/MUNICÍPIO CENTRO/BLUMENAU/SC	
TELEFONE	CEP 89.010-200	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA AVENIDA NEREU RAMOS, S/N, Inscrição Imobiliária: 01.08.020.1406		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA CENTRO	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 08/02/2019	HORA 08:40	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARACER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARESCIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO COMPARECIMENTO PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br
Endereço: Rua Eulalio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00023-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969554

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00023 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME ROBERTO BARUFFI /MARGARIDA LURDES WELTER	CNPJ/CPF 032.654.049-00	
ENDEREÇO AVENIDA EMANOEL PINTO, 2468	BAIRRO/MUNICÍPIO ITACOLOMI/BALNEÁRIO PIÇARRAS	
TELEFONE	CEP 88380-000	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA AVENIDA EMANOEL PINTO, S/N, Inscrição Imobiliária: 01.08.007.0273		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA CENTRO	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 08/02/2019	HORA 09:34	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARACER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO COMPARECIMENTO PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br
Endereço: Rua Eulalio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00027-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969564

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00027 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME ESTANISLAU PEDRO SKROBOT	CNPJ/CPF 027.510.389-72	
ENDEREÇO ESTRADA ANGELO PIANARO, 81	BAIRRO/MUNICÍPIO BUTIATUVINHA	
TELEFONE	CEP 82.320-570	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 2750 - LAGOSTA, S/N, Inscrição Imobiliária: 01.08.053.0212		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 08/02/2019	HORA 10:26	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARACER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO COMPARECIMENTO PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br
Endereço: Rua Eulalio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00032-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969573

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00032 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME IMOBILIARIA BELMAR PRAIA E CIDADE LTDA	CNPJ/CPF 00.303.521/0001-18	
ENDEREÇO RUA ITAIOPOLIS, 353	BAIRRO/MUNICÍPIO AMÉRICA/JOINVILLE/SC	
TELEFONE	CEP 89.204-100	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 4850 - LAPA, 215		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 08/02/2019	HORA 11:34	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARACER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO COMPARECIMENTO PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br
Endereço: Rua Eulalio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00035-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969579

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00035 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME MAICON ROGERIO THOMPSON	CNPJ/CPF 048.981.899-46	
ENDEREÇO RUA DOS CRAVOS, 348	BAIRRO/MUNICÍPIO N. SRA. DA PAZ/BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	
TELEFONE	CEP 88.380-000	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 5160 – DOS GIRASSOIS, 194		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA NOSSA SENHORA DA PAZ	CEP 88380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 55: "Os proprietários ou moradores são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos, bem como são responsáveis pela manutenção da edificação em perfeitas condições de higiene". Solicita-se realizar a limpeza da propriedade (roçada) e retirada dos resíduos sólidos (lixo) do passeio fronteiro, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 08/02/2019	HORA 13:58	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARACER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO COMPARECIMENTO PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br
Endereço: Rua Eulalio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00036-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969583

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00036 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME OSCAR B. BECKHAUSER	CNPJ/CPF 126.331.519-49	
ENDEREÇO AVENIDA NEREU RAMOS, 321	BAIRRO/MUNICÍPIO CENTRO/BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	
TELEFONE	CEP 88.380-000	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 2150 - VERDE MAR, S/N, Inscrição Imobiliária: 01.08.013.0177		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA CENTRO	CEP 88380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, e retirar o material de construção, no prazo estabelecido abaixo. o prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 08/02/2019	HORA 14:23	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARACER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO COMPARECIMENTO PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br
Endereço: Rua Eulalio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00037-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969682

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00037 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME NOELI RAFFAELI	CNPJ/CPF 044.009.559-07	
ENDEREÇO RUA 2350 – CANOAS, 310/D, CASA 04	BAIRRO/MUNICÍPIO CENTRO/BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	
TELEFONE	CEP 88.380-000	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 2100 - RIO NEGRINHO, S/N, Inscrição Imobiliária: 01.08.013.0085 I		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA CENTRO	CEP 88380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, e retirar o material de construção, no prazo estabelecido abaixo. o prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 08/02/2019	HORA 14:29	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARACER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO COMPARECIMENTO PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br
Endereço: Rua Eulalio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00046-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969698

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00046 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME SOLANGE SILVERIO HABITZREITER	CNPJ/CPF 032.295.789-37	
ENDEREÇO ESTRADA GERAL DE SAO BRAZ	BAIRRO/MUNICÍPIO AMERICA/JOINVILLE/SC	
TELEFONE	CEP 89.204-430	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 707 - VER ALMIRO B DA SILVA, S/N, Insc. Imob. 01.04.001.0604		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/ SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA CENTRO	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 11/02/2019	HORA 11:48	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARACER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARESCIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO COMPARECIMENTO PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00059-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969701

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00059 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME LIDIANE REGINA SANTANA DE SOUZA	CNPJ/CPF 006.911.339-48	
ENDEREÇO RUA 5230 - DAS ACACIAS, 36	BAIRRO/MUNICÍPIO Nossa Senhora da Paz /BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	
TELEFONE	CEP 88.380-000	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 5290 - ELEOTERIA VIEIRA FIGUEREDO, S/N, Insc. Imob. 01.05.043.0493		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/ SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA SANTO ANTONIO	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 21/02/2019	HORA 10:41	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ ATENDER AS EXIGÊNCIAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00060-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969707

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00060 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal nº 6514/08		
EMPRESA/NOME MARIA ANGELA COELHO	CNPJ/CPF 866.296.549-00	
ENDEREÇO RUA ETG SAO BRAZ	BAIRRO/MUNICÍPIO SAO BRAS/BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	
TELEFONE	CEP 88.380-000	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 5410 - SAO SEBASTIAO, 44, Insc. Imob. 01.05.046.0335		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA SANTO ANTONIO	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Art. 55, "Os proprietários ou moradores são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos, bem como são responsáveis pela manutenção da edificação em perfeitas condições de higiene." Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 21/02/2019	HORA 10:49	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ ATENDER AS EXIGÊNCIAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00068-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969711

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00068 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal nº 6514/08		
EMPRESA/NOME JOEL BERNARDES DE OLIVEIRA	CNPJ/CPF 126.141.498-53	
ENDEREÇO RUA 3650 - QUERENCIA - DA, 313	BAIRRO/MUNICÍPIO ITACOLOMI/BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	
TELEFONE	CEP 88.380-000	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 3650 - QUERENCIA - DA, S/N, Insc. Imob. 01.08.206.0412		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 21/02/2019	HORA 15:36	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ ATENDER AS EXIGÊNCIAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00069-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969721

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 0069 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME ELO REPRESENTANT. COML. E ASSESSORIA LTDA	CNPJ/CPF 75008516/0001-81	
ENDEREÇO RUA REPÚBLICA ARGENTINA, 1325	BAIRRO/MUNICÍPIO VILA IZABEL/CURITIBA/PR	
TELEFONE	CEP 80.620-010	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA AVENIDA TAKATA, KM-101, Inscrição Imobiliária> 01.10.027.3955		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/ SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, e retirada dos resíduos sólidos (lixo), no prazo estabelecido abaixo. Orienta-se cercar a área para evitar depósito de lixos e entulhos. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 21/02/2019	HORA 15:49	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ ATENDER AS EXIGÊNCIAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br
Endereço: Rua Eulálio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00075-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969741

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00075 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal nº 6514/08		
EMPRESA/NOME FUNDICAO IGMIS LTDA	CNPJ/CPF 81.574.089/0001-00	
ENDEREÇO RUA SANTOS DUMONT, 2770	BAIRRO/MUNICÍPIO CENTRO/TOLEDO/PR	
TELEFONE	CEP 85.900-010	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 2850 - PESCADA, S/N, Insc. Imob. 01.08.069.0075		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/ SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se adequação do terreno para eliminar a presença de água estagnada no prazo estabelecido abaixo, caso seja necessária atividade de terraplenagem comparecer à FUNDEMA protocolar pedido. Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 21/02/2019	HORA 16:22	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ ATENDER AS EXIGÊNCIAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00082-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969754

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00082 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal nº 6514/08		
EMPRESA/NOME CONSTRUTORA E INCORPORADORA MULLER LTDA	CNPJ/CPF 18.117.896/0001-59	
ENDEREÇO RUA RODEIO, 286	BAIRRO/MUNICÍPIO JARDIM IRIRIU/JOINVILLE/SC	
TELEFONE	CEP 89.227-018	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 4850 - LAPA, 20, Inscrição Imobiliária: 01.08.399.0730		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza dos terrenos, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 21/02/2019	HORA 16:47	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ ATENDER AS EXIGÊNCIAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00089-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969758

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00089 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME IMOBILIARIA BELMAR PRAIA E CIDADE LTDA	CNPJ/CPF 00.303.521/0001-18	
ENDEREÇO RUA ITAIOPOLIS, 353	BAIRRO/MUNICÍPIO AMÉRICA/JOINVILLE/SC	
TELEFONE	CEP 89.204-100	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 4800 - CURITIBA, S/N., Inscrição Imobiliária: 01.08.406.0243		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terrenos em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza dos terrenos, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 22/02/2019	HORA 18:33	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ ATENDER AS EXIGÊNCIAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00091-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969767

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00091 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME DILCEU RACIOPPE	CNPJ/CPF 006.334.969-87	
ENDEREÇO TRAVESSA LEOCADIO PEREIRA DA COSTA, 98	BAIRRO/MUNICÍPIO JARDIM BOTÂNICO/CURITIBA/PR	
TELEFONE	CEP 80.210-210	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 4800 - CURITIBA, S/N, Inscrição Imobiliária: 01.08.396.0722		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
<p>DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA</p> <p>Terrenos em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública".</p> <p>Solicita-se adequação do terreno para eliminar a presença de água estagnada no prazo estabelecido abaixo, caso seja necessária atividade de terraplenagem comparecer à FUNDEMA protocolar pedido. Realizar a limpeza dos terrenos, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento.</p> <p>Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br</p>		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 22/02/2019	HORA 13:31	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ ATENDER AS EXIGÊNCIAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00102-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969778

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00102 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME CONFIANCE INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA-EPP	CNPJ/CPF 22.329.609/0001-41	
ENDEREÇO RUA JULIO D´ACIA BARRETO, 1010	BAIRRO/MUNICÍPIO CARVOEIRA/FLORIANÓPOLIS/SC	
TELEFONE	CEP 88.040-520	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 2260 - LARANJEIRAS - DAS, S/N, Insc. Imob. 01.08.043.0035		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA CENTRO	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a retirada de entulhos do terreno e limpeza do terreno, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 22/02/2019	HORA 15:35	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ ATENDER AS EXIGÊNCIAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00106-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969803

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00106 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal nº 6514/08		
EMPRESA/NOME THIAGO FERNANDO FONSECA DA CONCEIÇÃO	CNPJ/CPF 307.883.348-83	
ENDEREÇO RUA MARANHÃO, 500	BAIRRO/MUNICÍPIO CORDEIROS/ITAJAI/SC	
TELEFONE	CEP 88.310-483	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 4400 - PALMEIRAS, S/N, Insc. Imob. 01.08.384.0119		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se adequação do terreno para eliminar a presença de água estagnada no prazo estabelecido abaixo, caso seja necessária atividade de terraplenagem comparecer à FUNDEMA protocolar pedido. Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 22/02/2019	HORA 16:38	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ ATENDER AS EXIGÊNCIAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00108-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969807

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00108 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal nº 6514/08		
EMPRESA/NOME CAMBORIU DE HOTEIS EMPREEND. TURISTICOS E IMOB. S/A	CNPJ/CPF 82.627.035/0001-10	
ENDEREÇO RUA Dr. OSWALDO NEVES ESPINDOLA, 136	BAIRRO/MUNICÍPIO AGUA VERDE/JARAGUÁ DO SUL/SC	
TELEFONE	CEP 89.015-550	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 4450 - NILSON FAUSTO, S/N, Insc. Imob. 01.08.384.0477		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA ITACOLOMI	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 22/02/2019	HORA 16:50	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ ATENDER AS EXIGÊNCIAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00109-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969812

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00109 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME ISABEL FRANCISCA DOS PASSOS	CNPJ/CPF 908.197.729-68	
ENDEREÇO RUA ORLANDO FERREIRA, 2113	BAIRRO/MUNICÍPIO MACHADOS/NAVEGANTES/SC	
TELEFONE	CEP 88.375-000	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 5320 - ALAGOAS, S/N, Insc. Imob. 01.05.041.0511		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/ SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA SANTO ANTONIO	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 27/02/2019	HORA 15:30	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ ATENDER AS EXIGÊNCIAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00135-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1969819

NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

		NOTIFICAÇÃO Nº 00135 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME JOAO GERALDO CARDOSO	CNPJ/CPF 049.686.469-68	
ENDEREÇO AVENIDA EMANOEL PINTO, 506	BAIRRO/MUNICÍPIO CENTRO/BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	
TELEFONE	CEP 88.380-000	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 1050 - BELMIRO AMELIA, S/N, Inscrição Imobiliária: 01.04.027.0453 e 01.04.027.0466		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA CENTRO	CEP 88.380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: "é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública". Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento. Para comprovar a limpeza, encaminhar foto do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br Atenção: Caso deseje realizar atividade de terraplenagem ou corte de árvores comparecer à FUNDEMA para protocolar pedido.		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 22/03/2019	HORA 11:10	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ ATENDER AS EXIGÊNCIAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE RECEBIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO, O NÃO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOLICITADAS PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/PMBR/2019

Publicação Nº 1970334

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/PMBR/2019.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 15/04/2019 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de postes e cruzetas de concreto, para serem utilizados na Iluminação Pública do Município de Balneário Rincão - SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão - SC, 02 de Abril de 2019.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/PMBR/2019

Publicação Nº 1970341

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/PMBR/2019.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 17/04/2019 às 10h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de materiais de construção, elétricos, hidráulicos, pintura, ferramentas e equipamentos, para uso nos reparos e manutenções dos Prédios Públicos das diversas Secretarias, Fundo Municipal de Saúde e Samae do Município de Balneário Rincão/SC, conforme especificações do Anexo I - Termo de Referência do edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão - SC, 02 de Abril de 2019.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2019

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 02/04/2019		Válido até: 02/04/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS LOCAÇÕES DE AMBULÂNCIAS DE REMOÇÃO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM DIVERSOS EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO 1 - TERMO DE REFERENCIA DO PRESENTE EDITAL.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	BOSENTANA 62,50MG COM 60 COMPRIMIDOS	CX	POUPAMIL COM. DE MEDICAMENTOS LTDA ME (572)	ACTELION	0	3.453,67 00	1

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2019

Número do Registro de Preços: 2/2019						Data do Registro: 02/04/2019		Válido até: 02/04/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS LOCAÇÕES DE AMBULÂNCIAS DE REMOÇÃO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM DIVERSOS EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO 1 - TERMO DE REFERENCIA DO PRESENTE EDITAL.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2019
PROCESSO Nº 5/2019

(572) - POUPAMIL COM. DE MEDICAMENTOS LTDA ME

Balneário Rincão, 2 de Abril de 2019.

Barra Bonita**PREFEITURA****EDITAL PREGÃO Nº06/2019 FMDR**

Publicação Nº 1970558

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTORURAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2019
EDITAL DE PREGÃO Nº 006/2019

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a Aquisição de tanque de combustível original de fábrica para trator modelo John Deere 61, ano 2017, chassi 1BM6115J-CHA000591 código produto AL220880. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 09:00 horas do dia 15 de abril de 2019. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 02 de abril de 2019.

CLAUDIMIR LUIS DASSI
Gestor FMDR

EDITAL PREGÃO Nº20/2019 FMS

Publicação Nº 1970557

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2019
EDITAL DE PREGÃO RP Nº 20/2019

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público que se encontra aberto Pregão Presencial para Registro de Preço para Aquisição de brindes descrição anexa para distribuição aos Idosos do Município que participam da Campanha Nacional de Vacinação a ser entregues até 30 de abril de 2019. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 10:00 horas do dia 15 de abril de 2019. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 02 de abril de 2019.

CRISTIANE ALVES DE OLIVEIRA
Gestora FMS

PORTARIA N.º131, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1969673

PORTARIA N.º131, de 01 de abril de 2019.
Concede Férias aos Servidores e da Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Art.1º. Conceder Férias aos Servidores (as) abaixo relacionados:

Nome	Matricula	Período aquisitivo	Período de gozo
Agnaldo Deresz	155201	01.10.2017 a 30.09.2018	01.04.19 a 10.04.19
Davi Zacaron	415601	02.05.2017 a 01.05.2018	01.04.19 a 18.04.19
Gabriela Guaragni	335802	01.06.2017 a 31.05.2018	01.04.19 a 30.04.19
Roger Tesser	423901	12.05.2017 a 11.05.2018	01.04.19 a 30.04.19

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a contas do Orçamento Municipal Vigente.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 01 de abril de 2019.
Moacir Piroca
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA N.º132, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação N° 1969852

PORTARIA N.º132, de 01 de abril de 2019

Exonera servidor comissionado, de livre nomeação e exoneração e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município e combinado com a Lei Complementar 047/2013.

Resolve,

Art.1º. Exonerar o servidor, Andre Igor Lazarotto , ocupante do cargo de Assessor de Administração e Planejamento, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com carga horária de 40h semanais, a contar desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 01 de abril de 2019.
Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA N.º133, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação N° 1969860

PORTARIA N.º133, de 01 de abril de 2019.

“Demite servidora temporária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve:

Art. 1º - Demitir a pedido, a servidora Eva Carolina Maioli Vitcoski, matricula nº427801, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Gerais, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, a partir desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 01 de abril de 2019.
Moacir Piroca
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 130, DE 29 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1969683

PORTARIA N.º131, de 01 de abril de 2019.
Concede Férias aos Servidores e da Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Art.1º. Conceder Férias aos Servidores (as) abaixo relacionados:

Nome	Matricula	Período aquisitivo	Período de gozo
Agnaldo Deresz	155201	01.10.2017 a 30.09.2018	01.04.19 a 10.04.19
Davi Zacaron	415601	02.05.2017 a 01.05.2018	01.04.19 a 18.04.19
Gabriela Guaragni	335802	01.06.2017 a 31.05.2018	01.04.19 a 30.04.19
Roger Tesser	423901	12.05.2017 a 11.05.2018	01.04.19 a 30.04.19

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a contas do Orçamento Municipal Vigente.

Art.3 º Ficam revogadas as disposições em contrario.
Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 01 de abril de 2019.
Moacir Piroca
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 134, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969863

PORTARIA Nº 134, de 02 de abril de 2019.

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 1,0 (uma) diária ao servidor Alexandre Seger, Matricula nº 421901, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Cascavel/PR, conforme Memorando Nº046/2019 e Roteiro de Viagem nº032/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 02 de abril de 2019.
Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO 02/028/2017 SUPRESSÃO

Publicação Nº 1969138

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratada: BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 079/2017 - TP 008/2017

Objeto: Pavimentação asfáltica das Ruas Bento José Luiz e Rua 1891, com extensão de 400,42m localizada no bairro São Cristóvão estrada observância aos memoriais, planilhas e projetos anexos ao Processo. Transferência 2016TR001592.

Valor total: (SUPRESSÃO)R\$423,40 (quatrocentos e vinte e três reais e quarenta centavos)

Data da assinatura: 28/03/2019

Data do vencimento: 02/05/2019

Barra Velha, 28 de março de 2019

ROGÉRIO BALTT –

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2019 PMBV

Publicação Nº 1969363

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2019 - PMBV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019 - PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2019-PMBV

Contratada: COMERCIAL DIFERMAQ LTDA

Objeto: Aquisição de 01 fresadora de fluxo padrão de 14" (polegadas), compatível com mini carregadeira da marca Bobcat, modelo S 530, para a Secretaria de Obras do Município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

Valor da Ata: R\$56.200,00 (cinquenta e seis mil e duzentos reais)

Data de Assinatura: 02/04/2019

Data de Vencimento: 02/04/2020

Barra Velha, 02 de abril de 2019

DOUGLAS LUIZ CASTANHEIRA

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

DECRETO Nº 1297 - DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1969212

DECRETO Nº 1297 - DE 02 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a HOMOLOGAÇÃO do resultado final do Processo Seletivo nº 001/2019 da Secretaria Municipal de Educação de Barra Velha-SC, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal,

Considerando a realização das provas no dia 17 de março de 2019, relativas ao Processo Seletivo 001/2019;

Considerando a abertura de prazos recursais em todas as fases do Processo Seletivo, bem como a resposta aos recursos apresentados e sua publicação;

Considerando a expedição do Edital de Resultado Final, de 1º de abril de 2019, devidamente publicado, no sítio da Prefeitura Municipal <https://barravelha.atende.net> e no Diário Oficial dos municípios.

DECRETA:

Art. 1º Fica HOMOLOGADO o Resultado do Processo Seletivo nº 001/2019 da Prefeitura Municipal de Barra Velha-SC, divulgado através do Edital de Resultado Final de 1º de abril 2019.

Art. 2º Fica autorizada a convocação dos candidatos aprovados e, na medida da necessidade, dos candidatos classificados, pela ordem rigorosa de classificação.

Art. 3º Qualquer convocação deve ser precedida de análise sobre a existência de Candidatos aprovados ou classificados, em fila de espera, no Concurso Público nº 002/2015, ressalvados os casos de necessidade de preenchimento de vaga temporária.

Art. 4º Previamente ao início dos trabalhos de candidato convocado, elaborar Contrato Temporário devidamente assinado entre as partes.

Parágrafo único. O Departamento de Recursos Humanos deve exigir, no ato da contratação, todos os documentos constantes no item 3 e seus subitens do Edital de Abertura.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha/SC, 02 de abril de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 809, DE 29 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1969215

PORTARIA Nº 809, DE 29 DE MARÇO DE 2019

"Nomeia candidato aprovado no Concurso Público – Secretaria de Saúde"

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no disposto no inciso VII do artigo 71 e inciso II, do artigo 18, ambos da Lei Orgânica Municipal c/c arts. 6º, 10 e 16, da Lei Complementar Municipal nº 116/2011, e Lei Complementar 196, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o resultado do concurso público realizado através do Edital nº 003/2015, homologado pelo Decreto nº 1091, de 21 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a candidata LILIANE DA SILVA CREMA para o cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, Nível 6, Letra "A", do Anexo II, da Lei Complementar nº 116/2011, lotada na Estratégia de Saúde da Família.

Art. 2º O candidato deverá tomar posse do cargo no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente, e terá o prazo de 15 (quinze) dias para o servidor empossado entrar em exercício, contados da data da posse.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Barra Velha, 29 de março de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO JULGAMENTO DOS RECURSOS

Publicação Nº 1970034



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

VALTER MARINO ZIMMERMANN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTA DA PROVA OBJETIVA, DE TÍTULOS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA do Edital de Processo Seletivo 01/2019, conforme segue:

JULGAMENTO DOS RECURSOS**RECURSO 001**

Requer a candidata de inscrição nº 0353 a revisão de sua nota da prova objetiva.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste a recorrente, a nota da candidata está de acordo com as marcações em seu cartão resposta. A candidata pode acessar o cartão resposta na área restrita do candidato e fazer a conferência.

RECURSO 002

Requer a candidata de inscrição nº 0266 a revisão de sua classificação provisória.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste a recorrente, a classificação está correta, existem outros critérios de desempate, os quais foram aplicados, antes de utilizar o critério idade, senão vejamos o exposto no item 7.4.1 do edital:

- 1º *Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos específicos;*
- 2º *Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;*
- 3º *Que obtiver melhor nota na prova de Legislação;*
- 4º *Que obtiver melhor nota na prova de matemática;*
- 5º *Que tiver maior idade;*

RECURSO 003

Requer a candidata de inscrição nº 0198 a revisão de sua nota da prova de títulos.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste a recorrente, existe discordância entre o nome da candidata e o documento enviado para cômputo de títulos, não sendo atribuído nota, conforme anexo IV do edital, senão vejamos:

VIII. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

RECURSO 004

Requer a candidata de inscrição nº 0148 a revisão de sua nota da prova de títulos.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. Recurso não assiste a recorrente, existe discordância entre o nome da candidata e o documento enviado para cômputo de títulos, não sendo atribuído nota, conforme anexo IV do edital, senão vejamos:

VIII. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

Devido ao erro de digitação em relação aos candidatos de inscrição nº 0440 e 0448, onde os candidatos obtiveram nota igual a 5,00 pontos na prova objetiva, estando assim aprovados, e considerando que na classificação provisória os mesmos apresentam-se reprovados, a banca altera a situação dos mesmos para APROVADOS, para garantir assim o exposto no edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Barra Velha, 01 de abril de 2019

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

2



EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO RESULTADO FINAL

Publicação Nº 1970046

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019**

VALTER MARINO ZIMMERMANN, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O RESULTADO FINAL do Edital de Processo Seletivo 01/2019, conforme segue:

RESULTADO FINAL

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0115	ELAINE REGINA DA MAIA	0,30	1,50	0,60	2,75	1,10	6,25	6,25	APROVADO(A)	1º	26/01/1984
0337	MAHARA DE LIMA DORNELES OLIVEIRA	0,30	0,30	0,60	3,85	1,10	6,15	6,15	APROVADO(A)	2º	25/06/1997
0453	ANGÉLICA DAMBROVSKI CARVALHO	1,50	0,60	0,60	2,20	1,10	6,00	6,00	APROVADO(A)	3º	22/05/1982
0118	BRENDA CAMARGO DE SOUZA	0,30	0,90	0,60	2,75	1,10	5,65	5,65	APROVADO(A)	4º	14/05/1997
0416	VANYA DO SOCORRO LIRA COELHO	0,60	0,60	0,60	2,20	1,65	5,65	5,65	APROVADO(A)	5º	26/11/1974
0390	AMANDA DELFINO	0,60	0,90	0,30	2,75	0,55	5,10	5,10	APROVADO(A)	6º	22/03/1998
0250	EDUARDA PRIGG SIEDSCHLAG	0,60	0,90	0,30	2,20	1,10	5,10	5,10	APROVADO(A)	7º	14/02/2001
COZINHEIRA											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0439	TERESINHA SALETE NICHETTI VOLKMAN	1,50	1,50	1,50	2,50	7,00	7,00	7,00	APROVADO(A)	1º	04/10/1959
0424	WILSON ROBERTO CORREA	1,50	1,50	0,50	2,50	6,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	2º	27/08/1958
0234	CAROLINE LUIZE BOEHM	1,50	1,00	1,00	2,50	6,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	3º	19/12/1983
0139	KARLIANI KARIN BAGNHUK	1,00	2,50	0,50	2,00	6,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	4º	16/11/1986
0429	MARIA AUXILIADORA SALLIN	2,00	1,50	1,00	1,00	5,50	5,50	5,50	APROVADO(A)	5º	05/06/1950
0146	DIRCE ROSA	1,00	1,50	0,50	2,50	5,50	5,50	5,50	APROVADO(A)	6º	10/12/1970
0448	SOFIA SCHIGENSKI	1,50	1,50	0,50	1,50	5,00	5,00	5,00	APROVADO(A)	7º	24/10/1973
0440	REGIANE DA SILVA GOMES	1,00	1,50	1,00	1,50	5,00	5,00	5,00	APROVADO(A)	8º	03/04/1983
ORIENTADOR EDUCACIONAL											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0258	TÂNIA UHLMANN FRANZOI	1,20	0,60	1,20	3,85	1,10	7,95	7,95	APROVADO(A)	1º	05/03/1968
0255	ISAIR MACHADO	0,60	0,90	0,90	1,65	1,10	5,15	5,15	APROVADO(A)	2º	01/03/1965



1



PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - SUPERIOR												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	PO	PT	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0294	ELISEU BOEIRA DA SILVA	0,90	1,50	1,20	3,30	1,10	8,00	4,00	6,80	APROVADO(A)	1º	28/03/1988
0363	GERTILDES SCHULTZ SIEVERDT	0,90	1,50	0,60	3,30	1,10	7,40	4,00	6,38	APROVADO(A)	2º	02/03/1964
0315	MINDREA FIM	0,90	1,50	0,90	3,85	1,65	8,80	0,00	6,16	APROVADO(A)	3º	12/07/1984
0215	GREIS ANDREIA DA COSTA	0,90	0,60	0,90	3,30	1,10	6,80	4,00	5,96	APROVADO(A)	4º	07/09/1974
0243	OLÍVIA REGINA GOMES	0,90	1,20	0,90	3,85	1,65	8,50	0,00	5,95	APROVADO(A)	5º	16/09/1954
0076	ANA CAROLINA DE MELO	1,50	0,90	0,90	3,30	1,65	8,25	0,00	5,78	APROVADO(A)	6º	05/08/1994
0263	JELI JANIR NEVES MARÇANEIRO	1,20	0,30	0,60	3,30	1,10	6,50	4,00	5,75	APROVADO(A)	7º	12/07/1959
0367	SARA SARACHU SRARFI	1,20	0,90	0,30	2,75	1,10	6,25	4,00	5,58	APROVADO(A)	8º	10/01/1989
0017	INÊS JUNCKS	0,60	1,20	0,90	3,30	0,00	6,00	4,00	5,40	APROVADO(A)	9º	11/08/1966
0016	DAIANE DE ASSIS PEREIRA	0,60	1,50	0,60	2,20	1,10	6,00	4,00	5,40	APROVADO(A)	10º	21/09/1984
0153	MARIA DENISE GONÇALVES VELINSKI	1,20	1,20	0,90	2,75	1,65	7,70	0,00	5,39	APROVADO(A)	11º	29/10/1985
0247	CLOTILDES TORQUATO CARNEIRO	0,30	1,20	0,60	2,75	1,10	5,95	4,00	5,37	APROVADO(A)	12º	29/08/1961
0052	ADRIANA LEONARDO DOS SANTOS	0,30	1,20	0,60	2,20	1,65	5,95	4,00	5,37	APROVADO(A)	13º	07/01/1984
0338	MAYZA FERNANDA HESS	0,60	1,20	0,90	3,30	1,65	7,65	0,00	5,36	APROVADO(A)	14º	27/01/1988
0372	MÔNICA BENTO DA SILVA	0,90	0,60	0,90	2,75	0,55	5,70	4,00	5,19	APROVADO(A)	15º	04/01/1982
0381	JULIANA MARIA BORGES	0,60	0,60	0,90	3,30	0,00	5,40	4,00	4,98	APROVADO(A)	16º	14/05/1988
0013	LEIDE CRISTIANE TESTONI CHAVES	0,30	1,20	0,60	2,20	1,10	5,40	4,00	4,98	APROVADO(A)	17º	29/03/1985
0395	JUCIMARA DOS SANTOS KOSTURESKO DE SOUZA	0,90	1,20	0,60	3,30	1,10	7,10	0,00	4,97	APROVADO(A)	18º	17/01/1990
0218	MARIA ROSA DE JESUS DA SILVA	0,90	0,30	1,20	2,20	0,55	5,15	4,00	4,81	APROVADO(A)	19º	06/12/1977
0383	IRENE MARIA BERNARDO ALVES	0,90	0,90	0,60	1,65	1,10	5,15	4,00	4,81	APROVADO(A)	20º	28/03/1962
0004	FABIANE CENSI	0,60	0,90	0,90	3,30	1,10	6,80	0,00	4,76	APROVADO(A)	21º	02/08/1984
0151	JUSSARA ANTUNES TIBES	0,60	1,20	0,90	3,30	0,55	6,55	0,00	4,59	APROVADO(A)	22º	11/09/1975
0131	RITA DE CÁSSIA DA SILVA DO PRADO	1,20	1,20	0,60	2,20	1,10	6,30	0,00	4,41	APROVADO(A)	23º	06/05/1966
0110	TATIANA MOREIRA MARQUES	0,60	1,20	0,60	2,75	1,10	6,25	0,00	4,38	APROVADO(A)	24º	09/11/1981
0349	GISELE WACHILEWSKI	0,30	0,90	0,60	3,30	1,10	6,20	0,00	4,34	APROVADO(A)	25º	31/01/1983
0031	CINTIA CLAUDETE LEITE	0,60	0,90	0,30	2,75	1,65	6,20	0,00	4,34	APROVADO(A)	26º	14/03/1973
0387	JOSI DA SILVA	0,30	0,90	0,60	2,75	1,65	6,20	0,00	4,34	APROVADO(A)	27º	31/03/1979
0325	LETÍCIA PEREIRA	1,20	0,90	0,60	2,75	0,55	6,00	0,00	4,20	APROVADO(A)	28º	11/11/1994
0198	MARIA JUREMA FRANÇA	1,20	1,20	0,30	2,75	0,55	6,00	0,00	4,20	APROVADO(A)	29º	17/08/1963
0169	CLARITE DASSOLER DE-RE	0,90	0,30	0,90	2,75	1,10	5,95	0,00	4,17	APROVADO(A)	30º	13/02/1960
0148	JEANE SILVA SELL PEREIRA	0,60	0,90	0,60	2,75	0,55	5,40	0,00	3,78	APROVADO(A)	31º	05/03/1988
0246	CAROLINA DAMBROVSKI CARVALHO	0,60	0,90	0,60	2,20	1,10	5,40	0,00	3,78	APROVADO(A)	32º	03/05/1989
0300	JANAINA APARECIDA MENDES	0,60	0,00	0,90	3,30	0,55	5,55	0,00	3,75	APROVADO(A)	33º	02/02/1963



0283	HILGA HESS	0,90	0,90	0,00	0,00	2,75	0,55	5,10	0,00	3,57	APROVADO(A)	34º	14/04/1991
0427	JUDITE CORDEIRO	0,30	1,20	0,30	2,20	1,10	1,10	5,10	0,00	3,57	APROVADO(A)	35º	14/06/1965
0136	ROSIMEIRE MARTINS DE PAULA	0,60	0,30	0,30	3,30	0,55	5,05	5,05	0,00	3,54	APROVADO(A)	36º	07/02/2018
PROFESSOR DE ARTES													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	PO	PT	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0212	PABLO VINÍCIUS DE LIMA	0,90	0,90	0,60	2,75	1,10	6,25	0,00	4,38	APROVADO(A)	1º	11/07/1996	
PROFESSOR DE CIÊNCIAS													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	PO	PT	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0355	ADILSON JOSÉ CECHEZ	0,90	1,50	0,60	3,85	1,65	8,50	0,00	5,95	APROVADO(A)	1º	27/05/1968	
0437	THAMIRIS CRISTINA PENA REIS	0,60	0,90	0,30	1,65	1,65	5,10	7,00	5,67	APROVADO(A)	2º	17/07/1990	
0422	KLEBER RODRIGUES VIEIRA	0,60	1,20	0,30	2,75	1,65	6,50	0,00	4,55	APROVADO(A)	3º	19/11/1985	
0267	VIVIAN BECK POMBO	0,90	1,20	0,30	2,20	1,65	6,25	0,00	4,38	APROVADO(A)	4º	18/08/1959	
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	PO	PT	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0176	GILBERTO DUARTE	0,90	0,30	0,90	2,75	1,10	5,95	4,00	5,37	APROVADO(A)	1º	19/02/1948	
0094	ANA MIRIA GONÇALVES	0,60	1,20	1,50	2,75	1,10	7,15	0,00	5,01	APROVADO(A)	2º	11/04/1994	
0345	ELISA MARIA AYMORÉ LADAGA	1,20	1,20	0,60	2,75	0,55	6,30	0,00	4,41	APROVADO(A)	3º	29/12/1966	
0242	FERNANDO MARIO DE MELLO	0,30	1,20	0,30	2,20	1,65	5,65	0,00	3,96	APROVADO(A)	4º	29/09/1989	
0420	CARLOS DANIEL GONÇALVES DE OLIVEIRA JUNIOR	0,90	0,60	1,20	1,65	1,10	5,45	0,00	3,82	APROVADO(A)	5º	01/10/1981	
0158	LEANDRO GONÇALVES AMARO	1,20	0,60	0,30	2,20	1,10	5,40	0,00	3,78	APROVADO(A)	6º	03/12/1967	
0230	CLEUDSON LOPES DA SILVA JUNIOR	0,60	0,90	0,60	2,20	1,10	5,40	0,00	3,78	APROVADO(A)	7º	16/07/1991	
0266	GISELI GIULIAN ROSA	0,60	0,90	0,60	1,65	1,65	5,40	0,00	3,78	APROVADO(A)	8º	04/09/1989	
0081	ROANA REBELO LEITE	0,90	0,90	0,60	1,65	1,10	5,15	0,00	3,61	APROVADO(A)	9º	27/07/1990	
0270	RENATA DA SILVA COSTA	0,60	0,60	0,60	2,20	1,10	5,10	0,00	3,57	APROVADO(A)	10º	28/06/1995	
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - SUPERIOR													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	PO	PT	NF	Situação	Class.	Data Nasc.	
0221	BIANCA SEARA DA SILVA CARMINATTI	1,50	1,20	0,90	3,85	1,10	8,55	4,00	7,19	APROVADO(A)	1º	20/04/1983	
0104	GLAUCIANE FERREIRA DA SILVA FRANCISCO	0,60	0,30	1,20	3,85	1,10	7,05	4,00	6,14	APROVADO(A)	2º	18/02/1979	
0096	KARIZE FACIN MARCHEZAN	0,60	0,30	0,60	3,85	1,65	7,00	4,00	6,10	APROVADO(A)	3º	24/06/1978	
0105	SOLANGE MARIA MOTTA	0,90	1,20	0,60	3,30	0,55	6,55	4,00	5,79	APROVADO(A)	4º	24/10/1972	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BARRA VELHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0007	LUELI MARIA ZIMMERMANN MEDEIROS	0,60	0,90	0,60	2,75	1,10	5,95	4,00	5,37	APROVADO(A)	5º	15/10/1968
0222	RITA REINERT JAROZINSKY	0,30	0,30	0,30	2,75	1,65	5,90	4,00	5,33	APROVADO(A)	6º	10/07/1967
0320	TEREZA JAZINSKI	0,60	0,60	0,90	2,75	0,55	5,40	4,00	4,98	APROVADO(A)	7º	28/04/1964
0415	DHYESSICA SANTOS DA COSTA	0,00	1,20	0,00	2,20	1,65	5,05	4,00	4,74	APROVADO(A)	8º	13/12/1992
0035	EDINEIDA SIMONE LINHARES CAETANO	0,60	0,30	0,90	3,85	1,10	6,75	0,00	4,73	APROVADO(A)	9º	18/07/1979
0302	TASSIANA NUNES DEZAN	0,90	1,20	0,30	2,75	0,55	5,70	0,00	3,99	APROVADO(A)	10º	16/12/1973
0445	KARLA CRYSTINA THOMASSEN JOHN	0,60	0,60	0,60	2,75	1,10	5,65	0,00	3,96	APROVADO(A)	11º	15/08/1986
0057	FRANCIELE GODINHO GODOI	0,60	0,30	0,90	3,30	0,00	5,10	0,00	3,57	APROVADO(A)	12º	19/02/1983
0238	JUCILENE DE ANDRADE	0,30	0,60	0,90	2,75	0,55	5,10	0,00	3,57	APROVADO(A)	13º	04/05/1981
0457	ILDA MARA DA MATA	0,60	0,90	0,30	2,20	1,10	5,10	0,00	3,57	APROVADO(A)	14º	23/10/1967
0030	JAQUELINE PROCHNOW	0,00	0,60	0,60	3,30	0,55	5,05	0,00	3,54	APROVADO(A)	15º	24/09/1985
0459	VIRGINIA CORRÊA DE SOUZA	0,60	0,30	0,30	2,75	1,10	5,05	0,00	3,54	APROVADO(A)	16º	16/02/1975
PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	PO	PT	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0449	PEDRO RIBEIRO DA SILVA	0,60	0,30	0,30	2,75	1,10	5,05	0,00	3,54	APROVADO(A)	1º	20/02/1986
PROFESSOR DE GEOGRAFIA												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	PO	PT	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0357	CRISTINA BURATTO GROSS	0,90	0,90	0,60	3,30	1,65	7,35	7,00	7,25	APROVADO(A)	1º	31/12/1976
0290	LEANDRO RUZZARIN CORREA	1,20	1,20	1,20	3,30	1,10	8,00	0,00	5,60	APROVADO(A)	2º	17/03/1980
PROFESSOR DE MATEMÁTICA												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	PO	PT	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0168	TARCÍSIO RODRIGUES SERRÃO	0,90	1,50	0,30	3,85	1,10	7,65	0,00	5,36	APROVADO(A)	1º	26/02/1979
0021	MÁRCIO KLEBER CERNACH	0,90	1,20	0,90	2,20	0,55	5,75	4,00	5,23	APROVADO(A)	2º	15/10/1972
0155	ALEXANDRE RODRIGUES	0,30	0,90	0,60	2,20	1,65	5,65	0,00	3,96	APROVADO(A)	3º	07/02/1975
PROFESSOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	PO	PT	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0172	LEANDRO SERRANO TORRES	0,90	1,20	0,30	2,75	1,10	6,25	4,00	5,58	APROVADO(A)	1º	03/09/1981
0027	VINÍCIUS KARNOPP	0,90	1,20	0,90	3,30	1,10	7,40	0,00	5,18	APROVADO(A)	2º	02/09/1982
0406	SAMUEL MICHEL GARCIA	0,90	1,20	0,30	2,20	1,65	6,25	0,00	4,38	APROVADO(A)	3º	13/05/1979
0196	RAFAEL DUARTE AMORIM	0,30	0,90	0,60	2,75	1,10	5,65	0,00	3,96	APROVADO(A)	4º	02/10/1982

4





0205	HIAGO FURTADO PETERS	0,90	0,30	0,60	2,20	1,10	5,10	0,00	3,57	APROVADO(A)	5º	18/09/1992
PROFESSOR PLANTONISTA												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	PO	PT	NF	Situação	Class.	Data Nasc.
0162	MARIA RAQUEL MARTINI DELLANDREA	0,30	0,90	1,20	3,85	1,10	7,35	4,00	6,35	APROVADO(A)	1º	29/08/1965
0150	KEILLA CRISTINE DIONISIO	0,60	0,60	0,90	2,20	1,10	5,40	4,00	4,98	APROVADO(A)	2º	10/11/1989
0323	JOCINEIA DE LIMA	1,20	0,30	1,50	1,65	0,55	5,20	4,00	4,84	APROVADO(A)	3º	24/09/1975
0286	CRISTINA DE RAMOS	0,60	0,60	0,60	2,20	1,10	5,10	4,00	4,77	APROVADO(A)	4º	23/08/1985
0261	LUARA CARINA DA SILVA	0,30	0,90	0,60	2,20	1,10	5,10	4,00	4,77	APROVADO(A)	5º	12/08/1991
0351	ADRIANA T. C. SILVA	0,30	1,20	0,90	2,75	0,55	5,70	0,00	3,99	APROVADO(A)	6º	24/11/1969
0068	NATHANI ZANLUCA	0,60	0,60	0,60	2,20	1,65	5,65	0,00	3,96	APROVADO(A)	7º	21/06/1996
SERVIÇOS GERAIS												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	LEG	PO	NF	Situação	Class.	Data Nasc.		
0404	JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA GOIS	1,50	2,50	2,00	2,50	8,50	8,50	APROVADO(A)	1º	26/06/1987		
0129	GUILHERMINA PAULA FERRAZ DE ARAUJO	2,50	2,00	0,50	2,50	7,50	7,50	APROVADO(A)	2º	25/11/1970		
0322	PATRICIA DO NASCIMENTO	2,50	2,00	1,50	1,00	7,00	7,00	APROVADO(A)	3º	09/03/1995		
0248	REGINA LUCIA MONTEIRO	2,00	2,00	1,00	2,00	7,00	7,00	APROVADO(A)	4º	01/01/1970		
0331	SHIRLEI RAQUEL ARNOLD DO NASCIMENTO	1,00	2,00	1,50	1,50	6,00	6,00	APROVADO(A)	5º	08/06/1982		
0033	DAYANE CRISTINA SIEDSCHLAG SANTOS	2,00	1,50	0,50	1,50	5,50	5,50	APROVADO(A)	6º	26/08/1992		
0332	PATRICIA BORBA	1,50	2,50	0,50	1,00	5,50	5,50	APROVADO(A)	7º	29/12/1981		
0245	CLAUDIA LOPES GOUDINHO	1,50	2,00	0,50	1,50	5,50	5,50	APROVADO(A)	8º	28/10/1980		
0264	JAIME JOSÉ MARÇANEIRO	1,50	2,00	1,50	0,50	5,50	5,50	APROVADO(A)	9º	09/08/1959		
0257	JOSÉ DAIRÓ VICENTE	1,00	1,50	0,50	2,50	5,50	5,50	APROVADO(A)	10º	21/12/1976		
0164	MARCIA VOIGT DAROS	1,50	2,00	0,00	1,50	5,00	5,00	APROVADO(A)	11º	03/06/1962		
0368	SIDNEY FERREIRA CHAVES	1,50	2,00	1,00	0,50	5,00	5,00	APROVADO(A)	12º	21/08/1980		
0181	CLAUDIO ANDRÉ FERNANDES LEITE	1,50	1,50	1,00	1,00	5,00	5,00	APROVADO(A)	13º	15/07/1966		
0182	HELENA CARVALHO MAES SANTOS	1,50	1,50	1,00	1,00	5,00	5,00	APROVADO(A)	14º	17/11/1992		
0121	JOELMA KLITZKE	1,00	2,00	0,50	1,50	5,00	5,00	APROVADO(A)	15º	02/05/1974		
0311	ELISIANE APARECIDA STEFFEN	1,00	0,50	1,00	2,50	5,00	5,00	APROVADO(A)	16º	17/10/1982		
0304	MARILENE BRAZ DOS SANTOS	0,50	1,50	1,50	1,50	5,00	5,00	APROVADO(A)	17º	23/01/1987		



Entenda-se:

PO = Nota da prova objetiva

PT = Nota da prova de PT

NF = Nota final

Barra Velha, 01 de abril de 2019

VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

LEI Nº 1.331/2019

Publicação Nº 1970107

LEI Nº 1.331/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019

"ESTABELECE E ALTERA A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DE BELA VISTA DO TOLDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 67, Inciso IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

CAPÍTULO I DO CONSELHO TUTELAR

Art.1º. Fica mantido o Conselho Tutelar de Bela Vista do Toldo, criado pela Lei Municipal n. 21 de 06 de junho de 1997, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentaria e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art.2º. Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Bela Vista do Toldo que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§1º. O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º. O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de Bela Vista do Toldo constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º. Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei n. 004/1997, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bela Vista do Toldo.

Seção I Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art.3º. A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer, dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

- I – O processo de escolha dos conselheiros tutelares
- II – Custeio com remuneração e formação continuada;
- III – Custeio das atividades inerentes as atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias, quando necessário deslocamento para outros municípios em serviço ou em capacitações;
- IV- Manutenção geral da sede, necessárias ao funcionamento do órgão.

§1º. Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§2º. O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§3º. Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§4º. Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§5º. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art.4º. É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, composta, preferencialmente,

por servidores efetivos, assim como sede própria, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§1º. A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

- I- placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;
- II- sala reservada para a recepção do público;
- III- sala reservada para o atendimento dos casos;
- IV- sala reservada para os serviços administrativos;
- V- sala reservada para reuniões; e
- VI- Banheiros.

§ 2º. O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§3º. Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§4º. O conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para a avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§5º. É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§6º. Deve ser lotado no Conselho Tutelar, obrigatoriamente, um auxiliar administrativo, e, preferencialmente, um motorista exclusivo; na impossibilidade, o Município deve garantir, por meio da articulação dos setores competentes, a existência de motorista disponível sempre que se fizer necessário para a realização de diligências por parte do Conselho Tutelar, inclusive nos períodos de sobreaviso.

Art.5º. As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art.6º. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§1º. Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§2º. O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§3º. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

Seção II

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art.7º. O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com os demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto para atendimento à população das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§3º. Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art.8º. O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bela Vista do Toldo.

§1º. O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte.

§2º. Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e deverá se pautar na realidade do Município.

§3º. Para a compensação do sobreaviso, poderá o Município, ouvido o Colegiado do Conselho Tutelar, prever indenização ou gratificação conforme dispuser a legislação pertinente ao servido público municipal.

§4º. Caso o Município não opte pela remuneração extraordinária, o membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória

na medida de 02 (dois) dias para cada 07 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição a 30 dias por ano civil.

§ 5º O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 6º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art.9º O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§1º. Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§2º. As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador administrativo, se necessário, o voto de desempate.

Seção III

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art.10. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art.11. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º. A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1.998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§2º. Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§3º. O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§4º. As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§5º. O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art.12. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§1º. Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§2º. A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir Subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§4º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§5º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§6º. Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§7º. A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§8º. O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art.13. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do

Adolescente) e demais legislações.

§1º. O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§2º. A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§3º. O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

- a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;
- b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;
- c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;
- d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e
- e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art.14. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

§ 1º. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

Seção IV

Dos Requisitos à Candidatura

Art.15. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

I- Reconhecida idoneidade moral, comprovada mediante certidão de antecedentes do Distribuidor Judicial da Comarca de Canoinhas – SC;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residir no município há mais de 02 (dois) anos;

IV - Ensino Médio completo;

V - Comprovar domicílio eleitoral no município;

VI - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, sobre língua portuguesa e redação e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VII- não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VIII- não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

IX- não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X- Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art.16. O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

Seção V

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art.17. Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará edital com o nome dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º. Após a publicação do edital de que trata o caput, será facultado ao candidato indeferido pela comissão, o direito a recurso, no prazo de 2 (dias) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º. Passado o prazo previsto no §1º a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos deferidos.

§ 3º. Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no §2º, indicando os elementos probatórios.

§4º. Passado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado, o direito a recurso junto a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 2 (dias) dias úteis, contados da publicação de que trata o §3º.

§ 5º. Vencido o prazo recursal, no prazo de 2 (dias) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 19 desta Lei.

Art.18. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do Art.17.

Art.19. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital com os

nomes dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

Seção VI

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art.20. Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, Língua Portuguesa e Redação e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§1º. A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§2º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art.21. Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

Seção VII

Da Campanha Eleitoral

Art.22. Aplicam-se, no que couberem, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I- abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II- doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III- propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

IV- a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V- a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI- a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VII- favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

IX- confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

X- propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

XI- propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§1º. É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§2º. É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de i

§ 3º. No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a imprensa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal

n. 9.504/1997.

Art.23. A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§1º A inobservância do disposto no art. 22 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art.24. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§1º. A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§2º. É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§3º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

Seção VIII

Da Votação e Apuração dos Votos

Art.25. Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com no mínimo, 30(trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art.26. A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§1º. Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§2º. A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§3º. Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art.27. À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§1º. Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§2º. No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§3º. Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

Seção IX

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art.28. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

Sessão X

Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art.29. Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§1º. Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como, o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no diário oficial do município ou meio equivalente.

§2º. Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§3º. O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§4º. Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§5º. Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§6º. Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§7º. Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§8º. Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§9º. No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

§10. Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art.30. A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

I - a coordenação administrativa;

II - o colegiado;

III - os serviços auxiliares.

SEÇÃO I

Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar

Art.31. O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art.32. A destituição do Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art.33. Compete ao Coordenador administrativo do Conselho Tutelar:

I- coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;

II- convocar as sessões deliberativas extraordinárias;

III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;

IV- assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;

V- zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;

VI- participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;

VII- participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII- enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;

IX- comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;

X- encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

XI- encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;

XII- submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIII- encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIV- prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;

XV- exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

SEÇÃO II

Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art.34. O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

- I - exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;
- II- definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;
- III- organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV- opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;
- V- organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;
- VI- propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;
- VII- participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;
- VIII- eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;
- IX- destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;
- X- elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado o envio de propostas de alteração;

§1º. As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§2º. A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

SEÇÃO III

Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art.35. O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

- I- o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;
- II- for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
- III- algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;
- IV- receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;
- V- tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§1º. O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§2º. O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

SEÇÃO IV

Dos Deveres

Art.36. Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

- I- manter ilibada conduta pública e particular;
- II- zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;
- III- cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV- indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;
- V- obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;
- VI- comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;
- VII- desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;
- VIII- declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;
- IX- cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- X- adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;
- XI- tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- XII- residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;
- XIII- prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- XIV- identificar-se nas manifestações funcionais;
- XV- atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;
- XVI- comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.

XVII- atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;
XVIII- zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
XIX- guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;
XX- ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO V

Das Responsabilidades

Art.37. O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art.38. A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art.39. A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art.40. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO VI

Da Regra de Competência

Art.41 A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I- pelo domicílio dos pais ou responsável;

II- pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§1º. Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§2º. A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§3º. Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§5º. Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VII

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art.42 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§1º. A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§2º. A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§3º. Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§4º. Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art.43. São atribuições do Conselho Tutelar:

I- zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II- atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III- atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV- aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou

a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V- acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI- fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII- representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII- assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX- sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X- encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI- representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XII- representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII- promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV- participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º. O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§2º. Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art.44. O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art.45. Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art.46. Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

I- colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;

II- entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

III- expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

IV- promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V- requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI- requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;
VII- requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
VIII- propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;
IX- estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
X- participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
XI- encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§1º. O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§2º. É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§3º. As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§4º. As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§5º. A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art.47. É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§1º. A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§2º. A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art.48. As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§1º. Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§2º. Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art.49 No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§1º. O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§2º. Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art.50. A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art.51. O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 52 É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art.53. Em qualquer caso deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art.54. É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art.55. Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art.56 Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I- nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;

II- nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;

III- nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

SEÇÃO VIII

Das Vedações

Art.57 Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

I- receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

II- exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III- exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

IV- utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;

V- ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;

VI- recusar fé a documento público;

VII- opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VIII- delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;

IX- proceder de forma desidiosa;

X- descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;

XI- exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

XII- ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;

XIII- retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XIV- referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;

XV- recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XVI- atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;

XVII- exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;

XVIII- entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;

XIX- ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;

XX- utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;

XXI- praticar usura sob qualquer de suas formas;

XXII- celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;

XXIII- participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;

XXIV- constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes,

em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;
XXV- cometer crime contra a Administração Pública;
XVII- abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;
XXVII- faltar habitualmente ao trabalho;
XXVIII- cometer atos de improbidade administrativa;
XXIX- cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;
XXX- praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
XXXI- proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.

Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO IX

Das Penalidades

Art.58. Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I- advertência;
- II- suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III- destituição da função.

Art.59. Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art.60. O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§1º. O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§2º. Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO X

Da Vacância

Art.61. A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I- renúncia;
- II- posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;
- III- transferência de residência ou domicílio para outro;
- IV- aplicação da sanção administrativa de destituição da função;
- V- falecimento;
- VI- condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art.62. Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I- vacância de função;
- II- férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;
- III- licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art.63. Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§1º. Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§2º. Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§3º. Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§4º. O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art.64. O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO XI

Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art.65. Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art.66. Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias pagas

em caráter permanente e temporário.

§1º. No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor de R\$ 1.118,00 (mil cento e dezoito reais), que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 2º. A remuneração deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º. A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º. É facultado ao membro do Conselho Tutelar optar pela remuneração do cargo ou emprego público originário, sendo-lhe computado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§5º. Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art.67. Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao Membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

- I- indenizações;
- II- auxílios pecuniários;
- III- gratificações e adicionais.

Art.68 Os acréscimos pecuniários percebidos por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art.69 Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar os auxílios pecuniários e as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

§1º. O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

§2º. Conceder-se-á indenização de transporte ao membro do Conselho Tutelar que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias da função, conforme as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais.

Art.70. Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

- I- cobertura previdenciária;
- II- gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III- licença-maternidade;
- IV- licença-paternidade;
- V- gratificação natalina.

Art.71. As demais perdas relacionadas às indenizações e reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bela Vista do Toldo, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

Art.72. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, §2º, da Lei Federal n. 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

SEÇÃO XII

Das Férias

Art.73 O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§1º. Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§2º. Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Bela Vista do Toldo.

§3º. Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art.74. É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art.75. Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

- I- a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;
- II- a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art.76. Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art.77. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art.78. A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art.79. O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art.80. O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente à última remuneração por ele recebida.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor da última remuneração recebida.

SEÇÃO XIII

Das Licenças

Art.81. Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

I- para participação em cursos e congressos;

II- para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;

III- para paternidade;

VI- em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

V- em virtude de casamento;

IV- por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§1º. É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§ 2º. As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bela Vista do Toldo, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

SEÇÃO XIV

Das Concessões

Art.82. Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro de o Conselho Tutelar ausentar-se do serviço em casos de falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

SEÇÃO XV

Do Tempo de Serviço

Art.83. O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§1º. Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§2º. O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§3º. A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§4º. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.84. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§2º. A capacitação a que se refere o §1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.85. Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bela Vista do Toldo, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais e legislação correlata.

Art. 86. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art.87. Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art.88. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições municipais em contrário, principalmente a Lei Municipal nº 1.081/2015, de 27 de março de 2015.

Bela Vista do Toldo/SC, 01 de Abril de 2019.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

ALFREDO CEZAR DREHER DAIANE DE SOUZA GOMES
Secretário de Administração e Fazenda Secretária de Planejamento e Des. Econômico

Belmonte

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2019

Publicação N° 1969081

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2019
Registro de Preços

Objeto: aquisição de caixas de bombons de 300 gramas, destinados a comemoração alusiva a Páscoa e finalização de projeto desenvolvido com as crianças referente a esta data, na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 16:00 horas do dia 12/04/2019, no Dpto. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 16:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 01 de abril de 2019.
Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 59/2019**

Publicação Nº 1969805

ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2019
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 59/2019
DATA: 28/03/2019 - HORA DE INÍCIO: 9 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 001/2019 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação acima citado, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE GRAMA PARA PÁTIO DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL SEMENTES DO AMANHÃ. Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa. Da análise destes documentos, observa-se que a empresa DISK GRAMA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.868.731/0001-41, se encontra com a documentação de habilitação regular. Nada mais havendo, a Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOICE APARECIDA COSTA Presidente	MAURICIO STEFFEN Membro	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Membro
-------------------------------------	----------------------------	-------------------------------------

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2018

Publicação Nº 1969715

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO**AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.**

EMPRESA: DICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.173.606/0001-90, com sede na Rua Barão Do Rio Branco, nº252, bairro Imigrantes, cidade de Timbó – SC.

O Prefeito Municipal, após análise da apuração dos fatos, apresentação de justificativa e defesa administrativa, passa a expor e ao final exara sua decisão, referente a empresa DICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.173.606/0001-90, com sede na Rua Barão Do Rio Branco, nº252, bairro Imigrantes, cidade de Timbó – SC., em função da mesma ter requerido desistência do Contrato administrativo nº 60/2018.

RELATÓRIO:

Quanto ao Pregão Presencial 48/2018 – sagrou-se vencedora a empresa DICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA, com apresentação de todos os documentos exigidos pelo Edital e como consequência em 09 de julho de 2018 foi assinado o contrato administrativo nº 60/2018.

Em 31 de outubro de 2018 a municipalidade através da ordem de compra 861/2018 requereu o cumprimento do contrato.

Em 23 de janeiro de 2019 requer a desistência do contrato administrativo alegando ter sofrido um calote financeiro.

Com o ocorrido foi instaurado o processo administrativo para apurar eventuais responsabilidades no qual foi oportunizado prazo para defesa nos termos da legislação vigente.

A contratada apresentou sua defesa reiterando ter sofrido um calote financeiro e por conta disto não poderá cumprir o contrato firmado com a administração.

Diante de tais alegações, a empresa DICS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UNIFORMES E EPIS LTDA, não logrou êxito em afastar sua responsabilidade.

Este, em síntese necessária, é o relatório, passamos a fundamentar a decisão:

Vistos e examinados os autos, vislumbra-se que, a inexecução total ou parcial do contrato enseja em responsabilidade ao contratado:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório

ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

[...]

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Instada a apresentar defesa a empresa apenas limitou-se a solicitar a desistência indicando apenas que sofre prejuízo financeiro.

Assim mesmo que não agindo a empresa dolosamente as relações comerciais estão submetidas a certo risco financeiro. Neste sentido não há que se socorrer a contratado de caso fortuito ou força maior. Pois os percalços financeiros estão atrelados a atividade empresarial.

O contrato administrativo firmado prevê a seguintes penalidades:

8 - DAS PENALIDADES

8.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

a) Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.1.1 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora da hipótese de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o art. 77 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.1.2 - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

8.2 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação;

c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Benedito Novo pelo prazo de até 02 (dois) anos;

c.1). Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

8.2.1 - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

8.2.2 - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

8.3 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.4 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

8.5.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

8.7 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Nestes termos tendo a contratada solicitado a rescisão do contrato administrativo nº 60/2018 as penalidades legais e contratuais são medidas que se impõem.

DECISÃO:

Diante do exposto, análise e entendimento, tendo em vista que o contrato já foi rescindido, o Prefeito Municipal DECIDE pela adoção das seguintes medidas:

a) A aplicação da pena de multa, cumulada com as demais sanções administrativas, com previsão legal no Artigo 87, inciso II da Lei 8.666/93, bem como nos Editais de licitação nº 48/2018, devendo a mesma ser aplicada atendendo os princípios da motivação, razoabilidade e proporcionalidade, portanto entende devidamente abarcado pelos princípios acima a APLICAÇÃO DE MULTA DE 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato administrativo nº 60/2018.

b) Por entender tratar-se de falta grave por parte da empresa contratada, não cumprindo com o contrato administrativo e frustrando a licitação, demonstrando desrespeito aos princípios norteadores da administração pública e as cidadãos de Benedito Novo, pois a empresa logrou-se vencedora de produtos destinados aos agentes públicos da rede municipal de saúde, DECIDE com previsão legal no Artigo 87, inciso III da Lei 8.666/93, bem como nos Editais de licitação nº 48/2018, pela SUSPENÇÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC PELO PRAZO DE UM (01) ANO, a contar da notificação da empresa.

Registre-se, Publique-se e Intime-se acerca dos termos desta decisão para que surta os efeitos legais.

Benedito Novo - SC, 02 de abril de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 101/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 305/2018

Publicação Nº 1970020

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 101/2019, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 305/2018

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89; cargo criado pela Lei Complementar nº 17/2011; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 01 de abril de 2019, o prazo da Portaria nº 305/2018 de 08-11-2018, que contratou a Servidora DAIANA DOS PASSOS REINHOLD, ocupante do cargo de Psicólogo, símbolo PC , Anexo I, sub anexo V, do quadro de servidores do Município, aprovada no Processo Seletivo 001/2018, em substituição a Servidora Anay Stela de Oliveira, que se encontra em Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 28 de março de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 102/2019 - HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM FEVEREIRO DE 2019

Publicação Nº 1970022

PORTARIA Nº 102/2019, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO REALIZADA EM FEVEREIRO DE 2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, art. 28 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 e art. nº 41 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 19/98.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar os resultados da Avaliação do Estágio Probatório, realizada em fevereiro de 2019, da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, de acordo com o parecer da Comissão para Avaliação de Estágio Probatório, designada através da Portaria nº 013/2019, de 22 de janeiro de 2019, conforme relação a baixo:

RELAÇÃO DE SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO			
NOME	DATA DE ADMISSÃO	PONTUAÇÃO (%)	OBSERVAÇÕES
Valmir Kuster	01/08/2017	02/18=82	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA
Willian Herbert da Silva	01/02/2018	02/19=70	PONTUAÇÃO MINIMA ATINGIDA

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 29 de março de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 103/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 005/2019

Publicação Nº 1970024

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 005/2019, DE 14 DE JANEIRO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 336/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e art. 227 da Lei Complementar nº 04, de 22-12-95;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 30 de março de 2019, o prazo da Portaria 336/2017, de 05-12-2017, que concedeu licença para tratamento de saúde o PAULO AUGUSTO STRUCK, ocupante do cargo de Supervisor de Serviços Distritais, símbolo CC-11, de Cargos de provimento em Comissão, conforme a Comunicação de Decisão, Requerimento nº 193070520, Benefício nº 6257153798, de 21-11-2018 do INSS.

Art.2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 14 de janeiro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 104/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 022/2019, DE 29 DE JANEIRO DE 2019

Publicação Nº 1970030

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 104/2019, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 022/2019, DE 29 DE JANEIRO DE 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município, art. 165 e seguintes da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995, e art. 149 da Lei Federal nº 8.112/1990; e

Considerando o que prescreve o Art. 177 da Lei Complementar nº 004/1995 sobre a prorrogação do prazo para conclusão do inquérito;
Considerando a solicitação de prorrogação do prazo da Comissão de Sindicância e/ou Inquérito Administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo da Portaria nº 022/2019, de 29 de janeiro de 2019, para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e/ou Inquérito Administrativo, destinada a apurar os fatos de procedimentos adotados no desempenho das funções de Agente Comunitária não estar atendendo ao que menciona Art. 3º e 7º, IV, todos da Lei Complementar nº 57, de 24 de outubro de 2007, c/c a Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006 e suas alterações, consoante na solicitação de Abertura de Processo Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde – Secretário e Coordenação de Atenção Básica.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 01 de abril de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

--	--	--

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 052/2019

Publicação Nº 1970215

DECRETO Nº 052/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA OS MEMBROS Da Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VII e seu parágrafo único da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art.1º – Fica nomeado os membros da Comissão Organizadora da VI Conferência Municipal de Saúde, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Mariana Ester Borges Costa
Coordenador Geral: Marcelo França
Coordenador Adjunto: Cláudio Marmentini
Secretária Executiva: Rosecléia Meurer Silveira
Coordenador de Divulgação e Comunicação: Paulo Rodrigo Ferreira

Relatores: Clemilson Augusto dos Santos
Lais Mayer Pauli
Karolina Poluceno
Maria Eduarda Pereira Caminha

Parágrafo Único: A participação na comissão instituída no caput deste artigo, não está sujeita a pagamento de qualquer benefício pecuniário ou gratificação.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de publicação.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.
VILSON NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal em Exercício
Reg.e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Diretoria Executiva de
Legislação e Expediente

DECRETO Nº 053/2019

Publicação Nº 1970217

DECRETO Nº 053/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE, SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VII e seu parágrafo único da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art 1º Fica convocada a VI Conferência Municipal de Saúde, tendo como tema central: "DEMOCRACIA E SAÚDE: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS".

Art2º A Conferência Municipal será realizada nos dias 16 e 17 de abril de 2019, das 13h:00min às 18h:00min, na Univali - Campus Centro, Rua João Coan, 400, Bairro Universitário, Biguaçu/SC, no auditório, sala 301, Bloco 2.

Art 3º Este decreto entrará em vigor na data de publicação.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.
VILSON NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal em Exercício

Reg.e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Diretoria Executiva de
Legislação e Expediente

DL72-2019-PMB

Publicação Nº 1969675

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/2019-PMB

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de vistoria e avaliação estrutural da edificação da CEIM Recanto Feliz, no Município de Biguaçu. Levantamento e avaliação das condições gerais da edificação; avaliação objetiva da integridade e estabilidade das estruturas e fundações; elaboração de laudo informando os problemas observados assim como plano para correção/reparo dos problemas observados, inclusive reforço estrutural caso necessário (descritivo); emissão de ART de vistoria e laudo.

EMPRESA CONTRATADA: Avalisc Engenharia de Avaliações Sociedade Simples Ltda EPP.

VALOR: R\$ 4.500,00 (quatro mil quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 31/12/2019

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

402 9/2 2026 333903905000000

JUSTIFICATIVA: Em vistoria realizada pela Prefeitura Municipal de Biguaçu, a pedido da Secretaria Municipal de Educação, foi constatada a existência de diversas patologias em toda a edificação do CEIM Recanto Feliz, conforme Parecer Técnico nº 49. Devido às características das patologias encontradas, faz-se necessário uma avaliação especializada das condições da estrutura, afim de verificar a segurança e estabilidade da mesma, e possibilitar a continuidade de uso da edificação. Optou-se por Dispensa de Licitação de acordo com o art. 24, II da Lei de Licitação 8.666/93:

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

O contratado apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria requisitante, apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 02 de abril de 2019.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani
Secretária de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019**

Publicação Nº 1970488

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019 (REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 004/2019)

A Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que irá realizar no dia 17 de Abril de 2019, com a entrega dos envelopes até às 13h30min, e abertura às 14h00min horas, também no dia 17 de Abril de 2019, no endereço: Rua Hermógenes Prazeres, n. 79, Comercial Nagib Garcia, Centro – Biguaçu – SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 008/2019 na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, EM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE LANCHES.

Local para obtenção do edital: site da Câmara Municipal de Biguaçu, www.cmb.sc.gov.br (Transparência – Licitações – Pregões) ou através do e-mail: cmb.licitacao@yahoo.com.br.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (48) 3243-4233 – Ramal 217.

Biguaçu/SC, 03 de Abril de 2019.

Salmir da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº075/2019 WELLYTON

Publicação Nº 1970449

PORTARIA Nº 071/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, a partir de 19 de março de 2019, o Sr. Adilson da Conceição Neto Mannes, para exercer o cargo em comissão de Assessoria Parlamentar – Nível II do Vereador Ricardo Mauri.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu/SC, 18 de março de 2019.

Vereador Salmir da Silva

Presidente

Blumenau

PREFEITURA

REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 010/2019 - FURB

Publicação Nº 1968496

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Repúblicação do Pregão Presencial (SRP) nº. 010/2019

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de limpeza de fossas sépticas, filtros e caixas de gordura, incluindo a coleta, transporte, destinação final e tratamento dos resíduos gerados pela Universidade.

A Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) informa que o Edital do certame epigrafoado será republicado, mantendo-se por inteiro o teor do instrumento convocatório.

O local, a data e o horário para entrega e abertura dos envelopes foram alterados para: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 16 de abril de 2019, às 9 horas e 30 minutos.

Edital republicado completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 03 de abril de 2019.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 086/2019 - FURB

Publicação Nº 1968505

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 086/2019

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras de Peixes e Frutos do Mar frescos para uso no Curso de Gastronomia da Universidade.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 22 de abril de 2019, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 3 de abril de 2019.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 088/2019 - FURB

Publicação Nº 1968515

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Pregão Presencial (SRP) nº. 088/2019

Objeto: Registro de Preços para Contratação Futura de Serviços de Revisão de Texto, em Língua Portuguesa e Inglesa.

Local, data e horário para entrega e abertura dos envelopes: Fundação Universidade Regional de Blumenau, Rua Antônio da Veiga, nº. 140, Sala K-205, dia 17 de abril de 2019, às 9 horas e 30 minutos.

Edital completo à disposição dos interessados no website www.furb.br, através de acesso ao Portal de Licitações ou no horário comercial, em dias úteis, no endereço acima especificado.

Base Legal: Leis Federais nos. 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal nº. 7.732/2004 e Alterações.

Blumenau, 3 de abril de 2019.

Marco Aurélio de Oliveira
Divisão de Administração de Materiais
Portaria nº. 043 de 1º de fevereiro de 2019

DECRETO Nº 12.143/2019

Publicação Nº 1970239

DECRETO Nº 12.143, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas constantes no Anexo I a IV deste Decreto no valor de R\$ 41.252,98 (quarenta e um mil, duzentos e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos), realizadas e não processadas em exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Blumenau.

Art. 2º As despesas de que trata o artigo 1º deste Decreto correrão por conta das seguintes dotações específicas:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0020.2332 – Man. Bolsa Estudos à Estudantes Carentes

Modalidade 3.3.90 (65) Aplicações Diretas R\$ 2.378,09

Fonte de Recursos 0100.00000

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0020.2021 – Manut. Ativ. Guarda Conservação Patrimônio

Modalidade 3.3.90 (69) Aplicações Diretas R\$ 760,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0094.2077 – Manut. Ativ. Manut. Bairros

Modalidade 3.3.90 (584) Aplicações Diretas R\$ 36.506,54

Fonte de Recursos 0100.00000

19 – SEC. EXEC. DO PROG. DE MOBILIDADE SUST. E DE PROJ. ESPECIAIS

1901 – Administrativo do Gabinete

Atividade 19.01.15.451.0035.2347 – Manut. Ativ. Adm. Diretoria Geral

Modalidade 3.3.90 (728) Aplicações Diretas R\$ 109,75

Fonte de Recursos 0100.00000

32 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

3202 – Diretoria Administrativa

Atividade 32.02.04.122.0042.2205 – Manut. Ativ. Adm. Samae

Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 1.498,60

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de março de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.143/2019 - ANEXO I

Publicação Nº 1970240

ANEXO I

CREDOR:	Rafaela de Borba
DOCUMENTO:	Memorando 185/2019
DATA:	21/03/2019
ORIGEM DA DESPESA:	Auxílio escolar Lei Municipal 7004/2006, período dezembro de 2018.
DOTAÇÃO:	65
FONTE DE RECURSO	0100.00000
VALOR:	R\$ 329,46
CREDOR:	Morgana Eloá Bagattoli
DOCUMENTO:	Memorando 186/2019
DATA:	21/03/2019
ORIGEM DA DESPESA:	Auxílio escolar Lei Municipal 7004/2006, período de novembro e dezembro de 2018.
DOTAÇÃO:	65
FONTE DE RECURSO	0100.00000
VALOR:	R\$ 761,22
CREDOR:	Paola Ruana Haupt
DOCUMENTO:	Memorando 187/2019
DATA:	21/03/2019
ORIGEM DA DESPESA:	Auxílio escolar Lei Municipal 7004/2006, período dezembro de 2018.
DOTAÇÃO:	65
FONTE DE RECURSO	0100.00000
VALOR:	R\$ 599,89
CREDOR:	Marina Fernandes Naatz
DOCUMENTO:	Memorando 188/2019
DATA:	21/03/2019
ORIGEM DA DESPESA:	Auxílio escolar Lei Municipal 7004/2006, referente renegociação dos meses de 2018.
DOTAÇÃO:	65
FONTE DE RECURSO	0100.00000
VALOR:	R\$ 687,52
CREDOR:	Fast Veículos Ltda
DOCUMENTO:	Processo Praça do Cidadão 2019/5168
DATA:	01/03/2019
ORIGEM DA DESPESA:	Ressarcimento de despesas por avarias em veículo locado (contrato 07/2018 - vencido)
DOTAÇÃO:	69
FONTE DE RECURSO	0100.00000
VALOR:	R\$ 760,00
TOTAL A RECONHECER	R\$ 3.138,09 (Três mil, cento e trinta e oito reais, e nove centavos)

Reconheço as despesas desta relação. Blumenau, 25 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 12.143/2019 - ANEXO II

Publicação Nº 1970241

ANEXO II

CREDOR:	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DOCUMENTO:	NFE 4.346
DATA:	13/03/2019
ORIGEM DA DESPESA:	Prestação de serviço de recrutar, selecionar, administrar o programa de estágios da Autarquia. Período 11/2018
DOTAÇÃO:	D – 14
FONTE DE RECURSO:	0206.000000
VALOR:	R\$ 300,00
CREDOR:	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DOCUMENTO:	NFE 4.347
DATA:	13/03/2019
ORIGEM DA DESPESA:	Prestação de serviço de recrutar, selecionar, administrar o programa de estágios da Autarquia. Período 12/2018
DOTAÇÃO:	D – 14
FONTE DE RECURSO:	0206.000000
VALOR:	R\$ 323,20
CREDOR:	NC COMUNICAÇÕES S.A.
DOCUMENTO:	NFES 185
DATA:	26/12/2017
ORIGEM DA DESPESA:	Especificação: Aquisição de Serviço de Publicações Legais de uso da Autarquia.- Período 12/2017
DOTAÇÃO:	D – 14
FONTE DE RECURSO:	0206.000000
VALOR:	R\$ 291,80
CREDOR:	NC COMUNICAÇÕES S.A.
DOCUMENTO:	NFES 284
DATA:	31/05/2018
ORIGEM DA DESPESA:	Especificação: Aquisição de Serviço de Publicações Legais de uso da Autarquia.- Período 05/2018
DOTAÇÃO:	D – 14
FONTE DE RECURSO:	0206.000000
VALOR:	R\$ 583,60
TOTAL A RECONHECER	R\$ 1.498,60 (Hum mil quatrocentos noventa oito reais e sessenta centavos)

Reconheço as despesas desta relação.
 Blumenau, 25 de março de 2019.
 André Espezim
 Diretor Presidente – SAMAE

DECRETO Nº 12.143/2019 - ANEXO III

Publicação Nº 1970242

ANEXO III

CREDOR:	Polaris Serviços e Construções Eireli Epp
DOCUMENTO:	3º Termo aditivo ao Contrato 074/2016
DATA:	Janeiro à Dezembro de 2018.
ORIGEM DA DESPESA:	Reajuste contratual referente ao Contrato 074/2016 – 3º T.A., referente serviços de reforma de calçamento e implantação/reforma de meio fio – Lote 01.
DOTAÇÃO:	584
FONTE DE RECURSO:	0100.00000
VALOR:	R\$22.949,31
CREDOR:	Polaris Serviços e Construções Eireli Epp
DOCUMENTO:	3º Termo aditivo ao Contrato 075/2016
DATA:	Janeiro à Dezembro de 2018.
ORIGEM DA DESPESA:	Reajuste contratual referente ao Contrato 075/2016 – 3º T.A., referente serviços de reforma de calçamento e implantação/reforma de meio fio – Lote 02.
DOTAÇÃO:	584
FONTE DE RECURSO:	0100.00000
VALOR:	R\$13.557,23
TOTAL A RECONHECER	R\$ 36.506,54 (Trinta e seis mil, quinhentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

Reconheço as despesas desta relação.
 Blumenau, 25 de março de 2019.

MICHAEL RAUL SCHNEIDER
 Secretário Municipal de Sec. Conservação e Manut. Urbana

DECRETO Nº 12.143/2019 - ANEXO IV

Publicação Nº 1970245

ANEXO IV

CREDOR:	Selbetti Gestão de documentos AS
DOCUMENTO:	Fatura de serviços 248296
DATA:	18/02/2019
ORIGEM DA DESPESA:	Referente impressões do mês de dezembro/2018
DOTAÇÃO:	728
FONTE DE RECURSO:	0100
VALOR:	R\$ 109,75
TOTAL A RECONHECER	R\$ 109,75 (cento e nove reais e setenta e cinco centavos)

Reconheço as despesas desta relação.
Blumenau, 25 de março de 2019.

PAULO FRANÇA
Secretário Municipal do SEMOSPE

DECRETO Nº 12.151/2019

Publicação Nº 1970248

DECRETO Nº 12.151, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.663, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

33 – SERVIÇO AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB

3302 – Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 33.02.04.122.0043.2213 – Manut. Ativ. Adm. Fin. SETERB

Modalidade 3.1.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3304 – Diretoria de Transportes

Atividade 33.04.26.782.0079.2216 – Manut. Ativ. Transportes

Modalidade 3.1.90 (41) Aplicações Diretas R\$ 57.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

33 – SERVIÇO AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB

3302 – Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 33.02.04.122.0043.2213 – Manut. Ativ. Adm. Fin. Seterb

Modalidade 3.3.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3304 – Diretoria de Transportes

Atividade 33.04.26.782.0079.2216 – Manut. Ativ. Transportes

Modalidade 3.3.71 (43) Aplicações Diretas R\$ 57.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de abril de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.152/2019

Publicação Nº 1970250



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.152, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

**ESTABELECE REGRAS PARA O CORTE, PODA E
TRANSPLANTE DE ÁRVORES LOCALIZADAS NO
MUNICÍPIO DE BLUMENAU.**

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 59, V e 75, I, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e com fundamento na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, nos termos deste Decreto, regras para o corte, poda e transplante de árvores localizadas em áreas de domínio público, áreas de preservação permanente ou que estejam em situação de risco, no Município de Blumenau.

Parágrafo único. Na execução das atividades previstas neste Decreto, inclusive para fins de compensação ambiental, deverá ser observado o disposto na Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que promove a conservação, proteção, regeneração e utilização do Bioma Mata Atlântica, considerado patrimônio nacional.

Art. 2º O corte e o transplante de árvores deverão ser precedidos de permissão emitida pela FAEMA, observadas as exceções previstas neste Decreto, como elemento de planejamento e gestão florestal do município.

§1º A poda dependerá de permissão prévia apenas quando as árvores estiverem localizados em áreas públicas ou em área de preservação permanente.

§2º Constatada a presença de nidificação habitada ou colmeias de espécies nativas nas árvores a serem cortadas, podadas ou transplantadas, o procedimento deverá ser adiado até o momento da desocupação dos ninhos ou a retirada da colmeia, sob



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
Gabinete do Prefeito

pena de nulidade da respectiva permissão, salvo em casos de urgência, pela manifesta ruína de árvores, em decorrência de caso fortuito ou força maior, ou, ainda, pela conclusão de parecer técnico de servidor da FAEMA, sem prejuízo do adequado manejo.

Art. 3º A supressão de árvores declaradas imunes ao corte por lei, dependerá de análise do órgão ambiental e posterior aprovação do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, salvo em situação de risco iminente comprovado.

Art. 4º O procedimento para a tramitação dos processos destinados à permissão de corte será composto das seguintes etapas:

I - Protocolo do requerimento junto à FAEMA, acompanhado de todos os documentos pertinentes e do comprovante de pagamento da taxa para análise e execução dos serviços prestados;

II - Análise pela equipe da FAEMA dos documentos apresentados e realização de vistorias técnicas, podendo realizar a identificação, mensuração e avaliação,

III - Solicitação de esclarecimentos e complementações pela FAEMA, conforme análise técnica, podendo haver a reiteração da mesma solicitação, caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

IV - Emissão de parecer técnico conclusivo e, quando necessário, parecer jurídico;

V - Assinatura do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental - TCCA, quando couber;

VI - Deferimento ou indeferimento do pedido de corte de vegetação.

Art. 5º A documentação para a abertura do processo de permissão de corte, conforme o caso, poderá ser a seguinte:

I - Requerimento para corte, conforme modelo disponibilizado;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
Gabinete do Prefeito

II - Cópia do CPF e RG do proprietário, se pessoa física, ou do CNPJ e última alteração do contrato social, se pessoa jurídica, e/ou do seu procurador, quando houver;

III - Procuração, quando o interessado for representado por terceiros, ou Termo de Inventariante, quando se tratar de representação de espólio;

IV - Certidão de inteiro teor atualizada da matrícula do imóvel, fornecida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

V - Cópia da planta aprovada da edificação ou alvará de construção ou licença ambiental de instalação do empreendimento;

VI - Croqui de localização, conforme termo de referência disponibilizado;

VII - Número do Cadastro Técnico Federal para o transporte lenhoso, ou declaração caso não haja pretensão de transporte.

Art. 6º O procedimento de corte ou transplante de árvores isoladas, em áreas de domínio público, ou em situação de risco, poderá ser na modalidade autodeclaratória, desde que venha acompanhada de laudo técnico de profissional habilitado, contendo relatório fotográfico atualizado e a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, responsabilizando-se o requerente e o responsável técnico pela veracidade das informações, nos termos do §7º, do artigo 21, da Lei Complementar nº 747/10.

§1º O laudo técnico elaborado por profissional terceirizado deverá ser embasado em termo de referência exigido pela FAEMA.

§2º Caberá à FAEMA a expedição da permissão de corte, fiscalizando a execução dos serviços dentro dos limites autorizados e a veracidade das informações apresentadas.

CAPÍTULO II
DO CORTE, PODA E TRANSPLANTE DE ÁRVORES



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
Gabinete do Prefeito

SEÇÃO I
DO CORTE

Art. 7º O corte de árvores dependerá de permissão da FAEMA, por meio da expedição de documento denominado Permissão de Corte (PeC), sendo obrigatória a realização de compensação ambiental, conforme o caso.

§1º O corte de árvores de espécie nativa dependerá de permissão em qualquer hipótese.

§2º O corte de árvores de espécie exótica dependerá de permissão apenas quando forem considerados imunes ao corte, por lei, ou estiverem localizados em áreas públicas ou em áreas de preservação permanente.

§3º O início do processo dependerá de protocolo do requerimento junto à FAEMA, acompanhado de todos os documentos pertinentes e do comprovante de pagamento da taxa para análise e execução dos serviços prestados.

§4º A FAEMA poderá solicitar a apresentação de laudo técnico, elaborado por profissional habilitado, com a apresentação da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, que deverá conter:

I - descrição botânica da(s) árvore(s) a sofrer o corte, enfatizando a situação atual, além de dados dendrométricos de altura, diâmetro do tronco, diâmetro de projeção de copa, no sistema métrico, e condições fitossanitárias;

II - apresentação de registro fotográfico e ilustrações em planta baixa e perfis (cortes), contemplando as dimensões de projeção de ramos e a interferência com a ocupação;

III - demarcação das árvores em croqui ou planta de levantamento planialtimétrico; e

IV - manifestação sobre a presença de ninho, ninhada de aves e abelhas nativas.

§5º Nos terrenos privados, quando constatada a existência de árvore em situação de risco de queda ou quando seu estado fitossanitário justificar, o proprietário deverá ser



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
Gabinete do Prefeito

notificado para suprimi-lo, caso em que não cumprida a notificação, ficará sujeito às penalidades legais.

§6º Excepcionalmente, a supressão de que trata o §5º deste artigo poderá ser executada pelo Poder Público Municipal, em situações devidamente justificadas.

§7º Em situações de risco à população, em áreas de difícil acesso ou naquelas em que a operação de corte coloque em risco a vida humana ou a propriedade, pelas condições urbanas de habitação ou infraestrutura irregulares, a Secretaria de Defesa do Cidadão - SEDECI e/ou a Secretaria de Serviços Urbanos - SEURB, com o apoio dos órgãos da Administração Direta e da Administração Indireta do Município, propiciarão as condições necessárias ao trabalho de supressão.

§8º Nos imóveis privados em que tenham sido plantadas árvores pelo proprietário do imóvel, havendo registro prévio no órgão municipal competente, será permitido o corte em condições especiais e excepcionais.

SEÇÃO II
DO TRANSPLANTE

Art. 8º O transplante de árvore de espécie nativa dependerá de permissão da FAEMA, mediante parecer técnico fundamentado, por meio da expedição de documento denominado Permissão de Transplante - PeT.

§1º A árvore de espécie exótica independe de permissão para ser transplantada, desde que não esteja localizada em áreas de domínio público ou de preservação permanente.

§2º Para a concessão de PeT, será necessária a análise com parecer técnico elaborado por servidor da FAEMA, ou a apresentação de laudo técnico de transplante, elaborado por profissional devidamente habilitado, nos termos do artigo 6º deste Decreto.

§3º É obrigatório o monitoramento da árvore nativa transplantada, por prazo não inferior a 12 (doze) meses, informando acerca das suas condições e seu local de destino, acompanhados de registro fotográfico.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
Gabinete do Prefeito

§4° As árvores de espécie nativa indicadas para transplante deverão ser destinadas preferencialmente para o mesmo imóvel.

§5° Na impossibilidade de cumprimento do disposto no parágrafo anterior, caberá ao interessado sugerir outro local no Município para destinação das árvores nativas indicadas para transplante, e, sendo em área pública, caberá ao responsável anexar planta de local de destino e aceite do órgão competente.

§6° Em caso de insucesso do transplante, no decorrer dos 12 (doze) meses, o interessado deverá proceder à compensação ambiental, como se supressão fosse.

§7° Em caso de insucesso do transplante de árvore de espécie ameaçada de extinção ou declarada imune ao corte, o requerente deverá proceder à compensação ambiental, como se supressão fosse, a ser mensurada pela equipe técnica da FAEMA.

§8° Caso o transplante de árvore ocorra em imóvel que não seja de propriedade do requerente, o laudo de transplante deve ser acompanhado de anuência do proprietário desse imóvel.

§9° O transplante deverá ser executado, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas após a retirada da árvore de seu local de origem.

§10. O local de destino, incluindo passeio, meio-fio, redes de infraestrutura, canteiros, vegetação e demais equipamentos públicos, deverá permanecer em condições adequadas após o transplante, obrigando-se o responsável pela reparação ou reposição em caso de danos decorrentes do transplante.

SEÇÃO III
DA PODA

Art. 9° Fica determinada a aplicação da NBR 16246-1: "Florestas urbanas - Manejo de árvores, arbustos e outras plantas lenhosas - Parte 1: Poda", no âmbito do Município de Blumenau, para a execução dos serviços e análise dos pedidos de poda.

Art. 10. A poda de árvore, nativa ou exótica, dependerá de permissão da FAEMA quando localizada em locais públicos



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
Gabinete do Prefeito

ou em áreas de preservação permanente, mediante manifestação técnica fundamentada, por meio da expedição de permissão.

Parágrafo único. A poda autorizada não estará sujeita à compensação ambiental, salvo se houver manifestação técnica fundamentada da FAEMA, que definirá a quantidade de mudas para compensação.

Art. 11. A solicitação da permissão caberá ao proprietário do imóvel em que se situa a árvore.

Art. 12. A poda de árvore localizado em área pública, desde que tenha acompanhamento técnico de servidor da FAEMA, e seja realizado pela Secretaria de Serviços Urbanos - SEURB, empresa especializada contratada para este fim ou executora de obra pública, não dependerá de documento de permissão prévia, bastando o relatório técnico de acompanhamento dos serviços.

Art. 13. As raízes e os ramos de árvore localizada em área privada, que ultrapassem a estrema da propriedade, poderão ser cortados, independente de permissão, até o plano vertical divisório, pelo proprietário do terreno invadido, mantendo a árvore equilibrada e respeitando a arquitetura da copa, nos termos do artigo 1283 do Código Civil Brasileiro.

Art. 14. Todas as ações de poda deverão, em primeiro lugar, visar o interesse da preservação da espécie, considerar suas necessidades fitossanitárias e de formação, a necessidade e o tipo de poda cabível e as ações de manutenção especiais e evitar ou mitigar os conflitos com o entorno e as situações de risco.

§1º Na execução, implantação ou manutenção de dispositivos, equipamentos e dutos subterrâneos em áreas públicas, a necessidade de corte de raízes de árvores deverá ser avaliada, previamente, pela FAEMA.

§2º A poda de árvores em risco imediato ou potencial, localizadas próximo a redes elétricas, poderá ser realizada diretamente pela concessionária de serviço público de fornecimento de energia elétrica, devendo cumprir os requisitos legais e regulamentares sobre distâncias de segurança, para prevenir a interrupção do fornecimento dos serviços essenciais,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
Gabinete do Prefeito

danos a equipamentos, evitar a obstrução de acesso às estruturas e assegurar o uso correto da faixa de passagem.

SEÇÃO IV
DO CORTE DE ÁRVORES DE RISCO

Art. 15. Considera-se árvore de risco aquela que, por sua localização, porte e/ou condições fitossanitárias, possa causar algum dano físico à vida humana e/ou ao patrimônio, por ocasião de queda total ou parcial da estrutura lenhosa da árvore.

Parágrafo único. Em risco iminente considera-se a árvore que por sua localização e condições físicas tem riscos reais de queda em situação de normalidade, dentro de um período de 48 (quarenta e oito) horas, tendo como possível alvo de atingimento habitação, estrutura ocupada ou equipamento urbano.

Art. 16. O corte de árvore de risco, em área de domínio público, deverá ser precedido de parecer técnico da FAEMA, com a expedição de permissão de corte, ou por meio de acompanhamento da intervenção, com posterior emissão de relatório técnico.

Parágrafo único. No caso de árvores localizadas em áreas privadas, o pedido poderá ser feito mediante protocolo na FAEMA, com o devido pagamento de taxa, podendo ser solicitada a apresentação de laudo técnico de corte, elaborado por profissional devidamente habilitado, nos termos do artigo 6º deste Decreto.

Art. 17. O corte de árvores em risco iminente de queda poderá ser autorizado tanto pela FAEMA quanto pela Secretaria de Defesa do Cidadão - SEDECI, quando envolva questão de defesa civil.

§1º Recebida a solicitação de corte de árvore de risco pela Secretaria de Defesa do Cidadão - SEDECI, identificando não se tratar de risco iminente, nos termos no parágrafo único do art. 15, deverá encaminhar o processo à FAEMA para a devida análise técnica de viabilidade do corte.

§2º No caso de risco iminente, com possibilidade de queda sobre edificação ou equipamento público, que possa gerar



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
Gabinete do Prefeito

danos ao patrimônio ou vida humana, poderá ser emitida a permissão de corte pela SEDECI, devidamente justificada a ocorrência, com o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para a execução do corte, comunicando a FAEMA para conhecimento e/ou acompanhamento do ato, e análise de necessária compensação ambiental.

§3º Na vistoria prévia de análise da árvore, para identificação do risco iminente de queda, a SEDECI utilizará formulário próprio, constante do Anexo I deste Decreto, no qual constarão critérios técnicos de avaliação e relatório fotográfico.

§4º Durante a decretação de situação de emergência ou calamidade pública, risco de queda de barreira, desmoronamentos ou danos/obstrução de galerias, a SEDECI e a SEURB poderão realizar as intervenções de supressão urgentes e necessárias à garantia da estabilidade, normalidade e segurança dos cidadãos, apresentando relatório posterior das medidas tomadas.

§5º A poda de árvores somente poderá ser autorizada pela SEDECI em questões emergenciais, cuja situação indique risco de queda de galhos que estão visivelmente mortos, sem comprometimento do resto da planta, projetados sobre edificação ou rede elétrica e/ou com rachaduras ou danos aparentes, com a observância da distância entre o indivíduo arbóreo e o alvo que pode ser atingido.

CAPÍTULO III
DAS COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS

Art. 18. A supressão deverá ser ambientalmente compensada, cabendo à FAEMA definir as espécies e quantidades que serão utilizadas para compensação.

§1º Para fins deste artigo, o transplante mal sucedido de árvore será considerado supressão.

§2º A compensação a ser estabelecida dar-se-á primordialmente "in natura", por meio de averbação de áreas verdes em imóvel, plantio e/ou doação de mudas de espécies nativas, conforme previsto em termo de compromisso a ser firmado com a FAEMA.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
Gabinete do Prefeito

§3º Em caso de impossibilidade de compensação "in natura", poderá a FAEMA exigir a compensação financeira.

§4º Aplica-se o disposto neste artigo para o corte de árvores realizado para execução de obra pública, seja ela realizada pela Administração Direta ou Indireta, ou por empresas privadas executoras de obras públicas, em razão de processo licitatório.

§5º O Município de Blumenau priorizará, no planejamento anual da arborização urbana, as regiões que receberem obras com significativa remoção arbórea.

§6º Os recursos oriundos das compensações ambientais serão depositados no Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Art. 19. A compensação ambiental poderá ser dispensada, por decisão fundamentada:

I - nos casos de manejo de espécies exóticas invasoras, de árvores para atividades relacionadas à produção primária, em risco de queda ou biologicamente consideradas mortas, hipóteses devidamente atestadas por profissional habilitado ou por análise técnica da FAEMA;

II - para contribuintes com renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos, e para obras de ampliação, melhoria ou manutenção de unidades de ensino, unidades de saúde da família, e hospitais públicos ou filantrópicos.

CAPÍTULO IV
DA PUBLICIDADE NAS AÇÕES DE CORTE, PODA OU
TRANSPLANTE DE ÁRVORES

Art. 20. Qualquer ação de corte, poda ou transplante de árvores que, a critério da FAEMA, sejam notáveis por seu porte, raridade, localização, interatividade na cadeia alimentar ou por seu valor paisagístico, deverá ser precedida de divulgação.

§1º A responsabilidade pela divulgação será do responsável pela intervenção, seja pessoa física ou jurídica, pública ou privada.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
Gabinete do Prefeito

§2º Cabe à FAEMA definir os meios de divulgação a serem utilizados, que deverão estar descritos na permissão emitida.

Art. 21. Excetua-se da obrigação de divulgação os casos de urgência de corte ou poda, pela manifesta ruína de árvores em decorrência de caso fortuito ou força maior, ou pela conclusão de parecer técnico de servidor da FAEMA.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Os restos e resíduos provenientes das podas e remoções de árvores devem ter destinação adequada, compatível com o valor dos materiais, devendo ser privilegiados os destinos que propiciem o aproveitamento da madeira, a manutenção do carbono fixado, o emprego em práticas de jardinagem e paisagismo e a geração de renda.

§1º É responsabilidade do proprietário do imóvel contratar o serviço de recolhimento e transporte dos resíduos oriundos das atividades de corte ou poda, até um local licenciado para recebê-los, caso esses resíduos não possam ser adequadamente dispostos na mesma propriedade em que houve a intervenção.

§2º As áreas públicas no entorno devem permanecer limpas, sem qualquer vestígio dos resíduos das árvores podadas ou cortadas.

§3º Na ocorrência de transporte da madeira o responsável deverá providenciar a liberação do transporte florestal, via sistema DOF, com a emissão do documento de origem florestal.

Art. 23. As atividades florestais previstas neste Decreto, a serem exercidas por pessoa física ou jurídica que necessitem de licença, autorização ou permissão da FAEMA, caso assim exija o órgão ambiental nacional, deverão ser cadastradas e homologadas no Sinaflor ou sistema equivalente, com a finalidade de controlar a origem da madeira, do carvão e de outros produtos e subprodutos florestais e integrar os respectivos dados dos diferentes entes federativos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
Gabinete do Prefeito

Art. 24. A FAEMA poderá expedir Instruções Normativas para regulamentar as situações previstas no presente Decreto.

Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de abril de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
 Gabinete do Prefeito

Anexo

Tabela de atributos a serem analisados em vistoria

	Observação	Presença	
Galhos (Risco de Dano)	Visivelmente Mortos, sem comprometimento do resto da planta		Poda
	Projetados sobre residência ou rede elétrica privada		
	Com rachaduras ou danos aparentes		
Tronco (Risco de Quebra)	Apodrecimento significativo		Corte se houver risco de atingimento
	Cancro ou oco ocupando a maior parte da circunferência		
	Rachadura ou dano mecânico profundos		
	Raízes constritoras de outra árvore sobre porção elevada do tronco, comprometendo drasticamente o equilíbrio;		
	Árvore inclinada com sinal de rachadura ou quebra devido à inclinação;		
	Árvore claramente morta		
Base (Risco de Queda total)	Apodrecimento significativo		
	Cancro ou oco ocupando a maior parte da circunferência		
	Rachadura ou dano mecânico profundos		
	Árvore inclinada com sinais de alavancamento recente das raízes		
	Ocorrência de movimento de massa recente que comprometa a sustentação da árvore		
Risco de Atingimento	Distância de alvo à árvore menor do que altura de fuste (Potencial de danos graves)		Risco de atingimento
	Distância de residência entre altura de fuste e altura de copa (Potencial de danos médio)		
	Distância de alvo à árvore visivelmente maior do que altura de copa (Baixo ou nenhum risco de atingimento)		Risco irrelevante, competência da Faema

Para consideração dos artigos 6º e 7º, deve haver no objeto de vistoria a presença de ao menos um fator de risco de queda, e um de risco de atingimento.

DECRETO Nº 12.153/2019

Publicação Nº 1970252

DECRETO Nº 12.153, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.663, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 48.809,56 (quarenta e oito mil, oitocentos e nove reais e cinquenta e seis centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO

1001 – Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0027.2067 – Manut. Ativ. Corpo Bombeiros/Convenio Estado

Modalidade 3.3.90 (770) Aplicações Diretas R\$ 16.560,46

Modalidade 4.4.90 (771) Aplicações Diretas R\$ 32.249,10

Fonte de Recursos 0364.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de abril de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.154/2019

Publicação Nº 1970253

DECRETO Nº12.154, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

ALTERA DECRETO Nº12.032, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE DECLARA a UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS DESTINADOS AO MELHORAMENTO DA RUA HUMBERTO DE CAMPOS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso III do artigo 1º do Decreto 12.032, de 10 de dezembro de 2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação e destinados ao melhoramento da Rua Humberto de Campos, os seguintes imóveis:

[...]

III – O terreno pertencente a ARLINDO BERNART, localizado na esquina das ruas Princesa Isabel e Humberto de Campos, contendo a área de 331,10m², fazendo frente em 4,16m com o lado ímpar da Rua Princesa Isabel, mais em 9,01m com curva de concordância formada pelas ruas Princesa Isabel e Humberto de Campos; fundos em 25,00m com terras de Aldori Acácio da Silva e outros (mat. 20.338); extremado pelo lado direito em 19,50m com terras de Fermio Conrado de Marchi (mat. 1.989), distando nesta estrema cerca de 5,00m da parede lateral esquerda da casa nº 253 da Rua Princesa Isabel, e, pelo lado esquerdo, confrontando em 20,85m com o lado ímpar da Rua Humberto de Campos, edificado com dois muros de alvenaria e uma cerca em tela com mourão, totalizando 47,08m de comprimento; matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob nº 21.087 e inscrito no cadastro técnico imobiliário municipal sob 4.1.22.0025.0012.000, identificado na planta 189 do anexo único."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 1º de abril de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

O ANEXO DESTA DECRETO SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO PAÇO MUNICIPAL

DECRETO Nº 12.155/2019

Publicação Nº 1970254

DECRETO Nº12.155, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

DECLARA a UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO de imóvel pertencente a José Arécio Reis, destinado AO MELHORAMENTO DA RUA REPÚBLICA ARGENTINA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação e destinado ao melhoramento da Rua República Argentina o terreno pertencente a JOSÉ ARECIO REIS, localizado na Rua República Argentina, contendo 144,00m², fazendo frente em 16,00m com o lado par da referida rua, fundos em 16,00m com terras de Marinha; extremado pelo lado direito em 9,00m com Administradora de Bens Portogallo Ltda. (mat. 2.338) e pelo lado esquerdo em 9,00m com as terras de Sadi José da Cunha (transc. lv. 3-AS, fl. 270, nº58.648), distando 22,60m da residência nº 606, edificado com uma casa de alvenaria contendo 275,35m²; matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob nº 6.334 e inscrito no cadastro técnico imobiliário municipal sob 4.2.19.0008.0006.000.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 1º de abril de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.156/2019

Publicação Nº 1970255

DECRETO Nº 12.156, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.663, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, no valor de R\$ 983.319,00 (novecentos e oitenta e três mil, trezentos e dezenove reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.129.0021.2023 – Manut. Ativ. Receita
Modalidade 3.3.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 625.319,00
Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

1101 – Diretoria Administrativo-Financeira

Atividade 11.01.04.122.0028.2277 – Manut. Ativ. Adm. Financ. SEINFRA
Modalidade 3.1.90 (340) Aplicações Diretas R\$ 358.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

0602 – Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.129.0021.2023 – Manut. Ativ. Receita
Modalidade 3.1.90 (82) Aplicações Diretas R\$ 625.319,00
Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

1101 – Diretoria Administrativo-Financeira

Atividade 11.01.04.122.0028.2277 – Manut. Ativ. Adm. Financ. SEINFRA
Modalidade 3.3.90 (342) Aplicações Diretas R\$ 358.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de abril de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.157/2019

Publicação Nº 1970257

DECRETO Nº 12.157, DE 02 DE ABRIL DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.663, de 17 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 230.501,83 (duzentos e trinta mil, quinhentos e um reais e oitenta e três centavos), na seguinte dotação orçamentária:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0048.2036 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.90 (811) Aplicações Diretas R\$ 230.501,83

Fonte de Recursos 0362.00073

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de abril de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.742/2019

Publicação Nº 1970268

PORTARIA Nº 22.742, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

EXONERA TATHIANA RAMOS QUARESMA DO

CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR, NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, com fundamento base no art. 46, "I", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e a Lei Complementar nº 701, de 29 de janeiro de 2009 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR, em 25 de março de 2019:

TATHIANA RAMOS QUARESMA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Atendimento ao Consumidor, símbolo CC-3, lotada na Procuradoria Geral do Município, nomeada pela Portaria nº 21.871, de 21 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de março de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

PORTARIA Nº 22.755/2019

Publicação Nº 1970271

PORTARIA Nº 22.755, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e de acordo com o Memorando nº 049/2019, de 25/03/2019, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados em concurso público:

ADRIANO ROBERTO MORITZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 04 de abril de 2019;

AUREA CORREA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 04 de abril de 2019;

PATRICIA RODRIGUES NHOLLA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 04 de abril de 2019;

MURILO CARLOS GIMENES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Otorrinolaringologista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 04 de abril de 2019;

GUSTAVO SCHWEIGERT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Ortopedista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 04 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de março de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.765/2019

Publicação Nº 1970284

PORTARIA Nº 22.765, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

EXONERA CARLOS HENRIQUE JACOMINI REINERT DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO, NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, com fundamento base no art. 46, "I", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e a Lei Complementar nº 701, de 29 de janeiro de 2009 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR, em 31 de março de 2019:

CARLOS HENRIQUE JACOMINI REINERT, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Fiscalização, símbolo CC-4, lotado na Procuradoria Geral do Município, nomeado pela Portaria nº 21.692, de 29 de março de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de abril de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.766/2019

Publicação Nº 1970286

PORTARIA Nº 22.766, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA CARLOS HENRIQUE JACOMINI REINERT PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR, NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 701, de 29/01/2009 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR, em 01 de abril de 2019:

CARLOS HENRIQUE JACOMINI REINERT, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Atendimento ao Consumidor, símbolo CC-3, na Procuradoria Geral do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de abril de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD - PAD N° 020/2018

Publicação N° 1970287

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
2ª COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES**INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD**

PAD N° 020/2018

INDICIADA: E.C.S.

ADV. ARTHUR ALBERTI SAUER WALKER - OAB/SC n° 50.354

DESPACHO: Intime-se o advogado da servidora indiciada para a audiência que será realizada no dia 10/04/2019, às 14:00h, com a oitiva da testemunha constante de folhas 81 dos autos. Local: Rua XV de Novembro, n°. 1.505, 3º andar, Centro, Blumenau/SC, (ao lado da Re-lojoaria e Ótica Universal - Prédio da FAEMA). Fones: (47) 3381-6211, 3381-6212.

PROCESSOS DE DISPENSA N°S 08-06/19; 08-11/19; 08-14/19; 08-103/18; 08-105/18; 08-04/19; 08-05/19; 08-97/18; 08-106/18; 08-87/18; 08-100/18; 08-104/18 E 08-15/19

Publicação N° 1970311

PROCESSO DE DISPENSA - 08-06/19

ARTIGO: 24 IV; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO - SEDECI

CONTRATADA (O): CAMPANELLI ENGENHARIA LTDA.

VALOR: R\$ 89.165,96

PROCESSO DE DISPENSA - 08-11/19

ARTIGO: 24 IV; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO - SEMED

CONTRATADA (O): IMUNIZADORA BELLI LTDA ME.

VALOR: R\$ 26.250,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08-14/19

ARTIGO: 24 IV; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: LOCAÇÃO DE MAQUINA - SEDECI

CONTRATADA (O): BIRO TERRAPLANAGEM E CONSTRUTORA LTDA.

VALOR: R\$ 9.913,46

PROCESSO DE DISPENSA - 08-103/18

ARTIGO: 24 XXVI; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

CONTRATADA (O): CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

VALOR: R\$ 17.447,25

PROCESSO DE DISPENSA - 08-105/18

ARTIGO: 24 XVII DA LEI 8.666/963.

OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DE PEÇAS P/CONCERTO DE VEÍCULOS EM GARANTIA - SEURB

CONTRATADA (O): BLU - STAR - COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

VALOR: R\$ 6.808,49

PROCESSO DE DISPENSA - 08-04/19

ARTIGO: 24 I; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO - SEMUDES

CONTRATADA (O): MKV ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA ME.

VALOR: R\$ 15.865,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08-05/19

ARTIGO: 24 IV; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO - DESMONTE DE ROCHAS - SEDECI

CONTRATADA (O): CAMPANELLI ENGENHARIA LTDA.

VALOR: R\$ 207.968,48

PROCESSO DE DISPENSA - 08-97/18

ARTIGO: 24 XXVI; DA LEI 8.666/963.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

CONTRATADA (O): CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

VALOR: R\$ 477.147,04

PROCESSO DE DISPENSA - 08-106/18
ARTIGO: 24 XXVI; DA LEI 8.666/963.
OBJETO: REALIZAÇÃO DE EXAMES - SEMUS
CONTRATADA (O): CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI
VALOR: R\$ 94.350,80

PROCESSO DE DISPENSA - 08-87/18
ARTIGO: 24 XXVI; DA LEI 8.666/963.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS
CONTRATADA (O): CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI
VALOR: R\$ 14.400,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08-100/18
ARTIGO: 24 XXVI; DA LEI 8.666/963.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FITAS DE GLICEMIA - SEMUS
CONTRATADA (O): CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI
VALOR: R\$ 137.765,22

PROCESSO DE DISPENSA - 08-104/18
ARTIGO: 24 XIII DA LEI 8.666/963
OBJETO: CURSO DE CAPACITAÇÃO - FMAS
CONTRATADA (O): ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM
VALOR: R\$ 52.980,00

PROCESSO DE DISPENSA - 08-15/19
ARTIGO: 24 IV DA LEI 8.666/963
OBJETO: SERVIÇOS DE LIMPEZA E ZELADORIA - SEMED
CONTRATADA (O): ORCALI SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA
VALOR: R\$ 2.289.552,36

HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 03-023/2018

Publicação Nº 1970316

Concorrência nº. 023-2018 - Contratação de empresa para execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica, obras complementares e sinalização viária nas Ruas: Caiçaras e Ipiranga para implantação de sistema de retorno de circulação viária(Etapa 3A), Implantação da via de ligação da Praça Duque de Caxias(Etapa 3B) e Recuperação da Rua Antônio Zendron entre Ruas Amazonas e Rua Hermann Huscher, Rua Anchieta, Léo Deschamps e Independência(Etapa 3C), localizadas no Bairro: Garcia – Blumenau/SC, Projeto de Melhoria e Ampliação do Corredor Estrutural Sul - Etapa 03, conforme especificações constantes neste edital e anexos - Contrapartida Recursos Próprios - Proposta Voluntária - Contrato de Repasse nº 2016/842262 - Ministério das Cidades - CEF – SEINFRA. Contratadas: Lote 01 - PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, no valor total de R\$ 668.229,19 (seiscentos e sessenta e oito mil e duzentos e vinte e nove reais e dezenove centavos); Lote 02 - PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA, no valor total de R\$ 420.992,69 (quatrocentos e vinte mil e novecentos e noventa e dois reais e sessenta e nove centavos); Lote 03 - RAMOS TERRAPLENAGEM ERIRELI, no valor total de R\$ 1.218.442,38 (um milhão e duzentos e dezoito mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e trinta e oito centavos).

2º CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO ORDINÁRIA BIMESTRAL DO COMDEVI - 2019

Publicação Nº 1970319

2ª CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO ORDINÁRIA BIMESTRAL DO COMDEVI - 2019

Por meio do presente documento ficam os Senhores Conselheiros convocados para a Reunião Ordinária Bimestral do Conselho Municipal de Desenvolvimento do Distrito da Vila Itoupava, que realizar-se-á no dia 08/04/2019 (segunda-feira), às 18:45 horas em 1ª chamada e às 19:00 horas em 2ª chamada. Lembramos que esta reunião será itinerante, sendo realizada Clube de Caça e Tiro XV de Novembro, situado na Rua Sarmento, esquina com a Rua Henrique Havenstein.

ORDEM DO DIA:

I - Abertura;

II – Posse de novos conselheiros titulares e suplentes (governamentais);

III - Aprovação da ata da reunião anterior (ordinária – 11/02) e da prestação de contas do Fundo do COMDEVI – Fumdevi;

IV – Situação de projetos para ampliação da iluminação pública em várias regiões do Distrito;

V – Apresentação de pleito da Associação de Moradores da Itoupava Rega, quanto a alternativa sustentável para o projeto de pavimentação da Rua Erwin Manzke;

VI – Contratação de profissional Psicopedagogo em suporte as unidades de ensino do Distrito;

VII – Resolução das demandas de ajustes nas linhas de transporte de alunos do Distrito;

VIII – Atual situação do serviço ofertado pelo Caminhão Pipa no Distrito;

IX – Apresentação do planejamento da Intendência com intervenções, melhorias e investimentos na Região da Rua Sarmento para o período 2019/2020, como modelo a ser replicado em outras importantes vias vicinais do Distrito;

X – Encaminhamentos tomados no tocante ao pleito da reunião anterior, por maior efetivo de segurança na Vila Itoupava;

XI – Situação do processo de substituição da URB na prestação dos serviços de manutenção da Vila Itoupava;

XII – Prestação de contas sobre o atraso no cronograma da obra de pavimentação da Rua Saxônia;

XIII – Consulta quanto a homologação por parte do plenário do Conselho do pleito encaminhado pela Intendência para alteração em Lei da denominação de ponte localizada na Rua Helmut Ullrich, de ponte Hilda Bublitz para ponte Willy Richter, corrigindo erro quando da aprovação da Lei Municipal 8578/2018;

XIV – Aprovação dos valores do orçamento do Fumdevi e da Intendência para o orçamento de 2020 – LDO;

XV - Assuntos Gerais;

XVI - Encerramento.

Blumenau/SC, 2 de Abril de 2019.

Adm. Leandro Rodrigues da Silva

Presidente do COMDEVI

Intendente do Distrito da Vila Itoupava

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 039/2019

Publicação Nº 1970332



PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
DIRETORIA DE RECEITA

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 039/2019

CONTRIBUINTE : ND REPRESENTAÇÕES E TRANSPORTES LTDA

ENDEREÇO: RUA DR. PEDRO ZIMMERMANN, 13847 - IT.CENTRAL

Nº INSCRIÇÃO: 79.752

CNPJ.: 08.171.194/0001-08

Processo Fiscal: 452/2018

Sócios: DEBORA KARINA DA SILVA VOLPI e NOCOLAS VOLPI

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou
b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, *caput* da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:

Base de Cálculo	61.278,96
Imposto a Recolher	1.815,98
Atualização Monetária	64,65
Juros de Mora	165,93
Multa p/ infração	940,31
Total Geral	2.986,86

DESCRIÇÃO DOS FATOS:

1)Período Notificado: 01/2018 a 10/2018

2)Documentos examinados:Notas Fiscais emitidas (Notablu).

3)Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1)Presta serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item: 11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

3.2)Em 03/12/2018 emitida a Intimação Fiscal nº 230/2018 ao contribuinte para apresentação dos comprovantes de pagamento do ISSQN concernente aos Serviços Prestados, conforme Notas Fiscais emitidas no Notablu. Enviada a referida Intimação ao endereço cadastral do contribuinte, sito à rua Dr. Pedro Zimmermann, nº 13847 – sl 02 – It.Central; porém, a referida Intimação retornou à Prefeitura com a informação “não existe o número indicado”.

3.2.1)Não obtendo êxito em localizar o contribuinte, emitiu-se a Notificação dos referidos valores de ISSQN, enviando a Notificação para publicação em edital no Boletim Oficial do Município de Blumenau, conforme Art. 153, III, LC 632/2007.

3.3)Deixou de recolher o ISSQN devido, referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

4)A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

4.1)Soma dos valores dos serviços prestados, conforme lançamentos Notas Fiscais no Notablu (período acima descrito).

5)CÁLCULO DO VALOR A PAGAR:

5.1)Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 2 %, 5% conforme Art. 276 da LC 632/2007.

a)Atualização monetária:

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013.

- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014.

- A partir de 2016 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10820/2015.

- A partir de 2017 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11146/2016.

- A partir de 2018 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11580/2017.

- A partir de 2019 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 12030/2018.

b)Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.2)Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6)Observações:

6.1)Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2)Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3)Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4)Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

6.5)A presente Notificação não inibe a fiscalização referente ao mesmo período.

Patrícia Dias
Auditora Fiscal Tributária
Matrícula nº 21554-6



PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
DIRETORIA DE RECEITA

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 039/2019 – ND REPRESENTAÇÕES E TRANSPORTES LTDA

Ano 2018 Meses	Receita Fat Bruto	Imp.Devido Vlr.Histórico	Imp.Pago Vlr.Histórico	Imp.a Pagar Vlr.Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado
Janeiro	7.004,96	186,90	-	186,90	193,55	6,65	27,10	220,65
Fevereiro	4.711,97	132,55	-	132,55	137,27	4,72	17,84	155,11
Março	4.356,11	115,77	-	115,77	119,89	4,12	14,39	134,28
Abril	4.518,54	128,23	-	128,23	132,79	4,56	14,61	147,40
Mai	4.786,03	133,37	-	133,37	138,12	4,75	13,81	151,93
Junho	4.613,75	127,83	-	127,83	132,38	4,55	11,91	144,29
Julho	7.045,63	253,32	-	253,32	262,34	9,02	20,99	283,32
Agosto	7.207,89	228,40	-	228,40	236,53	8,13	16,56	253,09
Setembro	8.333,70	225,17	-	225,17	233,19	8,02	13,99	247,18
Outubro	8.700,38	284,44	-	284,44	294,57	10,13	14,73	309,29
Total	61.278,96	1.815,98	-	1.815,98	1.880,63	64,65	165,93	2.046,55

Patrícia Dias
Auditora Fiscal Tributária
Matrícula nº 21554-6

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 358/2018

Publicação Nº 1970338

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA DIRETORIA DE RECEITA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
--	--

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 358/2018**CONTRIBUINTE : RAIZES CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA****ENDEREÇO: RUA GUSTAVO SALINGER, 133 - SALTO****Nº INSCRIÇÃO: 86.937****CNPJ.: 03.519.916/0001-40****Processo Fiscal: 378/2018****Sócios: RICARDO BLEIL**

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou

b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:	
Base de Cálculo	281.669,02
Imposto a Recolher	10.417,46
Atualização Monetária	453,02
Juros de Mora	1.497,01
Multa p/ infração	5.435,24
Total Geral	17.802,73

DESCRIÇÃO DOS FATOS:

1)Período Notificado: 11/2017, 12/2017; 01/2018 a 08/2018

2)Documentos examinados:Notas Fiscais recebidas (Notablu).

3)Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1)Tomou serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item: 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

3.2)Em 23/10/2018 emitida a Intimação Fiscal nº 192/2018 ao contribuinte para apresentação dos comprovantes de pagamento do ISSQN (RETIDO) concernente aos Serviços Tomados, conforme Notas Fiscais recebidas no Notablu (período acima descrito). Contribuinte recebeu a Intimação no seu endereço cadastral em 26/10/2018, porém, não respondeu a Intimação. Diante do exposto, emitida a Notificação Fiscal nº 358/2018 e enviada ao endereço cadastral do contribuinte, sito à rua Gustavo Salinger, nº 133 - Salto; porém, a referida Notificação retornou à Prefeitura com a informação "ausente após 3 (três) tentativas".

3.2.1)Não obtendo êxito em localizar o contribuinte, enviou-se a Notificação para publicação em edital no Boletim Oficial do Município de Blumenau, conforme Art. 153, III, LC 632/2007.

3.3)Deixou de recolher o ISSQN devido, referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

4)A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

4.1)Soma dos valores dos serviços tomados, conforme lançamentos Notas Fiscais no Notablu (período acima descrito).

5)CÁLCULO DO VALOR A PAGAR:

5.1)Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 2 %, 2,79%, 3,57%, 3,84% conforme Tabela Simples Nacional.

a)Atualização monetária:

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013.
- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014.
- A partir de 2016 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10820/2015.
- A partir de 2017 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11146/2016.
- A partir de 2018 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11580/2017.
- A partir de 2019 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 12030/2018.

b)Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.2)Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6)Observações:

6.1)Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2)Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável

ou judicial.

6.3) Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4) Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

6.5) A presente Notificação não inibe a fiscalização referente ao mesmo período.

Patrícia Dias

Auditora Fiscal Tributária

Matrícula nº 21554-6

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO

MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 358/2018 – RAIZES CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Ano 2017	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Novembro	55.318,78	1.664,72	-	1.664,72	1.757,46	92,74	281,19	2.038,66
Dezembro	66.020,85	2.421,13	-	2.421,13	2.556,02	134,89	383,40	2.939,42
Total	121.339,63	4.085,85	-	4.085,85	4.313,48	227,63	664,60	4.978,08

Ano 2018	Receita	Imp.Devido	Imp.Pago	Imp.a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Janeiro	71.726,25	2.657,43	-	2.657,43	2.752,03	94,60	385,28	3.137,31
Fevereiro	47.797,90	2.109,29	-	2.109,29	2.184,38	75,09	283,97	2.468,35
Março	11.135,25	402,39	-	402,39	416,71	14,32	50,01	466,72
Abril	7.119,19	355,96	-	355,96	368,63	12,67	40,55	409,18
Maior	8.425,88	300,80	-	300,80	311,51	10,71	31,15	342,66
Junho	5.411,98	194,69	-	194,69	201,62	6,93	18,15	219,77
Julho	2.055,94	73,40	-	73,40	76,01	2,61	6,08	82,09
Agosto	6.657,00	237,65	-	237,65	246,11	8,46	17,23	263,34
Total	160.329,39	6.331,61	-	6.331,61	6.557,00	225,39	832,41	7.389,42

Patrícia Dias

Auditora Fiscal Tributária

Matrícula nº 21554-6

INTIMAÇÃO Nº 23/2019

Publicação Nº 1970344

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA
Gerência de Fiscalização Tributária

INTIMAÇÃO Nº 23/2019

INTIMADO : KOCH REPRESENTAÇÕES EIRELI

CNPJ : 09.099.705/0001-82

Assunto : Processo nº 2018/416 – Lançamento de ISS/Nota Blu

Histórico : Aberto o processo para regularização de ISS nº 2018/416, expediu-se a INTIMAÇÃO nº 126/2018, a ser entregue no endereço indicado como sede da empresa.

No dia 22/11/2018, diligenciou-se no endereço citado nos documentos legais da empresa sito a Rua Americana, 44 – Bairro Passo Manso, em Blumenau/SC, sem êxito, sem morador para prestar informações.

Em contato com a contabilidade da empresa "Vitam Serviços Contábeis", recebeu a intimação a fim de entrar em contato com a sócia da empresa no dia 07/12/2018.

Em 10/12/2018, a sócia Angela Maria Koch entrou em contato via e-mail solicitando informações, a qual respondi em 11/12/2018. Depois dessa data, não houve mais contato.

Expediu-se nova intimação de nº 23/2019, e enviada pelo correio com Aviso de Recebimento nº JT 66996660 2 BR, para o endereço residencial, da sócia, conforme consta na 3ª Alteração Contratual de 07/03/2018, sito Rua Marie Nader Calfat, 270 – apto. 32 – Jardim Ampliação em São Paulo/SP que foi recebida em 14/03/2019 e para o endereço da empresa Rua Americana, 44, lote 55, bairro Passo Manso em Blumenau/SC, com Aviso de Recebimento nº JT 66996661 6 BR recebida em 13/03/2019.

Com fundamento no Artigo 153, III da Lei Complementar Municipal 632/2007, fica desta forma, a parte cientificada que foi iniciado o processo nº 2018/416-Imposto sobre Serviços –Lançamento ISS/Nota Blu, através da intimação nº 23/2019.

Conforme o Art. 139-A da LC 632/2007 - Código Tributário Municipal, lavra-se a INTIMAÇÃO nº 23/2019, com a finalidade de regularizar pendências de ISSQN constante no sistema Nota Blu, referente as notas fiscais de serviços eletrônicas, emitidas no período 04/2014 à 02/2019.

A não regularização do ISSQN no prazo, assinalado pela lei constitui infração punível com multa de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado do imposto, nos termos dos artigos 82 e 305 também da LC 632/2007.

A citação considerar-se-á feita, 15 dias após a data da efetiva circulação do boletim Oficial do Município, conforme inciso III, § 2º do artigo 153 da LCM 632/2007.

Agente Fiscal : Angélica Maria Bachmann - Matrícula 21573-2

PORTARIA Nº 03/2019 - SEDECI

Publicação Nº 1970350

PORTARIA Nº. 03, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

DESIGNA SERVIDORA PARA COMPOR, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO, O CARGO DE COORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES EM DEFESA CIVIL, DA DIRETORIA DE DEFESA CIVIL.

CARLOS OLIMPIO MENESTRINA, Secretário Municipal de Defesa do Cidadão, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, inciso II, o art. 63, caput, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, o art. 42 da Lei Complementar n. 870 de 01/01/2013 e em atenção ao que preleciona o parágrafo 2º, do art. 2 da Lei Complementar n. 770 de 09/09/2010, resolve:

Art. 1º. DESIGNAR, a servidora abaixo indicada, no âmbito da Secretaria de Defesa do Cidadão, na função que segue:

VANUSA NOWASKY, no Cargo de Coordenação de Operações em Defesa Civil, da Gerência de Fiscalização e Investigação de Áreas de Risco da Diretoria de Defesa Civil, cumulativamente com as funções que já exerce, junto ao Programa Defesa Civil na Escola e Agente Mirim de Defesa Civil.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de abril de 2019.

CEL BM RR CARLOS OLIMPIO MENESTRINA
Secretário Municipal de Defesa do Cidadão

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2018

Publicação Nº 1970393

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A.

OBJETO: PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE CONECTIVIDADE IP DEDICADO À REDE INTERNET MUNDIAL, SUPORTANDO APLICAÇÕES TCP/IP, COM GARANTIA DE 100% DA BANDA CONTRATADA, SEGURANÇA CONTRA ATAQUES DE DDOS (DISTRIBUTED DENYOF SERVICE), INCLUINDO INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DEMAIS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DA SOLUÇÃO.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 163/2017.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 05 de março de 2019 até 04 de março de 2020.

PREÇO: Renova o valor do contrato que se mantém em R\$ 112.800,00 (cento e doze mil e oitocentos reais).

DATA: 20 de fevereiro de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2017

Publicação Nº 1970397

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO PARQUE VILA GERMÂNICA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 004/2017.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 28 de abril de 2019 até 27 de abril de 2020.

PREÇO: Renova o valor do contrato, que se mantém em R\$ 275.241,36 (duzentos e setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos) para o período prorrogado.

DATA: 25 de março de 2019.

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 069/2015

Publicação Nº 1970399

EXTRATO – 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 069/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ORCALI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA

OBJETO: SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA, NAS DEPENDÊNCIAS DE UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-041/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 13 de março de 2019 até 12 de março de 2020.

PREÇO: Renova o valor do contrato que se mantém R\$ 662.417,72 (seiscentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e dezessete reais e setenta e dois centavos).

DATA: 05 de fevereiro de 2019.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 081/2018

Publicação Nº 1970403

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 081/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA PROGRESSO AMBIENTAL LTDA EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO ASFÁLTICA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-001/2018.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 846.548,33 (oitocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 4.232.741,63 (quatro milhões, duzentos e trinta e dois mil, setecentos e quarenta e um reais e sessenta e três centavos).

DATA: 26 de março de 2019.

EXTRATO 15º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2015

Publicação Nº 1970580

EXTRATO – 15º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 139/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - HOSPITAL SANTA ISABEL.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL, SIA (URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, DIAGNÓSTICOS E TRATAMENTO), PARA INTERNAÇÕES HOSPITALARES – SIH.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-63/2015.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 1.035.000,00 (um milhão, trinta e cinco mil reais).

DATA: 18 de fevereiro de 2019.

EXTRATO 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2013

Publicação Nº 1970586

EXTRATO – 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 169/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA CRIAÇÃO PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA (LOTE I).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-008/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência em caráter excepcional, por mais 120 (cento e vinte) dias, ou seja, de 26 de março de 2019 até 23 de julho de 2019 ou até que se homologue nova licitação.

PREÇO: Renova o valor estimado do contrato, proporcional ao período prorrogado, em R\$ 1.479.452,05 (um milhão, quatrocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e cinco centavos).

DATA: 26 de março de 2019.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 170/2013

Publicação Nº 1970588

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 170/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA CRIAÇÃO PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-008/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência em caráter excepcional por mais 120 (cento e vinte) dias, ou seja, de 26 de março de 2019 até 23 de julho de 2019 ou até que se homologue nova licitação.

PREÇO: Renova o valor estimado do contrato, proporcional ao período prorrogado, em R\$ 364.931,50 (trezentos e sessenta e quatro mil, novecentos e trinta e um reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica acordado pelas partes que, caso a CONTRATADA não apresente, formalmente, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data das assinaturas do presente instrumento, nos autos do processo de Concorrência nº. 03-008/2013, sua certidão negativa de débito (CND), ou positiva com efeito de negativa, federal, o presente contrato estará automaticamente rescindido

DATA: 26 de março de 2019.

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2013

Publicação Nº 1970591

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 171/2013

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-008/2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual em caráter excepcional por mais 120 (cento e vinte) dias, ou seja, de 26 de março de 2019 até 23 de julho de 2019 ou até que se homologue nova licitação.

PREÇO: Renova o valor estimado do contrato, proporcional ao período prorrogado, em R\$ 305.753,42 (trezentos e cinco mil, setecentos e cinquenta e três reais e quarenta e dois centavos).

DATA: 26 de março de 2019.

EXTRATO 22º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 255/2015

Publicação Nº 1970592

EXTRATO – 22º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 255/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL (RCF), APP E CASCO PARA FROTA DE VEÍCULOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 069/2015.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 10.413,82 (dez mil, quatrocentos e treze reais e oitenta e dois centavos) em decorrência da inclusão dos seguintes veículos: I. Mercedes Benz Sprinter - Placas QJU 0858 (SEMUS); II. Mercedes Benz Sprinter - Placas QJU 0878 (SEMUS); Pará-grafo único: Após a inclusão dos veículos, o valor do contrato totaliza-se em R\$ 213.015,59 (duzentos e treze mil, quinze reais e cinquenta e nove centavos).

DATA: 18 de fevereiro de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 275/2016

Publicação Nº 1970595

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 275/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NA RUA RIO BONITO (BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL) – LOTE 01.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-013/2016.

PRAZO: Prorroga por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 17 de dezembro de 2018 até 16 de junho de 2019.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 72.482,07 (setenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e sete centavos) e acrescentando a quantia de R\$ 43.612,26 (quarenta e três mil, seiscentos e doze reais e vinte e seis centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 462.122,26 (quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e vinte e dois reais e vinte e seis centavos).

DATA: 25 de março 2019.

EXTRATO Nº 079/2019 - FURB

Publicação Nº 1970601

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 079/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

Prof. Paulo Ricardo Rodrigues Abreu

OBJETO: contratação de professor para ministrar o Curso de Curta duração Intitulado "Prática de Cálculos Trabalhistas", promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 061/2019 e Contrato nº 048/2019 firmado em 01 de março de 2019.

PREÇO: Pelo objeto, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 1.539,69 (um mil quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 061/2019, especialmente quanto a Proposta de folhas 13 que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
1	38037	1	valor	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Curso: Prática de Cálculos Trabalhistas Nível: Curta Duração Disciplina: Prática de Cálculos Trabalhistas Carga Horária: 13hs Modalidade: Presencial	R\$ 1.539,69
Preço Total (em R\$)				R\$ 1.539,69	
Preço Total (em reais, por extenso)				(um mil quinhentos e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos)	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 02/04/2019.

EXTRATO Nº 125/2019 - FURB

Publicação Nº 1970602

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 125/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

RODRIGO ALVES GONZAGA

ADITIVO DE SUPRESSÃO

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 033/2019

OBJETO: Contratação de profissionais para ministrar aulas no curso sequencial de Gastronomia – período Matutino, Vespertino e Noturno, promovido pelo Instituto FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº. 049/2019 e Contrato nº 033/2019 firmado em 28 de fevereiro de 2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica o valor contratual suprimido em R\$ 12.760,21 (doze mil, setecentos e sessenta reais e vinte e um centavos), equivalente a 30,958% (trinta vírgula nove cinco oito por cento) a menor do valor contratual total.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 033/2019 que não colidirem com o presente documento.

DATA: 02 de abril de 2019.

EXTRATO Nº 139/2019 - FURB

Publicação Nº 1970604

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 139/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

IMPACTA SOLUÇÕES WEB LTDA ME

OBJETO: Pelo presente e na melhor forma de direito a CONTRATADA/ LICENCIANTE compromete-se a ceder ao Cliente, ora CONTRATANTE/ LICENCIADO, em caráter oneroso, o direito de uso do Software ProSeleta, que constitui uma ferramenta de Gestão de Processos Seletivos, Concursos, Vestibulares, com plano escolhido conforme proposta comercial apresentada pela CONTRATADA/ LICITANTE às folhas 20 a 2.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 042/2019 e Contrato nº 051/2019 firmado em 15 de março de 2019.

PREÇO: A CONTRATANTE/ LICENCIADA pagará a CONTRATADA/ LICENCIANTE o valor do respectivo plano escolhido de acordo com a periodicidade definida entre as opções de pagamento disponibilizadas a CONTRATANTE/LICENCIADO através de sua Proposta Comercial, constante das folhas 20 e 21 do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 042/2019.

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor unitário (em R\$)	Valor Total do Item (em R\$)
1	Despesa mensal com licença de uso da infraestrutura do Software ProSeleta; mensalidade por licença de uso e suporte do software.	Mensal	12	199,90	2.398,80
2	Licença de uso por inscrição confirmada do software limitada a 20.000 inscrições por ano.	Unidade	20.000	1,50	30.000,00
3	Despesa com pagamento do valor-hora para customização do software, valor base para serviços de customizações durante a execução contratual, até o limite de 180 horas, solicitadas conforme demanda.	Hora	180	110,00	19.800,00
Valor total estimado (em R\$ e por extenso)		52.198,80 (cinquenta e dois mil, cento e noventa e oito mil e oitenta centavos)			

PAGAMENTO A CONTRATANTE/ LICENCIADA pagará a CONTRATADA/ LICENCIANTE o valor do respectivo plano escolhido de acordo com a periodicidade definida entre as opções de pagamento disponibilizadas a CONTRATANTE/LICENCIADO através de sua Proposta Comercial, constante das folhas 20 e 21 do processo de Inexigibilidade de Licitação nº 042/2019.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato de concessão de uso entra em vigor a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, até o máximo de 60 (sessenta) meses, conforme Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 042/2019, cuja proposta comercial, constante das folhas 20 e 21 passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição.

DATA: 01/04/2019.

PORTARIA Nº 059/2019 - SETERB

Publicação Nº 1970606

PORTARIA Nº. 059/2019

TORNA SEM EFEITO A PORTARIA Nº. 149/2017.

MARCELO SCHRUBBE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

TORNAR SEM EFEITO

a Portaria nº. 149/2017, que concedeu a conversão de licença-prêmio parcial de 1/3 (60 dias) em pecúnia para o servidor ZAIR DE SOUZA, matrícula nº. 346, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, referente ao decênio 2006/2016.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 27 de março de 2019.

MARCELO SCHRUBBE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 060/2019 - SETERB

Publicação Nº 1970608

PORTARIA Nº. 060/2019

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL (1/3) A SERVIDOR AUTÁRQUICO MUNICIPAL.

MARCELO SCHRUBBE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO

com a conversão em pecúnia parcial de 1/3 (60 dias) em pecúnia ao servidor ZAIR DE SOUZA, matrícula nº. 346, ocupante do cargo de Guarda de Trânsito, referente ao decênio 2006/2016, nos termos do processo administrativo nº 052 de 22.03.2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 27 de março de 2019.

MARCELO SCHRUBBE

Diretor Presidente - SETERB

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019

Publicação Nº 1970519

PROCESSO:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019.

CAUSA ENSEJADORA DA DISPENSA:

Artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

OBJETO DO CONTRATO:

Implantação, licença de uso e suporte técnico do sistema "Secullum 4 + Web Nuvem".

CONTRATADA:

Ernando Sistemas de Informática Ltda./Nome de fantasia: Serviponto Automação.

CNPJ/MF DA CONTRATADA:

00.269.473/0001-99.

ENDEREÇO DA CONTRATADA:

Rua João da Silva, 63, bairro Valparaíso, CEP 89.023-250 - Blumenau/SC.

VIGÊNCIA DO CONTRATO:

12 (doze) meses, a contar da assinatura.

VALOR ESTIMADO PARA 12 (DOZE) MESES:

R\$ 1.185,20 (hum mil cento e oitenta e cinco reais e vinte centavos), pagos em parcelas trimestrais e sucessivas de R\$ 296,30 (duzentos e noventa e seis reais e trinta centavos), com primeiro vencimento em 11/05/19.

BLUMENAU, 11 de março de 2019.

Bom Jardim da Serra**PREFEITURA****HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019**

Publicação Nº 1969821

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019
HOMOLOGAÇÃO AS INSCRIÇÕES**

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA faz saber a quem possa interessar a publicação da HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019, conforme segue:

Agente Comunitário de Saúde – Altos de Baixo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440395	02/06/1995	Ana Paula Santos	4419383
1437926	23/01/1995	Debora Da Silva Anhaia	5903083
1439963	04/07/1986	Marcelina Cascaes Velho	4178273
1439592	24/07/1988	Marinelsi De Assuncao	55382452

Agente Comunitário de Saúde – Capão Rico

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440416	07/12/1999	Natalia Da Silva Borges	5682982

Agente Comunitário de Saúde – Centro

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1439915	20/01/2000	Bruna Rodrigues	5682990
1437336	07/12/1993	Karine Alves	5266181
1440045	04/06/1986	Marco Aurelio Oliveira	4300646
1440021	11/06/1991	Priscila Batista Rodrigues	4300973

Agente Comunitário de Saúde – Cohab

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440325	16/03/1986	Daniela Padilha Belcamino	6843277
1438332	05/05/1994	Daniele Velho Da Silva	4178708
1440208	04/10/2000	Vitoria Velho Borges	5682519

Agente Comunitário de Saúde – Fundo da Pitiça

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1438627	07/04/1994	Ana Paula Fernandes	53495942
1437245	16/08/1991	Erica Venina Luz Antunes	5266513

Agente Comunitário de Saúde – Rabungo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1438972	02/12/1992	Andrei Davi Topanoti	4669255

Agente Comunitário de Saúde – Rio Capivaras

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1439973	03/11/1975	Andreia Sonine Albino Pereira Carvalho	37061747
1438831	19/09/1999	Sergio Felipe Silva Rodrigues	5682624
1439934	28/07/1995	Taila Da Silva	504221

Agente Comunitário de Saúde – Santa Bárbara

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440408	04/02/1987	Josemar Fernando Damaceno	1108791441

Agente Comunitário de Saúde – Vista Alegre

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1437823	11/05/1998	Caroline Cassao Medeiros	7495281
1439188	10/07/1995	Caroline Borges Miotto	5266906
1440315	14/12/1990	Francisco Candido Da Silva Neto	4419391

Agente da Defesa Civil e Salvamento*

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1435142	16/12/1982	Adriano Batista Pereira	3926939
1435618	14/11/1980	Adriano Damaceno	3794804
1437685	01/11/1986	Anderson Pierre Da Rosa	4178501
1435137	28/02/1995	Daiane Matos Henrique	5409361
1435692	07/10/1982	Danilo Oliveira Flores	4300298
1439351	21/04/1994	Dionatan Rodrigues	5042066
1436911	18/03/1984	Gilmar Goedert Junior	4117657
1436848	03/11/1987	Hercilio Carvalho	4300876
1437693	20/08/1980	Joao Cristiano Pereira Rodrigues	3783236
1439823	26/05/1986	Juliano Cardoso Machado	4300667
1440405	23/02/1980	Leandro Valente	4178467
1438057	15/03/1979	Maria Delzira Da Silva	3926497
1435516	03/12/1994	Pablo Anselmo Amaral	4955440
1438273	18/06/1984	Renan Andre Badiale	4300124
1435248	18/05/1991	Rodrigo De Lima Gomes	4178683
1439979	06/05/1989	Silvana Machado Da Silva	41802683
1438593	06/12/1993	Sonia Mara Guedes	5682973

Agente de Serviços Gerais (Feminino)

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1437339	26/01/1994	Caroline Pereira	5266834
1440188	23/09/1991	Claudia Aparecida Dasilva	5409393
1437671	13/03/1975	Clenir Terezinha De Oliveira	4419746
1437554	22/01/1995	Daniela De Almeida Rodrigues	5266788
1439729	22/04/1976	Edna Aparecida Da Rosa	4841024
1438875	22/11/1991	Fernanda Moraes Goncalves	4669088
1439041	12/05/1988	Gisele Madeira Arruda	54090962
1437869	01/01/1968	Ilda Do Carmo Borges	2186426
1439284	12/02/1979	Ivanir Goncalves Padilha	4955078
1439939	29/03/1969	Ivonete Da Silva Borges	2.827.103
1439619	24/09/1994	Jaine Aparecida Oliveira	4955219
1435425	24/08/1971	Maria Albertina De Oliveira	62155589
1437248	10/12/1960	Maria Lenita Elias	3662840
1439940	23/11/1971	Maria Rosimara Da Silva	2896276
1437932	16/08/1978	Priscila Silva Dos Santos Monteiro	356325490
1438513	30/07/1966	Rosimar da Silva	3926912
1438543	31/10/1975	Silvana De Souza	4955213
1438032	03/11/1993	Tamires Aparecida Da Silva	5042651

Agente de Serviços Gerais (Masculino)

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1439955	31/10/2000	Douglas Vieira Rodrigues	5903351
1438597	02/06/1955	Emir Jose Pereira	1287615
1440014	15/09/1961	Joaquim Ramos	5682706
1440063	20/08/1974	Loreni Gomes Da Silva	3374404
1437656	02/03/2000	Luiz Gustavo Neves	5682967
1438936	26/09/1961	Sebastiao Osni Correa Ribeiro	1750782

1439590	21/05/1997	Tallys Adriano Madeira	5682574
1435391	25/08/1989	Wladimir Nordi	4955413

Agentes de Compras e Cadastro

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440338	04/10/1990	Renata Vicente Dos Santos	5349605

Analista de Controle Interno

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1437112	29/11/1988	Aline Pereira Zomer	5401301
1437866	23/06/1989	Bruna Macedo Olimpio	5635227
1438276	24/02/1963	Clenio Jose Ricken	1742321
1438227	25/02/1987	Debora Zermiani	4311082
1438701	23/07/1960	Eugenio Salomao Richard Camara	6060
1437994	15/11/1979	Patricia Camilo Heidmann	39433420

Analista em Licitação e Contratos

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1435847	13/11/1992	Amir Lopes Martins Junior	86223392
1436544	30/05/1993	Ana Carla Da Silva	5360763
1440035	09/09/1987	Edenilso Torres Zanon	52468348
1436537	24/03/1990	Felipe Ghedin Da Silva	4809262
1437607	07/11/1989	Leandro Stangherlin	4763665
1437619	18/02/1991	Melissa Rodrigues	5658688
1439364	05/03/1992	Michel Silveira Pereira	4472913
1440263	06/02/1985	Ramon Fernandes Luiz	4678998
1438270	03/07/1995	Raphaella Simao Ricken	5265773
1438508	13/04/1995	Soraia Brolese	6159716

Analista em Recursos Humanos

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1437863	14/10/1989	Amanda Guedes Costa	4149217
1437588	16/11/1996	Amanda Mendes Danielski Fernandes	5911230
1440318	07/08/1991	Andre Mazuco Costa	4300736
1440327	13/07/1994	Leonardo Mazuco	5487675

Arquiteto

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1437815	30/06/1984	Ada Giovana Fornari	3717869
1439215	24/01/1975	Alexandre De Souza Teixeira	2469627
1437954	24/06/1986	Aline De Castro Canela	1836345
1440264	01/02/1995	Ana Maria Duarte Althoff Luzardo	5499704
1438575	31/07/1994	Annelise Echelmeier Nascimento	124562953
1438422	20/11/1986	Bruna Ramos Heinzen	324203330
1439997	05/08/1993	Danielle Maccari Cittadin	5592708
1439586	04/08/1993	Debora Pereira Davila	5404339
1439984	20/07/1990	Diego Andrade Ribeiro	5682901
1439811	18/11/1991	Eduardo Feitosa Dantas	4190375
1438257	16/05/1989	Eduardo Piovesan	4144414
1436882	02/06/1995	Gabriela Nairane Da Silva	8104350254
1439520	02/05/1992	Izabel Cristina Wagner	130501141
1440292	17/06/1991	Jefferson Antunes Da Cunha	5100045
1440144	01/09/1994	Julia Da Rosa Goncalves	6212221
1439889	01/08/1985	Laurence De Castro Acosta	5692160

1439447	01/07/1986	Marcia Regina Reczek Smaniotto	4325152
1438444	16/01/1993	Matheus Henrique Borges De Lima	13283816
1435129	27/01/1993	Patricia Saccon Machado	4669758
1440197	30/12/1972	Paulo Roberto Queiroz Araujo	1031873746
1436552	18/10/1992	Raiana Ralita Ruaro Tavares	92005720
1440145	18/07/1991	Renan Augusto Socha	5680740
1440364	14/04/1994	Thais Cargnelutti	1105537474
1438149	25/06/1990	Thalita Andrekowisk Pereira	001124039
1437640	24/11/1993	Ulisses Mondardo	5984065
1438856	06/05/1995	Vanessa Lazzarotto	2102025811

Assistente Social

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440079	23/05/1971	Helena Goreti De Oliveira Medeiros	2899845
1439831	14/10/1972	Maria Idaci Da Silva	3040560
1439977	11/02/1977	Marinalda De Fatima Pereira	3399636

Auditor Contábil

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1436961	07/01/1986	Jonas Policarpo	4923822

Auxiliar de Contabilidade

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1438376	09/12/2000	Danilo De Assuncao	7159491
1439953	18/04/1980	Ivanise Nunes	3582353
1438632	25/06/1996	Jaqueline Fernandes	7273088

Carpinteiro

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1435103	13/05/1955	Jose Carlos Lucio	474038

Contador

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440380	15/11/1990	Jessica Pacheco	54141133
1436547	28/03/1975	Otavio Augusto Mariano Meneguela	272778448

Enfermeiro Padrão

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1436832	20/06/1995	Francieli Goulart Da Rosa	6244738
1435060	13/12/1994	Gabriela Luis De Moraes	5298141
1435492	15/11/1975	Patricia Ramos De Oliveira	265251382

Engenheiro Agrônomo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1436301	06/12/1978	Adriano Da Silva Bem	3523168
1439427	24/11/1994	Henrique Proenca Cardoso	5042145
1436202	14/01/1993	Jaqueline Padilha Cassao	5682696
1438991	28/08/1995	Larissa Costa Melo	6304331
1438261	20/03/1993	Marlon Henrique Hahn	99434996
1439360	09/05/1985	Rafael Sagmeister	3093556433
1438530	29/09/1994	Rubens Macieski Pahohek	6212135

Engenheiro Civil

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1439348	11/07/1987	Alexandre De Moraes	4370721
1438464	25/06/1985	Ana Paula Ribeiro Ichtchuk	3622029

1437224	16/04/1996	Anderson Dos Santos Ferreira	5830940
1439634	01/01/1990	Anterio Ronei Coelho Rocha	4795634
1436004	12/01/1990	Barbara Griebel	4097176251
1437050	03/01/1995	Bruno Henrique Jagusewski Moraes	5903805
1439507	18/08/1989	Cesar Augusto Molinett	8306824
1437507	29/11/1984	Daiana Perfoli	4229657
1438048	18/09/1995	Eduardo Fernandes Da Luz	5209623
1439179	30/01/1993	Eduardo Spessatto	5718447
1437905	20/02/1995	Fernanda De Bona Sartor	5971837
1439483	02/06/1956	Genesio Silveira De Souza	395469
1438200	12/01/1992	Gilberto Antonio Fiorin Filho	5659484
1438046	23/06/1993	Guilherme Henrique Cardoso De Souza	4837544
1440391	04/08/1985	Jose Leonardo Leite	88417380
1440445	02/08/1996	Karoline Krause De Lima	126295952
1437295	21/05/1995	Larissa Pelegrini De Marco	5410840
1440422	27/03/1991	Luan Zehnder	5446535
1439878	30/07/1994	Lucas Sandi	6260676
1437053	28/10/1994	Manuela Ramiro De Souza	5272386
1440360	31/05/1990	Marcelo Posser	4075300113
1437928	07/10/1992	Nathalia Virginia Cordeiro	124665612
1438158	02/08/1991	Nelson Oliveira Do Nascimento Filho	001807818
1437263	14/05/1993	Nicolas Negri	5972191
1437373	06/02/1997	Nicole Pastorello Lourenco De Lima	4113331203
1440140	16/04/1987	Pedro Antonio Stotz Da Silva	5047238
1438224	21/09/1995	Pedro Porton De Carvalho	5806633
1440376	29/05/1989	Simiel Cordova Nunes	4419847
1437444	04/07/1996	Tainara Mazon Vieira	6285879
1440414	11/11/1996	Vinicius Freitas Martins	6430977
1436621	23/11/1985	Volnei Leite Da Silva	4168028
1440275	11/02/1995	William Berto De Souza	6490058

Farmacêutico

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1436739	31/07/1983	Fabiola Malaga Barreto	84852260
1439529	07/05/1993	Jailson Rodrigues	6731072
1436596	17/05/1987	Marivania Conte	3995830
1437876	30/08/1989	Pauline Girardi Padilha	4300698

Fiscal de Tributos

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1438114	30/11/1994	Adriano Margheti Rinaldi	6337096
1440409	30/11/1995	Boanerges Vieira De Medeiros Junior	5396008
1440116	10/03/1998	Carlos Eduardo De Lima	6525507
1437104	26/03/1991	Jessica Batista Dos Santos	128393650
1439698	25/06/1987	Leticia Edwrigens Josefe Ferreira	2020974
1438571	17/04/1990	Monaliza Carlin Soares	5451635
1439987	31/01/1996	Natalia De Sousa Macedo	0407922620104
1436738	21/01/1992	Rogério Sales	5476392
1436314	03/12/1992	Thais Sobrado	5080276

Fisioterapeuta 40h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1439710	20/02/1993	Joao Guilherme Alves Da Silveira	5963137

Inspetor Sanitário Municipal

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440297	07/12/1995	Anita Ramos Zandonadi	5042646
1439334	26/05/1994	Bruna Zuchinali Da Silva	4955922
1439401	08/08/1961	Eliete Boccardi Da Silva	1964746
1439621	27/07/2000	Lilian Pereira Cechinel	5682346

Médico Clínico Geral

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1438939	10/06/1995	Marcos Medeiros Carvalho	4882373

Médico Ginecologista 20h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1437244	15/02/1982	Joana Barata Gomes	3799124

Médico PSF

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1438198	26/04/1992	Ester Borges Nunes	5229336
1440439	29/01/1937	Felisberto Mora	8133457302
1440402	25/01/1993	Fernanda Caroline Schirmer Viecili	9099623077
1438870	29/07/1985	Francisco De Assis Chaves Dias Junior	154456720008
1436267	04/11/1990	Gustavo Alvares Da Cunha	7096802637
1440110	03/04/1994	Jessica Barcellos Casagrande Jukoski	104704654
1440411	25/07/1992	Luan Pedro Santos Rocha	80974540
1439681	17/05/1993	Paulo Medeiros Carvalho	4882374
1436929	27/10/1987	Rafael Ferreira Da Silva Neto	1305186974
1439950	02/11/1990	Rigana Oliveira De Medeiros	4300691
1439801	25/03/1994	Rodolfo Dossin Damin	8094472654
1438638	04/01/1987	Sheyne Luiz Dos Santos	5295843
1438629	03/05/1996	Thayna Campos	5433166
1440300	03/06/1995	Vinicius Rosa Correia	5700269

Médico Veterinário

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1438568	23/02/1961	Ariosto Martins De Oliveira	725411
1439148	11/08/1991	Fernando Junior Rodrigues Madruga	4925678

Motorista Municipal (categoria B)

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440009	21/04/1964	Anselmo De Oliveira Melo	1755856
1439971	13/06/1990	Volnei Antonio Ramos De Lemos	6100531075

Motorista Municipal (categoria C)

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1439669	26/08/1989	Bruno Velho	4300359

Motorista Municipal (categoria D, transporte escolar)

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440040	23/11/1977	Edenir Salvador Pereira	3926589
1439968	19/11/1982	Gilberto Vieira Rodrigues	4300073

Motorista Municipal (categoria D, veículo de emergência)

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440351	23/09/1986	Charles Dion Pereira	4419943
1439853	26/08/1995	Julio Junior Dias	5682280

Nutricionista 20h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1439276	24/03/1987	Jordana Bento Scussel	5098867

Odontólogo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1439969	03/01/1976	Welen Frank Zanatta	57292563

Operador de Máquinas (escavadeira hidráulica)

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1437664	01/07/1983	Antonio Gonsales De Oliveira	4817370

Operador de Máquinas (motoniveladora)

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440388	31/07/1986	Andre De Souza	43009697

Orientador Educacional

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440288	02/12/1965	Rosimeri Aparecida De Lima Zandonadi De Carvalho	1439570

Orientador Social

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440149	01/04/1998	Carla Manuela Guizoni	6948049
1439588	04/11/1993	Layse Cassiane Resende Teixeira	7206169

Professor de Diversidade Cultural

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1438362	18/07/1969	Rosilene Borges Pereira	2786066

Professor de Informática

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1436906	06/03/1992	Almir Ricardo Pereira Da Costa	4300380

Professor de Música

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1438961	18/09/1959	Jose Itamor Caciatori	989591

Professor Municipal I 10h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440321	09/09/1998	Aliana Borges Da Silva	6122538934

Professor Municipal I 20h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440447	04/12/1966	Adriana Borges Haut	1757498
1439194	24/09/1998	Ana Julia Cassettari Dos Santos	5349533
1439693	22/02/1993	Bruna Da Silva	4955196
1439055	07/10/1991	Carla Dayane Cassol	5808905
1439054	07/11/1982	Daiana De Souza Amaral	4117699
1439578	06/01/1996	Daniela Valim Da Silva	5042643
1438526	14/11/1967	Edilamar Maria Cabral	2590951
1439174	02/01/1962	Elizete Das Gracias Rodrigues	1749114
1436438	04/12/1986	Fernanda Pereira Mattos	4300844
1440355	25/04/1990	Jaqueline Anastacio De Assuncao	4955293
1440015	06/05/1979	Joicemar Velho Padilha	3926690
1438614	14/08/1986	Laiane Aparecida Padilha Machado Melo	43003664

1439545	02/11/1979	Luciana Aparecida Dos Santos Rodrigues	3582348
1439290	19/12/1984	Luciana Rodrigues	4419876
1439873	05/05/1970	Maria De Lourdes Pereira Velho Borges	2598356
1436250	21/01/1986	Miriane De Souza Melo	5409255
1439538	10/04/1972	Nadir De Cassia Rodrigues	2598362
1435095	12/02/1985	Naiana Aparecida Bibiana	4300991
1439653	15/03/1959	Neusa Nair Vieira Rodrigues	2592174
1440150	07/08/1979	Regina Aparecida Rodrigues	3926500
1439513	14/07/1976	Rita De Cacia Pereira	63421200
1440230	25/08/1969	Silvia Maria Rodrigues	2898552

Professor Municipal I 40h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440029	26/10/1982	Francoise Aparecida Padilha	4669770
1435482	07/11/1983	Patricia Kuhlmann Branco	4099175
1438126	24/07/1977	Waleria Silva Oliveira Luz	3479189

Professor Municipal II Ciências 20h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1436859	17/05/1975	Almeri Macedo Ribeiro	3314779
1439445	08/10/1966	Lorena Aparecida Vieira Machado	1757505
1439870	19/09/1984	Tatiane Da Silva	4300671

Professor Municipal II Ciências 40h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1438798	02/03/1975	Alesandra Bez Birolo	3174450
1438111	03/05/1996	Fernanda Felisbino Ferreira Da Silva	130369090

Professor Municipal II Educação Física 10h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440280	07/07/1997	Robert Nivaldo Gamba Rodrigues	5409382

Professor Municipal II Educação Física 20h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1439664	07/10/1975	Aguinaldo Rael Pereira	3043550
1440216	18/04/1991	Andre Felipe Füsther Barth	4419373
1439303	18/07/1997	Ivan Carlos Dias Junior	5903322
1437625	08/04/1985	Juliano Correa Baldessar	4178008
1439274	30/12/1991	Lucas Barbosa Amaral	3769505

Professor Municipal II Geografia 20h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1439711	12/10/1965	Eleni Aparecida Padilha	1741235

Professor Municipal II História 40h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1436074	17/11/2000	Thuani Macedo Paim	3134570583

Professor Municipal II Língua Inglesa 20h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1439982	24/10/1995	Maiquieli Antunes Borges	5792724

Professor Municipal II Língua Portuguesa 40h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1438086	11/08/1997	Anayse Vieirapereira Macedo	6690205

1440194	07/09/1985	Priscila Costa	4300369
---------	------------	----------------	---------

Professor Municipal II Matemática 20h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1438572	10/08/1996	Gabriel Edmundo Badiale	5682632
1439656	09/01/1995	Taize De Souza Velho	5266554

Professor Municipal II Matemática 30h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1436391	25/11/1998	Maria Eduarda Da Rosa	6711812

Professor Municipal II Matemática 40h

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440385	23/12/1989	Emerson Costa Pereira	4396984
1439758	14/05/1990	Luan Rodrigues Zapellini	4300956

Psicólogo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1440231	02/05/1995	Juliana Cidade Soares	5042717
1437699	13/09/1993	Lizele Boeira Carlos	4111479202

Recepcionista de Gabinete

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1439431	22/07/2000	Richard Gabriel Fae Ximendes	3304320

Técnico Administrativo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1439600	28/07/1989	Alice Da Silva Valente	4178718
1438344	04/10/1976	Amaricelda Aparecida Fae De Souza	3304320
1437689	16/07/1999	Camila Da Rosa Machado	5682529
1439201	07/10/1981	Diana Barros Damasceno	583864739
1440443	01/03/1986	Francioise Teske Velho	4669388
1440371	27/05/1984	Geisebel De Souza Valente	4300662
1440381	26/02/1992	Gisele De Almeida	7094295
1440336	29/10/1996	Gislaine De Almeida	5042998
1439591	29/12/1991	Jadina Assuncao Da Silva	4669257
1438120	20/03/2000	Kelvin Rodrigues Machado	1348506
1439865	26/10/1993	Maiara Dde Souza	4669570
1437893	13/09/1993	Patricia De Souza Velho	5266662
1439660	06/07/1983	Rosimeri Damaceno	4300966
1440346	06/11/1994	Tayze Gamba	4955301

Técnico em Enfermagem

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1439687	12/09/1991	Juliet Dias	4472755
1440373	13/06/1966	Nanci Aparecida Da Silva Padilha	1966100
1440020	21/09/1969	Nedia Maria Vieira	2261273
1435392	27/06/1993	Talita Padilha Pereira	4955417

Técnico em Informática

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1437076	24/05/1985	Denison Santos Da Cruz	17159202
1437401	19/03/1996	Eduardo Boroski Vieira Dos Santos	4738720
1440166	30/07/1982	Francisco Carlos Mondadori Junior	45549087
1435607	30/08/1989	Jose De Lima De Souza	4419561
1438142	27/03/1990	Michel Manente Natal	5098396

Técnico para Diretoria da Educação

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1438640	03/07/1994	Bruna Pedroso Da Silva	81311951
1437817	22/06/1992	Tueli Fonseca Da Silva	5883275

Tratorista Agrícola

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	RG
1436177	16/01/1958	Antonio Clovis Batista	1283994

Bom Jardim da Serra (SC), 02 de abril de 2019.
Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Publicação Nº 1969818

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO

O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA faz saber a quem possa interessar a publicação do JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019, conforme segue:

Não houve interposição de recursos contra indeferimento de inscrição.

Bom Jardim da Serra (SC), 02 de abril de 2019.
Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal

Bom Jesus

PREFEITURA

MINUTAS DE CONTRATOS E ADITIVOS

Publicação Nº 1970561

Minuta:

Ata de Registro de Preços nº: 18/2019
I – Termo Aditivo – Reestabelecimento do Equilíbrio Econômico-Financeiro
Órgão Participante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS
Detentor da Ata: FILIPINI & CIA LTDA
CNPJ/MF nº 08.333.026/0001-63
Finalidade: Reestabelecimento do Equilíbrio Econômico-Financeiro
Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 1/2019 - P.P nº 1/2019
Foro: Comarca de Xanxerê.
Bom Jesus - SC, 18 de março de 2019.
RAFAEL CALZA
Prefeito Municipal

Minuta:

Contrato/FMS nº: 8/2019
Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS
Contratado: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA
CNPJ: 03.777.341/0103-90

Finalidade: CREDENCIAMENTO de Estabelecimentos Farmacêuticos, para fornecimento de medicamentos da tabela ABCFarma, com a concessão de descontos, pela Secretaria Municipal de Saúde, com entrega parcelada, durante o exercício de 2019.

Vinculação: Proc. Licitatório/FMS nº 5 /2019 - I.L/FMS nº 1/2019
Valor Total: R\$ 16.666,66 (dezesseis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 26 de março de 2019.

ADILVO PEDRO MOCELLIN
Gestor

Minuta:

Contrato/FMS nº: 9/2019
Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS
Contratado: LEDI & NETE FARMA LTDA
CNPJ: 22.201.978/0001-54

Finalidade: CREDENCIAMENTO de Estabelecimentos Farmacêuticos, para fornecimento de medicamentos da tabela ABCFarma, com a concessão de descontos, pela Secretaria Municipal de Saúde, com entrega parcelada, durante o exercício de 2019.

Vinculação: Proc. Licitatório/FMS nº 5 /2019 - I.L/FMS nº 1/2019
Valor Total: R\$ 16.666,66 (dezesseis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 26 de março de 2019.

ADILVO PEDRO MOCELLIN
Gestor

Minuta:

Contrato/FMS nº: 10/2019
Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS
Contratado: FARMÁCIA MENIN LTDA
CNPJ: 05.748.739/0001-08

Finalidade: CREDENCIAMENTO de Estabelecimentos Farmacêuticos, para fornecimento de medicamentos da tabela ABCFarma, com a concessão de descontos, pela Secretaria Municipal de Saúde, com entrega parcelada, durante o exercício de 2019.

Vinculação: Proc. Licitatório/FMS nº 5 /2019 - I.L/FMS nº 1/2019

Valor Total: R\$ 16.666,66 (dezesesseis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 26 de março de 2019.

ADILVO PEDRO MOCELLIN

Gestor

Minuta:

Contrato/FMS nº: 11/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: METALURGICA SANTINON LTDA

CNPJ: 10.740.807/0001-14

Finalidade: Prestação de serviços, com o fornecimento de material, para instalação e pintura de estrutura metálica com cobertura de alu-zinco em anexo à Unidade Básica de Saúde.

Vinculação: Proc. Licitatório/FMS nº 6/2019 – D.L./FMS nº 5/2019

Valor Total: R\$ 14.880,00 (quatorze mil oitocentos e oitenta reais)

Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 27 de março de 2019.

ADILVO PEDRO MOCELLIN

Gestor

Minuta:

Contrato nº: 16/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: SIDNEY LUIZ DEBASTIANI 53926552972

CNPJ nº 24.305.818/0001-80

Finalidade: Contratação de empresa para a prestação de serviços de regência de fanfarra com desenvolvimento de aulas e ensaios, bem como disponibilidade para atuar em eventos no município e região, vinculados a bandas e fanfarras, com carga horária de 3 horas semanais.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 25/2019 - P.P nº 12/2019

Valor Total: R\$ 9.495,00 (nove mil quatrocentos e noventa e cinco reais)

Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 29 de março de 2019.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

Minuta:

Contrato nº: 17/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: CONSTRUTORA OLIVEIRA LTDA

CNPJ nº 80.095.466/0001-57

Finalidade: Pavimentação asfáltica com c.b.u.q. sobre pedras poliédricas e demais complementos da rua valdemar silveira – trecho entre a avenida vergílio sabino da silva e rua manuel narciso e da rua manuel narciso – trecho entre a rua olívio rodigheri e rua francisco olinkiewiski – contrato de repasse ogu nº 866617/2018 – operação 1054694-19 – programa de planejamento urbano - implantação de pavimentação asfáltica em vias urbanas no município de bom jesus/sc.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 20/2019 - T.P nº 2/2019.

Valor Total: R\$ 239.657,98 (duzentos e trinta e nove mil seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa oito centavos)

Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 29 de março de 2019.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

Ata nº 30/2019

PROCESSO n. 17/2019

PREGÃO n.º 9/2019

Aos quatorze dias do mês de março do ano de 2019, autorizado pelo Processo nº 17/2019, Pregão Presencial nº 9/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: PRÉ MOLDADOS OESTE LTDA, CNPJ nº 07.445.385/0001-40, sediada na Rua Canela, nº 1644-Paralela a BR 282, Barracão 2, Bairro Industrial, no município Faxinal dos Guedes - SC, representado pela, Sra. Dulce Maria Wojeick portadora do CPF nº 433.247.709-04, RG nº 1.498.411, domiciliada na Rua Victor Konder, nº 1755, Bairro Primo tacca, no município de Xanxerê – SC, à saber:

0.1. Descrição dos Serviços:

Item	Quant	UnUnid. Unid	Descrição	Marca	Valor Uni.	Valor Total
12	2.000	Uni.	Bloco de concreto 14 cm x 19 cm x 39 cm vedação.	Pré – Moldados	2,50	5.000,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 9/2019.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial Nº 9/2019 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 9/2019.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 9/2019, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. Diego Marmentini Narciso, da Secretaria Obras, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Vilmar Piccini, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 3.232.657-2 e CPF sob o nº 949.163.149-72.

Bom Jesus - SC, 14 de março de 2019.
VILMAR PECCINI PRÉ MOLDADOS OESTE LTDA
Prefeito Municipal em Exercício CNPJ nº 07.445.385/0001-40
Órgão Participante Detentor da Ata

Testemunhas:

Rosane Siqueira Cleci Hochmann Narciso
CPF nº 015.656.939-65 CPF nº 833.004.819-53

Diego Marmentini Narciso
CPF nº 051.596.589-80
Fiscal da Ata

Ata nº 31/2019
PROCESSO n. 17/2019
PREGÃO n.º 9/2019

Aos quatorze dias do mês de março do ano de 2019, autorizado pelo Processo nº 17/2019, Pregão Presencial nº 9/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto

Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: BRITAXAN BRITAS E CONCRETOS LTDA, CNPJ nº 73.403.446/0001-30, sediada na Rodovia 282 Km 512, S/N, Linha São Paulo, no município Xanxerê - SC, representado pelo, Sr. Roberto Gallon, portador do CPF nº 436.992.869-91, RG nº 1239975, domiciliado na Rua Nereu Ramos, nº 27, Centro, no município de Xanxerê - SC, à saber:

0.1. Descrição dos Serviços:

Item	Quant	UnUnid. Unid	Descrição	Marca	Valor Uni.	Valor Total
7	50	M3	Brita nº 1	Britaxan	65,00	3.250,00
8	100	M3	Brita nº 2	Britaxan	69,00	6.900,00
9	50	M3	Brita nº 3	Britaxan	69,00	3.450,00
10	400	M3	Bica Corrida	Britaxan	56,00	22.400,00
11	100	M3	Pó de Brita	Britaxan	74,00	7.400,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 9/2019.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial Nº 9/2019 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 9/2019.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 9/2019, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. Diego Marmentini Narciso, da Secretaria Obras, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Vilmar Piccini, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 3.232.657-2 e CPF sob o nº 949.163.149-72. Bom Jesus - SC, 14 de março de 2019.

VILMAR PECCINI BRITAXAN BRITAS E CONCRETOS LTDA
Prefeito Municipal em Exercício CNPJ nº 73.403.446/0001-30
Órgão Participante Detentor da Ata

Testemunhas:

Rosane Siqueira Cleci Hochmann Narciso

CPF nº 015.656.939-65 CPF nº 833.004.819-53

Diego Marmentini Narciso
CPF nº 051.596.589-80
Fiscal da Ata

Ata nº 32/2019
PROCESSO n. 17/2019
PREGÃO n.º 9/2019

Aos quatorze dias do mês de março do ano de 2019, autorizado pelo Processo nº 17/2019, Pregão Presencial nº 9/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: FERNANDO ANTONIO TRENTIN, CNPJ nº 17.609.784/0001-52, sediada na Rua Enor Pazinato, nº 280, Bairro Industrial, no município de Ipuçu - SC, representado pelo, Sr. Fernando Antonio Trentin, portador do CPF nº 005.903.099-27, RG nº 3.581.036, domiciliado na Rua Migliorini, nº 300, Bairro Urbano, no município de Ipuçu - SC, à saber:

0.1. Descrição dos Serviços:

Item	Quant	Uni	Descrição	Marca	Valor Uni.	Valor Total
1	100	Uni	Tubo de Concreto 20 cm X 1mt X 4 cm	Ipuçu Tubos	18,00	1.800,00
2	100	Uni	Tubo de Concreto 30 cm X 1mt X 4,5 cm	Ipuçu Tubos	27,25	2.725,00
4	300	Uni	Tubo de Concreto 60 cm X 1mt X 7,5 cm	Ipuçu Tubos	65,05	19.515,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 9/2019.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial Nº 9/2019 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 9/2019.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 9/2019, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. Diego Marmentini Narciso, da Secretaria Obras, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Vilmar Piccini, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 3.232.657-2 e CPF sob o nº 949.163.149-72. Bom Jesus - SC, 14 de março de 2019.

VILMAR PECCINI FERNANDO ANTONIO TRENTIN
Prefeito Municipal em Exercício CNPJ nº 17.609.784/0001-52

Órgão Participante Detentor da Ata**Testemunhas:**

Rosane Siqueira Cleci Hochmann Narciso
CPF nº 015.656.939-65 CPF nº 833.004.819-53

Diego Marmentini Narciso
CPF nº 051.596.589-80
Fiscal da Ata

Ata nº 33/2019
PROCESSO n. 17/2019
PREGÃO n.º 9/2019

Aos quatorze dias do mês de março do ano de 2019, autorizado pelo Processo nº 17/2019, Pregão Presencial nº 9/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: A. PEREIRA TUBOS, CNPJ nº 29.713.770/0001-63, sediada na Rua Pagnoncelli, nº 1400, Bairro Centro, no município de Ipuacu - SC, representado pelo, Sr. Enio Luiz Aiolfi, portador do CPF nº 907.720.759-72, RG nº 3.232.023, domiciliado na Rua Pagnoncelli, nº 630, Bairro Centro, no município de Ipuacu - SC), à saber:

0.1. Descrição dos Serviços:

Item	Quant	UnUnid. Unid	Descrição	Marca	Valor Uni.	Valor Total
3	200	Uni	Tubo de Concreto 40 cm X 1mt X 5 cm	A. Pereira	37,48	7.496,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 9/2019.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial Nº 9/2019 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 9/2019.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 9/2019, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. Diego Marmentini Narciso, da Secretaria Obras, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Vilmar Piccini, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 3.232.657-2 e CPF sob o nº 949.163.149-72.

Bom Jesus - SC, 14 de março de 2019.
VILMAR PECCINI A. PEREIRA TUBOS
 Prefeito Municipal em Exercício CNPJ nº 29.713.770/0001-63
 Órgão Participante Detentor da Ata

Testemunhas:

Rosane Siqueira Cleci Hochmann Narciso
 CPF nº 015.656.939-65 CPF nº 833.004.819-53

Diego Marmentini Narciso
 CPF nº 051.596.589-80
 Fiscal da Ata

Ata nº 34/2019
 PROCESSO n. 17/2019
 PREGÃO n.º 9/2019

Aos quatorze dias do mês de março do ano de 2019, autorizado pelo Processo nº 17/2019, Pregão Presencial nº 9/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: TUPY PRÉ-MOLDADOS LTDA, CNPJ nº 79.297.339/0001-51, sediada na Rua Nereu Ramos, nº 27, Centro, no município de Xanxerê - SC, representado pelo, Sr. Flávio Gallon, portador do CPF nº 707.650.149-04, RG nº 1.786.237, domiciliado na Rua Nereu Ramos, nº 49, Centro, no município de Xanxerê - SC, à saber:

0.1. Descrição dos Serviços:

Item	Quant	UnUnid. Unid	Descrição	Marca	Valor Uni.	Valor Total
5	200	Uni	Tubo de Concreto 80 cm X 1mt X 9 cm	Tupy	182,50	36.500,00
6	50	Uni	Tubo de Concreto 1 mt x 1 mt x 10 cm – CA I com malha	Tupy	289,00	14.450,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 9/2019.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial Nº 9/2019 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 9/2019.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 9/2019, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. Diego Marmentini Narciso, da Secretaria Obras, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Vilmar Piccini, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 3.232.657-2 e CPF sob o nº 949.163.149-72. Bom Jesus - SC, 14 de março de 2019.

VILMAR PECCINI TUPY PRÉ-MOLDADOS LTDA

Prefeito Municipal em Exercício CNPJ nº 79.297.339/0001-51

Órgão Participante Detentor da Ata

Testemunhas:

Rosane Siqueira Cleci Hochmann Narciso
CPF nº 015.656.939-65 CPF nº 833.004.819-53

Diego Marmentini Narciso
CPF nº 051.596.589-80
Fiscal da Ata

Ata nº 35/2019

PROCESSO n. 21/2019

PREGÃO n.º 10/2019

Aos vinte dias do mês de março do ano de 2019, autorizado pelo Processo nº 21/2019, Pregão Presencial nº 10/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: BORILLI PNEUS LTDA, CNPJ nº 88.644.877/0001-66, sediada na Rodovia Rio Grande 463 km 03, s/nº, Bairro Industrial, no Município de Tapejara - RS, representado pela, Sra Bruna Borilli, portadora do CPF nº 012.750.140-11, RG nº 6060486153, domiciliada na Avenida Valdo Nunes Vieira, nº 344, Apto 401, no município de Tapejara – RS, à saber:

0.1. Descrição dos Serviços:

Item	Quant	UnUnid. Unid	Descrição	Marca	Valor Uni.	Valor Total
1	40	Uni	Recapagem de Pneus 275/80/R22.5	Borilli	600,00	24.000,00
5	18	Uni	Recauchutagem de Pneus 18.4/34	Borilli	1.925,00	34.650,00
9	70	Uni	Recapagem de Pneus 275/80R 22.5 BF	Borilli	600,00	42.000,00
10	14	Uni	Recauchutagem de Pneus 14.9/24	Borilli	1.100,00	15.400,00
14	30	Uni	Vulcanização de Pneus 275/80R 22.5	Borilli	150,00	4.500,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 10/2019.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial Nº 10/2019 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 10/2019.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 10/2019, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. Diego Marmentini Narciso, da Secretaria obras, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Rafael Calza, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 4.165.040 e CPF sob o nº 052.915.469-21. Bom Jesus - SC, 20 de março de 2019.

RAFAEL CALZA BORILLI PNEUS LTDA

Prefeito Municipal CNPJ nº 88.644.877/0001-66

Órgão Participante Detentor da Ata

Testemunhas:

Rosane Siqueira Eduardo João Trevisan

CPF nº 015.656.939-65 CPF nº 041.920.619-10

Diego Marmentini Narciso

CPF nº 051.596.589-80

Fiscal da Ata

Ata nº 36/2019

PROCESSO n. 21/2019

PREGÃO n.º 10/2019

Aos vinte dias do mês de março do ano de 2019, autorizado pelo Processo nº 21/2019, Pregão Presencial nº 10/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: FM PNEUS LTDA, CNPJ nº 81.374.845/0001-49, sediada na Avenida Maravilha, nº 833, Bairro Centro, no Município de Maravilha – SC, representado pelo, Sr. Nilton Junior Pocai, portador do CPF nº 001.245.489-38, RG nº 299.123-8, domiciliada na Rua Eurico Gaspar Dutra, nº 578, bairro São Cristóvão, no município de Chapecó – SC, à saber:

0.2. Descrição dos Serviços:

Item	Quant	UnUnid. Unid	Descrição	Marca	Valor Uni.	Valor Total
2	12	Uni	Recaputagem de Pneus 12.4/24	FM	975,00	11.700,00
4	18	Uni	Recaputagem de Pneus 18.4/30	FM	1.830,00	32.940,00
7	18	Uni	Recaputagem de Pneus 12/16.5	FM	878,00	15.804,00
11	18	Uni	Recaputagem de Pneus 17.5/R25 – RADIAL.	FM	2.300,00	41.400,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 10/2019.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial Nº 10/2019 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 10/2019.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 10/2019, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. Diego Marmentini Narciso, da Secretaria obras, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Rafael Calza, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 4.165.040 e CPF sob o nº 052.915.469-21. Bom Jesus - SC, 20 de março de 2019.

RAFAEL CALZA FM PNEUS LTDA

Prefeito Municipal CNPJ nº 81.374.845/0001-49

Órgão Participante Detentor da Ata

Testemunhas:

Rosane Siqueira Eduardo João Trevisan

CPF nº 015.656.939-65 CPF nº 041.920.619-10

Diego Marmentini Narciso

CPF nº 051.596.589-80

Fiscal da Ata

Ata nº 37/2019

PROCESSO n. 21/2019

PREGÃO n.º 10/2019

Aos vinte dias do mês de março do ano de 2019, autorizado pelo Processo nº 21/2019, Pregão Presencial nº 10/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: GIARETTA PNEUS EIRELI, CNPJ nº 82.708.660/0001-96, sediada na Avenida Paludo, nº 996, Bairro São João, no Município de Seara – SC, representado pelo, Sr. Doraci Francisco Giaretta, portador do CPF nº 592.394.259-34, RG nº 1.874.728, domiciliada na Rua Padre Anchieta, nº 265, bairro Centro, no município de Seara – SC, à saber:

0.3. Descrição dos Serviços:

Item	Quant	UnUnid. Unid	Descrição	Marca	Valor Uni.	Valor Total
3	62	Uni	Recachutagem de Pneus 1400/24	Tipler	1.420,00	88.040,00
15	40	Uni	Vulcanização de Pneus 1.400/24	Tipler	400,00	16.000,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 10/2019.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial nº 10/2019 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 10/2019.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 10/2019, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. Diego Marmentini Narciso da Secretaria obras, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Rafael Calza, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 4.165.040 e CPF sob o nº 052.915.469-21.

Bom Jesus - SC, 20 de março de 2019.
RAFAEL CALZA GIARETTA PNEUS EIRELI
Prefeito Municipal CNPJ nº 82.708.660/0001-96
Órgão Participante Detentor da Ata

Testemunhas:

Rosane Siqueira Eduardo João Trevisan
CPF nº 015.656.939-65 CPF nº 041.920.619-10

Diego Marmentini Narciso
CPF nº 051.596.589-80
Fiscal da Ata

Ata nº 38/2019
PROCESSO n. 21/2019
PREGÃO n.º 10/2019

Aos vinte dias do mês de março do ano de 2019, autorizado pelo Processo nº 21/2019, Pregão Presencial nº 10/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: R.M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA, CNPJ nº 04.223.949/0001-01, sediada na Rua Valdemar Pianta, nº 224, Barracão 02, Bairro Industrial, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, representado pelo, Sr. Ilinir Weschenfelder Klein, portadora do CPF nº 033.858.009-35, RG nº 3.878.162-0, domiciliado na Rua Monte Castelo, nº 12, Casa, Bairro Santa Catarina, no município de São Lourenço do Oeste – SC, à saber:

0.4. Descrição dos Serviços:

Item	Quant	UnUnid. Unid	Descrição	Marca	Valor Uni.	Valor Total
8	50	Uni	Recapagem de Pneus 1000/20 BF	Borex	590,00	29.500,00
17	50	Uni	Vulcanização de Pneus 1000/20	Vipal	169,00	8.450,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 10/2019.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial nº 10/2019 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 10/2019.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 10/2019, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. Diego Marmentini Narciso da Secretaria obras, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Rafael Calza, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 4.165.040 e CPF sob o nº 052.915.469-21.

Bom Jesus - SC, 20 de março de 2019.
RAFAEL CALZA R.M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA
 Prefeito Municipal CNPJ nº 04.223.949/0001-01
 Órgão Participante Detentor da Ata

Testemunhas:

Rosane Siqueira Eduardo João Trevisan
 CPF nº 015.656.939-65 CPF nº 041.920.619-10

Diego Marmentini Narciso
 CPF nº 051.596.589-80
 Fiscal da Ata

Ata nº 39/2019
 PROCESSO n. 21/2019
 PREGÃO n.º 10/2019

Aos vinte dias do mês de março do ano de 2019, autorizado pelo Processo nº 21/2019, Pregão Presencial nº 10/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: RECAPADORA MARRECA LTDA, CNPJ nº 05.689.415/0001-38, sediada na Avenida Natalino Faust, nº 610, Bairro Luther King, no Município de Francisco Beltrão - PR, representado pelo Senhor Anderson Rockembach, portadora do CPF nº 015.061.349-04, RG nº 3.595.372, domiciliado na Rua São Roque, nº 651, Bairro Congo, no município de Francisco Beltrão - PR, à saber:

0.5. Descrição dos Serviços:

Item	Quant	UnUnid. Unid	Descrição	Marca	Valor Uni.	Valor Total
6	64	Uni	Recapagem de Pneus 215/75R 17.5	Borex	390,00	24.960,00
12	18	Uni	Recauchutagem de Pneus 17.5x25	Borex	1.930,00	34.740,00
13	12	Uni	Recauchutagem de Pneus 12.5/80R18	Borex	974,00	11.688,00
16	32	Uni	Vulcanização de Pneus 17.5/25	Raytak	480,00	15.360,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 10/2019.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial Nº 10/2019 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 10/2019.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 10/2019, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. Diego Marmentini Narciso, da Secretaria Obras, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Rafael Calza, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 4.165.040 e CPF sob o nº 052.915.469-21. Bom Jesus - SC, 20 de março de 2019.

RAFAEL CALZA RECAPADORA MARREAS LTDA
Prefeito Municipal CNPJ nº 05.689.415/0001-38
Órgão Participante Detentor da Ata

Testemunhas:

Rosane Siqueira Eduardo João Trevisan
CPF nº 015.656.939-65 CPF nº 041.920.619-10

Diego Marmentini Narciso
CPF nº 051.596.589-80
Fiscal da Ata

Ata nº 40/2019
PROCESSO n. 22/2019
PREGÃO n.º 11/2019

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de 2019, autorizado pelo Processo nº 22/2019, Pregão Presencial nº 11/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: ALBERICI E CIA LTDA, inscrito no CNPJ nº 06.121.482/0001-14, sediada na Rua Rogério Pessoa da Silva, nº 518-Sala 02, Térreo, Área Industrial, no município Bom Jesus - SC, representado pelo, Sr. Fabio Vinicius Alberici, portador do CPF nº 023.130.549-42, RG nº 3.209.583, domiciliado na Rodovia SC 480-A, Km 77, Casa, s/n, centro, no município Bom Jesus- SC, à saber:

0.1. Descrição dos Serviços:

Item	Qut.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unit.	Total
2	1.400	mc	Tábua em madeira de eucalipto 0,025 cm de espessura x 0,30 cm largura.	Alberici	6,80	9.520,00
3	1.000	mc	Ripa de madeira de eucalipto 0,025 cm espessura x 0,05 cm largura.	Alberici	1,29	1.290,00

4	500	mc	Espelho simples em madeira de pinheiro 0,14 cm largura x 0,025 de espessura.	Alberici	9,80	4.900,00
5	300	mc	Barrote em madeira eucalipto 0,15 cm largura x 0,05 cm espessura.	Alberici	6,20	1.860,00
7	1.000	mc	Ripão em madeira de pinus 0,05 cm de largura x 0,05 cm de espessura.	Alberici	2,60	2.600,00
9	1.800	mc	Ripa em madeira de pinus 0,025 cm espessura x 0,05 cm de largura.	Alberici	1,39	2.502,00
11	500	mc	Roda forro em madeira de pinus 2,5 cm X 2,5 cm.	Alberici	1,64	820,00
12	200	mc	Rodapé em madeira de pinus 0,02 cm de espessura x 0,05 cm de largura.	Alberici	2,24	448,00
13	800	mc	pinus 0,01 cm de espessura x 0,05 cm de largura.	Alberici	1,24	992,00
14	200	m²	Assoalho em madeira de eucalipto 0,02 cm de espessura.	Alberici	37,80	7.560,00
22	700	m²	Forro PVC frisado 0,8 mm x 10 cm - Branco.	Plasbil	14,59	10.213,00
23	600	mc	Roda Forro PVC 5 cm - branco.	Plasbil	4,49	2.694,00
27	150	Uni	Tê 90° soldável 25mm – marrom.	Dismaf	1,42	213,00
28	150	Uni	Joelho 90° soldável 25mm – marrom.	Dismaf	0,89	133,50
29	150	Uni	Luva soldável 25mm – marrom.	Dismaf	0,99	148,50
32	20	Uni	Caixa de descarga.	Dismaf	28,69	573,80
33	20	Uni	Tubo de descarga.	Dismaf	13,69	273,80
35	20	Uni	Cuba lavabo.	Incepa	74,49	1.489,80
38	40	Uni	Flexível 40 cm.	Dismaf	5,19	207,60
40	20	Uni	Spude.	Dismaf	4,25	85,00
46	50	Uni	Janela 1,20x1,00 c/ veneziana lata.	Gasperin	262,77	13.138,50
47	30	Uni	Porta 0,80x210 mista de lata.	Gasperin	267,79	8.033,70
49	80	kg	Prego 17x27.	Depecil	10,49	839,20
51	50	Kg	Prego 12x12.	Depecil	13,93	696,50
52	25	Uni	Registro pressão 25x1/2 plástico.	Docol	14,79	369,75
54	30	Uni	Janela basculante 0,40x0,60 ferro.	Gasperin	58,39	1.751,70
58	30	Uni	Galão tinta acrílica branca 3,6 l.	Colorsul	50,29	1.508,70
63	300	mc	Fio 6mm paralelo.	Fritz	2,64	792,00
64	600	mc	Fio 2,5 mm paralelo.	Fritz	2,69	1.614,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 11/2019.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial Nº 11/2019 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 11/2019.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 11/2019, seus

anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. Jorge Endrygo Brinker, da Secretaria de Administração, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Calza, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 4.165.040 e CPF sob o nº 052.915.469-21.

Bom Jesus - SC, 26 de março de 2019.
RAFAEL CALZA ALBERICI E CIA LTDA
 Prefeito Municipal CNPJ nº 06.121.482/0001-14
 Órgão Participante Detentor da Ata

Testemunhas:

Rosane Siqueira Eduardo João Trevisan
 CPF nº 015.656.939-65 CPF nº 041.920.619-10

Jorge Endrygo Brinker
 CPF nº 045.685.129-13
 Fiscal da Ata

Ata nº 41/2019
 PROCESSO n. 22/2019
 PREGÃO n.º 11/2019

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de 2019, autorizado pelo Processo nº 22/2019, Pregão Presencial nº 11/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: AGROTER AGROPECUÁRIA & FERRAGEM LTDA, CNPJ nº 05.943.248/0001-00, sediada na Rua Darci Sarmanho Vargas, nº 622, Centro, no município Faxinal dos Guedes - SC, representado pelo, Sr. Claudécir Antônio Toniazzi, portador do CPF nº 809.019.489-34, RG nº 2.873.022, domiciliado na Rua Jandir Bento, nº 67, Bairro Nossa Senhora de Fátima, no município Xanxerê - SC, à saber:

0.2. Descrição dos Serviços:

Item	Qut.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unit.	Total
15	120	m³	Areia lavada – média.	GR	128,90	15.468,00
16	800	Uni	Telha 2,13 mts x 50 cm x 4mm.	Eternit	12,10	9.680,00
17	80	uni	Treliça 8/12 mts – barra.	Arcelormit	65,50	5.240,00
18	1.000	Uni	Telha 2,44 mts x 50 cm x 4mm.	Eternit	12,80	12.800,00
19	500	Uni	Telha 1,83 mts x 50 cm x 4mm.	Imbralit	10,40	5.200,00
20	300	Par	Cumeira 4mm – par.	Eternit	10,00	3.000,00
21	30	Uni	Caixa d'água polietileno 310 lts.	Fortlev	154,00	4.620,00
24	500	Uni	Cimento CP-II-Z-32 - 50 kg.	Supremo	27,15	13.575,00
25	40.000	Uni	Tijolo 6 Furos 9 x 14 x 20 cm – primeira qualidade.	Lorenzetti	0,53	21.200,00
26	150	Bar	Tubo em PVC soldável 25mmx6mts – marrom.	Plastubos	13,38	2.007,00
30	50	Uni	Adesivo PVC 75 gr.	Tigre	6,99	349,50
31	20	Uni	Vaso convencional.	Logasa	105,50	2.110,00

34	20	Uni	Assento sanitário simples.	Durin	24,50	490,00
36	20	Uni	Suporte cuba.	Incepa	60,00	1.200,00
37	20	Uni	Anel de vedação p/ vaso.	Blukit	11,70	234,00
39	40	Uni	Parafuso sanitário 10mm.	Pevilon	5,40	216,00
41	20	Uni	Boia ¾.	Viqua	9,70	194,00
42	20	Uni	Flange 25.	Uniforte	8,00	160,00
43	70	Uni	Treliça 12cm/12m ferro.	Arcelormit	82,00	5.740,00
44	50	Bar	Tubo esgoto 100mmx6mts.	Plastubos	42,00	2.100,00
45	50	Bar	Tubo esgoto 40mmx6mts	Plastubos	18,50	925,00
48	25	Uni	Porta semi-oca 0,70x210 com marco de 12cm com fechadura e dobradiça.	Grando	225,00	5.625,00
50	60	Kg	Prego telheiro 18x30	Almeida	13,15	789,00
55	150	Sac	Argamassa AC 1.	Ceranfix	9,30	1.395,00
56	50	Sac	Argamassa AC 3.	Colafix	28,00	1.400,00
57	500	m²	Piso cerâmico PI 3.	Cristofole	14,00	7.000,00
59	50	Bar	Ferro 4.2mmx12m.	Arcelormit	7,50	375,00
60	50	Bar	Ferro 5/16mmx12m.	Arcelormit	26,90	1.345,00
61	30	Bar	Ferro 1/4mmx12m.	Arcelormit	17,90	537,00
62	200	Kg	Rejunte – 1Kg.	Ceranfix	3,50	700,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 11/2019.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial Nº 11/2019 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 11/2019.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 11/2019, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. Jorge Endrygo Brinker, da Secretaria de Administração, para o

acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Calza, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 4.165.040 e CPF sob o nº 052.915.469-21.

Bom Jesus - SC, 26 de março de 2019.
RAFAEL CALZA AGROTER AGROP. & FER. LTDA
 Prefeito Municipal CNPJ nº 05.943.248/0001-00
 Órgão Participante Detentor da Ata

Testemunhas:

Rosane Siqueira Eduardo João Trevisan
 CPF nº 015.656.939-65 CPF nº 041.920.619-10

Jorge Endrygo Brinker
 CPF nº 045.685.129-13
 Fiscal da Ata

Ata nº 42/2019
 PROCESSO n. 22/2019
 PREGÃO n.º 11/2019

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de 2019, autorizado pelo Processo nº 22/2019, Pregão Presencial nº 11/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: SERRARIA TOBALDINI LTDA, inscrito no CNPJ nº 08.789.587/0001-71, sediada na Linha Silvano, s/n, Interior, no município Ipumirim - SC, representado pelo, Sr. Neozir de Oliveira Luz, portador do CPF nº 030.332.229-27, RG nº 3.935.006, domiciliado na Linha Silvano, s/n, Interior, no município Ipumirim - SC, à saber:

0.3. Descrição dos Serviços:

Item	Qut.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unit.	Total
1	1.400	mc	Tábua em madeira de pinus 0,20 cm largura x 0,025 cm espessura.	Tobaldini	6,70	9.380,00
6	700	mc	Tábua em madeira de pinus 0,025 cm de espessura x 0,30 cm de largura – plainada.	Tobaldini	11,70	8.190,00
8	500	mc	Barrote em madeira de pinus 0,05 cm de largura x 0,07 cm de espessura.	Tobaldini	3,65	1.825,00
10	200	m²	Assoalho em madeira de pinus 0,02 cm de espessura.	Tobaldini	29,00	5.800,00
53	2.000	mc	Taboa de 0,12cmx0,025cm pinus p/ Tesouras.	Tobaldini	2,20	4.400,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 11/2019.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial Nº 11/2019 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 11/2019.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 11/2019, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC,

esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. Jorge Endrygo Brinker, da Secretaria de Administração, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Calza, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 4.165.040 e CPF sob o nº 052.915.469-21.

Bom Jesus - SC, 26 de março de 2019.

RAFAEL CALZA SERRARIA TOBALDINI LTDA

Prefeito Municipal CNPJ nº 08.789.587/0001-71

Órgão Participante Detentor da Ata

Testemunhas:

Rosane Siqueira Eduardo João Trevisan

CPF nº 015.656.939-65 CPF nº 041.920.619-10

Jorge Endrygo Brinker

CPF nº 045.685.129-13

Fiscal da Ata

Ata nº 43/2019

PROCESSO n. 22/2019

PREGÃO n.º 11/2019

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de 2019, autorizado pelo Processo nº 22/2019, Pregão Presencial nº 11/2019, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º. da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 70/2018 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO PARTICIPANTE e o DETENTOR DA ATA:

1 Consideram-se registrados os seguintes preços do Detentor da Ata: PRÉ MOLDADOS OESTE LTDA, CNPJ nº 07.445.385/0001-40, sediada na Rua Canela, nº 1644-Paralela a BR 282, Barracão 2, Bairro Industrial, no município Faxinal dos Guedes - SC, representado pela, Sra. Dulce Maria Wojeick portadora do CPF nº 433.247.709-04, RG nº 1.498.411, domiciliada na Rua Victor Konder, nº 1755, Bairro Primo Tacca, no município de Xanxerê - SC, à saber:

0.4. Descrição dos Serviços:

Item	Qut.	Unid.	Descrição	Marca	Preço Unit.	Total
65	1.000	m²	Paver tamanho 04 cm x 10 cm x 30 cm.	P.M Oeste	26,90	26.900,00
66	1.200	Uni	Meio-Fio tamanho 11 cm x 08 cm x 30 cm x 1 m.	P.M Oeste	18,48	22.176,00

1.2. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano a contar de sua publicação.

1.3. O ÓRGÃO PARTICIPANTE efetuará seus pedidos ao fornecedor, através da entrega de uma via da Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, na forma descrita no Edital de Pregão nº 11/2019.

1.4. O prazo para a prestação dos serviços é o estabelecido no Item 9 do Edital, inclusive nas condições lá estabelecidas, pelo DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de cada pedido de fornecimento representado pela correspondente AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

1.5. Os valores devidos pela Prefeitura serão pagos após a entrega dos itens, mediante liquidação das despesas e apresentação dos comprovantes de regularidades fiscais exigidas na Habilitação do Edital, podendo essas regularidades serem confirmadas por via eletrônica pela contratante.

1.6. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas previstas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2019.

1.7. Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

1.8. O descumprimento do prazo de entrega sujeitará o fornecedor às sanções previstas no item 15 do Edital de Pregão Presencial Nº 11/2019 que desta Ata faz parte integrante.

1.9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente às razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

1.10. O DETENTOR DA ATA deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão nº 11/2019.

1.11. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos, o edital de Pregão nº 11/2019, seus anexos com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

1.12. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Xanxerê - SC, esgotadas as vias administrativas.

1.13. O Município de Bom Jesus designa como Fiscal desta Ata, o Sr. Jorge Endrygo Brinker, da Secretaria de Administração, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização dos serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao detentor da Ata, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

1.14. Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal, Sr. Rafael Calza, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Bom Jesus, portador da R.G. nº 4.165.040 e CPF sob o nº 052.915.469-21.

Bom Jesus - SC, 26 de março de 2019.

RAFAEL CALZA PRÉ MOLDADOS OESTE LTDA

Prefeito Municipal CNPJ nº 07.445.385/0001-40

Órgão Participante Detentor da Ata

Testemunhas:

Rosane Siqueira Eduardo João Trevisan

CPF nº 015.656.939-65 CPF nº 041.920.619-10

Jorge Endrygo Brinker

CPF nº 045.685.129-13

Fiscal da Ata

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 088/2019, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1969938

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 088/2019.

Considerando erro de digitação na portaria nº 088/2019, de 18 de março de 2019, publicado no dia 21 de março de 2019, edição nº 2.781, pág. 124, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM/SC, retifica-se a referida portaria para a seguinte redação:

PORTARIA Nº 088/2019, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora pública municipal Srª. Charlaine Kreuz, portadora do CPF sob nº 047.758.069-63, inscrita na matrícula sob nº 369-7, ocupante do cargo de Assistente de Administração, para acompanhamento e fiscalização da execução dos Contratos Administrativos nº. 42/2019 referente a contratação de empresa para divulgação das atividades, ações, programas, obras e demais serviços de interesse público de forma educativa, informativa e contribuições legais da administração municipal em emissora de rádio pelo período de março a dezembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto Municipal nº. 4450/2013 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de março de 2019

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

Recebido: / /2019.

PORTARIA Nº 107/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969941

PORTARIA Nº 107/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE DE PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR licença para tratamento saúde de pessoa da Família a Servidora Municipal Sra Chayane Oliveira Mossini, portadora do CPF sob nº 082.485.009-26, inscrita na matrícula sob nº 804-4, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública -PSF , 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, conforme Atestado Médico, para acompanhar seu filho, no período de 29 de março de 2019 a 04 de abril de 2019, conforme previsto nos arts. 75 e 76 da Lei 542/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de abril de 2019.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 108/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969946

PORTARIA Nº 108/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Licença Prêmio a Servidor Público Municipal Srº. Jandrei Luiz Brutscher, portador do CPF sob nº 064.256.349-79, inscrito na matrícula sob nº 571-1, com lotação na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, ocupante do cargo de Controle Interno, referente ao período aquisitivo de 16/04/2012 a 15/04/2017, nos termos do Artigo 79 da Lei Municipal nº 542/2006 de 18 de outubro de 2006 (Estatuto dos servidores Públicos Municipais), sendo que a licença será gozada no período de 01 de abril de 2019 a 29 de junho de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de abril de 2019.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 109/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969951

PORTARIA Nº 109/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento Saúde a Servidora Pública Municipal Srª. Josiane Serpa Bordin, portadora do CPF sob nº 040.992.569-10, inscrita na matrícula sob nº 536-3, ocupante do cargo de Professor III -Inglês 20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme Atestado Médico, no período de 02 de abril de 2019 a 11 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de abril de 2019.

RONALDO LUIZ SENGGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 110/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969957

PORTARIA Nº 110/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Municipais nas suas diversas secretarias, conforme períodos aquisitivos e concessões abaixo relacionadas:

Nome	Período Aquisitivo	Período Concessão	Matrícula
Adriana Boni Maggi	04.04.17 a 03.04.18	01.04.19 a 30.04.19	517-7
Missiara Staudt	05.04.17 a 04.04.18	09.04.19 a 28.04.19	569-0
Nelson Maggi	17.08.17 a 16.08.18	01.04.19 a 30.04.19	555-0
Rosilene Kuhn	03.05.17 a 02.05.18	15.04.19 a 29.04.19	760-9

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de abril de 2019.
RONALDO LUIZ SENGGER
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

DIVULGAÇÃO DO JULGAMENTO PRELIMINAR DO CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2019

Publicação Nº 1969553

Divulgação do Julgamento Preliminar do Chamamento Público 001/2019

A Comissão de Seleção das parcerias celebradas com organizações da sociedade civil torna publico o julgamento preliminar do Chamamento Público 01/2019, informando que foi selecionada a proposta da ASSOCIAÇÃO NUCLEO DE APRENDIZAGEM E PRODUÇÃO "MARIA MARIANO". Na forma do § 2º do art. 32 da lei 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser encaminhada pelo e-mail (licitacoespmbr@gamil.com).

Bom Retiro, 03 de abril de 2019.

Maria Madalena Silveira

Presidente Comissão de Seleção.

MINUTA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2019

Publicação Nº 1969526

Extrato Inexigibilidade de Licitação nº 03/2019.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica ou física responsável pela apresentação de shows musicais nas Festividades da XIV FESTA ESTADUAL DO CHURRASCO EM BOM RETIRO SC, nos dias 17, 18 e 19 maio do corrente ano, no Parque Municipal de Exposições desta cidade.

Fundamento Legal: art. 25 inc. III, da Lei 8666/93. Contratante: Município de Bom Retiro/SC. Contratado: Fabio Diomar Palavoda. Valor Total: R\$ 19.300,00. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 03 de abril de 2019.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 2.308-2019 - SUPERAVIT DOC**

Publicação Nº 1970113

=====

D E C R E T O Nº 2.308/2019

=====

“Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2019”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.445/2018, de 05 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 6.804,58 (Seis mil oitocentos e quatro reais e cinquenta e oito centavos), conforme abaixo especificado:

5000 - Secretaria De Assistência Social E Habitação	
5001 - Fundo Municipal De Assistência Social	
8 - Assistência Social	
244 - Assistência Comunitária	
9 - Gestão De Políticas Sociais	
2.26 - Benefícios Eventuais	
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.65(314)	Superávit - Benefício Eventual Custeio R\$ 26,71
2.63 - Centro De Referência De Assistência Social - Cras	
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.65(314)	Superávit – IGDSUAS R\$
	6.777,87

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 02 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 02 de abril de 2019.

Jose Luiz Colombi

Prefeito Municipal

PORTARIA 050 2019 DEMITE SERVIDOR CONTRATO TEMPORARIO

Publicação Nº 1969441

PORTARIA Nº 050/2019

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) RUBIA DAIANA DE LIMA ocupante do cargo temporário AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 01/04/2019.

Art. 2º - A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Botuverá (SC), 01 de Abril de 2019.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 049 2019 DEMITE SERVIDOR CONTRATO TEMPORARIO

Publicação Nº 1969436

PORTARIA Nº 049/2019

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) CRISTIANE BORBA DA SILVA ocupante do cargo temporário de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 01/04/2019.

Art. 2º - A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Botuverá (SC), 01 de Abril de 2019.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 051 2019 DEMITE SERVIDOR CONTRATO TEMPORARIO

Publicação Nº 1969442

PORTARIA Nº 051/2019

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) LETICIA TESTONI ocupante do cargo temporário ENFERMEIRA, a partir de 01/04/2019.

Art. 2º - A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Botuverá (SC), 01 de Abril de 2019.
JOSE LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

PORTARIA 052 2019 DEMITE SERVIDOR CONTRATO TEMPORARIO

Publicação Nº 1969445

PORTARIA Nº 052/2019

“Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá”.

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) ALEXANDRE PEREIRA TOLENTINO ocupante do cargo temporário MEDICO, a partir de 01/04/2019.

Art. 2º - A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Botuverá (SC), 01 de Abril de 2019.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA 054 2019 COMISSÃO AVALIAÇÃO BOLSA DE ESTUDOS

Publicação Nº 1969204

PORTARIA 054/2019

“Nomeia membros da Comissão Municipal para avaliação e deliberação sobre a concessão da bolsa de Estudos do Município de Botuverá”

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art 1º Ficam designados os membros da Comissão Municipal para avaliação e deliberação sobre a concessão da bolsa de Estudos do Município de Botuverá conforme Portaria 061/2018.

Art. 2º Os membros nomeados são os que seguem:

Sandra Regina Pavesi

Lucas André Tachini

Angelita Molinari Colombi

Art 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com retro efeitos a partir de 01 de Abril de 2019

Botuverá (SC), 02 de abril de 2019

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito do Município de Botuverá

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO N º30/2019

Publicação Nº 1969070

DECRETO Nº 030/2019 - 29 DE MARÇO DE 2019

"DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 PARA PROVIMENTO DE CARGOS NO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei:

CONSIDERANDO que foram encaminhadas várias denúncias à 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central, relacionadas ao descumprimento de normas e exigências legais na realização do concurso público nº 001/2019, para provimento de cargos no quadro de pessoal do Município de Braço do Trombudo, ensejando a instauração da Notícia de Fato nº 01.2019.00005364-0, e, posteriormente, no inquérito civil nº 06.2019.00001268-1, o qual relata acontecimentos e traz informações capazes de gerar a nulidade do Concurso Público nº 001/2019;

CONSIDERANDO que a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central, no inquérito civil nº 06.2019.00001268-1, expediu a recomendação de nº 003/2019/02PJ/TRO, com o objetivo de que o Município de Braço do Trombudo realize a anulação do Concurso Público nº 001/2019, dentre outras providências;

CONSIDERANDO que a Empresa organizadora do concurso desrespeitou as regras contidas no edital que regulamentava o referido certame, as quais, de acordo com as denúncias realizadas junto ao Ministério Público, elencamos: a) pessoas adentrando no local da prova após o horário do fechamento dos portões, em contrariedade ao disposto nos itens 6.5 e 6.7 do edital; b) utilização indevida de celulares por candidatos, em violação ao disposto no item 6.10 do edital; c) envelope de provas sem lacre, não atendendo à regra do item 6.19 do edital; d) entrega de novo gabarito a candidatos que rasuraram, em desacordo com a regra contida no item 6.12 e 6.13 do edital; e) candidatos ausentando-se da sala sem acompanhamento de Fiscal, desconsiderando-se o disposto no item 6.14.2 do edital, e; f) inexistência de assinatura dos três últimos candidatos na ata de trabalhos (sala 1), ferindo a publicidade do procedimento administrativo; f) falta de exigência contida em lei para investidura em cargo, em desrespeito à Lei Complementar 08/1999;

CONSIDERANDO que os candidatos apenas de mera expectativa de direito, podendo a Administração, caso entenda oportuna e conveniente, anular o concurso antes, durante ou após a sua realização;

C O N S I D E R A N D O existirem, à respeito, lições de renomados administrativistas, como a clássica doutrina de HELY LOPES MEIRELLES: "A investidura do servidor no cargo ocorre com a posse. A posse é a conditio juris da função pública. Por ela se conferem ao servidor ou ato ao agente político as prerrogativas, os direitos e os deveres do cargo ou do mandato. Sem a posse o provimento não se completa, nem pode haver exercício da função pública. É a posse que marca o início dos direitos e deveres funcionais, como também, gera restrições, impedimentos e incompatibilidades para o desempenho de outros cargos, funções ou mandatos. Por isso mesmo, a nomeação regular só pode ser desfeita pela Administração antes da posse do nomeado. No entanto, a anulação do concurso, com a exoneração do nomeado, após a posse, só pode ser feita com observância do devido processo legal e a garantia de ampla defesa" (Direito Administrativo Brasileiro, p. 422);

CONSIDERANDO que a presente conduta da Administração Municipal se harmoniza com o entendimento de que o concursando que não entrou no exercício do cargo tem, apenas, a esperança de provimento efetivo, uma vez que não foram nomeados nem empossados, dispensando-se a abertura do contraditório, não havendo que se falar em ampla defesa nos moldes estabelecidos no art. 5º, LV da CF, por inexistem situações constituídas que repercutam no âmbito dos seus interesses individuais;

CONSIDERANDO que a Administração não deve omitir-se diante das hipotéticas irregularidades, que colocam em dúvida a seriedade do concurso e do próprio Poder Público;

CONSIDERANDO que a Administração se sujeita aos princípios constitucionais da isonomia e da impessoalidade, devendo primar pela lisura, transparência e moralidade do certame, ainda que entenda terem os candidatos concorrido legitimamente, em situação de igualdade e sem privilégios;

CONSIDERANDO que a anulação não trará prejuízos aos candidatos concorrentes, que terão restituídos integralmente os valores pagos;

CONSIDERANDO que os candidatos têm, apenas, a expectativa de direito, consistente em um direito que se encontra na iminência de ocorrer, mas que não produz os efeitos do direito adquirido, pois não foram preenchidos todos os requisitos exigidos por lei para sua aquisição;

CONSIDERANDO que o fato aquisitivo de direito não foi realizado por inteiro, não tendo sido incorporado ao patrimônio jurídico dos candidatos, pois subordinado a evento futuro que não ocorreu;

CONSIDERANDO que o estudo, empenho e aplicação dos candidatos não terá sido em vão, pois poderão participar do novo certame e nele demonstrar os conhecimentos adquiridos, logrando aprovação;

CONSIDERANDO que os candidatos serão ressarcidos integralmente dos valores despendidos à título de inscrição;

CONSIDERANDO que, como cediço, a Administração Pública possui o poder de AUTOTUTELA, segundo o qual pode rever seus atos e anulá-los ou revogá-los de ofício, em casos de alegação de ilegalidade, ou inoportunidade e inconveniência, respectivamente;

CONSIDERANDO que, nesse sentido, a Súmula 473 do STF, assim determina: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial";

CONSIDERANDO a existência, no mesmo sentido, de ensinamentos doutrinários, como por exemplo de JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO: "Inquinado o ato de vício de legalidade, pode ele ser invalidado pelo Judiciário ou pela própria Administração. (...)";

CONSIDERANDO que a AUTOTUTELA se caracteriza pela iniciativa de ação atribuída aos próprios órgãos administrativos, sempre que for necessário rever determinado ato ou conduta;

CONSIDERANDO que a Administração poderá fazê-lo, usando sua autoexecutoriedade, sem depender necessariamente de que alguém o solicite;

CONSIDERANDO que, havendo a mera alegação de vício de legalidade, o administrador pode tomar a iniciativa de anular o ato;

CONSIDERANDO que a Administração, caso seja necessário, poderá rever até mesmo ato ou conduta válidos, porém não mais convenientes ou oportunos quanto a sua subsistência, providenciando a sua revogação;

CONSIDERANDO que a Administração não deve ferir os princípios constitucionais da Moralidade, Impessoalidade e Legalidade, os quais necessitam ser sempre observados;

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o Concurso Público realizado pelo Município de Braço do Trombudo/SC no exercício de 2019, conforme Edital de Concurso nº 001/2019, para o provimento de cargos no seu quadro de pessoal, bem como os atos administrativos deles decorrentes e os efeitos por ele produzidos.

§1º. O candidato poderá reaver o valor da inscrição devendo requerer o devido ressarcimento perante a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias da publicação deste decreto, preenchendo o requerimento e formulário constante no Link: <https://www.bracodotrombudo.sc.gov.br/concursos/index/detalhes/codMapaItem/39897/codConcurso/11142>

§2º. O candidato que não tiver conta bancária própria e optar pelo ressarcimento do valor da inscrição em conta de terceiros, deverá preencher o requerimento e formulário constante no Link: <https://www.bracodotrombudo.sc.gov.br/concursos/index/detalhes/codMapaItem/39897/codConcurso/11142>

§3º. A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, fará a devolução dos valores das inscrições solicitadas dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação pelo candidato.

Art. 2º. Fica determinado que o Município de Braço do Trombudo/SC, adotará todas as medidas administrativas necessárias para a realização de novo certame público.

Parágrafo Único. Para a realização desse próximo certame de provas, deverão ser abertas novas inscrições para todos os interessados, sendo que maiores esclarecimentos constarão do novo Edital do Concurso.

Art. 3º. ENCAMINHAR cópia do presente Decreto para a Representante da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central;

Art. 4º. CANCELAR empenho referente ao pagamento do valor ajustado no contrato nº 002/2019, bem como o contrato firmado ante o descumprimento do mesmo;

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo/SC, 29 de março de 2019.

NILDO MELMESTET
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 002/2019

Publicação Nº 1969080

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019****EDITAL Nº 002/2019– ABRE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019 DE PROVA DE TÍTULOS****MUNICÍPIO: BRAÇO DO TROMBUDO****DATA PUBLICAÇÃO: 25/03/2019**

NILDO MELMESTET, Prefeito de Braço do Trombudo/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, **TORNA PÚBLICO** que realizará **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**, por tempo determinado, em caráter de excepcional interesse público, sob o Regime Estatutário vigente, em especial a Lei Complementar nº, 09/1999 de 17 de novembro de 1999, Lei Complementar nº 97/2011 de 07 de julho de 2011 e Lei Complementar nº 107/2012 de 11 de abril de 2012, bem como suas alterações e/ou complementos, para o provimento de vagas do quadro dos servidores do magistério da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo/SC, com a execução técnico-administrativa da empresa Atena Assessoria Educacional, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital e seus anexos.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital dar-se-á com a afixação no **Mural da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo**, bem como, na internet, pelos sites www.bracodo.trombudo.sc.gov.br e atena.listaeditais.com.br e no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Os demais editais relativos às etapas do Processo Seletivo Simplificado Público serão publicados no **Mural da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo**, bem como, na internet, nos sites acima mencionados.

O Processo Seletivo Simplificado seguirá o seguinte Cronograma de Execução:

26/03/2019	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
27/03/2019	Prazo para impugnações do Edital de Inscrições
28/03/2019	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital de Abertura de Inscrições (caso houver recursos)
28/03 à 06/04/2019	Período de Inscrições
08/04/2019	Último dia para pagamento da taxa de inscrição
10/04/2019	Publicação do Rol dos Insritos
11/04/2019	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
12/04/2019	Publicação do julgamento dos recursos do não deferimento do pedido de inscrição (caso houver recursos), Homologação das Inscrições e convocação para Prova de Títulos.
14/04/2019	Entrega dos Títulos e documentos para vaga especial
16/04/2019	Publicação das Notas dos títulos, pedidos de vaga especial e a respectiva classificação.
17/04/2019	Prazo para recursos da nota da Prova de títulos, pedidos de vaga especial e classificação.
18/04/2019	Homologação do resultado final

As datas definidas neste Edital poderão sofrer alteração em virtude da necessidade de ajustes operacionais, mediante a publicação de Edital nos meios de comunicação acima estipulados. Todos os horários definidos neste Edital, seus Anexos e demais publicações oficiais referentes ao andamento deste certame têm como referência o Horário de Brasília-DF.



Página 1 de 18



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

É importante destacar que todos os interessados em participar deste Processo Seletivo Simplificado deverão obrigatoriamente ler na íntegra este Edital e seus Anexos. É de inteira responsabilidade dos candidatos conhecer todas as normas e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Efetuada inscrição, o candidato manifesta tacitamente o conhecimento e aceitação das regras editalícias, bem como quanto à realização das provas nos prazos estipulados, não cabendo qualquer alegação de desconhecimento.

Por se tratar de Processo Público, concretizada a inscrição, o candidato manifesta tacitamente ciência de que seus dados (nome e número de inscrição) e resultados também serão públicos, anuindo assim com a sua publicação nos meios acima referidos.

As informações prestadas pelo candidato e eventuais documentos entregues por ele são de sua inteira responsabilidade, podendo responder, no caso de falsidade, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarretará sua eliminação do certame.

Durante todo o curso deste certame, é assegurado ao candidato o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos deste Edital.

É de inteira responsabilidade do candidato, seguir estritamente as instruções contidas neste Edital, bem como acompanhar os comunicados e os Editais referentes ao andamento deste processo, divulgados nos meios acima mencionados.

Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela **Comissão Municipal Coordenadora Processo Seletivo Simplificado** em conjunto com a **Atena Assessoria Educacional**.

CAPITULO I - DOS CARGOS E DAS VAGAS

1.1. O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento de vagas para os cargos mencionados na tabela 1 deste capítulo, atualmente vagos.

1.2. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado e convocados para contratação estarão sujeitos conforme regulamentação dos Regimes Estatutários sob Complementar nº, 09/1999 de 17 de novembro de 1999, Lei Complementar nº 97/2011 de 07 de julho de 2011 e Lei Complementar nº 107/2012 de 11 de abril de 2012, bem como suas alterações e/ou complementos e/ou Regulamentadoras e pelas demais normas legais.

1.3. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será até a homologação dos Resultados do Concurso Público a ser executado pela Administração Municipal, caso este se estenda o prazo por qualquer razão além do ano de 2019, fica a validade deste certame, definida até **20/12/2019**.

1.4. Os candidatos habilitados serão contratados segundo a necessidade de pessoal e disponibilidade orçamentária da **Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo**, obedecendo à ordem de classificação final e as vagas abertas, podendo os remanescentes serem aproveitados dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, à medida que forem surgindo novas vagas.

1.5. Os cargos, vagas e requisitos de habilitação, exigência para contratação, carga horária semanal e remuneração, estão estabelecidos na tabela 1 deste capítulo, especificadas abaixo:

Tabela 1 – Dos cargos:

Cargos	Total de Vagas	Escolaridade Exigências	Carga horária e Remuneração
Professor de Ciências	01	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Licenciatura Plena em Ciências.	15hs semanais R\$ 1.209,42





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

Professor de Educação Física	01	Formação Superior Licenciatura Plena em Educação Física, com Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão. Lei 9.696/98.	20hs semanais R\$ 1.612,55
Professor de Ensino Religioso	01	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Ciências da Religião; ou Curso de Licenciatura Plena em Ensino Religioso.	15hs semanais R\$ 1.209,42
Professor de Matemática	01	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Matemática.	05hs semanais R\$ 403,14
Professor de Português	01	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso de Licenciatura Plena em Letras Português.	20hs semanais R\$ 1.612,55

1.6. As atribuições dos cargos estão disponíveis no Anexo I deste edital.

1.7. A escolaridade, exigências e requisitos exigidos para contratação deverão ser comprovados quando da contratação do candidato para o cargo no qual prestou o Processo Seletivo Simplificado e foi aprovado.

1.7.1. A habilitação apresentada no ato da contratação, constituirá o nível de contratação do candidato, respeitando as exigências e os requisitos mínimos para contratação ao cargo.

1.8. Os candidatos deverão manter seu endereço atualizado no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, durante todo o período de validade do Processo Seletivo Simplificado, sob pena de perda da classificação.

1.9. A conclusão do Curso de Licenciatura Plena em outra disciplina não habilita o candidato que possuir conclusão de Curso de Bacharelado na disciplina específica.

1.10. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, **em data a ser publicada no Edital de homologação do Processo Seletivo Simplificado**, não podendo ser realizada por meio de procuração. O candidato somente poderá escolher vaga mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial com foto, original ou fotocópia autêntica.

CAPÍTULO II – DA INSCRIÇÃO

Seção I

Das condições para inscrição

2.1. Para se inscrever o candidato deverá ler o edital em sua íntegra e preencher as condições para inscrição especificadas a seguir:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou cidadão português, a quem tenha sido deferida a igualdade nas condições prevista no Decreto Presidencial nº 70.436, de 18/04/1972, ou gozar das prerrogativas previstas no art. 12 da Constituição Federal e demais disposições de lei, no caso de estrangeiros;
- b) Ter idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos no ato da contratação;
- c) No caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar;
- d) Ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral;
- e) Possuir os **REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS** para o cargo, especificado na tabela 1 citadas no capítulo I, deste edital;





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

f) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória nos termos do Artigo 40, inciso II, da Constituição Federal;

g) Não ocupar cargo, emprego ou função pública, ressalvados os acumuláveis previstos no Artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal;

h) Candidato com deficiência, verificar capítulo próprio neste Edital;

2.2. A comprovação dos documentos exigidos para inscrição estabelecidos no item 2.1, deste capítulo e seus subitens, será solicitada por ocasião da Contratação do candidato.

2.3. A não apresentação de qualquer dos documentos implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato em decorrência de sua habilitação no Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes de sua inscrição.

Seção II
Da Inscrição

2.4. A inscrição do candidato implicará na completa ciência e aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital e na legislação pertinente, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

2.5. As inscrições serão realizadas somente por meio da INTERNET, através do endereço eletrônico atena.listaeditais.com.br iniciando-se às 10hs do dia 28/03/2019 e encerrando-se, impreterivelmente, no dia 06/04/2019, às 23hs59min.

2.6. O candidato ao realizar sua inscrição, deverá preencher o formulário de inscrição on-line e transmitir os dados pela Internet.

2.7. O candidato deverá OBRIGATORIAMENTE EFETUAR O PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO, ATRAVÉS DO BOLETO BANCÁRIO EMITIDO PELA INTERNET.

2.7.1. O documento de boleto bancário estará disponível no endereço eletrônico atena.listaeditais.com.br e deverá ser impresso para o pagamento obrigatório da taxa de inscrição, após a conclusão do preenchimento do Formulário de inscrição on-line, **pagável em toda a rede bancária**, com vencimento em **08/04/2019**.

2.7.2. Ao emitir o boleto bancário, certifique-se que o computador utilizado seja confiável e que esteja com o antivírus atualizado para, assim, evitar possíveis fraudes na geração do boleto bancário supracitado.

2.7.3. Será de responsabilidade do candidato ficar atento para as informações do boleto bancário, a fim de evitar fraudes no pagamento.

2.7.4. O boleto bancário a ser gerado para este Processo Seletivo será emitido pelo Sistema Informatizado com IUGU, com destinatário a Prefeitura de Braço do Trombudo.

2.7.5. Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, pelos Correios, fac-símile, transferência, DOC, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional ou após a data de vencimento especificada no boleto bancário ou por qualquer outro meio que não o especificado neste Edital. O pagamento por “agendamento” somente será aceito se comprovada a sua efetivação dentro do período de inscrição.

2.7.6. Os candidatos que efetuarem o pagamento da taxa de inscrição em desacordo com as instruções deste Capítulo, **NÃO TERÃO A SUA INSCRIÇÃO EFETIVADA.**

2.7.7. O pagamento após a data de vencimento implica a não efetivação da inscrição.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

2.7.8. As inscrições somente serão homologadas após a compensação dos valores recolhidos, não se responsabilizando a **Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo e Atena Assessoria Educacional** por eventuais atrasos ou erros decorrentes dos trâmites bancários. Também não se responsabilizará pelo não recebimento de solicitação de inscrição por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.8. Os candidatos poderão se inscrever somente para um (1) cargo.

2.8.1. Havendo mais de uma inscrição para o mesmo candidato será deferida (validada) a inscrição mais recente, devidamente paga.

2.8.2. Ocorrendo pagamento duplicado de um mesmo boleto bancário, não haverá restituição parcial ou integral dos valores pagos a título de taxa de inscrição.

2.9. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de cargo sob hipótese alguma, portanto, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, verifique atentamente o cargo de interesse.

2.10. O candidato inscrito **NÃO** deverá enviar cópia de documento de identidade, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato, os dados cadastrais informados no ato de inscrição, sob as penas da lei.

2.10.1. **Serão aceitos como documentos de identidade:** Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documentos de identidade, como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

2.10.2. O documento de identidade utilizado pelo candidato para a realização da inscrição deverá ser o mesmo utilizado para ingresso no local de realização da prova de título e para tratar de seus interesses junto ao Município de Braço do Trombudo e à Atena Assessoria Educacional.

2.10.3. **Não serão aceitos como documentos de identidade:** certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

2.10.4. O candidato deverá estar ciente de que, caso não validado o documento de identificação, não poderá fazer a prova de título.

2.10.5. Para efetivar sua inscrição, é imprescindível que o candidato possua número de CPF - Cadastro de Pessoa Física regularizado.

2.11. Não haverá devolução de importância paga, diante de equívocos cometidos pelo candidato e nem isenção total ou parcial de pagamento do valor da taxa de inscrição.

2.12. O deferimento da inscrição dependerá do correto preenchimento do Formulário de Inscrição via Internet pelo candidato.

2.13. As informações prestadas no Formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, cabendo à **Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo** o direito de excluir do Processo Seletivo Simplificado aquele que preenchê-la com dados incorretos, bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

2.14. O candidato com deficiência deverá ler atentamente o Capítulo III deste edital.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

- 2.15. O descumprimento das instruções para inscrição implicará a não efetivação da inscrição.
- 2.16. A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo e a Atena Assessoria Educacional não se responsabilizam por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 2.17. O comprovante de pagamento da inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no local de realização da prova de título, quando solicitados.
- 2.18. O Município de Braço do Trombudo e a Atena Assessoria Educacional não possuem qualquer responsabilidade com despesas de deslocamento e estadia efetuadas pelos candidatos em razão deste Processo Seletivo Simplificado.

Seção III

Da homologação das inscrições

- 2.19. No dia **10/04/2019** será publicado Edital com relação nominal dos candidatos inscritos, no **Mural da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo** bem como, na internet, pelos sites www.bracodotrombudo.sc.gov.br e atena.listaeditais.com.br.
- 2.20. O candidato deverá consultar o Edital de Homologação das Inscrições, bem como a relação de candidatos homologados para confirmar sua inscrição.
- 2.21. Caso a inscrição não tenha sido homologada, o candidato poderá a seu critério interpor pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.
- 2.22. Se mantida a não homologação, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado, não assistindo direito de realizar a entrega dos títulos, exceto se, por ocasião da prova de título, apresentar documento de inscrição e comprovante de pagamento válidos que permitam a inclusão da inscrição.
- 2.23. Julgados os requerimentos de inscrição e satisfeitas às exigências no dia **12/04/2019**, após julgados os recursos, a lista dos inscritos será homologada pelo Prefeito Municipal.

Seção IV

Do valor da Inscrição

- 2.24. Será cobrado o valor de **R\$ 30,00 (Trinta Reais)**, referente à taxa de inscrição.

CAPITULO III – DAS VAGAS PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E CONDIÇÕES ESPECIAIS

Seção I

Das disposições para as pessoas com necessidades especiais

- 3.1. Ao candidato com deficiência é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado.
- 3.2. Será reservada vaga para candidato com deficiência, para o cargo cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, na proporção de um para cada vinte candidatos, equivalente a 5% das vagas a serem ofertadas, conforme Art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil,





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

Lei Federal nº 7.853/1989, Decreto Federal nº 3.298/1999, Decreto nº 5.296/04 e Lei Estadual/SC nº 12.870/2004 e suas respectivas alterações.

3.3. A publicação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado será feita em duas listas, contendo a primeira a pontuação de todos os candidatos, inclusive as pessoas com necessidades especiais, e a segunda somente a pontuação destes últimos, de acordo com a ordem classificatória entre os seus congêneres.

3.4. Será considerada com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadre nas categorias descritas no Decreto Federal nº 3.298/1999, Decreto nº 5.296/04 e Lei Estadual/SC nº 12.870/2004 e suas respectivas alterações.

3.4.1. Considera-se, para os efeitos da legislação:

3.4.1.1. **Deficiência física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "a", c/c Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

3.4.1.2. **Deficiência auditiva:** perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "b", c/c Decreto nº 5.298/99, art. 4º, II).

3.4.1.3. **Deficiência visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "c", c/c Decreto nº 5.298/99, art. 4º, II)

3.4.1.4. **Deficiência mental:** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho. (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, "d"; e Decreto nº 3.298/99, art. 4º, I).

3.4.1.5. **Deficiência múltipla:** associação de duas ou mais deficiências.

3.5. A condição de pessoa com deficiência pode ser comprovada por meio de:

3.5.1. Laudo médico, emitido por médico do trabalho ou médico da área da saúde/especialista, atestando enquadramento legal do candidato para integrar a cota, de acordo com as definições estabelecidas na legislação vigente.

3.5.1.1. O laudo médico deverá, obrigatoriamente, especificar o tipo de deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, origem da deficiência, com descrição detalhada das alterações físicas (anatômicas e funcionais), sensoriais, intelectuais e mentais, com descrição das limitações funcionais para atividades da vida diária e social e dos apoios necessários, atestando que a deficiência está enquadrada nas definições dos artigos 3º e 4º do Decreto nº 3.298/1999, com alterações do Decreto nº 5.296/2004, Lei Estadual nº 12.870/2004, Lei nº 12764/2012, de acordo com dispositivos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009 e recomendações da IN 98/SIT/2012, e que a deficiência não impede o candidato ao exercício a que se inscreveu.

3.5.2. Certificado de Reabilitação Profissional emitido pelo INSS.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

3.6. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher no formulário de inscrição o cargo a que deseja concorrer e selecionar a opção pessoas com deficiência, bem como entregar no dia da entrega dos títulos, os seguintes documentos:

a) Laudo médico (original ou cópia legível e autenticada em cartório), emitido há menos de um ano, caso não contiver expressamente que se trata de deficiência irreversível, conforme item 3.5.1.1. ou Certificado de Reabilitação Profissional emitido pelo INSS.

b) Requerimento, conforme modelo Anexo III deste Edital, solicitando vaga especial, constando o tipo de deficiência.

3.6.1. Caso o candidato não entregar o **laudo médico e o respectivo requerimento** o prazo determinado, não concorrerá às vagas reservadas para pessoas com deficiência, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha marcado tal opção no formulário de inscrição.

CAPITULO IV – DA PROVA DE TÍTULO

4.1. O presente Processo Seletivo Simplificado será realizado mediante Prova de Títulos, através da pontuação dos Títulos apresentados, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, conforme os seguintes critérios:

ESPECIFICAÇÃO	Pontuação Máxima
<u>Além</u> do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, <u>certificado ou certidão de conclusão</u> do Curso de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> na área de educação.	7,0
<u>Além</u> do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, <u>certificado ou certidão de conclusão</u> do Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> na área de educação.	6,0
<u>Certificado ou declaração de conclusão de curso</u> do curso superior específico para qual se inscreveu	4,0
Cursos de aperfeiçoamento: Será acrescido a nota da prova de títulos, 0,01 ponto a cada hora de cursos de aperfeiçoamento específico para a área da educação (não será computado hora por disciplina cursada em Graduação ou Pós-graduação), apresentado pelo candidato, podendo acumular no máximo 300 horas. Serão validados cursos realizados a partir de janeiro/2018.	3,0
TOTAL	10,00

4.2. Os pontos dos diplomas/certificados de Graduação e Pós-graduação **não** são acumulativos, será validado a pontuação maior apresentada pelo candidato.

4.3. Os documentos para comprovação da habilitação mínima na prova de títulos podem ser cópias simples, porém os originais devem ser apresentados para conferência **(No local de entrega dos documentos não será realizado cópias).**

4.4. A **Prova de Títulos (PT)**, é considerada de caráter **classificatório e eliminatório** a ser aplicada a todos os candidatos.

4.5. Será considerado Reprovado o candidato que não comparecer na Prova de Títulos ou que zerar a pontuação.

4.6. A **Nota Final (NF)** da classificação, será a nota da Prova de Títulos.

4.7. A recolha dos documentos da Prova de Títulos será realizada no dia 14/04/2019, com início às 9hs e termino as 11hs, tendo como local a Sede da Secretaria Municipal de Educação, situada na Praça da





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

Independência, 25, Centro, Braço do Trombudo/SC (Prédio novo da Prefeitura - Atrás da Câmara de Vereadores).

4.7.1. As 11hs será realizado o fechamento dos portões, e após este horário só poderá entregar os documentos na Prova dos Títulos os candidatos que tenham retirado a senha de atendimento e estejam no local da entrega antes do fechamento do portão.

4.8. No dia **16/12/2019** será publicado a nota da Prova de Títulos e a classificação provisória.

4.9. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

4.9.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

4.9.2. Para os casos previstos na Lei Federal nº 11.689, de 9 de junho de 2008 (alterou o Art. 440, Código de Processo Penal), será assegurada a preferência em igualdade de condições em Concurso Público, desde que empatado e que tenha exercido a função de jurado, devidamente comprovado.

4.9.3. O candidato que desejar exercer a preferência na condição de jurado deverá preencher o formulário Anexo IV deste Edital, bem como bem como entregar no dia da entrega dos títulos, os seguintes documentos:

a) Cópia do RG e CPF;

b) Cópia autenticada ou original da Certidão, Declaração, Atestado, ou outros documentos públicos expedidos pela Justiça Estadual ou Federal, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do Art. 440, Código de Processo Penal (alterado pela Lei Federal nº 11.689/08), a partir da vigência da Lei.

4.10. Após a aplicação dos critérios acima, se ainda persistir o empate, o desempate ocorrerá, conforme segue:

4.10.1. Que possuir maior número de dependentes.

4.10.2. Que tiver maior idade.

4.11. Persistindo o empate, será realizado sorteio, em ato público, a ser realizado no dia **15/04/2019**, as 16hs na sede da Empresa Atena Assessoria Educacional, situada na Rua XV de Novembro, 704 – Sala 3 – Centro – Agronômica/SC.

4.12. O não comparecimento do candidato na prova de títulos implicará sua desclassificação do Processo Seletivo Simplificado.

4.13. A lista de Classificação Final, homologada pelo Prefeito Municipal será publicada no dia **18/04/2019**, **Mural da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo** bem como, na internet, pelos sites www.bracodotrombudo.sc.gov.br e atena.listaeditais.com.br.

CAPITULO V – DOS RECURSOS

5.1. Será admitido recurso quanto:

a) Deste Edital de Abertura de Inscrições

b) Ao indeferimento/não processamento de inscrição;

c) Ao indeferimento do pedido de vaga especial;

d) Aos resultados da prova aplicada no Processo Seletivo Simplificado.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

5.2. Todos os recursos deverão ser interpostos em até **01 (um) dias**, após a divulgação por Edital, de cada evento.

5.3. Os recursos deverão ser preenchidos/digitados no site atena.listaeditais.com.br na página referente ao Processo Seletivo Simplificado, no prazo marcado por edital, por meio de sistema eletrônico de interposição de recurso, seguindo as orientações da página e deverão conter:

5.3.1. Um formulário de recurso para cada pedido de revisão, sendo que deve(m) ser apresentada(s):

- a) No caso de indeferimento/não processamento de inscrição, razões pelas quais solicita a homologação da sua inscrição, bem como cópias anexadas dos comprovantes de inscrição e de pagamento;
- b) Circunstanciada exposição a respeito dos pontos ou Títulos, para as quais, em face às normas do certame, contidas no Edital, da natureza do cargo a ser provido ou do critério adotado, deveria ser atribuído maior grau ou número de pontos;
- c) Em outros casos, as razões do pedido, bem como o total dos pontos pleiteados.

5.4. Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados. Não se conhecerão os recursos que não estejam fundamentados com argumentação lógica e consistente, inclusive os pedidos de simples revisão de nota. Recursos inconsistentes e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital serão preliminarmente indeferidos.

5.5. Os recursos interpostos, que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecidos no Edital não serão apreciados.

5.6. Nos formulários digitais não haverá necessidade de qualificação do candidato, tendo em vista que cada formulário estará vinculado diretamente ao registro do recorrente.

5.7. Não haverá hipótese de solicitação do pedido de revisão por outro meio senão aquele disponibilizado para tal na respectiva página, considerando-se deserto o pedido cujo preparo seja efetuado de outro modo.

5.8. As razões do pedido não poderão conter qualquer identificação do recorrente, timbre de escritório e/ou empresa etc., permitindo-se assim a sua análise sem a identificação do postulante.

5.9. Os recursos que forem apresentados deverão obedecer rigorosamente aos preceitos fixados neste Capítulo e serão dirigidos à Atena Assessoria Educacional, empresa designada para execução do Processo Seletivo Simplificado.

5.10. A decisão final dos recursos será publicada por Edital, da qual não é admissível qualquer recurso ou pedido de revisão e/ou reconsideração.

5.14. Os Pareceres exarados pela Banca Examinadora ficarão disponíveis para consulta dos candidatos na **Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo** e no site atena.listaeditais.com.br, na página do Processo Seletivo Simplificado, a partir da divulgação dos respectivos Editais e resultados.

5.15. A Atena Assessoria Educacional não se responsabilizará por recursos não recebidos por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

CAPITULO VI – DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

6.1. O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados, respeitado o percentual de reserva de vagas para as pessoas com deficiência.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

6.2. A publicação da contratação dos candidatos será feita por Edital, publicado junto ao **Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo** e, paralelamente, no Site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

6.2.1. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de quando for nomeado, perder o prazo para tomar Contratação, caso não seja localizado.

6.2.2. O Município de Braço do Trombudo e a Atena Assessoria Educacional não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de endereços residencial e eletrônico ou telefones não atualizados ou informados erroneamente.

6.3. Ficam advertidos os candidatos de que, no caso de contratação, a Contratação do cargo só lhes será deferida no caso de exibirem:

- a) A documentação comprobatória das condições previstas no Capítulo II - item 2.1 deste Edital acompanhada de fotocópia;
- b) Atestado de boa saúde física e mental, a ser fornecido por médico trabalhista, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
- c) Declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas.
- d) Documentos pessoais: Carteira de Identidade (RG), Cadastro Pessoa Física (CPF), Certidão de Casamento, Certidão de Nascimento dos Filhos e Comprovante de Endereço;
- e) Número da conta corrente, no Banco do Brasil;
- f) PIS/PASEP (frente e verso);
- g) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares.
- h) Certidão de Antecedentes Criminais.

6.4. A não apresentação dos documentos acima, na ocasião da Contratação, implicará impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

6.5. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta Médica Oficial para a verificação da deficiência, bem como da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

CAPITULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A habilitação no Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato a contratação imediata, mas apenas a garantia de ser nomeado segundo as vagas existentes, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, dentro da validade do certame.

7.2. Não poderão participar do Processo Seletivo Simplificado os membros de quaisquer das comissões deste Processo Seletivo Simplificado e os profissionais responsáveis pela elaboração da prova, assim como seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até segundo grau.

7.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado em Edital próprio.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

7.4. O distrato da contratação ocorrerá conforme legislações estatutárias que regulamentam o exercício dos cargos.

7.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora e a Atena Assessoria Educacional.

7.6. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

7.6.1. Anexo I – Descrições, atribuições e responsabilidades dos cargos.

7.6.2. Anexo II – Normas para Prova de títulos.

7.6.5. Anexo III – Requerimento – Pessoa com Deficiência.

7.6.7. Anexo IV – Requerimento de Desempate – Condição de Jurado.

7.6.8. Anexo V – Formulário Prova de Títulos.

Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, 26 de março de 2019

NILDO MELMESTET
Prefeito de Braço do Trombudo





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

ANEXO I

EDITAL 002/2019 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019
DESCRIÇÃO, ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

CARGO: PROFESSOR

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES: Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, sugerindo objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável a unidade de ensino; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Preparar as aulas, definindo metodologias de ensino, criando atividades de acordo com o conteúdo e objetivos, pesquisando, analisando e selecionando material didático e para-didático, dentro da legislação educacional vigente; Ministrar aulas, relacionando os conteúdos às diversidades pessoais e regionais dos alunos, bem como orientar os alunos no processo de construção da leitura, escrita, conceitos de ciências naturais, noções de tempo e espaço, atividades artísticas, corporais, entre outras, de acordo com a legislação educacional vigente; Cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos, dados acerca dos conteúdos e atividades ministradas, ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino-aprendizagem, conceitos, notas, entre outros, conforme normas e padrões preestabelecidos; Planejar o curso de acordo com as diretrizes educacionais, estabelecendo conteúdos mínimos por série, atividades periódicas, cronograma, estratégias, entre outros a fim de ajustar o mesmo com o Projeto Político Pedagógico; Definir critérios e avaliar os alunos, acompanhando o trabalho diário, aplicando instrumentos diversos de avaliação, refletindo sobre aspectos qualitativos e quantitativos, participando de reuniões de conselho de classe, corrigindo trabalhos, a fim de poder acompanhar as etapas do desenvolvimento perceptivo-motor dos mesmos; Organizar eventos e/ou atividades sociais, culturais e pedagógicas, traçando os objetivos do evento, preparando roteiros e instrumentos para registro, instruindo os alunos a participar, bem como solicitando autorização da direção da escola para a realização do mesmo; Elaborar e executar a programação referente à regência de classe e atividades afins, através de pesquisas e plano de ação, de modo a atender as normas preestabelecidas; Manter atualizado no diário de classe, os registros escolares relativos às suas atividades específicas, bem como as ocorrências e ou informações prestadas aos pais e à Coordenação Pedagógica e Direção; Participar de cursos, encontros, seminários, com a finalidade de promover a contínua formação e o aperfeiçoamento profissional, bem como de Conselhos de Classe, Reuniões Pedagógicas, entre outros; Participar dos processos de eleição desencadeados na unidade escolar, conselhos de classe, bem como realizar atividades relacionadas com serviço de apoio técnico; Manter permanentemente contato com pais e alunos, juntamente com a coordenação, de modo a mantê-los informados quanto ao desempenho do aluno; Planejar e implementar a recuperação paralela garantindo ao aluno novas oportunidades de aprendizagem estabelecendo estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento; Conhecer e respeitar as leis constitucionais da Educação e as normas da unidade escolar, com o intuito de cumprir com a legislação vigente; Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis; Representar, quando designado, a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado; Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional; Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; Ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; Participar de grupos de trabalho e/ou





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

ANEXO II
EDITAL 002/2019 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019
NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

Na realização da prova de títulos, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

1. O tempo de entrega dos títulos da Prova de Títulos será de **2 (duas) horas**.
2. Não haverá Prova de Título fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes. Não será admitido à prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido no Capítulo IV deste Edital; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.
3. O ingresso na sala da Prova de Títulos somente será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade, desde que o documento permita com clareza sua identificação e assine a lista de presença.
 - 3.1. Não será aceita entrega de documentos na Prova de Títulos por outra pessoa que não o(a) candidato. Não serão aceitos Procurações.
 - 3.2. **Serão aceitos como documentos de identidade:** Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documentos de identidade, como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).
 - 3.3. O documento de identidade utilizado pelo candidato para a realização da inscrição deverá ser o mesmo utilizado para ingresso no local de realização da prova e para tratar de seus interesses junto ao Município de Braço do Trombudo e à Atena Assessoria Educacional.
 - 3.4. **Não serão aceitos como documentos de identidade:** certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.
 - 3.5. O candidato deverá estar ciente de que, caso não validado o documento de identificação, não poderá fazer a entrega dos documentos na Prova de títulos.
4. **Poderá ser excluído sumariamente do Processo Seletivo Simplificado o candidato que:**
 - a) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
 - b) Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
 - c) Não permitir ser submetido ao detector de metal (quando aplicável);
 - d) Não permitir a coleta de sua assinatura e/ou recusar-se a realizar qualquer procedimento que tenha por objetivo comprovar a autenticidade de identidade e/ou de dados;
5. Após entregar seus documentos o candidato deverá se retirar do local da entrega dos títulos.





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

ANEXO III
EDITAL 002/2019 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019
REQUERIMENTO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO	
Nome do Candidato:	N.º de Inscrição:
Cargo Pretendido:	
DADOS CADASTRAIS	
Mãe:	
Data do Nascimento:	
Naturalidade:	Estado:
N.º filhos:	Sexo:
Estado Civil:	
Endereço Residencial:	N.º:
Cidade:	Estado:
CPF:	Fone:
Carteira de Identidade:	Órgão Expedidor:
E-mail:	

() Vem **REQUERER** vaga especial como **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**. Apresentou LAUDO MÉDICO com CID. (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID: _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

(OBS.: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres).

Nestes Termos,
Espera Deferimento.

Braço do Trombudo/SC, ____ de _____ de 2019 .

Assinatura do Candidato





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

ANEXO IV
EDITAL 002/2019 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019
REQUERIMENTO DE DESEMPATE – CONDIÇÃO DE JURADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO			
Nome do Candidato:		N.º de Inscrição:	
Cargo Pretendido:			
DADOS CADASTRAIS			
Mãe:			
Data do Nascimento:			
Naturalidade:		Estado:	
N.º filhos:	Sexo:	Estado Civil:	
Endereço Residencial:		N.º:	
Cidade:		Estado:	
CPF:		Fone:	
Carteira de Identidade:		Órgão Expedidor:	
E-mail:			

Eu, _____, venho **REQUERER** que, em caso de aprovação, restando empatado, haja preferência no critério de desempate pela condição de jurado (conforme Art. 440, Código de Processo Penal). Para tanto, seguem anexos, nos termos deste Edital, os documentos que comprovam essa condição.

Braço do Trombudo/SC, ____ de _____ de 2019 .

Assinatura do candidato _____





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2019

ANEXO V
EDITAL 002/2019 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019
FORMULÁRIO PROVA DE TÍTULOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO	
Nome do Candidato:	N.º de Inscrição:
Cargo Pretendido:	

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE PROVA DE TÍTULOS:

CARGO: PROFESSORES

Títulos Professores	Pontuação Máxima	Total
Além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, <u>certificado ou certidão de conclusão</u> do Curso de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> na área de educação.	7,0	
Além do certificado da graduação para o cargo que se inscreveu, <u>certificado ou certidão de conclusão</u> do Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> na área de educação.	6,0	
<u>Certificado ou declaração de conclusão de curso</u> do curso superior específico para qual se inscreveu	4,0	
Cursos de aperfeiçoamento: Será acrescido a nota da prova de títulos 0,01 ponto a cada hora de cursos de aperfeiçoamento específico para a área da educação (não será computado hora por disciplinar cursada em Graduação ou Pós-graduação), apresentado pelo candidato, podendo acumular no máximo 300 horas. Serão validados cursos realizados a partir de janeiro/2018.	3,0	
TOTAL		

Preencha apenas o nome, cargo pretendido e número da inscrição, a coluna da pontuação será preenchida na hora da entrega dos títulos.

Braço do Trombudo/SC.....dede 2019.

Assinatura – Resp. do recebimento

Assinatura do Candidato



Brusque

PREFEITURA

EDITAL CONVOCAÇÃO Nº 005-2019- PROCESSO SELETIVO 015-2018

Publicação Nº 1970483

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2019
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 015/2018

A Diretora de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e considerando a homologação do resultado do Processo Seletivo 015/2018 para preenchimentos de vagas temporárias da Secretaria Municipal de Educação do Município de Brusque, CONVOCA os candidatos aprovados relacionados no Anexo I, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque, a partir do dia 02 de abril de 2019, até o dia 09/04/2019, no horário 12:00 h às 17:00 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para agendamento do Exame médico Admissional.

1.1 O não comparecimento para a entrega de documentos, ou para o Exame Médico Admissional, ou ainda a falta de qualquer documento constante no anexo II, até o dia 09/04/2019 as 16:00 horas, acarretará o não cumprimento da exigência do item 1, e por consequência a perda da vaga.

1.2 É de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta-corrente para recebimento de seus vencimentos. Preferencialmente pela Caixa Econômica Federal. O candidato deverá comparecer ao Correspondente Bancário da Caixa, situado na Prefeitura de Brusque, a fim de realizar a abertura de conta. Se o candidato preferir outra instituição Bancária deverá solicitar a portabilidade.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2. A avaliação da junta médica oficial dar-se-á, em momento anterior à escolha de vagas, da seguinte forma:

2.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá comparecer no local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos para a referida avaliação;

2.2 A não realização da avaliação médica impedirá a escolha de vagas.

Brusque – SC, 02 de abril de 2019.
ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

ANEXO I - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 005/2019
EDITAL DE Processo Seletivo 015/2018

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente de Serviços Gerais (Limpeza)

204 1341204 Sirlei Rodrigues Biscaia
205 1333231 Suzana Pereira
206 1338773 Miria Hoffmann Gilli
207 1332453 Grasiela Severino
208 1341210 Edna Da Costa Amante Balduino
209 1332904 Jose Osvaldecir Trindade
210 1333038 Celia Lopes Ferrante
211 1347397 Sandro Marcelo Lops Rabelo
212 1334337 Maria Izabel Maciel
213 1342796 RUDVAN QUINTO DE SOUZA SANTOS
214 1332778 Argelia Winter
215 1342384 Maria Goreti Franca

Servente de Serviços Gerais (Merendeira)

82 1336746 Rosemar Da Silva
83 1341391 Claudete Sestrem
84 1332987 Sonia Maria Gomes Jardim Dos Santos
85 1336334 Elaine Fernandes Ozawa
86 1349328 Regina Lepkoski Da Silva

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. O candidato deverá apresentar, para agendar exame médico admissional, CÓPIA E ORIGINAL dos seguintes documentos:

- a) CTPS (folhas da identificação);
- b) PIS;
- c) CPF;
- d) Carteira de Identidade;
- e) Título de Eleitor;
- f) Comprovante de residência (fatura de água ou energia elétrica, contrato de locação ou declaração com firma reconhecida no cartório;
- g) Certidão de casamento ou nascimento conforme o caso;
- h) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- i) Comprovação relativa a quitação militar, para os homens (desobrigado acima de 46 anos);
- j) Certidão de quitação eleitoral, que poderá ser retirada no site do Tribunal Regional Eleitoral (www.tre-sc.gov.br);
- k) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato (declaração I);
- l) Declaração que não sofreu penalidade disciplinar no exercício do cargo ou função pública, fornecida pelo candidato (declaração II);
- m) Declaração de bens (declaração III);
- n) Certificado Escolar exigido para o cargo;
- o) Foto 3X4;
- p) Comprovante de qualificação cadastral do e-Social.
- q) CPF de todos os dependentes (cônjuge e filhos)
- r) Certidão de antecedentes criminais da comarca de Brusque (fornecida pela Justiça Comum) ou certidão de antecedentes criminais do estado que reside.

EDITAL Nº 004-2019- CRONOGRAMA DA PROVA PRATICA-PROCESSO SELETIVO Nº 004-2019

Publicação Nº 1970352

Prefeitura Municipal de Brusque

Processo Seletivo Simplificado

EDITAL Nº 004/2019 - CRONOGRAMA DA PROVA PRÁTICA
PROCESSO SELETIVO N. 004/2019

A Diretora, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA CRONOGRAMA DA PROVA PRÁTICA, em ordem alfabética do Processo Seletivo para os cargos de AGENTE DE OBRAS, AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS e MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, conforme segue:

AGENTE DE OBRAS- PEDREIRO

DATA DA PROVA PRATICA: 05/04/19

HORÁRIO: 14H

- 001 Adão Antonio de Araujo
- 002 Adriano Domingos Ferreira
- 003 Airtton dos Santos Burda
- 004 Alison Andre Sonza
- 005 Allison Bryan Gomes
- 006 Andre Gomes Correa
- 007 Antonio Eugenio da Costa
- 008 Antônio Francisco de Menezes
- 009 Antonio Jose Rodrigues Santos

DATA DA PROVA PRATICA: 05/04/19

HORÁRIO: 15H15MIN

- 010 Antonio Miguel DE Souza
- 011 Carlos Dos Santos Ribeiro
- 012 Cassemiro Santos Tavares
- 013 Claudio Amaral
- 014 Cleverson Batista Medeiros
- 015 David Gulka
- 016 Edinei do Prado Percebeske
- 017 Eivando Gonçalves DE Abreu
- 018 Elcivaldo DA Costa Siqueira

DATA DA PROVA PRATICA: 05/04/19

HORÁRIO: 16H30MIN

- 019 Elias Alves A Silva
- 020 Felipe Allan Gomes
- 021 Gerfson Ribeiro Silva
- 022 Gilberto Chaves
- 023 Hamilton Joe Pereira

024 Inori Fernandes Medeiros
025 Israel DE Santana Nascimento
026 Ivan Rodrigues Bodemuller
027 Jair Silva DO Prado

DATA DA PROVA PRATICA: 08/04/19

HORÁRIO: 14H

028 João Carlos Pagani
029 João Luiz Galvão
030 Joao Sa Teles Santana
031 José Celso Alves
032 José Cosme Bispo Costa
033 José Elias Gonçalves
034 José Luciano Oliveira Gomes
035 José Nilson Ribeiro DA Silva
036 Jose Osvaldecir Trindade

DATA DA PROVA PRATICA: 08/04/19

HORÁRIO: 15H15MIN

037 Jose Pereira de Souza
038 Josias Libralao
039 Jurandir dos Santos Nascimento
040 Kleverton Matos da Silva
041 Luis Valdo dos Santos Souza
042 Luiz Carlos Santos Carneiro
043 Luiz Geraldo Ribeiro
044 Luiz Henrique Kemper
045 Marcos Jose da Silva Palheta

DATA DA PROVA PRATICA: 08/04/19

HORÁRIO: 16H30MIN

046 Mario Augusto de Jesus Silva
047 Nivaldo Aprigio
048 Osmar Lofy
049 Otavio Diniz de Oliveira
050 Paulo Cesar Resende de Lima
051 Paulo Henrique Pedrosa
052 Ricardo Alexandre Lana
053 Ricardo DA Conceição Pereira

DATA DA PROVA PRATICA: 10/04/19

HORÁRIO: 14H

054 Roque Pradella
055 Roque Santana
056 Rosenildo Pereira dos Santos
057 Rui Carlos Motta
058 Tharles Diedrich Machado
059 Valdecir Cardoso
060 Valmor Pinot
061 Vanderley Carlos de Souza

DATA DA PROVA PRATICA: 10/04/19

HORÁRIO: 15H15MIN

062 Vandro João de Oliveira
063 Vinicius Vargas
064 Volni Ribeiro
065 Wellington de Jesus
066 Willias de Souza Conceição
067 Wilson dos Santos de Carli
068 Wilton Carvalho Ramos

AGENTE DE OBRAS- ASFALTO

DATA DA PROVA PRATICA: 09/04/19

HORÁRIO: 8H

001 Cleito Cezar Costa
002 Douglas Lopes de Santa Anna
003 Lucio Kohler

AGENTE DE OBRAS- PINTOR

DATA DA PROVA PRATICA: 05/04/19

HORÁRIO: 8H

001 Almir Paza

002 Antonio Alacir Ribeiro

003 Antonio Carlos Da Silva

004 Antonio Marcos Pereira

005 Carmo Candido

006 Cleusir Corsi

007 Djonatan Trindade

008 Eliezer Branham da Silva Ribeiro

009 Francisco Correia de Oliveira

010 Jocimar Fischer

011 Jose da Silva

DATA DA PROVA PRATICA: 08/04/19

HORÁRIO: 8H

012 JosÉ Roberto Batista Graciano

013 Manoel Satiro Filho

014 Nelson Antonio Santos de Jesus

015 Oracilio Antunes de Lima

016 Reginaldo Da Silva

017 Renato Ribeiro Silva

018 Sidnei DE Oliveira

019 Silvonei Antunes

020 Tedy Renan Silveira dos Santos

021 Walter Roberto Silva

AGENTE DE OBRAS- PONTES

DATA DA PROVA PRATICA: 05/04/19

HORÁRIO: 8H

001 Antonio Jacinto

002 Jose Ferreira da Silva

003 Josimar Deodato da Silva

004 Manoel Barbosa dos Santos

005 Marcos Antonio Barbosa

AGENTE DE OBRAS- MARCENEIRO

DATA DA PROVA PRATICA: 04/04/19

HORÁRIO: 8H

001 Ademir Buschirolli

002 Amarildo Jose Rezini

003 Carlos Augusto DE Jesus Oliveira

004 Neri Antonio Vendruscolo

005 Valcir Eleoterio

AGENTE DE OBRAS- CALÇAMENTO

DATA DA PROVA PRATICA: 04/04/19

HORÁRIO: 7H

001 Altair Rocha

002 Angelino Pinheiro de Souza

003 Cosme de Macedo

004 Eliseu Cardoso

005 Isac Oliveira Cargnelutti

006 Marcos Silva Miguel

007 Mario Cesar dos Santos

008 Pedrinho Alves Rodrigues

009 Valdemar Rosa

010 Vilmar de Lima

AGENTE DE OBRAS- TUBULAÇÃO, LIMPEZA E RECUPERAÇÃO

DATA DA PROVA PRATICA: 05/04/19

HORÁRIO: 13H30MIN

001 Ademilson dos Santos Nunes

002 Aldecir da Silva Bezerra
003 Antonio Francinaldo Freitas da Silva
004 Danilo dos Santos Guedes
005 Elias Arlei DE Andrade Farias
006 Evaldo Beira
007 Joeci Rodrigues Martins
008 Jorge Ferreira de Assis

DATA DA PROVA PRATICA: 08/04/19

HORÁRIO: 13H30MIN

009 Jose Maria Gomes
010 Juarez Gomes
011 Lindolfo Kohler
012 Luiz Carlos da Silva Oliveira
013 Marco Antonio Pereira Carneiro
014 Vilmar Ferreira dos Santos
015 Wilmar dos Santos

AGENTE DE OBRAS- OPERADOR USINA DE ASFALTO

DATA DA PROVA PRATICA: 09/04/19

LOCAL: 7H

001 Ivonildo Costa Moreira
002 Jefferson Luiz Razini
003 João Alfredo Decken

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS- AUXILIAR EQUIPE DE TUBULAÇÃO

DATA DA PROVA PRATICA: 08/04/19

HORÁRIO: 6H

001 Adelirio Montibeler
002 Adilson Ferreira de Souza
003 Admir Jose Schmitz
004 Carlos Bento Cardoso
005 Cicero Célio Alves de Melo
006 Cosme Oliveira Santos
007 Darci Ramos Junior
008 Edielson da Silva Gomes
009 Ednaldo Fonseca Brito
010 Edymey Pereira DE Lima
011 Gilson Carvalho
012 Gustavo Xavier dos Santos
013 Halailson da Silva Costa

DATA DA PROVA PRATICA: 09/04/19

HORÁRIO: 6H

014 Jessé Carlos Alves
015 João Carlos Silva de Lima
016 Jose Luiz Coelho
017 Jose Luiz Sales Pereira
018 Jose Ribeiro dos Santos
019 Jurandir Vitorio Bambinetti
020 Lindomar Martins
021 Luciano Carlos da Silva
022 Luis Siqueira dos Santos
023 Marcio Amorim
024 Marinho Raiser
025 Mario Leite da Silva

DATA DA PROVA PRATICA: 10/04/19

HORÁRIO: 6H

026 Maurino Lebeck
027 Raimundo DE Oliveira Assunção
028 Raimundo Nonato Souza da Silva
029 Rodomir Wilson Klann
030 Rogerio Gomes Rodrigues
031 Samuel Messias Ferreira Cardoso
032 Sidnei DA Silva Porto
033 Silval de Oliveira Costa Filho

034 Tiago Arruda Xavier Pereira
035 Waldo Brito Favacho
036 Washington Luis de Brito
037 Willian Pereira Santos

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS- AUXILIAR EQUIPE ASFALTICA

DATA DA PROVA PRATICA: 04/04/19

HORÁRIO: 8H

001 Adbielson Dutra Barbosa
002 Adielton Carlos Santos Silva
003 Alan Silva dos Santos
004 Aldevane Pereira De Souza
005 Andre Silva Costa
006 Daniel Rodrigues de Lima
007 Gabriel Reis Hass
008 Geraldo Soares
009 João Cherles Pereira
010 João Henrique Martins
011 José Carlos de Oliveira Silva
012 Jose Carlos Burg

DATA DA PROVA PRATICA: 05/04/19

HORÁRIO: 8H

013 Jose Carlos Rocha Silva
014 Jose Rogerio da Silva Rocha
015 Jurandir Pedrini
016 Leandro Martins
017 Luan Rafael Gross
018 Luciano Wouk
019 Osvaldo Goedert
020 Paulo de Jesus Rodrigues
021 Rudson Silva dos Santosq
022 Sandro DA Silva Maia
023 Vilson Torresani
024 Wellinton Soares Toresani

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS- TOPOGRAFIA

DATA DA PROVA PRATICA: 04/04/19

HORÁRIO: 7H

001 Bruno Huber Pereira
002 Carlos Alberto da Silva
003 Fabricio Maçaneiro
004 Josuel Ferreira Bezerra
005 Luiz Carlos Aprigio
006 Luiz Carlos Nascimento Olivera
007 Paulo Luiz da Silva
008 Robson Tiago Rodrigues da Conceicao
009 Tiago de Andrade Farias

AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS- ROÇADOR

DATA DA PROVA PRATICA: 04/04/19

HORÁRIO: 6H

001 Adonias Domingos da Silva
002 Altair Jose Schwartz
003 Altair Mafra
004 Anderson Wagner Franzen
005 Antonio Marcos Araujo DE Jesus
006 Assis DA Costa Alvares
007 Celso Domingues do Nascimento
008 Francisco DE Assis Karvat
009 Ivan Costa da Silva
010 Jackson Clementino da Silva
011 Joao Carlos Mathias
012 Jonatas Pereira
013 Joni Marques
014 Jorge Gonzaga da Silva

015 Jose Damiao de Sousa Santos
016 Luiz Carlos Cavalheiro da Silva
017 Luiz Carlos Rodrigues DE Oliveira
018 Mariano Sena Santos
019 Marinilson Brito dos Santos
020 Olivio Soares
021 Pedro Mathias
022 Ricardo Correa de Mello
023 Sebastião Pedro Ercilio Zeferino

MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

DATA DA PROVA PRATICA: 08/04/19
HORÁRIO: 7H
001 Almiro Adriano Klabunde
002 Anderson Carneiro Rodrigues
003 Antonio Carlos Azevedo
004 Antonio Carlos dos Santos
005 Cesar Alexandre Teixeira da Silva
006 Charles Horner
007 Claudinei Vanelli
008 Claudio Vill

DATA DA PROVA PRATICA: 08/04/19
HORARIO: 13H30min
009 Cleibsandro Lamim
010 Cleiton Pader dos Santos
011 Edvaldo Aparicio Fernandes
012 Ericarlos Pombo Reis Junior
013 Everaldo Rodrigues Dos Santos
014 Fabio Luiz Assalin
015 Gilberto Hilleshein
016 João Carlos Santos Brandão

DATA DA PROVA PRATICA: 09/04/19
HORÁRIO: 7H
017 Jorge Andre da Rosa Requeime
018 Josemar Gonçalves
019 Juliano Rodrigues Fernandes
020 Junior Cesar Gomes de Oliveira
021 Leandro Raiser
022 Marcos Tadeu Almeida Pereira
023 Pedro Jose Correia DE Lima

DATA DA PROVA PRATICA: 09/04/19
HORÁRIO: 13H30min
024 Rodnei Cavalieri
025 Sandro Franciel Andrejewski
026 Sandro Luis Gardini
027 Saulo Eugenio Deucher
028 Tertuliano Rodrigues Oliveira Neto
029 Vilson Nascimento Oliveira

Orientações para realização da Prova Prática, conforme o Edital 004/2019:

- 1) Por razões de ordem técnica ou meteorológica poderá ser transferida a data, local e horário da realização da prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no endereço eletrônico do processo seletivo, por aviso fixado no mural ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível;
- 2) Os candidatos deverão comparecer na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, e aguardar no Refeitório, para que os responsáveis encaminhem até o local da prova, na data e horário determinados:
 - a) Munidos de documento de identificação pessoal, sem o qual não poderão ingressar no local; Os candidatos a vaga de motorista de veículos pesados deverão apresentar ainda a Carteira Nacional de Habilitação categoria E que os autorize a conduzir o veículo.
 - b) Trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado, calçado aberto ou sem peça de vestuário.
- 3) Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova prática, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o seu início, munidos de comprovante de inscrição e documento de identificação original, o qual deverá estar em perfeitas condições, de maneira a permitir, com clareza, a identificação do candidato;
- 4) Não haverá segunda chamada para a prova prática em etapa única deste Processo Seletivo, ficando o candidato ausente, por qualquer motivo, eliminado do certame;

Brusque, 02 de abril de 2019.
ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

EDITAL Nº 004-2019-LISTA FINAL INSCRIÇÃO -PROCESSO SELETIVO Nº 004-2019

Publicação Nº 1970351

Prefeitura Municipal de Brusque

Processo Seletivo Simplificado

EDITAL Nº 004/2019

LISTA FINAL DE INSCRITOS - PROCESSO SELETIVO N. 004/2019

A Diretora, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA Lista final de Inscritos, em ordem alfabética, do Processo Seletivo para o cargo de AGENTE DE OBRAS, AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS e MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, conforme segue:

Agente de Obras-Pedreiro

001 Adão Antonio de Araujo

002 Adriano Domingos Ferreira

003 Ailton dos Santos Burda

004 Alison Andre Sonza

005 Allison Bryan Gomes

006 Andre Gomes Correa

007 Antonio Eugenio da Costa

008 Antônio Francisco de Menezes

009 Antonio Jose Rodrigues Santos

010 Antonio Miguel DE Souza

011 Carlos Dos Santos Ribeiro

012 Cassemiro Santos Tavares

013 Claudio Amaral

014 Cleverson Batista Medeiros

015 David Gulka

016 Edinei do Prado Percebeske

017 Eivando Gonçalves DE Abreu

018 Elcivaldo DA Costa Siqueira

019 Elias Alves A Silva

020 Felipe Allan Gomes

021 Gerfson Ribeiro Silva

022 Gilberto Chaves

023 Hamilton Joe Pereira

024 Inori Fernandes Medeiros

025 Israel DE Santana Nascimento

026 Ivan Rodrigues Bodemuller

027 Jair Silva DO Prado

028 João Carlos Pagani

029 João Luiz Galvão

030 Joao Sa Teles Santana

031 José Celso Alves

032 José Cosme Bispo Costa

033 José Elias Gonçalves

034 José Luciano Oliveira Gomes

035 José Nilson Ribeiro DA Silva

036 Jose Osvaldecir Trindade

037 Jose Pereira de Souza

038 Josias Libralao

039 Jurandir dos Santos Nascimento

040 Kleverton Matos da Silva

041 Luis Valdo dos Santos Souza

042 Luiz Carlos Santos Carneiro

043 Luiz Geraldo Ribeiro

044 Luiz Henrique Kemper

045 Marcos Jose da Silva Palheta

046 Mario Augusto de Jesus Silva

047 Nivaldo Aprigio

048 Osmar Lofy

049 Otavio Diniz de Oliveira

050 Paulo Cesar Resende de Lima

051 Paulo Henrique Pedrosa

052 Ricardo Alexandre Lana

053 Ricardo DA Conceição Pereira

054 Roque Pradella

055 Roque Santana

056 Rosenildo Pereira dos Santos
057 Rui Carlos Motta
058 Tharles Diedrich Machado
059 Valdecir Cardoso
060 Valmor Pinot
061 Vanderley Carlos de Souza
062 Vandro João de Oliveira
063 Vinicius Vargas
064 Volni Ribeiro
065 Wellington de Jesus
066 Willias de Souza Conceição
067 Wilson dos Santos de Carli
068 Wilton Carvalho Ramos

Agente de Obras-Asfalto

001 Cleito Cezar Costa
002 Douglas Lopes de Santa Anna
003 Lucio Kohler

Agente de Obras-Pintor

001 Almir Paza
002 Antonio Alacir Ribeiro
003 Antonio Carlos Da Silva
004 Antonio Marcos Pereira
005 Carmo Candido
006 Cleusir Corsi
007 Djonatan Trindade
008 Eliezer Branham da Silva Ribeiro
009 Francisco Correia de Oliveira
010 Jocimar Fischer
011 Jose da Silva
012 JosÉ Roberto Batista Graciano
013 Manoel Satiro Filho
014 Nelson Antonio Santos de Jesus
015 Oracilio Antunes de Lima
016 Reginaldo Da Silva
017 Renato Ribeiro Silva
018 Sidnei DE Oliveira
019 Silvonei Antunes
020 Tedy Renan Silveira dos Santos
021 Walter Roberto Silva

Agente de Obras-Pontes

001 Antonio Jacinto
002 Jose Ferreira da Silva
003 Josimar Deodato da Silva
004 Manoel Barbosa dos Santos
005 Marcos Antonio Barbosa

Agente de Obras-Marceneiro

001 Ademir Buschirolli
002 Amarildo Jose Rezini
003 Carlos Augusto DE Jesus Oliveira
004 Neri Antonio Vendruscolo
005 Valcir Eleoterio

Agente de Obras-Calçamento

001 Altair Rocha
002 Angelino Pinheiro de Souza
003 Cosme de Macedo
004 Eliseu Cardoso
005 Isac Oliveira Cargnelutti
006 Marcos Silva Miguel
007 Mario Cesar dos Santos
008 Pedrinho Alves Rodrigues
009 Valdemar Rosa
010 Vilmar de Lima

Agente de Obras-Tubulação, limpeza e recuperação

001 Ademilson dos Santos Nunes
002 Aldecir da Silva Bezerra
003 Antonio Francinaldo Freitas da Silva
004 Danilo dos Santos Guedes
005 Elias Arlei DE Andrade Farias
006 Evaldo Beira
007 Joeci Rodrigues Martins
008 Jorge Ferreira de Assis
009 Jose Maria Gomes
010 Juarez Gomes
011 Lindolfo Kohler
012 Luiz Carlos da Silva Oliveira
013 Marco Antonio Pereira Carneiro
014 Vilmar Ferreira dos Santos
015 Wilmar dos Santos

Agente de Obras-Assistente de Operador Usina de asfalto

001 Ivonildo Costa Moreira
002 Jefferson Luiz Razini
003 João Alfredo Decken

Agente de serviços especiais-Equipe de Limpeza geral

001 Abidon Sabino DE Siqueira
002 Adair Heck Bertolini
003 Adelson Nunes de Lima
004 Ademir Ferreira Ramos
005 Ademir José dos Santos
006 Adilson Heringue DE Cerqueira
007 Admilson Dasilva Antos
008 Adriana Laurindo
009 Adriana Veber
010 Adriano Ferreira Carvalho
011 Adriel Paloschi
012 Afonso Roland Decker
013 Agna Mota De Oliveira
014 Ailton Alves DE Macedo
015 Aires Pereira Dos Santos
016 Airton Rodrigo Colzani
017 Alberto Santana Bispo
018 Alceu Klabunde
019 Alceu Marcazoni
020 Alcione Domingues da Silva
021 Aldo Flores
022 Alessandro Iongblood
023 Alex Guadeson Louro Leal
024 Alexandre Pereira
025 Alexandre Rozic
026 Alisson Schork
027 Almir Coutinho
028 Altamir Karvak
029 Alvimar da Silva Macario
030 Amarildo dos Santos
031 Amarildo Silva
032 Ambrosio Hilleshein
033 Amilis Claudine Lima DA Silva
034 Amilton Horn
035 Amilton Horner
036 Amilton Tadeu de Oliveira
037 Ana Hilda Santana Bispo Mendes DE Souza
038 Anderson dos Santos
039 Andre Luis Sophiatti
040 Andre Santana Conceição
041 Andreza Soares Sales
042 Angelo Bento Burg
043 Angelo Vidal
044 Anisio Miquele
045 Anisio Napolitano
046 Antonio Raposo Oliveira
047 Aristides Silva

048 Armando Pinheiro Sobrinho
049 Arnaldo Paza
050 Arnaldo Xavier Junior
051 Carlinho de Almeida
052 Carlos Eduardo Leandro
053 Carlos Fernandes da Silva
054 Carlos Henrique DA Silva
055 Carlos Sandro Costa Sousa
056 Carlos Santana de Oliveira
057 Carlos Silverio
058 Celso de Jesus Fernandes
059 Cení Candiago
060 Cezar Silva De Andrade
061 Claudionice Lima dos Santos
062 Claudir Jose de Moraes
063 Clemilda da Cruz Felix
064 Cleyson Domingues Felix
065 Cristian Carlos Imhof
066 Daiane Araujo Felipiak
067 Daniel Lemes do Prado
068 Danilton Pereira DA Silva
069 David Pires Alves
070 Debora Coelho
071 Denilson Cirilo
072 Devanei Luiz Bolzon
073 Diana Coelho
074 Diegobanacheski
075 Dieny Alves Neves Chaves
076 Dirceu Battamedi
077 Domingos Pavesi
078 Donizetti da Lus Siqueira
079 Dorgival Ricardo da Silva
080 Douglas Coelho
081 Durval Paes do Nascimento
082 Ediclea de Jesus Conceição
083 Edmaycon Paulo Oliveira
084 Edson Luiz Martins
085 Eliane Regina dos Santos Schork
086 Eliaquim Chaves Trindade Neto
087 Elieser Alves
088 Eliete Alves Nascimento
089 Elisangela do Carmo Nascimento
090 Elisemar Jacob Pering
091 Elizani Vieira dos Santos
092 Elsa Pavlak
093 Ercídio Simões de Oliveira
094 Ervin Rogerio Correa DA Silva
095 Evandro Schmitz
096 Fabiano Amorim da Cunha
097 Fabricio Lofy
098 Fagner de Oliveira Nascimento
099 Fatima Teresinha DA Costa
100 Florisvaldo Matias Maia Filho
101 Francildo Barros Freitas
102 Francisca Maria Ferreira Oliveira
103 Francisco Rodrigues Bezerra
104 Francisco Romeu Rodrigues
105 Francisco Xavier Padilha
106 Genesio Antonio Scalvin
107 Genival DA Conceição Pereira
108 Gian Ricardo Barros de Oliveira
109 Gilberto dos Santos
110 Gilberto Guimarães
111 Gilberto Vieira de Amorim
112 Gilio Valerio Lebeck
113 Gilson Roberto Bonrruque
114 Giordano Pagno
115 Gisele da Silva
116 Gloria Mirjam Elvira Zen Schlindwein

117 Gomercindo Manoel Batista
118 Graciene Silva DE Andrade
119 Graziela Renata de Oliveira Marques
120 Harri Karloh
121 Heber Moraes Araujo
122 Idio Sapelli
123 Igor Jose DO Vale
124 Ivan Costa
125 Ivo Jose de Brito Junior
126 Izilda Dolores de Gracia Nogueira
127 Jackson Dognini
128 Jacques de Almeida Gonçalves
129 Jailson Santana dos Santos
130 Jailton Correia dos Santos
131 Janaina do Valle
132 Jane Fernanda Pantoja Santos
133 Janete da Silva Dias Homem
134 Janete Martins da Silva dos Santos
135 Jenifer Rafaela Huth Gonçalves
136 Jeovan Mendes Salgado
137 Jeovane dos Santos Anjos
138 Jhonatan Rodrigo Schuersovski
139 João Batista de Oliveira
140 João Carlos da Silva
141 Joao Carvalho Ferreira
142 João Domingos Francisco
143 João Fumagalli Junior
144 João Mauro de Oliveira
145 João Osmar Martins Aparecido
146 Joao Ribeiro dos Santos
147 João Testoni
148 Joicemar Luis Debatin
149 José Amarildo Gonçalves Pereira
150 José Batista Nascimento dos Santos
151 Jose Carlos de Toledo
152 José Carlos Machado
153 Jose Claudionor de Sousa Alves
154 José dos Santos Oliveira
155 Jose Evelasio Dietrich
156 Jose Marques Rodrigues Correa
157 José Raimundo de Sousa Ferreira
158 José Reinaldo dos Santos Junior
159 José Vieira da Silva
160 Josivaldo de Jesus Sousa
161 Jovani Santos da Silva
162 Juarez da Costa
163 Juarez Ferreira Xavier
164 Juliana Lima Sousa Almeida
165 Juliano Claudionei Pereira da Silva
166 Juliano Jose Kohler
167 Julio Cesar Lang
168 Julio Cesar Vicentini
169 Lacenir Batista
170 Laomithe Charlestin
171 Laudicéia Aparecida de Oliveira
172 Lavinho de Souza
173 Lazaro Giovane Rodrigues DA Luz
174 Lee Marjores de Souza Barroso
175 Leonilda Dutra
176 Leticia Soares Dos Anjos
177 Lorival dos Santos
178 Lorizete Pinheiro de Souza
179 Lourival Reis
180 Luanderson Cazumba Barbosa
181 Lucas Dias Caetano
182 Lucas Rocgha Ferreira de Sousa
183 Lucas Rogerio Brito da Silva
184 Luciana Pinheiro
185 Luciano Fontes Mafra

186 Luciano Monteiro
187 Luciano Steffen
188 Luciene Pereira de Sousa
189 Lucimar Aparecida de Oliveira
190 Luiscarlos Milan
191 Luiz Alberto Kohler
192 Luiz Andre de Castro Macario
193 Luiz Maçaneiro
194 Maicon Alexandre Correa
195 Maicon Junior Moreira dos Santos
196 Mailson DA Silva Guimaraes
197 Manoel Silva Santos
198 Marcelino Tillmann
199 Maria Conceição Pereira Santos
200 Maria Cristina Laurindoi da Silva
201 Maria da Conceição Sarmento
202 Maria DA Silva Lima
203 Maria das Dores Da Silva Amaral
204 Maria do Espirito Santo da Silva Souza
205 Maria do Livramento dos Santos Sousa
206 Maria Gloria Pereira Santos
207 Maria Jose Rodrigues da Silva
208 Maria Magna Bispo dos Santos Xavier
209 Maria Neudes Fernandes da Silva
210 Maria Salete da Luz
211 Marialva Dos Santos
212 Marilia Gabriela Marreiros
213 Marineuza Galdino Alves
214 Maristela Trindade
215 Marizete Gonçalves
216 Mateus Dos Santos Oliveira
217 Matheus Todt
218 Maucir Luiz Rescarolli
219 Mauro José Nunes Ribeiro
220 Michel Kaio da Cunha
221 Miguel Angelo Weiber
222 Miguel Chaves da Rosa
223 Miriam DE Jesus Coelho
224 Nair Naves Cavalheiro
225 Nelci Melo
226 Nelson Moreira dos Santos
227 Nelson Nris Pereira
228 Nelson Teixeira
229 Nineia Dos Santos Silva
230 Noelio Nascimento Jovita
231 Odair JosÉ Potratz
232 Omar Gonçalves
233 Paula Aparecida Machado Patrocinio
234 Paulo Barroso da Silva
235 Paulo Cesar Guedes
236 Paulo Henrique Bezerra Dos Santos
237 Paulo Roberto Falcão de Mattos
238 Pedro Gomes da Silva Filho
239 Pedro Jaco Provesi
240 Pedro Machado
241 Pedro Santos Salomão
242 Petrucio Alves da Silva
243 Priscila Lima Amaral
244 Rafael Severino
245 Raquel Alves
246 Reginaldo Brandao Souza
247 Reinaldo Fagner Dantas Santos
248 Ricardo Marilac da Cunha
249 Roberto Alexandre
250 Roberto Carlos Gonçalves dos Passos
251 Roberto Francisco Flor
252 Rodrigo Borges de Chaves
253 Rodrigo Mathias Vilamoski
254 Rogerio Verwiebe

255 Ronaldo dos Santos
256 Ronaldo Xavier
257 Roni Arno Dumke
258 Ronildo Henrique Sales DE Oliveira
259 Roque Robaldo dos Santos
260 Rosane Huth Gonçalves
261 Roseleine Francois
262 Rosiele dos Santos Machado
263 Rosineide Bispo dos Santos
264 Rosival da Conceição Pereira
265 Rudimar Waldhauer
266 Sandra Aparecida Lisboa
267 Sandra Marizete da Costa
268 Santulino Pinheiro de Souza
269 Sanzia Maria Da Cunha
270 Sebastião Nunes Cardoso
271 Sebastiao Schmitt
272 Sergio Ribeiro da Silva
273 Silvana de Lima
274 Silvano Merizio
275 Silvino Habitzreuter
276 Silvio Cesar da Silva Santana
277 Silvio Dupilar
278 Simone Das Graças Kuster
279 Sirlei Martins Pereira
280 Sirlene Bento DA Fonseca
281 Sueli Alves DA Silva
282 Taina da Veiga Machado
283 Tarcisio Luiz Raiser
284 Teresinha Carneiro Barbosa
285 Tereza Ferreira da Silva
286 Thalia Mayara Miguel Pereira
287 Thiago Luis Santana dos Santos
288 Tiago Batista de Almeida
289 Valdecir Carlos Otto
290 Valdenira Leite da Silva Lemes
291 Valdir Jose Dell Agnolo
292 Valdir Antonio Micoansky
293 Valdir Correa de Abreu
294 Valdir Otto
295 Valmir Cavichioni
296 Valtair Doro de Melo
297 Vanderlei de Jesus Batista
298 Vera Lucia Silva Miguel
299 Veronica Dzioba
300 Vilmar Luis Brugger
301 Vilson Paza
302 Viviane Ramos dos Santos
303 Wagner Costa de Aquino
304 Wagner Petris
305 Walkineires Conceição Olivira DA Silva
306 Washington Luiz de Souza Pinto Junior
307 Waster Santos Santana
308 Wilner Fleurvil
309 Wiverson Macario de Oliveira
310 Zilene Avelino DE Castro
311 Zulmira de Lima

Agente de serviços especiais-Auxiliar equipe tubulação

001 Adelirio Montibeler
002 Adilson Ferreira de Souza
003 Admir Jose Schmitz
004 Carlos Bento Cardoso
005 Cicero Célio Alves de Melo
006 Cosme Oliveira Santos
007 Darci Ramos Junior
008 Edielson da Silva Gomes
009 Ednaldo Fonseca Brito
010 Edymey Pereira DE Lima

011 Gilson Carvalho
012 Gustavo Xavier dos Santos
013 Halailson da Silva Costa
014 Jessé Carlos Alves
015 João Carlos Silva de Lima
016 Jose Luiz Coelho
017 Jose Luiz Sales Pereira
018 Jose Ribeiro dos Santos
019 Jurandir Vitorio Bambinetti
020 Lindomar Martins
021 Luciano Carlos da Silva
022 Luis Siqueira dos Santos
023 Marcio Amorim
024 Marinho Raiser
025 Mario Leite da Silva
026 Maurino Lebeck
027 Raimundo DE Oliveira Assunção
028 Raimundo Nonato Souza da Silva
029 Rodomir Wilson Klann
030 Rogerio Gomes Rodrigues
031 Samuel Messias Ferreira Cardoso
032 Sidnei DA Silva Porto
033 Silval de Oliveira Costa Filho
034 Tiago Arruda Xavier Pereira
035 Waldo Brito Favacho
036 Washington Luis de Brito
037 Willian Pereira Santos

Agente de Serviços especiais-auxiliar equipe asfáltica

001 Adbielson Dutra Barbosa
002 Adielton Carlos Santos Silva
003 Alan Silva dos Santos
004 Aldevane Pereira De Souza
005 Andre Silva Costa
006 Daniel Rodrigues de Lima
007 Gabriel Reis Hass
008 Geraldo Soares
009 João Cherles Pereira
010 João Henrique Martins
011 José Carlos de Oliveira Silva
012 Jose Carlos Burg
013 Jose Carlos Rocha Silva
014 Jose Rogerio da Silva Rocha
015 Jurandir Pedrini
016 Leandro Martins
017 Luan Rafael Gross
018 Luciano Wouk
019 Osvaldo Goedert
020 Paulo de Jesus Rodrigues
021 Rudson Silva dos Santosq
022 Sandro DA Silva Maia
023 Vilson Torresani
024 Wellinton Soares Toresani

Agente de Serviços especiais-Roçador

001 Adonias Domingos da Silva
002 Altair Jose Schwartz
003 Altair Mafra
004 Anderson Wagner Franzen
005 Antonio Marcos Araujo DE Jesus
006 Assis DA Costa Alvares
007 Celso Domingues do Nascimento
008 Francisco DE Assis Karvat
009 Ivan Costa da Silva
010 Jackson Clementino da Silva
011 Joao Carlos Mathias
012 Jonatas Pereira
013 Joni Marques
014 Jorge Gonzaga da Silva

015 Jose Damiao de Sousa Santos
016 Luiz Carlos Cavaleiro da Silva
017 Luiz Carlos Rodrigues DE Oliveira
018 Mariano Sena Santos
019 Marinilson Brito dos Santos
020 Olivio Soares
021 Pedro Mathias
022 Ricardo Correa de Mello
023 Sebastião Pedro Ercilio Zeferino

Agente de Serviços especiais-Topografia

001 Bruno Huber Pereira
002 Carlos Alberto da Silva
003 Fabricio Maçaneiro
004 Josuel Ferreira Bezerra
005 Luiz Carlos Aprigio
006 Luiz Carlos Nascimento Olivera
007 Paulo Luiz da Silva
008 Robson Tiago Rodrigues da Conceicao
009 Tiago de Andrade Farias

Motorista de veículos Pesados

001 Almiro Adriano Klabunde
002 Anderson Carneiro Rodrigues
003 Antonio Carlos Azevedo
004 Antonio Carlos dos Santos
005 Cesar Alexandre Teixeira da Silva
006 Charles Horner
007 Claudinei Vanelli
008 Claudio Vill
009 Cleibsandro Lamim
010 Cleiton Pader dos Santos
011 Edvaldo Aparicio Fernandes
012 Ericarlos Pombo Reis Junior
013 Everaldo Rodrigues Dos Santos
014 Fabio Luiz Assalin
015 Gilberto Hilleshein
016 João Carlos Santos Brandão
017 Jorge Andre da Rosa Requeime
018 Josemar Gonçalves
019 Juliano Rodrigues Fernandes
020 Junior Cesar Gomes de Oliveira
021 Leandro Raiser
022 Marcos Tadeu Almeida Pereira
023 Pedro Jose Correia DE Lima
024 Rodnei Cavalieri
025 Sandro Franciel Andrejewski
026 Sandro Luis Gardini
027 Saulo Eugenio Deucher
028 Tertuliano Rodrigues Oliveira Neto
029 Vilson Nascimento Oliveira

Brusque, 02 de Abril de 2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

EXTRATO CONTRATO Nº 026-2019 - SAMAE

Publicação Nº 1970413

EXTRATO DO CONTRATO 026/2019

ESPÉCIE: Aquisição de material de expediente. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 020/2019 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.001.0004.0122.0300.2291.339030160000.020000; VIGÊNCIA: 60 Dias. DATA DA ASSINATURA: 29/03/2019; VALOR: R\$ 9.065,00. FISCAL DO CONTRATO: Alirio Pedro Dos Santos Filho. CONTRATADA: Performace Comércio e Serviços Eireli ME. Diretor do SAMAE.

Brusque, 29 de março de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO 1º DE REALINHAMENTO À ATA 009-2018

Publicação Nº 1970406

EXTRATO 1º DE REALINHAMENTO À ATA 009-2018-ÁGIL

Espécie: 1º termo de realinhamento à Ata nº 009/2018, entre o Município de Brusque e a empresa ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, em 03/04/2019. Objeto aquisição de medicamentos

Item	Objeto	Valor Reequilibrado
120	METILDOPA 250 MG COMPRIMIDO – MARCA EMS - G	R\$ 0,49

Fundamento legal: 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 007/2018. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Humberto Martins Fornari e Adriano R. Lazzari

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008-2018-FMS

Publicação Nº 1970409

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008-2018-FMS

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 008/2018 entre o Município de Brusque e NEFROCLINICA SOCIEDADE SIMPLES SIMPLES EPP Objeto: acréscimo quantitativo R\$ 600.000,00. Origem Inexigibilidade nº 001/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Humberto Martins Fornari e Ana Bela De Barros Palazzo

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003-2016-FMS

Publicação Nº 1970411

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003-2016-FMS

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 006/2015 entre o Município de Brusque e DJ AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME Objeto: acréscimo quantitativo R\$ 39.819,20 .Origem Pregão nº 006/2016 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Humberto Martins Fornari e Orivam Sebastião de Souza.

EXTRATO CONTRATO Nº 029-2019

Publicação Nº 1970349

EXTRATO CONTRATO Nº 029-2019

ESPÉCIE: Contrato nº 029/2019, entre o Município de Brusque e a empresa CONSÓRCIO PACOPEDRA FREEDOM SETORSUL. Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVA EXTENSÃO VIÁRIA NA AVENIDA BEIRA RIO, NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, objetivando a estruturação do sistema viário do Município. Valor: R\$ 25.360.879,57. VIGÊNCIA: 24 meses. Signatários: Andrea Patricia Volkmann e Mario Jorge De Souza.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 019-2019

Publicação N° 1970378

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO n° 019/2019
PREGÃO n° 011/2019

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de peças e mão de obra para manutenção dos equipamentos motorizados (motores 2t e 4t) para o 3º Batalhão de Bombeiros Militar).

RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública no horário definido no edital e, observado a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública declarou-se deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura.

25/03/2019.

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Pregoeira da Administração Pública Municipal

MEMORANDO N° 127-2019 -DGI

Publicação N° 1970382

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

MEMORANDO: 127/2019/DGI
ASSUNTO: RUA OTAVIANO ROSA

OBRA: INFRAESTRUTURA RUA OTAVIANO ROSA

DATA DA PARALIZAÇÃO DA OBRA: 01/04/2019

MOTIVA DA PARALIZAÇÃO:

() INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

(X) ORDEM TÉCNICA

JUSTIFICATIVA: OBRA PARALISADA PARA REPROGRAMAÇÃO DO PROJETO JUNTO A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, SERÁ INCLUÍDO SERVIÇOS NÃO PREVISTOS NO PROJETO INICIAL LICITADO.

LOCAL DA PRIMEIRA PUBLICAÇÃO:

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

DATA DA PRIMEIRA PUBLICAÇÃO:

03/04/2019

PRICILA DONBROVSKI DA SILVA
FISCAL DA OBRA

PORTARIA N° 433-2019

Publicação N° 1970414

PORTARIA N° 433/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria n° 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto n° 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) LUCIANA LEONI, matrícula n° 206601-01, nomeado(a) pela Portaria n° 10497/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto n° 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 515-2019

Publicação Nº 1970415

PORTARIA Nº 515/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora, CLEIDE TEREZINHA DOS SANTOS, matrícula nº 675008-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, em decorrência do atestado médico do dia 11/03/2019, sendo seu afastamento no dia 26/03/2019.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/03/2019 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de março de 2019
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Deivis da Silva
Secretário de Assistência Social

PORTARIA Nº 527-2019

Publicação Nº 1970416

PORTARIA Nº 527/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) ANA MARIA FRUCTUOSO, matrícula nº 720577-01, nomeado(a) pela Portaria nº 10495/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/02/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 528-2019

Publicação Nº 1970417

PORTARIA Nº 528/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) MICHELE COSTA VISCONTI, matrícula nº 4288211-01, nomeado(a) pela Portaria nº 10495/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16/02/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 529-2019

Publicação Nº 1970418

PORTARIA Nº 529/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) LUCIANA REGIS, matrícula nº 373338-11, nomeado(a) pela Portaria nº 10524/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 06/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 530-2019

Publicação Nº 1970419

PORTARIA Nº 530/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) SILMARA COLZANI LANA, matrícula nº 947970-02, nomeado(a) pela Portaria nº 10524/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 531-2019

Publicação Nº 1970420

PORTARIA Nº 531/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) ADRIELE MORAIS, matrícula nº 4296613-01, nomeado(a) pela Portaria nº 10524/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 11/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 532-2019

Publicação Nº 1970421

PORTARIA Nº 532/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) ANA BEATRIS DA LUZ, matrícula nº 459895-06, nomeado(a) pela Portaria nº 10495/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 05/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 533-2019

Publicação Nº 1970422

PORTARIA Nº 533/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) DEBORA DA LUZ SCHEFFER, matrícula nº 1053302-01, nomeado(a) pela Portaria nº 10523/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 534-2019

Publicação Nº 1970424

PORTARIA Nº 534/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) ELIANE APARECIDA MAIER, matrícula nº 674923-01, nomeado(a) pela Portaria nº 10495/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15/02/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 535-2019

Publicação Nº 1970426

PORTARIA Nº 535/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) EMANUELE DE LIMA BORBA, matrícula nº 921807-06, nomeado(a) pela Portaria nº 10524/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 21/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 536-2019

Publicação Nº 1970427

PORTARIA Nº 536/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) FABIANA BATISTA SANTIAGO CARDOZO, matrícula nº 678201-08, nomeado(a) pela Portaria nº 10524/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 03/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 537-2019

Publicação Nº 1970428

PORTARIA Nº 537/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) HELLEN CRISTINA TEOTONHO BARROS GOMES, matrícula nº 4298748-01, nomeado(a) pela Portaria nº 10524/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 538-2019

Publicação Nº 1970429

PORTARIA Nº 538/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) JOCELI APARECIDA DE SOUZA, matrícula nº 1007831-01, nomeado(a) pela Portaria nº 10524/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 539-2019

Publicação Nº 1970430

PORTARIA Nº 539/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) JUCIMERE DA SILVA TESKE, matrícula nº 4288580-01, nomeado(a) pela Portaria nº 10495/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 540-2019

Publicação Nº 1970431

PORTARIA Nº 540/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) LETICIA DONINI GONCALVES, matrícula nº 681989-05, nomeado(a) pela Portaria nº 10495/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15/02/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 541-2019

Publicação Nº 1970432

PORTARIA Nº 541/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) MARIA ELENA FUCHTER RECH, matrícula nº 413020-05, nomeado(a) pela Portaria nº 10524/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 543-2019

Publicação Nº 1970433

PORTARIA Nº 543/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) MONICA CUNHA CORREA, matrícula nº 4294947-01, nomeado(a) pela Portaria nº 10495/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 544-2019

Publicação Nº 1970434

PORTARIA Nº 544/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) RITA DE CASSIA HIPOLITO DOS SANTOS LOPES, matrícula nº 788775-04, nomeado(a) pela Portaria nº 10488/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 11/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 545-2019

Publicação Nº 1970436

PORTARIA Nº 545/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas

atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) ROSA MARIA VICENTAINER DA SILVA, matrícula nº 674109-08, nomeado(a) pela Portaria nº 10495/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 15/02/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 546-2019

Publicação Nº 1970437

PORTARIA Nº 546/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, II, "a", § 1º da Lei Orgânica de Município, c/c o Decreto nº 8.064/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar estável, após o término do Estágio Probatório, o(a) Servidor(a) Sr.(a) SUELLEN CORDEIRO FRANCELINO matrícula nº 4298896-01, nomeado(a) pela Portaria nº 10495/2016, para ocupar o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, por ter preenchido os requisitos relativos à aquisição de estabilidade no serviço público.

Parágrafo Único – A estabilidade de que trata o caput deste artigo encontra fulcro nos artigos 26 § 2º e 27 § 2º da LC 147/2009, regulamentado pelo Decreto nº 6287/2010, e nos termos do parecer da comissão de avaliação do estágio probatório.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/03/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 562-2019

Publicação Nº 1970438

PORTARIA Nº 562/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora TELVINA PADILHA, matrícula nº 602256-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR II 40, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 31/03/2019.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 31/03/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2019
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 563-2019

Publicação Nº 1970441

PORTARIA Nº 563/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora BEATRIZ CANCELLIER, matrícula nº 740004-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 23/03/2019.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 23/03/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2019.
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 564 -2019

Publicação Nº 1970444

PORTARIA Nº 564/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de – ACIDENTE DE TRABALHO – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor NELSON GABRIEL DE OLIVEIRA NUNES, matrícula nº 4287894-01, ocupante do cargo de provimento efetivo em estágio propatório de AGENTE DE ENDEMIAS, lotado na Secretaria Municipal Saúde, em decorrência do atestado médico do dia 21/03/2019 sendo seu afastamento no dia 05/04/2019

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 1º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21/03/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2019

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 572-2019

Publicação Nº 1970445

PORTARIA Nº 572/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora MARCIA FABIANA SOARES, matrícula nº 10000000205-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de SERVENTE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 30/03/2019.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30/03/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2019

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 581-2019

Publicação Nº 1970446

Portaria nº 581/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) ALDONEI DA SILVA LOPES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 03/04/2019 a 01/07/2019, referente ao período aquisitivo iniciado em 03/07/2013.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de Abril de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 582-2019

Publicação Nº 1970447

Portaria nº 582/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) CINARA TACHINI DALCEGIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 03/04/2019 a 01/07/2019, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/02/2007.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 02 de Abril de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 096-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970451

PORTARIA Nº 096/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 007/2019, emitido em 18/03/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor André de Castro Nunes ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 4GF-01H passando para o padrão de vencimento 4GF-01I por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 097-2019 -SAMAE

Publicação Nº 1970452

PORTARIA Nº 097/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 007/2019, emitido em 18/03/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Denise Bruns ocupante do cargo de Agente Administrativo, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GF-02D passando para o padrão de vencimento 3GF-02E por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 098-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970453

PORTARIA Nº 098/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 007/2019, emitido em 18/03/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Diego Ribeiro Pena ocupante do cargo de Engenheiro Eletricista, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 5GE-02D passando para o padrão de vencimento 5GE-02E por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 099-2019 -SAMAE

Publicação Nº 1970454

PORTARIA Nº 099/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 007/2019, emitido em 18/03/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Ernâni Bolognini ocupante do cargo de Contador, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 15GE-02D passando para o padrão de vencimento 15GE-02E por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 100-2019 -SAMAE

Publicação Nº 1970455

PORTARIA Nº 100/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 007/2019, emitido em 18/03/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Gilberto dos Anjos ocupante do cargo de Agente de Cadastro Técnico, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GF-02D passando para o padrão de vencimento 3GF-02E por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 101-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970456

PORTARIA Nº 101/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 007/2019, emitido em 18/03/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Lauricio dos Santos ocupante do cargo de Motorista, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 20GO-02D passando para o padrão de vencimento 20GO-02E por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 102-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970457

PORTARIA Nº 102/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 007/2019, emitido em 18/03/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Pedro Miranda ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GO-01E passando para o padrão de vencimento 3GO-01F por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 103-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970459

PORTARIA Nº 103/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 007/2019, emitido em 18/03/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Sidnei Cesari ocupante do cargo de Operador de Maquinas, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 20GO-03D passando para o padrão de vencimento

20GO-03E por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 104-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970460

PORTARIA Nº 104/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 007/2019, emitido em 18/03/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Silvine Studnicka ocupante do cargo de Agente Administrativo, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GF-01D passando para o padrão de vencimento 3GF-01E por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 105-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970461

PORTARIA Nº 105/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 007/2019, emitido em 18/03/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Valdemir José da Silva ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 1GO-01D passando para o padrão de vencimento 1GO-01E por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 106-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970462

PORTARIA Nº 106/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 007/2019, emitido em 18/03/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Vanessa Constansa Setraghi Becker ocupante do cargo de Telefonista, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 2GF-03D passando para o padrão de vencimento 2GF-03E por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 107-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970463

PORTARIA Nº 107/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 008/2019, emitido em 25/03/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Antônio Carlos Vieira ocupante do cargo de Motorista, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 20GO-01J passando para o padrão de vencimento 20GO-01K por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 108-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970465

PORTARIA Nº 108/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 008/2019, emitido em 25/03/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Maycon Eduardo Nicoletti ocupante do cargo de Agente de ETA, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 4GF-02D passando para o padrão de vencimento 4GF-02E por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 109-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970466

PORTARIA Nº 109/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 008/2019, emitido em 25/03/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Ricardo Cesar Espindola ocupante do cargo de Operador de Maquinas, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 20GO-02D passando para o padrão de vencimento 20GO-02E por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 110-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970468

PORTARIA Nº 110/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 008/2019, emitido em 25/03/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Rogério Borges de Jesus ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GO-01G passando para o padrão de

vencimento 3GO-01H por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 111-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970469

PORTARIA Nº 111/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Carlos Eduardo Branco, matrícula 21121-00, ocupante do cargo de Agente de ETA;
Luciano Camargo, matrícula 21024-00, ocupante do cargo de Técnico Laboratorista; e
Sílvia Tathiany Marinho Gomes, matrícula 513458-00, ocupante do cargo de Servente de Serviços Gerais.

Pelo período de 08/04/2019 a 27/04/2019.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 08/04/2019.

Brusque, 01 de abril de 2019.
Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 112-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970470

PORTARIA Nº 112/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Augusto Cesar Colares Miranda, matrícula 18961-01, ocupante do cargo de Agente Hidráulico; e
Ricardo Cesar Espindola, matrícula 7625-01, ocupante do cargo de Operador de máquinas.

Pelo período de 08/04/2019 a 07/05/2019.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 08/04/2019.

Brusque, 01 de abril de 2019.
Dejair Machado
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 113-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970472

PORTARIA Nº 113/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Robson do Prado da Silva, matrícula 24732-02, ocupante do cargo de Agente Hidráulico.

Pelo período de 09/04/2019 a 28/04/2019.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 09/04/2019.

Brusque, 01 de abril de 2019.

Dejair Machado

Diretor Presidente

PORTARIA N° 114-2019-SAMAE

Publicação N° 1970473

PORTARIA N° 114/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar N°. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Anderson Manrich, matrícula 13943-00, ocupante do cargo de Agente de Obras.

Pelo período de 15/04/2019 a 04/05/2019.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 15/04/2019.

Brusque, 01 de abril de 2019.

Dejair Machado

Diretor Presidente

PORTARIA N° 115-2019-SAMAE

Publicação N° 1970474

PORTARIA N° 115/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar N°. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Lauricio dos Santos, matrícula 21067-00, ocupante do cargo de Motorista.

Pelo período de 15/04/2019 a 14/05/2019.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 15/04/2019.

Brusque, 01 de abril de 2019.

Dejair Machado

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 116-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970475

PORTARIA Nº 116/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Diego de Souza, matrícula 50911-00, ocupante do cargo de Agente de ETA; e
Izaías Gamba, matrícula 8443-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações.

Pelo período de 16/04/2019 a 05/05/2019.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 16/04/2019.

Brusque, 01 de abril de 2019.

Dejair Machado

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 117-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970476

PORTARIA Nº 117/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Flaviano Paza, matrícula 18988-01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais; e
Silviane Studnicka, matrícula 20974-00, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Pelo período de 22/04/2019 a 21/05/2019.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 22/04/2019.

Brusque, 01 de abril de 2019.

Dejair Machado

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 118-2019-SAMAE

Publicação Nº 1970478

PORTARIA Nº 118/2019

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições, e de acordo com os moldes do art. 37, § IX da Constituição Federal e da Lei nº 2174/97;

RESOLVE

Art. 1º Rescindir o contrato por tempo determinado, a pedido, do servidor 514721-0 FELIPE CERVO, da cargo de Agente de Leitura e Inspeção;

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 01/04/2019, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 01 de abril de 2019.

Dejair Machado

Diretor Presidente

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021-2019- ATA DE ABERTURA-SAMAE

Publicação Nº 1970355

ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÕES PL 021/2019 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

Aos dois dias de abril de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta minutos no escritório do SAMAE de Brusque, reuniu-se a Comissão Permanente e Licitações, sob a presidência do Sr. Deivison Araldi, estando presentes os membros, o Sr. Almir Roberto Pavesi e a Sra. Denise bruns, para o ato de abertura dos envelopes referentes à Tomada de Preços, processo licitatório no. 021/2019, para o qual retiraram o edital às empresas que constam em anexo no processo licitatório. Entregaram tempestivamente os envelopes Documentos e propostas as empresas: Perfugel Perfurações Geológicas Ltda, sem representante presente; HP Hidropel Bombas Submersas Ltda, sem representante presente e Hidrobrasil Ltda, sem representante presente. Em prosseguimento, o senhor Presidente solicitou aos presentes para que conferissem a inviolabilidade dos envelopes. Aberta a palavra, não houve manifestação. Em prosseguimento, passou à abertura do envelope Documentação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para exame e rubrica. Da análise dos documentos a Comissão deliberou por habilitar todas as empresas participantes. Aberta a palavra, não houve manifestação. Em prosseguimento aos trabalhos, foi procedida a abertura dos envelopes propostas, colocando à disposição dos presentes as propostas propriamente ditas neles contidas para exame e rubrica, após haver lido os preços e partes essenciais dos mesmos. Aberta a palavra, não houve manifestação. Da análise das propostas, a Comissão decidiu por: a) considerar todas as empresas classificadas para participarem do presente certame; b) considerar vencedora a empresa: HP Hidropel Bombas Submersas Ltda, para o item 01, com valor global de R\$ 72.209,00 (Setenta e Dois Mil e Duzentos e Nove Reais); por haver cotado o menor preço e atender as condições estabelecidas no edital.. Assim sendo e tendo em vista que os preceitos legais foram rigorosamente obedecidos e os procedimentos editais observados propomos que o Processo Licitatório seja homologado e as empresas consideradas vencedoras sejam adjudicadas, nos valores respectivos.

Deivison Araldi	- Presidente	
Almir Roberto Pavesi	- Membro	
Denise Bruns	- Membro	

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022-2019 -ATA DE ABERTURA - SAMAE

Publicação Nº 1970359



SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
BRUSQUE - SANTA CATARINA
RUA DR. PENIDO, S/Nº CEP: 88.350-460 CENTRO
C.N.P.J. 82.985.003/0001-96
INSCR. ESTADUAL: 253.087.929



ATA DE ABERTURA DE LICITAÇÕES PL 022/2019 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇO

Aos dois dias de abril de dois mil e dezenove, às dezesseis horas e trinta minutos no escritório do SAMAE de Brusque, reuniu-se a Comissão Permanente e Licitações, sob a presidência do Sr. Deivison Araldi, estando presentes os membros, o Sr. Almir Roberto Pavesi e a Sra. Denise Bruns, para o ato de abertura dos envelopes referentes à Tomada de Preços, processo licitatório nº. 022/2019, para o qual retiraram o edital às empresas que constam em anexo no processo licitatório. Entregou tempestivamente os envelopes Documentos e Propostas apenas a empresa: Sanova Tecnologia e Inovação em Saneamento Ambiental Ltda EPP, representada pelo Sr. Guilherme Violato Girol. Face a ampla divulgação e a necessidade de contratação por parte do SAMAE a Comissão decidiu dar prosseguimento ao certame. Em prosseguimento, o senhor Presidente solicitou aos presentes para que conferissem a inviolabilidade dos envelopes. Aberta a palavra, não houve manifestação. Em prosseguimento, passou à abertura do envelope Documentação, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos para exame e rubrica. Da análise dos documentos, após manifestação favorável do Eng. Do SAMAE, Eduardo Pauly Fernandes, a Comissão deliberou por habilitar a empresa. Aberta a palavra, não houve manifestação. Em prosseguimento aos trabalhos, foi procedida a abertura dos envelopes propostas, colocando à disposição dos presentes as propostas propriamente ditas neles contidas para exame e rubrica, após haver lido os preços e partes essenciais dos mesmos. Aberta a palavra, não houve manifestação. Da análise das propostas, a Comissão decidiu por: a) considerar a empresa classificada para participar do presente certame; b) considerar vencedora a empresa: Sanova Tecnologia e Inovação em Saneamento Ambiental Ltda EPP, para o lote 01, com valor global de R\$ 115.251,00 (Cento e Quinze Mil e Duzentos e Cinquenta e Um Reais); por haver cotado o menor preço e atender as condições estabelecidas no edital. Aberta a palavra, o representante da empresa participante declinou do direito de interpor recurso. Assim sendo e tendo em vista que os preceitos legais foram rigorosamente obedecidos e os procedimentos editálicos observados propomos que o Processo Licitatório seja homologado e as empresas consideradas vencedoras sejam adjudicadas, nos valores respectivos.

Deivison Araldi	- Presidente	_____
Almir Roberto Pavesi	- Membro	_____
Denise Bruns	- Membro	_____
Eduardo Pauly Fernandes		_____
Guilherme Violato Girol		_____

Caçador

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE FASE DE HABILITAÇÃO - TP04/2019 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 023/2019

Publicação Nº 1969947

ATA DE ABERTURA DA SESSÃO DE JULGAMENTO

Reuniram-se no dia 02/04/2019 às 14h30min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Av. Santa Catarina, nº 195, centro, Caçador-SC, os membros da Comissão Especial de Licitação, constituída pelo Decreto nº 8.065 de 28 de março de 2019, para deliberar e julgar a documentação de habilitação das empresas participantes da sessão de abertura da Tomada de Preço, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE EXECUTE OBRAS E SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM, PASSEIO E SINALIZAÇÃO DA RUA DOMINGOS GIOVANI PEGORARO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC. Protocolou a documentação apenas a empresa VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA. Procedeu-se a análise do envelope de habilitação, sendo que toda a documentação apresentada encontra-se regular, sendo considerada habilitada a empresa VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA. A comissão especial de licitação determinou a publicação do resultado da fase de habilitação no Diário Oficial dos Municípios e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Caçador no dia 03 de abril de 2019 ficando aberto o prazo para recurso até dia 10 de abril de 2019. Não havendo interposição de recurso ou sendo os mesmos intempestivos, fica, de logo, designado o dia 11 de abril de 2019 às 14h00min, para abertura dos envelopes com as propostas de preços. Em caso de interposição de recurso, a empresa será intimada por correio eletrônico, para apresentar suas contrarrazões. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão, cujo termo depois de lido e achado conforme foi devidamente assinado por mim e demais membros da Comissão.

EMERSON SCHIMIDT
Presidente

CAROLINA FRUET DE LIMA
Membro

VALDIR MEDEIROS
Membro

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019

Publicação Nº 1970006

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 050/2019 – PREGÃO PRESENCIAL – 28/2019-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PEDRAS E AFINS PARA A PREPARAÇÃO DE BASES PARA A INSTALAÇÃO DE SALAS MODULARES E DEMAIS OBRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 17/04/2019 às 16hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 17/04/2019 às 16h30min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Site Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 02 de abril de 2019.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 8.073

Publicação Nº 1970231

DECRETO Nº 8.073, de 2 de abril de 2019.

Designa servidor para exercer fiscalização de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Rafael Renato Seidel para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 17/2019, vinculado ao Processo Licitatório nº 182/2018 – Tomada de Preços nº 15/2018, que tem por objeto a contratação de agência de publicidade para prestação

de serviços de propaganda ao Município de Caçador - SC, conforme estabelece a lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 2 de abril de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

EDITAL DE CITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/2019

Publicação Nº 1970521

EDITAL DE CITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 02/2019

Interessado: Eder Coelho

Assunto: apuração de irregularidades no cumprimento das especificações contidas no Contrato nº. 21/2013, envolvendo a pessoa jurídica ECCOS SONORIZAÇÃO LTDA

O Presidente da Comissão de Processo Administrativo - designado pela Portaria nº 29.885, de 13 de novembro de 2018 - no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 26, § 4º da Lei Complementar Federal nº 9.784, de 29/01/1999, CITA o Sr. EDER COELHO, em virtude de se encontrar em local incerto e não sabido, acerca do teor do "Ofício Gabinete nº 64/2019" (Anexo I) para, no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação deste Edital, manifestar-se no processo em apreço na condição de testemunha arrolada pela Comissão.

Fica assegurado ao interessado ou procurador legalmente constituído vista dos autos, obtenção de cópias e quaisquer esclarecimentos pertinentes.

A Comissão Processante está instalada na Avenida Santa Catarina, nº 195, centro, Caçador/SC, nos dias úteis das 13h00min às 19h00min, podendo ainda ser contatada pelo telefone (49) 3666-2400 e endereço eletrônico licitacao@cacador.sc.gov.br através de e-mail com confirmação de recebimento.

Caçador, 02 de abril de 2019.
LUCAS FILIPINI CHAVES
Presidente da Comissão

JULIANA NURILLES GARBOZZA
Membro da Comissão

WILLIAN CARDOSO
Membro da Comissão

ANEXO I

Ofício Gabinete nº. 64/2019.

Caçador, 08 de março de 2019.

Assunto: Versa sobre suposto descumprimento do Contrato Administrativo nº 21/2013 firmado com a empresa Eccos Sonorização Ltda., vinculado ao Processo Licitatório nº 18/2013 - Pregão Presencial nº 13/2013

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, com o fim de apurar suposto descumprimento contratual no evento alusivo às festividades do aniversário de 79 anos do Município de Caçador no ano de 2013, venho por meio deste, em virtude da representação legal que exercia à época para a empresa Ecco's Sonorização Ltda., solicitar que esclareça sobre ter dado ciência escrita e/ou verbal a algum agente público (Secretário de Administração, membro da Comissão Central Organizadora dos festejos, demais Servidores, etc.) sobre as situações narradas em sua resposta ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina nas fls. 1119 a 1123 no Inquérito Civil n. 06.2013.00003856-9, especificamente:

- a) ciência a algum agente público de que a empresa não possuía o material para concretizar a montagem da estrutura/cobertura da praça de alimentação;
- b) ciência a algum agente público do desinteresse dos sócios (Edson e Darci) em adquirir o material faltante;
- c) ciência a algum agente público da sublocação do material faltante;

d) em caso afirmativo a qualquer das perguntas anteriores indicar o nome do agente público e as atribuições/responsabilidades que, segundo o seu conhecimento, eram desempenhadas pelo Servidor nos festejos de comemoração de aniversário de 79 anos do Município de Caçador.

Para tanto, fixo o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento deste expediente, para apresentar as informações.

Em anexo cópia das portarias que designam a comissão e instauram o referido processo e das informações extraídas do Inquérito Civil supramencionado.

O processo na íntegra poderá ser verificado junto à Comissão Processante.

Por fim, coloco-me a disposição para mais informações e esclarecimentos através do e-mail licitacao@cacador.sc.gov.br.

Atenciosamente,

LUCAS FILIPINI CHAVES

Presidente da Comissão

Ao Senhor

EDER COELHO

Representante legal da empresa Ecco's Sonorização Ltda/ E3 Eventos

Rua: 23 de julho, s/n, bairro Boa Vista, Pouso Redondo/SC, 89172-000

ERRATA 01 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2019 - CREDENCIAMENTO Nº 01/2019-SMCETC/DC

Publicação Nº 1969751

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR
ERRATA 01 – ALTERAÇÕES DO EDITAL

EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2019 – CREDENCIAMENTO Nº 01/2019

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS NA REALIZAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS LIVRES EM EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR E NOS QUINTAIS SOCIAIS

Onde consta:

3.1. Poderão participar todos os profissionais das áreas artística, técnica e cultural, maiores de 18 anos de idade e que apresentarem a documentação exigida no Item 5.6 deste Edital.

Passa a ser:

(...) e que apresentarem a documentação exigida no Item 5.4. deste Edital.

Onde consta:

3.3. Os profissionais deverão apresentar o projeto de oficina ou curso livre, conforme Anexo II, e comprovar conhecimento e experiência na respectiva linguagem em que se inscreveu, conforme documentos descritos no item 5.6.

Passa a ser:

(...), conforme documentos descritos no item 5.4.

Onde consta:

5.2. Os interessados ao credenciamento deverão apresentar suas inscrições junto ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, localizado na Avenida Santa Catarina, nº 195, Bairro Centro, Caçador, SC, devendo apresentar cada projeto de forma individual e em envelopes separados, identificados com o nome do projeto inscrito, nome do proponente, modalidade e linguagem, sendo que o seu conteúdo deverá estar organizado conforme apresentação do item 5.6.

Passa a ser:

(...) conforme apresentação do item 5.4.

Onde consta:

5.5. As inscrições presenciais deverão ser apresentadas em 01 (um) ENVELOPE LACRADO com os documentos relacionados no item 5.6., sem encadernação e em folhas soltas.

Passa a ser:

5.3. As inscrições presenciais deverão ser apresentadas em 01 (um) ENVELOPE LACRADO com os documentos relacionados no item 5.4., sem encadernação e em folhas soltas.

Onde consta:

5.6. A inscrição presencial deverá apresentar:

(....)

5.6.1. O proponente deverá escolher a área de atuação por região de realização do projeto na ficha de inscrição.

5.6.2. Caso seja de seu interesse, poderá escolher mais de uma região. Caso seja credenciado, o oficineiro não será chamado para as regiões que não tenham sido declaradas como de seu interesse.

Passa a ser:

5.4. A inscrição presencial deverá apresentar:

(....)

5.4.1. O proponente deverá escolher a área de atuação por região de realização do projeto na ficha de inscrição.

5.4.2. Caso seja de seu interesse, poderá escolher mais de uma região. Caso seja credenciado, o oficineiro não será chamado para as regiões que não tenham sido declaradas como de seu interesse.

Onde consta:

5.7. Não serão aceitas inscrições de projetos que não cumpram rigorosamente todas as exigências previstas neste Edital.

Passa a ser:

5.5. (...)

Onde consta:

5.8. Não serão credenciados projetos que, no ato da inscrição, deixem de apresentar documentos obrigatórios requisitados neste Edital.

Passa a ser:

5.6. (...)

Onde consta:

5.9. Após o decurso do prazo para inscrição, será publicada no diário oficial a lista dos projetos inscritos.

Passa a ser:

5.7. (...)

Onde consta:

5.10. Da publicação da lista dos projetos inscritos caberá recurso no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

5.10.1. Os eventuais recursos deverão obrigatoriamente serem dirigidos à Coordenadoria das Oficinas de Artes, e protocolados presencialmente no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, localizado na Avenida Santa Catarina, nº 195, Bairro Centro, Caçador, SC, nos termos da legislação vigente.

5.10.2. Recursos intempestivos ou interpostos de forma diversa da prevista no item 5.10.1. não serão apreciados.

Passa a ser:

5.8. (...)

5.8.1. (...)

5.8.2. Recursos intempestivos ou interpostos de forma diversa da prevista no item 5.8.1. não serão apreciados.

Onde consta:

5.11. Havendo interposição a recurso, a Comissão de Análise terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para rever o ato ou encaminhar o recurso à Coordenadoria das Oficinas de Artes, que então decidirá, devendo ser publicado o resultado final.

Passa a ser:

5.9. (...)

Onde consta:

4.4.1 A comprovação da execução do projeto se dará pela entrega de declaração de atividades realizadas, juntamente do controle de presença de cada encontro realizado pelo oficineiro, na forma definida pela Coordenadoria das Oficinas de Artes, e pela fiscalização do contrato.

Passa a ser:

4.5.1. (...)

Onde consta:

7.3. As propostas serão avaliadas de acordo com os critérios estabelecidos (item 7.2) e receberão nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, para o credenciamento os oficineiros que atingirem pontuação igual ou maior que

Passa a ser:

7.5. As propostas serão avaliadas de acordo com os critérios estabelecidos (item 7.2) e receberão nota de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, de acordo com as escalas estabelecidas nos itens 7.3 e 7.4, sendo considerados classificadas as inscrições que atingirem pontuação total igual ou maior que 50 pontos.

Onde consta:

7.4. Serão considerados classificados 50 pontos.

Passa a ser:

7.6. A lista de classificados para o credenciamento será publicada por ordem alfabética, distribuídas por período de inscrição, região, linguagem e modalidade.

Onde consta:

7.5. A lista de classificados para o credenciamento será publicada por ordem alfabética, distribuídas por período de inscrição, região, linguagem e modalidade.

Passa a ser:

7.7. Do resultado do credenciamento caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data da publicação da lista de classificação, subsequente ao disposto no item 6.2.1. deste Edital.

7.7.1. Os eventuais recursos deverão obrigatoriamente serem dirigidos à Coordenadoria das Oficinas de Artes, e protocolados presencialmente no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, localizado na Avenida Santa Catarina, nº 195, Bairro Centro, Caçador, SC, nos termos da legislação vigente.

7.7.2. Recursos intempestivos ou interpostos de forma diversa da prevista no item 7.7.1. não serão apreciados.

Onde consta:

7.6. Do resultado do credenciamento caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data da publicação da lista de classificação, subsequente ao disposto no item 6.2.1. deste Edital.

7.6.1. Os eventuais recursos deverão obrigatoriamente serem dirigidos à Coordenadoria das Oficinas de Artes, e protocolados presencialmente no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, localizado na Avenida Santa Catarina, nº 195, Bairro Centro, Caçador, SC, nos termos da legislação vigente.

7.6.2. Recursos intempestivos ou interpostos de forma diversa da prevista no item 7.6.1. não serão apreciados.

Passa a ser:

7.8. Havendo interposição a recurso, a Comissão de Análise terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para rever o ato ou encaminhar o recurso à Coordenadoria das Oficinas de Artes, que então decidirá, devendo ser publicado o resultado o final.

Onde consta:

7.7. Havendo interposição a recurso, a Comissão de Análise terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para rever o ato ou encaminhar o recurso à Coordenadoria das Oficinas de Artes, que então decidirá, devendo ser publicado o resultado o final.

Passa a ser:

DESCONSIDRAR, POR MOTIVO DE DUPLICIDADE (ITEM 7.8).

Onde consta:

9.12. O credenciamento não implica em contratação, a qual ocorrerá conforme necessidade, e, desde que exista disponibilidade orçamentária, observando-se os critérios do item 9.3.

Passa a ser:

9.13. (...)

Onde consta:

12. AS DISPOSIÇÕES FINAIS

Passa a ser:

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Onde consta:

12.6. O credenciado não deverá contar com recursos materiais dos equipamentos para executar sua oficina, dado que o único recurso previsto é para pagamento da hora/oficina. Os demais eventuais custos para execução da oficina correm por conta do oficinheiro.

Passa a ser:

12.7. (...)

Onde consta:

12.7. O credenciamento realizado nos termos deste edital e as eventuais contratações dele derivadas não impedem a Administração de realizar outras contratações para atendimento de suas necessidades.

Passa a ser:

12.8. (...)

Onde consta:

12.8. O credenciamento e/ou a contratação não geram vínculo trabalhista entre a Municipalidade e o contratado.

Passa a ser:

12.9. (...)

Onde consta:

12.9. O presente edital de credenciamento terá vigência até o dia 31/12/2019, podendo ser prorrogado por até 12 (doze) meses da data da publicação do resultado final de credenciados, havendo interesse da Administração.

Passa a ser:

12.10. (...)

Onde consta:

12.10. Durante o período de vigência do presente edital, qualquer pessoa interessada poderá solicitar o seu credenciamento, se respeitando o disposto do item 6.2. deste Edital.

Passa a ser:

12.11. (...)

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2433 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 02 de abril de 2019.

Saulo Sperotto

Prefeito Municipal

ERRATA 03 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Publicação Nº 1969716

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR
ERRATA 03 – ALTERAÇÕES DO EDITAL

EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGAS, VETORES, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC.

Onde consta:

O Município de Caçador, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. SAULO SPEROTTO, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, no máximo até às 16:00 horas do dia 05 (CINCO) de ABRIL de 2019 para abertura no mesmo dia às 16:15 horas, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - LEI COMPLEMENTAR 123/2006, consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Decreto Municipal nº 5.900/14 e demais legislações aplicáveis.

Passa a ser:

O Município de Caçador, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. SAULO SPEROTTO, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, no máximo até às 14h00min. do dia 18 (DEZOITO) de ABRIL de 2019 para abertura no mesmo dia às 14h15min., ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - LEI COMPLEMENTAR 123/2006, consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Decreto Municipal nº 5.900/14 e demais legislações aplicáveis.

Onde consta:

d.1) Serão habilitados os seguintes responsáveis técnicos: Biólogo, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal, Engenheiro Químico, Farmacêutico, Médico Veterinário ou Químico;

Passa a ser:

d.1) Serão habilitados os seguintes responsáveis técnicos: Biólogo, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Florestal, Engenheiro Químico, Farmacêutico, Médico Veterinário, Químico ou outros profissionais que possuam atribuições técnicas compatíveis com os respectivos lotes;

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2433 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00

horas.

Caçador, 02 de abril de 2019
SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

ERRATA 04 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

Publicação Nº 1970480

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR
ERRATA 04 – ALTERAÇÕES DO EDITAL

EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2019 – PREGÃO Nº 21/2019

REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PLACAS E TACHÕES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CACADOR-SC.

Onde consta:

O Município de Caçador, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. SAULO SPEROTTO, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, no máximo até às 14h00min. do dia 12 (DOZE) de ABRIL de 2019 para abertura no mesmo dia às 14h15min., ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - LEI COMPLEMENTAR 123/2006, consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Decreto Municipal nº 5.900/14 e demais legislações aplicáveis.

Passa a ser:

O Município de Caçador, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. SAULO SPEROTTO, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, no máximo até às 16h00min. do dia 12 (DOZE) de ABRIL de 2019 para abertura no mesmo dia às 16h15min., ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - LEI COMPLEMENTAR 123/2006, consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Decreto Municipal nº 5.900/14 e demais legislações aplicáveis.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2433 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 02 de abril de 2019.
Saulo Sperotto
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 30.525

Publicação Nº 1970505

PORTARIA Nº 30.525, de 20 de março de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

R E S O L V E:

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 30.191, de 30 de janeiro de 2019, no que se refere ao período de fruição da licença prêmio concedida ao Servidor abaixo relacionado, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

Código	Nome	Cargo	Período de Aquisição	Período de gozo
3382	Anderson Jose de Oliveira	Eletricista	19/02/2012 a 19/02/2017	21/01/2019 a 20/04/2019

Leia-se:

Código	Nome	Cargo	Período de Aquisição	Período de gozo
3382	Anderson Jose de Oliveira	Eletricista	19/02/2012 a 19/02/2017	21/01/2019 a 21/03/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Caçador, em 20 de março de 2019.

Christiane Driessen – SECRETÁRIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

PORTARIA Nº 30.559

Publicação Nº 1970506

PORTARIA Nº 30.559, de 26 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências e art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CESSAR os efeitos do art. 2º da Portaria nº 27.763, de 24 de fevereiro de 2017, que designou a Servidora MICHELLE DE SOUZA SANTOS, matrícula 522, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil e lotada na EMEB Nossa Senhora da Salette e CMEI Santa Clara, para exercer o cargo de confiança de Assessora de Setor.

Art. 2º. CESSAR os efeitos da Portaria nº 27.645, de 24 de janeiro de 2017, no que se refere à disposição da Servidora para atuar na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 3º. CESSAR os efeitos da Portaria nº 27.657, de 31 de janeiro de 2017, que colocou a Servidora à disposição da Secretaria Municipal da Administração.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DE
EDUCAÇÃO.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.637

Publicação Nº 1970479

PORTARIA Nº 30.637, de 02 de abril de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CESSAR os efeitos do art. 1º da Portaria nº 29.473, de 23 de agosto de 2018, que designou o Servidor ADALBERTO GOMES RIBEIRO, matrícula 468, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental II e lotado na EMEB Henrique Júlio Berger, para exercer o cargo de confiança de Assessor de Setor.

Art. 2º. CESSAR os efeitos do art. 2º da Portaria nº 29.473, de 23 de agosto de 2018, no que se refere à alteração da carga horária do Servidor com retorno ao cumprimento de 18 (dezoito) horas semanais.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 29 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de abril de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

REPUBLICAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

Publicação Nº 1970285

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO LICITATÓRIO 24/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONTROLE DE PRAGAS, VETORES, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR-SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 18/04/2019 às 14h00min.

Maiores informações poderão ser obtidas pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 02 de abril de 2019.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

ADITIVO Nº 16/2019 - CONTRATO Nº: 17/2018

Publicação Nº 1970443

ESTADO DE SANTA CATARINA CÂMARA MUNICIPAL DE CACADOR EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 16/2019 - Contrato Nº: 17/2018

Contratante...: CÂMARA MUNICIPAL DE CACADOR Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor : 41.694,81 (quarenta e um mil seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos)

Vigência : Início: 02/04/2019 Término: 01/04/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2018

Recursos : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (5)

Objeto : 1º Aditivo do Contrato 17/2018 - Processo licitatório para contratação de locação de softwares de sistemas de informática que atendam às necessidades do serviço público da Câmara Municipal, compreendendo, além da locação mensal, a instalação, manutenção e treinamento quando solicitado dos servidores, conforme condições constantes na Termo de Referência.

Caçador, 2 de Abril de 2019

Alcedir Ferlin - Presidente

PORTARIA Nº 34, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970325

PORTARIA Nº 34, de 02 de abril de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 10 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear NILSE DE FATIMA DO NASCIMENTO, para o cargo de provimento comissionado de Diretora Geral da Câmara Municipal de Caçador, nível CPCD 1001, com carga horária de 35 horas semanais, conforme art. 33, inciso III, da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, a contar de 02 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 02 de abril de 2019.

Alcedir Ferlin – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 35, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970329

PORTARIA Nº 35, de 02 de abril de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto nos arts. 21 e 22 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear LUCIANA GIOPPO BASSO, aprovada no Concurso Público nº 01/2018, para o cargo de provimento efetivo de Tesoureira da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPES 1050, com carga horária de 35 horas semanais, conforme art. 33, inciso I e II, da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, a contar de 02 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 02 de abril de 2019.

Alcedir Ferlin – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 36, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970337

PORTARIA Nº 36, de 02 de abril de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04, de 14 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 115 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 05 (cinco) dias de licença paternidade, em razão do nascimento de Laís Heberle, ao servidor Daniel Heberle, ocupante do cargo de Assistente Legislativo do quadro permanente da Câmara Municipal, a contar de 19 de março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 02 de abril de 2019.

Alcedir Ferlin – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

TERMO DE POSSE

Publicação Nº 1970348

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às treze horas, no Gabinete da Presidência, na Câmara Municipal de Caçador, sito à Rua Fernando Machado, nº 139, nesta cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, compareceu LUCIANA GIOPPO BASSO, nomeada pela Portaria nº 035/2019, para prestar compromisso e tomar posse no cargo de TESOUREIRA, nível CPES 1050, com carga horária de 35 horas semanais, para atuar na Câmara Municipal, tendo apresentado os documentos exigidos por lei.

Na presença do Presidente, tomou posse, fazendo o seguinte juramento: PROMETO EXERCER COM RESPONSABILIDADE MATERIAL, IMATERIAL E FUNCIONAL E DE SEGURANÇA FÍSICA TODAS AS ATRIBUIÇÕES INERENTES AO CARGO PARA O QUAL FUI NOMEADA, DECLARANDO-ME CIENTE E CONHECEDORA DE TODAS ELAS, DAS DISPOSIÇÕES DO ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES.

E, para que surta os efeitos legais, assinam o presente termo.

Caçador/SC, 02 de abril de 2019.

Luciana Gioppo Basso Tesoureira		Alcedir Ferlin Presidente da Câmara Municipal de Caçador
------------------------------------	--	---

Caibi

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL RP 022/2019

Publicação Nº 1970055

ATO CONVOCATÓRIO
PARA REUNIÃO DE JULGAMENTO

A Pregoeira do Município de Caibi - SC, nomeada pelo Decreto nº 260/2018 de 28 de Dezembro de 2018 no uso de suas atribuições legais, faz saber a sua Equipe de Apoio e aos demais interessados que foi designado por este ato o dia 15/04/2019 às 08:30 horas, como prazo limite para credenciamento, entrega dos envelopes e início do julgamento das propostas de preços e habilitação relativos ao Processo Licitatório Nº 037/2019, do tipo Menor Preço – Por Item na modalidade Pregão Presencial RP Nº 022/2019 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA SEREM UTILIZADOS EM OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA, RURAL, QUADRAS POLIESPORTIVAS E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS EM OBRAS DESTE MUNICÍPIO onde se realizará na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi, conforme de costume.

Afixe-se no local de costume.

Caibi –SC, 02 de Abril de 2019.

CASSIANE PIGNAT BEILKE
Pregoeira

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 022/2019

Publicação Nº 1970045

MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 037/2019 na modalidade Pregão Presencial RP Nº 022/2019 que tem por objeto Registro de Preços para eventual aquisição de concreto usinado para serem utilizados em obras de infraestrutura urbana, rural, quadras poliesportivas e demais serviços necessários em obras deste Município do tipo menor preço – Por Item cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 15/04/2019 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, a integra do edital esta disponível no endereço eletrônico www.caibi.sc.gov.br, fone (49)3648-0211. Caibi-SC 02 de Abril de 2019. Eloi José Libano. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2019

Publicação Nº 1970079

EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2019
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI
CONTRATADO: JOAO HENRIQUE DEMARTINI EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CAIBI –SC,
VALOR: 3.521,00(três mil quinhentos e vinte e um reais)
FIRMADO: 27/03/2019
VIGÊNCIA: 31/12/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2019
MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 014/2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2019

Publicação Nº 1970084

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2019
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI
CONTRATADO: CB COM. DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CAIBI –SC,
VALOR: 3.619,75(três mil seiscentos e dezenove reais e setenta e cinco centavos)

FIRMADO: 27/03/2019
VIGÊNCIA: 31/12/2019
PROCESSO LICITATÓRIO N° 027/2019
MODALIDADE: Pregão Presencial N° 014/2019

EXTRATO DO CONTRATO N° 066/2019

Publicação N° 1970088

EXTRATO DO CONTRATO N° 066/2019
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI
CONTRATADO: TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CAIBI –SC,
VALOR: 5.223,00(cinco mil duzentos e vinte e três reais)
FIRMADO: 27/03/2019
VIGÊNCIA: 31/12/2019
PROCESSO LICITATÓRIO N° 027/2019
MODALIDADE: Pregão Presencial N° 014/2019

EXTRATO DO CONTRATO N° 067/2019

Publicação N° 1970090

EXTRATO DO CONTRATO N° 067/2019
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI
CONTRATADO: FISUL CONFECÇÕES LTDA ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CAIBI –SC,
VALOR: 3.828,40(três mil oitocentos e vinte e oito reais e quarenta centavos)
FIRMADO: 27/03/2019
VIGÊNCIA: 31/12/2019
PROCESSO LICITATÓRIO N° 027/2019
MODALIDADE: Pregão Presencial N° 014/2019

EXTRATO DO CONTRATO N° 068/2019

Publicação N° 1970091

EXTRATO DO CONTRATO N° 068/2019
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI
CONTRATADO: DOUGLAS ALAN HEINEN MEI
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CAIBI –SC,
VALOR: 5.825,00(cinco mil oitocentos e vinte e cinco reais)
FIRMADO: 27/03/2019
VIGÊNCIA: 31/12/2019
PROCESSO LICITATÓRIO N° 027/2019
MODALIDADE: Pregão Presencial N° 014/2019

EXTRATO DO CONTRATO N° 069/2019

Publicação N° 1970092

EXTRATO DO CONTRATO N° 069/2019
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI
CONTRATADO: BARONESA LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CAIBI –SC,
VALOR: 6.174,38(seis mil cento e setenta e quatro reais e trinta e oito centavos)
FIRMADO: 27/03/2019
VIGÊNCIA: 31/12/2019
PROCESSO LICITATÓRIO N° 027/2019
MODALIDADE: Pregão Presencial N° 014/2019

PORTARIA 210/19

Publicação N° 1970244

PORTARIA N° 210/19

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

ADMITIR, a Senhora ARLINDA BREGALDA ARNDT , matrícula n ° 9385-8, para atuar no cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL , no período de 02/04/2019 à 18/12/2019 , com lotação junto a Secretaria Municipal de Educação , com carga horária de 20 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 02 de abril de 2019 .

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de administração

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2019 - FME

Publicação N° 1969981

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Eletrônico n° 002/2019 - FME - Ata do Sistema de Registro de Preços 024/2019 – FME - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VENTILADORES DE PAREDE PARA SUPRIR A NECESSIDADE DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 02/04/2019

1ª Publicação.

PR 13/19 - FMS

Publicação N° 1970114

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 013/2019-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS PROFISSIONAIS DO SAMU DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 23 (vinte e três) de abril de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, N°. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 02 de abril de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 51/19 - PMC

Publicação N° 1969615

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 051/2019-PMC – LICITAÇÃO DIFERENCIADA - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA OS ITENS 01 E 02 E OS ITENS 04 AO 10 E COTA PRINCIPAL PARA O ITEM 03.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS, ARQUIBANCADAS, GRADES, PAVILHÃO, PALCOS E ESTANDES PARA SEREM UTILIZADOS NOS EVENTOS REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 18 (Dezoito) de Abril de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, N°. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 02 de Abril de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 050/2019 - PMC

Publicação Nº 1970093

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2019 – PMC – LICITAÇÃO DIFERENCIADA – COM COTA PRINCIPAL PARA O ITEM 01 E EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA OS DEMAIS ITENS.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LÂMINAS DESTINADAS PARA AS MÁQUINAS MOTONIVELADORAS VOLVO G-930 E NEW HOLLAND RG140, QUE EXECUTAM O SERVIÇO DE MACADAMIZAÇÃO E NIVELAMENTO DAS ESTRADAS E RUAS MUNICIPAIS SEM PAVIMENTAÇÃO. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 18 (Dezoito) de Abril de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 02 de Abril de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESUMO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO 13 AO 20

Publicação Nº 1970180

RESUMO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO**ESPORTES**

Termo de Colaboração nº 013/2019

Instituição: Associação Camboriuense de Judô - ACAJ

Data: 01/04/2019

Prazo de vigência: 10 (dez) meses.

Valor do repasse: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Camboriuense de Judô - ACAJ, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto "ATLETA DO FUTURO", que beneficiará cerca de 30 atletas com o ensino e a prática da modalidade esportiva de judô, objetivando a representação do Município em eventos realizados pela Federação Catarinense de Judô, pela Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE e pela Federação Internacional de Judô - FIJI.

Termo de Colaboração nº 014/2019

Instituição: Associação de Voleibol de Camboriú

Data: 01/04/2019

Prazo de vigência: 10 (dez) meses.

Valor do repasse: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação de Voleibol de Camboriú de Camboriú, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto "TALENTO ESPORTIVO NOS BAIRROS E ESCOLAS", que beneficiará crianças e adolescentes com o ensino e a prática da modalidade esportiva de voleibol.

Termo de Colaboração nº 015/2019

Instituição: Associação Desportiva Atlético Camboriuense - ADAC

Data: 01/04/2019

Prazo de vigência: 10 (dez) meses.

Valor do repasse: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Desportiva Atlético Camboriuense – ADAC de Camboriú, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto "FORMANDO VALORES", que beneficiará crianças e adolescentes com o ensino e a prática das modalidades esportivas de futsal e futebol.

Termo de Colaboração nº 016/2019

Instituição: Associação Cultural e Esportiva Jogos Adaptados de Camboriú - ACEJAC

Data: 01/04/2019

Prazo de vigência: 10 (dez) meses.

Valor do repasse: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Cultural e Esportiva Jogos Adaptados de Camboriú – ACEJAC de Camboriú, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto "ATIVIDADE FÍSICA PARA TERCEIRA IDADE – VOLEIBOL ADAPTADO – QUALIDADE DE VIDA", que objetiva promover a qualidade de vida de 60 (sessenta) idosos, de ambos os sexos, por meio da realização de atividades e aulas de voleibol, alongamento, caminhada e treinamento para campeonatos internos e externos.

Termo de Colaboração nº 017/2019

Instituição: Associação Camboriú de Futebol Feminino - ACFF

Data: 01/04/2019

Prazo de vigência: 10 (dez) meses.

Valor do repasse: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Camboriú de Futebol Feminino – ACFF, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto “FUTEBOL E FUTSAL FEMININO 2019”, o qual proporcionará às crianças, adolescentes e jovens do sexo feminino, entre 07 e 25 anos de idade, prioritariamente, carentes e em situação de risco social, o ensino e a prática das modalidades esportivas futebol e futsal.

Termo de Colaboração nº 018/2019

Instituição: Associação Catarinense de Esportes de Força - ACEF

Data: 01/04/2019

Prazo de vigência: 10 (dez) meses.

Valor do repasse: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Catarinense de Esportes de Força – ACEF de Camboriú, com a finalidade de custear as despesas com a execução dos Projetos “GLADITORS TEAM”, “FORÇA INTELIGENTE” e “CAMPEONATO CATARINENSE E SUL BRASILEIRO DE LEVANTAMENTO DE PESO”, o qual beneficiará pessoas entre 15 e 60 anos de idade, inclusive com deficiência física, com o ensino e a prática da modalidade esportiva de levantamento de peso (convencional e paratleta), objetivando a participação destas em competições de nível estadual, nacional e internacional.

Termo de Colaboração nº 019/2019

Instituição: Associação Beneficente Unidos por Todos - ABUT

Data: 01/04/2019

Prazo de vigência: 10 (dez) meses.

Valor do repasse: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação Beneficente Unidos por Todos – ABUT, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto “FORMANDO CIDADÃOS E ATLETAS PARA O FUTURO”, que beneficiará cerca de 80 crianças e adolescentes, entre 07 e 17 anos de idade, no contra turno escolar, com o ensino e a prática da modalidade esportiva de futsal.

Termo de Colaboração nº 020/2019

Instituição: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Camboriú

Data: 01/04/2019

Prazo de vigência: 10 (dez) meses.

Valor do repasse: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Objeto: O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com a finalidade de custear as despesas com a execução do Projeto “PARADESPORTO UMA REALIDADE”, que possibilitará às pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla, com atraso global no desenvolvimento e transtorno do espectro autista, de todas as idades, a iniciação e o desenvolvimento no esporte, inclusive, a preparação destas para o PARAJASC e demais competições paradesportivas, em âmbito regional e estadual.

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.884 DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970514

DECRETO Nº 11.884 DE 02 DE ABRIL DE 2019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso I do art. 11 Lei Municipal nº 4.767 de 11 de dezembro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), nos Elementos de Despesa das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil, Militar e Radio-patrolha.	
400000.00.0896 -	Despesas de Capital	
440000.00.0896 -	Investimentos	
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
443052.00.0896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Cultura.	
400000.00.0896 -	Despesas de Capital	
440000.00.0896 -	Investimentos	
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
443052.00.0896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00
	Total	R\$ 7.000,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

02 de abril de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/04/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.783 DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970471

LEI Nº 4.783 DE 02 DE ABRIL DE 2019
DISPÕE SOBRE DOAÇÃO DE IMÓVEL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar um imóvel com área de 6.000,00 m², sob a matrícula imobiliária nº 46.540, Livro nº 2 do Registro Geral, Ficha 01, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul, a empresa EXTRADO SAN INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.809.455/0001-02.

Parágrafo único. O imóvel citado no caput deste artigo foi objeto de concessão de uso, autorizado pela Lei Municipal nº 3.108, de 07 de junho de 2006.

Art. 2º As despesas decorrentes da doação do imóvel da presente Lei correrão por parte da empresa donatária.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
02 de abril de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/04/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.784 DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970487

LEI Nº 4.784 DE 02 DE ABRIL DE 2019

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 3.941 DE 27 DE MARÇO DE 2013, QUE INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DOS SERVIDORES DE ATENÇÃO BÁSICA – PMAQ/AB, NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Parágrafo 2º do artigo 9º, da Lei Municipal nº 3.941 de 27 de março de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Em caso de afastamento (atestado, falta não justificada, transferência definitiva da unidade, licença para tratamento de saúde, licença maternidade, licença paternidade) de serviço, e em sendo este superior a três dias, o servidor não terá direito ao incentivo previsto neste Programa, sendo o valor referente destinado ao percentual da unidade de saúde”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
02 de abril de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/04/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.785 DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970440

PROJETO DE LEI Nº 017 DE 21 DE MARÇO DE 2019

ACRESCENTA DISPOSITIVOS A LEI Nº 3.425 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2008, Que DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 27 da Lei nº 3.425 de 25 de novembro de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27. O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.”

Art. 2º Acrescenta o § 3º ao art. 36 da Lei nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, com a seguinte redação:

“Art. 36.

§ 3º Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, nos moldes do § 1º do art. 36 desta Lei, mediante controle de frequência.”

Art. 3º O § 4º do art. 37 da Lei nº 3.425 de 25 de novembro de 2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37.

§ 4º O Conselheiro Tutelar perderá a remuneração dos dias e horários de atendimento em que faltar injustificadamente, devidamente controlados pelo CMDCA.”

Art. 4º Acrescenta os §§ 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 37 da Lei nº 3.425 de 25 de novembro de 2008, com a seguinte redação:

“Art. 37.

§ 8º O Conselheiro Tutelar tem direito a licença-maternidade ou licença paternidade.

§ 9º O Conselheiro Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 02 (dois) dias para cada 07 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição a 30 (trinta) dias por ano civil.

§ 10. Sem qualquer prejuízo, poderá o conselheiro tutelar ausentar-se do serviço:

I - por 1 (um) dia, para doação de sangue;

II - por 1 (um) dia, para se alistar como eleitor ou regularizar situação eleitoral pendente;

III - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, ascendentes, descendentes e pessoa que viva sob sua dependência econômica, guarda ou tutela.

IV - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo, incluindo-se o período de participação em júri popular.

§ 11. A ausência prevista no § 10 do art. 37 deverá ser comprovada através da apresentação de documento próprio que comprove a doação de sangue, o alistamento eleitoral, a apresentação de certidão de casamento ou certidão de óbito e pela certidão assinada pelo responsável do Cartório, onde conste a data e o horário do comparecimento em juízo”.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
02 de abril de 2019.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2019

Publicação Nº 1970086



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

PROCESSO LICITATÓRIO nº 24/2019
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVO ME e EPP

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.749/0001-77, torna público que está instaurando licitação, através do presente instrumento, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** como **REGISTRO DE PREÇOS**, tipo **MENOR PREÇO**, **exclusivamente para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas**, segundo as condições estabelecidas no presente Edital, nos seus Anexos, cujos termos, igualmente, o integram.

Rege a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 4.792, de 03 de julho de 2007, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das **0h** do dia **03/04/2019** até as **09h45min** do dia **16/04/2019**;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às **10h** do dia **16/04/2019** no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Serão utilizados para a realização deste certame recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores - INTERNET.

1.2. A realização do procedimento estará a cargo do Serviço de Suprimentos e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

1.3. O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto a Confederação Nacional dos Municípios através do portal de compras municipais, acessando o seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.

1.3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

1.3.2. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção

www.campoalegre.sc.gov.br

Página 1 de 21



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.4. A Administradora do Pregão Eletrônico, conjuntamente com serviço de Suprimentos darão sequência ao processo de Pregão.

1.5. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.5.1. O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

1.6. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.

2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1. Os fornecedores deverão inserir suas propostas iniciais dentro do sistema até a data e horário ora definidos no preâmbulo deste Edital.

2.1.1. Para inserção de suas propostas iniciais, os fornecedores deverão observar rigorosamente a descrição e unidade de fornecimento indicando uma única marca para o produto ofertado, dos materiais constantes do ANEXO II do Edital.

2.2. O pregoeiro desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

2.3. Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão, comunicando aos fornecedores classificados na data e horário ora definidos no edital.

2.4. O julgamento das propostas será feito pelo **MENOR PREÇO POR ITEM** de acordo com o especificado no ANEXO I.

2.5. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

2.6. O preço de abertura da etapa de lances corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

2.6.1. No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

2.7. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o proponente imediatamente informado



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

do seu recebimento e respectivo valor.

2.8. Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

2.9. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

2.10. Após comunicado do pregoeiro, o licitante detentor da menor oferta deverá comprovar a situação de regularidade, conforme documentação exigida no item 7, na forma descrita no item.

2.11. Depois da análise do **menor lance**, bem como da possibilidade de desempate nos termos dos artigos 44 e 45 da LC nº 123/06, o Pregoeiro anunciará a proponente vencedora.

2.12. Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.

2.13. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a proponente vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

3.1. As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, **exclusivamente por meio de formulário eletrônico**.

3.1.1. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

3.2. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/02, devendo a proponente **manifestar motivadamente** sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances, onde o pregoeiro abrirá prazo para a mesma.

3.2.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

3.3. A proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de **03 (três) dias corridos** para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

3.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

3.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

3.6. A falta de manifestação do licitante de interpor recurso no decorrer da sessão pública de abertura do pregão, importará a decadência do direito de recurso e será adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

4. DO OBJETO

4.1. A licitação tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de material de limpeza para as unidades de ensino da rede municipal de ensino de Campo Alegre/SC.**

4.1.1. A descrição dos materiais, quantidade e demais especificações constam do Termo de Referência, ANEXO I, parte integrante deste Edital.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. É vedada a participação de:

- a) Empresas declaradas inidôneas por ato de qualquer autoridade competente para tanto;
- b) Empresas sob processo de falência ou recuperação judicial;
- c) Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d) Empresas consorciadas;
- e) Empresas que não possuam atividade compatível com o objeto da presente licitação e;
- f) Empresas que não se enquadram como microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas.

5.2. As empresas interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no item 1 deste Edital.

6. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

6.1. O preço total deverá ser fixo em reais, com 02 (duas) casas decimais, após a vírgula com arredondamento, equivalente ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços.

6.1.1. O preço unitário poderá ser aceito com até 02 (duas) casas decimais, desde que o valor final atenda ao disposto no item 6.1.

6.2. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

6.3. O pagamento da empresa vencedora será feito após a emissão do empenho e por etapa, após a efetiva entrega dos produtos, mediante a Nota Fiscal, em conta específica da contratada, dentro do cronograma fixado pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira deste Município.

6.4. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o recebimento das notas fiscais da parcela entregue, desde que conferido e aceito.

6.5. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

6.6. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

6.7. Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos exigidos para habilitação, bem como a proposta vencedora ajustada ao lance, serão encaminhados ao Pregoeiro, ao final da Sessão Pública, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, através do e-mail compras@campoalegre.sc.gov.br com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo de até 04 (quatro) dias úteis após a Sessão, prorrogável por igual prazo a critério da Administração, após a confirmação do vencedor, o que poderá ser feito no final da disputa de preços, juntamente com a planilha (Proposta Financeira) do(s) item(s), contendo os **valores (unitários e totais), descrição e marca/modelo**, onde o valor deverá ser igual ou menor ao lance vencedor, conforme dispõe o item 7.1.1. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer à Comissão Julgadora os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados. Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser enviados para o Serviço de Licitações, Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, centro, em Campo Alegre/SC.

7.1.1. Na proposta financeira deverá ser indicado o nome do Banco, número da conta, o nome e número da agência, onde deverão ser depositados os pagamentos das obrigações pactuadas, bem como deverá constar o nome do representante legal da empresa para posterior assinatura do contrato quando necessário.

7.1.2. Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.3. Os proponentes interessados na autenticação das cópias pelo pregoeiro ou equipe de apoio, deverão procurar o **Serviço de Licitações - Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, centro, em Campo Alegre/SC**, após a confirmação do vencedor para proceder a autenticação.

7.1.4. Os documentos deverão ser apresentados na ordem estabelecida no edital e numerados, não devendo ser entregues soltos.

7.1.5. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de **90 (noventa) dias**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ.

7.1.5.1. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de **90 (noventa)** dias contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ.

7.1.6. Os documentos necessários à HABILITAÇÃO e a PLANILHA DOS ITENS deverão ser apresentados em envelope, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS - PREF CAMPO ALEGRE
PREGÃO ELETRÔNICO nº 24/2019
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:
CNPJ:

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1. Para habilitação jurídica a empresa deverá apresentar:

7.2.1.1. Cédula de identidade;

7.2.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.2.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.2. HABILITAÇÃO FISCAL

7.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

7.2.2.2. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014);

7.2.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

7.2.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;

7.2.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal; e

7.2.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.2.3. OUTRAS COMPROVAÇÕES

7.2.4. Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do respectivo Estado.

7.2.4.1. A data de emissão da certidão simplificada, conforme trata o item 7.2.4, não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias da data de abertura da licitação.

7.2.4.2. Declaração da licitante, subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo constante do ANEXO III.

7.2.4.3. Declaração da licitante, subscrita pelo representante legal, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo constante do ANEXO III.

7.2.4.4. Não tendo a empresa classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, observada as mesmas condições propostas pela vencedora.

7.2.4.5. A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

8. DO PRAZO PARA ENTREGA

8.1. O Pregoeiro adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame, quando não houver recurso. Ficará a cargo da Autoridade Competente, adjudicar o objeto quando houver interposição de recursos e, homologará o resultado da licitação.

8.1.1. O vencedor terá até 07 (sete) dias consecutivos contados do recebimento do pedido (autorização de fornecimento) através de e-mail para realizar a entrega.

8.2. Os materiais deverão ser entregues, conforme a solicitação da Secretaria, através de Autorização de Fornecimento enviada para a empresa vencedora.

8.3. A entrega do objeto deste edital será feita na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Coronel Bueno Franco, nº 167, Centro, em Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000, no horário das 09h às 11h30 ou 13h30 às 16h, a quem caberá conferi-lo para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital.

8.4. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Secretaria não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

8.5. A empresa vencedora terá prazo de 02 (dois) dias úteis para a substituição do(s) item(ns) rejeitado(s), sob pena de suspensão do pagamento total da nota, até a devida substituição do(s) item(ns).

8.6. Os materiais que não cumpram corretamente as funções para as quais se destinam serão submetidos à troca, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

8.7. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato (empenho), ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.8. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos, contados do dia posterior ao dia de abertura do Pregão.

8.9. A Administração poderá, quando o proponente vencedor convocado dentro do prazo de validade de sua proposta e no prazo e condições estabelecidas no item 8.1, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a receber a Autorização de Fornecimento, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.10. Decorrido o prazo do item 8.1, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado, será ele considerado como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

8.10.1. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

8.10.2. Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

8.10.3. A multa de que trata o item 8.10.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O licitante que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

a) O prazo para defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação;

b) Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação da sanção no Diário Oficial;

c) As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal no Portal de Compras Públicas, e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período;

d) Somente a autoridade que registrou as penalidades no Portal de Compras Públicas poderá fazer a sua retirada.

9.2. Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência;

b) Multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;

c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para o contrato, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

d) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 05 (cinco) anos;

e) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

9.3. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

9.4. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 9.2, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

9.5. O recurso ou o pedido de reconsideração, relativos às penalidades acima dispostas será dirigido ao Pregoeiro, o qual o encaminhará à Secretaria requisitante do presente processo licitatório que deverá decidir sobre os mesmos no prazo de 03 (três) dias úteis.

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DO MUNICÍPIO:

- 10.1.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;
- 10.1.2. Aplicar à empresa vencedora as penalidades, quando for o caso;
- 10.1.3. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- 10.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada conforme disposto no item 6.3, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 10.1.5. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

10.2. DA EMPRESA VENCEDORA:

- 10.2.1. Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- 10.2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- 10.2.3. Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- 10.2.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 10.2.5. Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- 10.2.6. Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos neste edital.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

11.2. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

11.3. O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

11.4. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

11.5. No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) Adiada sua abertura;
- b) Alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

11.6. Os casos omissos no presente Edital serão analisados de acordo com a Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais legislação em vigor, pertinentes à matéria.

11.7. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

11.8. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Licitações pelo telefone: (47) 3632-2266, bem como o envio de documentação, serão atendidos durante o expediente, de segunda a sexta-feira das 08h às 12h e das 13h às 17h, ou ainda no e-mail compras@campoalegre.sc.gov.br.

11.9. Fazem parte deste Edital:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Planilha para Apresentação da Proposta;

ANEXO III - Modelo de Declaração; e

ANEXO IV - Minuta da Ata de Registro de Preços.

Campo Alegre/SC, 02 de abril de 2019.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Edital devidamente aprovado pela assessoria jurídica deste Município, conforme folhas 27 A 29, constante do processo licitatório em epígrafe, em cumprimento ao § único do art. 38 da Lei Federal 8.666/93 e alterações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
 RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
 CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

ANEXO I

(Processo Licitatório nº 24/2019, modalidade Pregão Eletrônico - Registro de Preços)

TERMO DE REFERÊNCIA

Considerando a Requisição sob o nº 0365 da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando a eventual necessidade de aquisição de material de limpeza para rede municipal de ensino de Campo Alegre/SC, elabora-se Termo de Referência para definir detalhes para a elaboração do edital.

Elabora-se Termo de Referência para definir detalhes para a elaboração do edital.

1. OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual aquisição de material de limpeza para as unidades de ensino da rede municipal de ensino de Campo Alegre/SC, conforme descrição e valores de referência abaixo:

IT	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	2.000	Unidade	Esponja de Limpeza Dupla Face, Tamanho Aprox. 110 X 75 mm	0,70	1.400,00
02	250	Pacote	Esponja De Lã De Aço Com 08 Unidades	1,20	300,00
03	350	Pacote	Sabão Em Barra com Glicerina, com 05 Unidades - Composição Sabão Base, Carbonato de sódio, Glicerina, Trilon, Açúcar, Corante e Água	8,00	2.800,00
04	1.700	Pacote	Sabão em Pó com Amaciante Composição Mínima: Tensoativo Aniônico Coadjuvantes, Branqueador Óptico, Corante, Enzimas, Agente, Fragrância e Água. Componente Ativo: Linear Alquil. Benzeno, Sulfato De Sódio. Caixa ou Pacote Contendo 1kg	7,50	12.750,00
05	980	Frasco	Água Sanitária Com Cloro Ativo, 5 L	6,50	6.370,00
06	2.650	Frasco	Desinfetante Líquido 2 Litros. Aroma de Lavanda	5,00	13.250,00
07	1.200	Lata	Cera Líquida Incolor Composição Cera Natural e Sintética, Tensoativo Não Aniônico, Polímero Acrílico, Resina Natural Alcalinizada, Perfume, Corante e Água, Para Pisos Paviflex, Frasco de 750ml	4,00	4.800,00
08	1.500	Frasco	Saponáceo Cremoso 300 MI	3,20	4.800,00
09	200	Frasco	Desodorizador de Ar, Frasco com 400ml	9,00	1.800,00
10	500	Unidade	Pano de prato atalhado, 100% algodão, medindo, no mínimo, a unidade 15,00 40X66cm. Cor Branca.	4,50	2.250,00
11	2.250	Frasco	Álcool Etilico Hidratado 01 Litro 70%	5,30	11.925,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
 RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
 CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

12	200	Frasco	Higienizador, em gel antisséptico de mãos, incolor, composto de álcool etílico 70%. Álcool isopropílico superior a 3%, agentes complementares para hidratação da pele. Laudo de irritabilidade dérmica em humanos, eficácia antimicrobiana. Frasco de 400 gramas. Com válvula pump.	5,00	1.000,00
13	600	Fardo	Papel Toalha Interfolhado, Branco, tamanho 23x27, Fardo com 5 Pacotes, em cada pacote contendo 1.250 Folhas.	60,00	36.000,00
14	250	Galão	Sabonete Líquido Gel com Perfume Galão com 05 Litros	17,00	4.250,00
15	1.300	Unidade	Saco de Algodão Cru (Não Alvejado), Tamanho Mínimo de 50x60	4,20	5.460,00
16	100	Pacote	Saco Para Lixo 200 Litros com 100 Unidades - Espessura 0.10 Micras- Dimensões 90 x110 cm - Preto	75,00	7.500,00
17	420	Pacote	Saco Para Lixo 100 Litros com 100 Unidades - Espessura 0.10 Micras- Dimensões 80x 90cm - Preto	50,00	21.000,00
18	220	Pacote	Saco Para Lixo 60 Litros com 100 Unidades - Espessura 0.10 Micras- Preto	40,00	8.800,00
19	220	Pacote	Saco Para Lixo 40 Litros com 100 Unidades - Espessura 0.10 Micras- Preto	35,00	7.700,00
20	220	Pacote	Saco Para Lixo 30 Litros com 100 Unidades - Espessura 0.10 Micras- Preto	30,00	6.600,00
21	220	Pacote	Saco Para Lixo 20 Litros com 100 Unidades - Espessura 0.10 Micras- Preto	20,00	4.400,00
22	250	Par	Luva de Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho P	2,20	550,00
23	250	Par	Luva de Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho M	2,20	550,00
24	250	Par	Luva de Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho G	2,20	550,00
25	750	Pacote	Pano para Limpeza, Atoalhado, com 3 Unidades, Tamanho Mínimo 30 X 35cm	18,00	13.500,00
26	1.000	Unidade	Pano para limpeza: flanela amarela medindo 30X40cm	2,00	2.000,00
27	50	Galão	Detergente para máquina de lavar louças industrial - solução alcalina composta de detergentes orgânicos, inorgânicos, sequestrantes e dispersantes, altamente concentrado, formulado para o uso em lavagem automática de louças. Galão de 5 litros.	15,00	750,00
28	2.300	Frasco	Detergente Líquido com Glicerina - 500 ML, neutro.	1,90	4.370,00
29	50	Lata	Cera em Pasta Amarela, Composição, Mínima, Agente de Polímero, Formador de Filme, Emulsificante, Plastificante, Solvente ou Silicone e Corante, Lata com 375 G	10,00	500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
 RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
 CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

30	450	Rolo	Embalagem para Freezer Micro-ondas, Para 5 Kg, com 100 Unid.	7,90	3.555,00
31	500	Unidade	Toalha Rosto medindo aproximadamente 70x50cm	6,00	3.000,00
32	50	Frasco	Shampoo Infantil, para todos os tipos de Cabelos, que não cause ardência nos olhos, Frasco com 350ml	13,00	650,00
33	350	Unidade	Rodo de Espuma para aplicação de cera, (sem Borracha só espuma), Sem Cabo.	8,50	2.975,00
34	100	Unidade	Vassoura de Piaçava Sintética - 31cm x 0,4 x 21cm - com Cabo Metálico	13,00	1.300,00
35	250	Unidade	Vassoura de Palha de Arroz com Cabo	18,00	4.500,00
36	50	Unidade	Vassoura de Pelo Sintético - 33cm x 0,09 x 14cm - sem Cabo Metálico	12,00	600,00
37	200	Unidade	Rodo de Borracha 40 cm s/ Cabo	11,00	2.200,00
38	280	Unidade	Rodo de Borracha 60 cm s/ Cabo	10,00	2.800,00
39	600	Fardo	Papel Higiénico, Folhas Simples, Branco, Picotado, Fardo com 64 Rolos de no mínimo 10cm x 30m	50,00	30.000,00
40	50	Fardo	Papel Higiénico Rolão com 300m x 10cm Fardo com 08 Rolos, Folha Simples Branca, Fabricado com 100% Celulose Virgem	48,00	2.400,00
41	150	Unidade	Esfregão Plano Esponja - Espuma Poliéster c/ Manta Abrasiva - 30cm x 0,045 x 0,33cm - c/ Cabo de Madeira	20,00	3.000,00
42	470	Unidade	Refil esfregão Plano Esponja - espuma Poliéster c/ Manta Abrasiva - 30cm x 0,045 x 0,33cm	15,00	7.050,00
43	150	Unidade	Pá para lixo com cabo de vassoura	5,50	825,00
44	140	Caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas em látex, tam. médio com 100 unidades	23,00	3.220,00
45	250	Unidade	Balde plástico com capacidade de 8,5 litros com alça de metal	8,00	2.000,00
46	300	Unidade	Balde plástico com capacidade de 15 litros com alça de metal	10,00	3.000,00
47	250	Unidade	Balde plástico com capacidade de 20 litros com alça de metal	11,00	2.750,00
48	200	Unidade	Bacia plástica com capacidade de 1 litro	4,00	800,00
49	200	Unidade	Bacia plástica com capacidade de 8 litros	16,00	3.200,00
50	200	Unidade	Bacia plástica com capacidade de 15 litros	23,00	4.600,00
51	200	Unidade	Bacia plástica com capacidade de 40 litros	38,00	7.600,00
52	70	Unidade	Lixeira plástica com capacidade de 11 litros, cor branca, com tampa. Dimensões 330x310mm.	20,00	1.400,00
53	20	Unidade	Cesto (Lixeira) com capacidade de 100L plástico quadrado com tampa e pedal todo em plástico, haste do pedal em metal. Medidas 465mm (altura) x 405mm (largura) x 340mm (profundidade) Material: Polipropileno	200,00	4.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
 RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
 CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

54	12	Unidade	Cesto (Lixeira) com capacidade de 250L plástico quadrado com tampa e pedal todo em plástico, haste do pedal em metal. Medidas 465mm (altura) x 405mm (largura) x 340mm (profundidade) Material: Polipropileno. Com rodas.	450,00	5.400,00
55	15	Unidade	Lixeira em plástico com pedal retangular, capacidade 25 litros Dimensão: 37 cm lado x 35 cm lado x 57 cm altura Material: Polipropileno. Cor: Branca	40,00	600,00
56	50	Unidade	Lixeira plástica com capacidade de 50 litros, cor branca, com tampa. Capacidade 50 litros	110,00	5.500,00
57	150	Pacote	Toucas descartáveis tamanho 45 x 50cm confeccionado com elástico especial e todo o perímetro da touca 100% polipropileno	10,50	1.575,00
58	100	Caixa	Fósforo de segurança para cozinha, medindo 5cm. Caixa com 200 a 240 fósforos	4,00	400,00
59	300	Caixa	Fósforo com 10 caixas com 40 fósforos cada caixa.	3,00	900,00
60	150	Unidade	Disco verde para enceradeira. Espessura 25,4mm. Diâmetro: 350mm	38,00	5.700,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 305.425,00	

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. As entregas serão parceladas conforme solicitação da Secretaria Municipal Educação, através de Autorização de Fornecimento enviada à empresa via e-mail.

2.2. A entrega do objeto deste edital será feita na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Coronel Bueno Franco, nº 167, Centro, em Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000, no horário das 09h às 11h30 ou 13h30 às 16h, a quem caberá conferi-lo para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital.

2.3. Os materiais deverão ser entregues em até 07 (sete) dias consecutivos contados do recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada via e-mail ou fax.

2.4. Por ocasião da entrega, os materiais serão conferidos, não sendo aceito, em hipótese nenhuma, qualquer item que não atenda as exigências do presente Edital. Caso a vencedora se negue a cumprir as exigências do Instrumento Convocatório, serão aplicadas as penalidades cabíveis.

2.5. A empresa vencedora terá prazo de 02 (dois) dias úteis para a substituição do(s) item(ns) rejeitado(s), sob pena de suspensão do pagamento total da nota, até a devida substituição do(s) item(ns).

2.6. Os materiais que não cumpram corretamente as funções para as quais se destinam serão submetidos à troca, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

2.7. As despesas com a devolução dos produtos em situação irregular, ficam por conta da respectiva empresa vencedora, que será intimada do prazo para a retirada dos produtos, sob pena de perda dos mesmos.

2.8. Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura.

2.9. O critério de julgamento será pelo requisito **MENOR PREÇO POR ITEM**.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, na seguinte classificação:

3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
------------------------	---------------------

Campo Alegre/SC, 26 de março de 2019.

Rosa Regina Dziedzic
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
 RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
 CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

ANEXO II
MODELO DE PLANILHA PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

(Processo Licitatório nº 24/2019, modalidade Pregão Eletrônico - Registro de Preços)

IT	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	2.000	Unidade	Esponja de Limpeza Dupla Face, Tamanho Aprox. 110 X 75 mm			
02	250	Pacote	Esponja De Lã De Aço Com 08 Unidades			
03	350	Pacote	Sabão Em Barra com Glicerina, com 05 Unidades - Composição Sabão Base, Carbonato de sódio, Glicerina, Trilon, Açúcar, Corante e Água			
04	1.700	Pacote	Sabão em Pó com Amaciante Composição Mínima: Tensoativo Aniônico Coadjuvantes, Branqueador Óptico, Corante, Enzimas, Agente, Fragrância e Água. Componente Ativo: Linear Alquil. Benzeno, Sulfato De Sódio. Caixa ou Pacote Contendo 1kg			
05	980	Frasco	Água Sanitária Com Cloro Ativo, 5 L			
06	2.650	Frasco	Desinfetante Líquido 2 Litros. Aroma de Lavanda			
07	1.200	Lata	Cera Líquida Incolor Composição Cera Natural e Sintética, Tensoativo Não Aniônico, Polímero Acrílico, Resina Natural Alcalinizada, Perfume, Corante e Água, Para Pisos Paviflex, Frasco de 750ml			
08	1.500	Frasco	Saponáceo Cremoso 300 MI			
09	200	Frasco	Desodorizador de Ar, Frasco com 400ml			
10	500	Unidade	Pano de prato atalhado, 100% algodão, medindo, no mínimo, a unidade 15,00 40X66cm. Cor Branca.			
11	2.250	Frasco	Álcool Etílico Hidratado 01 Litro 70%			
12	200	Frasco	Higienizador, em gel antisséptico de mãos, incolor, composto de álcool etílico 70%. Álcool isopropílico superior a 3%, agentes complementares para hidratação da pele. Laudo de irritabilidade dérmica em humanos, eficácia antimicrobiana. Frasco de 400 gramas. Com válvula pump.			

www.campoalegre.sc.gov.br

Página 16 de 21



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
 RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
 CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

13	600	Fardo	Papel Toalha Interfolhado, Branco, tamanho 23x27, Fardo com 5 Pacotes, em cada pacote contendo 1.250 Folhas.			
14	250	Galão	Sabonete Líquido Gel com Perfume Galão com 05 Litros			
15	1.300	Unidade	Saco de Algodão Cru (Não Alvejado), Tamanho Mínimo de 50x60			
16	100	Pacote	Saco Para Lixo 200 Litros com 100 Unidades - Espessura 0.10 Micras-Dimensões 90 x110 cm - Preto			
17	420	Pacote	Saco Para Lixo 100 Litros com 100 Unidades - Espessura 0.10 Micras-Dimensões 80x 90cm - Preto			
18	220	Pacote	Saco Para Lixo 60 Litros com 100 Unidades - Espessura 0.10 Micras-Preto			
19	220	Pacote	Saco Para Lixo 40 Litros com 100 Unidades - Espessura 0.10 Micras-Preto			
20	220	Pacote	Saco Para Lixo 30 Litros com 100 Unidades - Espessura 0.10 Micras-Preto			
21	220	Pacote	Saco Para Lixo 20 Litros com 100 Unidades - Espessura 0.10 Micras-Preto			
22	250	Par	Luva de Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho P			
23	250	Par	Luva de Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho M			
24	250	Par	Luva de Borracha Doméstica 100% Látex Natural, Tamanho G			
25	750	Pacote	Pano para Limpeza, atalhado, com 3 Unidades, Tamanho Mínimo 30 X 35cm			
26	1.000	Unidade	Pano para limpeza: flanela amarela medindo 30X40cm			
27	50	Galão	Detergente para máquina de lavar louças industrial - solução alcalina composta de detergentes orgânicos, inorgânicos, sequestrantes e dispersantes, altamente concentrado, formulado para o uso em lavagem automática de louças. Galão de 5 litros.			
28	2.300	Frasco	Detergente Líquido com Glicerina - 500 ML, neutro.			
29	50	Lata	Cera em Pasta Amarela, Composição, Mínima, Agente de Polímero, Formador de Filme, Emulsificante,			



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
 RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
 CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

			plastificante, solvente ou Silicone e Corante, Lata com 375 G			
30	450	Rolo	Embalagem para Freezer Micro-ondas, Para 5 Kg, com 100 Unid.			
31	500	Unidade	Toalha Rosto medindo aproximadamente 70x50cm			
32	50	Frasco	Shampoo Infantil, para todos os tipos de Cabelos, que não cause ardência nos olhos, Frasco com 350ml			
33	350	Unidade	Rodo de Espuma para aplicação de cera, (sem Borracha só espuma), Sem Cabo.			
34	100	Unidade	Vassoura de Piaçava Sintética - 31cm x 0,4 x 21cm - com Cabo Metálico			
35	250	Unidade	Vassoura de Palha de Arroz com Cabo			
36	50	Unidade	Vassoura de Pelo Sintético - 33cm x 0,09 x 14cm - sem Cabo Metálico			
37	200	Unidade	Rodo de Borracha 40 cm s/ Cabo			
38	280	Unidade	Rodo de Borracha 60 cm s/ Cabo			
39	600	Fardo	Papel Higiênico, Folhas Simples, Branco, Picotado, Fardo com 64 Rolos de no mínimo 10cm x 30m			
40	50	Fardo	Papel Higiênico Rolão com 300m x 10cm Fardo com 08 Rolos, Folha Simples Branca, Fabricado com 100% Celulose Virgem			
41	150	Unidade	Esfregão Plano Esponja - Espuma Poliéster c/ Manta Abrasiva - 30cm x 0,045 x 0,33cm - c/ Cabo de Madeira			
42	470	Unidade	Refil esfregão Plano Esponja - espuma Poliéster c/ Manta Abrasiva - 30cm x 0,045 x 0,33cm			
43	150	Unidade	Pá para lixo com cabo de vassoura			
44	140	Caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas em látex, tam. médio com 100 unidades			
45	250	Unidade	Balde plástico com capacidade de 8,5 litros com alça de metal			
46	300	Unidade	Balde plástico com capacidade de 15 litros com alça de metal			
47	250	Unidade	Balde plástico com capacidade de 20 litros com alça de metal			
48	200	Unidade	Bacia plástica com capacidade de 1 litro			
49	200	Unidade	Bacia plástica com capacidade de 8 litros			
50	200	Unidade	Bacia plástica com capacidade de 15 litros			
51	200	Unidade	Bacia plástica com capacidade de 40 litros			



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
 RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
 CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

52	70	Unidade	Lixeira plástica com capacidade de 11 litros, cor branca, com tampa. Dimensões 330x310mm.			
53	20	Unidade	Cesto (Lixeira) com capacidade de 100L plástico quadrado com tampa e pedal todo em plástico, haste do pedal em metal. Medidas 465mm (altura) x 405mm (largura) x 340mm (profundidade) Material: Polipropileno			
54	12	Unidade	Cesto (Lixeira) com capacidade de 250L plástico quadrado com tampa e pedal todo em plástico, haste do pedal em metal. Medidas 465mm (altura) x 405mm (largura) x 340mm (profundidade) Material: Polipropileno. Com rodas.			
55	15	Unidade	Lixeira em plástico com pedal retangular, capacidade 25 litros Dimensão: 37 cm lado x 35 cm lado x 57 cm altura Material: Polipropileno. Cor: Branca			
56	50	Unidade	Lixeira plástica com capacidade de 50 litros, cor branca, com tampa. Capacidade 50 litros			
57	150	Pacote	Toucas descartáveis tamanho 45 x 50cm confeccionado com elástico especial e todo o perímetro da touca 100% polipropileno			
58	100	Caixa	Fósforo de segurança para cozinha, medindo 5cm. Caixa com 200 a 240 fósforos			
59	300	Caixa	Fósforo com 10 caixas com 40 fósforos cada caixa.			
60	150	Unidade	Disco verde para enceradeira. Espessura 25,4mm. Diâmetro: 350mm			
VALOR TOTAL						

Validade da proposta: _____ dias (não inferior a 60 dias)

CARIMBO E ASSINATURA:

www.campoalegre.sc.gov.br

Página 19 de 21



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

ANEXO III

(Processo Licitatório nº 24/2019, modalidade Pregão Eletrônico - Registro de Preços)

MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº,
sediada, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a)
....., portador (a) da Carteira de Identidade nº....., CPF nº
....., declara, perante à Lei, que até a presente data:

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 05 (cinco) anos;
- d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94;
- e) Atende à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 (dezoito) anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos; e
- f) Tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

Cidade - (UF), de de 2019.

(Nome do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SERVIÇO DE SUPRIMENTOS
RUA CEL. BUENO FRANCO, Nº 292 - CENTRO - CAMPO ALEGRE - SC
CNPJ: 83.102.749/0001-77 TELEFONE / FAX: (47) 3632-2266

ANEXO IV

(Processo Licitatório nº XX/2019, modalidade Pregão Eletrônico - Registro de Preços)

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX

PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2019 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos ____ dias do mês de ____ de 2019 no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual _____, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa _____, em decorrência da homologação do processo licitatório nº XX/2019, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição	Quantidade estimada (p/ 12 meses)	Unidade	Valor Unitário Registrado (R\$)

Pregoeira Municipal

Representante legal da empresa

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE DLNº08/2019.

Publicação Nº 1970467

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2019

1. DO OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA - PARA DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS E AÇÕES DO PROGRAMA DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS - PROLICITA. CONFORME ART. 24 - INCISO XXVI LEI 8.666/93.

2. DO FORNECEDOR

NOME	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE –CIM CATARINA
Cadastro de Pessoa Jurídica Nº	12.075.748/0001-32

3. DO VALOR CONTRATADO

Valor Mensal: R\$ 5.807,00 (Cinco mil oitocentos e sete reais)

Valor total: R\$ 69.684,00 (Sessenta e nove mil seiscentos e oitenta e quatro reais).

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão	Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral	
Unidade	Departamento de Modernização Administrativa e Informatização.	
Proj/Ativ	Manutenção do Departamento de Planejamento, Organização e Coordenação Geral	
Despesa	149	31.71.70.01.00.00.00
Despesa	150	33.71.70.01.00.00.00
Despesa	151	44.71.70.01.00.00.00

5. DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso XXVI.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Canoinhas

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO

Publicação Nº 1969256

A/C
ANDRESSA MORALES RODRIGUES
Sindicada
Prefeitura Municipal de Canoinhas
Nesta

NOTIFICAÇÃO

A Comissão de Sindicância nomeada pela Portaria nº 337/2019, notifica Vossa Senhoria que no dia 04/04/2019 (quinta-feira) a partir das 08h15min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Saúde (2º piso), estará realizando a oitiva de testemunhas referente a Sindicância instaurada através da portaria citada.
Desta forma, a fim de lhe conceder o contraditório e ampla defesa, caso seja de vosso interesse, convidamos Vossa Senhoria a se fazer presente.

Canoinhas, 02 de Abril de 2019
Mozara Carvalho Schadeck
Presidente

Danielle Ludka
Secretária

Fernanda Coser Macedo
Membro

PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 15/2019 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 1969547

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 17/2019
EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 15/2019 (ELETRÔNICO)
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público que alterou o edital acima. Diante disto, a data de abertura de propostas e disputa de preços foi transferida para o dia 17/04/2019, ficando estipulados os seguintes horários: 14h00min (abertura de propostas) e 15h00min (início da disputa de preços). Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito /Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 37/2019 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1969545

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 64/2019
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 37/2019 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16/04/2019, às 08h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEICULOS AUTOMOTORES PESADOS (ÔNIBUS, MICROONIBUS, VANS, E CAMINHÕES), DE FORMA PARCELADA, PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS NOVOS E ORIGINAIS OU GENUINOS (NÃO REMANUFATURADOS OU RECONDICIONADOS). Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 16/04/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N°. PMC 38/2019 (PRESENCIAL)

Publicação N° 1969544

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. PMC 65/2019
EDITAL DE PREGÃO N°. PMC 38/2019 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n°. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 17/04/2019, às 10h40min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES AD-MISSIONAIS, EXAMES MÉDICO PERICIAIS E EXAMES MÉDICOS PARA AVALIAÇÃO DE INCAPACIDADE, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS SERVIDORES DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Recebimento de propostas até às 10h35min do dia 17/04/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° FMS 04/2019

Publicação N° 1969945

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório n.º FMS 26/2019
Dispensa de Licitação n.º FMS 04/2019

O Município de Canoinhas através do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação, Artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Contratado: Clínica Médica Weinert e Ogasawara (CNPJ: 20.804.474/0001-01).

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PESSOAL NA ÁREA MÉDICA EM REGIME DE PLANTÃO PRESENCIAL, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, POR ATÉ 180 DIAS, EM CARÁTER EMERGENCIAL, NA ESPECIALIDADE DE OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA, PARA ATUAREM NA MATERNIDADE DO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS (HSCC).

Valor: R\$ 518.400,00 (quinhentos e dezoito mil e quatrocentos reais).

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° PMC 10/2019

Publicação N° 1970238

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. PMC 63/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° PMC 10/2019

O Prefeito do Município de Canoinhas/SC, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993 e alterações posteriores.

Objeto: CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI PARA REALIZAÇÃO DE DIVERSOS CURSOS REFERENTE AO PROGRAMA DE INICIAÇÃO PROFISSIONAL, PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CANOINHAS.

Contratada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. (CNPJ 03.774.688/0015-50)

Valor do contrato: R\$ 124.600,00 (cento e vinte e quatro mil e seiscentos reais).

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° PMC 02/2019

Publicação N° 1970085

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 26/2019
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 02/2019
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação da CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 02/2019, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO TÉCNICO PARA EXECUÇÃO DE SISTEMA SANITÁRIO. Motivo: Alteração de modalidade. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação REVOGADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito

Capão Alto

PREFEITURA

EDITAL -PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA007/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA, DIESEL COMUM, DIESEL S-10 E ARLA, PARA USO NOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Publicação Nº 1969118

PROCESSO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMCA007/2019
REGISTRO DE PREÇO

1. Preâmbulo

1.1 JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA, Prefeito Municipal em Exercício de Capão Alto, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial – Registro de Preço, do tipo Menor preço, cujo processamento e julgamento serão em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações prevista da Lei Complementar nº 147/2014, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

1.2 O recebimento dos Envelopes n.º 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até O DIA 16/04/2019 do às hs 09:30, no Setor de Licitações desta entidade, situada na Rua João Vieira de Oliveira, 500, cidade e Município de Capão Alto.

1.3 O início da abertura do Envelope 01 – PROPOSTA COMERCIAL dar-se-á a partir das 09:35hs do dia 16/04/2019, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações desta Entidade, situada no endereço citado no item 1.2.

1.4 DO OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Gasolina, Diesel comum, Diesel S-10 e ARLA, para uso nos Veículos, Máquinas e Equipamentos Pertencentes a Frota da Prefeitura Municipal de Capão Alto, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social. , conforme descrição em Anexo deste edital.

1.5 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

- 1.5.1 com falência decretada;
- 1.5.2 em consórcio.

1.6 Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

2.1 Da apresentação dos envelopes

2.1.1 No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO - SC
PREGÃO Nº PMCA007/2019
ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO - SC
PREGÃO Nº PMCA007/2019
ENVELOPE Nº. 02 – DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

2.1.2 Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, assim considerada aquela que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega, comprovado por meio de protocolo, junto à recepção da prefeitura.

2.1.3 Caso sejam remetidas as propostas por via postal, será apenas tomado conhecimento se forem entregues ao pregoeiro até o horário aprazado.

2.2 Do credenciamento

2.2.1 Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

2.2.1.1 O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo "I", juntamente com um documento de identificação com foto.

2.2.1.2 A procuração ou termo de credenciamento deverá conter a indicação do signatário com firma reconhecida e ser apresentado no original ou em cópia autenticada.

2.2.1.3 Nesta fase, o representante da licitante deverá apresentar, conforme o caso, o documento de constituição da empresa ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação, cujo documento, após análise pelo pregoeiro, será devolvido ao licitante.

2.2.1.4 A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, bem como de oferecer impugnação a outros licitantes, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.2.2 Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

2.3 As empresas que quiserem usufruir dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/06, deverão apresentar Declaração de Enquadramento ou Certidão de Registro na respectiva Junta comercial, para fins de comprovação da condição de EPP ou ME. Caso contrário, não poderá beneficiar-se das prerrogativas da Lei Complementar n.º 123/06.

2.3.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações prevista da Lei Complementar n.º 147/2014, deverá apresentar o descrito no subitem anterior, sob pena de, não o fazendo no ato de credenciamento, anuir que se considere que renunciou ao seu direito

2.4 A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no subitem 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Entidade Municipal e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no subitem 1.2, no Setor de Protocolo Geral desta Entidade. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.5 Da declaração de atendimento aos requisitos de habilitação.

2.5.1 Depois de credenciadas, as licitantes deverão apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo constante no Anexo III ou através de declaração verbal que constará em ata da sessão.

2.5.2 A licitante que não se fizer representar na sessão pública deverá entregar, sob pena de não aceitação da proposta, o documento solicitado no subitem anterior em um terceiro envelope, contendo no anverso os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO - SC

PREGÃO Nº PMCA007/2019

ENVELOPE Nº. 03 – Declaração de que cumpre plenamente as condições de habilitação.

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

2.6 OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO DEVERÃO SER APRESENTADOS E ENTREGUES EM SEPARADO, FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO.

3 DA PROPOSTA COMERCIAL

3.1 O Envelope nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL deverá conter a proposta propriamente dita redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas que dificultem o julgamento, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

3.1.1 Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;

3.1.2 Número deste Pregão;

3.1.3 Número do item, descrição dos serviços nos termos do item "1.4" deste Edital, quantidade, unidade de medida, marca, preço unitário e preço total por item, preferencialmente no modelo abaixo:

item	Descrição	Unidade	Quantidade	Marca	Preço Unit.	Preço Total

3.1.4 Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

3.2 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

3.3 Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre o fornecimento dos bens, objeto da presente Licitação.

3.4 No caso de a proponente apresentar mais de uma proposta escrita, considerar-se-á a de menor valor.

3.5 Não serão aceitas nem levadas em consideração às propostas encaminhadas por telegramas, radiogramas, aerogramas, correio eletrônico ou fac-símile.

3.6 Quando solicitada à apresentação de outros documentos que comporão a proposta, estes deverão ser apresentados na forma do subitem 5.9.

3.7 Fica estabelecido em 60(Sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01.

4. DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

4.1 Habilitação Jurídica (Art. 28 Inc. I a IV e Art. 97):

4.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

4.1.2 Declaração identificada e assinada pelo Representante Legal, de que a empresa não possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei;

4.1.3 Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo "II", nos termos do Inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93 e em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

4.1.4 Cédula de Identidade do Representante Legal da Empresa;

4.2 Regularidade Jurídica

4.2.1 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

4.3 Regularidade Fiscal (Art. 29 Inc. III):

4.3.1 Prova de Regularidade Conjunta dos tributos federais e a dívida ativa da União através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Secretaria Receita Federal;

4.3.2 Prova de Regularidade com os tributos estaduais através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda do domicílio do licitante;

4.3.3 Prova de Regularidade com os tributos municipais através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pela Fazenda Municipal do domicílio do licitante;

4.4 Regularidade Social (Art. 29 Inc. IV):

4.4.1 Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

4.5 Qualificação Econômico-Financeira (Art. 31, Inc. II):

4.5.1 Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida por distribuidor da sede do licitante;

4.6 As licitantes poderão substituir os documentos referidos nos subitens 4.1, 4.2 e 4.3, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Capão Alto;

4.7 A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelas licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao órgão cadastrador. Desta forma, no decurso do julgamento da fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitações averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Capão Alto, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou ainda quando a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência e ou não constar toda a documentação solicitada no CRC.

4.8 Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados nos subitens 4.1, 4.2 e 4.3, e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencida, e documentos que não estejam contemplados no Certificado de Registro Cadastral, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO.

4.9 Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a

vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

4.9.1 A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no subitem 1.2 deste Edital.

4.10 Os documentos exigidos nesta Licitação necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, nos termos do art. 32 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

4.10.1 As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

4.10.1.1 Caso não disponha de acesso à internet para a verificação da veracidade das certidões, poderá o pregoeiro paralisar os trabalhos até que seja possível a certificação da veracidade dos documentos.

4.11 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

4.11.1 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

4.11.2 se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

4.12 Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.13 A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no subitem 4.3, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

5. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

5.1 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, serão classificadas, item a item, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

5.1.1 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, ressalvados apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais:

5.1.1.1 Serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

5.1.1.2 A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à Sessão de Pregão, excetuando-se o disposto neste subitem para aqueles licitantes que não se fizerem presentes.

5.1.1.3 A falta de dados como CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição Municipal ou Endereço, poderão ser preenchidas pelos dados constantes nos documentos apresentados para a habilitação.

5.1.1.4 Havendo divergência entre os preços unitários e totais, considerar-se-ão os preços unitários.

5.1.2 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

5.1.3 Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos subitens 3.1 e 3.2 deste Edital, ressalvado o disposto no subitem 5.1.1

5.2 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores será convidado individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

5.2.1 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

5.2.2 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame.

5.2.3 A oferta de lance deverá recair sobre o preço unitário do item do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

5.2.3.1 Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

5.2.3.2 O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

5.2.4 Será automaticamente desconsiderado o lance com vista ao empate.

5.2.5 Dos lances ofertados não caberá retratação posterior que vise empate.

5.2.6 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

5.3 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

5.4 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

5.5 Encerrada as etapas competitivas e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, a sua exequibilidade, comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

5.5.1 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

5.5.2 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, injustificados, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração

5.6 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 4 e subitens, deste Edital.

5.7 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 4 e seus subitens, deste Edital.

5.8 Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

5.8.1 Ocorrendo a situação referida no subitem 5.8, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

5.9 Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

5.10 Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de até 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

5.11 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

5.11.1 A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

5.11.2 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

5.12 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

5.12.1 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando

algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

5.13 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

5.13.1 Os motivos dos adiamentos serão lavrados em ata circunstanciada.

5.14 O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s), devendo os seus responsáveis retirá-los durante esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

6 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

6.1 No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o menor preço Por item desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

6.2 No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

6.3 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pela Autoridade Competente, Por item, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

6.4 O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

7. DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:

7.1 O Fornecimento acontecerá de forma Fracionada.

7.2 O abastecimento dos combustíveis deverá estar disponível 24(vinte e quatro) horas por dia, diariamente e ser realizado nos próprios veículos, máquinas e equipamentos na sede do licitante, que deverá estar situado dentro dos limites territoriais do município de Capão Alto

7.2.1 As custas inerentes ao fornecimento, sejam de instalação, licenças necessárias, trabalhistas, fretes e traslados, e demais despesas provenientes do fornecimento correm as custas do fornecedor.

7.3 Os combustíveis serão entregues de acordo com a necessidade da administração pública mediante Autorização de fornecimento assinada pelo responsável

7.4 Sempre que solicitado, o fornecedor deverá fornecer teste de qualidade dos combustíveis fornecidos conforme norma da ANP.

8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

8.1 A Prefeitura Municipal de Capão Alto efetuará o pagamento do objeto do presente Edital em até 30 dias do seu fornecimento, mediante emissão de nota fiscal de serviço. O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

8.2 A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento deste objeto, correrão à conta da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s), da Lei Orçamentária do Exercício Vigente.

8.3 EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.3.1 O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;

8.3.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;

8.3.3 Para a concessão da revisão dos preços, a Empresa deverá comunicar a Entidade do Município de Capão Alto a variação dos preços, por escrito, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos emitido(s) pelo (s) fornecedor(es);

8.3.4 Caso a Entidade já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize o serviço e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

8.3.5 A Entidade municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos;

8.3.6 Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pela Entidade Municipal de Capão Alto;

8.3.7 A Empresa obrigar-se-á realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;

8.3.8 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

9. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

9.1.1 A impugnação será dirigida ao Pregoeiro, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

9.2 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

9.3 O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

9.4 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

9.5 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.6 Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s).

10. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 A descrição e quantidades constantes no anexo IV contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando a Entidade do Município de Capão Alto a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;

10.2 A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-lhe a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

10.3 Homologado o resultado do certame, a Entidade do Município de Capão Alto convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas;

10.4 A contratação dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada através de Autorização de Execução de Serviço;

10.5 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o Lote respectivo, ou licitá-lo;

10.6 A Ata de Registro de Preços observará a minuta do anexo deste Edital e firmará compromisso para eventual contração, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;

10.7 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;

10.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Ente público promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

10.9 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, A Entidade Pública deverá:

10.9.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

10.9.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

10.10 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Ente Público do Município de Capão Alto poderá:

10.10.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

10.1.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

10.11 Não havendo êxito nas negociações, o Ente público do Município de Capão Alto deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

10.12 O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

10.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

10.12.2 Não retirar a respectiva Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

10.12.4 Tiver presentes razões de interesse público;

10.13 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

10.14 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias

11. DO DIREITO DE RESERVA:

11.1 Esta Entidade Pública do Município de Capão Alto, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

11.2 Receber o(s) materiais(s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea "a", inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação do(s) serviço(s);

11.3 O(s) serviço(s) / materiais(s) que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, deverá(ão) ser refeito(s), sem atribuição de qualquer ônus ao Órgão Gestor, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações;

11.4 O Município de Capão Alto não se obriga a contratar o(s) serviço(s)/material(s) cotado(s) por licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO IV, podendo até realizar licitação específica para contratação de um ou de mais itens/lotos, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/93 e Diplomas Complementares

12. DAS PENALIDADES E GARANTIAS:

12.1 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo Empresa Registrada, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

12.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

12.3 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados no Departamento de Compras e Licitações e/ou no Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Capão Alto, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0**49) 3237-2002, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 12:00.

13.2 O município reserva-se o direito de revogar, por interesse da administração, o presente certame licitatório, sem que caiba direito a indenização aos proponentes.

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão.

13.4 Recomenda-se às licitantes que estejam no local indicado no preâmbulo deste edital, para a entrega dos envelopes e Sessão Pública do Pregão com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

13.5 É fundamental a presença da licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

13.6 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

13.7 Esta Entidade Pública Municipal de Capão Alto reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

13.8 Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Capão Alto não serão consideradas como motivos para impugnações.

13.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento, somente iniciando e vencendo nos dias de expediente.

13.10 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

13.11 No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

13.11.1 adiada a abertura da licitação;

13.11.2 alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

13.11.3 filmadas e/ou gravadas as sessões e este meio ser utilizado como prova;

13.12 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Campo Belo do Sul – SC, excluído qualquer outro.

14. DOS ANEXOS DO EDITAL

14.1 Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

Anexo "I" - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;

Anexo "II" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;

Anexo "III" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;

Anexo "IV" - RELAÇÃO DE ITENS;

Anexo "V" - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

Capão Alto, SC, 03/04/2019

JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício de Capão Alto

PREGÃO Nº PMCA007/2019

ANEXO I

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

À Prefeitura Municipal de Capão Alto, SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Capão Alto, SC, na modalidade PREGÃO Nº PMCA007/2019, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, _____ de _____ de 20

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO Nº PMCA007/2019

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO Nº PMCA007/2019

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, _____ de _____ de 20

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO Nº PMCA007/2019

ANEXO "III"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (*)

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO Nº PMCA007/2019 instaurado pela Prefeitura Municipal de Capão Alto, SC.

Local, _____ de _____ de 20

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO Nº PMCA007/2019

ANEXO "IV"

RELAÇÃO DE ITENS
Termo de Referência

Planilha de Itens

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1 - Óleo Diesel Comum	L	190.000	3,31	628.900,00
2	2 - Gasolina comum	L	103.000	4,06	418.180,00
3	807 - Óleo Diesel S-10	L	95.000	2,58	245.100,00
4	2779 - Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA)	L	15.000	2,58	38.700,00
Total Geral					1.330.880,00

2. A estimativa fixada neste Anexo representa mera informação para formação de preços, não constituindo obrigação do Órgão Gestor de contratação ou pagamento das referidas quantidades;

3. DO FORNECIMENTO DO OBJETO LICITADO

3.1 Os serviços/materiais fornecidos deverão atender aos parâmetros definidos pelas normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas ou, na falta dessas, de acordo com normas plenamente reconhecidas pela fabricante, devendo a Empresa Registrada zelar e assumir inteira responsabilidade técnica pela perfeita execução/fornecimento dos serviços/materiais objeto da licitação;

3.2 Os serviços/materiais serão fornecidos pela Empresa Registrada, não se admitindo recusa em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada;

3.3 A Empresa Registrada deverá sanar/substituir/refazer os materiais/serviços em que forem constatados erros ou correções, no prazo máximo de 24 horas após o comunicado realizado pelo Órgão Gestor, ou de acordo com o prazo estipulado pelo mesmo;

3.4 O Órgão Gestor encaminhará requisição de compra/serviço para a Empresa Registrada, esta deverá disponibilizar o deslocamento até o local da prestação dos serviços ou, em caso de emergência, a Empresa Registrada deverá realizar o fornecimento do serviço/material no local onde se encontrar o requisitante;

3.4.1 Logo, a Empresa Registrada deverá ter condições de atender às solicitações do Órgão Gestor, às suas expensas, fornecendo serviço/materiais de qualidade.

3.5 A aprovação de aquisição de materiais/serviços deverá ser efetuada de forma expressa pelo Órgão Gestor, através de Autorização de fornecimento.

3.6 O prazo para fornecimento dos materiais/serviços, será contado a partir da entrega da Autorização de fornecimento nunca excedendo o prazo máximo previsto no edital de licitação que originou a aquisição.

4. DOS MATERIAIS FORNECIDOS

4.1 A Empresa Registrada deve utilizar fornecer somente materiais originais ou similares, desde que atendidas as recomendações estabelecidas pelos órgãos competentes, não podendo valer-se, em hipótese alguma, de itens reconicionados.

4.2 A Empresa Registrada deverá fornecer garantia dos materiais/serviços fornecidos;

4.3 O pagamento poderá ser sustado pelo Órgão Gestor, quando os materiais/serviços não estiverem de acordo com as especificações técnicas ou forem rejeitados pela fiscalização, ou ainda, por inadimplemento de qualquer cláusula do Edital ou deste Anexo.

5. AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO E NOTAS FISCAIS

5.1 Deverão ser apresentados ao Órgão Gestor, a discriminação em notas separadas, os serviços e/ou materiais fornecidos;

5.2 Não serão aceitos nas notas, serviços/matérias que não façam parte do objeto da presente licitação;

5.3 Faz-se necessário a apresentação da Autorização de fornecimento emitida pelo Órgão Gestor;

5.4 O Órgão Gestor não se responsabilizará pelo pagamento de materiais/serviços fornecidos pela Empresa Registrada, sem a devida autorização;

5.5 A Empresa Registrada efetuará a emissão da Nota Fiscal / Fatura, sendo que a mesma deverá ser acompanhada do relatório pormenorizado dos serviços / materiais efetivamente fornecidos;

PREGÃO Nº PMCA007/2019

ANEXO "V"

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº/20

ÓRGÃO GESTOR: MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, inscrito no CNPJ sob n.º 01.599.409/0001-39, com sede na Rua João Vieira de Oliveira, 500, Centro, Capão Alto, SC. EMPRESA:, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida na Rua, Bairro, em

O Município de Capão Alto, pessoa jurídica de direito público, neste ato, por delegação, representado pelo Prefeito Municipal, Sr., portador do CPF nº, doravante denominado ÓRGÃO GESTOR e a Empresa, neste ato representada pelo Sr., portador do CPF nº de ora em diante denominada EMPRESA REGISTRADA, resolvem celebrar esta Ata de Registro de Preços, em decorrência do Processo Licitatório nº ____/20, correlato à Pregão Presencial nº/20...., aberta em .../.../20 e homologada em ____/____/____, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Gasolina, Diesel comum, Diesel S-10 e ARLA, para uso nos Veículos, Máquinas e Equipamentos Pertencentes a Frota da Prefeitura Municipal de Capão Alto, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo IV – Termo de Referência Relação de Itens, que passa a fazer parte integrante do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO:

2.1 Os materiais/serviços serão entregues de acordo com a necessidade da administração pública mediante requisição de compra assinada pelo responsável

2.2 O abastecimento dos combustíveis deverá estar disponível 24(vinte e quatro) horas por dia, diariamente e ser realizado nos próprios veículos, máquinas e equipamentos na sede do licitante, que deverá estar situado dentro dos limites territoriais do município de Capão Alto e as suas custas, mediante apresentação de guia de solicitação fornecido pelo órgão/unidade competente do Município.

2.3 Fretes e Traslados correm por conta do Fornecedor

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 Os preços certos e ajustados pelas partes conforme proposta da Empresa Registrada, de R\$

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) PAGAMENTO(S)

4. 1 A Entidade Pública supracitada, efetuará o pagamento do objeto do presente Edital em até 30 dias do seu fornecimento, mediante emissão de nota fiscal ou de serviço. O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

CLÁUSULA QUINTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

5.1 O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;

5.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;

5.3 Para a concessão da revisão dos preços, a Empresa deverá comunicar a Entidade do Município de Capão Alto a variação dos preços, por escrito, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos emitido(s) pelo (s) fornecedor(es);

5.4 Caso a Entidade já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize o serviço e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

5.5 A Entidade municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos;

5.6 Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pela Entidade Municipal de Capão Alto;

5.7 A Empresa obrigará-se a realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;

5.8 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

CLAUSULA SEXTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento deste objeto, correrão à conta da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s), da Lei Orçamentária do Exercício vigente:

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu(s) Anexo(s) e da presente Ata de Registro de Preços;

7.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

7.4 Atender fielmente o objeto do edital, em acordo com os itens e condições estabelecidas no instrumento, seus anexos, proposta de preços, bem como normas e procedimentos técnicos e de segurança consagrados e pertinentes ao caso;

7.5 Dispor à época do atendimento ao objeto, de todas as máquinas, instrumentos, equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários e imprescindíveis à sua execução, não podendo invocar a sua falta como justificativa para atraso ou imperfeição;

7.6 Arcar com todos os ônus e despesas decorrentes de consumo, conservação, reparos, avarias e perdas, inclusive custos de reposição e manutenção, máquinas, equipamentos e materiais necessários à execução do objeto;

7.7 Fornecer mão de obra capacitada e habilitada, em número suficiente para suprir às necessidades de atendimento ao objeto, sem qual quer ônus adicional ao Órgão Gestor;

7.8 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução do objeto deste Registro de Preços;

7.9 Não subcontratar, no todo ou em parte, ou sob qualquer forma, transferir ou ceder a terceiros a execução do objeto, sem consentimento prévio e expresso do Órgão Gestor, não implicando tal consentimento, se ocorrer, em qualquer vínculo entre esta Administração e eventuais subcontratadas, permanecendo a Empresa Registrada, com total responsabilidade pela subcontratação, inclusive por danos causados a terceiros;

7.10 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, e ainda por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

7.11 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

7.12 Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.13 Assumir a responsabilidade por qualquer dano causado ao Órgão Gestor, inerentes a execução ineficaz do objeto deste Registro de Preço;

7.14 Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não superior que o original, os materiais ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Órgão Gestor, decorrentes de culpa da Empresa Registrada, inclusive por emprego de mão-de-obra ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança, a qualquer título, responsabilizando-se por danos ou prejuízos causados, ficando obrigada, a corrigir, às suas expensas, defeitos verificados, resultantes da inadequação da execução do objeto da contratação;

7.15 Manter quadro de pessoal suficiente para o fornecimento dos materiais/serviços, objeto deste Edital, sem interrupções, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;

7.16 Dispor de todos os equipamentos e ferramentas necessárias à plena execução do objeto deste edital serviços;

7.17 Permitir ao representante do Órgão Gestor fiscalizar os materiais/serviços, o qual poderá sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as normas e especificações técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;

7.18 Fornecer todos os esclarecimentos e as informações técnicas que venham a ser solicitadas pelo Órgão Gestor sobre os serviços/materiais fornecidos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR

8.1 Emitir a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;

8.2 Encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;

8.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;

8.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Edital;

8.5 Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do objeto deste Registro de Preço;

8.6 Prestar informações atinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitadas pela Empresa Registrada;

CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A descrição e quantidades constantes no ANEXO IV RELAÇÃO DE ITENS - Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando a Entidade Publica a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;

9.2 A existência de Registro de Preço não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-lhe a realização de procedimento específico para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade e de condições;

9.3 Homologado o resultado do certame, o Ente Público do Município de Capão Alto convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas, observados os requisitos de publicidade e economicidade;

9.4 A contratação dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada pelo ente Público do Município de Capão Alto, através de Autorização de fornecimento;

9.5 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta, ou revogar o Lote respectivo, ou licitá-lo;

9.6 A Ata de Registro de Preços observará a minuta do anexo deste Edital e firmará compromisso para eventual contratação, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;

9.7 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;

9.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Ente Público do Município de Capão Alto promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

9.9 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Ente Público Município de Capão Alto deverá:

9.9.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

9.9.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

9.10 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de Capão Alto poderá:

9.10.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

9.10.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

9.11 Não havendo êxito nas negociações, o Ente Público do Município de Capão Alto deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO

10.12 O(s) serviço(s) / material(s) que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, deverá(ão) ser reexecutados sem atribuição de qualquer ônus ao Órgão Gestor, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo Empresa Registrada, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

11.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

11.3 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, a Entidade Pública se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

13.1 A Entidade Pública do Município de Capão Alto, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

13.2 A Entidade supra citada do Município de Capão Alto não se obriga a contratar o(s) serviço(s) / material(s) cotado(s) por licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO II, podendo até realizar licitação específica para contratação de um ou de mais lotes, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº 10.520/02, Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 7.892/2013 e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

14.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO Fica eleito o foro da Comarca de Campo Belo do Sul, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da Empresa Registrada.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Capão Alto (SC), em ____ de _____ de 20

JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA Empresa Registrada
Prefeito Municipal em Exercício de Capão Alto

Fiscal da Ata de Registro de Preços

TESTEMUNHAS

Nome;
CPF:

Nome;
CPF:

MINUTA -PREGÃO PRESENCIAL N.º PMCA007/2019 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA, DIESEL COMUM, DIESEL S-10 E ARLA, PARA USO NOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Publicação Nº 1969110

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de CAPÃO ALTO torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão presencial – registro de Preços, do tipo Menor preço, julgamento Por item, cujo processamento se dará na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, demais legislações inerentes e nas condições do edital de numero PMCA007/2019

Objeto:
Registro de Preços para Aquisição de Gasolina, Diesel comum, Diesel S-10 e ARLA, para uso nos Veículos, Máquinas e Equipamentos Pertencentes a Frota da Prefeitura Municipal de Capão Alto, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Data da Entrega dos envelopes e abertura:

Os envelopes contendo a documentação e proposta de preços deverão ser entregues no Prédio do Centro Administrativo Municipal até as 09:30 horas de 16/04/2019, sendo que a abertura dos envelopes contendo a documentação das empresas participantes ocorrerá no mesmo local com início às 09:35 horas do mesmo dia.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de CAPÃO ALTO, sito a Rua João Vieira de Oliveira n° 500, Centro, Município de CAPÃO ALTO de segunda a sexta das hs 8:00 às hs 12:00, fone (49) 3237-2002, ou pelo site www.capaoalto.sc.gov.br .

Município de CAPÃO ALTO – SC 03/04/2019

JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Capinzal

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO FINAL CHAMADA PÚBLICA EDITAL 012/2019

Publicação Nº 1969101

CLASSIFICAÇÃO FINAL EDITAL 012/2019

MONITOR DE DANÇA

ORDEM	CANDIDATO
1º	JOSANE APARECIDA DE ALMEIDA
2º	KETHLEEM DA SILVA MOTTA
3º	SUINER SILVA DE OLIVEIRA
4º	CRISTIANE DA SILVA
5º	BRUNA APARECIDA VERGANI
6º	ANA CAROLINA DA SILVA AZEVEDO

BRUNA APARECIDA VERGANI	
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	-

KETHLEEM DA SILVA MOTTA	
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	1
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	2
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	3

SUINER SILVA DE OLIVEIRA	
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	2
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	2

ANA CAROLINA DA SILVA AZEVEDO	
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	-

CRISTIANE DA SILVA	
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	-
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	-
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	-
Total	-

JOSANE APARECIDA DE ALMEIDA	
Cursos na área de atuação – 20 a 40 horas	1
Cursos na área de atuação – 41 ou mais	4
Tempo de serviço na função – a cada 2 anos	2
Total	7

DECRETO Nº 025/2019

Publicação Nº 1969678

DECRETO No 025, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal no 3.310, de 5 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 72.000,00 (setenta

e dois mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:

1801.08.243.0175.2096	ADEQUAÇÃO E MANUT. GINAS. ESP. JUNTO CECON	DTE	DR	R\$	0,00
44900000-249	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	72.000,00
	Total	1000	00	R\$	72.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), na forma do quadro a seguir.

1801.08.243.0175.2096	ADEQUAÇÃO E MANUT. GINAS. ESP. JUNTO CECON	DTE	DR	R\$	0,00
33900000-248	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	72.000,00
	Total	1000	00	R\$	72.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 18 de março de 2019
NILVO DORINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

DECRETO Nº 027/2019

Publicação Nº 1969680

DECRETO No 027, DE 1 DE ABRIL DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.434,00 (quinze mil, quatrocentos e trinta e quatro reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 14 da Lei Municipal no 3.310, de 5 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 15.434,00 (quinze mil, quatrocentos e trinta e quatro reais), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0501.12.361.0065.2043	MANUTENÇÃO ENS FUNDAM E PROFS. MAGISTÉRIO	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-281	Aplicações Diretas	3022	54	R\$	12.234,61
0501.12.361.0065.2048	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000282	Aplicações Diretas	3061	00	R\$	3.199,39
	Total			R\$	15.434,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2018, da Prefeitura Municipal de Capinzal, na fonte 3.022 "Transferências de Convênios - Educação", na destinação 54 "Transferências de Convênios União", no valor de R\$ 12.234,61 (doze mil, duzentos e trinta e quatro reais e sessenta e um centavos); na fonte 3.061 "Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE" no valor de R\$ 3.199,39 (três mil, cento e noventa e nove reais e trinta e nove centavos), totalizando o valor de R\$ R\$ 15.434,00 (quinze mil, quatrocentos e trinta e quatro reais), na forma do demonstrativo em anexo e quadro a seguir.

Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Transferências de Convênios - Educação	3022	54	R\$	12.234,61

Superávit Financeiro – Programa Nac. de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE	3061	00	R\$	3.199,39
Total			R\$	15.434,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 1 de abril de 2019

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

Edital nº 013/2019

Publicação Nº 1969197

EDITAL Nº 013, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

Notifica recurso recebido do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 005, de 09 de janeiro de 2017, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recurso financeiro proveniente do Governo Federal, Contrato de Repasse nº 871154/2018, Operação 1055610-62, no âmbito do Programa Fomento ao Setor Agropecuário, sob a gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tem por objeto "Aquisição de Equipamentos para compor a Patrulha Agrícola – 02 (dois) Distribuidores de Adubo Sólido e 02 (dois) Distribuidores de Adubo Líquido", no valor de R\$ 88.062,62 (oitenta e oito mil sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos).

Capinzal - SC, 2 de abril de 2019.

Nilvo Dorini

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

Ivair Lopes Rodrigues

Secretário da Administração e Finanças

FMAS CONTRATO 0001/2019

Publicação Nº 1969825

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0001/2019		
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL		
Contratada.: ALEX DORINI LOPES ACESSORIOS		
Valor : 5.152,00 (cinco mil cento e cinquenta e dois reais)		
Vigência : Início: 02/04/2019 Término: 31/12/2019		
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0001/2019 Processo_Licitatório.....: 0001 / 2019		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de fotografia e revelação fotográfica para diversos serviços da política de assistência social. Com Recursos Próprios e do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, dos Pisos de Proteção Social Básica, Proteção Social de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade		
Capinzal, 2 de Abril de 2019		

PMC CONTRATO 0083/2019

Publicação Nº 1969822

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0083/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: CONTARE - ASSESSORIA E NEGOCIOS EIRELI

Valor : 113.900,00 (cento e treze mil novecentos reais)

Vigência : Início: 02/04/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 0002/2019 Processo_Licitatório....: 0021 / 2019

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa para realização de Serviços Técnicos Especializados de Treinamento no Âmbito da Administração Pública Municipal, especialmente dos profissionais do Setor de Recursos Humanos, para atendimento de matéria Previdenciária e Implantação do e-Social. Com Recursos Próprios

Capinzal, 2 de Abril de 2019

PORTARIA 0015/2019

Publicação Nº 1969993

PORTARIA Nº 0015, DE 03 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação

Prefeito Municipal de Capinzal, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Compôr a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, sendo:

I – Luiz Gustavo Deuner, inscrito no CPF nº 294.898.499-87 e CRECI 12041;

II – Sergio Luiz Riquetti, inscrito no CPF sob o nº 598.459.539-72 e CRECI nº 6614.

III - Alexandre Kloss, inscrito no CPF sob o nº 065.950.139-34 e CRECI nº 24.166

Art 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro, avaliar uma sala comercial, com área de 162,44m² (cento e sessenta e dois metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), situado Rua Vilson Bordin, Centro, de propriedade da Mitra Diocezana de Joaçaba, inscrita no CNPJ nº 83.226.506/0001-40, para fins de locação para o Museu Histórico Municipal.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de trinta (30) dias, a contar desta data, para emitir termo conclusivo de avaliação do imóvel descrito nesta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 03 de janeiro de 2019

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração

PORTARIA 0287/2019

Publicação Nº 1970146

PORTARIA Nº 0287, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Jesiele Pilonetto Lopes Duarte, matrícula nº 334715/03, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Creche Municipal Primeiros Passos, em substituição a titular Marcia maria Benetti Marques, que se

removeu para o Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 01 de fevereiro a 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes, interina

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 039/2018 - ADRIANA PAULA SERENA

Publicação Nº 1969656

TERMO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO EDITAL 039/2018

Nome: ADRIANA PAULA SERENA

Cargo: AUXILIAR DE PROFESSOR

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos e trazer cópia da documentação abaixo, num prazo de até cinco (05) dias a contar da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios:

- 1) Identidade - RG
- 2) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- 3) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- 4) Certidão de Casamento ou Nascimento
- 5) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- 6) Carteira de Trabalho – CTPS
- 7) Comprovante de Residência
- 8) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- 9) Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital 039/2018.
- 10) Certidão antecedentes criminais – www.esaj.tjsc.jus.br
- 11) CPF dependentes

E ainda,

- 12) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- 13) Conta para receber – Caixa Econômica (operação 037)
- 14) Exame médico admissional – Engmed

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estielado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 039/2018 - ALANA RECH

Publicação Nº 1969371

TERMO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO EDITAL 039/2018

Nome: ALANA RECH

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos e trazer cópia da documentação abaixo, num prazo de até cinco (05) dias a contar da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios:

- 1) Identidade - RG
- 2) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- 3) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- 4) Certidão de Casamento ou Nascimento
- 5) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- 6) Carteira de Trabalho – CTPS

- 7) Comprovante de Residência
- 8) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- 9) Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital 039/2018.
- 10) Certidão antecedentes criminais – www.esaj.tjsc.jus.br
- 11) CPF dependentes

E ainda,

- 12) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- 13) Conta para receber – Caixa Econômica (operação 037)
- 14) Exame médico admissional – Engmed

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estielado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 039/2018 - BRUNO CLEVERSON LEANDRO TIDES

Publicação Nº 1969375

TERMO DE CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO EDITAL 039/2018

Nome: CLEVERSON LEANDRO TIDES
Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos e trazer cópia da documentação abaixo, num prazo de até cinco (05) dias a contar da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios:

- 1) Identidade - RG
- 2) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- 3) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- 4) Certidão de Casamento ou Nascimento
- 5) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- 6) Carteira de Trabalho – CTPS
- 7) Comprovante de Residência
- 8) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- 9) Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital 039/2018.
- 10) Certidão antecedentes criminais – www.esaj.tjsc.jus.br
- 11) CPF dependentes

E ainda,

- 12) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- 13) Conta para receber – Caixa Econômica (operação 037)
- 14) Exame médico admissional – Engmed

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estielado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 039/2018 - EVERTON ALVES FERREIRA

Publicação Nº 1969365

TERMO DE CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO EDITAL 039/2018

Nome: EVERTON ALVES FERREIRA
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos e trazer cópia da documentação abaixo, num prazo de até cinco (05) dias a contar da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios:

- 1) Identidade - RG
- 2) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- 3) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- 4) Certidão de Casamento ou Nascimento
- 5) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- 6) Carteira de Trabalho – CTPS

- 7) Comprovante de Residência
- 8) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- 9) Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital 039/2018.
- 10) Certidão antecedentes criminais – www.esaj.tjsc.jus.br
- 11) CPF dependentes

E ainda,

- 12) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- 13) Conta para receber – Caixa Econômica (operação 037)
- 14) Exame médico admissional – Engmed

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estielado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 039/2018 - VALDOIR GUIMARÃES

Publicação Nº 1969998

TERMO DE CONVOCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO EDITAL 039/2018

Nome: VALDOIR GUIMARÃES
Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos e trazer cópia da documentação abaixo, num prazo de até cinco (05) dias a contar da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios:

- 1) Identidade - RG
- 2) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- 3) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- 4) Certidão de Casamento ou Nascimento
- 5) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- 6) Carteira de Trabalho – CTPS
- 7) Comprovante de Residência
- 8) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- 9) Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital 039/2018.
- 10) Certidão antecedentes criminais – www.esaj.tjsc.jus.br
- 11) CPF dependentes

E ainda,

- 12) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- 13) Conta para receber – Caixa Econômica (operação 037)
- 14) Exame médico admissional – Engmed

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estielado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

TERMO DE RESILISÃO CONTRATO 0051/2017

Publicação Nº 1970123

TERMO DE RESILIÇÃO CONTRATUAL

Processo Licitatório Nº 0017/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2017
CONTRATO Nº 0051/2017
CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME

OBJETO: Pelo presente instrumento, as partes contratantes acima identificadas, por seus representantes legais ao final assinados, promovem a rescisão amigável do contrato nº 0051/2017, oriundo do Pregão Presencial nº 0009/2017, contemplando a Prefeitura Municipal de Capinzal, extinguindo-se com os mesmos as obrigações e deveres nele transcritos, sem indenização a qualquer título às partes, a partir da data de assinatura deste termo, conforme declaração da Empresa e Parecer Jurídico anexos ao Processo Licitatório.

Capinzal, 28 de março de 2019.

TERMO DE RESILISÃO CONTRATO 0067/2019

Publicação Nº 1970126

TERMO DE RESILIÇÃO CONTRATUAL

Processo Licitatório Nº 0028/2019

Dispensa de Licitação Nº 0008/2019

CONTRATO Nº 0067/2019

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CAMPOS NOVOS, CAPINZAL, OURO E ZORTÉA – COPER-NOSTRA.

OBJETO: Pelo presente instrumento, as partes contratantes acima identificadas, por seus representantes legais ao final assinados, promovem a rescisão amigável do contrato nº 0067/2019, oriundo da Dispensa de Licitação nº 0008/2019, contemplando a Prefeitura Municipal de Capinzal, extinguindo-se com os mesmos as obrigações e deveres nele transcritos, sem indenização a qualquer título às partes, a partir da data de assinatura deste termo, conforme declaração da Empresa e Parecer Jurídico anexos ao Processo Licitatório.

Capinzal, 02 de abril de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 13/2019**

Publicação Nº 1969295

PORTARIA Nº 13, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Designa os Membros da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

O Presidente da Câmara Municipal de Capinzal-SC, com fulcro nos arts. 53, I, "h" e 54, II, do Regimento Interno, e art. 23 § 2º da Resolução nº 010, de 2007, cominando com as demais atribuições legais que o cargo lhe confere, decide e edita a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º Designa os Membros para compor a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, para o mandato até 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. A Comissão foi constituída através das indicações dos Líderes Partidários e através de acordo entre os indicados, ficando com a seguinte composição:

I – Membros Efetivos:

- a) Alcedir Afonso Coronetti;
- b) Kelvis Borges - Presidente;
- c) Rafael Edgar Tonial.

II - Membros Suplentes:

- a) Carlos Adriano Zocoli; e
- b) Valmor de Vargas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores, 29 de março de 2019.

Vereador Renato Marcelo Markus

Presidente

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Vereador Renato Marcelo Markus

Presidente

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 10/2019

Publicação Nº 1970139

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 10, DE 25 DE MARÇO DE 2019

Concede revisão geral anual e aumento real sobre os vencimentos dos Servidores constantes do quadro Geral do Plano de Cargos e Salários e Função Gratificada do Poder Legislativo de Capinzal.

Art. 1º Concede revisão geral anual aos Servidores Públicos do Poder Legislativo de Capinzal, no importe de 3,94% (três inteiros e noventa e quatro centésimos por cento), correspondentes ao acumulado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC-IBGE no período de

março de 2018 a fevereiro de 2019.

Art. 2º Concede aumento real de 1,06% (um inteiro e seis centésimos por cento) sobre a remuneração dos Servidores Públicos do Poder Legislativo de Capinzal, incidentes sobre o valor dos vencimentos pagos até o mês de fevereiro de 2019.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das dotações previstas no orçamento do Poder Legislativo de Capinzal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigência na data de sua publicação, com efeitos retroativos, a contar de 1º de março de 2019.

Câmara Municipal de Vereadores, 25 de março de 2019.

Mesa Diretora

RENATO MARCELO MARKUS

Presidente

RAFAEL EDGAR TONIAL

1º Secretário

CARLOS ADRIANO ZCOLI

Vice-Presidente

VALMOR DE VARGAS

2º Secretário

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 11/2019

Publicação Nº 1970145

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 11/2019

Dispõe sobre a divulgação de informações referente à aplicação de recursos derivados de multas de trânsito aplicadas no Município de Capinzal, SC.

Art. 1º Fica assegurada a divulgação de demonstrativo de arrecadação e destinação dos recursos decorrentes das multas de trânsito aplicadas no Município de Capinzal, Santa Catarina.

Art. 2º A divulgação será feita, anualmente, na página principal do site oficial da Prefeitura Municipal de Capinzal.

Art. 3º Os demonstrativos deverão conter, pelo menos, as seguintes informações:

I - número total de multas de trânsito aplicadas, mensalmente, detalhada pelo tipo de infração cometida;

II – valor total arrecadado, mensalmente, com multas de trânsito; e

III – a quem foram destinados os recursos arrecadados, e quanto cada um aplicou em:

1. Educação de trânsito;
2. Sinalização;
3. Engenharia de tráfego e de campo;
4. Fiscalização de trânsito, e
5. Outros

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal – 25, de Março de 2019.

Vereador Lucas Antonio Dorini

Autor

RETIRADA DE PROJETOS DE LEIS LEGISLATIVOS

Publicação Nº 1969960

Capinzal SC, 27 de março de 2019.

Ao Senhor

Renato Marcelo Markus

Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Capinzal - SC

Assunto: Projetos de Lei Legislativo nº 4/2019 e, nº 5/2019 – Retirada

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o inicialmente, venho requerer, na forma do art. 101, § 12 do Regimento Interno, a retirada das seguintes proposições de nossa autoria:

1 – Projeto de Lei Legislativo nº 4/2019 e também Projeto nº 5/2019 de nossa autoria, tendo em vista que a matéria tratada no projeto é de competência da união conforme orientação técnica da assessoria externa.

Atenciosamente,

Vereador Bruno Michel Fávero – SD.
Autor

Vereador Gilmar Junior da Silveira – PSD
Autor

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

RETIFICAÇÃO – PROCESSO DE ALIENAÇÃO Nº CAO/01/2019

Publicação Nº 1969991

RETIFICAÇÃO – PROCESSO DE ALIENAÇÃO Nº CAO/01/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0094/2019

FICA RETIFICADA A DATA PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS/OFERTAS, PARA O DIA 22 DE ABRIL DE 2019 ÀS 09:00 HORAS.

“O SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO/SC, POR INTERMÉDIO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DEVIDAMENTE NOMEADA PELA PORTARIA Nº CAO/69/2018/SIMAE-CAO, DE 31 DE OUTUBRO DE 2018, TORNA PÚBLICO QUE ATÉ O DIA 22 DE ABRIL DE 2019 ÀS 09:00 HORAS, NAS DEPENDÊNCIAS DO SIMAE, SITO NA RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, NA CIDADE DE CAPINZAL/SC, RECEBERÁ AS PROPOSTAS/OFERTAS DOS INTERESSADOS EM PARTICIPAR DA PRESENTE ALIENAÇÃO, NA MODALIDADE DE LEILÃO, PARA VENDA DE BENS MÓVEIS, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM, CONFORME AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DADA PELO PROCESSO ACIMA IDENTIFICADO.”

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO À RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO FONE (049) 3555-1107, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DAS 07:30 ÀS 11:30 E DAS 13:00 ÀS 17:00 HORAS.

CAPINZAL/SC, 03 DE ABRIL DE 2019.
EDILSON DOS SANTOS VILARINO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0061/2019 - PREGÃO Nº 0041/2019

Publicação Nº 1969851

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0061/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0041/2019

Objeto: Registro de Preços destinado à contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia, compreendendo conserto, vulcanização, montagem e troca de pneus, visando à manutenção da frota oficial do Município de Catanduvas - SC.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 15 de abril de 2019.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 02 de abril de 2019, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 02 de abril de 2019.

Paulo Constante Fuga
Prefeito Municipal em Exercício

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 002/2019 FMS

Publicação Nº 1969177

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: JOSÉ FRANCISCO ACOSTA BRICENO.

Contrato nº: 002/2019 FMS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 31/03/2019.

Vigência: 31/03/2019.

Rescisão do CONTRATO Nº 001/2019 FMS.

CONTRATO Nº 029/2019 PCS

Publicação Nº 1969144

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: BARTZEN & CIA LTDA.

Contrato nº: 029/2019 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE EQUIPAMENTOS PARA MONTAGEM DE USINA DE ASFALTO PARA O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 01/04/2019.

Vigência: 31/05/2020.

Aditivo de prazo.

CONTRATO Nº 030/2019 PCS

Publicação Nº 1969201

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: AIRTON SENA MIOTTO ME.

Contrato nº: 030/2019 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO EM REGIME DE FRETAMENTO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DAS REDES MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO.

Data da Assinatura: 01/04/2019.

Vigência: 31/12/2019.

Valor do aditivo: R\$ 13.252,00 (treze mil duzentos e cinquenta e dois reais).

Decreto nº 30/2019

Publicação Nº 1969313

DECRETO Nº 030/2019

“Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências.”

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado para o cargo de Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, o Senhor EDUARDO LUIS SFREDDO, cargo de provimento em comissão, a partir do dia 02 de Abril de 2019.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 28 de Março de 2019.

Glauber Burtet

Prefeito

Editais 009/2018 - Processo Seletivo 002/2019 - Inscrições homologação

Publicação Nº 1969072

EDITAL 009/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019,
HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CANDIDATOS INSCRITOS

GLAUBER BURTET, PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna público a HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CANDIDATOS INSCRITOS ao Processo Seletivo Simplificado, para preenchimento de vagas temporárias para o cargo de: Professor de APOIO DE MATEMÁTICA compor o Quadro Temporário de Pessoal do referido Município, considerando os dispositivos da Constituição Federal e da Legislação Municipal Vigente, mediante as normas contidas no presente Edital, para atender o exercício de 2019.

PROFESSOR DE APOIO DE MATEMÁTICA – HABILITADO

RENAN LUIZ BOLSON	DEFERIDO
CLEIDES FOIATO	DEFERIDO

PROFESSOR DE APOIO DE MATEMÁTICA – NÃO HABILITADO

DANIELA DAL PIVA	DEFERIDO
DARIANA CANALLE	DEFERIDO
SUELEN MARTINI AZAMBUJA	DEFERIDO
TAINÁ BOTH	DEFERIDO
LUCINHA SANTOS	DEFERIDO

Caxambu do Sul/SC, 02 de abril de 2019.

GLAUBER BURTET
Prefeito Municipal**Lei Nº 1.433, de 02 de abril de 2019.**

Publicação Nº 1969317

Lei Nº 1.433, de 02 de abril de 2019.

Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Tutelar de Caxambu do Sul/SC e dá outras providências.

O PREFEITO DE CAXAMBU DO SUL/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DO CONSELHO TUTELAR**

Art. 1º Fica mantido o Conselho Tutelar de Caxambu do Sul/SC, criado pela Lei Municipal n. 903/99 e alterações posteriores, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Caxambu do Sul/SC, que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de Caxambu do Sul/SC constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Caxambu do Sul/SC, aplicando-se, no que couber, a Lei Federal n. 8.112/1990.

Art. 3º Caberá ao Executivo Municipal criar e manter novos Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de 01 (um) Conselho para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

Parágrafo único. Havendo mais de 01 (um) Conselho Tutelar, caberá à gestão municipal definir sua localização, horário de funcionamento e organização da área de atuação, através de Decreto do Executivo Municipal, podendo considerar a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como, observados os indicadores sociais do Município.

SEÇÃO I**Da Manutenção do Conselho Tutelar**

Art. 4º A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II - custeio com remuneração e formação continuada;

III - custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;

IV - manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§ 4º Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 5º É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, composta, preferencialmente, por servidores efetivos, assim como sede própria, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

I - Placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;

II - Sala reservada para a recepção do público;

III - Sala reservada para o atendimento dos casos; e,

IV - Banheiros.

§ 2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 4º O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§ 5º É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§ 6º Deve ser lotado em cada Conselho Tutelar, obrigatoriamente, um estagiário ou auxiliar administrativo, e, um motorista, sempre que se fizer necessário para a realização de diligências por parte do Conselho Tutelar, nos casos de distâncias superiores a 60km (sessenta quilômetros), inclusive nos períodos de sobreaviso, podendo o próprio conselheiro conduzir o veículo, se habilitado.

Art. 6º As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 7º Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 2º O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

SEÇÃO II**Do Funcionamento do Conselho Tutelar**

Art. 8º O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos

municipais, permanecendo aberto o para atendimento da população das 07hs30min às 11hs30min e das 13hs30min às 17hs30min.

§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 9º O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Caxambu do Sul/SC.

§ 1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte.

§ 2º Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e deverá se pautar na realidade do Município.

§ 3º Para a compensação do sobreaviso, poderá o Município, ouvido o Colegiado do Conselho Tutelar, prever indenização ou gratificação conforme dispuser a legislação pertinente ao servido público municipal.

§ 4º Caso o Município não opte pela remuneração extraordinária, o membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 02 (dois) dias para cada 07 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição a 30 dias por ano civil.

§ 5º O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 6º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 10 O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador administrativo, se necessário, o voto de desempate.

§ 3º Em havendo mais de um Conselho Tutelar no Município, será também obrigatória a realização de, ao menos, uma reunião mensal envolvendo todos os Colegiados, destinada, dentre outras, a uniformizar entendimentos e definir estratégias para atuação na esfera coletiva.

SEÇÃO III

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 11 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 12 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 13 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir Subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§ 5º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do

processo de escolha.

§ 7º A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 14 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;

d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e

e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 15 O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO IV

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 16 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residência no Município;

IV - experiência mínima de 01(um) ano na defesa dos direitos da criança e do adolescente ou curso, devidamente certificado, em matéria específica de infância e juventude com carga horária mínima de 90 (noventa horas);

V - conclusão do ensino médio;

VI - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VII - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

X - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

IX - não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§1º Excepcionalmente para o pleito eleitoral que se realizará em 2019, o requisito do inciso IV, não será exigido, pois não foram ofertados cursos desta natureza pelo Município.

§2º O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o inciso VI deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.

Art. 17 O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

SEÇÃO V

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 18 Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 20, desta Lei.

Art. 19 Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 20 Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

SEÇÃO VI

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 21 Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 22 Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

SEÇÃO VII

Da Campanha Eleitoral

Art. 23 Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

III - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

IV - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

V - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VI - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

VIII - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

IX - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 24 A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 25 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

SEÇÃO VIII

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 26 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 27 A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 28 À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO IX

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 29 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

SEÇÃO X

Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 30 Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7º Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos

novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

§ 10 Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 31 A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

I - a coordenação administrativa;

II - o colegiado;

III - os serviços auxiliares.

SEÇÃO I

Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar

Art. 32 O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 33 A destituição do Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 34 Compete ao Coordenador administrativo do Conselho Tutelar:

I - coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;

II - convocar as sessões deliberativas extraordinárias;

III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;

IV - assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;

V - zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;

VI - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;

VII - participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;

IX - comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;

X - encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

XI - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;

XII - submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIII - encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIV - prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;

XV - exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

SEÇÃO II

Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 35 O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

I - exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;

II - definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;

III - organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;

V - organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;

VI - propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

VII - participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;

VIII - eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;

IX - destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

X - elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado o envio de propostas de alteração;

§ 1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§ 2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

SEÇÃO III

Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 36 O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

I - o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;

IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;

V - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

SEÇÃO IV

Dos Deveres

Art. 37 Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - manter ilibada conduta pública e particular;

II - zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

III - cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;

V - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;

VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;

VII - desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;

VIII - declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;

IX - cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

XI - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;

XIII - prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XIV - identificar-se nas manifestações funcionais;

XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XVI - comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.

XVII - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;

XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

XIX - guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;

XX - ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO V

Das Responsabilidades

Art. 38 O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 39 A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 40 A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 41 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO VI

Da Regra de Competência

Art. 42 A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VII

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 43 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art. 44 São atribuições do Conselho Tutelar:

I - zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças

e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 45 O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 46 Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 47 Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

I - colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;

II - entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

IV - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VII - requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

VIII - propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;

IX - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

X - participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 48 É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 49 As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 50 No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 51 A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 52 O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 53 É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 54 Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 55 É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 56 Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 57 No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por

ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 58 Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;

II - nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;

III - nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

SEÇÃO VIII

Das Vedações

Art. 59 Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

II - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;

V - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;

VI - recusar fé a documento público;

VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;

IX - proceder de forma desidiosa;

X - descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;

XI - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

XII - ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;

XIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XIV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;

XV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XVI - atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;

XVII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;

XVIII - entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;

XIX - ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;

XX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;

XXI - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XXII - celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;

XXIII - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;

XXIV - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;

XXV - cometer crime contra a Administração Pública;

XVII - abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;

XXVII - faltar habitualmente ao trabalho;

XXVIII - cometer atos de improbidade administrativa;

XXIX - cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;

XXX - praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

XXXI - proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.

Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO IX

Das Penalidades

Art. 60 Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

- II - suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III - destituição da função.

Art. 61 Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 62 O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal n. 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO X

Da Vacância

Art. 63 A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - renúncia;

II - posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;

III - transferência de residência ou domicílio para outro município ou região administrativa do Distrito Federal;

IV - aplicação da sanção administrativa de destituição da função;

V - falecimento;

VI - condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 64 Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

I - vacância de função;

II - férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;

III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 65 Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§1º Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§4º O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 66 O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO XI

Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 67 Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 68 Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e temporário.

§ 1º No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor correspondente ao nível 31 dos servidores públicos municipais, que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 2º A remuneração deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º É facultado ao membro do Conselho Tutelar optar pela remuneração do cargo ou emprego público originário, sendo-lhe computado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 5º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 69 Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;
III - gratificações e adicionais.

Art. 70 Os acréscimos pecuniários percebidos por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 71 Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar os auxílios pecuniários e as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens, mediante autorização prévia na forma da legislação municipal de regência à concessão das diárias.

§ 2º Conceder-se-á indenização de transporte ao membro do Conselho Tutelar que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias da função, conforme as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais.

Art. 72 Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

- I - cobertura previdenciária;
- II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III - licença-maternidade;
- IV - licença-paternidade;
- V - gratificação natalina

Art. 73 As demais perdas relacionadas às indenizações e reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Caxambu do Sul/SC, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

Art. 74 A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, §2º, da Lei Federal n. 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

SEÇÃO XII

Das Férias

Art. 75 O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§2º Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Caxambu do Sul/SC.

§3º Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 76 É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 77 Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

- I - a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;
- II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 78 Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 79 As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 80 A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 81 O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 82 O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente a última remuneração por ele recebida.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor da última remuneração recebida.

SEÇÃO XIII

Das Licenças

Art. 83 Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

I - para participação em cursos e congressos;

II - para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;

III - para paternidade;

VI - em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

V - em virtude de casamento;

IV - por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§ 1º É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§ 2º As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Caxambu do Sul/SC, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

SEÇÃO XIV

Das Concessões

Art. 84 Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço em casos de falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

SEÇÃO XV

Do Tempo de Serviço

Art. 85 O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 86 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§2º A capacitação a que se refere o §1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 87 Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Caxambu do Sul/SC, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais e legislação correlata.

Art. 88 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 89 Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 90 As normas disciplinadas entre os artigos 11 a 30 da presente Lei entram em vigor na data de sua publicação, os demais artigos entrarão em vigor a partir de 10 de janeiro de 2020, revogada as disposições municipais em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 02 de abril de 2019.

Glauber Burtet

Prefeito

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

128.2019

Publicação Nº 1969299

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 128/2019

- Considerando, os efeitos da Portaria nº 117/2019 de 11.03.19, que concede Licença Maternidade a Servidora Angélica S.S. Pereira. O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e conforme Edital de Chamada Publica nº 01/2019;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário RITA DE CASSIA PEREIRA, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 20 horas, Nível II, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar nos anos iniciais na disciplina de Artes, período matutino e vespertino, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, pelo período de 02.04.2019 até o término da Licença Maternidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 02 de abril de 2019.
ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal em exercício.

129.2019

Publicação Nº 1969300

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 129/2019

- Considerando, os efeitos da Portaria nº 127/2019 de 01.04.19.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital nº 001/2018;

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário CÁTIA DAPONT LORENZI, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 40 horas, Nível II, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar nos anos iniciais na turma do 4º ano, período matutino e vespertino, no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, pelo período de 02.04.2019 a 20.12.19.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 02 de abril de 2019.
ORLANDO PAUL
Prefeito Municipal em exercício.

130.2019

Publicação Nº 1969301

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 130/2019

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso I do art. 2º da Portaria nº. 098/2019 de 20.02.2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

I – Gerusa Anacleto - Matrícula nº 234/02

..... ”

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 02 de abril de 2019.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 41/2019

Publicação N° 1962959

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 41/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 24/2019 – PM

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 15 de Abril de 2019, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa à aquisição de LOTE 01 - Plataforma Traseira para Trator Agrícola e LOTE 02 – Máquina de Solda MIG STAR 3503 TRF. 380V, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado, 03 de Abril de 2019.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

Chapecó

PREFEITURA

EDITAL SEDUC Nº 006/2019

Publicação Nº 1970515

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ/SC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

SANDRA MARIA GALERA, Secretária de Educação do Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014, em razão de esgotada a listagem de candidatos classificados, por área de atuação e/ou disciplina, no Processo Seletivo Público - Edital 001/2018 e/ou Processo Seletivo Simplificado – Edital 002/2018 (Educação Indígena), TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E ESCOLHA DE VAGAS: ficam convocados os candidatos interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição e escolha - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública e realizar a respectiva escolha de vagas, nos termos do Edital SEDUC Nº 001/2019, mediante apresentação na Secretaria de Educação do Município (SEDUC), situada na Rua Jonas Rauhen, nº 53 E, Centro, Chapecó/SC, munidos da documentação estabelecida em item 5 do instrumento editalício mencionado (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório de: Cédula de Identidade e CPF; Comprovante da habilitação; Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 20 de dezembro de 2018, observado o disposto em subitem 3.1 do Edital SEDUC 001/2019 quanto à reserva de vagas para pessoas com deficiência), conforme Cronograma a seguir:

DATA	HORÁRIO DE INÍCIO	ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA
04.04.2019	13:30 h	ENSINDO RELIGIOSO

Página 1 de 2

2. DO QUADRO DE VAGAS:

ÁREA DE ATUAÇÃO/DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TURNOS	UNIDADE ESCOLAR	PRAZO CONTRATAÇÃO
ENSINDO RELIGIOSO	40	MAT/VESP	EBM JARDIM DO LAGO	05.04 A 20.12.2019

2.1. As vagas apresentadas na referida Chamada Pública motivam-se pelo disposto em art. 2º, inciso II da Lei Complementar n. 531, de 23 de maio de 2014.

Município de Chapecó, 03 de abril de 2019.

SANDRA MARIA GALERA
Secretária de Educação

Página 2 de 2

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

Publicação Nº 1970516

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 008/2019

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE Chapecó

OBJETO – O presente Acordo de Cooperação tem como objeto desenvolver ações conjuntas e integradas para o fortalecimento do turismo de negócios, especialmente ações ligadas à realização do “CHÁ BENEFICENTE DE MÃES E VOLUNTÁRIOS DA APAE DE CHAPECÓ”.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Acordo de Cooperação vigorará para o período de 19 a 20 de Julho de 2019, facultada a sua revisão, por acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 18 de Março de 2019 – Marcio Ernani Sander, Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Leandro Ugolini, Presidente da Entidade.

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 011/2019

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Colégio Exponencial.

OBJETO – O presente Acordo de Cooperação tem como objeto desenvolver ações conjuntas e integradas para o fortalecimento do turismo de negócios, especialmente ações ligadas à realização do “EDUCAR SEM CULPA RELAÇÃO PAIS E FILHOS NA SOCIEDADE MODERNA”.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Acordo de Cooperação vigorará para o dia 20 de Agosto de 2019, facultada a sua revisão, por

acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 18 de Março de 2019 – Marcio Ernani Sander, Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Elio Antônio Maldaner, Presidente da Entidade.

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 013/2019

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Fundação Aury Luiz Bodanese

OBJETO – O presente Acordo de Cooperação tem como objeto desenvolver ações conjuntas e integradas para o fortalecimento do turismo de negócios, especialmente ações ligadas à realização do “COMEMORAÇÃO AOS 50 ANOS AURORA”.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Acordo de Cooperação vigorará para o período de 13 e 16 de Abril de 2019, facultada a sua revisão, por acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 18 de Março de 2019 – Marcio Ernani Sander, Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Isabel Cristina Trierveiler Machado, Presidente da Entidade.

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 017/2019

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Fundação Aury Luiz Bodanese

OBJETO – O presente Acordo de Cooperação tem como objeto desenvolver ações conjuntas e integradas para o fortalecimento do turismo de negócios, especialmente ações ligadas à realização do “3º WORKSHOP – VIVA AS DIFERENÇAS”.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Acordo de Cooperação vigorará para o período de 26 a 29 de Agosto de 2019, facultada a sua revisão, por acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 18 de Março de 2019 – Marcio Ernani Sander, Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Isabel Cristina Trierveiler Machado, Presidente da Entidade.

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 018/2019

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Fundação Aury Luiz Bodanese

OBJETO – O presente Acordo de Cooperação tem como objeto desenvolver ações conjuntas e integradas para o fortalecimento do turismo de negócios, especialmente ações ligadas à realização do “12ª MOSTRA CULTURAL”.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Acordo de Cooperação vigorará para o período de 14 a 23 de Novembro de 2019, facultada a sua revisão, por acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 18 de Março de 2019 – Marcio Ernani Sander, Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Isabel Cristina Trierveiler Machado, Presidente da Entidade.

EXTRATO TERMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 023/2019

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Fundação Aury Luiz Bodanese

OBJETO – O presente Acordo de Cooperação tem como objeto desenvolver ações conjuntas e integradas para o fortalecimento do turismo de negócios, especialmente ações ligadas à realização do “DESTAQUES SHOW 2019”.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Acordo de Cooperação vigorará para o período de 19 a 22 de Novembro de 2019, facultada a sua revisão, por acordo entre as partes, mediante comunicação por escrito.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 18 de Março de 2019 – Marcio Ernani Sander, Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Isabel Cristina Trierveiler Machado, Presidente da Entidade.

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N° 30/PMCS/2019 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação N° 1969889

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 50/PMCS/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 30/PMCS/2019 (Registro de Preços)

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de Aduelas de concreto armado pré-moldado para atender as necessidades do Município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 16/04/2019.

Abertura: Dia 16/04/2019, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 02 de abril de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 250/19

Publicação N° 1969309

DECRETO SAF/Nº. 250/19, de 26 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR:

PEDRO JEREMIAS, portador do CPF nº. 607.567.489-68, Gari I, para atuar na Secretaria de Obras, na coleta de lixo, por não haver concursados para preencher tal vaga, a partir de 27 de março de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 26 de março de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 252/19

Publicação N° 1969312

DECRETO SAF/Nº. 252/19, de 29 de março de 2019.

ALTERA CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

ALTERAR

carga horária de MARIA APARECIDA DENONI PELEGRIN, Fonoaudiólogo, nomeada pelo Decreto SAF/N. 183/03, de 12 de março de 2003, de 10 horas semanais, para 20 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de março de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 254/19

Publicação N° 1969318

DECRETO SAF/Nº. 254/19, de 29 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CO+++CAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

ROSIANE DE OLIVEIRA SILVANO BOTELHO, portadora do CPF nº. 003.397.539-60, Técnico em Enfermagem, 40 horas, para atuar no ESF, Secretaria de Saúde, a partir de 01 de abril de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de março de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 255/19

Publicação N° 1969320

DECRETO SAF/Nº. 255/19, de 29 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

DANIELA BEATRIZ LOURENÇO portadora do CPF nº. 047.658.549-06, Técnico em Enfermagem, 40 horas, para atuar no ESF, Secretaria de Saúde, a partir de 01 de abril de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de março de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 256/19

Publicação N° 1969322

DECRETO SAF/Nº. 256/19, de 29 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

EXONERAR

EMÍLIA BÚRIGO MAURÍCIO, portadora do CPF nº. 035.267.379-67, Enfermeiro ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 422/17, de 18 de setembro de 2017, a partir de 01 de abril de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de março de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 257/19

Publicação N° 1969324

DECRETO SAF/Nº. 257/19, de 29 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

FÁBIO JOSÉ DA SILVA, portador do CPF nº. 017.634.039-47, Gari I, nomeado pelo Decreto SAF/N.321/18, de 04 de maio de 2018, a partir de 01 de abril de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de março de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 258/19

Publicação N° 1969325

DECRETO SAF/Nº. 258/19, de 29 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

DIONÉIA BONDAN, portadora do CPF nº 514.069.770-04, Merendeira ACT nomeada pelo Decreto SAF/N. 135/19, de 07 de fevereiro de 2019, a partir de 01 de abril de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de março de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretario de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 259/19

Publicação N° 1969326

DECRETO SAF/Nº. 259/19, de 29 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

ADAN BOSA, portador do CPF nº. 083.630.259-17, Diretor de Departamento, nomeado pelo Decreto SAF/N. 437/18, de 30 de agosto de 2018, a partir de 01 de abril de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de março de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 260/19

Publicação Nº 1969328

DECRETO SAF/Nº. 260/19, de 29 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

RODRIGO FERREIRA DE BONA, portador do CPF nº. 010.421.969-66, Telefonista, 30 horas, admitido em 01 de dezembro de 2005, a partir de 01 de abril de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de março de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 264/19

Publicação Nº 1969315

DECRETO SAF/Nº. 264/19, de 01 de abril de 2019.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 13, da Lei nº. 1.441, de 28 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE, passa a ter a seguinte composição:

I – 05(cinco) representantes do Poder Executivo:

a) Clélio Fachin – titular e

Sídney Duarte de Oliveira – suplente, representantes vinculados ao Desenvolvimento Econômico;

b) Nilton Gonçalves – titular e

Sandra Maria de Souza – suplente, representantes da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Cocal do Sul – FUNDAC;

c) Carla Cristina Possamai Della – titular e

Nilsionei Mafioletti – suplente, representantes do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;

d) Hiago Bittencourt da Rosa – titular e

Mário Lúcio de Melo – suplente, representantes da Vigilância Sanitária;

e) Homero de Bona Filho – titular e

Éverton Frasson Fragnani – suplente, representantes vinculados ao Planejamento;

II – representantes do Poder Legislativo:

- Richardson Vieira – titular e

- Erik Pereira Zeferino - suplente.

III – representantes da Indústria ou Comércio:

- Alekssandro Zanette - titular;

- Ângela Maria Mendes Anjo – suplente

IV – representantes da COOPERCOCAL – Cooperativa Energética Cocal:

- André Mafioletti – titular;

- Estefano Luiz Costa – suplente.

V – representantes das Associações de Moradores de Cocal do Sul:

- Aldo Morona - titular;

- João Geraldo Echeli – suplente.

VI – representantes do Conselho de Desenvolvimento Rural de Cocal do Sul:

- Giovani Bertollo Búrigo – titular e

- Luiz Fernando Mufatto – suplente

VII – representantes do Corpo de Bombeiros(SAT) de Cocal do Sul:

- Rafael Tomasi Bittencourt – titular e
- Natália Morona Machado Ferreira – suplente.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto SAF/Nº. 211/19, de 28 de fevereiro de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de abril de 2019.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAFN. 253/19

Publicação Nº 1969314

DECRETO SAF/Nº. 253/19, de 29 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

NOMEAR

INGRID TAINAH FRARE VARTHA, portadora do CPF nº. 088.673.369-32, Médico Clínico Geral, 20 horas, para atuar no ESF Jardim Itália, Secretaria de Saúde, a partir de 01 de abril de 2019.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 29 de março de 2019.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 08/2019

Publicação Nº 1969422

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 08/2019
DATA: 20/MARÇO/2019

CONTRATADA: ACQUEDUTO SANEAMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA EPP

OBJETO: ELABORAÇÃO DE ESTUDO E PROJETOS DE ENGENHARIA PARA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - ETE, UASB COM FILTRO BIOLÓGICO, DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, OBEDECENDO INTEGRALMENTE ÀS ESPECIFICAÇÕES E DETERMINAÇÕES PREVISTAS NO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019, NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.

VALOR: 61.000,00 (SESSENTA E UM MIL REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

DATA: 01/ABRIL/2019

MÁRCIO ZANETTE

DIRETOR DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 09/2019

Publicação Nº 1969426

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 09/2019

DATA: 20/MARÇO/2019

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM/SUL

OBJETO: ESTE CONTRATO DE RATEIO TEM POR OBJETIVO A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS DA CONTRATANTE AO CONTRATADO PARA PROMOVER A CONSECUÇÃO DOS SEGUINTE OBJETOS COLOCADOS À DISPOSIÇÃO PELO CONTRATADO EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO:

I – MANUTENÇÃO DE ASSESSORIA CONTÁBIL NA ÁREA PÚBLICA (SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E CONGÊNERES E RESOLUÇÃO DE QUESTÕES JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA);

II - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL, ENVOLVENDO ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E DEMAIS ATOS CORRELATOS NO ÂMBITO DO ORA CONTRATADO;

III – APOIO NA MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS NESSAS ÁREAS POR PRESTADORES DE SERVIÇOS E/OU ESTAGIÁRIOS CONTRATADOS PELO CONTRATADO;

IV - REALIZAÇÃO E APOIO EM PALESTRAS E REUNIÕES SOBRE SANEAMENTO AMBIENTAL E OUTROS DE INTERESSE DOS CONSORCIADOS APROVADOS EM ASSEMBLÉIA;

V - APOIO, TREINAMENTO E/OU SUPERVISÃO NO CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA.

VI – REALIZAÇÃO DE ANÁLISES SEMANAIS, MENSAS E SEMESTRAIS DE ACORDO COM A PORTARIA 5/2017;

VII – REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS;

VIII – DESPESAS COM OBRAS E INSTALAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO REGIONAL, INCLUSIVE CONTRAPARTIDA.

VALOR: R\$ 48.333,33 (QUARENTA E OITO MIL, TREZENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS).

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 31/12/2019

DATA: 01/ABRIL/2019

MÁRCIO ZANETTE

DIRETOR DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 10/2019

Publicação Nº 1969429

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 10/2019

DATA: 26/MARÇO/2019

CONTRATADA: MICRONEC AGÊNCIA E COMPUTAÇÃO EIRELI

OBJETO: IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA WEBSITE COM LAYOUT RESPONSIVO, CADASTRO DE CONTEÚDO INICIAL, CRIAÇÃO DE 14 BANNERS PUBLICITÁRIOS, HOSPEDAGEM DE WEBSITE, E-MAILS PROFISSIONAIS E SUPORTE PARA CADASTRO DE CONTEÚDO POSTERIOR - WWW.SAMAECOCALDOSUL.SC.GOV.BR.

VALOR: 13.300,00 (TREZE MIL E TREZENTOS REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

DATA: 01/ABRIL/2019

MÁRCIO ZANETTE

DIRETOR DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 11/2019

Publicação Nº 1969431

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 11/2019

DATA: 26/MARÇO/2019

CONTRATADA: MICRONEC AGÊNCIA E COMPUTAÇÃO EIRELI

OBJETO: ATRAVÉS DO PRESENTE INSTRUMENTO FICA RESCINDIDO, A PARTIR DE 26/03/2019, O CONTRATO Nº 37/2016, DE HOSPEDAGEM DO SITE WWW.SAMAECOCALDOSUL.SC.GOV.BR.

DATA: 01/ABRIL/2019

MÁRCIO ZANETTE

DIRETOR DO SAMAE

EXTRATO DE CONTRATO 12/2019

Publicação Nº 1969435

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 12/2019 – 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2018

DATA: 27/MARÇO/2019

CONTRATADA: DE NONI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADITIVADO DO DIA 28/03/2019 ATÉ O DIA 12 DE ABRIL DE 2019.

VALOR: MANTIDO O VALOR INICIALMENTE CONTRATADO.

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ O DIA 12 DE ABRIL DE 2019.

DATA: 01/ABRIL/2019

MÁRCIO ZANETTE

DIRETOR DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019 – FMS

Publicação Nº 1969705

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019 – FMS
Aquisição de Bens

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para atender e equipar a Unidade Estratégia Saúde da Família do Distrito de Planalto e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço

Recebimento das propostas: até as 08h15 min do dia 15/04/2019.

Início da Sessão: dia 15/04/2019 as 08h30 min.

, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 3 de abril de 2019.

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT
Gestor do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2019 – PMC

Publicação Nº 1969691

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2019 – PMC
Exclusivo ME/EPP

Objeto: Aquisição de equipamentos diversos, processamento de dados, áudio, vídeo, foto, comunicação, patrulhamento, hidráulico, domésticos, mobiliário em geral e softwares de base, visando ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias, Fundos, Fundações, Polícia Civil, através do convênio de trânsito, Polícia Militar, através do convênio de Rádio Patrulha e Bombeiros Militares, através do convênio 005-2017, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 16/04/2019.

Início da Sessão: dia 16/04/2019 as 08 h e 30 min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 2 de abril de 2019.

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2019 – PMC

Publicação Nº 1969689

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2019 – PMC
Contratação de Serviços

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas, transporte de calcário/cascalho, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 16/04/2019.

Abertura: dia 16/04/2019 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 2 de abril de 2019.

DANIEL FAGANELLO
Secretário Municipal de Urbanismo e obras

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 203/2018 - PMC

Publicação Nº 1969388

Contrato Nº : 203/2018

Aditivo Nº : 1AP CTR 203/2018/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2018

Objeto : Contratação de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preços global (material e mão de obra) para execução de obra de pavimentação asfáltica na Rua Padres Franciscanos, localizada no Bairro Nossa Senhora da Salette, neste Município, a ser executada com recursos próprios e oriundos do Contrato de Repasse nº 845740/2017/MCIDADES/CAIXA e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 08/03/2019 Término: 04/05/2019

Assinatura : 08/03/2019

Valor R\$: 239.834,86 (Duzentos e Trinta e Nove Mil, Oitocentos e Trinta e Quatro Reais e Oitenta e Sete Centavos)

Dotação : 116 - 08.001.1009.3449051980000000000.01340000

Dotação : 117 - 08.001.1009.3449051980000000000.01390001

Dotação : 350 - 08.001.1009.3449051980000000000.03890000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: MARILU MATIELLO

Fiscal Administrativo: NAIR KOPPE VOGT

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 5/2018 - FMS

Publicação Nº 1969453

Contrato Nº : 05/2018

Aditivo Nº : 1TA Ctr 5/2018/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : IACC PRÉ-MOLDADOS LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 3/2018

Objeto : Locação de imóvel localizado na Rua Marechal Deodoro nº 1280, sala térrea nº 101 e sala primeiro pavimento nº 201 para abrigar a sede do Fundo Municipal de Saúde, o almoxarifado de medicamentos e a Farmácia Municipal.

Vigência : Início: 01/04/2019 Término: 31/03/2020

Assinatura : 29/03/2019

Valor R\$: 240.359,40 (Duzentos e Quarenta Mil, Trezentos e Cinquenta e Nove Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339039100000000000.01020000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: GEOVANI BEDIN

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 7/2018 - FMS

Publicação Nº 1969454

Contrato Nº : 07/2018

Aditivo Nº : 1TA Ctr 7/2018/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : EDIFÍCIO COMERCIAL GOLDEN OFFICE

Licitação : Inexigibilidade 4/2018

Objeto : Contratação de empresa para administrar o condomínio do Edifício Comercial Golden Office referente as salas 101 e 301 onde funcionará a sede do Fundo Municipal de Saúde, Almoxarifado de medicamentos e Farmácia Municipal.

Vigência : Início: 01/04/2019 Término: 31/03/2020

Assinatura : 29/03/2019

Valor R\$: 39.195,12 (Trinta e Nove Mil, Cento e Noventa e Cinco Reais e Doze Centavos)

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339039020000000000.01020000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: GEOVANI BEDIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 13/2018 - FMAS

Publicação Nº 1969513

Contrato Nº : 13/2018

Aditivo Nº : 1TA Ctr 13/2018/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Contratada : PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 1/2018

Objeto : A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistema de Gestão Habitacional incluindo o provimento de DATACENTER (próprio ou locado), solução de mobilidade, a licença de direito de uso, customização, implantação, treinamento de suporte técnico, em conformidade com as exigências, características e quantidades constante no Anexo "a" deste Edital.

Vigência : Início: 02/02/2019 Término: 31/07/2019

Assinatura : 28/01/2019

Valor R\$: 28.440,00 (Vinte e Oito Mil e Quatrocentos e Quarenta Reais)

Dotação : 254 - 15.001.2201.3339040010000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 32/2018 - FMS

Publicação Nº 1969455

Contrato Nº : 32/2018

Aditivo Nº : 1TA CT 32/2018/2019

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MARA APARECIDA FAGUNDES ME

Licitação : Pregão Presencial 6/2018

Objeto : Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços continuados de limpeza, higienização e organização, visando ao atendimento das necessidades das Unidades da Estratégia de Saúde da Família, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 11/03/2019 Término: 22/04/2019

Assinatura : 11/03/2019

Valor R\$: 48.585,00 (Quarenta e Oito Mil e Quinhentos e Oitenta e Cinco Reais)

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339034010000000000.01020000

Dotação : 221 - 13.001.2102.3339034010000000000.01020000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 4/2018 - FMEC

Publicação N° 1969503

Contrato N° : 4/2018/2018

Aditivo N° : 1TA Ctr 4/2018/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA SADIA

Licitação : Dispensa de Licitação 2/2018

Objeto : Contrato para locação de imóveis para atividades esportivas (treinamento das equipes de competição e escolinhas de iniciação) da FMEC.Três quadras de esportes, Duas salas (Sala de administração das escolinhas e Sala de Judô), Quatro vestiários e Duas instalações sanitárias.

Vigência : Início: 08/03/2019 Término: 07/03/2020

Assinatura : 07/03/2019

Valor R\$: 118.329,86 (Cento e Dezoito Mil, Trezentos e Vinte e Nove Reais e Oitenta e Seis Centavos)

Dotação : 310 - 17.001.2452.3339039100000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ALINE VICTORIA SCHMIDT

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 81/2018 - PMC

Publicação N° 1969415

Contrato N° : 81/2018

Aditivo N° : 1TA CT 81/2018/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 3/2017

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para prestação de serviços especializados de manutenção e ampliação do parque de iluminação pública, deste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 01/04/2019 Término: 30/09/2019

Assinatura : 28/03/2019

Valor R\$: 294.560,46 (Duzentos e Noventa e Quatro Mil, Quinhentos e Sessenta Reais e Quarenta e Seis Centavos)

Dotação : 115 - 08.001.1009.3449030260000000000.01080000

Dotação : 115 - 08.001.1009.3449039990000000000.01080000

Dotação : 115 - 08.001.1009.3449051980000000000.01080000

Dotação : 127 - 08.001.2029.3339030260000000000.01080000

Dotação : 127 - 08.001.2029.3339039990000000000.01080000

Dotação : 128 - 08.001.2029.3339030260000000000.01390002

Dotação : 128 - 08.001.2029.3339039990000000000.01390002

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

Fiscal Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 02/2018 - FUMDEMA

Publicação N° 1969458

Contrato N° : 02/2018

Aditivo N° : 2AP CTR 02/2018/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Contratada : DAVIDSON AUGUSTO HIRT EIRELI - ME

Licitação : Pregão Presencial 2/2018

Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição ambientalmente adequada de lâmpadas fluorescentes inservíveis, lixo eletrônico, pilhas, baterias, tonner e cartuchos usados, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Vigência : Início: 06/03/2019 Término: 13/05/2019

Assinatura : 06/03/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: IVETE APARECIDA BATISTA DELGADO RAHMEIER

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 20/2019 - PMC

Publicação N° 1969384

Contrato N° : 20/2019

Aditivo N° : 2AP CTR 20/2019/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IPM SISTEMAS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 168/2018

Objeto : A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas: específicos para Planejamento (PPA, LDO e LOA), Contabilidade, Orçamento, LRF e Tesouraria, Administração Tributária, Controle de Compras, Licitações e Contratos, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Controle de Bens Patrimoniais, Controle de Estoque (Almoxarifado), Controle e Gerenciamento de Frota, Legislação, Cadastro Técnico Imobiliário, IPTU - Inter-vivos e Taxas, Cadastro Econômico-Fiscal, ISSQN e Alvarás, Fiscalização de Obras e Posturas, Taxas e Tarifas Municipais, Contribuição de Melhoria, Escrita Fiscal, Fiscalização Fazendária, Gestão de Arrecadação e Contabilização, Gestão do Simples Nacional, Dívida Ativa e Executivo-Fiscal, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Ouvidoria, Controle Protocolo e Processos, Portal de Serviços Web: Auto Atendimento via Web e Portal do Município, Procuradoria, Gestão de Convênios, Workflow, Aplicativo Smartphone, Custos, ISSQN Bancos, Gestão Eletrônica de Documentos, Gestão de Serviços Públicos, Gestão de Cemitério INCLUINDO A LICENÇA DE DIREITO DE USO, CUSTOMIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO/MANUTENÇÃO e provimento de DATACENTER, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 25/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 25/03/2019

Valor R\$: 5.223,75 (Cinco Mil, Duzentos e Vinte e Três Reais e Setenta e Seis Centavos)

Dotação : 10 - 02.001.2002.3339040010000000000.01000001

Dotação : 10 - 02.001.2002.3339040130000000000.01000001

Dotação : 11 - 02.001.2003.3339040010000000000.01000001

Dotação : 11 - 02.001.2003.3339040130000000000.01000001

Dotação : 14 - 02.001.2005.3339040010000000000.01000001

Dotação : 26 - 04.001.2007.3339040010000000000.01000001

Dotação : 26 - 04.001.2007.3339040130000000000.01000001

Dotação : 34 - 04.003.2351.3339040010000000000.01000003

Dotação : 34 - 04.003.2351.3339040130000000000.01000003

Dotação : 42 - 06.001.2012.3339040010000000000.01010000

Dotação : 42 - 06.001.2012.3339040130000000000.01010000

Dotação : 94 - 07.001.2022.3339040010000000000.01000001

Dotação : 94 - 07.001.2022.3339040130000000000.01000001

Dotação : 124 - 08.001.2027.3339040010000000000.01000001

Dotação : 124 - 08.001.2027.3339040130000000000.01000001

Dotação : 142 - 09.001.2032.3339040010000000000.01000001

Dotação : 142 - 09.001.2032.3339040130000000000.01000001

Dotação : 144 - 09.001.2035.3339040010000000000.01000001

Dotação : 144 - 09.001.2035.3339040130000000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2036.3339040010000000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2036.3339040130000000000.01000001

Dotação : 184 - 11.001.2040.3339040010000000000.01000001

Dotação : 184 - 11.001.2040.3339040130000000000.01000001

Dotação : 197 - 12.001.2043.3339040010000000000.01000001

Dotação : 197 - 12.001.2043.3339040130000000000.01000001

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339040010000000000.01020000

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339040130000000000.01020000

Dotação : 251 - 14.001.2616.3339040010000000000.01000001

Dotação : 251 - 14.001.2616.3339040130000000000.01000001

Dotação : 254 - 15.001.2201.3339040010000000000.01000001

Dotação : 254 - 15.001.2201.3339040130000000000.01000001

Dotação : 295 - 16.001.2401.3339040010000000000.01000001

Dotação : 295 - 16.001.2401.3339040130000000000.01000001

Dotação : 308 - 17.001.2451.3339040010000000000.01000001

Dotação : 308 - 17.001.2451.3339040130000000000.01000001

Dotação : 313 - 17.001.2454.3339040010000000000.01000001

Dotação : 313 - 17.001.2454.3339040130000000000.01000001

Dotação : 320 - 18.001.2501.3339040010000000000.01000001

Dotação : 320 - 18.001.2501.3339040130000000000.01000001

Dotação : 331 - 19.001.2601.3339040010000000000.02750000

Dotação : 331 - 19.001.2601.3339040130000000000.02750000

Dotação : 399 - 14.001.2152.3339040130000000000.03000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Fiscal Técnico-Administrativo: CHARLES KOPSEL

Fiscal Técnico-Administrativo: MICHELE GALEAZZI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ADEMIR RAMOS CUCHI

Fiscal Técnico-Administrativo: ELIZA TEBALDI BORSATTI

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDA KRUGER

Fiscal Técnico-Administrativo: ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: LUANA LIS REDECKER KUNRATH

Fiscal Técnico-Administrativo: LEO MARCOS AMPESSAN

Fiscal Técnico-Administrativo: MARIANA ZOLET RIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: MARIONI ROSA

Fiscal Técnico-Administrativo: ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 203/2018 - PMC

Publicação Nº 1969389

Contrato Nº : 203/2018
Aditivo Nº : 2AP CTR 203/2018/2019
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SANTASUL - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2018
Objeto : Contratação de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada por preços global (material e mão de obra) para execução de obra de pavimentação asfáltica na Rua Padres Franciscanos, localizada no Bairro Nossa Senhora da Salette, neste Município, a ser executada com recursos próprios e oriundos do Contrato de Repasse nº 845740/2017/MCIDADES/CAIXA e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.
Vigência : Início: 14/03/2019 Término: 04/05/2019
Assinatura : 14/03/2019
Valor R\$: 718,78 (Setecentos e Dezoito Reais e Setenta e Nove Centavos)

Dotação : 116 - 08.001.1009.34490519800000000000.01340000

Dotação : 117 - 08.001.1009.34490519800000000000.01390001

Dotação : 350 - 08.001.1009.34490519800000000000.03890000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: MARILU MATIELLO

Fiscal Administrativo: NAIR KOPPE VOGT

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 01/2017 - FUMDEMA

Publicação Nº 1969466

Contrato Nº : 01/2017
Aditivo Nº : 2TA CTR 1/2017/2019
Tipo Aditivo : Outros
Contratante : FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Contratada : SALETE KAPP & CIA LTDA EPP
Licitação : Pregão Presencial 2/2017
Objeto : contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização e organização, nas dependências da FUMDEMA - Fundação Municipal de Defesa do Meio, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 01/03/2019 Término: 10/08/2019
Assinatura : 01/03/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO GUILIANI

EXTRATO 2º TA CONTRATO N° 35/2017 - PMC

Publicação N° 1969396

Contrato N° : 35/2017

Aditivo N° : 2TA CT 35/2017/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MARCOS JOVANI DE ALMEIDA

Licitação : Pregão Presencial 12/2017

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza (material e mão de obra) nas dependências internas do 20º Batalhão de Polícia Militar, com recursos oriundos do convênio Rádio Patrulha 055/2016 conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 01/04/2019 Término: 31/03/2020

Assinatura : 25/03/2019

Valor R\$: 31.612,56 (Trinta e Um Mil, Seiscentos e Doze Reais e Cinquenta e Seis Centavos)

Dotação : 198 - 12.001.2043.3339039780000000000.01000006

Dotação : 368 - 12.001.2043.3339039780000000000.03000006

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: WILLIAN SARMENTO

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 01/2017 - FUMDEMA

Publicação N° 1969460

Contrato N° : 01/2017

Aditivo N° : 3AP CTR 1/2017/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Contratada : SALETE KAPP & CIA LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 2/2017

Objeto : contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza, higienização e organização, nas dependências da FUMDEMA - Fundação Municipal de Defesa do Meio, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 06/03/2019 Término: 10/08/2019

Assinatura : 06/03/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: IVETE APARECIDA BATISTA DELGADO RAHMEIER

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 40/2017 - FMS

Publicação N° 1969449

Contrato N° : 40/2017

Aditivo N° : 3TA CT 40/2017/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : INOVADORA SISTEMAS DE GESTAO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 2/2017

Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema Informatizado WEB de Gestão de Saúde, incluindo sua licença para uso, provimento de DataCenter (próprio ou locado), solução de mobilidade, serviços de treinamento, implantação, conversão de dados existentes, manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, com capacitação das diretorias e Unidades assistenciais de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 29/03/2019 Término: 31/07/2019

Assinatura : 29/03/2019

Valor R\$: 18.762,70 (Dezoito Mil, Setecentos e Sessenta e Dois Reais e Setenta e Um Centavos)

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339040010000000000.01020000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: CINTIA MARA RAMOS

EXTRATO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 73/2015 - FMS

Publicação N° 1969451

Contrato N° : 73/2015
Aditivo N° : 3AP CT 73/2015/2019
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : DIANE SALETE PALUDO KAER
Licitação : Inexigibilidade 17/2015
Objeto : Credenciamento de cedência de piscina para atividade de hidroterapia.
Vigência : Início: 12/03/2019 Término: 09/08/2019
Assinatura : 12/03/2019

Fiscal Técnico-Administrativo: ANA PAULA FORNER

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 109/2016 - PMC

Publicação N° 1969381

Contrato N° : 109/2016
Aditivo N° : 3TA Ctr 109/2016/2019
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ELEVTEC MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA - ME
Licitação : Pregão Presencial 25/2016
Objeto : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de inspeção, manutenção preventiva e corretiva, além de assistência técnica para o elevador localizado no Centro Administrativo Municipal.
Vigência : Início: 18/03/2019 Término: 30/06/2019
Assinatura : 13/03/2019
Valor R\$: 1.462,34 (Um Mil, Quatrocentos e Sessenta e Dois Reais e Trinta e Quatro Centavos)

Dotação : 26 - 04.001.2007.3339039160000000000.01000001

Dotação : 355 - 04.001.2007.3339039160000000000.03000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: MAYARA AMPESE

EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 310/2016 - PMC

Publicação N° 1969391

Contrato N° : 310/2016
Aditivo N° : 3TA Ctr 310/2016/2019
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : CONNECTLINE AUTOMACAO LTDA - EPP
Licitação : Pregão Presencial 133/2016
Objeto : Contratação de empresa especializada em vídeo monitoramento para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do sistema de vídeo monitoramento urbano do município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 19/03/2019 Término: 18/03/2020
Assinatura : 15/03/2019
Valor R\$: 37.999,56 (Trinta e Sete Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Cinquenta e Seis Centavos)

Dotação : 126 - 08.001.2029.3339039080000000000.01000001

Dotação : 134 - 08.001.2031.3339039080000000000.01120000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

Fiscal Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

EXTRATO 4º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 32/2018 - PMC

Publicação N° 1969394

Contrato N° : 32/2018

Aditivo N° : 4AP CTR 32/2018/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ROMANI TUR TRANSPORTES LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2017

Objeto : Contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 05/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 05/03/2019

Valor R\$: 165.561,20 (Cento e Sessenta e Cinco Mil, Quinhentos e Sessenta e Um Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 58 - 06.002.2015.33390392600000000000.01190000

Dotação : 59 - 06.002.2016.33390392600000000000.01360000

Dotação : 61 - 06.002.2016.33390392600000000000.01370003

Dotação : 63 - 06.002.2016.33390392600000000000.01620001

Dotação : 64 - 06.002.2017.33390392600000000000.01010000

Dotação : 83 - 06.004.2608.33390392600000000000.01190000

Dotação : 89 - 06.006.2011.33390392600000000000.01370003

Dotação : 90 - 06.006.2011.33390392600000000000.01620001

Dotação : 363 - 06.002.2016.33390392600000000000.03360000

Dotação : 365 - 06.004.2608.33390392600000000000.03360000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GENESIO BACH DA SILVA

EXTRATO 4º TA CONTRATO N° 202/2018 - PMC

Publicação N° 1969385

Contrato N° : 202/2018

Aditivo N° : 4TA CTR 202/2018/2019

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 7/2018

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de pavimentação asfáltica, de diversas ruas localizadas neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital. As ruas de execução da obra são: Rua Auri Pereira da Costa, Loteamento Vitória; Rua Pico das Neblinas, Bairro Colibri; Rua Gilmar José Ampese, Loteamento Frei Lency; Travessa Angico, Bairro Arvoredo.

Vigência : Início: 26/03/2019 Término: 03/06/2019

Assinatura : 26/03/2019

Valor R\$: 15.213,50 (Quinze Mil, Duzentos e Treze Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 113 - 08.001.1009.34490519800000000000.01000001

Dotação : 117 - 08.001.1009.34490519800000000000.01390001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 5/2015 - FMEC

Publicação Nº 1969500

Contrato Nº : 5/2015
Aditivo Nº : 4TA Ctr 5/2015/2019
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES
Contratada : ELEVADORES OTIS LTDA
Licitação : Inexigibilidade 1/2015
Objeto : Prestação de serviço de manutenção (preventiva e corretiva) por completa do ELEVADOR e PLATAFORMA ELEVATÓRIA existentes no Parque de Exposições.
Vigência : Início: 01/04/2019 Término: 31/03/2020
Assinatura : 25/03/2019
Valor R\$: 5.548,80 (Cinco Mil, Quinhentos e Quarenta e Oito Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 310 - 17.001.2452.33390391600000000000.01000001

Dotação : 313 - 17.001.2454.33390391600000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ALINE VICTORIA SCHMIDT

EXTRATO 5º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 06/2015 - FUMDEMA

Publicação Nº 1969463

Contrato Nº : 06/2015
Aditivo Nº : 5AP CTR 06/2015/2019
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
Contratada : IMOBILIÁRIA MUNARETTO LTDA
Licitação : Dispensa de Licitação 1/2015
Objeto : O objeto do presente instrumento é a locação de imóvel, localizado na Rua Marechal Deodoro, nº 232, Centro, nesta cidade, para abrigar as instalações da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA.
Vigência : Início: 06/03/2019 Término: 07/05/2019
Assinatura : 06/03/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: IVETE APARECIDA BATISTA DELGADO RAHMEIER

EXTRATO 5º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 40/2016 - FMS

Publicação Nº 1969450

Contrato Nº : 40/2016
Aditivo Nº : 5TA Ctr 40/2016/2019
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : ATITUDE AMBIENTAL LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2015
Objeto : Contratação dos serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "A" deste Edital.
Vigência : Início: 07/03/2019 Término: 06/03/2020
Assinatura : 07/03/2019
Valor R\$: 80.456,52 (Oitenta Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Seis Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Dotação : 234 - 13.001.2104.33390392800000000000.02000000

Dotação : 242 - 13.001.2615.33390392800000000000.01020000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 164/2018 - PMC

Publicação Nº 1969383

Contrato Nº : 164/2018

Aditivo Nº : 5TA Ctr 164/2018/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LORENZATTO CONSTRUÇOES LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 32/2018

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para execução de serviço de readequação do telhado do CMEI Orozimbo Michelin, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 12/03/2019 Término: 10/06/2019

Assinatura : 11/03/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: FRANCIELE MARIA SUTIL DA TRINDADE

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 148/2014 - PMC

Publicação Nº 1969382

Contrato Nº : 148/2014

Aditivo Nº : 6TA Ctr 148/2014/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IACC PRÉ-MOLDADOS LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 17/2014

Objeto : Locação de imóvel para abrigar as instalações da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Núcleo Tecnológico Municipal - NTM e Clínica do Aprendizado, neste Município.

Vigência : Início: 01/04/2019 Término: 31/03/2020

Assinatura : 29/03/2019

Valor R\$: 119.715,60 (Cento e Dezenove Mil, Setecentos e Quinze Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 42 - 06.001.2012.33390391000000000000.01010000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: TATIANE LUZZI

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 212/2019

Publicação Nº 1969228

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 212/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) DANIELA PELLIZZARO DOS SANTOS inscrito(a) no CPF sob nº 061.741.739-33, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.517,52 (um mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 01/04/2019 a 31/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 01 de abril de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 213/2019

Publicação Nº 1969230

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 213/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) NEIVA VALGOI KLASSMANN inscrito(a) no CPF sob nº 831.827.219-68, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.578,03 (dois mil, quinhentos e setenta e oito reais e três centavos).

PRAZO: 01/04/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 01 de abril de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 214/2019

Publicação Nº 1969233

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 214/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) NEUSA SCHERER DANDOLINI inscrito(a) no CPF sob nº 023.525.789-30, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 01/04/2019 a 31/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 01 de abril de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 215/2019

Publicação Nº 1969234

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 215/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) SIMONE SANDRA SCHWAMBACH FINGER inscrito(a) no CPF sob nº 056.612.309-66, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 01/04/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 01 de abril de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2019 - FMS

Publicação Nº 1969438

Contrato Nº : 05/2019

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : AMPEZE DIVISÓRIAS E SERVIÇOS EIRELI ME

Licitação : Pregão Presencial 2/2019

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços em regime de empreitada global (material e mão de obra) para o fornecimento e instalação de divisórias leves, adequando os espaços internos da Farmácia Municipal, Farmácia de Dispensação de Medicação do Estado, ESF Vista Alegre, ESF Jardim e Almoxarifado de Materiais, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 08/03/2019 Término: 06/06/2019

Assinatura : 08/03/2019

Valor R\$: 13.800,00 (Treze Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 223 - 13.001.2102.3449052510000000000.01020000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2019 - FMS

Publicação Nº 1969439

Contrato Nº : 6/2019

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : COPAG CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2018

Objeto : Contratação de empresa do ramo da construção civil, para reforma e ampliação da edificação que abrigará a Estratégia Saúde da Família dos Industriários, localizada na Rua Otto Tramontini, 14, Bairro Industriários, neste Município, através da proposta nº 10455.8230001/17-003 do Fundo Nacional de Saúde, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 18/03/2019 Término: 10/07/2020

Assinatura : 18/03/2019

Valor R\$: 429.463,91 (Quatrocentos e Vinte e Nove Mil, Quatrocentos e Sessenta e Três Reais e Noventa e Um Centavos)

Dotação : 238 - 13.001.2106.3449051980000000000.01020000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: DANIELA STRINGHINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2019 - FMS

Publicação Nº 1969440

Contrato Nº : 07/2019

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : M.MOBILE EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 3/2019

Objeto : Aquisição e instalação de mobiliário sob medida para a Unidade Estratégia da Saúde da Família do Distrito de Planalto, neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 25/03/2019 Término: 23/07/2019

Assinatura : 25/03/2019

Valor R\$: 79.750,00 (Setenta e Nove Mil e Setecentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 238 - 13.001.2106.3449052420000000000.01020000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: DANIELA STRINGHINI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDRE DE PARIS DA SILVA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2019 - FMAS

Publicação Nº 1969509

Contrato Nº : 02/2019

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Contratada : ASSOCIAÇÃO RECANTO DO IDOSO DE CONCÓRDIA

Licitação : Inexigibilidade 3/2019

Objeto : Acolhimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos, ao Sr. André Rodem, de acordo com o Relatório Informativo de Pessoa Idosa para fins de Institucionalização, nos termos do Credenciamento 1/2018 FMAS.

Vigência : Início: 08/03/2019 Término: 07/03/2020

Assinatura : 08/03/2019

Valor R\$: 37.200,00 (Trinta e Sete Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 282 - 15.001.2623.3339039990000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/2019 - FMAS

Publicação Nº 1969511

Contrato Nº : 03/2019

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CONCÓRDIA

Contratada : VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

Licitação : Dispensa de Licitação 1/2019

Objeto : Contratação de cuidador para a adolescente B.Z. que está acolhida do Abrigo Provisório Anjo Gabriel, e necessidade cuidador 24 horas por dia, com recursos próprios.

Vigência : Início: 20/03/2019 Término: 21/07/2019

Assinatura : 20/03/2019

Valor R\$: 37.154,20 (Trinta e Sete Mil, Cento e Cinquenta e Quatro Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 282 - 15.001.2623.3339034010000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 5/2019 - FMEC

Publicação Nº 1969485

Contrato Nº : 05/2019

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : BCBL CONSTRUTORA EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 3/2019

Objeto : contratação de empresa no ramo de engenharia para emissão de laudos de vistoria do Estadio Domingos Machado de Lima, em consonância ao regulamento da Federação Catarinense de Futebol e Termo de Ajuste de Conduta TAC- Ministério Público, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Vigência : Início: 11/03/2019 Término: 10/05/2019

Assinatura : 11/03/2019

Valor R\$: 12.000,00 (Doze Mil Reais)

Dotação : 313 - 17.001.2454.3339039050000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ALINE VICTORIA SCHMIDT

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2019 - PMC

Publicação Nº 1969399

Contrato Nº : 67/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IPM SISTEMAS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 168/2018

Objeto : A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas: específicos para Planejamento (PPA, LDO e LOA), Contabilidade, Orçamento, LRF e Tesouraria, Administração Tributária, Controle de Compras, Licitações e Contratos, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Controle de Bens Patrimoniais, Controle de Estoque (Almoxarifado), Controle e Gerenciamento de Frota, Legislação, Cadastro Técnico Imobiliário, IPTU - Inter-vivos e Taxas, Cadastro Econômico-Fiscal, ISSQN e Alvarás, Fiscalização de Obras e Posturas, Taxas e Tarifas Municipais, Contribuição de Melhoria, Escrita Fiscal, Fiscalização Fazendária, Gestão de Arrecadação e Contabilização, Gestão do Simples Nacional, Dívida Ativa e Executivo-Fiscal, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), Ouvidoria, Controle Protocolo e Processos, Portal de Serviços Web: Auto Atendimento via Web e Portal do Município, Procuradoria, Gestão de Convênios, Workflow, Aplicativo Smartphone, Custos, ISSQN Bancos, Gestão Eletrônica de Documentos, Gestão de Serviços Públicos, Gestão de Cemitério INCLUINDO A LICENÇA DE DIREITO DE USO, CUSTOMIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, SUPORTE TÉCNICO/MANUTENÇÃO e provimento de DATACENTER, conforme especificações constantes nos anexos "A" e

"B" deste edital.

Vigência : Início: 12/03/2019 Término: 10/06/2019

Assinatura : 12/03/2019

Valor R\$: 56.300,00 (Cinquenta e Seis Mil e Trezentos Reais)

Dotação : 10 - 02.001.2002.3339040010000000000.01000001

Dotação : 10 - 02.001.2002.3339040130000000000.01000001

Dotação : 11 - 02.001.2003.3339040010000000000.01000001

Dotação : 11 - 02.001.2003.3339040130000000000.01000001

Dotação : 14 - 02.001.2005.3339040010000000000.01000001

Dotação : 26 - 04.001.2007.3339040010000000000.01000001

Dotação : 26 - 04.001.2007.3339040130000000000.01000001

Dotação : 34 - 04.003.2351.3339040010000000000.01000003

Dotação : 34 - 04.003.2351.3339040130000000000.01000003

Dotação : 42 - 06.001.2012.3339040010000000000.01010000

Dotação : 42 - 06.001.2012.3339040130000000000.01010000

Dotação : 94 - 07.001.2022.3339040010000000000.01000001

Dotação : 94 - 07.001.2022.3339040130000000000.01000001

Dotação : 124 - 08.001.2027.3339040010000000000.01000001

Dotação : 124 - 08.001.2027.3339040130000000000.01000001

Dotação : 142 - 09.001.2032.3339040010000000000.01000001

Dotação : 142 - 09.001.2032.3339040130000000000.01000001

Dotação : 144 - 09.001.2035.3339040010000000000.01000001

Dotação : 144 - 09.001.2035.3339040130000000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2036.3339040010000000000.01000001

Dotação : 163 - 10.001.2036.3339040130000000000.01000001

Dotação : 184 - 11.001.2040.3339040010000000000.01000001

Dotação : 184 - 11.001.2040.3339040130000000000.01000001

Dotação : 197 - 12.001.2043.3339040010000000000.01000001

Dotação : 197 - 12.001.2043.3339040130000000000.01000001

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339040010000000000.01020000

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339040130000000000.01020000

Dotação : 251 - 14.001.2616.3339040010000000000.01000001

Dotação : 251 - 14.001.2616.3339040130000000000.01000001

Dotação : 254 - 15.001.2201.3339040010000000000.01000001

Dotação : 254 - 15.001.2201.3339040130000000000.01000001

Dotação : 295 - 16.001.2401.3339040010000000000.01000001

Dotação : 295 - 16.001.2401.3339040130000000000.01000001

Dotação : 308 - 17.001.2451.3339040010000000000.01000001

Dotação : 308 - 17.001.2451.3339040130000000000.01000001

Dotação : 313 - 17.001.2454.3339040010000000000.01000001

Dotação : 313 - 17.001.2454.3339040130000000000.01000001

Dotação : 320 - 18.001.2501.3339040010000000000.01000001

Dotação : 320 - 18.001.2501.3339040130000000000.01000001

Dotação : 331 - 19.001.2601.3339040010000000000.02750000

Dotação : 331 - 19.001.2601.3339040130000000000.02750000

Dotação : 399 - 14.001.2152.3339040130000000000.03000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

Fiscal Técnico-Administrativo: CHARLES KOPSEL

Fiscal Técnico-Administrativo: MICHELE GALEAZZI

Fiscal Técnico-Administrativo: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: ADEMIR RAMOS CUCHI

Fiscal Técnico-Administrativo: ELIZA TEBALDI BORSATTI

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDA KRUGER

Fiscal Técnico-Administrativo: ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: LUANA LIS REDECKER KUNRATH

Fiscal Técnico-Administrativo: LEAO MARCOS AMPESSAN

Fiscal Técnico-Administrativo: MARIANA ZOLET RIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: MARIONI ROSA

Fiscal Técnico-Administrativo: ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA

EXTRATO DO CONTRATO N° 68/2019 - PMC

Publicação N° 1969400

Contrato N° : 68/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : OFTALMOLOGIA PELLIZZARO LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 21/2019

Objeto : Contratação de empresa para realização de consultas médicas oftalmológicas para os exames periódicos dos servidores públicos municipais, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 13/03/2019 Término: 01/01/2020

Assinatura : 13/03/2019

Valor R\$: 14.310,00 (Quatorze Mil e Trezentos e Dez Reais)

Dotação : 42 - 06.001.2012.3339039500000000000.01010000

Dotação : 94 - 07.001.2022.3339039500000000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.3339039500000000000.01000001

Dotação : 144 - 09.001.2035.3339039500000000000.01000001

Dotação : 184 - 11.001.2040.3339039500000000000.01000001

Dotação : 216 - 13.001.2101.3339039500000000000.01020000

Dotação : 254 - 15.001.2201.3339039500000000000.01000001

Dotação : 295 - 16.001.2401.3339039500000000000.01000001

Dotação : 308 - 17.001.2451.3339039500000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: NEIVA MARIA MAIER

EXTRATO DO CONTRATO N° 69/2019 - PMC

Publicação N° 1969401

Contrato N° : 69/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ORTOPEDIA CONCÓRDIA SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA EPP

Licitação : Inexigibilidade 12/2019

Objeto : Credenciamento de empresa na prestação de serviços médicos, conforme Lei Complementar nº 163 de 26/07/1999 e Decreto nº 4155 de 16/09/1999.

Vigência : Início: 18/03/2019 Término: 09/04/2019

Assinatura : 15/03/2019

Valor R\$: 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.01000003

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

EXTRATO DO CONTRATO N° 70/2019 - PMC

Publicação N° 1969402

Contrato N° : 70/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL

Licitação : Inexigibilidade 12/2019

Objeto : Credenciamento de empresa na prestação de serviços médicos, conforme Lei Complementar nº 163 de 26/07/1999 e Decreto nº 4155 de 16/09/1999.

Vigência : Início: 18/03/2019 Término: 09/04/2019

Assinatura : 15/03/2019

Valor R\$: 550.000,00 (Quinhentos e Cinquenta Mil Reais)

Dotação : 35 - 04.003.2603.3339039500000000000.01000003

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: TANIA MARIA TURCATEL

EXTRATO DO CONTRATO N° 71/2019 - PMC

Publicação N° 1969403

Contrato N° : 71/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ISMAEL MASSAÚD LORENZETI EIRELI ME

Licitação : Pregão Presencial 12/2019

Objeto : Aquisição de hortifrutigranjeiros para a preparação de refeições nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e nas Escolas de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/PNAC, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 20/03/2019 Término: 30/09/2019

Assinatura : 20/03/2019

Valor R\$: 134.994,92 (Cento e Trinta e Quatro Mil, Novecentos e Noventa e Quatro Reais e Noventa e Dois Centavos)

Dotação : 76 - 06.004.2019.3339030070000000000.01000001

Dotação : 84 - 06.004.2609.3339030070000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JEAN PAULO DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: SAMARA LUANA DAVI BEVILAQUA BURNIER

EXTRATO DO CONTRATO N° 72/2019 - PMC

Publicação N° 1969404

Contrato N° : 72/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RESTAURANTE DONA MARIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 13/2019

Objeto : Contratação de empresa para fornecimento de refeições para os servidores da SEMED, que fazem o transporte de alunos.

Vigência : Início: 20/03/2019 Término: 20/02/2020

Assinatura : 20/03/2019

Valor R\$: 2.775,00 (Dois Mil e Setecentos e Setenta e Cinco Reais)

Dotação : 42 - 06.001.2012.3339039410000000000.01010000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO SVILLEN

EXTRATO DO CONTRATO N° 73/2019 - PMC

Publicação N° 1969405

Contrato N° : 73/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MARILEI PEREIRA CHURRASCARIA ME

Licitação : Inexigibilidade 13/2019

Objeto : Contratação de empresa para fornecimento de refeições para os servidores da SEMED, que fazem o transporte de alunos.

Vigência : Início: 20/03/2019 Término: 20/02/2020

Assinatura : 20/03/2019

Valor R\$: 11.100,00 (Onze Mil e Cem Reais)

Dotação : 42 - 06.001.2012.3339039410000000000.01010000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDO SVILLEN

EXTRATO DO CONTRATO N° 74/2019 - PMC

Publicação N° 1969406

Contrato N° : 74/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : RESTEK SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 27/2019

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem e limpeza (em altura) da Rua Coberta, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 20/03/2019 Término: 19/03/2020

Assinatura : 20/03/2019

Valor R\$: 23.500,00 (Vinte e Três Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 170 - 10.001.2039.3339039780000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: MARCOS ANTONIO MAGRO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 75/2019 - PMC

Publicação Nº 1969407

Contrato Nº : 75/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : IMAGEM GEOSISTEMA E CONTROLE LTDA

Licitação : Inexigibilidade 14/2019

Objeto : Contratação de empresa para fornecimento de solução de geoprocessamento na Plataforma ArcGIS para continuidade e evolução da construção e do compartilhamento multiplataforma de mapas e análises espaciais, incluindo: suporte técnico, update de licenciamento e versionamento da plataforma Arcgis, instalação e configuração de banco de dados, conversão de dados atuais para plataforma de banco de dados relacional SQL SGBD, implementação e treinamento para equipe de TI e SEMURB.

Vigência : Início: 26/03/2019 Término: 25/03/2020

Assinatura : 26/03/2019

Valor R\$: 483.713,38 (Quatrocentos e Oitenta e Três Mil, Setecentos e Treze Reais e Trinta e Oito Centavos)

Dotação : 347 - 08.001.1009.3449052990000000000.03390002

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: FERNANDA KRUGER

EXTRATO DO CONTRATO Nº 76/2019 - PMC

Publicação Nº 1969408

Contrato Nº : 76/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : WILLIAN PABLO LAMPERTI ME

Licitação : Pregão Presencial 28/2019

Objeto : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pintura visando à sinalização viária horizontal em diversas vias, neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 01/04/2019 Término: 31/03/2020

Assinatura : 26/03/2019

Valor R\$: 158.850,00 (Cento e Cinquenta e Oito Mil e Oitocentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 134 - 08.001.2031.3339030440000000000.01120000

Dotação : 134 - 08.001.2031.3339039210000000000.01120000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: ANA LUCIA DA SILVA FREIXIELA HERNANDEZ

Fiscal Técnico: RUDIMAR VITTO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/2019 - PMC

Publicação Nº 1969409

Contrato Nº : 77/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SONDAOESTE SONDAGEM E GEOLOGIA LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 3/2019

Objeto : contratação de empresa especializada, em regime de empreitada por preços máximos unitários, para realizar o fornecimento e instalação de instrumentação geotécnica e monitoramento topográfico e geotécnico do Aterro Sanitário Municipal, localizado na Linha Picadão, comunidade de Lageado Crescêncio, interior, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "E" deste Edital.

Vigência : Início: 28/03/2019 Término: 27/05/2019

Assinatura : 28/03/2019

Valor R\$: 94.215,30 (Noventa e Quatro Mil, Duzentos e Quinze Reais e Trinta Centavos)

Dotação : 128 - 08.001.2029.3339030990000000000.01390002

Dotação : 128 - 08.001.2029.3339039050000000000.01390002

Dotação : 128 - 08.001.2029.3339039250000000000.01390002

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: ANIBAL FONTANELLA DE SOUZA

Fiscal Administrativo: EMANUELE LETICIA TEDESCO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 78/2019 - PMC

Publicação Nº 1969410

Contrato Nº : 78/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : JAIR CARLOS MALTAURO ME

Licitação : Pregão Presencial 36/2019

Objeto : Contratação de empresas para prestação de serviços de limpeza, higienização e organização (com material de limpeza) e de apresentação musical em ritmos variados e sonorização para o Encontro Municipal de Mulheres, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993, a ser realizado no dia 15 de abril de 2019, no Centro de Eventos do Município, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 29/03/2019 Término: 28/04/2019

Assinatura : 29/03/2019

Valor R\$: 4.950,00 (Quatro Mil e Novecentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 144 - 09.001.2035.3339034010000000000.01000001

Dotação : 144 - 09.001.2035.3339039230000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAIME ESTEVAO BERNARDI

Fiscal Técnico-Administrativo: CLADIMIR SONDA

Fiscal Técnico-Administrativo: ELISABET FATIMA ANTONIAK MARCHETTI

EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2019 - PMC

Publicação Nº 1969411

Contrato Nº : 79/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ALERT SERVIÇOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 36/2019

Objeto : Contratação de empresas para prestação de serviços de limpeza, higienização e organização (com material de limpeza) e de apresentação musical em ritmos variados e sonorização para o Encontro Municipal de Mulheres, com base na Lei Municipal nº 2.752, de 13 de dezembro de 1993, a ser realizado no dia 15 de abril de 2019, no Centro de Eventos do Município, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 29/03/2019 Término: 28/04/2019

Assinatura : 29/03/2019

Valor R\$: 1.750,00 (Um Mil e Setecentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 144 - 09.001.2035.3339034010000000000.01000001

Dotação : 144 - 09.001.2035.3339039230000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAIME ESTEVAO BERNARDI

Fiscal Técnico-Administrativo: CLADIMIR SONDA

Fiscal Técnico-Administrativo: ELISABET FATIMA ANTONIAK MARCHETTI

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 1/2019, DE 18 DE JANEIRO DE 2019.

Publicação Nº 1969810

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 1/2019, DE 18 DE JANEIRO DE 2019.

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, com sede na Rua Leonel Mosele, 62, Centro,

TORNA PÚBLICA

a Homologação do Resultado Final do Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2019, de 18 de janeiro de 2019, para contratação de Estagiários, conforme Anexo Único desta Publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia, aos 29 dias do mês de março de 2019.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

* inscrito como candidato com deficiência.

PORTARIA Nº 07/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969481

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PORTARIA Nº 07/2019, DE 02 de ABRIL de 2019.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Estatuto da Fundação Municipal de Esportes – FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989, e considerando

- a necessidade de adequar horário da Servidora Jaira Zampieron, para buscar a filha Milena Zampieron Farsfuz com 4 anos de idade na Escola Municipal Guiseppe Sette no período vespertino .
- Mudança de horário e trabalho do esposo Márcio Farsfuz.
- a concordância do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 02 de abril de 2019, horário de trabalho da servidora cedida da Secretária de Educação JAIRA ZAMPIERON, ocupante do cargo de Chefe de Departamento o horário de segunda a sexta feiras das 7h45min às 11h30min às 13h30 às 16h45min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

GIL ARTIFON

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 466/2019**

Publicação Nº 1969824

Estabelece normas para realização de homenagens a entidades pelo Poder Legislativo Municipal de Concórdia.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas para realização de homenagens a entidades pelo Poder Legislativo Municipal de Concórdia na forma desta Resolução.

Art. 2º As homenagens a entidades serão realizadas no grande expediente das Reuniões Ordinárias da Câmara e deverão ser em comemoração a decênio, não podendo ser em período inferior.

Art. 3º O número de homenagens a entidades será limitado a 10 (dez), sendo que a decisão para realização das mesmas se dará por consenso dos Vereadores.

Parágrafo único. O disposto neste artigo vigorará até dezembro de 2020.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 26 de fevereiro de 2019.

Mauro Acir Fretta
Presidente

Closmar Zagonel
Vice-Presidente

Margarete Poletto Dalla Costa
1º Secretário

Marilane Fiametti Stuari
2º Secretário

RESOLUÇÃO 467/2019

Publicação Nº 1969830

RESOLUÇÃO Nº 467, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Constitui comissão de licitação e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão para abertura, julgamento e classificação de propostas das licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia.

Art. 2º Nomear os servidores Ivonei Gasparin Giordani, Zenite T. Michelin Farina e Marco Antônio Tagliari, para comporem a comissão.

Parágrafo único. A comissão será presidida pelo primeiro membro e secretariada pelo segundo.

Art. 3º Conceder aos servidores efetivos Ivonei Gasparin Giordani e Zenite T. Michelin Farina, gratificação pelo exercício da função de assessoramento equivalente a 20% (vinte por cento) sobre os respectivos vencimentos, enquanto perdurarem os trabalhos nesta Comissão.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogada a Resolução nº 456, de 14 de março de 2018.

Concórdia, 25 de março de 2019.
Mauro Acir Fretta
Presidente

Margarete Poletto Dalla Costa
1º Secretário

RESOLUÇÃO 468/2019

Publicação Nº 1969831

RESOLUÇÃO Nº 468, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Nomeia servidores para comporem a Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS; dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA SC.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 23, VII da Lei Orgânica do Município de Concórdia e de conformidade com o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 574, de 13 de dezembro de 2010 e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os seguintes servidores para comporem a Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – CPCCS do Poder Legislativo:

I – Alexandra Dezzanetti Holdefer – Secretário Administrativo, como Presidente;

II – Delair M. Selbach Dallegrave – Contador Geral, como Secretário;

III – Elenice Zitta – Agente Legislativo, como Relator.

Art. 2º Conceder às servidoras ocupantes de cargo efetivo Delair M. Selbach Dallegrave e Elenice Zitta, gratificação pelo exercício da função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre os respectivos vencimentos, enquanto perdurarem os trabalhos nesta Comissão.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogada a Resolução nº 440, de 1º de março de 2017.

Concórdia, 25 de março de 2019.
Mauro Acir Fretta
Presidente

Margarete Poletto Dalla Costa
1º Secretário

IPRECON - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**PORTARIA Nº 10/2019 - IPRECON**

Publicação Nº 1969143

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 10/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora ARLENE APARECIDA POZZA.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e no art. 31 da Lei Complementar nº 164/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de abril de 2019, à servidora ARLENE APARECIDA POZZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, 40 (quarenta) horas semanais, nível 4-40-GFC1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 58750-02, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, equivalentes a 100% da média aritmética simples das 80% maiores remunerações-de-contribuição, efetuadas desde julho de 1994, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de abril de 2019.

ANA CAROLINA COLOMBO

Agente Administrativa

PORTARIA Nº 7/2019 - IPRECON

Publicação Nº 1969139

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 7/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição ao servidor ARI DA ROCHA.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de abril de 2019, ao servidor ARI DA ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Braçal, 40 (quarenta) horas semanais, nível 2-40-GBC1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, matrícula nº 96830-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição do servidor no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de abril de 2019.

ANA CAROLINA COLOMBO

Agente Administrativa

PORTARIA Nº 8/2019 - IPRECON

Publicação Nº 1969140

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 8/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora DULCE BRESSAM RIZZI.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de abril de 2019, à servidora DULCE BRESSAM RIZZI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, nível 1-40-GOC2, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, matrícula nº 97772-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de abril de 2019.

ANA CAROLINA COLOMBO
Agente Administrativa

PORTARIA Nº 9/2019 - IPRECON

Publicação Nº 1969142

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 9/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Concede Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição à servidora NEUSA DALLA LIBERA FRANCISCON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 1º de abril de 2019, à servidora NEUSA DALLA LIBERA FRANCISCON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível 10.13, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, matrícula nº 92037-00, Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 1º de abril de 2019.

ANA CAROLINA COLOMBO
Agente Administrativa

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N° 150/2019

Publicação N° 1970007

DECRETO N° 150/2019

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORA DE DANÇA-ZUMBA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial descritas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2019, com resultado final homologado em 28 de Fevereiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica contratado, a partir do dia 02 de Abril de 2019, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal De Cultura e Esporte, a Sra. GABRIELA FERNANDA DOS SANTOS, na função de Instrutor De Dança-Zumba , com carga horária de 50 horas mês.

Art. 2º O servidor se sujeitará ao disposto na Lei Municipal n. 468/2001 e, subsidiariamente, nas Leis Complementares n. 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 02 de Abril de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA N° 163/2019

Publicação N° 1970001

PORTARIA N° 166/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (dois) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor municipal MONIA BREASSINI, matrícula 504001, ocupante do cargo de Professora, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 02 de Abril de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 164/2019

Publicação Nº 1970002

PORTARIA Nº 164/2019

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA AO SERVIÇO A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70, XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor IVONEI BREANSINI, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 02 (dois) dias de dispensa ao serviço, por haver prestado serviço no processo eleitoral em data de 28/10/2018, com base no artigo 98 da Lei n. 9.504/97.

Parágrafo único. A dispensa ao serviço prevista no caput deste artigo se dará nos dias 04 e 05 de abril de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 02 de abril de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA Nº 165/2019

Publicação Nº 1970003

PORTARIA Nº 165/2019

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos à servidora municipal KATIANE ORTOLAN, matrícula n.632601, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018, que serão gozadas a partir do dia 29/04/2019.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 02 de Abril de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

KATIANE ORTOLAN

Ciente em: ____/____/2019

PORTARIA Nº 166/2019

Publicação Nº 1970004

PORTARIA Nº 166/2019

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (dois) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor municipal MONIA BREASSINI, matrícula 504001, ocupante do cargo de Professora, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 02 de Abril de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 167/2019

Publicação Nº 1970280

PORTARIA Nº 167/2019

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SECRETÁRIO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos ao secretário municipal MAURO ARLINDO MORESCO, matrícula n.633703 ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 10 (dez) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/09/2017 a 31/08/2018, que serão gozadas a partir do dia 08/04/2019.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 02 de Março de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

MAURO ARLINDO MORESCO
Ciente em: ____/____/2019

Coronel Freitas

PREFEITURA

LEI 2277/2019

Publicação N° 1969470

LEI MUNICIPAL N° 2.277, 21 DE MARÇO DE 2019.
AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. IZEU JONAS TOZETTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – A tabela da Lei nº 2.227/2017, que traz a relação das pessoas beneficiadas com a concessão de direito real de uso, passa a vigorar com a seguinte redação:

Nome do Beneficiário	CPF	Nº da casa
Zélia Gomes de Andrade	020.246.099-10	01
Santina Rodrigues dos Santos	007.948.379-80	02
Ivanete Alves de Souza	062.589.939-31	03
Elza Carvalho	007.940.249-63	04
Márcia Antunes da Silva	060.271.349-84	05
Donata Antunes	046.237.349-51	06
Maria Gomes de Andrade	008.100.349-80	07
Angelina Antunes da Silva	058.290.769-18	08
Dionísio Antunes da Silva	046.906.259-02	09
Valdelirio De Moura	055.322.339-93	10
Maristela Antunes da Silva	075.069.329-03	11
João Maria da Silva	582.715.709-00	12
Zenair da Silva	062.651.129-10	13
Rosiane Antunes	079.189.149-61	14
Suzamara Antunes da Silva –	093.760.449-67	15
Salete Antunes da Silva	063.050.279-00	16
Geovano Antunes	072.025.609-03	17
Rosa Ress	072.826.499-44	18
Lourdes Antunes dos Santos	007.939.699-21	19
Angelino Antunes dos Santos	046.692.899-98	20
Simone Antunes	072.026.219-40	21
Francisco de Lima	017.904.469-96	22
Sandra Antunes	079.452.089-83	23
João Maria Gocha	068.008.179-88	24
Celina Antunes	010.639.279-43	25
Nerci Nunes	007.939.649-62	26
Leocir Correia	011.442.169-23	27
Aristide Antunes da Silva	072.026.659-99	28
Salete Pereira	039.346.989-13	29
Isolina Antunes da Silva	059.450.489-92	30
Terezinha Antunes	007.939.759-05	31
Jandira Antunes da Silva	007.939.779-40	32

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 21 de Março de 2019.
IZEU JONAS TOZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2019

Publicação Nº 1969229

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial Nº 22/2019.

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO BRITADOR MOTOR ESTACIONARIO BRITABERBA 5030, Nº 28 DA FROTA.

Tipo: Menor preço por lote.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 15/04/2019.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 15/04/2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 01 de abril de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2019

Publicação Nº 1970653

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial Nº 23/2019.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CALHA EM CHAPA GALVANIZADA INSTALADA PARA A RODOVIÁRIA MUNICIPAL

Tipo: Menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 16/04/2019.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 16/04/2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 02 de abril de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2019

Publicação Nº 1969089

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Tomada de Preço Nº 02/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR EMPREITADA GLOBAL PARA IMPLANTAÇÃO DE PRAÇAS E PLAYGROUNDS NO BAIRRO FLORESTA II, LOTEAMENTO REALIZA I E BAIRRO VISTA ALEGRE, CONFORME PROJETOS, ORÇAMENTOS E CRONOGRAMAS.

Tipo: Menor Preço Global.

Entrega dos envelopes: até as 08:30 horas do dia 18/04/2019

Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 horas do dia 18/04/2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 11:30 e das 13:00 até às 17:00 ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 02 de abril de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Correia Pinto

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 02/2018 FHMCP

Publicação Nº 1969272

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL N. 02/2018 FHMCP
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO

Instrumento: Contrato nº 1119/2018 FHMCP aditivo de tempo ao contrato de n. 0286/2018 FHMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MARTINS LTDA ME, CNPJ 95.878.138/0001-02.

Processo Licitatório nº 02/2018 FHMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA A FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO.

Vigência: de 31/12/2018 à 31/12/2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 06/2017 FMS

Publicação Nº 1969334

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017 FMS
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência dos contratos citados abaixo, Processo licitatório 06/2017 FMS, que tem por objeto: CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS CONSTANTES NA TABELA SAI/SUS, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas às condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes: Município de Correia Pinto/ e a empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MARTINS LTDA ME

Instrumentos:

Contrato nº 1431/2018 FMS - SUS, de aditivo de tempo ao Contrato nº 0660/2017 FMS.

Partes: Município de Correia Pinto/ e a empresa LABORATÓRIO DE CLÍNICO PIROLI LTDA ME

Instrumentos:

Contrato nº 1430/2018 FMS - SUS, de aditivo de tempo ao Contrato nº 0733/2017 FMS.

VIGÊNCIA: 31/12/2018 à 31/12/2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 08/2017 FMS

Publicação Nº 1969353

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO
CHAMADA PÚBLICA N. 08/2017 FMS
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO

Instrumento: Contrato nº 01429/2018 FMS, aditivo de tempo ao contrato de nº 0735/2017 FMS

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MARTINS LTDA ME, CNPJ 95.878.138/0001-02.

Objeto: CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS CONSTANTES NA TABELA SAI/SUS, CONFORME Nº 1049, DE 23 DE MAIO DE 2002 "PROGRAMA MUNICIPAL DE SERVIÇO AUXILIAR DE DIAGNÓSTICO LABORATORIAL – SADIL, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal

Vigência: de 31/12/2018 à 31/12/2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO I Nº 1583/2018, 1584/2018, 1585/2018 E 1586/2018 - PROCESSO 54/2018 PMCP

Publicação Nº 1969434

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2018 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na cláusula quarta dos Contratos Administrativos citados abaixo do Processo Licitatório de Pregão Presencial nº 54/2018 PMCP, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 871201/2018, PROCESSO 1055292-93/2018 PRODESA, ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO FOMENTO AO AGROPECUÁRIO, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas às condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Partes:

Município de Correia Pinto/SC e DIMAQUINAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

Instrumento: Contrato nº 1583/2018 PMCP, Aditivo de Tempo ao Contrato nº 0994/2018 PMCP.

Partes:

Município de Correia Pinto/SC e MARCIO MARCELO ZIMMERMANN E CIA LTDA - AGROVALE.

Instrumento: Contrato nº 1584/2018 PMCP, Aditivo de Tempo ao Contrato nº 0995/2018 PMCP.

Partes:

Município de Correia Pinto/SC e NILO MEURER EPP.

Instrumento: Contrato nº 1585/2018 PMCP, Aditivo de Tempo ao Contrato nº 0996/2018 PMCP.

Partes:

Município de Correia Pinto/SC e PORTALMAQ COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E INDÚSTRIA LTDA

Instrumento: Contrato nº 1586/2018 PMCP, Aditivo de Tempo ao Contrato nº 0997/2018 PMCP.

Vigência: de 31/12/2018 à 29/10/2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Corupá

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/19

Publicação Nº 1970309

AVISO DE SUSPENSÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/19
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/19

A Pregoeira Jéssica Tamara Pezzatto Paterno juntamente com o grupo de apoio formado por Cíntia Mokwa (Pregoeira Substituta), Noemi Aparecida Fossille, Fábio Bertoldi, Silvana Griten Ribeiro e Silvana Wille Klettenberg designados através da Portaria nº 5026/19, torna público, para o conhecimento dos interessados, a SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019, Processo Licitatório nº 034/2019, cujo objeto consiste no REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S) E OUTROS MATERIAIS AFINS, PARA USO DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e Anexo I – Quantitativo, que ocorreria no dia 04 de abril de 2019 às 09h30min em razão da necessidade de revisões e adequações no referido edital, para, posteriormente, renovar a sua publicação em conformidade com o disposto no art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal de Corupá no horário das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs, ou pelo telefone (47) 3375-6500.

JESSICA TAMARA PEZZATTO PATERNO
Pregoeira

CONTRATO Nº 012/19

Publicação Nº 1969555

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Processo Licitatório 035/19
Dispensa de Licitação nº 013/19
CONTRATO Nº 012/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR RIO NOVO – COOPER RIO NOVO, inscrito no CPF sob nº 08.086.051/0001-90, estabelecida na Estrada Guarajuva nº 1701, no Município de Corupá, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor EDGAR HEIL WOICEKOWSKI, inscrito no CPF sob o nº 032.838.329-51, e Carteira de Identidade sob nº 3.489.141. OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

VALOR R\$ 143.514,70 (cento e quarenta e três mil quinhentos e quatorze reais e setenta centavos)

Data da Assinatura: 19/03/2019

Data da Vigência: 31/12/2019

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 014/19

Publicação Nº 1969578

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Processo Licitatório 040/19
Dispensa de Licitação nº 015/19
CONTRATO Nº 014/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.151.859/0001-06, situada na Rodovia SC 401, KM 01, Lote 02, Parque Tecnológico Alpha – Bairro João Paulo, Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88030.000.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE PARA EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES CONSTANTES DO PROJETO "CIDADE EMPREENDEDORA – 35 SOLUÇÕES", NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ. VALOR R\$ 224.199,86 (duzentos e vinte e quatro mil cento e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), pagos em 21 (vinte e uma) parcelas.

Data da Assinatura: 27/03/2019

Data da Vigência: 31/12/2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 017/19

Publicação Nº 1969581

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Processo Licitatório 020/19
Pregão Presencial nº 007/19
CONTRATO Nº 017/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: SANCTORUN TRANSPORTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.006.294/0001-97 e inscrição Estadual nº 257.170.812, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco nº 607, Sala 01, Box 26, município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP 89.275-000.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO PARA LOCOMOÇÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS ATÉ A AMA E A APAE NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL/SC PARA USO ESPECÍFICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO II E III DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 007/19.

VALOR R\$ 173.420,00 (cento e setenta e três mil quatrocentos e vinte reais).

Data da Assinatura: 28/03/2019

Data da Vigência: 12 meses

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/19

Publicação Nº 1970596

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 045/19
Dispensa de Licitação nº 017/19

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n. 045/2019, AUTORIZO a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o n. 017/2019, da pessoa jurídica denominada JPC COMUNICAÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.649.964/0001-19, para o cumprimento do objeto, qual seja, a CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR PARA REALIZAR SERVIÇOS DE PLOTAGEM DE PROJETOS EM LINHAS, MÉDIA PINTURA E PINTURA COMPLETA, VISTO A ALTA DEMANDA DE PLOTAGEM DE MAPAS, PROJETOS E OUTRAS PLOTAGENS DE FOLHAS QUE NÃO SÃO COMPORTADAS PELAS IMPRESSORAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME SOLICITAÇÃO EMANADA PELO SETOR REQUISITANTE, tendo como valor total para a aquisição, a monta de R\$ 9.730,00 (nove mil e setecentos e trinta reais).

Vislumbra-se da redação legal, portanto, que em relação aos valores até os limites fixados pelo art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no DOU/DOM, contudo, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente RATIFICAÇÃO seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, SC, 01 de abril de 2019.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/19

Publicação Nº 1970600

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 046/19
Dispensa de Licitação nº 018/19

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n. 046/2019, AUTORIZO a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o n. 018/2019, da pessoa jurídica denominada ACF METALÚRGICA MARTINI LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 09.464.598/0001-44, para o cumprimento do objeto, qual seja, a CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR PARA REALIZAR 140 HORAS DE SERVIÇOS DE SOLDA, TORNO E USINAGEM PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME SOLICITAÇÃO EMANADA PELO SETOR REQUISITANTE, tendo como valor total para a aquisição, a

monta de R\$ R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) correspondente ao valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) a hora.

Vislumbra-se da redação legal, portanto, que em relação aos valores até os limites fixados pelo art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no DOU/DOM, contudo, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente RATIFICAÇÃO seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, SC, 01 de abril de 2019.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunhataí

PREFEITURA

PORTARIA Nº 082/2019

Publicação Nº 1969988

PORTARIA Nº. 082/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre Contratação Efetiva de Servidores Municipais Público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 100, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13-I e 15 §1º, da lei complementar nº. 002/2007, lei complementar nº. 003/2007, Lei Complementar 028/2018 e Concurso Público sob edital nº. 001/2018, conforme Decreto de Homologação final nº 015/2019.

Considerando, a ordem de classificação do presente concurso,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar a partir de 03 de abril de 2019, a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada:

NOME	CARGO
DAIANE CRISTINA SEHNEN	AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS

Art. 2º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Cunhataí - SC, 02 de abril de 2019.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

AUGUSTO DIEI MARSCHALL

Coordenadora de Gestão em Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 083/2019

Publicação Nº 1969989

PORTARIA Nº 083/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e considerando o Art. 211, X, da Lei Complementar nº. 002/2007, Lei Complementar nº. 003/2007, e processo seletivo/edital nº. 003/2018 homologado em 31/01/2019 via decreto nº 010/2019.

Considerando, a solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Urbanos e Desenvolvimento, considerando a possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação do edital nº. 003/2018, para o cargo de Motorista tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado, pelo período de 03/04/2019 a 31/01/2020, o servidor municipal FABIO PAGOTTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 049.758.039-09, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Urbanos e Desenvolvimento, com carga horária de 40h00 semanais, e percebendo os vencimentos conforme respectiva função.

Art. 2º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Cunhataí - SC, 02 de abril de 2019.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

AUGUSTO DIEI MARSCHALL

Coordenadora de Gestão em Administração e Planejamento

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2019

Publicação Nº 1970407

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2019

O Fundo de Saúde do município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS USUÁRIOS CADASTRADOS, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 15/04/2019, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 15/04/2019, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 01 de Abril de 2019.

Yara Aparecida Vilani Padilha

Presidente do Fundo

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 62/2019

Publicação Nº 1970520

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 62/2019

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitibanos e a empresa AGROREAL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, com o valor de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE FOICES PARA USO DOS DETENTOS NO SERVIÇO DE LIMPEZA DO LOTEAMENTO NOVA ALVORADA E CEI NEIDE ARIOTTI NO BAIRRO SÃO LUIZ, TENDO EM VISTA QUE AS FERRAMENTAS NÃO SÃO DE USO ROTINEIRO NÃO FOI SOLICITADO NO PROCESSO LICITATÓRIO 204/2018. CONFORME ART. 24, INCISO II DA LEI 8666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- II – "Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram nas parcelas de um mesmo serviço, compra e alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso II da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 02 de abril de 2019.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro

Cristiano França Pereira Roberto Carlos da Silva

Membro Membro

Cristiane Pereira Sandri Paulo Augusto da Costa Granemann

Membro Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 02 de abril de 2019.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 02 de abril de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO_1_13_2018**

Publicação Nº 1969893

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2018

Primeiro termo aditivo ao contrato nº 13/2018, que entre si celebram a CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS e BETHA SISTEMAS LTDA, tendo por objetivo prorrogar o prazo de vigência do referido contrato.

A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba – SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Ivan França Moreira, denominada de CONTRATANTE, e BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 00.456.865/0001-67, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, procuradora Daniela Ramos Silva, R.G. 4.141.785 e C.P.F. 007.395.609-05, com sede na cidade de Criciúma / SC, sito a Rua João Pessoa, 134, 1º andar, centro, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO, com as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO:

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 13/2018 por doze meses, conforme previsto na cláusula segunda, com supedâneo no art. 57, inciso IV da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da renovação do(s) sistema(s), podendo o contrato ser aditado nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, com início em 01/04/2019.

2.2. Fluido o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido a este, consultas irrestritas a telas, relatórios e documentos, bem como a obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formatos TXT e/ou CSV.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

3.1. Os valores contratados serão reajustados conforme previsão do contrato inicialmente firmado.

3.2. O pagamento dar-se-á mensalmente, até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela Contratada. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto pelo Contratante.

3.2.1. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais a Contratante.

3.3. Os serviços de implantação dos sistemas, conversão dos dados e treinamento para os usuários serão faturados em parcela única, vencendo-se 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal e regular liquidação dos serviços.

3.4. Os dados bancários da CONTRATADA para pagamento são: Banco: 341, Ag. 7776, Conta nº: 09800-1.

3.5. Em caso de atraso nos pagamentos, incidirá sobre o valor mensal das locações multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,030% ao dia.

3.6 Os preços serão reajustados pelo IPCA, desde que a prestação dos serviços ultrapasse o prazo de um ano, mediante acordo entre as partes.

3.7. O reequilíbrio econômico financeiro será executado a qualquer tempo desde que comprovado mediante documentação fiscal a época da emissão do contrato e atual, mediante também demonstração em planilhas.

3.8 Em caso de atraso nos pagamentos, será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IPCA acumulado no período.

3.9 Os pagamentos obedecerão ao disposto neste contrato e no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até trinta dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços.

E por estarem, assim, justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que surta, desde logo, os efeitos nele contidos.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2019.

João Reus de Camargo

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba / SC

BETHA SISTEMAS LTDA

Contratada

CONSULTORIA JURÍDICA DA CÂMARA

O presente Termo Aditivo cumpre as exigências legais.
Curitibanos, 28 de fevereiro de 2019.

Fabiana Beppler
Consultora Jurídica

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Descanso

PREFEITURA

DECRETO 2027/2019, REGULAMENTA O CONTROLE DE FREQUÊNCIA, SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS E O BANCO DE HORAS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS QUE REALIZEM SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS DE INTERESSE PÚBLICO EM CARÁTER EXCEPCIONAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1.469/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDE

Publicação Nº 1970597

DECRETO 2027/2019, de 01 de abril de 2019.

REGULAMENTA O CONTROLE DE FREQUÊNCIA, SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS E O BANCO DE HORAS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS QUE REALIZEM SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS DE INTERESSE PÚBLICO EM CARÁTER EXCEPCIONAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1.469/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Descanso, Sadi Inácio Bonamigo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar e disciplinar a e frequência e realização de horas extras, e

CONSIDERANDO a instituição, pela Lei nº 1469 de 23 de dezembro de 2015, do banco de horas para servidores municipais que realizem serviços extraordinários de interesse público em caráter excepcional

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO REGISTRO E CONTROLE DA FREQUÊNCIA

Art. 1º O registro de frequência para controle da jornada de trabalho é medida obrigatória para todos os servidores, inclusive ocupantes de cargos comissionados, lotados nos órgãos da administração direta e indireta, como meio de aferir o comparecimento ao trabalho.

§ 1º Até a implantação total do sistema eletrônico do controle de frequência nos locais de trabalho (biometria ou via web) o registro será através de livro ponto.

§ 2º Nas Unidades Administrativas onde houver relógio eletrônico ou mecânico funcionando de forma adequada, fica vedada a utilização de livro ponto.

§ 3º O registro de frequência é exclusivo para cada servidor, sendo expressamente proibido que um servidor registre a frequência de outro, pois tal procedimento constitui falta grave e estarão passíveis, ambos os servidores, quem autorizou e quem registrou, de sofrerem as penalidades.

§ 4º Somente estão dispensados do registro de frequência os Secretários Municipais.

§ 5º O servidor que, excepcionalmente, estiver em cumprimento de missão fora de seu local de trabalho e que, comprovadamente, não puder efetuar a marcação do ponto, terá essa marcação abonada pelo Secretário Municipal ou correlato do órgão a que se vincular, mediante solicitação/comunicação instruída com a prova do ocorrido e com a justificativa do Chefe Imediato, de acordo com o Anexo III deste Decreto.

Art. 2º A frequência será apurada do dia 21 do último mês até o dia 20 do mês vigente e as variações em relação às horas extras, faltas, atrasos e adicionais previstos em lei serão computados ou descontados.

Art. 3º É expressamente vedado abonar faltas injustificadas ao trabalho.

Art. 4º Define-se como "HORAS FALTAS" a ausência injustificada do servidor ao trabalho, durante sua jornada diária integral, considerando a semana de segunda a sexta-feira.

Art. 5º Define-se como "HORAS ATRASO" a ausência parcial na jornada diária do servidor, sendo:

I - na entrada, após o horário definido para início do expediente normal de trabalho ou retorno;

II - na saída, antes do horário definido para término do expediente normal de trabalho ou do intervalo.

Art. 6º Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes a 10 (dez) minutos antes e após o horário normal de expediente, observado o limite máximo de 10 (dez) minutos diários, observado o fiel cumprimento do horário de trabalho estabelecido no contrato de trabalho.

Capítulo II

DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Art. 7º Devidamente justificado, será permitido serviço em hora extraordinária de trabalho para atender situações excepcionais e temporárias, por interesse da administração e do serviço público, mediante prévia autorização da autoridade competente, conforme Anexo I deste Decreto, onde deverá conter os seguintes requisitos:

I - Caracterização da excepcionalidade;

II - Descrição dos serviços a serem executados;

III - Demonstração da impossibilidade ou inconveniência de os serviços descritos serem prestados ao longo da jornada ordinária dos servidores;

IV - Fixação de prazo para início e término dos servidores;

V - Identificação dos servidores a serem habilitados à realização dos serviços extraordinários.

§ 1º Somente serão computadas como horas extraordinárias, aquelas previamente autorizadas e registradas em sistema eletrônico, e/ou

registro manual da folha individual de frequência, devidamente vistas pelo Secretário ou responsável da pasta de lotação do servidor, observada a jornada semanal do cargo.

§ 2º As horas extraordinárias, quando expressamente autorizadas, ficam limitadas, conforme previsto na Lei Complementar nº 86/1991 e regulamentado pelo Decreto 817/2005, da seguinte forma:

- a) Até 80 horas para serviços excepcionais de saúde e assistência social;
- b) Até 60 horas para servidores designados ao transporte escolar;
- c) Até 30 horas para os demais serviços.

§ 3º As horas extraordinárias, devidamente justificadas e autorizadas, serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho nos dias úteis e sábados, e de 100% (cem por cento), aos domingos, feriados e pontos facultativos.

§ 4º As horas extraordinárias, deverão ser autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, em deferimento a solicitação de autorização do Secretário Municipal de respectiva Secretaria.

§ 5º O pagamento em pecúnia de horas de serviço extraordinário ficará restrito a serviços excepcionais de Saúde, Educação e Assistência Social, cuja compensação for inviável ou causar prejuízos ao serviço público, previamente autorizados de acordo com a finalidade específica, nos moldes do Anexo IV do presente Decreto.

Capítulo III

DO BANCO DE HORAS PARA COMPENSAÇÃO

Art. 8º Fica instituída a realização do banco de horas e a compensação da carga horária extraordinária, por servidores detentores de cargos de provimento efetivo no âmbito da Administração Direta, nos termos da Lei Municipal 1.469/2015.

Parágrafo Único - Considera-se serviço extraordinário de trabalho, para efeito deste Decreto, aquele prestado em período que exceda a carga horária de trabalho definida em lei para o cargo.

Parágrafo Segundo – Os serviços extraordinários serão compensados em horas de folga, de acordo com o banco de horas.

Art. 9º As horas extraordinárias registradas em banco de horas deverão ser compensadas no prazo máximo de 06 (seis) meses a contar da realização, preferencialmente dentro do mesmo exercício financeiro.

§ 1º As horas folgas serão concedidas mediante solicitação prévia e escrita, após autorização expressa ou ainda por determinação da chefia imediata, com a devida e prévia comunicação ao Departamento de Recursos Humanos para registro e controle, nos moldes do Anexo II deste Decreto, a fim de evitar prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos.

§ 2º O banco de horas será gerenciado pelo Departamento de Recursos Humanos e pelas unidades equivalentes nos órgãos e entidades da administração municipal indireta, que manterá quadro atualizado com as horas extraordinárias realizadas, as horas compensadas e o saldo de horas a compensar por servidor, observado o registro do ponto.

§ 3º O número de horas compensadas e a compensar serão registrados e acompanhadas pelo relatório de ponto, que, depois de assinado pelo servidor e pela chefia imediata, deverá ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 10 A conversão das horas a serem compensadas obedecerá aos seguintes critérios:

- a) As horas excedentes serão compensadas na proporção de 1,5 (uma e meia) horas-folga por cada hora trabalhada, observada a jornada semanal do respectivo cargo;
- b) As horas trabalhadas nos domingos, feriados e pontos facultativos, desde que não façam parte de escala de revezamento ou sobreaviso, serão compensadas em dobro.

Art. 11 As folgas, em caráter de compensação de horas, serão concedidas mediante solicitação prévia pelo servidor, após autorização expressa da chefia imediata, obedecida a disponibilidade do setor, visando evitar prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos nas respectivas secretarias e/ou concedidas de ofício quando necessário, para cumprir o prazo estabelecido no artigo 9º deste Decreto ou ainda da seguinte forma:

§ 1º Para os motoristas designados ao serviço de transporte escolar as folgas serão concedidas nos recessos escolares e em dias não contemplados pelo calendário escolar.

§ 2º Para os servidores designados para serviços externos, as folgas poderão ser concedidas em períodos impróprios para a realização das atividades, como dias de chuvas intensas ou recessos estabelecidos em ato próprio.

§ 3º Para os demais servidores e situações as folgas serão concedidas em períodos de menor demanda nos serviços do setor e por conveniência das partes.

Parágrafo único. Mensalmente será disponibilizado ao servidor o extrato do “banco de horas” para que ele tenha ciência dos seus créditos, das compensações realizadas e o saldo a compensar.

Art. 12 É expressamente vedado faltar ao trabalho, sem prévia comunicação e autorização, para posterior compensação das faltas no banco de horas.

Art. 13 Somente serão computadas para efeito de crédito em banco de horas, as horas trabalhadas em caráter extraordinário, devidamente registradas no ponto e previamente autorizadas.

Art. 14 Em caso de transferência ou relocação de servidor, por qualquer motivo, o saldo das horas constantes no banco de horas, deverão ser compensadas antes da efetivação da transferência, salvo exceções previstas na lei 1469/2015.

Capítulo IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 O registro do ponto, conforme regulamentado pelo presente Decreto, serão utilizados para a concessão dos benefícios previstos em Lei e relacionados ao efetivo trabalho dos servidores.

Art. 16 Aos servidores escalados para exercer horas de sobreaviso e horas de plantão, regulado por lei própria, não terão direito ao recebimento de horas extraordinárias ou compensação de horas, referentes ao período previsto nas respectivas escalas.

Art. 17 O descumprimento ou a inobservância das normas deste Decreto sujeitará o servidor e a chefia imediata a processo administrativo disciplinar.

Art. 18 Os casos omissos no presente Decreto serão analisados pela Secretaria de Administração, que poderá publicar Resolução complementar, juntamente com o Secretário da pasta interessada.

Art. 19 As Secretarias que realizam serviços essenciais e que não possam sofrer interrupção por interesse público, deverão prever antecipadamente o número necessário de horas para fins de composição do Banco de horas dos seus servidores.

Art. 20 As despesas com a execução do presente Decreto, correrão por conta de verba orçamentária própria.

Art. 21 Fica estipulado o prazo de 30(trinta) dias, impreterivelmente, a contar da publicação deste Decreto, para as adaptações e organização dos departamentos para o cumprimento do disposto no presente instrumento legal.

Art. 19 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Descanso - SC, 01 de abril de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Roseli Bonatto – Agente de Secretaria.

ANEXO I

AUTORIZAÇÃO PARA HORAS EXTRAS

(Art. 07 do Decreto .../2019)

DA SECRETARIA _____

AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Informamos que o(a) servidor(a) _____, lotado(a) _____
_____ está autorizado a realizar até ____ (_____) horas extraordinárias no período de ____/____/____
a ____/____/____, em razão da necessidade abaixo descrita: _____

Obs.: Caracterizar a excepcionalidade e demonstrar a impossibilidade ou inconveniência de os serviços descritos serem prestados ao longo da jornada ordinária do servidor.

As horas aqui autorizadas serão computadas no Banco de Horas e poderão ser convertidas em pecúnia, a critério da Administração.

Descanso/SC, em ____/____/____.

Secretário Municipal
Servidor
Ciente:
Departamento de RH

ANEXO II

NOTIFICAÇÃO DE FOLGAS

(§ 1º, art. 9, Decreto .../2019)

DA SECRETARIA _____

AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Informamos que o(a) servidor(a) _____, lotado (a) _____
_____ tem direito a _____ (_____) dia(s) de folga, que deverá(ao) ser usufruído(s):

() _____ horas no dia ____/____/____

() No período de ____/____/____ a ____/____/____

Obs.: As referidas folgas foram adquiridas em consequência de: _____

Descanso/SC, em ____/____/____.

Secretário Municipal
Servidor
Ciente:
Departamento de RH

ANEXO III

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE PONTO
(§ 5º, Art. 1º, Decreto .../2019)

DA SECRETARIA _____

AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Informamos que o(a) servidor(a) _____, lotado(a) _____
_____ não teve o ponto registrado nos períodos abaixo, em razão de _____

Desta forma, para fins de correção no ponto do servidor, ficam registrados os seguintes horários:

Data Horas - Entrada/Descanso/Saída

____/____/____ das ____:____ as ____:____ e das ____:____ as ____:____.

Descanso/SC, em ____/____/____.

Secretário Municipal
Servidor
Ciente:
Departamento de RH

ANEXO IV

(§ 5º, art. 7, Decreto .../2019)

AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO HORAS-EXTRAS

DA SECRETARIA _____

AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Solicitamos o pagamento de ____ (_____) horas-extras ao(a) servidor(a) _____
_____, lotado(a) _____, conforme
banco de horas do período de ____ até ____.

Descanso/SC, em ____/____/____.

DEFERIDO ()	INDEFERIDO ()	A serem pagas no mês de ____/201__.
Secretário Municipal		
Servidor		
Ciente:		
Departamento de RH		

DECRETO 2028/2019, REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS AGENTES POLÍTICOS, SERVIDORES, MEMBROS DE COMISSÃO E CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE DESCANSO PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº 1516, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

Publicação Nº 1970633

DECRETO 2028/2019, de 01 de abril de 2019.

REGULAMENTA A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS AGENTES POLÍTICOS, SERVIDORES, MEMBROS DE COMISSÃO E CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE DESCANSO PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº 1516, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Descanso,

DECRETA:

Art. 1º A concessão de diárias a agentes políticos, servidores, membros de comissão e conselheiros tutelares de Descanso fica regulamentada nas condições estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º O servidor que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município, a serviço para participarem de seminários, congressos, cursos de aperfeiçoamento e outros de interesse do Município, fará jus a diárias a título de indenização de despesas de alimentação e hospedagem, no decorrer do período de afastamento, além do transporte.

§ 1º Não serão concedidas diárias nos dias de viagem, quando:

I - a alimentação e a hospedagem forem custeados por terceiros, mediante convênio ou instrumentos congêneres, ressalvado o período de deslocamento não abrangido pelo custeio.

II - o deslocamento constituir exigência permanente do cargo ou função ou ocorra dentro da microrregião da AMEOSC;

III - não compreender o horário das 11h30min às 13h30min para almoço e após as 19h00min para jantar.

§ 2º Os valores das diárias são os fixados na forma do Anexo Único deste Decreto.

§ 3º O pagamento das diárias a que se refere este Decreto será efetuado da seguinte forma:

I - uma diária, compreendida por período de 24 horas, a contar do horário previsto da partida;

II - meia (1/2) diária, quando houver despesas com almoço ou jantar, sem pernoite, em viagens com duração igual ou superior a 12 horas;

III - dois quintos (2/5) de diária, quando houver despesa com almoço ou jantar em viagens com duração superior a 6 horas e inferior a 12 horas.

§ 5º Quando ocorrer viagens para o exterior a valor máximo a ser pago será de U\$ 350,00 (trezentos e cinquenta) dólares por diária.

I - utilizar-se-á a cotação do dólar turismo do dia da concessão para fins de conversão da moeda estrangeira para a nacional.

Art. 3º A diária será concedida por autoridade competente com antecedência mínima de 24 horas da viagem mediante requerimento do interessado.

I - Considera-se autoridade competente de que trata o Art. 3º, para os efeitos deste decreto:

a) Chefe do Poder Executivo;

b) Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º Nos casos de afastamento do Município para acompanhar, na qualidade de assessor ou participar do mesmo evento, o servidor fará jus a diárias no mesmo valor atribuído à autoridade acompanhada ou superior hierárquico.

Art. 5º As propostas de concessão de diárias, quando o afastamento iniciar-se em sextas-feiras, bem como os que incluam sábados, domingos e feriados, serão expressamente justificadas, configurando, a autorização do pagamento pelo ordenador de despesas, a aceitação da justificativa.

Art. 6º Quando o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, o servidor fará jus, ainda, às diárias correspondentes ao período prorrogado, desde que autorizada sua prorrogação.

§ 1º Serão de inteira responsabilidade do servidor eventuais alterações de percurso ou de datas e horários de deslocamento, quando não autorizados ou determinados pela administração.

Art. 7º Serão restituídas pelo servidor, em cinco dias contados da data do retorno à sede, as diárias recebidas em excesso.

§ 1º Serão, também, restituídas, em sua totalidade, no prazo estabelecido neste artigo, as diárias recebidas pelo servidor quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento.

Art. 8º O deslocamento do Município deverá ser comprovado pelo servidor no prazo de até quinze dias após o retorno da viagem, mediante apresentação de um dos documentos descritos em cada um dos incisos I e II ou I e III deste artigo, que dispõem:

§1º Do deslocamento:

a) Ordem de tráfego e autorização para uso de veículo, em caso de viagem com veículo oficial;

b) Bilhete de passagem, se o meio de transporte utilizado for o coletivo, exceto aéreo;

c) Comprovante de embarque, em se tratando de transporte aéreo;

d) Declaração quando o deslocamento ocorrer por outros meios.

§2º Da estada no local de destino, quaisquer dos documentos abaixo:

a) Nota fiscal de hospedagem;

b) Nota fiscal de alimentação;

c) Nota de abastecimento de veículo oficial, no caso de motorista;

d) Outros documentos idôneos capazes de comprovar a estada.

§3º Do cumprimento do objetivo da viagem:

a) Ofício de apresentação com o ciente da autoridade competente, quando se tratar de inspeção, auditoria ou similares;

b) Lista de frequência ou certificado, quando se tratar de participação em evento ou atividade de capacitação ou formação profissional;

c) Outros documentos capazes de comprovar o cumprimento do objetivo da viagem.

Parágrafo único: os beneficiários que não prestarem contas dentro do prazo previsto no caput ou não tiverem as prestação de contas aprovadas estarão sujeitos à devolução dos valores recebidos e também impedidos de receber novos valores até a devida regularização.

Art. 9º O beneficiário deverá apresentar a prestação de contas ao Departamento de Controle Interno, em processo formalizado e fazer constar os documentos constantes do artigo 8º, conforme o caso, para fins de comprovação da regularidade e aprovação da prestação de contas da despesa.

Parágrafo único: caso haja reprovação da prestação de contas e o beneficiário não sanar as irregularidades apontadas, o processo será remetido ao Departamento de Contabilidade para fins de registro de responsabilidade no sistema contábil.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Descanso - SC, 01 de abril de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Roseli Bonatto – Agente de Secretaria.

Anexo Único

Nível Hierárquico	Capital Federal	Capitais Estaduais	Interior dos Estados
Prefeito, Vice-prefeito e Secretários	R\$ 703,00	R\$ 502,00	R\$ 400,00
Assessores e Chefes de Divisão	R\$ 603,00	R\$ 400,00	R\$ 350,00
Demais Servidores	R\$ 403,00	R\$ 270,00	R\$ 240,00

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 28/2019

Publicação Nº 1969575

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28/2019

TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, 02, Bairro Centro, Doutor Pedrinho, SC, CEP: 891264-000, representado por sua Prefeita Municipal SIMONI MÉRCIA MESH NONES, que adiante se subscreve, denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: ALCEMAR ROEDER, inscrito no CNPJ/CPF sob nº 030.290.199-00, com sede/endereço na Estrada Geral Baixo Santa Maria, S/N, Bairro Centro, cidade de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.124-000, portador da Carteira de Identidade nº 4.102.346 que também subscreve, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

As partes celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações, fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947, de 16/06/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº 11/2019, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O presente contrato tem como objeto a Aquisição de Gêneros Alimentícios oriundos da agricultura familiar, com verbas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, em consonância com o estabelecido na Lei nº 11.947/2009, Artigo 14, § 1º, e de acordo com o Edital de Chamamento Público nº 11/2019 para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO:

2.1. O contrato a ser assinado com o licitante vencedor vigorará até 31/12/2019, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma da lei vigente.

2.2. O início da entrega dos gêneros alimentícios será em até 10 dias após assinado este instrumento, obedecendo às quantidades estipuladas nos pedidos parciais emitidos pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até o término do contrato.

2.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria de Educação, que verificará todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1. O objeto do presente Contrato deverá ser executado, de forma parcelada, sendo que a entrega das mercadorias iniciará após o recebimento da Autorização de Fornecimento expedida pela Secretaria de Educação, devendo ser feita nas NEs e CEIs, de acordo com a programação repassada semanalmente e/ou mensalmente pela Secretaria Municipal de Educação, durante o exercício financeiro de 2019.

3.2. A entrega será feita semanal ou quinzenalmente, de acordo com o anexo I nos diferentes estabelecimentos de ensino da Rede Municipal de Educação de acordo com as necessidades preconizadas em pedido parcial realizado pela Secretaria Municipal de Educação.

3.3. As despesas de frete, recursos humanos e materiais, bem como, encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas que poderão surgir durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade do CONTRATADO.

3.4. Caberá exclusivamente ao CONTRATADO, na execução do objeto, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade.

3.5. Por ocasião do recebimento dos produtos, o CONTRATANTE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto, obrigando-se o CONTRATADO a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

3.6. O CONTRATADO deverá responsabilizar-se pela troca do produto quando, na ocasião do recebimento, for constatado que os mesmos se encontram com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

3.7. O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO por vícios de quantidade e de qualidade dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

3.8. Caso o produto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO:

4.1. O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

4.2. O preço total ora contratado é aquele consignado no projeto de venda apresentada pelo CONTRATADO e declarada vencedora do PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 11/2019, ou seja, R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), conforme listagem abaixo:

Item	Unid.	Qtde.	Produto	Valor Proposto	
				Unitário	Total
10	KG	300	DOCES CASEIROS, SABORES DIVERSOS, INCLUINDO OPÇÃO SEM GLUTEN E SEM LACTOSE. EMBALADOS E COM ROTULAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS DA ANVISA. VALIDADE SUPERIOR A 60 DIAS.	R\$ 21,00	R\$ 6.300,00
TOTAL DO FORNECEDOR:				R\$ 6.300,00	

4.3. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias, contados da entrega do objeto, de acordo com o objeto efetivamente entregue, bem como mediante apresentação de documento fiscal devidamente atestado por servidor competente.

4.4. O documento fiscal deverá ser apresentado no ato de entrega do produto para o responsável da Secretaria da Educação quando se tratar de gêneros não perecíveis.

4.5. Em se tratando de hortifrutigranjeiros, o documento fiscal devidamente atestado pelo servidor responsável pelo recebimento dos gêneros nas diferentes instituições, deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação.

4.6. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º do art. 31 da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

4.7. O pagamento deverá ser efetuado na tesouraria do CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias após a entrega do material, mediante a apresentação da nota fiscal certificada por agente da Secretaria Municipal de Educação.

4.8. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência contratual.

4.9. Os preços poderão ser revistos na forma da lei, acaso haja demonstração de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. A despesa do objeto deste contrato correrá à conta do Orçamento Programa do CONTRATANTE, na seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação – Descrição

05 – SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCao SOCIAL

0501- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

2010 – MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

33903007 – GÊNEROS DA ALIMENTAÇÃO

1370400 – PNAE FUNDAMENTAL

3370400 – PNAE FUNDAMENTAL

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

05 – SEC MUNICIPAL DE EDUCACAO E PROMOCao SOCIAL

0501- DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

2031 – MERENDA PARA ALUNOS DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

33903007 – GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

1370200 – PNAE CRECHE

1370300 – PNAE PRÉ-ESCOLA

3370200 – PNAE CRECHE

3370300 – PNAE PRÉ-ESCOLA

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

CLÁUSULA SEXTA – DO DOCUMENTO FISCAL:

6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, CNPJ nº

79.373.775/0001-62, Rua Brasília, 02 - Centro – Doutor Pedrinho/SC – CEP 89.124-000, e ter a mesma identidade/CPF ou Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do chamamento público.

6.2. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o CONTRATADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES:

7.1. Constitui responsabilidades do CONTRATANTE:

- a) A definição e controle do objeto deste contrato;
- b) Tomar todas as providências necessárias à execução do presente contrato;
- c) Constituir servidor designado pela Secretaria de Educação, para promover o acompanhamento e a fiscalização dos objetos, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, de acordo com o estipulado neste instrumento;
- f) Emitir, através do setor competente, autorização de fornecimento para a execução do objeto;
- g) Guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, as Notas Fiscais de compra, os Termos de Recebimento apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, deixando-os à disposição do controle externo para comprovação.

7.2. Constitui responsabilidades do CONTRATADO:

- a) Executar o objeto, de forma parcelada, de acordo com as especificações constantes no Edital de Chamamento Público, dentro do prazo contratual;
- b) Fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE, conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, parte integrante deste instrumento;
- c) Entregar os objetos nas condições e prazos estipulados no Edital de Chamamento Público para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar;
- d) Informar ao Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA os valores individuais de venda, consoante o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA;
- e) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do contrato;
- f) Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos, quando do deslocamento para a realização do objeto desse contrato, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código Brasileiro de Trânsito;
- g) Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade e/ou atividade que estiverem envolvidos na execução do presente contrato;
- h) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento ora contratado;
- i) Guardar, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, as cópias das Notas Fiscais de venda, ou congêneres, dos produtos integrantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, deixando-os à disposição da fiscalização para comprovação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES:

8.1. De conformidade com o estabelecido no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes, acaso o CONTRATADO descumprir as condições deste instrumento, poderá o CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência verbal ou escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato e/ou nas faltas leves não acarretarem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

8.1.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, durante o período de 2 (dois) anos;

8.1.3. Declaração de inidoneidade.

8.2. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei.

8.3. As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

8.4. A aplicação das penalidades estabelecidas no Contrato é de competência exclusiva do representante do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

- b) Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte do CONTRATADO, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista ao CONTRATADO, direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. O presente contrato rege-se, ainda, pelo Edital de Chamamento Público nº 11/2019, pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17/06/2013, alterada pela Resolução FNDE nº 04, de 02/04/2015, e pela Lei nº 11.947, de 16/06/2009, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissos.

10.3. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.4. A gestão e fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretária Municipal de Educação e Promoção Social.

10.5. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Timbó/SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Doutor Pedrinho - SC, 27 de março de 2019.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
CONTRATADA

Prefeita de Doutor Pedrinho/SC
ALCEMAR ROEDER

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
Assessor Jurídico
OAB/SC 52.912

GESTOR/FISCAL DO CONTRATO
JANAÍNA LENZI DE CASTILHO

Testemunhas:

ARNALDO VICENTE

TARCÍSIO LENZI

Ermo

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 129, DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970176

PORTARIA Nº. 129, de 02 de abril de 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir CARLA DA ROSA CAETANO, CPF nº 089.755.579-10, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Agente Comunitário de Saúde, para atuação no Programa de Saúde da Família – PSF da Secretaria de Saúde, classificada no Processo Seletivo nº 001/2018, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 03 de abril de 2019 encerrando-se em 30 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 131, DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970185

PORTARIA Nº. 131, de 02 de abril de 2019.

Admite Servidores em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir Servidores em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais II com vencimentos estabelecidos em Lei conforme abaixo especificados:

Nome:

Maria Isabel da Silva Rocha

Willian da Silva Mota

Marcio do Nascimento Ticca

Gilberto Olavo Nazário

Iuri de Araujo Zeferino

Celso Luiz Fagundes Canella

Edio Della Vechia

Marli Cardoso Fernandes Farias

Art. 2º As Admissões de que trata o Art. 1º, terão início na data em que tomarem Posse encerrando-se em 30 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 02 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Formosa do Sul

PREFEITURA

2019-006 - EXTRATO - GABARITO DEFINITIVO E NOTAS DAS PROVAS OBJETIVA E DE TÍTULOS

Publicação Nº 1970018

MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL/SC
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 EXTRATO DE EDITAL Nº 006/2019
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

TORNA PÚBLICO o Gabarito Definitivo, bem como o Relatório de Notas das Provas Objetiva e de Títulos. DIA DE RECURSOS: 04/04/2019, pelo site www.objetivas.com.br. O Edital encontra-se divulgado no Mural de Publicações do Município, nos sites www.formosa.sc.gov.br, www.objetivas.com.br e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Formosa do Sul, em 03 de abril de 2019. Rudimar Conte - Prefeito Municipal.

2019-006 - GABARITO DEFINITIVO E NOTAS DAS PROVAS OBJETIVA E DE TÍTULOS

Publicação Nº 1970019

EDITAL Nº 006/2019

O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor RUDIMAR CONTE, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. GABARITO DEFINITIVO: Tendo sido julgados improcedentes todos os recursos interpostos, em nada se altera o Gabarito Preliminar, ficando este ratificado, tornando-se o Gabarito Definitivo. Os pareceres encontram-se disponíveis na Prefeitura Municipal de Formosa do Sul e no site www.objetivas.com.br, na área do candidato.
2. RESULTADO DAS PROVAS OBJETIVA E DE TÍTULOS: O Relatório de Notas das Provas Objetiva e de Títulos, conforme aplicado a cada função, encontra-se no Anexo deste Edital.
3. Os candidatos interessados em interpor recursos contra o resultado ora divulgado poderão fazê-lo no dia 04/04/2019. Os recursos deverão ser interpostos por meio do site www.objetivas.com.br, na área do candidato, seguindo as orientações do site.
3.1. Caso o candidato não possua acesso à Internet, será disponibilizado computador para tal finalidade no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado na Rua Getúlio Vargas, nº 580, Bairro Centro, no Município de Formosa do Sul/SC, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h.
4. Esse Edital e seu Anexo encontram-se afixados no Mural de Publicações do Município, publicados nos sites www.formosa.sc.gov.br, www.objetivas.com.br e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, disponível em www.diariomunicipal.sc.gov.br.
5. O Relatório de Classificação Final será divulgado, após a análise dos recursos eventualmente interpostos, a partir do dia 12/04/2019.

Formosa do Sul/SC, 03 de abril de 2019.
RUDIMAR CONTE,
Prefeito Municipal.
Registre-se e publique-se.

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO ADM. N.º: 026/2019 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL CONTRATADO: ANESTOR ANTONIO SIMONATO

Publicação Nº 1970111

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO ADM. N.º: 026/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

CONTRATADO: ANESTOR ANTONIO SIMONATO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CASCALHO, a ser retirado pela CONTRATANTE, conforme necessidade, de uma área rural de 3.000 M2 (Três mil metros quadrados) do imóvel de propriedade do CONTRATADO, matrícula sob o nº 01.540, situada na localidade de Linha Conte, interior do Município de Formosa do Sul/SC.

VIGIÊNCIA: 01/04/2019 À 31/12/2019.

FORMOSA DO SUL, 01 DE ABRIL DE 2019.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/PMF/2019 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/PMF/2019

Publicação Nº 1969347

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/PMF/2019
(Referente Pregão Presencial nº. 49/PMF/2019)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3.400, Paço Municipal 26 de Abril, Forquilha/SC, inscrita no CNPJ nº. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. GOLD COMPUTADORES LTDA EPP, CNPJ/MF nº 02.537.692/0001-37, estabelecida na Avenida Rui Barbosa, Araranguá/SC, neste ato representado pelo Sr. Willian Canever, brasileiro, CI 5.339.518, CPF 096.722.769-07;
2. ACN COM. DE PROD. DE TRÂNSITO LTDA, CNPJ/MF nº 73.628.307/0001-05, estabelecida na Rua Celso Ramos, 511, Barreiros, São José/SC, neste ato representado pelo Sr. Antonio Cesar Nunes, brasileiro, CI 367740, CPF 299.900.419-20;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 49/PMF/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de tablets e impressoras térmicas (kit de tecnologia móvel e embarcada) para atender as necessidades da Polícia Militar do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
 - 1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.
 - 1.2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.
 - 1.3. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.
 - 1.4. O objeto terá garantia de 01 (um) ano contada a partir da emissão da nota fiscal.
2. O objeto será transportado por conta e risco da DETENTORA DA ATA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.
3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.
 - 3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição do objeto num prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da notificação da não aceitação.
4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.
5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

1.1. O CERTIFICADO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.

1.2. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer o objeto dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

B) apresentar documentação falsa;

C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

D) ensejar o retardamento da execução do objeto;

E) não manter a proposta;

F) cometer fraude fiscal;

G) comportar-se de modo inidôneo.

2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. O Sr. Lennon Fiorillo, será o Fiscal desta Ata, sendo dele a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. Ademir Brandieli Pedro, Secretário de Administração e Finanças será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionar os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 49/PMF/2019, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018 (microempresa), no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato,

renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 02 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
GOLD COMPUTADORES LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Willian Canever
ACN COM. DE PROD. DE TRÂNSITO LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Antonio Cesar Nunes
Lennon Fiorillo
Fiscal da Ata

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/FMS/2019.

Publicação Nº 1969146

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 12/FMS/2019.

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa especializada para a aquisição de Veículos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 25 de abril de 2019 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 12:00; 13:00 as 16:00 horas, ou por email: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>.

Forquilha, 02 de abril de 2019.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 65/PMF/2019;

Publicação Nº 1969582

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 65/PMF/2019;

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de "sementes de aveia e azevem", para incentivo dos agricultores no melhoramento da qualidade na área rural, pastagem para animais e recuperação de solos com adubação verde, no município de Forquilha/SC, durante o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 16 de abril de 2019 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 12:00; 13:00 as 16:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 02 de abril de 2019.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECISÃO ADMINISTRATIVA: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/PMF/2019

Publicação Nº 1969432

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/PMF/2019

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Recorrente: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA SUL CATARINENSE

RELATÓRIO

O Município de Forquilha lançou o Edital nº 046/PMF/2019, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é o REGISTRAR PREÇO para a aquisição de "sementes de aveia e azevém", para incentivo dos agricultores no melhoramento da qualidade na área rural, pastagem para animais e recuperação de solos com adubação verde, no município de Forquilha/SC, durante o período de 12 meses.

A licitante COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA SUL CATARINENSE LTDA. - COOPERSULCA recorreu da decisão da Pregoeira que a inabilitou em razão do descumprimento do item 3.1 letra B do Edital, tendo em vista que apresentou receita bruta anual superior a R\$ 4.800.000,00, visto tratar-se de processo exclusivo para micro e pequenas empresas, nos moldes da Lei Complementar nº. 126/2006 e Decreto Municipal nº. 167/2018.

Em apertada síntese, a recorrente alega que a licitação exclusiva para micro e pequenas empresas fere o princípio da isonomia e igualdade de condições entre todos os concorrentes e que, por não ter havido outras empresas enquadradas no critério de exclusividade, deve ser aceita a sua proposta.

É o relatório.

DO MÉRITO

Quanto ao primeiro item do recurso, registra-se que o tratamento diferenciado em favor das microempresas e das empresas de pequeno porte encontra respaldo expresso da Constituição Federal:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

[...]

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

A fim de conferir eficácia material à previsão constitucional, a Lei Complementar nº. 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com as alterações dadas pela Lei Complementar nº. 147/2014, previu:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º (Revogado).

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

Assim, a Lei Complementar nº. 123/2006 estabeleceu exclusividade na contratação de microempresas e de empresas de pequeno porte quando os itens da licitação não excedem R\$ 80.000,00.

Conforme inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº. 123/2006, a concessão deste benefício é obrigatória, podendo ser excepcionada nas situações em que não haja um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, representando prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, conforme art. 49 do mesmo diploma legal.

No âmbito do Município de Forquilha este assunto foi regulamentado pelo Decreto nº 167, de 15 de agosto de 2018.

Importante destacar que o legislador, com o intuito de preservar a competitividade nessas licitações regionalizadas, estabeleceu como condição um mínimo de três competidores, conforme explica Marçal Justen Filho:

[...] a restrição em favor da participação de pequenas empresas não pode conduzir à eliminação da competitividade. Por isso, o art. 49, inc. II, determina que não se aplicará o regime de licitação diferenciada quando "não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório. (JUSTEN FILHO, Marçal. O estatuto da microempresa e as licitações públicas. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2007, p. 122). (Grifamos)

A Lei Complementar nº. 123/2006 estabeleceu exceções à aplicação do princípio da licitação exclusiva. Em seu art. 49, a lei determinou que empresas de maior porte poderiam ser contratadas nas seguintes circunstâncias:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - (Revogado);

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

O edital da licitação faz lei entre as partes, naquele procedimento por ele regulamentado. Nesse sentido, diz a Lei Federal n. 8.666/1993: "Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

Sobre edital de licitação, ensina CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO:

No Direito brasileiro habitualmente designa-se por edital de licitação tanto o ato através do qual se realiza a publicidade do certame (e que a Lei 8.666 apropriadamente denomina aviso contendo o resumo do edital) quanto aquele consubstanciado no documento que fixa as condições em que se efetivará o certame.

[...]

Pode-se definir o edital da seguinte forma: é o ato cujo meio a Administração faz público seu propósito de licitar um objeto determinado, estabelece os requisitos exigidos dos proponentes e das propostas, regula os termos segundo os quais os avaliará e fixa as cláusulas de eventual contrato a ser travado.

São as seguintes as funções desempenhadas pelo edital:

- a) dá publicidade à licitação;
- b) identifica o objeto licitado e delimita o universo das propostas;
- c) circunscreve o universo de proponentes;
- d) estabelece os critérios para análise e avaliação dos proponentes e propostas;
- e) regula atos e termos processuais do procedimento;
- f) fixa as cláusulas do futuro contrato.

O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observância feliz, que é sua 'lei interna'. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. A Administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar (art. 41). (Curso de direito administrativo. 28. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010. p. 588/589).

Em comentários à previsão legal do art. 41, MARÇAL JUSTEN FILHO considera que:

[...] o instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las. Verificando a nulidade ou a inconveniência dos termos do edital, a Administração poderá valer-se de suas faculdades para o desfazimento dos atos administrativos. Porém, isso acarretará necessariamente o refazimento do edital, com invalidação do procedimento licitatório já desenvolvido. Deverá ser reiniciado o procedimento licitatório (inclusive com novas publicações pela imprensa). Ter-se-á, na verdade, novo procedimento licitatório. (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010. p. 567/568).

Portanto, a regra do edital deve ser cumprida pela Administração, delimitando sua discricionariedade ao conteúdo do instrumento convocatório. Isso em atenção aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, conforme a previsão do art. 3º da Lei Federal n. 8.666/1993: "a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade

administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos" (sem grifo no original).

Em sua obra Volnei Ivo Carlin dispõe:

Desta forma, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (edital ou carta-convite) abrange a Administração Pública e aos licitantes e tem como objetivo resguardar a segurança jurídica através da manutenção das regras estabelecidas inicialmente até o final da contratação. (CARLIN, Volnei Ivo. Direito Administrativo Doutrina, Jurisprudência e Direito Comparado. 2 ed. rev. atual. e ampl. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2002. p.135.)

Assim, não pode relegar o conteúdo do direito e a realidade das coisas, desestabilizando a segurança jurídica e a clareza das normas editais.

Descreve Toshio Mukai, verbis:

Se na licitação (como todas as ações da Administração Pública) há que se observar o princípio da legalidade, em termos estritos (os atos do procedimento são de natureza vinculativa à lei), também na elaboração do instrumento convocatório há que se observar tal princípio; e, se ele é assim, na sua feitura, vinculado à lei, é evidente que, como decorrência lógica, todo o procedimento licitatório está vinculado aos termos e cláusulas do instrumento convocatório que, por assim dizer, estabelecem 'as regras do jogo'... (MUKAI, Toshio. Direito Administrativo Sistematizado. 1 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1999. p. 244)

Ressalta-se que a Recorrente não fez qualquer objeção a regra contida no Edital, visto que a lei também possibilitou que os licitantes, ou qualquer cidadão, impugnem o conteúdo do edital, a fim de evitar ilegalidade ou ofensa a qualquer outro princípio fundamental do procedimento. Nesse sentido, disciplina os §§ 1º e 2º do art. 41 da Lei Federal n. 8.666/1993:

Art. 41. [...]

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Neste mesmo sentido dispõe o item 9.1 do Edital:

9.1. Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolando o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão.

9.1.1. Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

9.1.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

9.1.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se necessário..

Destarte, se verificada desconformidade dos termos editais com os preceitos legais, é dever dos cidadãos ou dos interessados naquele objeto licitado a impugnação ao edital, porque, afinal, ultrapassado o prazo previsto em lei, os regramentos nele contidos serão cogentes a todas as partes envolvidas naquele certame.

Conforme já decidido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, não havendo discussão prévia sobre o conteúdo do instrumento convocatório, decai o direito da licitante pedir a revisão de seu conteúdo, vejamos:

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO ESCOLAR - INABILITAÇÃO DE EMPRESA LICITANTE - DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO DO EDITAL NO QUAL O MUNICÍPIO EXIGE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL DA EMPRESA - APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL APENAS DO ENGENHEIRO - SATISFAÇÃO DE SUBITEM DIVERSO DO MOTIVADOR DA INABILITAÇÃO - VINCULAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO PRÉVIA AO EDITAL - DIREITO LÍQUIDO E CERTO INEXISTENTE.

A Administração Pública está restrita ao conteúdo do edital da licitação, sendo facultada a qualquer cidadão sua impugnação (§§ 1º e 2º e 'caput' do art. 41 da Lei Federal n. 8.666/1993). Ausente a discussão prévia sobre o conteúdo do instrumento convocatório, decai o direito de revisão de seu conteúdo.

A Lei Federal n. 8.666/1993 prevê, no art. 30, as exigências editalícias possíveis para comprovação de qualificação técnica, cabendo à Administração, dentre estas, delimitar as relacionadas com o objeto licitado. Por isso, é possível a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional da empresa e de capacidade técnico-profissional do responsável técnico, visando à boa realização da obra licitada, em atenção ao interesse público.

Se o licitante não cumpre exigência editalícia para fins de habilitação em processo licitatório, sua exclusão do certame, por inabilitação, é medida que se impõe. (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2012.031446-3, de Criciúma, rel. Des. Jaime Ramos, Quarta Câmara de Direito Público, j. 28-06-2012). (grifamos)

Frisa-se que a regra da exclusividade prevista no Edital não trouxe nenhuma condição restritiva ilegal ao certame, pelo contrário, trata-se de uma imposição legal prevista no inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº. 123/2006.

Também, não merece guarida a alegação de que, por não ter havido outras empresas enquadradas no critério de exclusividade, deve ser aceita a sua proposta, haja vista que outra empresa também foi impedida de participar do certame na fase do credenciamento por também não ter comprovado seu enquadramento na condição de exclusividade.

Assim, por não cumprir com as condições de habilitação, deve ser mantida a decisão da Pregoeira.

No caso em tela, percebe-se que não existiu a demonstração de haver no mínimo três fornecedores competitivos enquadrados como micro-empresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

Desta forma, ante a obrigatoriedade imposta de no mínimo três fornecedores enquadrados na Lei Complementar nº. 123/2006, a Administração Municipal deve, no presente caso, revogar o presente processo, lançando novo Edital afastando-se o tratamento diferenciado às empresas que se enquadram como microempresas ou empresas de pequeno porte.

DO DISPOSITIVO

ISTO POSTO, conhecemos e indeferimos o Recurso ao Processo Licitatório, Edital nº 046/PMF/2019, modalidade Pregão Presencial, formulado pela COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA SUL CATARINENSE, pelos motivos acima expostos.

Forquilha/SC, 02 de abril de 2019.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

NOTA DE REVOGAÇÃO 09/2019

Publicação Nº 1969546

NOTA DE REVOGAÇÃO 09/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/PMF/2019

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de "sementes de aveia e azevem", para incentivo dos agricultores no melhoramento da qualidade na área rural, pastagem para animais e recuperação de solos com adubação verde, no município de Forquilha/SC, durante o período de 12 meses.

MOTIVO: Com base na resposta ao recurso impetrado pela licitante, ante a obrigatoriedade imposta de no mínimo três fornecedores enquadrados na Lei Complementar nº. 123/2006, a Administração Municipal deve, no presente caso, revogar o presente processo, lançando novo Edital afastando-se o tratamento diferenciado às empresas que se enquadram como microempresas ou empresas de pequeno porte.

Forquilha/SC, 02 de abril de 2019.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/FMPS/2019

Publicação Nº 1969416

RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/FMPS/2019

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial Nº. 02/FMPS/2019. A alteração se dá no Anexo VI – Especificação dos itens, como se segue:

Onde se lê:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO
01	48	Horas	Serviços médicos periciais executado por especialista em Medicina do Trabalho. Para atendimento ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Forquilha
02	48	Horas	Serviços médicos periciais executado por especialista em Psiquiatria. Para atendimento ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Forquilha
03	48	Horas	Serviços médicos periciais executado por Clínico Geral. Para atendimento ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Forquilha

OBS: A proposta deverá ser apresentada com os valores unitários e globais da presente tabela de itens, incluindo o valor global dos mesmos. Apresentar ainda em planilha distinta a decomposição do valor total por hora com a formação de salários, encargos fiscais, previdenciárias e trabalhistas, impostos e taxas, se houver, e todas as demais incidências na prestação dos serviços.

Leia-se:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO
01	48	Horas	Serviços médicos periciais executado por especialista em Medicina do Trabalho com RQE (Registro de Qualificação de Especialista). Para atendimento ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Forquilha
02	48	Horas	Serviços médicos periciais executado por especialista em psiquiatria com RQE (Registro de Qualificação de Especialista). Para atendimento ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Forquilha
03	48	Horas	Serviços médicos periciais executado por clínico geral. Para atendimento ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Forquilha

OBS: A proposta deverá ser apresentada com os valores unitários e globais da presente tabela de itens, incluindo o valor global dos mesmo. Apresentar ainda em planilha distinta a decomposição do valor total por hora com a formação de salários, encargos fiscais, previdenciárias e trabalhistas, impostos e taxas, se houver, e todas as demais incidências na prestação dos serviços.

ATENÇÃO!!

As retificações acima influenciam na formulação das propostas. Portanto, fica alterada a data de abertura e protocolo do processo licitatório:

PROTOCOLO ATÉ: 22/04/2019 ÀS 13:45 HORAS

DATA DA ABERTURA: 22/04/2019 ÀS 14:00 HORAS

Feita as retificações acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha/SC, 02 de abril de 2019.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto nº 088 - 2019

Publicação Nº 1969789

DECRETO Nº 088, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

APROVA UNIFICAÇÃO (REMEMBRAMENTO) DOS LOTES Nº 0097-000, 0097-001 DA QUADRA Nº 035, DE PROPRIEDADE DE NADIR BALESTRIN, NEUSA MARIA BALESTRIN, MARISTELA BALESTRIN e MARLI BALESTRIN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. De conformidade, e nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 1186/2019, fica aprovada a unificação dos imóveis de propriedade de Nadir Balestrin, inscrita no CPF sob nº 434.488.109-59, Neusa Maria Balestrin, inscrita no CPF sob nº 961.107.919-20, Maristela Balestrin, inscrita no CPF sob nº 868.556.549-91 e Marli Balestrin, inscrita no CPF sob nº 538.239.319-20, conforme abaixo descrito:

I. área I a unificar: um terreno urbano, identificado pelo lote nº 0097-000, da quadra nº 035, matriculado junto ao CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 3525, com área de 380,37m², com benfeitoria de 172,60m², situado na Av. Adalberto Schmdit Burda, 0238, Bairro São José;

II. área II a unificar: um terreno urbano, identificado pelo lote nº 0097-001, da quadra nº 035, matriculado junto ao CRI da Comarca de Fraiburgo sob nº 13.252, com área de 57,44m², situado na Av. Adalberto Schmidt Burda, s/n, Bairro São José;

Art. 2º. Os lotes unificados passam a ter a seguinte descrição: um terreno urbano, identificado pelo lote nº 0141-000, da quadra nº 035, com área de 437,81m², situado na Av. Adalberto Schmidt Burda, 0238, Bairro São José; inscrição imobiliária nº 000006.9.11.035.0141.000.001.

Art. 3º. Dentro do plano de Estrutura, Aproveitamento e Uso do Solo, anexos IV e VIII da Lei Complementar Municipal nº 097/2008, o lote será classificado como ZCB1 (Zona Comercial de Bairro 1)

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO (SC), 02 DE ABRIL DE 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08272019

Publicação Nº 1970025

PORTARIA Nº 0827, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de NILZA APARECIDA GONÇALVES, brasileira, separada, inscrita no CPF sob o nº 458.563.709-53, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08282019

Publicação Nº 1970031

PORTARIA Nº 0828, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de BRUNA MARIA MAISTERLIN SPOLTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 068.153.639-02, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08292019

Publicação Nº 1970033

PORTARIA Nº 0829, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o contido no Processo Administrativo 1628/2019, de 01 de abril de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir a pedido de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da servidora EDUARDA PRUNER VALENTINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 097.301.649-32, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, no período de 08 de abril de 2019 até 01 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08302019

Publicação Nº 1970038

PORTARIA Nº 0830, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0003 de 22 de janeiro de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 019/2019 da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME;

Considerando a necessidade dos serviços de Motorista, para atender excepcional interesse público, no que se refere a transporte de alunos e professores que participam das escolinhas na Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário PEDRO JOSÉ FERREIRA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o n.º 461.153.909-15, na função de MOTORISTA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de abril de 2019 até 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério**PREFEITURA****CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 055/2019**

Publicação Nº 1969904

CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 055/2019

Pelo presente instrumento de Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Adolfo Soletti, 750 em Frei Rogério, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JAIR DA SILVA RIBEIRO, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 528.389.789-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e a Sra. NOEMI ALBERTON, brasileira, casada, portadora do CPF: 024.157.249-55, residente e domiciliada no município de Frei Rogério SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, mediante as seguntes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, objetivando suprir necessidade temporária e de excepcional interesse público, nos termos da Lei Municipal 315/2004 e alterações, ADMITE, por tempo determinado, a Sra. NOEMI ALBERTON para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA, não habilitada com lotação junto ao CENTRO MUNICIPAL IRMÃ FLORENTINA com carga horária de 20 (vinte) horas semanais com vínculo Estatutário ao Regime Geral da Previdência Social conforme resultado do Processo de Seleção n. 001/2017 e Portaria n. 075/2019.

JUSTIFICATIVA: Contratação devido ao afastamento da servidora contratada no cargo, MARILUCI DIAS FOGAÇA conforme art. 61 da Lei Complementar 08/2001.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO

Pelos serviços prestados ao CONTRATANTE, a CONTRATADA auferirá remuneração mensal de R\$ 968,40 nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato será de até 12 (doze) meses, com início em 01/04/2019, até o retorno da servidora afastada, limitado ao término do ano letivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido antes de findo o prazo contratual em havendo interesse de ambas as partes, ou unilateralmente pela CONTRATANTE, caso a CONTRATADA não cumpra com as suas obrigações, ou, ainda, por razões de interesse público. Em qualquer das hipóteses, não haverá direito a indenização por rescisão antecipada.

CLÁUSULA QUINTA – DO AMPARO LEGAL

O presente contrato fundamenta-se no art. 37, inciso IX da Constituição Federal, e a Lei Municipal 315/2004 e alterações, declarando a CONTRATADA estar plenamente ciente de seu teor.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer questões que por ventura surgirem em razão do presente instrumento. E por estarem justos e contratados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Frei Rogério SC, 1º de abril de 2019.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Servidora Contratada

TESTEMUNHAS:

1.: _____

Nome:

CPF:

2.: _____

Nome:

CPF:

DECRETO N.º 1047/2019 FIXA VALORES DE DIÁRIAS AO PREFEITO MUNICIPAL, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DEMAIS SERVIDORES MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1969619

DECRETO N.º 1047/2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019.

FIXA VALORES DE DIÁRIAS AO PREFEITO MUNICIPAL, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DEMAIS SERVIDORES MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 87, incisos VI e VII, "a" da Lei Orgânica Municipal, artigo 24 "caput" da Lei Complementar 023/2007 e artigo 18 da Instrução

Normativa 14/2012 do TCE

DECRETA:

Art. 1º. - Fica determinado o valor das diárias estabelecidas ao Prefeito Municipal, Secretários Municipais e demais Servidores da Prefeitura Municipal de Frei Rogério, conforme tabela abaixo:

LOCAL	PREFEITO	SECRETÁRIOS	SERVIDORES
NO ESTADO	R\$ 450,00	R\$ 350,00	R\$ 300,00
FORA DO ESTADO	R\$ 700,00	R\$ 560,00	R\$ 490,00

Art. 2º. – As diárias integrais serão válidas para viagens externas ao território do município fora da região da AMURC e quando houver necessidade de pernoite, sendo que nos deslocamentos com retorno no mesmo dia será computada meia diária.

Art. 3º. – A prestação de contas da diária ocorrerá no prazo máximo de 05 (cinco) dias após o retorno do Servidor, e na forma que prevê a Instrução Normativa 14/2012, alterada pela Instrução Normativa 15/2012 do Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina e demais legislação vigente.

Art. 4º. – O servidor que receber diária em qualquer de suas modalidades não terá direito a percepção de horas extras no respectivo período.

Art. 5º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Frei Rogério/SC, 2 de abril de 2019.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

EXTRATO PORTARIAS MÊS DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1969901

EXTRATO PORTARIAS MÊS DE MARÇO DE 2019

Número	Assunto	Resumo	Data
045/2019	Contrato de Trabalho	Contrata a Sra. MARIANE CORREA DOS SANTOS LUCAS, para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA para prestação de Serviços junto ao C.M.E.I Meus Primeiros Passos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais	06/03/2019
046/2019	Contrato de Trabalho	Contrata a Sra. ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA MOTTER, para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA para prestação de Serviços junto ao C.M.E.I Meus Primeiros Passos, com carga horária de 10 (dez) horas semanais.	06/03/2019
047/2019	Contrato de Trabalho	Contrata CARLA ALBUQUERQUE, para exercer o cargo de PROFESSORA DE ARTES para prestação de Serviços junto ao C.M.E.I Meus Primeiros Passos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	06/03/2019
048/2019	Contrato de Trabalho	Contrata a Sra. MARIA TRINDADE DE OLIVEIRA PRATES, para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA não habilitada para prestação de Serviços junto ao C.M.E.I Meus Primeiros Passos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	06/03/2019
049/2019	Contrato de Trabalho	Contrata CARLA ALBUQUERQUE, para exercer o cargo de PROFESSORA DE ARTES para prestação de Serviços junto ao Centro Municipal Irmã Florentina, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	06/03/2019
050/2019	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio no período de 06/03/2019 a 15/03/2019, 10 (dez) dias, a servidora LEONILDA APARECIDA POSANSKI DOS SANTOS, servidora efetiva no cargo de Servente/Merendeira, referente ao período aquisitivo de 2014 a 2019.	06/03/2019
051/2019	Rescisão de Contrato	Rescinde o contrato de trabalho de IRACI PRATES DE OLIVEIRA MELO, nomeada através da Portaria 029/2019, para exercer o cargo de Professora Pedagoga.	07/03/2019
052/2019	Contrato de Trabalho	Contrata a Sra. NOEMI ALBERTON, para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA não habilitada para prestação de Serviços junto ao Centro Municipal Adolfo Soletti, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	07/03/2019
053/2019		Contrata a Sra. KAROLINE BOGO DELFES, para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA para prestação de Serviços junto ao Centro Municipal Irmã Florentina, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	07/03/2019
054/2019	Férias Normais e Coletivas	Concede férias a servidora LUZIA SEIMI TAKIZAWA, ocupante do cargo de Secretária, lotada na Secretaria de Administração e Finanças no período de 11/03/2019 a 24/03/2019 - 14 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	08/03/2019
055/2019	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio no período de 11/03/2019 a 09/04/2019, 30 (trinta) dias, ao servidor ADEMIR DOMINGUES PEPES, servidor efetivo no cargo de Motorista de Caminhão, referente ao período aquisitivo de 2012 a 2017.	11/03/2019
056/2019	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio no período de 14/03/2019 a 23/03/2019, 10 (dez) dias, a servidora LINDAMIR DE SOUZA FAQUIN, servidora efetiva no cargo de Enfermeira, referente ao período aquisitivo de 2012 a 2017.	11/03/2019

057/2019	Nomear Funcionário	Nomeia MIRIS ALVES DOS REIS, para ocupar o cargo eletivo de Conselheira Tutelar de acordo com o previsto na Lei Municipal nº725/2013 de janeiro de 2013 e Resolução 002/2019 encaminhada pelo CMDCA-Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente que finaliza o processo de Eleição do Conselheiro Tutelar no Município de Frei Rogério, Gestão 2019/2020.	12/03/2019
058/2019	Contrato de Trabalho	Contrata a Senhora ANDREIA ANDRADE DE ALMEIDA, para exercer o cargo de SERVENTE/MERENDEIRA com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.	13/03/2019
059/2019	Rescisão de Contrato	Rescinde o contrato de trabalho de CARLA ALBUQUERQUE, nomeada através da Portaria 047/2019, para exercer o cargo de Professora de Artes.	13/03/2019
060/2019	Rescisão de Contrato	Rescinde o contrato de trabalho de CARLA ALBUQUERQUE, nomeada através da Portaria 049/2019, para exercer o cargo de Professora de Artes.	13/03/2019
061/2019	Exonerar	Exonera o senhor JORGE LUIZ MORAES FRANKLIN, ocupante do cargo de Médico Ginecologista nomeado através da portaria 010/2002.	13/03/2019
062/2019	Progressão Funcional	Incorpora ao vencimento das servidoras Anny Kelly Dos Reis de Souza e Maryane Mello Mariot à expressão monetária da Progressão Funcional, consistindo na movimentação do Nível onde está situado para o nível imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo.	21/03/2019
063/2019	Progresso Funcional	Enquadra à servidora MARYANE MELLO MARIOT, ao Nível III, na Progressão Vertical, devendo permanecer a referencia a qual o servidor está enquadrado na Progressão Funcional (horizontal), conforme dispõe o plano de Carreira do Magistério Público Municipal e de acordo com a documentação apresentada.	21/03/2019
064/2019	Contrato de Trabalho	Contrata a Sra. SABRINA ROSSI, para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA para prestação de Serviços junto ao C.M.E.I Meus Primeiros Passos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	22/03/2019
065/2019	Contrato de Trabalho	Contrata a Sra. VERONICA APARECIDA DA SILVA STUPP, para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA para prestação de Serviços junto ao Centro Municipal Irmã Florentina, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	22/03/2019
066/2019	Nomeia Comissão, Conselho, etc	Fica instituída COMISSÃO PARA RECEBER, ANALISAR E EMITIR PARECER referente a produtos assinalados como necessário tal procedimento em licitações para MERENDA ESCOLAR e LIMPEZA E HIGIENE da Secretaria Municipal de Educação Cultura Esporte e Turismo. A comissão é composta pelos servidores STEPHANY SANTOS PELLIZZARO, ELISANGELA DE LORENZI MACHRY, LORAIDES ALLINE MACIEL, ANDREIA RIBEIRO ROSSI, CLAUDIA APARECIDA RINALDI ANDRADE.	26/03/2019
067/2019	Designar	Designa o servidor DIRLEI FERNANDES DE MELLO, servidor efetivo no cargo de Técnico Agrícola/Agropecuário, a disposição da CIDASC até o termino de vigência do convenio firmado com essa municipalidade.	26/03/2019
068/2019	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor MARCOS RIBEIRO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Administrativos, lotado na Secretaria de Administração e Finanças no período de 01/04/2019 a 14/04/2019 - 14 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	27/03/2019
069/2019	Férias Normais e Coletivas	Concede férias a servidora ELIANE MAXIMIANO MAZZUCO, ocupante do cargo de Gestora Municipal de Projetos e Convênios, lotada na Secretaria de Administração e Finanças no período de 01/04/2019 a 20/04/2019 - 20 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	27/03/2019
070/2019	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor GILMAR CARLOS FERTIG, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Finanças, no período de 01/04/2019 a 30/04/2019 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	27/03/2019
071/2019	Férias Normais e Coletivas	Concede férias a servidora PATRICIA MACIEL DE CARVALHO MELLO, ocupante do cargo de Servente/Merendeira, lotada na Secretaria de Educação Cultura Esporte e Turismo no período de 01/04/2019 a 30/04/2019 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	27/03/2019

Frei Rogério, 02 de abril de 2019.

MAGNA ADRIANE RIBEIRO
Analista de Recursos Humanos

JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 028/2019 ERRATA

Publicação Nº 1970029

PROCESSO LICITATÓRIO 028/2019

TOMADA DE PREÇO 002/2019 001/2019

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório 028/2019, Edital de Tomada de Preço obras e serviços de engenharia 002/2019 001/2019, tipo menor preço por lote até às 09h:00min. do dia 18 de abril de 2019, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE COBERTURA NOS FUNDOS DA UBS MUNICIPAL – REFERENTE A PROPOSTA Nº 112240300001130 conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 e suas alterações. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

Galvão - SC, 29 de março de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 030/2019

Publicação Nº 1969746

MUNICIPIO DE GALVÃO – SC - EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 030/2019, Edital de Dispensa 009/2019, até às 09 horas do dia 05 de abril de 2019, e fará abertura das mesmas às 09:15hs do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente chamada pública para a AQUISIÇÃO DE REFRIGERNTES GELADO, COPOS DESCARTAVEIS, GUARDANAPOS, PRATOS E GARFOS DE PLASTICOS PARA SEREM UTILIZADOS NA DISTRIBUIÇÃO DO BOLO NO ANIVERSARIO NO DIA 07 DE ABRIL DE 2019, Conforme especificações constantes no Edital. O fundamento legal é a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Art. 24 inciso II e suas alterações posteriores, demais legislação vigente e por este Edital. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão –SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br.

Galvão, 01 de abril de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 065/2019

Publicação Nº 1970481

DECRETO N.º 065, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

ALTERA O DECRETO N.º 072 DE 27 DE ABRIL DE 2017, QUE "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES-JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, resolve,

DECRETA,

Art. 1º - O Inciso I, artigo 1º, do Decreto n.º 072, de 27 de abril de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

I - REPRESENTANTE TITULAR E SUPLENTE DO ORGÃO QUE IMPOS A PENALIDADE

João Carlos Batista
Názarro Cardoso

II - REPRESENTANTE TITULAR E SUPLENTE INDICADO PELA ENTIDADE REPRESENTATIVA DA SOCIEDADE LIGADA A AREA DE TRANSITO - Associação de Taxistas de Garopaba - (ASSOTAG)

Haroldo Alves do Nascimento
Adílio José de Abreu

III - REPRESENTANTE TITULAR E SUPLENTE COM CONHECIMENTO NA ÁREA DE TRANSITO COM NO MINIMO NIVEL MEDIO

Anderson Fernando Voss
Fernando Flores

IV – SECRETARIO DA JARI

Maria Zenaide Maia Monteiro

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de abril de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/04/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 066/2019

Publicação Nº 1970484

DECRETO N.º 066, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

ALTERA O DECRETO N.º 170 DE 27 DE SETEMBRO DE 2017, QUE "NOMEA OS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO FISCAIS - JARF DA SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICIPIO DE GAROPABA E dá outras providências".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 1.688/2012,

DECRETA,

Art. 1º - O artigo 2º, do Decreto n.º 170, de 27 de setembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. A Presidência da JARF será exercida pelo servidor Carlos Rafael Macanha Dutra, nos termos do artigo 41, §1º, e Secretaria Geral da JARF será exercido pelo servidor Ronaldo Amaral Gonçalves, nos termos do artigo 42, ambos da Lei Complementar nº 1.688/2012.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de abril de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/04/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 001/2019

Publicação Nº 1970509

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 001/2019

Na condição de Presidente da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 10 de abril de 2019 (10/04/2019), quarta-feira às 19h15 min, em sessão ordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270026642019 (2770/2017) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: B.LOC COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELLI ME (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR

10270001762019 (3902/2018) – Recurso Especial/Reconsideração – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: OTACILIO MANOEL PACHECO (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10260061532018 (3964/2018) – Recurso ordinário – Recorrente: CAMPING LAGOAMAR LTDA; Participantes: CAMPING LAGOA MAR LTDA (Requerente); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ OSÓRIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE NETO.

Garopaba, 02 de abril de 2019.

Carlos Rafael Macanho Dutra

Presidente da JARF

Garuva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 77/2019

Publicação Nº 1969747

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002

CONTRATO Nº 77/2019

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. MARCIO RICARDO HERPICH, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 6640709, inscrito no CPF sob o nº 009.724.779-00, residente e domiciliado à Avenida Celso Ramos, 693, Centro, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra ROSANA MARA AMORIM DA SILVA DIAS, casada, RG nº 105514038 CPF: 04262753735, residente e domiciliada na Rua Henrique Kuster, 505, Garuva/SC, doravante denominada Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de MERENDEIRA do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 89 (oitenta e nove) dias, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 01 de abril de 2019, terminando no dia 28 de junho de 2019, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1279,25 (Hum mil duzentos e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Fundamental, Manutenção do Ensino Fundamental, Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental- 07.001.12.361.1028.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 29 de março de 2019.	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Marcio Ricardo Herpich
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

DECRETO Nº 047/2019

Publicação Nº 1969983

DECRETO Nº 047 DE 02 DE ABRIL DE 2019

"Dispõe sobre a Comissão do Conselho Municipal de Turismo, e dá outras providências."

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão do Conselho Municipal de Turismo, composta com os seguintes membros com mandato até março de 2021:

Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo:

- Titular: Clinton Luiz Severiano
- Suplente: Christine Zwettler Teixeira

Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- Titular: Heloíse Gonçalves Lemos
- Suplente: Chirlen Altmann

Representantes da Secretaria Municipal de Estratégias Rurais e Infraestrutura:

- Titular: Elaine Zietz
- Suplente: Camila Costa Franzoloso

Representantes da Câmara dos Dirigentes e Lojistas de Garuva - CDL:

- Titular: Rosângela Martins Carrara
- Suplente: Lauro Felipe Raizer

Representantes da Associação Comercial e Industrial de Garuva – ACIG:

- Titular: Alcir Michels
- Suplente: Bruno Venicius de Souza

Representantes da Associação Instituto Peabiru - ACIPEMA:

- Titular: Hetio Wagner
- Suplente: Silvio Spindola

Representantes dos Trilheiros de Garuva – GARULAMA:

- Titular: Nilton José Umlauf
- Suplente: Arnaldo Pauli

Representantes da Câmara Municipal:

- Titular: Henrique Fontoura da Rosa
- Suplente: Maíze Cristina Neves

Representantes da Associação dos Produtores Rurais

- Titular: Mayra Roberta de Araújo Bueno de Miranda
- Suplente: Adolar Froehlich

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de março de 2019.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 050/2019

Publicação Nº 1969725

DECRETO Nº. 050 de 01 de abril de 2019

"Dispõe sobre a exoneração da senhora Renata Aparecida Trevisan, do cargo comissionado de Secretária Municipal de Saúde."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009, 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 e 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017;

DECRETA:

ART. 1o. – Fica exonerada, a senhora RENATA APARECIDA TREVISAN, do cargo comissionado de Secretária Municipal de Saúde, nomeada através do Decreto Nº 124/2018, de 17 de maio de 2018.

ART. 3o - Este Decreto entra em vigor a contar de 1º de abril de 2018.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 051/2019

Publicação Nº 1969722

DECRETO Nº 051 DE 01 DE ABRIL DE 2019

"Dispõe sobre a comissão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências."

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta com os seguintes membros com mandato até maio de 2021:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- Titular: Silvana Mews
- Suplente: Adriano Dierchnabel

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

- Titular: Elisely Romão
- Suplente: Thalia de Miranda

Representantes da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social:

- Titular: Eduardo dos Santos Licetti
- Suplente: Dirciane Ferreira

Representantes da Divisão de Esportes e Cultura

- Titular: Clinton Luiz Severiano
- Suplente: Rhuan Santos de Souza

Representantes do Governo Municipal - Assessoria Direta do Prefeito:

- Titular: Márcio Kuchlik
- Suplente: Reginaldo Hattenhauer

Representantes das Associações de Moradores do Município

- Titular: Ursula Schwarz
- Suplente: Maria Tussi Fay

Representantes da APAM _ Associação de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente

- Titular: Ana Telma Gomes Guimarães
- Suplente: Luiz Ricardo das Almas

Representantes da ACIG – Associação Comercial e Industrial de Garuva

- Titular: Geferson da Silva Polsin
- Suplente: Agostinho Eidt

Representantes da Associação de Pais e Professores do Município

- Titular – João Wolmar Melo
- Suplente: Nilton Schorr

Art. 2º - Os membros deste Conselho serão regidos pela Lei Federal 8069/90, com seus anexos e legislação correlata.

Art. 30. – Nos termos da Lei Federal 8.906 de 04 de julho de 1954, fica assegurado a representatividade da Ordem dos Advogados do Brasil no presente Conselho, através da pessoa do Dr. Eder Junior dos Santos, OAB/SC 41153 e Dra. Viviane Gabriel de Miranda, OAB/SC 46283.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 109/2018.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal**DECRETO Nº 052/2019**

Publicação Nº 1969724

DECRETO Nº 052 DE 01 DE ABRIL DE 2019

"Dispõe sobre a alteração do sentido de trânsito de veículos em vias públicas, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município de Garuva, na Lei Complementar Municipal 93/2017, e em observância ao disposto no artigo 24, II do Código de Trânsito Brasileiro, e CONSIDERANDO a necessidade de alterações no trânsito das Ruas Tiradentes, Papa João XXIII, Antônio Ladislau de Araújo e XV de Novembro, e da Travessa Brasília, devido ao grande fluxo de veículos, especialmente nos horários de entrada e saída de estudantes; CONSIDERANDO a necessidade de adequação do trânsito para proporcionar maior segurança aos estudantes, pedestres, motoristas e aos

munícipes que frequentam as determinadas vias públicas do nosso Município;

DECRETA:

Art. 1º O trânsito nas vias públicas abaixo indicadas passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – sentido único de direção (mão única) na Rua Tiradentes, no trecho compreendido entre a Rua Laudelino Gonçalves de Araújo até a Rua João Remi de Lima Meireles, sentido Sul/Norte;

II – sentido único de direção (mão única) na Rua Papa João XXIII, no trecho compreendido entre a Avenida Celso Ramos até a Rua Maria Clara Frohlich, sentido Leste/Oeste;

III - sentido único de direção (mão única) na Antônio Ladislau de Araújo, no trecho compreendido entre a Avenida Celso Ramos e Rua Afonso Pereira da Rocha, sentido Oeste/Leste;

IV - sentido único de direção (mão única) na XV de Novembro, no trecho compreendido entre a Avenida Paraná e a Rua Julia da Costa, sentido Sul/Norte;

V - sentido único de direção (mão única) na Travessa Brasília, no trecho compreendido entre a Rua Maria Clara Frohlich até Avenida Celso Ramos, sentido Oeste/Leste.

Art. 2º O Departamento Municipal de Trânsito delimitará as vagas para estacionamento e sinalização de trânsito.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 053/2019

Publicação Nº 1969986

DECRETO Nº. 053 DE 02 DE ABRIL DE 2019

“DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DAS CONTAS DE TITULARIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor Rodrigo Adriany David, o Vice-Prefeito senhor Plotino de Bitencourt, e o Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. Marcio Ricardo Herpich a efetuar as operações bancárias, nas contas de titularidade da Prefeitura Municipal de Garuva, Fundo Municipal de Agricultura, Fundo de Reequipamento de Bombeiros, Fundo Municipal de Habitação e Fundo da Infância e Adolescência, sob CNPJ nº 83.102.848/0001-59, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

Parágrafo único. Fica autorizado o Comandante dos Bombeiros, Sr. Ezequiel Olivério para efetuar as seguintes operações bancárias, na conta do Fundo Municipal de Reequipamento dos Bombeiros: 04, 15, 17, 18 e 19 conforme rol acima.

Art. 2º As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO - 2º GARUVA OSTERBAUM FEST

Publicação Nº 1969814

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO
2ª GARUVA OSTERBAUM FEST – 2019**

A Prefeitura Municipal de Garuva, Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, representado neste ato pelo Prefeito, RODRIGO ADRIANY DAVID, no uso de suas prerrogativas legais, através da Secretaria de Educação, vem realizar Chamada Pública para CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO PARA PREMIAÇÃO DA MELHOR DECORAÇÃO PASCAL durante o evento 2ª OSTERBAUM FEST. Os Grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação até o dia 05 de Abril às 16 horas, na Prefeitura Municipal de Garuva, Secretaria de Educação e Cultura ou Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo.

1. OBJETO

1.1. O presente chamamento público tem por objeto a captação de recursos financeiros, por meio de patrocínio de empresas públicas e/ou privadas, para premiação das 03 (três) melhores decorações de árvores, na 2ª Edição do evento Garuva Osterbaum Fest, que acontecerá no período de 08 a 25 de Abril de 2019, com a decoração dos espaços públicos, a saber, das Praças Tancredo de Almeida Neves e Pedro Ivo Campos. As decorações serão confeccionadas pelos alunos das redes públicas e particulares de ensino do Município e o valor captado será revertido para as ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES das Escolas vencedoras, classificadas em 1º, 2º e 3º lugar.

1.2. O patrocínio se dará em troca de exploração publicitária da logomarca do patrocinador em conformidade com as contrapartidas previstas no item 3 deste Regulamento, e atendimento das demais exigências abaixo previstas.

2. DO PROJETO

2.1. O Projeto a ser patrocinado visa à promoção artística, cultural e turística do evento da 2ª Garuva Osterbaum Fest, que é considerado um projeto integrador, por envolver todas as instituições de ensino do município e comunidade.

2.2. O Município de Garuva promove a 2ª edição deste evento, que já está incluso no calendário de eventos desta cidade, notadamente por se tratar de um evento cultural de comoção municipal e regional.

2.3. O evento é composto por 03 etapas: produção artística escolar, com decoração de casquinhas de ovos; decoração das árvores das praças públicas; realização da "Páscoa Divertida, que se trata de um dia de atividades divertidas aberta ao público.

2.4. No que respeita ao público-alvo, por se tratar de um evento cultural, festivo e gratuito, atingindo todas as faixas etárias, envolvendo a comunidade escolar do município.

3. DAS COTAS DE PATROCÍNIO E DAS CONTRAPARTIDAS OFERECIDAS PELO MUNICÍPIO DE GARUVA

3.1. Os interessados em patrocinar o Projeto podem optar pela concessão de patrocínio, em conformidade com as cotas e seus respectivos valores e contrapartidas, previstas a seguir:

3.1.1. COTA "OURO": LIMITE 01 (UMA)

PATROCÍNIO	R\$ 500,00 (quinhentos reais) premiação para o 1º lugar
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Disponibilização de espaço sem estrutura de até 5m x 5m na praça Tancredo de Almeida Neves no dia 13/04/2019, durante o evento "Páscoa Divertida" para exposição comercial. 2. Veiculação da logomarca da empresa nas publicações oficiais do evento no site oficial da Prefeitura Municipal de Garuva, bem como, em todas as mídias sociais, oficiais utilizadas para divulgação do evento. 3. Veiculação da logomarca da empresa no banner principal da 2ª Garuva Osterbaum Fest 2019.

3.1.2 – COTAS "PRATA": LIMITE 01 (UMA)

PATROCÍNIO	R\$ 300,00 (trezentos reais) premiação para o 2º lugar
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Veiculação da logomarca da empresa nas publicações oficiais do evento no site oficial da Prefeitura Municipal de Garuva, bem como, em todas as mídias sociais. 2. Veiculação da logomarca da empresa no banner principal da 2ª Garuva Osterbaum Fest 2019.

3.1.3 – COTAS "BRONZE": LIMITE: 01 (UMA)

PATROCÍNIO	R\$ 200,00 (duzentos reais) premiação para o 3º lugar
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Veiculação da logomarca da empresa no banner principal da 2ª Garuva Osterbaum Fest 2019.

3.2. O pagamento do valor das cotas referidas anteriormente deve ser realizado mediante depósito ou transferência bancária diretamente à entidade vencedora da melhor decoração, após divulgação do resultado, no prazo máximo de 05 dias;

3.2.2. Os contratos firmados dos patrocínios e a logomarca em corel draw da empresa, deverá ser apresentado até 10 de abril de 2019 na Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo.

3.4. Os locais de publicidade a serem explorados pelos patrocinadores limitam-se àqueles previstos no item 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3 que são vinculados ao Município de Garuva, não sendo contemplados locais privados e nem eventuais publicações e matérias efetuadas por jornais e rádios não locais, exceto se promovidas pelo próprio patrocinador às suas expensas.

4. DOS CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS PATROCINADORES

4.1. Poderão participar da seleção feita pelo Município dos patrocinadores do Projeto, as empresas públicas e privadas, inclusive representadas por agências de publicidade, interessadas em associar sua imagem ao Projeto.

4.2. Encontram-se impedidos de participar:

I. Os interessados que comercializem e exponham qualquer tipo de material pornográfico ou pratiquem manifestações político-ideológicas;

II. Os interessados que exerçam atividades ilícitas;

III. Os interessados que produzam, comercializem e exponham qualquer tipo de material relacionado a tabaco, em razão das disposições da Convenção Quadro para o Controle do Uso do Tabaco, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1012/2005 e promulgada pelo Decreto nº 5658/2006;

IV. Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

5. DO REQUERIMENTO E DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. Os interessados deverão preencher e encaminhar o Formulário de Requerimento, conforme modelo (ANEXO I), impresso em papel timbrado da empresa, sem emendas ou rasuras, que prejudiquem sua inteligência e sua autenticidade, devidamente datado e assinado pelo representante da empresa, com identificação legível do(s) signatário(s).

5.1.1. Quando o patrocinador for representado por agência de publicidade, esta deverá fazer constar expressamente no requerimento as empresas que representam, bem como, o ramo de atividade explorada, para fins de julgamento da proposta de patrocínio.

5.2. Os seguintes documentos devem ser apresentados com o Formulário de Requerimento:

5.2.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

I. Certificado de registro empresarial, no caso de firma individual, acompanhado de CPF e RG;

II. Ato constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de contrato consolidado, devidamente arquivado no Registro de Empresas, em se tratando de sociedades empresariais, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria e no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações;

III. CPF e RG do(s) representante(s) legal(is), com poderes de representação devidamente comprovados seja pelo documento previsto no item II acima ou por meio de procuração.

5.2.2. Documentos relativos à regularidade fiscal:

a) Registro Comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

e) Declaração emitida pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no Anexo II deste edital.

f) Certificado de Regularidade do FGTS.

g) Certidão Negativa de Débito do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS;

h) Certidão Negativa de Tributos Federais;

i) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

j) Certidão Negativa de Tributos Municipais da Sede do Licitante;

l) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Artigo 29, Inciso V, da Lei 8.666/93;5.3.

5.3. Caso as certidões apresentadas não registrem prazo de validade previamente estipulado pelo órgão emissor, serão consideradas válidas por 06 (seis) meses, contados da data de sua emissão.

5.4. A documentação deverá ser apresentada no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de imprensa oficial ou autenticado mediante a apresentação do respectivo original.

5.5. O formulário de requerimento e os documentos (itens 5.2) deverão ser entregues no dia 10 de abril de 2019, entre as 15h00min e 16h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Garuva, situada à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro - Garuva (Sede da Prefeitura Municipal de Garuva)

6. DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO DOS(AS) PATROCINADORES(AS)

6.1. Os formulários de requerimento e a documentação apresentada serão analisados por servidores municipais da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ESPORTE E TURISMO, especialmente para este fim, que concluirá pelo deferimento ou indeferimento dos requerimentos dos interessados em patrocinar o Projeto.

6.2. O protocolo, o recebimento e/ou aceite do requerimento e documentos não implicam o reconhecimento da condição de patrocinadora em favor dos interessados, o qual se dará somente após a celebração do Contrato de Patrocínio com o Município de Garuva.

6.3. Os requerimentos que não atendam as disposições constantes neste Regulamento e/ou que não apresentem os documentos exigidos serão indeferidos.

6.3.1. Não serão considerados motivos para indeferimento da participação, simples omissões ou irregularidades materiais (erros datilográficos, concordância verbal etc.) nos requerimentos ou na documentação, desde que sejam irrelevantes e não firam os direitos dos demais interessados.

6.3.2. A decisão que indeferir o requerimento de interessado em patrocinar o projeto dar-se-á por intermédio de comunicação por escrito por parte do Município de Garuva.

6.3.3. Em havendo indeferimento do requerimento de interessados, o prazo para apresentação de manifestação será de 01 (um) dia útil a contar da data da comunicação formal por parte do Município de Garuva. Neste caso, o Município terá 24 horas para analisar a manifestação da interessada.

6.4. Em caso de eventual competição entre Interessadas, o critério de seleção será o sorteio, a ser realizado no dia 10/04/2019, após às 16h na sala de licitações e reclassificada para as cotas subseqüentes, não havendo outros inscritos. O não comparecimento ao sorteio implicará a reclassificação do mesmo para outra cota.

6.5. Concluída a análise dos requerimentos e documentos, a Comissão Organizadora elaborará relatório contendo a lista dos interessados, bem como classificação, se necessário conforme o critério de desempate estabelecido nos itens 6.4 do presente Regulamento, após o qual não caberá desistência por parte dos interessados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente comprovado.

6.7. A formalização do Contrato de Patrocínio será efetuada com quantos interessados atenderem aos critérios do presente Regulamento, os quais passam, após a celebração do referido contrato a se valer de todos os direitos de patrocinador em conformidade com a cota de patrocínio indicada em seu requerimento.

6.8. Os interessados que tiverem seu requerimento aprovado serão convocados através de comunicação eletrônica, postal, telefônica ou ainda, via fax, para a assinatura do Contrato de Patrocínio, dentro do prazo de 48h (quarenta e oito horas), a contar da data de sua convocação, sob pena de decair do direito ao patrocínio.

6.9. A falta de assinatura do Contrato de Patrocínio por parte da interessada, por qualquer motivo, dentro do prazo estabelecido, implicará sua eliminação. Nesse caso, o Município de Garuva realizará o chamamento por ordem de classificação, quando houver, das demais empresas para a assinatura do Contrato de Patrocínio, em igual prazo e nas mesmas condições do primeiro classificado, não eximindo o interessado inadimplente das penalidades previstas na legislação.

6.10. Farão parte integrante do Contrato de Patrocínio, independentemente de transcrição, as instruções contidas neste Regulamento, e os documentos nele referenciados.

7. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL, EM ESPECIAL DAS MARCAS

7.1. O Município de Garuva poderá utilizar a marca e outros sinais distintivos dos interessados, inclusive em conjunto com as marcas e outros sinais distintivos do Município.

7.2. Os interessados garantem que os direitos de propriedade intelectual, em especial os marcários, necessários para a execução do patrocínio não violam quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros, isentando o Município de Garuva de quaisquer reclamações de terceiros e ônus decorrentes, de qualquer natureza, inclusive financeiros.

7.3. Os interessados garantem que são legítimos detentores dos direitos de propriedade intelectual, em especial os marcários, a serem utilizados no patrocínio, bem como que obterão, se necessário, a cessão dos direitos patrimoniais dos profissionais e pessoal envolvidos na execução de ações relacionadas ao objeto do patrocínio, podendo ser utilizados pelo Município de Garuva para fins institucionais livres de quaisquer ônus.

7.4. Os interessados devem assegurar a obtenção de autorização e/ou cessão ao Município de Garuva dos direitos de uso de imagem, voz e outros correlatos de quaisquer pessoas envolvidas no patrocínio, se for o caso, para veiculação nos canais institucionais e em ações de divulgação do evento.

8. DO EVENTO

8.1. Antes de efetuar o requerimento e analisar a viabilidade de ofertar proposta de patrocínio, os interessados deverão conhecer o edital, certificar-se de que preenche os requisitos exigidos, e analisar a viabilidade de ofertar proposta de patrocínio, indicando a cota.

8.2. Quaisquer solicitações de informações adicionais ou pedidos de esclarecimentos que se façam necessários deverão ser realizados na Sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo, localizada na Avenida Celso Ramos, 1614, Centro – Garuva.

8.3. É obrigação única e exclusiva das interessadas, o acompanhamento dos comunicados e boletins de esclarecimentos emitidos pelo Município de Garuva. Não serão aceitas reclamações posteriores sob a alegação de não recebimento de informações.

8.4. A Comissão Organizadora poderá, durante a análise do requerimento e da documentação, convocar o(s) interessado(s) para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir.

8.5. Ao final da ação patrocinada será apresentado relatório final ao patrocinador, comprovando as contrapartidas correspondentes à cota efetivamente realizada.

8.6. Os casos omissos deste Regulamento serão resolvidos pela Secretaria de Educação e Cultura, Setor de Cultura e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo.

8.7. Fazem parte deste documento os anexos I (Modelo de Requerimento), II (Modelo de Cumprimento das obrigações relativas ao Trabalho do menor), III (Minuta de Contrato – Cota de Patrocínio).

Garuva, 01 de abril de 2019.

Rodrigo Adriany David
Prefeito de Garuva

ANEXO I
(MODELO DE REQUERIMENTO)
PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CAPTAÇÃO DE PATROCÍNIO - PROJETO 2ª GARUVA OSTERBAUM FEST.

1. DADOS DO INTERESSADO

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO:
UF: CIDADE:
CEP:
TELEFONE: E-MAIL:

1.1. RESPONSÁVEL(IS) LEGAL(IS):

Nome:
Cargo:
Nome:
Cargo:
CPF:

1.2. O Interessado reconhece que o(s) representante(s) legal(is) acima referido(s) possui(em) plenos poderes de representação, assumindo,

para todos os fins legais, quaisquer responsabilidades decorrentes da assinatura deste Requerimento.

2. COTAS DE PATROCÍNIO

2.1. O Interessado declara, para todos os fins, que opta por patrocinar o Projeto, adquirindo uma Cota, da modalidade a seguir assinalada [assinale com X somente 1 (uma) modalidade escolhida]:

- () Cota "OURO" - Cota Única
() Cota "PRATA" - Cota Única
() Cota "BRONZE" - Cota Única

2.2. O Interessado declara que está ciente das contrapartidas correspondentes a cada uma das modalidades de cota, conforme previsão no item 3 do Regulamento.

3. DOCUMENTOS

3.1. O Interessado declara que os documentos a seguir assinalados encontram-se anexos a este Formulário:

3.1.1. Documentos relativos à habilitação jurídica:

- Certificado de registro empresarial, no caso de firma individual, acompanhado de CPF e RG;
- Ato constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de contrato consolidado, devidamente arquivado no Registro de Empresas, em se tratando de sociedades empresariais, no caso de sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembléia da última eleição da diretoria e no caso de Sociedades Simples, acompanhado de alterações.
- CPF e RG do(s) representante(s) legal(is), com poderes de representação devidamente comprovados seja pelo documento previsto no item acima ou por meio de procuração.

3.1.2. Documentos relativos à regularidade fiscal:

- Prova de inscrição no CNPJ;
- Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeitos de negativa de débitos de Tributos Federais, Estaduais e Municipais da Sede da interessada, Certidão Negativa de Débito ou Positiva com efeitos de negativa do INSS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas,
- Certificado de Regularidade Fiscal (CRF) perante o FGTS.
- Declaração emitida pela empresa de que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

4. O Interessado declara que conhece e cumprirá integralmente o Regulamento.

Local, _____ de _____ de 2019.

Assinatura devidamente identificada do(s)

Representante(s) legal(is) (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

Assinatura devidamente identificada do(s)

Representante(s) legal(is) (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

ANEXO II

MODELO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS AO TRABALHO DO MENOR

..... (nome da empresa), com sede na
(endereço), inscrita no CNPJ sob o n., vem através de seu representante legal infra-assinado, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, declarar expressamente, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, e regulamentada, e que não será utilizada mão de obra de menores de dezoito (18) anos de idade em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não será utilizada mão de obra de menores de dezesesseis (16) anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendizes.

Local e data

(assinatura do responsável pela proposta)

ANEXO III

CONTRATO – COTA DE PATROCÍNIO ****/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE GARUVA E A EMPRESA PATROCINADORA DO CONCURSO DE DECORAÇÃO PASCAL NA 2ª EDIÇÃO DO GARUVA OSTERBAUM FEST.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede nesta Cidade, na Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Rodrigo Adriany David, brasileiro, casado, médico, portador do RG nº 3207013-6, inscrito no CPF sob nº 033.007.279-01, doravante denominados MUNICÍPIO, e a Empresa _____, com sede a _____, nº _____, Cep _____ na cidade de _____/SC, inscrita no CNPJ sob nº _____ neste ato representada por seu _____, _____ portador do RG _____, inscrito do CPF _____, doravante

denominada PATROCINADORA, em decorrência do Edital de Chamada Pública para Captação de Recursos para Premiação no Concurso de Decoração Páscal, na 2ª Edição do Garuva Osterbaum Fest, tem entre si ajustado o presente Contrato que se regerá pelas cláusulas e condições nos itens que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Patrocínio para Premiação "Melhor Decoração Páscal no evento 2ª Garuva Osterbaum Fest" realizada no período de 08 a 25 de Abril de 2019, no município de Garuva.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 - Pelo presente contrato, o Patrocinador disponibilizará à Associação de Pais e Professores da Escola vencedora o valor do patrocínio selecionado para custear a premiação.

2.1.2 – O patrocínio se dará conforme previsto no Edital de Chamada Pública.

2.1.3 – O repasse do valor a que se destina o patrocínio deverá seguir o ordenamento estipulado no Edital de Chamada Pública para Captação de Recursos.

2.2 - A PATROCINADORA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições do repasse do valor a ser patrocinado, objeto do presente Contrato, não sendo considerada pelo MUNICÍPIO qualquer reclamação ou reivindicação posterior fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – Pela opção selecionada, dentre os valores estipulados para patrocínio, objeto deste Contrato, a PATROCINADORA reverterá à Associação de Pais e Professores da escola vencedora do Concurso de Decoração Páscal na 2ª Edição do Garuva Osterbaum Fest, adquirida a Cota _____ no valor de R\$. _____ (_____).

3.2 - O pagamento devido à Associação de Pais e Professores da escola vencedora do Concurso de Decoração Páscal da 2ª Edição do Garuva Osterbaum Fest, por força deste Contrato, será efetuado no prazo máximo de 05 dias, mediante depósito ou transferência em conta bancária, cujos dados serão informados pelo Município, após divulgação do resultado do Concurso.

3.3. A PATROCINADORA deverá apresentar junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Setor de Cultura, ou Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo comprovante de depósito ou transferência dos valores, no prazo de até 05 dias após a operação financeira.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 - O prazo de vigência deste Contrato é de 30 (trinta) dias, com início em 10/04/2019 e término em 09/05/2019.

CLAUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PATROCINADORA

5.1 - Cumprir fielmente este Contrato;

5.2 - Prestar os esclarecimentos de que forem solicitados pelo Município;

5.3 – Comprovar depósito ou transferência bancária do valor patrocinado em até 05 dias após divulgação do resultado do Concurso.

5.4 - Efetuar o pagamento devido no prazo avençado.

CLAUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Cumprir fielmente este Contrato;

6.2 - Indicar um funcionário para exercer a fiscalização dos processos a serem executados;

6.3 - Efetuar os pagamentos devidos no prazo avençado.

6.4 – Realizar os atos necessários ao cumprimento das contrapartidas descritas no Edital de Chamada Pública, de acordo com a opção de cota de patrocínio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 - O presente contrato considerar-se-á rescindido de pleno direito, independentemente de qualquer formalidade judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

7.1.1 - qualquer das partes venha a descumprir qualquer cláusula do presente Contrato;

7.1.2 - inadimplemento do MUNICÍPIO das contrapartidas pactuadas na cláusula oitava deste Contrato, ou inadimplemento de pagamento assumido pela PATROCINADORA ;

7.1.3 – não realização do evento, por qualquer que seja sua razão;

7.1.4 - por mútuo acordo entre as partes;

7.1.5 - por força maior ou caso fortuito, que impeça o cumprimento do presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções:

8.1.1 - Advertência por escrito;

8.1.2. Declaração de inidoneidade, de lavra do Prefeito Municipal, para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar os motivos da punição.

8.1.3 - Ocorrendo a rescisão por culpa da PATROCINADORA, por conta do inadimplemento, esta será responsabilizada pelos danos ocasionados, acrescidas de multa contratual de 10% (dez por cento) sobre o valor do patrocínio.

CLÁUSULA NONA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

9.1 - Faz parte deste contrato, independentemente da transcrição, a Tabela de Patrocínio descritiva, cujo teor, é de conhecimento das partes (Anexo 1 da Minuta do Contrato).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

10.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para-fiscais, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou de sua execução, correrão única e exclusivamente por conta da PATROCINADORA.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Garuva/SC, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 01 de abril de 2019.

Empresa Patrocinadora	Prefeitura Municipal de Garuva

Testemunhas:

NOME: _____ NOME: _____
CPF: _____ CPF: _____

ANEXO I

Tabela de Patrocínio descritiva

COTA "OURO": LIMITE 01 (UMA)

PATROCÍNIO	R\$ 500,00 (quinhentos reais) premiação para o 1º lugar
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Disponibilização de espaço sem estrutura de até 5m x 5m na praça Tancredo de Almeida Neves no dia 13/04/2019, durante o evento "Páscoa Divertida" para exposição comercial. 2. Veiculação da logomarca da empresa nas publicações oficiais do evento (após firmado patrocínio) no site oficial da Prefeitura Municipal de Garuva, bem como, em todas as mídias sociais oficiais utilizadas para divulgação do evento. 3. Veiculação da logomarca da empresa no banner principal da 2ª Garuva Osterbaum Fest 2019 (após firmado patrocínio).

COTA "PRATA": LIMITE 01 (UMA)

PATROCÍNIO	R\$ 300,00 (trezentos reais) premiação para o 2º lugar
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Veiculação da logomarca da empresa nas publicações oficiais do evento (após firmado patrocínio) no site oficial da Prefeitura Municipal de Garuva, bem como, em todas as mídias sociais. 2. Veiculação da logomarca da empresa no banner principal da 2ª Garuva Osterbaum Fest 2019.

COTA "BRONZE": LIMITE: 01 (UMA)

PATROCÍNIO	R\$ 200,00 (duzentos reais) premiação para o 3º lugar
CONTRAPARTIDA E PUBLICIDADE	1. Veiculação da logomarca da empresa no banner principal da 2ª Garuva Osterbaum Fest 2019 (após firmado patrocínio).

PORTARIA N° 064/2019

Publicação N° 1969731

PORTARIA N° 064 de 01 de abril de 2019

"DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA N° 181/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

ART. 1º. Revogar a Portaria 181/2018 de 18 de setembro de 2018, que dispõe sobre o reconhecimento de ato de servidor recebido à disposição.

ART. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar de 1º de abril de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 065/2019

Publicação N° 1969728

PORTARIA N°. 065 de 01 de abril de 2019

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR NÍVEL DE FORMAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009:

CONSIDERANDO, Processo n.º 1188/2019;

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação do servidor ANSELMO MAOSKI.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Especialista Superior, Classe Pleno, referência "A".

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de abril de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 066/2019

Publicação N° 1969729

PORTARIA N°. 066 de 01 de abril de 2019

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

Considerando, o processo n° 1225/2019;

Considerando, o enquadramento errôneo da servidora Grazielle Ribeiro na Portaria 194/2018;

RESOLVE:

Art. 10. - Fica aprovada a lista nominal de progressão horizontal por avaliação positiva, anexa a esta portaria.

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA 066/2019

LISTAGEM NOMINAL DE ENQUADRAMENTO CONFORME ANEXOS I, II, III E V DA LEI COMPLEMENTAR 045/09 DE 15/10/2009.

SERVIDOR	CARREIRA	CLASSE	REFERÊNCIA		REFERENTE À PROGRESSÃO HORIZONTAL - COMPE-TÊNCIA
			INICIAL	FINAL	
GRAZIELLE RIBEIRO	Técnico	I	A	B	Outubro/2015
GRAZIELLE RIBEIRO	Técnico	I	B	D	Outubro/2017

PORTARIA N° 067/2019

Publicação N° 1969720

PORTARIA N°. 067 de 01 de abril de 2019.

"DESIGNAR SERVIDORES PARA ATUAR NA FISCALIZAÇÃO E/OU NA GESTÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS PELO ÓRGÃO."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, o disposto no Art. 67 da Lei Federal n° 8666/1993, arts. 118 a 123 da Lei Estadual n° 15.608/2007,

RESOLVE:

Art. 1o. – Designar JOSÉ ROBERTO PAKUSZEWSKI – RG n° 2056157, CPF n° 714.290.859-91, Responsável pela Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, para atuar como fiscal do Contrato PMG n° 002/2019, firmado com a empresa SRT NASCIMENTO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EPP inscrita no CNPJ 30.430.510/0001-60.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.695, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969498

DECRETO Nº 8.695, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA SECRETÁRIA DA 1ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, LIZANDRA HAEFFNER JUNGES, inscrita no CPF sob o nº 896.497.889-72, para desempenhar as funções de Secretária da 1ª Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, em substituição ao Sr. Giovane Francesco Deschamps, que responderá na ausência da Secretária.

Art. 2º Fica alterado o parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 7.350/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Fica designada para desempenhar as funções de Secretário da 1ª Jari a Sra. Lizandra Haeffner Junges, respondendo na sua ausência o Sr. Giovane Francesco Deschamps.”

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 1º de abril de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 8.699, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969505

DECRETO Nº 8.699, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017, o servidor efetivo GIOVANE FRANCESCO DESCHAMPS, inscrito no CPF sob o nº 770.760.799-68, para exercício de função gratificada de Supervisor de Fiscalização, nível I, da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 02 de abril de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 8.696, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970594

DECRETO Nº 8.696, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2015, a candidata aprovada para o cargo abaixo especificado, com carga horária e lotação conforme seguem, em cumprimento à sentença proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0301229-42.2016.8.24.0025:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
SANDRA SUELI SOARES FRITSCHKE	PROF. EDUCAÇÃO ESPECIAL	40	9º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 1º de abril de 2019.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

Publicação Nº 1969966

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2019
AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

OBJETO: Registro de Pregos para futuras aquisições de premiação e de camisas personalizadas para realização do evento "2ª corrida do maio amarelo de Gaspar" e demais eventos realizados pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 15/04/2019, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 02/04/2019.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.691, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1970584

DECRETO Nº 8.691, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO SETE DE SETEMBRO PARA FINS DE INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e em conformidade com o art. 40 do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa de passagem de faixa sanitária, em favor do Município de Gaspar, um imóvel matriculado sob o nº 229, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizado na Rua Itajaí, no bairro Sete de Setembro, Gaspar, Santa Catarina, pertencente a Ricardo Beduschi, inscrito no CPF sob o nº 599.439.559-53, contendo as seguintes características:

I. um imóvel localizado na Rua Itajaí contendo a área de 74,30 m² (setenta e quatro metros quadrados), partindo do ponto 0; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente com o azimuth de 124°06'22", com o ângulo interno de 92°49'43" e a distância de 9,08 m até o ponto 1; desse segue por linha seca confrontando a Rua Itajaí com o azimuth de 213°54'03", com o ângulo interno de 90°12'19" e a distância de 8,00 m até o ponto 2; desse segue por linha seca confrontando com terras de Carlos A. Poffo com o azimuth de 304°06'22", com o ângulo interno de 89°47'41" e a distância de 9,50 m até o ponto 3; desse segue por linha seca confrontando com Terras de Marinha com o azimuth de 36°56'05", com o ângulo interno de 87°10'17" e a distância de 8,01 m até o 0 início da descrição do perímetro, sem benfeitorias, imóvel registrado sob registro nº R-2-229. O imóvel descrito com a área de 74,30 m² (setenta e quatro metros quadrados), foi avaliado em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 2º Fica o Município autorizado a promover e executar, com recursos próprios, amigável ou judicialmente, as medidas necessárias à manutenção da servidão administrativa prevista neste Decreto, na forma da legislação vigente, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º Fica o Município autorizado a praticar todos os atos de manutenção, conservação e inspeção da drenagem pluvial, bem como suas possíveis alterações ou reconstruções.

Art. 4º O proprietário do imóvel atingido pelo ônus da servidão administrativa limitará o seu uso e fruição ao que for compatível com a existência da servidão, abstendo-se, conseqüentemente, da prática dentro do referido imóvel, de quaisquer atos que o embarcem ou lhe cause danos.

Art. 5º As despesas relativas à indenização decorrente da instituição da servidão administrativa de que trata este Decreto, correrão por conta de dotação consignada no orçamento vigente do Município.

Art. 6º O laudo de avaliação dos prejuízos ocasionados ao imóvel em virtude da instituição da servidão administrativa fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de março de 2019.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Proprietário (a): Ricardo Beduschi, inscrita no CPF nº 599.439.559-53.
Local: Rua Itajaí.
Bairro: Sete de Setembro.
Finalidade: Servidão Administrativa de Passagem de uma Faixa Sanitária
Características do Imóvel: Terreno Urbano.

Terreno Urbano:

Imóvel localizado na Rua Itajaí contendo a área de 74,30 m² (setenta e quatro metros quadrados), partindo do ponto 0; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente com o azimuth de 124°06'22", com o ângulo interno de 92°49'43" e a distância de 9,08 m até o pontos 1; desse segue por linha seca confrontando a Rua Itajaí com o azimuth de 213°54'03", com o ângulo interno de 90°12'19" e a distância de 8,00 m até o pontos 2; desse segue por linha seca confrontando com terras de Carlos A. Poffo com o azimuth de 304°06'22", com o ângulo interno de 89°47'41" e a distância de 9,50 m até o ponto 3; desse segue por linha seca confrontando com Terras de Marinha com o azimuth de 36°56'05", com o ângulo interno de 87°10'17" e a distância de 8,01 m até o 0 início da descrição do perímetro, sem benfeitorias, imóvel registrado sob registro nº R-2-229.

OBS: Boletim de Informações Cadastrais nº 2608 informa que o cadastro foi transferido para Zulma T. Deschamps Tridapalli.

Imagem do Imóvel:

Fonte: Geoprocessamento Corporativo Gaspar

Fonte: Geoprocessamento Corporativo Gaspar

Infra-estrutura:

Conforme vistoria técnica realizada no imóvel, este localizado no perímetro urbano do município que é dotado de todos os recursos de infra-estrutura básica como, rede de água, rede de energia elétrica, rede telefônica, rede de drenagem pluvial, coleta de Lixo orgânico e reciclável, via pavimentada, passeio público, tendo também transporte coletivo publico, terreno com declive, irregular, pedologia seco.

Zoneamento:

Zoneamento CC (Corredor de Centralidade), tendo a viabilidade para construção de Habitação, Deposito, Comercial, Serviços, Institucional, indústria de baixo médio potencial de degradação ambiental acima de 1.000,00 m², indústria de alto potencial de degradação ambiental ate 300,00 m², até 14 pavimentos mais 4 pavimentos através de outorga, com lote mínimo conforme zona em que se situa, com taxa de ocupação de 65%, coeficiente de aproveitamento de 3,0 vezes a área do terreno, tendo um recuo mínimo frontal de 5,00 m conforme exigências da legislação Federal e Estadual, recuo lateral e fundos no mínimo de 1,50 m ou parede cega, considerando H/7 – mínimo 1,50 m e testada mínima de 15,00 m, recuo lateral mínimo para industria de médio e grande porte 3,00 m.

Fonte: Geoprocessamento Corporativo Gaspar

Valor do Imóvel:

Conforme descrito acima a servidão de passagem possui área total de 72,00 m² (setenta e dois metros quadrados), Imóvel registrado sob nº R-2-229, este avaliado em um valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

OBS:

- Imóvel situado na área de APP (Área de Preservação Permanente) do Rio Itajaí Açu.

Ata:

Em dez (11) de março de 2019, às 9h30min, nas dependências da Secretaria de Planejamento Territorial reuniram-se a Comissão de Avaliação designada pelo Decreto nº. 7910/18, a fim de avaliar o imóvel acima citado, estavam presentes todos os membros designados. Nada mais havendo digno de nota nem a tratar, às 10h00 min. encerrou-se a presente reunião onde foi elaborada esta ata que após ser lida e achada conforme, foi assinada por todos que integram esta comissão.

Encerramento:

O presente laudo de Avaliação possui (3) três laudos que vai devidamente assinada.

Gustavo Lindner Foppa
Matricula 10356

Jonas José Schramm
Matricula 7589

Giovane Francesco Deschamps
Matricula nº 105

DECRETO Nº 8.697, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970589

DECRETO Nº 8.697, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA CLEIA BOETTGER SCHRAMM.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora DOC IV-8, da servidora CLEIA BOETTGER SCHRAMM, inscrita no CPF sob o nº 621.371.159-72, lotada com 40 horas semanais na E.E.B. Vitório Anacleto Cardoso, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 390/1992, em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição, a partir de 29 de março de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 29 de março de 2019.

Gaspar, 1º de abril de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 8.698, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970598

DECRETO Nº 8.698, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ENTIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em substituição, os membros abaixo indicados, para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação das Entidades de Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes, conforme segue:

I. FERNANDA MORAES RAMOS ALEXI, inscrita no CPF sob o nº 059.047.429-40, em substituição ao membro Leonardo Spizzirri Bolsoni;

II. TEREZINHA ALVES RENGEL, inscrita no CPF sob o nº 005.739.559-48, em substituição ao membro Amanda Fischer Miguel.

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto e nomeados pelo Decreto 8.357, de 17 de setembro de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 1º de abril de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 8.700, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970599

DECRETO Nº 8.700, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

EXONERA RENATO DA COSTA BRAMBILLA MARQUETTI DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 1º de abril de 2019, RENATO DA COSTA BRAMBILLA MARQUETTI, inscrito no CPF sob o nº 007.894.369-81, do cargo em comissão de Diretor Administrativo, da Secretaria Municipal de Educação, ref. 55, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 7.608, de 03 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de abril de 2019.

Gaspar, 02 de abril de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 8.701, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970605

DECRETO Nº 8.701, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA RENATO DA COSTA BRAMBILLA MARQUETTI PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR-GERAL DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir 02 de abril 2019, RENATO DA COSTA BRAMBILLA MARQUETTI, inscrito no CPF sob o nº 007.894.369-81, para o exercício de cargo em comissão de Diretor-Geral de Tecnologia de Informação, da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, ref. 64, com 40 horas semanais, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02 de abril de 2019.

Gaspar, 02 de abril de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 8.702, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970607

DECRETO Nº 8.702, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

EXONERA LUIZ HENRIQUE ARAUJO MONTEIRO D'ALMEIDA DO CARGO EM COMISSÃO DE MÉDICO REGULADOR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 1º de abril de 2019, LUIZ HENRIQUE ARAUJO MONTEIRO D'ALMEIDA, inscrito no CPF sob o nº 163.219.445-72, do cargo em comissão de Médico Regulador, da Secretaria Municipal de Saúde, ref. 75, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 8.186, de 22 de junho de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de abril de 2019.

Gaspar, 02 de abril de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

INEXIGIBILIDADE Nº 22/2019

Publicação Nº 1969173

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Processo Administrativo nº 68/2019

Inexigibilidade nº 22/2019

OBJETO: Aquisição estimativa de vales-transportes de concessionária de transporte coletivo urbano de passageiros para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde. CONTRATADO: VIAÇÃO PRAIANA LTDA (CNPJ nº 84.297.217/0001-03). Valor Total Julgado: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 2 de abril de 2019.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1969126

LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI COMPLEMENTAR Nº 51, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E CRIAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR, SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS CONSELHEIROS TUTELARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 2º da Lei Complementar nº 51, de 7 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Conselho Tutelar se organiza como órgão colegiado, funcionalmente autônomo e administrativamente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social. (NR)

§ 1º Das decisões do Conselho Tutelar não cabe recurso administrativo para qualquer autoridade, só podendo ser revistas por decisão judicial, a requerimento de quem tenha legítimo interesse, como prescreve a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (NR)

§ 2º A Secretaria Municipal de Assistência Social providenciará todas as condições necessárias para o adequado funcionamento do Conselho Tutelar, assegurando-lhe tanto local exclusivo de trabalho que possibilite o atendimento seguro e sigiloso, quanto equipamentos, material e pessoal necessários para apoio administrativo, na forma adiante especificada. (NR)

§ 3º Constará anualmente da lei orçamentária municipal a previsão de recursos públicos necessários à manutenção, funcionamento e qualificação do Conselho Tutelar, na forma prevista pelo parágrafo único do artigo 134 da Lei Federal nº 8.069/1990, incluindo: (NR)

I - o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar; (NR)

II – o custeio com remuneração e formação continuada; (NR)

III - o custeio de atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para com diárias, quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço; (NR)

IV - a manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão. (NR)”

Art. 2º O artigo 7º da Lei Complementar nº 51/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Cada Conselho Tutelar será composto de 5 (cinco) membros titulares, escolhidos pela população local para um mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha. (NR)

§ 1º No mesmo processo de escolha para conselheiros titulares serão escolhidos e nomeados os conselheiros suplentes em ordem decrescente ao número de votos recebidos na eleição. (NR)

§ 2º O não preenchimento do número mínimo de membros em razão da inexistência de candidatos não invalida o processo de escolha. (NR)”

Art. 3º O parágrafo único do artigo 13 da Lei Complementar nº 51/2012 será renumerado, passando a ser § 1º.

Art. 4º Fica acrescido § 2º ao artigo 13 da Lei Complementar nº 51/2012, com a seguinte redação:

“§ 2º O tempo de serviço prestado pelo servidor público municipal, no exercício da função de Conselheiro Tutelar, será computado para efeitos legais da escala de promoção horizontal. (NR)”

Art. 5º O artigo 14 da Lei Complementar nº 51/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. O mandato do conselheiro tutelar é de quatro anos, permitida uma recondução pelo processo de escolha. (NR)

§ 1º A recondução significa a possibilidade de exercício de mandato subsequente, com a sujeição ao preenchimento de todos os requisitos para a inscrição da candidatura ao processo de escolha. (NR)

§ 2º Para efeito de impedimento à recondução, será considerado mandato somente o efetivo exercício como Conselheiro Tutelar por período superior a 24 (vinte e quatro) meses, consecutivos ou não. (NR)

§ 3º São vedadas medidas de qualquer natureza que abrevie ou prorrogue esse período. (NR)

§ 4º A recondução, permitida por uma única vez, consiste no direito do conselheiro tutelar de concorrer ao mandato subsequente, em igualdade de condições com os demais pretendentes, submetendo-se ao mesmo processo de escolha pela sociedade, vedada qualquer outra forma de recondução. (NR)”

Art. 6º O artigo 20 da Lei Complementar nº 51/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. Ao Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras atribuições definidas no regimento interno, compete: (NR)

I - zelar pelo efetivo atendimento dos direitos da criança e do adolescente, tendo em vista o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência, conforme determina o artigo 7º da Lei Federal nº 8.069/1990; (NR)

II - zelar e garantir os direitos das crianças e adolescentes quando ameaçados ou violados esses direitos, através das medidas de proteção, requisitando serviços e programas públicos, de acordo com o artigo 136 da Lei Federal nº 8.069/1990; (NR)

III - fomentar a valorização e a qualificação das ações de políticas públicas e lutar pela extensão da cidadania de crianças e adolescentes; (NR)

IV - aconselhar os pais ou responsável legal, quando houver qualquer suspeita de ameaça ou violação dos direitos de seus filhos, pupilos e dependentes, previstos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente ou em qualquer outra lei; (NR)

V - aplicar as medidas de proteção especial a crianças e adolescentes, estabelecidas no artigo 101, incisos I a VII, da Lei Federal nº 8.069/1990, em caso comprovado de ameaça ou violação dos seus direitos ou no caso da prática de ato infracional; (NR)

VI - aplicar as medidas pertinentes a pais e responsável legal, estabelecidas no artigo 129, incisos I a VII, da Lei Federal nº 8.069/1990; (NR)

VII - providenciar a medida específica de proteção especial aplicada cumulativamente por juiz da infância e da juventude em favor de adolescente autor de ato infracional, dentre as previstas nos incisos I a VI do artigo 101 da Lei Federal nº 8.069/1990; (NR)

VIII - fomentar a participação ativa das crianças e dos adolescentes a respeito dos seus direitos e deveres, atuando como extensor da cidadania; (NR)

IX - assessorar ao Poder Público Municipal na elaboração da proposta orçamentária do Município, com subsídios, dados, informações e análises, advogando a alocação de recursos para criação, manutenção e fortalecimento de serviços e programas específicos de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente os previstos nos artigos 87, incisos III e IV, e 90 da Lei Federal nº 8.069/1990; (NR)

X - promover a execução de suas deliberações, requisitando serviços públicos; (NR)

XI - representar junto à autoridade judiciária e/ou representante do Ministério Público, nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações; (NR)

XII - expedir notificações durante o procedimento de apuração da situação de violação ou ameaça dos direitos de crianças e de adolescentes, as quais serão entregues por servidor da Secretaria de Assistência Social colocado à disposição do Conselho Tutelar; (NR)

XIII - representar ao Ministério Público todo e qualquer fato que se configure como crime ou infração administrativa contra criança e adolescente, previstos no Código Penal ou na Lei Federal nº 8.069/1990; (NR)

XIV - velar pelos princípios de autonomia funcional do Conselho Tutelar. (NR)

§ 1º O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de crianças ou adolescentes do convívio familiar, ainda que para colocação sob guarda da família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária. (NR)

§ 2º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave. (NR)

§ 3º O acolhimento emergencial a que alude o § 2º deste artigo deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento. (NR)

§ 4º Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o transporte de adolescentes apreendidos em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial. (NR)

§ 5º Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional. (NR)"

Art. 7º O § 4º do artigo 31 da Lei Complementar nº 51/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º A Secretaria Municipal de Assistência Social disponibilizará apoio administrativo ao Conselho Tutelar durante o período integral do expediente ordinário, o qual será prestado por servidor(es) do quadro permanente do Município. (NR)"

Art. 8º O caput do artigo 39 da Lei Complementar nº 51/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39. Cabe à Secretaria Municipal de Assistência Social fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA ou sistema equivalente. (NR)"

Art. 9º O § 2º do artigo 40 da Lei Complementar nº 51/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Uma vez aprovado, o Regimento Interno do Conselho Tutelar será publicado pelo meio de comunicação oficial do Município, afixado em local visível na sede do órgão e encaminhado ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, ao CMDCA e à Secretaria Municipal de Assistência Social. (NR)"

Art. 10. O artigo 44 da Lei Complementar nº 51/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. Constitui infração disciplinar: (NR)

I - a prática das condutas vedadas pelo artigo 18 desta Lei; (NR)

II - a conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade. (NR)

§ 1º O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao Secretário Municipal de Assistência Social, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público; (NR)

§ 2º Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração. (NR)”

Art. 11. Fica acrescido § 5º ao artigo 49 da Lei Complementar nº 51/2012, com a seguinte redação:

“§ 5º Fica assegurado o direito ao devido processo legal, à ampla defesa e ao exercício do contraditório, garantida a presença de advogado em todas as fases do processo. (NR)”

Art. 12. O inciso XII e o § 1º do artigo 81 da Lei Complementar nº 51/2012 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 81.[...]

[...]

XII - participar de curso de formação, com no mínimo 40 horas, promovido pelo CMDCA com orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social durante o processo de escolha, com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento). (NR)

[...]

§ 1º A ausência em proporção maior do que 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária do curso de qualificação exclui o candidato do processo de escolha para Conselheiro Tutelar do Município de Gaspar, independentemente da razão do não comparecimento. (NR)”

Art. 13. Fica acrescido o § 3º e o § 4º ao artigo 81 da Lei Complementar nº 51/2012, com a seguinte redação:

“§ 3º Será aplicada prova de caráter classificatório e eliminatório e esta prova deverá ser aplicada pelo responsável pelo curso de capacitação. (NR)

§ 4º Na prova de que trata o § 3º deste artigo o candidato deverá obter 60% (sessenta por cento) de aproveitamento. (NR)”

Art. 14. O parágrafo único do artigo 82 da Lei Complementar nº 51/2012 será renumerado, passando a ser § 1º.

Art. 15. Fica acrescido o § 2º ao artigo 82 da Lei Complementar nº 51/2012, com a seguinte redação:

“§ 2º Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 2 (dois) integrantes alheios a este conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho. (NR)”

Art. 16. O § 3º do artigo 87 da Lei Complementar nº 51/2012 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º Cabe à Secretaria Municipal de Assistência Social o custeio de todas as despesas decorrentes do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar. (NR)”

Art. 17. Ficam revogados os artigos 90, 91 e 92 da Lei Complementar nº 51/2012.

Art. 18. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 27 de março de 2019.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

LEI Nº 3.962, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1969152

LEI Nº 3.962, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 3.616, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do artigo 1º da Lei nº 3.616, de 13 de novembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a conceder subvenção social à entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionas de Gaspar - APAE, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 83.794.982/0001-68, no valor anual de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) com a finalidade de custear a manutenção de suas atividades. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 27 de março de 2019.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

PORTARIA Nº 5.830, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970609

PORTARIA Nº 5.830, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

DESIGNA ADALBERTO DA COSTA PARA ATUAR COMO FISCAL DO CONTRATO SAF Nº 34/2019.

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 28 de março de 2019, o servidor ADALBERTO DA COSTA, inscrito no CPF sob o nº 382.244.969-53, ocupante do cargo em comissão de Coordenador-Geral de Oficina, para atuar como Fiscal do Contrato SAF nº 34/2019, oriundo da Ata de Registro de Preços nº 74/2017, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa CR Artefatos de Cimento Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 28 de março de 2019.

Gaspar, 1º de abril de 2019.

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA Nº 5.831, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970610

PORTARIA Nº 5.831, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

DESIGNA JESSICA MACHADO PARA ATUAR COMO FISCAL DOS CONTRATOS QUE ESPECIFICA.

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS, Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no uso de suas atribuições legais, e em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 7.889, de 05 de fevereiro de 2018, e Decreto nº 8.092, de 26 de abril de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir de 28 de março de 2019, a servidora JESSICA MACHADO, inscrita no CPF sob o nº 044.019.571-30, ocupante do cargo em comissão de Coordenadora de Obras, para atuar como Fiscal dos Contratos abaixo especificados:

I. Contrato nº FMS 2028/2019, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda. EPP;

II. Contrato nº FMS 2030/2019, firmado entre o Município de Gaspar e a empresa Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda. EPP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 28 de março de 2019.

Gaspar, 1º de abril de 2019.

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2019 - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 003/2019 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA, REFERENTE AO CONVITE 006/2019, PROCESSO Nº 006/2019.

Publicação Nº 1969702

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 003/2019

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 003/2019 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA, REFERENTE AO CONVITE 006/2019, PROCESSO Nº 006/2019.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e a empresa PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA, estabelecida a Rua Luiz Fagundes, 821, bairro Praia Comprida, Município de São José/SC, CEP 88.103-500, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 00.122.311/0001-23, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio Sr. Paulo Henrique Mattos, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 2.060.819-5- SESP/SC, inscrito no CPF sob o nº 638.959.439-91, resolvem, de comum acordo, PRORROGAR O PRAZO POR MAIS 60 (SESENTA) DIAS, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, PASSEIOS, SINALIZAÇÃO E DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS JUVENAL JUSTINO DA SILVA, NORMELIA F. DA SILVA E FRANCISCO ISAC DE MEDEIROS NO BAIRRO DE PALMAS, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, respeitando o estabelecido no art. 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº. 8666/93, e a Cláusula Sétima do Contrato nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato por mais 60 (sessenta) dias, já autorizadas pelo Setor de Planejamento a partir da data de 09/04/2019, findando o prazo do contrato na data de 10/06/2019.

CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se indispensável o aditamento de prazo, em virtude das chuvas ocorridas no período, dificultando o bom andamento dos serviços. Neste tocante, há artigo específico na lei que rege as licitações e contratos administrativos protegendo este tipo de alteração contratual, qual seja o art. 57, §1º inciso II da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

§ 1o Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

Cite-se, ainda, Adilson Abreu Dalari, que consigna a seguinte exegese:

"Em síntese, o contrato administrativo celebrado em decorrência de uma licitação está por ela condicionado, mas tem vida própria. Ele pode ser alterado, sim, por razões de interesse público, até o ponto em que esse vínculo ou esse condicionamento não se rompa". (cf. Limites à alterabilidade do contrato de obra pública, RDA n. 201, p. 61).

Observados estes pressupostos, mostrou-se plenamente hábil para esta administração que este termo aditivo fosse realizado pelas partes. Em anexo segue autorização assinada pelo engenheiro habilitado do quadro da Prefeitura referente a alteração contratual.

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 02 de abril de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal
Contratante

PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA
Contratada

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2018 - 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2018 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 27/2018 PROCESSO 27/2018., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA GENTE SEGURADORA S.A

Publicação Nº 1969755

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 016/2018

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 16/2018 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL N.º 27/2018 PROCESSO 27/2018., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA GENTE SEGURADORA S.A

O município de Governador Celso Ramos, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça 6 de Novembro, bairro Ganchos do meio, Governador Celso Ramos, Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.892.373/0001-89, representada neste ato pelo prefeito Juliano Duarte Campos, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro a empresa GENTE SEGURADORA S.A, com sede à Rua, Marechal Floriano Peixoto, 450, centro, Porto Alegre/RS inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.180.605/0001-02 representada neste ato por JOSÉ LUIS DA SILVA, RG Nº 15R1539114 SSP/SC, CPF Nº 560.330.799-49 infra-assinado, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, acatar a solicitação do Secretário Municipal da Saúde, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO POR 12 (DOZE) MESES, respeitando o estabelecido no art. 57, II da Lei nº. 8666/93, e nos termos do art. 65, II alínea "d", da Lei n.º 8666/93 nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 016/2018 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES a contar da data de 22/03/2019.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA**2.1. DO PRAZO**

Tendo em vista o Art. 57 da Lei 8666/93, a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

"II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;"

Segundo disposição legal, salientamos que o serviço a ser prorrogado trata-se de serviço que se caracteriza como contínuo para esta municipalidade já que sua interrupção causará prejuízos a Administração, neste sentido a doutrina do Marçal Justen Filho:

"A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange os serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro" (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004)."

Assim, é importante asseverar que os serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração, no desempenho de suas atribuições, neste sentido denota-se que o objeto a ser prorrogado é essencial para a manutenção e exercício da máquina pública, que utiliza diariamente os serviços inerentes ao presente objeto, tendo em vista que sua interrupção pode acarretar graves prejuízos à Administração e também por ser vantajosa a continuidade dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total do contrato será de R\$ 11.050,18 (onze mil e cinquenta reais e dezoito centavos), para os automóveis discriminados conforme tabela abaixo:

ITEM	VEÍCULO	ANO FABRICAÇÃO/MODELO	PLACA	CHASSI	RENAVAM	VALOR R\$
04	I/FORD TRANSIT TCA MIC	2013/2014	MLY5293	WF0XXPTDFE-TC51413	1002133111	R\$ 5.547,36
12	ONIBUS VOLVO/MASCA-RELLO ROMA ON	2016/2017	QIQ-2329	9BVT-2S822HE386647	1136686832	R\$ 5.502,82

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 22 de março de 2019.

GENTE SEGURADORA S.A
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2018 -4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 19/2018 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA, REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS N. 49/2018, PROCESSO Nº 49/2018.

Publicação Nº 1969848

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 019/2018

4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 19/2018 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA, REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS N. 49/2018, PROCESSO Nº 49/2018.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e a empresa PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA, estabelecida a Rua Luiz Fagundes, 821, bairro Praia Comprida, Município de São José/SC, CEP 88.103-500, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 00.122.311/0001-23, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio Sr. Paulo Henrique Mattos, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 2.060.819-5- SESP/SC, inscrito no CPF sob o nº 638.959.439-91, resolvem, de comum acordo, PRORROGAR O CONTRATO ORIGINAL EM MAIS 05 (CINCO) MESES, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA 2ª (SEGUNDA) ETAPA DA OBRA DO MIRANTE PÚBLICO NA COMUNIDADE DE CALHEIROS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, respeitando o estabelecido no art. 57, parágrafo 1º da Lei nº. 8666/93, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a prorrogação do prazo do contrato por mais 05 (cinco) meses, já autorizadas pelo Setor de Planejamento a partir da data de 19/04/2019, findando o prazo do contrato na data de 21/10/2019.

CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se indispensável a prorrogação deste contrato, em virtude de pendências financeiras à serem sanadas, razão pela qual o Setor de Planejamento do Município de Governador Celso Ramos, órgão fiscalizador, verificou a real necessidade de prorrogar o contrato.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

§ 1o Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

(...)

Observados estes pressupostos, mostrou-se plenamente hábil para esta administração que este termo aditivo fosse realizado pelas partes.

2.2. Faz-se assim, necessária a prorrogação do período de execução deste contrato em mais 05 (cinco) meses, uma vez que a empresa contratada solicitou este prazo em virtude de pendências financeiras à serem sanadas

Governador Celso Ramos/SC, 02 de abril de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal Contratante
EMPRESA PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA
Paulo Henrique Mattos Contratada

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 30/2015 - 4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DISCRIMINADO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2015, OBJETO DO PROCESSO N.º 044/2015, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E O SR. GUILHERME NUNES DE OLIVEIRA (NOVO PROPRIETÁ

Publicação Nº 1969668

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 030/2015

4.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL DISCRIMINADO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2015, OBJETO DO PROCESSO N.º 044/2015, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E O SR. GUILHERME NUNES DE OLIVEIRA (NOVO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL).

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e o Sr. Guilherme Nunes de Oliveira, brasileiro, solteiro, advogado, novo proprietário do imóvel em substituição a Sra. Assires de Melo Campos, antiga proprietária do Imóvel, residente e domiciliado a Rua José Alves Campos, nº 33, Bairro Calheiros, CEP: 88190-000, Governador Celso Ramos/SC, inscrito sob o CPF nº

069.985.099-10 e portadora do RG nº 5.107.175-4, infra-assinado, doravante denominado LOCADOR, RESOLVEM, de comum acordo, aditar o contrato original, que tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DO VALOR GLOBAL PELO INDÍCE DO IGP-M, respeitando o estabelecido na Lei 8.245/91 e na Lei nº. 8666/93, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 030/2015 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 02/04/2019 bem como aditar em 7,61% o valor do contrato, utilizando como base o índice de reajuste do IGP-M do mês de Fevereiro/2019.

CLAUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA

2.1. É necessária a prorrogação deste contrato tendo em vista estar sendo utilizado pelo Poder Público e para o interesse público, pois atualmente está sendo utilizado como auditório assim como também abriga as instalações do departamento de transporte escolar e manutenção da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

2.2. Os contratos de locação celebrados entre Administração Pública e pessoa física ficam sujeitos ao Direito Privado mais precisamente a Lei 8.245/91 utilizando apenas o Direito Público (Lei 8.666/93) como subsidiário. Assim, a Administração enquanto locatária pactua contratos de locações não-residenciais, conforme especifica o artigo 55 da Lei do Inquilinato (8.245/91):

"Art. 55. Considera-se locação não residencial quando o locatário for pessoa jurídica e o imóvel, destinar-se ao uso de seus titulares, diretores, sócios, gerentes, vale salientar que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina entende que a restrição imposta pela Lei de Licitações quanto à renovação dos contratos não é aplicável na locação de imóveis, como assim podemos nos certificar:

Prejulgado

0318

"Nada obsta que o Poder Público efetue locação de imóvel com pessoa jurídica e/ou física, utilizando-se da figura da dispensa de licitação, na forma como dispõe o artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93; e com fundamento no artigo 62, § 3º, inciso I, da Lei das Licitações, a restrição imposta à renovação de contratos por força do disposto no artigo 57 não é aplicável na locação de imóveis."

O renomado órgão citado acima ainda traz outro entendimento acerca da prorrogação dos contratos de locação de imóveis:

Prejulgado

1660

"1. O locatário é obrigado a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que a recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal (art. 23, inciso III, da Lei Federal nº 8.245/91).

2. Findo o prazo estipulado no contrato, se o locatário permanecer no imóvel por mais de trinta dias sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogação da locação nas condições ajustadas, mas sem prazo determinado (art. 56, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.245/91)"

2.3. É de interesse público a prorrogação do contrato e ela se dará em conformidade com a cláusula 2ª do mesmo.

2.4. Baseando-se pelo art. 40, XI, da Lei de Licitações, tem-se que o critério de reajuste dos contratos administrativos pode ser um índice específico ou um índice setorial.

Em decisão registrada no Acórdão n. 361/2006, o Tribunal de Contas da União determinou:

(...) que os reajustes de preços nos contratos que vierem a ser celebrados sejam efetuados com base na efetiva variação de custos na execução desses contratos, mediante comprovação do contratado, admitindo-se a adoção de índice setorial de reajuste, consoante prescreve o art. 40, inciso XI, da Lei n. 8.666/93 (...). (grifo nosso)

2.5. Assim, quando o Poder Público busca a manutenção do equilíbrio financeiro de um contrato deve buscar a partir da análise dos efeitos da inflação em um certo setor da economia, no qual se situa o objeto do contrato administrativo a ser reajustado. Portanto, conforme previsão contratual, deve ser aplicado o índice do IGPM.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total do contrato será acrescido em 7,61% atualizando o valor global do contrato para R\$ R\$ 73.400,79 (Setenta e três mil e quatrocentos reais e setenta e nove centavos), sendo o valor mensal de R\$ 6.116,73 (seis mil cento e dezesseis reais e setenta e três centavos). pelo período de 12 (doze) meses.

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 02 de abril de 2019.

JULIANO DUARTE CAMPO

GUILHERME NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito municipal

CPF nº 069.985.099-10

Locatário

Locador

Grão Pará

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ

CONTRATO N 08-2019 MEDICAMENTOS CIS (SOMA)

Publicação Nº 1969624

CONTRATO Nº 08/2019
(DE 27/02/2019)

O Município de GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558-149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, no Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, neste ato, representado por seu Gestor Ricardo Ascari, Secretário Municipal de Saúde, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, formalizada pelo CIS AMUREL – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº SOB Nº 02.715.882/0001-05 nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2018, registrar os preços das empresas abaixo indicadas e conforme constam no Termo de Homologação, o qual é parte integrante desta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONTRATO Nº 08/2019
(20 de fevereiro de 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e a empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 05.531.725/0001-20, com sede na Av. Gentil Reinaldo Cordioli, 391, Bairro: J. Eldorado, Palhoça/SC, CEP: 88.133-500, Fone: 48 3348 2629, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por Sr GILSON LUIS DAL MAS, portador do CPF nº 689.045.250-04, em vista o constante e decidido no processo licitatório nº 001/2018 formalizado pelo CIS AMURE – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.715.882/0001-05, ao qual o Município Contratante faz parte como ente consorciado, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 001/2018, conforme descrito no respectivo Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários constantes na da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIS AMUREL, bem como, na ATA de Homologação integrante do Processo licitatório e o Demonstrativo de Itens constante em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços fixados na Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Processo de Licitação nº 001/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL, no valor total estimado de R\$ 25.633,50 (Vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida por essa. Os medicamentos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada, na sede da Farmácia, localizada no Centro de Grão-Pará, de segunda a sexta – feira, exceto feriados, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem conter o mesmo número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – daquele fornecido durante a fase de habilitação, além da expressão “Pregão Eletrônico nº 01/2018 – CISAMUREL” o nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitido pelo Município, em favor do Requerente, conforme dados constantes na respectiva solicitação.

A empresa deverá entregar o produto com a marca cotada na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste instrumento, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

Para a execução da entrega e transporte dos produtos, o licitante deverá atender as disposições contidas nos itens 19, 20 e 21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto deste instrumento, será feito pelo Município, em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida conforme cláusula anterior.

Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante deverá entregar junto ao documento fiscal os seguintes documentos atualizados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da

Fazenda Nacional competente;

- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 20 de fevereiro de 2019 e o seu vencimento será em 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.
- III – Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório; e
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo fixado na Ata de Registro de Preços integrante deste Contrato.
- V - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob os números:

- 14.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
- 14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);
- 14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 45).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação nº 01/2018 - Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL e seus anexos.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Em caso de descumprimento total ou parcial das disposições contidas neste termo contratual, bem como, na Ata de Registro de Preços e demais disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL, o fornecedor ficará sujeito as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ficar impedida de licitar e contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, acaso essa:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita a aplicação das sanções e penalidades contantes do item 23, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 CIS AMUREL e ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à contratada.

A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, firmam o presente instrumento de contrato em 02 (dois) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (dois) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC.

Grão-Pará/SC, 27 de fevereiro de 2019

MARCIO BORBA BLASIU
Prefeito Municipal

GILSON LUIS DAL MAS
Representante da empresa

RICARDO ASCARI
Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS

CONTRATO N. 15-2019 MEDICAMENTOS CIS (PROMEFARMA)

Publicação Nº 1969625

CONTRATO Nº 15/2019
(DE 07 de março de 2019)

O Município de GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558-149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, no Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, neste ato, representado por seu Gestor Ricardo Ascari, Secretário Municipal de Saúde, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, formalizada pelo CIS AMUREL – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº SOB Nº 02.715.882/0001-05 nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2018, registrar os preços das empresas abaixo indicadas e conforme constam no Termo de Homologação, o qual é parte integrante desta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONTRATO Nº 15/2019
(07 de março de 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 81.706.251/0001-98, com sede na Rua Professor Leônidas Ferreira da Costa, 847, VI Parolim, Curitiba/PR – CEP 80.220-410, Fone: 41 3052 7916, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada pela Srª TEREZINHA ZAMBRIN, inscrito no CPF SOB Nº 457.063.879-15, em vista o constante e decidido no processo licitatório nº 001/2018 formalizado pelo CIS AMURE – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.715.882/0001-05, ao qual o Município Contratante faz parte como ente consorciado, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 001/2018, conforme descrito no respectivo Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários constantes na da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIS AMUREL, bem como, na ATA de Homologação integrante do Processo licitatório e o Demonstrativo de Itens constante em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços fixados na Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Processo de Licitação nº 001/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL, no valor total estimado de R\$ 18.881,45 (Dezoito mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida por essa. Os medicamentos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada, na sede da Farmácia, localizada no Centro de Grão-Pará, de segunda a sexta – feira, exceto feriados, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem conter o mesmo número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – daquele fornecido durante a fase de habilitação, além da expressão “Pregão Eletrônico nº 01/2018 – CISAMUREL” o nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitido pelo Município, em favor do Requerente, conforme dados constantes na respectiva solicitação.

A empresa deverá entregar o produto com a marca cotada na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste instrumento, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

Para a execução da entrega e transporte dos produtos, o licitante deverá atender as disposições contidas nos itens 19, 20 e 21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto deste instrumento, será feito pelo Município, em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida conforme cláusula anterior.

Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante deverá entregar junto ao documento fiscal os seguintes documentos atualizados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 20 de fevereiro de 2019 e o seu vencimento será em 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.
- III – Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório; e
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo fixado na Ata de Registro de Preços integrante deste Contrato.
- V - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob os números:

- 14.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 45);

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação nº 01/2018 - Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL e seus anexos.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Em caso de descumprimento total ou parcial das disposições contidas neste termo contratual, bem como, na Ata de Registro de Preços e demais disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL, o fornecedor ficará sujeito as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ficar impedida de licitar e contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, acaso essa:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita a aplicação das sanções e penalidades contantes do item 23, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 CIS AMUREL e ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à contratada.

A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, firmam o presente instrumento de contrato em 02 (dois) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (dois) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC.

Grão-Pará/SC, 07 de março de 2019

MARCIO BORBA BLASIU

Prefeito Municipal

TEREZINHA ZAMBRIN

Representante da empresa

RICARDO ASCARI
Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS

CONTRATO N. 16-2019 MEDICAMENTOS CIS (RIO CLARENSE)

Publicação Nº 1969626

CONTRATO Nº 16/2019
(de 07 março de 2019)

O Município de GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558-149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, no Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, neste ato, representado por seu Gestor Ricardo Ascari, Secretário Municipal de Saúde, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, formalizada pelo CIS AMUREL – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº SOB Nº 02.715.882/0001-05 nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2018, registrar os preços das empresas abaixo indicadas e conforme constam no Termo de Homologação, o qual é parte integrante desta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONTRATO Nº 16/2019
(07 de março de 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENCE LTDA, pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 67.729.178/0004-91, com sede na Praça Emílio Marconato, 1000 – Galpão 22, Bairro Núcleo Residencial Doutor João Aldo Nassif – Jaguariúna/SP – CEP: 13.916-074, fone: 19 3522 5800, , doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada pelo Sr. MARCOS DA COSTA SANTOS, inscrito no CPF SOBR Nº 438.630.998-50, em vista o constante e decidido no processo licitatório nº 001/2018 formalizado pelo CIS AMURE – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.715.882/0001-05, ao qual o Município Contratante faz parte como ente consorciado, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 001/2018, conforme descrito no respectivo Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários constantes na da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIS AMUREL, bem como, na ATA de Homologação integrante do Processo licitatório e o Demonstrativo de Itens constante em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços fixados na Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Processo de Licitação nº 001/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL, no valor total estimado de R\$ 206,00(Duzentos e seis reais).

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida por essa. Os medicamentos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada, na sede da Farmácia, localizada no Centro de Grão-Pará, de segunda a sexta – feira, exceto feriados, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem conter o mesmo número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – daquele fornecido durante a fase de habilitação, além da expressão “Pregão Eletrônico nº 01/2018 – CISAMUREL” o nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitido pelo Município, em favor do Requerente, conforme dados constantes na respectiva solicitação.

A empresa deverá entregar o produto com a marca cotada na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste instrumento, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

Para a execução da entrega e transporte dos produtos, o licitante deverá atender as disposições contidas nos itens 19, 20 e 21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto deste instrumento, será feito pelo Município, em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida conforme cláusula anterior.

Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante deverá entregar junto ao documento fiscal os seguintes documentos atualizados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 20 de fevereiro de 2019 e o seu vencimento será em 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.
- III – Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório; e
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo fixado na Ata de Registro de Preços integrante deste Contrato.
- V - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob os números:

14.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);

14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);

14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 45).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação nº 01/2018 - Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL e seus anexos.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Em caso de descumprimento total ou parcial das disposições contidas neste termo contratual, bem como, na Ata de Registro de Preços e demais disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL, o fornecedor ficará sujeito as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ficar impedida de licitar e contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, acaso essa:

- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita a aplicação das sanções e penalidades contantes do item 23, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 CIS AMUREL e ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à contratada.

A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, firmam o presente instrumento de contrato em 02 (dois) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (dois) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC.

Grão-Pará/SC, 07 de março de 2019

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

MARCOS DA COSTA SANTOS

Representante da empresa

RICARDO ASCARI
Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS

CONTRATO N. 17-2019 MEDICAMENTOS CIS (S&R)

Publicação Nº 1969627

CONTRATO Nº 17/2019
(DE MARÇO DE 2019)

O Município de GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558-149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, no Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, neste ato, representado por seu Gestor Ricardo Ascari, Secretário Municipal de Saúde, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, formalizada pelo CIS AMUREL – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº SOB Nº 02.715.882/0001-05 nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2018, registrar os preços das empresas abaixo indicadas e conforme constam no Termo de Homologação, o qual é parte integrante desta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONTRATO Nº 17/2019
(DE MARÇO DE 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e a empresa S&R DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 04.889.315/0001-92, com sede na Rua Regente Diogo A Feijó, 451-D Bairro: São Cristóvão, Chapecó/SC, CEP: 89.803-230, Fone: 49 3323 0360, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada pelo , neste ato, representada pelo Sr SERGIO JACIR PORTELA, inscrito no CPF SOB Nº 182.633.649-49, em vista o constante e decidido no processo licitatório nº 001/2018 formalizado pelo CIS AMURE – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.715.882/0001-05, ao qual o Município Contratante faz parte como ente consorciado, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 001/2018, conforme descrito no respectivo Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários constantes na da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIS AMUREL, bem como, na ATA de Homologação integrante do Processo licitatório e o Demonstrativo de Itens constante em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços fixados na Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Processo de Licitação nº 001/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL, no valor total estimado de R\$ 13.556,30(Treze mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta).

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida por essa. Os medicamentos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada, na sede da Farmácia, localizada no Centro de Grão-Pará, de segunda a sexta – feira, exceto feriados, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem conter o mesmo número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – daquele fornecido durante a fase de habilitação, além da expressão “Pregão Eletrônico nº 01/2018 – CISAMUREL” o nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitido pelo Município, em favor do Requerente, conforme dados constantes na respectiva solicitação.

A empresa deverá entregar o produto com a marca cotada na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste instrumento, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

Para a execução da entrega e transporte dos produtos, o licitante deverá atender as disposições contidas nos itens 19, 20 e 21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto deste instrumento, será feito pelo Município, em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida conforme cláusula anterior.

Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante deverá entregar junto ao documento fiscal os seguintes documentos atualizados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 20 de fevereiro de 2019 e o seu vencimento será em 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.
- III – Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório; e
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo fixado na Ata de Registro de Preços integrante deste Contrato.
- V - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob os números:

- 14.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 45).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação nº 01/2018 - Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL e seus anexos.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Em caso de descumprimento total ou parcial das disposições contidas neste termo contratual, bem como, na Ata de Registro de Preços e demais disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL, o fornecedor ficará sujeito as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ficar impedida de licitar e contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, acaso essa:

- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita a aplicação das sanções e penalidades contantes do item 23, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 CIS AMUREL e ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à contratada.

A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, firmam o presente instrumento de contrato em 02 (dois) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (dois) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC.

Grão-Pará/SC, 07 de março de 2019

MARCIO BORBA BLASIU

Prefeito Municipal

SERGIO JACIR PORTELA

Representante da empresa

RICARDO ASCARI
Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS

CONTRATO N. 18-2019 MEDICAMENTOS CIS (VITASUL)

Publicação Nº 1969628

CONTRATO Nº 18/2019
(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

O Município de GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558-149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, no Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, neste ato, representado por seu Gestor Ricardo Ascari, Secretário Municipal de Saúde, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, formalizada pelo CIS AMUREL – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº SOB Nº 02.715.882/0001-05 nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2018, registrar os preços das empresas abaixo indicadas e conforme constam no Termo de Homologação, o qual é parte integrante desta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONTRATO Nº 18/2019
(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e a empresa VITASUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 27.860.256/0001-25 com sede na Rua Vicente Setembrino Palottin, 455 – Bairro Padre Ulrico – Francisco Beltrão/PR - CEP: 85.604-446, Fone: 46 3211 5461, doravante denominada de CONTRATADA, , neste ato, representada pela Srª KARINA WERLANG, inscrita no CPF SOB Nº 039.084.309-17, em vista o constante e decidido no processo licitatório nº 001/2018 formalizado pelo CIS AMURE – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.715.882/0001-05, ao qual o Município Contratante faz parte como ente consorciado, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 001/2018, conforme descrito no respectivo Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários constantes na da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIS AMUREL, bem como, na ATA de Homologação integrante do Processo licitatório e o Demonstrativo de Itens constante em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços fixados na Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Processo de Licitação nº 001/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL, no valor total estimado de R\$ 5.040,50 (Cinco mil, quarenta reais e cinquenta centavos)

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida por essa. Os medicamentos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada, na sede da Farmácia, localizada no Centro de Grão-Pará, de segunda a sexta – feira, exceto feriados, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem conter o mesmo número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – daquele fornecido durante a fase de habilitação, além da expressão “Pregão Eletrônico nº 01/2018 – CISAMUREL” o nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitido pelo Município, em favor do Requerente, conforme dados constantes na respectiva solicitação.

A empresa deverá entregar o produto com a marca cotada na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste instrumento, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

Para a execução da entrega e transporte dos produtos, o licitante deverá atender as disposições contidas nos itens 19, 20 e 21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto deste instrumento, será feito pelo Município, em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida conforme cláusula anterior.

Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante deverá entregar junto ao documento fiscal os seguintes documentos atualizados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 20 de fevereiro de 2019 e o seu vencimento será em 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.
- III – Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório; e
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo fixado na Ata de Registro de Preços integrante deste Contrato.
- V - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob os números:

- 14.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 45).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação nº 01/2018 - Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL e seus anexos.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Em caso de descumprimento total ou parcial das disposições contidas neste termo contratual, bem como, na Ata de Registro de Preços e demais disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL, o fornecedor ficará sujeito as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ficar impedida de licitar e contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, acaso essa:

- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita a aplicação das sanções e penalidades contantes do item 23, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 CIS AMUREL e ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à contratada.

A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, firmam o presente instrumento de contrato em 02 (dois) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (dois) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC.

Grão-Pará/SC, 07 de março de 2019

MARCIO BORBA BLASIU

Prefeito Municipal

KARINA WERLANG

Representante da empresa

RICARDO ASCARI
Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS

CONTRATO N. 19-2019 MEDICAMENTOS CIS (CENTERMED)

Publicação Nº 1969630

CONTRATO Nº 19/2019
(de 07 de março de 2019)

O Município de GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558-149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, no Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, neste ato, representado por seu Gestor Ricardo Ascari, Secretário Municipal de Saúde, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, formalizada pelo CIS AMUREL – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº SOB Nº 02.715.882/0001-05 nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2018, registrar os preços das empresas abaixo indicadas e conforme constam no Termo de Homologação, o qual é parte integrante desta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONTRATO Nº 19/2019
(de 07 de março de 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e a empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 03.652.030/0001-70, com sede na BR 480, Nº 795, Barão de Cotegipe/RS – CEP: 99.740-000, Fone: 54 3523 2700, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada pelo Sr EDIVAR SZYMANSKI, inscrito no CPF SOB Nº 670.481.290-34 em vista o constante e decidido no processo licitatório nº 001/2018 formalizado pelo CIS AMURE – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.715.882/0001-05, ao qual o Município Contratante faz parte como ente consorciado, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 001/2018, conforme descrito no respectivo Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários constantes na da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIS AMUREL, bem como, na ATA de Homologação integrante do Processo licitatório e o Demonstrativo de Itens constante em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços fixados na Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Processo de Licitação nº 001/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL, no valor total estimado de R\$ 17.761,50 (Dezessete mil, setecentos e sessenta um reais e cinquenta centavos)

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida por essa. Os medicamentos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada, na sede da Farmácia, localizada no Centro de Grão-Pará, de segunda a sexta – feira, exceto feriados, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem conter o mesmo número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – daquele fornecido durante a fase de habilitação, além da expressão “Pregão Eletrônico nº 01/2018 – CISAMUREL” o nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitido pelo Município, em favor do Requerente, conforme dados constantes na respectiva solicitação.

A empresa deverá entregar o produto com a marca cotada na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste instrumento, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

Para a execução da entrega e transporte dos produtos, o licitante deverá atender as disposições contidas nos itens 19, 20 e 21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto deste instrumento, será feito pelo Município, em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida conforme cláusula anterior.

Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante deverá entregar junto ao documento fiscal os seguintes documentos atualizados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 20 de fevereiro de 2019 e o seu vencimento será em 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.
- III – Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório; e
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo fixado na Ata de Registro de Preços integrante deste Contrato.
- V - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob os números:

- 14.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 45).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação nº 01/2018 - Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL e seus anexos.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Em caso de descumprimento total ou parcial das disposições contidas neste termo contratual, bem como, na Ata de Registro de Preços e demais disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL, o fornecedor ficará sujeito as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ficar impedida de licitar e contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, acaso essa:

- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita a aplicação das sanções e penalidades contantes do item 23, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 CIS AMUREL e ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à contratada.

A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, firmam o presente instrumento de contrato em 02 (dois) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (dois) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC.

Grão-Pará/SC, 07 de março de 2019

MARCIO BORBA BLASIIUS

Prefeito Municipal

EDIVAR SZYMANSKI

Representante da empresa

RICARDO ASCARI
Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS

CONTRATO N. 20-2019 MEDICAMENTOS CIS (AGIL)

Publicação Nº 1969632

CONTRATO Nº 20/2019
(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

O Município de GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558-149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, no Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, neste ato, representado por seu Gestor Ricardo Ascari, Secretário Municipal de Saúde, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, formalizada pelo CIS AMUREL – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº SOB Nº 02.715.882/0001-05 nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2018, registrar os preços das empresas abaixo indicadas e conforme constam no Termo de Homologação, o qual é parte integrante desta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONTRATO Nº 20/2019
(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e a empresa ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA, pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.590.555/0001-48, com sede na Rua Prefeito Guiomar de Jesus Lopes, 418, Bairro Cristo Rei – Francisco Beltrão/PR CEP: 85.602-510, Fone: 46 3523 6613, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada pelo Sr ADRIANO RIBEIRO LAZZARI, inscrito no CPF SOB 072.018.949-78, em vista o constante e decidido no processo licitatório nº 001/2018 formalizado pelo CIS AMURE – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.715.882/0001-05, ao qual o Município Contratante faz parte como ente consorciado, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 001/2018, conforme descrito no respectivo Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários constantes na da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIS AMUREL, bem como, na ATA de Homologação integrante do Processo licitatório e o Demonstrativo de Itens constante em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços fixados na Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Processo de Licitação nº 001/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL, no valor total estimado de R\$ 1.960,00 (Um mil, novecentos e sessenta reais)

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida por essa. Os medicamentos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada, na sede da Farmácia, localizada no Centro de Grão-Pará, de segunda a sexta – feira, exceto feriados, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem conter o mesmo número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – daquele fornecido durante a fase de habilitação, além da expressão “Pregão Eletrônico nº 01/2018 – CISAMUREL” o nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitido pelo Município, em favor do Requerente, conforme dados constantes na respectiva solicitação.

A empresa deverá entregar o produto com a marca cotada na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste instrumentos, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

Para a execução da entrega e transporte dos produtos, o licitante deverá atender as disposições contidas nos itens 19, 20 e 21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto deste instrumento, será feito pelo Município, em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida conforme cláusula anterior.

Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante deverá entregar junto ao documento fiscal os seguintes documentos atualizados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 20 de fevereiro de 2019 e o seu vencimento será em 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.
- III – Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório; e
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo fixado na Ata de Registro de Preços integrante deste Contrato.
- V - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob os números:

- 14.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 45).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação nº 01/2018 - Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL e seus anexos.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Em caso de descumprimento total ou parcial das disposições contidas neste termo contratual, bem como, na Ata de Registro de Preços e demais disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL, o fornecedor ficará sujeito as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ficar impedida de licitar e contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, acaso essa:

- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita a aplicação das sanções e penalidades contantes do item 23, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 CIS AMUREL e ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à contratada.

A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, firmam o presente instrumento de contrato em 02 (dois) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (dois) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC.

Grão-Pará/SC, 07 de março de 2019

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

ADRIANO RIBEIRO LAZZARI

Representante da empresa

RICARDO ASCARI
Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS

CONTRATO N. 21-2019 MEDICAMENTOS CIS (CIAMEDL)

Publicação Nº 1969635

CONTRATO Nº 21/2019
(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

O Município de GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558-149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, no Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, neste ato, representado por seu Gestor Ricardo Ascari, Secretário Municipal de Saúde, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, formalizada pelo CIS AMUREL – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº SOB Nº 02.715.882/0001-05 nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2018, registrar os preços das empresas abaixo indicadas e conforme constam no Termo de Homologação, o qual é parte integrante desta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONTRATO Nº 21/2019
(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIIUS, e a CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 05.782.733/0001-49, com sede na Rua Severino Augusto Pretto, 560, Bairro: Santo Antônio, Encantado/RS, CEP: 95.960-000, Fone: 51 3751 9300, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada pela Srª RENATA CASAGRANDE GALIOTO, inscrita no CPF SOB Nº 488.351.100-68, em vista o constante e decidido no processo licitatório nº 001/2018 formalizado pelo CIS AMURE – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.715.882/0001-05, ao qual o Município Contratante faz parte como ente consorciado, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 001/2018, conforme descrito no respectivo Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários constantes na da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIS AMUREL, bem como, na ATA de Homologação integrante do Processo licitatório e o Demonstrativo de Itens constante em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços fixados na Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Processo de Licitação nº 001/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL, no valor total estimado de R\$ 11.071,00 (Onze mil e setenta e um reais)

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida por essa. Os medicamentos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada, na sede da Farmácia, localizada no Centro de Grão-Pará, de segunda a sexta – feira, exceto feriados, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem conter o mesmo número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – daquele fornecido durante a fase de habilitação, além da expressão “Pregão Eletrônico nº 01/2018 – CISAMUREL” o nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitido pelo Município, em favor do Requerente, conforme dados constantes na respectiva solicitação.

A empresa deverá entregar o produto com a marca cotada na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste instrumentos, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

Para a execução da entrega e transporte dos produtos, o licitante deverá atender as disposições contidas nos itens 19, 20 e 21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto deste instrumento, será feito pelo Município, em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida conforme cláusula anterior.

Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante deverá entregar junto ao documento fiscal os seguintes documentos atualizados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 20 de fevereiro de 2019 e o seu vencimento será em 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.
- III – Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório; e
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo fixado na Ata de Registro de Preços integrante deste Contrato.
- V - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob os números:

- 14.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 45).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação nº 01/2018 - Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL e seus anexos.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Em caso de descumprimento total ou parcial das disposições contidas neste termo contratual, bem como, na Ata de Registro de Preços e demais disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL, o fornecedor ficará sujeito as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ficar impedida de licitar e contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, acaso essa:

- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não manter a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita a aplicação das sanções e penalidades contantes do item 23, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 CIS AMUREL e ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à contratada.

A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, firmam o presente instrumento de contrato em 02 (dois) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (dois) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC.

Grão-Pará/SC, 07 de março de 2019

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

RENATA CASAGRANDE GALIOTO

Representante da empresa

RICARDO ASCARI
Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS

CONTRATO N. 22-2019 MEDICAMENTOS CIS (CRISTÁLIA)

Publicação Nº 1969639

CONTRATO Nº 22/2019
(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

O Município de GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558-149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, no Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, neste ato, representado por seu Gestor Ricardo Ascari, Secretário Municipal de Saúde, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, formalizada pelo CIS AMUREL – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº SOB Nº 02.715.882/0001-05 nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2018, registrar os preços das empresas abaixo indicadas e conforme constam no Termo de Homologação, o qual é parte integrante desta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONTRATO Nº 22/2019
(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e a CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 44.734.671/0001-51, com sede na Rodovia Itapira – Lindóia KM 14, Bairro: Ponte Preta – Itapira/SP - CEP: 13.970-970, Fone: 19 3843 9500, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada pelo Sr ALESSANDRO ROTOLI CAMARGO, inscrito no CPF SOB Nº 246.842.158-22, em vista o constante e decidido no processo licitatório nº 001/2018 formalizado pelo CIS AMURE – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.715.882/0001-05, ao qual o Município Contratante faz parte como ente consorciado, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 001/2018, conforme descrito no respectivo Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários constantes na da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIS AMUREL, bem como, na ATA de Homologação integrante do Processo licitatório e o Demonstrativo de Itens constante em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços fixados na Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Processo de Licitação nº 001/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL, no valor total estimado de R\$ 27.785,20 (Vinte e sete mil, setecentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos)

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida por essa. Os medicamentos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada, na sede da Farmácia, localizada no Centro de Grão-Pará, de segunda a sexta – feira, exceto feriados, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem conter o mesmo número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – daquele fornecido durante a fase de habilitação, além da expressão “Pregão Eletrônico nº 01/2018 – CISAMUREL” o nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitido pelo Município, em favor do Requerente, conforme dados constantes na respectiva solicitação.

A empresa deverá entregar o produto com a marca cotada na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste instrumento, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

Para a execução da entrega e transporte dos produtos, o licitante deverá atender as disposições contidas nos itens 19, 20 e 21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto deste instrumento, será feito pelo Município, em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida conforme cláusula anterior.

Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante deverá entregar junto ao documento fiscal os seguintes documentos atualizados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 20 de fevereiro de 2019 e o seu vencimento será em 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.
- III – Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório; e
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo fixado na Ata de Registro de Preços integrante deste Contrato.
- V - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob os números:

- 14.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 45).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação nº 01/2018 - Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL e seus anexos.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Em caso de descumprimento total ou parcial das disposições contidas neste termo contratual, bem como, na Ata de Registro de Preços e demais disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL, o fornecedor ficará sujeito as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ficar impedida de licitar e contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, acaso essa:

- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita a aplicação das sanções e penalidades contantes do item 23, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 CIS AMUREL e ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à contratada.

A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, firmam o presente instrumento de contrato em 02 (dois) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (dois) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC.

Grão-Pará/SC, 07 de março de 2019

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

ALESSANDRO ROTOLI CAMARGO

Representante da empresa

RICARDO ASCARI
Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS

CONTRATO N. 23-2019 MEDICAMENTOS CIS (DIMASTER)

Publicação Nº 1969642

CONTRATO Nº 23/2019
(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

O Município de GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558-149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, no Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, neste ato, representado por seu Gestor Ricardo Ascari, Secretário Municipal de Saúde, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, formalizada pelo CIS AMUREL – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº SOB Nº 02.715.882/0001-05 nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2018, registrar os preços das empresas abaixo indicadas e conforme constam no Termo de Homologação, o qual é parte integrante desta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONTRATO Nº 23/2019
(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e a DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 02.520.829/0001-40, com sede na Rodovia BR 480, 180 Barão do Coteipe/RS – CEP 99.740-000, Fone: 54 3523 2600, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada pelo Sr GLEISON SACHET, inscrito no CPF SOB Nº 650.526.920-72, em vista o constante e decidido no processo licitatório nº 001/2018 formalizado pelo CIS AMURE – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.715.882/0001-05, ao qual o Município Contratante faz parte como ente consorciado, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 001/2018, conforme descrito no respectivo Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários constantes na da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIS AMUREL, bem como, na ATA de Homologação integrante do Processo licitatório e o Demonstrativo de Itens constante em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços fixados na Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Processo de Licitação nº 001/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL, no valor total estimado de R\$ 19.274,00(Dezenove mil, duzentos e setenta e quatro reais)

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida por essa. Os medicamentos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada, na sede da Farmácia, localizada no Centro de Grão-Pará, de segunda a sexta – feira, exceto feriados, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem conter o mesmo número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – daquele fornecido durante a fase de habilitação, além da expressão “Pregão Eletrônico nº 01/2018 – CISAMUREL” o nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitido pelo Município, em favor do Requerente, conforme dados constantes na respectiva solicitação.

A empresa deverá entregar o produto com a marca cotada na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste instrumentos, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

Para a execução da entrega e transporte dos produtos, o licitante deverá atender as disposições contidas nos itens 19, 20 e 21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto deste instrumento, será feito pelo Município, em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida conforme cláusula anterior.

Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante deverá entregar junto ao documento fiscal os seguintes documentos atualizados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 20 de fevereiro de 2019 e o seu vencimento será em 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.
- Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório; e
- Atender às requisições de compra no prazo máximo fixado na Ata de Registro de Preços integrante deste Contrato.
- Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob os números:

- 14.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 45).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação nº 01/2018 - Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL e seus anexos.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Em caso de descumprimento total ou parcial das disposições contidas neste termo contratual, bem como, na Ata de Registro de Preços e demais disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL, o fornecedor ficará sujeito as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ficar impedida de licitar e contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, acaso essa:

- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- não mantiver a proposta, injustificadamente;
- cometer fraude fiscal;
- falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- fornecer os materiais em desconformidade com o especificado pela Administração;
- descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita a aplicação das sanções e penalidades contantes do item 23, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 CIS AMUREL e ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à contratada.

A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, firmam o presente instrumento de contrato em 02 (dois) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (dois) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC.

Grão-Pará/SC, 07 de março de 2019

MARCIO BORBA BLASIU

Prefeito Municipal

GLEISON SACHET

Representante da empresa

RICARDO ASCARI
Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS

CONTRATO N. 24-2019 MEDICAMENTOS CIS (EDERA)

Publicação Nº 1969645

CONTRATO Nº 24/2019
(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

O Município de GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558-149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, no Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, neste ato, representado por seu Gestor Ricardo Ascari, Secretário Municipal de Saúde, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, formalizada pelo CIS AMUREL – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº SOB Nº 02.715.882/0001-05 nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2018, registrar os preços das empresas abaixo indicadas e conforme constam no Termo de Homologação, o qual é parte integrante desta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONTRATO Nº 24/2019
(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e a EDERA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 26.291.613/0001-19, com sede na Rua Vereador Manoel Brígido Costa, 448 – Bairro Humaitá – Tubarão/SC - CEP: 88.704-320, Fone: 48 8803 0874, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada pela Srª BRUNA GIUSTI DESTRO, inscrita no CPF SOB Nº 073.189.239-94,, em vista o constante e decidido no processo licitatório nº 001/2018 formalizado pelo CIS AMURE – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.715.882/0001-05, ao qual o Município Contratante faz parte como ente consorciado, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 001/2018, conforme descrito no respectivo Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários constantes na da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIS AMUREL, bem como, na ATA de Homologação integrante do Processo licitatório e o Demonstrativo de Itens constante em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços fixados na Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Processo de Licitação nº 001/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL, no valor total estimado de R\$ 694,75 (Seiscentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos)

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida por essa. Os medicamentos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada, na sede da Farmácia, localizada no Centro de Grão-Pará, de segunda a sexta – feira, exceto feriados, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem conter o mesmo número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – daquele fornecido durante a fase de habilitação, além da expressão “Pregão Eletrônico nº 01/2018 – CISAMUREL” o nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitido pelo Município, em favor do Requerente, conforme dados constantes na respectiva solicitação.

A empresa deverá entregar o produto com a marca cotada na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste instrumento, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

Para a execução da entrega e transporte dos produtos, o licitante deverá atender as disposições contidas nos itens 19, 20 e 21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto deste instrumento, será feito pelo Município, em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida conforme cláusula anterior.

Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante deverá entregar junto ao documento fiscal os seguintes documentos atualizados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 20 de fevereiro de 2019 e o seu vencimento será em 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.
- III – Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório; e
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo fixado na Ata de Registro de Preços integrante deste Contrato.
- V - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob os números:

- 14.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 45).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação nº 01/2018 - Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL e seus anexos.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Em caso de descumprimento total ou parcial das disposições contidas neste termo contratual, bem como, na Ata de Registro de Preços e demais disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL, o fornecedor ficará sujeito as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ficar impedida de licitar e contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, acaso essa:

- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita a aplicação das sanções e penalidades contantes do item 23, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 CIS AMUREL e ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à contratada.

A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, firmam o presente instrumento de contrato em 02 (dois) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (dois) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC.

Grão-Pará/SC, 07 de março de 2019

MARCIO BORBA BLAS

Prefeito Municipal

IUS BRUNA GIUSTI DESTRO

Representante da empresa

RICARDO ASCARI
Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS

CONTRATO N. 25-2019 MEDICAMENTOS CIS (GRAMS)

Publicação Nº 1969648

CONTRATO Nº 25/2019
(DE MARÇO DE 2019)

O Município de GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558-149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, no Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, neste ato, representado por seu Gestor Ricardo Ascari, Secretário Municipal de Saúde, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, formalizada pelo CIS AMUREL – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº SOB Nº 02.715.882/0001-05 nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2018, registrar os preços das empresas abaixo indicadas e conforme constam no Termo de Homologação, o qual é parte integrante desta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONTRATO Nº 25/2019
(DE MARÇO DE 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e a empresa GRAMS & GRAMS LTDA, pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.448.14580001-03, com sede na Rua Itacolomi, 361, Bairro: Centro, Pato Branco/PR, CEP: 85.505-050, Fone: 46 3225 1002, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada pela Srª INGRID RUTH HEGELE GRAMS, inscrita no CPF SOB Nº 240.674.909-68, em vista o constante e decidido no processo licitatório nº 001/2018 formalizado pelo CIS AMURE – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.715.882/0001-05, ao qual o Município Contratante faz parte como ente consorciado, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 001/2018, conforme descrito no respectivo Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários constantes na da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIS AMUREL, bem como, na ATA de Homologação integrante do Processo licitatório e o Demonstrativo de Itens constante em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços fixados na Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Processo de Licitação nº 001/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL, no valor total estimado de R\$ 1.704,00 (Um mil, setecentos quatro reais).

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida por essa. Os medicamentos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada, na sede da Farmácia, localizada no Centro de Grão-Pará, de segunda a sexta – feira, exceto feriados, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem conter o mesmo número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – daquele fornecido durante a fase de habilitação, além da expressão “Pregão Eletrônico nº 01/2018 – CISAMUREL” o nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitido pelo Município, em favor do Requerente, conforme dados constantes na respectiva solicitação.

A empresa deverá entregar o produto com a marca cotada na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste instrumentos, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

Para a execução da entrega e transporte dos produtos, o licitante deverá atender as disposições contidas nos itens 19, 20 e 21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto deste instrumento, será feito pelo Município, em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida conforme cláusula anterior.

Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante deverá entregar junto ao documento fiscal os seguintes documentos atualizados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 20 de fevereiro de 2019 e o seu vencimento será em 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.
- III – Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório; e
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo fixado na Ata de Registro de Preços integrante deste Contrato.
- V - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob os números:

- 14.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 45).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação nº 01/2018 - Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL e seus anexos.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Em caso de descumprimento total ou parcial das disposições contidas neste termo contratual, bem como, na Ata de Registro de Preços e demais disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL, o fornecedor ficará sujeito as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ficar impedida de licitar e contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, acaso essa:

- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita a aplicação das sanções e penalidades contantes do item 23, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 CIS AMUREL e ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à contratada.

A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, firmam o presente instrumento de contrato em 02 (dois) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (dois) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC.

Grão-Pará/SC, 07 de março de 2019

MARCIO BORBA BLASIU

Prefeito Municipal

INGRID RUTH HEGELE GRAMS

Representante da empresa

RICARDO ASCARI
Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS

CONTRATO N. 26-2019 MEDICAMENTOS CIS (MEDILAR)

Publicação Nº 1969650

CONTRATO Nº 26/2019
(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

O Município de GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558-149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, no Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, neste ato, representado por seu Gestor Ricardo Ascari, Secretário Municipal de Saúde, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, formalizada pelo CIS AMUREL – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº SOB Nº 02.715.882/0001-05 nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2018, registrar os preços das empresas abaixo indicadas e conforme constam no Termo de Homologação, o qual é parte integrante desta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONTRATO Nº 26/2019
(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e a empresa MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A, pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 07.752.236/0001-23, com sede na Rua Norberto Otto Wild, 420 – Bairro Imigrante – Vera Cruz/RS - CEP: 96.880-000, Fone: 51 3718 7601, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada pelo Sr CÉSAR AUGUSTO GOMES NEUMANN, inscrito no CPF SOB Nº 031.237.800-90, em vista o constante e decidido no processo licitatório nº 001/2018 formalizado pelo CIS AMURE – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.715.882/0001-05, ao qual o Município Contratante faz parte como ente consorciado, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 001/2018, conforme descrito no respectivo Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários constantes na da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIS AMUREL, bem como, na ATA de Homologação integrante do Processo licitatório e o Demonstrativo de Itens constante em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços fixados na Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Processo de Licitação nº 001/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL, no valor total estimado de R\$ 35.790,00(Trinta e cinco mil, setecentos e noventa reais).

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida por essa. Os medicamentos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada, na sede da Farmácia, localizada no Centro de Grão-Pará, de segunda a sexta – feira, exceto feriados, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem conter o mesmo número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – daquele fornecido durante a fase de habilitação, além da expressão “Pregão Eletrônico nº 01/2018 – CISAMUREL” o nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitido pelo Município, em favor do Requerente, conforme dados constantes na respectiva solicitação.

A empresa deverá entregar o produto com a marca cotada na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste instrumento, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

Para a execução da entrega e transporte dos produtos, o licitante deverá atender as disposições contidas nos itens 19, 20 e 21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto deste instrumento, será feito pelo Município, em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida conforme cláusula anterior.

Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante deverá entregar junto ao documento fiscal os seguintes documentos atualizados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 20 de fevereiro de 2019 e o seu vencimento será em 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.
- III – Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório; e
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo fixado na Ata de Registro de Preços integrante deste Contrato.
- V - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob os números:

- 14.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);
14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 45).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação nº 01/2018 - Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL e seus anexos.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Em caso de descumprimento total ou parcial das disposições contidas neste termo contratual, bem como, na Ata de Registro de Preços e demais disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL, o fornecedor ficará sujeito as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ficar impedida de licitar e contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, acaso essa:

- ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita a aplicação das sanções e penalidades contantes do item 23, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 CIS AMUREL e ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à contratada.

A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, firmam o presente instrumento de contrato em 02 (dois) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (dois) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC.

Grão-Pará/SC, 07 de março de 2019

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

CÉSAR AUGUSTO GOMES NEUMANN

Representante da empresa

RICARDO ASCARI
Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS

CONTRATO N. 27-2019 SAÚDE FLY

Publicação Nº 1969652

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 27/2019
(DE 11 DE MARÇO DE 2019)

AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE GRÃO PARA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.073.207/0001-11, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Grão-Pará, neste ato, representada pelo Secretário de Saúde e Saneamento, Sr. Ricardo Schlickmann Ascari, Portador do CPF n. 072.796.929-31, e o Prefeito Municipal Marcio Borba Blasius, portador do CPF n. 054.241.769-33, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pela Sra. Helena Beatriz Pacheco Daros, Advogada, portador da cédula de identidade profissional n.º 42.043 OAB/SC e inscrita no CPF sob n.º 071.421.329-22, doravante denominada CONTRATADA, em decorrência do processo em decorrência do processo de Compra Direta n.º 07/2019, homologado em 11 de março de 2019, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato o FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVA, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DOS APLICATIVOS DE SAÚDE FLY COM ACESSOS SIMULTÂNEOS, EM AMBIENTE WINDOWS, conforme funcionalidades descritas no Anexo I.

1.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.
- Configuração e parametrização conforme procedimentos da entidade.
- Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) aplicativo(s) contratado(s).
- Serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado.
- Serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 10 (dez) meses, contados a partir de 11/03/2019, até 31 de dezembro de 2019, podendo sua vigência prorrogada mediante aditivo contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA via boleto bancário os seguintes valores:

a) Pelo licenciamento do(s) aplicativos(s):

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$	
1.	12	Mês	Saúde Fly	03	500,00	6.000,00	
VALOR TOTAL R\$					500,00	6.000,00	

b) Pela prestação de serviços de suporte técnico:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PAR-CELAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	01	Serv.	Implantação e Treinamento	1	5.930,00	5.930,00
2.	08	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	1	83,42	667,36
3.	150	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	1	0,83	124,50
4.	1	Diária	Alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	1	157,45	157,45
VALOR TOTAL R\$			6.879,31			

c) O valor total do presente instrumento é R\$ 12.879,31 (doze mil oitocentos e setenta e nove reais e trinta e um centavos).

d) O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

e) O pagamento da licença de uso será efetuado todo dia cinco do mês subsequente ao licenciamento do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

f) O pagamento pelos serviços de suporte técnico será efetuado em parcela única, em até 15(quinze) dias da conclusão dos respectivos

serviços e mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

g) Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

h) Os valores contratados serão corrigidos automaticamente a cada 12 (doze) meses, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º, Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, com base no INPC (IBGE) apurado no período de referência, ou na falta desse, pelo índice legalmente permitido à época.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do licenciamento do Aplicativo objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 14.01.2.041.3.3.90.40.01.00.00.00.0002 – (Código reduzido) 12.

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO APLICATIVO

a) O(s) aplicativo(s) é(são) de propriedade da CONTRATADA, que concede a CONTRATANTE o direito de uso de sua(s) licença(s), objeto deste contrato, instalada no servidor e em computadores conectados em rede, de acordo com a quantidade de acessos simultâneos indicada na Cláusula Segunda.

b) É vedada a cópia do(s) aplicativo(s) exceto para fazer backup. O(s) aplicativo(s) está(ão) protegido(s) pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei n.º 9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.

c) É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) aplicativo(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativo(s).

d) Responsabilidade por danos indiretos: em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar o(s) referido(s) aplicativo(s), ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

e) Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, o(s) aplicativo(s) deverá(ão) permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento pelo licenciamento do(s) aplicativo(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado.

b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

c) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) aplicativo(s).

d) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) aplicativo(s) licenciado(s), incluindo:

i. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) aplicativo(s).

ii. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,

iii. Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.

e) Digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados do(s) aplicativo(s).

f) Conferir os resultados obtidos na utilização do(s) aplicativo(s) lícitado(s). Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro do(s) aplicativo(s)

g) Comunicar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o cancelamento de qualquer aplicativo contratado, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

a) Fornecer a licença de usos do(s) aplicativo(s), objeto deste contrato,

b) Prestar suporte somente na operacionalização dos(s) aplicativo(s), objeto deste contrato, ao(s) usuário(s).

c) Manter informado o técnico da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

d) Manter o(s) aplicativo(s) de acordo com as características do Anexo I.

e) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos(s) aplicativo(s), causadas por problemas originados dos códigos-fontes de seus aplicativos.

f) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) aplicativo(s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.

g) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas na Legislação e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

h) Orientar e prestar suporte à CONTRANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA OITAVA- DA MANUTENÇÃO NOS APLICATIVOS

a) As modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, serão introduzidas no(s) aplicativo(s), durante a vigência do contrato, sem ônus para a CONTRATANTE e em prazos compatíveis com a legislação.

b) Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais, até a atualização do(s) aplicativo(s).

c) As implementações específicas e de cunho legal impostas pelo Município serão objeto de negociação.

d) As melhorias e novas funções introduzidas no(s) aplicativo(s) originalmente licenciado(s) são distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir. Cabe a CONTRATANTE adotar a última versão no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento. Após este prazo a CONTRATADA não mais estará obrigada a fornecer suporte à versão antiga.

CLÁUSULA NONA - DO SUPORTE TÉCNICO

9.1. O suporte técnico do(s) aplicativo(s), deverá ser efetuado por técnico habilitado com o objetivo de:

- a) Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do(s) aplicativo(s);
- b) Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança,
- c) Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização do(s) aplicativo(s), como:
 - i. Reconstruir bases de dados danificadas por negligência do cliente;
 - ii. Analisar bases de dados via acesso remoto ou na BETHA;
 - iii. Migrar para versões de aplicativos que trazem benefícios ao cliente;
 - iv. Alterar fórmulas de cálculo;
 - v. Desenvolver novos relatórios e documentos, que não estejam no(s) aplicativo(s) contratado(s) e seja específico do cliente;
 - vi. Desenvolver ATB's específicos para troca de senhas;
 - vii. Analisar as alterações solicitadas para previsão de prazo e orçamento;
 - viii. Outros serviços inerentes ao(s) aplicativo(s).

9.2. Este atendimento poderá ser realizado por meio digital, internet através de serviços de suporte remoto, ou no ambiente da CONTRATADA, sempre que as alternativas anteriores não resultarem em solução satisfatória.

9.3. A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte da CONTRATADA

9.4. O suporte técnico deverá ser atendido quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do(s) aplicativo(s), do equipamento, do aplicativo operacional e de utilitários.

9.5. As solicitações de alterações do(s) aplicativo(s), serão cadastradas pelo usuário da CONTRATANTE, no site www.betha.com.br/atendimento, devendo estar acompanhada da descrição completa da solicitação e da documentação que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA disponibilizará no site <http://download.betha.com.br/> ou enviará o aplicativo alterado em sua forma executável, via internet, para a CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do(s) aplicativo(s).

9.6. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO TREINAMENTO DE RECICLAGEM

10.1 O treinamento de novos usuários poderá ocorrer na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

10.2 O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

11.2 A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item "h" da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA -SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer única e exclusivamente a base de dados em formato TXT ou CSV, quando eventualmente requisitada.

12.2. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável, de todo ou parte deste contrato, serão precedidos de comunicação por escrito através de Termo Aditivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.
- c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

13.

13.1. A troca eventual de documentos e cartas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através de protocolo, tanto para uma quanto para outra. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de Braço do Norte, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Grão Pará, 11 de março de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeitura Municipal

FUNDO MUNICIPAL SAÚDE GRÃO PARA
Ricardo Schlickmann Ascari
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.
Helena Beatriz Pacheco Daros
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO I - DAS CARACTERÍSTICAS

CONTRATO Nº 27/2019

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE GRÃO PARA

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

1. APLICATIVO DE GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA.

1. Permitir que os profissionais que utilizam o HORUS OU SIGAF tenham seus logins e senhas de acesso vinculados ao sistema para que possam sincronizar as informações referente aos medicamentos dispensados.
2. Possuir níveis de segurança para navegação web utilizando os protocolos HTTPS e SSL.
3. Permitir acesso via diferentes Sistemas Operacionais e Navegadores.
4. Ser totalmente desenvolvido em linguagem web, sendo acessível através do uso de navegador de internet, possibilitando o uso de recursos como Ajax e Javascript, acelerando a navegação no aplicativo.
5. O aplicativo deverá rodar a partir de base de dados única, não sendo aceitos aplicativos modulares, que fracionem as informações em bases de dados distintas.
6. Permitir acesso utilizando certificados digitais.
7. Permitir que os usuários definam os atalhos que aparecerão no menu principal do sistema, de acordo com suas preferências ou atribuições.
8. Permitir a visualização dos dados cadastrais da Entidade contratante (Nome, CNPJ, endereço).
9. Permitir a inclusão dos profissionais que utilizarão o sistema, possibilitando parametrizá-los de acordo com o cargo ou a função que exercem na entidade. Os usuários deverão ser classificados da seguinte forma:
 1. - Usuários de secretaria: Profissionais que possuem funções administrativas. Este tipo de usuário, além de poder definir parâmetros do sistema, poderá visualizar as informações de todos os estabelecimentos de saúde;
 2. - Usuários de estabelecimentos: Profissionais alocados nas unidades de saúde. Este tipo de usuário terá acesso apenas às informações do estabelecimento ao qual está vinculado.
10. Permitir a inclusão de profissionais pertencentes a municípios contemplados pela PPI (Programação Pactuada e Integrada), possibilitando a solicitação via sistema, dos recursos definidos no pacto entre gestores, conforme a Portaria n.º 1.097 de 22 de maio de 2006.
11. Permitir a criação de grupos de usuários e papéis específicos para atribuir aos profissionais que executam as mesmas funções, possibilitando definir o nível de acesso dos profissionais vinculados a estes grupos: Poderão visualizar e editar ou apenas visualizar as informações do cadastro individual ou do cadastro de pacientes.
12. Permitir a inclusão e parametrização de profissionais das equipes de atenção básica, responsáveis pela coleta de informações nos domicílios dos pacientes, possibilitando vincular estes profissionais a um dispositivo móvel que possibilite a coleta das informações.
13. Permitir cadastrar com antecedência os períodos que contemplam os prazos para a geração da produção e realização do faturamento, as Competências.
14. Permitir que os parâmetros necessários ao faturamento sejam informados no momento da geração do arquivo para produção, conforme o layout do SIA (Sistema de Informação ambulatorial), possibilitando optar pelos tipos de financiamento, tipos de produção, órgão de destino, competência e estabelecimento.
15. Permitir a geração de arquivos de produção de BPA exclusivos para a Atenção Básica, outro arquivo de produção da Atenção Básica exclusivo para Atenção Especializada ou um único arquivo contemplando ambos os tipos de Atenção.
16. Possibilitar a geração de arquivos da produção ambulatorial dos estabelecimentos para a realização do faturamento das competências.
17. Possibilitar a visualização de inconsistências que impossibilitem a geração dos arquivos de produção para que sejam tomadas as devidas providências.
18. Permitir o cadastro das Especialidades Médicas ofertadas pelo município. Estas Especialidades deverão estar vinculadas à Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) para que posteriormente sejam atribuídas aos respectivos profissionais do município.
19. Permitir a visualização dos procedimentos contemplados pelo SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos), possibilitando a alteração do parâmetro que determina se haverá necessidade de autorização antes de realizá-los.
20. Permitir o cadastro de Faixas Numéricas para Procedimentos que necessitem de autorização.
21. Permitir o cadastro de Teto Financeiro, possibilitando aos profissionais regularem os recursos financeiros conforme Ficha de Programação Orçamentária (FPO) e da Programação Pactuada e Integrada (PPI).
22. Permitir o cadastro dos recursos pactuados com os municípios contemplados pela PPI (Programação Pactuada e Integrada) por competência, possibilitando aos gestores optarem pela forma como irão controlar esta oferta: Simplificada (determinando uma quantidade de consultas ou procedimentos); Orçamentária (determinando um teto financeiro para cada município pactuante).
23. Permitir que os profissionais dos municípios contemplados pela PPI (Programação Pactuada e Integrada) tenham acesso, onde poderão:
 1. cadastrar de pacientes,
 2. cadastrar laudos para TFD (Tratamento Fora do Domicílio),
 3. cadastrar solicitações de exames e procedimentos,
 4. cadastrar solicitação de agendamentos e consulta de cotas definida pelos municípios referências.
24. Permitir o cadastro da Ficha de Programação Orçamentária (FPO) para cada estabelecimento da entidade, possibilitando aos gestores um controle do orçamento por grupos de procedimentos, subgrupos, forma de organização ou procedimentos).
25. Permitir que as informações referente ao controle de entrada e dispensa de medicamentos sejam sincronizadas com o sistema Hórus. Permitir ainda que seja possível visualizar as inconsistências de sincronização, caso ocorram.
26. Permitir a manutenção dos dados cadastrais de pacientes que tenham sido importados através do processo de barramento do Cartão SUS, conforme determina a Portaria 2.073, de 31 de agosto de 2011. O sistema também deve permitir o cadastro de pacientes que não tenham sido contemplados pelo processo de barramento.
27. Permitir que as equipes de atenção básica possam cadastrar as famílias, registrar suas situações sociodemográficas, problemas e condições de saúde que pertençam à sua área de abrangência, conforme os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do sistema

e-SUS.

28. Permitir que no cadastro de pacientes sejam adicionados dados necessários ao acompanhamento das equipes de Atenção Básica, possibilitando exportação para o sistema e-SUS.
29. Permitir que o cadastro de pacientes sejam inativados: por óbito, mudança ou qualquer outro motivo que o leve a não ser mais acompanhado pelas equipes de saúde do município. Nos casos em que o paciente muda de endereço mas retorna depois de um tempo, o cadastro poderá ser reativado e a série histórica permanecerá registrada.
30. Permitir que cadastros duplicados de pacientes sejam analisados pelos profissionais, possibilitando a comparação das informações e a unificação cadastral.
31. Permitir a consulta dos profissionais vinculados ao CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) através do serviço de barramento, possibilitando o vínculo dos mesmos ao sistema.
32. Permitir a visualização dos cadastros de estabelecimentos oriundos do CNES.
33. Permitir o cadastro de Tipos de Estabelecimentos conforme a natureza ou tipo de Atenção prestada pelo mesmo. Os Tipos de Estabelecimentos devem estar de acordo com o CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde).
34. Permitir a consulta dos estabelecimentos vinculados ao CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) através do serviço de barramento, possibilitando o vínculo dos mesmos ao sistema.
35. Permitir o cadastro dos estabelecimentos que fornecem materiais (medicamentos, insumos, outros) à entidade, além dos laboratórios / fabricantes.
36. Permitir a visualização dos nomes de todos os Estados e Municípios brasileiros para que possam ser vinculados aos endereços dos pacientes. Permitir ainda o cadastro de bairros, loteamentos, logradouros e condomínios.
37. Permitir que na parametrização, seja possível determinar que o cadastro de pacientes sejam realizados sem o preenchimento completo do endereço.
38. Permitir que na parametrização do sistema, seja possível definir que um paciente possa ser cadastrado mesmo que não possua o número do CNS (Cartão Nacional de Saúde).
39. Permitir que na parametrização do sistema, seja possível definir que os profissionais possam cadastrar solicitações de agendamentos para especialidades ou procedimentos que não possuam agendas ativas. Esta informação é útil aos gestores, pois as solicitações de agendamentos é um indicador da demanda de pacientes.
40. Permitir que na parametrização do sistema, seja possível definir o período que o sistema deverá emitir aos profissionais autorizadores, o alerta para a duplicidade dos procedimentos já autorizados para um paciente.
41. Permitir que na parametrização do sistema, seja possível definir que sejam cadastrados prontos atendimentos para os pacientes, mesmo que estes já possuam outros prontos atendimentos não finalizados para as mesmas especialidades ou para os mesmos procedimentos.
42. Permitir o cadastro de feriados municipais ou pontos facultativos, possibilitando a programação das agendas de consultas e procedimentos.
43. Permitir o cadastro dos veículos que serão utilizados pelo setor que controla o TFD (Tratamento Fora do Domicílio).
44. Permitir o cadastro da agenda para controle de viagens do setor de TFD (Tratamento Fora do Domicílio).
45. Permitir que no controle de viagens, os profissionais possam adicionar um acompanhante para o paciente, sendo que ao informar o nome completo do acompanhante, seus dados cadastrais aparecerão automaticamente na tela desde que esteja cadastrado no sistema.
46. Permitir o registro dos laudos médicos, possibilitando que posteriormente possam ser visualizadas e analisadas antes da autorização da remoção do paciente.
47. Permitir o cadastro de pedidos pra TFD (Tratamento Fora do Domicílio), possibilitando o vínculo do laudo como referência para o tratamento solicitado.
48. Permitir o cadastro de solicitações de Remoção para os pacientes que serão tratados fora do seu município de residência, possibilitando utilizar como referência as informações registradas nos Laudos e nos Pedidos de TFD. (Tratamento Fora do Domicílio).
49. Permitir o cadastro das agenda dos profissionais médicos, assim como dos procedimentos realizados nos estabelecimentos. As informações necessárias para a validação das agendas são obtidas das informações oriundas do CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), como por exemplo, a carga horária dos profissionais ou os recursos oferecidos por cada estabelecimento de saúde.
50. Permitir que a entidade crie uma Central de Regulação de Agendamentos, onde as agendas das principais especialidades ou procedimentos de média e alta complexidade sejam criadas, mantidas e organizadas por um único setor, possibilitando aos demais estabelecimentos de saúde enviarem solicitações de agendamentos que serão analisadas pela Central e deferidas conforme a disponibilidade de vagas ou complexidade de atendimento.
51. Permitir que profissionais de municípios contemplados pela PPI (Programação Pactuada e Integrada) possam consultar a cota de vagas disponíveis para a agendamentos.
52. Permitir que profissionais de municípios contemplados pela PPI (Programação Pactuada e Integrada) possam solicitar agendamentos para consultas em especialidades, procedimentos ou exames laboratoriais.
53. Permitir que na solicitação de agendamentos, seja possível emitir um comprovante de autorização desde que a solicitação tenha sido deferida pelo estabelecimento executante.
54. Permitir que profissionais de municípios contemplados pela PPI (Programação Pactuada e Integrada) possam consultar a situação das solicitações cadastradas (deferidas / não deferidas).
55. Permitir que os estabelecimentos de saúde tenham autonomia para cadastrarem agendamentos para consultas médicas ou para procedimentos, sem a necessidade de cadastrarem uma solicitação de agendamento.
56. Permitir que os agendamentos realizados sejam cancelados ou até mesmo transferidos para outras datas, sendo que quando isso ocorrer, outro paciente poderá ocupar a vaga que ficou aberta.
57. Permitir o registro no sistema do período ao qual o profissional médico ficará ausente, para que a agenda do mesmo fique indisponível durante este período.
58. Permitir que em cada competência sejam criadas cotas de agendamentos para cada estabelecimento de saúde.
59. Permitir que em cada competência seja criada uma reserva de agendamentos para uso exclusivo da secretaria de saúde.
60. Permitir a impressão de um comprovante de agendamento para que seja entregue ao paciente, informando o local do agendamento e o horário.
61. Permitir o registro dos contatos realizados com os pacientes sobre avisos de transferências ou cancelamentos de agendamentos, entre outros.

62. Permitir a definição de um parâmetro que possibilite o envio de mensagens aos pacientes, contendo informações do local e horário do agendamento.
63. Permitir via auditoria a visualização de informações relacionadas à cancelamentos de agendamentos.
64. Permitir o cadastro de prontos atendimentos, possibilitando que os profissionais informem a chegada do paciente no estabelecimento de saúde mesmo que não exista um agendamento prévio.
65. Permitir a impressão da FAA (Ficha de Atendimento Ambulatorial) durante o cadastro do pronto atendimento.
66. Permitir a organização da fila de atendimentos em guias que determinam os tipos de atendimentos (consultas / procedimentos).
67. Permitir que na fila de atendimentos, os profissionais possam ordenar os pacientes conforme critérios de avaliações compatíveis com as necessidades de cada paciente:
1. - Situação: Agendado, aguardando, em atendimento, atendimento em aberto, cancelado, finalizado e encaminhado;
 2. - Origem: Agendamento, pronto atendimento ou retorno;
 3. - Prioridade: Idoso, gestante ou deficiente;
 4. - Urgência: Emergência, muito urgente, urgente, não urgente ou baixa complexidade.
68. Permitir que na fila de atendimentos, os profissionais possam iniciar o atendimento realizando a triagem que vai determinar a ordem do atendimento do paciente.
69. Permitir que na fila de atendimentos, os pacientes sejam ordenados conforme critérios de avaliação do Protocolo Manchester: Cor vermelha representando os casos de emergência; a cor laranja representando os casos muito urgentes; a cor amarela representando os casos urgentes; a cor verde representando os casos não urgentes; a cor azul representando os casos de baixa complexidade.
70. Permitir que na fila de atendimentos, os pacientes sejam encaminhados para outros estabelecimentos, desde que durante a realização da triagem, seja constatado que o estabelecimento que o atendeu não oferece os recursos necessários para o atendimento adequado à sua necessidade.
71. Permitir que pacientes oriundos da demanda espontânea sejam adicionados à fila de atendimentos através do cadastro de prontos atendimentos.
72. Permitir que os pacientes adicionados à fila de atendimentos sejam direcionados aos profissionais ou setores responsáveis pelo atendimento, possibilitando que cada profissional possa visualizar apenas os pacientes encaminhados a ele.
73. Permitir que na fila de atendimentos, os profissionais médicos possam visualizar os dados registrados na triagem do paciente para que a partir dessas informações ele possa dar continuidade ao atendimento e realizar seus próprios registros (procedimentos realizados, anamnese, prescrição de medicamentos, diagnóstico, solicitação de exames, outros).
74. Permitir que na fila de atendimentos, os profissionais possam emitir o prontuário do paciente, possibilitando o registro manual das informações obtidas nos setores por onde o paciente passou.
75. Permitir que os nomes dos pacientes sejam exibidos em um painel de senhas localizado na recepção, possibilitando que os profissionais os chamem conforme ordenação da fila de atendimentos.
76. Permitir os profissionais de saúde registrem atendimentos compatíveis com a sua CBO (Classificação Brasileira de Ocupação), possibilitando classificá-los por caráter (eletivo ou urgência) e origem (pronto atendimento, agendamento, retorno, outros).
77. Permitir a visualização dos procedimentos disponíveis no SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos), possibilitando selecionar aqueles que estiverem compatíveis com a CBO (Classificação Brasileira de Ocupação) do profissional responsável.
78. Permitir o registro das informações que compõem o Prontuário Eletrônico do Paciente, possibilitando que outros profissionais possam consultá-los posteriormente, desde que estejam habilitados a visualizar estes registros conforme a CBO (Classificação Brasileira de Ocupação) e com os parâmetros definidos pelos administradores do sistema.
79. Permitir a visualização das informações coletadas na triagem, possibilitando o registro de novas informações, conforme a necessidade dos pacientes ou dos critérios de avaliação do profissional que o atendeu.
80. Permitir que no atendimento, os profissionais possam registrar as informações seguindo o padrão da anamnese ou então o modelo SOAP (Subjetivo, Objetivo, Avaliação e Prescrição/Conduta).
81. Permitir que no atendimento, os profissionais possam registrar as informações referentes ao exame físico realizado no paciente.
82. Permitir que no atendimento, os profissionais possam solicitar exames que o ajudem a chegar a um diagnóstico: Exames laboratoriais, exames citopatológicos, exames de mamografia.
83. Permitir que no atendimento, os profissionais médicos possam registrar as prescrições dos medicamentos indicados para o tratamento do paciente, possibilitando informar a quantidade, a duração do tratamento, a posologia, entre outras informações que auxiliem a administração do medicamento. Este registro deve possibilitar ainda que os profissionais possam visualizar os últimos medicamentos prescritos.
84. Permitir que no atendimento, os profissionais possam prescrever os tratamentos indicados ao paciente, possibilitando que a administração dos medicamentos necessários ao tratamento seja realizada no estabelecimento.
85. Permitir que no atendimento, os profissionais médicos possam vincular o CID (Classificação Internacional de Doenças) ao diagnóstico do paciente.
86. Permitir que no atendimento, os profissionais possam registrar de tempo em tempo, a evolução do paciente quando este necessitar ficar em observação.
87. Permitir que no atendimento, os profissionais possam registrar e emitir atestados para o paciente (médicos, comparecimento e de saúde).
88. Permitir que os atestados oriundos de atendimentos registrados no sistema possam ser encaminhados por e-mail para a empresa onde o paciente trabalha.
89. Permitir que no atendimento, os profissionais possam registrar os encaminhamentos dos pacientes para outros estabelecimentos.
90. Permitir que um usuário realize um encaminhamento interno para paciente quando este estiver em atendimento na Atenção Básica. Esta ação deverá colocar o paciente novamente na Fila de Atendimentos para a continuidade do atendimento para uma especialidade ou para um procedimento.
91. Permitir que no atendimento, os profissionais possam cadastrar as solicitações para AIH (Autorização de Internação Hospitalar).
92. Permitir que no atendimento, os profissionais possam cadastrar os laudos para o TFD (Tratamento Fora do Domicílio), possibilitando que posteriormente esse registro possa ser visualizado e vinculado ao pedido de transporte.
93. Permitir que profissionais não médicos possam cadastrar no sistema os retornos de consultas solicitados pelos profissionais médicos, possibilitando utilizar o registro do atendimento como referência para a solicitação.
94. Permitir que profissionais não médicos possam cadastrar no sistema as solicitações de procedimentos de média e alta complexidade

conforme indicação dos profissionais médicos.

95. Permitir que os profissionais da Central de Regulação possam consultar as solicitações de procedimentos de média e alta complexidade cadastradas nos estabelecimentos de saúde, possibilitando a análise que vai determinar no deferimento ou não deferimento da solicitação.
96. Permitir que profissionais não médicos possam cadastrar solicitações de exames citopatológicos a partir da indicação dos profissionais médicos, possibilitando que posteriormente os estabelecimentos executantes possam visualizar essa solicitação para realizarem o registro do exame e emitirem os resultados obtidos.
97. Permitir que profissionais não médicos possam cadastrar solicitações de exames de mamografias a partir da indicação dos profissionais médicos, possibilitando que posteriormente os estabelecimentos executantes possam visualizar essa solicitação para realizarem o registro do exame e emitirem os resultados emitidos.
98. Permitir que no atendimento, os dados cadastrais do paciente informado sejam inseridos automaticamente sempre que for necessário solicitar um exame de mamografia, exame citopatológico, AIH (Autorização de Internação Hospitalar) e TFD (Tratamento Fora do Domicílio).
99. Permitir que profissionais não médicos possam cadastrar o laudo para AIH (Autorização de Internação Hospitalar), a partir das indicações do profissional médico que realizou o atendimento.
100. Permitir que profissionais não médicos possam cadastrar as solicitações de laudos para BPA-I (Boletim de Produção Ambulatorial Individual), possibilitando que procedimentos de média e alta complexidade possam ser adicionados a essa solicitação.
101. Permitir que os profissionais devidamente habilitados possam acessar os registros de atendimentos do paciente (Prontuário Eletrônico), possibilitando a visualização dos atendimentos realizados, dos agendamentos, dos medicamentos dispensados, os exames solicitados, os registros de tratamentos fora do domicílio (quando houver) e os medicamentos de uso contínuo. Por se tratar de informações que muitas vezes possuem caráter sigiloso, o acesso à essas informações é parametrizado conforme o cargo ou as funções de cada profissional.
102. Permitir que sejam realizados os cadastros voltados para a Atenção Básica conforme padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do sistema e-SUS nos módulos CDS (Coleta de Dados Simplificado) e PEC (Prontuário Eletrônico do Cidadão).
103. Permitir que as equipes de atenção básica possam registrar os atendimentos individuais, conforme os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do sistema e-SUS (atendimento, procedimento e odontológico).
104. Permitir que no atendimento em atenção básica, os profissionais possam solicitar diferentes exames laboratoriais para diferentes estabelecimentos no mesmo registro, possibilitando que cada solicitação gere um número de protocolo.
105. Permitir que as equipes de atenção básica possam cadastrar os domicílios pertencentes à sua área de abrangência (micro área), bem como as suas características sociosanitárias, conforme os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do sistema e-SUS.
106. Permitir que os Agentes Comunitários de Saúde possam registrar as visitas domiciliares realizadas em suas respectivas áreas de abrangência (micro áreas), conforme os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do sistema e-SUS.
107. Permitir que as equipes de atenção básica possam registrar as atividades coletivas, realizadas em sua área de abrangência (micro área), conforme padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde através do sistema e-SUS.
108. Permitir que as equipes de atenção básica possam cadastrar as fichas para avaliação de elegibilidade e admissão conforme os padrões do sistema e-SUS.
109. Permitir que as equipes de atenção básica possam registrar o consumo alimentar dos pacientes conforme faixa etária.
110. Permitir que as equipes de saúde possam cadastrar turmas, possibilitando posteriormente vinculá-las às atividades realizadas nas unidades de saúde.
111. Permitir que todas as ações da Atenção Básica (cadastro individual, cadastro domiciliar e territorial, atendimento individual, atendimento odontológico, atividade coletiva, procedimentos, visita domiciliar e territorial, consumo alimentar, avaliação de elegibilidade, atendimento domiciliar) sejam exportadas para a base nacional.
112. Permitir que os profissionais responsáveis possam consultar as exportações realizadas, possibilitando a análise de possíveis inconsistências para que as devidas providências sejam tomadas.
113. Permitir o cadastro dos exames laboratoriais realizados no município, sejam eles ofertados por estabelecimentos públicos ou privados, possibilitando aos profissionais definirem todas as variáveis necessárias para a obtenção dos resultados.
114. Permitir que através de um editor de scripts, sejam cadastradas fórmulas específicas para cada elemento (variável) contemplado em um exame laboratorial. Permitir também que sejam cadastradas as variáveis (valores de referências e valores permitidos), possibilitando a obtenção de resultados mais precisos.
115. Permitir que os procedimentos mantidos pelo SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos) sejam vinculados aos exames laboratoriais cadastrados, possibilitando posteriormente a geração da produção.
116. Permitir que exames laboratoriais sejam solicitados conforme orientação médica, possibilitando aos estabelecimentos executantes (laboratórios) consultarem cada solicitação para então registrarem a coleta do material e posteriormente informarem os resultados que serão emitidos e entregue aos pacientes.
117. Permitir que sejam criadas para os laboratórios, agendas para a realização das coletas dos materiais que serão analisados, possibilitando definir a quantidade de coletas por agenda e determinar uma cota para cada estabelecimento solicitante.
118. Permitir que os resultados dos exames fiquem disponíveis no prontuário do paciente para que os profissionais que o solicitaram possam visualizá-los, possibilitando ainda a emissão destes resultados para entregar aos pacientes.
119. Permitir que na solicitação dos exames laboratoriais, os profissionais possam classificá-las conforme critérios de avaliação do Protocolo Manchester: Cor vermelha representando os casos de emergência; a cor laranja representando os casos muito urgentes; a cor amarela representando os casos urgentes; a cor verde representando os casos não urgentes; a cor azul representando os casos de baixa complexidade.
120. Permitir o cadastro de medicamentos imunobiológicos, possibilitando vinculá-los às estratégias (campanhas) de vacinação.
121. Permitir o cadastro de campanhas de vacinação, possibilitando informar características específicas como a data inicial e final, o imunobiológico utilizado na campanha, a etapa, o público alvo e a faixa etária.
122. Permitir o registro das ações de aplicação das vacinas.
123. Permitir o cadastro dos materiais (medicamentos e insumos) utilizados pelos estabelecimentos na dispensa aos pacientes, possibilitando ainda o cadastro de outros tipos de materiais utilizados pelos estabelecimentos de saúde (materiais médico-hospitalar, materiais de expediente, outros).
124. Permitir o cadastro dos dados que possibilitam a organização dos materiais nos estabelecimentos de saúde: Grupos, subgrupos e unidades de medidas.
125. Permitir que as unidades de medidas sejam vinculadas ao Horus, possibilitando que os medicamentos sigam o mesmo padrão de organização estabelecido pelo CATMAT (Catálogo de Materiais do Ministério da Saúde).

126. Permitir o cadastro de diferentes setores de custos nos estabelecimentos de saúde, possibilitando que no registro de entrada, os materiais possam ser vinculados aos seus respectivos setores (sala de enfermagem, odontologia, outros).
127. Permitir o registro de toda ação que envolva a entrada dos materiais nos estabelecimentos de saúde, possibilitando que estes registros sejam organizados conforme sua natureza (normal, transferência ou devolução), além de informar o tipo de aquisição (licitação, doação, pregão, outros).
128. Permitir o registro de transferência de materiais entre os estabelecimentos de saúde do município.
129. Permitir que os estabelecimentos possam cadastrar solicitações de materiais e encaminhá-las ao almoxarifado ou para qualquer outro estabelecimento que possua estoque cadastrado, possibilitando que estes consultem cada solicitação, analisá-las e autorizá-las parcial ou integralmente.
130. Permitir que no registro de entrada dos materiais, os profissionais possam cadastrar perdas ou sinistros sempre que constatarem que um determinado item estiver com a quantidade física menor que a quantidade apresentada na nota.
131. Permitir o cadastro de um estoque crítico para os materiais que são considerados essenciais, sendo que quando um destes materiais chegar ao seu estoque crítico, o sistema irá alertar os profissionais sobre a necessidade de uma nova requisição.
132. Permitir o cadastro de uma programação física de materiais, possibilitando a criação de uma rotina de transferências entre o estabelecimento que fornece e o estabelecimento que solicita.
133. Permitir a realização da dispensa de medicamento a um paciente. Esta dispensa pode ser mediante de uma prescrição realizada no próprio sistema durante o atendimento ao paciente ou poderá ser feita de forma direta, ou seja, quando o paciente não estiver vinculado a um atendimento no sistema.
134. Permitir o registro do tratamento indicado para a administração do medicamento, possibilitando informar a via de administração, a posologia, a duração do tratamento e outras observações que possam ser úteis ao paciente.
135. Permitir a visualização do histórico dos medicamentos retirados pelo paciente na mesma tela onde se realiza a dispensa dos mesmos, sem a necessidade de mudar de tela e sem que dados digitados durante a dispensa sejam perdidos.
136. Permitir que os medicamentos com a data de validade vencida possam ser transferidos aos estabelecimentos responsáveis em caráter de devolução.
137. Permitir que medicamentos de uso contínuo sejam preenchidos automaticamente, desde que estejam cadastrados no Acompanhamento do Paciente.
138. Permitir que os medicamentos dispensados sejam controlados em livro registro.
139. Permitir que os profissionais definam filtros para a emissão dos relatórios cadastrais disponíveis no sistema.
140. Permitir que os profissionais definam filtros para emissão de relatórios de agendas para consultas ou procedimentos.
141. Permitir que os profissionais definam filtros para a emissão de relatório de Ausência de profissionais que estejam temporariamente afastados da Unidade de Saúde e de Procedimentos que estejam temporariamente impossibilitados de serem realizados no estabelecimento.
142. Permitir que os profissionais definam filtros para emissão do relatório de pacientes.
143. Permitir que os profissionais definam filtros para a emissão de relatório de Pedidos para Tratamento Fora do Domicílio (TFD).
144. Permitir que os profissionais definam filtros para a emissão de relatório dos Profissionais da Entidade.
145. Permitir que os profissionais definam filtros para a emissão de relatório com as solicitações de agendamentos.
146. Permitir que os profissionais definam filtros para a emissão de relatórios de Solicitações para a remoção de pacientes que necessitem de Tratamento Fora do Domicílio.
147. Permitir que os profissionais definam filtros para a emissão de relatório de profissionais usuários do sistema.
148. Permitir que os profissionais definam filtros para a emissão de relatório que demonstre a quantidade de dias que um usuário não acessa o sistema.
149. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilite a emissão de relatório de Cadastros Individuais de Pacientes (padrão e-SUS).
150. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatórios de atendimentos individuais em Atenção Básica.
151. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatórios domiciliares e territoriais em atenção básica.
152. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatórios de vistas domiciliares e territoriais em atenção básica.
153. Permitir que os profissionais definam filtros para a emissão de relatórios contendo informações dos processos de exportação ao e-SUS.
154. Permitir que os profissionais definam filtros para a emissão de relatórios gerenciais.
155. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de pacientes cadastrados no sistema sem o preenchimento do campo CPF (Cadastro de Pessoa Física).
156. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório contendo as especialidades ofertadas pela entidade.
157. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de pacientes que possuam informações inválidas em seus endereços.
158. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório da PPI (Programação Pactuada e Integrada).
159. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de mensagens (sms) enviadas aos pacientes.
160. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatórios gerenciais referentes aos agendamentos.
161. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de agendamentos realizados.
162. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de comprovantes de agendamentos.
163. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de disponibilidade de vagas para agendamentos.
164. Permitir que os profissionais definam filtros para a emissão de relatório de cotas dos agendamentos para os estabelecimentos.
165. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatórios gerenciais referentes aos atendimentos.
166. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de acompanhamento do paciente.
167. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de atendimentos realizados.
168. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de atendimentos por CID (Classificação Internacional de Doenças).
169. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de solicitações de procedimentos.
170. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de incidência de doenças.
171. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de laudos para AIH (Autorização de Internação Hospitalar).
172. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório do mapa de atendimentos.

173. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de prontos atendimentos.
174. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatórios gerenciais acerca do estoque de materiais.
175. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de custos com materiais por estabelecimento.
176. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de dispensas de medicamentos por usuários.
177. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de entrada de materiais nos estabelecimentos.
178. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório do livro registro dos medicamentos dispensados.
179. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de localização dos materiais.
180. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de materiais cadastrados no sistema.
181. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de materiais que possuam estoque crítico cadastrado.
182. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de materiais dispensados.
183. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de materiais dispensados por paciente.
184. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de movimentação de materiais nos estabelecimentos.
185. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de notificações de receitas dos medicamentos.
186. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de perdas e sinistros.
187. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório da programação física de materiais.
188. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de requisições de materiais.
189. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de saldo em estoque de materiais nos estabelecimentos.
190. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de transferência de materiais.
191. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de validade dos materiais.
192. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatórios gerenciais referentes aos exames laboratoriais / exames SADT (Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia).
193. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de exames citopatológicos.
194. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de exames de mamografia.
195. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório do mapa da banca avaliadora dos exames.
196. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de resultados de exames SADT (Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia).
197. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de solicitações de exames SADT (Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia).
198. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de totalização de resultados dos exames SADT (Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia).
199. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de totalização das solicitações de exames SADT (Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia).
200. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatórios gerenciais referentes ao SIAB (Sistema de Informação da Atenção Básica): Acompanhamento infantil; Diabéticos; Famílias; Gestantes; Hanseníase; Hipertensos; Tuberculose.
201. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de movimentação dos medicamentos imunobiológicos.
202. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatórios gerenciais referentes ao faturamento.
203. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório dos dados físico-financeiro.
204. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de procedimentos realizados.
205. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de produtividade dos estabelecimentos.
206. Permitir que os profissionais definam filtros que possibilitem a emissão de relatório de totalização de procedimentos e atendimentos.
207. Permitir que os profissionais acompanhem as curvas de crescimento infantil, conforme as normas da OMS (Organização Mundial de Saúde), possibilitando a visualização de gráficos que contenham: Peso para a idade; Estatura para a idade; IMC (Índice de Massa Corporal); Perímetro cefálico para a idade.
208. Permitir que na página inicial do sistema, os profissionais possam visualizar informações gerenciais referentes às seguintes informações:
1. - Agendamentos (cancelados, faltas, desistência, atraso, outros);
 2. - Atendimentos (nº de atendimentos realizados no mês, pacientes do município, pacientes de fora do município, nº de atendimentos de urgência);
 3. - Materiais (nº de dispensas realizadas no mês, média diária, nº de materiais com estoque crítico, medicamentos a vencer no mês, medicamentos a vencer no próximo mês).
209. Permitir que os pacientes instalem gratuitamente em seus dispositivos móveis (tablets e smartphones) o aplicativo que possibilite a visualização de informações referente às consultas agendadas, aos atendimentos realizados, aos exames realizados e aos medicamentos dispensados.
210. Permitir o registro de procedimentos consolidados do e-SUS pelo BPA-C (Boletim de Produção Ambulatorial Consolidado), possibilitando que posteriormente seja gerada a produção destes procedimentos para que seja realizado o faturamento.
211. Permitir que na emissão do receituário médico, os profissionais tenham a opção de imprimir todos os medicamentos contemplados na receita (prescrição) em um único documento, ou imprimir uma receita (prescrição) para cada medicamento.
212. Permitir que os usuários administradores tenham acesso ao cadastro que possibilite o registro de atendimentos na Atenção Especializada (Cadastro de Paciente), e também ao cadastro que possibilite o registro de atendimentos na Atenção Básica (Cadastro individual de pacientes).
213. Permitir a restrição do acesso às informações relacionadas ao acompanhamento do paciente. A restrição deverá ser de acordo com os grupos criados para os profissionais com a mesma CBO (Classificação Brasileira de Ocupação). A restrição aplica-se mesmo aos profissionais vinculados ao sistema como "usuários administradores" (de estabelecimentos).
214. Permitir aos munícipes a consulta dos agendamentos de consultas médicas programados nas unidades de Saúde do Município consultado via dispositivo móvel.

215. Permitir aos munícipes a consulta do seu histórico de atendimentos realizados em unidades de Saúde do município consultado via dispositivo móvel.

216. Permitir a suspensão de uso do aplicativo via mobile para usuários indesejados pelo usuário administrador.

Grão Pará, 11 de março de 2019.

MARCIO BORBA BLASIIUS

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL SAÚDE GRÃO PARA

Ricardo Schlickmann Ascari

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.

Helena Beatriz Pacheco Daros

CONTRATADA

TESTEMUNHA

CONTRATO N. 28-2019 MEDICAMENTOS CIS (ALTERMED)

Publicação Nº 1969653

CONTRATO Nº 28/2019

(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

O Município de GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558-149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, no Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, neste ato, representado por seu Gestor Ricardo Ascari, Secretário Municipal de Saúde, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, formalizada pelo CIS AMUREL – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº SOB Nº 02.715.882/0001-05 nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2018, registrar os preços das empresas abaixo indicadas e conforme constam no Termo de Homologação, o qual é parte integrante desta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONTRATO Nº 26/2019

(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIIUS, e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 00.802.002/0001-02, empresa estabelecida na Estrada Boa Esperança, n. 2320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu representante legal Senhor PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK, brasileiro, inscrito no CNPF n. 517.236.469-20, em vista o constante e decidido no processo licitatório nº 001/2018 formalizado pelo CIS AMURE – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.715.882/0001-05, ao qual o Município Contratante faz parte como ente consorciado, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 001/2018, conforme descrito no respectivo Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários constantes na da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIS AMUREL, bem como, na ATA de Homologação integrante do Processo licitatório e o Demonstrativo de Itens constante em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços fixados na Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Processo de Licitação nº 001/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL, no valor total estimado de R\$ 11.009,50(Onze mil e nove reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida por essa. Os medicamentos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada, na sede da Farmácia, localizada no Centro de Grão-Pará, de segunda a sexta – feira, exceto feriados, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem conter o mesmo número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – daquele fornecido durante a fase de habilitação, além da expressão "Pregão Eletrônico nº 01/2018 – CISAMUREL" o nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitido pelo Município, em favor do Requerente, conforme dados constantes na respectiva solicitação.

A empresa deverá entregar o produto com a marca cotada na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste instrumentos, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

Para a execução da entrega e transporte dos produtos, o licitante deverá atender as disposições contidas nos itens 19, 20 e 21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto deste instrumento, será feito pelo Município, em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida conforme cláusula anterior.

Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante deverá entregar junto ao documento fiscal os seguintes documentos atualizados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 20 de fevereiro de 2019 e o seu vencimento será em 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.
- III – Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório; e
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo fixado na Ata de Registro de Preços integrante deste Contrato.
- V - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob os números:

- 14.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);
- 14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);
- 14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 45).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação nº 01/2018 - Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL e seus anexos.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Em caso de descumprimento total ou parcial das disposições contidas neste termo contratual, bem como, na Ata de Registro de Preços e demais disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL, o fornecedor ficará sujeito às sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ficar impedida de licitar e contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, acaso essa:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não manter a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita a aplicação das sanções e penalidades contantes do item 23, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 CIS AMUREL e ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à contratada.

A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as

disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, firmam o presente instrumento de contrato em 02 (dois) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (dois) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC.

Grão-Pará/SC, 07 de março de 2019

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK

Representante da empresa

RICARDO ASCARI

Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS

CONTRATO N. 29-2019 MEDICAMENTOS CIS (ANGEOMED)

Publicação Nº 1969655

CONTRATO Nº 29/2019

(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

O Município de GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558-149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, no Município de Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, neste ato, representado por seu Gestor Ricardo Ascari, Secretário Municipal de Saúde, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, formalizada pelo CIS AMUREL – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº SOB Nº 02.715.882/0001-05 nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 1/2018, registrar os preços das empresas abaixo indicadas e conforme constam no Termo de Homologação, o qual é parte integrante desta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CONTRATO Nº 26/2019

(DE 07 DE MARÇO DE 2019)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e a empresa ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA, pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ Nº 02.607.956/0001-81, estabelecida na Rua Octaviano Teixeira Dos Santos nº 1.132, centro, em Francisco Beltrão, PR, CEP 85.601-030, , CEP 85.601-030, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor ARLEI DONIZETE PRANDI, brasileiro, inscrito no CNPF n. 777.678.299-87, em vista o constante e decidido no processo licitatório nº 001/2018 formalizado pelo CIS AMURE – Consórcio Intermunicipal de Saúde, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 02.715.882/0001-05, ao qual o Município Contratante faz parte como ente consorciado, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, para Registro de Preços nº 001/2018, conforme descrito no respectivo Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários constantes na da Ata de Registro de Preços formalizada pelo CIS AMUREL, bem como, na ATA de Homologação integrante do Processo licitatório e o Demonstrativo de Itens constante em anexo, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços fixados na Ata de Registro de Preços nº 001/2018, oriunda do Processo de Licitação nº 001/2018, Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL, no valor total estimado de R\$ 11.009,50(Onze mil e nove reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os medicamentos serão fornecidos, parceladamente, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida por essa. Os medicamentos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da data em que a solicitação foi autorizada, na sede da Farmácia, localizada no Centro de Grão-Pará, de segunda a sexta – feira, exceto feriados, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30

O fornecedor deverá apresentar, no ato da entrega dos itens, além da Nota Fiscal Eletrônica, o Certificado de Controle de Qualidade do lote de cada produto, emitido pelo laboratório produtor.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem conter o mesmo número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – daquele fornecido durante a fase de habilitação, além da expressão “Pregão Eletrônico nº 01/2018 – CISAMUREL” o nº da Autorização de Fornecimento/Ordem de Compra emitido pelo Município, em favor do Requerente, conforme dados constantes na respectiva solicitação.

A empresa deverá entregar o produto com a marca cotada na proposta, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas neste instrumento, bem como no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

Para a execução da entrega e transporte dos produtos, o licitante deverá atender as disposições contidas nos itens 19, 20 e 21 do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento pelas aquisições, objeto deste instrumento, será feito pelo Município, em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário na conta corrente indicada pelo fornecedor, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a data de recebimento definitivo dos medicamentos, objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, emitida conforme cláusula anterior.

Como condição para o recebimento de cada parcela, o licitante deverá entregar junto ao documento fiscal os seguintes documentos atualizados:

- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e/ou Procuradoria da Fazenda Nacional competente;
- Certidão de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 20 de fevereiro de 2019 e o seu vencimento será em 31/12/2019, podendo ser prorrogado nos termos da legislação.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos medicamentos adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos medicamentos licitados.
- III – Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os medicamentos sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos medicamentos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os medicamentos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório; e
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo fixado na Ata de Registro de Preços integrante deste Contrato.
- V - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico 001/2018 – CIS AMUREL e seus anexos;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificada e codificada sob os números:

14.01.2.041.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 12);

14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 44);

14.01.2.045.3.3.90.30.36.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 45).

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação nº 01/2018 - Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2018, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL – CISAMUREL e seus anexos.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

Em caso de descumprimento total ou parcial das disposições contidas neste termo contratual, bem como, na Ata de Registro de Preços e demais disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 – CIS AMUREL, o fornecedor ficará sujeito as sanções previstas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ficar impedida de licitar e contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, acaso essa:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita a aplicação das sanções e penalidades contantes do item 23, do Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018 CIS AMUREL e ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei nº 8.666/1993.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de GRÃO-PARÁ/SC e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à contratada.

A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, as sanções previstas no artigo 87, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta a vontade livre e soberana dos contratantes, firmam o presente instrumento de contrato em 02 (dois) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (dois) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de BRAÇO DO NORTE/SC.

Grão-Pará/SC, 07 de março de 2019

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

ARLEI DONIZETE PRANDI

Representante da empresa

RICARDO ASCARI

Secretário Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS

Gravatal

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

Publicação N° 1969219

Gravatal/SC, 02 de Abril de 2019.

PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO EDITAL N° 03/2019

RESULTADO PRELIMINAR DA CLASSIFICAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO	Nome do Candidato	TOTAL DE PONTOS
1º	Maria Joaquina Fernandes Corrêa	7,5
2º	Geciane Martins Monteiro	2,0
3º	Denise Kniess Preis	1,5
4º	Ana Paula Santos De Bittencourt	1,5

BRUNA DE OLIVEIRA DE SOUZA
PRESIDENTE

MARIA APARECIDA MARTINS DA SILVA
MEMBRO

ANDERSON POLICARPO DARELA NEVES
MEMBRO

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2019 - FMS

Publicação N° 1969907

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2019 - FMS

Edital: Pregão Presencial n° 12/2019 – FMS

Processo Licitatório: 12/2019 – FMS

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS E MÓVEIS DE ESCRITÓRIO PARA A NOVA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO BANANAL DO SUL DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: até 16/04/2019 às 9h

Abertura dos Envelopes: 16/04/2019 às 9h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, n° 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 03 de abril de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal de Guaramirim

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 34/2019 - PMG

Publicação N° 1969799

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial n° 34/2019 – PMG

Processo Licitatório: 34/2019 – PMG

Tipo: Menor preço por item

Objeto: Aquisição de máquina de pintura para sinalização viária para o departamento de trânsito do município de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 17/04/2019 às 14h

Abertura dos Envelopes: 17/04/2019 às 14h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, n° 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 2 de abril de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal de Guaramirim

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2019 - PMG

Publicação Nº 1969703

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 73/2019 – PMG

Processo Licitatório: 73/2019 – PMG

Tipo: Menor preço global

Objeto: Registro de preços para aquisição de macadame preto e material A4 para a Secretaria Municipal de Infraestrutura de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 16/04/2019 às 14h

Abertura dos Envelopes: 16/04/2019 às 14h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 2 de abril de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal de Guaramirim

CERTIDÃO - LICITAÇÃO 29/2018

Publicação Nº 1970251

LICITAÇÃO: 29/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO CORTE DE GRAMA E JARDINAGEM PARA O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que até o presente momento não foram protocolados recursos relativos a licitação nº 29/2019, tendo, portanto, transcorrido in albis o prazo recursal acerca do julgamento das propostas.

Certifico também que a licitante SYSTEM SEG SERVIÇOS Ltda deixou de apresentar uma nova planilha de composição de custos, o que fora exigido durante a licitação. Imperioso registrar que mesmo que tal necessidade fosse afastada, esta licitante deixou de apresentar dentro do prazo concedido de 05 dias úteis sua CND Federal regular, diante disso, resta a licitante SYSTEM SEG SERVIÇOS inabilitada no certame.

Em razão da inabilitação da licitante SYSTEM SEG SERVIÇOS Ltda fica aberto o prazo de 02 dias úteis, para que a licitante segunda colocada (SJS PRESTADORA DE SERVIÇOS) no item 01 apresente planilha de composição de custos readequada.

Guaramirim, 02 de abril de 2019.

	Carlos Felipe Fischer	
	Pregoeiro	

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2018 - PMG

Publicação Nº 1969194

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2018 - PMG
Processo de Licitação: 26/2018 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MONITORAMENTO DE RASTREADORES

VEICULARES COM SISTEMA WEB PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM/SC.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratada: NORIO MOMOI EPP, com sede na Rua Napoleão Laureano, nº 1574, bairro Novo, em Guarabira-PB, CEP 58.200-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.698.912/0001-59.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) prorrogar o prazo de vigência do contrato;

Vigência: Início: 20/03/2019 Término: 19/03/2020

GUARAMIRIM (SC), 02/04/2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA - DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019 - FMAS

Publicação Nº 1969258

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04/2019 - FMAS

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019 - FMAS

Objeto: TERMO DE PARCERIA PARA EXECUTAR O PROJETO DESENVOLVIMENTO PLENO, COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, VISANDO O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS, POR MEIO DA "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE".

Base Legal: Artigo 30, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

OSC Interessada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.

CNPJ: 83.784.983/0001-21.

Valor Total do Repasse: R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

Período de Execução: 12 meses.

Tipo de Parceria: Fomento.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de procedimento que tem por objeto a Dispensa de Chamamento Público, com vista à celebração de parceria, a ser executada em regime de mútua cooperação, entre a Prefeitura Municipal de Guaramirim, por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social de Guaramirim, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 83.784.983/0001-21.

A parceria destina-se a "oferecer atendimento aos 177 usuários e famílias conforme a necessidade e demanda, proporcionando o desenvolvimento pleno e qualidade de vida aos mesmos, garantindo conforme o estatuto da pessoa com deficiência intelectual - LBI lei nº 13.146/2015 e SUAS 12.435/2011 que garantem o atendimento digno as pessoas com deficiência intelectual e múltipla/TEA.

Os serviços serão executados na própria instituição localizada na Rua Pedro Graf, nº 271, bairro Avaí, em Guaramirim-SC.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE desenvolve suas atividades há vários anos, sendo de importante valia e de fundamental necessidade, registrar a reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, desta parceria.

Considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, e do Decreto Municipal nº 829/2017, em especial, respectivamente, dos artigos 30, inciso VI da Lei mencionada.

Considerando que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE é a única entidade no município que presta os serviços objeto da referida parceria que se pretende firmar.

Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada." Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

No que tange às parcerias, o Estado busca "por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal".

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Guaramirim, desenvolve há cerca de trinta e dois anos, atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Se observa ainda que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE tem em seus estatutos, que é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, e tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à

melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Com isso se observa, que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE ora avaliados são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho.

O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

Considerando que na Lei Orçamentária Anual há previsão de orçamento para tal atividade, os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social de Guaramirim

Unidade 1 – Fundo Municipal de Assistência Social de Guaramirim

Ação 2066 – Atenção ao Portador de Deficiência

Vínculo 10 000 – Recursos Ordinários

Subelemento 3350 4302 – Transferência a Instituições Privadas de Assistência Social

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social de Guaramirim

Unidade 1 – Fundo Municipal de Assistência Social de Guaramirim

Ação 2066 – Atenção ao Portador de Deficiência

Vínculo 10 000 – Recursos Ordinários

Subelemento 3350 4302 – Transferência a Instituições Privadas de Assistência Social

Informamos ainda que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE desenvolve atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social e está devidamente credenciada na CMAS – órgão gestor da respectiva política pública.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e pela necessidade de atendimento aos preceitos legais reveste-se de suma importância à dispensa do chamamento público, enquadrando-se no disposto do inciso VI do artigo 30 da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que reza, *ipsis literis*:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

[...]

VI – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

Em razão do exposto, e por considerar presente os requisitos do artigo 30, inciso VI, da Lei 13.019/2014, consoante art. 32, da Lei de Parcerias Voluntárias, justifico a Dispensa de Chamamento Público, com vista à celebração do termo de Termo de Fomento, nos termos da minuta do Termo de Fomento e do Plano de Trabalho aprovado com a Resolução nº 04/2019, que atende as exigências e requisitos previsto no inciso 33 e 34, da Lei nº 13.019 de 31/07/2014, que não incorre nos impedimentos previstos no artigo 39 da LPV.

Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação desta justificativa, para impugnação, nos termos do §2º, do art. 32, da Lei nº 13.019/2014 e alterações posteriores.

Guaramirim (SC), 22 de março de 2019.

PREFEITO MUNICIPAL

Luis Antonio Chiodini

PORTARIA Nº. 156/2019

Publicação Nº 1969969

PORTARIA Nº. 156/2019

Concede licença prêmio para Edileuza Veloso Bender.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença prêmio para Edileuza Veloso Bender, Professora III, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 06 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de março de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 157/2019

Publicação Nº 1969970

PORTARIA Nº. 157/2019

Concede licença prêmio para Regiane Manchalowski Tantsch.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença prêmio para Regiane Manchalowski Tantsch, Professora III, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 06 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de março de 2019.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 158/2019**

Publicação Nº 1969971

PORTARIA Nº. 158/2019

Concede licença prêmio para Fabiano Kuss.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença prêmio para Fabiano Kuss, Professor de Educação Física, vinculado à Secretaria de Educação, a partir de 06 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de março de 2019.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 159/2019**

Publicação Nº 1969972

PORTARIA Nº. 159/2019

Concede licença prêmio para Rejane Marilin Mohr.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença prêmio para Rejane Marilin Mohr, Professora I-C, vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 06 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de março de 2019.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 160/2019

Publicação Nº 1969973

PORTARIA Nº. 160/2019

Concede licença prêmio para Abilio Júlio da Costa.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença prêmio para Abilio Júlio da Costa, Professor de Educação Física, vinculado à Secretaria de Esporte e Lazer, a partir de 18 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de março de 2019.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças**PORTARIA Nº. 161/2019**

Publicação Nº 1969976

PORTARIA Nº. 161/2019

Concede licença prêmio para Manoel Vieira Neto.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença prêmio para Manoel Vieira Neto, Professor de Esportes II, vinculado à Secretaria de Esporte e Lazer, a partir de 04 de março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de março de 2019.

Luís Antônio Chiodini
PrefeitoJair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - FMAS 07/2019

Publicação Nº 1970072

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL
Fundo Municipal de Assistência Social
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 07/2019 - Pregão Presencial Nº. 06/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para contratação de horas para realização de oficinas (dança diversas, musica com viola caipira e ukulele e patinação sobre rodas) para atender o CRAS – Centro de Referencia da Assistência Social e Centro de Convivência dos Idosos do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 16/04/2019 (13:15 Documentação - 13:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 ou no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 02 de abril de 2019.

Franciane Baseggio;
Responsável FMAS.

DECRETOS - 40/2019 E 41/2019

Publicação Nº 1969797

Decreto Administrativo 40/2019

Nomeia membros integrantes da Comissão Permanente de Licitação e adota outras providencias.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, em especial o Artigo 51, Seção IV, Capítulo II da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores:

Decreta:

Art. 1º Para o exercício de 2019, a Comissão Permanente de Licitações nas modalidades de CONVITE, TOMADA DE PREÇO, CONCORRÊNCIA PÚBLICA E LEILÃO do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, incumbidas nos trabalhos de processamento, avaliação e julgamento da: habilitação preliminar, avaliação de pedidos de inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e das propostas, passa a ser integrada pelos seguintes servidores:

Membros titulares

I- Franciane Baseggio

II- Claudenice Caramori

III- Francisco Junior Garcia de Mattos

Parágrafo único A Presidência da Comissão será exercida pelo servidor indicado no inciso I deste artigo.

Art. 2º Integrarão a Comissão de que trata este Decreto, na condição de suplentes os seguintes servidores:

I- Janice Inês Riffel

II- Cheila Vanessa Back

Parágrafo único O membro suplente será convocado a atuar na Comissão na ausência do titular.

Art. 3º Os servidores nomeados através deste Decreto exercerão suas função pelo prazo de 1 (ano).

Parágrafo único O membro titular da Comissão Permanente de Licitação poderá ser reconduzido a função respeitando-se o disposto no artigo 51, § 4º da lei 8.666/93

Art. 4º As funções de membro da Comissão Permanente de Licitação serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remunerada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 6º. Fica revogado o Decreto nº. 001/2019 datado de 02/01/2019

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 02 de abril de 2019.

67º ano da Fundação e 57º ano da Instalação.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Franciane Baseggio,
Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Administrativo nº 41/2019

Designa Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio, contendo outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, com fundamento no artigo 63, inciso VII da Lei Orgânica e artigo 3º Inciso IV da Lei 10520/02, considerando a necessidade de designação de servidor municipal para atuar como pregoeiro, nos pregões a serem realizados pela Administração Municipal:

Decreta:

Art. 1º Designa a servidora Claudenice Caramori, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Compras, atuar como PREGOEIRO nos pregões a serem realizados pela Administração Municipal.

Art. 2º Para cumprimento disposto no Inciso IV, do Art. 3º da Lei supra mencionada, ficam designados os servidores Franciane Baseggio, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração e Fazenda, Lidiane Isabel Ruhoff ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e, Francisco Junior Garcia de Mattos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, para integrarem a equipe de apoio, cujas atribuições, dentre outras inclui: o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 3º Deste Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados o decreto nº 090/2018 datado em 02/07/2018

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 02 de abril de 2019.

67º ano da Fundação e 57º ano da Instalação.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Franciane Baseggio,

Secretária de Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 17/2019

Publicação Nº 1969796

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 17/2019

PROCESSO LICITATORIO Nº. 17/2019 – TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: CAIBI EMPREENDIMENTOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para execução de passeio publico na Rua Vereador Jose Leo Rippel, Rua Maranhão e Avenida João Pessoa, município de Guarujá do Sul, através Contrato de Repasse OGU nº. 866611/2018 – Operação 1052802-04 / Programa de Planejamento Urbano – Passeio Publico Urbano / Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal e o município de Guarujá do Sul.

VALOR: R\$ 234.586,62

VIGENCIA DE EXECUÇÃO: 04 meses

VIGENCIA DO CONTRATO: 31/12/2019

Guarujá do Sul, SC, 02 de abril de 2019.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

Guatambú

PREFEITURA

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 132/2019

Publicação Nº 1969491

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 132/2019

Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 117/2019 OBJETO: CONFECÇÃO DE CAPA DE BLOCO DE PRODUTOR RURAL
Contratada: Edinei Roberto Turatti
Valor: R\$ 3800,01 (três mil oitocentos reais e um centavos).
Fundamento: Inciso IV do Art. 24 da Lei º. 8.666/93, c/redação da Lei 8.883/94.

Guatambu, 01 de Abril de 2019.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 138/2019

Publicação Nº 1969484

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAMBU
ENDEREÇO: RUA MANUEL ROLIM DE MOURA Nº 825 CENTRO
FONE: (49) 3336-0102
AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal, Sr. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, resolve:

Autorizar a abertura do presente processo administrativo de licitação, assim identificado:

PROCESSO Nº: 138/2019.
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO 123/2019.
FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço
LOCAL DE ENTREGA: Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços
OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA USO NA FROTA DO MUNICÍPIO.

Guatambu - SC, 02 de Abril de 2019.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO PREGÃO PRESENCIAL RP 14/2019

Publicação Nº 1970200

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 139/2019.

Pregão Presencial RP n. 14/2019.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 17/04/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 17/04/2019.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 03 de abril de 2019.
LUIZ CLOVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO AVISO PREGÃO PRESENCIAL RP 12/2019

Publicação Nº 1970190

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
RETIFICAÇÃO de Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 95/2019.

Pregão Presencial RP n. 12/2019.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DIETAS E FÓRMULAS INFANTIS PARA MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU SC.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 15/04/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 15/04/2019.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 03 de abril de 2019.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 649/2019

Publicação Nº 1970582

PORTARIA Nº 649/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 18 (DEZOITO) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 096/2019, ao servidor LUIZ HENRIQUE GIACOMIN DALOSSO VALGRANDE (MATRÍCULA 3087), ocupante do cargo em provimento efetivo de Analista de Execução de Obras Públicas, Nível - 11, Referência - C, 20 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de janeiro de 2017 e 17 de janeiro de 2018, para serem gozadas a partir de 01 de abril de 2019 a 18 de abril de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 650/2019

Publicação Nº 1970583

PORTARIA Nº 650/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (VINTE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, ao servidor SADIR ROVÊA (MATRÍCULA 1573), ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência - F, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de novembro de 2014 e 02 de novembro de 2015, para serem gozadas a partir de 01 de abril de 2019 a 20 de abril de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 651/2019

Publicação Nº 1970590

PORTARIA Nº 651/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por Término de Contrato Temporário, a contar de 29 de março de 2019, a Servidora LORENA ZACCARON (Matr. 5017), a qual exercia a função de Professor de Educação Infantil, Nível - 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de março de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d' Oeste/SC, 01 de abril de 2019.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 652/2019

Publicação Nº 1970612

PORTARIA Nº 652/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por Término de Contrato Temporário, a contar de 01 de abril de 2019, a Servidora MARIULLY FRAGOSO (Matr. 4654), a qual exercia a função de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível – 8 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d' Oeste/SC, 01 de abril de 2019.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 653/2019

Publicação Nº 1970651

PORTARIA Nº 653/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o senhor VITOR BASTOS BRANDALISE (MATRÍCULA 5028), para exercer a função de MÉDICO, Nível - 14, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, a partir de 02 de abril de 2019, até homologação de Concurso Público, aprovado em 1º (primeiro) lugar no Processo Seletivo nº 001/2019/SMS/HO, homologado através do Decreto nº 4.012/2019 de 20 de março de 2019, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de início do contrato.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d' Oeste/SC, 01 de abril de 2019.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA Nº 013/2019 A LEI ORGÂNICA DE HERVAL D'OESTE

Publicação Nº 1969857

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

EMENDA Nº 013/2019 À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

"Altera a Redação da Alínea "a" do Inciso I, do Art. 25 da Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste"

Adelar José Provenci, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 155 do Regimento Interno, faz saber que o plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Emenda a Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste - SC:

Art. 1º Fica alterada a redação da Alínea "a" do Inciso I do Art. 25 da Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 (...)

I - (...)

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes";

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste entra em vigor a partir da sua publicação.

Herval d'Oeste, em 02 de abril de 2019.

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ

Presidente

Ibiam**PREFEITURA****RETIFICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 016/2019**

Publicação Nº 1969181

RETIFICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 016/2019

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO, o CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 016/2019, que tem por objeto A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRABALHOS EM TURISMO, DEVENDO DESENVOLVER E APERFEIÇOAR O DIAGNÓSTICO TURÍSTICO, DEFININDO VOCAÇÕES, PESQUISAS, ANÁLISES, IDENTIFICAR PONTOS ATRATIVOS E FOMENTAR PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, e a empresa GEE SOLUÇÕES ECOLÓGICAS EIRELLI EPP.

0.1. Onde se lê:

0.1.1. "2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 2.450,00 (Dois mil quatrocentos e cinquenta reais). "

0.1.2. "2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 164

Unidade Orçamentária: Manutenção das atividades da Secretaria de Educação. "

2.1. Leia-se:

2.1.1. "2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais). "

2.1.2. "2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 8

Unidade Orçamentária: Manutenção das atividades da Secretaria de Administração. "

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no contrato administrativo.

Ibiam - SC, 29 de março de 2019.

MUNICÍPIO DE IBIAM

ALCINDO PEROSA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

RETIFICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 024/2019

Publicação Nº 1969211

RETIFICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 024/2019

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO, o CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 024/2019, que tem por objeto A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO POR UM PERÍODO DE 15(QUINZE) ANOS, PODENDO A CRITÉRIO DO MUNICÍPIO, SER PRORROGADO UMA VEZ POR IGUAL PERÍODO, DE UM TERRENO COM ÁREA TOTAL DE 3.323M² (TRÊS MIL TREZENTOS E VINTE E TRÊS METROS QUADRADOS), NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, REGISTRADO NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS DE TANGARÁ/SC SOB Nº 8.787. O TERRENO DEVERÁ SER UTILIZADO EXCLUSIVAMENTE COMO ESTÍMULO A IMPLANTAÇÃO DE ATIVIDADE NO RAMO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, e a empresa VALMIR TONELLO.

0.1. Onde se lê:

0.1.1. " CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

Ibiam, 04 de fevereiro de 2019. "

2.1. Leia-se:

2.1.1. " CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

Ibiam, 15 de março de 2019. "

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no contrato administrativo.

Ibiam - SC, 29 de março de 2019.

MUNICÍPIO DE IBIAM

ALCINDO PEROSA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

TERMO ADITIVO N. 006/2019 - C.S NET INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA

Publicação Nº 1969102

TERMO ADITIVO N. 006/2019
CONTRATO ADITADO N. 088/2016

Sétimo Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM - SC, e C.S NET INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA, Contrato Administrativo 088/2016, Pregão Presencial 036/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ - 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, Centro, Ibiã - SC.

CEP: 89652-000

Representado por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: C.S NET INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 10.482.451/0001-66

Endereço: Rua XV de novembro,105 - Centro, Arroio Trinta – SC - CEP 89.590-000

Representada por: Jandir Antônio Crepaldi

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ADITAMENTO

Fica prorrogado a vigência do contrato 088/2016 para o exercício financeiro de 2019, compreendido o período de 31/03/2019 a 30/06/2019. Podendo, à critério da Administração, ser rescindido antes do término da vigência acima estipulada, sem direito a indenização por parte do contratado.

O valor mensal a ser pago pelo Município de Ibiã, à empresa, C.S NET INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA permanece o mesmo do exercício de 2018, R\$ 1.815,00 mensal.

CLAUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Serão utilizadas as rubricas orçamentárias do orçamento de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

O Município designa como Gestor o Sr. Alcindo Perosa e fiscal deste contrato, a Servidora Flávia Lenita Pelentir para executar o acompanhamento e fiscalização da Prestação de Serviços, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 As demais cláusulas do Contrato 088/2016 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

4.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º, Art. 65).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 29 DE MARÇO DE 2019.

JOARES TREVISOL
MUNICÍPIO DE IBIAM
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

C.S NET INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.409-30

RAFAEL GONZATTO ARALDI
Advogado – OAB/SC 32.184

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 113/2018 ADITIVO Nº: 01/2019

Publicação Nº 1969284

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA

Contrato Nº: 113/2018

Aditivo Nº: 01/2019

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada: ACAJE ASSOCIACAO COMUNITARIA AMIGOS DE JESUS

Licitação: Dispensa de Licitação 97/2018

Objeto: Contratação de Instituição de Acolhimento, para o atendimento integral, à pessoa portadora de necessidades especiais.

Vigência: Início: 18/04/2019 Término: 18/04/2020

Assinatura: 01/04/2019

Valor R\$: 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais), sendo 12 parcelas mensais de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

Dotação: 184 - 10.001.2055.3339039990000000000.01000000

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 033 PRG 019- 2019 FME - EVENTUAL LOCAÇÃO DE ÔNIBUS - GUARATUBA TRANSPORTES EIRELI

Publicação Nº 1969343

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 033/2019
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 097/2019 - FME
Pregão Presencial: 019/2019 – FME

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA CIRCUNSTÂNCIAS DE NECESSIDADE DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DESTES MUNICÍPIO, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: GUARATUBA TRANSPORTES EIRELI EPP

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	Locação de ônibus com capacidade mínima de 42 passageiros, com motorista, itinerário 1º, Margem esquerda e direita.	13.000,0000	12,00	GUARATUBA TRANSPORTES EIRELI	M.BENZ
2	Locação de ônibus com capacidade mínima de 42 passageiros, com motorista, itinerário 2º Margem esquerda e direita.	13.000,0000	12,00	GUARATUBA TRANSPORTES EIRELI	VW/COMIL

Valor: R\$312.000,00 (Trezentos e doze mil reais)

Vigência: 12 MESES.

Data: 02/04/2019

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 034 PRG 013- 2019 FME - MERENDA - ROSAR ALIMENTOS LTDA

Publicação Nº 1969865

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 034/2019
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 077/2019 - FME
Pregão Presencial: 013/2019 – FME

Objeto: REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI's) E ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA -SC, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: ROSAR ALIMENTOS LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	Carne Bovina, Iscas de patinho: Carne bovina tipo Patinho em isca, congelada, limpa e com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, acondicionado em saco de polietileno transparente, atóxico, resistente, hermeticamente fechado, pesando até 2Kg. Proveniente de bovinos sadios, abatidos sob inspeção veterinária. O produto deverá ser congelado em temperatura igual ou inferior a -18°C e transportado em caminhão frigorífico a essa mesma temperatura, em condições que preservem tanto as características do alimento congelado, como também a qualidade do mesmo. Não serão aceitas durante a entrega carne em estado de descongelamento. Características gerais: O tipo de corte deverá ser característico da p	26,1000	2.000,00	ROSAR ALIMENTOS LTDA	ROSAR
8	Queijo tipo mussarela fatiado sem lactose: produzido a partir de leite pasteurizado, sal, enzima lactose, cloreto de cálcio, coagulante e conservante. Fatias com média de 20g. Apresentar inspeção do ministério da agricultura, SIF. Embalado a vácuo ou em filme rígido, interfolhado. Embalagens com 130g a 150g, impresso com informações nutricionais, peso, dados empresarias, lote e validade . Prazo de validade mínimo de 2 meses da data da entrega.	8,2000	100,00	ROSAR ALIMENTOS LTDA	LACTOVALE

Valor: R\$53.020,00(Cinquenta e três mil e vinte reais)
 Vigência: 12 MESES.
 Data: 02/04/2019
 Erico de Oliveira
 Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 035 PRG 013- 2019 FME - MERENDA - ILHOPAN ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME

Publicação Nº 1969872

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 035/2019
 Estado de Santa Catarina
 Município de Ilhota
 Prefeitura Municipal de Ilhota
 Setor de Compras e Licitações
 Processo: 077/2019 - FME
 Pregão Presencial: 013/2019 – FME

Objeto: REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEI's) E ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ILHOTA -SC, ATRAVÉS DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: ILHOPAN ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
2	Massinha de farofa: Apresentar massa fofa, fresca, com sabor e odor característicos, Farofa macia e crocante; Não devem apresentar cor esverdeada com pontos brancos e cinza (mofo). Sua fabricação deve ser no mesmo dia da entrega. Peso médio por unidade de 50g. Embalagem deve apresentar informações conforme legislação vigente.	2,3000	6.500,00	ILHOPAN-ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME	ILHOPAN
3	Pão Branco (Francês): Pão francês tradicional, fresco, macio e produzido no dia, A unidade deve pesar em média 50g. Ingredientes: Trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, fermento, margarina/ manteiga, sal, açúcar e água. A embalagem deve apresentar informações conforme legislação vigente.	11,3200	3.800,00	ILHOPAN-ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME	ILHOPAN
4	Pão de forma Integral: Pão de forma Integral, fatiado, embalado. Contendo no corpo da embalagem especificação dos ingredientes, informações do fabricante e data de vencimento. Não devem apresentar cor esverdeada com pontos brancos e cinza (mofo); não devem estar com cheiro de mofo; não devem estar com perfurações (carunchos e outros insetos); as fatias devem estar inteiras e firmes. Embalagem de no mínimo 500g.	6,4900	1.200,00	ILHOPAN-ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME	ILHOPAN
5	Pão de leite: Pão de leite tradicional, fatiado, embalado. Contendo no corpo da embalagem especificação dos ingredientes, informações do fabricante, data de fabricação e vencimento. Não devem apresentar cor esverdeada com pontos brancos e cinza (mofo); não devem estar com cheiro de mofo; não devem estar com perfurações (carunchos e outros insetos); as fatias devem estar inteiras e firmes. Embalagem de no mínimo 500g.	6,6500	5.000,00	ILHOPAN-ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME	ILHOPAN
6	Pão Hot Dog.: pão tradicional para cachorro quente, de sabor levemente adocicado e aspecto macio, sem presença de bolores. A unidade deve pesar em média 50g. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, leite, açúcar, ovo, sal, óleo e fermento biológico. Sua data de fabricação deve ser de no máximo 24h antecedentes a entrega. Embalagem deve apresentar informações conforme legislação vigente.	12,7400	700,00	ILHOPAN-ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME	ILHOPAN

Valor: R\$107.922,00(Cento e sete mil novecentos e vinte e dois reais)
 Vigência: 12 MESES.
 Data: 02/04/2019
 Erico de Oliveira
 Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 017 TP 002 - 2019 PMI - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - PACOPEDRA

Publicação Nº 1969557

Extrato de Contrato nº 017/2019
 Estado de Santa Catarina
 Município de Ilhota
 Prefeitura Municipal de Ilhota
 Setor de Compras e Licitações
 Processo: Tomada de Preço nº 002/2019

Objeto: REFERENTE À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DO ACESSO AO PARQUE MUNICIPAL MORRO DO BAÚ NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, SENDO A 1ª ETAPA, conforme memorial descritivo e especificações.

Fornecedor: PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA

Prazo Contratual: A partir da entrega da ordem de serviço.

Valor Global: R\$ 495.378,88 (quatrocentos e noventa e cinco mil e trezentos e setenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

Assinatura do Contrato: 01/04/2019

Vigência: Conforme cronograma financeiro.

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 79/2019

Publicação Nº 1969330

PORTARIA Nº 79/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

EXONERAR, a Sra. Aline Michele Deschamps, do cargo de SECRETÁRIA DE FINANÇAS, em caráter de comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 31 de março de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de abril de 2019.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 80/2019

Publicação Nº 1969332

PORTARIA Nº 80/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR, a Sra. Aline Michele Deschamps, no cargo de SECRETÁRIA DE CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 01 de abril de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de abril de 2019.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 81/2019

Publicação Nº 1969890

PORTARIA Nº 81/2019

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

EXONERAR, POR MOTIVO DE APOSENTADORIA a Sra. Janete Custodio, do cargo de COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 01 de abril de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 01 de abril de 2019.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO POR ERRO PORTARIA 63/2019

Publicação Nº 1969896

PORTARIA Nº 63/2019

REPUBLICAÇÃO POR ERRO

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

EXONERAR, POR MOTIVO DE APOSENTADORIA o Sr. Auri Pereira, do cargo de MOTORISTA, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 01 de abril de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 01 de abril de 2019.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

DECRETO Nº. 022, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970559

DECRETO Nº. 022, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE O USO DE ESPAÇOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO E POR TEMPO DETERMINADO À MITRA DIOCESANA DE TUBARÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito do Município de Imaruí – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 61, incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e

CONSIDERANDO a realização, anual, da centenária Festa do Senhor Bom Jesus dos Passos na cidade de Imaruí;

CONSIDERANDO tratar-se de uma das principais e mais importantes festas religiosas do sul do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a responsabilidade da administração municipal em regulamentar o uso dos espaços públicos, o trânsito local e fazer cumprir as normas sanitárias na comercialização e manipulação de alimentos e bebidas;

CONSIDERANDO tratar-se de questão de elevado saúde, segurança e interesse públicos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o uso dos seguintes Espaços e Logradouros Públicos, no período de 04 de abril a 07 de abril de 2019, para a realização da Festa do Senhor Bom Jesus dos Passos:

I – Trajeto compreendido pelos seguintes logradouros:

- a. Largo da Matriz;
- b. Rua Nereu Ramos, na extensão da Praça Getúlio Vargas;
- c. Rua Antônio Bittencourt Capanema, entre as esquinas das Ruas Nereu Ramos e Senhor dos Passos;
- d. Rua Senhor dos Passos, entre as esquinas das Ruas Antônio Bittencourt Capanema e Capitão Jerônimo Luiz de Bittencourt;
- e. Rua Capitão Jerônimo Luiz de Bittencourt, entre as esquinas das Ruas Senhor dos Passos e José Inácio da Rocha;
- f. Rua José Inácio da Rocha, entre as esquinas das Ruas Capitão Jerônimo Luiz de Bittencourt e o Largo da Matriz;
- g. Rua Coronel José Teixeira da Silva Candemil, entre as esquinas das Ruas Antônio Bittencourt Capanema e Capitão Jerônimo Luiz de Bittencourt; e
- h. Rua Manoel Vicente da Rocha, entre as esquinas das Ruas Capitão Jerônimo Luiz de Bittencourt e Antônio Bittencourt Capanema.

II – Praça Getúlio Vargas;

III – Pontos nº 24, 25, 26, 27, 28, 29, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99 e 100, conforme projeto de mapeamento de pontos anexo.

Art. 2º A utilização dos espaços públicos para fins comerciais estará condicionada a prévio cadastro e expedição de Alvará e Licença de Localização e Funcionamento pelo Setor Tributário da Prefeitura Municipal de Imaruí mediante comprovação documental e recolhimento das respectivas taxas.

Parágrafo Único. As empresas e vendedores ambulantes cadastrados no município de Imaruí, devidamente regularizados para o exercício de 2019, estarão isentos do recolhimento das taxas referentes à expedição do Alvará e Licença de Localização e Funcionamento, desde que o Alvará original guarde relação com a atividade comercial pretendida para o evento descrito no artigo 1º.

Art. 3º A regulamentação do trânsito de veículos automotores durante o período descrito no artigo 1º será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Imaruí, através da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, observando-se as recomendações das autoridades militares competentes.

Art. 4º Caberá a Secretaria Municipal de Saúde expedir normas complementares referentes à expedição de Alvará Sanitário.

Parágrafo Único. As empresas e vendedores autônomos ou ambulantes que comercializarem ou manipularem alimentos e bebidas estão

obrigados, além do cumprimento do disposto do artigo 2º, a retirar Alvará Sanitário.

Art. 5º A Festa do Senhor Bom Jesus dos Passos de 2019 será coordenada por Jailson Manoel Rosa, Secretário de Administração e Finanças, que expedirá os atos normativos complementares e necessários à sua regulamentação.

Parágrafo único. Os casos omissos serão dirimidos pelo Coordenador da Festa e pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, observado a legislação vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 02 de abril de 2019.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROC 43 2019 TP 02 2019 SEDETUR

Publicação Nº 1970502

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI - SEDETUR
PROCESSO Nº 43/2019
TOMADA DE PREÇO Nº 02/2019

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Presidente de Comissão de Licitação e através da SEDETUR – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 17 de abril de 2019, licitação na modalidade de Tomada de Preço, do tipo menor preço global, regida pela Lei nº 8.666/ 93 e suas alterações, e na Lei nº pela Lei complementar nº 123/2006, e suas alterações, para a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UM LETREIRO NO CANTO DA PRAIA DA VILA, COM ESTRUTURA PRÉ-FABRICADA DE CONCRETO ARMADO, ILUMINAÇÃO NOTURNA, PINTURA COLORIDA, DIMENSÕES, LOGOTIPO DO MUNICÍPIO”.

O Edital e seus anexos, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 03 de abril de 2019
Carina Genovez Ferreira Silvestre
Secretária de Desenvolvimento Econômico e Turístico.

PORTARIA PMI/SEAD Nº 258/2019

Publicação Nº 1969770

PORTARIA PMI/SEAD Nº 258, de 01 de abril de 2019.
Dispõe sobre a Destituição a Pedido de Médico ESF, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Destituir a pedido, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Público Edital - 01/2015 (Programa Federal), admitido em 26 de julho de 2016 através da PORTARIA PMI/GGP Nº 408/2016, do cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Destituição
Nikolas Brasiense Fernandes	Médico ESF – 40h	071.166.629-60	01/04/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 01 de abril de 2019.
Camila Pires Fermينو
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 259/2019

Publicação Nº 1970367

PORTARIA PMI/SEAD Nº 259, de 02 de abril de 2019.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora, Sra. RITA DE CÁSSIA ALVES SOARES, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 770.027.509-25, admitida em 22 de fevereiro de 2002, contrato nº 1532, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2012 a 2017	03.04.2019 a 01.07.2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de abril de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 260/2019

Publicação Nº 1970482

PORTARIA PMI/SEAD Nº 260, de 02 de abril de 2019.

Dispõe sobre a concessão do Adicional Sexta-Parte (ASP) e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014 e com base no Decreto PMI nº 314, de 12 de dezembro de 2014, considerando ainda a Resolução SEAGP/GGP nº 001, de 01 de junho de 2015 e o disposto no Processo Administrativo nº 4.696, de 29 de março de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Sra. NIRZE HELENA CORRÊA PEREIRA, inscrita no CPF sob o n.º 578.610.139-87, Professora, matrícula n.º 426, o Adicional Sexta-Parte (ASP), correspondente a sexta-parte da sua remuneração, pelo cumprimento dos 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de abril de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA DA PORTARIA Nº24/2019

Publicação Nº 1970121

ERRATA DA PORTARIA CMI Nº 024/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve publicar a presente Errata, corrigindo o período de Férias descrito na Portaria Cmi nº024/2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Conceder à Senhora Claudia Silva Limas Freitas, Assessora Parlamentar, férias regulamentares de 30 (vinte) dias, dos 30 (trinta) dias a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 02/05/2017 a 01/05/2018, a serem usufruídas da seguinte forma:

I- 30 (vinte) dias no período entre 06/03/2019 e 04/04/2019;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 04 de março de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 02 de Abril de 2019.

Roberto Luiz Rodrigues
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 02/04/2019.

Indaial

PREFEITURA

ATO DE POSSE Nº 61/19

Publicação Nº 1969291

ATO DE POSSE Nº 61/19

De 01 de abril de 2019

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Marcelo Artur Ehrat, nomeado através da Portaria nº 332/19 para o cargo de Assistente Administrativo, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitada pelo Concurso Público nº 001/2017.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O servidor apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 01 de abril de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Marcelo Artur Ehrat

Empossado

ATO DE POSSE Nº 62/19

Publicação Nº 1969296

ATO DE POSSE Nº 62/19

De 01 de abril de 2019

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Daniel Dias de Moraes, nomeado através da Portaria nº 141/19 para o cargo de Pedreiro, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2017.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O servidor apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 01 de abril de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Daniel Dias de Moraes

Empossado

ATO DE POSSE Nº 63/19

Publicação Nº 1969298

ATO DE POSSE Nº 63/19

De 01 de abril de 2019

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Marlon André Schroeder, nomeado através da Portaria nº 337/19 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2017.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O servidor apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 01 de abril de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Marlon André Schroeder
Empossado

ATO DE POSSE Nº 64/19

Publicação Nº 1969302

ATO DE POSSE Nº 64/19

De 01 de abril de 2019

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Fernando de Brito Alcântara, nomeado através da Portaria nº 349/19 para o cargo de Motorista de Caminhão, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2017.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O servidor apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 01 de abril de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Fernando de Brito Alcântara
Empossado

ATO DE POSSE Nº 65/19

Publicação Nº 1969303

ATO DE POSSE Nº 65/19

De 01 de abril de 2019

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Kleiton Furtado Schvabe, nomeado através da Portaria nº 142/19 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2017.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O servidor apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 01 de abril de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

Kleiton Furtado Schvabe
Empossado

DECRETO Nº 1011/19

Publicação Nº 1969273

. DECRETO Nº 1011/19

. De 01 de abril de 2019

DELEGA ATRIBUIÇÕES / SILVIO CESAR DA SILVA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica delegada, ao Senhor Silvio Cesar da Silva, ocupante do cargo de Secretário de Administração e Finanças, para realizar pagamentos e administrar em conjunto com a tesouraria do CNPJ. 83.102.798/0001-00, para a Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1012/19

Publicação Nº 1969392

. DECRETO Nº 1012/19

. De 01 de abril de 2019

DELEGA ATRIBUIÇÕES / JUSSARA MARLI THUROW CONTI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA

Art. 1º - Fica delegada, a Senhora Jussara Marli Thurow Conti, ocupante do cargo de Caixa da Tesouraria, para realizar pagamentos e administrar em conjunto com a tesouraria, do CNPJ. 83.102.798/0001-00, para a Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1013/19

Publicação Nº 1969390

. DECRETO Nº 1013/19

. De 01 de abril de 2019

DELEGA ATRIBUIÇÕES / MARILENI ELISABETH THEINDL

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica delegada, a Senhora Marileni Elisabeth Theindl, ocupante do cargo de Diretora de Gestão Administrativa, para realizar pagamentos e administrar em conjunto com a tesouraria do CNPJ. 83.102.798/0001-00, para a Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1014/19

Publicação Nº 1969393

. DECRETO Nº 1014/19

. De 01 de abril de 2019

DELEGA ATRIBUIÇÕES / FERNANDO FELIX MAURICENZ

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica delegada, ao Senhor Fernando Feliz Mauricenz, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para realizar pagamentos e administrar em conjunto com a tesouraria do CNPJ. 83.102.798/0001-00, para a Prefeitura Municipal de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1015/19

Publicação Nº 1969690

. DECRETO Nº 1015/19

. De 02 de abril de 2019

HOMOLOGA RESOLUÇÃO 04/19 / CMPDI - APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ATENDIMENTO DA PESSOA IDOSA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DA TERCEIRA IDADE DE INDAIAL REFERENTE AO ANO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 10.741/2003, Lei Municipal nº 3296/2004, Decreto nº 655/2017 e de mais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 04/19 do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Aprovar a PRESTAÇÃO DE CONTAS referente ao ano de 2018, que corresponde ao atendimento da Pessoa Idosa do Centro de Convivência e Assessoria para Assuntos da Terceira Idade de Indaial, a Resolução nº 04/2019 do CMDPI é parte integrante deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 02 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

RESOLUÇÃO Nº 04/2019	APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ATENDIMENTO DA PESSOA IDOSA DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA E ASSESSORIA PARA ASSUNTOS DA TERCEIRA IDADE DE INDAIAL REFERENTE AO ANO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
----------------------	--

O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, conferidas pela Lei Municipal nº 3.296 de 20 de agosto de 2004, pelo Decreto nº 655/17 e suas alterações.

CONSIDERANDO:

- A Lei 8.842 de Janeiro de 1.994 que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso;
- A Lei 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;
- A Lei Municipal 3.296/2004 que cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Indaial.
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a PRESTAÇÃO DE CONTAS referente ao ano de 2018, que corresponde ao atendimento da Pessoa Idosa do Centro de Convivência e Assessoria para Assuntos da Terceira Idade de Indaial, em anexo TC – 08 conforme segue:

Despesa:	Valor Ano:		
Pessoal e Encargos:	69.777,26		
*Folha de pagamento: Sirlene+Charles			
Despesas Correntes:	56.222,83		
*Diárias (motoristas a serviço Idoso)	1.360,00		
*Gas de cozinha	656,00		
*Generos de alimentação	28.985,99		
*Material de Expediente	422,54		
*Material de Copa e Cozinha	2.487,04		
*Material de Limpeza	99,00		
*Material de Manutenção Prédio	530,89		
*Material para Manutenção de Veículos	426,45		
*Outros materiais de Consumo	1.552,26		
*Serviços Tec. Profissionais(consertos de aparelhos domésticos)	160,00		

*Mão de Obra para Manutenção de Veículos				460,00		
*Energia Elétrica				3.728,91		
*Consumo de Água e Esgoto				675,18		
*Seguros em Geral (prédio Centro de Convivência)				865,44		
*Multas Infração de Transito (Charles/devolve desc. Folha)				104,13		
*Limpeza e Conservação (roçada terreno)				4.062,00		
*Outros Serviços de Terceiros				2.038,00		
*Auxílio Alimentação em Pecúnia (Folha)				7.609,00		
Despesas de Capital:				578,50		
*Aquisição de uma Suqueira/Refresqueira				578,50		
				126.578,59		
EMPENHO	DATA DE EMISSÃO	ESPÉCIE	NOME CREDOR		VALOR	
11033/2018	18/12/2018	Ordinário	Posto JR LTDA		R\$ 887,63	
10712/2018	30/11/2018	Ordinário	Posto JR LTDA		R\$ 1.294,30	
10060-1/2018	29/11/2018	Subempenho	CANDY TUR FRETAMENTOS LTDA - ME		R\$ 4.500,00	
9864/2018	06/11/2018	Ordinário	FUNDO DE MATERIAIS PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS SC		R\$ 211,65	
8753/2018	28/09/2018	Ordinário	Posto JR LTDA		R\$ 1.494,44	
8227/2018	18/09/2018	Ordinário	Posto JR LTDA		R\$ 1.574,84	
7844/2018	31/08/2018	Ordinário	Posto JR LTDA		R\$ 1.639,90	
7252-1/2018	01/10/2018	Subempenho	LDO TRANSP TURISTICO LTDA EPP		R\$ 2.400,00	
6607/2018	27/07/2018	Ordinário	Posto JR LTDA		R\$ 1.145,29	
5694/2018	29/06/2018	Ordinário	Posto JR LTDA		R\$ 735,54	
5651/2018	28/06/2018	Ordinário	AUTO VIAÇÃO RAINHA EIRELI		R\$ 450,00	
5259/2018	20/06/2018	Ordinário	AUTO VIAÇÃO RAINHA EIRELI		R\$2.250,00	
1167/2018	20/02/2018	Ordinário	DAKASSANIGA COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA		R\$ 100,00	

Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Indaial, 26 de Março de 2019.

Michela Reinert Rusch
Coordenadora do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa de Indaial

DECRETO Nº 1016/19

Publicação Nº 1969794

. DECRETO Nº 1016/19
. De 02 de abril de 2019

Delega atribuições / Isold Thurow

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 92, incisos II, VIII, XI, XII e Parágrafo Único da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor, e considerando as férias do Secretário de Obras,

DECRETA:

Art. 1º - Fica delegada atribuições ao Coordenador de Fiscalização de Obras, Isold Thurow, como responsável pela Secretaria de Obras, cumulativamente com as atribuições do seu cargo, durante o período de férias do Secretário Lindomar Lindner, de 11 de abril à 30 de abril de 2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de abril de 2019.

Município de Indaial, em 02 de abril de 2019.

André Luiz Moser
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei

PORTARIA Nº 487/19

Publicação Nº 1969265

PORTARIA Nº 487/19

De 29 de março de 2019

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 5524 de 03 de abril de 2018 que criou o cargo de Psicólogo e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Psicólogo, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Vanderleia Batista, aprovado em 14º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 29 de março de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 488/19

Publicação Nº 1969277

PORTARIA Nº 488/19

De 29 de março de 2019

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 5442 de 14 de julho de 2017 que criou o cargo de Nutricionista e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Nutricionista, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Carla Luisa Matiola Moser, aprovada em 3º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 29 de março de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

PORTARIA Nº 489/19

Publicação Nº 1969283

PORTARIA Nº 489/19

De 29 de março de 2019

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Ordinária nº 5442 de 14 de julho de 2017 que criou o cargo de Nutricionista e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 37/18 de 31 de janeiro de 2018, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Nutricionista, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Andressa Mezaes da Silva Nascimento, aprovada em 4º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo,

prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 29 de março de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI
Diretora de Gestão de Pessoal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2019

Publicação Nº 1969341

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 071/2019
Edital de Pregão Presencial nº 011/2019-19208

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviço de controle externo de análises clínicas – Ensaio de Proficiência.

Entrega dos envelopes: 16/04/2019 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 16/04/2019 - 14h30min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 006/2019

Publicação Nº 1970541

EXTRATO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Indaial torna público:

Contrato: 006/2019

Pregão Presencial: 003/2019

Contratada: IPM SISTEMAS LTDA.

Objeto: Constitui-se como objeto deste, a contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema informatizado de gestão pública (data center), incluindo ainda serviços de instalação, migração de dados, treinamento, implantação, manutenção, garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico do referido software, conforme padrões de desempenho e qualidade objetivamente descritos nos Anexos do Edital 003/2019.

Valor total do Contrato: R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais).

Data: 21/03/2019.

Vigência: O prazo de validade do presente contrato será de 48 (quarenta e oito) meses a contar do dia 31/03/2019, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário.

Antônio Carlos Fink
Presidente da Mesa Diretora
Câmara Municipal de Indaial

O documento original encontra-se disponível para consulta na unidade demandante desta publicação.

EXTRATO CONTRATO 007/2019

Publicação Nº 1970543

EXTRATO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Indaial torna público:

Contrato: 007/2019

Pregão Presencial: 002/2019

Contratada: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP

Objeto: Constitui-se como objeto deste, a contratação de empresa especializada para fornecimento de condicionadores de ar, cortinas de ar e afins, instalação completa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor total do Contrato: R\$ 25.080,00 (vinte e cinco mil e oitenta reais), correspondendo aos lotes 1, 2 e 3, conforme proposta, obedecendo

a marca e o valor unitário de cada item, que faz parte integrante deste.

Data: 21/03/2019.

Vigência: O prazo de vigência tem início na data da assinatura do contrato até o adimplemento das obrigações, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário, sem prejuízo do prazo de garantia.

Antônio Carlos Fink
Presidente da Mesa Diretora
Câmara Municipal de Indaial

O documento original encontra-se disponível para consulta na unidade demandante desta publicação.

EXTRATO CONTRATO 008/2019

Publicação Nº 1970544

EXTRATO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Indaial torna público:

Contrato: 008/2019

Pregão Presencial: 002/2019

Contratada: SUPERAR EIRELI EPP

Objeto: Constitui-se como objeto deste, a contratação de empresa especializada para fornecimento de condicionadores de ar, cortinas de ar e afins, instalação completa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Valor total do Contrato: R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais), correspondendo ao lote 4, conforme proposta, obedecendo a marca e o valor unitário de cada item, que faz parte integrante deste.

Data: 21/03/2019.

Vigência: O prazo de vigência tem início na data da assinatura do contrato até o adimplemento das obrigações, observada a vigência do correspondente crédito orçamentário, sem prejuízo do prazo de garantia.

Antônio Carlos Fink
Presidente da Mesa Diretora
Câmara Municipal de Indaial

O documento original encontra-se disponível para consulta na unidade demandante desta publicação.

Iomerê

PREFEITURA

PORTARIA 3420/2019

Publicação Nº 1969882

PORTARIA Nº 3420 DE 02 DE ABRIL DE 2019
Prorroga Licença sem Vencimentos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei:

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar a licença sem vencimentos pelo período de 12(doze) meses, a contar de 01/04/20019, a servidora DIANA NAVA PERETI, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial do Municípios-DOM, nos termos da Lei 524/2019

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 02 de abril de 2019.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3418 DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970262

PORTARIA Nº 3418 DE 02 DE ABRIL DE 2019.
Altera Portaria nº 3410 de 18 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o edital de Chamamento Público nº 02/2019;
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 1784/2018,

RESOLVE

Art. 1º Fica instituída comissão de monitoramento e avaliação do edital de Chamamento Público nº 02/2019, na forma que dispõe o Decreto Municipal nº 1784, de 09 de maio de 2018, nomeando para compô-la os seguintes membros:

- I – Josnei Bavaresco, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade;
- II –Roni Marcelo Meneguzzi, ocupante do cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
- III – Helin Perazzoli, ocupante do cargo efetivo de Controle Interno.

Paragrafo único. Fica denominado como presidente da comissão o servidor Josnei Bavaresco e como secretária a servidora Helin Perazzoli.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 02 de abril de 2019.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3419 DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970269

PORTARIA Nº 3.419 DE 02 DE ABRIL DE 2019
Altera Portaria nº 3409 de 18 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o edital de Chamamento Público nº 02/2019;
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 1784/2018,

RESOLVE

Art. 1º Fica instituída comissão de seleção do edital de Chamamento Público nº 02/2019, na forma que dispõe o Art. 5º do Decreto Municipal nº 1784, de 09 de maio de 2018, nomeando para compô-la os seguintes membros:

I – Roni Marcelo Meneguzzi, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas;
II – Jucilene Consoni Rech, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos;
III – Josnei Bavaresco, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade.

Paragrafo único. Fica denominado como presidente da comissão a servidora Jucilene Consoni Rech, e como secretário o servidor Josnei Bavaresco.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 02 de abril de 2019.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 001/2019 CMDCA

Publicação Nº 1969310

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IOMERÊ

RESOLUÇÃO Nº 001, 26 de março de 2019.

Cria a Comissão Especial Eleitoral para organização e condução dos trâmites da eleição do Conselho Tutelar do Município de Iomerê. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Iomerê - CMDCA, por intermédio de sua presidente, no uso de suas atribuições:

CONSIDERANDO a Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Lei Municipal Lei n. 0044/1997 que Dispõe Sobre a Política Dos Direitos Da Criança E Do Adolescente e a Lei Municipal nº. 768/2014 que altera dispositivos da Lei Municipal n. 0044/1997;

CONSIDERANDO a Resolução n. 170/2014, do CONANDA que regulamenta o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar em data unificada em todo território nacional e fixa uma série de providências a serem tomadas pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Poder Público local;

CONSIDERANDO a aplicação do princípio constitucional da prioridade absoluta, competindo ao Estado, à sociedade e à família dedicar a máxima atenção às crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a deliberação da reunião do CMDCA em 21 de março de 2019 que estabelece a Comissão Eleitoral Especial para organização e condução dos trâmites da eleição do Conselho Tutelar do município de Iomerê;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Especial Eleitoral para organização e condução dos trâmites da eleição do Conselho Tutelar do Município de Iomerê para o pleito do ano de 2019, com os representantes:

1. Representante do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente: Barbara Abati.
2. Representantes da Secretaria Municipal de Educação: Simone Cantu Centofanti e Maura Renata Tragancin Perazzoli.
3. Representante da Secretaria Municipal de Saúde: Valéria Grifante.
4. Representante da Câmara Municipal de Vereadores: Tejjane Pastore.
5. Representante da Polícia Civil: Haila Spiller.

Parágrafo único. A Comissão Especial Eleitoral será coordenada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares:

- a) Organizar e coordenar o Processo Eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar;
- b) Receber os pedidos de inscrições dos candidatos concorrentes;
- c) Decidir sobre os recursos e das impugnações;
- d) Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;
- e) Selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;
- f) Providenciar caso não seja possível votação eletrônica, a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado;
- g) Providenciar as credenciais para os fiscais deste Processo Seletivo e Eleitoral;
- h) Receber e processar toda a documentação referente ao Processo Eleitoral;
- i) Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;
- j) Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;
- k) Decidir os casos omissos no Edital para escolha dos Conselheiros Tutelares;

Art. 3º A Comissão a que se refere essa Resolução terá o prazo de vigência até 13 de outubro de 2019, uma semana após o encerramento do pleito.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sirlei Munzlinger Benelli
Presidente do CMDCA

Ipira

PREFEITURA

1280 - REFIS PROGRAMAS COAHB - REEDITADO

Publicação Nº 1969116

Lei nº 1280, de 26 de março de 2019.

“Institui programa de recuperação de créditos de programas habitacionais da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC, vinculados ao Poder Executivo Municipal e dá outras providências.”

Emerson Ari Reichert, Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Recuperação de Créditos relativos aos programas habitacionais da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC, vinculados ao Poder Executivo Municipal – REFIS- COHAB/SC, destinado a promover a renegociação com mutuários beneficiados com recursos habitacionais de qualquer ano e valor.

Parágrafo único: Se enquadram no REFIS- COHAB/SC todos os mutuários com parcelas vencidas de todos os programas de habitacionais vinculados ao Poder Executivo Municipal de Ipira, que efetuará a devida apuração dos valores em atraso, em razão do processo de extinção da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC.

Art. 2º - Apurado o valor consolidado, calculado nos termos do art. 1º, os mutuários poderão optar pelo pagamento em parcela única, ou por parcelamento, nos termos deste artigo.

I - O mutuário que liquidar todo o saldo devedor habitacional apurado, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta Lei, terá anistia integral dos juros e multas incidentes;

II - No mesmo prazo previsto no item anterior, o mutuário poderá efetuar contrato de confissão e parcelamento de dívida se comprometendo em efetuar o pagamento do saldo devedor habitacional apurado, da seguinte forma:

a) em até 03 (três) parcelas mensais, usufruindo da anistia integral da multa e juros;

b) em até 12 (doze) parcelas mensais, usufruindo da redução da multa em 90% (noventa por cento) e dos juros em 80 % (oitenta por cento);

c) em até 18 (dezoito) parcelas mensais, usufruindo da redução da multa em 80 % (oitenta por cento) e juros em 60 % (sessenta por cento);

d) em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, usufruindo redução da multa em 60 % (sessenta por cento) e dos juros em 40 % (quarenta por cento);

e) em até 36 (trinta e seis), parcelas mensais, usufruindo da redução da multa em 40 % (quarenta por cento) e dos juros em 20 % (vinte por cento).

§ 1º: A primeira parcela deverá ser paga no prazo previsto no item I, deste artigo.

§ 2º. O pagamento de parcela, de que trata o item II deste artigo, após o prazo de vencimento incidirá multa de 2% (dois cento) mais juros de 1% (um por cento) ao mês.

§ 3º. O inadimplemento, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, no pagamento das parcelas previstas por esta Lei, acarretará o cancelamento da opção pelo REFIS e seus respectivos benefícios, retornando-se à dívida original, abatida dos valores eventualmente pagos.

Art. 3º - O ingresso no REFIS- COHAB/SC dar-se-á por opção do sujeito passivo, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos previstos nesta Lei.

§ 1º - O sujeito passivo deverá optar, mediante solicitação, junto ao setor de tributação do Município e se efetivará em parcela única ou mediante termo de confissão e compromisso de pagamento da dívida de forma parcelada.

§ 2º - O contribuinte que aderir ao REFIS- COHAB/SC instituído por esta Lei, com créditos que se encontram em execução judicial, fica dispensado do pagamento de honorários advocatícios e das despesas referentes as custas do processo adiantadas pelo Município.

Art. 4º - O poder Executivo, diante da necessidade de melhor operacionalização das disposições desta Lei, poderá regulamentar o programa.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira/SC.

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 26/março/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira

Auxiliar Administrativo

1281 - REFIS 2019

Publicação Nº 1969119

Lei nº 1281, de 26 de março de 2019.

“Institui programa de recuperação de créditos e dá outras providências.”

Emerson Ari Reichert, Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais Municipais – REFIS destinado a promover a regularização de créditos tributários e não tributários do Município de Ipira, SC, de qualquer valor.

Parágrafo único. Se enquadram no REFIS todos os créditos instituídos, reconhecidos e lançados até 31 de dezembro de 2018, inclusive multas, juros e outros encargos, decorrentes de débitos de pessoas físicas ou jurídicas, que estejam em execução fiscal ou não, assim como os que possam já ter sido objeto de adesão a programas de recuperação de créditos instituídos anteriormente e outras formas de parcelamento que tenham sido firmadas, salvo a recuperação de créditos dos Programas COHAB/SC, instituído por norma própria.

Art. 2º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos previstos nesta Lei.

§ 1º O sujeito passivo deverá optar, mediante solicitação, junto ao setor de tributação do Município e se efetivará mediante termo de confissão e compromisso de pagamento da dívida de forma parcelada.

§ 2º A opção deverá ser manifestada e formalizada até o dia 30 (trinta) de setembro do ano de 2019 (dois mil e dezenove).

§ 3º A consolidação das dívidas demonstrará, individualmente, cada um dos débitos, pelo valor original, acrescido da atualização monetária e da multa e juros de mora, calculados da data que deveriam ser adimplidas as obrigações e demonstrados de forma individual.

Art. 3º Apurado o valor consolidado, calculado nos termos do § 3º, do art. 2º, o sujeito passivo poderá optar pelo pagamento em parcela única, ou por parcelamento, nos termos deste artigo.

§ 1º O sujeito passivo que optar pelo pagamento do débito consolidado em parcela única terá o benefício da:

I – anistia integral da multa;

II – anistia integral dos juros;

§ 2º O sujeito passivo, também, poderá optar pelo pagamento do débito consolidado de forma parcelada, conforme adiante estabelecido:

I – em até 3 (três) parcelas mensais, usufruindo do seguinte benefício:

a) da anistia integral da multa;

b) redução dos juros em 90% (noventa por cento);

II – em até 6 (seis) parcelas mensais, usufruindo do seguinte benefício:

a) redução da multa em 90% (noventa por cento);

b) redução dos juros em 80 % (oitenta por cento);

III – em até 12 (doze) parcelas mensais, usufruindo do seguinte benefício:

a) redução da multa em 80 % (oitenta por cento);

b) redução dos juros em 60 % (sessenta por cento);

IV – em até 18 (dezoito) parcelas mensais, usufruindo do seguinte benefício:

a) redução da multa em 60 % (sessenta por cento);

b) redução dos juros em 40 % (quarenta por cento);

V – em até 24 (vinte e quatro), parcelas mensais, usufruindo do seguinte benefício:

a) redução da multa em 40 % (quarenta por cento);

b) redução dos juros em 20 % (vinte por cento);

§ 3º A partir do parcelamento não incidirão juros sobre o saldo devedor e o valor da parcela será fixado em Unidades Fiscais de Referência do Município - UFRM e transformado em moeda corrente no dia do pagamento.

§ 4º O contribuinte que aderir ao REFIS instituído por esta Lei, com créditos que se encontram em execução judicial, fica dispensado do pagamento de honorários advocatícios e das despesas referentes às custas do processo adiantadas pelo Município.

§ 5º O valor de cada parcela de que trata o § 2º deste artigo não poderá ficar inferior a 20 (vinte) UFRMs.

Art. 4º O inadimplemento, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, no pagamento das parcelas previstas por esta Lei, acarretará o cancelamento da opção pelo REFIS e seus respectivos benefícios, retornando-se à dívida original, abatida dos valores eventualmente pagos.

Art. 5º O poder Executivo, diante da necessidade de melhor operacionalização das disposições desta Lei, poderá regulamentar o programa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira/SC.

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 26/março/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira

Auxiliar Administrativo

1282 - PERMUTA TERRENO APAE

Publicação Nº 1969121

Lei nº 1282, de 26 de março de 2019.

Autoriza permuta de imóvel do Patrimônio Público Municipal, por imóvel da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e dá outras providências.

EMERSON ARI REICHERT, Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar o terreno urbano sem denominação, com área de 955,64m² (novecentos e cinquenta e cinco metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), situado na Rua Alexandre Walter Roesler, sob matrícula nº 27.588, de propriedade do Município de Ipira PELO terreno urbano sem denominação, com área de 533,50m² (quinhentos e trinta e três metros e cinquenta decímetros quadrados) situado na Rua Alexandre Walter Roesler sob matrícula nº 15.021, de propriedade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, inscrita no CNPJ sob nº 02.402.602/0001-09, ambos do Registro de Imóveis de Capinzal-SC.

§1º - A sede da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, está edificada sobre o terreno sob matrícula nº 27.588 de propriedade do Município de Ipira, servindo a presente permuta para regularizar a realidade fática dos terrenos.

§2º - A permuta de que trata esta Lei, se processará de igual para igual, sem qualquer pagamento de diferença pelas partes, uma vez que o terreno com área de 533,50m², sob matrícula 15.021 foi doado pelo próprio Município de Ipira para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (R.2-15.021), e pelo interesse de ambas as partes na referida permuta.

Art. 2º - As despesas com a escritura pública e registro da presente permuta, ficará por conta e responsabilidade de cada uma das partes permutantes, no que lhes couberem, ficando a APAE isenta do pagamento dos tributos municipais desta transferência.

Art. 3º - Passam a serem partes integrantes desta Lei, as cópias das Certidões de Registro do Imóvel de propriedade do Município de Ipira e da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da

Prefeitura Municipal de Ipira em 26/março/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira

Auxiliar Administrativo

1283 - BAIXA DIVIDA ATIVA TRIBUTAÇÃO - DIANA OLIVEIRA ME E SILMAR G. SILVA

Publicação Nº 1969123

Lei nº 1283, de 26 de março de 2019.

“Autoriza baixa de Dívida Ativa de contribuintes que especifica.”

EMERSON ARI REICHERT, Prefeito Municipal de IPIRA, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 101, V, da Lei Orgânica, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e esta sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa de dívida ativa das seguintes inscrições e valores:

Nº do Processo Administrativo	Nome	Valor R\$	Motivo da baixa
003/2019	Daiana Mello de Oliveira – CNPJ 23.873.856/0001-77	367,21	Lançamento indevido – Inscrição em outro ente municipal.
005/2019	Silmar Garcia – CNPJ 23.198.752/0001-04	587,89	Alvará de Funcionamento, estando à empresa em inatividade neste período.

Parágrafo único. Os valores das inscrições da dívida ativa que são objeto desta autorização foram apurados através dos inclusos processos administrativos e a respectiva justificativa de forma resumida, mencionado no quadro acima.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira/SC.

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 26/março/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira
Auxiliar Administrativo

1284 - INSTITUI PROGRAMA DE LIXEIRAS RESIDENCIAIS NO MUNICIPIO DE IPIRA

Publicação Nº 1969124

Lei nº 1284, de 26 de março de 2019.

INSTITUI O PROGRAMA "LIXO DE FORMA CORRETA" E DISPÕE SOBRE A CONSTRUÇÃO DE LIXEIRAS PARTICULARES NA TESTADA DOS IMÓVEIS DO PERIMETRO URBANO ABRANGIDOS PELO RECOLHIMENTO DE LIXO NO MUNICIPIO DE IPIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ARI REICHERT, Prefeito Municipal de Ipira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa "LIXO DE FORMA CORRETA" de incentivo a construção de lixeiras particulares para depósito do lixo residencial e comercial, a fim de desobstruir passeios e vias públicas, contribuir para o embelezamento da cidade e colaborar com a limpeza urbana e a higiene pública, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 2º - Os proprietários de imóveis residenciais, comerciais, condomínios entre outros, que tenham frente para ruas abrangidas pela coleta de lixo urbana, salvo terrenos baldios, poderão aderir ao programa e construir lixeiras na testada de seus imóveis, as suas custas, de acordo com os modelos padrões e dimensões fornecidos pelo Município de Ipira, em conformidade com as normas técnicas e legislação vigente e, como incentivo terão o desconto de 10% (dez por cento) no Imposto Predial e Territorial - IPTU, além do desconto pelo pagamento à vista, no ano em que construir ou instalar a lixeira no seu imóvel, devidamente comprovado.

§1º - Para aderir ao programa, os interessados deverão apresentar requerimento à Secretaria Municipal competente, indicando o local onde desejam instalar as lixeiras e optar pelo modelo padrão do Município.

§2º - O requerimento para o desconto de 10% (dez) por cento deverá ser protocolado até 10 (dez) dias antes do vencimento do IPTU, caso contrário o benefício será concedido no exercício seguinte.

Art. 3º - Para fiel observância e cumprimento desta lei, o Poder Executivo poderá expedir atos administrativos que entender necessários.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).
EMERSON ARI REICHERT
Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO
Secretário de Administração e Finanças

Registrada e Publicada no Mural de Atos da
Prefeitura Municipal de Ipira em 26/março/2019.

Elisangela Maria Moraes Meira
Auxiliar Administrativo

PROCESSO DE LICITAÇÃO 024/2019-PMI

Publicação Nº 1970404

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 024/2019 - PMI
Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação nº 004/2019 - PMI

O Município de Ipira torna público que ratificou o ato do Senhor Neocir Rogério de César, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 25 da Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações, para a contratação de apresentação artística através dos Grupos Musicais TCHÊ KAKAREKO e BANDA COSMO EXPRESS, para realização do evento do Mate Show – Aniversário do Município, no dia 15 do mês de agosto de 2019, com início às 14:00 horas, em favor das Empresas S.D. Sonorizações e Eventos Eireli – ME, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e Gervásio Backes - ME, no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Ipira (SC), 02 de Abril de 2019.
Emerson Ari Reichert
Prefeito Municipal

CONTRATO 058/2019-PMI

Publicação Nº 1970256

01/04/2019 31/12/2019 01/04/2019 2019 23 2448 58/2019 0 1 Trata-se de um procedimento de Inexigibilidade de Licitação nos termos do artigo 25, III da Lei 8.666/93, para contratação de apresentação artística para o Evento da FEIRA CULTURAL DE IPIRA a realizar-se de 04 a 06 de outubro de 2019. 47400,00 102778 GR SHOW E EVENTOS LTDA J 1 144 2019 0 39 C 0 0 9 IL 3 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

CONTRATO 059/2019-PMI

Publicação Nº 1970339

01/04/2019 31/12/2019 01/04/2019 2449 59/2019 0 1 "REF: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DE PRODUÇÃO E LOCAÇÃO DE ESTÚDIO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS E FATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO.

CONFORME CONTRATO Nº 059/2019-PMI" 4500,00 102778 GR SHOW E EVENTOS LTDA J 1 9 2019 367 34 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

Decreto nº 047/2019

Publicação Nº 1970191

DECRETO Nº 047 DE 02 DE ABRIL DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REGISTRO NO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM DE ESTABELECIMENTO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, na forma da competência do Município que estão conferidas no Art.109, XXXI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 1.013, de 05 de julho de 2005 e o Decreto Municipal nº 153, de 24 de setembro de 2007;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna – CI nº 01/2019 do Serviço de Inspeção Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido o Registro no Serviço de Inspeção Municipal – SIM, sob o nº 018, à empresa MERCADO NOVA AVENIDA LTDA EPP, inscrita sob o CNPJ nº 04.424.251/0001-54, localizada na Avenida Gustavo Fetter nº 1000, centro do Município de Iporã do Oeste/SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 02 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER
Secretário de Administração e Finanças

PR 021-2019

Publicação Nº 1969885

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2019

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 14:15 horas do dia 16 de Abril de 2019, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO DE TELEFONIA FIXA NA MODALIDADE DE STFC PARA A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <www.ipora.sc.gov.br>.

Iporã do Oeste/SC, 02 de Abril de 2019.

LÚCIO MALLMANN
PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE REDAÇÃO FINAL PL 007/2019**

Publicação Nº 1969154

Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC

Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 007/2019 que ALTERA LEI MUNICIPAL Nº 1.745 DE 28 DE JUNHO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Iporã do Oeste SC, 02 de abril de 2019.

Fernando Ott
Presidente

EXTRATO DE REDAÇÃO FINAL PL 009/2019

Publicação Nº 1969156

Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC

Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 009/2019 que ESTABELECE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Iporã do Oeste SC, 02 de abril de 2019.

Fernando Ott
Presidente

Ipuacú

PREFEITURA

DECRETO Nº 067 DE 29 DE MARÇO DE 2019. NOMEIA NOVA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO 27º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU.

Publicação Nº 1969565

DECRETO Nº 067

DE 29 DE MARÇO DE 2019.

NOMEIA NOVA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO 27º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU.

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os novos membros da COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA das festividades alusivas as comemorações do vigésimo sétimo aniversário do município de Ipuacú, realizadas entre os dias 03 à 05 de maio de 2019, a saber:

- PRESIDENTE: SARITA ANDREA BRAGHINI
- VICE-PRESIDENTE: MÔNICA BRISOLA
- SECRETÁRIA: ADRIANA BACCIN

MEMBROS:

- ALDAIR LUIZ DA SILVEIRA
- ALEXANDRE HENRIQUE CERON
- ELIANE TUROSSI
- ELISAMARA POGGERE
- ELY CRISTINA BINOTTO GRANDO
- GORETE MARIA ZANELLA TRENTIN
- INDIAMARA ALINE VIZOLLI
- JAIME BLOCK
- JONATAS DE OLIVEIRA
- LUCIANE CRISTINA MILESKY
- MARCELO ADOLFO FRANZOSI
- RAQUELI BIASOTTO
- VAGNER PIANA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente Decreto nº 038, de 14 de fevereiro de 2019.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú- SC, em 29 de março de 2019.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2019.

DECRETO Nº 068 DE 01 DE ABRIL DE 2019. DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1969561

DECRETO Nº 068

DE 01 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita de Ipuacú, no uso de suas atribuições e em consonância com a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a VI Conferência Municipal de Saúde, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde na Ata nº 02/2019, datada de 26 de março de 2019 e promovida pela Secretaria Municipal de Saúde, a realizar-se no dia 05 de abril de 2019, com início às 13:00h., tendo como local o Centro Comunitário da Igreja Nossa Senhora de Fátima em Ipuacú/SC.

Art. 2º. A VI Conferência Municipal de Saúde desenvolverá seus trabalhos sob o tema "Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS".

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu - SC, 01 de abril de 2019.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2019.

PL PREF 33.2019 DL PREF 12.2019

Publicação Nº 1969859

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. 33/2019

DIPENSA DE LICITAÇÃO PREF N. 12/2019

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

VALOR GLOBAL: R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais), sendo o menor valor apresentado mediante orçamentos prévios.

CONTRATADA/ EXECUTOR: BRATTI ENGENHARIA, CONSULTORIA E OBRAS LTDA inscrita no CNPJ sob o n.º 10.955.168/0001-04

RAZÃO DA ESCOLHA: menor orçamento apresentado de acordo com cotações prévias.

FUNDAMENTO LEGAL: tendo por base o Inciso I do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93

"Art. 24. É dispensável a licitação:

I - Para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente".

De todo o exposto, considerando-se os aspectos jurídico-legais e o interesse público, o objeto supra descrito pode ser contratado por Dispensa de Licitação.

Considerando decreto presidencial n.º 9.412, de 18 de junho de 2018, o qual atualiza os limites de valores para cada modalidade de licitação consoante publicação no Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/6/2018, Página 17 (Publicação Original)

De todo o exposto, considerando-se os aspectos jurídico-legais e o interesse público, o objeto supra descrito pode ser contratado por Dispensa de Licitação.

OBJETO – TERMO DE REFERÊNCIA

O objetivo central do trabalho é a prestação de consultoria especializada para a elaboração de peças técnicas visando a superação de restrições / inconformidades junto ao SIMEC, mantido pelo FNDE, referente a construção da CRECHE II, de área construída de 890,33m², contemplando os seguintes serviços:

1. CIVIL:

- a) Readequação de planilha orçamentária (valor executado, planilha readequada, indicando valores de supressão/ adição);
- b) Readequação da planta de locação da edificação;
- c) Superar/justificar todas as restrições e inconformidades do sistema.

2. MECÂNICA:

- a) Elaboração de laudo, referente a estabilidade /uso de materiais e serviços do castelo d'água, com fornecimento de orçamento de readequação em caso de utilidade;

3. ELÉTRICA:

- a) Elaboração de projeto e orçamento do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA).

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 195/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969270

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE MONITOR DESPORTIVO POR TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

FLAVIO LAND, Matrícula 2992-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3676907 e do CPF 028.441.649-51, com nomeação para o cargo de MONITOR DESPORTIVO, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial NIVEL CE 100, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 128/2019, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

Ipumirim - SC, 01 de abril de 2019.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 196/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969274

EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

KATIA FRANCIELE ZUMMACH SKOLAUDE, Matrícula 3018-0, com domicílio na Cidade e Município de Arabutã, Carteira de Identidade nº. 5104948871 e do CPF 026.682.310-60, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 167/2019, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

Ipumirim - SC, 01 de abril de 2019.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 197/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969281

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A OSMAR JOSE SIMON, matrícula 2683 férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2018 a 2019 e gozo de 01 de Abril de 2019 a 30 de Abril de 2019.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Abril de 2019.

Ipumirim - SC, 01 de Abril de 2019.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 01/2019

Publicação Nº 1969926

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE IPUMIRIM**RESOLUÇÃO Nº 01/2019**

Dispõe sobre a instituição das Comissões Temáticas.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Reunião Ordinária, realizada na data de 26 de fevereiro de 2019, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº. 1824, de 18 de julho de 2018, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, estabelece readequações do Conselho Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social de Ipumirim e confere outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir as seguintes Comissões Temáticas:

- a) de Normas, Regulamentos e Inscrições;
- b) de Financiamento e Orçamento;
- c) de Política, Divulgação e Comunicação;
- d) de Controle Social do Programa Bolsa Família.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 02 de abril de 2019
Claudira Andreia Kammers Costa
Presidente CMAS

RESOLUÇÃO 02-2019

Publicação Nº 1969927

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE IPUMIRIM**RESOLUÇÃO Nº 02/2019**

Dispõe sobre a homologação dos membros das Comissões Temáticas.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Reunião Ordinária, realizada na data de 26 de fevereiro de 2019, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº. 1824, de 18 de julho de 2018, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, estabelece readequações do Conselho Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social de Ipumirim e confere outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Constitui as Comissões Temáticas, sob a coordenação do primeiro membro:

- a) de Normas, Regulamentos e Inscrições:

Ledimar Casagrande Locatelli
Tatiane Zanella
Patricia de Pinho Bonassi

- b) de Financiamento e Orçamento:

Claudira Andreia Kammers Costa
Gema Fratta Gubert

- c) de Política, Divulgação e Comunicação:

Cidiane Ribeiro Soares Benelli
Adiles Benelli Zanatta

- d) de Controle Social do Programa Bolsa Família:

Adriana Giombelli Borddinhon
Thamires Silvados Santos

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 02 de abril de 2019
Claudira Andreia Kammers Costa
Presidente CMAS

RESOLUÇÃO 07-2019

Publicação Nº 1969929

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE IPUMIRIM

RESOLUÇÃO Nº 07/2019

Dispõe sobre a reprogramação do recurso do cofinanciamento da proteção social básica oriundo do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Ipumirim referente à pactuação realizada no ano de 2018 a ser reprogramado o valor remanescente para o exercício de 2019.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em Reunião Ordinária, realizada na data de 26 de fevereiro de 2019, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº. 1824, de 18 de julho de 2018, que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, estabelece readequações do Conselho Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social de Ipumirim e confere outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a reprogramação do recurso recebido do cofinanciamento da proteção social básica recurso oriundo do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS de Ipumirim referente à pactuação realizada no ano de 2018, a ser reprogramado o valor remanescente em conta para o exercício de 2019.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Ipumirim/SC, 02 de abril de 2019.

Claudia Andreia Kammers Costa
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO Nº 3 DE 2 DE ABRIL DE 2019-CMV

Publicação Nº 1969226

RESOLUÇÃO Nº 3 DE 2 DE ABRIL DE 2019

Designa Vereadores para ocuparem vagas nas Comissões Técnicas Permanentes.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUMIRIM , Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º. Ficam designados os Vereadores Gelson Antunes e Osmar Boelter, para ocuparem vagas na Comissão de Orçamento, Finanças, e Contas Públicas e a Vereadora Adriana de Pinho Tiepo para ocupar vaga na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento e Bem Estar Social, conforme indicação dos Líderes das Bancadas do PR - MDB e PSDB, a quem pertencem as respectivas vagas.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 2 de abril de 2019

Marineide Pick Pilatti
Presidente

Registra-se e publica-se
em 2 de abril de 2019

Adriane Cagol Zanella
Auxiliar Administrativo

ATA DE REUNIÃO E JULGAMENTO DO PL Nº 23, PP Nº 10-2019-PM

Publicação Nº 1969333

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 10/2019 - PR****Processo Administrativo:****Processo de Licitação: 23/2019****Data do Processo: 11/03/2019**

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa para serviço de transportes de alunos do 6º e 7º ano do Núcleo Educacional Municipal João Canton para participar do programa de orientação profissional nível I a ser realizado na cidade de Concórdia sede do SENAI.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 12/2019 (Sequência: 2)

Ao(s) 25 de Março de 2019, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2265/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 23/2019, Licitação nº 10/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e cinco dias do mês de março de 2019, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio, Presidente da Comissão e a servidora Municipal Jucilene Goldoni Calari, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 2265/2016, deram a abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa: VIAGENS ZONTA LTDA - ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante presente apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Srº DANIEL ZONTA sócio proprietário da empresa VIAGENS ZONTA LTDA - ME. Sendo que neste ato a empresa VIAGENS ZONTA LTDA - ME é optante de Micro Empresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo a empresa apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise da proposta constatou-se que a licitante apresentou a mesma conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante presente não manifestou interesse na redução dos preços mantendo os valores da proposta inicial, por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e pelo representante legal da licitante. Na análise da documentação constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelo participante presente, a parte não manifestou qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e pelo representante legal da licitante presente ao final da sessão.

Participante: 7352 - VIAGENS ZONTA LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Saída do núcleo educacional municipal João Canton até o SENAI localizado na SC 283, Rodovia Caetano Chiuchetta nº 757, bairro São Cristóvão em concordia com retorno ao núcleo educacional municipal João Canton, numa extensão de 78km.	DIA	1,00		0,0000	335,40	335,40

Total do Participante -----> 335,40

Total Geral -----> 335,40

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 10/2019 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 23/2019
Data do Processo: 11/03/2019

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 25 de Março de 2019

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO	- - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - Equipe de Apoio
SUZANA GIOMBELLI	- - Equipe de Apoio
MOIRA COMBOSKI	- - Equipe de Apoio
JULIE REGINATO	- - Equipe de Apoio
PAULO DE BORTOLI	- - Equipe de Apoio

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO REFERENTE O PL N° 27, PP N° 12-2019-PM

Publicação N° 1969279

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 12/2019 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 27/2019
Data do Processo: 19/03/2019

Objeto: contratação de serviços de lavagem e lubrificação de veículos, caminhões, máquinas e outros veículos da frota Municipal, conforme quantidades e características anexadas ao Edital.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 6 / 2019

Motivo: Aos dois e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, a Comissão de Licitação reuniu-se para dar início ao embate licitatório acima mencionado. Aberta a seção pública foi constatado que não compareceram interessados em participar do Processo acima transcrito. Diante disso a Comissão decide declarar o certame como deserto. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da Comissão presente.

Ipumirim, 2 de Abril de 2019

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 23, PP Nº 10-2019-PM

Publicação Nº 1969335

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2019 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 23/2019 Data do Processo: 11/03/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 23/2019
b) Licitação Nr.: 10/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 02/04/2019
e) Objeto da Licitação: contratação de empresa para serviço de transportes de alunos do 6º e 7º ano do Núcleo Educacional Municipal João Canton para participar do programa de orientação profissional nível I a ser realizado na cidade de Concórdia sede do SENAI.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

VIAGENS ZONTA LTDA - ME (7352)

1 Saída do núcleo educacional municipal João Canton até o SENAI localizado na SC 283. Rodovia Caetano Chiuchetta nº 757, bairro São Cristóvão em concordância com retorno ao núcleo educacional municipal João Canton, numa extensão de 78km.	DIA	1,00	0,0000	335,40	335,40
---	-----	------	--------	--------	--------

Total do Fornecedor: 335,40

Total Geral: 335,40

Ipumirim, 2 de Abril de 2019.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PL 021/2019 PP 13/2019

Publicação Nº 1970576

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 21/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura AQUISIÇÃO DE "SEMENTES DE AVEIA E AZEVEM", para incentivo dos agricultores no melhoramento da qualidade na área rural, pastagem para animais e recuperação de solos com adubação verde, no município de Iraceminha/SC, CONFORME LEI MUNICIPAL 1.337/2017 DE 04 DE ABRIL DE 2017, pelo período de 12 meses, para a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por ITEM.

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 15/04/2019.

Abertura do certame: às 08:30 do dia 15/04/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 03 de Abril de 2019.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

DECISÃO RECURSO ADMINISTRATIVO - PL 013/2019 PP 08/2019

Publicação Nº 1970563

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº:013/2019
MODALIDADE:Pregão Presencial 08/2019

A empresa requerente, apresentou o recurso hierárquico a esta autoridade administrativa, com pedido de reconsideração da decisão da comissão de licitação, que indeferiu a impugnação anteriormente apresentada.

O recurso é tempestivo e encontra-se respaldo na Lei 8.666/95.

O descontentamento da Requerente reporta-se a falta de marca do produto licitado pela proponente classificada sustentado o descumprimento do edital, uma vez que não foi apresentada a marca pela vencedora.

Em sede de impugnação, a comissão de licitação, emitiu parecer opinativo no sentido de indeferir a impugnação, porem pugnando pelo pedido de diligencias.

Sobreveio parecer jurídico as fls. 130/131 no sentido de proporcionar a comissão de licitação buscar subsídios para fundamentar sua decisão uma vez que as razões invocadas pela impugnante interferem na entrega do produto.

Sugeriu-se também buscar subsídios em parecer técnico, em relação ao próprio objeto licitado quais seriam as especificidades referente a aquisição de sementes que mais representam o produto, a marca ou a cultivar.

As fls. 133 foi acostado parecer técnico de profissional do ramo engenheiro agrônomo que concluiu que a cultivar das sementes e mais especifico na seleção do produto do que a própria marca.

Com base no parecer jurídico e na prova técnica colhida por profissional do ramo de sementes a comissão concluiu pela rejeição total da impugnação.

Era o que tinha que relatar:

DECIDO:

Quando o processo licitatório é realizado, nem sempre há a garantia de uma contratação mais vantajosa para o Poder Público pois pode haver situações nas quais tal contratação será inconveniente para o interesse público, ultrapassando até os custos que dela poderão advir.

O termo licitação designa o procedimento administrativo mediante o qual a Administração, quando interessada em firmar contrato com terceiros, seleciona a proposta mais vantajosa, por meio de competição entre os interessados.

Nos dizeres de Hely Lopes Meireles, no livro Direito Administrativo Brasileiro:

Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de reincidência e moralidade nos negócios administrativos. (MEIRELES, 2008, p.279).

Portanto, a licitação nada mais é que um procedimento administrativo formal que tem como escopo proporcionar à Administração uma aquisição, uma venda, ou uma prestação de serviços de forma mais vantajosa, respeitando-se os princípios constitucionais da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade e publicidade.

Nesse sentido, vem a conceituação de Lucia Valle Figueiredo (1992, p.7):

“Licitação é o procedimento Administrativo formal, nominado, cuja finalidade é selecionar o melhor contratante para a Administração, contratante, este, que lhe deverá prestar serviços, construir-lhe obras, fornecer-lhe ou adquirir-lhe bens”.

Embora toda a celeuma impugnada resida na falta de atenção a vinculação ao edital pela empresa impugnante vislumbra a falta de competitividade entre as participantes o que causa a administração suposto prejuízo na escolha da proposta mais vantajosa.

Ademais, não havendo homologação do procedimentos, não pode-se alegar prejuízos das participantes em detrimento a interesse da Administração Pública.

A Situação ora observada encontra fundamento no posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, o qual defende a tese de que antes da adjudicação do objeto e da homologação do certame, o particular declarado vencedor não tem qualquer direito a ser protegido em face de possível desfazimento do processo de contratação, o que afasta a necessidade de lhe ser assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa. Veja-se:

ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REVOGAÇÃO – CONTRADITÓRIO.

1. Licitação obstada pela revogação por razões de interesse público.

2. Avaliação, pelo Judiciário, dos motivos de conveniência e oportunidade do administrador, dentro de um procedimento essencialmente vinculado.

3. Falta de competitividade que se vislumbra pela só participação de duas empresas, com ofertas em valor bem aproximado ao limite máximo estabelecido.

4. A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório.

5. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado.

6. O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório.

7. Recurso ordinário não provido. (STJ, ROMS nº 200602710804, Rel. Eliana Calmon, DJE de 02.04.2008.)GRIFAMOS

Neste sentido é a decisão para acatar em parte a impugnação da requerente, para decretar a anulação do presente processo licitatório nº 013/2019, com o lançamento de novo edital fazendo constar na descrição do produto que contenha obrigatoriamente o PREÇO, MARCA, AS ESPECIFICAÇÕES DA SEMENTES COM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: NOME DA ESPÉCIE, CULTIVAR, CATEGORIA E SAFRA DE PRODUÇÃO, bem como: COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO REGISTRO NACIONAL DE SEMENTES E MUDAS (RENASEM) DO FRABRICANTE.

Promova-se as intimações necessárias, dando ciência os participantes desta decisão de anulação

Publique-se registre-se.

Iraceminha, 02 de abril de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 030/2019

Publicação Nº 1970230

DECRETO Nº 030/2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019.

DECRETA A ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JEAN CARLOS NYLAND, Prefeito Municipal de Iraceminha-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de julho de 1990 e o que determina a Lei Municipal nº 437/95 de 17 de Abril de 1995:

CONSIDERANDO, que os atos administrativos estão sujeitos à anulação ou revogação.

CONSIDERANDO, que a Súmula 473 do STF “A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

CONSIDERANDO, que a Lei de Licitações (Lei nº 8666/93), no seu artigo 49, tem previsão para anulação dos atos jurídicos praticados;

DECRETA

Artigo 1º. Fica pelo presente Decreto anulado o processo licitatório n. 013/2019 Processo Licitatório Pregão presencial 008/2019, REGISTRO DE PREÇOS que visava à contratação de empresa para fornecimento eventual e futura AQUISIÇÃO DE "SEMENTES DE AVEIA E AZEVEM", para incentivo dos agricultores no melhoramento da qualidade na área rural, pastagem para animais e recuperação de solos com adubação verde, no município de Iraceminha/SC.

Artigo 2º. Revogam-se as disposição em contrário.

Artigo 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Iraceminha, 02 de Abril de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Irani

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019 - FMS

Publicação Nº 1970260

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2019/FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019/FMS

OBJETO: Contratação de pessoa física para prestação de serviços médico Clínico Geral, para atender a Estratégia de Saúde da Família – ESF 02, em regime de 8 horas diárias, de segunda a sexta-feira quando úteis, no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00 às 17h00.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: CRISTIANO ABEL PANAZOLO, CRM Nº 22008, inscrito no CPF sob o nº 005.913.620-07.

VALOR TOTAL: R\$ 81.000,00 (Oitenta e um mil reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: inciso IV do artigo 24, da Lei Federal nº 8666/93.

VIGÊNCIA: 02 de outubro de 2019.

Irani, SC, 02 de abril de 2019.

DILCE SALETE ZENARO – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

Publicação Nº 1970246

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

O MUNICIPIO DE IRANI torna público, que fará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza para uso das Secretarias Municipais.

Recebimento de Envelopes: até às 08h30min do dia 15/04/2019.

Abertura: às 09h00min do dia 15/04/2019.

Informações complementares: Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados na home page www.irani.sc.gov.br, link "Licitações".

E demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone: (049) 3432-3214, ou ainda pelo e-mail licitacao@irani.sc.gov.br.

Irani, SC, 02 de abril de 2019.

Sívio Antonio Lemos das Neves – Prefeito

Irati

PREFEITURA

PREGÃO RP Nº 021/2019-PMI - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS ESPORTIVOS

Publicação Nº 1970577

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Adm. Nº 041/2019

Processo Licitatório Nº 041/2019

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS ESPORTIVOS.

Entrega dos Envelopes: às 13:30 horas do dia 17/04/2018

Abertura dos Envelopes: às 14:00 horas do dia 17/04/2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010 ou pelo site: www.irati.sc.gov.br.

Irati – SC, 02 de abril de 2019.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

PREGÃO RP Nº 022/2019 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, EM ESPECIAL A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES URBANAS E RURAIS

Publicação Nº 1969114

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 042/2019

Processo Licitatório Nº 042/2019

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 022/2019

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, EM ESPECIAL A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES URBANAS E RURAIS

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 17/04/2019

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 17/04/2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 01 de abril de 2019.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA N° 130/2019

Publicação N° 1969306

PORTARIA N °. 130/2019.

EXONERA A PEDIDO, SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n ° 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora PATRICIA HERBST CRESTANI, do cargo de Atendente de Consultório Dentário (40h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, para o qual foi nomeada em 01/07/2008, através da Portaria nº 185/2008.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Abril de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

DECRETO N. 026/2019

Publicação Nº 1969386

DECRETO Nº 026, de 01 de Abril de 2019.

“Fixa escala de sobreaviso dos profissionais de enfermagem e Motoristas para o mês de Abril de 2019 e dá outras providências.”

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de fixar a escala de sobreaviso dos profissionais de enfermagem e dos motoristas para o mês de Abril de 2019;

Considerando que é necessária a publicação para que os munícipes tenham conhecimento antecipado da escala;

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada para o mês de Abril de 2019, a escala de sobreaviso dos profissionais de enfermagem e dos motoristas da Secretaria Municipal de Saúde, na forma do anexo a este decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC, 01 de Abril de 2019.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário de Administração e Fazenda

Escala de Sobreaviso de Enfermagem Abril de 2019

Data	Dia/Semana	Plantão	Plantão dia	Eventos
01/04	Segunda	Alessandra Rieth	Fernando C. Alves	
02/04	Terça	Fernando Cordova Alves	Alessandra Gusatto	
03/04	Quarta	Leila Schmatz	Fernando C. Alves	
04/04	Quinta	Alessandra Gusatto	Alessandra Gusatto	
05/04	Sexta	Andreza da Silva	Fernando C. Alves	
06/04	Sabado	Danieli Ghelen		Alessandra Gusatto(travessia lago 13hs. às 17 hs.)
07/04	Domingo	Alessandra Rieth		
08/04	Segunda	Fernando Cordova Alves	Alessandra Gusatto	
09/04	Terça	Leila Schmatz	Fernando C. Alves	
10/04	Quarta	Alessandra Gusatto	Alessandra Gusatto	
11/04	Quinta	Andreza da Silva	Fernando C. Alves	
12/04	Sexta	Danieli Ghelen	Alessandra Gusatto	
13/04	Sabado	Alessandra Rieth		
14/04	Domingo	Fernando Cordova Alves		
15/04	Segunda	Leila Schmatz	Fernando C. Alves	
16/04	Terça	Alessandra Gusatto	Alessandra Gusatto	
17/04	Quarta	Andreza da Silva	Fernando C. Alves	
18/04	Quinta	Danieli Ghelen	Alessandra Gusatto	
19/04	Sexta	Alessandra Rieth		
20/04	Sabado	Fernando Cordova Alves		
21/04	Domingo	Leila Schmatz		
22/04	Segunda	Alessandra Gusatto	Fernando C. Alves	
23/04	Terça	Andreza da Silva	Alessandra Gusatto	
24/04	Quarta	Danieli Ghelen	Fernando C. Alves	
25/04	Quinta	Alessandra Rieth	Alessandra Gusatto	
26/04	Sexta	Fernando Cordova Alves	Fernando C. Alves	
27/04	Sabado	Leila Schmatz		

28/04	Domingo	Alessandra Guzzatto		
29/04	Segunda	Andreza da Silva	Alessandra Gusatto	
30/04	Terça	Danieli Ghelen	Fernando C. Alves	

Toda e qualquer troca de plantão deve ser comunicado com antecedência ao secretário de saúde, de forma escrita, conforme item 10.3, 10.3.1 e 10.3.1.1 do edital nº 002/2019.

OBS: Suporte Enfermeiras Luisa tel. 998279519 e Eni tel. 988294457

Escala de Sobreaviso Motoristas Ambulância Abril 2019

DATA	DIA/SEMANA	PLANTÃO	SUPORTE
01/04	Segunda	Rafael Taffarel	Vilmar Moreno
02/04	Terça	Vilmar Moreno	Rafael Taffarel
03/04	Quarta	Vilmar Moreno	Rafael Taffarel
04/04	Quinta	Vilmar Moreno	Rafael Taffarel
05/04	Sexta	Vilmar Moreno	Rafael Taffarel
06/04	Sabado	Cleber Granna	Rudimar Borba
07/04	Domingo	Cleber Granna	Rudimar Borba
08/04	Segunda	Cleber Granna	Rudimar Borba
09/04	Terça	Rudimar Borba	Cleber Granna
10/04	Quarta	Rudimar Borba	Cleber Granna
11/04	Quinta	Rudimar Borba	Cleber Granna
12/04	Sexta	Rudimar Borba	Cleber Granna
13/04	Sabado	Jaime Petry	Clovis Hochwart
14/04	Domingo	Jaime Petry	Clovis Hochwart
15/04	Segunda	Jaime Petry	Clovis Hochwart
16/04	Terça	Clovis Hochwart	Jaime Petry
17/04	Quarta	Clovis Hochwart	Jaime Petry
18/04	Quinta	Clovis Hochwart	Jaime Petry
19/04	Sexta	Clovis Hochwart	Jaime Petry
20/04	Sabado	Vilmar Moreno	Rafael Taffarel
21/04	Domingo	Vilmar Moreno	Rafael Taffarel
22/04	Segunda	Vilmar Moreno	Rafael Taffarel
23/04	Terça	Rafael Taffarel	Vilmar Moreno
24/04	Quarta	Rafael Taffarel	Vilmar Moreno
25/04	Quinta	Rafael Taffarel	Vilmar Moreno
26/04	Sexta	Rafael Taffarel	Vilmar Moreno
27/04	Sabado	Rudimar Borba	Cleber Granna
28/04	Domingo	Rudimar Borba	Cleber Granna
29/04	Segunda	Rudimar Borba	Cleber Granna
30/04	Terça	Cleber Granna	Rudimar Borba

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N. 014/2019 INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO PODER LEGISLATIVO DE ITÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1969748

PORTARIA N. 014/2019

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO PODER LEGISLATIVO DE ITÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUSSELEI EDSON PERIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei Federal n. 4.320/64, a Lei Complementar n. 101/2000, a Portaria Conjunta STN/SOF n. 02/2016, a Portaria STN n. 840/2016, as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – NBCASP, os Manuais de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;

Considerando a necessidade de identificar, detalhar e avaliar os bens do Poder Legislativo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída uma Comissão Especial, integrada pelos seguintes servidores: SORAIA ELLIS BUDKE, CRISTINA CASAROTTO ORLANDO, SILVANA COLOSSI e IDACIR ANGELO FINGER, para, sob a presidência da primeira, efetuar o levantamento do Patrimônio Público do Poder Legislativo de Itá, SC.

Art. 2º Dentre outras funções, a presente Comissão terá as seguintes atribuições:

- I. Identificar, documentar e descrever detalhadamente os bens públicos;
- II. Manter controle interno dos bens;
- III. Ao final de cada exercício rever os critérios de depreciação, vida útil, valor residual, reavaliação, redução do valor recuperável dos bens móveis;
- IV. Verificação da etiquetagem dos bens;
- V. Verificação da correta logística dos bens (transferências, baixas e cadastros);
- VI. Classificação dos bens como inservíveis ao Poder Público, para posterior encaminhamento de projeto de lei;
- VII. Elaboração de atas com todas as definições e decisões relativas a administração física ou contábil do patrimônio;
- VIII. Auxílio na elaboração, pelo Contador, das Notas Explicativas do balanço das contas anuais;
- IX. Todas as demais funções relacionadas com o Patrimônio Público.

Art. 3º Os trabalhos realizados pela Comissão Especial serão considerados serviço público relevante, e não serão remunerados.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Itá, Santa Catarina, 02 de abril de 2019.

JUSSELEI EDSON PERIN

Presidente Câmara Vereadores

Registrado e Publicado no Mural Público

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PR 09/2019

Publicação N° 1969362

Pregão Presencial nº 09/2019; Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra necessários para a pintura e troca de piso nas localidades de Bonsucesso e Nova Esperança da Secretaria Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Entrega dos Envelopes: Até às 13:45 horas do dia 16 de abril de 2019; Abertura dos Envelopes: às 14:10 horas do dia 16 de abril de 2019. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Av. Getúlio Vargas, 308, 3º andar, de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site www.itaioptolis.sc.gov.br - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 02 de abril de 2019. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

Itapema

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 013/2019 – PREGÃO – 04.009.2019

Publicação Nº 1969693

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 013/2019 – PREGÃO – 04.009.2019
ATA REGISTRO DE PREÇOS 009/2019

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de sacos para lixo para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.009.2019.

EMPRESAS:

VALOR TOTAL: R\$ 398.010,00 (trezentos e noventa e oito mil e dez reais)

ITENS: 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

PRAZO: 12 (doze) meses.

HOMOLOGAÇÃO: 02/04/2019

Itapema, 02 de abril de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita de Itapema

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.034.2019 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO "CAMINHONETE" PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA DIRETORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE ITAPEMA.

Publicação Nº 1970489

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.034.2019

Objeto: Aquisição de veículo tipo "caminhonete" para atender às necessidades da Diretoria de Proteção e Defesa Civil de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.034.2019.

Entrega dos envelopes: até o dia 15 (quinze) de abril de 2019, às 16:00(dezesseis) horas.

Abertura do Pregão: dia 15 (quinze) de abril de 2019, às 16:01(dezesseis horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações- pregão – pasta 04.034.2019" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 02 de abril de 2019.
Ronaldo Paulino
Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.035.2019 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE JOGOS E MATERIAIS ESPORTIVOS A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA.

Publicação Nº 1970493

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.035.2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de jogos e materiais esportivos a fim de atender às necessidades das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos estimados no Anexo I do Edital Nº. 04.035.2019.

Entrega dos envelopes: até o dia 15 (quinze) de abril de 2019, às 13:00(treze) horas.

Abertura do Pregão: dia 15 (quinze) de abril de 2019, às 13:01(treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "licitações- pregão – pasta

04.035.2019" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.
Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 02 de abril de 2019.
Ronaldo Paulino
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N. 028/2019

Publicação Nº 1970327

PORTARIA LEGISLATIVA Nº. 028/2019

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONCEDE:

Art. 1º Fica concedido férias, aos servidores Valdecir Aparecido Ranucci.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itapema, em 27 de fevereiro de 2019.

Sidinei Moacir Florêncio

Presidente da Câmara Municipal de Itapema/SC

PORTARIA N. 029/2019

Publicação Nº 1970330

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 029/2019

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DETERMINA:

ARTIGO 1º - Fica autorizado ao servidor Fabio João da Silva, sempre que necessário, a condução dos veículos oficiais da Câmara de Vereadores de Itapema.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itapema, em 15 de março de 2019.

Sidinei Moacir Florêncio

Presidente da Câmara Municipal de Itapema/SC

PORTARIA N. 030/2019

Publicação Nº 1970335

PORTARIA LEGISLATIVA Nº. 030/2019

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONCEDE:

Art. 1º Fica concedido férias, ao servidor Fabio João da Silva.

Art. 2º Converter o período de 01/04/2019 à 10/04/2019 em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida, dos dias correspondentes.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itapema, em 28 de março de 2019.

Sidinei Moacir Florencio

Presidente da Câmara Municipal de Itapema/SC

PORTARIA N. 031/2019

Publicação Nº 1970340

PORTARIA LEGISLATIVA Nº. 031/2019

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

TRANSPÕE:

Art. 1º Ficam transpostos: o Senhor Murilo Hennemam Silva, inscrito sob número do CPF – 055.599.899-16, número de RG – 79631337, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, para o cargo em comissão de Coordenador de Controle Interno e Senhora Milena Soares da Costa, inscrita sob número do CPF – 004.506.689-24, número de RG – 3.255.545-8 SSP/SC, do cargo em comissão de Assessora da Presidência, para o cargo de Assessora Parlamentar;

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itapema, em 01 de abril de 2019.

Sidinei Moacir Florêncio

Presidente da Câmara Municipal de Itapema/SC

PORTARIA N. 032/2019

Publicação Nº 1970345

PORTARIA LEGISLATIVA Nº. 032/2019

O Presidente da Câmara de Vereadores de Itapema, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

NOMEIA:

ARTIGO 1º - Fica nomeada a Senhora Amanda Santos Dalago, inscrita sob número do CPF – 110.386.799-74, número de RG – 6.123.221 SSP/SC, para o cargo em comissão de Assessora da Presidência.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itapema, em 01 de abril de 2019.

Sidinei Moacir Florêncio

Presidenta da Câmara Municipal de Itapema/SC

RESOLUÇÃO 005/2019

Publicação Nº 1970318

Resolução nº 005, de 02 de abril de 2019.

Concede o Título de Cidadão Honorário do Município de Itapema.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Itapema, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Município de Itapema ao Senhor Higino Oltramari.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, em 02 de abril de 2019.

Sidinei Moacir Florêncio

Presidente

Cleverson Tanaka Rubini

Vice-Presidente

Yagan Arbax Dadam

1º Secretário

Carlos A. de Souza Ribeiro

2º Secretário

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2019

Publicação Nº 1970579

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 58/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das Propostas: até 08h30min do dia 15/04/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 02 de abril de 2019.

JOSÉ GILVANE LAUER

Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 41 DE 3 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970647

DECRETO Nº 41 DE 3 DE ABRIL DE 2019

HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR CLASSIFICATÓRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ITAPIRANGA/SC, REFERENTE AO EDITAL 03/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. Jorge Welter, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e alterações e da Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologado para conhecimentos dos candidatos o Resultado Preliminar Classificatório (antes dos recursos) referente o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 03/2019, destinado ao provimento das funções, conforme segue:

ENFERMEIRO					
CANDIDATO	ESCOLARIDADE	DATA NASCIMENTO	IDADE	PONTUAÇÃO	CLASSIF.
Anelise Gazola Vargas	Especialização	03/11/1982	36 anos	1,00	1º
Vitêlio Luis de Lima	Graduado	24/4/1978	40 anos	0,00	2º
Karine Theobald	Graduada	22/8/1993	25 anos	0,00	3º

Art. 2º. Os candidatos poderão apresentar recursos da classificação preliminar até o dia 05/04/2019, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, protocolado na Sede Administrativa da Prefeitura e entregue até às 17 horas do dia.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga SC, 3 de abril de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO DO DISTRATO Nº 03/2019/RH

Publicação Nº 1969111

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 03/2019/RH

PARTES: Município de Itapiranga e JACINTA MAHL.

OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 055/2009/RH, como Agente Comunitário de Saúde Micro Área nº 26 em 40 horas semanais. Itapiranga – SC. 01 de abril de 2019.

Jorge Welter – Prefeito

PORTARIA Nº 60/2019

Publicação Nº 1969166

Portaria nº 60 de 1º de abril de 2019

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011, Lei Complementar nº 2/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, partir do dia 1º de abril de 2019, Janaíne Knapp Beumer matrícula nº 15359/01, do cargo de provimento em comissão de Assessora da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 1º de abril de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 61/2019

Publicação Nº 1969169

Portaria nº 61 de 1º de abril de 2019

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011, Lei Complementar nº 2/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 1º de abril de 2019, Oto Afonso Theobald matrícula nº 7617/01, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, em virtude de sua aposentadoria junto ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 1º de abril de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 62/2019

Publicação Nº 1969170

Portaria nº 62 de 1º de abril de 2019

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011, Lei Complementar nº 2/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 1º de abril de 2019, Afonso Lauro Engel matrícula nº 5966/01, do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, em virtude de sua aposentadoria junto ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 1º de abril de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 63/2019

Publicação Nº 1969171

Portaria nº 63 de 1º de abril de 2019

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária de quarenta horas semanais para vinte horas semanais do servidor municipal Enio José Pauli matrícula nº 6723/06, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor do Departamento de Esporte.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º/3/2019.

Itapiranga SC, 1º de abril de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 64/2019

Publicação Nº 1969172

Portaria nº 64 de 1º de abril de 2019

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011, Lei Complementar nº 2/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, partir do dia 1º de abril de 2019, Carlinhos Mallmann matrícula nº 15265/01, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Projetos e Engenharia.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 1º de abril de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

QUADRO DE VENCEDORES Nº 42/2019

Publicação Nº 1969686

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Compras e Contratos
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores

Pág 1 / 1



Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 42 / 2019

CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA REALIZAÇÃO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS (RSU) INSERVÍVEIS, NÃO COMPACTÁVEIS, SENDO DE ORIGEM DOMICILIAR, COMERCIAL E LIMPEZA URBANA DA CIDADE DE ITAPIRANGA E COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS CLASSE I (PERIGOSOS), DA OFICINA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA E CLASSE II DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES.

Fornecedor: 497410 - CETRIC CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE CHAPECO LTDA					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
2	COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS CLASSE I (PERIGOSOS), INCLUINDO RESÍDUOS SÓLIDOS (LODO E OUTROS) DA RAMPA DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, DA OFICINA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA		M3	10	550,00
Total por Fornecedor:					5.500,00
Fornecedor: 204250 - RONIVAN LUIZ TRANTENMULLER - ME					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
3	COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO, DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE II A - RESÍDUOS DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE EFLUENTES.		M3	150	210,00
Total por Fornecedor:					31.500,00
Fornecedor: 88641 - TRANSPORTES SERNI LTDA - ME.					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
1	COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO, RESÍDUOS INSERVÍVEIS/COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO, DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU) INSERVÍVEIS, NÃO COMPACTÁVEIS, VOLUMÉTRICOS, SENDO DE ORIGEM DOMICILIAR, COMERCIAL E LIMPEZA URBANA DA CIDADE DE ITAPIRANGA/SC, SENDO EXCLUSIVAMENTE MOVEIS COMO SOFÁS, MESAS, CADEIRAS, ARMÁRIOS, COLCHÕES, CAMAS, ESCRIVINHAS E OUTROS COMPATÍVEIS, NUM TOTAL DE 20,0 M².		CAR	20	2.000,00
Total por Fornecedor:					40.000,00
Total Geral:					77.000,00

Resumo dos Fornecedores

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
497410 - CETRIC CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE CHAPECO LTDA	2	5.500,00
204250 - RONIVAN LUIZ TRANTENMULLER - ME	3	31.500,00
88641 - TRANSPORTES SERNI LTDA - ME.	1	40.000,00

IPW Sistemas Ltda

Identificador: WCO4612012693-VECOU-291911913 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

02/04/2019 13:38

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 3970, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969974

DECRETO MUNICIPAL Nº 3970, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Altera o Decreto Municipal nº 3202, de 03 de maio de 2017, que altera a composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I e II do artigo 1º do Decreto Municipal nº 3202/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

I – representantes do Poder Público:

a) Secretaria de Meio Ambiente:

1. Rodrigo Cechin Titular;
2. Telma Maria Teixeira Bauer Suplente.

b) Secretaria de Planejamento e Urbanismo:

1. Rafael Vida Almeida Titular;
2. Fernando Vitor Peres Suplente.

c) Secretaria de Saúde:

1. Mariza Aparecida Filla Titular;
2. Marciane Rech Zaganel Suplente.

d) Secretaria de Educação:

1. Elasio Frisanco Titular;
2. Sandra Devegille Suplente.

e) Secretaria de Obras e Serviços Públicos:

1. Cristina Bastos Pequeno Titular;
2. Luciana Hubl Nardo Suplente.

f) Secretaria de Agricultura e Pesca:

1. Jonecir Soares Titular;
2. Valério Pacheco Suplente.

g) Secretaria de Desenvolvimento, Indústria e Comércio:

1. Ricardo da Silva Mattoso Titular;
2. Walcir Hening Machado Suplente.

h) Polícia Militar:

1. Richardson Bortolini Lima Titular;
2. Cleverson Cordeiro da Silva Suplente.

II - ...

I – Representantes da Sociedade Civil Organizada:

a) Ordem dos Advogados - OAB:

1. Ademar Ribas do Valle Filho Titular;
2. Adriano Alves Gouveia Pavan Suplente.

b) Associação Corretores de Imóveis de Itapoá - ACITA:

1. Luis Carlos Zagonel Titular;
2. Jerry Luis Sperandio Suplente.

c) Centro de Engenheiros e Arquitetos de Itapoá - CEAI:

1. João Gabriel Gonzatto Araldi Titular;
2. Marcelo Renisz dos Santos Suplente.

d) Sindicato dos Trabalhadores Fiscais:

1. Willy Dancker Titular;
2. Paulo Martimiano Dias Suplente.

e) Associação de Defesa e Educação Ambiental - ADEA:

1. Werney Zuned Serafini Titular;
2. David Gongora Junior Suplente.

f) Fundação pelo Desenvolvimento de Itapoá – Pró - Itapoá:

1. Eni José Voltolini Titular;
2. Elisa Corso Suplente.

g) Associação Empresarial de Itapoá - ACINI:

1. Fredy Júnior da Silva Titular;
2. Renan Cezar Dal Molin Suplente.

h) Associação dos Catadores e Carroceiros de Itapoá - ACCI:

1. Maria Aparecida Maçaneiro Titular;
2. Talia Aparecida de Britto Wienczkouski Suplente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de abril de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

ATA: 003/2019 - CMAS.

Publicação Nº 1969674

Ata: 003/2019,
Reunião: ORDINÁRIA,
Data: 02/04/2019,
Horário: 09h00

Local: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Aos dois dias do mês de abril de 2019, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, situado na Avenida das Nações Unidas, 340, Centro, Itapoá, às 09h00 foi efetuada a contagem dos presentes, não houve quórum. Em nova contagem realizada às 09h14 houve quórum, estando presentes os conselheiros: Silmara Speck dos Santos (Entidades – APAE), Ana Luiza Valente de Oliveira (Trabalhadores), Célia Maria Konell (SMAS), Simone de Oliveira (SME), Roseli Itner (SMA) (SMS), Neusa Maria Gomes Lopes (SMTTC). Justificativas de ausência: Irene Demarchi (Usuários) e Francisco de Assis Silva (Usuários) e Scheila Aparecida Kziozek Pastuchaki. Ausentes os conselheiros: Claudio Roberson Lemonie (SMTTC), Irene Demarchi (Usuários), Francisco de Assis Silva (Usuários), Saara Regina Demeu Andrade (Entidades – APAE), Caroline Michely da Silva (Trabalhadores), Alexandre Ribeiro da Silva (SMAS), Vania Cleusa Pinto da Silva (SME), Eliana Frigo da Silva (SMS), Roseli Gonçalves Pinheiro (SMA), Claudio Roberson Lemonie (SMTTC). A presidente Ana Luiza Valente de Oliveira dá boas vindas a todos, informa que a reunião será gravada como de praxe e que a pauta foi encaminhada anteriormente aos conselheiros. Expediente (correspondências): Item 01. Despacho do MP sobre o Ofício CMAS 004.2019 - discriminação de entidades. Cópia recebida por ocasião da reunião ocorrida em 21/03/2018 com a presença da Promotora de Justiça, Presidente do CMAS e Secretário Executivo do CMAS, CMDCA e CMI. Item 02. OF. APAE 023.2019 em resposta ao Ofício CMAS 02.2019. Discorreu-se sobre a tipificação das Entidades de Assistência Social e sobre as características da entidade APAE. A conselheira e Assistente Social Silmara Speck efetuou a defesa e esclarecimentos pela entidade, divergindo do teor apresentado pelas técnicas. Relatou que a entidade respondeu ao questionário padrão apresentado pelas técnicas, e que o questionário não contemplou a totalidade de ações da entidade - por ser padrão. Também foi lido aos presentes a comunicação encaminhada pela Federação das APAEs que trata do CEBAS e do CNEAS. A secretária Célia solicitará a equipe técnica que efetue devolutiva para a entidade. A Entidade deverá formalmente requerer reconsideração da decisão da comissão técnica da SMAS. Item 03. Decreto Municipal

3941, publicado em 15/03/2019 que nomeia as Sras. Scheila Aparecida Kziozek Pastuchaki (Tit) e Eliana Frigo da Silva (Supl) pela Secretaria Municipal de Saúde. Pauta Deliberativa: Item 01. Solicitação de Inscrição da Entidade PASTORAL - Definido na ordinária de fevereiro e março o novo encaminhamento dos documentos para todos os conselheiros. Link de acesso encaminhado em 05/02 e em 13/03/2019. A presidente explanou aos presentes os trabalhos realizados pela entidade, em seguida, consultou o plenário sobre a inscrição da entidade. O Plenário deliberou de forma unânime pelo registro da entidade no conselho. Item 02. Prestação de Contas ao Estado. Conforme e-mail de 15/03 encaminhado pela gestão, é necessário o preenchimento pelo Conselho de Parecer em modelo específico fornecido (encaminhado em 19/03/2019). O conselho deliberou por estabelecer dois representantes do conselho para, em conjunto com o técnico e conselheiro Alexandre providenciar a resposta do conselho. Estabelecido a conselheira Roseli Itner e Silmara Speck. Marque-se reunião com o técnico Alexandre. Item 03. Plano de Ação 2019 CMAS. Conforme solicitado pelo conselho, foi encaminhado por e-mail aos membros o plano do ano 2017. Não houve retorno pelo conselho. Conforme deliberado à Ata 001.2019, encaminhado em 05.02.2019 às 14h42. Será efetuado na ordinária de maio, conforme deliberação unânime do conselho. Outros Assuntos: a) Comissão de Prestação de Contas. Conforme IN 20.2015 prazo de publicação 30 de abril. b) Resposta do Conselho sobre o "Questionário de Indicação de Conselheiros". Fica para reunião futura. c) Face ser atribuição do Conselho o Acompanhamento, a implantação e a avaliação do Plano Municipal de Assistência Social. Até o presente momento não houve retorno da SMAS. A secretária Célia se comprometeu a encaminhar resposta ao conselho. d) Regimento Interno do CMAS. A presidente Ana informou consulta ao Ministério Público e que a resposta do MP é que a não cabe ação do MP e que a responsabilidade é do executivo. Caso não ocorra resposta do executivo, o próprio conselho deverá homologar seu regimento. e) Espaço físico da Secretaria Executiva e condições de trabalho. Explanado à secretária a condição de trabalho da Secretaria Executiva, principalmente a gestão documental e a limitação quando do uso simultâneo com o Serviço de Convivência (ruído e dificuldade de acesso). Sugeriu-se a utilização do espaço dos CRAS. Verifique-se a disponibilidade. Encerra-se a reunião às 10h30. Assinam esta ata os presentes:

Silmara Speck dos Santos (Entidades - APAE)
Ana Luiza Valente de Oliveira (Trabalhadores)
Célia Maria Konell (SMAS)
Simone de Oliveira (SME)
Roseli Itner (SMA) (SMS)
Neusa Maria Gomes Lopes (SMTC)

DECRETO MUNICIPAL Nº 3964, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1969954

DECRETO MUNICIPAL Nº 3964, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

Declara de utilidade pública área que específica e dá outras providências.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública para fins de recebimento em doação, parte integrante da matrícula nº 23.957, localizada conforme a seguinte descrição:

I- Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7113062.993 m e E 739644.040 m, deste, segue confrontando com AV. BEIRA MAR 3 - LEI 174/2003; com os seguintes azimutes e distâncias: 183°18'45" e 14.00 m até o vértice A, de coordenadas N 7113049.016 m e E 739643.231 m; deste, segue confrontando com ÁREA REMANESCENTE DA MATRÍCULA Nº. 23.957 CRI ITAPOÁ; com os seguintes azimutes e distâncias: 273°18'45" e 28.00 m até o vértice 3, de coordenadas N 7113050.634 m e E 739615.278 m; deste, segue confrontando com RUA MARIANA MICHELS BORGES (RUA 960) - LEI 110/2002; com os seguintes azimutes e distâncias: 3°18'45" e 14.00 m até o vértice 4, de coordenadas N 7113064.611 m e E 739616.087 m; deste, segue confrontando com ANTERIORMENTE SOCIEDADE COMERCIAL PEROLA LTDA, ATUALMENTE QUADRA 54 DO LOTEAMENTO JARDIM PÉROLA DO ATLÂNTICO; com os seguintes azimutes e distâncias: 93°18'45" e 28.00 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7113062.993 m e E 739644.040 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro.

II- Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice B, de coordenadas N 7112964.827 m e E 739638.358 m, ; deste, segue confrontando com AV. BEIRA MAR 3 - LEI 174/2003; com os seguintes azimutes e distâncias: 183°18'45" e 6.00 m até o vértice 1, de coordenadas N 7112958.837 m e E 739638.011 m; deste, segue confrontando com ANESIO BARROS JUNIOR; com os seguintes azimutes e distâncias: 273°18'45" e 28.00 m até o vértice 2, de coordenadas N 7112960.455 m e E 739610.058 m; deste, segue confrontando com PAULO MERTENS E OUTROS; com os seguintes azimutes e distâncias: 3°18'45" e 6.00 m até o vértice C, de coordenadas N 7112966.445 m e E 739610.405 m; deste, segue confrontando com ÁREA REMANESCENTE DA MATRÍCULA Nº .23.957 CRI ITAPOÁ; com os seguintes azimutes e distâncias: 93°18'45" e 28.00 m até o vértice B, de coordenadas N 7112964.827 m e E 739638.358 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Itapoá (SC), 27 de março de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3968, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969962

DECRETO MUNICIPAL Nº 3968, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Diretor de Departamento de Vigilância em Saúde, do Departamento de Vigilância em Saúde, da Secretária Municipal de Saúde.
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. Elton Luis Pereira da Silveira, no cargo de Diretor de Departamento de Vigilância em Saúde, do Departamento de Vigilância em Saúde, da Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de abril de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3969, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969967

DECRETO MUNICIPAL Nº 3969, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária, do Departamento de Vigilância em Saúde, da Secretária Municipal de Saúde.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. Edson Proença Pereira no cargo de Chefe da Divisão de Vigilância Sanitária, do Departamento de Vigilância em Saúde, da Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de abril de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3971, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969979

DECRETO MUNICIPAL Nº 3971, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Regulamenta os artigos 4º e 6º da Lei Municipal nº 70, de 24 de julho de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam regulamentados os artigos 4º e 6º da Lei Municipal nº 70/2018, com a seguinte redação:

I - as entidades não governamentais que já forem participantes dos Conselhos Municipais terão o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de publicação deste Decreto, para que concluem a entrega dos documentos conforme previsto no artigo 6º da Lei Municipal nº 70/2018;

II - decorrido o prazo estabelecido no inciso II e não sendo atendidas as disposições da Lei Municipal nº 70/2018, ensejará vacância da representação da entidade, sem necessidade de prévia notificação pelo Conselho.

III - em caso de vacância e/ou substituição, durante o mandato, a entidade será substituída por outra dentre as já cadastradas, atendendo a legislação própria de cada Conselho Municipal, no prazo de (30) trinta dias.

Art. 2º A vacância ou ausência de entidade não impossibilita e/ou interrompe as atividades do Conselho.

Art. 3º Caberá ao Presidente garantir a regularização da composição do seu respectivo Conselho, nos termos deste decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de abril de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019 - PROCESSO 21/2019

Publicação Nº 1970412

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

ERRATA AO PREGÃO Nº 08/2019 - PROCESSO Nº 21/2019

DO PREAMBULO, OBJETO E DATA DA SESSÃO PÚBLICA

DATA: 04 de abril de 2019. HORÁRIO: 14h00min (abertura)

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de pacientes do Município de Itapoá/SC aos Hospitais e Clínicas do Município de Joinville/SC, conforme relação emitida pela Secretaria Municipal de Saúde e especificações constantes no Edital e seus Anexos.

O Município de Itapoá torna pública a seguinte correção ao edital epígrafe:

ONDE CONSTA: No preâmbulo do Edital, página 1, onde lê-se: e para conhecimento dos interessados, que até às 13h:30min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 14h:00min do dia 04 de abril de 2019 [...].

1.3.1. Impreterivelmente até às 13h:30min do dia 04/04/2019, para recebimento e protocolo no órgão tributário da Prefeitura de Itapoá dos envelopes nº 01 (Proposta de Preços/Termo de Referência), nº 02 (Documentos de Habilitação), no setor de Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá.

1.4. Os dois envelopes com os documentos deverão ser entregues e protocolados no Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá na data e horário definidos no item 1.4.1. ou remetidos por qualquer outro meio desde que respeitados a data e horário estabelecidos, não assumindo o Município de Itapoá qualquer responsabilidade por entrega fora do prazo no que importará em desclassificação para o certame.

PASSA A VIGORAR: No preâmbulo do Edital, página 1, passa a vigorar: e para conhecimento dos interessados, que até às 13h:30min receberá o protocolo dos envelopes no Setor de Licitações, e que às 14h:00min do dia 04 de abril de 2019 [...].

1.3.1. Impreterivelmente até às 13h:30min do dia 04/04/2019, para recebimento e protocolo no Setor de Licitações da Prefeitura de Itapoá dos envelopes nº 01 (Proposta de Preços/Termo de Referência), nº 02 (Documentos de Habilitação), no setor de Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá.

1.4. Os dois envelopes com os documentos deverão ser entregues e protocolados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá na data e horário definidos no item 1.4.1. ou remetidos por qualquer outro meio desde que respeitados a data e horário estabelecidos, não assumindo o Município de Itapoá qualquer responsabilidade por entrega fora do prazo no que importará em desclassificação para o certame.

Conforme o Art. 21 § 4º da Lei nº 8.666/93, onde consta à DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES mantêm-se a mesma data e horários pois esta alteração não fere os princípios deste artigo, tratando-se de erro material.

Itapoá, 02 de abril de 2019.

FERNANDA CRISTINA ROSA

PREGOEIRA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2019

Publicação Nº 1970511

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2019

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: CARMEM LUCIAKLINGENFUSS JACOBI, inscrita no CNPJ sob o nº 485.170.209-44, CI.RG sob o nº 1540924 SSP/SC e DAP sob o nº SDW0485170209443101180819, residente e domiciliada à Estrada do Salto II, poste 64, Bairro Vila Nova, Joinville/SC.

Licitação: DISPENSA Nº 04/2019 – CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2019 - PROCESSO Nº 18/2019.

Objeto: Credenciamento de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando a aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados a preparação da Merenda Escolar para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE.

VALOR R\$: 10.680,00 (dez mil, seiscentos e oitenta reais)

DATA DA ASSINATURA: 02/04/2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2019

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 02 de abril de 2019.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2019

Publicação Nº 1970512

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2019

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: Sr NICOLAS GABRIEL CECCATO, inscrito no CNPF sob o nº 099.274.979-46, CI.RG sob o nº 5448020 SSP/sc e DAP sob o nº SDW0099274979462801191209, residente e domiciliado à Estrada Quiriri, P103 L12, Joinville/SC.

Licitação: DISPENSA Nº 04/2019 – CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2019 - PROCESSO Nº 18/2019.

Objeto: Credenciamento de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando a aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados a preparação da Merenda Escolar para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE.

VALOR R\$: R\$ 19.998,00 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais).

DATA DA ASSINATURA: 02/04/2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2019

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 02 de abril de 2019.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2019

Publicação Nº 1970513

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2019

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: Sr IVO CECCATO, inscrito no CNPF sob o nº 442.314.589-87, CI.RG sob o nº 1.131.511 SSP/ SC e DAP sob o nº SDW0442314589872801191155, residente e domiciliado à Estrada Quiriri, P103 L12, Joinville/SC.

Licitação: DISPENSA Nº 04/2019 – CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2019 - PROCESSO Nº 18/2019.

Objeto: Credenciamento de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando a aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados a preparação da Merenda Escolar para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE.

VALOR R\$: R\$ 19.998,00 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais).

DATA DA ASSINATURA: 02/04/2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2019

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 02 de abril de 2019.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 4.218/2019

Publicação Nº 1969915

PORTARIA MUNICIPAL Nº 4.218/2019

Data: 14 de fevereiro de 2019

Dispõe sobre quadro de vagas dos servidores públicos Municipais e alterações,

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo.1º - Tornar público o quadro de vagas de servidores das Unidades Administrativas do Município e alterações, de acordo com o artigo nº. 23 paragrafo 1º. da Lei nº.044/2014, exceto os Profissionais do Magistério que possuem legislação própria.

§ 1º - Constam nos quadros abaixo os cargos dos Servidores, as Unidades administrativas onde estão lotados, número de vagas, lotação atual e vagas disponíveis, bem como suas alterações.

RESUMO DAS ALTERAÇÕES		
UNIDADE ADMINISTRATIVA	CARGO	MOTIVO
Procuradoria Jurídica	Advogado I	Fechamento de Vagas
	Advogado II	
	Advogado III	
Secretaria de Assistência Social	Advogado I	Abertura de Vagas
	Advogado II	
	Advogado III	

Secretaria de Saúde	Recepcionista	Exoneração
Secretaria de Saúde	Médico PSF	Exoneração
Secretaria de Planejamento e Urbanismo	Engenheiro Civil III	Exoneração
Secretaria de Educação	Monitor de Laboratório de Informática	Exoneração
Secretaria de Administração	Agente Administrativo II	Promoção
Secretaria de Saúde	Farmacêutico Bioquímico II	Promoção

I - Unidade Administrativa: GABINETE DO PREFEITO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	2	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	3	3	0
SECRETÁRIA EXECUTIVA I	1	1	0
SECRETÁRIA EXECUTIVA II	1	0	1
AGENTE DA DEFESA CIVIL I	1	0	1
ASSISTENTE EM LEGISLAÇÃO I	2	0	2
SERVENTE ESCOLAR	1	1	0

II - Unidade Administrativa: PROCURADORIA JURÍDICA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
ADVOGADO I	3	0	3
ADVOGADO II	1	0	1
ADVOGADO III	1	0	1
AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	3	1
AGENTE ADMINISTRATIVO II	4	4	0
ANALISTA JURÍDICO I	3	0	3
ANALISTA JURÍDICO II	3	0	3
ANALISTA JURÍDICO III	3	0	3

III - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
ADMINISTRADOR I	2	1	1
ADMINISTRADOR II	2	0	2
ADMINISTRADOR III	2	0	2
AGENTE ADMINISTRATIVO I	9	6	3
AGENTE ADMINISTRATIVO II	6	6	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	1	1	0
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	1	1	0
COZINHEIRA (Readaptada)	1	1	0
MÉDICO DO TRABALHO	1	0	1
MOTORISTA (Extinção)	4	3	0
RECEPCIONISTA	1	0	1
TÉCNICO DE INFORMÁTICA I	2	2	0
TÉCNICO DE INFORMÁTICA II	1	0	1
TECNÓLOGO EM GESTÃO DE RH I	1	0	1
TECNÓLOGO EM GESTÃO DE RH II	1	0	1
TECNÓLOGO EM GESTÃO DE RH III	1	0	1
TELEFONISTA	3	1	2
GESTOR PÚBLICO I	1	0	1
GESTOR PÚBLICO II	1	0	1

IV - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	2	2	0
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	0	1
ARQUITETO I	2	1	1
ARQUITETO II	1	0	1
ARQUITETO III	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL I	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL II	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL III	1	0	1
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS I	3	1	2
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS II	2	2	0

TOPÓGRAFO I	1	0	1
TOPÓGRAFO II	1	0	1
AGENTE DE TRÂNSITO I	3	0	3
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES I	2	0	2

V- Unidade de Administrativa: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ADMINISTRATIVO

	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	2	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	0	1
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	1	1	0
AJUDANTE GERAL	2	0	2
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	6	6	0
BIBLIOTECÁRIO I	7	0	7
COZINHEIRA (Extinção)	5	5	0
MONITOR DE LAB. INFORMÁTICA	8	6	2
MOTORISTA (Extinção)	4	4	0
NUTRICIONISTA I	2	2	0
SERVENTE ESCOLAR (Readaptada)	1	1	0
SERVENTE ESCOLAR (Extinção)	17	17	0
TÉCNICO DE INFORMÁTICA I	2	2	0
TÉCNICO EM CONTABILIDADE I	1	1	0

VI - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE SAÚDE

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	7	5	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	6	6	0
AGENTE DE ENDEMIAS	3	3	0
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	2	2	0
AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO	2	0	2
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	28	22	6
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	7	7	0
ENFERMEIRO I	12	11	1
ENFERMEIRO II	2	2	0
ENFERMEIRO III	2	2	0
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO I	2	1	1
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO II	1	1	0
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO III	1	0	1
FISCAL SANITÁRIO I	3	2	1
FISCAL SANITÁRIO II	2	1	1
FISIOTERAPEUTA I	4	4	0
FISIOTERAPEUTA II	2	2	0
FISIOTERAPEUTA III	2	0	2
FONOAUDIÓLOGO I	1	1	0
FONOAUDIÓLOGO II	1	0	1
FONOAUDIÓLOGO III	1	0	1
MÉDICO 20HS	10	3	7
MÉDICO PSF	6	3	3
MOTORISTA (Extinção)	14	14	0
NUTRICIONISTA II	1	1	0
NUTRICIONISTA III	1	0	1
ODONTÓLOGO 40HS	1	1	0
ODONTÓLOGO I	4	0	4
ODONTÓLOGO II	1	1	0
ODONTÓLOGO III	1	0	1
PROFISSIONAL DE ED. FÍSICA I	1	1	0
PROFISSIONAL DE ED. FÍSICA II	1	0	1
PROFISSIONAL DE ED. FÍSICA III	1	0	1
PSICOLOGO I	2	1	1
PSICOLOGO II	1	1	0
PSICOLOGO III	1	1	0
RECEPCIONISTA	7	6	1
SERVENTE ESCOLAR (Readaptada)	1	1	0
TÉCNICO DE RADIOLOGIA I	2	1	1

TÉCNICO DE RADIOLOGIA II	1	1	0
TÉCNICO EM CONTABILIDADE I	1	0	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM I	20	19	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM II	3	3	0
TELEFONISTA	1	1	0
TERAPEUTA OCUPACIONAL I	1	0	1
TERAPEUTA OCUPACIONAL II	1	0	1
TERAPEUTA OCUPACIONAL III	1	0	1
VETERINÁRIO I	1	1	0
VETERINÁRIO II	1	0	1
VETERINÁRIO III	1	0	1

VII - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
ADMINISTRADOR I	1	1	0
ADMINISTRADOR II	1	0	1
ADMINISTRADOR III	1	0	1
ADVOGADO I	1	0	1
ADVOGADO II	1	0	1
ADVOGADO III	1	0	1
AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	3	1
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	1	1	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	1	1	0
ASSISTENTE SOCIAL I	3	3	0
ASSISTENTE SOCIAL II	1	1	0
ASSISTENTE SOCIAL III	1	1	0
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	1	1	0
FACILITADOR DE OFICINA	8	4	4
MOTORISTA (Extinção)	4	2	0
ORIENTADOR SOCIAL I	1	1	0
ORIENTADOR SOCIAL II	1	0	1
PEDAGOGO I	1	1	0
PEDAGOGO II	1	0	1
PEDAGOGO III	1	0	1
PSICOLOGO I	2	2	0

VIII - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
COZINHEIRA (Extinção)	1	1	0
AGENTE OPERACIONAL (Readaptado)	1	1	0
INSTRUTOR MUSICAL	5	1	4
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	1	0
TÉCNICO EM TURISMO I	1	0	1
TÉCNICO EM TURISMO II	1	0	1
BIBLIOTECÁRIO I	1	0	1
BIBLIOTECÁRIO II	1	0	1
BIBLIOTECÁRIO III	1	0	1
PROFESSOR (Readaptado)	1	1	0
PROFESSOR DE MÚSICA I	2	0	2
PROFESSOR DE MÚSICA II	2	0	2
TURISMÓLOGO I	1	0	1
TURISMÓLOGO II	1	0	1

IX - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	1	0
AGENTE ADMINISTRATIVO I	2	1	1
AG. ADMINISTRATIVO I (Readaptado)	1	1	0
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	2	2	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	5	5	0
MECÂNICO VEÍCULO PESADO	2	2	0
MOTORISTA (Extinção)	2	1	0

OPERADOR DE MÁQUINAS	23	12	11
ENGENHEIRO ELETRICISTA I	1	0	1
ENGENHEIRO ELETRICISTA II	1	0	1

X - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	1	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBL. (Extinção)	1	1	0
OPERADOR DE MÁQUINAS	3	2	1
TÉCNICO AGRÍCOLA I	2	0	2
TÉCNICO AGRÍCOLA II	1	0	1

XI - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1	0	1
PROFESSOR (Readaptado)	1	1	0
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA I	1	0	1

XII - Unidade Administrativa: CONTROLADORIA INTERNA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1	0	1
AUDITOR I	1	0	1
AUDITOR II	1	0	1
AUDITOR III	1	0	1

XIII - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1	0	1
AGENTE DE DESENVOLVIMENTO I	1	0	1

XIV - Unidade Administrativa: SECRETARIA DA FAZENDA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	8	6	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	8	8	0
CONTADOR I	2	0	2
CONTADOR II	1	1	0
CONTADOR III	1	0	1
FISCAL DE TRIBUTOS I	4	1	3
FISCAL DE TRIBUTOS II	5	3	2
TÉCNICO DE ARQUIVO I	1	1	0
TÉCNICO DE ARQUIVO II	1	0	1
TÉCNICO DE CONTABILIDADE I	4	2	2
TÉCNICO DE CONTABILIDADE II	3	3	0
AGENTE TRIBUTÁRIO I	3	0	3
AUDITOR FISCAL I	2	0	2
AUDITOR FISCAL II	2	0	2

XV - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBL. (Extinção)	1	1	0
AGENTE ADMINISTRATIVO I	2	2	0
BIÓLOGO I	1	1	0
BIÓLOGO II	1	0	1
BIÓLOGO III	1	0	1
ENGENHEIRO AMBIENTAL I	1	0	1
ENGENHEIRO AMBIENTAL II	1	0	1
ENGENHEIRO AMBIENTAL III	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL I	1	0	1
ENGENHEIRO FLORESTAL I	1	1	0
ENGENHEIRO FLORESTAL II	1	0	1

ENGENHEIRO FLORESTAL III	1	0	1
FISCAL DE MEIO AMBIENTE I	3	1	2
FISCAL DE MEIO AMBIENTE II	1	1	0
TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE I	1	0	1
TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE II	1	0	1
TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE III	1	0	1
GEÓGRAFO I	1	0	1
GEÓGRAFO II	1	0	1
OCEANOÓGRAFO I	1	0	1
OCEANOÓGRAFO II	1	0	1

XVI - Unidade Administrativa: COMANDO DA GUARDA MUNICIPAL

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
GUARDA MUNICIPAL I	6	0	6

§ 2º - A carga horária de trabalho é aquela constante no edital do concurso;

Artigo. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando a Portaria nº 3.869 de 30 de novembro de 2018.

Itapoá (SC), 14 de fevereiro de 2019

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/_____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 4479/2019

Publicação Nº 1969917

PORTARIA MUNICIPAL Nº 4.479/2019

Data: 29 de março de 2019

Dispõe sobre quadro de vagas dos servidores públicos Municipais e alterações,

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo.1º - Tornar público o quadro de vagas de servidores das Unidades Administrativas do Município e alterações, de acordo com o artigo nº. 23 paragrafo 1º. da Lei nº.044/2014, exceto os Profissionais do Magistério que possuem legislação própria.

§ 1º - Constam nos quadros abaixo os cargos dos Servidores, as Unidades administrativas onde estão lotados, número de vagas, lotação atual e vagas disponíveis, bem como suas alterações.

RESUMO DAS ALTERAÇÕES		
UNIDADE ADMINISTRATIVA	CARGO	MOTIVO
Secretaria de Saúde	Enfermeiro I	Exoneração
Secretaria de Saúde	Médico PSF	Exoneração
Secretaria de Saúde	Psicólogo III	Exoneração
Secretaria de Planejamento e Urbanismo	Agente Administrativo I	Exoneração
Secretaria de Planejamento e Urbanismo	Agente Administrativo II	Fechamento de Vaga
Secretaria de Educação	Agente Administrativo II	Fechamento de Vaga
Secretaria de Administração	Agente Administrativo II	Abertura de Vaga
Secretaria de Assistência Social	Agente Administrativo II	Abertura de Vaga
Secretaria de Administração	Agente Administrativo II	Promoção
Secretaria de Educação	Cozinheira (Readaptada)	Lotação

I - Unidade Administrativa: GABINETE DO PREFEITO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	2	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	3	3	0
SECRETÁRIA EXECUTIVA I	1	1	0
SECRETÁRIA EXECUTIVA II	1	0	1
AGENTE DA DEFESA CIVIL I	1	0	1
ASSISTENTE EM LEGISLAÇÃO I	2	0	2
SERVENTE ESCOLAR	1	1	0

II - Unidade Administrativa: PROCURADORIA JURÍDICA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
ADVOGADO I	3	0	3
ADVOGADO II	1	0	1
ADVOGADO III	1	0	1
AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	3	1
AGENTE ADMINISTRATIVO II	4	4	0
ANALISTA JURÍDICO I	3	0	3
ANALISTA JURÍDICO II	3	0	3
ANALISTA JURÍDICO III	3	0	3

III - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
ADMINISTRADOR I	2	1	1
ADMINISTRADOR II	2	0	2
ADMINISTRADOR III	2	0	2
AGENTE ADMINISTRATIVO I	9	5	4
AGENTE ADMINISTRATIVO II	7	7	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	1	1	0
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	1	1	0
MÉDICO DO TRABALHO	1	0	1
MOTORISTA (Extinção)	4	3	0
RECEPCIONISTA	1	0	1
TÉCNICO DE INFORMÁTICA I	2	2	0
TÉCNICO DE INFORMÁTICA II	1	0	1
TECNÓLOGO EM GESTÃO DE RH I	1	0	1
TECNÓLOGO EM GESTÃO DE RH II	1	0	1
TECNÓLOGO EM GESTÃO DE RH III	1	0	1
TELEFONISTA	3	1	2
GESTOR PÚBLICO I	1	0	1
GESTOR PÚBLICO II	1	0	1

IV - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	2	0	2
ARQUITETO I	2	1	1
ARQUITETO II	1	0	1
ARQUITETO III	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL I	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL II	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL III	1	0	1
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS I	3	1	2
FISCAL DE OBRAS E POSTURAS II	2	2	0
TOPÓGRAFO I	1	0	1
TOPÓGRAFO II	1	0	1
AGENTE DE TRÂNSITO I	3	0	3
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES I	2	0	2

V - Unidade de Administrativa: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ADMINISTRATIVO

	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	2	2
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	1	1	0
AJUDANTE GERAL	2	0	2
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	6	6	0
BIBLIOTECÁRIO I	7	0	7
COZINHEIRA (Extinção)	6	6	0
MONITOR DE LAB. INFORMÁTICA	8	6	2
MOTORISTA (Extinção)	4	4	0
NUTRICIONISTA I	2	2	0
SERVENTE ESCOLAR (Readaptada)	1	1	0
SERVENTE ESCOLAR (Extinção)	16	16	0
TÉCNICO DE INFORMÁTICA I	2	2	0

TÉCNICO EM CONTABILIDADE I	1	1	0
----------------------------	---	---	---

VI - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE SAÚDE

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	7	5	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	6	6	0
AGENTE DE ENDEMIAS	3	3	0
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	2	2	0
AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO	2	0	2
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	28	22	6
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	7	7	0
ENFERMEIRO I	12	10	2
ENFERMEIRO II	2	2	0
ENFERMEIRO III	2	2	0
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO I	2	1	1
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO II	1	1	0
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO III	1	0	1
FISCAL SANITÁRIO I	3	2	1
FISCAL SANITÁRIO II	2	1	1
FISIOTERAPEUTA I	4	4	0
FISIOTERAPEUTA II	2	2	0
FISIOTERAPEUTA III	2	0	2
FONOAUDIÓLOGO I	1	1	0
FONOAUDIÓLOGO II	1	0	1
FONOAUDIÓLOGO III	1	0	1
MÉDICO 20HS	10	3	7
MÉDICO PSF	6	2	4
MOTORISTA (Extinção)	14	14	0
NUTRICIONISTA II	1	1	0
NUTRICIONISTA III	1	0	1
ODONTÓLOGO 40HS	1	1	0
ODONTÓLOGO I	4	0	4
ODONTÓLOGO II	1	1	0
ODONTÓLOGO III	1	0	1
PROFISSIONAL DE ED. FÍSICA I	1	1	0
PROFISSIONAL DE ED. FÍSICA II	1	0	1
PROFISSIONAL DE ED. FÍSICA III	1	0	1
PSICOLOGO I	2	1	1
PSICOLOGO II	1	1	0
PSICOLOGO III	1	0	1
RECEPCIONISTA	7	6	1
SERVENTE ESCOLAR (Readaptada)	1	1	0
TÉCNICO DE RADIOLOGIA I	2	1	1
TÉCNICO DE RADIOLOGIA II	1	1	0
TÉCNICO EM CONTABILIDADE I	1	0	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM I	20	19	1
TÉCNICO EM ENFERMAGEM II	3	3	0
TELEFONISTA	1	1	0
TERAPEUTA OCUPACIONAL I	1	0	1
TERAPEUTA OCUPACIONAL II	1	0	1
TERAPEUTA OCUPACIONAL III	1	0	1
VETERINÁRIO I	1	1	0
VETERINÁRIO II	1	0	1
VETERINÁRIO III	1	0	1

VII - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
ADMINISTRADOR I	1	1	0
ADMINISTRADOR II	1	0	1
ADMINISTRADOR III	1	0	1
ADVOGADO I	1	0	1
ADVOGADO II	1	0	1
ADVOGADO III	1	0	1

AGENTE ADMINISTRATIVO I	4	3	1
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	0	1
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	1	1	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBL. (Extinção)	1	1	0
ASSISTENTE SOCIAL I	3	3	0
ASSISTENTE SOCIAL II	1	1	0
ASSISTENTE SOCIAL III	1	1	0
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Extinção)	1	1	0
FACILITADOR DE OFICINA	8	4	4
MOTORISTA (Extinção)	4	2	0
ORIENTADOR SOCIAL I	1	1	0
ORIENTADOR SOCIAL II	1	0	1
PEDAGOGO I	1	1	0
PEDAGOGO II	1	0	1
PEDAGOGO III	1	0	1
PSICOLOGO I	2	2	0

VIII - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
COZINHEIRA (Extinção)	1	1	0
AGENTE OPERACIONAL (Readaptado)	1	1	0
INSTRUTOR MUSICAL	5	1	4
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	1	0
TÉCNICO EM TURISMO I	1	0	1
TÉCNICO EM TURISMO II	1	0	1
BIBLIOTECÁRIO I	1	0	1
BIBLIOTECÁRIO II	1	0	1
BIBLIOTECÁRIO III	1	0	1
PROFESSOR (Readaptado)	1	1	0
PROFESSOR DE MÚSICA I	2	0	2
PROFESSOR DE MÚSICA II	2	0	2
TURISMÓLOGO I	1	0	1
TURISMÓLOGO II	1	0	1

IX - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	1	0
AGENTE ADMINISTRATIVO I	2	1	1
AG. ADMINISTRATIVO I (Readaptado)	1	1	0
AGENTE OPERACIONAL (Extinção)	2	2	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBL. (Extinção)	5	5	0
MECÂNICO VEÍCULO PESADO	2	2	0
MOTORISTA (Extinção)	2	1	0
OPERADOR DE MÁQUINAS	23	12	11
ENGENHEIRO ELETRICISTA I	1	0	1
ENGENHEIRO ELETRICISTA II	1	0	1

X - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO II	1	1	0
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBL. (Extinção)	1	1	0
OPERADOR DE MÁQUINAS	3	2	1
TÉCNICO AGRÍCOLA I	2	0	2
TÉCNICO AGRÍCOLA II	1	0	1

XI - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1	0	1
PROFESSOR (Readaptado)	1	1	0
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA I	1	0	1

XII - Unidade Administrativa: CONTROLADORIA INTERNA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1	0	1
AUDITOR I	1	0	1
AUDITOR II	1	0	1
AUDITOR III	1	0	1

XIII - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	1	0	1
AGENTE DE DESENVOLVIMENTO I	1	0	1

XIV - Unidade Administrativa: SECRETARIA DA FAZENDA

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AGENTE ADMINISTRATIVO I	8	6	2
AGENTE ADMINISTRATIVO II	8	8	0
CONTADOR I	2	0	2
CONTADOR II	1	1	0
CONTADOR III	1	0	1
FISCAL DE TRIBUTOS I	4	1	3
FISCAL DE TRIBUTOS II	5	3	2
TÉCNICO DE ARQUIVO I	1	1	0
TÉCNICO DE ARQUIVO II	1	0	1
TÉCNICO DE CONTABILIDADE I	3	2	1
TÉCNICO DE CONTABILIDADE II	3	3	0
AGENTE TRIBUTÁRIO I	3	0	3
AUDITOR FISCAL I	2	0	2
AUDITOR FISCAL II	2	0	2

XV - Unidade Administrativa: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚB. (Extinção)	1	1	0
AGENTE ADMINISTRATIVO I	2	2	0
BIÓLOGO I	1	1	0
BIÓLOGO II	1	0	1
BIÓLOGO III	1	0	1
ENGENHEIRO AMBIENTAL I	1	0	1
ENGENHEIRO AMBIENTAL II	1	0	1
ENGENHEIRO AMBIENTAL III	1	0	1
ENGENHEIRO CIVIL I	1	0	1
ENGENHEIRO FLORESTAL I	1	1	0
ENGENHEIRO FLORESTAL II	1	0	1
ENGENHEIRO FLORESTAL III	1	0	1
FISCAL DE MEIO AMBIENTE I	3	1	2
FISCAL DE MEIO AMBIENTE II	1	1	0
TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE I	1	0	1
TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE II	1	0	1
TÉCNICO DE MEIO AMBIENTE III	1	0	1
GEÓGRAFO I	1	0	1
GEÓGRAFO II	1	0	1
OCEANOÓGRAFO I	1	0	1
OCEANOÓGRAFO II	1	0	1

XVI - Unidade Administrativa: COMANDO DA GUARDA MUNICIPAL

CARGO	VAGAS	LOTAÇÃO ATUAL	VAGAS DISPONÍVEIS
GUARDA MUNICIPAL I	6	0	6

§ 2º - A carga horária de trabalho é aquela constante no edital do concurso;

Artigo. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando a Portaria nº 4.218 de 14 de fevereiro de 2019.

Itapoá (SC), 29 de março de 2019

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

_____/_____/_____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PREGÃO Nº13/2019- ESTRUTURA PARA 30º ANIVERSÁRIO DE ITAPOÁ O

Publicação Nº 1970361

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº04/2019
PROCESSO Nº24/2019

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por item, EXCLUSIVA às empresas enquadradas na Lei Complementar Nº 123/06, que será redigida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 13h:30min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 14h:00min do dia 15 de abril de 2019, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com o credenciamento, indispensável à participação no certame para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO, BANHEIROS QUÍMICOS, E GRADIL DE SEGURANÇA VISANDO A REALIZAÇÃO DO 30º ANIVERSÁRIO DE ITAPOÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. O Edital e seus anexos poderão ser retirados no site www.itapoa.sc.gov.br, o extrato consultado no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou ainda na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração/Setor de Licitações e Contratos. O horário disponível para retirada é das 13h às 19h.

Itapoá, 02 de abril de 2019.
ANGELA MARIA PUERARI
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 020/2019

Publicação Nº 1970485

Listagem Classificatória

Ao segundo dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, a comissão nomeada pela Portaria Municipal nº 1.801/2017, designada para julgar Processo de Transferência de Servidor, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, se reuniu para conferência documental. Abaixo, quadro de deferimento para a única vaga disponível:

Colocação	Servidor	Cargo	Transferência	
1º	MARCOS BERNARDES DA CUNHA	Operador de Máquinas	De: Secretaria de Agricultura e Pesca	Para: Secretaria de Obras e Serviços Públicos

è Data para recurso: 03 de abril de 2019.

è Classificação final: 05 de abril de 2019.

Itapoá, 02 de abril de 2019.
Vandressa Aparecida Chervinski
Presidente

Cristiane Regina de Bittencourt Costa
Secretária

Sulmária Maria da Silva
Membro

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2019 PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019 ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Publicação Nº 1970425

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2019
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019
ALUNOS ESTAGIÁRIOS

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais CONVOCA os candidatos relacionados abaixo, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela contratação mediante a apresentação dos seguintes documentos, originais e cópias:

- Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência;
- Declaração de matrícula ou frequência regular, na área pretendida;
- Inscrição no CIEE;
- Conta corrente ou poupança no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

CANDIDATO	NÍVEL
Maria Eduarda Resende Sampaio	Ensino médio

OBSERVAÇÃO: O HORÁRIO DE TRABALHO SERÁ DAS 07:30H ÀS 11:30H, CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA CORRESPONDENTE.

CANDIDATO	NÍVEL
Vitor da Silva Silveira	Gestão Ambiental

OBSERVAÇÃO: O HORÁRIO DE TRABALHO SERÁ DAS 13:00H ÀS 19:00H, CONFORME A NECESSIDADE DA SECRETARIA CORRESPONDENTE.

Itapoá, 02 de abril de 2019.

Joselene Gonçalves do Nascimento Cunha
Secretária de Administração

Ituporanga

PREFEITURA

PORTARIA Nº 506, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1969122

PORTARIA Nº 506, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga – SC, de acordo com a Lei 2.189/2007 e Edital nº 002/2017, RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o servidor CÉZAR HENRIQUE VARGAS, admitido em caráter temporário no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM na Secretaria da Saúde, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor em 31 de março de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de março de 2019.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito do Município

BRUNA RUDOLFO

Secretária de Administração

JOSÉ CARLOS DE FARIAS

Secretário da Saúde

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2019

Publicação Nº 1969398

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Dispensa nº 9/2019

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 25/2019.

Contrato Administrativo nº: 62/2019.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA A EQUIPE DIRETIVA E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE JABORA/SC, DURANTE O ANO LETIVO DE 2019.

Valor: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais)

Vigência: 31/12/2019.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: VM TREINAMENTO CAPACITAÇÃO E EVENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.616.945/0001-96.

Jaborá, SC, 29 de março de 2019.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2019

Publicação Nº 1969773

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Kleber Mércio Nora, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 15 de Abril de 2019, às 09:30 horas, destinado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA E LOGÍSTICA EM BRASÍLIA/DF, COM A FINALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA À MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL NA REALIZAÇÃO DE COMPROMISSOS OFICIAIS EM BRASÍLIA-DF, COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE ESCRITÓRIO EM BRASÍLIA- DF, EQUIPADO COM TODA A ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DE REUNIÕES E DEMAIS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, BEM COMO DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS E PROJETOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, JUNTO AOS ÓRGÃOS FEDERAIS, MONITORAR O LANÇAMENTO DE NOVOS PROGRAMAS JUNTO AOS ÓRGÃOS FEDERAIS, OPORTUNIZANDO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL A ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE PROJETOS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508/2014, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 02 de abril de 2019.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO 03-2019

Publicação Nº 1969842

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Março
Página: 1

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JABORA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	47.140,65
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	47.140,65
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.140,65
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	90.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	90.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	101.229,35	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	103.562,21
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.454,64	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.334,30
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	47.140,65	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	49.593,85
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	40,21	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	40,21
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	49.593,85	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	49.593,85
SALDOS ANTERIORES	66.838,82	SALDOS ATUAIS	107.365,31
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	62.062,51	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	105.182,85
BANCO C/ MOVIMENTO	4.776,31	BANCO C/ MOVIMENTO	2.182,46
TOTAL	258.068,17	TOTAL	258.068,17

JABORA, 02/04/2019

RONALDO CADORE
Presidente

JOVANI PEDRO TONIELLO
Contador CRC SC-030442/O-0

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA Nº 007/2015 CONTRATO 136/2016

Publicação Nº 1970525

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO DISPENSA Nº 007/2015

CONTRATO 136/2016

Contratada: ADRIANA ROSTIROLLA – CPF sob o nº 003.713.269-58 e CÉLIA APARECIDA ROSA – CPF sob o nº 163.655.908-57

APOSTILA Nº 007/2019

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93 e em cumprimento ao contido no subitem 3.4 da cláusula terceira do Contrato Original, declaro que o Contrato 136/2015 a partir de 10/03/2019, terá os seus valores unitários reajustados através do INPC, apurado no período de março/2018 a fevereiro/2019, em 3,94%, passando os valores a vigorar conforme tabela abaixo:

Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
12	meses	Locação de imóvel com área total de edificação em alvenaria de 420,56m², composto da matrícula MI 57.128, localizado na Rua 918 – José Martins s/n, no bairro Três Rios do Norte, no município de Jaraguá do Sul/SC, destinado exclusivamente ao funcionamento da Unidade Básica de Saúde Três Rios do Norte.	2.098,50	25.182,00

Jaraguá do Sul, 01 de abril de 2019.

Alceu Gilmar Moretti

Secretário Municipal da Saúde e

Gestor de Fundo Municipal de Saúde

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO INEXIGIBILIDADE Nº 005/2016 TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 118/2016

Publicação Nº 1970530

APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO INEXIGIBILIDADE Nº 005/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 118/2016

Contratada: VALDEMAR SCHWEITZER ME – CNPJ nº 78.977.352/0001-99

APOSTILA Nº 006/2019

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93 e em cumprimento ao contido no subitem 3.4 da cláusula terceira do Contrato Original, declaro que o Termo de Credenciamento nº 118/2016 a partir de 01/03/2019, terá os seus valores unitários reajustados através do INPC, apurado no período de março/2018 a fevereiro/2019, em 3,94%, passando os valores a vigorar conforme tabela abaixo:

Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
144	Und.	1) Castração de cães e gatos, fêmeas abaixo de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	263,75	37.980,00
24	und	1) Castração de cães e gatos, fêmeas acima de 25kg, através de ovário salpingo histerectomia; 2) Chipagem com microchip estéril, revestido por camada antimigratória e lido por leitores universais devendo atender a norma NBR 4.766, as correlatas ou outras que as substituam; 3) 01 (uma) diária de recuperação do procedimento cirúrgico de castração 4) Vacina antirrábica.	316,50	7.596,00

Jaraguá do Sul, 01 de abril de 2019.

Alceu Gilmar Moretti

Secretário Municipal da Saúde e

Gestor de Fundo Municipal de Saúde

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 019/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação Nº 1970522

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 019/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos termos do Artigo 10-A, 230 e 231 da Lei Municipal 1.182/88 e Artigos 2º e 3º da Lei Municipal 7.728/2018, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado	CPF/CNPJ	Notificação Preliminar	Medidas Determinadas	Prazo
Maria Rosemeri Deretti	609.196.639-15	26067/2019	Consertar calçada, imóvel cadastro nº 2423.	30 dias

Consideram-se notificados o(s) contribuinte(s) acima listados no prazo de 30 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, incorrerá o (s) notificado (s) nas penas do Art. 44 da Lei 7.728/2018, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 020/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação Nº 1970523

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 020/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a situação emergencial e o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 10-a da Lei Municipal 1182/88 e Artigo 4º, III da Lei 5427/2009, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado (a)	CPF/CNPJ	Notificação	Medida Determinada	Prazo para Cumprimento
Willy Vogtmannsberger	422.719.678-72	26602/2019	Roçar e limpar o imóvel cadastro: nº 17948.	15 dias
Tercilio Gretter	121.160.099-87	26573/2019	Roçar e limpar o imóvel cadastro: nº 31006.	15 dias

Considera-se notificado o contribuinte acima listado no prazo de 15 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, acarretará na aplicação de multa contra o notificado, nos termos do Art. 7º da Lei 5427/2009, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 021/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

Publicação Nº 1970524

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 021/2019 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos termos do Artigo 10-A, 230 e 231 da Lei Municipal 1.182/88 e Artigos 2º e 3º da Lei Municipal 7.728/2018, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado	CPF/CNPJ	Notificação Preliminar	Medidas Determinadas	Prazo
Luciane Margo De Marchi dos Santos	593.064.085-00	24620/2019	Refazer calçada, imóvel cadastro nº 15434.	240 dias
Aristides Adolar Moretti	103.942.149-00	26559/2019	Construir a calçada em frente ao imóvel cadastro: 37680.	240 dias

Consideram-se notificados o(s) contribuinte(s) acima listados no prazo de 240 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, incorrerá o (s) notificado (s) nas penas do Art. 44 da Lei 7.728/2018, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/2019

Publicação Nº 1970535

EXTRATO D E C O N T R A T O Nº 146/2019**PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 55/2019****FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 24, inciso XIII, da lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.**CONTRATADA:** FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL**OBJETO:** Contratação de instituição especializada para prestação de serviços de formação para gestores escolares atuantes na educação básica da rede municipal de ensino de Jaraguá do Sul, em conformidade com o Anexo I desta Contratação.**PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA:** O prazo de execução compreende o período de 02/04/2019 a 08/10/2019, acrescido de 60 (sessenta)

dias de prazo de vigência.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará a Contratada o valor de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais) por etapa, perfazendo o valor de R\$ 63.700,00 (sessenta e três mil e setecentos reais) pela totalidade da contratação.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após cada etapa do cronograma de execução.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O recurso orçamentário decorrente da despesa desta contratação correrá por conta da dotação orçamentária do exercício de 2019, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recurso
12.128.0300.2.114	Capacitação de servidores – Educação	3.3.90 – aplicações diretas	94	Salário Educação

DATA DA ASSINATURA: 29/03/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Rogério Jung e Tarcísio dos Santos Junior

Rogério Jung

Secretário Municipal de Educação

EXTRATO DO CONTRATO N° 123/2019

Publicação N° 1970526

EXTRATO DO CONTRATO N° 123/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: GET INFORMÁTICA LTDA - EPP

OBJETO: O presente contrato consiste na contratação de Empresa Especializada, no mercado, para prestar serviço de implantação, migração, treinamento técnico com carga horária de 8 (oito) horas presenciais, acompanhamento técnico e formação continuada em uso Pedagógico das Tecnologias Educacionais e acompanhamento pedagógico, para Secretaria Municipal de Educação de Jaraguá do Sul – SC .

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores conforme previstos no item 4.2 da cláusula quarta deste contrato.

PAGAMENTO: O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente do país, em parcelas mensais e/ou na totalidade desde que o serviço tenha sido efetivamente prestado, na segunda quarta-feira após a execução dos serviços, de acordo com cada etapa do Cronograma Físico-Financeiro da Contratante, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, relatório dos serviços prestados, cópia das guias de recolhimento do INSS e do FGTS, bem como da quitação da folha de pagamento de seus empregados envolvidos na execução do objeto contratual, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF n°. 209, de 20/05/99.

Prazo de implantação: O prazo de implantação será de no máximo 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

Prazo de execução: O prazo de execução será de 12 (doze) meses, contados a partir do dia seguinte do recebimento da respectiva ORDEM DE SERVIÇO, o prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2019, prevista no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DATA DA ASSINATURA: 12/03/2019

SIGNATÁRIOS: Rogério Jung e Daniel Padilha Garrido

Rogério Jung

Secretario Municipal da Educação

EXTRATO DO CONTRATO N° 139/2019

Publicação N° 1970527

EXTRATO DO CONTRATO N° 139/2019

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS N° 002/2019-FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de reformas de adequações de acessibilidade na UBS Dr. Erich Kauffmann, localizado na Rua Onélia Horst n° 208, esquina com a Rua Expedicionário Antonio Carlos Ferreira, no Bairro Vila Lenzi, UBS Oscar Oldenburg, localizado na Rua Bertha Weege n° 2985, esquina com a Rua Emílio Otto Augusto Oldenburg, no Bairro Jaraguá 99 e UBS Renato Pradi, localizado na Rua José Narloch s/n°, no Bairro São Luís, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 67.255,86 (sessenta e sete mil duzentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) referentes à mão de obra e R\$ 141.858,99 (cento e quarenta e um mil oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos) referente aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 209.114,85 (duzentos e nove mil cento e quatorze reais e oitenta e cinco centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: A despesa do objeto deste contrato correrá por conta de recurso orçamentário do exercício de 2019, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0755.1660	Reforma e adequação das unidades de saúde (Tac acessibilidade).	4.4.90 – Aplicações Diretas	83	002 – Receitas Imp. e Trsf. De Imp. Saúde

DO PRAZO: O prazo para execução dos serviços é de 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 22/03/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Rogério Silvano André.

Alceu Gilmar Moretti
Secretario Municipal da Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2019

Publicação Nº 1970528

EXTRATO DO CONTRATO Nº 140/2019

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019-FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de reformas de adequações de acessibilidade no Pama I – Farmacêutico Aroldo Schulz, localizado na Rua Jorge Czerniewicz nº 800, esquina com a Rua Henrique Marquardt, no Bairro Czerniewicz, UBS Álvaro Batalha, localizado na Rua Dona Matilde nº 375, esquina com a Rua Ernesto Lessman, no Bairro Vila Lalau, UBS Adilson Bassani, localizado na Rua 25 de Julho nº 576, esquina com a Rua Eusébio Depouy, no Bairro Vila Nova e USB Jaqueline Francener, localizado na Rua João Sanson nº 156, no Bairro Ilha da Figueira, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 67.433,37 (sessenta e sete mil quatrocentos e trinta e três reais e trinta e sete centavos) referentes à mão de obra e R\$ 146.242,18 (cento e quarenta e seis mil duzentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos) referente aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 213.675,55 (duzentos e treze mil seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: A despesa do objeto deste contrato correrá por conta de recurso orçamentário do exercício de 2019, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0755.1660	Reforma e adequação das unidades de saúde (Tac acessibilidade).	4.4.90 – Aplicações Diretas	83	002 – Receitas Imp. e Trsf. De Imp. Saúde

DO PRAZO: O prazo para execução dos serviços é de 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 22/03/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Rogério Silvano André.

Alceu Gilmar Moretti
Secretario Municipal da Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2019

Publicação Nº 1970529

EXTRATO DO CONTRATO Nº 141/2019

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2019-FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de reformas de adequações de acessibilidade no USB Dr. Agostinho Luis Bianchi, localizado na Rua Maximino Beber nº 595, no Bairro Santo Antonio, UBS Dr. Alexandre Otsa, localizado na Rua José Bauer nº 507, esquina com a Rua da Abolição, no Bairro Rau, UBS Pe. Antonio Echelmeyer, localizado na Rua André Voltolini nº 114, no Bairro Nereu Ramos e USB Luis Martins Gonçalves, localizado na Rua Annieta Mathias Enke nº 500, no Bairro Amizade, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 71.771,10 (setenta e um mil setecentos e setenta e um reais e dez centavos) referentes à mão de obra e R\$ 157.929,95 (cento e cinquenta e sete mil novecentos e vinte e nove reais e noventa e cinco centavos) referente aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 229.701,05 (duzentos e vinte e nove mil e noventa e cinco reais e cinco centavos).

mil setecentos e um reais e cinco centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: A despesa do objeto deste contrato correrá por conta de recurso orçamentário do exercício de 2019, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
10.301.0755.1660	Reforma e adequação das unidades de saúde (Tac acessibilidade).	4.4.90 – Aplicações Diretas	83	002 – Receitas Imp. e Trasn. De Imp. Saúde

DO PRAZO: O prazo para execução dos serviços é de 240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 22/03/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Rogério Silvano André.

Alceu Gilmar Moretti
Secretario Municipal da Saúde

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Publicação Nº 1970536

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, com sede governamental na Rua Isidoro Pedri n.º 120, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 14.007.211/0001-60, neste ato representado pelo seu Gestor, Sr. ALCEU GILMAR MORETTI,

NOTIFICA EXTRAJUDICIALMENTE

a empresa EFETIVE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.101.480/0001-01, com sede na Rua Gouber Pinto Dionisio, nº 55, Cidade Industrial, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com fundamento nos artigos 86 e 87, e demais incisos, da Lei n.º 8.666/93, pelas razões que passa a expor:

A empresa contratada foi vencedora de itens no Pregão Presencial Nº 035/2018-FMS, para Registro de Preços, cujo objeto foi o fornecimento de EQUIPAMENTOS MÉDICO, AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICOS ao longo de 12 (doze) meses, destinados a equipar as Unidades de Saúde Básica da Rede Municipal – Sistema Único de Saúde – SUS, segundo as conveniências da Administração Direta.

Em 14 de Dezembro de 2018 foi emitida as Autorizações de Fornecimento nº 2973, 2978 e 2983/2018 e entregue a notificada na data de 14/12/18 via correio eletrônico, e-mail, para o fornecimento dos itens 02, 30, 32, 13 e 21 – Auto Clave 21 lts, Fotóforo, Foco Cirúrgico com Tripé, Luminária Ginecológica Flexível, Seladora Termo Eletrônica.

Ocorre que, devido ao período de recesso e férias coletivas da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, de 24 de Dezembro de 2018 à 21 de Janeiro de 2019, solicitamos via correio eletrônico a notificada a prorrogação da entrega dos itens para após o término das férias coletivas. Em 01/02/2019 recebemos o item 21 – Seladora Termo Eletrônica na quantidade de 06 (Seis) unidades conforme NFe 39.686 de 29/01/19, referente a AF 2983/2018, após conferência o equipamento foi aprovado.

Posteriormente recebemos os equipamentos Auto Clave 21 lts na quantidade de 05 (cinco) unidades, referente as AFs 2973 e 2983/2018, conforme NFe 39.878 e 39.879 de 06/02/19, após conferência do técnico responsável pela manutenção da SEMSA, Sr. Luizmar, foi detectado as seguintes inconformidades: Falta 01 Bandeja - Solicitado 03 Bandejas, equipamento apresenta 02 Bandejas e Não apresenta despressurização automática p/ reservatório externo. Na mesma oportunidade foi entregue os itens constantes na AF nº 2978/2018, conforme NFe 39.880 de 06/02/19, onde apresentaram as seguintes inconformidades: Item 30 - Fotóforo LED: Manual de instruções afim de verificar as especificações do equipamento e Item 32 - Foco Cirúrgico c/ Tripé: Marca cotada Levita equipamento entregue da marca Metalic e Altura Ajustável de 1,20 à 2,00m não está atendendo ao Edital. As divergências acima foram encaminhadas via correio eletrônico a notificada em 18/02/19 para as devidas providências e correções.

O item 13 – Luminária Ginecológica Flexível foi entregue na quantidade total de 04 (quatro) unidades conforme NFe 40.278 de 21/02/19, após conferência com o descritivo do Edital foi verificado que o mesmo contem 03 rodízios em sua base, porém, o Edital solicita 04 rodízios. Notificada foi informada da divergência em 19/03/19 via correio eletrônico.

Após os contatos via telefone e correio eletrônico ressaltando a necessidade do Órgão, até a presente data não foram feitas as entregas, bem como as correções apontadas dos equipamentos solicitados.

Diante de tais fatos, o Município de Jaraguá do Sul, através da Secretaria Municipal da Saúde, usando a prerrogativa dos artigos 87, inciso I da Lei n.º 8.666/93, bem como o Decreto Nº 11.184/2017 de 11/01/17, quanto à competência, REQUER QUE O PROBLEMA RELATADO SEJA SOLUCIONADO E QUE SEJAM ESCLARECIDOS OS MOTIVOS DA AUSÊNCIA DE PLENO ATENDIMENTO QUANDO DA ENTREGA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, considerando válido para todos os efeitos o encaminhamento via fac-símile, retorno de leitura via-email ou AR-simples via correio.

Decorrido o prazo, poderá ser instaurado processo administrativo e aplicadas as penalidades administrativas, que estão dispostas no artigo 87 da Lei 8.666/93, no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520 e na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço nº 205/2018.

Jaraguá do Sul, 27 de Março de 2019.

REGINALDO PANSTEIN
Agente de Logística

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretario Municipal de Saúde

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 125/2019 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 543/2018

Publicação Nº 1969209

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 125/2019 AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 543/2018

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 83.102.459/0001-23, com sede governamental na Rua Walter Marquardt, Nº 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, inscrito no CPF sob o Nº 438.634.429-20 e portador da Carteira de Identidade Nº 1000852 SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Piçarras, Nº 60, Apto. 1001, Condomínio Residencial Vernon, Centro, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONCEDENTE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), inscrito no CNPJ/MF sob Nº 14.007.211/0001-60, com sede à Rua Isidoro Pedri, Nº 120, bairro Barra do Rio Molha, neste ato representado por seu Gestor, Senhor ALCEU GILMAR MORETTI, de ora em diante denominado simplesmente de FUNDO, e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE JARAGUÁ DO SUL - "BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS", pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob Nº 84.434.257/0001-41, com sede à Rua Presidente Epitácio Pessoa, Nº 90, Centro, nesta cidade, neste ato representada por seu Presidente, Senhor IVAN CESAR FALLGATTER, inscrito no CPF Nº 683.130.719-15 e Carteira de Identidade Nº 1.989.666-2, residente e domiciliado à Rua Marina Frutuoso, Nº 300, Centro, nesta cidade, de ora em diante denominada simplesmente de CONVENIENTE, pactuam o presente Termo Aditivo ao Convênio Nº 543/2018, autorizado pela Lei Municipal Nº 7.834/2018, de 19 de dezembro de 2018, fazendo-o nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ADITAMENTO

1.1 Fica acrescido à Cláusula Sexta, do Termo de Convênio Nº 543/2018, o seguinte item 6.3:

"CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONVÊNIO

6.1 ...

6.2 ...

6.3 Os Recursos Federais serão repassados à CONVENIENTE somente quando os respectivos valores forem disponibilizados ao Fundo Municipal de Saúde (FMS)."

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

2.1 Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Convênio não expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo, do qual este instrumento passa a fazer parte integrante e inseparável para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1 Fica eleito o foro da Justiça Estadual - Seção Judiciária da Comarca de Jaraguá do Sul - SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Termo Aditivo.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo em 07 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Jaraguá do Sul, 13 de março de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
CONCEDENTE
CONCEDENTE

ALCEU GILMAR MORETTI
Secretário Municipal de Saúde
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)
Gestor

IVAN CESAR FALLGATTER
Presidente
ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE JARAGUÁ DO SUL
"BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS"
CONVENIENTE

TESTEMUNHAS:

1. _____
NOME: João Antônio Berti
CPF: 058.537.269-19
C.I.: 48752665 C.I.:

2. _____
NOME:
CPF:

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 55/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1970534

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 55/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso XIII da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

OBJETO: Contratação de instituição especializada para prestação de serviços de formação para gestores escolares atuantes na educação básica da rede municipal de ensino de Jaraguá do Sul, em conformidade com o Anexo I desta Contratação.

FUNDAMENTO LEGAL: A dispensa de licitação encontra amparo legal no Artigo 24, inciso XIII, da lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, que rege sobre a dispensa de licitação " XIII- na contratação de instituição brasileira incumbida regimentalmente ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou de desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;"

RAZÕES DA ESCOLHA DA CONTRATADA: A Secretaria Municipal de Educação de Jaraguá do Sul, procurou diversas empresas que poderiam prestar esse serviço. Dentre elas a empresa que melhor atendeu aos nossos anseios foi a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul - FAEPEL, instituída pela Fundação da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, na forma do artigo 21, inciso VIII, de seu Estatuto, é uma entidade de prestação de serviços, comercialização e produção de produtos e bens e apoio educacional, científico e cultural, distinta da Instituidora, dotada de personalidade de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina. Tem entre suas finalidades desenvolver estudos e pesquisas, elaborar e/ou executar projetos de interesse de pessoas jurídicas, públicas ou privadas e prestar consultoria e assessoria especializadas e de instrumentação, além de apurar, processar, analisar e divulgar dados e informações técnico-científicas. A Fundação da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, na forma de seu Estatuto, é uma entidade de educação, pesquisa e extensão. Para fins de atendimento das finalidades desta proposta de prestação de serviços a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul - FAEPEL mantém convênio com a Fundação da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL e atuará como interveniente para utilização de seus quadros de excelência com formação nas áreas afins com o objeto deste projeto. Além de ser uma empresa de notório conhecimento no estado de Santa Catarina e pela a empresa adequar o curso a todas as necessidades e especificidades de nossa rede, a contratação se dará por dispensa de licitação com base no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 1993 que diz: na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente de pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: O prazo de execução compreende o período de 02/04/2019 a 08/10/2019, acrescido de 60 (sessenta) dias de prazo de vigência.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará a Contratada o valor de R\$ 9.100,00 (nove mil e cem reais) por etapa, perfazendo o valor de R\$ 63.700,00 (sessenta e três mil e setecentos reais) pela totalidade da contratação.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após cada etapa do cronograma de execução.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O recurso orçamentário decorrente da despesa desta contratação correrá por conta da dotação orçamentária do exercício de 2019, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recurso
12.128.0300.2.114	Capacitação de servidores – Educação	3.3.90 – aplicações diretas	866	4 – Fundeb 40%

Jaraguá do Sul (SC), 29 de março de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 003/2019/CMDCA/JS, DE 01/04/2019

Publicação Nº 1970531

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 003/2019/CMDCA/JS, DE 01/04/2019

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 8.069/90, Lei Municipal nº 7.301/2016, Lei Municipal nº 7.302/2016 alterada pela Lei Municipal nº 7.847/2019 e ainda a Resolução nº 170/2014/CONANDA, torna pública a retificação do Edital nº 003/2019/CMDCA/JS, de 01/04/2019.

O Item 20 que foi publicado dispondo sobre os casos omissos ao referido edital, passará a vigorar com a seguinte redação:

20. DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL QUE REGULAMENTA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE JARAGUÁ DO SUL

20.1 Este edital estará passível de impugnações, por qualquer membro da sociedade civil.

20.1.1 O prazo para impugnar o Edital que regulamenta o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar dar-se-á após 5 dias de sua publicação.

20.1.2 O prazo para impugnar este Edital terminará no dia 26 de abril de 2019, sendo que qualquer impugnação após esta data será considerada intempestiva e imediatamente indeferida.

20.2 A impugnação deverá ser devidamente fundamentada, sendo vedado o anonimato do denunciante e ser protocolada, no horário das 8h às 11h e das 13h às 16h, tendo por local o setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sito à rua Walter Marquardt, nº 1111, Barra do Rio Molha, e esta deverá ser entregue em envelope fechado e colado.

20.3 A Comissão Especial Eleitoral autuará o processo de impugnação por ordem numérica de entrada.

20.4 Após o cumprimento do estabelecido neste edital, com relação as impugnações, a Comissão Especial Eleitoral elaborará um relatório dos fatos e da instrução, manifestando-se, ao final, através de parecer, sobre a procedência ou improcedência da impugnação.

Com relação aos casos omissos a este Edital, será acrescido o item 21, que passará a vigorar com a seguinte redação:

21. DOS CASOS OMISSOS AO EDITAL

21.1 Os casos omissos a este edital serão deliberados pela Comissão Especial Eleitoral, fiscalizada pelo Ministério Público.

Jaraguá do Sul, 02 de abril de 2019.

Jeferson Perotti Ferrari

Presidente do Conselho Municipal

Dos Direitos da Criança e Adolescente de Jaraguá do Sul — CMDCA/JS

SEMED - PORTARIA N° 060/2019

Publicação N° 1970613

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N° 060/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital N° 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, CARLA CECÍLIA DA SILVA BASCHERA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Gertrudes Kanzler	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA N° 061/2019

Publicação N° 1970615

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N° 061/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar N° 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar N° 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital N° 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, TANYMARA PAGANELLI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CE PRÉ ESCOLAR PROFª ELIANE WELK KREUTZFELD	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 062/2019

Publicação Nº 1970616

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 062/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, LUCINETE PEREIRA DOS SANTOS DE PALMA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
Cmei Márcio Mauro Marcatto Filho	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 063/2019

Publicação Nº 1970617

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 063/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, DANIELA BARBARA GIOVANELLA VAZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Guilherme Tribess	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 064/2019

Publicação Nº 1970620

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 064/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, LEONIRA TEREZINHA BRAND PIVOTTO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Profª Ilse Dumke Giese	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 065/2019

Publicação Nº 1970621

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 065/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, TERESINHA PEREIRA PACHECO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Jader Marcolla	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 066/2019

Publicação Nº 1970624

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 066/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, MARIANA SPEZIA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Guilherme Tribess	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 067/2019

Publicação Nº 1970625

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 067/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº

102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR KELLY CAROLINE CERUTTI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Onélia Muller Ersching	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 068/2019

Publicação Nº 1970626

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 068/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR GRAZIELA MARIA ZASTROW DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Wolfgang Weege	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 069/2019

Publicação Nº 1970629

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 069/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR GRAZIELA EHLKE RANGEL, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Estrada Nova	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 070/2019

Publicação Nº 1970631

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 070/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR RAQUEL DOS SANTOS DE SOUZA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Wolfgang Weege	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 071/2019

Publicação Nº 1970632

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 071/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR GLAUCIA GARCIA ROSA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Wolfgang Weege	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 072/2019

Publicação Nº 1970634

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 072/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR MAZILDA TEREZINHA DA SILVA KRZESINSKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Rosa Maria donini	20

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 073/2019

Publicação Nº 1970635

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 073/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR GESSICA GEREMIAS DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Alexander Enke	20

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 074/2019

Publicação Nº 1970636

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 074/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR MARCIA DA SILVA BARRETO HERMANN, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Anna Towe Nagel	20
EMEB Luiz Gonzaga Ayroso	20

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 075/2019

Publicação Nº 1970639

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 075/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR LUCINEIA DE FRANÇA DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Maria Mokwa kiatkoski	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 076/2019

Publicação Nº 1970640

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 076/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR FRANCIELE SCHNEIDER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Prfª Ilse Dumke Giese	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 077/2019

Publicação Nº 1970641

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 077/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR MARLANA LOPES NAGEL para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 01/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Apolônia Stahlin Junks	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 078/2019

Publicação Nº 1970643

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 078/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR ELENIR MOREIRA LEITE, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB Ricieri Marcatto	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

SEMED - PORTARIA Nº 079/2019

Publicação Nº 1970646

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 079/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR TATIANE BIERNAZKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 04/02/2019 até 05/05/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Guilherme Tribess	40

Jaraguá do Sul, 18 de fevereiro de 2019
ROGÉRIO JUNG
Secretário Municipal de Educação

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 21/2019**

Publicação Nº 1969125

PORTARIA Nº 21/2019
Concede Férias.

MARCELINDO CARLOS GRUNER, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, em atendimento ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias aos servidores da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul a seguir, na seguinte forma:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS	PERÍODO DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A SEREM GOZADAS	Nº DE DIAS DE FÉRIAS A CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO REF. AO PERÍODO AQUISITIVO
Vitória Toledo de Aragão	02/01/2018 a 01/01/2019	08/04/2019 a 17/04/2019	10	-

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 02 de abril de 2019.

MARCELINDO CARLOS GRUNER

Presidente

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2019 - PREGÃO PRESENCIAL

Publicação Nº 1969908

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2019

OBJETO: Locação e instalação de equipamentos compatíveis com o cabeamento e outros materiais já instalados na CÂMARA, inclusa a manutenção preventiva e corretiva com substituições de peças, serviço especializado para operar os aparelhos e o sistema global de televisão, fornecimento dos demais aportes necessários para o bom funcionamento da TVL da CÂMARA em todos os quesitos (operação dos aparelhos, produção, veiculação, transmissão e reprodução de conteúdos audiovisuais de TV, comutação, exibição, edição e interligação do sistema de Ilha de Edição com Exibidor de Programação), de acordo com as especificações constantes no Anexo I.

DATA PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES: 17/04/2019

HORÁRIO LIMITE PARA ENTREGA: 09:00 HORAS

DATA DA SESSÃO DE ABERTURA: 17/04/2019

HORÁRIO: 09:30 HORAS

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

ENDEREÇO: AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 621, CENTRO, MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS, NO MÍNIMO

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

3.3.3.90 – Manutenção das atividades de Divulgação Institucional

VALOR ESTIMADO: O valor total estimado para a contratação (doze meses) é R\$ 314.100,00 (Trezentos e quatorze mil e cem reais).

JARAGUÁ DO SUL, 29 DE MARÇO DE 2019.

MARCELINDO CARLOS GRUNER

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

APOSTILAMENTO 01/2016 PLASS

Publicação Nº 1970346

CONTRATO 01/2016/PLASS - A
TERMO DE APOSTILAMENTO

O PLANO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-PLASS, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 07.146.181./0001-08, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu DIRETOR EXECUTIVO, Sr. JULIO CESAR BISSANI e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na Rua João Pessoa, nº 134, 10º andar, centro, Criciúma, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por sua advogada a Dr.ª DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO, inscrita no CPF/MF sob o nº 007.395.609-05, celebram entre si o presente TERMO DE APOSTILAMENTO ao contrato nº 309/2016/PMJ, firmado em 28/03/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 16/2016/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 10/2016/PMJ, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Licença uso de Software, por prazo determinado, (licenciamento mensal) com atualizações que garante as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo conversão, migração, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico, conforme especificado no termo de referência copiado em CD, anexo e Criptografado.

CONSIDERANDO que o consulente afirmou que a alteração possui previsão legal e não acarretara em qualquer modificação nos valores do contrato,

CONSIDERANDO que o requerimento de alteração a que se pretende autorizar possui previsão contratual e editalícia,

CONSIDERANDO que o parecer jurídico não visualiza óbice a realização do presente apostilamento,

REGISTRA-SE a evolução dos sistemas Contabilidade Pública, Tesouraria, Compras e Licitações com usuários simultâneos serão migrados para a Web com usuários ILIMITADOS.

Joaçaba, SC, em 28 de março de 2019.

PLANO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO
MUNICIPIO DE JOAÇABA - PLASS
JULIO CESAR BISSANI

BETHA SISTEMAS LTDA
Dr.ª DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

APOSTILAMENTO 12/2016 FUNREBOM

Publicação Nº 1970343

CONTRATO Nº 12/2016/FUNREBOM
TERMO DE APOSTILAMENTO

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, por intermédio do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE JOAÇABA, com sede na Avenida Caetano Natal Branco, 1.242, inscrito no CNPJ nº 78.502.598/0001-04, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na Rua João Pessoa, nº 134, 10º andar, centro, Criciúma, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por sua advogada a Dr.ª DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO, inscrita no CPF/MF sob o nº 007.395.609-05, celebram entre si o presente TERMO DE APOSTILAMENTO ao contrato nº 309/2016/PMJ, firmado em 28/03/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 16/2016/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 10/2016/PMJ, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Licença uso de Software, por prazo determinado, (licenciamento mensal)

com atualizações que garante as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo conversão, migração, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico, conforme especificado no termo de referência copiado em CD, anexo e Criptografado.

CONSIDERANDO que o consulente afirmou que a alteração possui previsão legal e não acarretará em qualquer modificação nos valores do contrato,

CONSIDERANDO que o requerimento de alteração a que se pretende autorizar possui previsão contratual e editalícia,

CONSIDERANDO que o parecer jurídico não visualiza óbice a realização do presente apostilamento,

REGISTRA-SE a evolução dos sistemas Contabilidade Pública e Compras e Licitações com usuários simultâneos serão migrados para a Web com usuários ILIMITADOS.

Joaçaba, SC, em 28 de março de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

BETHA SISTEMAS LTDA

Dr.^a DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

APOSTILAMENTO 309/2016 PMJ

Publicação Nº 1970320

CONTRATO Nº 309/2016/PMJ

TERMO DE APOSTILAMENTO

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na Rua João Pessoa, nº 134, 10º andar, centro, Criciúma, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por sua advogada a Dr.^a DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO, inscrita no CPF/MF sob o nº 007.395.609-05, celebram entre si o presente TERMO DE APOSTILAMENTO ao contrato nº 309/2016/PMJ, firmado em 28/03/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 16/2016/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 10/2016/PMJ, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Licença uso de Software, por prazo determinado, (licenciamento mensal) com atualizações que garante as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo conversão, migração, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico, conforme especificado no termo de referência copiado em CD, anexo e Criptografado.

CONSIDERANDO que o consulente afirmou que a alteração possui previsão legal e não acarretará em qualquer modificação nos valores do contrato,

CONSIDERANDO que o requerimento de alteração a que se pretende autorizar possui previsão contratual e editalícia,

CONSIDERANDO que o parecer jurídico não visualiza óbice a realização do presente apostilamento,

REGISTRA-SE a evolução dos sistemas Planejamento, Contabilidade Pública, Tesouraria, Compras e Licitações, Tributos, Almoxarifado e PatrimônioDesktop com usuários simultâneos serão migrados para a Web com usuários ILIMITADOS.

Joaçaba, SC, em 28 de março de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

BETHA SISTEMAS LTDA

Dr.^a DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

APOSTILAMENTO 40/2016 FMAS

Publicação Nº 1970333

CONTRATO Nº 40/2016 – FMAS
TERMO DE APOSTILAMENTO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, representada neste ato pela Secretária SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba - SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.247.113/0001-11 doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na Rua João Pessoa, nº 134, 10º andar, centro, Criciúma, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por sua advogada a Dr.ª DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO, inscrita no CPF/MF sob o nº 007.395.609-05, celebram entre si o presente TERMO DE APOSTILAMENTO ao contrato nº 40/2016/FMAS, firmado em 28/03/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 16/2016/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 10/2016/PMJ, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Licença uso de Software, por prazo determinado, (licenciamento mensal) com atualizações que garante as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo conversão, migração, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico, conforme especificado no termo de referência copiado em CD, anexo e Criptografado.

CONSIDERANDO que o consultante afirmou que a alteração possui previsão legal e não acarretará em qualquer modificação nos valores do contrato,

CONSIDERANDO que o requerimento de alteração a que se pretende autorizar possui previsão contratual e editalícia,

CONSIDERANDO que o parecer jurídico não visualiza óbice a realização do presente apostilamento,

REGISTRA-SE a evolução dos sistemas Contabilidade Pública, Tesouraria, Compras e Licitações, com usuários simultâneos serão migrados para a Web com usuários ILIMITADOS.

Joaçaba, SC, em 28 de março de 2019.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO - Secretária

BETHA SISTEMAS LTDA
Dr.ª DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

APOSTILAMENTO 93/2016 FMS

Publicação Nº 1970326

CONTRATO Nº 93/2016/FMS
TERMO DE APOSTILAMENTO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, representada neste ato pelo Secretário, CELSO VILMAR BRANCHER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na Rua João Pessoa, nº 134, 10º andar, centro, Criciúma, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por sua advogada a Dr.ª DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO, inscrita no CPF/MF sob o nº 007.395.609-05, celebram entre si o presente TERMO DE APOSTILAMENTO ao contrato nº 93/2016/FMS, firmado em 28/03/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 16/2016/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 10/2016/PMJ, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada para Fornecimento de Licença uso de Software, por prazo determinado, (licenciamento mensal) com atualizações que garante as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo conversão, migração, implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico, conforme especificado no termo de referência copiado em CD, anexo e Criptografado.

CONSIDERANDO que o consultante afirmou que a alteração possui previsão legal e não acarretará em qualquer modificação nos valores do contrato,

CONSIDERANDO que o requerimento de alteração a que se pretende autorizar possui previsão contratual e editalícia,

CONSIDERANDO que o parecer jurídico não visualiza óbice a realização do presente apostilamento,

REGISTRA-SE a evolução dos sistemas Contabilidade Pública, Tesouraria, Compras e Licitações com usuários simultâneos serão migrados para a Web com usuários ILIMITADOS.

Joaçaba, SC, em 28 de março de 2019.
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CELSO VILMAR BRANCHER - Secretário

BETHA SISTEMAS LTDA
Dr.^a DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 005/2019 - SEGURO DO PRÉDIO

Publicação Nº 1970187

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA - SC
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 005/2019
DISPENSA N. 005/2019

A CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por sua Presidente, Senhora DISNÉIA TEREZA DE MARCO TONIAL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n. 8.666/1993, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR a presente licitação nos seguintes termos:

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.: 005/2019 - Dispensa n.: 005/2019.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 22/03/2019.

OBJETO DA LICITAÇÃO: A presente dispensa de licitação tem como objeto a contratação de seguro para o prédio da sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situado na Rua Tiradentes, n. 872, Bairro Vila Pedrini – Joaçaba - SC.

FORNECEDOR: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

VALOR: R\$ 2.409,86 (dois mil, quatrocentos e nove reais e oitenta e seis centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, II da Lei n. 8.666/1993.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária/2019:

Disp.	Código da dotação	Descrição da dotação	Compl. do elemento	Valor previsto
2	01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00 Fonte de Recurso: 1001 – Recursos ordinários	MANUT.PODER LEGISLATIVO	3.3.90.39.69.00.00.00	2.409,86

Joaçaba (SC), 22 de março de 2019.
DISNÉIA TEREZA DE MARCO TONIAL
Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO PP 02/2019 - IMPRES

Publicação Nº 1970486

IMPRES – INSTITUTO DE PREVID. DOS SERV. PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019/PMJ

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a realização de perícias médicas em servidores do Município de Joaçaba (SC), para avaliação de possível aposentadoria por invalidez, de revisão de aposentadoria por invalidez ou de dependente inválido. Forma de Julgamento: Menor Preço Por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 17/04/2019. Processamento do Pregão: às 14h do dia 17/04/2019, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa,

no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Sala do IMPRES, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.impres.sc.gov.br ou www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao IMPRES, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8810 ou pelo e-mail contato@impres.sc.gov.br

Joaçaba, 02 de abril de 2019.

IMPRES – INSTITUTO DE PREVID. DOS SERV. PUB. DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC).
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ELIANE APARECIDA CERON VIER - Presidente

BALANCETE FINANCEIRO IMPRES 02/2019

Publicação Nº 1969532

SANTA CATARINA**INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Fevereiro
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.685.626,43	ORÇAMENTÁRIAS	1.005.204,22
Contribuições	305.892,58	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.001.494,67
Receita Patrimonial	398.166,54	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	979.645,48
Outras Receitas Correntes	410.729,40	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.849,19
CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	570.837,91	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.709,55
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.709,55
		Interferências Financeiras	127.033,40
		REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTI	127.033,40
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.232.729,67	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.253.018,97
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	215.234,07	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	282.397,14
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.017.495,60	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	970.621,83
SALDOS ANTERIORES	90.158.133,25	SALDOS ATUAIS	90.691.232,76
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	90.083.526,69	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	90.621.382,63
BANCO C/ MOVIMENTO	74.606,56	BANCO C/ MOVIMENTO	69.850,13
TOTAL	93.076.489,35	TOTAL	93.076.489,35

JOACABA, 02/04/2019

FERNANDA BRAGA

CONTADORA CRC/SC 038262/O-9

ELIANE A. CERON VIER

DIRETOR PRESIDENTE

JOHNNY GEORGE O. DE CARVALHO

DIRETOR ADM E FINANCEIRO

NOTA DE ANULAÇÃO PP 01/2019 - IMPRES

Publicação N° 1970347

ESTADO DE SANTA CATARINA
INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABACNPJ: 05.298.824/0001-03
CENTRO
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 1/2019 - PR**Processo Administrativo: 1/2019
Processo de Licitação: 1/2019
Data do Processo: 01/03/2019

Objeto: PRESTAÇÃO PELA CONTRATADA DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS EM SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA PARA AVALIAÇÃO DE POSSÍVEL APOSENTADORIA POR INVALIDEZ O DE DEPENDENTE INVÁLIDO

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2019

Motivo: Aos vinte e dois do mês de março de 2019, às 14h, reuniram-se nas dependências do Prédio da Prefeitura, a comissão de licitação para proceder à abertura do Processo de Licitação para proceder à abertura do Processo de Licitação nº 01/2019/IMPRES - Edital de Pregão nº 01/2019/IMPRES. constatou-se que não acudiram interessados em participar da Licitação, sendo a mesma declarada DESERTA.

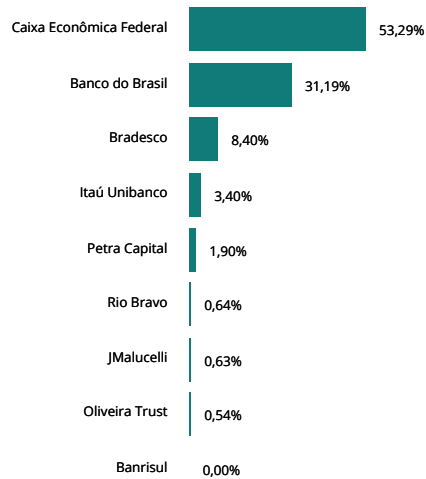
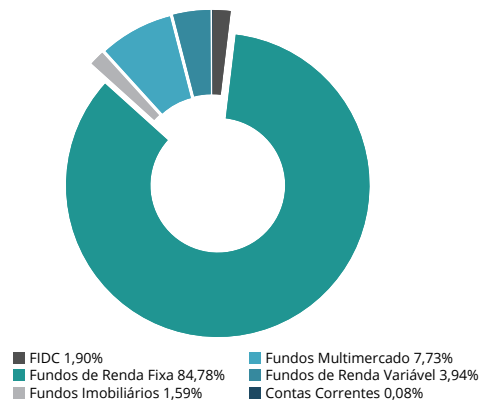
Joaçaba, 22 de Março de 2019

RENTABILIDADE DA CARTEIRA IMPRES 02/2019

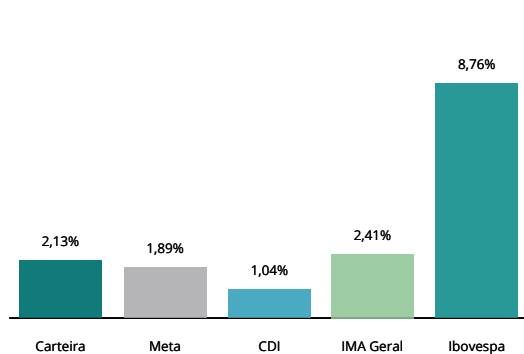
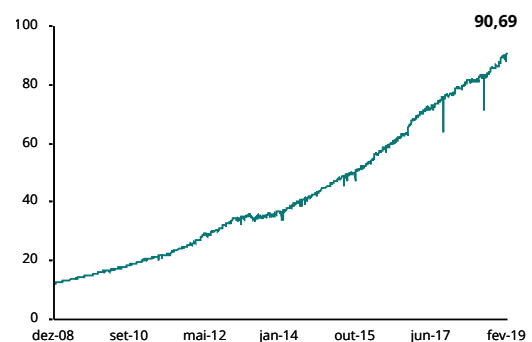
Publicação Nº 1969537

**RESUMO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS****FEVEREIRO.2019****IMPRES**

Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO****HISTÓRICO DE RENTABILIDADE**

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
IMPRES	0,30%	2,13%	9,29%
META ATUARIAL INPC + 6 %	1,03%	1,89%	10,15%
CDI	0,49%	1,04%	6,38%
IMA GERAL	0,48%	2,41%	9,90%
IBOVESPA	-1,86%	8,76%	11,95%

CARTEIRA X INDICADORES EM 2019**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)**

SMI CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS
www.smiconsult.com.br
 (48) 3027 5200

IMPRES

O mês de fevereiro começou com o Banco Central mantendo a taxa de juros em 6,5%, conforme o esperado mercado. Em ata divulgada no início da manhã do dia 06/02, o Comitê de Política Monetária (Copom) indicou que a atividade econômica continua em processo de recuperação, embora em ritmo gradual. Apesar de ver como benigno o quadro inflacionário do país, o Copom avaliou que o balanço de riscos para a inflação ainda é desfavorável. No campo externo, reduziram-se os riscos associados à normalização da política de juros nas economias avançadas, mas, por outro lado, aumentaram os riscos associados à desaceleração da economia global. No terreno interno, permanece a possibilidade de frustração com as reformas fiscais de que o país precisa. De maneira geral, o Comitê demonstrou cautela com relação às suas próximas decisões corroborando com o nosso cenário de Selic estável, pelo menos nos próximos meses.

Com relação aos indicadores econômicos, foram divulgados em fevereiro os dados relativos ao PIB do quarto trimestre de 2018, sendo possível observar como se encerrou a atividade econômica no ano passado. Os dados mostram um crescimento de 1,1% em comparação com 2017, quando o crescimento também foi de 1,1%. O resultado veio um pouco abaixo do esperado pelo mercado (1,3%) e mostra o segundo ano seguido de crescimento do produto (em 2015 e 2016 o PIB registrou contração de -3,5% e -3,3% respectivamente). Apesar da expansão, o crescimento de 2018 demonstra fraqueza por uma série de fatores. Os principais a serem apontados é o fraco desempenho do mercado de trabalho, a normalização das taxas de juros nos Estados Unidos, situação fiscal crítica e a incerteza política em ano de eleição presidencial. Sob a ótica da oferta, após alcançar crescimento recorde no ano de 2017 (12,5%), a atividade agropecuária registrou variação positiva de 0,1% em 2018. Já a indústria apresentou crescimento de 0,6% (ante -0,5% em 2017), tendo como destaque positivo a atividade de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (2,3%), e como destaque negativo a construção (-2,5%). O setor de serviços mostrou crescimento de 1,3% (ante 0,5% em 2017), com todas as suas atividades apresentando variação positiva. Na análise da demanda, vale salientar a expansão de 4,1% da Formação Bruta de Capital Fixo, após uma sequência de 4 anos negativos. A despesa de Consumo das Famílias teve expansão de 1,9% (ante 1,4%), enquanto o Consumo do Governo se manteve estável (contra queda de -0,9% em 2017). Por fim, no âmbito do setor externo, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 4,1% (ante 5,2%), enquanto as Importações avançaram 8,5% (ante 5,0%).

Ainda com relação aos índices de atividade, eles mostraram variações diversas no final do ano, pós eleições. Para o mês de dezembro, a produção industrial mostrou variação positiva de 0,2% quando comparada com o mês imediatamente anterior. O índice veio marginalmente acima do esperado pelo mercado que previa estabilidade (0,0%). Já em comparação com dezembro de 2017, a contração foi de 3,6%. Dos ramos pesquisados, 11 dos 26 mostraram taxas positivas de novembro para dezembro. Entre as atividades, a influência positiva mais relevante veio dos produtos alimentícios (+1,5%), enquanto a mais negativa foi a de veículos automotores, reboques e carroceria (-3,1%).

No mês de dezembro o comércio varejista apresentou recuo de 2,2% em comparação com o mês imediatamente anterior, resultado que veio bem abaixo daquele esperado pelo mercado (0,1%). Em comparação com o mesmo mês do ano de 2017, a alta foi de 0,6%. No comércio varejista ampliado que inclui, além do varejo, as atividades de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, o volume de vendas caiu 1,7% em relação novembro de 2018. O resultado veio pior do que as expectativas de mercado, que esperava queda de 0,4%. Com relação a dezembro de 2017, o crescimento foi de 1,8%.

O setor de serviços, por sua vez, apresentou variação positiva de 0,2% frente ao mês imediatamente anterior. Em comparação com dezembro de 2017, a variação foi negativa em 0,2%. A despeito da ligeira variação positiva (0,2%) do volume de serviços, observada na passagem de novembro para dezembro de 2018, em termos setoriais, apenas o ramo de serviços de informação e comunicação (0,2%) mostrou avanço frente ao mês anterior. Dentre as quatro atividades que apontam retração nesse mês, o principal impacto negativo ficou com o setor de serviços profissionais, administrativos e complementares (1,5%). Os demais recuos vieram de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-0,6%), de outros serviços (-0,2%) e de serviços prestados às famílias (-0,1%). O índice de atividade econômica do Banco Central, IBC-Br, variou 0,21% em relação ao mês anterior. Em comparação com dezembro de 2017, o aumento foi de 0,18%.

Já com relação aos preços, o IGP-M, calculado pela FGV, avançou 0,88% em fevereiro, após ter ficado praticamente estável em janeiro (0,01%). A expectativa era de aumento de 0,51%. Com esse resultado o índice acumula alta de 0,89% no ano e de 7,60% nos últimos 12 meses. O IPCA apresentou variação de 0,43%, acima dos 0,32% registrados em janeiro e da expectativa de 0,36%. Nos últimos 12 meses, o índice subiu para 3,89%, ficando acima dos 3,78% registrados nos últimos 12 meses imediatamente anteriores. Em janeiro de 2018, a taxa foi de 0,32%.

A bolsa fechou fevereiro com 95.584 pontos, queda de 1,86% em comparação com o fechamento do mês anterior. O dólar comercial, por sua vez, fechou o mês com alta de 2,95% cotado a R\$ 3,75.

IMPRES

No cenário político, o mês começou com a votação para a presidência na Câmara e no Senado. Conforme o esperado, Rodrigo Maia (DEM-RJ) conquistou o cargo de presidência da Câmara dos Deputados. A surpresa ficou para a vitória do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), após o favorito, Renan Calheiros (MDB-AL), desistir da disputa. O destaque do mês, entretanto, foi a divulgação da PEC da reforma da Previdência. De maneira geral, a reforma apresentada agradou os mercados. O novo sistema de alíquotas, que variam de acordo com faixas salariais, abrange tanto o RGPS, quanto o RPPS. Ademais, a nova regra conta com idade mínima de 62 e 65 anos para mulheres e homens, respectivamente, e com 20 anos de contribuição mínima. São criadas três regras de transição, e as mudanças englobam servidores públicos, pensões e benefícios. Além da PEC, foram anunciadas medidas antifraudes (MP 871) e medidas de combate aos grandes devedores. Juntas, todas as mudanças preveem uma economia de 1,1 trilhão de reais no período de dez anos. A decepção ficou com a reforma da previdência dos militares, que deve ser entregue ao Congresso em março na forma de lei complementar.

Ainda, foram destaques no mês a aprovação de Roberto Campos para a presidência do Banco Central, e questões polêmicas envolvendo candidaturas laranjas no PSL que resultaram na exoneração do ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gustavo Bebianno.

No cenário Internacional, o mês foi marcado pela continuidade das negociações comerciais entre a China e os Estados Unidos. Apesar de informações concretas sobre um acordo não terem sido liberadas, os investidores terminaram o mês otimistas com as negociações. O próprio presidente Donald Trump suspendeu o aumento de tarifas sobre produtos chineses programados para o início de março. Originalmente, era esperado que Trump aumentasse as tarifas sobre mais de US\$ 200 bilhões de bens chineses de 10% para 25%, caso um acordo não fosse alcançado.

Ainda sobre os EUA, o Banco Central (Fed) divulgou a ata de sua última reunião (30/01) em que manteve a taxa de juros no patamar entre 2,25% e 2,50%, conforme o esperado pelo mercado. A ata relevou maiores preocupações com os riscos para o crescimento econômico dos Estados Unidos. As condições financeiras mais apertadas e perspectiva de inflação moderada convenceram os membros do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) de que é necessário ter paciência para realizar futuros ajustes na taxa de juros. Assim, o comunicado não sinalizou qual o intervalo de tempo e a direção do próximo passo da política monetária, sendo necessária a observação do comportamento da economia.

A economia norte-americana teve no mês de fevereiro um acordo entre o presidente Donald Trump e os parlamentares democratas e republicanos sobre o orçamento dos EUA. Foi acordado R\$ 1,375 bilhão para a construção de barreiras verticais e de aço na fronteira com México e não um muro sólido. A medida, apesar de não satisfazer Donald Trump, serviu para evitar novas paralisações no governo federal.

Na Zona do Euro, o PIB do 4º trimestre de 2018 apresentou expansão 0,2% (mesma variação do 3T2018). Com isso, o PIB cresceu 1,8% em 2018, após alta de 2,4% em 2017. Os dados reforçam a ideia de desaceleração economia na região, causada tanto por problemas internos (crise na Itália, protestos na França, protecionismo na Alemanha), quanto por problemas externos (guerra comercial).

Ainda, a as principais incertezas são advindas do Brexit (saída do Reino Unido da União Europeia). Com data limite prevista para 29 de março, aumentaram as chances de uma postergação do Brexit, ou ainda de uma saída do bloco sem nenhum acordo. Ao longo de fevereiro, a própria premiê Theresa May, propôs que o Parlamento votasse um adiamento na data de saída do Reino Unido da União Europeia caso os parlamentares rejeitem novamente seu acordo de divórcio com o bloco europeu. Uma nova votação está prevista para 12 de março.

Na China, os dados econômicos continuam demonstrando desaceleração da atividade. O Índice Gerente de Compras (PMI) oficial do setor industrial caiu de 49,5 em janeiro para 49,2 em fevereiro. O resultado é o mais baixo desde a leitura de março de 2016 e ficou abaixo da previsão de 49,4. Pelo método PMI, as leituras acima de 50 indicam uma expansão do setor, havendo contração abaixo desse valor. O PMI oficial industrial está em território de contração há três meses seguidos. É importante notar que o governo continua anunciando medidas para tentar conter a desaceleração, como as novas reduções de custos de empréstimos após dados apontarem a queda de financiamentos em fevereiro.

Por fim, é importante notar o agravamento da crise geopolítica instalada na Venezuela. Durante o mês, o líder venezuelano Nicolás Maduro fechou a fronteira do país com o Brasil para evitar a chegada de ajuda humanitária oferecida pelos Estados Unidos e por países vizinhos. O governo brasileiro decidiu manter a ajuda humanitária para o país, mas descartou qualquer tipo de intervenção. Uma intervenção militar também foi descartada pelos países pertencentes ao Grupo de Lima e pelos Estados Unidos.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 134/2019**

Publicação Nº 1969670

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 134/2019 DE 01.04.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC – SIMAE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Marcos Antônio Fávero (Matr. 118), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Controle Operacional, P-5, N-3, Ref. A-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.06.2017 à 01.06.2018, para serem fruídas no período de 23.04.2019 à 02.05.2019, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 23 de abril de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 135/2019

Publicação Nº 1969677

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 135/2019 DE 01.04.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Venâncio Horbach (Matr. 36), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-3, Ref. J-11, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03.08.2017 à 02.08.2018, para serem fruídas no período de 01.04.2019 à 20.04.2019, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor em 01 de abril de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 136/2019

Publicação Nº 1969688

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 136/2019 DE 01.04.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20(vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Umberto Bresola Suzin (Matr. 133), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref. J-3, referente ao período aquisitivo compreendido entre 26.10.2017 à 25.10.2018, para serem fruídas no período de 15.04.2019 à 04.05.2019 de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 15 de abril de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 137/2019

Publicação N° 1969697

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 137/2019 DE 01.04.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Osmar Antonio Antonelo (Matr. 175), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Auxiliar de Operações, P-2, N-1, Ref.E-1 referente ao período aquisitivo compreendido entre 02.10.2017 à 01.10.2018, para serem fruídas no período de 29.04.2019 à 08.05.2019, de conformidade com o Art. n° 70 da Lei Complementar n° 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 29 de abril de 2019, obedecido o disposto do parágrafo único do Art. 3º da Lei n° 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 138/2019

Publicação N° 1969700

PORTARIA SIMAE. JHL N° – 138/2019 DE 01.04.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10(dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Reginaldo da Silva (Matr. 119), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-1, Ref. C-3, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.02.2018 à 31.01.2019, para serem fruídas no período de 09.04.2019 à 18.04.2019, de conformidade com o Art. n° 70 da Lei Complementar n° 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 09 de abril de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei n° 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 01 de abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0001/2019 - SIMAE

Publicação N° 1969329

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0001/2019

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0083/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0092/2018

PROTOCOLO N° 3217/2018

OBJETO: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de pneus novos de 1ª linha, com certificação do INMETRO e de câmaras para pneus e contratação de serviços de conserto de pneus, montagem e desmontagem de pneus para manutenção dos veículos e máquinas pesadas da frota do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

BORRACHARIA E VULCANIZADORA LUZERNA LTDA ME:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
23	15,00	UN	CÂMARA PARA PNEU 110/90 R-17, TRASEIRO PARA MOTO BROS	BORR. E VUL. LUZERNA	R\$ 25,50	R\$ 382,50
37	60,00	SV	DESMONTAGEM E MONTAGEM PNEUS PARA MOTOS	BORR. E VUL. LUZERNA	R\$ 10,00	R\$ 600,00
38	10,00	UN	PNEU PARA CARRINHO DE MÃO 3.25/8	BORR. E VUL. LUZERNA	R\$ 30,00	R\$ 300,00

39	5,00	UN	CAMARA PARA PNEU DE CARRINHO DE MÃO 3.25/8	BORR. E VUL. LUZERNA	R\$ 15,00	R\$ 75,00
40	20,00	UN	CONCERTO PARA PNEU PARA CARRINHO DE MÃO 3.25/8	BORR. E VUL. LUZERNA	R\$ 7,00	R\$ 140,00
44	70,00	SV	CONCERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS MÉDIOS	BORR. E VUL. LUZERNA	R\$ 13,00	R\$ 910,00
47	20,00	UN	CONCERTO DE PNEU COM VULCANIZAÇÃO PARA VEÍCULOS PESADOS	BORR. E VUL. LUZERNA	R\$ 130,00	R\$ 2.600,00
49	30,00	UN	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA COM VULCANIZAÇÃO	BORR. E VUL. LUZERNA	R\$ 200,00	R\$ 6.000,00
51	20,00	UN	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO DE RETROESCAVADEIRA COM VULCANIZAÇÃO	BORR. E VUL. LUZERNA	R\$ 340,00	R\$ 6.800,00

ELIESER DA CAS 06013016925:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
35	60,00	SV	DESMONTAGEM E MONTAGEM PNEU VEÍCULOS PESADOS	ELIESER DA CAS	R\$ 19,00	R\$ 1.140,00
36	25,00	SV	DESMONTAGEM E MONTAGEM DE PNEU RETROESCAVADEIRA	ELIESER DA CAS	R\$ 52,00	R\$ 1.300,00
45	40,00	SV	CONCERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS PESADOS	ELIESER DA CAS	R\$ 24,00	R\$ 960,00
46	50,00	SV	CONCERTO DE PNEU COM VULCANIZAÇÃO PARA VEÍCULOS LEVES	ELIESER DA CAS	R\$ 34,00	R\$ 1.700,00
48	60,00	UN	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA	ELIESER DA CAS	R\$ 67,00	R\$ 4.020,00
50	40,00	UN	CONCERTO DE PNEU TRASEIRO DE RETROESCAVADEIRA	ELIESER DA CAS	R\$ 98,00	R\$ 3.920,00

JOAÇABA PNEUS LTDA:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
21	16,00	UN	CÂMARA PARA PNEU 12 X 16.5, 10 LONAS, IT 323, DIANTEIRO, PARA RETROESCAVADEIRA	TORTUGA	R\$ 99,00	R\$ 1.584,00
24	15,00	UN	CÂMARA PARA PNEU 90/90 R-19, DIANTEIRO PARA MOTO BROS	MSA19 LEVORIN	R\$ 23,70	R\$ 355,50
25	12,00	UN	CÂMARA PARA PNEU 90/90 R-18 TRASEIRO PARA MOTO CG 125	MSA18 LEVORIN	R\$ 20,80	R\$ 249,60
26	12,00	UN	CÂMARA PARA PNEU 80/100 R-18 DIANTEIRO PARA MOTO CG 125	MSA18 LEVORIN	R\$ 23,70	R\$ 284,40
29	145,00	SV	BALANCEAMENTO DE PNEU PARA VEÍCULOS PESADOS	SERVIÇO	R\$ 35,00	R\$ 5.075,00
52	65,00	UN	CONCERTO PNEU DE MOTO	SERVIÇO	R\$ 13,25	R\$ 861,25

RODA BRASIL PNEUS LTDA:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	12,00	UN	PNEU 12X16.5, 10 LONAS,DIANTEIRO, P/RETROESCAVADEIRA	SUPERGUIDER SKS	R\$ 620,00	R\$ 7.440,00
2	8,00	UN	PNEU 19,5L - 24, 12 LONAS, R 4 TRASEIRO,PARA RETROESCAVADEIRA	SWT POWERLUG R4	R\$ 1.990,00	R\$ 15.920,00
3	80,00	UN	PNEU 175/70,R14,RADIAL,ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 88 TONELADAS -PARA VEICULOS LEVES	APOLLO AMAZER	R\$ 195,00	R\$ 15.600,00
4	16,00	UN	PNEU 175/70 R13, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE: 82 R OU SUPERIOR , PARA VEICULO SAVEIRO	FORCEUM EXP 70	R\$ 148,50	R\$ 2.376,00
5	24,00	UN	PNEU 225/65, R-16,DIANTEIRO E TRASEIRO PARA VEÍCULO RENAULT MASTER ANO 2013	LINGLONG R666	R\$ 429,00	R\$ 10.296,00
6	12,00	PÇ	PNEU DIANTEIRO 215/75, R 17,5, LISOS, PARA VEICULO FORD CARGO	GOODRIDE CR960	R\$ 550,00	R\$ 6.600,00
7	12,00	UN	PNEU TRASEIRO 215/75 R-17 BORRACHUDO PARA VEÍCULO FORD CARGO	LINGLONG KTD303	R\$ 609,00	R\$ 7.308,00
8	12,00	UN	PNEU 185/60 R 14, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 82R OU SUPERIOR PARA VEÍCULO GOL	LINGLONG CROS-SWIND	R\$ 177,50	R\$ 2.130,00
9	10,00	PÇ	PNEU 275/80 R22,5, RADIAL, DIANTEIRO, MISTO, PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACA MHH4895, ANO 2009 E VEÍCULO IVECO PLACA MKJ1354.	SPEEDMAX M5	R\$ 1.290,00	R\$ 12.900,00

10	16,00	UN	PNEU 275/80 R22,5, RADIAL, TRASEIRO, BORRACHUDO, PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACA MHH4895, ANO 2009 E VEÍCULO IVECO PLACA MKJ1354.	SPEEDMAX D1	R\$ 1.330,00	R\$ 21.280,00
11	15,00	UN	PNEU 110/90-17, R17, TRASEIRO, PARA MOTO BROS	TECHNIC T&C	R\$ 150,00	R\$ 2.250,00
12	15,00	UN	PNEU 90/90, R-19, DIANTEIRO, PARA MOTO BROS	TECHNIC T&C	R\$ 140,00	R\$ 2.100,00
13	12,00	UN	PNEU 80/100, R-18, DIANTEIRO, PARA MOTO CG 125	TECHNIC SPEED LION	R\$ 83,00	R\$ 996,00
14	12,00	UN	PNEU 90/90, R-18, TRASEIRO, PARA MOTO CG 125	TECHNIC TIGER	R\$ 100,00	R\$ 1.200,00
15	12,00	UN	PNEU 205/55 R16, 91 V, ER 300 PARA VEÍCULO ZAFIRA , PLACAS MHM8126, ANO 2010.	XBRI ECOLOGY	R\$ 239,00	R\$ 2.868,00
16	12,00	UN	PNEU 205/75 R16 RADIAL 110/108C PARA VEÍCULO RE-NAULT MASTER	LINGLONG R666	R\$ 361,00	R\$ 4.332,00
17	12,00	UN	PNEU 245/70, R16, TRASEIRO E DIANTEIRO, PARA VEÍCULO S10 LS DS4, ANO 2014, PLACA OQF7879.	ECOVISION VI286	R\$ 457,50	R\$ 5.490,00
18	30,00	UN	PNEU 235/75 R 17,5 DIANTEIRO E TRASEIRO PARA CAMINHÃO VW/10160, ANO 2013 E 2014	APOLLO ENDURANCE RA	R\$ 790,00	R\$ 23.700,00
20	20,00	UN	PNEU 195/70 R15 PARA VEÍCULO MÉDIO	XBRI CARGOPLUS	R\$ 329,00	R\$ 6.580,00
22	16,00	PC	CÂMARA PARA PNEU 19.5L-24, 10 LONAS, R4, TRASEIRO, PARA RETROESCAVADEIRA	BBW TR218	R\$ 205,00	R\$ 3.280,00

VALTAIR JOSÉ MOTTA EPP:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
30	110,00	SV	GEOMETRIA PARA VEÍCULOS LEVES	VALTAIR JOSÉ MOTTA	R\$ 34,00	R\$ 3.740,00
42	100,00	UN	CONCERTO PARA RODAS VEÍCULOS MÉDIOS	VALTAIR JOSÉ MOTTA	R\$ 49,50	R\$ 4.950,00
43	200,00	SV	CONCERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS LEVES	VALTAIR JOSÉ MOTTA	R\$ 15,00	R\$ 3.000,00

VICINI PNEUS LTDA:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
19	16,00	UN	PNEU 165/70 R14 PARA KANGOO	GOODYEAR	R\$ 235,00	R\$ 3.760,00
27	350,00	SV	BALANCEAMENTO DE PNEU PARA VEÍCULOS LEVES	VICINI	R\$ 8,90	R\$ 3.115,00
28	175,00	SV	BALANCEAMENTO DE PNEU PARA VEÍCULOS MÉDIOS	VICINI	R\$ 9,45	R\$ 1.653,75
31	40,00	SV	GEOMETRIA PARA VEÍCULOS MÉDIOS	VICINI	R\$ 50,35	R\$ 2.014,00
33	150,00	SV	MONTAGEM E DESMONTAGEM PNEU VEÍCULOS LEVES	VICINI	R\$ 5,70	R\$ 855,00
34	60,00	SV	SERVIÇO DE DESMONTAGEM/MONTAGEM PNEUS PARA VEÍCULOS MÉDIOS	VICINI	R\$ 8,05	R\$ 483,00
41	100,00	UN	CONCERTO PARA RODA DE VEÍCULOS LEVES	VIPAL	R\$ 42,75	R\$ 4.275,00

VIGÊNCIA: 02/01/2019 a 01/01/2020.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba/SC, 01º de abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

HOMOLOGAÇÃO PR 0011/2019 - SIMAE

Publicação Nº 1969867

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019
	Folha: 1/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 13/2019
b) Licitação Nr.: 11/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 02/04/2019
e) Objeto da Licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM BOMBAS CENTRÍFUGAS SUBMERSÍVEIS DE FABRICAÇÃO DA ABS/SULZER, KSB, WLO, EBARA, SCHNEIDER, FLYGT E MARK DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 2**PORTOBOMBAS COMERCIO LTDA (8733)**

7	KIT DE VEDAÇÕES - EEJ 002 - Marca: FLYGT	CJ	3,00	0,0000	692,00	2.076,00
8	SELO MECÂNICO - EEJ 002 - Marca: FLYGT	UN	3,00	0,0000	7.486,00	22.458,00
9	ROLAMENTO DIANTEIRO - EEJ 002 - Marca: FLYGT	PÇ	3,00	0,0000	1.214,00	3.642,00
10	ROLAMENTO TRASEIRO - EEJ 002 - Marca: FLYGT	PÇ	3,00	0,0000	552,00	1.656,00
11	ROTOR DO MOTOR - EEJ 002 - Marca: FLYGT	PÇ	3,00	0,0000	8.964,00	26.892,00
12	KIT CABO - EEJ 002 - Marca: FLYGT	PÇ	3,00	0,0000	366,00	1.098,00
13	IMPULSOR - EEJ 002 - Marca: FLYGT	PÇ	3,00	0,0000	12.788,00	38.364,00
14	VOLUTA - EEJ 002 - Marca: FLYGT	PÇ	3,00	0,0000	15.532,00	46.596,00
15	PLACA DE SUCÇÃO - EEJ 002 - Marca: FLYGT	PÇ	3,00	0,0000	6.898,00	20.694,00
16	CAIXA DE SELAGEM - EEJ 002 - Marca: FLYGT	PÇ	3,00	0,0000	7.765,00	23.295,00
Total do Fornecedor:						186.771,00

LOTE: 3**AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)**

17	CARCAÇA MOTOR W100 GG20 - CÓDIGO 31007928 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1.569,94	4.709,82
18	ESTATOR 4P 2CV CARC-56H / ROTOR EIXO 4P CARC-56H 2CV CÓDIGO 63057051- EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	1.731,18	5.193,54

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 11/2019 - PR

Processo Administrativo: 13/2019
 Processo de Licitação: 13/2019
 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 2/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 3
AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

19	DEPÓSITO ÓLEO SCAV SI GG20 CÓDIGO 31047971 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	357,17	1.071,51
20	PROPULSOR ROB 800 GG20 CÓDIGO 31077968 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	370,72	1.112,16
21	CAMARA 50 mm PEKR800CD GG25 CÓDIGO 35057432 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1.070,36	3.211,08
22	PLACA FUNDO EJ 2 GG25 CÓDIGO 31067975 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	213,62	640,86
23	JUNTA CHATA ROB DN50, SELO MECANICO, KIT VEDAÇÃO UNI/ROBUSTA/SE,SJ(SI) EI, ROLAMENTO ESF, ROLAMENTO ESF. - CÓDIGO 61207982 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	346,93	1.040,79
24	KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI compreendendo: V-RING A ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207926 EEJ 03 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	90,96	272,88
25	ANEL RETENÇÃO EXTERNO - CÓDIGO 11077006 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1,14	3,42
26	ANEL RETENÇÃO INTERNO - CÓDIGO: 11087010 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	5,96	17,88
27	VEDAÇÃO CABO SC/UNI/RO DI=9,1 - CÓDIGO: 43087801 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	4,41	13,23
28	- ANEL RETENÇÃO INTERNO - CÓDIGO: 11087921 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	2,12	6,36
29	ARRUELA PRESSÃO DNTA A - CÓDIGO: 11507003 - EEJ 003 - ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	0,13	0,39
Total do Fornecedor:					17.293,92	

LOTE: 4
AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

30	CARCACA UNI 550T-SI GG20 - CÓDIGO: 31007814 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	714,33	2.142,99
31	EST/ROT 280/567 2P 1CV 2/3/4V COMPREENDENDO: ROTOR EIXO 2P CARC-56B 1CV ROTOR EIXO 4P CARC-56H 2CV CÓDIGO: 63057042 EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	1.129,08	3.387,24
32	PROPULSOR ROB 400 GG20 - CÓDIGO: 31077966 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	193,27	579,81
33	CAMARA 20MM PE R400 SD GG25 - CÓDIGO: 35057429 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	856,74	2.570,22
34	PLACA F 20MM SESI5 10 GG20 - CÓDIGO: 31067973 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	142,41	427,23

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019
	Folha: 3/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 4

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

35	KIT REPAR ROBUSTA 400T compreendendo: JUNTA CHATA ROB DN50 SELO MECANICO KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61207981 EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	231,39	694,17
36	KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI compreendendo: V-RING A ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207926 EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	90,96	272,88
37	ANEL DE RETENÇÃO EXTERNO - CÓDIGO: 11077006 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1,14	3,42
38	ANEL DE RETENÇÃO INTERNO - CÓDIGO: 11087009 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	2,12	6,36
39	VEDACAO CABO SC/UNI/RO DI=9,1 - CÓDIGO: 43087801 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	4,41	13,23
40	ANEL RET INTERNO - CÓDIGO: 11087921 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	2,12	6,36
41	ARRUELAPRESSAO DNTA A - CÓDIGO: 11507003 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	0,13	0,39
Total do Fornecedor:					10.104,30	

LOTE: 5

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

42	CARCACA MOTOR W100 GG20 - CÓDIGO: 31007928 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1.569,94	4.709,82
43	EST/ROT 282/544 4P 3CV 2/3/4V compreendendo: ESTATOR 4P 3CV CARC-100 ROTOR EIXO 4P CARC-100 3CV CÓDIGO: 63057076 EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	3.388,44	10.165,32
44	DEPOSITO OLEO SCAV SI GG20 - CÓDIGO: 31047971 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	357,17	1.071,51
45	PROPULSOR ROB 851 D164 GG20 - CÓDIGO: 31077977 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	357,17	1.071,51
46	CAMARA 65MM SI PED GG20 - CÓDIGO: 35057850 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1.070,36	3.211,08
47	PLACA FUNDO ROB 65MM GG20 - CÓDIGO: 31067914 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1.070,36	3.211,08

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 11/2019 - PR

Processo Administrativo: 13/2019
 Processo de Licitação: 13/2019
 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 4/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 5
AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

48	KIT REPARO ROB 701-EI/801-EI compreendendo: JUNTA CHATA ROB DN50 SELO MECANICO KIT VED SJEI/10/20/30D-10/15W ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61207950 EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJDI 30 - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	307,98	923,94
49	KIT VED SJEI/10/20/30D-10/15W compreendendo: V-RING A ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207019 EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJDI 30 - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	51,36	154,08
50	ANEL RETENÇÃO EXTERNO - CÓDIGO: 11077006 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJDI 30 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1,14	3,42
51	ANEL RETENÇÃO INTERNO - CÓDIGO: 11087010 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJDI 30 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	5,96	17,88
52	VEDAÇÃO CABO - CÓDIGO: 43077947 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJDI 30 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	7,01	21,03
53	ARRUELA PRESSAO DNTA A - CÓDIGO: 11507003 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJDI 30 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	0,13	0,39
Total do Fornecedor:					24.561,06	

LOTE: 6
AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

54	CARCACA MOTOR W100 GG20 - CÓDIGO: 31007928 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1.569,94	4.709,82
55	EST/ROT 282/544 4P 3CV 2/3/4V compreendendo: ESTATOR 4P 3CV CARC-100 ROTOR EIXO 4P CARC-100 3CV CÓDIGO: 63057076 EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	3.388,44	10.165,32
56	DEPOSITO OLEO SCAV SI GG20 - CÓDIGO: 31047971 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	357,17	1.071,51
57	PROPULSOR ROB 851 D164 GG20 - CÓDIGO: 31077977 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	357,17	1.071,51
58	CAMARA 65MM SI PED GG20 - CÓDIGO: 35057850 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1.070,36	3.211,08
59	PLACA FUNDO ROB 65MM GG20 - CÓDIGO: 31067914 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1.070,36	3.211,08

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019
	Folha: 5/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 6

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

60	KIT REPAR ROB 851T-EI compreendendo: SELO MECANICO KIT VED SJEI/10/20/30D-10/15W ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61207747 EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	306,17	918,51
61	KIT VED SJEI/10/20/30D-10/15W compreendendo: V-RING A ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207019 EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T -EI - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	51,36	154,08
62	ANEL RETENÇÃO EXTERNO - CÓDIGO: 11077006 - EEJ 006 - G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1,14	3,42
63	ANEL DE RETENÇÃO INTERNO - CÓDIGO: 11087010 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	5,96	17,88
64	VEDACAO CABO SC/UNI/RO DI=9,1 - CÓDIGO: 43087801 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T -EI - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	4,41	13,23
65	CHAVETA - CÓDIGO: 11637036 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1,60	4,80
Total do Fornecedor:					24.552,24	

LOTE: 7

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

66	CARCACA MOTOR W56B GG20 -CÓDIGO: 31007933 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	856,74	2.570,22
67	EST/ROT 281/570 2P 2CV 2/3/4V compreendendo: ESTATOR 2P 2CV CARC-56D ROTOR EIXO 2P CARC-56D 2CV CÓDIGO: 63057050 EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	1.505,85	4.517,55
68	PROPULSOR ROB 500 GG20 - CÓDIGO: 31077965 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	213,62	640,86
69	KAMARA 20MM PE R500 SD GG25 - CÓDIGO: 35057430 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	927,95	2.783,85
70	PLACA F 20MM SESI5 10 GG20 - CÓDIGO: 31067973 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	142,41	427,23

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 6/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 7

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

71	KIT REPAR ROBUSTA 500T SIC compreendendo JUNTA CHATA ROB DN50 SELO MECANICO KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61208002 EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	1.115,06	3.345,18
72	KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI compreendendo: V-RING A ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207926 EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	90,96	272,88
73	ANEL DE RETENÇÃO EXTERNO - CÓDIGO: 11077006 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1,14	3,42
74	ANEL DE RETENÇÃO INTERNO - CÓDIGO: 11087010 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	5,96	17,88
75	VEDACAO CABO SC/UNI/RO DI=9,1 - CÓDIGO: 43087801 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	4,41	13,23
76	ANEL RET INTERNO - CÓDIGO: 11087921 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	2,12	6,36
77	ARRUELAPRESSAO DNTA A - CÓDIGO: 11507003 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	0,13	0,39
Total do Fornecedor:						14.599,05

LOTE: 8

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

78	CARCACA MOTOR W56B GG20 - CÓDIGO: 31007933 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	856,74	2.570,22
79	EST/ROT 277/534 4P 1CV 2/3/4V compreendendo: ESTATOR 4P 1CV CARC-56B ROTOR EIXO 4P CARC-56B 1CV CÓDIGO: 63057043 EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	1.129,08	3.387,24
80	PROPULSOR ROB700/EJ10D-2 GG25 - CÓDIGO: 31077970 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	250,92	752,76
81	CAMARA 50MM PE R700 SD GG25 - CÓDIGO: 35057431 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1.070,36	3.211,08
82	PLACA FUNDO EJ 2 GG25 - CÓDIGO: 31067975 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	213,62	640,86

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR	
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019	Folha: 7/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 8

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

83	KIT REP ROB400M,ROB700M/T SIC compreendendo: SELO MECANICO JUNTA CHATA ROB DN50 KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI ROLAM ESF CÓDIGO: 61208004 EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	1.115,06	3.345,18
84	KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI compreendendo: V-RING A ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207926 EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	90,96	272,88
85	ANEL DE RETENÇÃO EXTERNA - CÓDIGO: 11077006 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1,14	3,42
86	ANEL DE RETENÇÃO INTERNA - CÓDIGO: 11087009 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	2,12	6,36
87	VEDACAO CABO SC/UNI/RO DI=9,1 - CÓDIGO: 43087801 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	4,41	13,23
88	ANEL RET INTERNO - CÓDIGO: 11087921 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	2,12	6,36
89	ARRUELA PRESSAO DNTA A - CÓDIGO: 11507003 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	0,13	0,39
Total do Fornecedor:					14.209,98	

LOTE: 11

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

108	CARCAÇA PE2 9KW GG - EEH 002 - CÓDIGO: 31005082 - BOMBA ABS - MODELO: XFP81E-VX.3-PE125/2. - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	4.171,87	12.515,61
109	ESTATOR PE110/2.1402 - EEH 002 - CÓDIGO: 65005990 - BOMBA ABS - MODELO: XFP81E-VX.3-PE125/2. - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	7.384,69	22.154,07
110	ROTOR-EIXO PE110/2.1402 - EEH 002 - CÓDIGO: 65015308 - BOMBA ABS - MODELO: XFP81E-VX.3-PE125/2. - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	2.071,81	6.215,43
111	PROP XFP81E VX.3 60HZ D155 - EEH 002 - CÓDIGO: 35075610 - BOMBA ABS - MODELO: XFP81E-VX.3-PE125/2. - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	2.409,82	7.229,46
112	TAMPA DE SELO PE2 GG25 - EEH 002 - CÓDIGO: 31405026 - BOMBA ABS - MODELO: XFP81E-VX.3-PE125/2. - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	107,40	322,20
113	TAMPA SELO PE2 GG25 W/BUSH G - EEH 002 - CÓDIGO: 03010575 - BOMBA ABS - MODELO: XFP81E-VX.3-PE125/2. - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	379,26	1.137,78
114	TAMPA ROLAMENTO PE2 GG2 - EEH 002 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1.335,81	4.007,43

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019
	Folha: 8/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 11

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

115	VOLUTA XFP81E VX GG - EEH 002 - CÓDIGO: 31055129 - BOMBA ABS - MODELO: XFP81E-VX.3-PE125/2. - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	2.343,75	7.031,25
116	KIT REP AFP 1047/1049 M2/M2+BR, INCLUINDO 2 SELO MECÂNICO, KIT DE VEDAÇÃO XFP PE2 VX, 2 ROLAM ESF. - CÓDIGO: 61705095 - BOMBA ABS - MODELO: XFP81E-VX.3-PE125/2. - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	1.944,42	5.833,26
117	KIT VEDAÇÃO XFP PE2 VX, INCLUINDO CIRCLIC, ANEL O, RETENTOR, ANEL VEDAÇÃO, VEDAÇÃO CABO - EEH 002. - CÓDIGO: 61195138 - BOMBA ABS - MODELO: XFP81E-VX.3-PE125/2. - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	617,57	1.852,71

Total do Fornecedor: 68.299,20

LOTE: 12

EBARA BOMBAS AMERICA DO SUL LTDA (7941)

118	SUPORTE ZDLX 4P 40HP - CÓDIGO: UFM1-3303 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	3,00	0,0000	1.394,4084	4.183,23
119	CARCACA C/EST.BOB. 4P 30kW (40HP) CLASSE H MULTI TENSÃO - CÓDIGO: UFM1-3216HM - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	9.687,3638	29.062,09
120	CARCACA ZDLX 4P 40HP - CÓDIGO: UFM1-3204 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	3.251,3304	9.753,99
121	ESTATOR BOBINADO 4P 30KW (40HP) CLASSE H MULTI TENSÃO - CÓDIGO: UFM1-4106HM - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	6.118,0042	18.354,01
122	BUJAO SEXT C/ FLANGE 1/4X10 INOX 304 - CÓDIGO: SPR61-11/4X10 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	14,2392	42,72
123	PARAFUSO SEXTAVADO M6X16 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-16X16 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	0,4835	1,45
124	PARAFUSO SEXTAVADO M16X50 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-16X50 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	42,00	0,0000	8,6047	361,40
125	PARAFUSO SEXTAVADO M8X20 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-18X20 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	12,00	0,0000	1,0065	12,08
126	PARAFUSO PHILLIPS PAN. M4X10 AÇO CARBONO BICR. - CÓDIGO: SPR81-C4X10 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	6,00	0,0000	0,1875	1,13
127	PARAFUSO PHILLIPS PAN. M8X16 AÇO CARBONO BICR. - CÓDIGO: SPR81-C8X16 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	18,00	0,0000	0,7697	13,85
128	ARRUELA LISA AÇO CARBONO BICR. M8 - CÓDIGO: SANL1-C8L - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	36,00	0,0000	0,1085	3,91
129	PORCA DE AÇO CARBONO BICROMATIZADO M8 - CÓDIGO: SPOR1-C8B - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	18,00	0,0000	0,1875	3,38
130	O-RING 5.7X289.3 DUREZA 70 SH DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-5.7X289.3 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	6,00	0,0000	73,7322	442,39
131	ARRUELA ONDULADA 98x88MM 25~40HP - CÓDIGO: SANL1-C880 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	40,9316	122,79
132	DISCO P/ ROLAMENTO 25~40HP - CÓDIGO: UFM1-8002 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	89,1161	267,35

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR	
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019	Folha: 9/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 12

EBARA BOMBAS AMERICA DO SUL LTDA (7941)

133	DETECTOR VAZAMENTO 40~145HP OLV-5-2 - CÓDIGO: SFMI1-7820 - IMPORTADO DO JAPÃO - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	435,3474	1.306,04
134	TAMPA PROTETORA 20~40HP - CÓDIGO: SFMI1-7810 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	5,3681	16,10
135	TAMPA MOTOR COMPL 40CV DLBR - CÓDIGO: UFM1-3160 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	8.613,9646	25.841,89
136	PARAFUSO ALLEN S/ C M16X25, INOX 304, PASSO ROSCA 2, DIN 913 - CÓDIGO: SPR32-I16X25 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	24,00	0,0000	11,1703	268,09
137	PARAFUSO SEXTAVADO M20X30 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-I20X30 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	6,00	0,0000	18,6403	111,84
138	ALÇA 40~60HP - CÓDIGO: SFMI1-7510 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	104,125	312,38
139	ARRUELA DE PRESSAO ACO CARBONO BICROMATIZADO M8 - CÓDIGO: SANL1-C8P - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	0,0296	0,09
140	TAMPA MOTOR ZDLX 4P 40~60HP -CÓDIGO: UFM1-3103 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	1.617,7858	4.853,36
141	O-RING 5.7X255 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-5.7X255 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	49,9409	149,82
142	SUPORTE P/CABO SOW-A #14,#12,#18 (MENOR) - CÓDIGO: UFM1-3500 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	32,919	98,76
143	CABO COMPLETO SOW-A #18X5C 10,45M 7,5~60cv -CÓDIGO: UFM1-5018 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	564,6057	1.693,82
144	CABO SOW-A #18X5C 10,45M - EEH 004, CÓDIGO: UFM1-5008 - MODELO: 150 DLP 630 - BOMBA EBARA.	PÇ	3,00	0,0000	321,0784	963,24
145	CABO SOW-A #18X5C -CÓDIGO PFM11-5000- EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	M	32,13	0,0000	17,5351	563,40
146	PARAFUSO SEXTAVADO M6X20 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-I6X20 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	12,00	0,0000	0,4835	5,80
147	O-RING 3.1X29.4 DUREZA 70 SH DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X29.4 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	0,5526	1,66
148	EPOXI DE FIXAÇÃO XN1277A IMP.- CÓDIGO: SFMI1-9000 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	KG	0,627	0,0000	556,2181	348,75
149	EPOXI DE FIXAÇÃO XN1277B IMP.- CÓDIGO: SFMI1-9001 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	KG	0,21	0,0000	556,2181	116,81
150	SUPORTE P/CABO TYPE W #4,#6,#8 (MAIOR) - CÓDIGO: UFM1-3502 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	6,00	0,0000	52,3684	314,21
151	CABO COMPLETO TYPE W #6X4C 10,45M - CÓDIGO: UFM1-5046 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	6,00	0,0000	1.727,8512	10.367,11
152	CABO TYPE W #6X4C - CÓDIGO: PFM11-5003 - EEH 004 - EBARA 150 DLP 630	M	31,35	0,0000	156,0691	4.892,77
153	PARAFUSO SEXTAVADO M8X25 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-I8X25 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	24,00	0,0000	1,3322	31,97
154	O-RING 3.1X49.4 DUREZA 70 SH DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X49.4 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	6,00	0,0000	0,6809	4,09

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</div> <div><div>CNPJ: 84.591.890/0001-43</div><div>Rua Tiradentes, 123</div><div>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</div></div>	<div>PREGÃO PRESENCIAL</div> <div>Nr.: 11/2019 - PR</div> <div><div>Processo Administrativo: 13/2019</div><div>Processo de Licitação: 13/2019</div><div>Data do Processo: 11/02/2019</div></div>
Folha: 10/36	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 12

EBARA BOMBAS AMERICA DO SUL LTDA (7941)

155	ESPACADOR P/VEDACAO W #(4,6,8)X4C - CÓDIGO: UFM1-5520 - EEH 004 - EBARA 150 DLP 630	PÇ	12,00	0,0000	26,9292	323,15
156	ROTOR COMPLETO 4P 40HP (30kW) CLASSE H MULTI TENSÃO - CÓDIGO: UFM1-2240HM - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	11.565,314	34.695,94
157	ROTOR C/EIXO ZDLX 40HP (30kW) CLASSE H MULTI TENSÃO - CÓDIGO: UFM1-2140HM - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	7.927,0476	23.781,14
158	ROLAMENTO 6309ZZ C3 GRAXA POLIREX - CÓDIGO: SFM11-1120P - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	220,0124	660,04
159	ANEL DISTANCIADOR 6314/5314 - EEH 004 - CÓDIGO: UFM18110 - EBARA - MODELO: 150 DLP 630.	PÇ	3,00	0,0000	69,3509	208,05
160	ANEL DE TRAVA P/ EIXO 70mm, 40HP - CÓDIGO: SFM1-7900 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	3,5623	10,69
161	TAMPA P/ROLAMENTO 4P 40CV DLBR - CÓDIGO: UFM1-3620 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	189,8367	569,51
162	ROLAMENTO 5314ZZ C3 GRAXA POLIREX - CÓDIGO: SFM11-1160P - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	2.133,2992	6.399,90
163	TAMPA INF. ZDLX 4P 40HP - CÓDIGO: UFM1-3402 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	1.465,1408	4.395,42
164	PLACA DE BORNES 160/180 - K1M6 - CÓDIGO: SPLB1-MK1M6 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	6,00	0,0000	70,3278	421,97
165	CAIXA DE LIGAÇÃO 40~60cv MULTI TENSÃO - CÓDIGO: UMD1-1003 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	811,646	2.434,94
166	ACOPLADORES DE NYLON FEMEA NA4501 0,25~1,00mm2 - CÓDIGO: TEL01-8000 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	6,00	0,0000	0,3454	2,07
167	ACOPLADORES DE NYLON FEMEA NA4503 1,10~2,60mm2 - CÓDIGO: TEL01-8001 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	6,00	0,0000	0,4934	2,96
168	ACOPLADORES DE NYLON MACHO NA4511 0,25~1,00mm2 - CÓDIGO: TEL01-8100 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	6,00	0,0000	0,6019	3,61
169	ACOPLADORES DE NYLON MACHO NA4513 1,10~2,60mm2 - CÓDIGO: TEL01-8101 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	6,00	0,0000	0,6019	3,61
170	PARAFUSO SEXTAVADO M16X120 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-116X120 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	24,00	0,0000	29,3764	705,03
171	CARCACA DA BOMBA (150-365) LD. 150DLYU630~45 - CÓDIGO: UBD1-3253 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	4.660,0471	13.980,14
172	ROTOR BOMBA (100A-40) 150DLU630 - CÓDIGO: UBD1-1058 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	2.406,0451	7.218,14
173	C. INTER. 150/300DLYU630 (365-280B-45) - CDLY1-1102 - CÓDIGO: UBD1-3056 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	904,4822	2.713,45
174	PARAFUSO ALLEN COM CABECA CILINDRICA M16X40 INOX AISI304 - CÓDIGO: SPR22-116X40 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	11,7525	35,26
175	ARRUELA PRESSAO INOX304 M16 - CÓDIGO: SANL2-116P - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	0,8782	2,63
176	CHAVETA 10X8X56 AISI 420 - CÓDIGO: SCHVI-110X8X56 - IMPORTADO - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	157,1348	471,40

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019
	Folha: 11/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 12

EBARA BOMBAS AMERICA DO SUL LTDA (7941)

177	SELO MECANICO P-45A - CDL01-4411 - CÓDIGO: SFMI1-1210 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	593,5381	1.780,61
178	O-RING 3.1X364.5 DUREZA 70 SH DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X364.5 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	26,4358	79,31
179	O-RING 5.7X268 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-5.7X268.3 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	28,8436	86,53
180	PARAFUSO SEXTAVADO M12X30 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-112X30 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	24,00	0,0000	3,3945	81,47
181	PARAFUSO SEXTAVADO M12X35 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-112X35 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	12,00	0,0000	3,207	38,48
182	PARAFUSO ALLEN S/CABEÇA M6X8 INOX304 RECART. - CÓDIGO: SPR32-16X8B - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	6,00	0,0000	2,4373	14,62
183	ANEL DESG. MODELO SLY-B331 - CÓDIGO: UBD1-3491 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	463,9443	1.391,83
184	TUBO AISI 304 216mmX179mm - CÓDIGO: PTUB1-216X179 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	M	0,054	0,0000	7.754,0059	418,72
185	BUJAO SEXT C/ FLANGE 3/8X1/2 INOX316 ROSCA GAS ASIA - CÓDIGO: SPR61-13/8X1/2 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	6,00	0,0000	36,3135	217,88
186	ANEL LATERAL 150DLU630(SR-325) - CDLY2-4112 - CÓDIGO: UBD1-3483 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	902,4495	2.707,35
187	PARAFUSO ALLEN C/CABEÇA M8X45 INOX 304 - CÓDIGO: SPR22-18X45 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	3,9866	11,96
188	OLEO VG - HDI/32 BIODEGRADÁVEL - CÓDIGO: LUB10-1010LD - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	KG	13,50	0,0000	86,7281	1.170,83
189	RETENTOR VC75X100X7 - LINHA D - CÓDIGO: SFM1-7201 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630	PÇ	3,00	0,0000	24,5313	73,59
Total do Fornecedor:					222.000,00	

LOTE: 13

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

190	CARCACA MOTOR W100 GG20 - CÓDIGO: 31007928 - EEH 006 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1.569,94	4.709,82
191	EST/ROT 279-1/536 4P 2CV 2/3/4 compreendendo: ESTATOR 4P 2CV CARC-56H ROTOR EIXO 4P CARC-56H 2CV CÓDIGO: 63057051 BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	1.731,18	5.193,54
192	DEPOSITO OLEO SCAV SI GG20 - CÓDIGO: 31047971 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	357,17	1.071,51
193	PROPULSOR ROB 800 GG20 - CÓDIGO: 31077968 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	370,72	1.112,16
194	CAMARA 50MM PEKR800CD GG25 - CÓDIGO: 35057432 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1.070,36	3.211,08
195	PLACA FUNDO EJ 2 GG25 - CÓDIGO: 31067975 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	213,62	640,86

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR	
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019	Folha: 12/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 13

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

196	KIT REPAR ROBUSTA800/850/1000T compreendendo: JUNTA CHATA ROB DN50 SELO MECANICO KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61207982 EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	1.306,18	3.918,54
197	KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI compreendendo: V-RING A ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207926 EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	90,96	272,88
198	ANEL RETENÇÃO EXTERNO - CÓDIGO: 11077006 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1,14	3,42
199	ANEL RETENÇÃO INT. - EEH 006 - CÓDIGO: 11087010 - ABS/SULZER - MODELO: ROBUSTA 800 T. - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	5,96	17,88
200	VEDACAO CABO SC/UNI/RO DI=9,1 - CÓDIGO: 43087801 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	4,41	13,23
201	ANEL RET INTERNO - CÓDIGO: 11087921 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	2,12	6,36
202	ARRUELAPRESSAO DNTA A - CÓDIGO: 11507003 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	0,13	0,39
Total do Fornecedor:					20.171,67	

LOTE: 14

EBARA BOMBAS AMERICA DO SUL LTDA (7941)

203	DISCO P/ ROLAMENTO 1.5/ 2.2/ 3.7/ 1500W/ 2200W - CÓDIGO: UFM1-8004 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	3,00	0,0000	73,7933	221,38
204	PARAFUSO SEXTAVADO M5X10 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-I5X10 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	24,00	0,0000	0,2986	7,17
205	DETECTOR VAZAMENTO 2~30HP LS11R-1A - IMPORTADO DO JAPÃO - CÓDIGO: SFMI1-7810 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	121,3135	363,94
206	BASE DETETOR VAZAMENTO 1,5~3,7kW (2~5HP) - CÓDIGO: UFM1-7701 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1,8014	5,40
207	PARAFUSO PHILLIPS PAN.M5X10 AÇO CARBONO BICR. - CÓDIGO: SPR81-C5X10 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	33,00	0,0000	0,1891	6,24
208	BUJAO SEXT C/ FLANGE 1/4X10 INOX 304 - CÓDIGO: SPR61-11/4X10 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	14,3618	86,17
209	O-RING 3.1X190 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X190 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	28,1462	84,44

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</div> <div>CNPJ: 84.591.890/0001-43</div> <div>Rua Tiradentes, 123</div> <div>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</div>	<div>PREGÃO PRESENCIAL</div> <div>Nr.: 11/2019 - PR</div>	
	<div>Processo Administrativo: 13/2019</div> <div>Processo de Licitação: 13/2019</div> <div>Data do Processo: 11/02/2019</div>	
	<div>Folha: 13/36</div>	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 14

EBARA BOMBAS AMERICA DO SUL LTDA (7941)

210	PARAFUSO SEXTAVADO M10X25 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-110X25 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	36,00	0,0000	1,9408	69,87
211	ARRUELA OND.60x50MM DG1500/2200W DG1.5/3.7kW DL2.2/3.7kW - CÓDIGO: SANL1-C500 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	3,0057	9,02
212	ARRUELA LISA DE AÇO CARBONO BICROMATIZADO M5 - CÓDIGO: SANL1-C5L - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	27,00	0,0000	0,0299	0,81
213	PORCA M5 AÇO CARBONO BICR. - CÓDIGO: SPOR1-C5B - EEH 007 - BOMBA EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	24,00	0,0000	0,0299	0,72
214	CARCACA C/EST.BOB. 4P (DL) 3.7KW (5HP) 230/380,460V - CÓDIGO: UFM1-3258 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	2.408,5541	7.225,66
215	CARCACA ZDLX DG2200W 3.7kW, DL 3.7kW - CÓDIGO: UFM1-3227 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1.266,8298	3.800,49
216	ESTATOR BOBINADO 4P 3.7KW (5HP) - CÓDIGO: UFM1-4120 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1.171,3237	3.513,97
217	ESTATOR 4P 3.7KW (5HP) - CÓDIGO: PFM1-4320E - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1.272,6521	3.817,96
218	ROTOR COMPLETO 4P 5HP DL (3.7KW) - CÓDIGO: UFM1-2264 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1.142,4907	3.427,47
219	ROTOR C/EIXO ZDLX DL 3.7KW (5HP) - CÓDIGO: UFM1-2164 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	924,2777	2.772,83
220	ROLAMENTO 6308ZZ C3 GRAXA POLIREX - CÓDIGO: SFM1-1110P - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	104,8915	314,67
221	ROLAMENTO 6205ZZ C3 GRAXA POLIREX - CÓDIGO: SFM1-1090P - EEH 007 - BOMBA EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	43,5033	130,51
222	ANEL DISTANCIADOR 6308 - CÓDIGO: SFM1-7655 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	9,266	27,80
223	SUPORTE DL 3.7KW (NACIONAL) - CÓDIGO: UFM1-3317 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	739,6152	2.218,85
224	SUPORTE ZDLX DL 3.7KW - CÓDIGO: UFM1-3310 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	578,7099	1.736,13
225	TAMPA MOTOR COMPL DG 1500, DL 3.7 - CÓDIGO: UFM1-3117 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	2.395,7052	7.187,12
226	TAMPA MOTOR ZDLX DG 1500W DL 3.7KW - CÓDIGO: UFM1-3105 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	457,1675	1.371,50
227	ALCA ZDLX DG/DL 1.5kW~3.7kW DG 1500W 2200W - CÓDIGO: SFM1-7501 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	64,3741	193,12
228	PARAFUSO SEXTAVADO M12X25 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-112X25 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	3,0853	18,51
229	ARRUELA PRESSAO AÇO CARBONO BICROMATIZADO M5 - CÓDIGO: SANL1-C5P - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	0,0299	0,09
230	O-RING 3.1X135 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X135 - EEH 0007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	10,8684	65,21
231	SUPORTE P/CABO SOW-A #14,#12,#18 (MENOR) - CÓDIGO: UFM1-3500 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	33,2022	199,21
232	PARAFUSO SEXTAVADO M6X20 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-16X20 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	24,00	0,0000	0,4877	11,70

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR	
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019	Folha: 14/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 14

EBARA BOMBAS AMERICA DO SUL LTDA (7941)

233	O-RING 3.1X29.4 DUREZA 70 SH DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X29.4 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	0,5574	3,34
234	EPOXI DE FIXAÇÃO XN1277A IMP. - CÓDIGO: SFMI1-9000 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	KG	0,102	0,0000	561,004	57,22
235	EPOXI DE FIXAÇÃO XN1277B IMP. - CÓDIGO: SFMI1-9001 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	KG	0,036	0,0000	561,004	20,20
236	CABO COMPLETO SOW-A #12X4C 10,45m - CÓDIGO: UFM1-5016 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	804,1187	2.412,36
237	CABO SOW #12X4C - CÓDIGO: PFMI1-5006 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	M	31,84	0,0000	43,9014	1.397,82
238	CABO COMPLETO SOW-A #18X5C 10,45M 2~5cv - CÓDIGO: UFM1-50181 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1.402,4155	4.207,25
239	CABO SOW-A #18X5C 10,45M - EEH 007, CÓDIGO: UFM1-5008 - EBARA - MODELO: 80 DLM 63,7.	PÇ	3,00	0,0000	323,8411	971,52
240	CABO SOW-A #18X5C - CÓDIGO: PFMI1-5000 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	M	31,84	0,0000	17,686	563,12
241	PARAFUSO SEXTAVADO M8X55 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-18X55 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	12,00	0,0000	2,5778	30,93
242	ACOPLADORES DE NYLON FEMEA NA4501 0,25~1,00mm2 - CÓDIGO: TEL01-8000 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	0,3483	2,09
243	ACOPLADORES DE NYLON MACHO NA4511 0,25~1,00mm2 - CÓDIGO: TEL01-8100 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	0,5972	3,58
244	ACOPLADORES DE NYLON FEMEA NA4503 1,10~2,60mm2 - CÓDIGO: TEL01-8001 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	0,4976	2,99
245	ACOPLADORES DE NYLON MACHO NA4513 1,10~2,60mm2 - CÓDIGO: TEL01-8101 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	0,5972	3,58
246	CARCACA BOMBA (80-23) LD. 80DLMU63.7 (CDL02-1163/CDL52-1163) - CÓDIGO: UBD1-3232 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1.204,297	3.612,89
247	ROTOR BOMBA (80-63.7B-208) 80DLMU63.7 - CDL01-2634 - CÓDIGO: UBD1-1023 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	741,7053	2.225,12
248	TAMPA SUCCAO 80DLMU63.7(80-3) - CDL01-1280 - CÓDIGO: UBD1-3453 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	309,4694	928,41
249	C. INTER. 80DLU62.2, DLU63.7 (2.2-2) - CDL01-1480 - CÓDIGO: UBD1-3043 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	373,3657	1.120,10
250	PARAFUSO ALLEN COM CABECA CILINDRICA M10X20 INOX AISI304 - CÓDIGO: SPR22-110X20 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	3,165	9,50
251	ARRUELA PRESSAO INOX304 M10 - CÓDIGO: SANL2-110P - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	0,3085	0,93
252	SELO MECANICO EA-30 - CDS01-4095 - CÓDIGO: SFMI1-1201 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	407,1153	1.221,35
253	PARAFUSO PHILLIPS PAN.M5X6 INOX304 - NORMA DIN 7985 - CÓDIGO: SPR82-15X6 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	9,00	0,0000	0,6967	6,27
254	O-RING 3.1X170 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X170 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	53,85	0,0000	17,7755	957,21

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 11/2019 - PR

Processo Administrativo: 13/2019
 Processo de Licitação: 13/2019
 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 15/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 14
EBARA BOMBAS AMERICA DO SUL LTDA (7941)

255	PARAFUSO ALLEN COM CABECA CILINDRICA M6X16 INOX AISI304 - CÓDIGO: SPR22-I6X15 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	12,00	0,0000	0,7365	8,84
256	ARRUELA LISA INOX 304 M6 - CÓDIGO: SANL2-I06L - EEH 007 - BOMBA: EBARA 60 DLM 63,7	PÇ	12,00	0,0000	0,1095	1,31
257	BUCHA P/ ROTOR DA BOMBA M10 - CÓDIGO: UBD1-2001 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	48,8877	146,66
258	PARAFUSO SEXTAVADO M8X25 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-I8X25 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	12,00	0,0000	1,3436	16,12
259	VALVULA P/ DRENO DE AR 3/8 - ASIA - CÓDIGO: UBD1-3040 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	92,6796	278,04
260	BUJAO VALVULA 3/8X10 SEXT LATAO ASIA - CÓDIGO: SPR61-L3/8X10 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	91,0573	273,17
261	ESFERA DE ACO DIAM. 9.525mm (3/8) - CÓDIGO: SFM1-1100 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1,6123	4,84
262	ANEL DE TRAVA P/ FURO 12mm - LINHA D - CÓDIGO: SFM1-7020 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	0,3782	1,13
263	OLEO VG - HDI/32 BIODEGRADÁVEL - CÓDIGO: LUB10-1010LD - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	KG	3,60	0,0000	87,4743	314,91
264	CHAVETA 8X7X32 INOX AISI420 P/LD - CÓDIGO: SCHV1-I8X7X32D - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	103,0801	309,24
			Total do Fornecedor:		60.000,00	

LOTE: 15
EBARA BOMBAS AMERICA DO SUL LTDA (7941)

265	DISCO P/ ROLAMENTO 1.5/ 2.2/ 3.7/ 1500W/ 2200W - CÓDIGO: UFM1-8004 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	3,00	0,0000	74,0433	222,13
266	PARAFUSO SEXTAVADO M5X10 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-I5X10 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	12,00	0,0000	0,2996	3,60
267	DETECTOR DE VAZAMENTO 2~30HP LS11R-1A - IMPORTADO DO JAPÃO - EEL 001 - CÓDIGO: SFMI1-7810 - MODELO: 80 DLM 63,7 - EBARA.	PÇ	3,00	0,0000	121,7406	365,22
268	BASE DETECTOR VAZAMENTO 1,5~3,7kW (2~5HP) - CÓDIGO: UFM1-7701 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1,8078	5,42
269	PARAFUSO PHILLIP PAN.M5X10 AÇO CARBONO BICR. - CÓDIGO: SPR81-C5X10 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	36,00	0,0000	0,1798	6,47
270	BUJAO SEXT C/ FLANGE 1/4X10 INOX 304 - CÓDIGO:SPR61-I1/4X10 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	14,4123	86,47
271	O-RING 3.1X190 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X190 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	28,2453	84,74
272	PAR. SEX. M5X10 INOX 304 - EEL 001 - CÓDIGO: SPR12-I5X10 - MODELO: 80 DLM 63,7 - EBARA.	PÇ	9,00	0,0000	0,2996	2,70
273	PARAFUSO SEXTAVADO M10X25 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-I10X25 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	36,00	0,0000	1,9476	70,11
274	ARRUELA OND.60x50MM DG1500/2200W DG1.5/3.7kW DL2.2/3.7kW - CÓDIGO: SANL1-C500 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	3,0163	9,05

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 11/2019 - PR

Processo Administrativo: 13/2019
 Processo de Licitação: 13/2019
 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 16/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 15
EBARA BOMBAS AMERICA DO SUL LTDA (7941)

275	ARRUELA LISA DE AÇO CARBONO BICROMATIZADO M5 - CÓDIGO: SANL1-C5L - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	27,00	0,0000	0,04	1,08
276	PORCA M5 AÇO CARBONO BICR. - CÓDIGO: SPOR1-C5B - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	24,00	0,0000	0,04	0,96
277	CARCACA C/EST.BOB. 4P (DL) 3.7KW (5HP) 230/380,460V - CÓDIGO:UFM1-3258 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	2.649,3279	7.947,98
278	CARCACA ZDLX DG2200W 3.7kW, DL 3.7kW - CÓDIGO: UFM1-3227 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1.271,2895	3.813,87
279	ESTATOR BOBINADO 4P 3.7KW (5HP) - CÓDIGO:UFM1-4120 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1.175,4471	3.526,34
280	ESTATOR 4P 3.7KW (5HP) - CÓDIGO: PFM1-4320E - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1.277,1323	3.831,40
281	ROTOR COMPLETO 4P 5HP DL (3,7KW) - CÓDIGO: UFM1-2264 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1.146,5127	3.439,54
282	ROTOR C/EIXO ZDLX DL 3,7KW (5HP) - CÓDIGO: UFM1-2164 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	927,5315	2.782,59
283	ROLAMENTO 6308ZZ C3 GRAXA POLIREX - CÓDIGO: SFM1-1110P - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	105,2608	315,78
284	ROLAMENTO 6205ZZ C3 GRAXA POLIREX - CÓDIGO: SFM1-1090P - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	43,6564	130,97
285	ANEL DISTANCIADOR 6308 - CÓDIGO: SFM1-7655 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	9,2986	27,90
286	SUPORTE DL 3,7KW (NACIONAL) - CÓDIGO: UFM1-3317 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	742,2189	2.226,66
287	SUPORTE ZDLX DL 3.7KW - CÓDIGO: UFM1-3310 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	580,7471	1.742,24
288	TAMPA MOTOR COMPL DG 1500, DL 3.7 - CÓDIGO: UFM1-3117 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	2.404,1389	7.212,42
289	TAMPA MOTOR ZDLX DG 1500W DL 3.7KW - CÓDIGO: UFM1-3105 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	458,7769	1.376,33
290	ALÇA ZDLX DG/DL 1.5kW~3.7kW DG 1500W 2200W - CÓDIGO: SFM1-7501 - EEL 001 - BOMBA EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	64,6007	193,80
291	PARAFUSO SEXTAVADO M12X25 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-112X25 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	3,0962	18,58
292	ARRUELA PRESSAO AÇO CARBONO BICROMATIZADO M5 - CÓDIGO: SANL1-C5P - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	0,03	0,09
293	O-RING 3.1X135 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X135 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	10,9066	65,44
294	SUPORTE P/CABO SOW-A #14,#12,#18 (MENOR) - CÓDIGO: UFM1-3500 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	33,3191	199,91
295	PARAFUSO SEXTAVADO M6X20 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-16X20 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	24,00	0,0000	0,4794	11,51
296	O-RING 3.1X29.4 DUREZA 70 SH DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X29.4 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	0,5593	3,36
297	EPOXI DE FIXAÇÃO XN1277A IMP. - CÓDIGO: SFM1-9000 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	KG	0,102	0,0000	562,9789	57,42
298	EPOXI DE FIXAÇÃO XN1277B IMP. - CÓDIGO: SFM1-9001 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	KG	0,036	0,0000	562,9789	20,27

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR	
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019	Folha: 17/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 15

EBARA BOMBAS AMERICA DO SUL LTDA (7941)

299	CABO COMPLETO SOW-A #12X4C 10,45m - CÓDIGO: UFM1-5016 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	806,9495	2.420,85
300	CABO SOW #12X4C - CÓDIGO: PFM1-5006 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	M	31,83	0,0000	44,0559	1.402,30
301	CABO COMPLETO SOW-A #18X5C 10,45M 2~5cv - CÓDIGO: UFM1-50181 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1.407,3525	4.222,06
302	CABO SOW-A #18X5C 10,45M - EEL 001 - CÓDIGO: UFM1-5008, MODELO: 80 DLM 63,7 - EBARA.	PÇ	3,00	0,0000	324,9811	974,94
303	CABO SOW-A #18X5C - CÓDIGO: PFM1-5000 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	M	31,83	0,0000	17,7482	564,93
304	PARAFUSO SEXTAVADO M8X55 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-18X55 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	12,00	0,0000	2,5868	31,04
305	ACOPLADORES DE NYLON FEMEA NA4501 0,25~1,00mm2 - CÓDIGO: TEL01-8000 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	0,3496	2,10
306	ACOPLADORES DE NYLON MACHO NA4511 0,25~1,00mm2 - CÓDIGO: TEL01-8100 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	0,5993	3,60
307	ACOPLADORES DE NYLON FEMEA NA4503 1,10~2,60mm2 - CÓDIGO: TEL01-8001 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	0,4994	3,00
308	ACOPLADORES DE NYLON MACHO NA4513 1,10~2,60mm2 - CÓDIGO: TEL01-8101 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	6,00	0,0000	0,5993	3,60
309	CARCACA BOMBA (80-23) LD. 80DLMU63.7 (CDL02-1163/CDL52-1163) - CÓDIGO: UBD1-3232 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1.208,5365	3.625,61
310	ROTOR BOMBA (80-63.7B-208) 80DLMU63.7 - CDL01-2634 - CÓDIGO: UBD1-1023 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	744,3164	2.232,95
311	TAMPA SUCCAO 80DLMU63.7(80-3) - CDL01-1280 - CÓDIGO: UBD1-3453 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	310,5588	931,68
312	C. INTER. 80DLU62.2, DLU63.7 (2,2-2) - CDL01-1480 - CÓDIGO: UBD1-3043 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	374,6801	1.124,04
313	PARAFUSO ALLEN COM CABECA CILINDRICA M10X20 INOX AISI304 - CÓDIGO: SPR22-110X20 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	3,1761	9,53
314	ARRUELA PRESSAO INOX304 M10 - CÓDIGO: SANL2-110P - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	0,3096	0,93
315	SELO MECANICO EA-30 - CDS01-4095 - CÓDIGO: SFMI1-1201 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	408,5485	1.225,65
316	PARAFUSO PHILLIPS PAN.M5X6 INOX304 - NORMA DIN 7985 - CÓDIGO: SPR82-15X6 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	9,00	0,0000	0,6991	6,29
317	O-RING 3.1X170 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X170 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	17,8381	53,51
318	PARAFUSO ALLEN COM CABECA CILINDRICA M6X16 INOX AISI304 - CÓDIGO: SPR22-16X15 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	12,00	0,0000	0,7391	8,87
319	ARRUELA LISA INOX 304 M6 - CÓDIGO: SANL2-106L - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	12,00	0,0000	0,1099	1,32

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 11/2019 - PR

Processo Administrativo: 13/2019
 Processo de Licitação: 13/2019
 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 18/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 15
EBARA BOMBAS AMERICA DO SUL LTDA (7941)

320	BUCHA P/ ROTOR DA BOMBA M10 - CÓDIGO: UBD1-2001 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	49,0598	147,18
321	PARARAFUSO SEXTAVADA M8X25 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-18X25 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	12,00	0,0000	1,3483	16,18
322	VALVULA P/ DRENO DE AR 3/8 - ASIA - CÓDIGO: UBD1-3040 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	93,0058	279,02
323	BUJAO VALVULA 3/8X10 SEXT LATAO ASIA - CÓDIGO: SPR61-L3/8X10 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	91,3778	274,13
324	ESFERA DE ACO DIAM. 9,525mm (3/8) - CÓDIGO: SFM1-1100 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	1,618	4,85
325	ANEL DE TRAVA P/ FURO 12mm - LINHA D - CÓDIGO: SFM1-7020 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	0,3795	1,14
326	OLEO VG - HDI/32 BIODEGRADÁVEL - CÓDIGO: LUB10-1010LD - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	KG	3,60	0,0000	87,7822	316,02
327	CHAVETA 8X7X32 INOX AISI420 P/LD - CÓDIGO: SCHV1-18X7X32D - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7	PÇ	3,00	0,0000	103,443	310,33
Total do Fornecedor:					60.000,00	

LOTE: 19
AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

349	CARCACA MOTOR AFP M2+ GG20 - CÓDIGO: 31007816 - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	6.066,14	18.198,42
350	EST/ROT 904/901 4P 10,5KW 2/3/ compreendendo: ESTATOR 4P 10,5KW CARC-112 ROTOR EIXO 10,5KW 4P CARC-112 CÓDIGO: 63057168 EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	6.775,69	20.327,07
351	DEPOSITO OL AFP-M2 C/CAN GG25 - CÓDIGO: 31040148-B - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	4.106,26	12.318,78
352	PROPULSOR AFP 1049.1 D253 GG20 - CÓDIGO: 35075272 - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	2.612,32	7.836,96
353	CAMARA AFP 1049 GG20 - CÓDIGO: 31055067 - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1.270,91	3.812,73
354	PLACA FDO AFP1047/49 UMID GG25 - CÓDIGO: 31067986 - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1.356,32	4.068,96
355	KIT REP AFP1047/1049 M2/M2+BR RETENTOR SELO MECANICO KIT VED AFP1047/1049 M2/M2+BR ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61207866 EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	1.767,54	5.302,62

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 19/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 19

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

356	KIT VED AFP1047/1049 M2/M2+BR ANEL O ANEL O ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207847 EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	295,35	886,05
357	ANEL RETENCAO EXTERNO - CÓDIGO: 43070353 - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	2,39	7,17
358	VEDACAO CABO - CÓDIGO: 43070353 - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	99,09	297,27
359	ANEL RETENCAO INTERNO - CÓDIGO: 11087912 - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	3,58	10,74
Total do Fornecedor:					73.066,77	

LOTE: 20

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

360	CARCACA SCAV EF/EJ 4W GG25 - CÓDIGO: 31007819 - EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	357,17	1.071,51
361	EST/ROT 279-1/536 4P 2CV 2/3/4 compreendendo: ESTATOR 2P 0,5CV C-42 TRIF AL ROTOR EIXO 2P 0,5CV TRIF AL CÓDIGO: 63057030 EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	677,22	2.031,66
362	PROPULSOR EF 4W M8 D86 PBT - CÓDIGO: 45077867 - EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	29,39	88,17
363	CAMARA EF 4 5 2 BSP GG25 - CÓDIGO: 35057434 - EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	428,37	1.285,11
364	KIT REP ROB250,300,UNI 300,500 compreendendo: BUJAO M10 POM SELO MECANICO KIT VED ROB250,300 UNI100A500 ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61207851 EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	115,64	346,92
365	KIT VED ROB250,300 UNI100A500 compreendendo: ANEL O ANEL O ANEL O CÓDIGO: 61207927 EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	30,35	91,05
366	VEDACAO CABO PEQ SCAV BUNA N - CÓDIGO: 43087820 - EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	9,34	28,02

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 20/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 20**AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)**

367	ARRUELAPRESSAO DNTA A - CÓDIGO: 11507003 - EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1,31	3,93
368	ANEL RETENC INTERNO - CÓDIGO: 11087919 - EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1,17	3,51
Total do Fornecedor:						4.949,88

LOTE: 21**AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)**

369	ESTATOR S30/2 380/3/60 KE - CÓDIGO: 65005362 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	4.935,39	14.806,17
370	ROTOR EIXO PNHA S30 1.4021 - CÓDIGO: 65015077 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	821,18	2.463,54
371	PROPULSOR PIRS26/S30 D150 GG25 - CÓDIGO: 35075128 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	812,55	2.437,65
372	TRITURADOR MOVEL PIR S30 - CÓDIGO: 42935006 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	305,22	915,66
373	TRITURADOR MOVEL PIR S16-S18 - CÓDIGO: 42935004 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	143,34	430,02
374	CAMARA PNHA S12/30 GG25 - CÓDIGO: 31055020 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	765,24	2.295,72
375	PLACA FUNDO PIR.S26/2 GG25 - CÓDIGO: 31065015 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	496,73	1.490,19
376	KIT REPARO PIR.S21-30 compreendendo SELO MECANICO KIT VED PNHA S26-30 ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61705040 EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	1.031,43	3.094,29
377	KIT VED PNHA S26-30 - CÓDIGO: 61195075 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	533,10	1.599,30
Total do Fornecedor:						29.532,54

LOTE: 23**AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)**

387	CARCACA MOTOR W56B GG20 - CÓDIGO: 31007933 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	856,74	2.570,22
388	EST/ROT 277-1/543 4P1CV 2/3/4 ESTATOR 4P 1CV CARC-56B ROTOR EIXO 4P CARC-56B 1CV CÓDIGO: 63057045 ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	1.129,08	3.387,24
389	DEPOSITO OLEO SCAV SI GG20 - CÓDIGO: 31047971 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	357,17	1.071,51

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 11/2019 - PR

Processo Administrativo: 13/2019
 Processo de Licitação: 13/2019
 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 21/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 23
AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

390	PROPULSOR EJ10B ROB701 GG25 - CÓDIGO: 31077974 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	285,96	857,88
391	CÂMARA 65 EJ-3 FG/PE GG25 - CÓDIGO: 35057421 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	856,74	2.570,22
392	PLACA FUNDO EJ 10-20 3 GG20 - CÓDIGO: 31067976 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	250,92	752,76
393	KIT REP EJ 10, 20 (B/BX/BV/BVX) SELO MECÂNICO KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61207983 ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	366,41	1.099,23
394	KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI V-RING A ANEL O ANEL O ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDAÇÃO ANELVEDAÇÃO CÓDIGO: 61207926 ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	CJ	3,00	0,0000	90,96	272,88
395	ANEL RETENÇÃO EXTERNO - CÓDIGO: 11077006 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	1,14	3,42
396	ANEL RETENÇÃO INTERNO - CÓDIGO: 11087010 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	5,96	17,88
397	VEDAÇÃO CABO SC/UNI/RO DI=9,1 - CÓDIGO: 43087801 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	3,00	0,0000	4,41	13,23
Total do Fornecedor:					12.616,47	

LOTE: 24
BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

398	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA - EEJ001 BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	3,00	0,0000	116,1433	348,43
399	REBOBINAGEM EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	3,00	0,0000	607,7724	1.823,32
400	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE. EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	LT	9,00	0,0000	14,5179	130,66
401	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	3,00	0,0000	88,4272	265,28
402	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	3,00	0,0000	88,4272	265,28

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR	
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019	Folha: 22/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 24

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

403	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ001 BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	3,00	0,0000	79,1886	237,57
404	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ001 BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	3,00	0,0000	79,1886	237,57
405	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	3,00	0,0000	110,2041	330,61
406	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	3,00	0,0000	79,1886	237,57
407	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	3,00	0,0000	116,1433	348,43
408	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	3,00	0,0000	232,2865	696,86
409	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PADRÃO EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	3,00	0,0000	58,0716	174,21
410	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	3,00	0,0000	58,0716	174,21
Total do Fornecedor:						5.270,00

LOTE: 25

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

411	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	3,00	0,0000	116,1433	348,43
412	REBOINAGEM EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	3,00	0,0000	607,7724	1.823,32
413	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	LT	9,00	0,0000	14,5179	130,66
414	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	3,00	0,0000	88,4272	265,28
415	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	3,00	0,0000	88,4272	265,28
416	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	3,00	0,0000	79,1886	237,57
417	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	3,00	0,0000	79,1886	237,57
418	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	3,00	0,0000	110,2041	330,61
419	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	3,00	0,0000	232,2865	696,86
420	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	3,00	0,0000	79,1886	237,57
421	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	3,00	0,0000	116,1433	348,43
422	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	3,00	0,0000	58,0716	174,21

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 23/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 25**BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)**

423	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	3,00	0,0000	58,0716	174,21
Total do Fornecedor:						5.270,00

LOTE: 26**BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)**

424	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	128,68	386,04
425	REBOBINAGEM EEJ003 - - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	308,0566	924,17
426	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	16,5727	49,72
427	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	101,3857	304,16
428	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	101,3857	304,16
429	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	86,7628	260,29
430	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	86,7628	260,29
431	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	162,8021	488,41
432	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	116,9835	350,95
433	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	257,3638	772,09
434	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	85,7879	257,36
435	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	85,7879	257,36
Total do Fornecedor:						4.615,00

LOTE: 27**BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)**

436	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	3,00	0,0000	120,5767	361,73
437	REBOBINAGEM EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	3,00	0,0000	280,4276	841,28
438	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	3,00	0,0000	94,9983	284,99
439	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	3,00	0,0000	94,9983	284,99
440	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	3,00	0,0000	81,2966	243,89

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 11/2019 - PR

Processo Administrativo: 13/2019
 Processo de Licitação: 13/2019
 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 24/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 27

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

441	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	3,00	0,0000	81,2966	243,89
442	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	3,00	0,0000	152,5453	457,64
443	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	3,00	0,0000	109,6134	328,84
444	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	3,00	0,0000	241,1495	723,45
445	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	3,00	0,0000	80,3832	241,15
446	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	3,00	0,0000	80,3832	241,15
Total do Fornecedor:						4.253,00

LOTE: 28

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

447	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	115,4833	346,45
448	REBOBINAGEM EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	209,9638	629,89
449	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca:	LT	6,90	0,0000	13,1227	90,55
450	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	90,9843	272,95
451	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	90,9843	272,95
452	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	77,8616	233,58
453	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	77,8616	233,58
454	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	146,0998	438,30
455	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	104,9819	314,95
456	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	230,9602	692,88
457	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	76,9867	230,96
458	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	76,9867	230,96
Total do Fornecedor:						3.988,00

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 25/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 29**BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)**

459	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD1 30 - Marca:	SV	3,00	0,0000	107,1407	321,42
460	REBOBINAGEM EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD1 30 - Marca:	SV	3,00	0,0000	293,8252	881,48
461	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD1 30 - Marca:	LT	6,30	0,0000	13,7984	86,93
462	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD1 30 - Marca:	SV	3,00	0,0000	84,4139	253,24
463	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD1 30 - Marca:	SV	3,00	0,0000	84,4139	253,24
464	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD1 30 - Marca:	SV	3,00	0,0000	72,2388	216,72
465	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD1 30 - Marca:	SV	3,00	0,0000	72,2388	216,72
466	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD1 30 - Marca:	SV	3,00	0,0000	135,5492	406,65
467	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD1 30 - Marca:	SV	3,00	0,0000	97,4006	292,20
468	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD1 30 - Marca:	SV	3,00	0,0000	214,2814	642,84
469	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD1 30 - Marca:	SV	3,00	0,0000	71,4271	214,28
470	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD1 30 - Marca:	SV	3,00	0,0000	71,4271	214,28
Total do Fornecedor:						4.000,00

LOTE: 30**BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)**

471	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca:	SV	3,00	0,0000	107,7375	323,21
472	REBOBINAGEM EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca:	SV	3,00	0,0000	295,462	886,39
473	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca:	LT	5,70	0,0000	11,4267	65,13
474	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca:	SV	3,00	0,0000	84,8841	254,65
475	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca:	SV	3,00	0,0000	84,8841	254,65
476	RECUPERAÇÃO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca:	SV	3,00	0,0000	72,6412	217,92
477	RECUPERAÇÃO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca:	SV	3,00	0,0000	72,6412	217,92
478	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca:	SV	3,00	0,0000	136,3043	408,91
479	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca:	SV	3,00	0,0000	97,9432	293,83

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 11/2019 - PR

Processo Administrativo: 13/2019
 Processo de Licitação: 13/2019
 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 26/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 30
BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

480	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca:	SV	3,00	0,0000	215,475	646,43
481	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca:	SV	3,00	0,0000	71,825	215,48
482	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca:	SV	3,00	0,0000	71,825	215,48
Total do Fornecedor:						4.000,00

LOTE: 31
BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

483	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	107,9667	323,90
484	REBOBINAGEM EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	283,0092	849,03
485	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca:	LT	6,90	0,0000	13,9051	95,95
486	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	85,0664	255,20
487	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	85,0664	255,20
488	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	72,7972	218,39
489	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	72,7972	218,39
490	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	136,5969	409,79
491	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	98,1535	294,46
492	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	215,9377	647,81
493	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	71,9792	215,94
494	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	71,9792	215,94
Total do Fornecedor:						4.000,00

LOTE: 32
BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

495	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	109,5578	328,67
496	REBOBINAGEM EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	250,6549	751,96
497	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca:	LT	7,50	0,0000	14,9397	112,05

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 27/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 32

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

498	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	86,3183	258,95
499	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	86,3183	258,95
500	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	73,8685	221,61
501	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	73,8685	221,61
502	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	138,6072	415,82
503	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	99,598	298,79
504	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	219,1156	657,35
505	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	73,0385	219,12
506	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	73,0385	219,12
Total do Fornecedor:						3.964,00

LOTE: 33

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

507	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ011 WILO BOMBA EMUFA10.41E - Marca:	SV	3,00	0,0000	125,591	376,77
508	REBOBINAGEM EEJ011 WILO BOMBA EMUFA10.41E - Marca:	SV	3,00	0,0000	333,2442	999,73
509	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ011 WILO BOMBA EMUFA10.41E - Marca:	SV	7,50	0,0000	12,8445	96,33
510	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ011 WILO BOMBA EMUFA10.41E - Marca:	SV	3,00	0,0000	85,6302	256,89
511	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ011 WILO BOMBA EMUFA10.41E - Marca:	SV	3,00	0,0000	85,6302	256,89
512	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ011 WILO BOMBA EMUFA10.41E - Marca:	SV	3,00	0,0000	74,2128	222,64
513	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ011 WILO BOMBA EMUFA10.41E - Marca:	SV	3,00	0,0000	74,2128	222,64
514	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ011 WILO BOMBA EMUFA10.41E - Marca:	SV	3,00	0,0000	119,1687	357,51
515	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEJ011 - Marca:	SV	3,00	0,0000	85,6302	256,89
516	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEJ011 WILO BOMBA EMUFA10.41E - Marca:	SV	3,00	0,0000	125,591	376,77
517	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ011 WILO BOMBA EMUFA10.41E - Marca:	SV	3,00	0,0000	188,3865	565,16
518	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ011 WILO BOMBA EMUFA10.41E - Marca:	SV	3,00	0,0000	62,7955	188,39

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 28/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 33**BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)**

519	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ011 WILO BOMBA EMUFA10.41E - Marca:	SV	3,00	0,0000	62,7955	188,39
Total do Fornecedor:						4.365,00

LOTE: 34**BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)**

520	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA DO MOTOR - EEH 001 - Marca:	SV	3,00	0,0000	578,4867	1.735,46
521	REBOBINAGEM - EEH 001 - Marca:	SV	3,00	0,0000	2.986,7795	8.960,34
522	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DO MOTOR (DIANTEIRO) - EEH 001 - Marca:	SV	3,00	0,0000	196,11	588,33
523	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DO MOTOR (TRASEIRO) - EEH 001 - Marca:	SV	3,00	0,0000	196,11	588,33
524	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA - EEH 001 - Marca:	SV	3,00	0,0000	171,4937	514,48
525	RECUPERAÇÃO DE ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA - EEH 001 - Marca:	SV	3,00	0,0000	171,4937	514,48
526	IMPREGNAÇÃO COM VERNIZ - EEH 001 - Marca:	SV	3,00	0,0000	72,2079	216,62
527	TESTES E ENSAIOS - EEH 001 - Marca:	SV	3,00	0,0000	433,2471	1.299,74
528	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DA BOMBA (DIANTEIRO) - EEH 001 - Marca:	SV	3,00	0,0000	196,11	588,33
529	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DA BOMBA (TRASEIRO) - EEH 001 - Marca:	SV	3,00	0,0000	196,11	588,33
530	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR E VOLUTA - EEH001 - Marca:	SV	3,00	0,0000	146,8773	440,63
531	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) - EEH 001 - Marca:	SV	3,00	0,0000	143,5952	430,79
532	MONTAGEM ELETROMECÂNICA - EEH 001 - Marca:	SV	3,00	0,0000	1.156,9668	3.470,90
533	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E PSOTERIOR PINTURA PADRÃO - EEH 001 - Marca:	SV	3,00	0,0000	72,2079	216,62
534	ENSAIOS DE ROTINA - EEH 001 - Marca:	SV	3,00	0,0000	72,2079	216,62
Total do Fornecedor:						20.370,00

LOTE: 35**BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)**

535	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA - EEH 002 - Marca:	SV	3,00	0,0000	147,20	441,60
536	REBOBINAGEM - EEH 002 - Marca:	SV	3,00	0,0000	714,2697	2.142,81
537	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE - EEH 002 - Marca:	LT	15,00	0,0000	30,9461	464,19
538	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO - EEH 002 - Marca:	SV	3,00	0,0000	112,0751	336,23
539	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO - EEH 002 - Marca:	SV	3,00	0,0000	112,0751	336,23
540	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA - Marca:	SV	3,00	0,0000	100,3658	301,10
541	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA - EEH 002 - Marca:	SV	3,00	0,0000	100,3658	301,10

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 11/2019 - PR

Processo Administrativo: 13/2019
 Processo de Licitação: 13/2019
 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 29/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 35

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

542	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO - EEH 002 - Marca:	SV	3,00	0,0000	139,6757	419,03
543	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA - EEH 002 - Marca:	SV	3,00	0,0000	124,6208	373,86
544	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) - EEH 002 - Marca:	SV	3,00	0,0000	139,6757	419,03
545	MONTAGEM ELETROMECÂNICA - EEH 002 - Marca:	SV	3,00	0,0000	294,4062	883,22
546	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO - EEH 002 - Marca:	SV	3,00	0,0000	73,6016	220,80
547	ENSAIOS DE ROTINA - EEH 002 - Marca:	SV	3,00	0,0000	73,6016	220,80
Total do Fornecedor:						6.860,00

LOTE: 36

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

548	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca:	SV	3,00	0,0000	463,09	1.389,27
549	REBOBINAGEM EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca:	SV	3,00	0,0000	2.804,8238	8.414,47
550	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca:	SV	15,00	0,0000	32,4511	486,77
551	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca:	SV	3,00	0,0000	209,6163	628,85
552	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca:	SV	3,00	0,0000	209,6163	628,85
553	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca:	SV	3,00	0,0000	183,3046	549,91
554	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca:	SV	3,00	0,0000	183,3046	549,91
555	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca:	SV	3,00	0,0000	146,4683	439,40
556	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca:	SV	3,00	0,0000	156,993	470,98
557	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca:	SV	3,00	0,0000	153,4847	460,45
558	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca:	SV	3,00	0,0000	772,686	2.318,06
559	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca:	SV	3,00	0,0000	77,1809	231,54
560	ENSAIOS DE ROTINA. EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca:	SV	3,00	0,0000	77,1809	231,54
Total do Fornecedor:						16.800,00

LOTE: 37

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

561	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	107,9667	323,90
-----	---	----	------	--------	----------	--------

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 30/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 37

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

562	REBOBINAGEM EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	283,0092	849,03
563	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	6,90	0,0000	13,9051	95,95
564	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	85,0664	255,20
565	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	85,0664	255,20
566	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	72,7972	218,39
567	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	72,7972	218,39
568	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	136,5969	409,79
569	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	98,1535	294,46
570	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	215,9377	647,81
571	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	71,9792	215,94
572	ENSAIOS DE ROTINA. EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	71,9792	215,94
Total do Fornecedor:						4.000,00

LOTE: 38

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

573	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	149,60	448,80
574	REBOBINAGEM EEH007 - Marca:	SV	3,00	0,0000	396,95	1.190,85
575	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEH007 - Marca:	SV	9,00	0,0000	18,70	168,30
576	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	102,00	306,00
577	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	102,00	306,00
578	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	88,40	265,20
579	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	88,40	265,20
580	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	141,95	425,85
581	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	102,00	306,00
582	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	149,60	448,80

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 11/2019 - PR

Processo Administrativo: 13/2019
 Processo de Licitação: 13/2019
 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 31/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 38

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

583	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	224,40	673,20
584	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEH007 - Marca:	SV	3,00	0,0000	74,80	224,40
585	ENSAIOS DE ROTINA. EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	74,80	224,40
Total do Fornecedor:						5.253,00

LOTE: 39

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

586	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	149,59	448,77
587	REBOBINAGEM EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	396,916	1.190,75
588	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	9,00	0,0000	18,6984	168,29
589	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	101,9913	305,97
590	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	101,9913	305,97
591	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	88,3924	265,18
592	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	88,3924	265,18
593	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	141,9378	425,81
594	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	101,9913	305,97
595	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	148,7373	446,21
596	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	224,3808	673,14
597	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	74,7936	224,38
598	ENSAIOS DE ROTINA. EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca:	SV	3,00	0,0000	74,7936	224,38
Total do Fornecedor:						5.250,00

LOTE: 40

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

599	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL002 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	147,8832	443,65
600	REBOBINAGEM EEL002 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	875,5355	2.626,61
601	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLADO EEL002 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	6,00	0,0000	11,7634	70,58

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 11/2019 - PR

Processo Administrativo: 13/2019
 Processo de Licitação: 13/2019
 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 32/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 40

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

602	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEL002 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	112,5929	337,78
603	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEL002 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	112,5929	337,78
604	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEL002 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	100,8294	302,49
605	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEL002 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	100,8294	302,49
606	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEL002 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	140,321	420,96
607	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR EEL002 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	125,1965	375,59
608	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEL002 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	147,0429	441,13
609	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL002 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	295,7663	887,30
610	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA EEL002 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	73,9416	221,82
611	ENSAIOS DE ROTINA. EEL002 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	73,9416	221,82
Total do Fornecedor:					6.990,00	

LOTE: 41

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

612	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL003 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	167,00	501,00
613	REBOBINAGEM EEL003 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	149,00	447,00
614	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEL003 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	6,00	0,0000	14,00	84,00
615	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEL003 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	134,00	402,00
616	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEL003 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	134,00	402,00
617	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEL003 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	120,00	360,00
618	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEL003 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	121,00	363,00
619	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEL003 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	167,00	501,00
620	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEL003 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	120,00	360,00
621	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEL003 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	175,00	525,00
622	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL003 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	352,00	1.056,00
623	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEL003 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	88,00	264,00

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR	
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019	Folha: 33/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 41

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

624	ENSAIOS DE ROTINA. EEL003 - BOMBA WILO EMU FA 08.64E - Marca:	SV	3,00	0,0000	88,00	264,00
Total do Fornecedor:						5.529,00

LOTE: 42

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

625	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca:	SV	3,00	0,0000	101,50	304,50
626	REBOBINAGEM EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca:	SV	3,00	0,0000	232,2294	696,69
627	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEL004 - Marca:	SV	6,60	0,0000	12,3035	81,20
628	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca:	SV	3,00	0,0000	79,973	239,92
629	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca:	SV	3,00	0,0000	79,973	239,92
630	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca:	SV	3,00	0,0000	68,4385	205,32
631	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca:	SV	3,00	0,0000	68,4385	205,32
632	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca:	SV	3,00	0,0000	128,4182	385,25
633	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca:	SV	3,00	0,0000	92,2766	276,83
634	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca:	SV	3,00	0,0000	203,0085	609,03
635	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca:	SV	3,00	0,0000	67,6695	203,01
636	ENSAIOS DE ROTINA. EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca:	SV	3,00	0,0000	67,6695	203,01
Total do Fornecedor:						3.650,00

LOTE: 43

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

637	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca:	SV	3,00	0,0000	134,4486	403,35
638	REBOBINAGEM EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca:	SV	3,00	0,0000	670,7154	2.012,15
639	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca:	LT	6,90	0,0000	12,9865	89,61
640	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca:	SV	3,00	0,0000	102,3643	307,09
641	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca:	SV	3,00	0,0000	102,3643	307,09

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 11/2019 - PR

Processo Administrativo: 13/2019
 Processo de Licitação: 13/2019
 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 34/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
LOTE: 43
BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

642	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca:	SV	3,00	0,0000	90,9056	272,72
643	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca:	SV	3,00	0,0000	90,9056	272,72
644	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca:	SV	3,00	0,0000	127,5734	382,72
645	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca:	SV	3,00	0,0000	113,823	341,47
646	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca:	SV	3,00	0,0000	133,6847	401,05
647	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca:	SV	3,00	0,0000	268,8973	806,69
648	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca:	SV	3,00	0,0000	67,2243	201,67
649	ENSAIOS DE ROTINA. EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca:	SV	3,00	0,0000	67,2243	201,67
Total do Fornecedor:					6.000,00	

LOTE: 44
BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

650	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	106,0805	318,24
651	REBOBINAGEM EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	225,0192	675,06
652	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca:	LT	2,25	0,0000	5,6255	12,66
653	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	83,5786	250,74
654	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	83,5786	250,74
655	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	71,524	214,57
656	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	71,524	214,57
657	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	134,2079	402,62
658	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	212,161	636,48
659	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	70,7203	212,16
660	ENSAIOS DE ROTINA. EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca:	SV	3,00	0,0000	70,7203	212,16
Total do Fornecedor:					3.400,00	

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2019 - PR
	Processo Administrativo: 13/2019 Processo de Licitação: 13/2019 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 35/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 45

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

661	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca:	SV	3,00	0,0000	133,3553	400,07
662	REBOBINAGEM EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca:	SV	3,00	0,0000	353,8462	1.061,54
663	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca:	LT	1,59	0,0000	5,3039	8,43
664	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca:	SV	3,00	0,0000	78,8009	236,40
665	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca:	SV	3,00	0,0000	78,8009	236,40
666	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca:	SV	3,00	0,0000	67,4354	202,31
667	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca:	SV	3,00	0,0000	67,4354	202,31
668	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca:	SV	3,00	0,0000	126,536	379,61
669	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca:	SV	3,00	0,0000	90,9241	272,77
670	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca:	SV	3,00	0,0000	200,033	600,10
671	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEL007 - Marca:	SV	3,00	0,0000	66,6777	200,03
672	ENSAIOS DE ROTINA. EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca:	SV	3,00	0,0000	66,6777	200,03
Total do Fornecedor:					4.000,00	

LOTE: 46

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

673	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA ETE LUZERNA - SCHNEIDER BOMBA E56BS - Marca:	SV	3,00	0,0000	103,7583	311,27
674	REBOBINAGEM ETE LUZERNA - SCHNEIDER BOMBA E56BS - Marca:	SV	3,00	0,0000	271,9725	815,92
675	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE ETE LUZERNA - SCHNEIDER BOMBA E56BS - Marca:	LT	6,60	0,0000	13,3628	88,19
676	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO ETE LUZERNA - SCHNEIDER BOMBA E56BS - Marca:	SV	3,00	0,0000	81,749	245,25
677	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO ETE LUZERNA - SCHNEIDER BOMBA E56BS - Marca:	SV	3,00	0,0000	81,749	245,25
678	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA ETE LUZERNA - SCHNEIDER BOMBA E56BS - Marca:	SV	3,00	0,0000	69,9582	209,87
679	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA ETE LZ - SCHNEIDER BOMBA E56BS - Marca:	SV	3,00	0,0000	69,9582	209,87
680	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO ETE LUZERNA - SCHNEIDER BOMBA E56BS - Marca:	SV	3,00	0,0000	131,27	393,81

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
 Rua Tiradentes, 123
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 11/2019 - PR

Processo Administrativo: 13/2019
 Processo de Licitação: 13/2019
 Data do Processo: 11/02/2019

Folha: 36/36

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 46

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

681	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA ETE LUZERNA - Marca:	SV	3,00	0,0000	94,3257	282,98
682	MONTAGEM ELETROMECÂNICA ETE LUZERNA - SCHNEIDER BOMBA E56BS - Marca:	SV	3,00	0,0000	207,5166	622,55
683	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO ETE LUZERNA - SCHNEIDER BOMBA E56BS - Marca:	SV	3,00	0,0000	69,1722	207,52
684	ENSAIOS DE ROTINA. ETE LUZERNA - SCHNEIDER BOMBA E56BS - Marca:	SV	3,00	0,0000	69,1722	207,52
Total do Fornecedor:						3.840,00

LOTE: 47

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

685	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca:	SV	3,00	0,0000	102,64	307,92
686	REBOBINAGEM ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca:	SV	3,00	0,0000	234,8318	704,50
687	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE. ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca:	SV	6,90	0,0000	13,219	91,21
688	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca:	SV	3,00	0,0000	80,8692	242,61
689	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca:	SV	3,00	0,0000	80,8692	242,61
690	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca:	SV	3,00	0,0000	69,2054	207,62
691	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca:	SV	3,00	0,0000	69,2054	207,62
692	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca:	SV	3,00	0,0000	129,8573	389,57
693	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA ETE HERVAL - Marca:	SV	3,00	0,0000	93,3106	279,93
694	MONTAGEM ELETROMECÂNICA ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca:	SV	3,00	0,0000	205,2834	615,85
695	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca:	SV	3,00	0,0000	68,4278	205,28
696	ENSAIOS DE ROTINA. ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca:	SV	3,00	0,0000	68,4278	205,28
Total do Fornecedor:						3.700,00
Total Geral:						982.095,08

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

HOMOLOGAÇÃO PR 0013/2019 - SIMAE

Publicação Nº 1969736

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 13/2019 - PR Processo Administrativo: 15/2019 Processo de Licitação: 15/2019 Data do Processo: 15/02/2019
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 15/2019
b) Licitação Nr.: 13/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 02/04/2019
e) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E MELHORIAS NAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

AR SERVICOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA - (8269)

6 SERVIÇO DE ROLO COMPACTADOR - Marca: ARALDI	HR	100,00	0,0000	212,50	21.250,00
Total do Fornecedor:					21.250,00

TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES E ESCAVACOES LTDA (8628)

2 SERVIÇO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PEQUENA - Marca: TRANSCAVALHEIRO	HR	500,00	0,0000	160,00	80.000,00
7 SERVIÇO DE CAMINHÃO BASCULANTE CAÇAMBA (CAMINHÃO TOCO) - Marca: TRANSCAVALHEIRO	HR	150,00	0,0000	119,00	17.850,00
Total do Fornecedor:					97.850,00

V.P ESCAVACOES E TERRAPLENAGEM LTDA (8627)

1 SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, COM CONCHA PARA ESCAVAÇÃO - Marca: VP ESCAVAÇÕES	HR	300,00	0,0000	208,00	62.400,00
3 SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA ACOPLADO COM ROMPEDOR HIDRÁULICO - Marca: VP ESCAVAÇÕES	HR	250,00	0,0000	385,00	96.250,00
4 SERVIÇO DE RETRO ESCAVADEIRA 7 T - Marca: VP ESCAVAÇÕES	HR	600,00	0,0000	155,00	93.000,00
5 SERVIÇO DE MOTONIVELADORA - Marca: VP ESCAVAÇÕES	HR	100,00	0,0000	235,00	23.500,00

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOCNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 13/2019 - PR

Processo Administrativo: 15/2019
Processo de Licitação: 15/2019
Data do Processo: 15/02/2019

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**V.P ESCAVACOES E TERRAPLENAGEM LTDA (8627)**

8	SERVIÇO DE CAMINHÃO BASCULANTE CAÇAMBA (CAMINHÃO TRUCADO) - Marca: VP ESCAVAÇÕES	HR	300,00	0,0000	142,00	42.600,00
---	--	----	--------	--------	--------	-----------

Total do Fornecedor: 317.750,00**Total Geral: 436.850,00**

Joaçaba, 2 de Abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA N. 05/2019 - ALTERAÇÃO DE MEMBROS

Publicação Nº 1969753

PORTARIA Nº. 05/2019, DE 18 DE MARÇO DE 2018

ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS REFERENTE A PORTARIA N. 24/2018.

O Prefeito de Laguna, Sr. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e na forma do art. 93, da Lei Complementar nº. 136/2006:

CONSIDERANDO a necessidade de readequação da comissão, em face do grande número de comissões existentes;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a composição dos membros referente à Portaria n. 24/2018, passando-a a integrá-la a servidora Josiane Nascimento dos Santos em substituição ao servidor Luís Fernando Nandi Vicente.

Art. 2º Os demais termos da Portaria continuam inalterados.

Registre-se.

Divulgue-se.

Cumpra-se.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito

PREGÃO 18/2019-PML

Publicação Nº 1969873

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO 18/2019-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, para o fornecimento de materiais de expediente para a Administração e escolares para os programas da Secretaria de Educação no dia 16 de abril de 2019 às 10:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, no portal laguna.sc.gov.br, conforme pedido ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 02 de abril de 2019.

Samantha Claudino Sampaio - Pregoeira

Lajeado Grande

PREFEITURA

PROCESSO Nº 169/2019 TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 002/2019 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA: ITEM (1) CONSTRUÇÃO DE 09 (NOVE) UNIDADES HABITACIONAIS (RESIDÊNCIAS) PADRÃO POPULAR E ITEM (2) CONSTRUÇÃO DE UM BLOCO COM 40 GAVETAS MORTUÁRIAS

Publicação Nº 1969924

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 169/2019

Edital: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2019

Tipo: Menor Preço Global/Por Lote

Objeto: presente edital a contratação de empresa de engenharia para: Item (1) Construção de 09 (nove) unidades habitacionais (residências) padrão popular, localizadas no Loteamento Lourdes Maria Dal Magro, situado na Rua Augustinho Maraschim esquina com a Rua Narciso Calegari Squina, Lajeado Grande/SC, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamentos e Projetos em anexo. Item (2) Construção de um bloco com 40 gavetas mortuárias, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamentos e Projetos em anexo.

Recebimento das propostas: Até às 08:30 horas do dia 22 de abril de 2019.

Abertura das propostas: Dia 22 de Abril de 2019 às 09:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Vitória, nº 503, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min. às 17h00min, pelo fone (0**49) 3355.0012 ou na pagina eletrônica do município www.lajeadogrande.sc.gov.br. Lajeado Grande/SC, 02 de abril de 2019. NOELI JOSÉ DAL MAGRO. Prefeito Municipal em exercício.

Lauro Muller**PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº078/PMLM/2019**

Publicação Nº 1969980

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº078/PMLM/2019

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação para elaboração de processo seletivo para conselheiros e suplentes do Conselho Tutelar de Lauro Muller, conforme Lei nº 8.069/90, Lei nº 12.696/12 Resoluções CONANDA nº170/2014 e 113/2006.

CONTRATADO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: 02/04/2019, por Ana Rúbia Prestes dos Santos Cesconeto, Secretária de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: 02/04/2019, por Valdir Fontanella, Prefeito Municipal.

Lauro Muller, 02 de Abril de 2019.

GENIVALDO DA SILVA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LEI Nº 2.076/2019

Publicação Nº 1969884

LEI Nº 2076/2019 DE 27 DE MARÇO DE 2019.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, até o valor de R\$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais), no âmbito do programa BRDE Municípios, destinados à Implantação de um Sistema Integrado de Gestão Territorial, com modernização do Cadastro Técnico Imobiliário, atualizações de legislação e Elaboração de Diagnóstico socioambiental, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo Único - Ao valor de que trata o caput do artigo terá a aplicação de taxa de juros da TLP – Taxa de Longo Prazo, que possui em sua composição o IPCA, sendo que a Vigência do contrato será de até 10 (dez) anos e carência de até 12 (meses) meses.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, as quotas partes de receitas advindas do FPM e/ou ICMS.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 27 DE MARÇO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

LEI Nº 2.077/2019

Publicação Nº 1969886

LEI 2077 DE 27 DE MARÇO DE 2019.

"ESTABELECE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DE LAURO MULLER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO CONSELHO TUTELAR

Art. 1º. O Conselho Tutelar de Lauro Muller é órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa à Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º. Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Lauro Muller, que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, aplicando-se, no que couber, a Lei Federal n. 8.112/1990.

Art. 3º Caberá ao Executivo Municipal criar e manter novos Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de 01 (um) Conselho para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

Parágrafo único. Havendo mais de 01 (um) Conselho Tutelar, caberá à gestão municipal definir sua localização, horário de funcionamento e organização da área de atuação, através de Decreto do Executivo Municipal, podendo considerar a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como, observados os indicadores sociais do Município.

SEÇÃO I
Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 4º A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II - custeio com remuneração e formação continuada;

III - custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;

IV - manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§4º Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal deverá dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, conforme a necessidade, composta, preferencialmente, por servidores efetivos, assim como sede em local próprio, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel,

veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

- I - Placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;
- II - Sala reservada para a recepção do público;
- III - Sala reservada para o atendimento dos casos;
- IV - Sala reservada para os serviços administrativos;
- V - Sala reservada para reuniões; e,
- VI - Banheiros.

§2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 4º O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§5º É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§ 6º Havendo comprovada necessidade de realização de diligência fora do Município de Lauro Muller, poderá ser cedido um motorista pelo Município a fim de garantir o desenvolvimento das atividades por parte do Conselho Tutelar.

Art. 6º As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 7º Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 2º O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

SEÇÃO II

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 8º O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto para atendimento da população das 08hs às 12hs e das 13hs às 17hs, de segunda à sexta-feira.

§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 20 (vinte) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 9º O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte.

§ 2º Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e deverá se pautar na realidade do Município.

§ 3º Para a compensação do sobreaviso, o membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 02 (dois) dias para cada 10 (dez) dias de sobreaviso, devendo usufruí-las dentro de seis meses a partir da data em que adquiriu o direito.

§ 4º O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 5º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

§ 6º Em eventuais faltas de algum dos membros ao expediente normal definido no art. 8º desta lei, poderá ser convocado outro membro para realizar a substituição, o qual fará jus a horas extras, na forma definida pelo Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 10 O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador administrativo, se necessário, o voto de desempate.

§ 3º Em havendo mais de um Conselho Tutelar no Município, será também obrigatória a realização de, ao menos, uma reunião mensal envolvendo todos os Colegiados, destinada, dentre outras, a uniformizar entendimentos e definir estratégias para atuação na esfera coletiva.

SEÇÃO III

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 11 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 12 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 13 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir Subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§ 5º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 7º A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 14 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;

d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e

e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 15 O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO IV

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 16 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residência no Município;

IV - experiência mínima de 01 (um) ano na defesa dos direitos da criança e do adolescente ou curso de especialização em matéria de infância e juventude com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

V - conclusão do ensino médio;

VI - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local ou por empresa especializada a ser contratada para esta finalidade, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VII - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

X - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

IX - não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

XI - Possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH "Categoria B"

Parágrafo único. O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o inciso VI deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.

Art. 17 O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

SEÇÃO V

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 18 Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 20, desta Lei.

Art. 19 Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 20 Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

SEÇÃO VI

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 21 Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 22 Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

SEÇÃO VII

Da Campanha Eleitoral

Art. 23 Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

- I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
 - II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
 - III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;
 - III - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
 - IV - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;
 - V - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;
 - VI - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;
 - VII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;
 - VIII - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:
- a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique

a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

IX - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 24 A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 25 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

SEÇÃO VIII

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 26 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 27 A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 28 À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO IX

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 29 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

SEÇÃO X

Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 30 Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7º Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º Ocorrendo afastamento de membros do conselho tutelar e verificada a inexistência de suplentes para a substituição, o CMDCA deverá conduzir processo de escolha suplementar nos seguintes termos:

I – Quando a necessidade ocorrer nos dois primeiros anos do mandato dos conselheiros tutelares, deverá ser realizado processo seletivo suplementar, observando-se os mesmos requisitos da eleição regular;

II – Quando a necessidade ocorrer nos dois últimos anos do mandato dos conselheiros tutelares, o CMDCA fará a indicação do novo membro de forma direta, o que deverá ser aprovado pelo Plenário.

§ 10 Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 31 A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

I - a coordenação administrativa;

II - o colegiado;

III - os serviços auxiliares.

SEÇÃO I

Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar

Art. 32 O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 33 A destituição do Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 34 Compete ao Coordenador administrativo do Conselho Tutelar:

I - coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;

II - convocar as sessões deliberativas extraordinárias;

III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;

IV - assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;

V - zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;

VI - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;

VII - participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;

IX - comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;

X - encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

XI - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;

XII - submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIII - encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIV - prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;

XV - exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

SEÇÃO II

Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 35 O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

I - exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;

II - definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;

III - organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;

V - organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;

VI - propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

VII - participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;

VIII - eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;

IX - destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

X - elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo-lhes facultado o envio de propostas de alteração;

§ 1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§ 2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

SEÇÃO III**Dos Impedimentos na Análise dos Casos**

Art. 36 O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

- I - o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;
- II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
- III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;
- IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;
- V - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

SEÇÃO IV**Dos Deveres**

Art. 37 Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

- I - manter ilibada conduta pública e particular;
 - II - zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;
 - III - cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;
 - V - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;
 - VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;
 - VII - desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;
 - VIII - declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;
 - IX - cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - X - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;
 - XI - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - XII - residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;
 - XIII - prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
 - XIV - identificar-se nas manifestações funcionais;
 - XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;
 - XVI - comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.
 - XVII - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;
 - XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
 - XIX - guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;
 - XX - ser assíduo e pontual.
- Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO V**Das Responsabilidades**

Art. 38 O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 39 A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 40 A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 41 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO VI**Da Regra de Competência**

Art. 42 A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VII

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 43 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art. 44 São atribuições do Conselho Tutelar:

I - zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de

medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 45 O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 46 Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 47 Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

I - colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;

II - entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

IV - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VII - requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

VIII - propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;

IX - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

X - participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os

princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 48 É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 49 As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 50 No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 51 A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 52 O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 53 É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 54 Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 55 É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da

falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 56 Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 57 No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 58 Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;

II - nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;

III - nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

SEÇÃO VIII

Das Vedações

Art. 59 Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

II - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;

V - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;

VI - recusar fé a documento público;

VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;

IX - proceder de forma desidiosa;

X - descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;

XI - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

XII - ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;

XIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XIV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;

XV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XVI - atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;

XVII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;

XVIII - entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;

XIX - ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;

XX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;

XXI - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XXII - celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;

XXIII - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;

XXIV - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;

XXV - cometer crime contra a Administração Pública;

XVII - abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;

XXVII - faltar habitualmente ao trabalho;
XXVIII - cometer atos de improbidade administrativa;
XXIX - cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;
XXX - praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
XXXI - proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.
Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO IX

Das Penalidades

Art. 60 Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I - advertência;
- II - suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III - destituição da função.

Art. 61 Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 62 O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal n. 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO X

Da Vacância

Art. 63 A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;
- III - transferência de residência ou domicílio para outro município ou região administrativa do Distrito Federal;
- IV - aplicação da sanção administrativa de destituição da função;
- V - falecimento;
- VI - condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 64 Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I - vacância de função;
- II - férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;
- III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 65 Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§1º Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§4º O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 66 O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO XI

Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 67 Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 68 Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e temporário.

§ 1º No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor correspondente ao (indicar o nível da categoria) dos servidores públicos municipais, que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 2º A remuneração deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º É facultado ao membro do Conselho Tutelar optar pela remuneração do cargo ou emprego público originário, sendo-lhe computado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 5º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 69 Com o vencimento, poderão ser pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens, de acordo com o previsto na legislação municipal:

- I - indenizações;
- II - auxílios pecuniários;
- III - gratificações e adicionais.

Art. 70 Os eventuais acréscimos pecuniários percebidos por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 71 Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar os auxílios pecuniários e as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

Art. 72 Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

- I - cobertura previdenciária;
- II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III - licença-maternidade;
- IV - licença-paternidade;
- V - gratificação natalina

Art. 73 As demais perdas relacionadas às indenizações e reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

Art. 74 A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, §2º, da Lei Federal n. 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

SEÇÃO XII

Das Férias

Art. 75 O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§2º Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Lauro Muller.

§3º Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 76 É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 77 Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

I - a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;

II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 78 Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 79 As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 80 A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 81 O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 82 O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente a última remuneração por ele recebida.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor da última remuneração recebida.

SEÇÃO XIII

Das Licenças

Art. 83 Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral, na forma e prazos previstos pela lei para os demais servidores públicos municipais:

I - para participação em cursos e congressos;

II - para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;

III - para paternidade;

VI - em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

V - em virtude de casamento;

IV - por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§ 1º É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§ 2º As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

SEÇÃO XIV

Das Concessões

Art. 84 Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço em casos de falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

SEÇÃO XV

Do Tempo de Serviço

Art. 85 O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 86 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 20 (vinte) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§2º A capacitação a que se refere o §1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 87 Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais e legislação correlata.

Art. 88 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 89 Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 90 Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 20 ao 45 da Lei Municipal nº 1855, de 14 de abril de 2015.

Art. 91 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 27 DE MARÇO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 077/PMLM/2019

Publicação Nº 1969220

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 077/PMLM/2019

Data e horário da sessão de abertura: 16/04/2019 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de uniformes para serventes, merendeiras e motoristas da rede municipal de ensino de Município de Lauro Muller/SC, conforme condições fixadas em termo de referência e demais condições deste edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 02 de Abril de 2019.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 237/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970261

PORTARIA Nº 237/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019

ALTERA CARGA HORÁRIA DE FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, a(o) Servidor(a) ANLIELLY DE SOUZA, ocupante do cargo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ALTERAÇÃO de carga horária de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/04/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de abril de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 238/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970267

PORTARIA Nº 238/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ANDRÉ BARPP, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária, Piscicultura e Meio Ambiente, LICENÇA PRÊMIO (90 dias), a partir de 01/04/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de abril de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 239/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970270

PORTARIA Nº 239/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR PAULO ROBERTO SCHFFMACHER, para ocupar o cargo de AGENTE DE SAÚDE (CONQUISTA DOS PALMARES), com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/04/2019, ficando sua vaga vinculada ao afastamento de Loeni Rosa de Oliveira.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 01 de abril de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 240/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970272

PORTARIA Nº 240/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR FABIOLA LUARA PELENTIR, para ocupar o cargo de RECEPCIONISTA, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/04/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 01 de abril de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 241/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970274

PORTARIA Nº 241/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR LARISSA APARECIDA MAIBERG QUERINO, para ocupar o cargo de RECEPCIONISTA, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/04/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 01 de abril de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 242/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970276

PORTARIA Nº 242/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) DANIEL BARROS GARCIA HERNANDES, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Médico, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, LICENÇA PRÊMIO (18 dias), a partir de 01/04/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 01 de abril de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 243/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970277

PORTARIA Nº 243/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR OSMAR COMPER, para ocupar o cargo de SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 01/04/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 01 de abril de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 244/19 DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970279

PORTARIA Nº 244/19 DE 02 DE ABRIL DE 2019

CONCEDE FERIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) CIRENE RIBEIRO DA SILVA, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Agente de Saúde, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, FÉRIAS (30 DIAS), a partir de 02/04/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 02 de abril de 2019.
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO
Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO
Secretário de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019

Publicação Nº 1969840

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 048/2019.
CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES POR TEMPO DETERMINADO

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, CNPJ nº 82.924.390/0001-50, cuja PREFEITURA se localiza na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, Leoberto Leal/SC, torna pública a abertura de CHAMAMENTO PÚBLICO para a contratação por prazo determinado de professores, de acordo com o previsto no art. 37, IX, da CF/88 e na Lei Municipal nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014, para atender as necessidades que surgirem no curso do ano letivo de 2019 se não houver aprovados em concurso público ou processo seletivo simplificado, respeitado o que segue:

1 – DO OBJETO

1.1 – Contratação de professor por prazo determinado, nos termos da Lei Municipal nº 1.036, de 12 de fevereiro de 2014, para o ano letivo de 2019, se não houver aprovado em concurso público ou processo seletivo simplificado, aguardando a sua convocação.

1.2 – A vaga a que se destina o presente CHAMAMENTO PÚBLICO visa suprir a proveniente de readaptação, licença-prêmio, auxílio-doença, licença-maternidade, férias, licença sem vencimento, pedido de aposentadoria e de outros afastamentos legais imprevistos com duração não superior ao final do ano letivo de 2019.

1.3 – A vaga é:
Professor de Informática – 40 horas

2 – DO CANDIDATO

2.1 – Pode participar no presente CHAMAMENTO PÚBLICO, o interessado no objeto deste edital que seja:

- a) Maior de 18 (dezoito) anos;
- b) Portador de curso superior na área;
- c) Portador de curso superior;
- d) Formado em ensino médio.

2.2 – Na escolha o interessado deverá apresentar:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Documentos que comprovem a formação;
- c) Comprovante de tempo de serviço na disciplina vaga, somados o tempo de magistério público e privado;
- d) Comprovante de tempo de serviço no magistério público e privado.

3 – DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 - O interessado será classificado segundo a sua habilitação.

3.2 - Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, a classificação obedecerá aos critérios de:

- a) maior nível de escolaridade na disciplina vaga;
- b) maior tempo de serviço na disciplina vaga, somados o tempo de magistério público e privado;
- c) maior nível de escolaridade, independente de habilitação específica;
- d) maior tempo de serviço no magistério público e privado;
- e) leigo.

Parágrafo único. Será designada, por portaria do Prefeito Municipal uma Comissão para realizar o levantamento das vagas, efetuar a classificação, bem como para a realização da chamada, coleta dos documentos e indicação da unidade escolar.

4 – DA ESCOLHA

4.1 – A escolha da vaga será no dia 08 de abril de 2019, às 15h00min, na Secretaria de Educação, nas dependências da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

4.2 – Os candidatos devem respeitar o horário estipulado, sem segunda chamada, respeitando os critérios de classificação.

4.3 – O candidato deverá apresentar os documentos que comprovem sua graduação e tempo de serviço, solicitados neste Chamamento Público, no dia da escolha, 08 de abril de 2019, às 15h00min.

4.4 - Não havendo candidatos para a vaga, será realizado novo Chamamento Público, com data a ser definida.

5 – DA CONTRATAÇÃO

5.1 – A contratação será feita no mesmo dia, após a escolha.

5.2 - O candidato deve apresentar no ato da escolha os documentos que comprovem sua graduação e tempo de serviço e terá o prazo de 24 horas para apresentar os demais documentos solicitados neste Chamamento Público, caso contrário, automaticamente estará desclassificado.

5.3 – O contrato obedecerá ao regime estatutário e da Lei Municipal nº 418, de 10 de agosto de 1990.

5.4 – O contrato se submeterá ao Regime Geral de Previdência Social.

5.5 – Na assinatura do contrato serão exigidos os seguintes documentos:

- a) RG;
- b) CPF;
- c) PIS/PASEP, se possuir;
- d) Atestado Médico Admissional;
- e) Certificado de Conclusão do Curso de Habilitação e, inscrição no órgão profissional competente.

5.6 – Não será permitida a prorrogação do prazo contratual, bem como o aproveitamento do contratado em outra disciplina.

5.7 – A duração máxima do contrato será o tempo restante para a conclusão do ano letivo ou o prazo de realização do processo seletivo ou concurso público.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese a duração do contrato poderá superar à do motivo que justificou a contratação.

6 – DO VENCIMENTO

O vencimento do contratado será o prescrito em lei, segundo a habilitação profissional:

- 6.1 – Licenciado;
- 6.2 – Ensino Médio/Leigo.

7 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Eventuais problemas e omissões serão dirimidos pela Comissão a que se refere esse Chamamento Público.

Leoberto Leal, 02 de abril de 2019.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 026/2019

Publicação Nº 1970336

DECRETO Nº 026, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 32, Inciso III da Lei nº 1.394, de 11 de dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, no valor de R\$ 6.546,79 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	6.546,79
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	6.546,79
Função	04	Administração	6.546,79
Sub-função	122	Administração Geral	6.546,79
Programa	005	GESTÃO ADMINISTRATIVA	6.546,79
Projeto/Atividade	2.005	Funcionamento e Manutenção da SACF	6.546,79
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.546,79
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.546,79
Modalidade Aplicação	30	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	6.546,79
Fonte de Recurso/Detalhamento	0.3.000.00	Recursos Ordinários	6.546,79
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			6.546,79

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Recursos Ordinários	0.1.0000	6.546,79
TOTAL DO SUPERAVIT UTILIZADO		6.546,79

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 02 de abril de 2019.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 027/2019

Publicação Nº 1970342

DECRETO Nº 027, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ÁREA DE TERRAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, especialmente a prevista na Lei Orgânica do Município no art. 66,VI, VII, XV e outros úteis, combinada com o que prevê o Decreto-Lei nº 3365, de 21 de junho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º De acordo com a autorização da Lei Municipal nº 1356, de 20 de março de 2018 e nos termos do art. 5º, i, do Decreto-lei nº 3365, de 21/06/1941, fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação, amigável ou Judicial, a área de 3.153,08m² (três mil, cento e cinquenta e três metros, e oito decímetros quadrados), parte de área maior com 18.383,90m² (dezoito mil, trezentos e oitenta e três metros, noventa decímetros quadrados), localizada na Rua MainolvoLehmkuhl, lado par, Centro, Leoberto Leal, SC, de propriedade de NABOR MAURI DE SOUZA, CPF nº 245.942.299-72 e MARIA ESTEVÃO DE SOUZA, CPF nº 867.996.739-49, matriculada sob o nº 29444, no livro 2, do Registro de Imóveis de Ituporanga.

Art. 2º Classificada como via local, com início na Rua MainolvoLehmkuhl, a via pública a ser implantada é paralela à PRAÇA JOVEM RODRIGO WANDERLEYPLEBANI e ao GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES SOLDADO MARCELO KREUSCH, objetivará:

I. Melhorar e ampliar o acesso e o estacionamento aos dois equipamentos públicos.

II. Fixar em área pública a rede de alta tensão da CELESC, que abastece de energia elétrica o perímetro urbano do Município e os consumidores da CEREJ; e

III. Facilitar o trânsito.

Art. 3º Fica dado à presente desapropriação o caráter de urgência e autorizada a penetração na área compreendida neste Decreto.

Art. 4º A área desapropriada é avaliada em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.6ºFica revogado o Decreto nº 012/2019.

Leoberto Leal, 02 de abril de 2019.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

LEI N.º 1.410/2019

Publicação Nº 1969413

LEI N.º 1.410, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

“AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BEM INSERVIVEL PARA O MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, mediante leilão, o bem a seguir descrito, de propriedade do Município de LEOBERTO LEAL/SC, no estado em que se encontra, considerado inservível para o serviço a que se destina:

LOTE 01: Fiat Linea Essence 1.8, ano e modelo 2012, cor predominante bege, placa MKM 1741, renvam: 458177032, sob o número de patrimônio 5338, COM LANCE INICIAL DE R\$: 15.000,00.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 02 de abril de 2019.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR 13/2019

Publicação Nº 1969961

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2019

Genir Loli – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema registro de preços, na forma da Lei nº 10.520/02, para possível aquisição de de óleos lubrificantes, graxas e fluídos, no dia 16 de abril de 2019, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 02 de abril de 2019.

Genir Loli - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 120, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1970374

PORTARIA Nº 120, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Concede licença gestante a servidora publica municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando o artigo nº 106, da Lei Complementar nº 050 de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença Gestação a Servidora Pública Municipal Sandra Acordi Fantin, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, conforme atestado médico, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 22 de março de 2019 a 19 de setembro de 2019, com ônus para o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 25 de março de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 121, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1970377

PORTARIA Nº 121, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Prorroga Licença Gestante a Servidora Pública Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando o disposto na lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003 e Lei Complementar nº 148/2010.

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar, de 14 de junho de 2019 até 13 de Agosto de 2019, a Licença Gestação da Servidora Pública Municipal Luciane Antonia Gugel, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Sanitária, vinculada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, com ônus para o Município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 25 de março de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 122, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1970381

PORTARIA Nº 122, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Concede férias regulares a Servidor Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder ao Servidor Público Municipal Valdecir Meneghini, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnico Agrícola, vinculado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, 30 (trinta) dias de férias que tem direito, compreendidos entre os dias 18 de Março de 2019 a 16 de Abril de 2019, relativas ao período aquisitivo de 01 fevereiro de 2018 a 31 de janeiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 25 de Março de 2019.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 123, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1970384

PORTARIA Nº 123, DE 25 DE MARÇO DE 2019.
Convoca professor em caráter temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,
Considerando o disposto na Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE

Art. 1º. Convocar, em caráter temporário, a Professora Ingrid Regina Rossetto, para exercer as funções do cargo de professor, 20 horas semanais, por 02 (dois) períodos, em substituição a professores, conforme comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 25 de Março de 2019.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 124, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1970387

PORTARIA Nº 124, DE 25 DE MARÇO DE 2019.
Convoca professor em caráter temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,
Considerando o disposto na Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE

Art. 1º. Convocar, em caráter temporário, a Professora Alice Tebaldi, para exercer as funções do cargo de professor, 20 horas semanais, por 01 (um) período, em substituição a professores, conforme comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 25 de Março de 2019.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 125, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1970389

PORTARIA Nº 125, DE 25 DE MARÇO DE 2019.
Convoca professor em caráter temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,
Considerando o disposto na Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE

Art. 1º. Convocar, em caráter temporário, a Professora Anelise Andrin Barbieri, para exercer as funções do cargo de professor, 20 horas semanais, por 01 (um) período, em substituição a professores, conforme comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 25 de Março de 2019.

GENIR LOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 126, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1970391

PORTARIA Nº 126, DE 25 DE MARÇO DE 2019.
Convoca professor em caráter temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,
Considerando o disposto na Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE

Art. 1º. Convocar, em caráter temporário, a Professora Juliana Kel, para exercer as funções do cargo de professor, 20 horas semanais, por 01 (um) período, em substituição a professores, conforme comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 25 de Março de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 127, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1970394

PORTARIA Nº 127, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Convoca professor em caráter temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e, Considerando o disposto na Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE

Art. 1º. Convocar, em caráter temporário, a Professora Rozangela Predabon, para exercer as funções do cargo de professor, 20 horas semanais, por 01 (um) período, em substituição a professores, conforme comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 25 de Março de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 128, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1970396

PORTARIA Nº 128, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Convoca professor em caráter temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e, Considerando o disposto na Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE

Art. 1º. Convocar, em caráter temporário, a Professora Gabriele Fracasso, para exercer as funções do cargo de professor, 20 horas semanais, por 01 (um) período, em substituição a professores, conforme comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 25 de Março de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 129, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1970401

PORTARIA Nº 129, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Convoca professor em caráter temporário

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e, Considerando o disposto na Lei Complementar nº 226/2013, de 16 de dezembro de 2013,

RESOLVE

Art. 1º. Convocar, em caráter temporário, a Professora Margarete Colcinski Corso, para exercer as funções do cargo de professor, 20 horas semanais, por 01 (um) período, em substituição a professores, conforme comunicação interna da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 25 de Março de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 130, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1970405

PORTARIA Nº 130, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Concede adicional por tempo de serviço a servidor publico municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e,
Considerando o disposto do artigo 89, da Lei Complementar nº 050/2003, de 10 de janeiro de 2003,**RESOLVE**

Art. 1º. Conceder, ao Servidor Público Municipal Edison Domingos Giron, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Técnico, o Adicional por Tempo de Serviço de 3% (três por cento) dos vencimentos do cargo, correspondente a 01 (um) triênio, referente ao período aquisitivo de 01 de Março de 2016 a 28 de Fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01 de março de 2019.

Lindóia do Sul, 25 de março de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

DECRETO 47/2019

Publicação Nº 1969937

DECRETO Nº 47/2019

RATIFICA ANULAÇÃO DE ATOS PREGÃO 15/2019

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

Considerando a falta de publicidade da retificação ao edital 15/2019 nos mesmos meios em que foi publicado o texto original, conforme dispõe o art.21, §4º da Lei 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam anulados todos os atos praticados no dia 01/04/2019 referente ao pregão 15/2019, através da Ata lavrada pela pregoeira, na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preço para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E CONSERTOS EM GERAL NOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 02 de abril de 2019.

MARCIONEI HILLESHEIM

PREFEITO

PORTARIA Nº 185/2019

Publicação Nº 1969077

PORTARIA Nº 185/2019

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOREM COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO QUE ESPECIFICA

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Lontras em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II letra "a" da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a deflagração do edital de processo seletivo simplificado número 01/2019 para o cargo de motorista, 07/2019 para os cargos de médico, enfermeiro, técnico em enfermagem, psicólogo e assistente social;

Considerando a necessidade de designar servidores responsáveis pelo acompanhamento dos processos desde a inscrição até homologação final dos certames;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipais RUBENS SERGIO CZIECELSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogado, matrícula 15910, JAISON SCHULZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Administrativo, matrícula 10934-7, LUCIANA SCHMOELER BRANDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, matrícula 14826 e SONIA PENZ DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica de Enfermagem, matrícula 92614 para comporem a comissão especial de acompanhamento e realização do processo seletivo simplificado a que se refere o edital 07/2019.

Art. 2º - Para o bom e fiel cumprimento da designação os servidores poderão proceder a contratação de terceiros para a elaboração e fiscalização na data de realização das provas, bem como a locação de local apropriado para a aplicação das provas objetivas e teóricas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 22 de março de 2019.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 190/2019

Publicação Nº 1969082

PORTARIA Nº 190/2019

CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO
E PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 54 da Lei Complementar nº 662/90 de 07 de dezembro de 1990 e,

Considerando que a referida lei permite que os servidores desta municipalidade façam jus ao adicional por tempo de serviço na razão de 6%(seis) a cada 3 (três) anos de serviços prestados ao município;

Considerando que com o referido tempo de serviço faz jus a promoção por antiguidade de tempo de serviço:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder adicional por tempo de serviço e promoção por antiguidade para os servidores abaixo relacionados:

FUNCIONÁRIO	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	ADICIONAL %	Nível anterior	Nível atual
ALAIDES KAHL	27 ANOS	54%		
CLEOMAR GUSTAVO BENTO	6 ANOS	12%	38	39
LUANA CAROLINA RECH	6 ANOS	12%	42	43
RUBENS SERGIO CZIECELSKI	30 ANOS	60%	79	80
SILVIA CLAUDIA KOERICH FRUTUOSO	24 ANOS	48%		

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 28 de março de 2019.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 191/2019

Publicação Nº 1969085

PORTARIA Nº 191/2019

PRORROGA LICENÇA-MATERNIDADE

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal e, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar 60 dias de licença-maternidade para a servidora, LUANA TAIRINE MARTINS, ocupante do cargo de PROFESSORA, ao período de 07/04/2019 a 05/06/2019, com retorno no dia 06/06/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 28 de março de 2019.

MARCIONEI HILLESHEIM

PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO AO EDITAL 15/2019

Publicação Nº 1970110

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL

RETIFICAÇÃO AO EDITAL N.º 15/2019

EDITAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E CONSERTOS EM GERAL NOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. Inclusão dos itens 6.4.3, 6.4.3.1 e 6.5 letra c no edital. Inclusão da letra l na cláusula sétima da minuta de contrato. Alteração no quantitativo do anexo I. Entrega dos Envelopes: até dia 15/04/2019 às 08:30 horas. Abertura dos Envelopes: dia 15/04/2019 às 09:00 horas. Maiores Informações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site www.lontras.sc.gov.br. Lontras, 02 de abril de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luiz Alves

PREFEITURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2020

Publicação Nº 1970587

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

AUDIÊNCIA PARA DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DA LDO

A Prefeitura Municipal de Luiz Alves vem através da Secretaria Municipal de Finanças, convidar Vossa Senhoria, a participar da Audiência Pública, para discussão e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2020, do município de Luiz Alves, SC, de acordo com a Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. A audiência será realizada no dia 09 de abril de 2019, terça-feira, as 10:30 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Luiz Alves. Certos de podermos contar com a vossa presença, desde já agradecemos.

Luiz Alves, 01 de Abril de 2019.

Marcos Pedro Veber Adriana Teresinha Schmitz Zimmermann Prefeito Municipal de Luiz Alves Secretário Municipal de Finanças

DECRETO N.º 38/2019

Publicação Nº 1969372

DECRETO N.º 38/2019

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação de Luiz Alves e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal n.º 709, de 13 de dezembro de 1994; CONSIDERANDO que o § 1º do artigo 3º da Lei Municipal n.º 790, de 13 de dezembro de 1994, que instituiu o Conselho Municipal de Educação do Município de Luiz Alves, estabelece que os conselheiros serão nomeados pelo Prefeito, a partir de indicação das entidades e categorias por Decreto;

DECRETA:

Art. 1º Fica reestruturado, composto e nomeado o Conselho Municipal de Educação do Município de Luiz Alves, conforme dispõe a Lei Municipal n.º 790, de 13 de dezembro de 1994, estando assim constituído:

I – na condição de representantes dos educadores das unidades de ensino de zero a seis anos de idade:

a) titular: Cheila Adriana Erbs Micheluzi;

b) suplente: Rosemar Schork.

II – na condição de representantes dos educadores das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, de pré-escola ao 9º ano do Ensino Fundamental:

a) titular: Maria Aparecida Gomes Cunha;

b) suplente: Maria Gorete Balbino Pereira;

c) titular: Alessandra Ganz;

d) suplente: Janete Grzybowski da Silva.

III – na condição de representantes dos educadores das escolas da Rede Estadual do Ensino Fundamental ao Ensino Médio:

a) titular: Adenisy Schmitz;

b) suplente: Elton Vicente Pauli.

IV – na condição de representantes dos educadores da Secretaria Municipal da Educação:

a) titular: Daniela Wust Schmitz Lourenço;

b) suplente: Marilene Kons Winter.

V- na condição de representantes das Associações de Pais e Professores das unidades escolares:

a) titular: Marcos Ranghetti;

b) suplente: Cinara Elair Rech Ramos.

VI – na condição de representantes da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social:

a) titular: Karin Aparecida Batista Lanza;

b) suplente: Itamara Kureck.

VII – na condição de representantes dos líderes de trabalho voltado à educação religiosa no município e atividades com jovens ligados à educação e cultura:

a) titular: Henrique Lemke;

b) suplente: Darleno Mellies.

Art. 2º Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Educação exercerão as suas funções com base nas competências que lhes são atribuídas pela Lei Municipal n.º 790/1994.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal de Educação terão mandato de 03 (três) anos.

Art. 4º Os membros do Conselho Municipal de Educação não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de interesse público relevante.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 11 março de 2019.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 40/2019

Publicação N° 1969361

DECRETO N.º 40/2019
Altera o Decreto n.º 126/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal n.º 709, de 13 de dezembro de 1994; DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea "b" do inciso I do § 2º do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 126, de 31 de julho de 2018, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

§ 2º (...)

I – (...)

(...)

b) Vanessa Pereira Veber.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 11 março de 2019.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

DECRETO N.º 57/2019

Publicação N° 1969364

DECRETO N.º 57/2019
Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 - Lei Municipal n.º 1.748, de 30 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 152.252,06 (cento e cinquenta e dois mil duzentos e cinquenta e dois reais e seis centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 18 – Fundo Municipal de Defesa Civil

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Defesa Civil

06.182.0009.1.015 – Obras de Defesa Civil: Prevenção, Reconstrução e Recuperação

(5) 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0500.0 (0.3.0000) – Aplicações Diretas R\$ 152.252,06

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2018 na importância de R\$ 152.252,60 (cento e cinquenta e dois mil duzentos e dois reais e seis centavos) de acordo com os recursos supracitados.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 01 de abril de 2019.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO Nº 02/2019 (FMAS)

Publicação Nº 1969576

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA SUBSIDIAR ALIMENTAÇÃO AOS SERVIÇOS OFERTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 13h45min horas do dia 17/04/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 14h00min horas do dia 17/04/2019.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados ou conforme o edital.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 03 de abril de 2019.
Marcos Pedro – Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 007/2019 – PP 004/2019 -IMPRESSOS GRÁFICOS PARA AS ESFS - FMS

Publicação Nº 1970010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 007/2019 - FMS
Pregão Presencial nº 004/2019 - FMS

O Gestor do FMS, LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 007/2019, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento, de forma parcelada, de impressos gráficos para as Estratégias Saúde da Família (ESF) do Município de Luzerna/SC, em conformidade com as disposições e especificações contidas neste Edital e em seus Anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* DIGITAL CRUZEIRO LTDA – ME;

* POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA.

- Valor total: R\$ 16.887,00

Luzerna (SC), 3 de abril de 2019.
LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI
Gestor do FMS

PORTARIA 040/19

Publicação Nº 1970108

PORTARIA Nº 040/19 de 29 de março de 2019.
“EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR, em razão da extinção de seu cargo, o servidor ADELAR PELICIELLI, do cargo público de provimento em comissão de Coordenador de Manutenção de Equipamentos, Nível CC-5, do Anexo III - Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento de Comissão da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 31 de março de 2019.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de março de 2019.

Luzerna(SC), 29 de março de 2019.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 041/19

Publicação Nº 1970109

PORTARIA Nº 041/19 de 29 de março de 2019.

“DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR o Senhor ALDOMAR GUILHERME PASCOTTO, Agente de Serviços Gerais, como responsável pelo abastecimento e lubrificação de máquinas e automóveis da Secretaria de Serviços Integrados em Infraestrutura e Agropecuária, fazendo jus ao adicional de periculosidade, previsto nos arts.64 e 78 da Lei Complementar 164 de 25 de abril de 2017, a partir de 1º de abril de 2019.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2019.

Luzerna(SC), 29 de março de 2019.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 042/2019

Publicação Nº 1970158

PORTARIA Nº 042/19 de 29 de março de 2019.

"NOMEIA PREGOEIRA OFICIAL E EQUIPE DE APOIO QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR, os servidores abaixo relacionados como Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, com as atribuições do art. 9º do Decreto nº 3.555 de 08/08/2000, para realização de Pregão da Prefeitura Municipal de Luzerna(SC) e Fundos Especiais, e de credenciamento de interessados a partir desta data:

Pregoeira Oficial:	DÉBORA TAIS MENLAK
Equipe de Apoio:	DREONE MENDES ELSON WILLIAM DE MATOS FELIPE ZARDO DALLANORA INGART MARLONE GRAHL EBERT EMELLI TIEPO

Parágrafo Único - A Equipe de Apoio funcionará com no mínimo 02 (dois) de seus membros.

Art.2º- Os serviços realizados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio serão gratuitos.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de março de 2019.

Luzerna(SC), 29 de março de 2019.

MOISÉS DIERSANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 043/2019

Publicação Nº 1970167

PORTARIA Nº 043/19 de 29 de março de 2019.

"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR, os servidores abaixo relacionados para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES, responsável pela realização dos trabalhos gerais de Licitação da Prefeitura Municipal de Luzerna(SC) e Fundos Especiais e pelo cadastramento dos fornecedores da Prefeitura Municipal de Luzerna e Fundos a partir desta data:

Presidente:	DÉBORA TAIS MENLAK
Membros :	DREONE MENDES EMELLI TIEPO FELIPE ZARDO DALLANORA

Parágrafo Único - A Comissão funcionará além do Presidente com no mínimo 02 (dois) de seus membros.

Art. 2º- Os serviços realizados por esta Comissão serão gratuitos.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de março de 2019.

Luzerna(SC), 29 de março de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 044/2019

Publicação Nº 1970321

PORTARIA Nº 044/19 de 02 de abril de 2019.

"NOMEIA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, E GESTOR DA PARCERIA PREVISTA NA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna (SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR, os servidores abaixo relacionados para compor a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria prevista na INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019, do MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), em cumprimento do disposto na alínea "h", do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014:

DIRCE APARECIDA DALLA COSTA RIBEIRO DA SILVA
FELIPE DEIGE
JANE ELISA OTTO BRANDALISE

Art.2º- Ainda, atendendo ao dispositivo legal previsto no inciso III, do artigo 8º, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações posteriores, fica nomeado como GESTOR DA PARCERIA, o servidor RENAN CLODOALDO TESSER, o qual será responsável pelo controle e fiscalização da parceria proveniente da INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019.

Art.3º- Os serviços realizados por esta Comissão e Gestor serão gratuitos.

Art.4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de abril de 2019.

Luzerna(SC), 02 de abril de 2019.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

decreto 1812

Publicação Nº 1970537

DECRETO Nº 1812, DE 29 DE MARÇO DE 2019.
Abre Credito Suplementar alterando a lei 948/2018

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 966, de 29/03/2019;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente.

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
02.06 Sec. de Infraestrutura e Desenv. Urbano
10.69 Aquisição de Maquinas e Veículos
44.90 Aplicações Diretas
R\$ 25.000,00

Art. 2º Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
02.06 Sec. de Infraestrutura e Desenv. Urbano
10.67 Obras de Infraestrutura Urbana
44.90 Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
02.06 Sec. de Infraestrutura e Desenv. Urbano
20.17 Manutenção da Malha Rodoviária
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 29 de Março de 2019.
ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

decreto 1813

Publicação Nº 1970538

DECRETO Nº 1813, DE 29 DE MARÇO DE 2019.
Abre Credito Suplementar pelo superávit financeiro 2018 de Alienação de Bens

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 967, de 29/03/2019;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, pelo superávit financeiro de 2018 de Alienação de Bens.

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
02.06 Sec. de Infraestrutura e Desenv. Urbano
10.69 Aquisição de Maquinas e Veiculos
44.90.89 Aplicações Diretas
R\$ 5.501,58

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 29 de Março de 2019.
ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

lei 965

Publicação Nº 1970539

Lei nº 965, de 29 de março de 2019
Regulamenta o horário de funcionamento do comércio,
Indústria e serviço em Macieira, revogando as disposições em contrário.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art.1º- Institui-se de forma livre o horário de funcionamento, de abertura e fechamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços no Município de Macieira.

Parágrafo único- Além da norma contida na presente Lei, deverão ser observados os preceitos determinados na legislação Federal que regulamentam a duração e as condições de trabalho, bem como os acordos firmados e em vigor entre as categorias sindicais.

Art.2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ZelirCitadin
Prefeito Municipal

lei 966

Publicação Nº 1970540

LEI Nº 966, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Abre Crédito Suplementar alterando a lei 948/2018

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente.

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

02.06 Sec. de Infraestrutura e Desenv. Urbano

10.69 Aquisição de Máquinas e Veículos

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

Art. 2º Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

02.06 Sec. de Infraestrutura e Desenv. Urbano

10.67 Obras de Infraestrutura Urbana

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito

02.06 Sec. de Infraestrutura e Desenv. Urbano

20.17 Manutenção da Malha Rodoviária

33.90 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Março de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

lei 967

Publicação Nº 1970542

LEI Nº 967, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Abre Crédito Suplementar pelo superávit financeiro 2018 de Alienação de Bens

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, pelo superávit financeiro

de 2018 de Alienação de Bens.

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
02.06 Sec. de Infraestrutura e Desenv. Urbano
10.69 Aquisição de Maquinas e Veiculos
44.90.89 Aplicações Diretas
R\$ 5.501,58

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 29 de Março de 2019.
ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

portaria 4108

Publicação N° 1970546

PORTARIA N.º 4108/2019
"Efetivar o Servidor que especifica."

O Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 82, da Lei Complementar nº 068/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

RESOLVE:

Art. 1º- EFETIVAR, a servidora Lucila Mosená Gemelli, no cargo de Professora, lotada na secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em virtude de aprovação em Estágio Probatório, após nomeação em Concurso Público, conforme avaliações anexas a Ficha Funcional individual, a contar de 03/02/2019.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 20 de março 2019.
ZELIR CITADIN
Prefeita Municipal

portaria 4109

Publicação N° 1970547

PORTARIA N.º 4109/2019
"Efetivar o Servidor que especifica."

O Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 82, da Lei Complementar nº 068/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

RESOLVE:

Art. 1º- EFETIVAR, a servidora Natani Zamboni, no cargo de Enfermeira, lotada na secretaria de Saúde, em virtude de aprovação em Estágio Probatório, após nomeação em Concurso Público, conforme avaliações anexas a Ficha Funcional individual, a contar de 18/03/2019.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 20 de março 2019.
ZELIR CITADIN
Prefeita Municipal

portaria 4110

Publicação N° 1970548

PORTARIA N° 4110/2019
"Conceder Avanço de uma referencia."

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 27, da Lei Complementar Municipal n.º 39, de 28/12/2009, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal,

Considerando a apresentação de 80 horas de curso.
Considerando parecer jurídico em anexo.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Avanço de Uma Referência, por aperfeiçoamento, para os Servidores Públicos Municipais, Lotados na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, conforme tabela abaixo, ascendendo uma Referência, a partir do próximo pagamento.

NOME	CARGO	REF ATUAL	REF NOVA
Alexa R Di Domenico	Professora	01-A	02-A
Bruna Dalmina	Professora	03-A	04-A
Carla Locatelli	Professora	03-A	04-A
Cleciane R Tonello	Professora	03-A	04-A
Cristina Lazzarotti	Professora	02-A	03-A
Cristiane Turmina	Professora	16-A	17-A
Evelize Zanella	Professora	02-A	03-A
Franciele M Colaço	Professora	03-A	04-A
Ivan C Carneiro	Professor	03-A	04-A
Jenifer T Begnini	Professora	03-A	04-A
Marylucy B Setti	Professora	20-A	21-A
Nadir Z Telegen	professora	03-A	04-A
Neiva B Maffessoni	Professora	07-A	08-A

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 20 de março de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 4111

Publicação Nº 1970549

PORTARIA N.º 4111/2019

"Concede Licença Maternidade à Servidora que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 113 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade, a Servidora Pública Municipal, Regina de Lurdes Abraão, ocupante do cargo de Auxiliar Educacional, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, por 120 (cento e vinte) dias, conforme atestado em anexo, no período de 17/03/2019 a 13/07/2019.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 20 de março de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 4112

Publicação Nº 1970550

PORTARIA N.º 4112/2019

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Evani Domingues Cardoso, ocupante do cargo de Serviços Gerais II, lotada na Secretaria de Educação, cultura e Esportes, até 13/06/2019, conforme perícia médica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 20 de março de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 4113

Publicação Nº 1970551

PORTARIA Nº 4113/2019.

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, LARINI GRAHL, ocupante do cargo efetivo de recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, até 13/04/2019, conforme perícia médica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 20 de março de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 4114

Publicação Nº 1970552

PORTARIA N.º 4114/2019

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Marylucy Bonassa Setti, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, até 30/03/2019, conforme perícia médica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 20 de março de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 4115

Publicação Nº 1970553

PORTARIA N.º 4115/2019

Conceder Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, Art.91 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1o – CONCEDER a Servidora Publica Municipal, Iana Spanholo Abraão, lotada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, no cargo de Auxiliar Administrativo, 10 dias de férias, no período de 20/03/2019 a 29/03/2019,

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 20 de março de 2019.

Zelir Citadin

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019 (NOVA DATA DE ABERTURA)

Publicação Nº 1970518

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2019
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa de engenharia elétrica para executar os serviços no Sistema de Iluminação Pública sob a responsabilidade do Município de Mafra/SC, composto nesta data de aproximadamente 10.151 pontos de iluminação pública, incluindo os serviços de manutenção rotineira e de emergência, ampliação redes, melhorias do sistema, modernização e a destinação final de lâmpadas, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, com recursos da COSIP, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 17/04/2019, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 02 de abril de 2019.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 121/2017

Publicação Nº 1970517

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 121/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: P4 NET TELECOM LTDA-EPP

CNPJ nº 28.337.700/0001-95

Objeto: Contratação de empresa especializada para instalação e fornecimento de rede de Internet por fibra óptica, destinada a sede da Prefeitura Municipal de Mafra.

Modalidade Processo Licitatório n.º 646/2017. Pregão Presencial Nº 158/2017.

Data Assinatura do termo aditivo: 20 de dezembro de 2018.

Prazo: com vigência até 31 de dezembro de 2019

Foro: Comarca de Mafra.

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 020/2019

Publicação Nº 1969278

DECRETO Nº 20 DE 1º DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do art. 73, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1146 de 06 de dezembro de 2018 - LOA 2019 e nos termos do inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 41.667,20 (quarenta e um mil seiscentos e sessenta e sete reais e vinte centavos) para suplementar no Orçamento do município, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	13	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE	2.026	Atenção as Famílias
ELEMENTO	3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins
CÓDIGO REDUZIDO	161	Recurso 80
VALOR: R\$ 41.667,20 (quarenta e um mil seiscentos e sessenta e sete reais e vinte centavos)		

TOTAL	R\$ 41.667,20
-------------	---------------

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto, utiliza-se anulação parcial das dotações do Orçamento do Município, no valor de R\$ 41.667,20 (quarenta e um mil seiscentos e sessenta e sete reais e vinte centavos), de acordo com o previsto no Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme especificações abaixo:

ÓRGÃO	13	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Fundo Municipal de Assistência Social
PROJETO/ATIVIDADE	2.026	Atenção as Famílias
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	162	Recurso 80
VALOR: R\$ 41.667,20 (quarenta e um mil seiscentos e sessenta e sete reais e vinte centavos)		

TOTAL	R\$ 41.667,20
-------------	---------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 1º de Abril de 2019.

	Arlindo Rocha Prefeito Municipal
--	-------------------------------------

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 1º de Abril de 2019.

Marluci Freitas Bitencourt Vitali
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 337/2019

Publicação Nº 1969071

DECRETO Nº 337, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 1º de abril a 18 de dezembro de 2019, ELIZABETE DA LUZ, brasileira, portadora do RG nº 5.684.549, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 338/2019

Publicação Nº 1969073

DECRETO Nº 338, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 1º de abril a 18 de dezembro de 2019, IJANI FREITAG DE SOUZA LIMA, brasileira, portadora do RG nº 2.038.307, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ESF Novo Bairro, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 339/2019

Publicação Nº 1969093

DECRETO Nº 339, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário, pelo período de 1º de abril de 2019 a 31 de março de 2020, GUSTAVO JOAQUIN JACOBSEN, brasileiro, portador do RG nº 5.567.358, para ocupar o cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Adm. e Fazenda, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 340/2019

Publicação Nº 1969130

DECRETO Nº 340, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 127/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

A licença prêmio da servidora Lucenia Knak,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 1º de abril a 30 de maio de 2019, ELIANE BEVILÁQUA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 781.836.349-15, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Erica Maldaner, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 341/2019

Publicação N° 1969834

DECRETO Nº 341, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre exclusão de candidato de certame e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto excluída do Processo Seletivo Edital nº 001/2018, a candidata JOSEANE JUNG, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por não apresentar a documentação no prazo solicitado.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 342/2019

Publicação N° 1970648

DECRETO Nº 342, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 11 de março a 18 de dezembro de 2019, da servidora ANDRES GRACIELLA FERREIRA, brasileira, portadora do RG nº 4270658, ocupante do cargo de Educador Social, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 8 de março de 2019.

Maravilha – SC, 2 de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 343/2019

Publicação Nº 1969835

DECRETO Nº 343, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal ANDREIA DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 344/2019

Publicação Nº 1969206

DECRETO Nº 344, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Altera dispositivo do Decreto nº 747, de 11 de dezembro de 2018 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente alterado o Anexo II, Tabela das Edificações para Fins de Averbações e ITBI – RESIDENCIAL, o qual passa a vigorar conforme Anexo I do presente Decreto.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

ANEXO I

ANEXO II

TABELA DAS EDIFICAÇÕES PARA FINS DE AVERBAÇÃO E ITBI

RESIDENCIAL				
PROJETOS PADRÃO	TIPO	PADRÃO DE ACABAMENTO		
		BAIXO	NORMAL	ALTO
Residencial / casas geminadas	Unifamiliar	R\$ 975,00		
Residencial – apartamentos	Multifamiliar	R\$ 1800,00	R\$ 1.340,00	R\$ 1.830,00
Residência Popular Alvenaria	Unifamiliar	R\$ 905,00	R\$ 2.200,00	R\$ 2.700,00
/ Mista	Unifamiliar	R\$ 590,00		
Residência Popular Madeira	Multifamiliar	R\$ 590,00	R\$ 350,00	R\$ 870,00
Projeto interesse social	Ed. Multifamiliar	R\$ 230,00		
Abrigo de Veículo				

Lei nº 4.106/2019

Publicação Nº 1969935

LEI Nº 4.106, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Revoga dispositivo da Lei nº 4.003, de 3 de abril de 2017 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica revogado o art. 3º da Lei nº 4.003, de 3 de abril de 2017, que dispõe sobre contribuição financeira para a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Maravilha/SC.

Art. 2º As despesas decorrente desta Lei serão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Lei nº 4.107/2019

Publicação Nº 1969942

LEI Nº 4.107, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre extinção de cláusulas especiais e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica por esta Lei extinta as cláusulas/condições gravadas no Registro nº 4/12.809 da Matrícula nº 12.809 do Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, em nome de Laboratório do Sol Aquecedores Ltda.

Art. 2º A extinção das cláusulas/condições de que trata o art. 1º desta Lei dá-se em razão do cumprimento das condições estabelecidas no Registro.

Art. 3º Fica igualmente, para todos os fins e efeitos, desafetado de sua caracterização original de "Imóvel destinado à finalidades públicas", conforme R. 2/12.809, o imóvel objeto da Matrícula nº 12.809 do Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, também em nome de Laboratório do Sol Aquecedores Ltda.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Lei nº 4.108/2019

Publicação Nº 1969964

LEI Nº 4.108, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre contribuição financeira para a Associação Empresarial e Cultural de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar, em forma de contribuição financeira, o valor de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), para a Associação Empresarial e Cultural de Maravilha/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 83.230.573/0001-39, localizada na Rua Jorge Lacerda, Centro, neste Município.

Parágrafo único. O repasse de que trata o presente artigo será realizado em 8 (oito) parcelas no valor de R\$ 7.750,00 (sete mil, setecentos e cinquenta reais), nos meses de março a novembro de 2019, podendo ocorrer o pagamento retroativo, a partir da aprovação da presente lei.

Art. 2º O valor a título de contribuição financeira tem por objetivo auxiliar a Entidade na realização do Projeto Empreender.

Art. 3º O repasse dos valores será realizado nos termos da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 4º A Entidade deverá prestar contas dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

Art. 5º Fica a beneficiária proibida de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 6º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos, conforme o objeto constante do plano de trabalho, e/ou caso a prestação de contas não for aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá obrigatoriamente efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Maravilha/SC.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei serão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha – SC, 2 de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda Registrado e publicado na data supra.

Lei nº 4.109/2019

Publicação Nº 1970005

LEI Nº 4.109, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Revoga dispositivos da Lei Municipal 3.755, de 30 de abril de 2014, e estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO TUTELAR

Art. 1º Fica criado o Conselho Tutelar do Município de Maravilha, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Maravilha, que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de Maravilha constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei Complementar nº 003, de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Maravilha, aplicando-se, no que couber, a Lei Federal nº 8.112, de 1990.

Art. 3º Caberá ao Executivo Municipal criar e manter novos Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de 01 (um) Conselho para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

Parágrafo único. Havendo mais de 01 (um) Conselho Tutelar, caberá à gestão municipal definir sua localização, horário de funcionamento e organização da área de atuação, através de Decreto do Executivo Municipal, podendo considerar a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como, observados os indicadores sociais do Município.

SEÇÃO I

Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 4º A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

- I - o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;
- II - custeio com remuneração e formação continuada;
- III - custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;
- IV - manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§ 4º Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 5º É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, quando necessário, composta por servidores, assim como sede de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

- I - placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;
- II - sala reservada para a recepção do público;
- III - sala reservada para o atendimento dos casos;
- IV - sala reservada para os serviços administrativos;
- V - sala reservada para reuniões; e,
- VI - banheiros.

§ 2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 4º O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§ 5º É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores, para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§ 6º Pode ser lotado em cada Conselho Tutelar, auxiliar administrativo, e, preferencialmente, um motorista; na impossibilidade, o Município deve garantir, por meio da articulação dos setores competentes, a existência de motorista disponível sempre que se fizer necessário para a realização de diligências por parte do Conselho Tutelar, inclusive nos períodos de sobreaviso.

Art. 6º As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 7º Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 2º O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

SEÇÃO II

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 8º O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto para atendimento da população das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º O disposto no parágrafo 1º não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 9º O atendimento no período noturno, em dias não úteis e horários que excedam às 8 horas diárias será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Maravilha.

§ 1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar, de segundas às sextas feiras, funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte, sendo que a cada duas horas de efetivo serviço, terá direito a compensação de meio dia de folga.

§ 2º Os períodos de sobreaviso durante os finais de semana serão realizados por 24 horas, sendo que a cada dois dias, terá direito a compensação de 1 dia de folga.

§ 3º O gozo de folgas compensatórias previstas nos parágrafos 1º e 2º dependem de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderão ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 4º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 10. O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações

lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador administrativo, se necessário, o voto de desempate.

§ 3º Em havendo mais de um Conselho Tutelar no Município, será também obrigatória a realização de, ao menos, uma reunião mensal envolvendo todos os Colegiados, destinada, dentre outras, a uniformizar entendimentos e definir estratégias para atuação na esfera coletiva.

SEÇÃO III

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 11. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei nº 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 12. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 13. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir Subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§ 5º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 7º A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 14. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

- a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;
- b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;
- c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;
- d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e
- e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 15. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO IV

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 16. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - residência no Município;
- IV - ensino superior completo;
- V - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;
- VI - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;
- VII - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);
- VIII - não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IX - não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o inciso V deste artigo, o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.

Art. 17. O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

SEÇÃO V

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 18. Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 20, desta Lei.

Art. 19. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 20. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

SEÇÃO VI

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 21. Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 5,0 (cinco).

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 22. Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

SEÇÃO VII

Da Campanha Eleitoral

Art. 23. Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

- I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;
- II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;
- IV - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;
- V - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;
- VI - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;
- VII - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;
- VIII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;
- IX - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:
 - a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;
 - b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
 - c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.
- X - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

- a) utilização de espaço na mídia;
- b) transporte aos eleitores;
- c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;
- d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do

eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo 4º sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 9.504/1997.

Art. 24. A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 25. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

SEÇÃO VIII

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 26. Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 27. A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 28. À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO IX

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 29. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

SEÇÃO X**Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse**

Art. 30. Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7º Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º No caso de inexistência de suplentes, a qualquer tempo, deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas. Exceto quando a vacância ocorrer no último ano do mandato do membro do conselho tutelar, na qual o suplente poderá ser escolhido por meio de processo de escolha indireto, organizado pelo Conselho de Direitos, conforme dispuser seu regimento interno.

CAPÍTULO II**DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR**

Art. 31. A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

- I - a coordenação administrativa;
- II - o colegiado;
- III - os serviços auxiliares.

SEÇÃO I**Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar**

Art. 32. O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 33. A destituição do Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 34. Compete ao Coordenador administrativo do Conselho Tutelar:

- I - coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;
- II - convocar as sessões deliberativas extraordinárias;
- III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;
- IV - assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;
- V - zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;
- VI - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;
- VII - participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos

de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;

IX - comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;

X - encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

XI - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;

XII - exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

SEÇÃO II

Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 35. O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

I - exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;

II - definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;

III - organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;

V - organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;

VI - propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

VII - participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

VIII - eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;

IX - destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

X - sugerir modificações ao regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação.

§ 1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§ 2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

SEÇÃO III

Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 36. O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

I - o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;

IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;

V - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

SEÇÃO IV

Dos Deveres

Art. 37. Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

- I - manter ilibada conduta pública e particular;
- II - zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;
- III - cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;
- V - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;
- VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar, conforme dispuser o regimento interno;
- VII - desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;
- VIII - declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;
- IX - cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- X - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;
- XI - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- XII - residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;
- XIII - prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- XIV - identificar-se nas manifestações funcionais;
- XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;
- XVI - comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.
- XVII - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
- XIX - guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;
- XX - ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO V

Das Responsabilidades

Art. 38. O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 39. A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 40. A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 41. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO VI

Da Regra de Competência

Art. 42. A competência do Conselho Tutelar será determinada:

- I - pelo domicílio dos pais ou responsável;
- II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º Para fins do disposto no caput deste artigo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VII**Das Atribuições do Conselho Tutelar**

Art. 43. Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal nº 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal nº 13.431/2017;

Art. 44. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - participar junto ao Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, § 2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar poderá ser consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor

do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 45. O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo 1º deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 46. Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 47 Para o exercício de suas atribuições poderá o Conselho Tutelar:

- I - colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;
- II - entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;
- III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;
- IV - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- V - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;
- VI - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;
- VII - requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- VIII - propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;
- IX - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
- X - participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 48. É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento

no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 49. As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 50. No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 51. A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 52. O Conselho Tutelar poderá participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 53. É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 54. Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 55. É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 56. Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 57. No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de

seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 58. Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

- I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, quando o assunto a ser deliberado esteja relacionado a casos atendidos pelo Conselho Tutelar;
- II - nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;
- III - nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

SEÇÃO VIII

Das Vedações

Art. 59. Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

- I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- II - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;
- III - exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;
- IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;
- V - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;
- VI - recusar fé a documento público;
- VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
- VIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;
- IX - proceder de forma desidiosa;
- X - descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;
- XI - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;
- XII - ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;
- XIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- XIV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;
- XV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;
- XVI - atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;
- XVII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;
- XVIII - entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;
- XIX - ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;
- XX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;
- XXI - praticar usura sob qualquer de suas formas;
- XXII - celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;
- XXIII - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;
- XXIV - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;
- XXV - cometer crime contra a Administração Pública;
- XXVI - abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;
- XXVII - faltar habitualmente ao trabalho;
- XXVIII - cometer atos de improbidade administrativa;
- XXIX - cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;
- XXX - praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- XXXI - proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.

Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO IX

Das Penalidades

Art. 60. Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I - advertência;
- II - suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III - destituição da função.

Art. 61. Na aplicação das penalidades deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 62. O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal nº 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO X

Da Vacância

Art. 63 A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;
- III - transferência de residência ou domicílio para outro município ou região administrativa do Distrito Federal;
- IV - aplicação da sanção administrativa de destituição da função;
- V - falecimento;
- VI - condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 64. Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I - vacância de função;
- II - férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;
- III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 65. Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 1º Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§ 4º O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 66. O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO XI

Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 67. Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 68. Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e temporário.

§ 1º No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor correspondente ao valor de R\$ 2.160,60 (dois mil, cento e sessenta reais e sessenta centavos), que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 2º A remuneração deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º.

§ 4º Em relação à remuneração referida parágrafo 1º, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 69. Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

- I - indenizações;
- II - auxílios pecuniários;
- III - gratificações e adicionais.

Art. 70. Os acréscimos pecuniários percebidos por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 71. Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar os auxílios pecuniários e as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias ou adiantamento para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens, conforme dispõe a lei municipal.

§ 2º Conceder-se-á indenização de transporte ao membro do Conselho Tutelar que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias da função, conforme as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais.

Art. 72. Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

- I - cobertura previdenciária;
- II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III - licença maternidade;
- IV - licença paternidade;
- V - gratificação natalina.

Art. 73. As demais perdas relacionadas às indenizações e reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe Estatuto dos Servidores Públicos, Lei Complementar nº 003/2002, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

Art. 74. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, § 2º, da Lei Federal nº 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

SEÇÃO XII

Das Férias

Art. 75. O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Maravilha/SC.

§ 3º Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 76. É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 77. Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

I - a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;

II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 78. Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 79. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 80. A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 81. O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente a última remuneração por ele recebida.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor da última remuneração recebida.

SEÇÃO XIII

Das Licenças

Art. 82. Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

I - para participação em cursos e congressos;

II - para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;

III - para paternidade;

IV - em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

V - em virtude de casamento;

VI - por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§ 1º É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§ 2º As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Maravilha/SC, Lei Complementar nº 003/2002.

SEÇÃO XIV

Das Concessões

Art. 83. Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço em casos de falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

SEÇÃO XV

Do Tempo de Serviço

Art. 84. O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 85. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§ 2º A capacitação a que se refere o § 1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 86. Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Maravilha/SC, Lei Complementar nº 003/2002 e legislação correlata.

Art. 87. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 88. Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 89. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 90. Revogam-se, especialmente, os artigos 19 a 57 da Lei Municipal nº 3.755, de 30 de abril de 2014.

Maravilha – SC, 2 de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 052/2019

Publicação Nº 1969086

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 052/2019 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 023/2019

Chamada Pública n. 002/2019

Contrato Administrativo n. 052/2019

Contratadas: Clínica Pasqualotto S/S LTDA.

A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha - SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para a prestação de serviço médicos na especialidade de obstetrícia e ginecologia, para atender a demanda do Município de Maravilha - SC. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 29 de março de 2019. MIRIANE SARTORI – Secretária Municipal de Saúde e Saneamento.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 053/2019

Publicação Nº 1969090

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 053/2019

Inexigibilidade n. 025/2019

Contratada: Soc. Beneficente Hospitalar Maravilha

Contrato Administrativo n. 054/2019

Vigência: 31/12/2019.

A Senhora Prefeita do Município de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que deflagrou processo de inexigibilidade para Contratação de Instituição Hospitalar destinada a prestação de Serviços de Plantão Médico-Hospitalar, 24 horas, e consultas médicas especializadas necessárias ao atendimento da população do Município de Maravilha - SC, em regime de urgência/emergência durante o exercício de 2019. Município de Maravilha - SC, 29 de março de 2019. ROSIMAR MALDANER – Prefeita do Município de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 057/2019

Publicação Nº 1969223

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 057/2019 – Modalidade de Pregão Presencial n. 018/2019 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Maravilha – SC, PEDRO GILBERTO IORIS, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, o registro de preços para aquisição de brita, conforme necessidade, tipo menor preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 09 horas do dia 16 de abril de 2019, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital, poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h. Maravilha - SC, 02 de abril de 2019. PEDRO GILBERTO IORIS – Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2019

Publicação N° 1969622

Aviso de licitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 21/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 16/2019

O Município de Marema – SC comunica que se encontra aberto processo licitatório para aquisição de Conjunto Cabine Fechada para Trator Agrícola de pneus Marca Landini modelo Landforce120. Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:-00min do dia 16 de abril de 2019, procedendo à abertura às 08h:30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.marema.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Marema - SC, sito à Rua Vidal Ramos nº 357, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Marema - SC, 02 de abril de 2019.

Adilson Barella

Prefeito Municipal

BALANÇO ORÇAMENTARIO 1 º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 1970124

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.403.000,00	18.403.000,00	2.675.742,91	14,54	2.675.742,91	15.727.257,09
RECEITAS CORRENTES	16.676.800,00	16.676.800,00	2.673.690,87	16,03	2.673.690,87	14.003.109,13
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	418.800,00	418.800,00	31.411,86	7,50	31.411,86	387.388,14
IMPOSTOS	317.800,00	317.800,00	31.411,86	9,88	31.411,86	286.388,14
TAXAS	76.900,00	76.900,00	0,00	0,00	0,00	76.900,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	24.100,00	24.100,00	0,00	0,00	0,00	24.100,00
CONTRIBUIÇÕES	43.800,00	43.800,00	7.438,98	16,98	7.438,98	36.361,02
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	43.800,00	43.800,00	7.438,98	16,98	7.438,98	36.361,02
RECEITA PATRIMONIAL	360.400,00	360.400,00	19.881,34	5,52	19.881,34	340.518,66
VALORES MOBILIÁRIOS	360.400,00	360.400,00	19.881,34	5,52	19.881,34	340.518,66
RECEITA DE SERVIÇOS	285.600,00	285.600,00	67.227,52	23,54	67.227,52	218.372,48
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	285.600,00	285.600,00	67.227,52	23,54	67.227,52	218.372,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.385.300,00	15.385.300,00	2.545.427,07	16,54	2.545.427,07	12.839.872,93
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.412.600,00	8.412.600,00	1.313.294,15	15,61	1.313.294,15	7.099.305,85
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	6.191.100,00	6.191.100,00	1.113.645,49	17,99	1.113.645,49	5.077.454,51
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	781.600,00	781.600,00	118.487,43	15,16	118.487,43	663.112,57
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	182.900,00	182.900,00	2.304,10	1,26	2.304,10	180.595,90
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATAIS E JUDICIAIS	17.400,00	17.400,00	2.304,10	13,24	2.304,10	15.095,90
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	5.800,00	5.800,00	0,00	0,00	0,00	5.800,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	159.700,00	159.700,00	0,00	0,00	0,00	159.700,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.726.200,00	1.726.200,00	2.052,04	0,12	2.052,04	1.724.147,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	11.200,00	11.200,00	0,00	0,00	0,00	11.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	215.000,00	215.000,00	2.052,04	0,95	2.052,04	212.947,96
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	215.000,00	215.000,00	2.052,04	0,95	2.052,04	212.947,96
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (II) = (I + II)	18.403.000,00	18.403.000,00	2.675.742,91	14,54	2.675.742,91	15.727.257,09

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	18.403.000,00	18.403.000,00	2.675.742,91	14,54	2.675.742,91	14,54	15.727.257,09
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	18.403.000,00	18.403.000,00	2.675.742,91	14,54	2.675.742,91	14,54	15.727.257,09
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	227.658,40	—	—	3.420,00	—	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	227.658,40	—	—	3.420,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.403.000,00	19.237.327,76	5.884.009,56	5.884.009,56	13.353.318,20	2.079.473,15	2.079.473,15	17.157.854,61	1.451.628,95
DESPESAS CORRENTES	14.799.300,00	14.903.173,08	3.735.538,37	3.735.538,37	11.167.634,71	2.060.573,43	2.060.573,43	12.842.599,65	1.432.729,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.872.800,00	7.798.352,00	1.132.824,25	1.132.824,25	6.665.527,75	1.120.512,25	1.120.512,25	6.677.839,75	705.084,71
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	18.000,00	18.000,00	400,00	400,00	17.600,00	20,80	20,80	17.979,20	20,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.908.500,00	7.086.821,08	2.602.314,12	2.602.314,12	4.484.506,96	940.040,38	940.040,38	6.146.780,70	727.623,72
DESPESAS DE CAPITAL	3.593.700,00	4.324.154,68	2.148.471,19	2.148.471,19	2.175.683,49	18.899,72	18.899,72	4.306.254,96	18.899,72
INVESTIMENTOS	3.443.700,00	4.174.154,68	2.144.471,19	2.144.471,19	2.029.683,49	18.255,00	18.255,00	4.155.899,68	18.255,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	150.000,00	150.000,00	4.000,00	4.000,00	146.000,00	644,72	644,72	149.355,28	644,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.403.000,00	19.237.327,76	5.884.009,56	5.884.009,56	13.353.318,20	2.079.473,15	2.079.473,15	17.157.854,61	1.451.628,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.403.000,00	19.237.327,76	5.884.009,56	5.884.009,56	13.353.318,20	2.079.473,15	2.079.473,15	17.157.854,61	1.451.628,95
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	596.269,76	—	1.224.113,96
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.403.000,00	19.237.327,76	5.884.009,56	5.884.009,56	—	2.079.473,15	2.675.742,91	—	2.675.742,91
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.340,92

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO 1º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 1970131

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Legislativa	18.403.000,00	19.237.327,76	5.884.009,56	100,00	13.353.318,20	2.079.473,15	2.079.473,15	17.157.854,61
Ação Legislativa	977.000,00	977.000,00	130.920,13	2,23	846.079,87	101.395,98	101.395,98	875.604,02
Administração	977.000,00	977.000,00	130.920,13	2,23	846.079,87	101.395,98	101.395,98	875.604,02
Administração Geral	4.708.600,00	4.708.600,00	2.201.963,55	37,42	2.506.636,45	376.261,21	376.261,21	4.332.338,79
Administração Financeira	712.900,00	712.900,00	106.222,57	1,81	606.677,43	106.148,57	106.148,57	606.751,43
Segurança Pública	3.995.700,00	3.995.700,00	2.095.740,98	35,62	1.899.959,02	270.112,64	270.112,64	3.725.587,36
Policimento	27.800,00	27.800,00	3.396,00	0,06	24.404,00	1.746,10	1.746,10	26.053,90
Defesa Civil	12.800,00	12.800,00	3.396,00	0,06	9.404,00	1.746,10	1.746,10	11.053,90
Assistência Social	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Assistência ao Idoso	782.000,00	843.782,84	178.252,69	3,03	665.530,15	104.538,32	104.538,32	739.244,52
Assistência à Criança e ao Adolescente	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
Assistência Comunitária	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	11.000,00
Saúde	753.000,00	814.782,84	178.252,69	3,03	636.530,15	104.538,32	104.538,32	710.244,52
Atenção Básica	4.097.000,00	4.123.460,54	1.280.486,67	21,76	2.842.973,87	522.648,69	522.648,69	3.600.811,85
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.981.200,00	3.983.322,63	1.217.446,92	20,69	2.765.875,71	516.499,79	516.499,79	3.466.822,84
Vigilância Sanitária	53.400,00	77.737,91	63.039,75	1,07	14.698,16	6.148,90	6.148,90	71.589,01
Educação	62.400,00	62.400,00	0,00	0,00	62.400,00	0,00	0,00	62.400,00
Alimentação e Nutrição	2.907.400,00	2.948.491,58	445.119,34	7,56	2.503.372,24	340.913,71	340.913,71	2.607.577,87
Ensino Fundamental	65.000,00	65.000,00	5.207,92	0,09	59.792,08	4.889,53	4.889,53	60.110,47
Ensino Médio	2.231.800,00	2.272.891,58	369.860,55	6,29	1.903.031,03	310.180,28	310.180,28	1.962.711,30
Ensino Superior	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Educação Infantil	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Cultura	510.600,00	510.600,00	70.050,87	1,19	440.549,13	25.843,90	25.843,90	484.756,10
Urbanismo	78.000,00	78.000,00	0,00	0,00	78.000,00	0,00	0,00	78.000,00
Infra-Estrutura Urbana	78.000,00	78.000,00	0,00	0,00	78.000,00	0,00	0,00	78.000,00
Saneamento Básico Urbano	78.000,00	78.000,00	0,00	0,00	78.000,00	0,00	0,00	78.000,00
Habituação	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
Habituação Urbana	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
Agricultura	1.499.000,00	1.881.764,98	436.059,56	7,41	1.445.705,42	259.478,25	259.478,25	1.622.286,73
Extensão Rural	1.499.000,00	1.881.764,98	436.059,56	7,41	1.445.705,42	259.478,25	259.478,25	1.622.286,73
Comércio e Serviços	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Turismo	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Transporte	2.271.800,00	2.271.800,00	497.450,22	8,45	1.774.349,78	344.131,16	344.131,16	1.927.668,84
Transporte Rodoviário	2.271.800,00	2.271.800,00	497.450,22	8,45	1.774.349,78	344.131,16	344.131,16	1.927.668,84

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.403.000,00	19.237.327,76	5.884.009,56	5.884.009,56	100,00	13.353.318,20	2.079.473,15	2.079.473,15	100,00	17.157.854,61
Desporto e Lazer	91.000,00	91.000,00	5.262,60	5.262,60	0,09	85.737,40	1.208,51	1.208,51	0,06	89.791,49
Desporto Comunitário	91.000,00	91.000,00	5.262,60	5.262,60	0,09	85.737,40	1.208,51	1.208,51	0,06	89.791,49
Encargos Especiais	343.400,00	343.400,00	155.534,15	155.534,15	2,64	187.865,85	27.151,22	27.151,22	1,31	316.248,78
Outros Encargos Especiais	343.400,00	343.400,00	155.534,15	155.534,15	2,64	187.865,85	27.151,22	27.151,22	1,31	316.248,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	18.403.000,00	19.237.327,76	5.884.009,56	5.884.009,56	100,00	13.353.318,20	2.079.473,15	2.079.473,15	100,00	17.157.854,61

FONTE:

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA 1º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 1970134

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2018 A FEVEREIRO/2019

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
Mar/2018	Abr/2018	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	Sep/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	TOTAL (ULT. 12 MESES)		
RECEITAS CORRENTES (I)														
1.320.381,12	1.602.123,86	1.408.070,53	1.586.506,09	1.551.170,25	1.396.578,17	1.236.031,92	1.362.881,31	1.532.544,38	2.139.268,90	1.550.311,80	1.683.474,58	18.380.442,91	19.790.900,00	
53.690,07	127.473,23	43.227,53	33.815,21	12.925,63	48.898,93	16.639,79	45.235,21	17.626,12	101.822,86	20.591,74	10.820,12	532.856,44	418.800,00	
I.P.T.U.	1.902,88	6.030,11	6.529,25	80.977,67	3.626,32	1.588,45	1.245,55	321,52	1.445,59	500,16	663,66	113.182,52	88.400,00	
8.816,91	8.326,07	7.765,09	8.759,08	8.793,93	9.623,13	5.561,96	8.063,40	10.357,14	12.979,94	6.304,00	9.697,49	106.070,14	150.200,00	
I.T.B.I.	3.224,42	3.763,34	12.392,89	3.112,43	0,00	4.410,51	2.712,73	2.566,83	12.073,09	5.548,92	459,97	56.059,93	46.600,00	
I.R.R.F.	30.541,65	16.455,03	15.272,67	1.829,62	30.597,28	2.800,40	31.602,23	4.117,43	75.323,84	8.228,66	0,00	24.059,89	28.600,00	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.959,90	82.919,29	564,41	141,78	-78.677,59	943,18	1.701,30	263,20	0,00	0,00	0,00	16.484,16	101.000,00	
Contribuições	3.482,74	3.508,50	3.479,95	3.346,82	3.029,01	3.328,64	3.173,77	3.335,04	3.551,03	4.002,62	3.436,36	40.810,43	43.800,00	
Recita Patrimonial	7.415,64	6.816,25	10.484,63	6.588,67	11.184,50	10.493,87	9.263,94	9.263,06	9.218,10	9.209,40	10.671,94	106.992,02	360.400,00	
Rendimentos de Aplicação Financeira	7.415,64	6.816,25	10.484,63	6.588,67	11.184,50	10.493,87	9.263,94	9.263,06	9.218,10	9.209,40	10.671,94	106.992,02	360.400,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita de Serviços	28.742,65	96.160,80	5.196,97	35.512,68	15.547,10	20.419,05	36.357,45	31.291,43	21.932,82	12.856,88	54.570,64	347.543,82	285.600,00	
Transferências Correntes	1.294.591,10	1.406.606,63	1.335.346,49	1.501.878,32	1.472.737,19	1.309.315,74	1.171.932,88	1.471.028,73	1.999.517,70	1.503.853,98	1.611.869,60	17.282.696,32	18.499.400,00	
Cota-Parte do F.P.M.	519.279,46	544.447,61	665.169,48	625.708,93	720.789,83	538.119,12	404.341,44	576.972,19	1.009.705,25	712.854,55	783.028,06	7.590.745,19	8.671.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	544.042,18	575.593,73	528.931,15	497.534,50	575.014,75	570.965,03	583.680,88	623.745,38	673.233,43	661.674,23	642.177,14	7.065.485,25	7.164.600,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	16.529,44	20.227,45	22.657,13	23.470,16	27.197,44	30.887,73	17.621,46	9.036,94	4.117,64	12.875,25	22.182,66	226.767,12	238.400,00	
Cota-Parte do I.T.R.	0,00	8,11	15,51	23,50	48,26	39,24	1.388,77	77,33	230,26	0,00	127,81	4.377,81	4.400,00	
Outras Transferências Correntes	80.519,41	185.298,39	48.219,86	277.310,80	112.192,27	103.532,18	95.882,63	189.617,69	233.096,63	50.107,61	96.448,29	1.605.593,14	1.500.400,00	
Transferências da LC 61/1969	7.997,88	8.539,05	8.702,55	9.556,61	8.042,18	8.697,77	8.696,54	8.474,35	10.211,31	7.599,48	8.001,07	103.303,70	115.000,00	
Transferências da LC 87/1996	1.854,23	1.854,23	1.854,23	1.854,23	1.854,23	1.854,23	1.854,23	1.854,23	1.854,23	0,00	0,00	18.542,30	24.000,00	
Transferências do FUNDEB	54.388,50	70.652,06	55.798,58	66.429,59	27.597,23	57.220,44	58.307,11	61.252,62	67.299,21	58.583,86	59.903,57	697.551,81	781.600,00	
Outras Receitas Correntes	2.948,92	1.555,45	11.322,96	5.464,39	35.746,82	4.121,94	1.309,01	0,00	3.226,39	197,18	2.106,92	69.543,88	182.900,00	
DEDUÇÕES (II)														
217.940,32	230.130,94	246.065,78	231.637,36	207.424,44	229.712,39	203.552,42	216.259,27	244.031,50	275.182,88	278.592,36	291.103,15	2.875.022,81	3.114.100,00	
217.940,32	230.130,94	246.065,78	231.637,36	207.424,44	229.712,39	203.552,42	216.259,27	244.031,50	275.182,88	278.592,36	291.103,15	2.875.022,81	3.114.100,00	
1.102.840,80	1.371.992,92	1.161.004,75	1.354.968,73	1.343.745,81	1.166.865,78	1.032.479,50	1.146.422,04	1.288.512,88	1.864.086,02	1.271.719,44	1.402.371,43	15.504.420,10	16.676.800,00	
NOTA:														

FONTE:

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E DESPESAS DE CAPITAL 1º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 1970154

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	360.400,00	19.881,34	340.518,66
Receita de Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	360.400,00	19.881,34	340.518,66

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (Ib - (If + Ig))	SALDO ATUAL (k) = (Ili + Ilij)
Valor(III)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Marema, 28/03/2019

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS 1º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 1970160

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Marema, 28/03/2019

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 1º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 1970157

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			317.800,00	317.800,00	31.411,86	9,88
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			73.400,00	73.400,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			49.600,00	49.600,00	6.007,89	12,11
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			121.200,00	121.200,00	14.953,85	12,34
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			28.600,00	28.600,00	8.238,66	28,81
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			3.600,00	3.600,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos			28.600,00	28.600,00	1.410,48	4,93
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			12.800,00	12.800,00	800,98	6,26
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			12.457.700,00	12.457.700,00	2.280.383,74	18,31
Cota-Parte FPM			6.420.400,00	6.420.400,00	1.196.706,13	18,64
Cota-Parte ITR			3.600,00	3.600,00	102,25	2,84
Cota-Parte IPVA			190.800,00	190.800,00	28.046,45	14,70
Cota-Parte ICMS			5.731.700,00	5.731.700,00	1.043.081,27	18,20
Cota-Parte IPI-Exportação			92.000,00	92.000,00	12.447,64	13,53
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			19.200,00	19.200,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/86)			19.200,00	19.200,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			12.775.500,00	12.775.500,00	2.311.795,60	18,10
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
	3.779.000,00	3.803.337,91	1.129.643,88	29,70	505.878,69	13,30
	1.692.400,00	1.698.952,00	242.912,67	14,30	230.600,67	13,57
	2.086.600,00	2.104.385,91	886.731,21	42,14	275.278,02	13,08
DESPESAS CORRENTES	318.000,00	320.122,63	150.842,79	47,12	16.770,00	5,24
Pessoal e Encargos Sociais	318.000,00	320.122,63	150.842,79	47,12	16.770,00	5,24
Outras Despesas Correntes						
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos						

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	318.000,00	320.122,63	150.842,79	47,12	16.770,00	5,24
Investimentos	318.000,00	320.122,63	150.842,79	47,12	16.770,00	5,24
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.097.000,00	4.123.460,54	1.280.486,67	31,05	522.648,69	12,68
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/V)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.243.600,00	1.270.060,54	839.528,06	66,56	416.567,00	79,70
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.243.600,00	1.270.060,54	839.528,06	66,56	416.567,00	79,70
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.243.600,00	1.270.060,54	839.528,06	66,56	416.567,00	79,70
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.853.400,00	2.853.400,00	440.958,61	34,44	106.081,69	20,30
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS DE SAÚDE (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII] - (15 x IIIb)/100⁶						
						-240.687,65

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS					
	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º							
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)						
0,00				0,00			0,00
0,00				0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26							
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
-				-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)							
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
3.981.200,00	3.983.322,63	1.217.446,92	95,08	516.499,79	98,82		
53.400,00	77.737,91	63.039,75	4,92	6.148,90	1,18		
62.400,00	62.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
4.097.000,00	4.123.460,54	1.280.486,67	100,00	522.648,69	100,00		

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $M/((h+i) - (i5 \times IIIb)/100)$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Marema, 28/03/2019

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPALSIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO - MDE 1º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 1970148

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	317.800,00	317.800,00	31.411,86	9,88
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	89.400,00	89.400,00	1.163,82	1,30
1.1.1- IPTU	73.400,00	73.400,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	16.000,00	16.000,00	1.163,82	7,27
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	49.600,00	49.600,00	6.007,89	12,11
1.2.1- ITBI	49.600,00	49.600,00	6.007,89	12,11
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	150.200,00	150.200,00	16.001,49	10,65
1.3.1- ISS	121.200,00	121.200,00	14.953,85	12,34
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	29.000,00	29.000,00	1.047,64	3,61
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	28.600,00	28.600,00	8.238,66	28,81
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.217.400,00	16.217.400,00	2.850.479,25	17,58
2.1- Cota-Parte FPM	8.671.000,00	8.671.000,00	1.495.882,61	17,25
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.025.400,00	8.025.400,00	1.495.882,61	18,64
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	322.800,00	322.800,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	322.800,00	322.800,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.164.600,00	7.164.600,00	1.303.851,37	18,20
2.3- ICMS-Desoneração – L. C. nº87/1996	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	115.000,00	15.559,55	13,53
2.5- Cota-Parte ITR	4.400,00	4.400,00	127,81	2,90
2.6- Cota-Parte IPVA	238.400,00	238.400,00	35.057,91	14,71
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.535.200,00	16.535.200,00	2.881.891,11	17,43

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	93.600,00	93.600,00	18.720,53	20,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	89.600,00	89.600,00	16.776,00	18,72
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	4.000,00	4.000,00	1.944,53	48,61
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	276.000,00	276.000,00	20.832,92	7,55
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	369.600,00	369.600,00	39.553,45	10,70

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.114.100,00	3.114.100,00	570.095,51	18,31
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.605.000,00	1.605.000,00	299.176,48	18,64
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.432.900,00	1.432.900,00	260.770,10	18,20
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.800,00	4.800,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	23.000,00	23.000,00	3.111,91	13,53
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	800,00	800,00	25,56	3,20
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	47.600,00	47.600,00	7.011,46	14,73
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.400,00	4.400,00	492,91	11,20
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.400,00	4.400,00	492,91	11,20
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-3.114.100,00	-3.114.100,00	-570.095,51	18,31

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	786.000,00	786.000,00	104.185,03	13,26	104.185,03	13,26
13.1- Com Educação Infantil	292.600,00	292.600,00	16.326,52	5,58	16.326,52	5,58
13.2- Com Ensino Fundamental	493.400,00	493.400,00	87.858,51	17,81	87.858,51	17,81
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	786.000,00	786.000,00	104.185,03	13,26	104.185,03	13,26
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						104.185,03
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						21.136,72
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-21.036,72
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	510.600,00	510.600,00	70.050,87	13,72	25.843,90	5,06
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.037.400,00	2.037.400,00	320.271,91	15,72	277.771,64	13,63
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	493.400,00	493.400,00	87.858,51	17,81	87.858,51	17,81
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.544.000,00	1.544.000,00	232.413,40	15,05	189.913,13	12,30
24- ENSINO MÉDIO	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.648.000,00	2.648.000,00	390.322,78	14,74	303.615,54	11,47
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-570.095,51
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						17.388,36
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-552.707,15
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						856.322,69
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						29,71
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	91.600,00	91.600,00	32.508,64	35,49	32.408,64	35,38
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	119.800,00	160.891,58	17.080,00	10,62	0,00	0,00
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	211.400,00	252.491,58	49.588,64	19,64	32.408,64	12,84
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	2.859.400,00	2.900.491,58	439.911,42	15,17	336.024,18	11,59
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	16.776,00
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	492,91	116,10
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	492,91	16.892,10
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	492,91	16.892,10

Marema, 28/03/2019

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES 1º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 1970137

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2019/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PLANO PREVIDENCIÁRIO			RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)	8.800,00	8.800,00		3.340,92	6.770,38
Receita de Contribuições dos Segurados					
Civil	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Militar	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00		0,00	0,00
Civil	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Militar	0,00	0,00		0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00		0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita Patrimonial	8.800,00	8.800,00		3.340,92	6.770,38
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00		0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	8.800,00	8.800,00		3.340,92	6.770,38
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00		0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00		0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00		0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00		0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	150.000,00	150.000,00		0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00		0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	150.000,00	150.000,00		0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	158.800,00	158.800,00		3.340,92	6.770,38

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2019/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)*	158.800,00	158.800,00	3.340,92	6.770,38	3.340,92	6.770,38
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	0,00					
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	0,00					
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS					
Outros Aportes para o RPPS	0,00					
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00					
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00					
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00					
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA					
Caixa e equivalentes de caixa Investimentos e Aplicações	2019		2018			
	0,00		0,00		0,00	

Continua 2/3

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2019/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL 1º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 1970150

Município de Marema - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	1.500.000,00	0,00	1.500.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.324.154,68	2.148.471,19	2.175.683,49
Investimentos	4.174.154,68	2.144.471,19	2.029.683,49
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	150.000,00	4.000,00	146.000,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.324.154,68	2.148.471,19	2.175.683,49
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	2.824.154,68	2.148.471,19	2.175.683,49

FONTE:

Marema, 28/03/2019

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL 1º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 1970140

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Dez 2018 (B)	Em 28 Fev 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.066,80	5.066,80	4.422,08
DEDUÇÕES (II)	3.196.257,40	3.196.257,40	4.546.860,87
Disponibilidade de Caixa	3.196.257,40	3.196.257,40	4.546.860,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.388.599,43	3.388.599,43	4.557.562,90
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	192.342,03	192.342,03	10.702,03
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vc - Vb)	Jan a Fev 2019 (Vc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-54.416,75

FONTE:

Marema, 28/03/2019

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO 1º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 1970143

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DALINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre 2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	16.676.800,00	2.673.690,87
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	418.800,00	31.411,86
I.P.T.U.	89.400,00	1.163,82
I.S.S.	150.200,00	16.001,49
I.T.B.I.	49.600,00	6.007,89
I.R.R.F.	28.600,00	8.238,66
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	101.000,00	0,00
Contribuições	43.800,00	7.438,98
Receita Patrimonial	360.400,00	19.881,34
Aplicações Financeiras (II)	360.400,00	19.881,34
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	15.385.300,00	2.545.427,07
Cota-Parte do FPM	7.066.000,00	1.196.706,13
Cota-Parte do ICMS	5.731.700,00	1.043.081,27
Cota-Parte do IPVA	190.800,00	28.046,45
Cota-Parte do ITR	3.600,00	102,25
Transferências da LC 87/1996	19.200,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	92.000,00	12.447,64
Transferências do FUNDEB	781.600,00	118.487,43
Outras Transferências Correntes	1.500.400,00	146.555,90
Demais Receitas Correntes	468.500,00	69.531,62
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Reservas Correntes Restantes	468.500,00	69.531,62
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-III)	16.316.400,00	2.653.809,53
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.726.200,00	2.052,04
Operação de Crédito (VI)	1.500.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	11.200,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	215.000,00	2.052,04
Convênios	0,00	0,00

Continua 1/4



Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				
		RECEITAS REALIZADAS(a)				
Outras Transferências de Capital	215.000,00					2.052,04
Outras Receitas de Capital	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00					0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	215.000,00					2.052,04
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	16.531.400,00					2.655.861,57

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	Até o Bimestre/2019	
						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	14.903.173,08	3.735.538,37	2.060.573,43	1.432.729,23	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	7.798.352,00	1.132.824,25	1.120.512,25	705.084,71	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	18.000,00	400,00	20,80	20,80	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.086.821,08	2.602.314,12	940.040,38	727.623,72	0,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	7.086.821,08	2.602.314,12	940.040,38	727.623,72	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	14.885.173,08	3.735.138,37	2.060.552,63	1.432.708,43	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	4.324.154,68	2.148.471,19	18.899,72	18.899,72	181.640,00	0,00	0,00
Investimentos	4.174.154,68	2.144.471,19	18.255,00	18.255,00	181.640,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	150.000,00	4.000,00	644,72	644,72	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	4.174.154,68	2.144.471,19	18.255,00	18.255,00	181.640,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	19.069.327,76	5.879.609,56	2.078.807,63	1.450.963,43	181.640,00	0,00	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]	1.023.258,14
--	--------------

Continua 2/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-1.717.000,00
JUROS NOMINAIS		
		Até o Bimestre/2019
		VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		19.881,34
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		20,80
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		1.043.118,68
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-54.416,75
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO
		Em 31 Dez 2018(a)
		Até o Bimestre/2019(b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		
DEDUÇÕES (XXIX)		
Disponibilidade de Caixa	5.066,80	4.422,08
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.198.917,88	4.549.521,35
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	3.196.257,40	4.546.860,87
Demais Haveres Financeiros	3.388.599,43	4.557.562,90
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	192.342,03	10.702,03
	2.660,48	2.660,48
	-3.193.851,08	-4.545.099,27
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		1.351.248,19
AJUSTE METODOLÓGICO		
		Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		181.640,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (X)		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NADC (XXXIV)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)		0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)		1.169.608,19
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)		
		1.149.747,65

Continua 3/4

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		227.658,40
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		227.658,40
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00

Marema, 28/03/2019

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO 1º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 1970147

Município de Marema - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados (d)	Pagos (c)	Saldo e = (e+h) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	10.000,03	182.342,00	-	181.840,00	10.702,03	-	0,00	-	-
EXECUTIVO	10.000,03	182.342,00	0,00	181.840,00	10.702,03	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	10.000,03	182.342,00	0,00	181.840,00	10.702,03	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPTO. DE INFRAESTRUTURA	10.000,03	0,00	0,00	0,00	10.000,03	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE SAÚDE	0,00	702,00	0,00	0,00	702,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	139.800,00	0,00	139.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	0,00	41.840,00	0,00	41.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	10.000,03	182.342,00	0,00	181.840,00	10.702,03	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	10.000,03	182.342,00	0,00	181.840,00	10.702,03	0,00	0,00	0,00	10.702,03

FONTE:

Marema, 28/03/2019

ADILSON BARELLA
PREFEITO MUNICIPALSIDIANE FATIMA PERIM
CONTADOR(A) CRC-SC 023004/O-8

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 1º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 1970166

Município de Marema - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial				18.403.000,00
Previsão Atualizada				18.403.000,00
Receitas Realizadas				2.675.742,91
Déficit Orçamentário				0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				3.420,00
DESPESAS				
Dotação Inicial				18.403.000,00
Créditos Adicionais				834.327,76
Dotação Atualizada				19.237.327,76
Despesas Empenhadas				5.884.009,56
Despesas Liquidadas				2.079.473,15
Despesas pagas				1.451.628,95
Superavit Orçamentário				596.269,76
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas				5.884.009,56
Despesas Liquidadas				2.079.473,15
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida				15.504.420,10
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas				3.340,92
Despesas Previdenciárias Liquidadas				0,00
Resultado Previdenciário				3.340,92
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas				0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas				0,00
Resultado Previdenciário				0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-54.416,75	1.043.118,68	-1.916,91
Resultado Primário		-1.717.000,00	1.023.258,14	-59,60
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	192.342,03	0,00	181.640,00	10.702,03
EXECUTIVO	192.342,03	0,00	181.640,00	10.702,03
TOTAL:	192.342,03	0,00	181.640,00	10.702,03

Continua 1/2

Município de Marema - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		856.322,69	25%	29,71
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		104.185,03	60%	21.136,72
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	1.500.000,00
Despesa de Capital Líquida			18.899,72	4.305.254,96
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		106.081,69	15,00	4,59
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Massaranduba

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 39.2019 RDC 39.2019 - PREVENÇÃO DE ALAGAMENTOS NA BACIA DO CÓRREGO 1.º DE MAIO

Publicação Nº 1969726

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2019
REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO - RDC Nº 39/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com a Lei nº 12.462/2011, Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como Lei Complementar 123/2006, Decreto nº 7.581/2011, bem como a legislação correlata, realizará licitação na modalidade de REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO, objetivando a CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO DE ENGENHARIA E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE OBRA DE PREVENÇÃO DE ALAGAMENTOS NA BACIA DO CÓRREGO 1.º DE MAIO - MASSARANDUBA/SC.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 26/04/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 26/04/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 02 de abril de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 50.2019 PP 50.2019 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: PREMIAÇÕES PARA EVENTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

Publicação Nº 1969931

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE PREMIAÇÕES PARA EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 15/04/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 15/04/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PP Nº004/2019 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 1969379

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº011/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados através da Portaria Nº. 136/2019, HOMOLOGO:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto do Processo Licitatório nº 011/2019 - Pregão Presencial nº 004/2019, o participante: 616419 – UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS CO-OPERATIVAS MÉDICAS.

616419 - UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

Lote 1: Plano de saúde coletivo empresarial estadual, co-participação 50%

Item	Produto	Unid	Marca	Quantidade	Unit (R\$)	Total (R\$)
1	faixa etária 0 - 18 anos	unid	Unimed	01	112,89	112,89
2	faixa etária 19 - 23 anos	unid	Unimed	01	141,11	141,11
3	faixa etária 24 - 28 anos	unid	Unimed	01	178,36	178,36
4	faixa etária 29 - 33 anos	unid	Unimed	01	211,09	211,09
5	faixa etária 34 - 38 anos	unid	Unimed	01	248,35	248,35
6	faixa etária 39 - 43 anos	unid	Unimed	01	281,88	281,88
7	faixa etária 44 - 48 anos	unid	Unimed	01	319,14	319,14
8	faixa etária 49 - 53 anos	unid	Unimed	01	362,48	362,48
9	faixa etária 54 - 58 anos	unid	Unimed	01	462,49	462,49
10	faixa etária 59 anos ou +	unid	Unimed	01	659,09	659,09
Total do Fornecedor						2.976,88

Massaranduba (SC), 28 de Março de 2019.

ILMAR SAPLINSKI

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Matos Costa**PREFEITURA****AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO 12/2019**

Publicação Nº 1970099

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2019

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 015/2018, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, artigo 24, inciso II da Lei 8666/93. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços na área de locação de tendas, palco e banheiros químicos que serão utilizados para o 57º aniversário do município de Matos Costa.

Valor total de R\$: 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais). Matos Costa, 03 de abril de 2019. Dalton Fagundes - Presidente da Comissão.

EXTRATO DE CONTRATO 15/2019

Publicação Nº 1969120

EXTRATO DO CONTRATO 15/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2019

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2019 - PPMC

PARTES: MUNICIPIO DE MATOS COSTA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ N 83.102.566.0001-51, com sede administrativa na Rua Manoel Lourenço de Araujo, 137, CEP 89.420-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Raul Ribas Neto, e ENGEMASS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.289.188/0001-89, estabelecida na rua Presidente Kennedy nº 233, General Carneiro – PR. Neste ato representada pelo Sr. Clewerson Cezar Masnik.

Valor total de R\$: 115.000,00 (cento e quinze mil reais).

Dotação Orçamentária: 82 - 135 - 4.4.90.00.00.00.00

Matos Costa, 01 de abril de 2019. RAUL RIBAS NETO - Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 2.231/2019

Publicação Nº 1970044

Lei Municipal Nº 2.231/2019 – de 2 de abril de 2019.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Fundo Municipal de Assistência Social de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	15.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
UNIDADE	15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
PROJETO	2.029	Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social	
DOTAÇÃO	3.3.40.00.00.00.1100	Aplicações Diretas - 21	60.000,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	15.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
UNIDADE	15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
PROJETO	2.029	Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrárias contidas na lei 2.229/2019 de 19 de março de 2019.

Paço do Contestado 2 de abril de 2019

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Dirceu Joanim de Freitas
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Oderlaine N S Moraes
Assistente Administrativo II

PORTARIA 311/2019

Publicação Nº 1969239

PORTARIA Nº 311/2019 – De 01 de Abril de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora DAIANA DO NASCIMENTO MARTINS, para ocupar o cargo de provimento em Comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO, ficando a mesma designada para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 01 de Abril de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 312/2019

Publicação Nº 1969276

PORTARIA Nº 312/2019 – De 01 de Abril de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado o Senhor MAURICIO DANIEL FERREIRA DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional do TECNICO para a categoria funcional de AUXILIAR EDUCACIONAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de conformidade com o Processo Seletivo nº 01/2019, ficando o mesmo designado para desempenhar suas funções junto as Escolas Municipais da sede do Município.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 01 de Abril de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 313/2019

Publicação N° 1969280

PORTARIA N° 313/2019 – De 01 de Abril de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado a Senhora JOSIANE RENATA ZAIAS, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO do Grupo Ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO para a categoria funcional de PROFESSOR DE ARTES, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de conformidade com o Processo Seletivo n° 01/2019, ficando a mesma designada para desempenhar suas funções junto as Escolas Municipais da sede do Município.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 01 de Abril de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

PORTARIA 314/2019

Publicação N° 1969282

PORTARIA N° 314/2019 – De 02 de Abril de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o senhor VINICIUS JOSE BESCIAK, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional PROFISSIONAL, na categoria funcional de PROCURADOR, nível PF SUB IV C, classe referencia C 01, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, conforme aprovação no Concurso Público n.º 001/2018.

Art. 2º - Ficando o mesmo empossado no referido cargo e iniciando suas atividades a partir desta data.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Abril de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

PORTARIA 315/2019

Publicação N° 1969286

PORTARIA N° 315/2019 – De 02 de Abril de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado o Senhor GEOVANE GRABOVSKI DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional do TECNICO para a categoria funcional de AUXILIAR EDUCACIONAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de conformidade com o Processo Seletivo nº 01/2019, ficando o mesmo designado para desempenhar suas funções junto as Escolas Municipais da sede do Município.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Abril de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 316/2019

Publicação Nº 1969287

PORTARIA Nº 316/2019 – De 02 de Abril de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR por prazo determinado a Senhora CRISTIANE AMELIA FREISLEBEM, para ocupar o cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO do Grupo Ocupacional do MAGISTERIO COM HABILITAÇÃO para a categoria funcional de PROFESSOR, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, de conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 02/2018, ficando a mesma designada para desempenhar suas funções junto as Escolas Municipais da sede do Município.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Abril de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

PORTARIA 317/2019

Publicação Nº 1969289

PORTARIA Nº 317/2019 – De 02 de Abril de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JOSE MARIANO DE FREITAS, investido no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTÉRIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, 10 (dez) dias de Licença Prêmio, relativas ao período aquisitivo de 22.02.2011 à 22.02.2016, a serem gozadas entre os dias 02.04.19 a 11.04.19, de conformidade com o insculpido no inciso VI, do art. 39, da Lei Complementar Municipal nº. 013/2007, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 02 de Abril de 2019.

RAUL RIBAS NETO
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

CÂMARA MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 004/2019 DO CONTRATO 02/2016

Publicação Nº 1969800

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Matos Costa
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Matos Costa
CNPJ: 83.529.941/0001-44
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2016
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ: 00.456.865/0001-67

OBJETO: O prazo Contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, até 28/04/2020.

Matos Costa, 04 de fevereiro de 2019.
João Moraes Junior
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 001-2019 AO CONTRATO Nº 003-2019 - SERRA DIESEL

Publicação Nº 1970049

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2019 (Acréscimo de valor – reajuste de preço)
Contrato n.º. 003/2019
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Óleo diesel S500 e Óleo diesel S10), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2019.
Valor Acrescido: R\$ 28.560,00 (vinte e oito mil quinhentos e sessenta reais).
Data da assinatura: 27 de março de 2019.

EXTRATO ADITIVO Nº 001-2019 AO CONTRATO Nº 003-2019 - SERRA DIESEL - SAÚDE

Publicação Nº 1970040

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2019 (Acréscimo de valor – reajuste de preço)
Contrato n.º. 003/2019
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA.
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Óleo diesel S10), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2019.
Valor Acrescido: R\$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais).
Data da assinatura: 27 de março de 2019.

EXTRATO ATA Nº 008-2019

Publicação Nº 1970063

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n.º. 008/2019

Processo Licitatório: Pregão Presencial n.º 012/2019
Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Detentor da Ata: AGELUZ INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EIRELI ME
Objeto: A presente licitação tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais e futuras aquisições de materiais elétricos homologados pela CERSUL E PROCEL/INMETRO para implementação e manutenção da rede de iluminação pública no Município de Meleiro, conforme termo de referência, anexo I, deste edital.
Valor: R\$ 18.419,00
Vigência: Início: 01/04/2019 Término: 31/03/2020.
Data da assinatura: 01 de abril de 2019.

EXTRATO ATA Nº 009-2019

Publicação Nº 1970067

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n.º. 009/2019

Processo Licitatório: Pregão Presencial nº 012/2019

Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Detentor da Ata: ARALUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULICOS EIRELI

Objeto: A presente licitação tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais e futuras aquisições de materiais elétricos homologados pela CERSUL E PROCEL/INMETRO para implementação e manutenção da rede de iluminação pública no Município de Meleiro, conforme termo de referência, anexo I, deste edital.

Valor: R\$ 17.873,00

Vigência: Início: 01/04/2019 Término: 31/03/2020.

Data da assinatura: 01 de abril de 2019.

EXTRATO CONTRATO Nº 050-2019

Publicação Nº 1970051

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 050/2019

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: HENRIQUE GOMES ME

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instrutor de orquestra musical, visando o atendimento de projetos e ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo.

Valor: R\$ 15.246,00

Vigência: Início: 01/04/2019 Término: 30/09/2019.

Data da assinatura: 29 de março de 2019.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015-2019

Publicação Nº 1970223

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 17/04/2019 às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2019, objetivando a SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS E LOGISTICOS EM BRASILIA - DISTRITO FEDERAL, conforme quadro de quantitativos e qualitativos descritos no ANEXO I do presente Edital.

A integra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município www.meleiro.sc.gov.br.

Meleiro/SC, 02 de abril de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 134-2019

Publicação Nº 1970035

PORTARIA n.º 134/2019

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde à servidora MARIA DE FATIMA MERENCIO PAGNAN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/04/2019.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Abril de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 003/2019

Publicação Nº 1969734

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo nº: 584/2019
Modalidade: Tomada de Preços nº 003/2019
Tipo: Menor preço – Global

Objeto: TOMADA DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ADEQUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE DA UNIDADE DE SAÚDE/FÓRUM PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA PLATAFORMA ELEVATÓRIA MOTORIZADA, COMPREENDENDO DEMOLIÇÕES/REMOÇÕES/ ESTRUTURA EM CONCRETO ARMADO/ ACABAMENTOS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE CONFORMIDADE COM O PROJETO TECNICO ART OBRA OU SERVIÇO Nº 6912529-6, CONTENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO E DEAMIS ANEXOS DO EDITAL

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 22 de abril de 2019.

Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 22 de abril de 2019.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07h:30min às 11h:30min e 13h:00min às 17h:00min, ou a qualquer horário pelo site www.modelo.sc.gov.br

Modelo/SC 02 de abril de 2019.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DECRETO 099/2019

Publicação Nº 1970096

Decreto nº 099/2019 de 02/04/19

Dispõe sobre homologação do processo nº 583/2019, Dispensa de Licitação nº 553/2019, adjudica o objeto e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o Processo nº 583/2019 Dispensa de Licitação nº 553/2019.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO NA RODOVIA ML 02 (ORNELIO RUDIGER) COM ÁREA TOTAL DE 4.287,86 M2, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR	R\$ 107.717,58

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 02 de abril de 2019.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO
Depto. de Licitações

DISPENSA DE LICITAÇÃO 553/2019

Publicação Nº 1969685

Processo Nº 583/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 553/2019

Fica dispensada de licitação, cujo objeto é PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CALÇAMENTO NA RODOVIA ML 02 (ORNELIO RUDIGER) COM ÁREA TOTAL DE 4.287,86 M2, com fulcro na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, e de conformidade com, Lei Nº 11.107 de 06 de abril de 2005.

OS VALORES REGISTRADOS PARA O OBJETO DE CONFORMIDADE COM ORÇAMENTO EM ANEXO É O SEGUINTE:

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	1	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO RR-2C	M²	4287,86	1,85	7.932,54
1	2	FORNECIMENTO, TRANSPORTE E APLICAÇÃO DE CBUQ	TON	321,58	300,00	96.474,00
1	3	EXECUÇÃO DE PINTURAS DE FAIXAS DE DIVISÃO DE FLUXO NA COR AMARELA	M²	137,96	12,00	1.655,52
1	4	EXECUÇÃO DE PINTURAS DE FAIXAS DE LIMITAÇÃO DE BORDO NA COR BRANCA	M²	137,96	12,00	1.655,52

Valor Total de R\$ 107.717,58 (cento e sete mil, setecentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos).

NOME DO CREDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR
CNPJ/CPF: 11.117.243/0001-20
ENDEREÇO: Av. São Paulo 1615 Andar I – Centro – Pinhalzinho - SC
VALOR: R\$ 107.717,58

JUSTIFICATIVA PELA CONTRATAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

Justifica-se tal contratação por tratar-se de consórcio público criado exclusivamente para prover serviços de desenvolvimento da infraestrutura rodoviária, numa associação de entes federados formada pelos municípios de Pinhalzinho (sede), Saudades, Nova Erechim, Águas Frias, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Saltinho, Cunha Porã e Campo Erê, visando prestação mais racional, eficiente e econômica de serviços públicos de interesse comum, num compartilhamento de servidores, máquinas e equipamentos, saber tecnológico e capacidade administrativa, fundamentado pela Lei 11.107/2005 (Sistema de Consórcios).

Modelo/SC, 01 de março de 2019.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito

PORTARIA Nº 056/2019

Publicação Nº 1969074

PORTARIA Nº 056/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WILLIAN LOIR SCHLOSSER TERNUS CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o Servidor Público Municipal WILLIAN LOIR SCHLÖSSER TERNUS, matrícula nº 2345-0, para o exercício das funções do cargo efetivo de Agente de Manutenção e Conservação, no desempenho de suas atividades com lotação no Departamento Municipal de Saúde, e concomitantemente com o cargo, no Setor de Controle de Dengue, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 25 de março de 2019.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 058/2019

Publicação Nº 1969695

PORTARIA Nº 058/2019 DE 29 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA CUMPRIMENTO DE ESCALA DE TRABALHO E SOBREAVISO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO/SC, RELATIVO AO MÊS DE ABRIL DE 2019, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 971/90 e em especial as disposições da Lei Municipal 2.229/2015 e Portarias Municipais nºs 0110/2018 e 0193/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada a escala de trabalho dos servidores ocupantes do cargo de Motorista, no Departamento Municipal de Saúde, para desempenho das atividades da jornada normal e de sobreaviso.

Parágrafo Único: A jornada de trabalho conforme dispõe a Portaria nº 0193/2018 será cumprida pelos servidores mencionados no Art. 1º, atribuída de acordo com o mencionado na escala de trabalho na forma do Anexo I, sendo representada pelas legendas:

I – VE: Jornada 02

II – SMO: Jornada 01

III – CCO: Jornada 01

IV: SA: Sobreaviso – Jornada 02

Art. 2º - Ficam convocados os Servidores Públicos Municipais ocupantes do cargo de Motorista do Departamento Municipal de Saúde, para cumprirem a Escala de Trabalho relativo ao mês de abril de 2019, constante no Anexo I integrante desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 29 de março de 2019.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

MARCIA TERESINHA JACOBY
Diretor Municipal de Saúde

Registrada e publicada na data supra: JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Adm. e Fazenda

ANEXO I ESCALA DE TRABALHO – MÊS DE ABRIL/2019 – PORT. 058/2019

LEGENDAS: VE: Jornada 02; SMO: Jornada 01; CCO: Jornada 01; SA: Sobreaviso – Jornada 02

CIENTES E DE ACORDO:

ERI EVALDO SIMÃO: _____ MAURICIO RAUBER: _____

GILSON HISTER: _____ GELSON SIMÃO: _____

GLEISON DONIDA: _____ MÁRCIA TERESINHA JACOBY
Diretora Municipal de Saúde

PORTARIA N° 059/2019

Publicação N° 1969088

PORTARIA N° 059/2019 DE 29 DE MARÇO DE 2019.

RETIFICA LOTAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAMIANE JAINE SCHLÖSSER CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, de conformidade com as Leis Municipais nº: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a Servidora Pública Municipal DAMIANE JAINE SCHLÖSSER, matrícula nº 2435-0, para o exercício das funções do cargo comissionado de Coordenadora de Programas/Atividades Municipais, na coordenação do Setor de Controle da Dengue, com lotação no Departamento Municipal de Saúde, a partir de 18 de março de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 29 de março de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA N° 060/2019

Publicação N° 1969095

PORTARIA N° 060/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO PRÊMIO ASSIDUIDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTONIO MARCIO SILVA ARETZ, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 2.397/2019 e Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, ao servidor ANTONIO MARCIO SILVA ARETZ, ocupante do cargo efetivo de Professor Ensino Superior, conforme Decreto de nomeação nº 118/2014 de 27.03.2014, correspondendo a um mês da remuneração do cargo efetivo a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de abril de 2019, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 03/2014 a 03/2019, referente a 20 horas semanais, de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, ao 01 de abril de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 061/2019

Publicação Nº 1969128

PORTARIA Nº 061/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando a imperiosa necessidade de retorno às atividades, em função das atividades relativas ao controle da Dengue, conforme convocação efetuada e justificada pela Secretaria de Saúde, Considerando ainda a anuência do referido servidor para retorno e posterior compensação dos dias,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam suspensas as férias da Servidora Pública Municipal SALETE RAGAZZON DECKER, concedidas pela Portaria nº 043/2019, a partir desta data.

Art. 2º - O saldo das férias que corresponde a 04 (quatro) dias lhe será concedido em momento futuro de acordo com a programação do Departamento Municipal de Saúde.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, ao 01 de abril de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 062/2019

Publicação Nº 1969129

PORTARIA Nº 062/2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019.

INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA E CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.370/2018, 2.397/2019, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando o pedido da servidora para interrupção da Licença para tratamento de saúde de pessoa da família concedida pela Portaria nº 155/2018 e prorrogações posteriores, bem como o pedido para usufruição de férias a que faz jus,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica encerrada a pedido, a Licença para Tratamento de Pessoa da Família à servidora CLEUNICE MARIA HOSS SCHUH, concedida pela Portaria nº 155/2018 e prorrogações posteriores, a partir de 06.04.2019.

Art. 2º - Fica concedido à servidora mencionada no art. 1º, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional, relativo ao período aquisitivo de 24.04.2018 a 23.04.2019, para usufruir no período de 08.04.2019 a 07.05.2019 (30 dias).

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 02 de abril de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 063/2019

Publicação Nº 1969666

PORTARIA Nº 063/2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019.
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2018, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs 1.513/2002 e 2.356/2018, e Edital de Processo Seletivo 001/2018 do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 0285/2018 em 26.12.2018, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando a vacância do cargo em virtude da exoneração por aposentadoria da Servidora efetiva Jacinta Neli Dill conforme Decreto nº 096/2019, até realização de novo concurso público e/ou provimento conforme legislação vigente,
Considerando ainda o aumento da demanda de atendimento e esta antecedência na contratação à data da exoneração da servidora efetiva, especialmente pela necessidade de preparação do profissional relativo à aprendizagem das rotinas e protocolos da Unidade Básica de Saúde, conforme a solicitação de contratação efetuada pelo Departamento Municipal de Saúde, no interesse público e necessidade de atendimento ao Programa Saúde da Família – PSF,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para contratação temporária e por prazo determinado conforme a vaga, no cargo de Técnico em Saúde Pública ACT, a Sra. TATIANA WENDLING, aprovada no Processo Seletivo nº 001/2018 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, observados os requisitos legais para o exercício do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria deverá apresentar-se no prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para apresentação dos documentos e entrada em exercício, conforme Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, solicitando a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 02 de abril de 2019.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda Ciente em: ____/____/____.

TATIANA WENDLING

PORTARIA Nº 064/2019

Publicação Nº 1970289

PORTARIA Nº 064/2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA LUCIA FREY, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 2.397/2019 e Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, à servidora MARIA LUCIA FREY, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Educacional, conforme Decreto de nomeação nº 111/2014 de 24.03.2014, correspondendo a um mês da remuneração do cargo efetivo a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de abril de 2019, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 03/2014 a 03/2019, de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 02 de abril de 2019.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 065/2019

Publicação Nº 1970302

PORTARIA Nº 065/2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CARLA DA SILVA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 2.397/2019 e Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, à servidora CARLA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Educacional, conforme Decreto de nomeação nº 112/2014 de 24.03.2014, correspondendo a um mês da remuneração do cargo efetivo a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de abril de 2019, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 03/2014 a 03/2019, de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 02 de abril de 2019.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 066/2019

Publicação Nº 1970331

PORTARIA Nº 066/2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GLACI BALDIN SIEBAUER, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 2.397/2019 e Lei Municipal nº 1.513/2002, Seção III, Art. 93 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido o Prêmio Assiduidade, à servidora GLACI BALDIN SIEBAUER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Educacional, conforme Decreto de nomeação nº 109/2014 de 24.03.2014, correspondendo a um mês da remuneração do cargo efetivo a ser convertido em dinheiro, com pagamento na folha do mês de abril de 2019, conforme requerido e a que faz jus, relativo ao período aquisitivo de 03/2014 a 03/2019, de conformidade com o disposto no artigo 93 da Lei Municipal 1.513/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 02 de abril de 2019.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO 1. ADITIVO AO CONTRATO Nº 036.2018 FME

Publicação Nº 1969443

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/FME

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 032/2018. Edital: Pregão Presencial nº. 014/2018. Contrato: 036/2018 – Termo Aditivo nº 001. Objeto: Contratação de seguro de parte da frota de veículos oficiais do Município de Mondaí/SC, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 (vinte e quatro) horas, conforme especificações constantes do Termo de Referência, e quantitativos descritos no Anexo I, deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, tudo em conformidade com o que segue. Finalidade: Prorrogação da vigência do Contrato até 13/04/2020, nos termos disposto no artigo 57, II, § 2º da Lei Federal 8.666/93. Fornecedor: GENTE SEGURADORA S.A. – CNPJ sob o nº 83.028.415/0001-09. Vigência: até 13/04/2020. Mondaí/SC, 11 de Abril de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO 1. ADITIVO AO CONTRATO Nº 078.2018

Publicação Nº 1969134

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/FME

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 097/2018. Edital: Tomada de Preço nº. 011/2018. Contrato: 078/2018 – Termo Aditivo nº 001. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução em regime de empreitada com preço global, com fornecimento de material e mão de obra, necessários a realização de melhorias/pintura da escola de educação básica Gessy Spier Averbek, conforme especificações constantes na relação de itens da licitação (Anexo I), que fica fazendo parte do Edital. Finalidade: Prorrogação da vigência do Contrato até 31/12/2019, nos termos disposto no artigo 57, II, § 2º da Lei Federal 8.666/93. Fornecedor: VANDRO CARDOSO EIRELI - ME – CNPJ sob o nº 27.939.852/0001-03. Vigência: até 31/12/2019. Mondaí/SC, 28 de dezembro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO 2. ADITIVO AO CONTRATO Nº 035.2017 PMM

Publicação Nº 1969186

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/PMM

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 024/2017. Edital: Pregão Presencial nº. 015/2017. Contrato: 035/2017 – Termo Aditivo nº 002. Objeto: Contratação de prestação de serviço de regente de coral adulto do Município de Mondaí, que desenvolva com os grupos, um repertório variado com técnica vocal, expressão corporal e postura no palco. Os ensaios serão desenvolvidos em dependências a serem indicadas pelo Município, com o grupo de Coral Municipal, em conformidade com o cronograma das atividades a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação - Departamento Cultural, num total de 04 (quatro) horas semanais de regência, para o exercício de 2017 e/ou subsequentes, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I, do edital.. Finalidade: Prorrogação da vigência do Contrato até 31/12/2019, nos termos disposto no artigo 57, II, § 2º da Lei Federal 8.666/93. Fornecedor: ANDREIA FERLA 05424210970 – CNPJ sob o nº 14.251.872/0001-37. Vigência: até 31/12/2019. Mondaí/SC, 28 de dezembro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO 2. ADITIVO AO CONTRATO Nº 043.2017 PMM

Publicação Nº 1969141

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/PMM

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

Contrato: 043/2017 – Termo Aditivo nº 002. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento licença de uso de software de controle das atividades e serviços no meio rural, a ser utilizado na gestão das Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente e Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, mediante implantação, treinamento e assistência técnica de forma presencial e on-line, para o exercício de 2017 e/ou subsequentes, conforme especificações e quantitativos descritos. Finalidade: Prorrogação da vigência do Contrato até 31/12/2019, nos termos disposto no artigo 57, II, § 2º da Lei Federal 8.666/93. Fornecedor: IMPACTO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA - ME – CNPJ sob o nº 08.546.421/0001-24. Vigência: até 31/12/2019. Mondaí/SC, 28 de dezembro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO 2. ADITIVO AO CONTRATO Nº 058/2017 PMM

Publicação Nº 1969184

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE MONDAÍ/PMM

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 054/2017. Edital: Pregão Presencial nº. 039/2017. Contrato: 058/2017 – Termo Aditivo nº 002. Objeto: Contratação de monitor para ministrar oficina de danças com crianças e adolescentes da comunidade mondaíense, objetivando desenvolver atividades de dança, ritmo, coordenação, proporcionar socialização e participação nas atividades realizadas, fortalecer vínculos e desenvolver nas crianças o gosto pela dança, música, a ser ministrado por profissional com formação em educação física, e experiência em atividades físicas e de dança em geral, mediante a utilização do maior número de estilos musicais (AXÉ, HIP-HOP – CONTEMPORANEA – DANÇA DE SALÃO – ZUMBA – JAZZ), visando atender crianças de 5 a 17 anos, mediante a realização de no mínimo 03 (três) encontros e um total de 20 (vinte) horas semanais, para o exercício de 2017 e/ou subsequentes, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I, deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, tudo em conformidade com o que segue. Finalidade: Prorrogação da vigência do Contrato até 31/12/2019, nos termos disposto no artigo 57, II, § 2º da Lei Federal 8.666/93. Fornecedor: VANDERLIZE HELENA BLANK WILLMS – CNPJ sob o nº 23.912.254/0001-81. Vigência: até 31/12/2019. Mondai/SC, 28 de dezembro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO 2. ADITIVO AO CONTRATO Nº 082.2017 PMM

Publicação Nº 1969148

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE MONDAÍ/PMM

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 086/2017. Edital: Pregão Presencial nº. 058/2017. Contrato: 082/2017 – Termo Aditivo nº 002. Objeto: Contratação de profissional para ministrar aulas de Jiu Jitsu a crianças e adolescentes na faixa etária entre os 04 à 18 anos, aptas a praticarem atividades físicas, e que estejam inscritas e frequentando serviços ofertados pela rede sócio-assistencial do Município de Mondai, mediante a realização de no mínimo 02 (dois) encontros semanais distribuídos de segunda a sexta feira, num total de 20 (vinte) horas semanais, para o exercício de 2017 e/ou subsequentes, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I, deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos. Finalidade: Prorrogação da vigência do Contrato até 31/12/2019, nos termos disposto no artigo 57, II, § 2º da Lei Federal 8.666/93. Fornecedor: ADINAN PATRICK DE CAMPOS 03378287926 – CNPJ sob o nº 17.008.683/0001-26. Vigência: até 31/12/2019. Mondai/SC, 28 de dezembro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO 2. ADITIVO CLARO S.A.

Publicação Nº 1969105

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE MONDAÍ/PMM

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 019/2017. Edital: Pregão Presencial nº. 010/2017. Contrato: 037/2017 – Termo Aditivo nº 002. Objeto: Contratação de empresa especializada, para o ano de 2017 e/ou subsequentes, devidamente autorizada pela agência nacional de telecomunicações – ANATEL, para prestação de serviço de telefonia móvel pessoal – smp, sistema pós pago, com fornecimento de no mínimo 25 (vinte e cinco) acessos móveis e aparelhos em comodato para uso do município de Mondai, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, deste Edital. Finalidade: Prorrogação da vigência do Contrato até 31/12/2019, nos termos disposto no artigo 57, II, § 2º da Lei Federal 8.666/93. Fornecedor: CLARO S.A. – CNPJ sob o nº 40.432.544/0001-47. Vigência: até 31/12/2019. Mondai/SC, 28 de dezembro de 2018. VALDIR RUBERT. Prefeito Municipal.

EXTRATO 3. ADITIVO AO CONTRATO Nº 011.2017 FMAS

Publicação Nº 1969174

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE MONDAÍ/FMAS

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 008/2017. Edital: Pregão Presencial nº. 005/2017. Contrato: 011/2017 – Termo Aditivo nº 003. Objeto Contratação de oficinheiro(a) para prestar serviços junto ao CRAS – Centro de Referência da Assistência Social de Mondai, no atendimento nos grupos do PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e no SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – mediante execução e desenvolvimento de trabalhos de pintura de tela com tinta a óleo, pintura em tecido, pintura com tinta guache, trabalhos em EVA e outros trabalhos artesanais, mediante a realização de no mínimo 04 (quatro) encontros semanais distribuídos de segunda a sexta feira, num total de 25 (vinte e cinco) horas semanais, para o exercício de 2017 e/ou subsequentes, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I, deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos. Finalidade: Prorrogação da vigência do Contrato até 31/12/2019, nos termos disposto no artigo 57, II, § 2º da Lei Federal 8.666/93. Fornecedor: JUVIANE RIGO KRETSCHMER 03621753907 – CNPJ/MF sob o nº 13.556.546/0001-75. Vigência: até 31/12/2019. Mondai/SC, 28 de dezembro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO 3. ADITIVO AO CONTRATO Nº 023.2016

Publicação Nº 1969168

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MONDAÍ/PMM

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 039/2016. Edital: Tomada de Preço nº. 006/2016. Contrato: 023/2016 – Termo Aditivo nº 003. Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços, pela CONTRATADA, de assessoria na estruturação de leilões públicos eletrônicos e presenciais, visando à alienação de ativos inservíveis do CONTRATANTE, inclusive no que se refere à divulgação e/ou promoção desses leilões através de seu site específico da rede internet – www.superbid.net. Finalidade: Prorrogação da vigência do Contrato até 31/12/2019, nos termos disposto no artigo 57, II, § 2º da Lei Federal 8.666/93. Fornecedor: MAISATIVO INTERMEDIações DE ATIVOS LTDA – CNPJ sob o nº 03.836.739/0001-26. Vigência: até 31/12/2019. Mondai/SC, 28 de dezembro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO 3. ADITIVO CPNET - PMM

Publicação Nº 1969131

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MONDAÍ/PMM

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 187/2015. Edital: Pregão Presencial nº. 133/2015. Contrato: 002/2016 – Termo Aditivo nº 003. Objeto: Contratação, para o exercício de 2016 e/ou subsequentes, de Pessoa Jurídica para prestação de serviço de acesso à internet, de acordo com o Anexo I, para o Município de Mondai, Estado de Santa Catarina. Finalidade: Prorrogação da vigência do Contrato até 31/12/2019, nos termos disposto no artigo 57, IVº da Lei Federal 8.666/93. Fornecedor: CPNET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME – CNPJ sob o nº 06.349.207/0001-52. Vigência: até 31/06/2019. Mondai/SC, 28 de dezembro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

EXTRATO 5. ADITIVO AO CONTRATO Nº 054.2015 PMM

Publicação Nº 1969164

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE MONDAÍ/PMM

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO QUINTO TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 063/2015. Edital: Pregão Presencial nº. 048/2015. Contrato: 054/2015 – Termo Aditivo nº 005. Objeto: O presente Contrato tem por objeto a contratação de sistemas de informática para gerenciamento e divulgação on-line de diárias; para execução e geração de relatórios de controle interno; organização de audiências públicas; gestão escolar integrada; gestão da produção primária local e do controle do programa municipal de concessão de bolsas de estudo. Finalidade: Prorrogação da vigência do Contrato até 27/04/2019, nos termos disposto no artigo 57, IV da Lei Federal 8.666/93. Fornecedor: JV ITECH INFORMÁTICA TECNOLOGIA E IMPRESSÃO LTDA ME – CNPJ sob o nº 10.375.330/0001-15. Vigência: até 27/04/2019. Mondai/SC, 28 de dezembro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO Nº 008.2019 FMS

Publicação Nº 1969541

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 008/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC, através do F.M.S. EMPRESAS REGISTRADAS: A C L ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA EPP, valor total registrado R\$ 404,38 (quatrocentos e quatro reais e trinta e oito centavos); QUIMIOLAB COM. E IMPL. DE PROD. PARA LABS. LTDA, valor total registrado R\$ 30.094,70 (trinta mil e noventa e quatro reais e setenta centavos). OBJETO: Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de materiais destinados para manutenção das atividades do laboratório de análises clínicas junto à Unidade Sanitária do Município de Mondai - SC, conforme a necessidade do Município de Mondai, SC, para 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. ORIGEM: Pregão Presencial nº. 008/2019 FMS. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 01 de Abril de 2020. Mondai – SC, 02 de Abril de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL PREGÃO Nº 008/2019 - PMM

Publicação Nº 1969112

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 018/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2019.

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 008/2019 "Multientidades". TIPO: Menor Preço Por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de conjuntos esportivos, compostos por calção e camisa e aquisição de materiais esportivos diversos, destinados para manutenção das atividades esportivas das Secretarias de Esportes e Educação do Município de Mondai - SC, de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I, deste Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 17 de abril de 2019. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 08h15min do dia 17 de abril de 2019. INFORMAÇÕES: Edital Disponível em www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço abaixo ou pelo fone (49) 3674-3100, ou, ainda, pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. Mondai, SC, 22 de março de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

Monte Carlo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITAÇÃO Nº 30/2019/PM

Publicação Nº 1970135

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITAÇÃO Nº 30/2019/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE CHOCOLATES. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues das 08:00 horas do dia 15/abril/2019 até as 09:45 horas do dia 15/abril/2019. Abertura da sessão no dia 15/abril/2019 às 10:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM consoante as condições estatuidas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

SONIA SALETE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

PARECER CMDCA Nº 001/2019

Publicação Nº 1970118

PARECER Nº 001/2019

PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVO AOS GASTOS ANUAIS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

I – RELATÓRIO

Trata-se de parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre o relatório anual de gestão, correspondente à prestação de contas de 2018 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e o Adolescente – FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão colegiado superior, permanente, representativo, consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, integrante da estrutura do município de Monte Carlo-SC, e que tem por competência efetivar a participação da comunidade ao formular e propor estratégias, acompanha e avalia a execução da política dos direitos da criança e do adolescente do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

II- FUNDAMENTAÇÃO

De acordo com o art. 6º da Lei Complementar nº 023/2007, de 15 de outubro de 2007, o CMDCA é o órgão deliberativo, normatizador e controlador da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas da sociedade civil e do Poder Público Municipal.

Tendo em vista, atender o estabelecido em Lei, o CMDCA analisou, referente a movimentação da conta do FIA, os relatórios da relação de ordens de pagamentos emitidas, relação de arrecadações, notas de empenho e notas de liquidação de cada ordem de pagamento, bem como extrato bancário do período.

Dessa forma, no ano de 2018 o montante de recursos em conta no início do período era de R\$ 115.889,35 (cento e quinze mil, oitocentos e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos), sendo que o total de arrecadações foi de R\$ 2.335,52 (dois mil, trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos). As despesas do período totalizaram o valor de R\$ 17.613,52 (dezesete mil, seiscentos e treze reais e cinquenta e dois centavos), assim reprogramado para o ano de 2019 o valor de R\$ 100.611,35 (cem mil, seiscentos e onze reais e trinta e cinco centavos).

Cabe destacar a execução de algumas ações planejadas no Plano de Ação e Aplicação do FIA:

- Articulação intersetorial na organização da Campanha 18 de maio - Faça Bonito: proteja nossas Crianças e Adolescentes do abuso e exploração sexual;
- Formação dos Conselheiros de Direitos e Conselheiras Tutelares, na participação de Seminário Estadual;
- Regulamentação do Registro de Entidades não Governamentais e Inscrição de Programas, Projetos e Serviços de Atendimentos Governamentais e não Governamentais;
- Publicação de Edital para inscrição de Projetos de Entidades Registradas e Inscritas no CMDCA, que solicitem recursos do FIA;
- Mobilização à criação de Comissão Organizadora de Adolescentes, à realização da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- Formação aos Conselheiros de Direitos, Conselheiras Tutelares e membros da Comissão organizadora de Adolescentes, na participação de Seminário Estadual;
- Realização da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carlo-SC, junto a Comissão organizadora de adolescentes.

III- RESSALVAS

Após análise das ações realizadas, faz-se necessário elencar algumas ressalvas que quando superadas poderão contribuir para a garantia mais efetiva dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- No intuito de mobilizar a sociedade com relação à arrecadação de recursos ao FIA por meio da declaração do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas, o CMDCA buscou realizar parcerias, porém o município não realizou os procedimentos necessários para que a conta bancária do FIA receba esta destinação. Então, solicita-se que o município realize os devidos procedimentos.
- Destaca-se a inexistência do diálogo no que diz respeito à elaboração da Lei Orçamentária Anual- LOA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, entre o poder público e as instâncias de participação social, sobretudo, neste caso, o CMDCA, órgão gestor de um Fundo Municipal. Então, solicita-se que o poder público proporcione esse diálogo.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto e após análise dos documentos acima citados, após a realização da reunião que deliberou sobre análise da prestação de contas, o parecer deste Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente é pela APROVAÇÃO da prestação de contas do Fundo da Infância e Adolescência – FIA para o exercício de 2018.

Estando todos de acordo, abaixo assinamos o parecer:

Nome	Cargo	Assinatura

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 002/2019

Publicação Nº 1970127

RESOLUÇÃO Nº 002/2019

DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA DE MONTE CARLO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Monte Carlo-SC, no uso de suas atribuições, após reunião de deliberação e,

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

Considerando Regimento Interno do CMDCA;

RESOLVE:

Art. 1º Fica eleito, após plenária, por unanimidade de votos, por dois anos de mandato, para o cargo de Presidente do CMDCA, o Sr. Felipe Pontes;

Art. 2º Fica eleito, após plenária, por unanimidade de votos, por dois anos de mandato, para o cargo de Vice-presidente do CMDCA, o Sr. Ruibamar Mattos;

Art. 3º Para o cargo de 1ª Secretária e 2ª Secretária do CMDCA a Sra. Vanessa Justiminiano e a Sra. Adriana Cordeiro, respectivamente.

Art. 4º As atribuições de cada cargo estão dispostas no Regimento Interno do CMDCA.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo, 29 de março de 2019.

FELIPE PONTES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Monte Carlo-SC

RESOLUÇÃO Nº 001/2019

Publicação Nº 1970120

RESOLUÇÃO Nº 001/2019

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA ED O ADOLESCENTE – FIA DE MONTE CARLO-SC, EXERCÍCIO 2018.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Monte Carlo-SC, no uso de suas atribuições, após reunião de deliberação e,

Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;

Considerando a Lei Complementar nº 023/2007, de 15 de outubro de 2007, que dispõe sobre os princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Resolução nº 137, de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, exercício 2018.

Art. 2º O CMDCA solicita especial atenção às ressalvas elencadas no PARECER Nº 001/2019.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo, 29 de março de 2019.

FELIPE PONTES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Monte Carlo-SC

Morro da Fumaça

PREFEITURA

24º EDITAL DE CONVOCAÇÃO EDITAL 02-2018

Publicação Nº 1969921

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 002/2018

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo simplificado, referente ao edital 002/2018, conforme lista abaixo, para no prazo de 10 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à contratação.

ONDONTÓLOGO

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
2º	LUIZ ANDRÉ JUNG

Morro da Fumaça, 03 DE ABRIL DE 2019

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO
Secretário Municipal do Sistema Econômico

Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

DECRETO Nº 056 - ALTERA O DECRETO MUNICIPAL N. 0472019 E NOMEIA NOVO INTEGRANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Publicação Nº 1969919

DECRETO Nº 056/2019, em 02 de abril de 2019.

"ALTERA O DECRETO MUNICIPAL N.º 047/2019 E NOMEIA NOVO INTEGRANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Senhor AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o seguinte membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:
Representantes da Cooperativa da Agricultura Familiar Fumacense
Titular: Dilânio Willian Sartor

Art. 2º – Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 02 de abril de 2019.
AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

REGISTRO DE PREÇO 059/2019

Publicação N° 1969965

Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial Registro de Preço 059/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALTERAÇÃO EM VEÍCULO TIPO CAMINHÃO MODELO FORD CARGO 1723, ANO 2016 PARA INCLUIR CAÇAMBA BASCULANTE, CONFORME DESCRITIVO ANEXO, conforme anexo. Data: 15/04/2019 às 10:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

Morro Grande

PREFEITURA

1º ADENDO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2018 - FMS

Publicação Nº 1969783

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE
COMUNICADO - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2018 – F.M.S.

O Fundo Municipal de Saúde de Morro Grande, vem através deste, comunicar que o Edital de Chamada Pública nº 1/2018, que tem por objetivo o CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES CLÍNICOS LABORATORIAIS NO ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS OFERTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE AOS USUÁRIOS DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, foi objeto de modificação em seu Item 9.2 através do "1º Adendo" ao referido edital. Informamos que a íntegra do 1º Adendo ao Edital poderá ser lida ou obtida no Setor de Licitações, localizado no Centro Administrativo da Prefeitura de Morro Grande, sito a Irmãos Biff, nº 50, Centro, CEP 88.925-000, Morro Grande/SC ou através do site www.morrogrande.sc.gov.br, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou no site www.morrogrande.sc.gov.br. Maiores informações estarão disponíveis os telefones (48) 3544-0016 ou pelo e-mail licita@morrogrande.sc.gov.br. Eduir Marcelo - Prefeito Municipal em exercício.

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 10/2019 PMN

Publicação Nº 1970081

ATA 10/2019 PMN

AOS DIA VINTE E NOVE DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZENOVE, ÀS QUATORZE HORAS, PREGÃO PRESENCIAL, SE REUNIU A PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO, ACOMPANHADO DOS DEMAIS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO, CONFORME PORTARIA Nº 530 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA O ATO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÕES REFERENTES AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019 PMN, CUJO OBJETO "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM ALOJAMENTO TEMPORÁRIO (HOTEL) COM ALIMENTAÇÃO, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL." INICIADA A SESSÃO, NENHUMA EMPRESA SE FEZ PRESENTE, NÃO HAVENDO INTERESSADOS. A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO SEGUNDO A LEI DE LICITAÇÕES DECIDE DECLARAR A LICITAÇÃO DESERTA, SUGERINDO REABRIR O CERTAME COM NOVA PUBLICAÇÃO; SENDO POSSÍVEL, MANTIDAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL, A APROPRIAÇÃO DA REGRA DA DISPENSA LICITATÓRIA DO INCISO V DO ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93, DESDE QUE NÃO SE POSSA REPETIR O PROCEDIMENTO SEM PREJUÍZO À ADMINISTRAÇÃO. ENCAMINHAM-SE OS AUTOS À APRECIÇÃO DO SR. PREFEITO MUNICIPAL PARA DELIBERAÇÃO. NADA MAIS HAVENDO A RELATAR, PREGOEIRA ENCERROU A SESSÃO, LAVRANDO-SE A PRESENTE ATA, QUE LIDA E ACHADA CONFORME, VAI ASSINADA.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIAS Nº 014-2019 - NOMEIA SERVIDOR

Publicação Nº 1969617

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES
Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes
CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000
Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 014/2019

O Presidenta da Câmara de Vereadores de Navegantes, VALMIR CESAR FRANCISCO no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, JULIANO SANTOS VIEIRA inscrito no CPF nº 773.814.249-91, para o cargo de ASSESSOR DE GABINETE desta casa, com a carga horária de 40:00 horas semanais.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, em 01 de abril de 2019.

VALMIR CESAR FRANCISCO

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO Nº 054/2019 ADICIONAL DE OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA GEOVANI ARGENTA

Publicação Nº 1970117

DECRETO nº 054, de 01 de abril de 2019.

Dispõe sobre a concessão de Adicional de Função e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 126/19, de 20 de março de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o Adicional de Função – Operador de Retroescavadeira, na ordem de 14% (quatorze por cento), para o Servidor Municipal GEOVANI ARGENTA, Matrícula 5413/01, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 01 de abril de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 055/2019 FUNÇÃO DE CONFIANÇA DALYNE VEIGA DARONCO

Publicação Nº 1970136

DECRETO nº 055, de 01 de abril de 2019.

Dispõe sobre a concessão de Função Gratificada para Servidora Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe os Art. 27 e 28, da Lei Complementar nº 126/19, de 20 de março de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica concedida Função de Confiança para a Servidora Municipal DALYNE VEIGA DARONCO, Matrícula 5401/01, ocupante do cargo de Farmacêutico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a FC fixada em 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento base do Cargo ocupado.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 01 de abril de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 056/2019 FUNÇÃO DE CONFIANÇA MAURICIO DAL BELLO

Publicação Nº 1970142

DECRETO nº 056, de 01 de abril de 2019.

Dispõe sobre a concessão de Função Gratificada para Servidora Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe os Art. 27 e 28, da Lei Complementar nº 126/19, de 20 de março de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica concedida Função de Confiança para a Servidora Municipal MAURICIO DAL BELLO, Matrícula 5398/01, ocupante do cargo de Farmacêutico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a FC fixada em 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento base do

Cargo ocupado.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 01 de abril de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 058/2019 NOMEAÇÃO HÉVELYN KLEIN MATTÉ

Publicação Nº 1970149

DECRETO nº 058, de 02 de abril de 2019.

Dispõe sobre a nomeação da Srta. Hévelyn Klein Matté para ocupar Cargo em Comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 126/19, de 20 de março de 2019, combinada com a Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Srta. HÉVELYN KLEIN MATTÉ, para ocupar o Cargo em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, provida em Confiança, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada no nível CC-6 do Anexo II – Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 126/19, de 20 de março de 2019 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 02 de abril de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 57/2019 NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Publicação Nº 1970165

DECRETO nº 057, de 01 de abril de 2019.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e conforme dispôs o artigo 61 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Erechim, os seguintes membros:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Claudia Maria Skowronski

Suplente: Adriana Marchetto

b) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Titular: Midian Rachelle Zancanaro da Silva

Suplente: Edna Koelzer

c) Secretaria Municipal da Saúde

Titular: Juliana Nunes de Gois

Suplente: Viviane Regina Solivo

Dos representantes das Entidades:

Titular: Vera Mundel

Suplente: Alex Uberti

Titular: Tailine Campos

Suplente: Neusa Gibowski

Dos representantes das Comunidades do Interior:

Titular: Elaine Ferla Sehn

Suplente: Maria Inês Schuck

Art. 2º O desempenho do mandato dos conselheiros nomeados por este Decreto será gratuito e considerado como "serviço relevante prestado ao Município de Nova Erechim".

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 01 de abril de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 59/2019 NOMEAÇÃO LINDOMAR JOSÉ METTLER

Publicação Nº 1970171

DECRETO nº 059, de 02 de abril de 2019.

Dispõe sobre a nomeação do Sr. Lindomar José Mettler para ocupar Cargo em Comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 126/19, de 20 de março de 2019, combinada com a Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. LINDOMAR JOSÉ METTLER, para ocupar o Cargo em Comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, provido em Confiança, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada no nível CC-5 do Anexo II – Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 126/19, de 20 de março de 2019 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),

em 02 de abril de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 60 NOMEAÇÃO MARIA EDUARDA NICHETTI

Publicação Nº 1970652

DECRETO nº 060, de 02 de abril de 2019.

Dispõe sobre a exoneração e nomeação da Srta. Maria Eduarda Nichetti para ocupar Cargo em Comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 126/19, de 20 de março de 2019, combinada com a Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Srta. MARIA EDUARDA NICHETTI, ocupante do Cargo de SUBCHEFE DE DEPARTAMENTO, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a partir desta data.

Art. 2º Fica nomeada a Srta. MARIA EDUARDA NICHETTI, para ocupar o Cargo em Comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO, provido em Confiança, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada no nível CC-4 do Anexo II – Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 100/14 de 16 de abril de 2014 e alterações posteriores.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 02 de abril de 2019.
RAMIREZ TAPIA
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 22/2019 WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME

Publicação Nº 1969756

PROCESSO
Nº: 15/2019

TOMADA DE PREÇO
Nº: 02/2019

EXTRATO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 22/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68
CONTRATADA: WINCK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - ME
CNPJ: 09.544.243/0001-65

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, OBJETIVANDO A CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC, CFE. PROJETO, MEMORIAL E ART EM ANEXO

VALOR: R\$ 339.759,00 (Trezentos e trinta e nove mil e setecentos e cinquenta e nove reais).

VIGÊNCIA = INÍCIO: 02/04/2019 TÉRMINO: 02/11/2019

Nova Erechim, 02 de abril de 2019.
RAMIREZ TÁPIA
Prefeito Municipal, em exercício
Município de Nova Erechim
Publicado no Mural Público
em __/__/__ a __/__/__

RESOLUÇÃO Nº 001/2019 CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA INSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM

Publicação Nº 1969749

RESOLUÇÃO N.º 001 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Institui a Comissão Especial Eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Nova Erechim

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Nova Erechim, em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei N. 8.069, de julho de 1990, alterado pela Lei N. 12.696, de 25 de julho de 2012, a Lei Municipal nº 1.010/2001, de 12 de março de 2001, a Resolução do CONANDA N. 170, de 10 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Instituir a Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha unificado dos membros do Conselho Tutelar do município de Nova Erechim, sendo composta por 06 conselheiros do CMDCA, garantindo a paridade entre governo e sociedade civil.

§1º Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

§2º Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §1º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por outro conselheiro.

Art. 2º Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros:

- I – Juliana de Goes - representante governamental da Secretaria Municipal de Saúde;
- II – Midian Zancanaro da Silva - representante governamental da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
- III – Claudia Maria Skowronski - representante governamental da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- IV – Tailine Campos - representante da sociedade civil (ACINE)
- V – Vera Mundel - representante da sociedade civil (Entidades religiosas)
- VI – Elaine Ferla Sehn – representante da sociedade civil (Comunidades do interior)

Parágrafo Único: A Comissão Especial Eleitoral deverá, entre os seus membros eleger um coordenador.

Art. 3º Fazem parte da Comissão Especial Eleitoral a título de colaboradores alheios ao CMDCA e aprovados em plenária do CMDCA:

- I – Camila Osmarin – Secretaria Municipal de Assistência Social / CRAS
- II - Belenice Galvão – Secretaria Municipal de Assistência Social (SCFV)

Art. 4º Compete a Comissão Especial Eleitoral analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§1º. Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

- I - Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;
- II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

Art. 5º Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Parágrafo único: Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha publicará a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Art. 6º Atribuições da Comissão Especial Eleitoral:

- I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;
- II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
- III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
- IV - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;
- V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha;
- VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;
- VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;
- VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e
- IX - resolver os casos omissos.

Art. 7º A comissão Especial deve notificar o Ministério Público, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão e pelo CMDCA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Nova Erechim, 01, de abril de 2019.

Juliana de Goes

Presidente do CMDCA

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DC 116-2019 CANCELA INSALUBRIDADE GIVANETE

Publicação N° 1970567

	Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO de Nova Itaberaba Administrativo
--	---

DECRETO N° 116/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

"CANCELA INSALUBRIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 1.225/2019 de 12 de Março de 2019, Lei 1.204/2018 de 12 de Setembro de 2018.

CONSIDERANDO: que a servidora não exerce mais as funções consideradas insalubres e que lhe deram o direito de recebimento do adicional, conforme LTCAT.

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - FICA cancelado o adicional de Insalubridade da servidora GIVANETE DA ROSA RIBOLI, Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal Saúde, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo nacional vigente, concedido pelo Decreto n° 032/2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial os Decretos n° 032/2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, EM 01 DE ABRIL DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

EXTRATO DE CONTRATO N° 90-2019

Publicação N° 1970569

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 90/2019, de 01/04/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: SEST SENAT (serviço nacional de aprendizagem do transporte

OBJETO: Contratação de empresa para realização de curso com duração de 20 horas aula, com o tema "Qualidade no Atendimento", para 04 servidores da Secretaria de Saúde e 04 servidores do Administrativo municipal.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite n° 61/2019, Lei n° 10.520/02 e Lei n° 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 91-2019

Publicação N° 1970570

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 91/2019, de 01/04/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: ROBERTO LORENZZON

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de Diagnóstico Externo da Administração (Pesquisa de Opinião) com serviço técnico especializado na elaboração de pesquisa de opinião, contemplando um levantamento das políticas públicas e sociais municipais, levantamento das prioridades para investimento, verificação do índice de satisfação da população relativamente aos serviços prestados nas áreas de Saúde, Educação, Esporte, Cultura, Infraestrutura (obras, rodovias, serviços urbanos), atendimento ao público e avaliação do desempenho do conjunto da administração municipal. Amostragem: A coleta de informação será realizada em todas as localidades do município, cidade e interior, por equipe credenciada e treinada para este fim.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite nº 62/2019, Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 92-2019

Publicação Nº 1970572

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 92/2019, de 01/04/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: GILSEI SCAPIN AVILA 94402108004

OBJETO: Contratação de instrutores para execução de oficinas ofertadas aos beneficiários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Programa Bolsa Família Federal, do município de Nova Itaberaba, de acordo com cronograma elaborado pela Secretaria

VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais)

AMPARO LEGAL Pregão nº 50/2019, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 93-2019

Publicação Nº 1970573

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 93/2019, de 01/04/19

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: IVONETE MIOTTI VOLZ

OBJETO: Contratação de instrutores para execução de oficinas ofertadas aos beneficiários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e do Programa Bolsa Família Federal, do município de Nova Itaberaba, de acordo com cronograma elaborado pela Secretaria

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

AMPARO LEGAL Pregão nº 50/2019, Lei nº 10.520/02 e

Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

LEI 1.227-2019 REGULAMENTA CONSTRUÇÕES

Publicação Nº 1969231

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.227/2019 DE 12 DE MARÇO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE NOVAS EDIFICAÇÕES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica determinado que qualquer construção destinada a habitação, no território municipal, seu proprietário deverá obrigatoriamente requerer junto ao setor competente da Prefeitura o devido alvará de construção, apresentado os documentos necessários, cuja lista será apresentada pelo setor de engenharia.

Parágrafo Único – As construções a que se referem o caput, não serão somente aquelas edificadas por inteiro, aqui compreendidas também os casos em que são transportadas edificações prontas para local diverso, tendo nova instalação.

Art. 2º - A obtenção do alvará de construção, para construções na zona rural, quando se tratar de edificações mistas, cuja área construída

não ultrapasse 70m²(setenta metros quadrados), será fornecido independentemente da apresentação do projeto, após a vistoria previa do local pelo Fiscal Municipal, enquanto que a emissão de habite-se será feita após a conclusão obra, precedida de nova vistoria pelo Fiscal.

Art. 2º - Para as edificações com mais de 70m²(setenta metros quadrados), o interessado deverá apresentar o projeto da obra, para aprovação e posterior emissão de alvará de construção.

Art. 3º - Fica determinado que o Município se absterá de fornecer alvará de construção, em qualquer situação que não seja preenchido os requisitos de respeito ao Código Florestal, lei Federal nº 12.651/2012, no que diz respeito as áreas de preservação permanente, bem como para futuras construções que não respeitem os recuos e limites previstos na Lei Municipal nº 1194/2018, Código de Obras.

Paragrafo Único – as construções que nas margens das vias Municipais, deverão obedecer ao recuo mínimo de 08(oito) metros), a partir do leito da via.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario, em especial a lei Municipal nº 1.218/2018.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 12 DE MARÇO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

PORTARIA- 064 TRANSFERE SERVIDOR DE SETOR GIVANETE

Publicação Nº 1970568

PORTARIA N.º 064/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

"TRANSFERE SERVIDOR DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019;

CONSIDERANDO: a necessidade e interesse público de remanejamento de servidores, para atender a demanda de serviços na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

DECRETA:

Art. 1º - FICA transferida para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, a Sra. GIVANETE DA ROSA RIBOLI, Cargo Efetivo, passando sua lotação para a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, percebendo os vencimentos conforme previsto na Lei Complementar nº 1.225/2019 de 12 de Março de 2019.

Art. 2º - As vagas disponibilizadas pela Administração Municipal, foram escolhidas pelas servidoras remanejadas, priorizando o maior tempo de serviço neste Ente Federativo.

Art. 3º O presente ato poderá ser revogado a qualquer momento pôr razões de interesse público devidamente justificado.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA-SC, 01 DE ABRIL DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 193/2019 "A"

Publicação Nº 1969117

PORTARIA Nº 193/2019 "A"

Concessão de Férias

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 15 (quinze) dias, ao Servidor Público Municipal, ADILSON LUIZ DEMONTI, matrícula nº 208, concursado, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe do Serviço de Almoxarifado, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 25/02/2019 a 11/03/2019, relativo ao período aquisitivo de 07/01/2017 a 06/01/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de fevereiro de 2019.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

PORTARIA Nº 294/2019 "A"

Publicação Nº 1970571

PORTARIA Nº 294/2018 "A"

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, inciso I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

Exonerar, a Servidora Pública Municipal, JANETE KRICINSKI KNISS, matrícula nº 6695, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Serviços de Saúde, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade de Saúde Básica Madre Paulina, do Quadro de Pessoal Comissionado da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de abril de 2019 (Aposentadoria por invalidez, conforme Comunicação de Decisão do INSS – 31/03/2019).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de abril de 2019.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA Nº 294/2019 "B"

Publicação Nº 1970575

PORTARIA Nº 294/2019 "B"

Designa Servidor em Substituição

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor Público Municipal RAFAEL VISENTAINER ADAMI, matrícula nº 7050, concursado, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Contabilidade, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças,

do Quadro de Servidores Comissionados do Município, para exercer em substituição, o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, durante o impedimento do titular Jucelino Marino Chini, que se encontra em gozo de férias, pelo período de 12 (doze) dias, a partir de 01 de abril de 2019 a 12 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de abril de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

PORTARIA Nº 300/2019

Publicação Nº 1969076

PORTARIA Nº 300/2019

Admissão em Caráter Temporário

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2018 de 29 de outubro de 2018, homologado em 02/01/2019, convocada conforme Decreto nº 045/2019, ANGELINA RODRIGUES DOS SANTOS BORGES, matrícula nº 8025, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, Município de Nova Trento, a contar de 02 de abril de 2019 até 01 de outubro de 2019, por motivo de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de abril de 2019.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

CONTRATO Nº 112/2019

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, MAXILIANO DE OLIVEIRA, casado, brasileiro, CPF nº 035.940.189-97, RG nº 3355244, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 583, Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ANGELINA RODRIGUES DOS SANTOS BORGES, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, nº 994, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 027.211.309-35, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.123,42 (hum mil cento e vinte e três reais e quarenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 02 de abril de 2019 até 01 de outubro de 2019, por motivo de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 112/2019)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de abril de 2019.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenv. Comunitário

Angelina Rodrigues dos Santos Borges
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de abril de 2019.

TESTEMUNHAS:

Daniel Ceccato
Assistente Administrativo
CPF: 085.599.129-16

Silvio Conhaqui
Assistente Administrativo
CPF: 799.691.359-53

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2019 -SRP Nº 026/2019

Publicação Nº 1969252

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 058/2019 – Pregão Presencial nº 044/2019 – SRP 026

Objeto: O objeto deste Pregão é o Registro de Preços para aquisição de Cadeiras de Roda, Cadeiras de Banho, Bimbo e Mesa Auxiliar para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Item

Entrega dos envelopes: 15/04/2019 até as 08:30.

Abertura das Propostas: 15/04/2019 às 09:00.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 32673211 / (48) 32673213 – e-mail: compras@nova-trento.sc.gov.br – site www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2019

Publicação Nº 1969242

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2019

Objeto: Aquisição de equipamentos novos (duas retroescavadeiras, dois caminhões toco, uma mini carregadeira, dois basculantes e um Kit para mini carregadeira), para atender as necessidades da Secretaria de Obras de Nova Trento, de acordo com as exigências constantes do anexo I (Termo de Referência), do presente Edital.

Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega dos envelopes e Credenciamento: até as 08:30 horas do dia 16/04/2019. Abertura das

Propostas: 16/04/2019 as 09:00 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro. Fones: (48) 3267-3213/3211. E-mail: compras@novatrento.sc.gov.br. Site <https://www.novatrento.sc.gov.br>.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019

Publicação Nº 1969237

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**Processo Nº.: 52/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2019**

No dia 2 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.858.200/0001-91, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS, 164, bairro CENTRO, CEP nº. 88270-000, nesta cidade de Nova Trento/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, inscrito no CPF sob o nº. 032.953.809-88, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 38/2019, Processo Licitatório nº. 52/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS RADIOLÓGICOS (RAIO X), LAUDOS DE MAMOGRAFIA E LAUDOS DE DENSITOMETRIA ÓSSEA, DESTINADOS AO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO, SITUADO À RUA FLORIANO PEIXOTO Nº 151, MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10785	DETECTA DIAGNOSTICOS MEDICOS EIRELI	1, 2, 3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DETECTA DIAGNOSTICOS MEDICOS EIRELI	26.255.170/0001-00	DOUGLAS BRILHANTE GODOI	16 323 215.767.538-83

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS RADIOLÓGICOS (RAIO X), LAUDOS DE MAMOGRAFIA E LAUDOS DE DENSITOMETRIA ÓSSEA, DESTINADOS AO HOSPITAL NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO, SITUADO À RUA FLORIANO PEIXOTO Nº 151, MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10785 - DETECTA DIAGNOSTICOS MEDICOS EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVICO DE EMISSAO DE LAUDOS DE RAIO X	SERV		4.200,000	5,9000	24.780,00
2	SERVIÇO DE EMISSÃO DE LAUDOS DE MAMOGRAFIA.	SERV		4.000,000	16,0000	64.000,00
3	SERVICO DE EMISSAO DE LAUDOS DE DENSITOMETRIA OSSEA	SERV		2.000,000	20,5000	41.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**Processo Nº.: 52/2019**
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 3/7
Processo Nº.: 52/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**Processo Nº.: 52/2019**
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 5/7
Processo Nº.: 52/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO

Página: 6/7
Processo Nº.: 52/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO**

Página: 7/7
Processo Nº.: 52/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Trento para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 2 de Abril de 2019.

**GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO**

Empresas Participantes:

DETECTA DIAGNOSTICOS MEDICOS EIRELI

CNPJ: 26.255.170/0001-00

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019

Publicação Nº 1969601

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TRENTO	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2019 - TP
CNPJ: 08.858.200/0001-91 RUA NEREU RAMOS, 164 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	Processo Administrativo: 36/2019 Processo de Licitação: 36/2019 Data do Processo: 15/02/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 36/2019
b) Licitação Nr.: 2/2019-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 02/04/2019
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE (LIXO HOSPITALAR), PRODUZIDOS EM POSTOS DE SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PLANILHAS E MINUTA CONTRATUAL EM ANEXO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

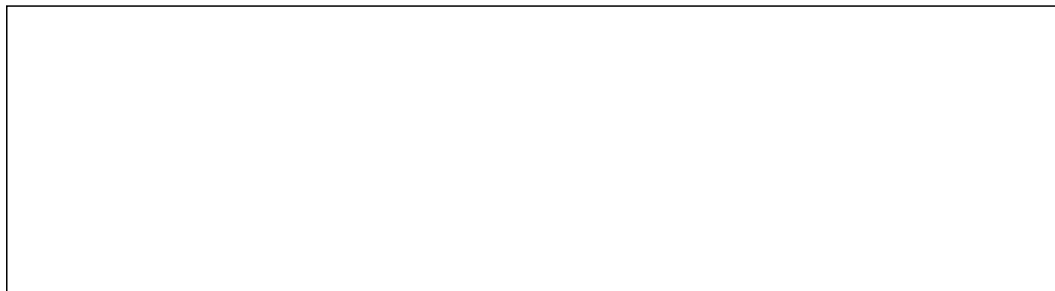
	Unid.	Qtidade	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	-------------	----------------	---------------

SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA (10781)

1	COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL LIXO HOSPITALAR	MES	12,00	0,0000	994,00	11.928,00
					Total do Fornecedor:	11.928,00
					Total Geral:	11.928,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.022.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 238.317,96



Nova Veneza

PREFEITURA

ABERTURA DAS PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇOS 07/2019 - FMS

Publicação Nº 1970043

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO DE ABERTURA DE
PROPOSTAS E JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS N.º 07/2019-FMS

O MUNICIPIO DE NOVA VENEZA/SC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, torna público, que estará realizando sessão pública junto a sala de licitações deste Paço Municipal, na data de 04 de abril de 2019, às 14:00 horas, a abertura dos envelopes de propostas de preços das empresas habilitadas, bem como a devolução do envelope das empresas inabilitadas, correspondente a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS de nº 07/2019-FMS.

Informamos que a presença do representante legal das empresas se faz fundamental para a continuidade dos fatos.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 7:00 às 13:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 02 de abril de 2019.
JOANA MACCARINI TORQUATO
Presidente da Comissão de Licitação

ABERTURA DAS PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇOS 38/2019

Publicação Nº 1970068

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO DE ABERTURA DE
PROPOSTAS E JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS N.º 38/2019

O MUNICIPIO DE NOVA VENEZA/SC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, torna público, que estará realizando sessão pública junto a sala de licitações deste Paço Municipal, na data de 04 de abril de 2019, às 13:30 horas, a abertura dos envelopes de propostas de preços das empresas habilitadas, bem como a devolução do envelope das empresas inabilitadas, correspondente a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS de nº 38/2019.

Informamos que a presença do representante legal das empresas se faz fundamental para a continuidade dos fatos.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 7:00 às 13:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 02 de abril de 2019.
JOANA MACCARINI TORQUATO
Presidente da Comissão de Licitação

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 74/2019

Publicação Nº 1970059

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 74/2019

Objetivo: Aquisição de produtos da agricultura familiar por meio de chamada pública, com dispensa de procedimento licitatório, para compra de gêneros diversificados e sazonais diretamente do empreendedor familiar ou de organizações, priorizando a produção e hábitos alimentares em âmbito local.

Abertura: às 08:30 horas do dia 03/05/2019.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 02 de abril de 2019.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATO DE CONTRATO 1/293-2019

Publicação Nº 1970070

Aditivo Nº.: 1-293/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada.: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA. EPP

Vigência : Início: 17/12/2018 Término: 30/10/2019

Licitação : TOMADA DE PREÇO Nº.: 163/2018

Objeto : contratação de empresa especializada para realizar a pavimentação asfáltica da Rodovia NVA 353 – trecho São Bento Baixo – Vila Maria – São Francisco no Município de Nova Veneza/SC.

EXTRATO DE CONTRATO 293/2018

Publicação Nº 1969792

Aditivo Nº.: 1-293/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada.: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA. EPP

Vigência : Início: 17/12/2018 Término: 30/10/2019

Licitação : TOMADA DE PREÇO Nº.: 163/2018

Objeto : contratação de empresa especializada para realizar a pavimentação asfáltica da Rodovia NVA 353 – trecho São Bento Baixo – Vila Maria – São Francisco no Município de Nova Veneza/SC.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019 - FMAS

Publicação Nº 1970053

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019 - FMAS

OBJETO: Aquisições futuras de "COFFEE BREAK", no atendimento em eventos realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Nova Veneza/SC.

Abertura: à 08:30 horas do dia 15/04/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 28 de março 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019

Publicação Nº 1970056

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o Corpo de Bombeiros Militar de Forquilha para o ano de 2019.

Abertura: à 10:00 horas do dia 12/04/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 02 de abril 2019.

ROGERIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2019

Publicação Nº 1970064

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2019

OBJETO: Locação de escavadeira hidráulica, caminhão caçamba traçado (6x4) e trator de esteira para melhorias e outras benfeitorias no Município de Nova Veneza, SC.

Abertura: à 08:30 horas do dia 12/04/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 02 de abril 2019.

ROGERIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.536 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1969377

DECRETO Nº 2.536 de 01 de abril de 2019.

Abre crédito adicional SUPLEMENTAR por excesso de arrecadação e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 – II, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei Municipal Nº 584 de 08 de novembro de 2018;

CONSIDERANDO: A obtenção de recursos advindos do convênio SICONV nº 862119/2017 do Ministério do Desenvolvimento Social.

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ R\$ 82.038.00 (Oitenta e dois mil e trinta e oito reais) relativo a recursos vinculados:

60.00 – SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.01 – DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL

Atividade 2.030– Manutenção do Fundo Mun. Assistência Social

Elemento de Despesa – 4.4.90-00.01.0061 aplicações diretasR\$ 82.038.00

TOTAL R\$ 82.038.00

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC.

Em 01 de abril de 2019.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Aimar Francisco Pavelecini

Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 002/2019

Publicação Nº 1969158

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 002/2019

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 002/2019

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA 01/04/2019

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAS DE ARTESANATO QUE SERÃO UTILIZADOS NOS ENCONTROS/REUNIÕES DO GRUPO DE SAÚDE MENTAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC

CONTRATADO: REBELATTO E CRUZ LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 304,04 (trezentos e quatro reais e quatro centavos)

DATA: 01/04/2019 - ROGÉRIO ACACIO MASCARELLO – Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 040/2018

Publicação Nº 1969155

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2018

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 07/02/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de Troféus e Medalhas destinados às premiações dos eventos esportivos promovidos pelo Departamento Municipal de Esportes do Município de Novo Horizonte/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

CONTRATANTE: RENIR PAULO MANFRIN ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.199,60 (um mil, cento e noventa e nove reais e sessenta centavos).

DATA: 01.04.2019 –VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 046/2018

Publicação Nº 1969157

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2018

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 01/04/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Aquisição gêneros alimentícios para usuários do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS e Serviço de Fortalecimento de Vínculos do Município de Novo Horizonte/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: A.E.M. OESTE Ltda Me

Valor : 150,90 (cento e cinquenta reais e noventa centavos)

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME

Valor : 35,77 (trinta e cinco reais e setenta e sete centavos)

DATA: 01.04.2019 – Vandelei Sanagiotto – Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

CHAMAMENTO

Publicação Nº 1969380

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2018, mediante o qual fica CONVOCADO, para nomeação, o candidato aprovado no Concurso Público nº 002/2018, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h00min, no prazo de 30 dias, munido de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 002/2018 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, ciente de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 002/2018, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas.

NOME	CARGO	CH
DIONY FRANCISCO GANZALA	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	40 h
VALDECIR RAMOS	Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	40 h

Orleans, 02 de abril de 2019.
JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

CHAMAMENTO

Publicação Nº 1969367

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, mediante o qual fica CONVOCADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2015, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a Rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2015 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

NOME	CARGO	CH
CRISTIANI ANDRE PEDRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO	40 h
MARIA ELIZABETE DENGÓ DE OLIVEIRA MANIQUE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO	40h

Orleans, 02 de abril de 2019.
JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

PORTARIA Nº 279/2019

Publicação Nº 1970100

PORTARIA Nº. 279/2019

“INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar 1.929/2005, do Município de Orleans, e pelas demais legislações aplicáveis;

CONSIDERANDO o teor dos documentos em anexo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado o Processo Administrativo Disciplinar, movido em desfavor da Sra. FABIANA ZAPELINI, matrícula nº 4543, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde da Família, de acordo com Decreto nº 4.318 de 07 de agosto de 2018, estando nomeada Comissão para atuar no Processo Administrativo Disciplinar nº. 019/2019 os seguintes servidores efetivos: para Presidente: MICHELLE TESSMANN LIBRELATO, matrícula nº 3101, ocupante do cargo de Enfermeiro da Saúde da Família, Secretaria: EDIMARA TOCHETTO SUAYA NETTO, matrícula nº 5253, ocupante do cargo de Enfermeiro da Saúde da Família e Membro: KÁTIA CRISTINA JACQUES NAZÁRIO, matrícula nº 1488, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem da Saúde da Família.

Parágrafo único – O Processo tem como objetivo apuração das infrações administrativas seguintes: art. 105 I, II, V, 107 VII, XVII, 122, XIV da Lei Complementar nº 1.929 de 20 de dezembro de 2005.

Art. 2º A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, devendo respeitar os princípios constitucionais e ditames legais próprios da espécie.

Art. 3º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar será de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do respectivo procedimento, admitida sua prorrogação, mediante necessidade devidamente fundamentada, por igual prazo, na forma do artigo 138 da Lei Complementar 1929/2005, do Município de Orleans.

Art. 4º As despesas decorrentes dos atos necessários ao desenvolvimento do Processo Administrativo Disciplinar serão custeadas em conformidade com a legislação municipal vigente.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, SC – 28 de março de 2019.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

PUBLICADA ESTA PORTARIA AOS VINTE E OITO (28) DIAS DO MÊS DE MARÇO (03) DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE (2019) NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

MARIO COAN

Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 280/2019

Publicação Nº 1970104

PORTARIA Nº. 280/2019

“INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar 1.929/2005, do Município de Orleans, e pelas demais legislações aplicáveis;

CONSIDERANDO o teor dos documentos em anexo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado o Processo Administrativo Disciplinar, movido em desfavor da Sra. JANE DA SILVA, matrícula nº 2432, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde da Família, de acordo com Decreto nº 4.318 de 07 de agosto de 2018, estando nomeada Comissão para atuar no Processo Administrativo Disciplinar nº. 020/2019 os seguintes servidores efetivos: para Presidente: MICHELLE TESSMANN LIBRELATO, matrícula nº 3101, ocupante do cargo de Enfermeiro da Saúde da Família, Secretaria: EDIMARA TOCHETTO SUAYA NETTO, matrícula nº 5253, ocupante do cargo de Enfermeiro da Saúde da Família e Membro: KÁTIA CRISTINA JACQUES NAZÁRIO, matrícula nº 1488, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem da Saúde da Família.

Parágrafo único – O Processo tem como objetivo apuração das infrações administrativas seguintes: art. 105 I, II, V, 107 VII, XVII, 122, XIV da Lei Complementar nº 1.929 de 20 de dezembro de 2005.

Art. 2º A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, devendo respeitar os princípios constitucionais e ditames legais próprios da espécie.

Art. 3º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar será de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do respectivo procedimento, admitida sua prorrogação, mediante necessidade devidamente fundamentada, por igual prazo, na forma do artigo 138 da Lei Complementar 1929/2005, do Município de Orleans.

Art. 4º As despesas decorrentes dos atos necessários ao desenvolvimento do Processo Administrativo Disciplinar serão custeadas em conformidade com a legislação municipal vigente.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, SC – 28 de março de 2019.
JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

PUBLICADA ESTA PORTARIA AOS VINTE E OITO (28) DIAS DO MÊS DE MARÇO (03) DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE (2019) NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

MARIO COAN
Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 281/2019

Publicação Nº 1970105

PORTARIA Nº. 281/2019

“INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar 1.929/2005, do Município de Orleans, e pelas demais legislações aplicáveis;

CONSIDERANDO o teor dos documentos em anexo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado o Processo Administrativo Disciplinar, movido em desfavor das Sras. LUCIANA ANTUNES TAVARES, matrícula nº 5852, ocupante do cargo de Agente de Combate as Endemias e MAIRA NUNES FARIAS BIANCO, matrícula nº 5853, ocupante do cargo de Agente de Combate as Endemias, de acordo com Decreto nº 4.318 de 07 de agosto de 2018, estando nomeada Comissão para atuar no Processo Administrativo Disciplinar nº. 021/2019 os seguintes servidores efetivos: para Presidente: MICHELLE TESSMANN LIBRELATO, matrícula nº 3101, ocupante do cargo de Enfermeiro da Saúde da Família, Secretaria: EDIMARA TOCHETTO SUAYA NETTO, matrícula nº 5253, ocupante do cargo de Enfermeiro da Saúde da Família e Membro: KÁTIA CRISTINA JACQUES NAZÁRIO, matrícula nº 1488, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem da Saúde da Família.

Parágrafo único – O Processo tem como objetivo apuração das infrações administrativas seguintes: art. 105 I, II, V, 107 VII, XVII, 122, XIV da Lei Complementar nº 1.929 de 20 de dezembro de 2005.

Art. 2º A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, devendo respeitar os princípios constitucionais e ditames legais próprios da espécie.

Art. 3º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar será de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do respectivo procedimento, admitida sua prorrogação, mediante necessidade devidamente fundamentada, por igual prazo, na forma do artigo 138 da Lei Complementar 1929/2005, do Município de Orleans.

Art. 4º As despesas decorrentes dos atos necessários ao desenvolvimento do Processo Administrativo Disciplinar serão custeadas em conformidade com a legislação municipal vigente.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, SC – 28 de março de 2019.
JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

PUBLICADA ESTA PORTARIA AOS VINTE E OITO (28) DIAS DO MÊS DE MARÇO (03) DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE (2019) NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

MARIO COAN
Secretário Municipal da Administração

Otacílio Costa**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA****PORTARIA 07/2019**

Publicação Nº 1969235

PORTARIA DE EXONERAÇÃO Nº 07/2019

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - EXONERAR DO CARGO DE ASSESSORA JURÍDICA DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, LUDMILA PRISCILA PIROLA DE OLIVEIRA, nomeada em 01/03/2017 conforme portaria de nomeação nº 02/2017.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação..

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 02 de ABRIL de 2019.

GILBERTO CARLOS RODRIGUES

PRESIDENTE DO IPAM

Ouro Verde

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 014/2019

Publicação Nº 1969906

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE
PROCESSO LICITATÓRIO 023/2019
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 014/2019

O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de forma parcelada de mandolim, panela, mangueira, canecas, jarra, papel toalha e leite para a secretarias de Administração, Saúde, Educação do Município de Ouro Verde/ SC, conforme edital e anexos. Entrega dos Envelopes: Até as 08h40min dia 16 de abril de 2019. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h45min dia 16 de abril de 2019. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 02 de abril de 2019. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

DECRETO Nº3213

Publicação Nº 1969100

DECRETO N.º 3213/2019

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 021/2005 e 022/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada para o Serviço Público Municipal a Sra. BRUNA CADINI, para exercer o Cargo em comissão de Assistente de Agropecuária, lotada Junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 02 de abril de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3214

Publicação Nº 1970603

DECRETO N.º 3214/2019

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 021/2005 e 022/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada para o Serviço Público Municipal a Sra. ZENAIDE ROSA DOS SANTOS, para exercer o Cargo em comissão de Assistente de Programas Habitacionais, lotada Junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de abril de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

Paial**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 032-2019 TP 004-2019**

Publicação Nº 1969757

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, TORNA PÚBLICO que realizará o certame licitatório acima mencionado, conforme o objeto e demais indicações a seguir, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

PROCESSO N.º		
032/2019		
MODALIDADE:		N.º:
TOMADA DE PREÇO		004/2019
OBJETO:		
A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO COM A PROFUNDIDADE ESTIMADA DE 100 M, E VAZÃO ESTIMADA EM TORNO DE 4,5 M³/HORA, PARA A COMUNIDADE DA LINHA SÃO JOSE NO MUNICÍPIO DE PAIAL EM CONFORMIDADE COM PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVO E ANEXOS DESTE EDITAL.		
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES		
O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08H30MIN do dia 18 DE ABRIL DE 2019 no Setor de Protocolo desta Prefeitura, sito a Rua Goiás, 400, centro – Paial – SC.		
JULGAMENTO DA PROPOSTAS DE PREÇOS HABILITAÇÃO		
A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS dar-se-á a partir das 08 H 30 MIN do dia 18 DE ABRIL DE 2019. em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Paial e da PROPOSTA DE PREÇOS no mesmo local e horário, desde que atendido o disposto no inciso III, art. 43 de Lei 8.666/93 em caso contrario a abertura das Propostas se dará após o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei 8.666/93.		
LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL E OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES		
Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3451-0045, ou diretamente no Setor Administrativo da Prefeitura Municipal de PAIAL, Rua Goiás nº 400, Centro e ainda no site: www.paial.sc.gov.br		
Declaro que a presente Licitação foi disponibilizada no Site: www.paial.sc.gov.br em 02/04/2019	Declaro que a presente Licitação foi Publicada no Mural Publico desta Prefeitura Municipal em 02/04/2019 Protocolo N.º 31/2019	
AMAURO JOSE AUZILIERO	SIMONE LOMBARDI	

Paial – SC, 02 de abril de 2019.
NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 037-2019 PP 020-2019

Publicação Nº 1969761

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL.

O Prefeito Municipal de Paial - SC torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de registro de preços, no dia 15 de Abril de 2019, A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição GENEROS ALIMENTICIOS para confecção e Lanches; aquisição de MATERIAL PEDAGÓGICO/EQUIPAMENTOS DE CAPOEIRA e, aquisição de VESTIMENTAS para os alunos da oficina de capoeiras, visando o atendimento ao projeto de capoeira do centro de referência de assistência social - CRAS do município de Paial de forma parcelada conforme a necessidades dos departamentos solicitantes e, conforme relação e especificações constantes no Anexo "D" deste Edital.As propostas serão recebidas até às 09h00min do dia 15 de abril de 2019. O edital encontra-se disponível no site [www.paial.sc.gov.br/ transparência/ licitações/ Pregão](http://www.paial.sc.gov.br/transparência/licitações/Pregão) e as demais informações poderão ser obtidas diariamente no Setor de Compras e Licitações do Município de Paial pelo telefone (49) 3451-0045. Paial - SC, 02 de abril de 2019.

NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 038-2019 PP 021-2019

Publicação Nº 1969765

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019
SISTEMA DE MENOR PREÇO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL.

O Prefeito Municipal de Paial - SC torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de menor preço, no dia 15 de Abril de 2019, a presente licitação tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE OFICINEIROS PARA MINISTRAÇÃO DE AULAS DE CAPOEIRA VISANDO O ATENDIMENTO AO PROJETO DE CAPOEIRA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DO MUNICÍPIO DE PAIAL, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital.

As propostas serão recebidas até às 14h00min do dia 15 de abril de 2019. O edital encontra-se disponível no site [www.paial.sc.gov.br/transparência/licitações/ Pregão](http://www.paial.sc.gov.br/transparência/licitações/Pregão) e as demais informações poderão ser obtidas diariamente no Setor de Compras e Licitações do Município de Paial pelo telefone (49) 3451-0045. Paial - SC, 02 de abril de 2019.

NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PL 039-2019 PP022-2019

Publicação Nº 1970098

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, TORNA PÚBLICO que realizará o certame licitatório acima mencionado, conforme o objeto e demais indicações a seguir, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

PROCESSO N.º		
039/2019		
MODALIDADE:		N.º: 022/2019
PREGAO PRESENCIAL		
OBJETO:		
REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO.		
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES		
O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08H15MIN do dia 17 DE ABRIL DE 2019 no Setor de Protocolo desta Prefeitura, sito a Rua Goiás, 400, centro – Paial – SC.		
JULGAMENTO DA PROPOSTAS DE PREÇOS HABILITAÇÃO		
A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS dar-se-á a partir das 08 H30 MIN do dia 17 DE ABRIL DE 2019. em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Paial e da PROPOSTA DE PREÇOS no mesmo local e horário, desde que atendido o disposto no inciso III, art. 43 de Lei 8.666/93 em caso contrario a abertura das Propostas se dará após o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei 8.666/93.		
LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL E OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES		
Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3451-0045, ou diretamente no Setor Administrativo da Prefeitura Municipal de PAIAL, Rua Goiás nº 400, Centro e ainda no site: www.paial.sc.gov.br		
Declaro que a presente Licitação foi disponibilizada no Site: www.paial.sc.gov.br em 039/2019		Declaro que a presente Licitação foi Publicada no Mural Publico desta Prefeitura Municipal em 02/04/2019 39/2019
AMAURO JOSE AUZILIERO		SIMONE LOMBARDI

Paial – SC, 02 DE ABRIL DE 2019.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 50/2019

Publicação N° 1970491

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 50/2019

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 17 de abril de 2019, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL - SRP N° 50/2019 – Participação Exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, que tem por objeto a aquisição de uniformes especializados, destinados aos funcionários da Secretaria de Serviços Públicos responsáveis pela limpeza urbana do município, através de Registro de Preços, conforme discriminado no Anexo I (Termo de Referência). O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 19:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.atende.net. Palhoça, 02 de abril de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

EDITAL DE CADASTRAMENTO

Publicação N° 1970322

EDITAL DE CADASTRAMENTO

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais, por seu Secretário Municipal, Sr. Mário Cesar Hugén, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os interessados que virem a presente divulgação ou dela tomarem conhecimento, que o Município de Palhoça do Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 5º, alíneas “f”, “h” e “i” da Lei Municipal nº 1.891/2004 e Decreto nº 1.846/2015, que está realizando cadastramento de órgãos e entidade(s) ambiental(is), comunitária(s) e instituição(es) para efetuar a composição do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Palhoça – COMDEMA.

Os órgãos e entidades interessados deverão realizar protocolo diretamente na Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais de Palhoça, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

As entidades interessadas deverão apresentar os seguintes documentos: I – requerimento de cadastramento assinado pelo Presidente ou Diretor da entidade a ser cadastrada; II – cópia do estatuto social original e suas alterações, quando for o caso, ou documento equivalente de constituição; III – cópia da ata de eleição e posse da diretoria em exercício, ou ato de nomeação; e IV – comprovante do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, de acordo com o Decreto nº 1.846/2015.

Promova-se a divulgação.

Palhoça, 02 de abril de 2019.

MÁRIO CESAR HUGEN
Secretário Municipal de Governo e Relações Institucionais

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 54/2019 - PP 01/2017

Publicação N° 1970283

EXTRATO TERMO ADITIVO N° 54/2019

Termo de Aditamento – Prorrogação/Reajuste

Espécie: 4º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços N° 63/2017, firmado em 28/03/2017, com a empresa PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA.

OBJETO: CLÁUSULA I – Fica prorrogado até 27/03/2020 o prazo contratual anunciado na Cláusula Nona do Contrato de Prestação de Serviços n.º 63/2017.

CLÁUSULA II – O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 28/03/2019.

CLÁUSULA III – Devido ao reajuste anual previsto na Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 63/2017, fica reajustado no percentual de 1,81%, o valor estabelecido no contrato, tendo como base o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), referente ao período de Fevereiro de 2017 a Fevereiro/2018, conforme cálculo contábil efetuado.

CLÁUSULA IV – Em razão do 1º reajuste estabelecido na cláusula anterior o valor de cada item que compõe o contrato passa a ser de:

Item 1 – Coleta manual e containerizada de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicas e transporte até o aterro sanitário – R\$ 160,69/tonelada

Item 2 – Disponibilização, manutenção e lavagem de contêineres – R\$ 0,183258 = 0,18/litro/mês/disponibilizado

Item 3 – Coleta seletiva e transporte de materiais recicláveis – R\$ 77.375,60/2(duas) equipes/mês

Item 4 – Coleta diferenciada transporte de lixo pesado – R\$ 62.212,69/equipe/mês

Item 5 – Material de divulgação – mídia informativa – R\$ 2.368,79/mês

CLÁUSULA V – Devido ao reajuste anual previsto na Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviços n.º 63/2017, fica reajustado no percentual de 3,94%, o valor estabelecido no contrato, tendo como base o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), referente ao período de Fevereiro de 2018 a Fevereiro/2019, conforme cálculo contábil efetuado.

CLÁUSULA VI – Em razão do 2º reajuste estabelecido na cláusula anterior o valor de cada item que compõe o contrato passa a ser de:

Item 1 – Coleta manual e containerizada de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e públicas e transporte até o aterro sanitário – R\$ 167,02/tonelada

Item 2 – Disponibilização, manutenção e lavagem de contêineres – R\$ 0,19 /litro/mês/disponibilizado

Item 3 – Coleta seletiva e transporte de materiais recicláveis – R\$ 80.424,20/2(duas) equipes/mês

Item 4 – Coleta diferenciada transporte de lixo pesado – R\$ 64.663,87/equipe/mês

Item 5 – Material de divulgação – mídia informativa – R\$ 2.462,12/mês

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL: N° 01/2017

DATA: 27/03/2019.

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Pelo Contratado,

PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 55/2019 - PP 111/2016

Publicação N° 1970288

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N° 55/2019

Termo de Aditamento – Retificação

ESPÉCIE: 3º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços n° 301/2016, firmado em 23/11/2016, com a empresa PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA.

OBJETO: CLÁUSULA I – DA RETIFICAÇÃO DOS TERMOS ADITIVOS

1.1 – Fica retificada as Cláusulas I e II do Termo Aditivo número 217/2017, que trata do reajuste anual previsto na Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviço n.º 301/2016.

CLÁUSULA II – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 – Termo Aditivo n.º 217/2017 – onde se lê: "...fica reajustado no percentual de 1,65%..." leia-se "...fica reajustado no percentual de 1,63%..."

2.2 – Onde se lê: ", o valor unitário passa a ser de R\$ 148,05 (cento e quarenta e oito reais e cinco centavos)" leia-se "O valor unitário passa a ser de R\$ 148,02 (cento e quarenta e oito reais e dois centavos)"/tonelada.

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 111/2016

DATA: 27/03/2019

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Pelo contratado,

PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 56/2019 - PP 111/2016

Publicação N° 1970296

EXTRATO TERMO ADITIVO N° 54/2019

Termo de Aditamento – Prorrogação/Reajuste

Espécie: 4º Termo de Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços N° 301/2016, firmado em 23/11/2016, com a empresa PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA.

OBJETO: CLÁUSULA I – Fica prorrogado até 31/03/2020 o prazo contratual anunciado na Cláusula Nona do Contrato de Prestação de Serviços n.º 301/2016.

CLÁUSULA II – O presente termo aditivo passa a ter vigência a partir de 01/04/2019.

CLÁUSULA III – Devido ao reajuste anual disposto na Cláusula Sexta do Contrato de Prestação de Serviços, fica reajustado no percentual de 3,97% o valor unitário, tendo como base o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), referente ao período de Setembro/2017 a Setembro/2018, conforme cálculo contábil efetuado.

CLÁUSULA IV – Em razão do 2º reajuste estabelecido na cláusula anterior, o valor unitário passa a ser de R\$ 153,90 (cento e cinquenta e três reais e noventa centavos)/tonelada.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO DE PREGÃO PRESENCIAL: N° 301/2016.

DATA: 27/03/2019.

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Pelo Contratado,
PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Publicação Nº 1970192

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro



RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais	
			No 1º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 1º Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	703.642.525,00	703.642.525,00	84.575.225,41	12,02	84.575.225,41	12,02	619.067.299,59
RECEITAS CORRENTES	586.332.520,00	586.332.520,00	84.531.640,29	14,42	84.531.640,29	14,42	501.800.879,71
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	221.473.270,00	221.473.270,00	32.136.447,27	14,51	32.136.447,27	14,51	189.336.822,73
Impostos	128.954.500,00	128.954.500,00	14.987.352,64	11,62	14.987.352,64	11,62	113.967.147,36
Taxas	92.098.770,00	92.098.770,00	17.149.094,63	18,62	17.149.094,63	18,62	74.949.675,37
Contribuição de Melhoria	420.000,00	420.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420.000,00
CONTRIBUIÇÕES	51.460.000,00	51.460.000,00	6.065.609,59	11,79	6.065.609,59	11,79	45.394.390,41
Contribuições Sociais	17.900.000,00	17.900.000,00	966.449,33	5,40	966.449,33	5,40	16.933.550,67
Contribuições Econômicas	33.560.000,00	33.560.000,00	5.099.160,26	15,19	5.099.160,26	15,19	28.460.839,74
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	35.955.000,00	35.955.000,00	5.875.632,46	16,34	5.875.632,46	16,34	30.079.367,54
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	225.162,37	0,00	225.162,37	0,00	(225.162,37)
Valores Mobiliários	35.955.000,00	35.955.000,00	5.650.470,09	15,72	5.650.470,09	15,72	30.304.529,91
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	210.135,03	0,00	210.135,03	0,00	(210.135,03)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	207.912,54	0,00	207.912,54	0,00	(207.912,54)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	2.222,49	0,00	2.222,49	0,00	(2.222,49)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	263.779.000,00	263.779.000,00	39.088.896,68	14,82	39.088.896,68	14,82	224.690.103,32
Transferências da União e de suas Entidades	74.450.000,00	74.450.000,00	15.343.861,58	20,61	15.343.861,58	20,61	59.106.138,42
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	123.125.000,00	123.125.000,00	12.643.913,91	10,27	12.643.913,91	10,27	110.481.086,09
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	57.596.000,00	57.596.000,00	11.090.151,27	19,26	11.090.151,27	19,26	46.505.848,73
Transferências do Exterior	8.608.000,00	8.608.000,00	10.969,92	0,13	10.969,92	0,13	8.597.030,08
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.665.250,00	13.665.250,00	1.154.919,26	8,45	1.154.919,26	8,45	12.510.330,74
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.240.000,00	5.240.000,00	811.578,89	15,49	811.578,89	15,49	4.428.421,11
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3011101-9661-XQMS-291912668 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pag 1 / 5



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

[illegible]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ 1º Bimestre (i)
			No 1º Bimestre	Até 1º Bimestre (f)		No 1º Bimestre	Até 1º Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	662.573.525,00	678.727.024,59	180.529.161,09	180.529.161,09	498.197.863,50	50.481.055,86	50.481.055,86	628.245.968,73	48.070.082,33
DESPESAS CORRENTES	496.973.520,00	511.779.172,83	156.825.432,37	156.825.432,37	354.953.740,46	48.301.164,36	48.301.164,36	463.478.008,47	46.351.620,90
Pessoal e Encargos Sociais	273.497.965,00	278.078.647,44	36.845.653,69	36.845.653,69	241.232.993,75	36.845.653,69	36.845.653,69	241.232.993,75	36.031.703,08
Juros e Encargos da Dívida	2.000.000,00	2.000.000,00	1.160.000,00	1.160.000,00	840.000,00	138.901,68	138.901,68	1.861.098,32	133.686,81
Outras Despesas Correntes	221.475.555,00	231.700.525,39	118.819.778,68	118.819.778,68	112.880.746,71	11.316.608,99	11.316.608,99	220.383.916,40	10.186.231,01
DESPESAS DE CAPITAL	163.840.005,00	165.187.851,76	23.703.728,72	23.703.728,72	141.484.123,04	2.179.891,50	2.179.891,50	163.007.960,26	1.718.461,43
Investimentos	151.840.005,00	153.187.851,76	22.246.450,70	22.246.450,70	130.941.401,06	722.613,48	722.613,48	152.465.238,28	284.718,15
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	12.000.000,00	12.000.000,00	1.457.278,02	1.457.278,02	10.542.721,98	1.457.278,02	1.457.278,02	10.542.721,98	1.433.743,28
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.760.000,00	1.760.000,00	0,00	0,00	1.760.000,00	0,00	0,00	1.760.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	25.689.000,00	25.689.000,00	3.864.564,66	3.864.564,66	21.824.435,34	3.864.564,66	3.864.564,66	21.824.435,34	1.917.345,37
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	688.262.525,00	704.416.024,59	184.393.725,75	184.393.725,75	520.022.298,84	54.345.620,52	54.345.620,52	650.070.404,07	49.987.427,70
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	688.262.525,00	704.416.024,59	184.393.725,75	184.393.725,75	520.022.298,84	54.345.620,52	54.345.620,52	650.070.404,07	49.987.427,70
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	688.262.525,00	704.416.024,59	184.393.725,75	184.393.725,75	-	54.345.620,52	87.012.446,10	-	37.025.018,40
RESERVA DO RPPS	52.380.000,00	52.380.000,00	0,00	0,00	52.380.000,00	0,00	0,00	52.380.000,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 13:51:50.

¹ O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

NOTA:

Identificador: WPR3011101-9661-XQMS-291912668 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 3 / 5



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No 1º Bimestre (b)	% (b/a)	Até 1º Bimestre (c)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	35.000.000,00	35.000.000,00	2.437.220,69	6,96	2.437.220,69	32.562.779,31
RECEITAS CORRENTES	35.000.000,00	35.000.000,00	2.437.220,69	6,96	2.437.220,69	32.562.779,31
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3011101-9661-XQMS-291912668 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

[illegible][illegible]

ISMENIA IRIA CARMISINI
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILLO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça
CPF: 004.573.569-79

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Publicação Nº 1970218



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 2023.9779,13118,13132,13139,13140,13141,13142,16212,16694
Poder: Executivo
Período de Referência: Março de 2018 a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														RS 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	EMPENHADAS													
	Mar/2018	Abr/2018	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	Sep/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.958.098,24	24.510.325,07	20.248.175,21	22.315.534,66	19.994.971,02	20.228.024,41	20.632.656,73	20.871.398,84	20.786.578,60	32.822.621,20	20.259.404,62	18.616.177,41	260.243.966,01	35.865,03
Pessoal Ativo	17.671.660,39	23.198.032,93	18.858.750,31	20.279.268,66	18.606.947,80	18.824.810,63	19.230.595,49	19.419.659,11	19.287.656,35	30.604.871,26	18.446.538,32	17.131.018,05	241.559.809,30	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	15.065.965,75	20.551.918,46	16.225.654,98	17.724.109,87	16.015.130,18	16.108.796,76	16.550.226,01	16.555.664,78	16.568.508,83	25.426.395,68	15.878.213,91	14.576.945,19	207.247.530,40	0,00
Obrigações Patronais	2.597.633,72	2.637.760,18	2.626.087,87	2.548.140,93	2.585.382,95	2.710.649,40	2.675.197,41	2.859.143,75	2.714.826,76	5.174.332,63	2.563.994,81	2.549.267,52	34.242.317,93	0,00
Benefícios Previdenciários	8.060,92	8.354,29	7.007,46	7.017,86	6.534,67	5.364,47	5.172,07	4.850,58	4.320,76	4.142,95	4.329,60	4.805,34	69.960,97	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.286.437,85	1.312.292,14	1.389.424,90	2.036.266,00	1.388.023,22	1.403.213,78	1.402.061,24	1.451.739,73	1.496.614,81	2.217.749,94	1.485.159,36	1.485.154,75	18.354.144,75	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.097.274,32	1.121.684,45	1.192.460,12	1.744.735,95	1.195.308,18	1.214.777,23	1.213.624,69	1.255.431,41	1.279.470,18	1.915.988,91	1.277.714,43	1.277.712,01	15.786.181,88	0,00
Pensões	189.163,53	190.607,69	196.964,78	291.530,05	192.715,04	188.436,55	188.436,55	196.308,32	217.144,63	301.761,03	207.447,35	207.447,35	2.567.962,87	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.307,44	0,00	327.704,52	0,00	330.011,96	35.865,03
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.318.403,01	1.600.645,35	1.302.088,99	1.853.749,97	1.329.310,54	1.274.158,00	1.327.205,82	1.331.989,76	1.359.834,94	3.711.105,27	1.334.148,31	1.446.184,28	19.188.824,24	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	287.657,08	545.504,25	182.013,95	206.347,80	199.706,06	129.323,16	181.921,77	141.316,07	121.599,07	1.878.961,18	107.568,53	219.606,92	4.201.525,84	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.030.745,93	1.055.141,10	1.120.075,04	1.647.402,17	1.129.604,48	1.144.834,84	1.145.284,05	1.190.673,69	1.238.235,87	1.832.144,09	1.226.579,78	1.226.577,36	14.987.298,40	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	17.639.695,23	22.909.679,72	18.946.086,22	20.461.784,69	18.665.660,48	18.953.866,41	19.305.450,91	19.539.409,08	19.426.743,66	29.111.515,93	18.925.256,31	17.169.993,13	241.055.141,77	35.865,03
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)														
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)														
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)														
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)														
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%														
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 51,30%														
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,60%														

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 14:05:37.

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: 2023.9779,13118,13132,13139,13140,13141,13142,16212,16694
Poder: Executivo
Período de Referência: Março de 2018 a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
2019				Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte		
1º Bimestre				Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

¹ DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

ISMENIA IRIA CARMISINI
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça
CPF: 004.573.569-79

ANEXO 11 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Publicação Nº 1970208



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO (c) = (a-b)	Em Reais
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Receita de Alienação de Bens Móveis	510.005,00	146,64	509.858,36	
Receita de Alienação de Bens Imóveis	360.005,00	146,64	359.858,36	
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	150.000,00	0,00	150.000,00	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital	510.005,00	1.400,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00	508.605,00
Investimentos	510.005,00	1.400,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00	508.605,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2018 (i)	2019 (j) = (Ib - (IIIf+ IIIfg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi+ IIIj)
VALOR (III)	0,00	146,64	146,64

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 13:58:24.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI
 Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
 Prefeito Municipal de Palhoça
 CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3101101-9661-HJZD-291913093 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 1

ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM SAÚDE

Publicação Nº 1970210



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 1º Bimestre	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	128.954.500,00	128.954.500,00	14.987.352,64	11,62
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	45.254.500,00	45.254.500,00	2.900.924,50	6,41
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	14.000.000,00	14.000.000,00	2.271.841,23	16,23
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	24.000.000,00	24.000.000,00	6.111.168,14	25,46
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	23.700.000,00	23.700.000,00	1.688.460,49	7,12
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	5.500.000,00	5.500.000,00	39.811,30	0,72
Dívida Ativa dos Impostos	11.500.000,00	11.500.000,00	1.397.285,79	12,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	5.000.000,00	5.000.000,00	577.861,19	11,56
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	166.765.000,00	166.765.000,00	28.579.566,90	17,14
Cota-Parte FPM	71.000.000,00	71.000.000,00	13.033.564,95	18,36
Cota-Parte ITR	350.000,00	350.000,00	5.748,71	1,64
Cota-Parte IPVA	24.000.000,00	24.000.000,00	3.018.040,96	12,58
Cota-Parte ICMS	71.000.000,00	71.000.000,00	12.376.530,25	17,43
Cota-Parte IPI-Exportação	15.000,00	15.000,00	145.682,03	971,21
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	295.719.500,00	295.719.500,00	43.566.919,54	14,73

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 1º Bimestre	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	9.550.000,00	9.550.000,00	3.183.955,28	33,34
Provenientes da União	6.850.000,00	6.850.000,00	2.982.399,08	43,54
Provenientes dos Estados	2.500.000,00	2.500.000,00	187.871,25	7,51
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	200.000,00	200.000,00	13.684,95	6,84
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	9.550.000,00	9.550.000,00	3.183.955,28	33,34



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 1º Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até 1º Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	102.021.000,00	106.014.933,77	22.765.036,88	21,47	12.860.720,92	12,13
Pessoal e Encargos Sociais	66.357.245,00	68.461.807,52	11.394.799,20	16,64	11.394.799,20	16,64
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	35.663.755,00	37.553.126,25	11.370.237,68	30,28	1.465.921,72	3,90
DESPESAS DE CAPITAL	13.045.005,00	13.123.087,94	13.423,63	0,10	2.113,49	0,02
Investimentos	13.045.005,00	13.123.087,94	13.423,63	0,10	2.113,49	0,02
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	115.066.005,00	119.138.021,71	22.778.460,51	19,12	12.862.834,41	10,80

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 1º Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até 1º Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	1.850,54	0,01	1.850,54	0,01
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	57.390.005,00	61.462.021,71	11.656.339,26	51,17	4.246.195,88	33,01
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	54.580.000,00	58.592.764,05	11.323.562,47	49,71	4.114.746,69	31,99
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	2.810.005,00	2.869.257,66	332.776,79	1,46	131.449,19	1,02
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	57.390.005,00	61.462.021,71	11.658.189,80	51,18	4.248.046,42	33,03
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	57.676.000,00	57.676.000,00	11.120.270,71	48,82	8.614.787,99	66,97

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) =	19,77
(VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15 x IIIb)) / 100]	2.079.750,06
--	--------------

Identificador: WPR3111101-9661-STD-291913108 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2019	113.248,91	0,00	26.733,26	86.515,65	113.248,91
Inscritos em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2017	27.494,31	0,00	0,00	27.494,31	27.494,31
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em exercícios anteriores ao de 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	140.743,22	0,00	26.733,26	114.009,96	140.743,22

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (j)
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2018	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2017	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2016	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2015	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores ao de 2015	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO	
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores ao de 2014	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

Identificador: WPR3111101-9661-STD-291913108 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 3 / 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 1º Bimestre (I)	% (I/total I) x 100	Até 1º Bimestre (m)	% (m/total m) x 100
Atenção Básica	111.203.000,00	114.917.402,05	21.903.506,44	96,16	12.420.327,38	96,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	3.850.000,00	4.207.614,66	874.954,07	3,84	442.507,03	3,44
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	13.005,00	13.005,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	115.066.005,00	119.138.021,71	22.778.460,51	100,00	12.862.834,41	100,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 13:59:30.

1. A linha "RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA" apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2. Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS" o valor apresentado na coluna "I" ou com a coluna "II" deverá ser o mesmo apresentado no "total I".
3. Na linha "DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES" o valor apresentado na coluna "I" ou com a coluna "II" deverá ser o mesmo apresentado no "total I".
4. O termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%" refere-se ao limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5. O valor do termo "LIMITE CONSTITUCIONAL 15%", durante o exercício servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6. O valor (VII%) = (VIIh ou I) / (IItb x 100), nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7. A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI

Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal de Palhoça

CPF: 004.573.569-79

ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

Publicação Nº 1970213



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		Em reais
		No 1º Bimestre	Até 1º Bimestre	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2019)	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Do Ente Federado, exceto estaduais não dependentes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estaduais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	470.692.366,81	484.049.722,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 14:00:40.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3121101-9661-VOHK-291913152 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 1

ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RREO

Publicação Nº 1970214



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)		Em Reais	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até 1º Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial			738.642.525,00
Previsão Atualizada			738.642.525,00
Receitas Realizadas			87.012.446,10
Deficit Orçamentário			0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			4.379.620,17
DESPESAS			
Dotação Inicial			688.262.525,00
Créditos Adicionais			16.153.499,59
Dotação Atualizada			704.416.024,59
Despesas Empenhadas			184.393.725,75
Despesas Liquidadas			54.345.620,52
Despesas Pagas			49.987.427,70
Superávit Orçamentário			32.666.825,58
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até 1º Bimestre	
Despesas Empenhadas			184.393.725,75
Despesas Liquidadas			54.345.620,52
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até 1º Bimestre	
Receita Corrente Líquida			484.049.722,79
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até 1º Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00
Resultado Previdenciário			0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00
Resultado Previdenciário			0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até 1º Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	22.711.415,63	0,00
Resultado Primário		(38.186.005,00)	17.199.978,86	(45,04)

Identificador: WPR3131101-9661-KDVR-291913727 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 3



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Canc. Até 1º Bimestre	Pag. Até 1º Bimestre	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
Poder Executivo		4.783.139,12	0,00	4.456.443,35	326.695,77
Poder Legislativo		4.783.100,92	0,00	4.456.405,15	326.695,77
Poder Judiciário		38,20	0,00	38,20	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					
Poder Executivo		23.826.701,95	25.120,49	11.272.261,36	12.529.320,10
Poder Legislativo		23.410.578,94	3.680,00	11.194.413,21	12.212.485,73
Poder Judiciário		416.123,01	21.440,49	77.848,15	316.834,37
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		28.609.841,07	25.120,49	15.728.704,71	12.856.015,87

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até 1º Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até 1º Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	22.222.646,66	25,00	51,01
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	17.135.487,12	60,00	65,95
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até 1º Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	13.551,14	63.986.448,86
Despesa de Capital Líquida	23.703.728,72	141.484.123,04

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário	Exercício	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3131101-9661-KDVR-291913727 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 2 / 3



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até 1º Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		146,64	509.858,36
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		1.400,00	508.605,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até 1º Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até 1º Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	11.120.270,71	15,00	25,52

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL (%)	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 14:17:31.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WIPR3131101-9661-KDVR-291913727 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 3 / 3

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Publicação Nº 1970220



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019				
		Até 1º Bimestre	Até 2º Bimestre	Até 3º Bimestre	Até 4º Bimestre	Até 5º Bimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	12.683.084,45	11.215.822,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	12.683.084,45	11.215.822,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	12.683.084,45	11.215.822,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	12.683.084,45	11.215.822,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	67.576.013,17	90.570.411,66	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa ¹	67.410.412,41	90.389.010,18	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	72.192.767,21	91.903.185,67	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	4.782.354,80	1.514.175,49	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	165.600,76	181.401,48	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	(54.892.928,72)	(79.354.588,83)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	470.692.366,81	484.049.722,79	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	2,69	2,32	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	(11,66)	(16,39)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	564.830.840,17	580.859.667,35	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	508.347.756,15	522.773.700,61	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3151101-9661-ENAO-291913400 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pag 1 / 3



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019					
		Até 1º Bimestre	Até 2º Bimestre	Até 3º Bimestre	Até 4º Bimestre	Até 5º Bimestre	Até 6º Bimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	172.676.239,89	172.676.239,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	621.420,34	5.159.993,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	23.826.701,95	11.341.840,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 14:06:13.

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

² Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)" - Vencidos e não pagos.

NOTA:

Identificador: WPR3151101-9661-ENAQ-291913400 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 2 / 3



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC

Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
Exercício em que o ente excedeu o limite			Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte			Exercício do terceiro período seguinte		
Quadrimestre/Semestre			Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte			Terceiro período seguinte		
Limite Máximo	% DCL	% Excedente	Redutor mínimo de 25% do Excedente	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (0,25*c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (e)	(i)	(j) = (f-a)	(k) = (a)	(l)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ISMENIA IRIA CARMISINI
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça
CPF: 004.573.569-79

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO

Publicação Nº 1970195



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No 1º Bimestre	Até 1º Bimestre (b)		No 1º Bimestre	Até 1º Bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	714.933.525,00	731.107.024,59	180.529.161,09	97,90	550.577.863,50	50.481.055,86	92,89	680.625.968,73
LEGISLATIVA	21.170.000,00	21.170.000,00	5.269.810,84	2,86	15.900.189,16	2.471.997,25	4,55	18.698.002,75
Ação Legislativa	21.170.000,00	21.170.000,00	5.269.810,84	2,86	15.900.189,16	2.471.997,25	4,55	18.698.002,75
JUDICIÁRIA	4.295.000,00	4.295.000,00	1.008.312,47	0,55	3.286.687,53	695.109,97	1,28	3.599.890,03
Ação Judiciária	4.045.000,00	4.045.000,00	1.008.312,47	0,55	3.036.687,53	695.109,97	1,28	3.349.890,03
Demais Subfunções	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
ADMINISTRAÇÃO	90.206.760,00	90.206.760,00	22.562.027,52	12,24	67.644.732,48	6.885.032,92	12,67	83.321.727,08
Planejamento e Orçamento	940.000,00	940.000,00	204.120,20	0,11	735.879,80	138.039,61	0,25	801.960,39
Administração Geral	88.446.760,00	88.446.760,00	22.239.981,27	12,06	66.206.778,73	6.668.419,01	12,27	81.778.340,99
Demais Subfunções	820.000,00	820.000,00	117.926,05	0,06	702.073,95	78.574,30	0,14	741.425,70
SEGURANÇA PÚBLICA	10.875.000,00	15.272.254,68	3.512.807,59	1,91	11.759.447,09	672.196,84	1,24	14.600.057,84
Policimento	3.980.000,00	3.980.000,00	472.709,20	0,26	3.507.290,80	285.679,74	0,53	3.694.320,26
Defesa Civil	370.000,00	370.000,00	646,50	0,00	369.353,50	508,68	0,00	369.491,32
Demais Subfunções	6.525.000,00	10.922.254,68	3.039.451,89	1,65	7.882.802,79	386.008,42	0,71	10.536.246,26
ASSISTÊNCIA SOCIAL	32.791.510,00	34.184.799,57	5.700.224,22	3,09	28.484.575,35	2.525.784,32	4,65	31.659.015,25
Assistência ao Idoso	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.710.000,00	2.253.448,96	6.100,66	0,00	2.247.348,30	0,00	0,00	2.253.448,96
Assistência Comunitária	30.371.510,00	31.221.350,61	5.491.123,56	2,98	25.730.227,05	2.437.960,32	4,49	28.783.390,29
Demais Subfunções	580.000,00	580.000,00	203.000,00	0,11	377.000,00	87.824,00	0,16	492.176,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	38.210.000,00	38.210.000,00	3.523.261,23	1,91	34.686.738,77	3.347.870,56	6,16	34.862.129,44
Previdência Básica	28.300.000,00	28.300.000,00	2.970.321,14	1,61	25.329.678,86	2.970.321,14	5,47	25.329.678,86
Demais Subfunções	9.910.000,00	9.910.000,00	552.940,09	0,30	9.357.059,91	377.549,42	0,69	9.532.450,58
SAÚDE	109.776.005,00	113.848.021,71	21.761.136,00	11,80	92.086.885,71	11.845.509,90	21,80	102.002.511,81
Atenção Básica	106.003.000,00	109.717.402,05	20.886.181,93	11,33	88.831.220,12	11.403.002,87	20,98	98.314.399,18
Vigilância Epidemiológica	3.760.000,00	4.117.614,66	874.954,07	0,47	3.242.660,59	442.507,03	0,81	3.675.107,63
Demais Subfunções	13.005,00	13.005,00	0,00	0,00	13.005,00	0,00	0,00	13.005,00
EDUCAÇÃO	146.819.750,00	150.858.212,09	36.871.827,80	20,00	113.986.384,29	14.375.657,90	26,45	136.482.554,19
E Ensino Fundamental	66.851.750,00	70.110.756,23	16.104.455,83	8,73	54.006.300,40	6.752.769,67	12,43	63.357.986,56
E Ensino Profissional	600.000,00	600.000,00	177.957,32	0,10	422.042,68	11.341,94	0,02	588.658,06
E Ensino Superior	11.700.000,00	11.819.717,06	2.362.964,19	1,28	9.456.752,87	1.164.355,55	2,14	10.655.361,51
E Educação Infantil	66.718.000,00	67.377.738,80	18.196.500,91	9,87	49.181.237,89	6.447.190,74	11,86	60.930.548,06
E Educação de Jovens e Adultos	950.000,00	950.000,00	29.949,55	0,02	920.050,45	0,00	0,00	950.000,00
CULTURA	930.000,00	930.000,00	185.645,00	0,10	744.355,00	101.870,00	0,19	828.130,00
Artes	445.000,00	445.000,00	185.645,00	0,10	259.355,00	101.870,00	0,19	343.130,00
Artes Cênicas	485.000,00	485.000,00	0,00	0,00	485.000,00	0,00	0,00	485.000,00
Demais Subfunções	485.000,00	485.000,00	0,00	0,00	485.000,00	0,00	0,00	485.000,00
URBANISMO	114.381.500,00	115.307.859,94	33.045.999,66	17,92	82.261.860,28	3.734.567,18	6,87	111.573.292,76
Infra-Estrutura Urbana	64.060.000,00	64.264.606,04	15.827.770,27	8,58	48.436.835,77	756.768,20	1,39	63.507.837,84
Serviços Urbanos	50.321.500,00	51.043.253,90	17.218.229,39	9,34	33.825.024,51	2.977.798,98	5,48	48.065.454,92
HABITAÇÃO	900.000,00	1.013.492,39	34.256,33	0,02	979.236,06	0,00	0,00	1.013.492,39
Habituação Urbana	900.000,00	1.013.492,39	34.256,33	0,02	979.236,06	0,00	0,00	1.013.492,39
SANEAMENTO	73.900.000,00	75.112.624,21	42.439.986,97	23,02	32.672.637,24	2.116.365,15	3,89	72.996.259,06
Saneamento Básico Urbano	70.600.000,00	71.812.624,21	42.439.986,97	23,02	29.372.637,24	2.116.365,15	3,89	69.696.259,06
Demais Subfunções	3.300.000,00	3.300.000,00	0,00	0,00	3.300.000,00	0,00	0,00	3.300.000,00

Identificador: WPR3021101-9661-CNUS-291912684 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pag 1 / 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidação
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

GESTÃO AMBIENTAL	3.978.000,00	3.978.000,00	547.218,49	547.218,49	547.218,49	3.430.781,51	376.815,00	376.815,00	0,69	3.601.185,00
Controle Ambiental	3.970.000,00	3.970.000,00	547.218,49	547.218,49	547.218,49	3.422.781,51	376.815,00	376.815,00	0,69	3.593.185,00
Demais Subfunções	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
AGRICULTURA	2.120.000,00	2.120.000,00	480.015,97	480.015,97	480.015,97	1.639.984,03	199.586,35	199.586,35	0,37	1.920.413,65
Promoção da Produção Agropecuária	150.000,00	150.000,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00	145.200,00	4.800,00	4.800,00	0,01	145.200,00
Demais Subfunções	1.970.000,00	1.970.000,00	475.215,97	475.215,97	475.215,97	1.494.784,03	194.786,35	194.786,35	0,36	1.775.213,65
COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.330.000,00	1.330.000,00	383.718,90	383.718,90	383.718,90	946.281,10	110.421,78	110.421,78	0,20	1.219.578,22
Demais Subfunções	1.330.000,00	1.330.000,00	383.718,90	383.718,90	383.718,90	946.281,10	110.421,78	110.421,78	0,20	1.219.578,22
DESPORTO E LAZER	4.080.000,00	4.080.000,00	882.912,10	882.912,10	882.912,10	3.197.087,90	432.005,39	432.005,39	0,79	3.647.994,61
Desporto Comunitário	2.800.000,00	2.800.000,00	863.942,10	863.942,10	863.942,10	1.936.057,90	432.005,39	432.005,39	0,79	2.367.994,61
Lazer	1.280.000,00	1.280.000,00	18.970,00	18.970,00	18.970,00	1.261.030,00	0,00	0,00	0,00	1.280.000,00
ENCARGOS ESPECIAIS	5.050.000,00	5.050.000,00	2.320.000,00	2.320.000,00	2.320.000,00	2.730.000,00	590.265,35	590.265,35	1,09	4.459.734,65
Outros Encargos Especiais	5.050.000,00	5.050.000,00	2.320.000,00	2.320.000,00	2.320.000,00	2.730.000,00	590.265,35	590.265,35	1,09	4.459.734,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	54.140.000,00	54.140.000,00	0,00	0,00	0,00	54.140.000,00	0,00	0,00	0,00	54.140.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	25.689.000,00	25.689.000,00	3.864.564,66	3.864.564,66	3.864.564,66	21.824.435,34	3.864.564,66	3.864.564,66	7,11	21.824.435,34
TOTAL (III) = (I + II)	740.642.525,00	756.796.024,59	184.393.725,75	184.393.725,75	184.393.725,75	572.402.298,84	54.345.620,52	54.345.620,52	100,00	702.450.404,07

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 13:52:52.

NOTA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Febrero

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No 1º Bimestre	Até 1º Bimestre (b)	% (b/III b)		No 1º Bimestre	Até 1º Bimestre (d)	% (d/III d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	25.689.000,00	25.689.000,00	3.864.564,66	3.864.564,66	2,10	21.824.435,34	3.864.564,66	3.864.564,66	7,11	21.824.435,34
LEGISLATIVA	620.000,00	620.000,00	92.255,95	92.255,95	0,05	527.744,05	92.255,95	92.255,95	0,17	527.744,05
Ação Legislativa	620.000,00	620.000,00	92.255,95	92.255,95	0,05	527.744,05	92.255,95	92.255,95	0,17	527.744,05
JUDICIÁRIA	420.000,00	420.000,00	70.380,41	70.380,41	0,04	349.619,59	70.380,41	70.380,41	0,13	349.619,59
Ação Judiciária	420.000,00	420.000,00	70.380,41	70.380,41	0,04	349.619,59	70.380,41	70.380,41	0,13	349.619,59
ADMINISTRAÇÃO	3.783.000,00	3.783.000,00	397.517,78	397.517,78	0,22	3.385.482,22	397.517,78	397.517,78	0,73	3.385.482,22
Planejamento e Orçamento	48.000,00	48.000,00	7.638,76	7.638,76	0,00	40.361,24	7.638,76	7.638,76	0,01	40.361,24
Administração Geral	3.640.000,00	3.640.000,00	386.692,24	386.692,24	0,21	3.253.307,76	386.692,24	386.692,24	0,71	3.253.307,76
Demais Subfunções	95.000,00	95.000,00	3.186,78	3.186,78	0,00	91.813,22	3.186,78	3.186,78	0,01	91.813,22
SEGURANÇA PÚBLICA	150.000,00	150.000,00	23.169,89	23.169,89	0,01	126.830,11	23.169,89	23.169,89	0,04	126.830,11
Policiamento	150.000,00	150.000,00	23.169,89	23.169,89	0,01	126.830,11	23.169,89	23.169,89	0,04	126.830,11
Demais Subfunções	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.390.000,00	1.390.000,00	256.796,17	256.796,17	0,14	1.133.203,83	256.796,17	256.796,17	0,47	1.133.203,83
Assistência Comunitária	1.390.000,00	1.390.000,00	256.796,17	256.796,17	0,14	1.133.203,83	256.796,17	256.796,17	0,47	1.133.203,83
PREVIDÊNCIA SOCIAL	190.000,00	190.000,00	11.472,06	11.472,06	0,01	178.527,94	11.472,06	11.472,06	0,02	178.527,94
Previdência Básica	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Demais Subfunções	140.000,00	140.000,00	11.472,06	11.472,06	0,01	128.527,94	11.472,06	11.472,06	0,02	128.527,94
SAÚDE	5.290.000,00	5.290.000,00	1.017.324,51	1.017.324,51	0,55	4.272.675,49	1.017.324,51	1.017.324,51	1,87	4.272.675,49
Atenção Básica	5.200.000,00	5.200.000,00	1.017.324,51	1.017.324,51	0,55	4.182.675,49	1.017.324,51	1.017.324,51	1,87	4.182.675,49
Vigilância Epidemiológica	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
EDUCAÇÃO	11.544.000,00	11.544.000,00	1.702.970,70	1.702.970,70	0,92	9.841.029,30	1.702.970,70	1.702.970,70	3,13	9.841.029,30
Ensino Fundamental	5.900.000,00	5.900.000,00	840.514,94	840.514,94	0,46	5.059.485,06	840.514,94	840.514,94	1,55	5.059.485,06
Ensino Profissional	20.000,00	20.000,00	525,06	525,06	0,00	19.474,94	525,06	525,06	0,00	19.474,94
Ensino Superior	364.000,00	364.000,00	53.039,45	53.039,45	0,03	310.960,55	53.039,45	53.039,45	0,10	310.960,55
Educação Infantil	5.200.000,00	5.200.000,00	808.891,25	808.891,25	0,44	4.391.108,75	808.891,25	808.891,25	1,49	4.391.108,75
Educação de Jovens e Adultos	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
CULTURA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Diffusão Cultural	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
URBANISMO	1.300.000,00	1.300.000,00	188.736,77	188.736,77	0,10	1.111.263,23	188.736,77	188.736,77	0,35	1.111.263,23
Serviços Urbanos	1.300.000,00	1.300.000,00	188.736,77	188.736,77	0,10	1.111.263,23	188.736,77	188.736,77	0,35	1.111.263,23
SANEAMENTO	310.000,00	310.000,00	19.893,44	19.893,44	0,01	290.106,56	19.893,44	19.893,44	0,04	290.106,56
Saneamento Básico Urbano	310.000,00	310.000,00	19.893,44	19.893,44	0,01	290.106,56	19.893,44	19.893,44	0,04	290.106,56
GESTÃO AMBIENTAL	160.000,00	160.000,00	47.024,28	47.024,28	0,03	112.975,72	47.024,28	47.024,28	0,09	112.975,72
Controle Ambiental	160.000,00	160.000,00	47.024,28	47.024,28	0,03	112.975,72	47.024,28	47.024,28	0,09	112.975,72
AGRICULTURA	132.000,00	132.000,00	12.465,59	12.465,59	0,01	119.534,41	12.465,59	12.465,59	0,02	119.534,41
Demais Subfunções	132.000,00	132.000,00	12.465,59	12.465,59	0,01	119.534,41	12.465,59	12.465,59	0,02	119.534,41
COMÉRCIO E SERVIÇOS	70.000,00	70.000,00	525,06	525,06	0,00	69.474,94	525,06	525,06	0,00	69.474,94
Demais Subfunções	70.000,00	70.000,00	525,06	525,06	0,00	69.474,94	525,06	525,06	0,00	69.474,94
DESPORTO E LAZER	210.000,00	210.000,00	24.032,05	24.032,05	0,01	185.967,95	24.032,05	24.032,05	0,04	185.967,95
Desporto Comunitário	210.000,00	210.000,00	24.032,05	24.032,05	0,01	185.967,95	24.032,05	24.032,05	0,04	185.967,95

Identificador: WPR3021101-9661-CNUS-291912884 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

ISMENIA IRIA CARMISINI
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3021101-9661-CNUS-291912884 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 4 / 4

ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Publicação Nº 1970197



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Março/2018	Abril/2018	Maió/2018	Junho/2018	Julho/2018	Agosto/2018	Setembro/2018	Outubro/2018	Novembro/2018	Dezembro/2018	Janeiro/2019	Fevereiro/2019		
RECEITAS CORRENTES (I)	47.008.235,99	56.971.156,00	37.601.048,31	39.167.674,55	43.333.866,71	38.466.779,76	37.696.935,36	43.178.206,84	41.782.058,97	50.930.912,68	42.546.554,19	47.714.303,64	526.489.893,00	624.532.520,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	15.877.071,93	27.726.390,15	11.869.952,84	10.679.180,44	10.218.033,30	10.496.727,63	9.924.830,59	10.350.380,52	10.705.058,60	12.477.624,23	13.468.732,18	18.670.715,09	162.461.697,50	221.473.270,00
IPPU	6.976.372,83	19.760.523,86	3.630.945,05	1.868.581,11	1.961.398,49	1.934.453,83	1.477.143,18	1.560.536,77	1.560.536,77	1.387.114,63	1.939.997,36	2.763.669,43	47.394.181,33	60.754.500,00
ISS	2.879.396,88	2.734.723,23	2.473.800,70	2.815.798,81	2.688.632,92	2.098.472,21	2.688.632,92	2.826.715,28	2.583.581,46	3.740.581,46	3.453.594,27	34.891.594,27	37.840.594,27	30.500.000,00
ITBI	1.427.486,45	1.150.695,15	1.583.423,49	1.358.956,74	1.370.760,61	1.516.091,05	1.680.331,77	1.456.775,37	1.583.384,59	1.402.169,63	955.368,74	1.316.472,49	16.802.017,48	14.000.000,00
IRRF	1.316.695,26	229.817,22	1.254.020,40	1.997.460,99	1.483.656,85	1.312.861,75	1.218.442,75	1.319.672,47	2.024.603,42	2.790.922,62	1.043,02	1.687.417,47	16.636.814,22	23.700.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.277.120,51	3.850.630,69	2.907.763,20	2.638.382,79	2.713.384,43	3.034.848,79	2.762.445,58	2.763.794,61	2.682.589,08	2.956.835,89	7.681.502,59	9.467.592,04	46.737.090,20	92.518.770,00
Contribuições	5.396.034,06	3.405.586,69	3.307.281,28	3.239.543,53	3.106.826,42	3.110.574,54	2.961.330,96	2.895.195,30	3.299.273,08	5.147.659,09	2.385.973,45	3.679.636,14	41.894.914,54	51.460.000,00
Receita Patrimonial	2.134.869,52	1.034.717,70	(1.462.740,54)	1.254.877,42	4.274.084,03	85.983,63	1.755.632,12	6.244.386,12	1.705.123,53	1.936.992,38	4.778.040,62	1.097.591,84	24.839.558,37	35.955.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	225.294,01	124,67	225.294,01	20.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	4.514.828,91	4.165.109,57	4.246.529,57	4.319.989,06	4.271.163,76	4.462.097,88	4.330.761,68	4.602.043,44	4.581.030,77	4.669.574,29	58.263,69	151.871,34	44.573.263,96	2.000.000,00
Transferências Correntes	18.330.040,07	19.996.060,05	18.815.719,35	18.975.654,20	20.758.957,20	19.223.798,92	18.057.331,67	18.405.703,61	20.543.670,12	25.314.128,57	21.440.806,43	23.380.307,79	243.242.377,98	299.979.000,00
Cota-Parte do FPM	4.537.429,01	4.757.346,50	5.838.419,95	5.467.402,64	6.298.213,01	6.484.572,79	3.533.108,39	4.013.588,18	5.041.544,17	8.822.736,47	6.211.073,06	6.822.491,89	66.027.926,06	76.500.000,00
Cota-Parte do ICMS	4.926.098,67	4.480.704,50	4.489.119,47	4.807.098,01	5.205.974,78	5.169.470,49	5.294.222,13	5.331.509,81	5.645.884,79	6.092.463,50	6.203.941,32	6.172.588,93	63.809.076,40	71.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	1.597.112,26	2.385.622,80	1.681.947,97	1.656.423,81	1.834.727,73	1.916.098,13	1.623.377,88	1.318.223,46	1.039.960,96	706.912,29	1.576.299,62	1.441.741,34	18.981.448,25	24.000.000,00
Cota-Parte do ITR	110,74	189,97	86,41	827,06	42,48	67,64	6.326,93	12.242,60	1.576,12	818,34	2.820,05	2.928,66	28.037,00	350.000,00
Transferências da LC 87/1996	16.733,42	16.733,42	16.733,42	16.733,42	16.733,42	16.733,42	16.733,42	16.733,42	16.733,42	16.733,42	0,00	0,00	167.334,20	400.000,00
Transferências da LC 61/1989	72.178,08	77.059,53	78.536,19	86.243,29	72.576,57	78.492,86	78.481,71	79.658,29	76.476,68	92.151,68	70.768,96	74.913,07	937.536,91	15.000,00
Transferências do FUNDEB	4.383.667,97	4.560.725,93	4.202.957,61	4.480.493,06	4.419.202,55	4.387.309,26	4.674.414,68	4.743.506,57	4.892.069,53	5.395.231,13	5.490.415,83	5.599.735,44	57.429.729,56	57.596.000,00
Outras Transferências Correntes	2.796.709,92	3.714.677,40	2.507.918,33	2.460.432,91	2.911.486,66	2.771.054,33	2.840.866,53	2.690.241,28	3.829.424,45	4.187.081,74	1.885.487,59	3.265.908,46	35.861.289,60	70.118.000,00
Outras Receitas Correntes	845.391,50	643.291,84	3.294.305,81	698.429,90	704.502,00	887.597,16	666.308,34	680.497,85	987.902,87	1.384.934,12	947.981,44	734.181,44	9.478.080,65	13.665.250,00
DEDUÇÕES (II)	3.215.985,95	3.320.823,56	3.330.730,53	3.344.386,96	3.163.857,20	3.372.581,12	3.372.581,12	3.372.581,12	3.372.581,12	3.372.581,12	2.869.901,42	3.944.558,83	42.440.170,21	57.300.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	929.595,38	920.480,65	919.256,95	976.822,74	940.904,18	942.623,90	973.125,37	979.515,68	993.237,87	2.890.238,38	0,00	966.449,33	12.432.050,43	17.900.000,00
Compensação Financeira entre Reg. Previd.	56.658,37	56.211,79	59.505,15	50.618,69	54.278,16	56.870,42	57.775,81	73.849,45	345.819,92	113.842,04	56.921,02	58.872,36	1.041.223,18	3.200.000,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	2.229.932,20	2.344.131,12	2.420.968,43	2.406.945,37	2.168.674,86	2.373.086,80	2.108.449,88	2.201.572,13	2.364.434,99	2.016.485,28	2.812.980,40	2.919.237,14	28.966.896,60	36.200.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)=(I-II)	43.882.250,04	53.650.332,44	34.201.317,78	35.733.287,75	40.169.709,51	35.094.198,64	34.557.044,30	39.923.269,58	38.078.566,19	45.310.348,98	39.679.652,77	43.769.744,81	484.049.722,79	567.232.520,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissor: 29/03/2019, às 13:52:29.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI
 Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
 Prefeito Municipal de Palhoça
 CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR0301101-9661-EBYO-29197201 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pag 1 / 1

ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Publicação Nº 1970221

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro



RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2019						Até 6º Bimestre
		Até 1º Bimestre	Até 2º Bimestre	Até 3º Bimestre	Até 4º Bimestre	Até 5º Bimestre	Até 6º Bimestre	
DOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	470.692.366,81	484.049.722,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	103.552.320,70	106.490.939,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 22%)	93.197.088,63	95.841.845,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2019						Até 6º Bimestre
		Até 1º Bimestre	Até 2º Bimestre	Até 3º Bimestre	Até 4º Bimestre	Até 5º Bimestre	Até 6º Bimestre	
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 14:08:35.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

Identificador: WPR3161101-9661-HQIT-291913620 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3161101-9661-HQIT-291913620 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 2 / 2

ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Publicação Nº 1970224

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC****Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	<u>VALOR REALIZADO</u>	
	No 1º Bimestre	Até 1º Bimestre (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	13.551,14	13.551,14
Interna	13.551,14	13.551,14
Empréstimos	13.551,14	13.551,14
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação¹ (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	13.551,14	13.551,14

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	484.049.722,79	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIa)	13.551,14	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	77.447.955,65	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90% dos 16%)	69.703.160,08	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	33.883.480,60	7,00

<u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	<u>VALOR REALIZADO</u>	
	No 1º Bimestre	Até 1º Bimestre (a)
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 14:08:45.

¹ Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça
CPF: 004.573.569-79

ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

Publicação Nº 1970201

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC**

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

	PLANO PREVIDENCIÁRIO		RECEITAS REALIZADAS	
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até 1º Bimestre/2019
RECEITAS CORRENTES (I)		0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00
Civil		0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00
Militar		0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais		0,00	0,00	0,00
Civil		0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00
Militar		0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹		0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)		0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)		0,00	0,00	0,00
				1.823.831,10

Identificador: WPR3041101-9661-VGWL-291912762 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 3



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 1º Bimestre/2019	Até 1º Bimestre/2018	Até 1º Bimestre/2019	Até 1º Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	1.218.083,91	0,00	1.037.343,31
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	1.216.753,91	0,00	1.037.343,31
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	1.330,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	2.022.886,53	0,00	2.022.886,53
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	2.022.886,53	0,00	2.022.886,53
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	1.775.076,83	0,00	1.775.076,83
Pensões	0,00	0,00	0,00	247.809,70	0,00	247.809,70
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	3.240.970,44	0,00	3.060.229,84
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII) ?	0,00	0,00	0,00	(1.417.139,34)	0,00	(1.236.398,74)

Identificador: WPR3041101-9661-VGWL-291912762 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 2 / 3



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: IPPA - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 13:53:27.

¹ Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

² O resultado previdenciário poderá ser apresentado por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa empenhada e a despesa liquidada.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3041101-9661-VGWL-291912762 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 3 / 3

ANEXO 5 - DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DAS DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

Publicação Nº 1970225



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a+b+c+d+e-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores							
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(d)	Domínios Obrigações Financeiras	(e)					
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	31.309.707,13	200.745,62	1.760.163,39	4.032.792,11	1.920.934,54	0,00	23.395.071,47	27.512.828,42	0,00	(4.117.756,95)	
Recursos Ordinários	31.309.707,13	200.745,62	1.760.163,39	4.032.792,11	1.920.934,54	0,00	23.395.071,47	27.512.828,42	0,00	(4.117.756,95)	
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	333.986.998,07	1.313.429,87	2.592.293,40	7.309.048,27	3.516.845,00	0,00	319.255.381,53	102.359.886,14	0,00	216.895.495,39	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	5.326.260,99	0,00	144.180,92	126.133,14	561.371,23	0,00	4.494.575,70	4.982.113,40	0,00	(487.537,70)	
Transferências do FUNDEB	4.961.602,41	0,00	850.770,78	2.416,20	1.298.157,79	0,00	2.810.257,64	8.675.096,00	0,00	(5.864.838,36)	
Outros Recursos Vinculados à Educação	165.052,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.052,05	531.104,01	0,00	(366.051,96)	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	4.688.638,31	100.924,42	871.650,40	114.009,96	562.566,22	0,00	3.039.487,31	2.697.725,32	0,00	341.761,99	
Outros Recursos Vinculados à Saúde	5.091.494,11	69.827,94	149.944,20	944.227,72	727.672,39	0,00	3.199.821,86	7.016.573,18	0,00	(3.816.751,32)	
Recursos Vinculados à Assistência Social	3.641.622,11	9.066,92	25.402,34	529.384,30	(1.819,18)	0,00	3.079.887,73	6.612.606,92	0,00	(3.533.019,19)	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	272.611.128,36	0,00	0,00	0,00	250.394,77	0,00	272.360.733,59	0,00	0,00	272.360.733,59	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	230.341,64	21.872,47	21.838,83	0,00	(274.052,94)	11.584.467,41	0,00	(11.858.520,35)	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	316.684,32	0,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00	315.284,32	0,00	0,00	315.284,32	
Outros Recursos Vinculados	37.184.515,41	1.133.610,59	318.603,12	5.571.004,48	96.662,95	0,00	30.064.634,27	60.260.199,90	0,00	(30.195.565,63)	
TOTAL (III) = (I + II)	365.296.705,20	1.514.175,49	4.352.456,79	11.341.840,38	5.437.779,54	0,00	342.650.453,00	129.872.714,56	0,00	212.777.738,44	

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, Emissão: 29/03/2019, às 14:13:47.

Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3181101-9661-SCNU-291913856 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pag 1 / 1

ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Publicação Nº 1970202



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)			Em reais	
RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	PREVISÃO ATUALIZADA	Até 1º Bimestre/2019	
			RECEITAS REALIZADAS	
			(a)	
RECEITAS CORRENTES (I)		588.332.520,00	84.531.640,29	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		221.473.270,00	32.136.447,27	
IPTU		60.754.500,00	4.703.666,79	
ISS		30.500.000,00	6.323.384,13	
ITBI		14.000.000,00	2.271.841,23	
IRRF		23.700.000,00	1.688.460,49	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		92.518.770,00	17.149.094,63	
Contribuições		51.460.000,00	6.065.609,59	
Contribuição Patrimonial		35.955.000,00	5.875.632,46	
Aplicações Financeiras (II)		35.935.000,00	5.650.213,78	
Outras Receitas Patrimoniais		20.000,00	225.418,68	
Transferências Correntes		263.779.000,00	39.088.896,68	
Cota-Parte do FPM		62.300.000,00	10.426.852,05	
Cota-Parte do ICMS		56.800.000,00	9.920.624,62	
Cota-Parte do IPVA		19.200.000,00	2.378.728,08	
Cota-Parte do ITR		350.000,00	4.598,99	
Transferências da LC 87/1996		400.000,00	0,00	
Transferências da LC 61/1989		(2.985.000,00)	116.545,62	
Transferências do FUNDEB		57.596.000,00	11.090.151,27	
Outras Transferências Correntes		70.118.000,00	5.151.396,05	
Demais Receitas Correntes		15.665.250,00	1.365.054,29	
Outras Receitas Financeiras (III)		0,00	0,00	
Receitas Correntes Restantes		15.665.250,00	1.365.054,29	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)		552.397.520,00	78.881.426,51	
RECEITAS DE CAPITAL (V)		117.310.005,00	43.585,12	
Operações de Crédito (VI)		64.000.000,00	13.551,14	
Amortização de Empréstimos (VII)		0,00	0,00	
Alienação de Bens		510.005,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		110.000,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		220.005,00	0,00	
Outras Alienações de Bens		180.000,00	0,00	
Transferências de Capital		52.800.000,00	30.033,98	
Convênios		46.000.000,00	30.033,98	
Outras Transferências de Capital		6.800.000,00	0,00	

Identificador: WPR3051101-9661-EFLZ-291912880 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

Outras Receitas de Capital		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias		0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)		52.980.000,00	30.033,98
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)		605.377.520,00	78.911.460,49

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até 1º Bimestre/2019			
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	RESTOS A PAGAR	
				PROCESSADOS PAGOS	LIQUIDADOS
DESPESAS CORRENTES (XIII)	511.779.172,83	156.825.432,37	48.301.164,36	848.153,13	11.487.831,70
Pessoal e Encargos Sociais	278.078.647,44	36.845.653,69	36.845.653,69	3.185,57	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	2.000.000,00	1.160.000,00	138.901,68	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	231.700.525,39	118.819.778,68	11.316.608,99	844.967,56	11.487.831,70
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	509.779.172,83	155.665.432,37	48.162.262,68	848.153,13	11.487.831,70
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	165.187.851,76	23.703.728,72	2.179.891,50	3.088.414,90	971.909,38
Investimentos	153.187.851,76	22.246.450,70	722.613,48	3.088.414,90	971.909,38
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	12.000.000,00	1.457.278,02	1.457.278,02	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	153.187.851,76	22.246.450,70	722.613,48	3.088.414,90	971.909,38
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	1.760.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	664.727.024,59	177.911.883,07	48.884.876,16	3.936.568,03	12.459.741,08
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]					17.199.978,86

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(38.186.005,00)

JUROS NOMINAIS	Até 1º Bimestre/2019
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	5.650.338,45
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	138.901,68
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	22.711.415,63

Identificador: WPR30511019661EFLZ-291912880 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2018 (a)	Até 1º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	12.683.084,45	11.215.822,83
DEDUÇÕES (XXIX)	67.576.013,17	90.570.411,66
Disponibilidade de Caixa ¹	67.410.412,41	90.389.010,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	72.192.767,21	91.903.185,67
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	4.782.354,80	1.514.175,49
Demais Haveres Financeiros	165.600,76	181.401,48
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXX) = (XXVIII - XXIX)	(54.892.928,72)	(79.354.588,83)
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		24.461.660,11

AJUSTE METODOLÓGICO	Até 1º Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	3.268.179,31
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	21.193.480,80
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	15.682.044,03

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	52.380.000,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 13:55:37.

¹ Essa linha não deverá apresentar saldo negativo, portanto, se o total dos Restos a Pagar Processados for maior que o total da Disponibilidade de Caixa Bruta, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero"

NOTA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

ISMENIA IRIA CARMISINI
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR30511019661EFLZ291912880 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 4 / 4

ANEXO 6 - DEMOSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RGF

Publicação Nº 1970226



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
 Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE
GESTÃO FISCAL
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ 1º BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	484.049.722,79
Receita Corrente Líquida Ajustada	483.739.722,79

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	255.331.823,70	52,78
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	290.243.833,67	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	275.731.641,99	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	261.219.450,30	54,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(79.354.588,83)	(16,39)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	580.859.667,35	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	106.490.939,01	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	13.551,14	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	77.447.955,65	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	33.883.480,60	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 14:19:49.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI
 Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
 Prefeito Municipal de Palhoça
 CPF: 004.573.569-79

ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Publicação Nº 1970204



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Em Reais	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2018				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2018					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b)-(c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	j		k = (f+g)-(h+i)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	136.993,63	4.126.270,17	3.936.568,03	0,00	326.695,77	2.453.646,23	21.373.055,72	12.459.741,08	11.272.261,36	25.120,49	12.529.320,10	12.856.015,87
Executivo	136.993,63	4.126.231,97	3.936.529,83	0,00	326.695,77	2.453.646,23	20.956.932,71	12.294.954,35	11.194.413,21	3.680,00	12.212.485,73	12.539.181,50
ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.950.000,00	1.950.000,00	1.950.000,00	0,00	0,00	0,00
FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA	0,00	10.220,83	10.220,83	0,00	0,00	0,00	6.134,46	4.136,53	4.136,53	0,00	1.997,93	1.997,93
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA DE PALHOÇA	0,00	1.870,00	1.870,00	0,00	0,00	4.938,50	95.848,16	64.746,42	64.746,42	0,00	36.040,24	36.040,24
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	0,00	582,73	582,73	0,00	0,00	0,00	19.642,26	2.423,13	2.423,13	0,00	17.219,13	17.219,13
FUNDO DA INFANCIA E DO ADOLESCENTE	0,00	392,87	392,87	0,00	0,00	0,00	6.298,24	2.616,44	2.616,44	0,00	3.681,80	3.681,80
FUNDO MUNICIPAL CORPO DE BOMBEIRO-FUNREBOM	0,00	139.694,00	139.694,00	0,00	0,00	0,00	173.304,69	31.325,37	31.325,37	0,00	141.979,32	141.979,32
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.874,00	106.356,65	106.356,65	0,00	1.874,00	300,00	149.117,22	43.398,54	37.675,42	0,00	111.741,80	113.615,80
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	0,00	9.211,67	9.211,67	0,00	0,00	0,00	34.054,00	9.233,49	9.233,49	0,00	24.820,51	24.820,51
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA	0,00	784,32	784,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPPA	0,00	9.512,63	9.512,63	0,00	0,00	0,00	6.147,81	5.542,56	5.542,56	0,00	605,25	605,25
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.369,94	10.232,03	5.863,20	0,00	12.506,74	12.506,74
SECRET. MUNICIPAL DE MARICULTURA, PESCA E AGRICULTURA	0,00	10.278,10	10.278,10	0,00	0,00	0,00	74.319,52	45.863,49	45.863,49	0,00	28.456,03	28.456,03
SECRET. MUNICIPAL DE DESENV. ECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA	126.784,56	0,00	0,00	0,00	126.784,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.784,56
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO	0,00	3.000.189,39	2.989.370,44	0,00	10.818,95	0,00	9.226.379,81	5.405.093,15	4.909.373,99	0,00	4.317.005,82	4.327.824,77
SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA	2.260,00	0,00	0,00	0,00	2.260,00	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	2.260,04
SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA E DEF. CIDADÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	419.966,49	0,00	84.575,89	84.575,89	0,00	335.390,60	335.390,60
SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA MUNICIPAL	0,00	1.320,59	1.109,09	0,00	211,50	0,00	478.764,73	303.615,32	298.720,32	0,00	180.044,41	180.255,91
SECRETARIA DE TURISMO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.756,18	97.000,00	97.000,00	0,00	1.756,18	1.756,18
SECRETARIA MUNIC DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SISP	0,00	45.858,16	28.623,53	0,00	17.234,63	28.000,00	5.536.875,95	3.078.905,64	2.562.527,46	0,00	3.002.348,49	3.019.383,12
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	0,00	182.000,54	181.596,99	0,00	403,55	0,00	178.499,55	80.445,52	80.445,52	0,00	98.054,03	98.457,58
SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO E ESGOTO - SAMAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.581.688,30	0,00	0,00	0,00	0,00	1.581.688,30	1.581.688,30
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	4.987,92	170.957,40	170.878,90	0,00	5.066,42	0,00	499.585,19	417.148,45	355.745,60	0,00	143.839,59	148.906,01
SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO	0,00	2.071,11	2.071,11	0,00	0,00	0,00	4.490,18	0,00	0,00	0,00	4.490,18	4.490,18
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	92.645,87	92.602,07	0,00	43,80	0,00	1.201.097,83	118.789,55	115.489,55	0,00	1.085.608,28	1.085.652,08
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.752,01	0,00	0,00	0,00	1.752,01	1.752,01

Identificador: WPR3061101-9661-TAGN-29192931 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pag 1 / 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidação
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Em Real
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g)-(i+j)	Saldo Total l = (e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.843,46	2.761,99	2.761,99	0,00	2.081,47	2.081,47
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE												
Legislativo	1.087,15	342.285,11	181.373,90	0,00	161.998,36	418.752,90	1.192.651,52	537.100,84	528.346,84	3.680,00	1.079.377,58	1.241.375,94
	0,00	38,20	38,20	0,00	0,00	0,00	416.123,01	164.786,73	77.848,15	21.440,49	316.834,37	316.834,37
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES												
	0,00	38,20	38,20	0,00	0,00	0,00	416.123,01	164.786,73	77.848,15	21.440,49	316.834,37	316.834,37
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
Executivo	0,00	519.875,32	519.875,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	519.875,32	519.875,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO												
	0,00	519.875,32	519.875,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	136.993,63	4.646.145,49	4.456.443,35	0,00	326.695,77	2.453.646,23	21.373.055,72	12.459.741,08	11.272.261,36	25.120,49	12.529.320,10	12.856.015,87

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 13:55:42.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3061101-9661-TAGN-291912831 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pag 2 / 2

ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

Publicação Nº 1970205



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RECEITAS DE ENSINO				RS 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 1º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS				
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	128.954.500,00	128.954.500,00	14.987.352,64	11,62
1.1.1- IPTU	60.754.500,00	60.754.500,00	4.703.666,79	7,74
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	45.254.500,00	45.254.500,00	2.900.924,50	6,41
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	15.500.000,00	15.500.000,00	1.802.742,29	11,63
1.2.1- ITBI	14.000.000,00	14.000.000,00	2.271.841,23	16,23
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	14.000.000,00	14.000.000,00	2.271.841,23	16,23
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	30.500.000,00	30.500.000,00	6.323.384,13	20,73
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	24.000.000,00	24.000.000,00	6.111.168,14	25,46
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6.500.000,00	6.500.000,00	212.215,99	3,26
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	23.700.000,00	23.700.000,00	1.688.460,49	7,12
2.1- Cota-Parte FPM	172.265.000,00	172.265.000,00	28.579.566,90	16,59
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	76.500.000,00	76.500.000,00	13.033.564,95	17,04
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	71.000.000,00	71.000.000,00	13.033.564,95	18,36
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	5.500.000,00	5.500.000,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	71.000.000,00	71.000.000,00	12.376.530,25	17,43
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	145.682,03	971,21
2.6- Cota-Parte IPVA	350.000,00	350.000,00	5.748,71	1,64
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	24.000.000,00	24.000.000,00	3.018.040,96	12,58
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	301.219.500,00	301.219.500,00	43.566.919,54	14,46

Identificador: WPR3071101-9661-JCHB-291912951 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 1 / 6



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 1º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	9.300.000,00	9.300.000,00	1.743.730,97	18,75
5.1- Transferências do Salário-Educação	6.000.000,00	6.000.000,00	1.194.377,79	19,91
5.2- Transferência Diretas do PDDE	680.000,00	680.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferência Diretas do PNAE	1.600.000,00	1.600.000,00	157.382,40	9,84
5.4- Transferência Diretas do PNATE	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	780.000,00	780.000,00	382.767,96	49,07
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	120.000,00	120.000,00	9.202,82	7,67
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.750.000,00	6.750.000,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	16.050.000,00	16.050.000,00	1.743.730,97	10,86

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até 1º Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	36.200.000,00	36.200.000,00	5.732.217,54	15,83
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	14.200.000,00	14.200.000,00	2.606.712,90	18,36
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	14.200.000,00	14.200.000,00	2.455.905,63	17,30
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	3.000.000,00	3.000.000,00	29.136,41	0,97
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB - (20% de 2.5)	0,00	0,00	1.149,72	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	4.800.000,00	4.800.000,00	639.312,88	13,32
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	57.816.000,00	57.816.000,00	11.102.885,20	19,20
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	57.596.000,00	57.596.000,00	11.090.151,27	19,26
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	220.000,00	220.000,00	12.733,93	5,79
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	21.396.000,00	21.396.000,00	5.357.933,73	25,04
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	21.396.000,00	21.396.000,00	5.357.933,73	25,04
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPR3071 101-9661-JCHB-291912951 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até 1º Bimestre (e)	(f) = (e/d)x100 %	Até 1º Bimestre (g)	(h) = (g/d)x100 %
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	45.920.000,00	48.276.119,92	9.471.346,59	19,62	9.471.346,59	19,62
13.1- Com Educação Infantil	19.620.000,00	19.620.000,00	4.664.732,84	23,78	4.664.732,84	23,78
13.2- Com Ensino Fundamental	26.300.000,00	28.656.119,92	4.806.613,75	16,77	4.806.613,75	16,77
14- OUTRAS DESPESAS	11.896.000,00	11.896.000,00	9.813.197,11	82,49	1.138.101,11	9,57
14.1- Com Educação Infantil	7.610.000,00	7.610.000,00	6.755.347,42	88,77	688.142,77	9,04
14.2- Com Ensino Fundamental	4.286.000,00	4.286.000,00	3.057.849,69	71,35	449.958,34	10,50
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	57.816.000,00	60.172.119,92	19.284.543,70	32,05	10.609.447,70	17,63

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB		VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		0,00
16.1- FUNDEB 60%		0,00
16.2- FUNDEB 40%		0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		2.149.056,58
17.1- FUNDEB 60%		2.149.056,58
17.2- FUNDEB 40%		0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)		2.149.056,58

INDICADORES DO FUNDEB		VALOR
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)		8.460.391,12
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério $((13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) \times 100\%))$		65,95
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério $((14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) \times 100\%))$		10,25
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício $(100 - (19.1 + 19.2)) \%$		23,80

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTES		VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS		167.763,56
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019		2.149.056,58



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO –DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até 1º Bimestre	(f) = (e/d)x100 %	Até 1º Bimestre	(h) = (g/d)x100 %
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	58.108.000,00	58.108.000,00	16.135.124,10	27,77	6.907.523,62	11,89
22.1- Creche	58.108.000,00	58.108.000,00	16.135.124,10	27,77	6.907.523,62	11,89
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	27.230.000,00	27.230.000,00	11.420.080,26	41,94	5.352.875,61	19,66
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	30.878.000,00	30.878.000,00	4.715.043,84	15,27	1.554.648,01	5,03
22.2- Pré-Escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	58.281.750,00	60.637.869,92	11.445.456,29	18,88	7.045.796,92	11,62
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	30.586.000,00	32.942.119,92	7.864.463,44	23,87	5.256.572,09	15,96
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	27.695.750,00	27.695.750,00	3.580.992,85	12,93	1.789.224,83	6,46
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	(0,00)	0,00	(7,77)	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	116.389.750,00	118.745.869,92	27.580.580,39	23,23	13.953.320,54	11,75

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	5.357.933,73
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.j)	0,00
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)	5.357.933,73
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (35)	8.595.386,81
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) %- LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	19,73

Identificador: WPR3071 101-9661-JCHB-291912951 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 4 / 6



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESA EMPENHADA		DESPESA LIQUIDADADA	
			Até 1º Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até 1º Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	6.120.000,00	7.259.851,27	5.078.550,43	69,95	800.598,00	11,03
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	18.210.000,00	18.632.773,84	1.491.126,01	8,00	14.140,77	0,08
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41)	24.330.000,00	25.892.625,11	6.569.676,44	25,37	814.738,77	3,15
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	140.719.750,00	144.638.495,03	34.150.256,83	23,61	14.768.059,31	10,21
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					655.731,83	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					653.315,63	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB					2.416,20	
					0,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

	VALOR	
	FUNDEB (b)	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.932.338,58	1.332.736,17
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	11.090.151,27	1.194.377,79
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	10.305.474,74	905.480,83
47.1 (-) Orçamento do Exercício	9.758.676,92	800.598,00
47.2 (-) Restos a Pagar	546.797,82	104.882,83
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	12.733,93	2.849,88
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	3.729.749,04	1.624.483,01
50- (+) AJUSTES	1.231.853,37	(1.830,35)
50.1 (+) Retenções	1.231.853,37	(1.830,35)
50.2 (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	4.961.602,41	1.622.652,66

FONTE: Sistema Atende-Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 13:56:50.

1. A linha "19.1" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2. A linha "21" refere-se ao Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional".
3. Caput do artigo 212 da CF/1988.
4. A linha "33" refere-se aos valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5. A linha "37" refere-se aos limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6. Nas linhas "35" e "36", nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7. A coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS" será apresentada somente no último bimestre.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI
Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça
CPF: 004.573.569-79

Identificador: WPR3071 101-9661-JCHB-291912951 - Emitido por: TATIANE BARBARA MARIA GOLINI

Pág 6 / 6

ANEXO 9 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

Publicação Nº 1970206



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E
DESPESAS DE CAPITAL
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Fevereiro de 2019 / Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO ¹ (I)	64.000.000,00	13.551,14	63.986.448,86

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	165.187.851,76	23.703.728,72	141.484.123,04
Investimentos	153.187.851,76	22.246.450,70	130.941.401,06
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	12.000.000,00	1.457.278,02	10.542.721,98
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	165.187.851,76	23.703.728,72	141.484.123,04

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	(101.187.851,76)	(165.174.300,62)	63.986.448,86
--	-------------------------	-------------------------	----------------------

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. Emissão: 29/03/2019, às 13:56:59.

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

NOTA:

ISMENIA IRIA CARMISINI
 Tec. Contab. CRC-SC No. 11.872

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
 Prefeito Municipal de Palhoça
 CPF: 004.573.569-79

CÂMARA MUNICIPAL**CARTA CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01/2015**

Publicação Nº 1969096

**CARTA DE CONVOCAÇÃO E POSSE
CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2015**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC, através do seu Presidente EDEMIR NIEHUES, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica e pelo Regimento Interno desta Casa,

Considerando a homologação do resultado do concurso de nº 01/2015 para provimento de vagas do quadro de pessoal dessa Casa, de acordo com a legislação pertinente e as normas previstas no Edital e Anexos, CONVOCA o Candidato HENRIQUE SANTOS DA SILVA, para nomeação do cargo efetivo de ANALISTA LEGISLATIVO – ESPECIALIDADE JORNALISTA observando as seguintes condições:

I – DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO INTERESSE DA VAGA:

O Candidato convocado deverá comparecer até o dia 30 de abril de 2019, das 13h às 19h, na sede da Câmara Municipal de Palhoça/SC, situada na Rua Joci José Martins, nº 101, Pagani, para entrega dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade;
- b) Certidão de Nascimento ou Casamento;
- c) Título Eleitoral e comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais;
- d) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- e) Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração, de próprio punho, de que não é inscrito;
- f) Atestado Médico de sanidade física e mental necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo. O exame médico será realizado por médico indicado pela Câmara Municipal de Palhoça/SC, que poderá se julgar necessário, solicitar ao candidato exames complementares para verificar se o candidato está apto para o exercício do cargo;
- g) Diploma ou Certificado de Escolaridade, conforme exigência do cargo, devidamente registrado no órgão competente;
- h) Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos, conforme dispõe o artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais. Ressalta-se que, se o candidato for ocupante de cargo público inacumulável, deverá apresentar o comprovante do pedido de exoneração desse cargo no ato da posse.
- i) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio.
- j) 2 fotos 3x4, recentes.

Não serão aceitos protocolos ou cópias não autenticados dos documentos relacionados no item anterior.

O Candidato que se apresentar no dia designado, com toda a documentação solicitada tomará posse, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme artigo 29 da Lei Complementar Municipal nº 96/2010, e iniciará suas atividades na sede da Câmara Municipal de Palhoça/SC.

Palhoça/SC, 01 de Abril de 2019.

Edemir Niehues
Presidente

Palmeira

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0133 INTERRUÇÃO DE FÉRIAS MARIO LUIZ RODRIGUES

Publicação Nº 1970508

PORTARIA Nº 0133/2019

“DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art.1º - Interromper férias a partir de 02/04/2019 do servidor, MARIO LUIZ RODRIGUES, brasileiro, portador do CPF de nº 468.448.809-87, ocupante do cargo EFETIVO de MOTORISTA, lotada na Secretaria da Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/04/2019 a 30/04/2019, face interesse público, diante do acúmulo de serviços.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 25 de março de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 02 de abril de 2019.

Papanduva

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 067/2018 METAL BRASIL

Publicação Nº 1969354

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO

Objeto: 2º Termo aditivo referente ao Contrato 067/2018, referente ao CONVITE/ OBRAS E ENGENHARIA Nº 003/2018. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: METAL BRASIL CONST. LTDA - EPP. Base legal: Lei 8666/02. Papanduva, 02 de Abril de 2019. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2019 - RICHESSE MÓVEIS

Publicação Nº 1969745

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

ESTADO DE SANTA CATARINA.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 035/2019

Objeto: EXTRATO de Contrato nº 035/2019, referente ao PREGÃO PRESENCIAL N º 016/2019, visando a aquisição de equipamentos de uso geral e equipamentos médico hospitalares de uso específico, com a finalidade de suprir as necessidades do Posto de Saúde Central. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratadas: RICHESSE MÓVEIS EIRELI - EPP. Valor: R\$ R\$3.875,70 (três mil e oitocentos e setenta e cinco reais e setenta centavos). Validade: 01/04/2020. Papanduva, 01 de Abril de 2019. Luiz Henrique Saliba - Prefeito municipal

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019 FRALDAS

Publicação Nº 1970013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

Objeto: A presente licitação tem por objetivo o registro de preços para aquisição de Fraldas, Descartáveis para Pacientes atendidos pelo Setor de Serviço Social da Policlínica Municipal. Entrega dos envelopes: 15 de Abril de 2019 às 09:00 h; Início da Sessão Pública: 09:15h – Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 02 de Abril de 2019. – HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2019

Publicação Nº 1969192

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº: 003/2018

Nº DO TERMO ADITIVO: ---

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ: 00.456.865/0007-52

PROCESSO LICITATÓRIO VINCULADO: PREGÃO PRESENCIAL 001/2018

OBJETO: Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública NAS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: a) Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado. b) Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE. c) Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos. d) Suporte Técnico e Treinamento reforço, após implantação dos aplicativos, quando solicitado. e) Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 11/05/2018

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 MESES A CONTAR DA DATA DEFINITIVA DA IMPLANTAÇÃO

VALORES: ---

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: 28/03/2019

VIGÊNCIA DO ADITIVO: 11/05/2019 à 10/05/2019

VALOR DO ADITIVO: ---

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 01 DE ABRIL DE 2019.
TAFAREL SCHONS
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 0009/2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970130

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

PORTARIA Nº 0009/2019

DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE PARA

ELABORAÇÃO E JULGAMENTO DE PROCESSOS

LICITATÓRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE

PAPANDUVA PARA O EXERCÍCIO DE 2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva , Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no art. 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Designar para comporem a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Papanduva para o exercício de 2019, sendo-lhes atribuídas as funções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, os seguintes membros:

Presidente: Joselene de Fátima Ferreira

Membros: Noeli Cristina da Silva, Aricléia Aparecida Rodrigues Calixto Bordignon e Rosinha Savitski Iarochevski

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Papanduva em, 2 de abril de 2019.

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da

Câmara Municipal de Papanduva e publicada no

DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina.

Tafarel Schons (PSB)
Presidente

Altamir Glonek (PP)
1º Secretário

Nilson Pereira (PP)
2º Secretário

PORTARIA Nº 0010/2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970132

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

PORTARIA Nº 0010/2019

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAR EM NA ELABORAÇÃO E JULGAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA NA MODALIDADE PREGÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas no art. 27 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Designar pregoeiro e equipe de apoio para atuarem na elaboração e julgamento de processos licitatórios para o exercício de 2019 na modalidade Pregão, os seguintes membros:

Pregoeiro: Joselene de Fátima Ferreira

Membros da equipe de apoio: Noeli Cristina da Silva, Aricléia Aparecida Rodrigues Calixto Bordignon e Rosinha Savitski Iarochevski

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Papanduva em, 2 de abril de 2019.

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara

Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário

Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Tafarel Schons (PSB)
Presidente

Altamir Glonek (PP)
1º Secretário

Nilson Pereira (PP)
2º Secretário

Paraíso

PREFEITURA

DL 14/2019

Publicação Nº 1970555

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PARAISO - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2019

O MUNICÍPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:

DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS DE MECÂNICA VEICULAR PARA EMISSÃO DE LAUDO COM DESCRIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto DA MOTONIVELADORA HUBER WARCO 165S, PATRIMÔNIO 0669, VINCULADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DE PARAÍSO/SC".

DO VALOR TOTAL: R\$ 3.400,00 (Três mil e quatrocentos reais).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso

DO CONTRATADO: IRMÃOS SCHEFFLER LTDA ME

DA VIGÊNCIA: O Prazo de vigência será da data de assinatura até o dia 31 de Maio de 2019.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 02 de Abril de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal de Paraíso.

PR 18/2019

Publicação Nº 1970554

MUNICÍPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2019

O MUNICÍPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 16 de Abril de 2019, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (0**49 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, www.paraíso.sc.gov.br.

Paraíso/SC, 02 de Abril de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

Passo de Torres

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 01/2019 CMDCA

Publicação Nº 1969669

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre a abertura das inscrições para os candidatos a Conselheiro Tutelar no município de Passo de Torres/SC, estabelece o calendário do processo eleitoral e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Passo de Torres/SC, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal nº 028, de 25 de Junho de 2014, torna público que estão abertas as inscrições para seleção de 5 (cinco) membros titulares e respectivos suplentes do Conselho Tutelar de Passo de Torres/SC para o quadriênio 2020/2024 (de 10 de janeiro de 2020 a 9 de janeiro de 2024), sob as seguintes normas:

1. INSCRIÇÃO:

1.1 Período: de 22/04 (vinte e dois de abril) a 24/05 (vinte e quatro de maio);

1.2 Horário: das 13 horas e 30 minutos às 17 horas;

1.3 Local: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), sito à Rua Antônio José Scheffer, nº 298 - Centro - Passo de Torres/SC;

1.4 A inscrição é gratuita e deverá ser feita pessoalmente pelo interessado, de segundas às sextas-feiras, exceto nos feriados, mediante o preenchimento do requerimento de inscrição, acompanhado da documentação exigida no item "4".

2. ETAPAS DE ESCOLHA - O processo de escolha se realizará da seguinte forma:

2.1. Será responsável pela operacionalização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, incluindo seleção prévia e eleição, a Comissão Especial Eleitoral (CEE) constituída por meio de reunião do CMDCA composta por 6 (seis) conselheiros de direito, sendo 3 (três) representantes governamentais e 3 (três) não-governamentais;

2.2. Etapas classificatórias: inscrição do pré-candidato e prova de aferição.

2.3. Etapa eliminatória: pleito eleitoral.

3. CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO - Pode inscrever-se para concorrer à função de Conselheiro Tutelar toda pessoa que, até a data do encerramento do período de inscrição, atenda os seguintes requisitos:

3.1. Ter reconhecida idoneidade moral;

3.2. Ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;

3.3. Residir no município há pelo menos 2 (dois) anos;

3.4. Estar no gozo dos direitos políticos;

3.5. Ter escolaridade mínima ao equivalente ao ensino médio completo;

3.6. Ter carteira nacional de habilitação, a partir da categoria "B";

3.7. Ter regularidade com a Justiça Militar, se candidato do sexo masculino;

3.8. Ser brasileiro nato, ou naturalizado.

4. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA - No ato da inscrição o pré-candidato deverá apresentar e entregar a seguinte documentação:

4.1. Carteira de identidade (RG) - documento original e cópia;

4.2. Título eleitoral e comprovante da última votação em seção eleitoral - documento original e cópia;

4.3. Carteira Nacional de Habilitação - documento original e cópia;

4.4. Histórico Escolar do Ensino Médio ou equivalente, ou comprovante de matrícula, ou Diploma de Curso Superior - documento original e cópia;

4.5. Documento que comprove regularidade com a Justiça Militar, para os candidatos do sexo masculino - documento original e cópia;

4.6. Certidões negativas da Justiça Civil e Criminal, Estadual e Federal, retiradas no Fórum Municipal de Passo de Torres/SC - documentos originais;

4.7. Atestado de antecedentes criminais, retirado na Delegacia de Polícia de Passo de Torres/SC - documento original;

4.8. Comprovante de residência (relatório de conta de luz, água, telefone, IPTU ou outro documento público oficial, referente aos anos de 2016 a 2018) - documento original e cópia e declaração de próprio punho, do candidato, de que reside há mais de 2 (dois) anos no município;

4.9. Documento que ateste participação prévia com aproveitamento em curso de formação de Conselheiro Tutelar com carga horária mínima de 40 horas.

5. DOS IMPEDIMENTOS

5.1. São impedidos de servir no Conselho Tutelar cônjuges ou em união estável, conviventes, companheiros, ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado;

5.2. Estende-se o impedimento à Autoridade Judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação nesta Comarca;

5.3. São impedidos de se inscreverem no processo de escolha os cidadãos que exerceram a função de Conselheiro Tutelar nos últimos 2 (dois) mandatos;

5.4. O Conselheiro Tutelar que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a 1 e ½ (um e meio) mandato, não poderá participar do processo de escolha subsequente;

5.5. Ficarão impedidas de participar do processo de escolha aquelas pessoas que foram penalizadas com a destituição da função de Conselheiro Tutelar nos 5 (cinco) anos antecedentes a este processo eletivo;

5.6. O Servidor Público Municipal eleito para o desempenho do cargo de Conselheiro Tutelar deverá licenciar-se, sendo-lhe facultado optar pelo vencimento do cargo de membro do Conselho Tutelar ou vencimento de origem, permanecendo com todos os direitos e vantagens pessoais como se no exercício de suas funções estivesse.

6. CALENDÁRIO DO PROCESSO SELETIVO E ELEITORAL - Fica estabelecido o seguinte calendário:

Data	Etapa
Até 8/04/2019	Publicação do Edital.
22/04 a 24/05/2019	Prazo para registro das candidaturas.
27 a 30/05/2019	Análise do pedido de registro das candidaturas, pela CEE.
31/05/2019	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
3 a 4/06/2019	Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado.
7/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos.
10 e 14/06/2019	Prazo ao candidato indeferido proceder à interposição de recurso junto ao CMDCA.
18/06/2019	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.
19 a 21/06/2019	Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.
24/06/2019	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela CEE.
25 a 26/06/2019	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.
27/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos.
28/06/2019 a 4/07/2019	Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto a CMDCA.
8/07/2019	Publicação da lista dos candidatos aptos a participarem da capacitação e prova.
20 e 21/07/2019	Capacitação dos candidatos e aplicação da prova.
28/07/2019	Realização da prova.
12/08/2019	Divulgação dos resultados.
13 e 14/08/2019	Recurso dos candidatos não aprovados.
19/08/2019	Publicação do resultado final da prova, pelo CMDCA.
5/09/2019	Divulgação dos locais de votação.
5/09/2019	Sessão de apresentação dos candidatos habilitados.
6/10/2019	Eleição.
7/10/2019	Publicação da apuração.
10/01/2020	Posse.

7. PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTOS

7.1. A prova será realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Rodrigues da Silva, situada à Rua João Pedroso, s/nº - Centro - Passo de Torres/SC, no dia 28 de Julho de 2019 (domingo), no horário das 8 às 12 horas;

7.2. A prova versará sobre a Lei nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), suas alterações e leis afins;

7.3. A prova terá 20 (vinte) questões de múltipla escolha que avaliarão o conhecimento e a capacidade de interpretação do texto legal;

7.4. Serão considerados aprovados os pré-candidatos que obtiverem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de aproveitamento.

8. CAMPANHA ELEITORAL

8.1. A candidatura é individual e sem vinculação a partido político, grupo religioso ou econômico;

8.2. Os candidatos poderão promover as campanhas de suas candidaturas junto aos eleitores através de debates, entrevistas, seminários, distribuição de panfletos e pela internet;

8.3. É livre a distribuição de panfletos, desde que não perturbe a ordem pública.

9. PROIBIÇÕES DA CAMPANHA ELEITORAL

9.1. É vedada a formação de chapas de candidatos, uma vez que cada candidato deverá concorrer individualmente;

9.2. O material de divulgação das candidaturas não poderá veicular o nome dos patrocinadores, apoiadores, financiadores ou similares;

9.3. É vedada a propaganda nos veículos de comunicação social ou por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular;

9.4. É vedada a propaganda irreal ou insidiosa, ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

9.5. Não serão permitidos, no prédio onde se der a votação e na distância de 100 (cem) metros de suas imediações, propaganda de candidato e aliciamento ou convencimento de votante, durante o horário de votação;

9.6. É proibido aos candidatos promoverem as suas campanhas antes da publicação da lista das candidaturas deferidas pela Comissão Eleitoral;

9.7. É vedada a utilização de meios não previstos neste Edital;

9.8. É vedado ao candidato, conselheiro tutelar em exercício de mandato, promover campanha durante o desempenho de sua função;

9.9. É vedado aos membros da CEE e do CMDCA promoverem campanha para qualquer candidato;

9.10. É vedado ao candidato promover o transporte de eleitores no dia da votação;

9.11. É vedado o uso de estrutura pública e/ou recurso público para a realização de campanha ou propaganda.

10. DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES - As denúncias relativas ao descumprimento das regras da campanha eleitoral deverão ser formalizadas à CEE, por escrito, apontando com clareza o motivo da denúncia e poderão ser apresentadas por qualquer cidadão no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do fato.

11. PENALIDADES - O não cumprimento do dispositivo no item "9" implicará na exclusão do candidato do processo, desde que as infrações sejam devidamente comprovadas pela CEE, que deverá fundamentar as decisões.

12. RECURSOS - Caberá recurso à CEE contra:

12.1. Reprovação da documentação do pré-candidato;

12.2. Reprovação na prova de conhecimentos;

12.3. Indeferimento de candidatura;

12.4. Decisão da CEE que julgar procedente pedido de impugnação de candidatura;

12.5. Resultado final;

12.6. O recurso previsto no item "12.1" deverá ser apresentado no prazo de 3 (três) dias posteriores à notificação, competindo ao CMDCA, em igual prazo, protocolar a decisão a respeito;

12.7. O recurso que trata o item "12.2" deverá ser encaminhado ao CMDCA em 1 (um) dia útil, que terá igual prazo para dar seu parecer;

12.8. O recurso contra o resultado final no item "12.5" deverá ser apresentado no ato, ao Presidente da Mesa;

12.9. Os resultados das análises dos recursos deverão ser publicados em locais públicos;

12.10. O recurso deverá ser individual, assinado pelo recorrente e devidamente fundamentado, com a indicação precisa daquilo em que o candidato se julgar prejudicado;

12.11. O recurso deverá conter o nome do candidato, o número de inscrição e deverá ser entregue dentro do prazo previsto;

12.12. Será indeferido, de imediato, o pedido de recurso não fundamentado ou entregue fora do prazo, ou não subscrito e assinado pelo próprio candidato, ou por procurador legalmente habilitado para tal finalidade;

12.13. Não serão aceitos recursos interpostos por carta, telegrama e internet.

13. VOTAÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS

13.1. A votação será realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel Rodrigues da Silva, situada à Rua João Pedroso, s/nº - Centro - Passo de Torres/SC, no horário das 9 às 16 horas, sendo que a escolha dos membros efetivos do Conselho Tutelar ocorrerá por voto facultativo, pessoal, direto e secreto dos eleitores do município de Passo de Torres/SC, maiores de 16 (dezesseis) anos de idade;

13.2. O processo de votação será por urna eletrônica ou cédula única. No caso de cédula única, nela constará impresso o nome ou apelido dos candidatos por ordem alfabética e deverá estar devidamente rubricada pelos membros da mesa de votação;

13.3. Será considerado inválido o voto cuja cédula:

13.3.1. assinalar mais de 1 (um) candidato;

13.3.2. conter expressão, frase ou palavra escrita pelo votante;

13.3.3. não corresponder ao modelo oficial;

13.3.4. não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;

13.3.5. estiver em branco.

13.4. Serão afixadas no local da votação lista das candidaturas deferidas;

13.5. Deverão estar devidamente credenciados e identificados com crachá fornecido pela CEE:

13.5.1. Comissão Eleitoral;

13.5.2. Mesários;

13.5.3. Fiscais;

13.5.4. Candidato.

13.6. Os candidatos poderão fiscalizar ou ter um fiscal maior de 18 (dezoito) anos de idade, para acompanhamento da votação e apuração;

13.7. O nome do fiscal e de um suplente deverá ser informado oficialmente à Comissão Eleitoral, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, antes da votação;

13.8. O fiscal poderá solicitar ao Presidente da mesa de votação, o registro em ata de irregularidade identificada no processo de votação.

14. PROCEDIMENTOS DE VOTAÇÃO

14.1. Para votar, o munícipe deverá portar, no ato da eleição:

14.1.1. Título de eleitor;

14.1.2. Um dos seguintes documentos que comprove sua identificação e no qual conste a filiação, fotografia e assinatura: carteira de identidade, carteira nacional de habilitação, carteira de trabalho, carteira profissional ou passaporte.

14.2. Após a identificação, o votante assinará a lista de presença e receberá a cédula e se deslocará à cabine. O votante que não souber, ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

14.3. O eleitor votará uma única vez, em um único candidato;

14.4. Às 16 horas, o Presidente da mesa receptora de votos, acompanhado pelo representante do Ministério Público, entregará uma senha a todos os eleitores ainda presentes, começando pelo último da fila, para assegurar-lhes o direito de votação. A votação continuará em ordem decrescente das senhas distribuídas.

15. MESA DE VOTAÇÃO

15.1. Para recebimento dos votos, a CEE formará uma mesa receptora composta de cidadãos de ilibada conduta, sendo 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes;

15.2. A mesa receptora será presidida por um dos seus integrantes escolhido pelos mesmos, no momento de sua formação;

15.3. Não poderão participar da mesa de votação, candidato inscrito e seus parentes, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, ou seu cônjuge, convivente ou companheiro;

15.4. O servidor, membro da mesa de votação, que favorecer qualquer candidato, direta ou indiretamente, valendo-se da sua condição de

servidor público, responderá administrativamente, civil e criminalmente nos termos das legislações aplicáveis à espécie;

15.5. Compete à mesa de votação:

15.5.1. solucionar imediatamente, dificuldade ou dúvida que ocorrer na votação;

15.5.2. lavrar ata de votação, anotando eventual ocorrência;

15.5.3. remeter a documentação referente à fase de votação à CEE.

16. APURAÇÃO E PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS

16.1. A CEE realizará a apuração dos votos, perante os candidatos, fiscais credenciados e representante do Ministério Público, tão logo se encerre a votação, lavrando ata específica e preenchendo o mapa de votação. Ato contínuo, fará a totalização dos votos, proclamará os eleitos e fixará o Edital do resultado em locais públicos no primeiro dia útil posterior ao pleito;

16.2. Os candidatos, ou fiscais, poderão apresentar impugnações à medida que os votos forem sendo apurados, cabendo à CEE pronunciá-se a respeito, proferindo decisão não sujeita a recurso;

16.3. O CMDCA proclamará o resultado do pleito, publicando os nomes dos eleitos e o número de votos recebidos, na imprensa local;

16.4. Serão considerados eleitos Conselheiros Tutelares titulares os 5 (cinco) candidatos que obtiverem o maior número de votos, e suplentes aqueles que seguirem os titulares na mesma ordem;

16.5. Havendo empate, será aclamado vencedor o candidato de maior idade;

16.6. O processo de apuração e da proclamação dos eleitos ocorrerá sob a fiscalização do Ministério Público.

17. POSSE DOS ELEITOS - Após homologação do resultado do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Passo de Torres/SC, a nomeação dos eleitos será realizada por ato do CMDCA, nos termos previstos na Lei Municipal nº 028, de 25 de Junho de 2014. No momento da posse, o candidato eleito assinará termo no qual conste declaração de que não exerce atividade incompatível com o exercício da função de Conselheiro Tutelar e ciência de seus direitos e deveres, observadas as vedações constitucionais.

18. JORNADA DE TRABALHO

18.1 A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva, sendo vedado o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada, ressalvada as exceções constitucionais;

18.2. A carga horária de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais.

18.3. Para garantir o atendimento em casos de emergência, os Conselheiros Tutelares permanecerão em regime de plantão, em sistema de rodízio, a serem designados em reunião depois do empossamento dos titulares;

18.4. Os membros do Conselho serão remunerados pelos cofres do Poder Público Municipal, sem relação de emprego com a municipalidade, com valor mensal que não seja inferior ao salário mínimo vigente.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A inscrição dos candidatos implicará no conhecimento destas instruções e compromissos assumidos em função dos mesmos;

19.2. Os casos omissos serão analisados e decididos pela CEE e CMDCA, com manifestação do representante do Ministério Público.

Passo de Torres/SC, 2 de Abril de 2019.

ORNÉLIO EDVINO BECKER

Pres CMDCA de Passo de Torres

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 160, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969240

PORTARIA Nº 160, de 1º de abril de 2019.

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO EM RAZÃO DE FALECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDEMAR JOSÉ MICHELON, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando a Certidão de Óbito expedida em 27/03/2019, entregue ao setor de Recursos Humanos em 01/04/2019;

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor ANTONIO FERREIRA DA CRUZ, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, a partir do dia 27 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de abril de 2019.

EDEMAR JOSÉ MICHELON

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 159, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1969238

PORTARIA Nº 159, de 29 de março de 2019.

“REVOGA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 148, DE 26 DE MARÇO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDEMAR JOSÉ MICHELON, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR OS EFEITOS da Portaria nº 148, de 26 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 29 de março de 2019.

EDEMAR JOSÉ MICHELON

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 161, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969241

PORTARIA Nº 161, de 1º de abril de 2019.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDEMAR JOSÉ MICHELON, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015

Considerando o atestado médico expedido pelo Dr. Pedro Espinosa – CRM 5424 – no dia 01/04/2019, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais pelo período de 01/04/2019 a 12/04/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora CLEUSA MARIA CUMERLATO GABIATTI, matrícula nº 9044, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Meio Ambiente, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, símbolo DMA-27, lotada na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, pelo período de 01/04/2019 a 12/04/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de abril de 2019.

EDEMAR JOSÉ MICHELON

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 162, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969933

PORTARIA Nº 162, de 02 de abril de 2019.

“RETIFICA O ART. 1º, DA PORTARIA Nº 073, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDEMAR JOSÉ MICHELON, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o equívoco na redação do dispositivo legal, vez que a carga horária semanal correta da servidora a partir de sua admissão é de 40 (quarenta) horas semanais, bem como o fim do seu contrato se dará em 19/12/2019;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o art. 1º, da Portaria nº 073, de 05 de fevereiro de 2019, passando esta a vigorar a partir de 02 de abril de 2019 com o seguinte teor:

“Art. 1º CONTRATAR, a senhora JULIANA KELI CRISTINA VARALDI para ocupar o cargo de Professor, Grupo Ocupacional Pessoal Docente, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 05/02/2019 a 19/12/2019.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 05 de fevereiro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se

Passos Maia-SC, 02 de abril de 2019.

EDEMAR JOSÉ MICHELON

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 163, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969959

PORTARIA Nº 163, de 02 de abril de 2019.

“NOMEIA SERVIDORA EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDEMAR JOSÉ MICHELON, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora NAIARA ALVES RIBEIRO, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Secretaria, Código ASS-12, lotando-a na Secretaria da Educação e Esportes, a partir do dia 03 de abril de 2019.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público a servidora ora nomeada fará jus à remuneração fixada no Anexo I, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 2º Conceder o adicional de representação de 40% (quarenta por cento), conforme disposto no art. 48, § 1º, da Lei Complementar n. 018, de 03 de agosto de 2005.

Art. 3º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 02 de abril de 2019.

EDEMAR JOSÉ MICHELON

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0020/2019

Publicação Nº 1969795

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0020/2019

PREGÃO PRESENCIAL N. 0015/2019

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0020/2019, Modalidade de Pregão Presencial n. 0015/2019; Objeto: O objeto do presente edital consiste na Contratação de instrutor/professor de: acordeom; teclado; violão e técnica vocal para alunos do município de Passos Maia - SC, conforme especificações e quantidades descritas no anexo I do edital. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:45 horas do dia 16 de abril de 2019, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 02 de abril de 2019.

EDEMAR JOSÉ MICHELON

Prefeito Municipal em Exercício

Paulo Lopes**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 03/2019**

Publicação Nº 1969590

PORTARIA Nº. 03/19

OZIEL EVALDO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei 1.272, de 01 de abril de 2008:

RESOLVE

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de A para B, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Brasileiro, JULIANO FRONCHETTI, DO Quadro pessoal do Poder Legislativo, portador do CPF nº 417.618.710-72, no cargo de contador.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 21 de março de 2019.

OZIEL EVALDO SILVA
Presidente

Publicada a presente Portaria em 21 de março de 2019.

Penha

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO Nº 59/2019 - PMP

Publicação Nº 1969563

1º TERMO ADITIVO Nº 59/2019 - PMP
AO CONTRATO Nº 27/2018 – PMP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2018 – PMP
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2018 – PMP

Objeto: Locação de imóvel, sala comercial, localizada na Rua Lateral José Henrique de Assis, fazendo frente à Av. Antônio Joaquim Tavares, nº 100, com aproximadamente 295,51 m² de pavimento sem mobília, Inscrição Imobiliária nº 01.02.008.0599.001.001, matrícula do imóvel 27.579, para funcionamento da sede da Secretaria de Planejamento Urbano do Município.

Através do presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO e, de outro lado, o Sr. AMADEU LUIZ BUZZI, portador do RG: 69.900 SSP SC e CPF: 008.250.779-15, residente e domiciliado à Avenida Nereu Ramos, 259, Centro – Balneário Piçarras/SC, denominado LOCADOR, tem entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Segunda do Contrato nº 027/2018 – PMP, Processo Licitatório nº 019/2018 – PMP, Dispensa de Licitação nº 007/2018 – PMP fica prorrogado para mais 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor mensal de locação fica reajustado conforme cláusula décima primeira do contrato inicial nº 27/2018 PMP, ficando o valor mensal em R\$ 5.402,30 (Três Mil Reais), para o período de 12 (doze) meses, totalizando o valor anual de R\$: 64.827,60 (Sessenta e Quatro Mil, Oitocentos e Vinte e Sete Reais e Sessenta Centavos), conforme solicitação da Secretária de Planejamento Urbano.

CLAUSULA TERCEIRA

Este aditivo do contrato correrá por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 15 - Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade: 01 - Departamento Administrativo

Projeto/Atividade: 2.044 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo

Elemento: (112) 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

CLAUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA AMADEU LUIZ BUZZI

ORDENADOR DE DESPESAS Locador

Portaria nº1230/2018

Secretário de Administração

Locatário

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DE ACORDO:

LUIZ EDUARDO BUENO

Controle Interno

Portaria nº1176/2018

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 48º

Publicação Nº 1969479

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

48º. 329 SINARA APARECIDA LINS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de ____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de __, de __.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 49º

Publicação Nº 1969482

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

49º. 103 CLEUNICE NEVES DOS SANTOS LEITE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários,

impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 51º

Publicação Nº 1969486

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

51º. 413 MARILEI CUNHA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO



4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- () Efetivo Cargo: _____
- () Contratado (ACT) Cargo: _____
- () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
- () Efetivo em função gratificada Cargo: _____
- () Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de ____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 53º

Publicação Nº 1969488

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e

Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

53º. 472 ROSILEIA PEREIRA DOS PRAZERES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO



Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 55º

Publicação Nº 1969490

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

55º. 29 ROSILENE LIMA BARROS DA LUZ

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração



ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura

Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de ____.

Assinatura

ANEXO III**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 56º

Publicação Nº 1969492

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

56º. 342 MARCIA KUHLE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Atestado físico e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de ____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 60º

Publicação Nº 1969493

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

60º. 422 DANIELA CASTELO SAMPAIO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 65º

Publicação Nº 1969494

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

65º. 122 ELAINE GRACIELA DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de ____, de ____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 69º

Publicação Nº 1969496

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

69º. 467 JOSIANE SOARES GUNTHER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de ____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 72º

Publicação Nº 1969499

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

72º. 143 ADRIANA DE BARROSO VANIN

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro:

_____ Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 73º

Publicação Nº 1969501

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

73º. 459 PERLA GADENS STANISZEWSKI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de __, de __.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 74º

Publicação Nº 1969504

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

74º. 301 ELISABETE SCHINEIDER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários,

impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 75º

Publicação Nº 1969506

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

75º. 252 CRISTIANE DANYNERE BRITO RUAS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO



4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- () Efetivo Cargo: _____
- () Contratado (ACT) Cargo: _____
- () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
- () Efetivo em função gratificada Cargo: _____
- () Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de ____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 77º

Publicação Nº 1969507

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e

Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

77º. 343 ORESTINA COSTA MOREIRA EVARISTO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de ____, de ____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO



Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 78º

Publicação Nº 1969508

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

78º. 04 ERINEIA ANACLETO CUSTODIO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura

Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de ____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 10º - 2ª CHAMADA

Publicação Nº 1969512

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 2ª CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

10º. 110658 LIVIA DOS NAVEGANTES DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer

- tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 18º - 2ª CHAMADA

Publicação Nº 1969514

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 2ª CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

18º. 110701 IVELISE LUZIA SOARES DA COSTA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 20º - 2ª CHAMADA

Publicação Nº 1969517

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 2ª CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

20º. 109533 FLORACI BUSS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____

_____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

_____ Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 27º - 2ª CHAMADA

Publicação Nº 1969518

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 2ª CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
27º. 110174 VANESSA CAMARGO RODRIGUES DE LIMA DE OLIVEIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção

consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.
() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2019.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 28º - 2ª CHAMADA

Publicação Nº 1969519

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 2ª CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

28º. 109697 EDILENE IRIS CALDEIRA LOURENÇO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;

c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado);

f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;

- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
i) Fotocópia Título de Eleitor;
j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 5º - 2ª CHAMADA

Publicação Nº 1969510

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 2ª CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17:00h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

05º. 109528 PAOLA BUSS DE SANTANA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____ Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

e-mail: _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), _____, de _____, de 2019.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO) 1º

Publicação Nº 1969543

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

1º. 228 MARILZA CONSTANSI

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários,

impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO) 28º

Publicação Nº 1969520

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

28º. 325 NISIA MARIA PINTO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- () Efetivo Cargo: _____
- () Contratado (ACT) Cargo: _____
- () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
- () Efetivo em função gratificada Cargo: _____
- () Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de ____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO) 29º

Publicação Nº 1969521

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e

Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

29º. 220 MARIA DA CONCEIÇÃO SANTOS LEITE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de ____, de ____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO



Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO) 30º

Publicação Nº 1969522

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

30º. 12 LUCIA DE SANTANA DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura

Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de ____.

Assinatura

ANEXO III**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO) 31º

Publicação Nº 1969523

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

31º. 357 MARIA SALETE DE SOUZA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de ____, de ____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO) 32º

Publicação Nº 1969524

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

32º. 299 ELZA APARECIDA DE ANDRADE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO) 33º

Publicação Nº 1969525

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

33º. 261 SHEILA MARISTELA INACIO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de ____, de ____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO) 34º

Publicação Nº 1969527

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

34º. 487 ELISANE MENDONÇA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE



ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de ____.

Assinatura

ANEXO III
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO) 1º

Publicação Nº 1969528

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

1º. 477 JOÃO FRANCISCO NUNES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro:

_____ Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO) 2º

Publicação Nº 1969529

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

2º. 120 MARCIA ROSANGELA MARCHETTI SETTER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de ____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____ nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de __, de __.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de __, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 23º

Publicação Nº 1969786

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

23º. 108514 ANDRESSA KELLER PONICK

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários,

impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 24º

Publicação Nº 1969787

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

24º. 110402 APARECIDA MARIA FORSTER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- () Efetivo Cargo: _____
- () Contratado (ACT) Cargo: _____
- () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____
- () Efetivo em função gratificada Cargo: _____
- () Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de ____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 25º

Publicação Nº 1969790

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e

Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

25º. 111281 DAYANA FERNANDA RODRIGUES DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de ____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____

Cidade de _____/SC, telefone: _____/ _____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), __, de ____, de ____.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 26º

Publicação Nº 1969791

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

26º. 110696 ELISANGELA FELICIANA DE OLIVEIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I
DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____

() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de ____.

Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO) 27º

Publicação Nº 1969793

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 03/04/2019 as 09:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 04/04/2019, das 8:00 as 11:30 e das 13:30 às 17h, conforme Processo Seletivo Edital nº 06/2017.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

27º. 110389 GIZELI DA SILVA DOMINGUES VIEIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.receita.fazenda.gov.br ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: www.tse.gov.br;
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site www.tjsc.jus.br, escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site www.trf4.jus.br;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer

tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do www.portal.esocial.gov.br na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

() SIM () NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

**ANEXO II
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____,

Rua= _____, nº. _____, Bairro: _____
Cidade de _____/SC, telefone: _____/_____

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____

() Contratado (ACT) Cargo: _____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____



() Comissionado Cargo: _____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), ____, de _____, de ____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____, de _____, de 2019.

Assinatura

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2019 - PMP

Publicação Nº 1969963

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO 036/2019 – PMP
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 029/2019 – PMP

Contrato: 064/2019 - PMP

Contratado: REIS TERRAPLENAGEM LTDA.

Objeto: Contratação da Empresa REIS TERRAPLENAGEM LTDA para prestação de serviços especializados de locação de escavadeira hidráulica de 14 toneladas com fornecimento de operador, para ser utilizado em todo o Município que foi afetado em virtude do desastre classificado e codificado como tempestade local/convectiva - chuvas intensas - 1.3.2.1.4 conforme IN/MI 02/2016, onde foi Declarada Situação de Emergência em áreas do Município de Penha, conforme do Decreto nº 3373/2019, para atender a solicitação nº 418/2019 da Secretaria

de Serviços Urbanos.

Valor: R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).

Dotação Orçamentária:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 - Departamento Operacional

Projeto/Atividade: 2.040 - Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 3.3.90.39.99.00.00.00 - Aplicações Diretas (105/2019)

Vigência do contrato: 180 (cento e oitenta) dias

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e alterações, Justificativa, Decreto 3.373/2019 e Solicitação nº 418/2019 da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

EZIO MARCILIO DOS REIS CARDOSO – Sócio Administrador.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA - Gestor

LEI Nº. 3059/2019 “DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, BENEFICENTE E ASSISTENCIAL DOS PESCADORES DO GRAVATÁ – APEG”.

Publicação Nº 1970128

LEI Nº. 3059/2019

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, BENEFICENTE E ASSISTENCIAL DOS PESCADORES DO GRAVATÁ – APEG”.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a transferência de recursos financeiros a Associação Cultural, Beneficente e Assistencial dos Pescadores do Gravata - APEG, inscrita sob CNPJ nº. 17.062.400/0001-24, no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), autorizado pela Lei Municipal nº 3027/2018, Art. 31 da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, Art. 12, §3º, I e Art. 26 da Lei nº 4.320/64.

Art. 2º A dotação decorrente com a execução da presente Lei correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Cultura

Projeto/Atividade: 2.034 - Funcionamento e Manutenção do Departamento de Cultura

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar o repasse do valor mesmo após a realização da festividade.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 02 de abril de 2019.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário Municipal

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 33/2019 CHAMADA PÚBLICA 01/2019

Publicação Nº 1970611

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, a Lei nº 11.947 / 2009 e Resolução/FNDE/CD nº 026/2013 e suas alterações, e nas condições do edital do Processo de Licitação 33/2019 - Chamada Pública 01/2019.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e Cooperativas da Agricultura Familiar para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino que ofertam a Educação Infantil (creche) e Ensino Fundamental no 2º quadrimestre de 2019, de acordo com as prerrogativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Data da Entrega dos envelopes e abertura: até as 09h00 do dia 23/04/2019. Edital na íntegra e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122, site do município ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Peritiba SC., 02 de Abril de 2019
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

PORTARIA Nº 080/2019/A

Publicação Nº 1969338

PORTARIA Nº 080/2019/A

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar a servidora, de cargo de tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo;

SERVIDOR	CARGO
CASSIA GOULART NOGUEIRA	CHEFE DE SETOR DE COBRANÇA

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 18 de Março de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 01/2019 FMAS E SOMEVAL SOC. MERCANTIL PRAZO

Publicação Nº 1969584

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 01/2019 FMAS - PRAZO

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PESCARIA BRAVA

CONTRATADA: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍC. AUTOM. LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 43/2018 PMPB

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 25/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO, POR REGISTRO DE PREÇO, DE 01 (UM) VEÍCULO 0 KM, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE PESCARIA BRAVA.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2019 À 31/12/2019

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO 13 2019 - SUPERA UNIFORMES

Publicação Nº 1969236

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019
EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2019

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa SUPERA UNIFORMES INDÚSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA, inscrita no CNPJ: 82.112.475/0001-34. Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DOS ENSINOS FUNDAMENTALEINFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PETROLÂNDIA. Data: 02/04/2019. Valor da Aquisição: R\$ 45.800,00. Petrolândia, 03 de abril de 2019. Joel Longen – Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL 01 2019 - CONCERTO DE PNEUS FMA

Publicação Nº 1969311

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 01/2019 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, DUPLAGEM E VULCANIZO DE PNEUS PARA VIATURAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 17/04/2019, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 03 de abril de 2019. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 16 2019 - CONCERTO DE PNEUS

Publicação Nº 1969244

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 20/2019 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, DUPLAGEM E VULCANIZO DE PNEUS PARA VIATURAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 16/04/2019, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 03 de abril de 2019. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO PREGÃO ELETRONICO 022-2018 - PMP - AQUISIÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

Publicação Nº 1969227

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 022/2019 - PMP

Objeto: A presente licitação tem por objeto a Aquisição de 01 (uma) Escavadeira Hidráulica, ano/modelo mínimo 2019/2019, Nova, Motor a Diesel, de acordo as especificações MINIMAS constantes no Anexo "A" do Edital convocatório.

Modalidade: Pregão Eletrônico.

Tipo: Menor Preço.

Recebimento das propostas: até as 08:30h do dia 16/04/2019.

Abertura: dia 16/04/2019, às 09:00h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras02@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 02 de abril de 2019.

Mario Afonso Woitexem

Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 021-2019 - PMP - OFICINEIRO DESENHO E DANÇA

Publicação Nº 1970233

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2019 - PMP

Objeto: Contratação de Oficineiros Prestadores de Serviços nas áreas de Desenho e Dança. Será contratado apenas um profissional para cada especialidade, com cargas horarias diferenciadas por serviços, para dar continuidade ao projeto "ESCOLA VIVA" articulado com o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos executado pelo CRAS, conforme especificações constantes no Anexo "A" do Edital convocatório.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 14:00h do dia 16/04/2019

Abertura: dia 16/04/2019, às 14:15h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras02@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 02 de abril de 2019.

Mario Afonso Woitexem

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 034/2019

Publicação Nº 1969444

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 034/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 17/04/2019 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019, visando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE UNIFORMES PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL E AVENTAIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 17/04/2019, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 02 DE ABRIL DE 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

DECRETO 4994

Publicação Nº 1970581

DECRETO Nº 4.994, DE 25 DE MARÇO DE 2019
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.039 de 22 de outubro de 2018.
DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 29.205,79 (Vinte e nove mil, duzentos e cinco reais e setenta e nove centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

30.01.10.301.0009.1.004.4.4.90.00.00.00.00.00
1004 – Aquisição de Veículos Saúde
Fonte de Recursos: 03.33 R\$ 29.205,79

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de saúde de Pinheiro Preto de 2018, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 25 DE MARÇO DE 2019.
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

Piratuba

PREFEITURA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 001/2019

Publicação Nº 1969713

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2019 - PMP

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2019 - PMP

1 - PREÂMBULO

1.1 - O Município de Piratuba, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Governador Jorge Lacerda, 133, Centro, Piratuba, SC, através do Prefeito Municipal, Sr. Olmir Paulinho Benjamini, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo MAIOR OFERTA, objetivando a outorga de permissão de uso de espaço público, para exploração de bebidas durante a realização do Evento "Inverno Termal".

1.2 - O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO e 02 – PROPOSTA, contendo, respectivamente a documentação de habilitação e a proposta de preço dos interessados, dar-se-á até às 08h20 do dia 10 de Maio de 2019, no Departamento de Compras deste Município, situado a Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, Nesta.

1.3 - O início da abertura dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às 08h30 do dia 10 de maio de 2019, na Sala de Licitações do Município de Piratuba, situada no endereço indicado no subitem 1.2. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia (modelo constante do Anexo "B" deste Edital), proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas dos proponentes habilitados.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto a seleção de empresa para outorga, em caráter de exclusividade, de permissão de uso de um espaço público, para exploração de bebidas durante a realização do evento "Inverno Termal", que será realizado nos dias 12, 13, 14, 19 e 20 de julho de 2019, nos horários das 16h as 23h50min de acordo com o Anexo "E" – Memorial Descritivo, constante deste Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

3.2 - Não poderão participar da presente licitação empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.2.1 - em processo de recuperação judicial, com falência decretada;

3.2.2 - em consórcio.

3.3 - Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES 01 E 02 E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - Os Envelopes nº 01 e nº 02, contendo respectivamente a documentação e a proposta de preços, deverão ser entregues na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, devidamente fechados, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC
CONCORRÊNCIA Nº 001/2019
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC
CONCORRÊNCIA Nº 001/2019
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

4.2 - Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma Carta de Credenciamento, conforme modelo sugestivo constante do anexo "A" deste Edital, a qual deverá ser entregue à Comissão Permanente de Licitações no ato da abertura dos Envelopes 01, ou através de procuração com reconhecimento de firma em cartório. Se for sócio administrador ou

dirigente da empresa, o representante deverá apresentar contrato social atualizado ou ata de eleição de dirigentes, no caso de sociedades por ações, podendo valer-se, para isso, da documentação apresentada no Envelope nº 01.

4.3 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no subitem 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. O Município de Piratuba e a Comissão Permanente de Licitações não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no subitem 1.2 deste Edital, no Departamento de Compras deste Município.

5 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

5.1 - O envelope 01, contendo a documentação relativa à habilitação deverá conter:

- a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social consolidado em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, devendo, no caso de sociedades por ações, estar acompanhado do documento de eleição (ata publicada em órgão de imprensa oficial) de seus atuais administradores, documentação esta que também servirá para comprovar se a licitante possui capital social integralizado mínimo igual ou superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sob pena de inabilitação;
- b) Cópia do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), com o registro de atividade econômica – “Comercio Varejista de Bebidas”
- c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- e) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS);
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CNDT ou CPDT-EN);
- i) Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede da licitante;
- j) Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo “C”.

5.2 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, mediante conferência da cópia com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

5.3 - No caso de serem apresentados documentos relativos à regularidade fiscal (art. 29 da Lei nº. 8.666/93) ou Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial sem menção expressa do prazo de validade, será automaticamente adotado o prazo de validade de 90 (noventa) dias consecutivos contados a partir da data de sua emissão.

5.4 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 5.1, mesmo que esta apresente alguma restrição quanto a regularidade fiscal (alíneas “b” a “g”), sobpena de inabilitação.

6 - DA PROPOSTA

6.1 - O envelope 02 - PROPOSTA deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;
- b) Número desta Concorrência;
- c) Valor total ofertado pela outorga da permissão objeto deste certame, em algarismos e por extenso;
- d) Local, data, assinatura e identificação (nome, RG e CPF) do representante legal da licitante.

6.2 - As ofertas deverão ser expressas em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

6.3 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 02. Na contagem do prazo exclui-se o dia de início e inclui-se o dia de vencimento.

7 - DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

7.1 - A presente Concorrência será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

7.2 - No dia, local e hora designados no preâmbulo, na presença dos licitantes ou de seus representantes legais que comparecerem no ato, a comissão iniciará os trabalhos, examinando os envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO e 02 – PROPOSTA, os quais serão rubricados pelos seus membros e representantes presentes, procedendo-se a seguir à abertura dos envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO.

7.3 - Os envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO serão abertos sendo que os documentos neles contidos serão examinados e rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e pelos proponentes ou seus representantes credenciados.

7.4 - Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 5 deste Edital, ou que apresentarem documentos rasurados ou com prazo de validade vencido na data da abertura dos envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, ou ainda os proponentes que apresentarem seus documentos de forma diversa da estabelecida nos subitens 5.2 e 5.3 deste Instrumento Convocatório.

7.5 - Os envelopes nº 02 – PROPOSTA, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

7.6 - Serão abertos os envelopes 02 - PROPOSTA, contendo as propostas de preços dos proponentes habilitados, desde que tenha havido renúncia expressa de todos os proponentes de interposição de recursos de que trata o art. 109, inc. I "a" da Lei 8.666/93, através da assinatura na Ata, ou Termo de Renúncia (modelo constante do anexo "B" deste Edital). Caso contrário, a data da abertura será comunicada diretamente às proponentes (podendo tal intimação ocorrer através de publicação na imprensa oficial) após julgado o recurso interposto, ou decorrido o prazo sem interposição de recursos.

7.7 - Uma vez abertas, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões.

7.8 - Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos estabelecidos nos subitens 6.1 e 6.2 deste instrumento convocatório, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis com os requisitos deste Edital.

7.9 - As propostas que apresentarem erros manifestos de cálculos serão corrigidas automaticamente pela Comissão.

7.10 - Será efetuado o julgamento e a classificação das propostas de acordo com o estabelecido no item 8 deste Edital.

7.11 - Da(s) sessão(ões) de abertura e apreciação de envelopes será(ão) lavrada(s) ata(s) circunstanciada(s) a respeito, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da(s) mesma(s), ficando sem direito de fazê-lo posteriormente, tanto as proponentes que não tiverem comparecido, como os que mesmo tendo comparecido não consignarem em ata os seus protestos.

7.12 - Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Município de Piratuba poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para reapresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação.

8 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 - As propostas dos proponentes julgados habilitados serão classificadas pela ordem decrescente dos preços apresentados, considerando-se vencedor aquele que apresentar a MAIOR OFERTA pela outorga da permissão de uso prevista no subitem 2.1 deste Edital, nos termos do art. 15, inc. II da Lei Federal nº 8.987/95.

8.2 - Havendo empate entre duas ou mais propostas a classificação se fará por sorteio, em ato público, na própria sessão de julgamento e classificação das propostas, nos termos do art. 45, § 2º da Lei nº 8.666/93.

8.3 - Ressalvado o disposto no subitem 7.9, havendo discrepância entre os valores grafados em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

8.4 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não obedecerem as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- b) tiverem seus preços baseados nos de outras propostas;
- c) não estiverem assinadas pelo representante legal ou autorizado;
- d) apresentarem ofertas com valores inferiores à oferta mínima estabelecida no subitem 9.1 deste Edital;
- e) apresentarem ofertas manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos desta licitação.

9 - DO VALOR MÍNIMO DA REMUNERAÇÃO DA PERMISSÃO

9.1 - O valor mínimo estipulado pela Secretaria Municipal de Turismo de Piratuba para a outorga da permissão de uso, objeto deste certame, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo desclassificada a proposta de valor inferior.

10 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 - A licitante vencedora deverá efetuar o pagamento do objeto da presente licitação no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, anterior ao 1º dia do evento.

11 - DOS RECURSOS

11.1 - Aos proponentes é assegurado o direito de interposição de Recurso Administrativo, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93, o qual será recebido e processado nos termos ali estabelecidos.

12 - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

12.1 - A Comissão Permanente de Licitações fará a adjudicação à licitante classificada em primeiro lugar, sendo que caberá à Autoridade

Competente a decisão sobre a homologação do procedimento.

12.2 - Após o procedimento acima descrito, a adjudicatária será formalmente convocada a assinar o Termo de Contrato (minuta constante do Anexo "D", deste Edital) dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a convocação formal (que ocorrerá no mesmo dia da homologação), junto ao Departamento de Compras do Município de Piratuba. Decorrido o prazo acima estipulado, se adjudicatária não aceitar ou retirar o instrumento contratual, decairá do direito à mesma, sujeitando-se às sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato.

12.3 - O Município de Piratuba poderá, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidas neste instrumento convocatório, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/63 e suas posteriores alterações.

12.4 - Na hipótese de haverem documentos, dentre aqueles apresentados pela licitante em atendimento às alíneas "c" a "g" do item 5.1 ainda na fase de habilitação deste certame, com prazo de validade vencido à época da convocação para a assinatura do Contrato, os mesmos deverão ser reapresentados ao Departamento de Compras do Município no ato da assinatura do Contrato, devidamente renovados.

13 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1 - A vigência do contrato decorrente desta licitação será até 31 de agosto de 2019, contados a partir da data de sua assinatura.

14 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa PERMISSIONÁRIA direito a qualquer indenização.

14.2 - A rescisão contratual poderá ser:

14.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

15 - DAS PENALIDADES

15.1 - As penalidades estão dispostas na Cláusula Sétima do Contrato a ser firmado, conforme minuta constante do Anexo "D" do presente Edital.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações do Município de Piratuba, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (49) 3553-0288, de segunda à sexta-feira, das 07h30 as 11h30 e das 13h30 às 17h.

16.2 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

16.3 - As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97, da Lei nº. 8.666/93, não estarem declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações, por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos dos incisos III e IV, do artigo 87, do referido diploma legal.

16.4 - A empresa PERMISSIONÁRIA será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao PERMITENTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores.

16.5 - O Município de Piratuba reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, nos termos do art. 49, da lei nº. 8.666/93.

16.6 - Informações fornecidas verbalmente por pessoas pertencentes ao quadro de servidores da Administração Municipal de Piratuba não serão consideradas como motivos para impugnações.

16.7 - Erros de natureza formal poderão ser sanados a critério da Comissão Permanente de Licitações, durante as Sessões Públicas, inclusive a consulta da regularidade, de documentos emitidos pela internet que foram apresentados vencidos e/ou não apresentados, e/ou o colhimento de eventual assinatura faltante desde que o representante esteja presente na sessão.

16.8 - A participação na presente licitação implica no conhecimento e na aceitação plena deste Edital e suas condições.

16.9 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações, à luz das disposições contidas na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis.

16.10 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Capinzal, SC.

17 - DOS ANEXOS DO EDITAL

17.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- A) Anexo "A" – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO;
- B) Anexo "B" – MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA RELATIVO AO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO/PROPOSTA TÉCNICA/PROPOSTA DE PREÇOS;
- C) Anexo "C" – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;
- D) Anexo "D" – MINUTA DE CONTRATO;
- E) Anexo "E" – MEMORIAL DESCRITIVO;

Piratuba, SC, 29 de março de 2019.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

CONCORRÊNCIA Nº 01/2019 PMP

ANEXO "A"

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

À Comissão Permanente de Licitações do Município de Piratuba, SC

Pela presente, credenciamos o(a) Sr.(a) , portador(a) da Cédula de identidade nº. e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº., a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade CONCORRÊNCIA Nº. 01/2019, instaurado pelo Município de Piratuba.

Na qualidade de representante legal da empresa, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de Recurso.

Local, ____ de ____ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)
CONCORRÊNCIA Nº. 01/2019 PMP

ANEXO "B"

MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

À Comissão Permanente de Licitações do Município de Piratuba, SC

TERMO DE RENÚNCIA RELATIVO AO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO

A proponente abaixo assinada, participante da Licitação modalidade CONCORRÊNCIA Nº. 01/2019, do Município de Piratuba, através de seu representante legal, declara na forma e sob as penas impostas pela Lei nº. 8.666/93, de 21/06/1993, que não pretende recorrer da decisão da Comissão de Licitação, que julgou os documentos de habilitação preliminar, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do Procedimento Licitatório, passando-se à abertura dos envelopes de proposta dos proponentes habilitados.

Local, ____ de ____ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)
CONCORRÊNCIA Nº. 01/2019 PMP

ANEXO "C"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: CONCORRÊNCIA Nº 01/2019 - PMP

....., inscrito(a) no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)

Local, ____ de ____ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)

(número da carteira de identidade e órgão emissor) CONCORRÊNCIA Nº. 01/2019 PMP

ANEXO "D"

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº. ____/2019

TERMO DE PERMISSÃO DE USO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PIRATUBA E A EMPRESA _____, OBJETIVANDO A PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO DURANTE A REALIZAÇÃO DO EVENTO "INVERNO TERMAL".

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE PIRATUBA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 82.815.481/0001-58, com sede na Rua Governador Jorge Lacerda, 133, Centro, Piratuba, SC, neste ato representado pela Secretária Municipal de Turismo, Sra. Simara Teixeira Petry, portadora da Cédula de Identidade nº _____ SSP/SC e inscrita no CPF-MF sob o nº _____, doravante denominado simplesmente PERMITENTE, e, de outro, a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, neste ato representada pelo seu _____, Sr. _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF-MF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente PERMISSÃOÁRIA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo Licitatório nº 027/2019, Concorrência nº 01/2019, e que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VIGÊNCIA

1.1. O presente contrato tem como objeto a seleção de empresa para outorga, em caráter de exclusividade, de permissão de uso de um espaço público, para exploração de bebidas durante a realização do evento "Inverno Termal", que será realizado nos dias 12, 13, 14, 19 e 20 de julho de 2019, nos horários das 16h as 23h50min.

1.2. Integram e completam o presente Instrumento Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Concorrência 001/2019, juntamente com seus anexos, além da proposta da PERMISSÃOÁRIA.

1.3. O presente Contrato terá vigência até o dia 31 de agosto de 2019, a contar da data de sua assinatura, sem possibilidade de prorrogação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. A PERMISSÃOÁRIA pagará à PERMITENTE, pela exploração do espaço público, objeto deste Termo, a importância de R\$ _____ (_____), sendo seu pagamento efetuado no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos anterior a realização do 1º evento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA PERMISSÃOÁRIA

3.1. São responsabilidades da PERMISSÃOÁRIA:

3.1.1. Manter o espaço locado em perfeitas condições de higiene, conforme exigências da Vigilância Sanitária e Saúde Pública;

3.1.2. Possuir os equipamentos necessários como freezers, entre outros, e demais materiais necessários para o fornecimento dos produtos comercializados e para a limpeza e higienização dos mesmos;

- 3.1.3. Disponibilizar equipe de trabalho com no mínimo 6 (seis) pessoas para atendimento ao público;
- 3.1.4. Colocar os equipamentos e materiais necessários para o bom atendimento ao público consumidor;
- 3.1.5. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;
- 3.1.6. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados e subordinados da PERMISSONÁRIA intentarem reclamações trabalhistas contra a PERMITENTE;
- 3.1.7. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho;
- 3.1.8. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;
- 3.1.9. Providenciar afastamento imediato, do local de exploração descrito nesse Contrato, de qualquer empregado cuja permanência seja considerada inconveniente para a realização do Evento;
- 3.1.10. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados e subordinados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato, bem como os participantes do Evento;
- 3.1.11. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos;
- 3.1.12. Fornecer aos funcionários equipamentos de segurança, bem como uniformes e crachás de identificação contendo a função;
- 3.1.13. Providenciar a exposição dos preços praticados, em local amplo e de fácil visualização aos consumidores;
- 3.1.14. Responsabilizar-se pelo acondicionamento, transporte e manipulação dos produtos por ela comercializados, responsabilizando-se em caso de intoxicação;
- 3.1.15. Providenciar a seguinte infra-estrutura mínima para a realização do Evento:
- a) Estrutura tipo tenda de no máximo 4m x 2,50m totalizando 10 m2, com cobertura e balcões.
- 3.1.16. Comercializar bebidas em 1 (um) ponto, localizado no evento (local este a definir pela Secretaria), na área do estacionamento do Centro de Eventos na Rua Florianópolis, 246, Bairro Balneário, nesta cidade, com as seguintes variedades de bebida sendo os mesmo em embalagem tipo lata, pet e copos descartáveis, respeitando os seguintes valores máximos para venda:
- a) Chopp (vinho;pilsen;red/ale) copo descartável 500 ml: valor máximo de R\$ 8,00 (oito reais);
- b) Cerveja: valor máximo de R\$ 5,00 (cinco reais);
- c) Refrigerante: valor máximo de R\$ 5,00 (cinco reais);
- d) Água Mineral pet: valor máximo de R\$ 3,00 (três reais);
- 3.1.17. Disponibilizar pessoal e material necessário para a limpeza e manutenção do espaço cedido, durante e após a realização do Evento;
- 3.2. A PERMISSONÁRIA poderá comercializar somente os produtos indicados nesse contrato, ficando vedada a comercialização de produtos não autorizados previamente pela PERMITENTE.
- 3.3. Fica expressamente vedada a cobrança de taxas adicionais por garçons entre outros. Para o caso de descumprimento caberá à PERMITENTE, direito de rescindir o presente contrato, conforme clausula quinta, ou aplicar multa conforme clausula sétima do presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PERMITENTE

- 4.1. Disponibilizar um local dentro do evento (local este a definir pela Secretaria de Turismo), na aera de estacionamento do Centro de Eventos na Rua Florianópolis, 246, Bairro Balneário, nesta cidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

- 5.1. A inexecução total ou parcial deste Instrumento ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as conseqüências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à PERMISSONÁRIA direito a qualquer indenização.

- 5.2. A rescisão contratual poderá ser:

- 5.2.1. determinada por ato unilateral da PERMITENTE, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- 5.2.2. amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a PERMITENTE.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

- 6.1. Fica autorizada a PERMISSONÁRIA a subcontratar com terceiros nos termos do art. 25 da Lei Federal 8.987/95.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a PERMISSONÁRIA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
- 7.2. Pelo descumprimento e/ou comprimento irregular do objeto do presente termo:
- 7.2.1. Multa correspondente a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração cometida.
- 7.3. Pelo descumprimento dos subitens 3.1.1 á 3.1.17, da Cláusula Terceira e/ou pelo não pagamento do valor contratual no prazo

estabelecido na Cláusula Segunda:

7.3.1. Multa correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por infração cometida;

7.3.2. Aplicação das sanções previstas art. 87 da Lei 8.666/93.

7.4. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, bem como:

7.4.1. Multa no valor correspondente ao valor total deste Contrato;

7.4.2. Aplicação das sanções previstas art. 87 da Lei 8.666/93.

7.5. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a PERMISSONÁRIA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à PERMITENTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da PERMISSONÁRIA serão exercidos pela PERMITENTE, através da Secretaria Municipal de Turismo ou por servidor por ela designado, o qual poderá, junto ao representante da PERMISSONÁRIA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas imediatamente, serão objeto de comunicação oficial à PERMISSONÁRIA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

8.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela PERMITENTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A PERMITENTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

10.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, Lei 8.987/95, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Piratuba, SC, ____ de _____ de 2019.

PERMISSONÁRIA	SIMARA TEIXEIRA PETRY Secretária Municipal de Turismo PERMITENTE
---------------	--

Testemunhas:

01. Nome:	02. Nome:
CPF:	CPF:

CONCORRÊNCIA Nº. 001/2019 PMP

ANEXO "E"

MEMORIAL DESCRITIVO

I – RESPONSABILIDADES DA PERMISSONÁRIA

1. Manter o espaço locado em perfeitas condições de higiene, conforme exigências da Vigilância Sanitária e Saúde Pública;
2. Possuir os equipamentos necessários como freezers, entre outros, e demais materiais necessários para o fornecimento dos produtos comercializados e para a limpeza e higienização dos mesmos;
3. Disponibilizar equipe de trabalho com no mínimo 6 (seis) pessoas para atendimento ao público;
4. Colocar os equipamentos e materiais necessários para o bom atendimento ao público consumidor;

5. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação;
6. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados e subordinados da PERMISSONÁRIA intentarem reclamações trabalhistas contra a PERMITENTE;
7. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho;
8. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias;
9. Providenciar afastamento imediato, do local de exploração descrito nesse Contrato, de qualquer empregado cuja permanência seja considerada inconveniente para a realização do Evento;
10. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados e subordinados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato, bem como os participantes do Evento;
11. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos;
12. Fornecer aos funcionários equipamentos de segurança, bem como uniformes e crachás de identificação contendo a função;
13. Providenciar a exposição dos preços praticados, em local amplo e de fácil visualização aos consumidores;
14. Responsabilizar-se pelo acondicionamento, transporte e manipulação dos produtos por ela comercializados, responsabilizando-se em caso de intoxicação;
15. Providenciar a seguinte infra-estrutura mínima para a realização do Evento:
 - a) Estrutura tipo tenda de no máximo 4m x 2,50m totalizando 10 m2, com cobertura e balcões.
16. Comercializar bebidas em 1 (um) ponto, localizado no evento (local este a definir pela Secretaria), na área do estacionamento do Centro de Eventos na Avenida 18 de Fevereiro, com as seguintes variedades de bebida sendo os mesmo em embalagem tipo lata, pet e copos descartáveis, respeitando os seguintes valores máximos para venda:
 - a) Chopp (vinho;pilsen;red/ale) copo descartável 500 ml: valor máximo de R\$ 8,00 (oito reais);
 - b) Cerveja: valor máximo de R\$ 5,00 (cinco reais);
 - c) Refrigerante: valor máximo de R\$ 5,00 (cinco reais);
 - d) Água Mineral pet: valor máximo de R\$ 3,00 (três reais);
17. Disponibilizar pessoal e material necessário para a limpeza e manutenção do espaço cedido, durante e após a realização do Evento;
18. A PERMISSONÁRIA poderá comercializar somente os produtos indicados nesse contrato, ficando vedada a comercialização de produtos não autorizados previamente pela PERMITENTE.
19. Disponibilizar pessoal e material necessário para a limpeza e manutenção do espaço cedido, durante e após a realização do Evento;
20. A PERMISSONÁRIA poderá comercializar somente os produtos indicados nesse contrato, ficando vedada a comercialização de produtos não autorizados previamente pela PERMITENTE;
21. Fica expressamente vedada a cobrança de taxas adicionais por garçons entre outros. Para o caso de descumprimento caberá à PERMITENTE, direito de rescindir o presente contrato, conforme cláusula quinta, ou aplicar multa conforme cláusula sétima do presente Termo.

II – DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EVENTO

1. No Estacionamento do Centro de Eventos na Rua Florianópolis, 246, Bairro Balneário, Piratuba.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2019

Publicação Nº 1969717

PREFEITURA MUNICIPAL PIRATUBA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2019

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obras de pavimentação asfáltica, pavimentação em concreto, sinalização, meio fio e boca de lobo em diversas ruas do Município”.

Tipo: Menor Preço Global Por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:20h do dia 22/04/2019.

Abertura: dia 22/04/2019, às 08:30h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Compras do Município, sito a Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, Piratuba, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288, ou através do e-mail licitacao@piratuba.com.br.

Piratuba, SC, 01de abril de 2019.

CARLOS ALBERTO MALTAURO

Supervisor de Compras

Pomerode

PREFEITURA

3ºTERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº077 / 2018 - PRAZO

Publicação Nº 1970247

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 077 / 2018
PRAZO

Processo Administrativo n.º 095 / 2018.

Convite para Obras e Serviços de Engenharia n.º 011 / 2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: SLM TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO EIRELI.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A CONSTRUÇÃO DE 03 UNIDADES DE DEPÓSITO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, SENDO 01 NA EBM OLAVO BILAC, 01 NA EBM DR. AMADEU DA LUZ E 01 NA EBM HERMANN GUENTHER, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO BÁSICO E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO PARTES INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Prazo: 30 dias até 01/05/2019.

Justificativa: Em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 077 / 2018 e de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, PRORROGA-SE o prazo de execução do presente contrato por mais 30 (trinta) dias, iniciando-se em 01/04/2019 até 01/05/2019, tendo em vista, instabilidades climáticas, ocasionando chuvas consecutivas e impedindo a execução nos prazos programados, atrasando a execução do objeto.

Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode - Contratante / Simone Santos, Representante Legal, SLM Transporte e Construção EIRELI - Contratada.

Pomerode / SC, 20 de Março de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

PORTARIA 25.054

Publicação Nº 1969612

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.054

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) EDY MARLON SANTOS DA SILVA PARA O CARGO DE PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA - LÍNGUA INGLESA.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR EDY MARLON SANTOS DA SILVA, para o cargo de PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA- LÍNGUA INGLESA, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, sendo 20 (vinte) horas na EEBM Profº Curt Brandes, 15 (quinze) horas na EEBM Profª Noemi Vieira de Campos Schroeder e 05 (cinco) horas na EBM Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 01 de abril de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 01 de abril de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL 001/2019 RETIFICADO**

Publicação Nº 1970618

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N. 001/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares (Art. 48, I c/c Art. 50, §3º, II do Regimento Interno), torna público o Edital de abertura para realização do Concurso Público nº 001/2019, destinado ao preenchimento de vagas existentes e formação de reserva técnica do quadro de pessoal do Poder Legislativo Municipal, conforme autorizado pelo Portaria nº 181/2019, que se regerá pela Lei Orgânica do Município, Lei Complementar n. 269/2014 e suas alterações e pelas normas estabelecidas neste Edital e faz saber que se acham abertas as inscrições no período de 02 de abril de 2019 a 02 de maio de 2019. A coordenação técnico/administrativa do Concurso Público 001/2019 será de responsabilidade da FURB – Universidade Regional de Blumenau.

CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO

Data	Etapas
01/04/2019	Publicação do Edital
02/04/2019	INÍCIO DAS INSCRIÇÕES
08 a 22/04/2019	Isenção da taxa de inscrição
25/04/2019	Relação dos pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos
26 a 29/04/2019	Recurso da isenção da taxa de inscrição
30/04/2019	Resultado dos recursos da isenção da taxa de inscrição
02/05/2019	TÉRMINO DAS INSCRIÇÕES
06/05/2019	Último dia de pagamento do boleto
08/05/2019	Divulgação das inscrições deferidas
09 e 10/05/2019	Recursos das inscrições
14/05/2019	Respostas aos recursos das inscrições indeferidas
15/05/2019	Homologação dos inscritos
17/05/2019	Divulgação do local e salas da prova objetiva
26/05/2019	PROVA OBJETIVA
27/05/2019	Divulgação do gabarito e caderno de prova
28 e 29/05/2019	Recursos da prova objetiva
04/06/2019	Respostas dos recursos da prova objetiva
05/06/2019	Resultado Preliminar
06 e 07/06/2019	Recursos do Resultado Preliminar
11/06/2019	Resposta dos recursos do Resultado Preliminar
12/06/2019	HOMOLOGAÇÃO FINAL

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público tem por objetivo o preenchimento de vagas existentes no âmbito do Poder Legislativo Municipal, administração direta, sob o regime jurídico estatutário, a égide do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Pomerode (Lei Complementar nº 269/2014) e do quadro de pessoal do Poder Legislativo do Município de Pomerode (Resolução nº 42/2013).

1.2 As vagas definidas neste Edital serão preenchidas no prazo de validade do Concurso Público, assim como aquelas surgidas durante o mesmo período.

1.2.1. Observado o disposto no item 1.1, os candidatos aprovados e classificados serão convocados de acordo com a necessidade do serviço público municipal.

1.3 A supervisão de todas as etapas do Concurso Público, será de responsabilidade da Comissão Especial do Concurso Público designada pelo Presidente da Câmara Municipal de Pomerode através da Portaria nº 182/2019.

2 DOS CARGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E SALÁRIOS

2.1 O cargo, a carga horária semanal de trabalho, as vagas, os requisitos e o vencimento para o exercício do cargo estão estabelecidos no anexo I deste edital.

3 DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

3.1 São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- a) nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) gozo dos direitos políticos;

- c) quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) nível de escolaridade exigido para o seu exercício;
- e) idade mínima de dezoito anos;
- f) aptidão física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com previa inspeção medica oficial;
- g) firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei;
- h) na hipótese de ter o candidato exercido cargo público, efetivo ou em comissão, nas esferas federal, estadual, distrital ou municipal deverá fornecer declaração em que conste eventual penalidade disciplinar sofrida no exercício da função pública;
- i) não possuir antecedentes criminais.

3.2 O candidato deverá comprovar, por ocasião da nomeação, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

4 DAS INSCRIÇÕES

4.1 O candidato deverá conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo, antes de efetuar a inscrição.

4.1.1 A participação no Concurso iniciar-se-á pela inscrição do candidato e implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial do Concurso.

4.2 Para se inscrever no Concurso, o candidato deverá, durante o prazo de inscrição:

- a) acessar o endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019;
- b) ler atentamente o respectivo Edital e preencher corretamente a ficha de inscrição;
- c) imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição em qualquer agência da rede bancária.

4.2.1 Após a realização da inscrição, o candidato deverá aguardar 24 horas para que o boleto seja registrado pelo banco e somente após esse prazo efetuar o pagamento.

4.3 Depois de paga a taxa de inscrição, não será restituído o valor, em hipótese alguma, por destinar-se a cobrir custos com o Concurso Público.

4.4 A inscrição poderá ser efetuada no período compreendido entre às 8h do dia 02 de abril de 2019 até às 23h do dia 02 de maio de 2019, somente "via internet", por meio do preenchimento de formulário próprio disponibilizado no endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019.

4.5 Valor da taxa de inscrição:

Nível	Taxa de Inscrição
Superior	R\$ 100,00

4.6 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o dia 06 de maio de 2019, usando o Boleto Bancário impresso. Esse pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária do território nacional (observado o horário de funcionamento externo da agência) ou em postos de autoatendimento ou via internet (observado o horário estabelecido pelo banco para quitação nessa data).

4.7 No caso de feriado ou interrupção de funcionamento dos serviços bancários, o pagamento da inscrição deverá ser antecipado.

4.8 As inscrições somente serão efetivadas após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição dentro do prazo previsto neste Edital.

4.9 É vedada a transferência para terceiros do valor da taxa de inscrição.

4.10 Não será permitido o pagamento de inscrição mediante depósitos e transferências bancárias.

4.11 O comprovante de inscrição do candidato será o boleto bancário quitado.

4.12 O candidato que não recolher o valor da taxa de inscrição no prazo e forma fixados neste Edital terá a inscrição cancelada.

4.13 Será indeferida a inscrição:

- a) cujo valor da taxa não for recolhido mediante quitação do boleto bancário;
- b) efetuada fora dos prazos e horários fixados neste Edital;
- c) efetuada por fax-símile ou via postal;
- d) paga com cheque posteriormente devolvido.

4.14 A declaração falsa ou inexata de dados constantes do formulário de inscrição e a apresentação de documentos falsos determinarão a anulação da inscrição e dos demais atos dela decorrentes.

4.15. As informações prestadas no ato de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato.

4.16. Reserva-se a Comissão Especial do Concurso o direito de excluir do mesmo o candidato que fornecer dados inverídicos ou falsos.

5 DAS ISENÇÕES DE PAGAMENTO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

5.1 Os candidatos poderão requerer a isenção da taxa de inscrição desde que atendam aos requisitos da Lei Estadual Lei n. 10.567/1997 alterada pela Lei n.17.457, de 10 de janeiro de 2018, Leis Municipais n. 1.999, de 17 de agosto de 2007 e 1.821, de 06 de julho de 2005.

5.2 Fica isento de pagamento de taxa para inscrição em concursos públicos promovidos pelos órgãos públicos da Câmara Municipal de Pomerode, o cidadão que:

- a) comprovar que não possui renda;
- b) comprovar ser doador de sangue;
- c) comprovar ser doador de medula óssea.

5.3 O candidato poderá requerer isenção do pagamento do valor de inscrição mediante requerimento anexo VI, e encaminhar via correio Sedex, aos cuidados da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Campus 3, Bloco B, sala 001, na rua São Paulo, nº 2171 – Itoupava Seca – CEP 89030-001– Blumenau / SC, no período de 08 a 22 de abril de 2019, acompanhado da documentação prevista na respectiva legislação.

5.4 Para usufruir do benefício da isenção do valor de inscrição estabelecido, o candidato doador de sangue deverá comprovar, através de declaração da entidade coletora, ter realizado, no mínimo, uma doação aos hospitais e bancos de sangue do Município de Pomerode ou municípios limítrofes, ou três doações nos últimos doze meses que antecedem a data da publicação deste edital.

5.4.1 O candidato que declarar não possuir renda deverá enviar até a data prevista conforme o item 5.3, o anexo VI com os documentos solicitados.

5.4.2 O candidato doador de sangue, deverá enviar até a data prevista conforme o item 5.3, o anexo VI com os documentos solicitados.

5.4.3 O candidato doador de medula óssea, deverá enviar até a data prevista conforme o item 5.3, o anexo VI com os documentos solicitados.

5.5 A Comissão Especial do Concurso Público deliberará sobre o pedido de isenção com suporte na documentação apresentada pelo candidato e publicará no endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019 a relação dos pedidos deferidos e indeferidos até o dia 25 de abril de 2019.

5.6 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado do requerimento de isenção do valor de inscrição, poderá interpor recurso à Comissão Especial do Concurso Público, com início as 8h do dia 26 de abril de 2019 e término as 17h do dia 29 de abril de 2019.

5.6.1 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019, no link RECURSO – Isenção da Taxa de Inscrição, seguindo as orientações da página.

5.6.2 O resultado do recurso quanto ao requerimento de isenção do valor de inscrição será divulgado até dia 30 de abril de 2019, por meio do endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019.

5.7 O candidato cujo pedido de isenção for indeferido definitivamente poderá, caso queira, efetuar o pagamento do valor de inscrição até o prazo final das inscrições de acordo com o item 4.6.

5.8 O não cumprimento de qualquer um dos subitens referentes à isenção de pagamento da inscrição implicará, automaticamente, no cancelamento de seu pedido de isenção.

6 DA INSCRIÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

6.1 É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e na Lei Federal N.º 7.853/89, e no Decreto nº 5.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, desde que a sua deficiência seja compatível com as atribuições do cargo que concorre.

6.2 Em atendimento a Lei Complementar Municipal Nº 269, de 05 de dezembro de 2014, a reserva corresponde a 20% (vinte por cento) do número de vagas de cada cargo. O primeiro candidato classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 5ª (quinta) vaga e assim, sucessivamente a cada 05 (cinco) vagas.

6.3 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, bem como na Súmula 377 do STJ, participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6.3.1 O atendimento às condições especiais solicitadas para a realização das provas ficará sujeito à análise de razoabilidade do pedido, de acordo com o cargo pretendido.

6.4 No ato da inscrição, o candidato deverá declarar ser pessoa com deficiência, especificá-la, e indicar se deseja concorrer às vagas que eventualmente surgirem durante a validade do Concurso Público. Para tanto, deverá encaminhar, durante o período de inscrições, via

correio Sedex, aos cuidados da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Campus 3, Bloco B, sala 001, na rua São Paulo, nº 2171 – Itoupava Seca – CEP 89030-001– Blumenau / SC, considerando, para este efeito, a data da postagem até dia 02 de maio de 2019, os documentos a seguir:

- a) Requerimento devidamente preenchido, conforme anexo III deste edital;
- b) Laudo Médico (original ou cópia autenticada) expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando também, o seu nome, documento de identidade (RG), número do CPF e opção de Cargo.

6.4.1 A Fundação Universidade Regional de Blumenau não se responsabiliza pelo extravio dos documentos enviados via Sedex.

6.5 Os candidatos que, dentro do prazo do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 6.4 deste Edital serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

6.6 No ato de inscrição o candidato com deficiência declara estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de aquisição de estabilidade.

6.7 O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

6.8 O candidato com deficiência, se classificado, além de figurar nas listas de classificação por Opção de Cargo, terá seu nome constante nas listas específicas de candidatos com deficiência, por Opção de Cargo.

7 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

7.1 A relação dos candidatos que tiverem a inscrição deferida será divulgada a partir do dia 08 de maio de 2019, no endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019.

7.2 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado do indeferimento da inscrição, poderá interpor recurso sem efeito suspensivo, à Comissão Especial do Concurso Público, no período das 8h do dia 09 de maio de 2019 às 17h do dia 10 de maio 2019.

7.2.1 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019, no link RECURSO – Inscrições Indeferidas, seguindo as orientações da página.

7.2.2 A Comissão responsável julgará os recursos até dia 14 de maio de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019.

7.3 A homologação das inscrições será divulgada até o dia 15 de maio de 2019, no endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019.

8 DA RETIFICAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

8.1 O candidato poderá retificar eventuais erros de digitação nos dados pessoais de sua inscrição (nome, documento de identidade e data de nascimento), no dia da prova, em formulário próprio, na Coordenação Local. Após esse período não serão mais alterados os dados dos candidatos.

9 DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO

9.1 O Concurso Público será de caráter eliminatório e/ou classificatório, a saber:

- a) Prova Objetiva: de caráter eliminatório e classificatório, conforme o item 10 do edital;
- b) Avaliação médica: de caráter eliminatório, conforme o item 28 do edital.

9.2. As provas serão realizadas no município de Pomerode – SC, não sendo permitida a realização de provas em outro local, a não ser o determinado no endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019.

9.3. A FURB e a Câmara Municipal de Pomerode eximem-se das despesas com viagens e estada dos candidatos para prestar as provas do Concurso Público.

10 DA PROVA OBJETIVA

10.1 A prova objetiva conterá 40 (quarenta) questões objetivas, assim distribuídas:

PROVA OBJETIVA			
Matéria	Nº de Questões	Valor da Questão	Total
CONHECIMENTOS GERAIS	10	1,00	10,00

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	10	2,00	20,00
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	20	3,50	70,00
VALOR TOTAL DA PROVA OBJETIVA	40	-	100,00

10.2 O programa de prova é o constante do anexo V deste Edital.

10.3 As questões serão objetivas, de múltipla escolha, com cinco alternativas cada e apenas uma alternativa correta.

10.4 Será atribuída pontuação 0,0 (zero) às questões com mais de uma opção assinalada ou sem opção assinalada, com rasuras ou preenchidas a lápis no cartão resposta.

10.5 A prova objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, devendo o candidato obter no mínimo 70,00 (setenta) pontos para ser considerado Aprovado na Prova Objetiva.

11 DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

11.1 A prova objetiva será realizada no dia 26 de maio de 2019.

11.2 Horário da prova: início às 8h e término às 11h.

11.3 O portão de acesso ao local de realização das provas será aberto às 7h15min e fechado às 7h55min.

11.4 O local e sala da prova serão divulgados até dia 17 de maio de 2019, no endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019.

11.5 É responsabilidade exclusiva do candidato informar-se sobre o local de realização da prova e seu horário. Qualquer dúvida encaminhar e-mail para concursopublico@furb.br.

11.6 É vedado ao candidato permanecer no local de realização da prova com quaisquer aparelhos eletrônicos (bipe, telefone celular, qualquer tipo de relógio, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, etc.).

11.7 A Coordenação/Fiscalização não se responsabilizará por perda ou extravio de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas, tampouco por danos neles causados.

11.8 Em nenhuma hipótese será realizada qualquer prova objetiva fora do local, data e horário determinados neste Edital e na confirmação do local de provas.

11.9 À FURB reserva-se o direito de transferir a data de aplicação das provas, ou de atrasar o horário de início, por motivos fortuitos ou de força maior tais como, enchentes, perturbações da ordem pública, ou situações que impactem diretamente na segurança das pessoas ou o acesso ao local de prova, dando ciência aos candidatos pelo e-mail cadastrado no formulário de inscrição e por informativo no endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019

11.10 Havendo alteração da data prevista, a prova objetiva poderá ocorrer em dias de semana, sábados, domingos ou feriados nacionais.

12 DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

12.1 O candidato somente terá acesso às salas de realização da prova objetiva mediante a apresentação de um dos Documentos de Identidade Oficial original, conforme item 13 desse Edital.

13 DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

13.1 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

13.2 Para fins de acesso à sala de realização da prova, somente será aceito como Documento de Identidade Oficial o original da carteira de identidade expedida pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar ou pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto); Carteira de Identidade fornecida por Órgãos Competentes; Passaporte e Carteira de Trabalho.

13.3 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei nº 9.503/97); Cadastro de Pessoas físicas – CPF; Carteira de Estudante; Crachás e Identidade Funcional de natureza pública ou privada.

13.4 Não se aplica o disposto no Decreto Federal nº 9.723 de 11 de março de 2019.

13.5 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova objetiva, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial a no máximo 30 (trinta) dias da prova objetiva.

13.6 O candidato será, então, submetido à identificação especial, compreendidas a coleta de assinaturas e a impressão digital em formulário

específico.

14 DO ACESSO AO LOCAL DA PROVA OBJETIVA

14.1 Os portões do prédio/sala onde será realizada a prova objetiva serão fechados, impreterivelmente, no horário marcado no item 11.3. Recomenda-se ao candidato chegar ao local da prova objetiva com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido.

14.2 O candidato que chegar ao local da prova objetiva após o fechamento dos portões/sala terá sua entrada vedada e será automaticamente eliminado do Concurso Público. Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

14.3 O acesso às salas de prova por pessoas estranhas só será permitido mediante a autorização da Coordenação Local.

15 DA SAÍDA DA SALA

15.1 O candidato não poderá entregar seu material de prova ou retirar-se da sala de realização das provas antes de transcorrida 1 (uma) hora do seu início.

15.2 O candidato que necessitar ausentar-se da sala de provas durante sua realização somente poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.

15.3 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de provas.

15.4 O candidato não poderá ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando o caderno de provas e cartão resposta.

15.5 Ao terminar as provas, o candidato entregará ao fiscal da sala o caderno de prova e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado com caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

15.6 Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de provas somente poderão retirar-se da sala simultaneamente.

16 DO CADERNO DE QUESTÕES E DO CARTÃO RESPOSTA

16.1 Para a realização das provas, o candidato receberá o caderno de questões e o cartão-resposta personalizado.

16.2 O candidato deverá responder as questões e transcrever as respostas para o cartão-resposta personalizado.

16.3 Distribuídos os cadernos de questões aos candidatos e, na hipótese de verificarem-se falhas de impressão, o Coordenador, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os cadernos de questões com defeito;
- b) caso não haja número suficiente de cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo;
- c) se a ocorrência for verificada após o início da prova, o fiscal da sala, depois de ouvida a Coordenação de Concursos da FURB estabelecerá prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno.

16.4 A avaliação das provas far-se-á, exclusivamente, por meio de cartão-resposta personalizado, o que anula qualquer outra forma de avaliação.

16.5 O preenchimento do cartão-resposta personalizado será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções dele constantes. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta personalizado em caso de marcação errada ou rasura.

16.6 O candidato será o único responsável pelos prejuízos advindos de marcações incorretas ou danos no cartão-resposta personalizado.

16.7 O cartão-resposta personalizado deverá ser assinado e datado nos locais designados e preenchidas as bolhas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

16.8 Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta.

16.9 Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, vez que qualquer marca poderá ser identificada pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

16.10 Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais adquiridos, a FURB não fornecerá exemplares dos cadernos de questões a candidatos ou a instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Concurso Público. As questões das provas e respectivos gabaritos serão divulgados somente pela internet (www.furb.br/concursoexterno).

16.11 A FURB reserva-se o direito de manter os cartões-resposta personalizados e cadernos de questões das provas por um período de 120 (cento e vinte) dias a contar da divulgação do resultado do Concurso Público. Após este período o material será destruído.

17 DO ATENDIMENTO DIFERENCIADO

17.1 O candidato que acometido por enfermidade considerada contagiosa deverá preencher requerimento (anexo IV), anexando laudo médico devidamente assinado com o CID da doença, para que lhe seja providenciado local apropriado para fazer a prova, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário marcado para o seu início. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail concursopublico@furb.br.

17.2 O candidato que necessitar de tratamento especial para realização da prova deverá preencher requerimento (anexo IV), justificando sua solicitação, para que lhe seja providenciado local apropriado para fazer a prova, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário marcado para o seu início. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail concursopublico@furb.br.

17.3 O candidato com deficiência poderá requerer no prazo de inscrição, na forma do item 6 deste Edital, tratamento diferenciado para o dia de aplicação das provas, indicando as condições de que necessita para a sua realização, conforme previsto no artigo 40, §§ 1º e 2º, do Decreto n. 3.298/1999, alterado pelo Decreto n. 5.296/2004. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail concursopublico@furb.br.

17.4 O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise da legalidade e razoabilidade do pedido.

17.5 O candidato que solicitar prova ampliada deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 24, 26 ou 28 (anexo IV). Não havendo indicação do tamanho de fonte, o candidato receberá o caderno de provas ampliado com fonte Arial, tamanho 26. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail concursopublico@furb.br.

17.6 O candidato que não atender as normas acima estabelecidas não terá o atendimento à condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

17.7 A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, mediante requerimento (anexo IV), observados os procedimentos constantes deste Edital.

17.8 A candidata lactante deverá preencher o requerimento de tratamento especial para realização da prova (anexo IV), anexando laudo médico que ateste a condição de lactante, até o término do prazo das inscrições. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail concursopublico@furb.br.

17.9 Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

17.10 A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

17.11 Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

17.12 Na sala reservada para amamentação, ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

17.13 A solicitação de tratamento especial para realização da prova deverá ser prévia, respeitados os critérios de razoabilidade.

17.14 O candidato que, em razão de crença ou convicção religiosa, adote o uso de adornos ou indumentárias (kipá, turbante, véu, etc.) deverá requerer autorização (anexo IV) para o uso do mesmo. Neste caso poderá ser submetido no dia da prova, ao detector de metais, caso necessário. O requerimento deverá ser encaminhado para o e-mail concursopublico@furb.br.

18 DO MATERIAL PERMITIDO

18.1 Para realização da prova, somente será permitido ao candidato o uso de caneta esferográfica, com tinta azul ou preta.

18.2 Não haverá funcionamento de guarda-volumes nos locais de realização da prova e a FURB não se responsabiliza por perda ou extravio de objetos e documentos durante o processo, nem por danos neles causados.

19 DA SEGURANÇA DO CONCURSO PÚBLICO

19.1 A FURB objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público e zelando pelo interesse público, em especial, dos candidatos, poderá solicitar, quando da aplicação da prova, a autenticação digital do candidato em formulário específico.

19.2 Na hipótese de o candidato recusar-se a fazê-la ou se, por qualquer motivo, não for possível essa forma de identificação, deverá registrar sua assinatura, em campo específico, por três vezes.

19.3 É de inteira responsabilidade do candidato qualquer transtorno por ele ocasionado.

19.4 Caso seja constatado, por qualquer meio, que o candidato utilizou procedimentos ilícitos durante a realização da prova, a FURB anulará a prova do candidato infrator, eliminando-o do Concurso Público.

20 DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

20.1 Motivará a eliminação do candidato, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao Concurso Público, aos comunicados, às instruções ao candidato ou às instruções constantes do caderno de questões.

20.2 Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, de acordo com o item 13 deste Edital;
- d) negar-se a realizar a prova;
- e) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou antes de decorrida 1 (uma) hora do início da prova;
- f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição, cartão intermediário de respostas ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pela FURB no dia da prova;
- g) ausentar-se da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o caderno de questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) utilizar-se de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) não devolver integralmente o material recebido;
- k) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outros candidatos, fazendo qualquer espécie de consulta em livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, ou utilizando máquina calculadora;
- l) estiver fazendo uso ou for encontrado de posse de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, pager, telefone celular, relógios, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, calculadora, controle remoto, alarme de carro) ou quaisquer outros componentes ou equipamentos eletrônicos em funcionamento ou não, bem como protetores auriculares;
- m) estar utilizando cachecol, boné, gorro, chapéu ou similares, sem a devida autorização, conforme item 17.14.
- n) tratar incorretamente ou agir com descortesia em relação a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como aos Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

21 DA DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS E DAS PROVAS

21.1 O inteiro teor da prova e o gabarito da prova objetiva serão divulgados até às 18h do dia 27 de maio de 2019, no endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019.

22 DOS RECURSOS QUESTÕES DAS PROVAS E GABARITOS

22.1 O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões das provas ou ao gabarito preliminar divulgado, poderá interpor recurso no período das 8h do dia 28 de maio 2019 até às 17h do dia 29 de maio de 2019.

22.2 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019, link RECURSO – Gabarito/Questão de Prova, seguindo as orientações da página.

22.3 A Comissão responsável pela elaboração da prova, julgará o recurso até dia 04 de junho de 2019. O resultado do recurso estará disponível no endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019.

22.4. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

22.5. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

22.6. Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados no endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019, quando da divulgação do gabarito oficial definitivo. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

22.7 Caberá à FURB mediante recomendação da Banca Elaboradora, anular questões das provas, quando for o caso. A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

22.8 Na hipótese de anulação de questão, a mesma será considerada como respondida corretamente por todos os candidatos, independente de terem recorrido ou não.

22.9 Se da análise do recurso resultar na alteração de resposta de alguma questão da prova, os pontos correspondentes serão atribuídos somente aos candidatos que a responderam corretamente.

22.10 Nas hipóteses dos itens 22.8 e 22.9, será divulgado novo gabarito no endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019.

22.11 A decisão final será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

23 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

23.1 Em caso de empate na nota final, terá preferência na ordem de classificação o candidato que:

- a) tiver idade mais elevada;
- b) obtiver maior pontuação nas questões específicas;
- c) obtiver maior pontuação nas questões de Legislação Municipal;
- d) obtiver maior pontuação nas questões de Conhecimentos Gerais.

23.2 Para fins do disposto no Item 23.1, alínea a, será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrição para o concurso.

24 RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO

24.1 O resultado preliminar será divulgado no dia 05 de junho de 2019, por ordem decrescente de nota, contendo o número da classificação, o número da inscrição, o cargo e o nome do candidato, endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019.

25 DOS RECURSOS CONTRA RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO

25.1 O candidato que tiver qualquer discordância em relação ao resultado preliminar do Concurso Público poderá interpor recurso no período das 8h do dia 06 de junho de 2019 até às 17h do dia 07 de junho de 2019.

25.2 Para recorrer, o candidato deverá utilizar o sistema eletrônico de interposição de recurso, por meio do endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019, no link RECURSO – Resultado Preliminar, seguindo as orientações da página.

25.3 Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail ou, ainda, fora do prazo.

25.5 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

25.5 Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão divulgados por meio do endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019, até o dia 11 de junho de 2019.

25.6 Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

25.7 A decisão final da FURB será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

26 DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

26.1 A média final dos candidatos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,00 (cem) pontos, com duas casas decimais sem arredondamento.

26.2 São considerados aprovados os candidatos que atingirem a nota mínima 70,00 (setenta).

26.3 Ocorrendo empate na média final, será aplicado o critério conforme o item 23 desse edital.

27 DO RESULTADO FINAL

27.1 A partir de 12 de junho de 2019 será homologada a classificação final do Concurso Público, por ordem decrescente de nota, contendo o número da classificação, o número da inscrição, o cargo e o nome do candidato, endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019.

27.2 Serão confeccionadas duas relações de candidatos aprovados:

- a) a primeira contendo todos os candidatos aprovados no Concurso Público, para nomeação de acordo com a ordem decrescente de pontuação final;
- b) a segunda contendo somente os candidatos com deficiência, por ordem decrescente de pontuação final, para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

27.3 A pessoa com deficiência nomeada de acordo com a ordem de classificação geral não será considerada para efeito de preenchimento das vagas reservadas.

28 EXAME DE APTIDÃO FÍSICA

28.1 Os candidatos aprovados e classificados no Concurso, inclusive os portadores de deficiência, serão convocados para o exame médico e para a comprovação dos requisitos exigidos neste Edital, através de correspondência registrada e dos meios de comunicação julgados convenientes pela Administração Municipal.

28.2 A avaliação médica compreenderá a consulta médica realizada por clínica conveniada à Câmara de Vereadores de Pomerode, a apresentação de exames médicos e do diagnóstico médico especializado a ser analisado em conjunto com as informações oriundas dos exames apresentados.

28.3 Cabe exclusivamente ao candidato providenciar e custear todos os exames médicos exigidos para acesso ao cargo para o qual restou aprovado.

28.4 Os candidatos convocados deverão se apresentar para a avaliação médica portando os laudos dos seguintes exames (exames com data de realização inferior a 60 dias quando da realização do exame admissional):

- a) Hemograma Completo
- b) Glicemia de jejum;
- c) Raio X tórax AP e perfil (com laudo)
- d) Eletrocardiograma (para candidatos acima de 40 anos)

28.5 Poderão ser exigidos dos candidatos, exames complementares aos mencionados acima, sempre que os exames apresentados pelo candidato apontarem resultado dúbio ou inconclusivo para a compatibilização com a atividade a ser realizada, conforme orientação da perícia médica responsável pela avaliação.

28.6 Os exames médicos serão eliminatórios, sendo excluídos do Concurso os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público para o qual se inscreveram.

28.7 O Médico, após a avaliação médica realizada, bem como a análise dos exames médicos constantes no item 28.4, emitirá parecer conclusivo acerca da aptidão ou da inaptidão do candidato.

28.8 Será considerado inapto o candidato que:

- a) não comparecer à avaliação médica;
- b) deixar de entregar os exames constantes no subitem 28.4 deste edital, bem como dos exames complementares que forem solicitados, conforme consta no item 28.5.
- c) na avaliação médica, não gozar de boa saúde física para desempenhar as tarefas típicas inerentes ao cargo.

28.9 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do Concurso Público, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Pomerode.

29 DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

29.1 Os candidatos aprovados serão convocados de acordo com a ordem de classificação final.

29.2 É de exclusiva responsabilidade do candidato, manter seus dados pessoais atualizados no Setor de RH da Câmara de Vereadores de Pomerode, situado na Avenida 21 de Janeiro, 1777, Pomerode / SC - 89107.000.

29.3 O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, a ordem de classificação dos candidatos aprovados.

29.4 A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta da Câmara Municipal de Pomerode, sendo que a nomeação é de competência do Presidente da Câmara Municipal de Pomerode, dentro da validade do Concurso Público ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

29.5 A nomeação dos candidatos será feita por Edital no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM: <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br> e, paralelamente, será feita comunicação ao candidato, via postal, no endereço informado na ficha de inscrição ou posteriormente atualizado. É de responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizado o referido endereço.

29.6 A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos da Câmara Municipal de Pomerode.

29.7 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Câmara Municipal de Pomerode.

29.8 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

29.9 No ato da posse, o servidor apresentará os seguintes documentos:

- I- Declaração de bens e rendas que constituem seu patrimônio;
- II- Declaração de inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, emprego ou função pública nas esferas federal, estadual ou municipal;
- III- Declaração se participa de gerência ou administração de empresa privada ou se exerce comércio;
- IV- Declaração se percebe provento de aposentadoria decorrente do exercício de cargo, emprego ou função pública;
- V- Certidão de Benefícios do Regime de Previdência Social (INSS) ou de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).
- VI- Certidão negativa de antecedentes criminais atestados através de:
 - 1- Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual, expedida por órgão com jurisdição no local de residência do candidato;
 - 2- Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, com jurisdição no local de

residência do candidato;

3- Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Federal, expedida pelo Tribunal Regional Federal, com jurisdição no local de residência do candidato;

VII- Diploma de conclusão de ensino superior reconhecido pelo MEC.

VII - Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior de bacharelado em Administração ou Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

29.10 Será tornado sem efeito o ato de nomeação na hipótese do servidor não apresentar os documentos relacionados no item 29 deste edital, no ato da posse.

30 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

30.1 Fica delegada competência à FURB para:

- a) receber as inscrições;
- b) deferir e indeferir as inscrições e apreciar recursos;
- c) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova objetiva;
- d) receber e apreciar os recursos previstos neste Edital;
- e) prestar informações sobre o Concurso Público de que trata este Edital.

31 DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO

31.1 O Concurso Público terá validade de 2 anos, contados de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

32 DISPOSIÇÕES FINAIS

32.1 O ato de inscrição importa no conhecimento das instruções e na aceitação total das condições do Concurso Público fixadas neste Edital.

32.2 Será impedido de ingressar no serviço público municipal o candidato aprovado que por ocasião da posse exercer cargo, emprego ou função no serviço público federal, estadual ou municipal, exceto nas hipóteses de acumulação previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 19, de 04/06/1998, e 34, de 13/12/2001.

32.3 O candidato deverá declarar no ato da nomeação a existência ou não de outro vínculo de trabalho no serviço público federal, estadual ou municipal, identificando, se for o caso, o cargo, o emprego ou a função ocupada, o nome e esfera do órgão, bem como a carga horária correspondente.

32.4 A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados pelo candidato, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da sua admissão, acarretarão a nulidade da inscrição e a desclassificação dele do Concurso Público, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

32.5 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em errata, adendo ou aviso a ser publicado no endereço eletrônico www.furb.br/concursoexterno, link Câmara Municipal de Pomerode - Concurso Público - Edital N. 001/2019.

32.6 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público e FURB.

32.7 Para dirimir eventuais questões oriundas deste Concurso Público que não possam ser resolvidas pela Comissão Especial do Concurso Público, fica eleito o Foro da Comarca de Pomerode, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

32.8 Integram este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I	Cargo, carga horária, vagas, requisitos e salário
Anexo II	Descrição das Funções
Anexo III	Requerimento de Vaga para Candidato com Deficiência
Anexo IV	Requerimento de Tratamento Especial para Realização da Prova
Anexo V	Conteúdo Programático
Anexo VI	Requerimento de Isenção do Valor de Inscrição

Pomerode, 01 de abril de 2019.

Zauri Martins do Nascimento

Presidente da Câmara de Vereadores de Pomerode

ANEXO I

CARGO, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E VENCIMENTO

NÍVEL SUPERIOR

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Secretário Legislativo I	40h/s	CR*	Ensino Superior, graduado em Direito ou Administração. Ensino Superior, graduado em Bacharelado em Administração ou Direito.	R\$ 4.791,23*

*Cadastro de reserva

*Mais auxílio transporte de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) e auxílio alimentação de R\$ 422,06 (quatrocentos e vinte e dois reais e seis centavos).

ANEXO II

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

NÍVEL SUPERIOR SECRETÁRIO LEGISLATIVO I

Atribuições: assistir e colaborar com a Presidência, Comissões, Vereadores e Procuradoria Jurídica em todas as atividades do Processo Legislativo; participar das sessões legislativas; colaborar na elaboração de qualquer matéria legislativa; acompanhar a tramitação de todas as proposições e documentos oficiais da Câmara, processando-os no software adotado pelo Poder Legislativo, e promovendo o cumprimento dos despachos e seu encaminhamento ao Executivo; providenciar o arquivamento final das proposições; elaborar a pauta das Sessões, sempre sob a supervisão da Presidência; coordenar e supervisionar os trabalhos legislativos da Câmara, zelando pelo seu bom andamento; auxiliar o Secretário da Mesa Diretora Câmara na elaboração das atas das sessões plenárias; auxiliar na redação de projetos de lei, resoluções, decretos legislativos, portarias e demais atos e documentos legais; realizar, quando solicitado, a transcrição e supervisão das gravações das atas de reuniões das comissões; conferir e coletar assinaturas nos documentos afetos ao departamento de atos legislativos; conduzir veículos do Poder Legislativo.

ANEXO III

REQUERIMENTO DE VAGA PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

_____, portador (a) do CPF nº _____, RG nº _____ inscrito (a) no Concurso Público da Câmara Municipal de Pomerode - Edital N. 001/2019, para o cargo de Secretário Legislativo I, nº de inscrição _____, vem requerer vaga especial para candidato com deficiência, nos termos do item 6 do respectivo Edital.

Para tanto, anexa LAUDO MÉDICO com a respectiva Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), no qual constam os seguintes dados:

Tipo de deficiência de que é portador:

Código correspondente da (CID):

Nome e CRM do Médico responsável pelo laudo:

Local e data: _____

Assinatura do candidato (a) _____

Observações:

a) Ao assinar este requerimento, o candidato declara concordar com o enquadramento de sua situação, nos termos do Decreto Federal n. 3.298/1999, especialmente no que concerne ao conteúdo do item 6 deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não homologação de sua situação pela Equipe Multidisciplinar.

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE TRATAMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

_____, portador (a) do CPF nº _____, inscrito (a) no Concurso Público da Câmara Municipal de Pomerode - Edital N. 001/2019, para o cargo de Secretário Legislativo, nº de inscrição _____, destinado ao preenchimento de vaga efetiva para o quadro de pessoal do Poder Executivo, requer atendimento especial para realização da prova, nos termos do item 17 deste Edital, na condição especial abaixo assinalada:

- ☐ Sala para amamentação;
- ☐ Sala térrea (dificuldade para locomoção);
- ☐ Sala Individual (candidato com doença contagiosa/outras);
- ☐ Maca;
- ☐ Mesa para cadeirante;
- ☐ Apoio para perna;
- ☐ Mesa e cadeiras apropriadas para pessoa com obesidade;

() Prova ampliada, tamanho da fonte _____;
() Outras:

Local e data: _____

Assinatura do candidato _____

ANEXO V

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

NÍVEL SUPERIOR SECRETÁRIO LEGISLATIVO I

Conhecimentos Gerais

Português: Interpretação de texto. Pontuação. Acentuação gráfica. Crase. Ortografia. Classes de palavras: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. Vozes verbais: ativa e passiva. Colocação pronominal. Sintaxe. Oração e seus termos. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos. significado contextual de palavras e expressões. Figuras de estilo e vícios de linguagem. Informática: Sistema operacional Windows: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança. Raciocínio Lógico-matemático: Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas verdade. Equivalências. Leis de Morgan. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípios de contagem e probabilidade. Operações com conjuntos. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais. Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas. Frações e operações com frações. Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três simples e composta; porcentagem e problemas

Legislação e Noções de Administração

Constituição Federal; Constituição do Estado de Santa Catarina; Estatuto dos Servidores Públicos Municipal (Lei Complementar nº 269/2014); Lei Orgânica do Município de Pomerode. Regimento Interno da Câmara Municipal (Resolução nº 37/2010) e suas alterações; Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (Lei Complementar nº 122/2005); Lei Federal 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa; Lei 8.666/93 - Lei de Licitações; Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público.

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Pomerode encontra-se disponível no sítio www.cmpomerode.sc.gov/regimentointerno.php. As demais Leis Municipais encontram-se no sítio www.cmpomerode.sc.gov.br, na aba "legislação".

Conhecimento Específico

Direito Administrativo: Direito Administrativo. Conceito. Princípios. Discricionariedade. Controle de legalidade. anulação e revogação. Prescrição. Organização administrativa. Noções gerais. Descentralização e Desconcentração. Órgãos Públicos. Administração direta e indireta. Contratos administrativos. Noções gerais. Elementos. Características. Cláusulas Exorbitantes. Licitações. Princípios. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Adjudicação e homologação. Serviços públicos. Noções gerais. Competência da União, Estados e Municípios. Formas de execução. Delegação. Concessão. Permissão. Autorização. Parcerias Público-Privadas. Concessão Administrativa e Concessão Patrocinada. Gestão Associada dos Serviços Públicos. Tarifa e Preço. Retomada do serviço. Encampação. Desapropriação. Reversibilidade dos bens afetos ao serviço. Servidores Públicos. Regimes. Direitos e deveres. Acumulação. Nepotismo. Estabilidade. Processo Administrativo Disciplinar. Bens públicos. Noções gerais. Espécies. Afetação e desafetação. Regime dos bens públicos móveis e imóveis. Poder de polícia. Intervenção do Estado na propriedade. Noções gerais. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos. Poder Hierárquico e Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Controle da atividade administrativa. Noções gerais. Controle parlamentar. Controle jurisdicional e autocontrole. Improbidade Administrativa. Tribunais de Contas. Direito Constitucional: Constituição. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais do regime constitucional anterior. Disposições constitucionais gerais e transitórias. O Estado Democrático de Direito. República e Monarquia. Presidencialismo e Parlamentarismo. O princípio da supremacia da Constituição. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos. Modalidades: difuso e concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade contra atos comissivos e omissivos. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação de descumprimento de preceito fundamental. Inconstitucionalidade face à Constituição do Estado. Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Direitos políticos. Direitos sociais e difusos. Organização político-administrativa do Estado Brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas e legislativas. Princípio da Reserva da Administração. Autonomia dos entes federativos. Intervenção federal e estadual. O Município na Constituição Federal. Princípios de organização e competências municipais. Separação de Poderes: o sistema de freios e contrapesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Poder Legislativo. Organização, Funções típicas e atípicas. Imunidade parlamentar dos Senadores, Deputados e Vereadores. Regime remuneratório. Verbas indenizatórias. Proibições e Perda do Mandato. Controle parlamentar dos atos da administração pública. Comissões parlamentares de inquérito: objeto, poderes e limites. Processo legislativo. Iniciativa das leis. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e publicação. Espécies legislativas: emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. Medidas Provisórias. Poder Executivo. Atribuições do Chefe do Executivo. Prefeito Municipal. Mandato. Perda do mandato. Atribuições. Responsabilidade político-administrativa. Crime de Responsabilidade. Improbidade Administrativa. Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício. Noções de Direito Penal: Princípios básicos. Aplicação da lei penal. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. O fato típico e seus elementos. Crime consumado e tentado. Ilícitude e causas de exclusão. Excesso punível. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública.

ANEXO VI

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

_____, portador (a) do CPF nº _____, inscrito (a) Concurso Público da Câmara Municipal de Pomerode - Edital N. 001/2019, para o cargo de Secretário Legislativo I, nº de inscrição _____, de acordo com a Lei Estadual 10.567/1997 alterada pela Lei n.17.457, de 10 de janeiro de 2018, Leis Municipais n. 1.999, de 17 de agosto de 2007 e 1.821, de 06 de julho de 2005, vem REQUERER isenção do pagamento do valor de inscrição, nos termos do item 5 do respectivo Edital.

() Candidato doador de sangue

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no Concurso Público;
- cópia autenticada ou original de comprovação da condição de doador de sangue que deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações de no mínimo, 1 (uma) doação aos hospitais e bancos de sangue do Município de Pomerode ou municípios limítrofes, ou 3 (três) doações no período compreendido entre a data de publicação deste edital e os 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

() Candidato desempregado

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no Concurso Público;
- cópia autenticada da Carteira de Trabalho, da página com os dados do candidato, da página do último registro de emprego e da página seguinte que deve estar em branco. Caso não tenha nenhum contrato na Carteira de Trabalho, apresentar cópia sequenciais autenticadas da página com os dados do candidato, até a primeira página de contrato em branco;
- declaração firmada de que não é detentor de cargo público;
- declaração firmada de que não possui outra fonte de renda;
- cópia do comprovante de residência.

() Candidato doador de Medula Óssea

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de inscrição no Concurso Público;
- declaração de inscrição na entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde, sendo considerada a data limite para esse fim, a data de publicação do edital.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do candidato

ERRATA EDITAL CONCURSO PÚBLICO 001/2019

Publicação Nº 1970614

ERRATA N. 1

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna pública a retificação do subitem nº 29.9, VII e do Anexo I do Edital nº 001/2019 de 1º de abril de 2019, permanecendo inalterados os demais itens e subitens, conforme a seguir especificado.

[...]

29.9 [...]

[...]

VII - Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior de bacharelado em Administração ou Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

[...]

ANEXO I

CARGO, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E VENCIMENTO

NÍVEL SUPERIOR

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Secretário Legislativo I	40h/s	CR*	Ensino Superior, graduado em Bacharelado em Administração ou Direito.	R\$ 4.791,23*

*Cadastro de reserva

*Mais auxílio transporte de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) e auxílio alimentação de R\$ 422,06 (quatrocentos e vinte e dois reais e seis centavos).

[...]

Pomerode, 02 de abril de 2019.

Zauri Martins do Nascimento

Presidente da Câmara de Vereadores de Pomerode

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 003/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO 004/2019

Publicação Nº 1969433

ESTÁ PUBLICAÇÃO VISA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE MANTER REGISTRO DO ATO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO NO JORNAL DE SANTA CATARINA NA DATA DE 02-04-2019

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 003/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO 004/2019

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE HORA-MÁQUINA (RETROESCAVADEIRA) E (MINI-RETROESCAVADEIRA) COM OPERADOR E SERVIÇOS DE (CAMINHÃO BASCULANTE $\frac{3}{4}$) COM MOTORISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE ÁGUA, ESGOTO E USINA DE TRIAGEM CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EDITAL.

Local: Sala de licitações Samae Pomerode Avenida 21 de Janeiro nº2233 centro Pomerode SC

ENTREGA DAS PROPOSTAS: 09h00min HORAS DO DIA 12/04/2019

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 09h15min HORAS DO DIA 12/04/2019

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica WWW.pomerode.sc.gov.br ou www.samaepomerode.com.br Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 samae@samaepomerode.com.br ou pelo fone (47) 3387 2550.

Pomerode SC, 02 de Abril de 2019.

Ricardo Campestrini

Presidente do SAMAE

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

EXTRATO PP 22/2019

Publicação Nº 1969275

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 143/2018 de 20 de Julho de 2018, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 18/04/2019 às 10:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: CONTRATAR EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, SUCÇÃO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÉPTICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm.

Ponte Alta do Norte - SC, 02/04/2019.
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PORTARIA -050-2019 - EXJOSE CARLOS

Publicação Nº 1969611

PORTARIA N. 050/2019
EXONERA SERVIDOR EM CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81 item VIII da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE

Art.1º- Fica exonerado a pedido, o servidor JOSE CARLOS RODRIGUES, matrícula nº 520, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, a partir de 01 de Abril de 2019, retornando ao cargo efetivo de servente de obras.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 02 de Abril de 2019.
Roberto Molin de Almeida
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dois dias do mês de Abril do ano de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

PORTARIA-048/2019- MICHEL

Publicação Nº 1969609

PORTARIA N.º 048/2019
NOMEIA SERVIDOR EM CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Fica nomeado o servidor MICHEL MOREIRA DA SILVA, matrícula nº 10591, no cargo em comissão de Secretário de Planejamento, Administração e Finanças, a contar de 02 de Abril de 2019, em conformidade LC Nº 035/2010, com os subsídios correspondentes.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 02 de Abril de 2019.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dois do mês de Abril do ano de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

PORTARIA-049/2019 - JAISON

Publicação Nº 1969610

PORTARIA N.º 049/2019

NOMEIA SERVIDOR EM CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Fica nomeado o servidor JAISON LOPES, matrícula nº 10590, no cargo em comissão de Diretor Departamento de Informática, a contar de 02 de Abril de 2019, em conformidade LC Nº 035/2010, com os subsídios correspondentes.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 02 de Abril de 2019.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dois do mês de Abril do ano de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

PORTARIA-051/2019 -EX CLENILSON

Publicação Nº 1969614

PORTARIA N. 051/2019

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81 item VIII da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE

Art.1º- Fica exonerado a pedido, o servidor CLENILSON MUSSANIK DE LIMA, matrícula nº 627, do cargo de provimento efetivo, de servente de obras, a partir de 02 de Abril de 2019.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 02 de Abril de 2019.

Roberto Molin de Almeida

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dois dias do mês de Abril do ano de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 271/2019

Publicação Nº 1969629

DECRETO Nº 271/2019, 29 DE MARÇO DE 2019.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. MORGANA TONELLO, ocupante do cargo de PROFESSORA, com 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 27 de março de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE MARÇO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 272/2019

Publicação Nº 1969638

DECRETO Nº 272/2019, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

“ALTERA CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a necessidade de um professor nos projetos;

DECRETA

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. CAMILA LUCIMARA VIEIRA, matrícula 6793, ocupante do cargo de PROFESSORA, sem habilitação, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20 horas semanais ou até o final do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária, específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroativo ao dia 11 de Março de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE MARÇO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

DECRETO 273/2019

Publicação Nº 1969644

DECRETO Nº 273/2019, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

“ALTERA CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA”

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da

legislação de regência;

DECRETA

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária do servidor público municipal Sr. ZILMAR SCHEFFER JUNIOR, matrícula 1774, ocupante do cargo de PROFESSOR, com 10:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder por mais 10:00 horas semanais, com vigência até o final do ano letivo escolar.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária, específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroativo ao dia 07 de fevereiro de 2019.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE MARÇO DE 2019.
ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 274/2019

Publicação Nº 1969651

DECRETO Nº 274/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO”.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Complementar n. 174/2015;

CONSIDERANDO o requerimento da servidora e a autorização da chefia imediata;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida 30 dias de Licença Prêmio a Funcionária Pública Municipal Sra. EVA APARECIDA FOGAÇA DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 05 de maio de 2015 a 04 de maio de 2018, para serem gozadas de 01/04/2019 A 30/04/2019.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE ABRIL DE 2019.
ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 54/2019 VP

Publicação Nº 1969918

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: VP SILVA BRINQUEDOS ME
CNPJ: 18.448.863/0001-91

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE. Valor: R\$ 4.791,00 (Quatro Mil Setecentos e Noventa e Um Reais). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 28 de Março de 2019 até 28 de Março de 2020. Ponte Serrada, 02 de Abril de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 55/2019 VIVO

Publicação Nº 1969920

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: VIVO LICITAÇÕES EIRELI

CNPJ: 30.041.676/00001-94

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE. Valor: R\$ 13.911,00 (Treze Mil Novecentos e Onze Reais). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 28 de Março de 2019 até 28 de Março de 2020. Ponte Serrada, 02 de Abril de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 44/2019 JANDIRA

Publicação Nº 1969861

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME

CNPJ: 85.230.852/0001-28

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE. Valor: 79.796,90 (Setenta e Nove Mil Setecentos e Noventa e Seis Reais e Noventa Centavos). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 28 de Março de 2019 até 28 de Março de 2020. Ponte Serrada, 02 de Abril de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45/2019 GESUL

Publicação Nº 1969864

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: GESUL COMERCIAL EIRELI

CNPJ: 14.711.959/0001-40

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE. Valor: 34.307,40 (Trinta e Quatro Mil Trezentos e Sete Reais e Quarenta Centavos). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 28 de Março de 2019 até 28 de Março de 2020. Ponte Serrada, 02 de Abril de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 46/2019 JACKSON

Publicação Nº 1969868

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME

CNPJ: 09.552.508/0001-77

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE. Valor: 31.266,97 (Trinta e Um Mil Duzentos e Sessenta e Seis Reais e Noventa e Sete Centavos). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 28 de Março de 2019 até 28 de Março de 2020. Ponte Serrada, 02 de Abril de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2019 TECNOLAR

Publicação Nº 1969871

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: TECNOLAR LTDA EPP
CNPJ: 12.464.652/0001-66
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE. Valor: R\$ 28.573,35 (Vinte e Oito Mil Quinhentos e Setenta e Três reais e Trinta e Cinco Centavos). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 28 de Março de 2019 até 28 de Março de 2020. Ponte Serrada, 02 de Abril de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2019 LUCAS

Publicação Nº 1969874

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: LUCAS COSTA RUBEL ME
CNPJ: 22.246.173/0001-27
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE. Valor: R\$ 5.022,32 (Cinco Mil Vinte e Dois Reais e Trinta e Dois Centavos). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 28 de Março de 2019 até 28 de Março de 2020. Ponte Serrada, 02 de Abril de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 49/2019 MARILICE

Publicação Nº 1969879

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: MARILICE KEIL ME
CNPJ: 27.075.106/0001-00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE. Valor: R\$ 6.950,00 (Seis Mil Novecentos e Cinquenta Reais). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 28 de Março de 2019 até 28 de Março de 2020. Ponte Serrada, 02 de Abril de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 50/2019 MARLUCE

Publicação Nº 1969881

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADADO: MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENÇONE ME
CNPJ: 17.992.596/0001-56
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE. Valor: R\$ 18.839,65 (Dezoito Mil Oitocentos e Trinta e Nove Reais e Sessenta e Cinco Centavos). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 28 de Março de 2019 até 28 de Março de 2020. Ponte Serrada, 02 de Abril de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 51/2019 TNAVA

Publicação Nº 1969883

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: TNAVA COMERCIO DE ELETRODOMÉSTICOS EIRELI

CNPJ: 18.912.500/0001-65

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE. Valor: R\$ 4.089,50 (Quatro Mil Oitenta e Nove Reais e Cinquenta Centavos). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 28 de Março de 2019 até 28 de Março de 2020. Ponte Serrada, 02 de Abril de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 52/2019 ALLPER

Publicação Nº 1969902

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: ALLPER COMERCIAL EIRELI

CNPJ: 24.547.906/0001-99

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE. Valor: R\$ 12.575,20 (Doze Mil Quinhentos e Setenta e Cinco Reais e Vinte Centavos). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 28 de Março de 2019 até 28 de Março de 2020. Ponte Serrada, 02 de Abril de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 53/2019 VIA

Publicação Nº 1969914

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: VIA NOVITA LTDA ME

CNPJ: 04.447.180/0001-05

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE. Valor: R\$ 3.093,60 (Três Mil Noventa e Três reais e Sessenta Centavos). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 28 de Março de 2019 até 28 de Março de 2020. Ponte Serrada, 02 de Abril de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 56/2019 KLEBER

Publicação Nº 1969923

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: KLEBER ARRABAÇA BARBOSA EPP

CNPJ: 11.507.711/0001-73

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE DE 12 MESES PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER SOLICITADOS CONFORME NECESSIDADE. Valor: R\$ 3.240,00 (Três Mil Duzentos e Quarenta Reais). VIGÊNCIA: A presente Ata tem vigência de 28 de Março de 2019 até 28 de Março de 2020. Ponte Serrada, 02 de Abril de 2019. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 38/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 26/2019

Publicação Nº 1969667

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 38/2019 – PREGÃO PRESENCIAL 26/2019

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÁS P13 E P45 E ÁGUA MINERAL PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Recebimento dos Envelopes até às 08H15 (horário de Brasília) do dia 16/04/2019. Abertura da Sessão às 08H30 horas (horário de Brasília) do dia 16/04/2019. Edital e anexos, disponíveis no site do município www.ponteserrada.sc.gov.br em 03/04/2019. Informações complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail compras@ponteserrada.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 34356000.

Ponte Serrada, 02 de abril de 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 2073 DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1969109

DECRETO Nº 2.073, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18 da Lei Municipal nº 2.700/2018".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 08 - Secretaria de Agricultura e Pecuária

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Agricultura e Pecuária

Funcional Programática: 20.606.0006

Atividade: 2.018 - Manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura e Pecuária Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo elencada na importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais):

Órgão: 08 - Secretaria de Agricultura e Pecuária

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria de Agricultura e Pecuária

Funcional Programática: 20.606.0006

Atividade: 2.018 - Manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura e Pecuária Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 02 de abril de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 113, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1969613

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 113, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Altera a Lei Complementar nº 37, de 4 de novembro de 2011.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art. 1º Exclui o cargo de servente do Anexo VI – Cargos Efetivos em Extinção, transpondo o número de vagas para o Anexo II, ambos da Lei Complementar nº 37, de 4 de novembro de 2011.

Art. 2º O Anexo II da Lei Complementar nº 37, de 4 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Servente				110
----------	--	--	--	-----

Parágrafo único. Os efeitos financeiros decorrentes da transposição mencionada no art. 1º desta Lei retroagem a data de 14 de janeiro de 2019.

Art. 3º Excluem os cargos de Bibliotecário e Auxiliar de Biblioteca constantes dos Anexos II e IV, ambos da Lei Complementar nº 37, de 4 de novembro de 2011.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 2 dias do mês de abril de 2019.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 114, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1969621

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 114, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Altera o item que menciona da Lei Complementar nº 33, de 10 de junho de 2011, Código Urbanístico, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar Municipal nº 33, de 10 de junho de 2011, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 166. Os processos de avaliação, revisão e fiscalização do Código Urbanístico de Porto Belo devem ser realizados conforme determinação dos § 3º e § 4º do art. 40 do Estatuto da Cidade.

Art. 2º Os demais dispositivos legais da Lei Complementar Municipal nº 33, de 10 de junho de 2011, não modificados por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 2 dias do mês de abril de 2019.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2747, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1969704

LEI MUNICIPAL Nº 2747, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Insere o dispositivo que menciona da Lei Municipal nº 2143/2014, que instituiu e integrou o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, ao sistema Tributário Municipal de Porto Belo-SC, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 2143, de 28 de abril de 2014, com suas alterações posteriores, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 9º

X - O imóvel de propriedade dos veteranos de Guerras da FEB e Ex-combatentes da FEB, integrantes da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante, Exército e Aeronáutica, que participaram em missões de patrulhamento aero-naval ou de unidades que comboiaram as tropas brasileiras para o centro de operações, inclusive dos que hajam servido as forças armadas do Brasil, em Zona de Guerra, delimitada pelo Decreto Federal nº 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, desde que seja proprietário de um único imóvel no Município e nele resida e que declare que não goze de tal benefício em outro Município, e de suas viúvas, enquanto mantiverem o estado de viuvez.

Art. 2º Os demais dispositivos legais da Lei Municipal nº 2143, de 28 de abril de 2014, com suas alterações posteriores, não modificados por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Porto Belo - SC, aos 2 dias do mês de abril de 2019.
EMERSON LUCIANO STEIN
PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2748, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1969709

LEI MUNICIPAL Nº 2748, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Altera a Lei Municipal nº 1950, de 21 de outubro de 2011, que autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAMAP, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O Anexo I da Lei Municipal nº 1950, de 21 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes modificações:

ANEXO I

CARGOS EFETIVOS

GRUPO: Cargo Efetivo

CÓDIGO: CE

VAGAS	CARGO	HABILITAÇÃO	NIVEL	VENCIMENTO
02	ANALISTA AMBIENTAL IV	GEÓLOGO COM REGISTRO NO RESPECTIVO CONSELHO	CE-01	R\$ 5.719,66
04	ANALISTA AMBIENTAL VII	NÍVEL SUPERIOR NA ÁREA AMBIENTAL COM REGISTRO NO RESPECTIVO CONSELHO	CE-01	R\$ 5.719,66

§ 1º Os cargos atualmente ocupados de analista ambiental IV e analista ambiental VII com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, passarão a ser de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º Os servidores já investidos nos cargos citados no parágrafo anterior, que desejam optar pela ampliação da jornada de trabalho, até o limite do respectivo cargo, com o aumento dos vencimentos na mesma proporção, poderão, no prazo máximo de 90 (noventa) contados a partir da publicação desta Lei, apresentar requerimento escrito neste sentido, de forma irretratável, que deverá ser acatado pela administração em até 30 (trinta) dias.

§ 3º Os servidores já investidos nos cargos citados, enquanto não realizarem a opção de que trata os parágrafos antecedentes e, assim, mantiverem sua carga horária originária de 20 (vinte) horas semanais, terão seus vencimentos de acordo com a respectiva carga horária.

Art. 2º O Anexo III da Lei nº 1950, de 21 de outubro de 2011, passa a vigorar com as seguintes modificações:

ANEXO III

DESCRIÇÃO DE CARGO

CATEGORIA FUNCIONAL: ANALISTA AMBIENTAL IV

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Superior

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 (QUARENTA)

VENCIMENTO: R\$ 5.719,66

Nível: CE-XI

NÚMERO DE VAGAS: 02

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Graduação Superior em Geologia, Ciências Geológicas ou Engenharia Geológica, com registro no respectivo Conselho Profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: desenvolver, planejar, executar e implementar: programas ambientais, projetos, processos, sistemas, produtos e serviços. Atuando técnica e administrativamente de modo a melhorar, proteger e recuperar o Meio Ambiente atendendo as necessidades do Município de Porto Belo - SC, contribuindo para a governabilidade e sustentabilidade da administração pública no âmbito da gestão ambiental.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Mapear conhecimentos relacionados à missão, negócio e estratégias de governo municipal, mediante a realização de estudos e pesquisas buscando o conhecimento nas áreas de Gestão ambiental, monitoramento, preservação e recuperação dos recursos naturais do Município; Coordenar e monitorar a defesa da qualidade ambiental do Município; Adotar medidas necessárias à preservação, conservação e melhoria dos recursos ambientais, sugerindo a criação de áreas especialmente protegidas a promovendo a criação e monitoramento de Unidades de Conservação Ambiental; Promover pesquisas e estudos técnicos no âmbito da proteção ambiental, concorrendo para o desenvolvimento da tecnologia nacional; Analisar processos e emitir pareceres fundamentados técnico e legalmente com fins de orientar decisões; Elaborar pareceres e relatórios técnicos, planos, projetos e outros que se exija a aplicação de conhecimentos inerentes à sua área de especialização técnica; Acompanhar os trabalhos técnicos na área ambiental; Planejar, organização, dirigir, orientar e controlar sistemas, programas e projetos que envolvam todas as atividades de meio ambiente e de interesse do Município; Desenvolver estudos, pesquisa, análise e interpretação da legislação ambiental; Atuar na qualidade de instrutor de treinamento e outros eventos de igual natureza, mediante participação prévia em processo de qualificação e autorização superior; Exercer outras atividades compatíveis com sua formação ou previstas em lei ou regulamento e outros por determinação de superiores hierárquicos; Monitorar e fiscalizar as atividades potencialmente poluidoras ou de degradação ambiental; Estabelecer, juntamente com a equipe, programas a serem implementados; Coletar, sistematizar, analisar, armazenar e divulgar informações relativas à mineração e geologia; Realizar estudos e pesquisas para o desenvolvimento tecnológico dos recursos minerais e hidrogeológicos; Executar estudos na área de geologia, geofísica, geoquímica, geotecnia, hidrogeologia e mineração; Fiscalizar a execução de projetos e serviços geológicos; Realizar amostragem e análises físicas, químicas, petrográficas e mineralógicas; Promover e executar estudos e serviços de prospecção, cubagem e viabilidade econômica de jazidas; Realizar estudos sobre a avaliação de impactos ambientais, resultantes da atividade minerária; Elaborar estudos e planos sobre a política e o setor geológico mineral; Realizar perícia e arbitramento de trabalhos geológicos, geofísicos, geoquímicos e topográficos; Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Participar e colaborar com a realização programas educativos, ministrando cursos e palestras; Participar e colaborar no desenvolvimento de programas educativos que concorram para melhorar a compreensão social dos programas ambientais.

CATEGORIA FUNCIONAL: ANALISTA AMBIENTAL VII

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Superior

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 (QUARENTA)

VENCIMENTO: R\$ 5.719,66

NÚMERO DE VAGAS: 04

Nível: CE-XI

QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA: Graduação Superior na Área Ambiental com registro no respectivo Conselho Profissional.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: fiscalizar o cumprimento das normas de proteção do meio ambiente, programas ambientais, projetos, processos, sistemas, produtos e serviços. Atuando técnica e administrativamente de modo a melhorar, proteger o Meio Ambiente atendendo as necessidades do Município de Porto Belo - SC, contribuindo para a governabilidade e sustentabilidade da administração pública no âmbito da gestão ambiental.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Mapear conhecimentos relacionados à missão, negócio e estratégias de governo municipal, mediante a realização de estudos e pesquisas buscando o conhecimento nas áreas de Gestão ambiental, monitoramento, preservação e recuperação dos recursos naturais do Município; Participar e colaborar no desenvolvimento de programas educativos que concorram para melhorar a compreensão social dos programas ambientais; Coordenar e monitorar a defesa da qualidade ambiental do Município; Adotar medidas necessárias à preservação, conservação e melhoria dos recursos ambientais, sugerindo a criação de áreas especialmente protegidas a promovendo a criação e monitoramento de Unidades de Conservação Ambiental; Promover pesquisas e estudos técnicos no âmbito da proteção ambiental, concorrendo para o desenvolvimento da tecnologia nacional; Analisar processos de fiscalização ambiental, e emitir pareceres fundamentados técnico e legalmente com fins de orientar decisões; Acompanhar os trabalhos técnicos na área ambiental; Atuar na qualidade de instrutor de treinamento e outros eventos de igual natureza, mediante participação prévia em processo de qualificação e autorização superior; Exercer outras atividades compatíveis com sua formação ou previstas em lei ou regulamento e outros por determinação de superiores hierárquicos; Monitorar e fiscalizar as atividades potencialmente poluidoras ou de degradação ambiental; Fiscalizar e monitorar a produção de carvão vegetal, queimadas, disposição de embalagens de defensivos agrícolas, os recursos hídricos, poluição atmosférica, extração de recursos naturais não renováveis, disposição de resíduos sólidos no solo, lançamento de efluentes, emissão de sons e ruídos; Fiscalizar as condicionantes das licenças e o cumprimento da legislação federal, estadual e municipal na área ambiental; Fiscalizar o meio ambiente, devendo estabelecer relações entre vários aspectos que interferem na sua qualidade, compreendendo tanto o ambiente de processo de trabalho como de habitação, lazer e outros sempre que impliquem riscos a saúde como aplicação de agrotóxicos, edificações, parcelamento do solo, saneamento urbano e rural, lixo domiciliar, comercial, industrial e hospitalar; Fiscalizar os estabelecimentos industrial, comercial e agropecuário; Emitir notificações e autos de infração sobre infrações às normas que agredem o meio ambiente; Executar outras atividades correlatas; Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades; Participar e colaborar com a realização programas educativos, ministrando cursos e palestras; Participar e colaborar no desenvolvimento de programas educativos que concorram para melhorar a compreensão social dos programas ambientais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 2 dias do mês de abril de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2749, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1969719

LEI MUNICIPAL Nº 2749, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Altera Lei Municipal nº 809, de 30 de junho de 1994, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 809, de 30 de junho de 1994, passa a vigorar com a seguinte modificação:

Art. 1º Fica denominada Francisco Severiano dos Santos, a rua que tem seu início na Avenida Governador Celso Ramos e tem seu término na Rua dos Samagaia, Código de Logradouro nº 1685, Bairro Vila Nova, neste Município.

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 809, de 30 de junho de 1994, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 2 dias do mês de abril de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2750, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1969730

LEI MUNICIPAL Nº 2750, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Dá denominação a Espaço Público, conforme menciona.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominado "Mirante das Vieiras - Maria Tomázia Stein Guerreiro", o Mirante localizado no canto norte da praia central, especificamente na Praia das Vieiras, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 2 dias do mês de abril de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 009/2019**

Publicação Nº 1969892

RESOLUÇÃO Nº 009/2019

“NOMEIA OS MEMBROS E SUPLENTES PARA O CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTINO TORQUATO DOS SANTOS JUNIOR, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, conforme o disposto no artigo 66, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e no artigo 25, inciso I e alínea “t” do Regimento Interno da Câmara Municipal, PROMULGA a presente RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Ficam nomeados os Membros e Suplentes para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que assim ficou constituído:

MEMBROS:

Presidente: DIOGO DOS SANTOS

Relator: JOEL ORLANDO LUCINDA

Membro: ROSAURA DE OLIVEIRA RODRIGUES

SUPLENTES:

Vereador: BENTO SEBASTIÃO VOLTOLINI

Vereador: FRANCISCO SCOTTINI

Vereador: MARCOS VENICIUS MARQUES

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, aos 02 dias do mês de abril de 2019.

Ver. Altino Torquato dos Santos Junior

Presidente

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 661/2019

Publicação Nº 1969909

DECRETO Nº 661, de 29 de março de 2019.

Dispõe sobre a nomeação do responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o caráter público do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do responsável pela entidade junto à Receita Federal do Brasil – RFB,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada IEDA LÚCIA ZANELLA, Responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS – CNPJ nº 11.511.974/0001-56, perante a Receita Federal do Brasil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 29 de março de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 662/2019

Publicação Nº 1969910

DECRETO Nº 662, de 29 de março de 2019.

Dispõe sobre Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, com fundamento no Artigo 6º da Emenda Constitucional 41/2003,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais, à Servidora Pública Municipal Sra. MARISTELA ZONTA, portadora do RG nº 4.362.793-7/SSP/PR e CPF nº 677.907.049-15, no Cargo de Professor Docente Educação Infantil, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de março de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

PORTARIA Nº 255/2019 - RH

Publicação Nº 1970155

PORTARIA Nº 255, de 11 de março de 2019.

Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 11 de março a 13 de dezembro de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, PRISCILA CAROLINE GONCHO, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, classificada em “37º” lugar do Processo Seletivo 001/2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe “B”, referência “01”, previsto nos Anexos I e III, da

Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, conforme a Meta 7.3 do Plano Municipal de Educação "Garantir em cada sistema de ensino, programa de apoio pedagógico e novas oportunidades de aprendizagem em contra turno".

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 11 de março de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 275/2019 - RH

Publicação Nº 1970181

PORTARIA Nº 275, de 20 de março de 2019.

Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO a possível ameaça de epidemia de Dengue e Zika Vírus que poderá ocorrer no município de Porto União - SC;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, no período de 20 de março a 30 de abril de 2019, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, BIANCA MARIA WOLF, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF (Programa Saúde da Família), de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008 e alterações, para atender a demanda junto a Unidade de Saúde Central.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto à Unidade de Saúde Central, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de março de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 276/2019 - RH

Publicação Nº 1970186

PORTARIA Nº 276, de 20 de março de 2019.

Dispõe sobre prorrogação de Contrato de Trabalho nº 113/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 113/2018, no período 19 de março a 30 de abril de 2019, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga, de DJALMA MICHELE SILVA, que exerce as funções do cargo de Médico (Clínico Geral), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda junto ao Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto ao Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de março de 2019.

Porto União (SC), 20 de março de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 278/2019 - RH

Publicação Nº 1970196

PORTARIA Nº 278, de 20 de março de 2019.
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 20 de março a 30 de abril de 2019, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, PRISCILA DE PAULA, para exercer as funções do cargo de Farmacêutico, com vencimentos na Classe "11", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, para atender a demanda junto a Vigilância Sanitária do Município.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto Vigilância Sanitária, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de março de 2019.

ELISEU MIBACH	RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 279/2019 - RH

Publicação Nº 1970199

PORTARIA Nº 279, de 21 de março de 2019.

Prorrogar o Contrato de Trabalho PSF nº 008/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho PSF nº 008/2018, no período de 21 de março a 30 de abril de 2019, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga, de BRUNA TEIXEIRA, que exerce as funções do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008 e suas alterações, para atender a demanda junto a Unidade de Saúde Central.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto à Unidade de Saúde Central, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de março de 2019.

ELISEU MIBACH	RUAN GUILHERME WOLF
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 300/2019 - RH

Publicação Nº 1970222

PORTARIA Nº 300, de 22 de março de 2019.

Prorrogar o Contrato de Trabalho PSF nº 009/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente de Combate a Endemias;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 4.500/2017, que regulamenta o Emprego Público de Agente de Combate a Endemias no âmbito do Município de Porto União;

CONSIDERANDO a possível ameaça de epidemia de Dengue e Zika Vírus que poderá ocorrer no município de Porto União;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho PSF nº 009/2018, no período de 22 de março a 30 de abril de 2019, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga, de ALEXSANDRO SILVEIRA, para o cargo do emprego público de Agente de Combate a Endemias, de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008 e suas alterações, para atender a demanda junto a Vigilância Ambiental, em razão da possível ameaça de epidemia de Dengue e Zika Vírus que poderá ocorrer no município de Porto União.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto à Vigilância Ambiental, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 22 de março de 2019.

ELISEU MIBACH

RUAN GUILHERME WOLF

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA 001/2019 - ALTERADO 3

Publicação Nº 1969623

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 006/2019 – ALTERADO 3

Retificação do Edital de Concorrência 001/2019

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório supracitado. A data permanece inalterada. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 02 de abril de 2018.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2019

Publicação Nº 1969469

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2019

A CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO UNIÃO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.529.933/0001-06, com sede na Praça Hercílio Luz, s/nº, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua PREGOEIRA, designada pela Resolução nº 230/2017 e da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Resolução nº 237/2018 comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 003/2019, na Modalidade Pregão - Menor Valor Global, do tipo Presencial, conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria.

Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação, serão recebidos para protocolo junto a Diretoria Administrativa da Câmara Municipal, até às 09h30m do dia 16 de Abril de 2019 iniciando-se a sessão pública às 09h45m no Plenário da Câmara, no mesmo endereço.

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de assistência e orientação técnica para a realização de concurso público, compreendendo também, elaboração de editais e de provas escritas e práticas, definição do conteúdo programático das disciplinas, aplicação e correção das provas, atribuições de notas e classificação dos candidatos por função, de acordo com as especificações, quantidades e respectivos valores máximos constantes no Edital completo, o qual se encontra à disposição dos interessados no endereço supramencionado, na sede da Câmara Municipal de Porto União e também através do endereço eletrônico: <http://cmpu.sc.gov.br/>.

Maira Teresinha Lusa

Pregoeira

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 004 2019 - FMS - LIXO HOSPITALAR

Publicação Nº 1969880

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº004/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, até as 09:00 Horas do dia 16.04.2019, para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO, E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE GERADOS PELO MUNICIPIO. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site www.pousoredondo.sc.gov.br

Pouso Redondo, em 02 de Abril de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

PROCESSO 037 2019 - NITROGENIO

Publicação Nº 1969342

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº37/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2019

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, até as 09:00 Horas do dia 15.04.2019, para Registro de preços para futura e eventual aquisição de nitrogênio líquido, para uso da secretaria de agricultura do município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site www.pousoredondo.sc.gov.br

Pouso Redondo, em 02 de Abril de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2019 - PMPG

Publicação Nº 1970574

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 20/2019

PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO DE EXPEDIENTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC PARA 2019, CONFORME LITA DE ITENS E QUANTIDADES CONSTANTES NO ANEXO II DESTE EDITAL

ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 09:00 HORAS DO DIA 18/04/2019

ABERTURA DOS ENVELOPES: ÀS 09:15 HORAS DO DIA 18/04/2019.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, CENTRO, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 07:30H ÀS 13:00H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.

PRAIA GRANDE-SC, 01 DE ABRIL DE 2019.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

DECRETO D/4.305/2019, DE 30 DE MARÇO DE 2019.

Publicação N° 1970656

Decreto n° D/4.305/2019, de 30 de março de 2019.

Homologa a Resolução n° 003/2019, de 29 de março de 2019, do Conselho Municipal de Saúde.

Neiva Kleemann Toniello, Prefeita Municipal em Exercício de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:

Art. 1°. Fica homologada a Resolução n° 003/2019, de 29 de março de 2019, do Conselho Municipal de Saúde, que emite parecer aprovando por unanimidade, o Relatório Anual de Gestão referente ao ano de 2018 e SISPACTO referente ao ano de 2019, conforme Ata n° 004/2019.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 30 de março de 2019.

Neiva Kleemann Toniello
Prefeita Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto em 30/03/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella
Secretária Municipal de Administração,
Planejamento e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO N° 59/2019

Publicação N° 1970258

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 59/2019

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADO:	TORMEX USINAGEM DE PRECISÃO LTDA EPP
OBJETO:	O objeto do presente contrato consiste na aquisição de 02 (dois) distribuidores de adubo líquido, conforme Termo Aditivo ao Contrato de Repasse n° 1.056.055-98/2018, oriundo do Programa de Fomento ao Setor Agropecuário referente a Proposta de Transferência N° 872504/2018/MAPA/CAIXA.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos itens é de R\$ 45.078,00 (quarenta e cinco mil e setenta e oito reais), valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pelo servidor municipal Sr. Neucir José Giacomini, conforme Portaria n° P/0515/2019, de 28 de março de 2019, nos termos do art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993.
VIGÊNCIA:	31/12/2019

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 01/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 01/2019

Publicação N° 1969712

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NR. 01/2019
PROCESSO LICITATÓRIO N° 01/2019

CONTRATANTE:	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ZENAIDE DE FRANCESCHI GIACOMINI

OBJETO:	O objeto da presente dispensa de licitação, é a locação de sala comercial destinada a abrigar a sede da Câmara Municipal de Presidente Castello Branco.
VALOR:	O valor a ser pago a CONTRATADA pelo aluguel do imóvel, é a importância de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais) mensal;
FUNDAMENTO:	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.
HOMOLOGAÇÃO:	29/03/2019
VIGÊNCIA:	31/12/2019

Presidente Getúlio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 065/2019

Publicação Nº 1969344

DECRETO Nº. 065/2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a dotação orçamentária a seguir discriminada:

ÓRGÃO	08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
FUNÇÃO	20	Agricultura
SUBFUNÇÃO	606	Extensão Rural
PROGRAMA	080	Agricultura Forte
ATIVIDADE	2037	Manutenção da Secretaria da Agricultura
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 35.000,00
TOTAL		35.000,00

Art. 2º. Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
FUNÇÃO	20	Agricultura
SUBFUNÇÃO	606	Extensão Rural
PROGRAMA	080	Agricultura Forte
ATIVIDADE	2037	Manutenção da Secretaria da Agricultura
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 35.000,00
TOTAL		35.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 18 DE MARÇO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 066/2019

Publicação Nº 1969346

DECRETO Nº. 066/2019

ALTERA O DECRETO N.º 215/2018 A FIM DE DISCIPLINAR OS QUÓRUNS DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, BEM COMO PARA DETERMINAR QUE A CLASSIFICAÇÃO DA MODALIDADE DE REURB SE DARÁ MEDIANTE DECISÃO DO PREFEITO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto 215/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º-A. A Comissão deliberará apenas quando presentes o coordenador e no mínimo mais 5 (cinco) membros.

§ 1º As decisões e pareceres da comissão serão tomadas pela maioria simples dos membros presentes na reunião;

§ 2º Em caso de empate, prevalecerá o voto proferido pelo coordenador."

"Art. 5º

II – análise do requerimento pela Comissão de Regularização Fundiária e indicação quanto ao seu deferimento ou não, com a classificação da modalidade da Reurb;

III – homologação da indicação de classificação da Comissão de Regularização Fundiária por decisão do Prefeito Municipal com a instauração da Reurb;”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 18 DE MARÇO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 067/2019

Publicação Nº 1969348

DECRETO Nº. 067/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº. 3.262/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.262/19, de 26 de março de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do município de Presidente Getúlio, crédito adicional especial, de acordo com a Lei nº. 3.262/2019, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), para inclusão ao seguinte programa:

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE	01	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
SUBFUNÇÃO	452	Serviços Urbanos
PROGRAMA	0070	Transportes e Obras
PROJETO	1011	Pavimentação Asfáltica Pres. Getúlio/Rio do Sul
CATEGORIA ECON. DESPESA	40000	Despesa de Capital
GRUPO DE DESPESA	4.4	Investimentos
ELEMENTO DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	18.300	Operações de Crédito - outras R\$ 2.500.000,00
TOTAL		R\$ 2.500.000,00

Art. 2º. De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito especial de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei nº. 3.261, de 12 de março de 2019.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 26 DE MARÇO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 068/2019

Publicação Nº 1969350

DECRETO Nº. 068/2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a dotação orçamentária a seguir discriminada:

ÓRGÃO	08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
FUNÇÃO	18	Gestão Ambiental
SUBFUNÇÃO	542	Controle Ambiental
PROGRAMA	080	Agricultura Forte
ATIVIDADE	2045	Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 25.000,00
TOTAL		25.000,00

Art. 2º. Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	08.01	SECRETARIA DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
FUNÇÃO	18	Gestão Ambiental
SUBFUNÇÃO	542	Controle Ambiental
PROGRAMA	080	Agricultura Forte
ATIVIDADE	2045	Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente
DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 25.000,00
TOTAL		25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 26 DE MARÇO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 069/2019

Publicação Nº 1969351

DECRETO Nº. 069/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar, por conta do superávit financeiro verificado no final do exercício de 2018, sob a codificação 30000 - Recursos Ordinários – a dotação orçamentária a seguir discriminada, no valor de R\$ 14.000,00 (catorze mil reais).

ÓRGÃO	07.02	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento
FUNÇÃO	22	Indústria
SUBFUNÇÃO	661	Promoção Industrial
PROGRAMA	130	Desenvolvimento Econômico
ATIVIDADE	2027	Manutenção da Secretaria de Desenv. Econômico
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	30000	Recursos Ordinários 14.000,00
TOTAL		14.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 26 DE MARÇO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 070/2019

Publicação Nº 1969352

DECRETO Nº. 070/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO – e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº. 3.247/18, de 27 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por conta do provável excesso de arrecadação, sob a codificação 10000 – Recursos Ordinários, a dotação orçamentária a seguir discriminada, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

ÓRGÃO	05.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA
FUNÇÃO	13	Cultura
SUBFUNÇÃO	392	Divisão Cultural
PROGRAMA	050	Desenvolvimento Cultural
ATIVIDADE	2009	Manutenção Geral do Desenvolvimento Cultural
DESPESA	3.3.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	10000	Recursos Ordinários 25.000,00
TOTAL		25.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 26 DE MARÇO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº. 2.406/2019

Publicação Nº 1969357

LEI COMPLEMENTAR Nº. 2.406/2019

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N.º 1913/2001 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL) PARA MODIFICAR O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Complementar Municipal n.º 1.913/2001 (Código Tributário Municipal) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 133. A representação far-se-á por escrito ou será realizada oralmente e reduzida a termo e conterá:

I - o nome e a assinatura do representante, bem como seu endereço;

II – o nome do infrator e os eventuais dados que o representante dispuser para sua qualificação;

III - as circunstâncias da infração; e

IV – as provas da ocorrência da infração ou a indicação dos meios para obtê-las.

§ 1º Apresentada representação anônima ou apócrifa, mas que contenha os requisitos previstos nos incisos II a IV, o agente responsável pela fiscalização realizará diligências preliminares a fim de verificar a possível ocorrência de infração antes de receber a representação.

§ 2º Não preenchidos os requisitos dos incisos I a IV ou não verificados indícios de infração após às diligências preliminares a que se refere o § 1º, a representação será arquivada. ”

“Art. 134. Recebida a representação, o agente competente providenciará imediatamente a diligência para verificar sua veracidade. ”

“Art. 135

I – mencionar o local e data da lavratura; ”

“Art. 138. As intimações subsequentes à intimação inicial da autuação ou da notificação do lançamento far-se-ão:

I – via e-mail ou telefone indicados pelo contribuinte ou registrados no cadastro municipal;

II – pessoalmente, mediante termo de intimação nos autos;

III – por carta, com aviso de recebimento;

IV – por edital, publicado no diário oficial do município, com prazo não inferior a 15 (quinze) dias. ”

“Art. 139. As intimações presumem-se feitas:

I – quando via telefone, no dia em que a ligação foi realizada;

II – quando via e-mail, três dias após o envio da mensagem;

III – quando pessoalmente, na data do seu recebimento;

IV – quando por carta, na data do recibo do aviso de recebimento;

V – quando por edital, no termo final do prazo contado a partir da publicação.

§ 1º Não serão realizadas mais do que 3 (três) tentativas de comunicação via telefone, em dias distintos, sendo no mínimo uma delas em período matutino e outra em período vespertino, com a certificação nos autos.

§ 2º A comunicação via telefone será válida desde que certificada nos autos com a indicação do horário de sua realização.

§ 3º A comunicação via e-mail será válida desde que certificada nos autos com a juntada do respectivo comprovante de envio da mensagem.

"

"Seção II
DA RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO E CONTRA A AUTUAÇÃO"

"Art. 140. O contribuinte ou responsável tributário que não concordar com o lançamento ou com a autuação poderá reclamar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados na forma prevista no art. 139. "

"Art. 141. A reclamação contra o lançamento ou contra a autuação far-se-á por petição, podendo o reclamante alegar toda a matéria que entender útil, indicar provas que pretende produzir, devendo juntar todas as provas que já possui. "

"Art. 142. A reclamação contra o lançamento ou contra a autuação terá efeito suspensivo na cobrança dos tributos e multas lançados, desde que apresentada tempestivamente. "

"Art. 143. Recebida a reclamação, o agente responsável pelo lançamento ou pela autuação terá o prazo de 10 (dez) dias para impugná-la, podendo alegar toda a matéria que entender útil, indicar provas que pretende produzir e juntar todas as provas que já possui. "

"Art. 147. Findo o prazo do art. 143, a autoridade responsável pelo julgamento da reclamação deferirá, no prazo de 10 (dez) dias, a produção das provas que não sejam manifestamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias e fixará o prazo não superior a 30 (trinta) dias em que uma e outra devam ser produzidas. "

"Art. 152. A autoridade competente proferirá a decisão de primeira instância, que poderá se fundamentar em parecer ou manifestação prévia, e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária. "

"Art. 153. O reclamante será intimado da decisão na forma do art. 138.

Parágrafo Único: A intimação indicará obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário a instância superior. "

"Art. 154. Da decisão de primeira instância contrária, no todo ou em parte, ao reclamante caberá recurso voluntário ao Conselho Municipal de Contribuintes, com efeito suspensivo, interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados na forma do art. 139. "

Art. 2.º Revogam-se:

I - os art. 144 a 146 da Lei Complementar 1.913/2001;

II – os incisos I a III do art. 153 da Lei Complementar 1.913/2001;

III – o § 1º do art. 154 da Lei Complementar 1.913/2001.

Art. 3.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 26 DE MARÇO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

LEI Nº. 3.262/2019

Publicação Nº 1969355

LEI Nº. 3.262/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETULIO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Presidente Getúlio, crédito adicional especial no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), para a inclusão do seguinte programa:

ÓRGÃO	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
UNIDADE	01	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
SUBFUNÇÃO	452	Serviços Urbanos
PROGRAMA	0070	Transportes e Obras
PROJETO	1011	Pavimentação Asfáltica Pres. Getúlio/Rio do Sul
CATEGORIA ECON. DESPESA	40000	Despesa de Capital
GRUPO DE DESPESA	4.4	Investimentos
ELEMENTO DESPESA	4.4.90	Aplicações Diretas
FONTE DE RECURSO	18.300	Operações de Crédito - outras R\$ 2.500.000,00
TOTAL		R\$ 2.500.000,00

Art. 2º. De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito especial de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei nº. 3.261, de 12 de março de 2019.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§ 2º - O saldo da operação de crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC., EM 26 DE MARÇO DE 2019.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2019

Publicação Nº 1969995

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE AULAS DE DANÇA DE SALÃO DESTINADA AO PÚBLICO DA TERCEIRA IDADE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO. Entrega dos envelopes até o dia 16/04/2019 às 10h45min. Sessão de abertura às 11h00 min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Muller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, 02 de abril de 2019

Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO Nº 11/2019 AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA MANUTENÇÃO DE PONTES E OUTROS FINS.

Publicação Nº 1969261

EDITAL Pregão Presencial Nº11/2019 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 156/2019 de 21/02/2019 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Presencial nº 11/2019, do tipo Menor Preço, Por Item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA MANUTENÇÃO DE PONTES E OUTROS FINS.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 15/04/2019
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) prefeitura municipal de presidente Nereu sala de licitações
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00:00 horas.
- e) Abertura do processo: 15/04/2019 às 09:15:00 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

**A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 11/2019.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L**

**B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 11/2019.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O**

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até 15/04/2019 às 09:00:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 **Procuração** ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 **Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.**

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte **(deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).**

3.1 **A não comprovação** de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item **1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA**, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo (90) noventa dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2019 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do

presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. **(Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).**

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.

6.1.13 Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os **documentos de habilitação** deverão ser apresentados em **original ou por fotocópia** previamente **autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal**, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de

classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser

contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de **Menor Preço Por Item** e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita **Menor Preço Por Item** e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. **02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro

poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de **Menor Preço Por Item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste Pregão será **Menor Preço Por Item**, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho,

poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
	08.01
	2016
	33393051
	0100000

XV - DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do **MUNICÍPIO**, se a **licitante vencedora** não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 17.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o **MUNICÍPIO** solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados **de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação

fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item “16” deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes

qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

23.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO**).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**).

ANEXO X - Modelo de Proposta Comercial (**Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA**).

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no **Diário Oficial do Estado**, Diário Oficial dos Municípios, na **internet página do município no link licitações** e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU, 2 de abril de 2019.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....****DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL**

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____

E-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°/20....
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°/20.....****PREGÃO PRESENCIAL N°/20....****PROCESSO N°/20.....****INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE**

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça Leão Dehon nº 50, Centro, deste município, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº/20.... e, do edital do Pregão Presencial em _____ epígrafe, ao Registro de Preços paraPrefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE.....**1º COLOCADO:**

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA MANUTENÇÃO DE PONTES E OUTROS FINS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ R\$

#,##0.00{RoundingMode=HALF_UP}

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até 31/12/2019

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) **Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de <05> nº <01>/<02>, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação

da vigência da Ata, nos termos do **art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993**, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no **art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993**, de acordo com o **art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços**

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de _____ de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal

Pregoeiro

Assinaturas fornecedores:

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de <04> -<06>, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na <84>, em <04> -<06>, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. <88>, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua José Teodoro de Melo, nº36 neste município, inscrito no CPF 767.132.029-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA MANUTENÇÃO DE PONTES E OUTROS FINS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$
#,##0.00{RoundingMode=HALF_UP}

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços

contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) **Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 11/2019, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Presidente Nereu, 2 de abril de 2019

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA MANUTENÇÃO DE PONTES E OUTROS FINS.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	20	METRO CUBICO	MADEIRA DE EUCALIPTO COM 10 CM X 10 CM COM 04 METROS DE COMPRIMENTO UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO DE MATA-BURRO.	R\$690,00	R\$ 13.800,00
2	100	METRO CUBICO	MADEIRA DE EUCALIPTO EM PRANCHAS 0,6 CM DE ESPESSURA COM 4 METROS DE COMPRIMENTO E NO MÍNIMO 20 CM DE LARGURA COM NO MÁXIMO 30% DE BRANCAL	R\$675,00	R\$ 67.500,00
3	20	METRO CUBICO	MADEIRA DE EUCALIPTO EM PRANCHAS COM 03 CM DE ESPESSURA, 04 METROS NO MÍNIMO DE COMPRIMENTO E NO MÍNIMO 20 CM DE LARGURA, COM NO MÁXIMO 30% DE BRANCAL (METRO CUBICO)	R\$716,00	R\$ 14.320,00
4	1.000	METRO	VIGA DE MADEIRA DE EUCALIPTO COM BITOLA NO MÍNIMO 40 CM DE DIÂMETRO, E NO MÁXIMO 30% DE BRANCAL PARA PONTES.	R\$65,00	R\$ 65.000,00
5	5	METRO CUBICO	TABUAS DE CAIXARIA 25CM DE LARGURA POR 2,5 CM	R\$500,00	R\$ 2.500,00
6	20	METRO CUBICO	TABUAS DE CAIXARIA 2,5 CM X 20 CM	R\$495,00	R\$ 9.900,00
7	20	METRO CUBICO	TABUA DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 3 CM X 30 CM COM 03 MT DE COMPRIMENTO	R\$600,00	R\$ 12.000,00
8	20	METRO CUBICO	TABOA DE EUCALIPTO DE 03 CM X 20 CM COM 03 METROS DE COMPRIMENTO	R\$570,00	R\$ 11.400,00
9	20	METRO CUBICO	TABOA DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 03 CM X 25 CM COM 03 MT DE COMPRIMENTO	R\$600,00	R\$ 12.000,00
10	3.000	METRO	SARRAFO DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 03 CM X 10 CM COM 3 METROS DE COMPRIMENTO	R\$1,78	R\$ 5.340,00
11	2.000	METRO	SARRAFO DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 03CM X 07 CM COM 03 METROS DE COMPRIMENTO	R\$1,42	R\$ 2.840,00
12	4.000	METRO	TABUA DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 3 CM X 08 CM COM 03 MT DE COMPRIMENTO	R\$1,75	R\$ 7.000,00
13	2.000	METRO	CAIBRO DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 10 CM X 20 CM COM 03 MT DE COMPRIMENTO	R\$13,00	R\$ 26.000,00
14	3.000	METRO	CAIBRO DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 8 CM X 16 CM COM 03 MT DE COMPRIMENTO	R\$9,46	R\$ 28.380,00
15	4.000	METRO	CAIBRO DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 7 CM X 14 CM COM 03 MT DE COMPRIMENTO	R\$7,80	R\$ 31.200,00

ANEXO IV**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----
-----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----
, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. -----
DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93,
acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega** menor
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega**
menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____, e CPF sob nº. --- _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° .../20....****DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N° .../20....****DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL**

A empresa.....(Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

A empresa....., CNPJ n.º,
declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de
comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei
Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete
a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para
este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o
lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação
para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e
consideração.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO X**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****PROPOSTA COMERCIAL****NOME DE EMPRESA:** _____**CNPJ:** _____**INSCRIÇÃO ESTADUAL** _____**ENDEREÇO COMPLETO:** _____**RUA:** _____ **Nº.** _____**BAIRRO:** _____**CEP:** _____**CIDADE:** _____ **UF:** _____**FONE: (____) _____**

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para aquisição de madeiras de eucalipto para manutenção de pontes e outros fins. da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20....., acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	20	METRO CUBICO	MADEIRA DE EUCALIPTO COM 10 CM X 10 CM COM 04 METROS DE COMPRIMENTO UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO DE MATA-BURRO.		
2	100	METRO CUBICO	MADEIRA DE EUCALIPTO EM PRANCHAS 0,6 CM DE ESPESSURA COM 4 METROS DE COMPRIMENTO E NO MÍNIMO 20 CM DE LARGURA COM NO MÁXIMO 30% DE BRANCAL		
3	20	METRO CUBICO	MADEIRA DE EUCALIPTO EM PRANCHAS COM 03 CM DE ESPESSURA, 04 METROS NO MÍNIMO DE COMPRIMENTO E NO MÍNIMO 20 CM DE LARGURA, COM NO MÁXIMO 30% DE BRANCAL (METRO CUBICO)		
4	1.000	METRO	VIGA DE MADEIRA DE EUCALIPTO COM BITOLA NO MÍNIMO 40 CM DE DIÂMETRO, E NO MÁXIMO 30% DE BRANCAL PARA PONTES.		
5	5	METRO CUBICO	TABUAS DE CAIXARIA 25CM DE LARGURA POR 2,5 CM		
6	20	METRO CUBICO	TABUAS DE CAIXARIA 2,5 CM X 20 CM		
7	20	METRO CUBICO	TABUA DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 3 CM X 30 CM COM 03 MT DE COMPRIMENTO		
8	20	METRO CUBICO	TABOA DE EUCALIPTO DE 03 CM X 20 CM COM 03 METROS DE COMPRIMENTO		
9	20	METRO CUBICO	TABOA DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 03 CM X 25 CM COM 03 MT DE COMPRIMENTO		
10	3.000	METRO	SARRAFO DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 03 CM X 10 CM COM 3 METROS DE COMPRIMENTO		
11	2.000	METRO	SARRAFO DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 03CM X 07 CM COM 03 METROS DE COMPRIMENTO		
12	4.000	METRO	TABUA DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 3 CM X 08 CM COM 03 MT DE COMPRIMENTO		
13	2.000	METRO	CAIBRO DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 10 CM X 20 CM COM 03 MT DE COMPRIMENTO		
14	3.000	METRO	CAIBRO DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 8 CM X 16 CM COM 03 MT DE COMPRIMENTO		

15	4.000	METRO	CAIBRO DE MADEIRA DE EUCALIPTO DE 7 CM X 14 CM COM 03 MT DE COMPRIMENTO		
----	-------	-------	--	--	--

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

**NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

SEGUNDA ERRATA EDITAL DE PREGÃO Nº 06/2019 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE Nº. DA PROPOSTA: 14488.313000/1180-01 E PARECER TÉCNICO DO MINISTERIO DA SAÚDE PELA PORTARIA Nº 3134 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013. PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

Publicação Nº 1969676

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINALICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

ERRATA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PREGÃO PRESENCIAL Nº06/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE Nº. DA PROPOSTA: 14488.313000/1180-01 E PARECER TÉCNICO DO MINISTERIO DA SAÚDE PELA PORTARIA Nº 3134 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013. PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

Onde se lê que fará realizar no dia 04/04/2019 às 09:00 horas,

Lê-se que fará realizar no dia 17/04/2019 às 09:00 horas.

Devido a alterações no edital na cláusula segunda, das propostas: do cadastro on-line.

Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal ou pelo site www.presidentenereu.sc.gov.br no link licitações.Presidente Nereu, 02 de abril de 2019. **BENITO BRAND** Gestor do Fundo Municipal de Saúde**EDITAL Pregão Presencial Nº6/2019 de Participação EXCLUSIVA de
Micro Pequenas e EPPs
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014**

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 156/2019 de 21/02/2019, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Presencial nº 06/2019, do tipo Menor Preço, Por Item, sob a forma de fornecimento direto, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE Nº. DA PROPOSTA: 14488.313000/1180-01 E PARECER TÉCNICO DO MINISTERIO DA SAÚDE PELA PORTARIA Nº 3134 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013. PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 17/04/2019
- b) Local: Município de Presidente Nereu (SC).
- c) Prefeitura Municipal De Presidente Nereu Sala De Licitações
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00:00 horas.
- e) Abertura do processo: 17/04/2019 às 09:15:00 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2019.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L****B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2019.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O****CADASTRO DE PROPOSTA ON-LINE**

2.1.2 Preferencialmente as empresas deverão apresentar a proposta na forma digital (PLANILHA ELETRÔNICA), primeiramente se cadastrando no site do Município <http://www.presidentenereu.sc.gov.br/>, para preenchimento dos itens na planilha eletrônica para cada empresa criando uma senha individual que será identificada na impressão da proposta, conforme caminho abaixo:

ROTEIRO PARA CADASTRO DE PROPOSTA ON-LINE

Endereço Eletrônico: <https://presidentenereu.atende.net>

Passo a passo para enviar proposta de licitações online:

1º passo: Fazer o cadastro da Empresa – escolher a finalidade: Serviços do Portal do Cidadão.

2º passo: Após realização do cadastro o portal atende net enviará e-mail contendo o link de liberação. A Empresa deverá clicar no link de confirmação (observar se o e-mail não foi para a caixa de “spam” ou “lixo eletrônico”).

Após a confirmação o acesso poderá ser liberado pelo Departamento de Licitações;

3º passo: Confirmado o e-mail de recebimento de cadastro, deverá ser encaminhado solicitação de liberação de acesso através do e-mail: compras@presidentenereu.sc.gov.br

A senha a ser utilizada é a mesma do e-mail cadastrado.

OBS.: SE A EMPRESA JÁ FOR CADASTRADA FAZER O LOGIN.

4º passo: Após fazer o “login” ir para “buscar serviços”: digite nesse campo “propostas” e abrirá a tela: Enviar Proposta de Licitações;

5º passo: Enviar Proposta de Licitações: clique em acessar online;

6º passo: Enviar Proposta de Licitações: Escolha o Pregão ou Licitação desejada e clique no ícone à direita “adiciona proposta”. Após inserir a proposta clique em confirmar e imprimir relatório de propostas. Após confirmar a proposta observar se há a necessidade de desativar o “pop-up”, para impressão da proposta.

Obs. Após a impressão, assinar a proposta e inserir no envelope de proposta

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

comercial (nº01).

NO CASO DE DÚVIDAS, ENTRAR EM CONTATO NO TELEFONE (47) 3362 1108.

2.1.3 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.4 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.5 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até 17/04/2019 às 09:00:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 **Procuração** ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 **Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.**

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte **(deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).**

3.1 **A não comprovação** de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte, com exceção na participação do item 46.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - **DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA**, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo (90) noventa dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2019 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

(Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.

6.1.13 Certidão simplificada expedida pela junta comercial do estado, das empresas a participar dos itens abaixo de R\$ 80.000,00.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os **documentos de habilitação** deverão ser apresentados em **original ou por fotocópia** previamente **autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal**, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 3.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de **Menor Preço Por Item** e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....

Rubrica

manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita **Menor Preço Por Item** e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. **02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS E ADJUDICAÇÃO:

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de **Menor**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

Preço Por Item, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A empresa vencedora dos itens deverá apresentar amostra dos produtos vencidos para análise e aprovação dos mesmos num prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.3 A empresa vencedora do item 46 poderá ser dispensada de apresentar amostra do produto.

9.2 A adjudicação do objeto deste Pregão será **Menor Preço Por Item**, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro e equipe de apoio aprovará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e aprovará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XIII - DA CONTRATAÇÃO

12.1. Homologado o resultado da licitação, o Fundo Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador do pregão, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato será assinado pelo gestor do fundo Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura do contrato, se tiver o Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....
Rubrica

convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.4. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.5. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato.

12.6. Da Ata constarão, também, as obrigações do Fundo Municipal de Saúde de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.7. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

10.01 – 344905208 – 03330100

10.01 – 344905248 – 03330100

XV - DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do **MUNICÍPIO**, se a **licitante vencedora** não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 17.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o **MUNICÍPIO** solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados, **conforme solicitação da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **60 (sessenta) dias** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item “16” deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, havendo valor remanescente, e entregue os produtos, assim o Fundo Municipal, terá a obrigatoriedade de quitar todos valores devidos.

XXI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão releva omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28
PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108
89.184-000 - PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOSFls.....
Rubrica

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;
23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

23.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO**).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**).

ANEXO X - Modelo de Proposta Comercial (**Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA**).

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no **Diário Oficial do Estado**, Diário Oficial dos Municípios, na **internet página do município no link licitações** e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU, 22 de março de 2019.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

CGC 83 102 699/0001 - 28

PRAÇA LEÃO DEHON, 50 - FONE/FAX (047) 362-1108

89.184-000 - PRESIDENTE NEREU

- SANTA CATARINA

LICITAÇÕES E
CONTRATOS

Fls.....

Rubrica

BENITO BRAND
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I**PREGÃO PRESENCIAL Nº./20....****DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL**

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____

E-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº./20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de <04> -<06>, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na <84>, em <04> -<06>, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. <88>, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua José Teodoro de Melo, nº36 neste município, inscrito no CPF 767.132.029-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE Nº. DA PROPOSTA: 14488.313000/1180-01 E PARECER TÉCNICO DO MINISTERIO DA SAÚDE PELA PORTARIA Nº 3134 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013. PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

- I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ #,##0.00{RoundingMode=HALF_UP}
- II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) **Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão

julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 6/2019, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Presidente Nereu, 22 de março de 2019

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE Nº. DA PROPOSTA: 14488.313000/1180-01 E PARECER TÉCNICO DO MINISTERIO DA SAÚDE PELA PORTARIA Nº 3134 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013. PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU..

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	1	UNIDADE	Ultrassom Odontológico, Característica Física: JATO DE BICARBONATO INTEGRADO CANETA / TRANSDUTOR DO ULTRA-SOM AUTOCLAVÁVEL	R\$2.500,00	R\$ 2.500,00
2	1	UNIDADE	Compressor Odontológico, Característica Física: ISENTOS DE ÓLEO CAPACIDADE RESERVATÓRIO / POTÊNCIA / CONSUMO 30 A 39 L/1 A 1, 5HP/6 A 7 PÉS	R\$2.200,00	R\$ 2.200,00
3	3	UNIDADE	Seladora, Característica Física: TIPO/ APLICAÇÃO: MANUAL-PEDAL/ GRAU CIRÚRGICO	R\$1.500,00	R\$ 4.500,00
4	1	UNIDADE	Baldea Pedal, MATERIAL DE CONFECÇÃO/CAPACIDADE: POLIPROPILENO/ DE 30L ATÉ 49L	R\$120,00	R\$ 120,00
5	1	UNIDADE	Geladeira/ Refrigerador Característica Física: CAPACIDADE: DE 250 A 299 L	R\$1.450,00	R\$ 1.450,00
6	2	UNIDADE	Carro para Material de Limpeza MATERIAL DE CONFECÇÃO: POLIPROPILENO BALDE ESPREMEDOR; KIT C/ MOPs LÍQUIDO E PÓ; PLACA SINALIZ. E PÁ SACO DE VINIL	R\$1.000,00	R\$ 2.000,00
7	4	UNIDADE	Braçadeira para Injeção Característica Física: MATERIAL DE CONFECÇÃO(ESTRUTURA/APOIO DO BRAÇO):AÇO INOXIDÁVEL/AÇO INOXIDÁVEL. TIPO: PEDESTAL ALTURA REGULÁVEL	R\$270,00	R\$ 1.080,00
8	4	UNIDADE	Carro Maca Simples Característica Física: SUPORTE DE SORO, COLCHONETE E GRADES LATERAIS MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL	R\$3.250,00	R\$ 13.000,00
9	3	UNIDADE	Ar Condicionado Característica Física: CAPACIDADE: 9.000 A 12.000 BTUS TIPO: SPLIT FUNÇÃO: QUENTE E FRIO	R\$2.500,00	R\$ 7.500,00
10	2	UNIDADE	Poltrona Hospitalar Característica Física: MATERIAL DE CONFECÇÃO ARMAÇÃO BAIXA:AÇO / FERRO PINTADO ASSENTO/ ENCOSTO: ESTOFADO COUR VIN CAPACIDADE: ATÉ 120 KG DESCANSO PARA OS PÉS: INTEGRADO RECLINAÇÃO: ACIONAMENTO MANUAL	R\$1.000,00	R\$ 2.000,00
11	2	UNIDADE	Projektor Multimídia (Datashow) Especificação Técnica: Deve estar em linha de produção pelo fabricante, deve possuir tecnologia LCD com matriz ativa TFT com 16 milhões de cores; Resolução mínima nativa de 1024 x 768 e compatibilidade 16:9; Deve possuir interfaces de comunicação, sendo 01 (uma) VGA e 01 (uma) HDMI; Deve possuir entrada USB; Luminosidade mínima de 25 00 lumens; Alto-falante	R\$3.200,00	R\$ 6.400,00

			integrado no projetor com o mínimo de 1W de potência; Alimentação automática 100-120V, 220-240 V; Controle remoto IR, cabo de alimentação, cabo VGA; Manual do usuário; Suporta apresentações a partir de um pen-drive direto no projetor (se m o uso de pc); O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; Garantia mínima de 12 meses.		
12	1	UNIDADE	Tela de Projeção Especificação Técnica: Deve estar em linha de produção pelo fabricante; Tela projeção com trip é retrátil manual; Área visual de aproximadamente 1,80 x 1,80 m (+ ou - 10%); Deverá possuir estojo em alumínio com pintura eletrostática resistente a riscos e corrosões; Possuir poste central com resistência e sustentação suficiente para atender a especificação da tela citada acima; Deverá possuir superfície de projeção do tipo matte white (branco opaco) ou similar, que permita ganho de brilho; possuir bordas pretas que permita enquadramento da imagem; O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; Garantia mínima de 12 meses.	R\$800,00	R\$ 800,00
13	1	UNIDADE	Switch Especificação Técnica: Switch avançado com gerenciamento inteligente Gigabit de 24 portas com 4 portas de GbE SFP; Portas: 24 portas 10/100/1000 RJ-45 com negociação automática; 4 portas SFP 1000 Mbps; Suporta um máximo de 24 portas 10/100/1000 com detecção automática e mais 4 portas SFP 1000BASE-X, ou uma combinação; Memória e processador : MIPS a 500 MHz; 32 MB de flash; Tamanho do buffer de pacotes: 4,1 Mb; SDRAM de 128 MB; Latência: Latência de 100 Mb: menor 5 µs; Latência de 1000 Mb: menor 5 µs; Capacidade de produção: Até 41,7 Mpps; Capacidade de routing/switching: 56 Gbps; Características de gestão: IMC Centro de gerenciamento inteligente; Interface de linha de comando limitada; Navegador Web; SNMP Manager; IEEE 802.3 Ethernet MIB; Acompanha: 01 Cabo de força, 01 Kit para montagem em rack e 01 Cabo do console. Garantia de 12 meses. Deve estar em linha de produção pelo fabricante.	R\$1.700,00	R\$ 1.700,00
14	25	UNIDADE	Cadeira Característica Física: MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO / FERRO PINTADO ASSENTO/ ENCOSTO: POLIPROPILENO	R\$90,00	R\$ 2.250,00
15	11	UNIDADE	No-Break (Para Computador/Impressora) Especificação Técnica: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; no-break com potência nominal de 1,2 kva; potência real mínima de 600w; tensão entrada 115/127/220 volts (em corrente alternada) com comutação automática; tensão de saída 110/115 ou 220 volts (a ser definida pelo solicitante); alarmes audiovisual; bateria interna selada; autonomia a plena carga mínimo 15 minutos considerando consumo de 240 wats; possuir no mínimo 06 tomadas de saída padrão brasileiro; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses.	R\$900,00	R\$ 9.900,00
16	2	UNIDADE	Cadeira de Rodas para Obeso Característica Física: CAPACIDADE: DE 120 KG A 159 KG BRAÇOS: ESCAMOTEÁVEL PÉS: FIXO	R\$1.400,00	R\$ 2.800,00
17	1	UNIDADE	Aparelho de DVD Característica Física: CONTROLE REMOTO PORTAS: USB REPRODUÇÃO: DVD/CD/CD-R/V CD/SVCD/DVCD/JPG/MP3	R\$150,00	R\$ 150,00
18	1	UNIDADE	Computador (Desktop-Básico) Especificação Técnica: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; computador desktop com processador no mínimo Intel core i3 ou AMD a10 ou similar; possuir 1 (um) disco rígido de 500 gigabyte; memória RAM de 08 (oito) gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) gigabytes cada, do tipo SDRAM ddr4 2.133 MHZ ou superior, operando em modalidade dual CHANNEL; a placa principal deve ter arquitetura ATX, MICROATX, BTX ou MICROBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no site www.formfactors.org , organismo que	R\$3.500,00	R\$ 3.500,00

			define os padrões existentes; possuir pelo menos 01 (um) slot PCI EXPRESS 2.0 x16 ou superior; possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete; o adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 01 (um) gigabyte de memória, possuir suporte ao MICROSOFT DIRECTX 10.1 ou superior, suportar monitor estendido, possuir no mínimo 02 (duas) saídas de vídeo, sendo pelo menos 01 (uma) digital do tipo HDMI, display PORT ou DVI; unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom; teclado USB, abnt2, 107 teclas (com fio) e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, scroll (com fio); monitor de LED 19 polegadas (widescreen 16:9); interfaces de rede 10/100/1000 e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n; sistema operacional Windows 10 pro (64 bits); fonte compatível e que suporte toda a configuração exigida no item; gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal; todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor; todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses.		
19	1	UNIDADE	Arquivo Física: Característica DESILIZAMENTO DA GAVETA: TRILHO TELESCÓPICO MATERIAL DE CONFECÇÃO/ GAVETAS: AÇO/ DE 3 A 4 GAVETAS	R\$500,00	R\$ 500,00
20	1	UNIDADE	Impressora de Código de Barras Técnica: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora de código de barras com tecnologia térmica direta; conectável a computadores; resolução de 200 DPI; cortador automático de fita; compatível com rolo contínuo e largura de impressão máxima de 104 mm; Suportar Código de Barras EAN 128, suportar sistema operacional Windows em todas as versões 2000/XP/VISTA/7 e GNU-LINUX KERNEL 2.6 ou superior; interface USB e desejável RS232; voltagem bivolt ou acompanhada de conversor de voltagem compatível com a potência do equipamento fornecido; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses.	R\$1.550,00	R\$ 1.550,00
21	1	UNIDADE	Cadeira de Rodas Pediátrica Física: Característica MATERIAL DE CONFECÇÃO/APOIO PARA BRAÇOS/APOIO PARA PÉS/ELEVAÇÃO DE PERNAS: AÇO OU FERRO PINTADO/ESCAMOTEÁVEL/FIXO/SEM ELEVAÇÃO	R\$1.150,00	R\$ 1.150,00
22	2	UNIDADE	Cadeira de Rodas Adulto Física: Característica MATERIAL DE CONFECÇÃO/APOIO PARA BRAÇOS/APOIO PARA PÉS/ELEVAÇÃO DE PERNAS: AÇO OU FERRO PINTADO/ESCAMOTEÁVEL/REMOVÍVEL /COM ELEVAÇÃO	R\$1.100,00	R\$ 2.200,00
23	2	UNIDADE	Autoclave Horizontal de Mesa (até 75 litros) Física: Característica MODO DE OPERAÇÃO/ CAPACIDADE : DIGITAL/ ATÉ 25 LITROS CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL	R\$3.800,00	R\$ 7.600,00
24	1	UNIDADE	Otoscópio Simples Física: Característica ILUMINAÇÃO: FIBRA ÓPTICA / HALÓGENA - XENON COMPOSIÇÃO: 5 A 10 ESPECULOS REUTILIZÁVEIS	R\$550,00	R\$ 550,00
25	3	UNIDADE	Foco Refletor Ambulatorial Física: Característica ILUMINAÇÃO: LED HASTE: FLEXÍVEL	R\$700,00	R\$ 2.100,00
26	2	UNIDADE	Suporte de Soro Física: Característica MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL TIPO: PEDESTAL	R\$350,00	R\$ 700,00
27	2	UNIDADE	Detector Fetal Física: Característica TIPO: PORTÁTIL TECNOLOGIA: DIGITAL	R\$900,00	R\$ 1.800,00
28	1	UNIDADE	Balança Antropométrica para Obesos Física: Característica	R\$2.200,00	R\$ 2.200,00

			MODULO DE OPERAÇÃO: DIGITAL		
29	5	UNIDADE	Esfigmomanômetro Infantil Característica Física: MATERIAL DE CONFECÇÃO: TECIDO EM ALGODÃO BRAÇADEIRA/ FECHO: VELCRO	R\$100,00	R\$ 500,00
30	5	UNIDADE	Estetoscópio Adulto Característica Física: TIPO:DUPLO AUSCULTADOR: AÇO INOXIDÁVEL	R\$170,00	R\$ 850,00
31	2	UNIDADE	Cadeira para Obeso Característica Física: Com BRAÇOS e RODÍZIOS MATERIAL DE CONFECÇÃO: ESTOFADO COUR VIN ESTRUTURA: AÇO / FERRO PINTADO	R\$670,00	R\$ 1.340,00
32	1	UNIDADE	Impressora Laser Multifuncional (copiadora, scanner e fax) Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora com tecnologia Laser ou Led; padrão de cor monocromático; tipo multifuncional (imprime, copia, digitaliza, fax); memória 128 MB; resolução de impressão 600 x 600 DPI; resolução de digitalização 1200 x 1200 DPI; resolução de cópia 600 x 600; velocidade de impressão 30 PPM preto e branco; capacidade da bandeja 150 páginas; ciclo mensal 30.000 páginas; fax 3 3.6kbps opcional; interfaces USB, rede ethernet 10/100 e WIFI 802.11 b/g/n ; frente e verso automático; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia mínima de 12 meses.	R\$3.300,00	R\$ 3.300,00
33	1	UNIDADE	Leitor de Código de Barras Técnica: Especificação Técnica: ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; TIPO PISTOLA MANUAL COM FEIXE DE LUZ BIDIRECIONAL, FONTE DE LUZ LASER 650NM; INDICADOR SONORO DE LEITURA; VELOCIDADE DE LEITURA DE 100 LINHAS POR SEGUNDO, CAPACIDADE DE LER ETIQUETAS DE CÓDIGOS DE BARRAS COM 16CM OU MAIS DE LARGURA; CAPACIDADE DE DECODIFICAÇÃO DOS CÓDIGOS: UPC/EAN, UPC/EAN COM COMPLEMENTOS, UCC/EAN 12 8, CÓDIGO 39, CÓDIGO 39 FULL ASCII, CÓDIGO 39 TRIOPTIC, CÓDIGO 128, CÓDIGO 128 FULL ASCII, CODABAR, INTERCALADO 2 DE 5, DISCRETO 2 D E 5, CÓDIGO 93, MSI, CÓDIGO 11 POSSUIR INTERFACE MINIMAMENTE USB, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	R\$400,00	R\$ 400,00
34	2	UNIDADE	Roteador (LAN) Especificação Técnica: - Deve estar em linha de produção pelo fabricante; - Deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; - Deverá suportar taxa de transferência de no mínimo 300 (trezentos) Mbps e suportar no mínimo os seguintes padrões: IEEE 802.11 b/g/n. Mínimo de 04 (quatro) portas LAN 10/100 Mbps Fast Ethernet MDI/MDXI . - Mínimo 01 (uma) porta WAN que suporte de endereço IP estático, DHCP client, PPPoE, PPTP e L2TP. - Mínimo 01 (uma) porta padrão USB 2.0. - Deverá suportar no mínimo os padrões de criptografia WPA e WEP. - Possuir sistema de segurança de duplo firewall (SPI e NAT). - Mínimo de 02 (duas) antenas desmontáveis de 03 dBi tipo bipolar. - Potência mínima de saída de 17 dBm. - Suportar DMZ. - Deverá suportar filtro de endereços de MAC e IP. - Deverá possuir engenharia de tráfego QoS. - Garantia de 12 meses;	R\$250,00	R\$ 500,00
35	2	UNIDADE	Nebulizador Portátil Característica Física: TIPO: ULTRASSÔNICO NÚMERO DE SAÍDAS SIMULTÂNEAS: 01	R\$250,00	R\$ 500,00
36	1	UNIDADE	Reanimador Pulmonar Manual Adulto (Ambu) Característica Física: RESERVATÓRIO MATERIAL DE CONFECÇÃO: SILICONE VÁLVULA UNIDIRECIONAL.	R\$350,00	R\$ 350,00
37	1	UNIDADE	TENS e FES Característica Física: 04 CANAIS	R\$1.500,00	R\$ 1.500,00
38	2	UNIDADE	Martelo de Reflexo Característica Física: MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL	R\$50,00	R\$ 100,00
39	2	UNIDADE	Andador	R\$175,00	R\$ 350,00

			Característica Física: MATERIAL DE CONFECÇÃO: ALUMINIO		
40	2	UNIDADE	Goniômetro Característica Física: MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL	R\$150,00	R\$ 300,00
41	1	UNIDADE	Aparelho de Som Característica Física: ENTRADA: USB REPRODUÇÃO: CD/MP3	R\$250,00	R\$ 250,00
42	5	UNIDADE	Impressora Laser (Comum) Especificação Técnica: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora laser com padrão de cor monocromático; resolução mínima de 1200 x 1200 DPI; velocidade de 35 páginas por minuto PPM; suporta o tamanho de papel A5, A4 carta e ofício; capacidade de entrada de 200 páginas; ciclo mensal de 50.000 páginas; interface USB; permitir compartilhamento por meio de rede 10/100/100 ethernet e WIFI 802.11 b/g/n; suportar frente e verso automático; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento garantia de 12 meses.	R\$2.000,00	R\$ 10.000,00
43	10	UNIDADE	Tablet 7 polegadas Especificação Técnica: Sistema operacional Android 4.4 ou superior, tela de 7 polegadas com tecnologia LCD ou LED; Processador no mínimo Quad Core 1.3 GHz ou similar; Memória interna de 8GB ou superior; Deve possuir SLOT para cartão de memória micros; Câmera traseira de no mínimo 2MP ou superior; Conexão USB, Wifi, Bluetooth e 3G. Deve possuir sistema de GPS integrado.	R\$550,00	R\$ 5.500,00
44	1	UNIDADE	Fotopolimerizador de Resinas Característica Física: TIPO: LED, SEM FIO SEM RADIÔMETRO	R\$850,00	R\$ 850,00
45	5	UNIDADE	Computador Portátil (Notebook) Especificação Técnica: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; computador portátil (notebook) com processador no mínimo Intel core i5 ou AMD a10 ou similar; 1 (um) disco rígido de 500 GIGABYTES velocidade de rotação 7.200 rpm; unidade combinada de gravação de disco óptico CD, DVD rom; memória RAM de 08 (oito) gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) gigabytes cada, do tipo SDRAM DDR4 2.133 MHZ ou superior; tela LCD de 14 ou 15 polegadas widescreen, suportar resolução 1.600 x 900 pixels; teclado deverá conter todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive ç e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão abnt2; mouse touchpad com 02 (dois) botões integrados; mouse óptico com conexão USB e botão de rolagem (scroll); interfaces de rede 10/100/1000 conector RJ-45 fêmea e WIFI padrão IEEE 802.11a/b/g/n; sistema operacional Windows 10 pro (64 bits); bateria recarregável do tipo íon de lítio com no mínimo 06 (seis) células; fonte externa automática compatível com o item; possuir interfaces USB 2.0 e 3.0, 01 (uma) HDMI ou display port e 01 (uma) VGA, leitor de cartão; webcam FULL HD (1080p); deverá vir acompanhado de maleta do tipo acolchoada para transporte e acondicionamento do equipamento; o equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses.	R\$3.600,00	R\$ 18.000,00
46	1	UNIDADE	Veículo Pick-up Cabine Dupla 4x4 (Diesel) Característica Física: FREIOS ABS E AIRBAG DUPLO ACESSÓRIOS 3: PROTETOR DE CAÇAMBA; ACESSÓRIO 1: ESTRIBOS LATERAIS; MOTORIZAÇÃO: MÍNIMO DE 140 CV; CÂMBIO: MANUAL; CAPACIDADE: 05 LUGARES; COM AR CONDICIONADO E TRIO ELÉTRICO (TRAVA, VIDRO, ALARME) TIPO DE DIREÇÃO: HIDRÁULICA / ELÉTRICA COM REVISÕES DE GARANTIA	R\$140.000,00	R\$ 140.000,00
47	1	UNIDADE	Ultrassom para Fisioterapia Característica Física: TELA LCD MODO DE EMISSÃO/ OPERAÇÃO: CONTÍNUO E PULSADO; FREQUÊNCIA: 1 E 3 MHZ	R\$1.200,00	R\$ 1.200,00

ANEXO IV**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----
-----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----
, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. -----
DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93,
acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega** menor
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega**
menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____, e CPF sob nº. --- _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de _____ (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL**

A empresa.....(Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

A empresa....., CNPJ n.º,
declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de
comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei
Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete
a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para
este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o
lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação
para o Pregão Presencial nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e
consideração.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO X**PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....****PROPOSTA COMERCIAL**

NOME DE EMPRESA: _____
CNPJ: _____
INSCRIÇÃO ESTADUAL _____
ENDEREÇO COMPLETO: _____
RUA: _____ **Nº.** _____
BAIRRO: _____
CEP: _____
CIDADE: _____ **UF:** _____
FONE: (____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando a aquisição de equipamento/material permanente nº. da proposta: 14488.313000/1180-01 e parecer técnico do ministério da saúde pela portaria nº 3134 de 17 de dezembro de 2013. para o fundo municipal de saúde do município de Presidente Nereu (SC), em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão nº./20....., acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	1	UNIDADE	Ultrassom Odontológico, Característica Física: JATO DE BICARBONATO INTEGRADO CANETA / TRANSDUTOR DO ULTRA-SOM AUTOCLAVÁVEL		
2	1	UNIDADE	Compressor Odontológico, Característica Física: ISENTOS DE ÓLEO CAPACIDADE RESERVATÓRIO / POTÊNCIA / CONSUMO 30 A 39 L/1 A 1, 5HP/6 A 7 PÉS		
3	3	UNIDADE	Seladora, Característica Física: TIPO/ APLICAÇÃO: MANUAL-PEDAL/ GRAU CIRÚRGICO		
4	1	UNIDADE	Baldea a Pedal, MATERIAL DE CONFECÇÃO/CAPACIDADE: POLIPROPILENO/ DE 30L ATÉ 49L		
5	1	UNIDADE	Geladeira/ Refrigerador Característica Física: CAPACIDADE: DE 250 A 299 L		
6	2	UNIDADE	Carro para Material de Limpeza MATERIAL DE CONFECÇÃO: POLIPROPILENO BALDE ESPREMEDOR; KIT C/ MOPs LÍQUIDO E PÓ; PLACA SINALIZ. E PÁ SACO DE VINIL		
7	4	UNIDADE	Braçadeira para Injeção Característica Física: MATERIAL DE CONFECÇÃO(ESTRUTURA/APOIO DO BRAÇO):AÇO INOXIDÁVEL L/AÇO INOXIDÁVEL. TIPO: PEDESTAL ALTURA REGULÁVEL		
8	4	UNIDADE	Carro Maca Simples Característica Física: SUPORTE DE SORO, COLCHONETE E GRADES LATERAIS MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL		
9	3	UNIDADE	Ar Condicionado Característica Física: CAPACIDADE: 9.000 A 12.000 BTUS TIPO: SPLIT FUNÇÃO: QUENTE E FRIO		

10	2	UNIDADE	Poltrona Hospitalar Característica Física: MATERIAL DE CONFEÇÃO ARMAÇÃO BAIXA: AÇO / FERRO PI ENTADO ASSENTO/ ENCOSTO: ESTOFADO COUR VIN CAPACIDADE: ATÉ 120 KG DESCANSO PARA OS PÉS: INTEGRADO RECLINAÇÃO: ACIONAMENTO MANUAL		
11	2	UNIDADE	Projeto Multímídia (Datashow) Especificação Técnica: Deve estar em linha de produção pelo fabricante, deve possuir tecnologia LCD com matriz ativa TFT com 16 milhões de cores; Resolução mínima nativa de 1024 x 768 e compatibilidade 16:9; Deve possuir interfaces de comunicação, sendo 01 (uma) VGA e 01 (uma) HDMI; Deve possuir entrada USB; Luminosidade mínima de 25 00 lumens; Alto-falante integrado no projetor com o mínimo de 1W de potência; Alimentação automática 100-120V, 220-240 V; Controle remoto IR, cabo de alimentação, cabo VGA; Manual do usuário; Suporta apresentações a partir de um pen-drive direto no projetor (sem o uso de pc); O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; Garantia mínima de 12 meses.		
12	1	UNIDADE	Tela de Projeção Especificação Técnica: Deve estar em linha de produção pelo fabricante; Tela de projeção com tripé retrátil manual; Área visual de aproximadamente 1,80 x 1,80 m (+ ou - 10%); Deverá possuir estojo em alumínio com pintura eletrostática resistente a riscos e corrosões; Possuir poste central com resistência e sustentação suficiente para atender a especificação da tela citada acima; Deverá possuir superfície de projeção do tipo matte white (branco opaco) ou similar, que permita ganho de brilho; possuir bordas pretas que permita enquadramento da imagem; O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; Garantia mínima de 12 meses.		
13	1	UNIDADE	Switch Especificação Técnica: Switch avançado com gerenciamento inteligente Gigabit de 24 portas com 4 portas de GbE SFP; Portas: 24 portas 10/100/1000 RJ-45 com negociação automática; 4 portas SFP 1000 Mbps; Suporta um máximo de 24 portas 10/100/1000 com detecção automática e mais 4 portas SFP 1000BASE-X, ou uma combinação; Memória e processador : MIPS a 500 MHz; 32 MB de flash; Tamanho do buffer de pacotes: 4,1 Mb; SDRAM de 128 MB; Latência: Latência de 100 Mb: menor 5 µs; Latência de 1000 Mb: menor 5 µs; Capacidade de produção: Até 41,7 Mpps; Capacidade de routing/switching: 56 Gbps; Características de gestão: IMC Centro de gerenciamento inteligente; Interface de linha de comando limitada; Navegador Web; SNMP Manager; IEEE 802.3 Ethernet MIB; Acompanha: 01 Cabo de força, 01 Kit para montagem em rack e 01 Cabo do console. Garantia de 12 meses. Deve estar em linha de produção pelo fabricante.		
14	25	UNIDADE	Cadeira Característica Física: MATERIAL DE CONFEÇÃO: AÇO / FERRO PINTADO ASSENTO/ ENCOSTO: POLIPROPILENO		
15	11	UNIDADE	No-Break (Para Computador/Impressora) Especificação Técnica: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; no-break com potência nominal de 1,2 kva; potência real mínima de 600w; tensão entrada 115/127/220 volts (em corrente alternada) com comutação automática; tensão de saída 110/115 ou 220 volts (a ser definida pelo solicitante); alarmes audiovisual; bateria interna selada; autonomia a plena carga mínimo 15 minutos considerando consumo de 240 wats; possuir no mínimo 06 tomadas de saída padrão brasileiro; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses.		
16	2	UNIDADE	Cadeira de Rodas para Obeso Característica Física: CAPACIDADE: DE 120 KG A 159 KG BRAÇOS: ESCAMOTEÁVEL PÉS: FIXO		
17	1	UNIDADE	Aparelho de DVD		

			Característica Física: CONTROLE REMOTO PORTAS: USB REPRODUÇÃO: DVD/CD/CD-RW CD/SVCD/DVCD/JPG/MP3		
18	1	UNIDADE	Computador (Desktop-Básico) Especificação Técnica: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; computador desktop com processador no mínimo Intel core i3 ou AMD a10 ou similar; possuir 1 (um) disco rígido de 500 gigabyte; memória RAM de 08 (oito) gigabyte s, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) gigabytes cada, do tipo SDRAM ddr4 2. 133 MHZ ou superior, operando em modalidade dual CHANNEL; a placa principal deve ter arquitetura ATX, MICROATX, BTX ou MICROBTX, conforme padrões estabelecidos e divulgados no sítio www.formfactors.org , organismo que define os padrões existentes; possuir pelo menos 01 (um) slot PCIEXPRESS 2.0 x16 ou superior; possuir sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete; o adaptador de vídeo integrado deverá ser no mínimo de 01 (um) gigabyte de memória, possuir suporte ao MICROSOFT DIRECTX 10.1 ou superior, suportar monitor estendido, possuir no mínimo 02 (duas) saídas de vídeo, sendo pelo menos 01 (uma) digital do tipo HDMI, display PORT ou DVI; unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom; teclado USB, abnt2, 107 teclas (com fio) e mouse USB, 800 DPI, 2 botões, scroll (com fio); monitor de LED 19 polegadas (widescreen 16:9); interfaces de rede 10/100/1000 e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n; sistema operacional Windows 10 pro (64 bits); fonte compatível e que suporte toda a configuração exigida no item; gabinete e periféricos deverão funcionar na vertical ou horizontal; todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores branca, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor; todos os componentes do produto deverão ser novos, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses.		
19	1	UNIDADE	Arquivo Característica Física: DESLIZAMENTO DA GAVETA: TRILHO TELESÓPICO MATERIAL DE CONFECÇÃO/ GAVETAS: AÇO/ DE 3 A 4 GAVETAS		
20	1	UNIDADE	Impressora de Código de Barras Especificação Técnica: Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora de código de barras com tecnologia térmica direta; conectável a computadores; resolução de 200 DPI; cortador automático de fita; compatível com rolo contínuo e largura de impressão máxima de 104 mm; Suportar Código de Barras EAN 128, suportar sistema operacional Windows em todas as versões 2000/XP/VISTA/7 e GNU-LINUX KERNEL 2.6 ou superior; interface USB e desejável RS232; voltagem bivolt ou acompanhada de conversor de voltagem compatível com a potência do equipamento fornecido; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses.		
21	1	UNIDADE	Cadeira de Rodas Pediátrica Característica Física: MATERIAL DE CONFECÇÃO/APOIO PARA BRAÇOS/APOIO PARA PÉS/ELEVAÇÃO DE PERNAS: AÇO OU FERRO PINTADO/ESCAMOTEÁVEL/FIXO/SEM ELEVAÇÃO		
22	2	UNIDADE	Cadeira de Rodas Adulto Característica Física: MATERIAL DE CONFECÇÃO/APOIO PARA BRAÇOS/APOIO PARA PÉS/ELEVAÇÃO DE PERNAS: AÇO OU FERRO PINTADO/ESCAMOTEÁVEL/REMOVIVEL /COM ELEVAÇÃO		
23	2	UNIDADE	Autoclave Horizontal de Mesa (até 75 litros) Característica Física: MODO DE OPERAÇÃO/ CAPACIDADE : DIGITAL/ ATÉ 25 LITROS CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL		
24	1	UNIDADE	Otoscópio Simples		

			Característica Física: ILUMINAÇÃO: FIBRA OPTICA / HALÓGENA - XENON COMPOSIÇÃO: 5 A 10 ESPECULOS REUTILIZÁVEIS		
25	3	UNIDADE	Foco Refletor Ambulatorial Característica Física: ILUMINAÇÃO: LED HASTE: FLEXÍVEL		
26	2	UNIDADE	Suporte de Soro Característica Física: MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL TIPO: PEDESTAL		
27	2	UNIDADE	Detector Fetal Característica Física: TIPO: PORTÁTIL TECNOLOGIA: DIGITAL		
28	1	UNIDADE	Balança Antropométrica para Obesos Característica Física: MODO DE OPERAÇÃO: DIGITAL		
29	5	UNIDADE	Esfigmomanômetro Infantil Característica Física: MATERIAL DE CONFECÇÃO: TECIDO EM ALGODÃO BRAÇADEIRA/ FECHO: VELCRO		
30	5	UNIDADE	Estetoscópio Adulto Característica Física: TIPO: DUPLO AUSCULTADOR: AÇO INOXIDÁVEL		
31	2	UNIDADE	Cadeira para Obeso Característica Física: Com BRAÇOS e RODÍZIOS MATERIAL DE CONFECÇÃO: ESTOFADO COUR VIN ESTRUTURA: AÇO / FERRO PINTADO		
32	1	UNIDADE	Impressora Laser Multifuncional (copiadora, scanner e fax) Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora com tecnologia Laser ou Led; padrão de cor monocromático; tipo multifuncional (imprime, copia, digitaliza, fax); memória 128 MB; resolução de impressão 600 x 600 DPI; resolução de digitalização 1200 x 1200 DPI; resolução de cópia 600 x 600; velocidade de impressão 30 PPM preto e branco; capacidade da bandeja 150 páginas; ciclo mensal 30.000 páginas; fax 3 3.6kbps opcional; interfaces USB, rede ethernet 10/100 e WIFI 802.11 b/g/n ; frente e verso automático; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia mínima de 12 meses.		
33	1	UNIDADE	Leitor de Código de Barras Especificação Técnica: ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE; TIPO PISTOLA MANUAL COM FEIXE DE LUZ BIDIRECIONAL, FONTE DE LUZ LASER 650NM; INDICADOR SONORO DE LEITURA; VELOCIDADE DE LEITURA DE 100 LINHAS POR SEGUNDO, CAPACIDADE DE LER ETIQUETAS DE CÓDIGOS DE BARRAS COM 16CM OU MAIS DE LARGURA; CAPACIDADE DE DECODIFICAÇÃO DOS CÓDIGOS: UPC/EAN, UPC/EAN COM COMPLEMENTOS, UCC/EAN 12 8, CÓDIGO 39, CÓDIGO 39 FULL ASCII, CÓDIGO 39 TRIOPTIC, CÓDIGO 128, CÓDIGO 128 FULL ASCII, CODABAR, INTERCALADO 2 DE 5, DISCRETO 2 D E 5, CÓDIGO 93, MSI, CÓDIGO 11 POSSUIR INTERFACE MINIMAMENTE USB, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES		
34	2	UNIDADE	Roteador (LAN) Especificação Técnica: - Deve estar em linha de produção pelo fabricante; - Deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; - Deverá suportar taxa de transferência de no mínimo 300 (trezentos) Mbps e suportar no mínimo os seguintes padrões: IEEE 802.11 b/g/n. Mínimo de 04 (quatro) portas LAN 10/100 Mbps Fast Ethernet MDI/MDXI . - Mínimo 01 (uma) porta WAN que suporte de endereço IP estático, DHCP client, PPPoE, PPTP e L2TP. - Mínimo 01 (uma) porta padrão USB 2.0. - Deverá suportar no mínimo os padrões de criptografia WPA e WEP. - Possuir sistema de segurança de duplo firewall (SPI e NAT). - Mínimo de 02 (duas) antenas desmontáveis de 03 dBi tipo bipolar. - Potência mínima de saída de 17 dBm. - Suportar DMZ. - Deverá suportar filtro de endereços de MAC e IP. - Deverá possuir engenharia de tráfego QoS. - Garantia de 12		

			meses;		
35	2	UNIDADE	Nebulizador Característica TIPO: ULTRASSÔNICO NÚMERO DE SAÍDAS SIMULTÂNEAS: 01	Portátil Física:	
36	1	UNIDADE	Reanimador Pulmonar Manual Adulto (Ambu) Característica RESERVATÓRIO MATERIAL DE CONFECÇÃO: SILICONE VÁLVULA UNIDIRECIONAL.	Física:	
37	1	UNIDADE	TENS e Característica 04 CANAIS	FES Física:	
38	2	UNIDADE	Martelo de Característica MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL	Reflexo Física:	
39	2	UNIDADE	Andador Característica MATERIAL DE CONFECÇÃO: ALUMINIO	Física:	
40	2	UNIDADE	Goniômetro Característica MATERIAL DE CONFECÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL	Física:	
41	1	UNIDADE	Aparelho de Som Característica ENTRADA: USB REPRODUÇÃO: CD/MP3	Física:	
42	5	UNIDADE	Impressora Laser (Comum) Especificação Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora laser com padrão de cor monocromático; resolução mínima de 1200 x 1200 DPI; velocidade de 35 páginas por minuto PPM; suporta tamanho de papel A5, A4 carta e ofício; capacidade de entrada de 200 páginas; ciclo mensal de 50.000 páginas; interface USB; permitir compartilhamento por meio de rede 10/100/100 ethernet e WIFI 802.11 b/g/n; suportar frente e verso automático; o produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento garantia de 12 meses.	Técnica:	
43	10	UNIDADE	Tablet 7 polegadas Especificação Sistema operacional Android 4.4 ou superior, tela de 7 polegadas com tecnologia LCD ou LED; Processador no mínimo Quad Core 1.3 GHz ou similar; Memória interna de 8GB ou superior; Deve possuir SLOT para cartão de memória micro; Câmera traseira de no mínimo 2MP ou superior; Conexão USB, Wifi, Bluetooth e 3G. Deve possuir sistema de GPS integrado.	Técnica:	
44	1	UNIDADE	Fotopolimerizador de Resinas Característica Física: TIPO: LED, SEM FIO SEM RADIÔMETRO		
45	5	UNIDADE	Computador Portátil (Notebook) Especificação Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; computador portátil (notebook) com processador no mínimo Intel core i5 ou AMD a10 ou similar; 1 (um) disco rígido de 500 GIGABYTES velocidade de rotação 7.200 rpm; unidade combinada de gravação de disco ótico CD, DVD rom; memória RAM de 08 (oito) gigabytes, em 02 (dois) módulos idênticos de 04 (quatro) gigabytes cada, do tipo SDRAM DDR4 2.133 MHZ ou superior; tela LCD de 14 ou 15 polegadas widescreen, suportar resolução 1.600 x 900 pixels; teclado deverá conter todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive ç e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão abnt2; mouse touchpad com 02 (dois) botões integrados; mouse óptico com conexão USB e botão de rolagem (scroll); interfaces de rede 10/100/1000 conector rj-45 fêmea e WIFI padrão IEEE 802.11a/b/g/n; sistema operacional Windows 10 pro (64 bits); bateria recarregável do tipo íon de lítio com no mínimo 06 (seis) células; fonte externa automática compatível com o item; possuir interfaces USB 2.0 e 3.0, 01 (uma) HDMI ou display port e 01 (uma) VGA, leitor de cartão; webcam FULL HD (1080p); deverá vir acompanhado de maleta do tipo acolchoada para transporte e acondicionamento do equipamento; o equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; garantia de 12 meses.	Técnica:	
46	1	UNIDADE	Veículo Pick-up Cabine Dupla 4x4 (Diesel) Característica Física:		

			FREIOS ABS E AIRBAG DUPL ACESSÓRIOS 3: PROTETOR DE CAÇAMBA; ACESSÓRIO 1: ESTRIBOS LATERAIS; MOTORIZAÇÃO: MÍNIMO DE 140 CV ; CÂMBIO: MANUAL; CAPACIDADE: 05 LUGARES; COM AR CONDICIONADO E TRIO ELÉTRICO (TRAÇA,VIDRO,ALARME) TIPO DE DIREÇÃO: HIDRÁULICA / ELÉTRICA COM REVISÕES DE GARANTIA		
47	1	UNIDADE	Ultrassom para Fisioterapia Característica Física: TELA LCD MODO DE EMISSÃO/ OPERAÇÃO:CONTÍNUO E PULSADO; FREQUÊNCIA: 1 E 3 MHZ		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

**NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 17/2019 - PM, MODALIDADE CONCORRÊNCIA 01/2019 - PM

Publicação Nº 1969912

CONCORRÊNCIA Nº 1/19

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/19

HOMOLOGAÇÃO: 28/03/19

CONTRATADO: COMERCIO DE MOVEIS SOBERANO EIRELI CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

OBJETO: Doação com Encargos de Imóvel Urbano Localizado no Parque Industrial do Município de Princesa/SC, para Fins de implantação de Industria.

VALOR DA DESPESA: R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) DATA: 02/04/19 - EDILSON MIGUEL VOLKWEIS - Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 101 DE 02.04.2019

Publicação Nº 1970017

DECRETO Nº 101, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA FUNCIONÁRIO (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso III do Art. 68 da Lei Complementar 024, de 30 de dezembro de 2014; e, tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA

Art. 1º. Fica NOMEADO o Sr. VÍTOR L. CHRISTANI, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Princesa, Linha Marmeleiro, Interior, CPF sob o nº. 656.497.709-30 e RG sob nº. 1851183, para ocupar o Cargo em Comissão de Diretor de Agricultura, Grupo/código CC-01, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a partir de 02.04.2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02.04.2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
02 de Abril de 2019.

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

ESTE DECRETO FOI REGISTRADO E

PUBLICADO NA FORMA DA LEI

PRINCESA/SC, 02 DE ABRIL DE 2019

DAIANE PAGNO

DECRETO Nº. 100 DE 02.04.2019

Publicação Nº 1969975

DECRETO Nº 100, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso III do Art. 68 da Lei Complementar 024, de 30 de dezembro de 2014; e, tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA

Art. 1º. Fica NOMEADA a Sra. EDELI DITTRICH BOLGENHAGEN, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Princesa, Estrada de acesso à Linha Marmeleiro, Centro, CPF sob o nº. 047.630.079-71 e RG sob nº. 4.303.949, para ocupar o Cargo em Comissão de Diretor Geral de Educação, Grupo/código CC-01, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a partir de 02.04.2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02.04.2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
02 de Abril de 2019.

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal
ESTE DECRETO FOI REGISTRADO E
PUBLICADO NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 02 DE ABRIL DE 2019
DAIANE PAGNO

DECRETO Nº. 98 DE 02.04.2019

Publicação Nº 1969925

DECRETO Nº 98, DE 02 DE ABRIL DE 2019.
NOMEIA SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso III do Art. 68 da Lei Complementar 024, de 30 de dezembro de 2014; e, tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA

Art. 1º. Fica NOMEADA a Sra. CARLA RAQUEL HILLEBRAND GOSSENHEIMER, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Princesa, Rua Rio Grande do Sul, Centro, CPF sob o nº. 024.381.329-57 e RG sob nº. 4.040.164, para ocupar o Cargo em Comissão de Diretor de Esportes, Grupo/código CC-01, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a partir de 02.04.2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02.04.2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
02 de Abril de 2019.

EDÍLSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal
ESTE DECRETO FOI REGISTRADO E
PUBLICADO NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 02 DE ABRIL DE 2019
DAIANE PAGNO

DECRETO Nº. 99 DE 02.04.2019

Publicação Nº 1969950

DECRETO Nº. 99, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

“NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, DE OBRAS, URBANISMO E DOS TRANSPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o artigo 82 da Lei Complementar nº 024, de 30 de dezembro de 2014, e tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA:

Art. 1º. Fica NOMEADO o Sr. PAULO ANDRÉ LOCH, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Vista Alta, Interior, Município de Princesa, inscrito no CPF nº. 016.323.759-07, para ocupar o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, DE OBRAS, URBANISMO E DOS TRANSPORTES, percebendo o subsídio mensal fixado em Lei, a contar do dia 02 (dois) de Abril de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 02 de Abril de 2019.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,
Prefeito Municipal

ESTE DECRETO FOI REGISTRADO E
PUBLICADO NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 02 DE ABRIL DE 2019
DAIANE PAGNO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 46/2019 - PM, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2019 - PM

Publicação Nº 1969336

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 46/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 13/2019-PM

OBJETO

Contratação de prestação de serviços para a realização de duas oficinas de capacitação referente ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, tendo como público alvo as famílias e os profissionais que trabalham com as mesmas.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a despesa relativa à contratação de prestação de serviços para a realização de duas oficinas de capacitação referente ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (sendo uma para as famílias e outra para os profissionais que trabalham no Serviço). Tendo em vista que o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras, bem como a realizar o acompanhamento da criança e /ou adolescente acolhido e sua família de origem.

Destaca-se que o município de Princesa está em fase de reordenamento e efetivação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, o qual tem como premissa a convivência em âmbito familiar de Crianças e Adolescentes afastados por decisão judicial do convívio na família de origem, assim, acolhidos em Famílias Acolhedoras preparadas para acolherem em suas residências crianças ou adolescentes, até que o retorno a família de origem seja possível.

Diante disso, considerando a necessidade da capacitação continuada da equipe técnica do Serviço, bem como, das famílias acolhedoras e visando a otimização dos recursos e a troca de experiência entre as famílias, a capacitação será realizada em conjunto e o custo das oficinas será dividido entre os cinco (5) municípios que a realizarem, sendo Guarujá do Sul, São José do Cedro, Princesa, Palma Sola e Guaraciaba.

Princesa, 02 de abril 2019.

Meri L. M. Boligon Secretária de Assistência Social	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Alessandra C. dos Santos Membro	Marciele C. Bruder Membro
----------------------------------	------------------------------------	------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 46/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 13/2019-PM

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para fundamentar e justificar o presente pedido de dispensa de licitação é possível basear-se no disposto no art. 24, II, da Lei 8.666/93 que dispõe:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Princesa, 02 de abril 2019.

Meri L. M. Boligon Secretária de Assistência Social	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Alessandra C. dos Santos Membro	Marciele C. Bruder Membro
----------------------------------	------------------------------------	------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 46/2019-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 13/2019-PM

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Identificada a necessidade pela Secretaria requerente, buscou-se no mercado por empresas/profissional que atuassem em área compatível. Dessa forma, encontrou-se a empresa NEUSA ELI FIGUEIREDO CERUTTI 91325021920, CNPJ 31.812.156/0001-09, com endereço na Rua das Palmeiras, Nº 957, Apto 31, Bloco 02, Bairro Coqueiral, Cascavel/PR.

Com relação aos preços, efetuou-se pesquisa de mercado com 3 (três) empresas distintas. A empresa escolhida, possui o menor valor, conforme mapa comparativo de preços em anexo.

O serviço deverá ser prestado conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Unidade*	Quantidade Estimada	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
01	Oficina de capacitação das famílias cadastradas no serviço de acolhimento familiar. Contemplando os Temas: - Contextualização histórica do acolhimento no Brasil; - Noções legais que fundamentam o serviço; - Proteção de crianças em situação de acolhimento, ética e cuidado frente à comunidade ou entidade; - Sensibilização (individual e comunitária - preconceito); - Concepções de território, família, convivência e vínculos; - Fases do desenvolvimento infanto-juvenil. - Como acolher: fluxo prático (passo a passo) do acolhimento; - Atribuições e obrigações das famílias acolhedoras em atividade de acolhimento: reflexões do cotidiano; - O cuidado biopsicossocial das crianças e adolescentes que se encontram acolhidos. - Afetividade/vinculação saudável no acolhimento familiar, o estabelecimento e ruptura de vínculos; - Compreensão e manejo de comportamentos com expressões de sexualidade, principalmente das vítimas de violência sexual; - Primeiros socorros.	Un	1	780,00	780,00

02	<p>Oficina de capacitação dos técnicos responsáveis pelo serviço de acolhimento em família acolhedora, para delinear conhecimentos, atribuições e competências a cerca de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como operacionalizar tecnicamente o acolhimento; - Formação das Famílias Acolhedoras; - Critérios de escolha e avaliação das Famílias Acolhedoras; - Plano de acompanhamento do (a) acolhido (a) e demais instrumentais técnicos operativos a serem utilizados; - Metodologias a serem utilizadas na abordagem técnica de trabalho com famílias; - Trabalho com famílias de origem, com vistas à reintegração familiar; - Identificação das violências e abusos contra crianças e adolescentes como medidas para manter acolhimentos efetivos; - Preparação para o desligamento de crianças e adolescentes e formas de fortalecer a autonomia do adolescente prestes a completar a maioridade; - Orientações acerca do trabalho em rede em consonância com o poder judiciário e ministério público; - Experiências exitosas do Serviço de Acolhimento Familiar. 	Un	1	780,00	780,00
TOTAL (R\$)					1.560,00

Qualificação técnica: O profissional que ministrará as oficinas deve possuir experiência como palestrante, com formação em serviço social ou psicologia, em atuação com uma equipe de referência de serviço de acolhimento em família acolhedora, com pós-graduação nas áreas afins da infância e o contexto de violência e ainda com experiência na organização e participação de seminários referente ao tema. Cada item terá a carga horaria de 16 horas, sendo estas divididas em 4 momentos de 4 horas cada. Assim totalizando 32 horas de capacitação, sendo um encontro de 8 horas cada mês pelo período de 4 meses. E os custos divididos entre os 5 municípios acima descritos. (Valor total da capacitação R\$ 7.800,00 /5= R\$ 1.560,00 para cada município).

Para custear as despesas desta dispensa de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

<p>Princesa, 02 de abril 2019.</p> <p>Meri L. M. Boligon Secretária de Assistência Social</p> <p>COMISSÃO DE LICITAÇÕES</p> <p>Michele C. Kunzler Presidente</p> <p>Alessandra C. dos Santos Membro</p> <p>Marciele C. Bruder Membro</p>		
--	--	--

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 46/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 13/2019-PM

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, a contratação da empresa NEUSA ELI FIGUEIREDO CERUTTI 91325021920, CNPJ 31.812.156/0001-09, com endereço na Rua das Palmeiras, Nº 957, Apto 31, Bloco 02, Bairro Coqueiral, Cascavel/PR.

Com relação aos preços, efetuou-se pesquisa de mercado com 3 (três) empresas distintas. A empresa escolhida, possui o menor valor, conforme mapa comparativo de preços em anexo.

O serviço deverá ser prestado conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Unidade*	Quantidade Estimada	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
01	<p>Oficina de capacitação das famílias cadastradas no serviço de acolhimento familiar. Contemplando os Temas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Contextualização histórica do acolhimento no Brasil;- Noções legais que fundamentam o serviço;- Proteção de crianças em situação de acolhimento, ética e cuidado frente à comunidade ou entidade;- Sensibilização (individual e comunitária - preconceito);- Concepções de território, família, convivência e vínculos;- Fases do desenvolvimento infanto-juvenil.- Como acolher: fluxo prático (passo a passo) do acolhimento;- Atribuições e obrigações das famílias acolhedoras em atividade de acolhimento: reflexões do cotidiano;- O cuidado biopsicossocial das crianças e adolescentes que se encontram acolhidos.- Afetividade/vinculação saudável no acolhimento familiar, o estabelecimento e ruptura de vínculos;- Compreensão e manejo de comportamentos com expressões de sexualidade, principalmente das vítimas de violência sexual;- Primeiros socorros.	Un	1	780,00	780,00

02	<p>Oficina de capacitação dos técnicos responsáveis pelo serviço de acolhimento em família acolhedora, para delinear conhecimentos, atribuições e competências a cerca de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como operacionalizar tecnicamente o acolhimento; - Formação das Famílias Acolhedoras; - Critérios de escolha e avaliação das Famílias Acolhedoras; - Plano de acompanhamento do (a) acolhido (a) e demais instrumentos técnicos operativos a serem utilizados; - Metodologias a serem utilizadas na abordagem técnica de trabalho com famílias; - Trabalho com famílias de origem, com vistas à reintegração familiar; - Identificação das violências e abusos contra crianças e adolescentes como medidas para manter acolhimentos efetivos; - Preparação para o desligamento de crianças e adolescentes e formas de fortalecer a autonomia do adolescente prestes a completar a maioridade; - Orientações acerca do trabalho em rede em consonância com o poder judiciário e ministério público; - Experiências exitosas do Serviço de Acolhimento Familiar. 	Un	1	780,00	780,00
TOTAL (R\$)					1.560,00

Qualificação técnica: O profissional que ministrará as oficinas deve possuir experiência como palestrante, com formação em serviço social ou psicologia, em atuação com uma equipe de referência de serviço de acolhimento em família acolhedora, com pós-graduação nas áreas afins da infância e o contexto de violência e ainda com experiência na organização e participação de seminários referente ao tema.

Cada item terá a carga horária de 16 horas, sendo estas divididas em 4 momentos de 4 horas cada. Assim totalizando 32 horas de capacitação, sendo um encontro de 8 horas cada mês pelo período de 4 meses. E os custos divididos entre os 5 municípios acima descritos. (Valor total da capacitação R\$ 7.800,00 /5= R\$ 1.560,00 para cada município).

Para custear as despesas desta dispensa de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 02 de abril 2019.

Meri L. M. Boligon
Secretária de Assistência Social

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler
PresidenteAlessandra C. dos Santos
MembroMarciele C. Bruder
MembroESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.PROCESSO LICITATÓRIO N. 46/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 13/2019-PM

RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso V, do art. 24, da Lei 8.666/93, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 46/2019-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 13/2019-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 02 de abril 2019.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal de Princesa**EXTRATO DE CONTRATO LICITAÇÃO Nº 17/2019 - PM, MODALIDADE CONCORRÊNCIA 01/2019 - PM**

Publicação Nº 1969930

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 12/2019

Contratante.: MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Contratada.: COMERCIO DE MOVEIS SOBERANO EIRELI

Valor : 24,00 (vinte e quatro reais)

Vigência : Início: 05/04/2019 Término: 05/04/2026 Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2019 Recursos : Dotação:

Objeto : Doação com Encargos de Imóvel Urbano Localizado no Parque Industrial do Município de Princesa/SC, para Fins de implantação de Indústria.

Princesa, 2 de Abril de 2019

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 46/2019 - PM, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO 13/2019 - PM

Publicação Nº 1969360

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/19

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/19

HOMOLOGAÇÃO: 02/04/19

CONTRATADO: NEUSA ELI FIGUEREDO CERUTTI 91325021920 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

OBJETO: Contratação de prestação de serviços para a realização de duas oficinas de capacitação referente ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, tendo como público alvo as famílias e os profissionais que trabalham com as mesmas.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.560,00 (um mil quinhentos e sessenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

DATA: 02/04/19 - EDILSON MIGUEL VOLKWEIS - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 62 DE 02.04.2019

Publicação Nº 1969369

PORTARIA Nº. 62 DE 02 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art. 110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias, a servidor abaixo relacionado, conforme período aquisitivo e período de gozo em anexo.

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Vítor Massoli Guarda	Odontólogo	15.07.2017 a 14.07.2018	09.04.2019 à 23.04.2019

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 02 de Abril de 2019.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E

PUBLICADA NA FORMA DA LEI

PRINCESA/SC, 02 DE ABRIL DE 2019

DAIANE PAGNO

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 078/2019 - DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970435

DECRETO Nº 078/2019 - DE 02 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE TAIRONE PADILHA DOS SANTOS PARA O CARGO QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Inciso II do Artigo 9º da Lei Municipal nº.032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Artigo 3º da Lei Complementar nº.031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001. DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 03 de abril de 2019, Tairone Padilha Dos Santos, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Assessor, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 02 de abril de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em __/04/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Adriano João Boaretto

Funcionário Designado

Rancho Queimado

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2019

Publicação Nº 1969592

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2019

Contratado: Maria Angélica Koester Kaufer

Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar (pães e bolachas) para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, para o exercício de 2019, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública Nº01/2019. Valor: R\$ 11.120,00 (onze mil, cento e vinte reais). Vigência: O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31 de Dezembro de 2019. Rancho Queimado, 02 de Abril de 2019. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

PORTARIA 097-2019 CONCEDE LIC MÉDICA ANDERSON S SILVA

Publicação Nº 1970637

PORTARIANº 097/2019

CONCEDE LICENÇA MÉDICA

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE CONCEDER 10 (dez) dias de Licença Médica a ANDERSON DA SILVA SILVA, a partir de 13 a 22 de março de 2019, conforme atestado e resultado de perícia médica.

Rancho Queimado, 22 de março de 2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

PORTARIA 098-2019 CONCEDE LIC MÉDICA JOSIANE SCHUTZ

Publicação Nº 1970642

PORTARIANº 098/2019

CONCEDE LICENÇA MÉDICA

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE CONCEDER 10 (dez) dias de Licença Médica a JOSIANE SCHUTZ, a partir de 21 a 30 de março de 2019, conforme atestado e resultado de perícia médica.

Rancho Queimado, 26 de março de 2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

PORTARIA 100-2019 CONCEDE FERIAS PEDRO P BUNN

Publicação Nº 1970644

PORTARIA Nº 100/2019

CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 30 (trinta) dias de FÉRIAS de 01 a 30 de abril de 2019 a PEDRO PAULO BUNN, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Rancho Queimado, em 01 de abril de 2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita Municipal

PORTARIA 101-2019 CONCEDE LIC MÉDICA NAZARÉ FLORIANO

Publicação N° 1970645

PORTARIANº 101/2019
CONCEDE LICENÇA MÉDICA

A PREFEITA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE CONCEDER 15 (quinze) dias de Licença Médica a NAZARÉ FLORIANO, a partir de 01 a 15 de abril de 2019, conforme atestado médico.

Rancho Queimado, 01 de abril de 2019.
CLECI APARECIDA VERONEZI
Prefeita Municipal

Rio das Antas

PREFEITURA

LEI-2056

Publicação Nº 1970021

LEI Nº 2.056, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA UG-PREFEITURA MUN. DE RIO DAS ANTAS, POR CONTA DE RECURSOS DE ANULAÇÕES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei :

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS) ao orçamento para 2019 na UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, conforme abaixo:

02 - PODER EXECUTIVO – UG – PREFEITURA

02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL EDUC. CULTURA E ESPORTES-SMECE

02.005.0012.0367.0230.2054.333900000000.0101000000-APLIC.DIRETAS R\$15.000,00

Art.2º - O crédito especial autorizado no artigo 1º desta lei corre no valor de R\$15.000,00(QUINZE MIL REAIS), por conta de anulações de dotações no orçamento para 2019 na UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, conforme abaixo:

02 - PODER EXECUTIVO – UG – PREFEITURA

02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL EDUC. CULTURA E ESPORTES-SMECE

02.005.0012.0361.0180.2036.333900000000.0101000000-APLIC.DIRETAS R\$ 15.000,00

Art.3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 29 DE MARÇO DE 2019.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

GILBERTO ZIEMANN

Secr.Mun. de Adm. e Finanças

LEI-2057

Publicação Nº 1970027

LEI Nº 2.057, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA UG-PREFEITURA POR CONTA DE RECURSOS DE ANULAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei :

Art.1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento para 2019, no valor de R\$ 22.000,00 (VINTE E DOIS MIL REAIS), para a UG/dotação abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO – UG-PREFEITURA

02.005 – SECRET.MUN. DE EDUC.CULTURA E ESPORTE – SMECE

02.005.0012.0367.0230.2055.3335000000000000.01010000-TRANSFERENCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS R\$ 22.000,00

Art.2º - O crédito suplementar autorizado no artigo 1º desta lei corre no valor de R\$ 22.000,00 (VINTE E DOIS MIL REAIS), por conta de recursos de anulação na dotação do orçamento vigente da UG-PREFEITURA para o corrente exercício, conforme abaixo:

02 – PODER EXECUTIVO – UG-PREFEITURA

02.005 – SECRET.MUN. DE EDUC.CULTURA E ESPORTE - SMECE

02.005.0012.0361.0180.2036.3339000000000000.01010000-APLIC. DIRETAS(Ref.55) R\$ 22.000,00

Art.3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 29 DE MARÇO DE 2019.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no Órgão Oficial de Publicação do Município de Rio das Antas na mesma data.

GILBERTO ZIEMANN
Secr.Mun. de Adm. e Finanças

PORTARIA 097-2019

Publicação Nº 1970036

PORTARIA Nº 097/2019 DE 25 DE MARÇO DE 2019.
EXONERA SERVIDOR(A)

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Complementar Nº 03 de 30/09/1993, exonera a pedido o/ a servidor(a) ANA LUIZA SCOMPARIM OLIVEIRA do cargo em caráter efetivo de PROFESSOR I-40 HORAS nomeado(a) pela nº PORTARIA Nº 062/2019, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019 a partir de 31/03/2019.

RIO DAS ANTAS, 25 DE MARÇO DE 2019.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

GILBERTO ZIEMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 098-2019

Publicação Nº 1970039

PORTARIA Nº 098/2019, DE 25 DE MARÇO DE 2019.
NOMEIA SERVIDOR(A).

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 8º e item I do art. 11 da LEI COMPLEMENTAR Nº 03, de 30.09.1993, NOMEIA CONFORME CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2018 no Quadro Efetivo da Prefeitura Municipal de Rio das Antas com a remuneração de lei os servidores abaixo:

Servidor(a)	Cargo	Data de Admissão
1. QUEREN SARAIVA GOMES	PROFESSOR I -20 HORAS	01/03/2019
2. ROBBIN ALEX REYES ZANOTTI	TRIBUTARISTA FISCAL	25/03/2019

RIO DAS ANTAS, 25 DE MARÇO DE 2019
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

GILBERTO ZIEMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 099-2019

Publicação Nº 1970041

PORTARIA Nº 099/2019, DE 26 DE MARÇO DE 2019.
NOMEIA SERVIDOR(A).

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no art. 8º e item I do art. 11 da LEI COMPLEMENTAR Nº 03, de 30.09.1993, NOMEIA CONFORME CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 no Quadro Efetivo da Prefeitura Municipal de Rio das Antas com a remuneração de lei os servidores abaixo:

Servidor(a)	Cargo	Data de Admissão
CAMILA MABONI	VIGILANTE EPIDEMIOLÓGICO E SANITARIO	01/04/2019

RIO DAS ANTAS, 26 DE MARÇO DE 2019
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

GILBERTO ZIEMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 100-2019

Publicação N° 1970048

PORTARIA N° 100/2019, DE 26 DE MARÇO DE 2019
CONTRATA SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei N° 05 de 09/12/1993 e Lei N° 04 de 02/12/1993, CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO com a remuneração de lei os seguintes:

SERVIDOR	PERIODO	CARGO
1. WANDRESSA LAZARIS	01/04/2019 A 13/12/2019	AUXILIAR EDUCACIONAL- 20 HORAS
2. IVONEI CAREGNATO	01/04/2019 A 31/07/2019	MECANICO
3. SEBASTIAO CARLOS DA SILVA	11/03/2019 A 13/12/2019	PROFESSOR II -20 HORAS

RIO DAS ANTAS, 26 DE MARÇO DE 2019.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

GILBERTO ZIEMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 101-2019

Publicação N° 1970050

PORTARIA N° 101/2019 DE 26 DE MARÇO DE 2019.
READAPTA SERVIDORA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art 25 da Lei Compl. n° 03, de 30/09/1993 e alterações posteriores, tendo em vista que o(a) servidor(a) ANTONIO BUENO RODRIGUES em face do Atestado Médico expedido pela junta médica oficial do município em 16/01/2019, solicitando que o(a) referido(a) servidor(a) seja readaptado(a) a outra função, pois problemas de saúde o(a) impedem de desempenhar as atividades pertinentes ao cargo em que é efetivo(a), assim, faz-se a READAPTAÇÃO FUNCIONAL no sentido de que possa continuar exercendo suas atividades laborais em serviço de menor esforço físico, DETERMINAMOS que o(a) mesmo(a) deverá atuar nas funções de VIGIA em substituição ao serviço que fazia anteriormente a partir desta data, com remuneração do cargo efetivo preenchendo as habilidades legais necessárias a partir de 01/04/2019.

RIO DAS ANTAS, 26 DE MARÇO DE 2019
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

GILBERTO ZIEMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 102-2019

Publicação N° 1970054

PORTARIA N° 102/2019 DE 28 DE MARÇO DE 2019.
EXONERA SERVIDOR COMISSIONADO

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Complementar N° 03 de 30/09/1993, exonera a servidor abaixo, ocupante de cargo comissionado a partir de 31/03/2019:

SERVIDOR (A)	CARGO COMISSIONADO	PORTARIA DE NOMEAÇÃO
RUBENS MARCIO PAVARIN	ASSESSOR JURIDICO	010/2017 de 04/01/2017

RIO DAS ANTAS, 28 DE MARÇO DE 2019
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

GILBERTO ZIEMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 103-2019

Publicação Nº 1970057

PORTARIA Nº 103/2019 DE 28 DE MARÇO DE 2019.
EXONERA SERVIDORA A PEDIDO

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 04 DE 02/09/1993, EXONERA A PEDIDO o/a servidores(a) abaixo:

FERNANDA BLOMER- NA FUNÇÃO DE ORIENTADOR SOCIAL, CONTRATADA PELA PORTARIA Nº 044/2019, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019

RIO DAS ANTAS, 28 DE MARÇO DE 2019.
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

GILBERTO ZIEMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 104-2019

Publicação Nº 1970058

PORTARIA Nº 104/2019 DE 29 DE MARÇO DE 2019.
EXONERA SERVIDOR COMISSIONADO

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Complementar Nº 03 de 30/09/1993, exonera o servidor abaixo, ocupante de cargo comissionado:

SERVIDOR (A)	CARGO COMISSIONADO	PORTARIA DE NOMEAÇÃO
WILLIAN GILBERTO SEIDEL	DIRETOR DE DIVISÃO	136 /2018, DE 03 DE JULHO DE 2018.

RIO DAS ANTAS, 29 DE MARÇO DE 2019
RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

GILBERTO ZIEMANN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 105-2019

Publicação Nº 1970062

PORTARIA Nº 105/2019 DE 29 DE MARÇO DE 2019.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDOR (ES).

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto nos artigos 102 e seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 03, de 30/09/1993, CONCEDE GOZO DE FÉRIAS ao(s) servidor(es) municipal (is) abaixo relacionado (s), a ser gozada da seguinte forma:

NOME DO SERVIDOR	PERIODO AQUISITIVO	GOZO DE FÉRIAS
VALMIR JOSE TURKE	01/08/2016 A 01/08/2017	01/04/2019 A 20/04/2019- 20 DIAS
PAULO ROBERTO PEREIRA DA SILVA	01/06/2017 A 01/06/2018	09/04/2019 A 23/04/2019- 15 DIAS

II) Quando o período de férias iniciar em um mês e terminar em outro, os valores relativos ao mesmo serão pagos no mês que terminar o gozo de férias.

III) Determina que sejam feitas as anotações correspondentes na (s) ficha (s) funcional(is) do (s) referido (s) servidor (es).

RIO DAS ANTAS, 29 DE MARÇO DE 2019.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

GILBERTO ZIEMANN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 106-2019

Publicação N° 1970065

PORTARIA N° 106/2019 DE 29 DE MARÇO DE 2019.

RETIFICA PARTE DA PORTARIA QUE ESPECIFICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Complementar N° 03 de 30/09/1993, RETIFICA PARTE DA PORTARIA N° 050/2019 DE 07/02/2019 que NOMEOU SERVIDORES por concurso público, passando a vigorar com a seguinte redação, sendo que o restante do teor da portaria mantém-se inalterado.

Servidor(a)	Cargo	Data de Nomeação
FERNANDO BESOLD	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	29/01/2019

RIO DAS ANTAS, 29 DE MARÇO DE 2019.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

GILBERTO ZIEMANN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO REGISTRO DE PREÇO N° 0016/2019 - PMRA

Publicação N° 1970032

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 0016/2019 – PMRA Registro de Preço

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório n° 0020/2019 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO n° 0016/2019 – PMRA, tendo como Objeto: Registro de preço para aquisições futuras com pedidos parcelados de material para manutenção do programa de inseminação artificial em bovinos, do município de Rio das Antas. Conforme Edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 16/04/2019, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais n°s 32/2007 e 13/2012. DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, em horário de expediente, ou pelo email licita@riodasantas.sc.gov.br ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 02 de abril de 2019. Ronaldo Domingos Loss-Prefeito Municipal

Rio do Campo

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.029

Publicação Nº 1969550

DECRETO no 4.029 de 02 de abril de 2019

“Abre crédito adicional Especial e dá providências”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições e autorização concedida através da Lei 2.258, de 02 de abril de 2019:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Especial, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 228.912,00 (duzentos e vinte e oito mil e novecentos e doze reais).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Especial	Aquisição de Veículos	06.002.0012.0361.0006.1030.34490 00000000000000.01320473	228.912,00
Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 2 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional especial, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		01320473-Rec.Convênio FNDE/MEC/ PAR 201804467-4-Ônibus Escolar Rural-ORE 3.	228.912,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
02 de abril de 2019.
Rodrigo Preis
Prefeito de Rio do Campo

Lenoir Menegazzi
Responsável pela Secretaria de Administração e Finanças

LEI Nº 2.257

Publicação Nº 1969530

LEI no 2.257 de 02 de abril de 2019

Inclui ação na LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019 e dá providências.

RODRIGO PREIS, prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias/LDO, para o exercício financeiro de 2019, Lei no 2.172, de 23 de Outubro de 2017, mediante inclusão da ação 1.030 - Aquisição de Veículos, detalhamento da ação – Adquirir 01 (um) ônibus escolar para realizar com segurança o transporte dos alunos da Rede Municipal e Estadual do Ensino Fundamental para a secretaria de educação, no programa 006 – Educação com Qualidade, órgão 06 - Secretaria de Educação, Unidade 002 - Divisão de Educação Básica, Função 0012 – Educação, Sub função 0361 – Ensino Fundamental, modalidade de aplicação 3.4.4.90.00.00.00.00.00.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
02 de abril de 2019.
Rodrigo Preis
Prefeito de Rio do Campo

Lenoir Menegazzi
Responsável pela Secretaria de Administração e Finanças

LEI Nº 2.258

Publicação Nº 1969549

LEI no 2.258 de 02 de abril de 2019

"Dispõe sobre a inclusão de ação na LOA- Lei orçamentária anual para o exercício de 2019 autoriza a abertura de crédito adicional Especial e dá providências".

RODRIGO PREIS, prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município, que a câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizado a inclusão na Lei Orçamentária Anual/LOA para o exercício de 2019, Lei no 2.242, de 28 de novembro de 2018, a ação 1.030 - Aquisição de Veículos, detalhamento da ação – Adquirir 01 (um) ônibus escolar para realizar com segurança o transporte dos alunos da Rede Municipal e Estadual do Ensino Fundamental para a secretaria de educação, no programa 006 – Educação com Qualidade, órgão 06 - Secretaria de Educação, Unidade 002 - Divisão de Educação Básica, Função 0012 – Educação, Sub função 0361 – Ensino Fundamental, modalidade de aplicação 3.4.4.90.00.00.00.00.

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Especial, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 228.912,00 (duzentos e vinte e oito mil e novecentos e doze reais).

Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Especial	Aquisição de Veículos	06.002.0012.0361.0006.1030.34490 00000000000000.01320473	228.912,00
Art. 3º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 2 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional especial, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			
Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		01320473-Rec.Convênio FNDE/MEC/ PAR 201804467-4-Ônibus Escolar Rural-ORE 3.	228.912,00

Art. 4º -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
02 de abril de 2019.

Rodrigo Preis

Prefeito de Rio do Campo

Lenoir Menegazzi

Responsável pela Secretaria de Administração e Finanças

Rio do Oeste

PREFEITURA

EDITAL_01/2019_CMDCA

Publicação Nº 1969412

EDITAL N. 01/2019/CMDCA

Abre inscrições para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Rio do Oeste – SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio do Oeste - SC, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução CONANDA n. 170/2014 e na Lei Municipal n. 2.252/2019, abre as inscrições para a escolha dos membros do Conselho Tutelar para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Rio do Oeste - SC, e dá outras providências.

1. DO CARGO, DAS VAGAS E DA REMUNERAÇÃO.

1.1 Ficam abertas 5 (cinco) vagas para a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Rio do Oeste - SC, para cumprimento de mandato de 4 (quatro) anos, no período de 10 (dez) de janeiro de 2020 a 09 (nove) de janeiro de 2024, em conformidade com o art. 139, §2º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

1.2 O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de Rio do Oeste - SC, constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, não gerando vínculo empregatício com o Poder Executivo Municipal.

1.3 Os 5 (cinco) candidatos que obtiverem maior número de votos, em conformidade com o disposto neste edital, assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

1.4 Os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

1.5 A vaga, o vencimento mensal e carga horária são apresentados na tabela a seguir:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimentos
Membro do Conselho Tutelar	05	40h	R\$ 1.480,33

1.6 O horário de expediente do membro do Conselho Tutelar é das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30, sem prejuízo do atendimento ininterrupto à população.

1.7. Todos os membros do Conselho Tutelar ficam sujeitos a períodos de sobreaviso, inclusive nos finais de semana e feriados.

1.8 A jornada extraordinária do membro do Conselho Tutelar, em sobreaviso, será compensada, conforme dispõe a Lei Municipal n. 2.252/2019, ou a que a suceder.

1.9 As especificações relacionadas ao vencimento, aos direitos sociais e aos deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar serão aplicadas de acordo com a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 2.252/2019, ou a que a suceder.

1.10 Os servidores públicos, quando eleitos para o cargo de membro do Conselho Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta Lei Municipal n. 2.252/2019, sendo-lhes assegurados todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato, exceto para fins de promoção por merecimento.

2. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

2.1 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Rio do Oeste - SC ocorrerá em consonância com o disposto no art. 139, §1º, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 2.252/2019.

2.2 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar seguirá as etapas abaixo:

I. Inscrição para registro das candidaturas;

II. Divulgação da relação dos candidatos habilitados nos espaços de mídia do Município;

III. Sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Rio do Oeste - SC, cujo domicílio eleitoral tenha sido fixado dentro de prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao pleito.

3. DOS REQUISITOS A CANDIDATURA E DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Somente poderão concorrer ao cargo de membro do Conselho Tutelar, os candidatos que preencherem os requisitos para candidatura fixados na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal n. 2.252/2019, a saber:

I. reconhecida idoneidade moral;

II. idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III. residência no Município;

IV. conclusão do ensino médio;

V. não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VI. não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VII. não ser membro, no momento da publicação deste Edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII. não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

3.2 Deverão ser apresentados, por ocasião da inscrição, os seguintes documentos originais, com a entrega de suas respectivas cópias:

I. Certidão de Nascimento ou Casamento;

II. RG e CPF;

III. Comprovante de residência de até três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV. Certificado de quitação eleitoral;

V. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual;

VI. Certidão negativa da Justiça Eleitoral;

VII. Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio;

VIII. Requerimento de inscrição preenchido (anexo I do presente edital);

IX. Declaração de atendimento dos requisitos do edital (anexo II do presente edital);

3.3 O candidato servidor público municipal deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

4. DOS IMPEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE ESCOLHA

4.1 O membro do Conselho Tutelar, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio, não poderá participar do presente processo.

5. DOS IMPEDIMENTOS PARA EXERCER O MANDATO

5.1 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, sogro e genro ou nora, cunhados, durante o cunhadio, padrasto ou madrasta e enteado ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.2 Estende-se o impedimento ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1 As inscrições ficarão abertas do dia 22 (vinte e dois) de abril a 24 (vinte e quatro) de maio de 2019, das 09h às 11h, na Prefeitura de Rio do Oeste.

6.2 Nenhuma inscrição será admitida fora do período determinado neste Edital.

6.3 As candidaturas serão registradas individualmente e numeradas de acordo com a ordem de inscrição.

6.4 No ato da inscrição, os candidatos deverão apresentar, ficha de inscrição para registro da candidatura, além dos documentos previstos no item 3 (três) deste edital.

6.5 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica e fotocópia de documento de identidade do procurador.

6.6 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e na Lei Municipal n. 2.252/2019, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral e pelo CMDCA em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento.

6.7 O deferimento da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento da ficha de Inscrição e a apresentação da documentação exigida no item 3 (três) deste edital.

6.8 A inscrição será gratuita.

6.9 É de exclusiva responsabilidade do candidato ou de seu representante legal o correto preenchimento do requerimento de inscrição e a entrega da documentação exigida.

7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DAS CANDIDATURAS

7.1 As informações prestadas na ficha de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato ou de seu procurador.

7.2 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos.

7.3 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de excluir do processo de escolha o candidato que não preencher o respectivo documento de forma completa e correta, bem como fornecer dados inverídicos ou falsos.

7.4 A Comissão Especial Eleitoral tem o direito de, em decisão fundamentada, indeferir as inscrições de candidatos que não cumpram os requisitos mínimos estabelecidos neste Edital, na Lei Municipal n. 2.252/2019 e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

7.5 A relação de inscrições deferidas será publicada no dia 31 (trinta e um) de maio de 2019, na página eletrônica do Município.

7.6 O candidato cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso, de forma escrita e fundamentada, no período 3 (três) a 4 (quatro) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, na Prefeitura de Rio do Oeste, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

7.7 A Comissão Especial Eleitoral deverá deliberar e apresentar o resultado dos recursos até o dia 7 (sete) de junho de 2019.

7.8 Da decisão de indeferimento da Comissão Especial Eleitoral o candidato poderá interpor novo recurso, de forma escrita e fundamentada, dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no período de 10 (dez) e 14 (quatorze) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, na Prefeitura de Rio do Oeste, não se admitindo o envio de recurso por meio digital (e-mail).

7.10 Publicada a relação de inscrições deferidas, qualquer pessoa poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 19 (dezenove) e 21 (vinte e um) de junho de 2019, no horário de atendimento ao público, na Prefeitura Municipal de Rio do Oeste, admitindo-se o envio de impugnações por meio eletrônico (conselhotutelarescolha@riodoeste.sc.gov.br), vedado o anonimato.

7.11 A publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela Comissão Especial Eleitoral deverá se dar até dia 24 (vinte e quatro) de junho de 2019.

7.12 Os candidatos impugnados poderão interpor recurso junto a Comissão Especial Eleitoral até o dia 26 (vinte e seis) de junho de 2019, a qual deverá se manifestar em 24 (vinte e quatro) horas.

7.13 No caso de manutenção da impugnação pela Comissão Especial Eleitoral, o candidato poderá interpor recurso dirigido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no período de 28 (vinte e oito) de junho a 4 (quatro) de julho de 2019.

7.14 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação sobre os recursos interpostos, publicará a lista final dos candidatos aptos a participar da capacitação e da prova preambular, no dia 8 (oito) de julho de 2019.

7.15 Os candidatos habilitados receberão um número de inscrição, composto por, no mínimo, 02 (dois) dígitos, distribuído em ordem alfabética, pelo qual se identificarão como candidato.

8. DA PROPAGANDA ELEITORAL

8.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

8.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae.

8.3 A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Diretos da

Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

8.4 É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

8.5 Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I. abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II. doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III. propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

IV. a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V. a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI. a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VII. favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VIII. confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

IX. propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors ou carro de som;

X. propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

8.6 No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

I. Utilização de espaço na mídia;

II. Transporte aos eleitores;

III. Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

IV. Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

V. Propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

VI. Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

8.7 Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

8.8 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

8.9 O candidato envolvido e o denunciante, bem como o Ministério Público, serão notificados das decisões da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

8.10 É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização dos candidatos.

8.11 É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer

campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

9. DA ELEIÇÃO

9.1 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores aptos no cadastro da Justiça Eleitoral no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

9.2 A eleição será realizada no dia 06 (seis) de outubro de 2019, no horário das 8hs às 15hs.

9.3 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019, publicados na página eletrônica do Município.

9.4 Nos locais de votação, deverá ser afixada lista dos candidatos habilitados, com os seus respectivos números.

9.5 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município no prazo de até 3 (três) meses antes do pleito eleitoral, cujo nome conste do caderno de eleitores fornecido pelo Tribunal Regional Eleitoral.

9.6 Não se admitirá a inclusão manual de nomes ao caderno de eleitores, nem o voto de eleitores cujo nome não esteja ali indicado.

9.7 O voto é sigiloso e o eleitor votará em cabina indevassável.

9.8 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

9.9 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

9.10 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de este ser admitido a votar.

9.11 O eleitor votará uma única vez, em um único candidato, na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

9.12 A votação se dará em urna eletrônica, cedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, com a indicação do respectivo número do candidato.

9.13 Caso não seja possível contar com a cessão das urnas eletrônicas, a votação se dará por meio de cédulas eleitorais impressas e padronizadas, aprovadas previamente pela Comissão Especial Eleitoral, constando, em sua parte frontal, espaço para o preenchimento do número do candidato, sem se admitir a indicação do nome dos candidatos.

9.14 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

9.15 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

9.16 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando a impossibilidade de comparecimento ao Mesário e ao Secretário, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se a impossibilidade se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

9.17 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

9.18 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Especial Eleitoral.

9.19 Não podem ser nomeados Presidente, Mesário ou Secretário:

I. Os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II. O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III. As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

9.20 Os candidatos poderão indicar um fiscal por seção eleitoral (local de votação), que deverá estar identificado por meio de crachá padronizado, encaminhando o nome e a cópia do documento de identidade destes à Comissão Especial Eleitoral até o dia 05 (cinco) de setembro de 2019.

10. DA APURAÇÃO

10.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou em local definido pela Comissão

Especial Eleitoral, imediatamente após o encerramento do pleito eleitoral, contando com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Especial Eleitoral.

10.2 Após a apuração dos votos, poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.3 Após o término das votações, o Presidente, o Mesário e o Secretário da seção elaborarão a Ata da votação.

10.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação.

10.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de membro titular do Conselho Tutelar.

10.6 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

10.7 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

11. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

11.1 O resultado da eleição será publicado no dia 07 (sete) de outubro de 2019, em de Edital publicado nos espaços oficiais de publicação do Município, inclusive em sua página eletrônica, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

11.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

11.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 (dez) de janeiro de 2019.

11.4 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos.

11.5 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob pena de não poderem assumir a função de membro do Conselho Tutelar, sendo os suplentes também convidados a participar.

11.6 Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

12. DO CALENDÁRIO

12.1 Calendário simplificado da inscrição para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

Data	Etapas
03/04/2019	Publicação do Edital
22/04 a 24/05/2019	Prazo para registro das candidaturas
27 a 30/05/2019	Análise do pedido de registro das candidaturas, pela CEE.
31/05/2019	Publicação da relação dos candidatos inscritos, deferidos e indeferidos, pela CEE.
03 a 04/06/2019	Prazo para interposição de recurso junto a CEE, ao candidato inabilitado
07/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
10 e 14/06/2019	Prazo ao candidato indeferido proceder interposição de recurso junto ao CMDCA.
18/06/2019	Publicação, pelo CMDCA, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, de edital informando o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida.
19 a 21/06/2019	Prazo para impugnação das candidaturas junto a CEE, pela população geral.
24/06/2019	Publicação da lista dos candidatos impugnados pela população e avaliados pela CEE
25 a 26/06/2019	Prazo aos candidatos impugnados para interposição de recurso junto a CEE.
27/06/2019	Publicação, pela CEE, do resultado dos recursos interpostos pelos candidatos
28/06/2019 a 04/07	Prazo aos candidatos impugnados pela CEE, para interposição de recurso junto ao CMDCA.
08/07/2019	Publicação da lista dos candidatos aptos a participar das eleições.
05/09/2019	Divulgação dos locais e votação
06/10/2019	Eleição
07/10/2019	Publicação da apuração
10/01/2020	Posse

12.2 Fica facultada à Comissão Especial Eleitoral e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promover alterações do calendário proposto neste Edital, que deverá ser amplamente divulgado e sem prejuízo ao processo.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1 As atribuições do cargo de membro do Conselho Tutelar são as constantes na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal n. 2.252/2019, sem prejuízo das demais leis afetas.

13.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

13.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

13.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este Edital.

13.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

13.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

13.8 O membro do Conselho Tutelar eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

13.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital e das demais deliberações da Comissão Especial Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

13.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Oeste - SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Ilustríssima Sra. Presidente da Comissão Especial Eleitoral para o processo de escolha de Conselheiros Tutelares de Rio do Oeste – SC

Eu _____, brasileiro (a), estado civil: _____, profissão: _____, portador(a) da Carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado (a) _____, nº _____, Bairro _____, telefone: _____, e-mail _____, em Rio do Oeste - SC, venho por meio do presente REQUERER minha inscrição para concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar, conforme Edital 01/2019 do CMDCA.

Rio do Oeste – SC, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do candidato

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO AOS REQUISITOS DO EDITAL

Eu, _____, declaro para os devidos fins, sob pena de responsabilidade, não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial; não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Declaro ainda ter lido e estar de acordo com os demais termos estabelecidos no Edital 001/2019 do CMDCA.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente.

Rio do Oeste – SC, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Candidato

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 7959, DE 01 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1969224

DECRETO Nº 7959, de 01 de março de 2019.

“**CRIA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DA AGROVALE – EXPOFEIRA AGRÍCOLA DO ALTO VALE DO ITAJAÍ, EVENTO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL QUE FORTALECE E VALORIZA A AGRICULTURA LOCAL E REGIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade da lei 5.887 de 23 de novembro de 2017:

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Central Organizadora da Agrovale – Expofeira agrícola do Alto Vale do Itajaí, evento oficial do município de Rio do Sul, realizado anualmente, após o período da colheita, no mês de maio, com o objetivo de manter viva a tradição da festa do agricultor, valorizando o trabalho da agricultura familiar e promovendo a união entre os municípios e as culturas do Alto Vale do Itajaí.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

- I – Cinco representantes da Diretoria Executiva de Agropecuária;
- II – Quatro representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- III – Um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural CMDR;
- IV – Um representante da AMAVI;
- V – Dois representante da Epagri;
- VI – Um representante da Cidasc;
- VII – Dois representantes do Instituto Federal Catarinense;
- XIII – Um representante da Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul – ACIRS;
- IX – Um representante do Núcleo de Criadores de cavalos;
- X – Um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL.

Parágrafo único. A Comissão Central Organizadora, poderá incluir representantes, que se fizer necessário ao desempenho de suas atribuições, solicitando para isso a aprovação em reunião da Comissão.

Art. 3º Compete a Comissão Central Organizadora: Organizar, supervisionar e dirigir a Agrovale. Coordenar os trabalhos das demais comissões. Buscar e promover a realização de contatos para levantar recursos para a realização do evento. Oficializar contatos com as Associações de Agricultores, Produtores Rurais, Agricultores familiares, Associações Comerciais e Industriais, Câmara de Dirigentes Logistas, Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí, Conselho de Secretários Municipais do Alto Vale do Itajaí, Entidades Educacionais, Universidades, Instituições de Ensino Superior, Instituições de Pesquisa, Empresas da Iniciativa Pública e Privada, agroindústrias Órgãos Oficiais e Imprensa em geral com vistas à viabilização do Evento.

Art. 4º Compete ao Prefeito Municipal nomear através de Decreto o Presidente, Vice-Presidente e Secretário Geral, todos representantes do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Compete a Comissão Central Organizadora em primeira reunião, definir o calendário de reuniões extraordinárias.

Art. 6º A Comissão Organizadora fica investida de todos os poderes para organizar o evento, disciplinar o uso das vias e lugares públicos na região das festividades, solicitar patrocínio a empresas e órgão públicos, convocar servidores municipais para trabalhar e elaborar o cronograma das atividades.

Art. 7º As atribuições de cada membro desta comissão estão instituídas no anexo Único deste Decreto.

Art. 8º As ações da Comissão que impliquem em despesa para o Município deverão ser previamente aprovadas pelo Prefeito, observada a legislação respectiva.

Art. 9º Deverá ser elaborado demonstrativo evidenciando o total de receitas e despesas realizadas no evento.

Art. 10º O exercício das funções de membro da Comissão será gratuito, e considerado serviço público relevante.

Art. 11º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

01 de março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul.

ANEXO ÚNICO
COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA – AGROVALE 2019
Expofeira Agrícola do Alto Vale do Itajaí

COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA

A Comissão Geral Organizadora terá a função de responder pela execução geral da AGROVALE – Expofeira Agrícola do Alto Vale do Itajaí.

Comissão Central Organizadora: Organizar, supervisionar e dirigir a Agrovale. Coordenar os trabalhos das demais comissões. Buscar e promover a realização de contatos para levantar recursos para a realização do evento. Oficializar contatos com as Associações de Agricultores, Produtores Rurais, Agricultores Familiares, Associações Comerciais e Industriais, Câmara de Dirigentes Logistas, Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí, Conselho de Secretários Municipais do Alto Vale do Itajaí, Entidades Educacionais, Universidades, Instituições de Ensino Superior, Instituições de Pesquisa, Empresas da Iniciativa Pública e Privada, Agroindústrias Órgãos Oficiais e Imprensa em geral com vistas à viabilização do Evento.

ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA

PRESIDENTE:

1. Coordenar, supervisionar, dirigir, e promover a realização da Agrovale, atendendo aos aspectos técnicos, políticos, administrativos e financeiros;
2. Assessorar e apoiar a realização da Agrovale;
3. Propor o Regimento e Regulamento da Agrovale e Programação (aprovação pela Comissão Central Organizadora);
4. Propor os critérios e modalidade de participação e representação dos interessados, bem como o local de realização da Agrovale;
5. Propor o plano de aplicação de Recursos Financeiros relativos à Agrovale, e submetê-lo a aprovação da Comissão Central Organizadora;
6. Providenciar a Prestação de contas dos recursos financeiros relativos da Agrovale e submetê-lo a Comissão;
7. Convidar e designar integrantes para as demais comissões especiais e permanentes, inclusive, podendo ampliar o quadro técnico dessas comissões sempre que houver necessidade (aprovação pela Comissão Central Organizadora);

VICE-PRESIDENTE:

1. Coordenar a Agrovale;
2. Coordenador adjunto conduz as ações da Agrovale, na ausência do coordenador geral;
3. Reunir sistematicamente e constantemente com o coordenador geral;
4. Atuar junto às comissões que compõem a comissão organizadora, discutindo e propondo iniciativas que agilizem o andamento da realização da Agrovale;
5. Estabelecer mecanismos de articulação e aproximação entre as comissões e demais envolvidos nos processos de organização e realização da Agrovale;

SECRETARIA GERAL

1. Coordenar a secretaria geral, estabelecendo normas e agenda de trabalho;
2. Organizar a pauta das reuniões das comissões e encaminhar para divulgação aos interessados;
3. Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias das comissões;
4. Organizar e manter arquivo dos documentos recebidos e cópia dos documentos emitidos da Agrovale;
5. Encaminhar os documentos produzidos pelas comissões da Agrovale, para providências e encaminhamentos;
6. Planejar agenda de trabalho da comissão e programação da elaboração e entrega dos relatórios;
7. Coordenar a comissão de relatoria com definição do papel;
8. Articular permanentemente com as comissões temática e de informação, referente à qualificação dos relatórios a serem editados e publicados;
9. Elaborar a proposta (modelo) do relatório final e apresentar a Comissão Organizadora, ao gestor e a Comissão Central Organizadora.

DECRETO Nº 8024, DE 29 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1969225

DECRETO Nº 8024, de 29 de março de 2019.

“DESIGNA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO E O GESTOR DA PARCERIA DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e com as alíneas “g” e “h”, do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Em cumprimento do disposto na alínea “h”, do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, ficam nomeados para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria prevista nos Termos de Colaboração nº 003/2019, os seguintes

membros:

I – Luiz Felipe Rahn;

II – Jesita Eying;

III – Fernanda Mabel Feltrin Odebrecht;

Art. 2º. Atendendo ao dispositivo legal previsto na alínea “g”, do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, fica nomeado como gestor da parceria firmada nos Termos de Colaboração nº 002/2019, a Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Sra. Danielle Cristina Zanella Radke.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

29 de março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2019

Publicação Nº 1969706

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

015/2019

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO
Expresso DJS Ltda ME	xx.548.170/0001-xx	169976
Maicon Padilha	Xxx.394.319-xx	176463
Rosiani Heinz	Xxx.224.379-xx	176884
Giseli Goedert	Xxx.955.449-xx	178031
Alex Scholer e Djilvane Bode		142482
Dirceu Rech	Xxx.030.429-xx	175781

Rio do Sul, 02 de Abril de 2019

LEONICE WITTE

Div de Gestão Documental

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA N. 0557/DGP

Publicação Nº 1969349

PORTARIA N. 0557/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder regime suplementar de 10 (dez) horas semanais, a partir de 11/03/2019, com fundamento no artigo 20, da Lei Complementar N. 075 de 20/11/2001, a servidora KISIANE CORDOVA GARBIM, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, em substituição temporária ao professor CLEVERTON FABIANO BALDO, afastado em Licença Prêmio em gozo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Sadj

Portaria n. 0584/DGP de 01 de abril de 2019.

Publicação Nº 1969133

PORTARIA N. 0584/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que seja instaurado o Processo Administrativo de Responsabilização n. 003/2019, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, referente à empresa Setep Construções S.A. - CNPJ 14.779.384/0001-05.

Parágrafo único – Trata-se de Licitação na modalidade Tomada de Preços n. 135/2018, objetivando a “Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária da Travessa Sete Quedas, Bairro Laranjeiras”, referente ao lote 01 do processo. A empresa em questão foi notificada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura no dia 04 de dezembro de 2018 para que desse início à execução dos serviços. No dia 17 de janeiro de 2019 a secretaria citada emitiu o Memorando n. 006/2019 solicitando ao Departamento de Central de Compras e Licitações aplicação de sanções administrativas, em razão da empresa não ter se manifestado diante da notificação, infringindo em tese ao artigo 78, inciso IV da Lei n. 8.666/1993. Assim procedeu-se à rescisão unilateral do contrato.

Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 003/2019, composta pelos seguintes servidores:

- a) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde;
- b) Vanessa Fey Gorges, matrícula n. 3119401, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Daniel Gorges, matrícula n. 235245, ocupante do cargo de provimento efetivo Procurador.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração.

Art. 5º. A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de abril de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N.0521/DGP

Publicação Nº 1969345

PORTARIA N.0521/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora SANDRA APARECIDA DELA JUSTINA ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, para, a partir de 19 de março de 2019, exercer as funções do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Desenvolvimento Profissional, na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, com opção pela remuneração do cargo a ser ocupado e com base nos Artigos 11 e 13, da Lei Complementar n. 401, de 22 de agosto de 2018 e Artigo 56, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PORTARIA N.0550/DGP

Publicação Nº 1969999

PORTARIA N.0550/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, LUIS FELIPE FIGUEIRA DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n.001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PORTARIA Nº 0507/DGP

Publicação Nº 1970141

PORTARIA N. 0507/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – Retifica o artigo primeiro da Portaria nº 0003/DGP, de 09 de janeiro de 2019, veiculado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, na data de 17 de janeiro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Exonerar a pedido, a partir de 11/01/2019, o servidor ROBERTO CARLOS DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, nos termos do artigo 39, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015.”.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 21 de março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Ahr

PORTARIA Nº 0564/DGP

Publicação Nº 1970144

PORTARIA Nº 0564/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 12/03/2019, a servidora Fabiana Graciela Bridi Baldo, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (40h), da função gratificada de Diretora da Unidade Educacional – CEI Pref. Danilo Lourival Schmidt.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de Março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Ahr

PORTARIA Nº. 0548/DGP

Publicação Nº 1969837

PORTARIA Nº. 0548/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0483/DGP de 18/03/2019, a qual nomeia VANDREIA RICOBOM TEIXEIRA, para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40H, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PORTARIA Nº.0542/DGP

Publicação Nº 1969949

PORTARIA Nº.0542/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, VIVIANE BILK VINOTTI, para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n.002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PREGÃO PRESENCIAL 009/2019 - FMS

Publicação Nº 1957334

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2019

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, SC, com sede na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, cidade de Rio do Sul, CEP 89.160-045, inscrito no CNPJ sob nº 10.469.199/0001-55, Telefone (47) 3531-1227 / 3531-1229 / 3531-1456 torna público o presente Edital que tem por objetivo a eventual aquisição de materiais de consumo sendo (óleos lubrificantes e filtros) para atender a demanda dos veículos pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Saúde, conforme termo de referência deste edital.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 08:00h do dia 16/04/2019, na Sala de Licitações no seguinte endereço Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Praça. 25 de Julho, nº 01, Centro, Departamento de Compras e Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, situada a Praça 25 de Julho, bairro Centro, Rio do Sul/SC, Departamento de Processos Licitatórios a partir 07h30min às 11h30min das 13h00 às 17h00, ou através do site www.riodosul.sc.gov.br ou e-mails maria.oliveira@riodosul.sc.gov.br e airton.dahmer@riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), 03 de abril de 2019.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE SAÚDE DE RIO DO SUL

RESUMO DO CONTRATO Nº 064/2019

Publicação Nº 1969323

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 064/2019

Concorrência Pública 018/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construtoria Empreiteira de Mão de Obra Ltda EPP

Objeto: Execução de cabeceira da Ponte de interligação dos bairros Bom Fim – Albertina.

Valor: R\$ 294.746,65 (duzentos e noventa e quatro mil setecentos e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos);

Prazo de Entrega: até 90 (noventa) dias.

Recurso: 86.02.1072.4490.5198

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 26 de março de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO Nº 079/2019

Publicação Nº 1969378

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 079/2019

Tomada de Preço Nº 039/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Terraplenagem Azza Eireli – Em Recuperação Judicial

Objeto: Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação dos passeios em paver da Rua Patrício Noveleto – Bairro Barra do Trombudo em Rio do Sul/SC.

Valor: R\$ 711.853,00 (setecentos e onze mil oitocentos e cinquenta e três reais);

Prazo de Entrega: até 150 (cento e cinquenta) dias.

Recurso: 86.02.1032.4490.5198, 86.02.1072.4490.5198 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 02 de abril de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DE TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO MARISTELA BITENCOURT

Publicação Nº 1969376

RETIFICAÇÃO DE TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no artigo 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 15, parágrafo 1º, inciso "I", da Lei Complementar supracitada, RETIFICA nesta data o Termo de Posse datado de 07 de fevereiro de 2019 d(a) servidor(a) MARISTELA BITENCOURT, nomeado (a) pela Portaria n. 0229/DGP, de 29/01/2019, publicada no DOM na data de 08/02/2019, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, Nível B, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2017, sendo que:

Aonde se lê:

"Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/02/2019."

Leia-se:

"Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/03/2019."

Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Retificação do Termo de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Rio do Sul, 21 de março de 2019.

Assinatura do(a) Empossado(a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO LUIS FELIPE FIGUEIRA DOS SANTOS

Publicação Nº 1970000

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) LUIS FELIPE FIGUEIRA DOS SANTOS é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0550/DGP de 28/03/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 03/04/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 2) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados para o médico perito, no momento do exame admissional, custeados pelo candidato: hemograma completo, Glicemia, VDRL, Creatinina (para idade igual ou superior a 40 anos), ECG com Laudo (para idade igual ou superior a 40 anos), Laudo do Psiquiatra, Raio X do Tórax – com Laudo, Raio X da Coluna Lombo-Sacra – com Laudo, Raio X da Bacia – com Laudo.

Se PNE, apresentar, além dos exames acima, Laudo Médico original, expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término das inscrições (25/08/2018), por profissional competente, contendo nome e RG do candidato, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID, bem como a provável causa da deficiência.

Rio do Sul, 02 de abril de 2019

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO VIVIANE BILK VINOTTI

Publicação Nº 1969953

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) VIVIANE BILK VINOTTI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2015, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0542/DGP de 27/03/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 03/04/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 02 de abril de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO MARCIA SUZANA DE MORAIS

Publicação Nº 1969723

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 15, parágrafo 1º. inciso "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MARCIA SUZANA DE MORAIS, nomeado (a) pela Portaria n. 0042/DGP, de 10/01/2019, publicada no DOM na data de 17/01/2019, para exercer o cargo efetivo de MONITOR ESCOLAR, Nível C, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2018.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no artigo 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/04/2019. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 27 de março de 2019.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO LEON SILVA KEUNECKE

Publicação Nº 1969829

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 15, parágrafo 1º. Inciso "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) LEON SILVA KEUNECKE, nomeado (a) pela Portaria n. 0412/DGP, de 01/03/2019, publicada no DOM na data de 13/03/2019, para exercer o cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/04/2019. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 25 de março de 2019.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO LUCIANA GACEMA DE CARVALHO

Publicação Nº 1969743

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 15, parágrafo 1º, inciso "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) LUCIANA GACEMA DE CARVALHO, nomeado (a) pela Portaria n. 0449/DGP, de 12/03/2019, publicada no DOM na data de 26/03/2019, para exercer o cargo efetivo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2018.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no artigo 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/04/2019. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 26 de março de 2019.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
En

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO MARLI TERESINHA FRONZA

Publicação Nº 1969732

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 15, parágrafo 1º, inciso "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MARLI TERESINHA FRONZA, nomeado (a) pela Portaria n. 0406/DGP, de 01/03/2019, publicada no DOM na data de 13/03/2019, para exercer o cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como se comprometeu a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no artigo 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/04/2019. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, com a Descrição do Cargo anexo.

Rio do Sul, 25 de março de 2018.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO MIRIAM STADNICK

Publicação Nº 1969750

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Artigo 15, parágrafo 1º, Inciso I, da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MIRIAM STADNICK, nomeado (a) pela Portaria n. 0268/DGP, de 07/02/2019, publicada no DOM na data de 20/02/2019, para exercer o cargo efetivo de MONITOR ESCOLAR, Nível C, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2018.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Artigo 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 01/04/2019. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 20 de março de 2019.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 1031, DE 28 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1970293

RESOLUÇÃO No 1031, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Homologa Processo Licitatório nº 09/2019, representado pela Dispensa de Licitação nº 03/2019.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de sua atribuição prevista no inciso IX do art. 40 do Regimento Interno - Resolução 597/2010, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 09/2019, representado pelo Dispensa de Licitação nº 03/2019, e vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 8.666/93, ficando autorizada a contratação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 28 de março de 2019.

MARCOS NORBERTO ZANIS

Rio Fortuna

PREFEITURA

8º ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2015

Publicação Nº 1969331

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO 8º ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2015

OBJETO: reajustamento do equilíbrio econômico financeiro do Contrato Original, celebrado em 30 de janeiro de 2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: SERRANA ENGENHARIA LTDA

VALOR: R\$ 138,59 (cento e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos) por tonelada.

DATA DO ADITIVO: 01/03/2019

VIGÊNCIA: de 01/03/2019 até 31/12/2019

Rio Fortuna/SC, 01 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 002/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 002/2019 FMS

Publicação Nº 1969395

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019

OBJETO: aquisição de materiais médico hospitalares para a Unidade Básica de Saúde do Município de Rio Fortuna/SC.

VENCEDORES: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; FUFA SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA; LA DALLA PORTA JUNIOR; METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; e TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA.

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 73.499,54 (setenta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e quatro centavos)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 07/03/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 07/03/2019

Rio Fortuna/SC, 07 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2019

OBJETO: aquisição de materiais médico hospitalares para a Unidade Básica de Saúde do Município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

VALOR: R\$ 7.279,50 (sete mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).

DATA DO CONTRATO: 07/03/2019

VIGÊNCIA: de 07/03/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 07 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2019

OBJETO: aquisição de materiais médico hospitalares para a Unidade Básica de Saúde do Município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: FUFA SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

VALOR: R\$ 16.970,00 (dezesesseis mil, novecentos e setenta reais).

DATA DO CONTRATO: 07/03/2019

VIGÊNCIA: de 07/03/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 07 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2019

OBJETO: aquisição de materiais médico hospitalares para a Unidade Básica de Saúde do Município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: LA DALLA PORTA JUNIOR

VALOR: R\$ 11.075,21 (onze mil, setenta e cinco reais e vinte e um centavos).

DATA DO CONTRATO: 07/03/2019

VIGÊNCIA: de 07/03/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 07 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2019

OBJETO: aquisição de materiais médico hospitalares para a Unidade Básica de Saúde do Município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

VALOR: R\$ 20.123,70 (vinte mil, cento e vinte e três reais e setenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 07/03/2019

VIGÊNCIA: de 07/03/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 07 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2019

OBJETO: aquisição de materiais médico hospitalares para a Unidade Básica de Saúde do Município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

VALOR: R\$ 18.051,13 (dezoito mil, cinquenta e um reais e treze centavos)

DATA DO CONTRATO: 07/03/2019

VIGÊNCIA: de 07/03/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 07 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 003/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 003/2019 FMS

Publicação Nº 1969427

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 003/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

OBJETO: aquisição de pneus novos para o Fundo Municipal de Saúde de Rio Fortuna.

VENCEDOR: COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 33.591,00 (trinta e três mil, quinhentos e noventa e um reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 08/03/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 08/03/2019

Rio Fortuna/SC, 08 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2019

OBJETO: aquisição de pneus novos para o Fundo Municipal de Saúde de Rio Fortuna.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: BOING & DACORÉGIO LTDA.

VALOR: R\$ 33.591,00 (trinta e três mil, quinhentos e noventa e um reais)

DATA DO CONTRATO: 08/03/2019

VIGÊNCIA: de 08/03/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 08 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 004/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 004/2019 FMS

Publicação Nº 1969540

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 003/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

OBJETO: aquisição material de consumo, expediente, higiene, limpeza e produtos alimentícios para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio Fortuna/SC.

VENCEDORES: AGROPECUÁRIA AMIGOS DO CAMPO LTDA; ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP; BIG MIX COMÉRCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA ME; JVETEC INFORMÁTICA EIRELI EPP; LEONIDES WIEMES DIRCKSEN E CIA LTDA ME; MARLI WIGGERS BUSS ROECKER E CIA LTDA; MAURO ALFREDO PERALTA LUCIANO; e MS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA ME

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 35.571,58 (trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 11/03/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 11/03/2019

Rio Fortuna/SC, 11 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2019

OBJETO: aquisição material de consumo, expediente, higiene, limpeza e produtos alimentícios para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: AGROPECUÁRIA AMIGOS DO CAMPO LTDA

VALOR: R\$ 456,00 (quatrocentos e cinquenta e seis reais)

DATA DO CONTRATO: 11/03/2019

VIGÊNCIA: de 11/03/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 11 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2019

OBJETO: aquisição material de consumo, expediente, higiene, limpeza e produtos alimentícios para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: ARTEDANIO SILVA VIEIRA EPP

VALOR: R\$ 8.252,24 (oito mil, duzentos e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos)

DATA DO CONTRATO: 11/03/2019

VIGÊNCIA: de 11/03/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 11 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2019

OBJETO: aquisição material de consumo, expediente, higiene, limpeza e produtos alimentícios para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: BIG MIX COMÉRCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA ME

VALOR: R\$ 15.151,52 (quinze mil, cento e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos)

DATA DO CONTRATO: 11/03/2019

VIGÊNCIA: de 11/03/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 11 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2019

OBJETO: aquisição material de consumo, expediente, higiene, limpeza e produtos alimentícios para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: JVETEC INFORMÁTICA EIRELI EPP

VALOR: R\$ 3.495,98 (três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos)

DATA DO CONTRATO: 11/03/2019

VIGÊNCIA: de 11/03/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 11 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2019

OBJETO: aquisição material de consumo, expediente, higiene, limpeza e produtos alimentícios para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio Fortuna/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: LEONIDES WIEMES DIRCKSEN E CIA LTDA ME

VALOR: R\$ 2.226,00 (dois mil, duzentos e vinte e seis reais)

DATA DO CONTRATO: 11/03/2019

VIGÊNCIA: de 11/03/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 11 de março de 2019.
LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2019
OBJETO: aquisição material de consumo, expediente, higiene, limpeza e produtos alimentícios para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio Fortuna/SC.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
CONTRATADO: MARLI WIGGERS BUSS ROECKER E CIA LTDA
VALOR: R\$ 1.121,23 (um mil, cento e vinte e um reais e vinte e três centavos)
DATA DO CONTRATO: 11/03/2019
VIGÊNCIA: de 11/03/2019 até 31/12/2019.
Rio Fortuna/SC, 11 de março de 2019.
LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2019
OBJETO: aquisição material de consumo, expediente, higiene, limpeza e produtos alimentícios para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio Fortuna/SC.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
CONTRATADO: MAURO ALFREDO PERALTA LUCIANO
VALOR: R\$ 1.270,80 (um mil, duzentos e setenta reais e oitenta centavos)
DATA DO CONTRATO: 11/03/2019
VIGÊNCIA: de 11/03/2019 até 31/12/2019.
Rio Fortuna/SC, 11 de março de 2019.
LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2019
OBJETO: aquisição material de consumo, expediente, higiene, limpeza e produtos alimentícios para o Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio Fortuna/SC.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
CONTRATADO: MS COMÉRCIO DE MATERIAIS DE LIMPEZA LTDA ME
VALOR: R\$ 3.597,81 (três mil, quinhentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos)
DATA DO CONTRATO: 11/03/2019
VIGÊNCIA: de 11/03/2019 até 31/12/2019.
Rio Fortuna/SC, 11 de março de 2019.
LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 020/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 017/2019

Publicação Nº 1969075

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 020/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública.
VENCEDOR: BETHA SISTEMAS LTDA
VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:
R\$ 102.813,34 (cento e dois mil, oitocentos e treze reais trinta e quatro reais)
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 27/02/2019
DATA DA ADJUDICAÇÃO: 27/02/2019
Rio Fortuna/SC, 27 de fevereiro de 2019.
LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 076/2019
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA
VALOR: R\$ 102.813,34 (cento e dois mil, oitocentos e treze reais trinta e quatro reais)
DATA DO CONTRATO: 01/03/2019
VIGÊNCIA: de 01/04/2019 até 31/03/2020.
Rio Fortuna/SC, 01 de março de 2019.
LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 021/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 018/2019

Publicação N° 1969084

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 021/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2019

OBJETO: Aquisição de materiais de construção para o Município de Rio Fortuna, durante o exercício de 2019.

VENCEDORES: HEMKEMEIER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME e VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 35.731,20 (trinta e cinco mil, setecentos e trinta e um reais e vinte centavos)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 01/03/2019

Rio Fortuna/SC, 01 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 073/2019

OBJETO: Aquisição de materiais de construção para o Município de Rio Fortuna, durante o exercício de 2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: HEMKEMEIER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

VALOR: R\$ 27.705,20 (vinte e sete mil setecentos e cinco reais e vinte centavos)

DATA DO CONTRATO: 01/03/2019

VIGÊNCIA: de 01/03/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 01 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 074/2019

OBJETO: Aquisição de materiais de construção para o Município de Rio Fortuna, durante o exercício de 2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI

VALOR: R\$ 8.026,00 (oito mil e vinte e seis reais)

DATA DO CONTRATO: 01/03/2019

VIGÊNCIA: de 01/03/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 01 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 022/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 019/2019

Publicação N° 1969092

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 022/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 019/2019

OBJETO: Contratação de serviços especializados de arbitragem esportiva para o Município de Rio Fortuna, durante o exercício de 2019.

VENCEDOR: RAJI PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 56.220,00 (cinquenta e seis mil duzentos e vinte reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 01/03/2019

Rio Fortuna/SC, 01 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 075/2019

OBJETO: Contratação de serviços especializados de arbitragem esportiva para o Município de Rio Fortuna, durante o exercício de 2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: RAJI PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA

VALOR: R\$ 56.220,00 (cinquenta e seis mil duzentos e vinte reais)

DATA DO CONTRATO: 01/03/2019

VIGÊNCIA: de 01/03/2019 até 31/12/2019.

Rio Fortuna/SC, 01 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 024/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2019

Publicação Nº 1969099

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 024/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2019

OBJETO: LOCAÇÃO DO ACESSO À BARREIRA DE AREÃO (SAIBRO), COM EXCLUSIVIDADE, PARA EXTRAÇÃO DE SAIBRO A SER UTILIZADO PELO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, PARA REVESTIMENTO NA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL.

VENCEDOR: Marlon Warmling.

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 01/03/2019

Rio Fortuna/SC, 01 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2019

OBJETO: LOCAÇÃO DO ACESSO À BARREIRA DE AREÃO (SAIBRO), COM EXCLUSIVIDADE, PARA EXTRAÇÃO DE SAIBRO A SER UTILIZADO PELO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, PARA REVESTIMENTO NA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL.

CONTRATANTE: Município de Rio Fortuna

CONTRATADO: Marlon Warmling.

VALOR: R\$ 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais).

DATA DO CONTRATO: 01/03/2019

VIGÊNCIA: de 01/03/2019 a 31/12/2019

Rio Fortuna/SC, 01 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 025/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2019

Publicação Nº 1969104

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 025/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019

OBJETO: LOCAÇÃO DO ACESSO À BARREIRA DE AREÃO (SAIBRO), COM EXCLUSIVIDADE, PARA EXTRAÇÃO DE SAIBRO A SER UTILIZADO PELO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, PARA REVESTIMENTO NA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL.

VENCEDOR: Lourivaldo Bloemer e s/m Lenita Boeing Bloemer.

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 01/03/2019

Rio Fortuna/SC, 01 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2019

OBJETO: LOCAÇÃO DO ACESSO À BARREIRA DE AREÃO (SAIBRO), COM EXCLUSIVIDADE, PARA EXTRAÇÃO DE SAIBRO A SER UTILIZADO PELO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, PARA REVESTIMENTO NA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL.

CONTRATANTE: Município de Rio Fortuna

CONTRATADO: Lourivaldo Bloemer e s/m Lenita Boeing Bloemer.

VALOR: R\$ 24.200,00 (vinte e quatro mil e duzentos reais).

DATA DO CONTRATO: 01/03/2019

VIGÊNCIA: de 01/03/2019 a 31/12/2019

Rio Fortuna/SC, 01 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 026/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2019

Publicação Nº 1969107

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 026/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

OBJETO: LOCAÇÃO DO ACESSO À BARREIRA DE AREÃO (SAIBRO), COM EXCLUSIVIDADE, PARA EXTRAÇÃO DE SAIBRO A SER UTILIZADO PELO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, PARA REVESTIMENTO NA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL.

LOCADOR: Teobaldo Schmidt.

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 12.100,00 (doze mil e cem reais).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 01/03/2019

Rio Fortuna/SC, 01 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2019

OBJETO: LOCAÇÃO DO ACESSO À BARREIRA DE AREÃO (SAIBRO), COM EXCLUSIVIDADE, PARA EXTRAÇÃO DE SAIBRO A SER UTILIZADO PELO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, PARA REVESTIMENTO NA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL.

CONTRATANTE: Município de Rio Fortuna

CONTRATADO: Teobaldo Schmidt.

VALOR: R\$ 12.100,00 (doze mil e cem reais).

DATA DO CONTRATO: 01/03/2019

VIGÊNCIA: de 01/03/2019 à 31/12/2019

Rio Fortuna/SC, 01 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 027/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2019

Publicação Nº 1969182

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 027/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2019

OBJETO: Contratação de mão de obra com fornecimento de peças para a recuperação do caminhão basculante FORD CARGO 2629, placas QHI 1871, do Município de Rio Fortuna.

CONTRATADO: NATANAEL MARCELINO ME

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 12.338,00 (doze mil, trezentos e trinta e oito reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 15/03/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 15/03/2019

Rio Fortuna/SC, 15 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 077/2019

OBJETO: Contratação de mão de obra com fornecimento de peças para a recuperação do caminhão basculante FORD CARGO 2629, placas QHI 1871, do Município de Rio Fortuna.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: NATANAEL MARCELINO ME

VALOR: R\$ 12.338,00 (doze mil, trezentos e trinta e oito reais)

DATA DO CONTRATO: 15/03/2019

VIGÊNCIA: 03 MESES.

Rio Fortuna/SC, 15 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 028/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2019

Publicação N° 1969185

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 028/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 009/2019

OBJETO: aquisição de 02 (dois) microcomputadores para o Centro de Educação Infantil Analíria Willemann de Freitas.

CONTRATADO: GABRIEL RICKEN NETO ME

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 5.747,80 (cinco mil, setecentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 18/03/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 18/03/2019

Rio Fortuna/SC, 18 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 078/2019

OBJETO: aquisição de 02 (dois) microcomputadores para o Centro de Educação Infantil Analíria Willemann de Freitas.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: GABRIEL RICKEN NETO ME

VALOR: R\$ 5.747,80 (cinco mil, setecentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos).

DATA DO CONTRATO: 15/08/2019

VIGÊNCIA: 03 MESES.

Rio Fortuna/SC, 18 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 029/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/2019

Publicação N° 1969387

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 029/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 010/2019

OBJETO: Aquisição de dois (02) mini semáforos de escolinha de trânsito para a Secretaria de Educação do Município de Rio Fortuna.

CONTRATADO: ELISEU KOPP & CIA. LTDA.

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 3.995,00 (três mil, novecentos e noventa e cinco reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 20/03/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 20/03/2019

Rio Fortuna/SC, 20 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N° 079/2019

OBJETO: Aquisição de dois (02) mini semáforos de escolinha de trânsito para a Secretaria de Educação do Município de Rio Fortuna.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: ELISEU KOPP & CIA. LTDA.

VALOR: R\$ 3.995,00 (três mil, novecentos e noventa e cinco reais)

DATA DO CONTRATO: 20/03/2019

VIGÊNCIA: 03 MESES.

Rio Fortuna/SC, 20 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO 034/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 011/2019

Publicação N° 1969618

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

EXTRATO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 034/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2019

OBJETO: mão de obra, com fornecimento de materiais necessários, para a confecção de 05 (cinco) lixeiras no tamanho de 2000x1200x1000mm, a serem instaladas na área central do município de Rio Fortuna

CONTRATADO: EDÉSIO NAZÁRIO ME

VALOR GLOBAL HOMOLOGADO/ADJUDICADO:

R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 29/03/2019

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 29/03/2019

Rio Fortuna/SC, 29 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2019

OBJETO: mão de obra, com fornecimento de materiais necessários, para a confecção de 05 (cinco) lixeiras no tamanho de 2000x1200x1000mm, a serem instaladas na área central do município de Rio Fortuna

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA

CONTRATADO: EDÉSIO NAZÁRIO ME

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

DATA DO CONTRATO: 29/03/2019

VIGÊNCIA: 03 MESES.

Rio Fortuna/SC, 29 de março de 2019.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Rio Negrinho

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS Nº 028/2019

Publicação Nº 1969196

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2019 – TOMADA DE PREÇOS

O Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei nº 8.666/93, COMUNICA que se acha aberto até as 09:00 horas do dia 18 de Abril de 2019, Processo Licitatório na modalidade de Tomada de Preços para execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de construção de UMA ÁREA PÚBLICA DE LAZER (PRAÇA JARDIM) NA AVENIDA RICHARD SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE, CENTRO CÍVICO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, com recursos federais, através do Contrato de Repasse SICONV nº 869956/2018/MTUR/CAIXA, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Rio Negrinho. As propostas e documentação habilitadora deverão ser protocoladas no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal, sito à Av. Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico, até o horário acima, para abertura a partir deste mesmo horário, tendo por local a sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, no mesmo endereço. O Edital completo está disponível no site www.rionegrinho.sc.gov.br e os anexos (orçamento estimado, quantitativos, memorial descritivo, cronograma físico/financeiro e projetos) poderão ser obtidos no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, durante o horário de expediente, mediante apresentação de um CD virgem, onde os arquivos serão gravados. Demais informações pelo fone 47-3646-3648/3646-3636.

Rio Negrinho, 27 de março de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

SAMAE - RIO NEGRINHO

PREGÃO ELETRÔNICO 1/2019

Publicação Nº 1970026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE- 3/2019

O Serviço Autônomo Municipal de Saneamento Básico – SAMAE de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – INTERNET, torna público para conhecimento dos interessados que será realizado PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo "MENOR PREÇO POR LOTE", a ser processado e julgado pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 1.785 de 19/12/2018, conforme condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 10.520 de 17/07/02, Decreto Municipal nº 8733 - de 18 de agosto de 2005 e, subsidiariamente, aos dispositivos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores e legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

Serão recebidas propostas para AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS PARA CONSUMO DA DIVISÃO TÉCNICA DO SAMAE, conforme cláusula "2" deste edital. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico, bem como o Edital estão disponíveis no site da www.licitanet.com.br.

DAS DATAS E HORÁRIOS

CREDENCIAMENTO: Até às 23:59 horas do dia 15 de abril de 2019.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 14:00 horas do dia 16 de abril de 2019.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:00 horas do dia 16 de abril de 2019, conforme item 10.14 deste Edital.

CADASTRO DAS PROPOSTAS: As propostas somente poderão ser cadastradas no sistema, até o horário de abertura das mesmas.

TEMPO DE DISPUTA POR LOTE: Das 14:00 às 14:30 horas do dia 16/04/2019.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília - DF.

O Edital em inteiro teor estão publicadas no site <http://samaerne.com.br/publicacoes/licitacoes>.

Rio negrinho, 02 de abril de 2019.

GILSON JOSÉ RECKZIEGEL

Diretor Geral

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 9394/2019

Publicação Nº 1970353

PORTARIA Nº 9394/2019

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PREMIO a Servidora Pública Municipal, Sra LORENA DE FATIMA DE ASSIS BIONDO, cargo de carreira TECNICO ADMINISTRATIVO I, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 29 de abril de 2012 à 28 de abril de 2017.

Art. 2º - O período de concessão será de 03(três) meses, a contar de 02 de abril de 2019 à 30 de junho de 2019, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de abril de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9395/2019

Publicação Nº 1970360

PORTARIA Nº 9395/2019

NOMEAR SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

CONSIDERANDO que o teste seletivo para suprimimento das vagas dos professores efetivos em cargos comissionados e função gratificada encontra-se em andamento;

CONSIDERANDO o início do ano letivo e a obrigatoriedade da prestação de serviços públicos;

CONSIDERANDO a necessidade emergencial de novas contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público;

O Prefeito Municipal de Romelândia/SC, Sr. Valdir Bugs, no uso de suas atribuições nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição Federal e da Lei Municipal Complementar nº 007/2013, regulamentada pelo Decreto n 3.527/2014.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. CARINE WILINGNOEFER, para exercer as funções de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, na Creche Pingo de Gente, para substituir a professora IVANETE HENSEL FURTADO, que se encontra readaptada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º - O prazo de contratação será até realização do Teste Seletivo.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de abril de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9396/2019

Publicação Nº 1970364

PORTARIA Nº 9396/2019

NOMEIA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear FABIO FERNANDO GAVA, aprovado no Concurso Público Edital 001/2018, homologado pelo Decreto nº 4037/2018, para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, 40 horas semanais, e vencimento previsto no quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Romelândia.

Art. 2º - Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de abril de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9397/2019

Publicação Nº 1970369

PORTARIA Nº 9397/2019

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO MÉDICO DO TRABALHO PARA HOMOLOGAÇÃO DE READAPTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito do Município de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei.

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o Dr. Ivair Land – Médico Especialista em Medicina do Trabalho para avaliação da capacidade laborativa e readaptação da servidora municipal Adilce Turani Furtado, pelo período de 90(noventa) dias, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental 20 horas semanais, e Monitora de Creche 20 horas semanais.

Art. 2º As atribuições do Médico do Trabalho designado será a avaliação da capacidade laborativa da servidora para fins de readaptação em outro cargo público, emitindo laudos e pareceres técnicos, indicando quais as atividades que a servidora poderá exercer, dentro das suas limitações.

Art. 3º O profissional designado terá o prazo de 24 horas após a avaliação da servidora para a entrega do laudo.

Art. 4º Os serviços prestados pelo profissional serão pagos após entrega do laudo e mediante apresentação de nota fiscal para o Município.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 02 de abril de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e publicada em data supra.

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

PORTARIA 9398/2019

Publicação Nº 1970372

PORTARIA Nº 9398/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. VANDERLENE MENON, cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2018 à 31 de janeiro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de abril de 2019.
Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9399/2019

Publicação Nº 1970379

PORTARIA Nº 9399/2019
NOMEIA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Nomear o Servidor Público Municipal Sr. CLADEMIR MULINARI, para desempenhar as funções de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, conforme Lei Complementar nº 010/2013, de 26 de dezembro de 2013 e inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de abril de 2019.
Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9400/2019

Publicação Nº 1970385

PORTARIA Nº 9400/2019
NOMEIA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Servidor Público Municipal Sr. ITACIR BELUSSO, para exercer o cargo em comissão de DIRETOR ADJUNTO CC- 11, conforme Lei Complementar nº 010/2013, de 26 de dezembro de 2013 e inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 02 de abril de 2019.
Valdir Bugs
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira
Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

TOMADA DE PREÇOS Nº. 4 / 2019

Publicação Nº 1969897

MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 640 / 2019
TOMADA DE PREÇOS nº. 4 / 2019

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Tomada de Preços, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA PARCIAL (PISO, PINTURA E BANCADAS) DA CRECHE MUNICIPAL JEITINHO DE SER, CFE PROJETO ART6680120-3. Tudo em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato: (49) 3624-1002, email: compras@romelandia.sc.gov.br, site www.romelandia.sc.gov.br. Os documentos e propostas deverão ser entregues até às 08:00 horas do dia 18/04/19. Romelândia (SC), 02/04/19. VALDIR BUGS - Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA N.º 041/2019 - IPRESVEL

Publicação Nº 1969672

PORTARIA N.º 041/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, À LEONICE ARIATTI ABATI.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora-Executiva do IPRESVEL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 078, de 2 de janeiro de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 77, inciso I, da Lei Complementar n.º 035, promulgada em 23 de setembro de 2015, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 40, § 1º, inciso III, “b”, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e artigo 1º da Lei nº 10.887/2004, à

LEONICE ARIATTI ABATI, servidora pública municipal, detentora da matrícula funcional nº 349, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, lotada na Secretaria de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, devendo perceber o correspondente a 66,16% (sessenta e seis vírgula dezesseis por cento) de sua remuneração de contribuição, que perfaz o montante de R\$ 812,43 (oitocentos e doze reais e quarenta e três centavos), observada a metodologia de cálculo disposta nos §§3º e 17 da Constituição Federal e na Lei nº 10.887/2004, a contar de 1º de abril de 2019, conforme Processo nº 040/2019.

Salto Veloso, 1º de abril de 2019.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

Diretora-Executiva

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 023/2019

Publicação Nº 1970012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro e servente para manutenção predial e vias públicas municipais, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min as 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br
Site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 14h00min do dia 16/04/2019.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 14h00min do dia 16/04/2019

Santa Cecília, 02 de Abril de 2019.
Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 024/2019

Publicação Nº 1970015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra de marcenaria para manutenção das secretarias municipais, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min as 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br
Site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h00min do dia 17/04/2019.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h00min do dia 17/04/2019

Santa Cecília, 02 de Abril de 2019.
Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 248/2017

Publicação Nº 1970042

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 248/2017

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, solteira, fonoaudióloga,

portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa STARTEC INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.044.594/001-93, com sede na Avenida Nereu Ramos, nº 564, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato por seu representante legal, o Sr. ROBINSON DA SILVA, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 3.850.114 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 034.722.009-60, residente e domiciliado na Rua Papa João XXIII, nº 73, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 248/2017, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – Fica ampliado o prazo previsto na Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 248/2017 para até a data de 31/12/2019, observado o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – Fica alterado o item 1, vencido pela CONTRATADA, passando de 100MBPS para 115 MPBS a descrição do referido item.

CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO ADITIVO – As demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 248/2017, não dispondo de forma contrária ao presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 28 de março de 2019.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
Pelo Contratante

ROBINSON DA SILVA
Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 29/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 21/2019

Publicação N° 1970097

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 29/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N° 21/2019

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº 29/2019, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 21/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de dois veículos automotor novos, zero km, tipo utilitário, um destinado ao uso da vigilância sanitária e setor responsável pelo tratamento de água, e um destinado ao Departamento de Urbanismo do Município de Santa Helena – SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 16 de abril de 2019. Abertura dos envelopes as 08h45min do dia 16 de abril de 2019, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, nº 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 02 de abril de 2019.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 12/2019 FMAS

Publicação Nº 1969596

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS DE DANÇA (BALLET) E FACILITADOR DE AULAS EDUCAÇÃO BIOCÊNTRICA E BIODANZA A SEREM MINISTRADA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA/SC.

Data, Horário e Local de Abertura: 15 de abril de 2019, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

Santa Rosa de Lima, 02 de abril de 2019.

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 17/2019

Publicação Nº 1969593

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU COOPERATIVA CREDENCIADA A CIDASC - COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

Data, Horário e Local de Abertura: 16 de abril de 2018, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

Santa Rosa de Lima, 02 de abril de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 18/2019

Publicação Nº 1969595

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2019

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO CAÇAMBA 6M³, PARA O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

Data, Horário e Local de Abertura: 17 de abril de 2019, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000.

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

Santa Rosa de Lima, 02 de abril de 2019.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2019 PR SAMAE

Publicação Nº 1970356

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA ROSA DO SUL - SAMAE

PROCESSO DE LICITAÇÃO 005/2019 - PR 005/2019

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para a contratação de empresa para o fornecimento de materiais para manutenção da rede do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, para o exercício de 2019. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h45min do dia 17 de Abril de 2019, início da sessão e abertura dos envelopes e julgamento às 14h00min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de compras e licitações da prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400, centro, Santa Rosa Do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 02 de Abril de 2019.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1090 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970023

LEI Nº 1090 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Tutelar de Santa Rosa do Sul, revoga parcialmente a Lei nº 980, de 07 de março de 2015 e dá outras providências.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos os habitantes do Município que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO TUTELAR

Art. 1º Fica mantido o Conselho Tutelar de Santa Rosa do Sul, criado pela Lei Municipal n.º 330, de 03 de dezembro de 1996, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Santa Rosa do Sul, que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de Santa Rosa do Sul constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Rosa do Sul, aplicando-se, no que couber, a Lei Federal n. 8.112/1990.

Art. 3º Caberá ao Executivo Municipal criar e manter novos Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de 01 (um) Conselho para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

Parágrafo único. Havendo mais de 01 (um) Conselho Tutelar, caberá à gestão municipal definir sua localização, horário de funcionamento e organização da área de atuação, através de Decreto do Executivo Municipal, podendo considerar a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como, observados os indicadores sociais do Município.

SEÇÃO I

Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 4º A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho

Tutelar, incluindo:

I - o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II - custeio com remuneração e formação continuada;

III - custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;

IV - manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§ 4º Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 5º É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, composta, preferencialmente, por servidores efetivos, assim como sede própria, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

I - Placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;

II - Sala reservada para a recepção do público;

III - Sala reservada para o atendimento dos casos;

IV - Sala reservada para os serviços administrativos;

V - Sala reservada para reuniões; e,

VI - Banheiros.

§ 2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 4º O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§ 5º É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§ 6º Deve ser lotado em cada Conselho Tutelar, um auxiliar administrativo, que poderá ser substituído por outras formas de suporte técnico e administrativo, e, preferencialmente, um motorista exclusivo; na impossibilidade, o Município deve garantir, por meio da articulação dos setores competentes, a existência de motorista disponível sempre que se fizer necessário para a realização de diligências por parte do Conselho Tutelar, inclusive nos períodos de sobreaviso.

Art. 6º As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 7º Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 2º O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

SEÇÃO II

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 8º O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto para atendimento da população das 09hs às 12hs e das 13hs às 18hs.

§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 9º O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Rosa do Sul.

§ 1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte.

§ 2º Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e deverá se pautar na realidade do Município.

§ 3º Para a compensação do sobreaviso, poderá o Município, ouvido o Colegiado do Conselho Tutelar, prever indenização ou gratificação conforme dispuser a legislação pertinente ao servido público municipal.

§ 4º Caso o Município não opte pela remuneração extraordinária, o membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 02 (dois) dias para cada 07 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição a 30 dias por ano civil.

§ 5º O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 6º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 10 O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador administrativo, se necessário, o voto de desempate.

§ 3º Em havendo mais de um Conselho Tutelar no Município, será também obrigatória a realização de, ao menos, uma reunião mensal envolvendo todos os Colegiados, destinada, dentre outras, a uniformizar entendimentos e definir estratégias para atuação na esfera coletiva.

SEÇÃO III

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 11 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 12 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 13 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir Subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§ 5º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 7º A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 14 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;

d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e

e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 15 O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO IV

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 16 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residência no Município;

IV - experiência mínima de 02 (dois) anos na defesa dos direitos da criança e do adolescente ou curso de especialização em matéria de infância e juventude com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;

V - conclusão do ensino médio;

VI - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VII - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

X - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

IX - não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o inciso VI deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.

Art. 17 O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

SEÇÃO V

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 18 Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a

participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 20, desta Lei.

Art. 19 Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 20 Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

SEÇÃO VI

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 21 Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 22 Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

SEÇÃO VII

Da Campanha Eleitoral

Art. 23 Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

III - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

IV - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

V - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VI - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

VIII - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem a determinada candidatura.

IX - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 24 A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de

candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 25 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

SEÇÃO VIII

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 26 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 27 A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 28 À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO IX

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 29 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

SEÇÃO X

Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 30 Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§6º Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§7º Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

§ 10 Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 31 A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

I - a coordenação administrativa;

II - o colegiado;

III - os serviços auxiliares.

SEÇÃO I

Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar

Art. 32 O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 33 A destituição do Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 34 Compete ao Coordenador administrativo do Conselho Tutelar:

I - coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;

II - convocar as sessões deliberativas extraordinárias;

III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;

IV - assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;

V - zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;

VI - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;

VII - participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;

IX - comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;

X - encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

XI - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;

XII - submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIII - encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIV - prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;

XV - exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

SEÇÃO II

Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 35 O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

I - exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;

II - definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;

III - organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;

V - organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;

VI - propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

VII - participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;

VIII - eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;

IX - destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

X - elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado o envio de propostas de alteração;

§ 1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§ 2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

SEÇÃO III

Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 36 O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

I - o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;

IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;

V - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

SEÇÃO IV

Dos Deveres

Art. 37 Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - manter ilibada conduta pública e particular;

II - zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

III - cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;

V - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;

VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;

VII - desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;

VIII - declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;

IX - cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

XI - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;

XIII - prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XIV - identificar-se nas manifestações funcionais;

XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XVI - comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.

XVII - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;

XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

XIX - guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;

XX - ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO V

Das Responsabilidades

Art. 38 O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 39 A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 40 A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 41 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO VI

Da Regra de Competência

Art. 42 A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VII

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 43 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de auto composição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art. 44 São atribuições do Conselho Tutelar:

I - zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção a infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária

Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 45 O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 46 Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 47 Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

I - colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;

II - entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

IV - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VII - requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

VIII - propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;

IX - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

X - participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 48 É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 49 As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 50 No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 51 A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 52 O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 53 É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 54 Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 55 É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 56 Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 57 No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 58 Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;

II - nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;

III - nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

SEÇÃO VIII

Das Vedações

Art. 59 Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

II - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;

V - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;

VI - recusar fé a documento público;

VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;

IX - proceder de forma desidiosa;

X - descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;

XI - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

XII - ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;

XIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XIV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;

XV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XVI - atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;

XVII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;

XVIII - entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;

XIX - ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;

XX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;

XXI - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XXII - celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;

XXIII - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;

XXIV - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;

XXV - cometer crime contra a Administração Pública;

XVII - abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;

XXVII - faltar habitualmente ao trabalho;

XXVIII - cometer atos de improbidade administrativa;

XXIX - cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;

XXX - praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

XXXI - proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.

Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO IX

Das Penalidades

Art. 60 Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I - advertência;
- II - suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III - destituição da função.

Art. 61 Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 62 O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal n. 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO X

Da Vacância

Art. 63 A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;
- III - transferência de residência ou domicílio para outro município ou região administrativa do Distrito Federal;
- IV - aplicação da sanção administrativa de destituição da função;
- V - falecimento;
- VI - condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 64 Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I - vacância de função;
- II - férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;
- III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 65 Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§1º Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§4º O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 66 O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO XI

Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 67 Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 68 Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e temporário.

§ 1º No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor correspondente ao (indicar o nível da categoria) dos servidores públicos municipais, que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 2º A remuneração deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º É facultado ao membro do Conselho Tutelar optar pela remuneração do cargo ou emprego público originário, sendo-lhe computado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 5º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 69 Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - gratificações e adicionais.

Art. 70 Os acréscimos pecuniários percebidos por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 71 Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar os auxílios pecuniários e as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

§ 2º Conceder-se-á indenização de transporte ao membro do Conselho Tutelar que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias da função, conforme as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais.

Art. 72 Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina

Art. 73 As demais perdas relacionadas às indenizações e reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Rosa do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

Art. 74 A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, §2º, da Lei Federal n. 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

SEÇÃO XII

Das Férias

Art. 75 O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§2º Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Santa Rosa do Sul.

§3º Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 76 É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 77 Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

I - a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;

II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 78 Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 79 As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 80 A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros

titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 81 O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 82 O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente a última remuneração por ele recebida.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor da última remuneração recebida.

SEÇÃO XIII Das Licenças

Art. 83 Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

I - para participação em cursos e congressos;

II - para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;

III - para paternidade;

VI - em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

V - em virtude de casamento;

IV - por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§ 1º É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§ 2º As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Rosa do Sul pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

SEÇÃO XIV Das Concessões

Art. 84 Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço em casos de falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

SEÇÃO XV

Do Tempo de Serviço

Art. 85 O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 86 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§2º A capacitação a que se refere o §1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 87 Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Rosa do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais e legislação correlata.

Art. 88 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 89 Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 90 Revogam-se as disposições em contrário, especificamente os Artigos 27 ao 72, da Lei nº 980, de 07 de março de 2015.

Art. 91 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de abril de 2019.

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Diretor de Administração

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N 122/2019

Publicação Nº 1970189

DECRETO Nº 122/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 595/2006;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam pelo presente Decreto nomeadas as seguintes pessoas para comporem a Comissão de Avaliação para no prazo de 05 (cinco) dias úteis avaliarem o valor da indenização pela retirada de cascalho da propriedade do Sr. Guido Buss, para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Giovani Luis Benini
Ademir Pedro Costa
Rafaela Nhoatto

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 02 de Abril de 2019.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N 123/2019

Publicação Nº 1970194

DECRETO Nº 123/2019

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NO DECRETO 217/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 41, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º. Os §§ 1º a 3º do art. 3º do Decreto 217/2018 passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. ...

§ 1º O pagamento das despesas com alimentação, classificadas:

I - como café da manhã, somente será autorizada caso o deslocamento se inicie no Município, antes das 7 h, comprovado por meio de relatório de monitoramento do veículo;

II – como almoço, somente será autorizada caso o retorno ao Município não seja possível antes das 12 h (meio dia), comprovado por meio de relatório de monitoramento do veículo;

III – como janta, somente será autorizada caso o retorno ao Município não seja possível antes das 19 h, comprovado por meio de relatório de monitoramento do veículo.

§ 2º A despesa com alimentação, classificada como café da manhã, somente será autorizada até o valor máximo de R\$ 10,00 (dez reais) por dia.

§ 3º As despesas com alimentação, classificadas como almoço ou janta, somente serão autorizadas até o valor máximo de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por dia, quando as mesmas ocorrerem em estabelecimentos sediados no interior do Estado; ou, até o valor máximo de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por dia, quando as mesmas ocorrerem em estabelecimentos sediados na Capital do Estado.

Art. 2º. As demais regras do Decreto 217/2018 permanecem em vigor e inalteradas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 02 de Abril de 2019.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 124/2019

Publicação Nº 1970627

DECRETO Nº 124/2019

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME, DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO-SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O prefeito municipal de Santa Terezinha do Progresso, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo, e especialmente aquelas de conformidade com o Art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal de Educação – CME do Município de Santa Terezinha do Progresso com os seguintes representantes:

I. REPRESENTANTES DOS PROFESSORES:

Titulares: Gesiane Secco

Suplentes: Dulce Morschbacher

II. REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO :

Titular: Marcia Jacoby

Suplente: Ana Maria Broll

III. REPRESENTANTES DOS PAIS E PROFESSORES:

Titular: Marcieli Josiane Zanon

Suplente: Daiane Fátima Pontin

IV. REPRESENTANTES DOS ALUNOS:

Titular: Felipe Telles Hammes

Suplente: Lucas Gabriel Monteiro

V. REPRESENTANTES DO CLUBE DO CAVALO:

Titular: Selmar Magro

Suplente: Maristela Aparecida Borges

VI. REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE:

Titular: Alcione Claudia Staudt da Cruz

Suplente: Solange Soares dos Santos

VII. REPRESENTANTES DA IGREJA:

Titular: Ademir Gross

Suplente: Nilo Jorge Delalibera

Art. 2º. O mandato deste conselho será por um período de 02 (dois) anos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 02 de abril de 2019.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

EXTRATO CONTRATO CREDENCIAMENTO 06/2019

Publicação Nº 1969106

EXTRATO DE CONTRATO CREDENCIAMENTO 06/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

Credenciamento: 03/2019.

Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.

Credenciada: Silvana Abati Bortoncello 02275256989.

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA SERVIÇOS DE EXAMES MÉDICOS E CONSULTAS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Assinatura: 01 de abril de 2019.

Vigência: 01/04/2019 até 31/12/2019.

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI 1415/2019

Publicação Nº 1969769

LEI Nº 1415 DE 02 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina;
FAÇO saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DO CONSELHO TUTELAR**

Art. 1º Fica mantido o Conselho Tutelar de Santa Terezinha do Progresso, criado pela Lei Municipal 27/1997, alterada pela Lei Municipal 1.251/2015 e pela Lei Municipal 1.322/2017, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípua de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Santa Terezinha do Progresso que será exercida por 5 (cinco) membros, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de Santa Terezinha do Progresso constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Terezinha do Progresso, aplicando-se, no que couber, a Lei Federal 8.112/1990.

Art. 3º Caberá ao Executivo Municipal criar e manter novos Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de 1 (um) Conselho Tutelar para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

Parágrafo único. Havendo mais de 1 (um) Conselho Tutelar, caberá à gestão municipal definir sua localização, horário de funcionamento e organização da área de atuação, através de Decreto do Poder Executivo Municipal, podendo considerar a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como, observados os indicadores sociais do Município.

SEÇÃO I**Da Manutenção do Conselho Tutelar**

Art. 4º A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II – Custeio com remuneração e formação continuada;

III - Custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;

IV - Manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§ 4º Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 5º É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, composta, preferencialmente, por servidores efetivos, assim como sede própria, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

- I - Placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;
- II - Sala reservada para a recepção do público;
- III - Sala reservada para o atendimento dos casos;
- IV - Sala reservada para os serviços administrativos;
- V - Sala reservada para reuniões; e,
- VI - Banheiros.

§ 2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 4º O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§ 5º É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§ 6º Deve ser lotado em cada Conselho Tutelar, obrigatoriamente, um auxiliar administrativo, de acordo com a demanda mediante o desempenho de suas atribuições pelo menos em 8 (oito) horas semanais e, preferencialmente, um motorista exclusivo; na impossibilidade, o Município deve garantir, por meio da articulação dos setores competentes, a existência de motorista disponível sempre que se fizer necessário para a realização de diligências por parte do Conselho Tutelar, inclusive nos períodos de sobreaviso.

Art. 6º As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 7º Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente as capacitações necessárias.

SEÇÃO II

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 8º O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto para atendimento da população das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, expediente que pode ser alterado por deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para melhor atendimento ao público, preservada a carga horária diária de 8 (oito) horas.

§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas aos servidores públicos municipais.

Art. 9º O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na legislação que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Terezinha do Progresso.

§ 1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do expediente público no dia imediatamente seguinte, conforme previsto no caput.

§ 2º Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar e deverão se pautar na realidade do Município de Santa Terezinha do Progresso.

§ 3º O membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 2 (dois) dias para cada 7 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição de 30 (trinta) dias por ano civil.

§ 4º O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 5º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 10 O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador Administrativo, se necessário, o voto de desempate.

§ 3º Em havendo mais de um Conselho Tutelar no Município, será também obrigatória a realização de, ao menos, uma reunião mensal envolvendo todos os Colegiados, destinada, dentre outras, a uniformizar entendimentos e definir estratégias para atuação na esfera coletiva.

SEÇÃO III

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 11 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei Federal 9.504/1997 e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 12 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do Município de Santa Terezinha do Progresso.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei Federal 9.709/1998 e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º Para que possa exercer sua atividade de fiscalização, prevista no art. 139 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela Comissão Especial Eleitoral encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 13 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 2 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em Resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo da remuneração, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal 9.504/1997.

§ 5º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 7º A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 14 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, VII, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

- a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;
 - b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei 8.069/1990;
 - c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;
 - d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e
 - e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.
- § 4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 15 O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO IV

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 16 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

- I - Reconhecida idoneidade moral;
- II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - Residência no Município;
- IV - Experiência mínima de 1 (um) ano na defesa dos direitos da criança e do adolescente ou curso de especialização em matéria de infância e juventude com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas;
- V - Conclusão do ensino médio;
- VI - Comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, permitida a contratação de empresa especializada para dar suporte ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;
- VII - Não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;
- VIII - Não incidir nas hipóteses do art. 1º, I, da Lei Complementar Federal 64/1990 (Lei das Inelegibilidades);
- IX - Não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- X - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- XI - Atestado de saúde mental.

Parágrafo único. O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o inciso VI deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos, permitida a contratação de empresa especializada para dar suporte ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o cumprimento desta obrigação.

Art. 17 O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

SEÇÃO V

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 18 Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 20 desta Lei.

Art. 19 Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 20 Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

SEÇÃO VI

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 21 Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 5,0 (cinco).

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 22 Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

SEÇÃO VII

Da Campanha Eleitoral

Art. 23 Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I - Abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal 64/1990 (Lei das Inelegibilidades); e, art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II - Doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - Propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

IV - A participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V - A vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI - A vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VII - Favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VIII - Confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

IX - Propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

X - Propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública direta ou indireta federal, estaduais ou municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal 9.504/1997.

Art. 24 A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 25 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

SEÇÃO VIII

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 26 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 27 A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 28 À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO IX

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 29 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

SEÇÃO X

Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 30 Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7º Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

§ 10 Quando a vacância ocorrer no último ano do mandato, em caso de inexistência de suplentes, a vaga poderá ser suprida mediante a escolha pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em processo indireto, de acordo com as normas próprias especificadas no Regimento Interno do CMDCA.

§ 11 Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 31 A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

- I - A Coordenação Administrativa;
- II - O Colegiado;
- III - Os Serviços Auxiliares.

SEÇÃO I

Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar

Art. 32 O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 1 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 33 A destituição do Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 34 Compete ao Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar:

- I - Coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;
- II - Convocar as sessões deliberativas extraordinárias;
- III - Representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;
- IV - Assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;
- V - Zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;
- VI - Participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;
- VII - Participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- VIII - Enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;
- IX - Comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;
- X - Encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;
- XI - Encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;
- XII - Submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;
- XIII - Encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;
- XIV - Prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;
- XV - Exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

SEÇÃO II

Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 35 O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

- I - Exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;
- II - Definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;
- III - Organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - Opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;
- V - Organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;
- VI - Propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;
- VII - Participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;
- VIII - Eleger o Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar;

IX - Destituir o Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

X - Elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado o envio de propostas de alteração;

§ 1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§ 2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

SEÇÃO III

Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 36 O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

I - O atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;

II - For amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - Algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;

IV - Receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;

V - Tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

SEÇÃO IV

Dos Deveres

Art. 37 Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - Manter ilibada conduta pública e particular;

II - Zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

III - Cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;

V - Obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;

VI - Comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;

VII - Desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;

VIII - Declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;

IX - Cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - Adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

XI - Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - Residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;

XIII - Prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XIV - Identificar-se nas manifestações funcionais;

XV - Atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XVI - Comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.

XVII - Atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;

XVIII - Zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

XIX - Guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;

XX - Ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO V

Das Responsabilidades

Art. 38 O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 39 A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 40 A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 41 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO VI

Da Regra de Competência

Art. 42 A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - Pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - Pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VII

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 43 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal 13.431/2017;

Art. 44 São atribuições do Conselho Tutelar:

I - Zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - Aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - Acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - Fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - Representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - Assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - Sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

- XI - Representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, II, da Constituição Federal;
- XII - Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;
- XIII - Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;
- XIV - Participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, § 2º, da Lei Federal 12.594/2012 (Lei do SINASE), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.
- § 1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, XI da Constituição Federal.
- § 2º Para o exercício da atribuição contida no inciso VIII deste artigo e no art. 136, IX, da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas do Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 45 O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 46 Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 47 Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

- I - Colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;
- II - Entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;
- III - Expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;
- IV - Promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- V - Requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;
- VI - Requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;
- VII - Requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- VIII - Propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;
- IX - Estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
- X - Participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- XI - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 48 É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da

Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 49 As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 50 No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 51 A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 52 O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 53 É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 54 Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 55 É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 56 Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 57 No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 58 Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

- I - Nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;
 - II - Nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;
 - III - Nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.
- Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

SEÇÃO VIII

Das Vedações

Art. 59 Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

- I - Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
 - II - Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;
 - III - Exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, XVI e XVII, da Constituição Federal;
 - IV - Utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;
 - V - Ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;
 - VI - Recusar fé a documento público;
 - VII - Opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
 - VIII - Delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;
 - IX - Proceder de forma desidiosa;
 - X - Descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;
 - XI - Exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;
 - XII - Ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;
 - XIII - Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
 - XIV - Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;
 - XV - Recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;
 - XVI - Atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;
 - XVII - Exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;
 - XVIII - Entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;
 - XIX - Ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;
 - XX - Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;
 - XXI - Praticar usura sob qualquer de suas formas;
 - XXII - Celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;
 - XXIII - Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;
 - XXIV - Constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;
 - XXV - Cometer crime contra a Administração Pública;
 - XXVI - Abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;
 - XXVII - Faltar habitualmente ao trabalho;
 - XXVIII - Cometer atos de improbidade administrativa;
 - XXIX - Cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;
 - XXX - Praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
 - XXXI - Proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.
- Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO IX

Das Penalidades

Art. 60 Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I - Advertência;
- II - Suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III - Destituição da função.

Art. 61 Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 62 O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO X

Da Vacância

Art. 63 A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - Renúncia;

II - Posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;

III - Transferência de residência ou domicílio para outro Município ou região administrativa do Distrito Federal;

IV - Aplicação da sanção administrativa de destituição da função;

V - Falecimento;

VI - Condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 64 Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

I - Vacância de função;

II - Férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;

III - Licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 65 Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 1º Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§ 4º O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 66 O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO XI

Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 67 Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 68 Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias.

§ 1º No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de vencimento, o valor de R\$ 1.226,22 (hum mil duzentos e vinte e seis reais vinte e dois centavos), que será revisto anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 2º O vencimento deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 69 Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

I – Indenizações (diárias e transporte);

II – Adicional de férias;

III – Gratificação natalina.

Art. 70 Os acréscimos pecuniários ou as vantagens percebidas por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 71 Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação,

fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

§ 2º Conceder-se-á indenização de transporte ao membro do Conselho Tutelar que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias da função, conforme as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais.

Art. 72 Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

I - Cobertura previdenciária;

II - Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal, as quais poderão ser concedidas em até três períodos de pelo menos 10 dias cada um;

III - Licença-maternidade;

IV - Licença paternidade;

V - Gratificação natalina.

Art. 73 As reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Terezinha do Progresso.

Art. 74 A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, § 2º da Lei Federal 11.494/2007 ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

SEÇÃO XII

Das Férias

Art. 75 O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de férias remuneradas.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Santa Terezinha do Progresso.

§ 3º Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 2 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 76 É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 77 Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

I - A remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;

II - A remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 78 Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 79 As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 80 A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 81 O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 82 O valor da remuneração de férias será o equivalente ao último vencimento recebido pelo Conselheiro Tutelar.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor do último vencimento recebido.

SEÇÃO XIII

Das Licenças

Art. 83 Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar, com direito à remuneração integral:

I - Para maternidade;

II - Por adoção, inclusive em caso de adotante solteiro;

III - Para paternidade;

IV - Para tratamento de saúde.

§ 1º É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença.

§ 2º As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do

Município de Santa Terezinha do Progresso.

SEÇÃO XIV

Das Concessões

Art. 84 Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

I - Para participação em cursos e congressos;

II - Em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

III - Em virtude de casamento.

SEÇÃO XV

Do Tempo de Serviço

Art. 85 O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 86 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§ 2º A capacitação a que se refere o § 1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 87 Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santa Terezinha do Progresso.

Art. 88 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 89 Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 90 O prazo para o atendimento do disposto no art. 5º, § 1º desta, mediante a implantação da sede própria do Conselho Tutelar, será de até 4 (quatro) anos, a contar da data de entrada em vigor da presente Lei, sem prejuízo da obrigação de manutenção de condições mínimas adequadas para o desenvolvimento dos trabalhos do colegiado.

Art. 91 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições municipais em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 02 de Abril de 2019.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

TERMO ADJUDICAÇÃO PL 32/2019 PP 18/2019

Publicação Nº 1969827

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRES- SO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2019 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 32/2019 Data do Processo: 28/02/2019
Folha: 1/1	

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:
d) Data Homologação: e) Data da Adjudicação: f) Objeto da Licitação
32/2019
18/2019-PR

PREGÃO PRESENCIAL 02/04/2019

Sequência: 0

AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPAROS NAS MOTONIVELADORAS NEW HOLLAND - RG 140B, E MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, LOTADAS NA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

Qtde de Itens Média Descto (%)

(em Reais R\$)

Total dos Itens

- 000925 - CHAPEMAQUINAS CO- MERCIO E SERVICOS LTDA - ME	11	0,0000	12.391,02
	11		12.391,02

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (79) Saldo: 218.559,28

TERMO HOMOLOGAÇÃO PL 32/2019 PP 18/2019

Publicação Nº 1969826

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRES- SO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2019 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 32/2019 Data do Processo: 28/02/2019
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: b) Licitação Nr.: c) Modalidade:

d) Data Homologação: e) Objeto da Licitação

32/2019

18/2019-PR

PREGÃO PRESENCIAL 02/04/2019

AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPAROS NAS MOTONIVELADORAS NEW HOLLAND - RG 140B, E MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, LOTADAS NA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Qtde de Itens Média Descto (%)

(em Reais R\$) T otal dos Itens

- 000925 - CHAPEMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	11	0,0000	12.391,02
	11		12.391,02

Santa Terezinha do Progresso, 2 de Abril de 2019.

Santiago do Sul

PREFEITURA

ADITIVO 39 -2019 RUDINEI

Publicação Nº 1970115

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	39/2019
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	RUDINEI VALCARENGHI 62107020906
Objeto	O objeto do presente contrato é a ampliação em 161,1 km na Prestação de serviço de transporte de alunos linha Molossi, itinerários I, passando de 12,400 km dia para 13,300km dia, com estimativa de 179 dias letivos durante o exercício de 2019.
Valor	R\$ 818,39 (Oitocentos e dezoito reais e trinta e nove centavos).
Vigência	Vigência de 01 de abril de 2019 a 31 de dezembro de 2019
Processo Nº. 113/2018	
Pregão Nº. 86/2018.	
Santiago do Sul, 01 de abril de 2019.	
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI	
PREFEITO MUNICIPAL	

AVISO PREGÃO 24-2019 - RP-MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA

Publicação Nº 1969356

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº.39/2019.	
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.24/2019.	
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e produtos de higiene/limpeza e copa/cozinha para utilização nas Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde.	
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 17 de abril de 2019.	
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 17 de abril de 2019..	
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .	
SANTIAGO DO SUL, 01 de abril de 2019.	
JULCIMAR A. LORENZETTI	
PREFEITO MUNICIPAL	

AVISO PREGÃO 25-2019 - AQUISIÇÃO DE PEÇAS TRATOR E CAMINHÃO

Publicação Nº 1970585

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
AVISO DE LICITAÇÃO	
Processo Administrativo Nº.40/2019.	
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.25/2019.	
Objeto: Aquisição de peças para reposição no Trator de Esteiras D 41E e Caminhão Volkswagen 24.220 placa MER5634, utilizados pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos.	
Entrega dos Envelopes: 13:45 horas do dia 15 de abril de 2019.	

Abertura dos Envelopes: 13:45 horas do dia 15 de abril de 2019..

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 01 de abril de 2019.

JULCIMAR A. LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

19-2019 - AVISO DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 1969854

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2019

Tipo: Menor Preço Por Lote

Objeto: Aquisição estimada de massa asfáltica e outros materiais, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I, parte integrante deste Edital.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 14:00 h do dia 16 de Abril de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Praça Gov. Ivo Silveira, 306, Santo Amaro da Imperatriz, nos dias úteis de segunda-feira à sexta-feira, das 12h:00min às 18h00min, ou pelo site www.santoamaro.sc.gov.br

Santo Amaro da Imperatriz, em 02 de abril de 2019.

Edésio Justen

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.499/2019

Publicação Nº 1970499

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 6.499, de 02 de Abril de 2019.

EXONERA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

E X O N E R A R :

CAMILA DE SOUZA, do Cargo em Comissão de Encarregado de Apoio a Igualdade Social e Racial, código CC-3, a partir de 02/04/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 02 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.501/2019

Publicação Nº 1970500

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 6.501, de 02 de Abril de 2019.

NOMEA SERVIDORA PARA OCUPAR

CARGO EM COMISSÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e de acordo com a Lei Complementar nº 51, de 18 de Fevereiro de 2009, resolve

NOMEAR :

CAMILA DE SOUZA, para o Cargo em Comissão de Encarregado de Controle e Cadastro, código CC-3, a partir de 02/04/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 02 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.734, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970263

LEI Nº 2.734, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Tutelar de Santo Amaro da Imperatriz e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, Estado de Santa Catarina. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO TUTELAR

Art. 1º Fica mantido o Conselho Tutelar de Santo Amaro da Imperatriz, criado pela Lei Municipal nº 2245, de 29 de junho de 2012, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal n. 8.069/1990 e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentaria e administrativa a Secretaria de Administração.

Art. 2º Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Santo Amaro da Imperatriz, que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de Santo Amaro da Imperatriz constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei Complementar Nº 60, de 17 de dezembro de 2009, a qual dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santo Amaro da Imperatriz aplicando-se, no que couber, a Lei Federal n. 8.112/1990.

Art. 3º Caberá ao Executivo Municipal criar e manter novos Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de 01 (um) Conselho para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

Parágrafo único. Havendo mais de 01 (um) Conselho Tutelar, caberá à gestão municipal definir sua localização, horário de funcionamento e organização da área de atuação, através de Decreto do Executivo Municipal, podendo considerar a configuração geográfica administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como, observados os indicadores sociais do Município.

SEÇÃO I

Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 4º A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II custeio com remuneração e formação continuada;

III custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar;

IV inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;

V manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação,

saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§ 4º Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 5º É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, composta, preferencialmente, por servidores efetivos, assim como sede própria, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

- I Placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;
- II Sala reservada para a recepção do público;
- III Sala reservada para o atendimento dos casos;
- IV Sala reservada para os serviços administrativos;
- V Sala reservada para reuniões;
- VI e, Banheiros.

§2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 4º O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§ 5º É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§ 6º Deve ser lotado em cada Conselho Tutelar, obrigatoriamente, um auxiliar administrativo, e, preferencialmente, um motorista exclusivo; na impossibilidade, o Município deve garantir, por meio da articulação dos setores competentes, a existência de motorista disponível sempre que se fizer necessário para a realização de diligências por parte do Conselho Tutelar, inclusive nos períodos de sobreaviso decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

§ 7º As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 6º Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 2º O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

Art. 7º O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto o para atendimento da população das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h.

§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas

ao funcionalismo público municipal.

Art. 8º O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santo Amaro da Imperatriz.

§ 1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte.

§ 2º Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e deverá se pautar na realidade do Município.

§ 3º Para a compensação do sobreaviso, o membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 02 (dois) dias para cada 07 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição a 30 dias por ano civil.

§ 4º O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 5º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 9º O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador administrativo, se necessário, o voto de desempate.

§ 3º Em havendo mais de um Conselho Tutelar no Município, será também obrigatória a realização de, ao menos, uma reunião mensal envolvendo todos os Colegiados, destinada, dentre outras, a uniformizar entendimentos e definir estratégias para atuação na esfera coletiva.

SEÇÃO II

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 10 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990, observando, no que couberem, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 11 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990, a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 12 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir Subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§ 5º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 7º A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 13 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 e demais legislações.

§ 1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990.

§ 3º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

- a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;
- b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;
- c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;
- d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e
- e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990, e pela legislação local.

Art. 14 O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO III

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 15 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

I reconhecida idoneidade moral;

II idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III residência no Município;

IV conclusão do ensino médio;

V comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, prova prática de informática e elaboração de ofício, relatório e encaminhamento de casos, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VI não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VII não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990;

VIII não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990.

Parágrafo único. O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o inciso VI deste artigo, minicurso preparatório, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.

Art. 16 O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

SEÇÃO IV

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 17 Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 20, desta Lei.

Art. 18 Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 19 Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

SEÇÃO V

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 20 Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 21 Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

SEÇÃO VI

Da Campanha Eleitoral

Art. 22 Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal, na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

IV a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VII favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VIII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

IX - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

X - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

- a) utilização de espaço na mídia;
- b) transporte aos eleitores;
- c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;
- d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
- e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;
- f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 23 A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 24 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

SEÇÃO VII

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 25 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 26 A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 27 À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO VIII

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 28 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

SEÇÃO IX

Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 29 Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990.

§ 6º Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7º Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

§ 10º No caso de vacância ocorrer no último ano de mandato do conselheiro tutelar, e no caso de não haver suplente, deverá ocorrer o processo de escolha em processo indireto, cumprindo os critérios da presente Lei, artigo 16, organizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

§ 11º Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 30 A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

I. a coordenação administrativa;

II. o colegiado;

III. os serviços auxiliares.

SEÇÃO I

Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar

Art. 31 O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 32 A destituição do Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 33 Compete ao Coordenador administrativo do Conselho Tutelar:

- I. coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;
- II. convocar as sessões deliberativas extraordinárias;
- III. representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;
- IV. assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;
- V. zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;
- VI. participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;
- VII. participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal n. 8.069/1990;
- VIII. enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;
- IX. comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;
- X. encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;
- XI. encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;
- XII. submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;
- XIII. encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;
- XIV. prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;
- XV. exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

SEÇÃO II

Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 34 O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

- I. exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal n. 8.069/1990 e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;
- II. definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;
- III. organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV. opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;
- V. organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;
- VI. propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;
- VII. participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;
- VIII. eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;
- IX. destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;
- X. elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado o envio de propostas de alteração;

§ 1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§ 2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

SEÇÃO III

Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 35 O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

- I. o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;
- II. for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
- III. algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;
- IV. receber dívidas antes ou depois de iniciado o atendimento;
- V. tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

SEÇÃO IV

Dos Deveres

Art. 36 Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

- I. manter ilibada conduta pública e particular;
- II. zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;
- III. cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos, Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV. indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;
- V. obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;
- VI. comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;
- VII. desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei.
- VIII. declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;
- IX. cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- X. adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;
- XI. tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- XII. residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;
- XIII. prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal n. 8.069/1990;
- XIV. identificar-se nas manifestações funcionais;
- XV. atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;
- XVI. comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público;
- XVII. atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;
- XVIII. zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;
- XIX. guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;
- XX. ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO V

Das Responsabilidades

Art. 37 O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 38 A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 39 A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 40 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO VI

Da Regra de Competência

Art. 41 A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I. pelo domicílio dos pais ou responsável;

II. pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VII

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 42 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990, obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada, preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990, artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990, para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art. 43 São atribuições do Conselho Tutelar:

I. zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos

assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II. atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III. atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990;

IV. aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990;

V. acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI. fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990, adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII. representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990;

VIII. assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observando o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX. sugerir aos Poderes, Legislativo e Executivo, Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

- X. encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;
- XI. representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;
- XII. representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, depois de esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;
- XIII. promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;
- XIV. participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012, além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990, o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal n. 8.069/1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 44 O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 45 Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 46 Para o exercício de suas atribuições poderá o Conselho Tutelar:

I. colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção; entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia,

local e horário previamente notificados ou acertados;

II. expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

III. promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

IV. requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

V. requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VI. requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

VII. propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;

VIII. estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

IX. participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990;

X. encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal n. 8.069/1990.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou

fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 49 É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990, sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 50 As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990.

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990.

Art. 51 No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 52 A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990, não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 53 O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 54 É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 55 Em qualquer caso deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 56 É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 57 Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990.

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 58 No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 59 Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

- I. nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;
- II. nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;
- III. nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

SEÇÃO VIII Das Vedações

Art. 60 Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

- I. receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- II. exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;
- III. exercer qualquer outra função pública ou privada;
- IV. utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;
- V. ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando
- VI. em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;
- VII. recusar fé a documento público;
- VIII. opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
- IX. delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;
- X. proceder de forma desidiosa;
- XI. descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;
- XII. exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;
- XIII. ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;
- XIV. retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- XV. referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;
- XVI. recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;
- XVII. atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo as suas atividades;
- XVIII. exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;
- XIX. entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;
- XX. ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;
- XXI. utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares; praticar usura sob qualquer de suas formas;
- XXII. celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso

com o Município, por si ou como representante de outrem;

XXIII. participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;

XXIV. constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;

XXV. cometer crime contra a Administração Pública;

XXVI. abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;

XXVII. faltar habitualmente ao trabalho;

XXVIII. cometer atos de improbidade administrativa;

XXIX. cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;

XXX. praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

XXXI. proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.

Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO IX

Das Penalidades

Art. 61 Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I. advertência;
- II. suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III. destituição da função.

Art. 62 Na aplicação das penalidades deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 63 O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal n. 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO X

Da Vacância

Art. 64 A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I. renúncia;
- II. posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;
- III. transferência de residência ou domicílio para outro município ou região administrativa do Distrito Federal;
- IV. aplicação da sanção administrativa de destituição da função;
- V. falecimento;
- VI. condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 65 Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I. vacância de função;
- II. férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;
- III. licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 66 Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

Parágrafo único. Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

Art. 67 Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§1º Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar

momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§4º O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado;

§5º O suplente será convocado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 68 O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO XI

Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 69 Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 70º Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e temporário.

§ 1º No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor de R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais), a partir de 01 de abril de 2019, e o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a partir de 01 de janeiro de 2020, que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal;

§ 2º A remuneração deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo;

§ 3º A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º É facultado ao membro do Conselho Tutelar optar pela remuneração do cargo ou emprego público originário, sendo-lhe computado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 5º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 71º Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

- I. indenizações;
- II. auxílios pecuniários;
- III. gratificações e adicionais.

Art. 72 Os acréscimos pecuniários percebidos por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 73 Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar os auxílios pecuniários e as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

§ 2º Conceder-se-á indenização de transporte ao membro do Conselho Tutelar que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias da função, conforme as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais.

Art. 74 Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

- I. cobertura previdenciária;
- II. gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- III. licença-maternidade;
- IV. licença-paternidade;
- V. gratificação natalina;

Art. 75 As demais perdas relacionadas às indenizações e reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santo Amaro da Imperatriz, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

Art. 76 A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como

integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, §2º, da Lei Federal n. 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

SEÇÃO XII

Das Férias

Art. 77 O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§2º Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Santo Amaro da Imperatriz.

§3º Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 78 É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 79 Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

- I. a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;
- II. a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 80 Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 81 As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 82 A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 83 O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 84 O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente a última remuneração por ele recebida.

SEÇÃO XIII

Das Licenças

Art. 85 Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

- I. para participação em cursos e congressos;
- II. para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;
- III. para paternidade;
- IV. em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;
- V. em virtude de casamento;
- VI. por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§ 1º É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§ 2º As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santo Amaro da Imperatriz pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

SEÇÃO XIV

Das Concessões

Art. 86 Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação poderá o membro do Conselho Tutelar se ausentar do serviço em casos de falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

SEÇÃO XV

Do Tempo de Serviço

Art. 87 O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 88 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§2º A capacitação a que se refere o §1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 89 Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santo Amaro da Imperatriz, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais e legislação correlata.

Art. 90 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 91 Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 92 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições municipais em contrário, em especial a lei n. 2245/2012.

Santo Amaro da Imperatriz, 02 de abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra.

ADRIANO MEDEIROS DE CALDAS
Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

PORTARIA Nº 14.614/2019

Publicação Nº 1970490

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 14.614, de 02 de Abril de 2019.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença 90 (noventa) dias para tratamento de saúde a servidora MARIA DO CARMO MATOS LAURINDO, matrícula nº 574, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com efeitos retroativos a partir de 01/04/2019 à 29/06/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 02 de Abril de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.615/2019

Publicação Nº 1970492

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 14.615, de 02 de Abril de 2019.

AMPLIA PERÍODO DE DESIG-
NAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença para Tratamento de Saúde concedida a servidora MARIA DO CARMO MATOS LAURINDO

RESOLVE :
Prorrogar até 29/06/2019 a designação da servidora JESSICA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (Portaria nº 14.577/19).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 02 de Abril de 2019.
EDESIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.616/2019

Publicação Nº 1970494

PORTARIA Nº 14.616, de 02 de Abril de 2019.
CONCEDE LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto 152, da Lei Complementar nº 060/09

RESOLVE :
Conceder Licença para o Desempenho de Mandato Classista a servidora ELIANE DA SILVA, com efeitos retroativos a partir de 01/04/2019 à 20/04/2022.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 02 de Abril de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.617/2019

Publicação Nº 1970495

PORTARIA Nº 14.617, de 02 de Abril de 2019.
DISPENSA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D I S P E N S A R :
À pedido, GEANE JUTTEL, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico exercendo suas funções no Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, com 40 horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 01/04/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 02 de Abril de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.618/2019

Publicação Nº 1970496

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 14.618, de 02 de Abril de 2019.

FIXA CARGA HORÁRIA
DA SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Comunicação Interna nº 30/2018

RESOLVE :

- Fixar em 40 (quarenta) horas semanais até 29/11/2019 a carga horária do servidor FIDÊNCIO HUNTEMANN, matrícula nº 7592, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica, com efeitos retroativos a partir de 01/04/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 02 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.619/2019

Publicação Nº 1970497

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 14.619, de 02 de Abril de 2019.

DESIGNA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar nº 34/2005; e considerando a aprovação no Processo Seletivo nº 009/2018 e considerando que a Saúde é um serviço essencial, resolve

D E S I G N A R :

De acordo com o artigo 272 inciso VII da Lei Complementar nº 060, de 17 de Dezembro de 2009

GEANE JUTTEL, para o cargo de Atendente de Consultório Odontológico, do período de 02/04/2019 à 02/04/2020, com 40 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 02 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.620/2019

Publicação Nº 1970498

PORTARIA Nº 14.620, de 02 de Abril de 2019.

CONCEDE INSALUBRIDADE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o exercício em atividades potencialmente insalubres, conforme realização de Perícia, que segue em anexo fazendo parte integrante desta apenas as atividades descritas no item 7 e seguintes do presente laudo, de acordo com o art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

CONCEDER:

Adicional de Insalubridade, na ordem de 20% (grau médio) a:

Matrícula
Nome

7763
Geane Juttel

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 02 de Abril de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.621/2019

Publicação Nº 1970501

PORTARIA Nº 14.621, de 02 de Abril de 2019.
CONCEDE LICENÇA
A SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 169 da Lei Complementar nº 060/09

RESOLVE :

Conceder Licença Prêmio ao servidor EVILÁSIO NICOLAU MARTINS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 02/04/2019 à 30/06/2019, relativa ao período aquisitivo de 2012/2017.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 02 de Abril de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019

Publicação Nº 1969891

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019

Tipo: Menor Preço Por Lote Unico

Objeto: O presente edital tem por objeto contratação de empresa para aquisição de suprimentos (toners, cartuchos e fotocondutores) compatíveis para as impressoras e multifuncionais do município, inclusive com sessão de equipamentos novos ou semi-novos, em regime de comodato de impressoras e multifuncionais, com serviços de manutenção preventiva e corretiva e reposição de peças sem custos para o município das impressoras e multifuncionais em comodato, incluindo ainda a manutenção preventiva e corretiva das impressoras e multifuncionais pertencentes ao município, de conformidade com as especificações constantes do Anexo I, II, III, IV e V parte integrante deste Edital. Entrega e Abertura dos Envelopes: 15:00 h do dia 16 de Abril de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Praça Gov. Ivo Silveira, 306, Santo Amaro da Imperatriz, nos dias úteis de segunda-feira à sexta-feira, das 12h:00min às 18h00min, ou pelo site www.santoamaro.sc.gov.br

Santo Amaro da Imperatriz, em 02 de abril de 2019.

Edésio Justen
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1280/2019

Publicação Nº 1970129

DECRETO Nº 1280, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SÃO BENTO DO SUL – IPRESBS.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei nº 4.320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal nº 3.986/18 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar.

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) no orçamento vigente do IPRESBS, e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 001 - IPRESBS

Atividade: 4062 - Administração e Funcionamento do IPRESBS

3390470000 - Obrigações Tributárias e Contributivas (02750000) R\$ 45.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 - IPRESBS

Unidade: 001 - IPRESBS

Atividade: 4062 - Administração e Funcionamento do IPRESBS

4490510000 - Obras e Instalações (02750000) R\$ 45.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1281/2019

Publicação Nº 1970133

DECRETO Nº 1281, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

ALTERA O DECRETO Nº 434 DE 31 DE JULHO DE 2017 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA E SEUS RESPECTIVOS SUPLENTE

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 13, da Lei nº 3540, de 27 de maio de 2015,

Considerando o Ofício nº 34/2019 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul - CMDCA,

DECRETA:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto nº 434, de 31 de julho de 2017, que Nomeia os Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e seus respectivos suplentes, passa a vigorar com a seguinte redação:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

(...)

IV – Representante da Fundação Cultural:

Czeslaw Korsciarz – Titular

Marla Huebl Kaiser – Suplente

(...)”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIAS Nº 7017/2019 A 7050/2019

Publicação Nº 1970119

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

PORTARIA Nº 7017, de 1º de abril de 2019. Nomeia Servidor Público Municipal, A partir de 1º de abril de 2019, ODAIR VALERIO JUNIOR, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 1, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 7018, de 1º de abril de 2019. Nomeia Servidor Público Municipal, A partir de 1º de abril de 2019, SAMUEL MAGNABOSCO DE JESUS, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 007/2016, homologado em 01 de julho de 2016, para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 3, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 7019, de 2 de abril de 2019. Demite Servidor Temporário, a partir de 28 de março de 2019, DEIVID DRANKA, do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, por término de contrato.

PORTARIA Nº 7020, de 2 de abril de 2019. Demite Servidor Temporário, A pedido, a partir de 15 de março de 2019, ELIETE TERESINHA SOARES PETERS, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 7021, de 2 de abril de 2019. Demite Servidor Temporário, A pedido, a partir de 26 de março de 2019, ROGERIO SIMOES DA MAIA, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 7022, de 2 de abril de 2019. Demite Servidor Temporário, A pedido, a partir de 26 de março de 2019, TATIANE RESSEL, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 7023, de 2 de abril de 2019. Demite Servidor Temporário, A pedido, a partir de 27 de março de 2019, JOICE ROCHA ZAPPE, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 7024, de 2 de abril de 2019. Demite Servidor Temporário, A pedido, a partir de 27 de março de 2019, HELOISA TRAIN MALINOVSKI, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 7025, de 2 de abril de 2019. Demite Servidor Temporário, A pedido, a partir de 1º de abril de 2019, MARIA LUCIA PAINI HORNICK, do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 7026, de 2 de abril de 2019. Demite Servidor Temporário, A pedido, a partir de 1º de abril de 2019, ROSELI MULLER ZAPPE, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 7027, de 2 de abril de 2019. Demite Servidor Temporário, A pedido, a partir de 1º de abril de 2019, CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA, do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 7028, de 2 de abril de 2019. Demite Servidor Temporário, A pedido, a partir de 1º de abril de 2019, ROSIMARA HANNEMANN, do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 7029, de 2 de abril de 2019. Demite Servidor Temporário, A pedido, a partir de 1º de abril de 2019, CLAISON RODOLFO TURECK, do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 7030, de 2 de abril de 2019. Demite Empregado Público, A pedido, a partir de 1º de abril de 2019, WILLIAN HEY, do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 7031, de 2 de abril de 2019. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 1º de abril de 2019, ANDRE EHRLICH, do cargo de Professor de Clarinete, na Fundação Cultural.

PORTARIA Nº 7032, de 2 de abril de 2019. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 22 de março de 2019, FABIO CASTILHOS ARRUDA DOS SANTOS, do cargo de Professor Anos Finais, na Secretaria Municipal de Educação.

PORTARIA Nº 7033, de 2 de abril de 2019. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 1º de abril de 2019, o cargo de Professor Anos Iniciais, ocupado pela servidora LUSIA DE FATIMA TREML.

PORTARIA Nº 7034, de 2 de abril de 2019. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 1º de abril de 2019, o cargo de Operador de Maquina I, ocupado pelo servidor ILARIO LUIS SCHRODER.

PORTARIA Nº 7035, de 2 de abril de 2019. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 1º de abril de 2019, o cargo de Auxiliar de Serviços, ocupado pela servidora CECILIA NOVAK DE SOUZA.

PORTARIA Nº 7036, de 2 de abril de 2019. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 1º de abril de 2019, o cargo de Professor Anos Iniciais, ocupado pela servidora ADELAIDE CRISTINA SADOWSKY ROSA.

PORTARIA Nº 7037, de 2 de abril de 2019. Declara Vago Cargo, com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 1º de abril de 2019, o cargo de Pintor, ocupado pelo servidor JOSE JURANDIR DA SILVA FELICIANO.

PORTARIA Nº 7038, de 2 de abril de 2019. Admite Servidor Temporário, ANGELA ALEXANDRINA STIPP DOS SANTOS, para atuar na EBM Rodolfo Berti, na função de Professor Anos Iniciais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 26 de março de 2019-até 25 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 7039, de 2 de abril de 2019. Admite Servidor Temporário, ELISETTE MARTINS DE SOUZA, para atuar no CEIM Pica Pau, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 1º de abril de 2019-até 30 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 7040, de 2 de abril de 2019. Admite Servidor Temporário, CARME APARECIDA WOJAKEVICZ FELCZAK, para atuar no CEIM Pastor Adolf Prinz, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 1º de abril de 2019-até 30 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 7041, de 2 de abril de 2019. Admite Servidor Temporário, PATRICIA PABST, para atuar no CEIM Pingo de Gente, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir 1º de abril de 2019-até 30 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 7042, de 2 de abril de 2019. Admite Servidor Temporário, TATIANE RESSEL, para atuar no PEM Alexandre Garcia, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 1º de abril de 2019-até 30 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 7043, de 2 de abril de 2019. Admite Servidor Temporário, MARILDA PEYERL CORREA PERES, para atuar na Escola de Municipal de Educação de Jovens e Adultos – EMEJA, na função de Professor Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir 1º de abril de 2019-até 30 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 7044, de 2 de abril de 2019. Admite Servidor Temporário, CELIA REGINA SIMIONI VARELA, para atuar na EBM Garibaldina Silveira Fuginaga, na função de Professor Anos Iniciais – Oficina de Acompanhamento Pedagógico, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir 1º de abril de 2019-até 30 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 7045, de 2 de abril de 2019. Admite Servidor Temporário, SANDRA WOICZEKOVSKY ADAO, para atuar na EBM Lucia Tschoke, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 18 de março de 2019-até 17 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 7046, de 2 de abril de 2019. Admite Servidor Temporário, CAROLYN JENNIFER MENENGOLA, para atuar na EBM Rodolfo Berti, na função de Atendente Educativo, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 1º de abril de 2019-até 30 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 7047, de 2 de abril de 2019. Admite Servidor Temporário, ROGÉRIO SIMÕES DA MAIA, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, na função de Professor Anos Finais - Oficina de Banda, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 1º de abril de 2019-até 30 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 7048, de 2 de abril de 2019. Admite Servidor Temporário, ELAINE PINHEIRO GEISLER, para atuar no CEIM Amor Perfeito, na função de Professor Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir 1º de abril de 2019-até 30 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 7049, de 2 de abril de 2019. Admite Servidor Temporário, ANDERSON FURTADO, para atuar na EBM Denise Christiane Harms, na função de Professor Anos Finais - Oficina de Banda, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 1º de abril de 2019-até 30 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 7050, de 2 de abril de 2019. Admite Servidor Temporário, SIDNEI MUEHLBAUER, para atuar na EBM Dr. Hercílio Malinowsky, na função de Professor Anos Finais - Oficina de Banda, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a partir 1º de abril de 2019-até 30 de setembro de 2019.

São Bento do Sul, 3 de abril de 2019.
MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIAS Nº 7051/2019 A 7068/2019

Publicação Nº 1970122

PORTARIA Nº 7051, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

Revoga Portaria nº 6699/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 2 de abril de 2019, a Portaria nº 6699, de 15 de março de 2019, que nomeou HENRIQUE KRUGER ADDISON, no cargo efetivo de Agente de Autoridade de Trânsito, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, por não comparecimento em tempo hábil.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7052, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 2 de abril de 2019, TIAGO ALAN MACHADO DE PAULA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 007/2016, homologado em 01 de julho de 2016, para exercer o cargo de Agente de Autoridade de Trânsito, Grupo Ocupacional 3, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7053, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

Concede Licença

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor CLAYTON DE LIMA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, na Secretaria Municipal de Educação, licença para tratar de assuntos particulares, sem vencimentos, pelo período de 02 (dois) anos, conforme Processo nº 2902/2019.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 24 de abril de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7054, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

Concede Auxílio Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 68, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora GISELE MUHLBAUER MAES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Berçário, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Escolar.

Art. 2º O Auxílio Escolar a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 1º de abril de 2019, conforme Processo nº 4445/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7055, DE 2 DE ABRIL DE 2019.
Concede Auxílio Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 68, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora GISELLE PEREIRA FERRONATO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Escolar.

Art. 2º O Auxílio Escolar a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 1º de abril de 2019, conforme Processo nº 4619/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7056, DE 2 DE ABRIL DE 2019.
Concede Auxílio Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 68, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora GISLAINE MACZEWSKI DE SOUSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Escolar.

Art. 2º O Auxílio Escolar a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 1º de abril de 2019, conforme Processo nº 4178/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7057, DE 2 DE ABRIL DE 2019.
Concede Auxílio Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 68, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora KATIA MARIA JUNGTON DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Escolar.

Art. 2º O Auxílio Escolar a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 1º de abril de 2019, conforme Processo nº 3992/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7058, DE 2 DE ABRIL DE 2019.
Concede Auxílio Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 68, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora VALDETE SOFIA STUY DE ALMEIDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Escolar.

Art. 2º O Auxílio Escolar a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 1º de abril de 2019, conforme Processo nº 4735/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7059, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

Concede Auxílio Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 68, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora CHANTELE BEATRIZ RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Escolar.

Art. 2º O Auxílio Escolar a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 1º de abril de 2019, conforme Processo nº 4395/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7060, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

Concede Auxílio Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 68, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora REGINA ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Escolar.

Art. 2º O Auxílio Escolar a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 1º de abril de 2019, conforme Processo nº 3798/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7061, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

Concede Auxílio Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 68, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora JUSSARA PINTO DA SILVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação, Auxílio Escolar.

Art. 2º O Auxílio Escolar a que se refere o artigo 1º contar-se-á a partir de 1º de abril de 2019, conforme Processo nº 4826/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7062, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

Designa Comissão Avaliação de Bens Móveis

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores Tiago Martinhuk, Paulo Adalberto Martines Matos, Osmar Rauhen e Jocemari Telma Teixeira para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Avaliação de Bens Móveis e Imóveis do 23º Batalhão de Polícia Militar de São Bento do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7063, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e também os artigos 154, 159 e 160, todos da Lei Municipal nº 228/2001, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 5576/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar o cometimento de supostas infrações disciplinares atribuídas, em princípio, aos servidores E. M. S. e A. C.S, ambos ocupantes do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, com matrícula sob nº 344-01 e nº 350-01, respectivamente, lotados no SAMAE, que teriam, em tese, praticado as seguintes condutas:

FATO 1 – Foi apurado que o servidor A. C., no dia 13 de fevereiro de 2019, às 11h35min, sem qualquer autorização do superior e em horário de expediente, utilizou veículo do SAMAE para atender assuntos de interesse pessoal. O servidor E. M. S., também sem autorização de superior hierárquico e em horário de expediente, utilizou o mesmo veículo no dia 14 de fevereiro de 2019, às 11h19min, conforme relatório anexado ao processo, para uso particular do veículo público.

FATO 2 – Constatado que alguns servidores autorizados a dirigir os veículos do SAMAE estavam usando os automóveis em horário de expediente para atendimento de assuntos de interesse pessoal, com a finalidade de orientar e alertar a todos os servidores das implicações do ato, no dia 20 de fevereiro do corrente ano todos os servidores do SAMAE foram convocados para que se apresentassem para uma reunião no dia 21 de fevereiro de 2019 com o Diretor- Presidente do SAMAE no pátio da referida Autarquia. No entanto, os servidores E. M. S. e A. C., na presença dos demais servidores, declararam em alto e bom tom que "seus ouvidos não eram penicos para ficar ouvindo merda do Diretor Presidente", agindo de maneira desrespeitosa na frente de mais de 40 servidores. Em ato contínuo, ambos embarcaram no veículo Fiat Strada, placa QIT-2814, com a direção do veículo sob o comando do servidor A. C., e se deslocaram até a cancela para sair para a rua. O vigilante Eduardo informou aos dois servidores que recebera ordens para não deixar ninguém sair durante o horário da reunião. Diante disso, o servidor A. C. ameaçou o vigilante, dizendo: "se você não abrir isso aí, eu arrebento e saio". Diante da ameaça o vigilante viu-se obrigado a abrir o portão e os dois servidores se ausentaram do SAMAE, sem autorização e sem terem serviço algum para executar fora das dependências, inclusive gastando combustível sem necessidade.

Art. 2º Os fatos descritos no artigo anterior podem, em tese, caracterizar infração disciplinar por descumprimento das disposições da Lei Municipal nº 228/2001, especialmente os incisos I, V, VI, X, XVII do art. 132, supostamente descumprindo ainda as disposições dos incisos IV, V, IX, XI, XIII, XVII do art. 131, que, se confirmado, são passíveis de aplicação de penalidade de advertência, suspensão ou demissão do cargo público, podendo ser averiguadas as demais infrações conexas que porventura emergirem no decorrer do apuratório e suas respectivas penalidades.

Art. 3º A condução do competente processo administrativo disciplinar ficará a cargo da Comissão Processante Especial constituída pelo Decreto Municipal nº 860, de 28 de Fevereiro de 2018, ou Decreto que a substitua, que deverá proceder a devida instrução.

Art. 4º Nos termos da legislação vigente, deve ser garantido o irrestrito direito ao contraditório e à ampla defesa aos servidores acusados.

Art. 5º Consoante o artigo 163 da Lei 228/2001, os trabalhos da Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7064, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 2435/2017

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2435, de 03 de outubro de 2017, que concedeu aposentadoria à LORILDES MARGARIDA DA MAIA JUSVIACK, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 18/00031278, através da Decisão Singular GAC/CFF – 107/2019, de 19 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7065, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 2590/2017

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 2590, de 06 de novembro de 2017, que concedeu aposentadoria à CLEUSA DE SOUZA FREITAS, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 18/00063129, através da Decisão Singular GAC/CFF – 109/2019, de 19 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7066, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 4108/2018

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 4108, de 02 de abril de 2018, que concedeu aposentadoria à LUCELIA FERNANDES ANTUNES WOTROBA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 18/00465430, através da Decisão Singular GAC/CFF – 66/2019, de 19 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7067, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 4114/2018

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 4114, de 04 de abril de 2018, que concedeu aposentadoria à GRACIEMA DO CARMO VARELA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 18/00469850, através da Decisão Singular GAC/CFF – 181/2019, de 27 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7068, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

CONSOLIDA PORTARIA Nº 1452/2017

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 1452, de 08 de maio de 2017, que concedeu aposentadoria à SUELI SCHLAGENHAUFER BLASKOVSKI, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, do processo nº APE – 17/00511707, através da Decisão Singular COE/CMG – 278/2019, de 21 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03/2019

Publicação Nº 1969888

RESOLUÇÃO Nº 03/2019 – CMDCA

ALTERA A RESOLUÇÃO CMDCA Nº 07 DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL – CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal 3540, de 27 de maio de 2015 e, de acordo com a deliberação da reunião plenária ordinária realizada no dia 21 de março de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º, da Resolução CMDCA nº 07/2017 que passa a ter a seguinte redação:

☐ Art. 1º (...)

III – Comissão de Normas e Regulamentação:

a) Será composta pelos seguintes conselheiros: representantes governamentais, Simone Souza Nunes e Karen Lili Fechner e pelos representantes não governamentais Maria Goreti Ciupka Ehke e Liandra Marlize Lopes de Oliveira Nogueira.

b) Será presidida pelo conselheiro Karen Lili Fechner e terá como relator o conselheiro Liandra Marlize Lopes de Oliveira Nogueira. ☐

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de março de 2019
Antonio Jauri da Costa
Presidente do CMDCA de São Bento do Sul

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04/2019

Publicação Nº 1969894

RESOLUÇÃO Nº 04/2019 – CMDCA

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETO PARA FINANCIAMENTO NO ANO DE 2019 PELO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal 3540, de 27 de maio de 2015 e, de acordo com a deliberação da reunião plenária ordinária realizada no dia 21 de março de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Edital de Chamamento Público de seleção pública de projeto para financiamento no ano de 2019 pelo Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul – CMDCA.

Parágrafo único. A minuta do referido Edital será encaminhada a Gestora do FIA para os trâmites legais e posterior publicação.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de março de 2019
Antonio Jauri da Costa
Presidente do CMDCA de São Bento do Sul

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 05/2019

Publicação Nº 1969899

RESOLUÇÃO Nº 05/2019 – CMDCA

NOMEAR A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE SÃO BENTO DO SUL PARA A GESTÃO 2020-2024.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal 3540, de 27 de maio de 2015 e, de acordo com a deliberação da reunião plenária ordinária realizada no dia 21 de março de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Especial Eleitoral para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de São Bento do Sul para a gestão 2020-2024.

Art. 2º A referida Comissão será composta pelas conselheiras Karen Lili Fechner, Simone Souza Nunes, Grazielli Eloise Schroeder, Elaine Maria de Oliveira Buchmann e pelo Presidente do CMDCA Antonio Jauri da Costa.

§ 1º – A Comissão será presidida pelo Presidente do CMDCA de São Bento do Sul.

§ 2º – A Comissão também deverá ser composta por um Assessor Jurídico e um Servidor da Secretaria de Assistência Social a ser indicado e nomeado pelo Poder Executivo.

Art. 3º A Comissão Especial Eleitoral terá suas atribuições com base na Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), dentre elas:

I – realizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de São Bento do Sul para a gestão 2020 a 2024, com assessoramento de empresa contratada pela Secretaria Municipal de Assistência Social para esta finalidade;

II – analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, conforme prazos determinados pelo Edital do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de São Bento do Sul;

III – notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

IV – realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

V – realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

VI – estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

VII – analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

VIII – providenciar a confecção das cédulas;

IX – escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

X – selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

XI – solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

XII – divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha;

XIII – notificar o Ministério Público, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados; e

XIV – resolver os casos omissos.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de março de 2019

Antonio Jauri da Costa

Presidente do CMDCA de São Bento do Sul

São Bernardino

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 29/2019

Publicação Nº 1969457

ESTADO DE SANTA CATARINA,
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019.

O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de uma televisão 70". Estará recebendo as propostas até as 09:00 hs, do dia 16/04/2019. A íntegra deste Edital estará disponível no site www.saobernardino.sc.gov.br, no menu Licitações/Pregão, no DOM/SC e junto ao setor de licitações do município, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 02/04/2019– ADELI JOSÉ RIFFEL - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 30/2019

Publicação Nº 1969843

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO.PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2019 - MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS 05/2019. O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que realizou DISPENSA DE LICITAÇÃO, tipo menor preço, por item, para contratação de empresa para conserto de dois distribuidores de adubo orgânico com fornecimento de material. Fundamentação Legal - Art. 24, inciso II da Lei n.8.666/93. Proponente: JEAN PYER VIVIAN EIRELI ME.– CNPJ-06.161.649/0001-70, valor R\$ 8.000,00, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014/www.saobernardino.sc.gov.br.DOM/SC São Bernardino-SC, aos 02/04/2019- Adeli José Riffel- Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 31/2019

Publicação Nº 1970009

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO.PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2019 - MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS 06/2019. O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que realizou DISPENSA DE LICITAÇÃO, tipo menor preço, por item, para aquisição de placas personalizadas, indicativas e refletivas. Fundamentação Legal - Art. 24, inciso II da Lei n.8.666/93. Proponente: ROSELI FÁTIMA FERREIRA ME.– CNPJ-03.158.815/0001-91, valor R\$ 4.625,00, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014/www.saobernardino.sc.gov.br.DOM/SC São Bernardino-SC, aos 02/04/2019- Adeli José Riffel- Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 32/2019

Publicação Nº 1970161

ESTADO DE SANTA CATARINA,
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2019.

O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de um caminhão bi truk usado. Estará recebendo as propostas até as 09:00 hs, do dia 17/04/2019. A íntegra deste Edital estará disponível no site www.saobernardino.sc.gov.br, no menu Licitações/Pregão, no DOM/SC e junto ao setor de licitações do município, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 02/04/2019– ADELI JOSÉ RIFFEL - Prefeito Municipal.

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 09/2019

Publicação Nº 1969269

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 009/2019

Instrumento de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO de EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS, por excepcional interesse público, no qual são partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº

01.612.812/0001-50, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, situada na Rua Verônica Scheid nº 1.020, centro, nesta cidade, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado a Sra. SANDRA MACHADO, brasileira, solteira, inscrita no CPF n. 061.344.879-02, R.G. 5.059.097-9, com endereço na Avenida Vereador Crescencio Cazuni, n. 40, Vila Alto São Mateus, em Marmeleiro/PR, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONSIDERANDO:

1. O disposto na Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;
2. A Lei Complementar nº 050/2014 de 18/12/2014, que trata das contratações temporárias no Município para o quadro do Magistério Público Municipal;
3. Que o Município de São Bernardino – SC, encontra-se com necessidade de contratar por tempo determinado, Professor com Licenciatura em Informática, para atuar junto a Secretaria de Educação do Município, visando dar continuidade a prestação do serviço público;
4. Que a necessidade de contratação foi fato imprevisível e deverá ser transitória;
5. O excepcional, urgente e relevante interesse público na referida contratação;
6. A formação do profissional contratado, com especialização na área;

Têm entre si, como justo e contratado, na melhor forma de direito o presente instrumento de contrato mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS:

O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços de Professor com Licenciatura em Informática, a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Educação, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.

CLÁUSULA SEGUNDA - O REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO:

Execução direta, na modalidade mensal, por tempo certo e determinado e em caráter de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA - O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

A remuneração mensal paga à contratada será de R\$ 1.541,88 (um mil quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA - OS PRAZOS:

Este contrato tem como prazo de vigência o período compreendido:

PRAZO DE INÍCIO: 02 de Abril de 2019

PRAZO DE CONCLUSÃO: 20 de dezembro de 2019

CLÁUSULA QUINTA - OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS:

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO (A) – Executar os serviços pessoais em favor da municipalidade, conforme sua formação, durante o prazo de vigência deste instrumento, empenhando esforços no desempenho dos trabalhos realizados, prestando serviços de Professor com Licenciatura em Informática.

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE – Disponibilizar todos os meios necessários para a execução dos serviços.

O CONTRATADO (A) tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O CONTRATADO (A), não poderá subcontratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

O CONTRATANTE fica no direito que lhe confere, modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos em lei e, fiscalizar a execução do contrato.

O CONTRATANTE não poderá alterar as cláusulas econômico-financeiras sem prévia concordância do CONTRATADO (A).

O presente contrato poderá sofrer alterações com as devidas justificativas – Unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando houver modificações do projeto ou das especificações dos serviços aos seus objetivos, e quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto; e poderá ser alterado o presente contrato, por acordo entre ambas as partes, quando necessária à modificação do regime de execução dos serviços ou fornecimento, em face de originários e, quando necessária modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes.

Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços.

O VALOR DA MULTA: Fica fixada a multa no valor correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste contrato, em prejuízo da parte que infringir qualquer cláusula ou condição deste contrato.

O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução deste contrato, compatibilidade com as suas obrigações assumidas.

DAS PENALIDADES – O contratado (a) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei.

Além das condições estabelecidas neste instrumento contratual, as partes ajustarão condições, obrigações e responsabilidades recíprocas,

de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

CLÁUSULA SEXTA - OS CASOS DE RESCISÃO E DE EXTINÇÃO:

São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE; o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 10 (dez) dias antecedente ao último. O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes; O tempo de serviço prestado por força da presente contratação será contado para todos os fins e efeitos.

CLAUSULA SETIMA - A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DESTE CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS:

Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37. Aos casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente o CONTRATANTE, e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca do CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

O foro do presente contrato é o da Comarca de Campo Erê/SC, para dirimir possíveis casos omissos, dúvidas e as questões incidentes oriundas da avença.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Assim, na melhor forma de direito, sendo livres, capazes e conscientes as partes, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, forma e espaço, sendo cada via composta de laudas digitadas e impressas, na presença de duas testemunhas que conhecem o teor do mesmo e que também assinam, para maior validade jurídica.

Município de São Bernardino/SC, em 02 de Abril de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

SANDRA MACHADO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª _____ CPF: _____

2ª _____ CPF: _____

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N. 32/2019 PP N. 22/2019

Publicação Nº 1970173

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2019
PREGÃO No 22/2019

01. PREÂMBULO

1.1 O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO(a), designado pela portaria n. 035/2019 e 88/2019, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n.º 22/2019, na Modalidade Pregão, do tipo menor preço por item e Presencial, cujo setor interessado é a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 17/2006 de 02 de Janeiro de 2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, Decreto n. 254/2012 e Decreto n. 09/2018, Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

1.1 - JUSTIFICATIVA, em atendimento ao Decreto 5.504 de 05/08/2005 Art. 1º parágrafo 2º, tendo em vista a ineficiência da estrutura do município de São Bernardino fica inviável a utilização do pregão na forma eletrônica, adotando-se assim o pregão na forma presencial.

1.2 JUSTIFICATIVA DA NÃO APLICAÇÃO DO ARTIGO 48 INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006, Tal medida se justifica devido ao fato que após pesquisa de mercado, foi verificado que não houveram fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas

de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

1.3 Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro(a) do Município no ato do CREDENCIAMENTO que emitirá o respectivo Protocolo de Entrega, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Verônica Scheid, S/N- Centro, São Bernardino -SC, CEP 89982-000, até às 09:00 horas do dia 17/04/2019 iniciando-se a Sessão Pública às 09:15 horas do mesmo dia e local.

1.4 – Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, identificados pelo protocolo de entrega não serão abertos pelo Pregoeiro(a), e se não houver requerimento solicitando a devolução, os mesmos permanecerão lacrados e arquivados no processo.

1.5- Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza o Processo Licitatório, a licitante, e se for referente à documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

02. OBJETO

2.1 - O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO USADO, BI TRUK 6 X 4, ANO DE FABRICAÇÃO NO MÍNIMO 2013, MOTOR DE NO MÍNIMO 290 CVs, CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO 28 TONELADAS, COM PRANCHA REFORÇADA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINA PESADA NO TERRITÓRIO MUNICIPAL APROVADO NO INMETRO, COM AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE TRÂNSITO EXPEDIDO PELO DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA.

ITENS E SEUS RESPECTIVOS VALORES MÁXIMOS

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	CAMINHÃO USADO, BI TRUK 6 X 4, ANO DE FABRICAÇÃO NO MÍNIMO 2013, MOTOR NO MÍNIMO 290 CVs, CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO 28 TONELADAS, COM PRANCHA REFORÇADA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINA PESADA, DIMENSÕES DE NO MÍNIMO 2,90 MT DE LARGURA, 9,5 MT DE COMPRIMENTO E RAMPA ACOPLADO PARA O CARREGAMENTO EM ÓTIMO ESTADO, APROVADO NO INMETRO, COM AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE TRÂNSITO EXPEDIDO PELO DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E LAUDO MECÂNICO ATESTANDO AS CONDIÇÕES DO MOTOR, CAIXA, DIFERENCIAL, PARTE ELÉTRICA E ESTRUTURA FÍSICA DO CAMINHÃO E PRANCHA, COM NO MÍNIMO 06(SEIS) MESES DE GARANTIA.	Und	1,00	255.000,00	255.000,00
			Total		255.000,00

OBSERVAÇÃO: A descrição do item e a pesquisa de preços foi realizada sob responsabilidade da Secretaria solicitante.

OS ITENS QUE ULTRAPASSAR O VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ESTABELECIDO NO EDITAL E OU NÃO APRESENTAR A MARCA SERÃO DESCLASSIFICADOS.

03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital, poderão participar deste certame pessoa física e ou jurídica.

3.1-2 Estão proibidos de contratar com o município todos os agentes impedidos na forma do Artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e no art. 9º da Lei n. 8666/93 e suas alterações posteriores.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Concorratórias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.

04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a

seguinte identificação:

A) PREGÃO PRESENCIAL N.º 22/2019
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
ENVELOPE N.º 01 – Proposta Comercial
Empresa:

B) PREGÃO PRESENCIAL Nº
22/2019
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
ENVELOPE N.º 02 – Documentação
Empresa:

4.2 - Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

DO CREDENCIAMENTO

PESSOA JURÍDICA

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 – O documento de credenciamento nos termos da alínea "b", do item 1, poderá ser conforme modelo constante no Anexo I- Carta de Credenciamento, o qual deverá ser entregue juntamente com o respectivo documento oficial de identificação.

2.1. – Fica dispensado da apresentação do Anexo II, o representante legal com poderes para exercer direitos e assumir obrigações, nos termos do item 1."a".

Tal comprovação deverá ser feita através de procuração ou carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo I do Edital), com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

3 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, impedirá a licitante de ofertar lances verbais no momento da ausência, porém, não será motivo para exclusão do certame.

6- Se for Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverão apresentar obrigatoriamente no momento do credenciamento: Certidão da Junta Comercial ou Certidão de Cartório de Pessoa Jurídica, para terem o direito ao tratamento diferenciado e favorecido conforme dispõe a Lei Complementar n.123/2006 de 14/12/2006, com data não superior a 90 (Noventa) dias.

PESSOA FÍSICA

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de pessoa física, cópia do CPF e CÉDULA DE IDENTIDADE do representante legal;
b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 – O documento de credenciamento nos termos da alínea "b", do item 1, poderá ser conforme modelo constante no Anexo I- Carta de Credenciamento, o qual deverá ser entregue juntamente com o respectivo documento oficial de identificação.

2.1. – Fica dispensado da apresentação do Anexo II, o representante legal com poderes para exercer direitos e assumir obrigações, nos termos do item 1."a".

Tal comprovação deverá ser feita através de procuração ou carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo I do Edital), com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante.

05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

- a) emitida, de preferência por computador, ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.
- b) conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.
- c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Edital, constando a marca que está sendo cotada, bem como o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos. Em caso de divergência entre os preços unitário e total prevalecerá o unitário. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de até três casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado;
- d) apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital; e
- e) conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.
- f) Apresentar em anexo a proposta, documento do veículo em nome da proponente participante, Laudo do INMETRO, Autorização especial de trânsito expedida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e laudo mecânico atestando as condições do motor, caixa, diferencial, parte elétrica e estrutura física do caminhão e prancha, com no mínimo 06(seis) meses de garantia.
- g) O veículo cotado não poderá ter nenhuma restrição a venda, não poderá ter alienação a nenhuma instituição financeira e não poderá ter multas, licenciamento, seguro DPVAT e IPVA vencidos, durante a sessão será verificado a situação no site do DETRAN de Santa Catarina, ou órgão Estadual de domicílio da licitante, se por ventura o proponente vencedor apresentar qualquer uma dessas pendências, após a homologação, será concedido um prazo de 15(quinze) dias úteis para regularização e somente após será contratado, caso contrário será desclassificado.
- Parágrafo único — Preferencialmente, para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo sugestivo constante do Anexo III do Edital.

06. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 – Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

PESSOA JURÍDICA

6.1. Habilitação Jurídica:

- a) Negativa Falência e Concordata emitido no fórum de sua jurisdição

6.2. Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão conjunta de tributos e contribuições federais, quanto à dívida ativa da união e contribuições sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

6.3. Qualificação Econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.4 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei (conforme modelo constante do Anexo IV do Edital).

6.5 - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante (conforme modelo constante do Anexo V do Edital).

PESSOA FÍSICA

6.6. Habilitação

- b) Cópia do CPF
- c) Cópia do RG

6.7. Regularidade Fiscal:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de quitação de tributos, contribuições e Dívida Ativa da União) administrados pela Secretaria da Receita Federal);
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- a) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

6.8 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei (conforme modelo constante do Anexo IV do Edital).

6.9 - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante (conforme modelo constante do Anexo V do Edital).

6.10 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de São Bernardino -SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões originais emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

6.11 – Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validado.

07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo II do Edital), e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital.

7.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

7.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Quando não forem verificados, no mínimo, 03(três) propostas comerciais nas condições mencionadas, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta comercial, ou o uso de mais de três casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no Anexo I a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

- Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, ocorrendo empate proceder -se-á da seguinte forma:

I – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 45, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2o do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no § 2o do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no inciso I, II e III do Art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no item anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.9 - Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

7.9.1 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o art. 43 § 1º, da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, as ME e EPP, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ficando a Sessão Pública em suspenso, quando será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. De acordo com o § 2º da mesma Lei, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.10 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria, o recurso se interposto, deverá ser protocolado fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigidos ao pregoeiro. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.11 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Publica do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Publica acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.5 – O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 – O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

09. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 – O caminhão deverá ser entregue até no máximo 15(quinze) dias úteis, diretamente na secretaria solicitante mediante autorização do responsável.

9.2 – A Municipalidade, se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2019, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

10.1 O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedores](s) serão efetuados em até 10(dez) dias após a entrega e efetiva apresentação da nota fiscal. Ressaltando de que é exigido emissão de nota fiscal eletrônica nas vendas destinadas às administrações públicas de acordo com o parágrafo § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense. Deverá constar no documento fiscal o número da licitação, número do contrato, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações. Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

10.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

11. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - Os recursos financeiros serão a cargo do orçamento vigente.

11.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019:

2.037.4490.00 - 3890 - 162/2019 - Manutenção da Agricultura 2.037.4490.00 - 3000 - 169/2019 - Manutenção da Agricultura

12. ADJUDICAÇÃO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município de São Bernardino - SC, convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 3 (três) dias úteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar, no prazo e condições estabelecidas o Termo de Contrato, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.2- O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo Licitatório poderá(ao) ser aditado(s) conforme regulamentação prevista na Seção III, Art 65, da Lei nº 8.666/93 (Brasil).

13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

13.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

14. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

14.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

15. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

15.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

15.2 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

15.2.1 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

- d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada;
- f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da empresa;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

15.2.2 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.2.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

15.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

16. PENALIDADES

16.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

16.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

17.1 – Além das atribuições já evidenciadas neste Edital de Licitação e as previstas em Lei, o Pregoeiro poderá ainda:

- 17.1.1 – Advertir os representantes das empresas proponentes, bem como qualquer pessoa presente a sessão pública, em virtude de comportamento ou expressões inadequadas para o momento.
- 17.1.2 – Estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.
- 17.1.3 – Interromper o processo, para qualquer situação adversa que possa ocorrer durante a sessão pública.
- 17.1.4 – Baixar diligências para dirimir qualquer dúvida em relação ao processo e/ou documentação, inclusive para que havendo algum valor de lance ofertado sendo considerado inexecutável, para que o autor comprove que a mesma pode ser executada.
- 17.1.5 – Permitir aos credenciados, contato com terceiros para formular lances.
- 17.1.6 – Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que cumpre todos os requisitos de habilitação.(se for o caso).
- 17.1.7- Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital (se for o caso)

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

18.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores,

a este respeito.

18.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 17/2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012 e decreto n. 09/2018.

18.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

18.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

§ ANEXO I – Modelo de Carta de Credenciamento;

§ ANEXO II – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

§ ANEXO III – Modelo de Proposta

§ ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

§ ANEXO V - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante

§ ANEXO VI – Minuta de Contrato.

18.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

18.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.9 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. A impugnação deverá ser protocolada fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigido ao chefe do poder executivo.

18.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 36540054/0014 até 72 (setenta e duas) horas antes da data de abertura da LICITAÇÃO.

18.14 – Editais de Licitação, prazos recursais, recursos, contra razões, decisões, atas, adjudicações e homologações, serão publicadas no site www.saobernardino.sc.gov.br, no menu Licitações no devido processo. É de inteira responsabilidade da empresa participante estar acompanhando o andamento.

São Bernardino – SC 02/04/2019

Prefeito Municipal
Adeli José Riffel

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica
Rudimar Borcioni
OAB-SC 15411
ASSESSOR(A) JURÍDICO

ANEXO I
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2019
PREGÃO No 22/2019

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____

e CPF sob n.º _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de -SC, na modalidade Pregão n.º _____, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2019

Carimbo Nome e Assinatura do Credenciante

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2019

PREGÃO No 22/2019

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n.º do município de-SC, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2019

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2019

PREGÃO No 22/2019

A Empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório, e que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

_____, em ____ de _____ 2019

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2019

PREGÃO No 22/2019

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento, objeto da presente licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 22/2019, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO USADO, BI TRUK 6 X 4, ANO DE FABRICAÇÃO NO MÍNIMO 2013, MOTOR DE NO MÍNIMO 290 CVs, CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO 28 TONELADAS, COM PRANCHA REFORÇADA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINA PESADA NO TERRITÓRIO MUNICIPAL APROVADO NO INMETRO, COM AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE TRÂNSITO EXPEDIDO PELO DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Marca	Preço Unit.	Preço Total
------	---------------	-------	------------	-------	-------------	-------------

1	CAMINHÃO USADO, BI TRUK 6 X 4, ANO DE FABRICAÇÃO NO MÍNIMO 2013, MOTOR NO MÍNIMO 290 CVs, CAPACIDADE DE CARGA NO MÍNIMO 28 TONELADAS, COM PRANCHA REFORÇADA PARA TRANSPORTE DE MÁQUINA PESADA, DIMENSÕES DE NO MÍNIMO 2,90 MT DE LARGURA, 9,5 MT DE COMPRIMENTO E RAMPA ACOPLADO PARA O CARREGAMENTO EM ÓTIMO ESTADO, APROVADO NO INMETRO, COM AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE TRÂNSITO EXPEDIDO PELO DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E LAUDO MECÂNICO ATESTANDO AS CONDIÇÕES DO MOTOR, CAIXA, DIFERENCIAL, PARTE ELÉTRICA E ESTRUTURA FÍSICA DO CAMINHÃO E PRANCHA, COM NO MÍNIMO 06(SEIS) MESES DE GARANTIA.	Und	1,00			
			Total			

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: _____
(conforme item 9 do edital).

DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2019

PREGÃO No 22/2019

..... inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a)
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

data

Nome e assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A LICITANTE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 32/2019
PREGÃO No 22/2019

DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa _____

Declara(m) que:

- a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;
- b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

(local e data)

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

CONTRATO Nº NumContrato

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa NomeContratado, inscrita no CNPJ nº CNPJContratado, localizada na Rua EnderecoContratado, na Cidade São Bernardino, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. NomeRespContratado, brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Rua EnderecoContratado, na Cidade CidadeContratado, inscrito no CPF sob nº CPFContratado, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ObjetoContrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município adquire ObjetoContrato, do aqui denominado Fornecedor, PREGÃO PRESENCIAL o qual foi vencedor dos itens “ ”, do Processo Licitatório 32/2019 modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 32/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

O valor total do contrato é de R\$ ValorContrato (ValorContratoExtenso), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguinte dotações orçamentárias:

2.037.4490.00 - 3890 - 162/2019 - Manutenção da Agricultura 2.037.4490.00 - 3000 - 169/2019 - Manutenção da Agricultura

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos equipamentos, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de DataAssinatura até DataVencimento, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.

c) - O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos equipamentos ora contratados conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os equipamentos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que coincidirem sobre os equipamentos contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os equipamentos ora contratado em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 32/2019 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer equipamentos de primeira qualidade e com garantia de fábrica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar dos equipamentos contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 32/2019 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 32/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V - Fica por desde já, designado o Sr. xxxxxxxxxxxx, Secretário da xxxxxxxxxxxx, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, DataExtensoAssinatura.

ADELI JOSÉ RIFFEL	NomeRespContratado
Prefeito Municipal	Fornecedor
Município	

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC/Nº 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas: _____

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N.29/2019 PP N. 21/2019

Publicação Nº 1969461

EDITAL DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2019
PREGÃO No 21/2019

01. PREÂMBULO

1.1 - O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela portaria n. 035 e n. 88/2019, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n.º 21/2019, na Modalidade Pregão, do tipo menor preço por item e Presencial, cujo setor interessado é a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 17/2006 de 02 de Janeiro de 2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012, decreto n. 09/2018, Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

1.2 - JUSTIFICATIVA, em atendimento ao Decreto 5.504 de 05/08/2005 Art. 1º parágrafo 2º, tendo em vista a ineficiência da estrutura do município de São Bernardino fica inviável a utilização do pregão na forma eletrônica, adotando-se assim o pregão na forma presencial.

1.3 – Os documentos referente o credenciamento, envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro(a) do Município no ato do CREDENCIAMENTO que emitirá o respectivo Protocolo de Entrega, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Verônica Scheid, S/N– Centro, São Bernardino -SC, CEP 89982-000, até às 09:00 horas do dia 16/04/2019, iniciando-se a Sessão Pública às 09:15 horas do mesmo dia e local.

1.4– Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, identificados pelo protocolo de entrega não serão abertos pelo Pregoeiro(a), e se não houver requerimento solicitando a devolução, os mesmos permanecerão lacrados e arquivados no processo.

1.5 - Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza o Processo Licitatório, a licitante, e se for referente à documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

02. OBJETO

2.1 - O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE UMA TELEVISÃO PARA INSTALAR NO SETOR DE LICITAÇÕES PARA TRANSMISSÃO EM TELA DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS NA MODALIDADE PREGÃO, COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACOMPANHAMENTO POR PARTE DOS REPRESENTANTES DURANTE A FASE DE LANCES VERBAIS.

ITENS E SEUS RESPECTIVOS VALORES MÁXIMOS DESTE EDITAL

Os itens são exclusivos para MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, em conformidade com o Inciso I do artigo 48 da Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, somente para empresas que comprovar esta condição mediante documento hábil no ato do Credenciamento, apresentando obrigatoriamente: ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI – Certificado da condição de Microempreendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	TELEVISÃO LED NO MÍNIMO: 70" ULTRA HD 4 K COM 2 ENTRADAS HDMI E 2 ENTRADAS USB, BIVOLT OU 220 V	Und	1,00	6.950,00	6950,00
Total					6.950,00

O item que ultrapassar o valor máximo unitário e ou não apresentar a marca será desclassificado, como também será desclassificada a proposta das empresas que não comprovar a situação MEI/ME/EPPS com documento hábil.

03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.1.2 Estão proibidos de contratar com o município todos os agentes impedidos na forma do Artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e no art. 9º da Lei n. 8666/93 e suas alterações posteriores.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- Estrangeiras que não funcionem no País.

04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

A) PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2019
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
ENVELOPE N.º 01 – Proposta
Empresa: Nome/Razão Social:
B) PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2019
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
ENVELOPE N.º 02 – Documentação
Empresa: Nome/Razão Social:

4.2 - Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 - O documento de credenciamento nos termos da alínea "b", do item 1, poderá ser conforme modelo constante no Anexo I- Carta de Credenciamento, o qual deverá ser entregue juntamente com o respectivo documento oficial de identificação.

2.1. - Fica dispensado da apresentação do Anexo II, o representante legal com poderes para exercer direitos e assumir obrigações, nos termos do item 1."a".

3 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5 - A ausência do Credenciado, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, porém não é motivo para exclusão do certame, desde que atenda as exigências do Credenciamento 1 - a e 7.1).

Tal comprovação deverá ser feita através de procuração ou carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo I do Edital), com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

No ato do Credenciamento, apresentar obrigatoriamente: para Micro Empresas/Empresas de pequeno Porte ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI - Certificado da condição de Microempreendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura. Não feita esta comprovação no momento oportuno, a proposta será desclassificada.

05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

a) emitida, de preferência por computador, ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

b) conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Edital, constando a marca que está sendo cotada, bem como o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos. Em caso de divergência entre os preços unitário e total prevalecerá o unitário. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de até três casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado;

d) apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital; e

e) conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

Parágrafo único - Preferencialmente, para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo sugestivo constante do Anexo III do Edital.

06. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 - Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

6.1. Habilitação Jurídica:

6.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão conjunta de tributos e contribuições federais, quanto à dívida ativa da união e contribuições sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal.

c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

6.3. Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.4 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei (conforme modelo constante do Anexo IV do Edital).

6.5 - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante (conforme modelo constante do Anexo V do Edital).

6.6 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de São Bernardino -SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões originais emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

6.7 – Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet, poderá ser consultado de forma imediata via internet durante a sessão e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validado.

07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo II do Edital), e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital.

7.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

7.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Quando não forem verificados, no mínimo, 03(três) propostas comerciais nas condições mencionadas, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta comercial, ou o uso de mais de três casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.9 - Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

7.9.1 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o art. 43 § 1º, da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, as ME e EPP, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de

comprovação de regularidade fiscal, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ficando a Sessão Pública em suspenso, quando será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. De acordo com o § 2º da mesma Lei, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.10 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria, o recurso se interposto, deverá ser protocolado fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigidos ao pregoeiro. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.11 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Publica do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Publica acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.5 – O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 – O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

09. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 – A televisão deverá ser entregue diretamente na Secretaria de Administração mediante solicitação e autorização da Secretária e que deverá ocorrer em até 08 dias úteis, após a solicitação feita pela Secretaria.

9.2 – A Municipalidade, se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2019, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

10.1 O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedores](s) serão efetuados em até 10(dez) dias após a entrega e efetiva apresentação da nota fiscal. Ressaltando de que é exigido emissão de nota fiscal eletrônica nas vendas destinadas às administrações públicas de acordo com o parágrafo § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense. Deverá constar no documento fiscal o numero da licitação, numero do contrato, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agencia bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações. Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

10.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

11. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - Os recursos financeiros serão a cargo do orçamento vigente.

11.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019:

2.003.4490.00 - 1000 - 11/2019 - Manutenção da Administração Geral

12. ADJUDICAÇÃO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município de São Bernardino - SC, convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 3 (três) dias úteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar, no prazo e condições estabelecidas o Termo de Contrato, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.2- O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo Licitatório poderá(ao) ser aditado(s) conforme regulamentação prevista na Seção III, Art 65, da Lei nº 8.666/93 (Brasil).

13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

13.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

14. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

14.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

15. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

15.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

15.2 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

15.2.1 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada;

f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da empresa;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

15.2.2 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.2.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

15.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

16. PENALIDADES

16.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

16.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

17.1 – Além das atribuições já evidenciadas neste Edital de Licitação e as previstas em Lei, o Pregoeiro poderá ainda:

- 17.1.1 – Advertir os representantes das empresas proponentes, bem como qualquer pessoa presente a sessão pública, em virtude de comportamento ou expressões inadequadas para o momento.
- 17.1.2 – Estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.
- 17.1.3 – Interromper o processo, para qualquer situação adversa que possa ocorrer durante a sessão pública.
- 17.1.4 – Baixar diligências para dirimir qualquer dúvida em relação ao processo e/ou documentação, inclusive para que havendo algum valor de lance ofertado sendo considerado inexecutável, para que o autor comprove que a mesma pode ser executada.
- 17.1.5 – Permitir aos credenciados, contato com terceiros para formular lances.
- 17.1.6 – Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que cumpre todos os requisitos de habilitação.(se for o caso).
- 17.1.7- Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital (se for o caso)

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

18.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

18.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 17/2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012 e decreto n. 09/2018.

18.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

18.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

§ ANEXO I – Modelo de Carta de Credenciamento;

§ ANEXO II – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

§ ANEXO III – Modelo de Proposta

§ ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

§ ANEXO V - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante

§ ANEXO VI – Minuta de Contrato.

18.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

18.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.9 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. A impugnação deverá ser protocolada fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigido ao chefe do poder executivo.

18.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 36540054/0014 até 72 (setenta e duas) horas antes da data de abertura da LICITAÇÃO.

18.14- Editais de Licitação, prazos recursais, recursos, contra razões, decisões, atas, adjudicações e homologações, serão publicadas no site www.saobernardino.sc.gov.br, no menu Licitações no devido processo. É de inteira responsabilidade da empresa participante estar acompanhando o andamento.

São Bernardino – SC 02/04/2019

Prefeito Municipal
Adeli José Riffel

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica
RUDIMAR BORCIONI
OAB-SC 15411
ASSESSOR(A) JURÍDICO

ANEXO I
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2019
PREGÃO No 21/2019

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF sob n.º _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de -SC, na modalidade Pregão n.º, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2019.

Carimbo Nome e Assinatura do Credenciante

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2019
PREGÃO No 21/2019

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n.º do município de-SC, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2019

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2019

PREGÃO No 21/2019

A Empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório, e que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

_____, em ____ de _____ 2019

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2019

PREGÃO No 21/2019

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento, objeto da presente licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 21/2019, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE UMA TELEVISÃO PARA INSTALAR NO SETOR DE LICITAÇÕES PARA TRANSMISSÃO EM TELA DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS NA MODALIDADE PREGÃO, COM O OBJETIVO DE FACILITAR O ACOMPANHAMENTO POR PARTE DOS REPRESENTANTES DURANTE A FASE DE LANCES VERBAIS.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	TELEVISÃO LED NO MÍNIMO: 70" ULTRA HD 4 K COM 2 ENTRADAS HDMI E 2 ENTRADAS USB, BIVOLT OU 220 V	Und	1,00			
Total						

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 dias

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO APÓS A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO E SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA.

DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2019

PREGÃO No 21/2019

..... inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) _____

..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

data

Nome e assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A LICITANTE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 29/2019

PREGÃO No 21/2019

DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa _____

Declara(m) que:

a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;

b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

_____, _____
(local e data)

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

CONTRATO Nº NumContrato

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa NomeContratado, inscrita no CNPJ nº CNPJContratado, localizada na Rua EnderecoContratado, na Cidade São Bernardino, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. NomeRespContratado, brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Rua EnderecoContratado, na Cidade CidadeContratado, inscrito no CPF sob nº CPFContratado, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ObjetoContrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município adquire ObjetoContrato, do aqui denominado Fornecedor, PREGÃO PRESENCIAL o qual foi vencedor dos itens " ", do Processo Licitatório NUPROCESSO modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº NUPROCESSO, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

O valor total do contrato é de R\$ ValorContrato (ValorContratoExtenso), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguinte dotações orçamentárias:

2.003.4490.00 - 1000 - 11/2019 - Manutenção da Administração Geral

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos equipamentos, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de DataAssinatura até DataVencimento, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da

realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.

c) - O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega dos equipamentos ora contratados conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre os equipamentos contratados enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que coincidirem sobre os equipamentos contratados.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre os equipamentos ora contratado em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº NUPROCESSO Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer equipamentos de primeira qualidade e com garantia de fábrica.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar dos equipamentos contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº NUPROCESSO Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº , modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V – Fica por desde já, designado o Sr. xxxxxxxxxxxx, Secretário da xxxxxxxxxxxx, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal. E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, DataExtensoAssinatura.

ADELI JOSÉ RIFFEL NomeRespContratado
Prefeito Municipal Fornecedor
Município

RUDIMAR BORCIONI
OAB/SC/Nº 15.411
Assessor Jurídico

Testemunhas: _____

EDITAL DE DISPENSA PROCESSO LICITATÓRIO N. 30/2019 JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

Publicação Nº 1969849

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2019

JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, necessita consertar com urgência dois equipamentos distribuidores de adubo orgânico. Esta aquisição torna-se necessário para atender a demanda de serviços solicitados na secretaria.

Com efeito esta Comissão resolve, dispensar a Licitação conforme Lei 8.666/93, art. 24, inciso II.

Dotações utilizadas:

2.037.3390.00 - 1000 - 119/2019 - Manutenção da Agricultura

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

São Bernardino SC 02/04/2019

.....
Edilaine Gomes Werner
Presidente

.....
Tegla I. K. Ludwig
Membro

.....
Nereu Brubo Fritzen
Membro

.....
Alcino Beloli Borges
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2019

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Dispensa de Licitação n.º 30/2019 tem sua fundamentação legal no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 consolidada que preceitua o seguinte:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

São Bernardino SC 02/04/2019

.....
Edilaine Gomes Werner
Presidente

.....
Tegla I. K. Ludwig
Membro

.....
Nereu Brubo Fritzen
Membro

.....
Alcino Beloli Borges
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2019

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Os serviços e materiais serão contratados do seguinte fornecedor, relacionado abaixo, por apresentar preço inferior ao praticado na região conforme orçamentos em anexo.

EMPRESA: JEAN PYER VIVIAN EIRELI ME CNPJ N. 06.161.649/0001-70

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
1	MÃO DE OBRA	Und	2,00	2.000,00	4000,00
2	SIFÃO SUPERIOR PARA CONEXÃO A BOMBA DE VÁCUO	Und	2,00	1.000,00	2000,00
3	JOGO DE PALETAS DA BOMBA	Und	2,00	450,00	900,00
4	BORRACHA DA CONEXÃO DE ENGATE AO ESPALHADOR	Und	2,00	50,00	100,00
5	ENGRENAGEM FRONTAL DA BOMBA DE VÁCUO	Und	2,00	500,00	1000,00
			Total		8.000,00

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

São Bernardino SC 02/04/2019

.....
Edilaine Gomes Werner
Presidente

.....
Tegla I. K. Ludwig
Membro

.....
Nereu Brubo Fritzen
Membro

.....
Alcino Beloli Borges
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2019

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao chefe do poder executivo para ratificação, sendo contratado o fornecedor JEAN PYER VIVIAN EIRELI ME num valor total de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) conforme orçamento em anexo que fica fazendo parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

São Bernardino SC 02/04/2019

.....
Edilaine Gomes Werner
Presidente.....
Tegla I. K. Ludwig
Membro.....
Nereu Brubo Fritzen
Membro.....
Alcino Beloli Borges
SuplenteESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2019**RATIFICAÇÃO**

Ratifico a decisão sugerida pela Comissão de Licitações e solicito ao Departamento de Compras, Contratos e Licitações que seja efetuada a devida compra dos fornecedores mencionados.

São Bernardino, SC, 02/04/2019

.....
Adeli José Riffel
Prefeito Municipal**EDITAL DE DISPENSA PROCESSO LICITATÓRIO N. 31/2019**

Publicação Nº 1970011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2019**JUSTIFICATIVA**

A Secretaria Municipal de Infraestrutura, necessita adquirir placas personalizadas, indicativas e refletivas para instalação no interior do município em pontos específicos para identificação do acesso a diversas comunidades, visando assegurar e facilitar as rotas no território do município.

Com efeito esta Comissão resolve, dispensar a Licitação conforme Lei 8.666/93, art. 24, inciso II.

Dotações utilizadas:

2.036.3390.00 - 1000 - 126/2019 - Manutenção da Infra-Estrutura

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

São Bernardino SC 02/04/2019

.....

Edilaine Gomes Werner
Presidente

.....
Tegla I. K. Ludwig
Membro

.....
Nereu Brubo Fritzen
Membro

.....
Alcino Beloli Borges
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2019

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Dispensa de Licitação n.º 31/2019 tem sua fundamentação legal no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 consolidada que preceitua o seguinte:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

São Bernardino SC 02/04/2019

.....
Edilaine Gomes Werner
Presidente

.....
Tegla I. K. Ludwig
Membro

.....
Nereu Brubo Fritzen
Membro

.....
Alcino Beloli Borges
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2019

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Os serviços e materiais serão contratados do seguinte fornecedor, relacionado abaixo, por apresentar preço inferior ao praticado na região conforme orçamentos em anexo.

EMPRESA: 03158815000191 ROSELI FÁTIMA FERREIRA ME

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
1	PLACA COM ADESIVO REFLETIVO DE 1,20 X 0,80 MT CHAPA GALVONIZADA Nº24 COM ARMAÇÃO DE TUBO 20X30MM PAREDE 1,20 COM 2 POSTE DE 3 MT, POSTES GALVONIZADOS DE 2 POLEGADAS, PAREDE 1,55 COM TAMPOS PLÁSTICO E ALETAS ANTI-GIRO COM SUPORTE PARA FIXAR A PLACA, ADESIVO DIGIAL COM VERNIZ PU AUTOMOTIVO	Und	9,00	330,00	2970,00
2	PLACA COM ADESIVO REFLETIVO DE 1,20 X 1,20 MT CHAPA GALVONIZADA Nº24 COM ARMAÇÃO DE TUBO 20X30MM PAREDE 1,20 COM 2 POSTE DE 3 MT, POSTES GALVONIZADOS DE 2 POLEGADAS, PAREDE 1,55 COM TAMPOS PLÁSTICO E ALETAS ANTI-GIRO COM SUPORTE PARA FIXAR A PLACA, ADESIVO DIGIAL COM VERNIZ PU AUTOMOTIVO	Und	1,00	382,00	382,00
3	PLACA COM ADESIVO REFLETIVO DE 1,20 X 1,00 MT CHAPA GALVONIZADA Nº24 COM ARMAÇÃO DE TUBO 20X30MM PAREDE 1,20 COM 2 POSTE DE 3 MT, POSTES GALVONIZADOS DE 2 POLEGADAS, PAREDE 1,55 COM TAMPOS PLÁSTICO E ALETAS ANTI-GIRO COM SUPORTE PARA FIXAR A PLACA, ADESIVO DIGIAL COM VERNIZ PU AUTOMOTIVO	Und	1,00	315,00	315,00
4	PLACA COM ADESIVO REFLETIVO DE 1,20 X 1,70 MT CHAPA GALVONIZADA Nº24 COM ARMAÇÃO DE TUBO 20X30MM PAREDE 1,20 COM 2 POSTE DE 3 MT, POSTES GALVONIZADOS DE 2 POLEGADAS, PAREDE 1,55 COM TAMPOS PLÁSTICO E ALETAS ANTI-GIRO COM SUPORTE PARA FIXAR A PLACA, ADESIVO DIGIAL COM VERNIZ PU AUTOMOTIVO	Und	2,00	479,00	958,00
			Total		4.625,00

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

São Bernardino SC 02/04/2019

.....
 Edilaine Gomes Werner
 Presidente

.....
 Tegla I. K. Ludwig
 Membro

.....
 Nereu Brubo Fritzen
 Membro

.....
 Alcino Beloli Borges
 Suplente
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
 CNPJ: 01.612.812/0001-50
 RUA VERÔNICA SCHEID S/N
 CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2019
 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2019

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao chefe do poder executivo para ratificação, sendo adquirido os materiais do fornecedor ROSELI FÁTIMA FERREIRA ME num valor total de R\$ 4.625,00 (Quatro mil seiscentos e vinte cinco reais) conforme orçamento em anexo que fica fazendo parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

São Bernardino SC 02/04/2019

.....
Edilaine Gomes Werner
Presidente

.....
Tegla I. K. Ludwig
Membro

.....
Nereu Brubo Fritzen
Membro

.....
Alcino Beloli Borges
Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID S/N
CEP: 89.982-000

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2019

RATIFICAÇÃO

Ratifico a decisão sugerida pela Comissão de Licitações e solicito ao Departamento de Compras, Contratos e Licitações que seja efetuada a devida compra dos fornecedores mencionados.

São Bernardino, SC, 02/04/2019

.....
Adeli José Riffel
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 27/2019

Publicação Nº 1969264

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 19/2019 - PR Processo Administrativo: 27/2019 Processo de Licitação: 27/2019 Data do Processo: 19/03/2019
---	--

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 27/2019
b) Licitação Nr.: 19/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 02/04/2019
e) Data da Adjudicação: 02/04/2019 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA SER FORNECIDO AS FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO, QUE ATRAVÉS DE VISITA DOMICILIAR E ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO DA ASSISTENTE SOCIAL DO MUNICÍPIO SE ENCONTRAR EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E ECONÔMICA COM BASE NA LEI MUNICIPAL N. 149/99 E 359/03.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Total do Item
					Qtidade	Preço Unitário
					Descto (%)	
FRITZEN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME. (3679)						
1	TUOLO 6 FURO 9X14X24 - Marca: CERAMICA OLIVEIRA	Und	5000	-	0,64	3.200,00
Total do Fornecedor:						3.200,00
Total Geral:						3.200,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (116), 1.004.3.3.90.00.00.00.00 (117)

São Bernardino, 2 de Abril de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 30/2019

Publicação Nº 1969853

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 5/2019 - DL Processo Administrativo: 30/2019 Processo de Licitação: 30/2019 Data do Processo: 02/04/2019
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 30/2019
b) Licitação Nr.: 5/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 02/04/2019
e) Data da Adjudicação: 02/04/2019 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação: O OBJETO DA PRESENTE DISPENSA CONSISTE NO CONserto DE DOIS DISTRIBUIDORES DE ADUBO ORGÂNICO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIO PARA DEIXAR OS EQUIPAMENTOS EM BOAS CONDIÇÕES DE USO PARA DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS REALIZADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS.

		(em Reais R\$)			
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário Total do Item
<u>JEAN PYER VIVIAN EIRELI (5229)</u>					
1	MÃO DE OBRA	Und	2	-	2.000,00 4.000,00
2	SIFÃO SUPERIOR PARA CONEXÃO A BOMBA DE VÁCUO	Und	2	-	1.000,00 2.000,00
3	JOGO DE PALETAS DA BOMBA	Und	2	-	450,00 900,00
4	BORRACHA DA CONEXÃO DE ENGATE AO ESPALHADOR	Und	2	-	50,00 100,00
5	ENGRENAGEM FRONTAL DA BOMBA DE VÁCUO	Und	2	-	500,00 1.000,00
Total do Fornecedor:					8.000,00
Total Geral:					8.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.037.3.3.90.00.00.00.00 (119) Saldo: 108.751,21

São Bernardino, 2 de Abril de 2019.

.....
ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N. 31/2019

Publicação Nº 1970014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2019 - DL Processo Administrativo: 31/2019 Processo de Licitação: 31/2019 Data do Processo: 02/04/2019
Folha: 1/2	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 31/2019
 b) Licitação Nr.: 6/2019-DL
 c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
 d) Data Homologação: 02/04/2019
 e) Data da Adjudicação: 02/04/2019 Sequência: 1
 f) Objeto da Licitação
- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFEÇÃO DE PLACAS PERSONALIZADAS INDICATIVAS REFLETIVAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO EM PONTOS ESPECÍFICOS NAS ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC PARA IDENTIFICAÇÃO DO ACESSO AS DIVERSAS COMUNIDADES, VISANDO ASSEGURAR E FACILITAR AS ROTAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO.

		(em Reais R\$)				
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
<u>ROSELI FÁTIMA FERREIRA ME - (5231)</u>						
1	PLACA COM ADESIVO REFLETIVO DE 1,20 X 0,80 MT CHAPA GALVONIZADA Nº24 COM ARMAÇÃO DE TUBO 20X30MM PAREDE 1,20 COM 2 POSTE DE 3 MT, POSTES GALVONIZADOS DE 2 POLEGADAS, PAREDE 1,55 COM TAMPOS PLÁSTICO E ALETAS ANTIGIRO COM SUPORTE PARA FIXAR A PLACA, ADESIVO DIGITAL COM VERNIZ PU AUTOMOTIVO	Und	9	-	330,00	2.970,00
2	PLACA COM ADESIVO REFLETIVO DE 1,20 X 1,20 MT CHAPA GALVONIZADA Nº24 COM ARMAÇÃO DE TUBO 20X30MM PAREDE 1,20 COM 2 POSTE DE 3 MT, POSTES GALVONIZADOS DE 2 POLEGADAS, PAREDE 1,55 COM TAMPOS PLÁSTICO E ALETAS ANTIGIRO COM SUPORTE PARA FIXAR A PLACA, ADESIVO DIGITAL COM VERNIZ PU AUTOMOTIVO	Und	1	-	382,00	382,00
3	PLACA COM ADESIVO REFLETIVO DE 1,20 X 1,00 MT CHAPA GALVONIZADA Nº24 COM ARMAÇÃO DE TUBO 20X30MM PAREDE 1,20 COM 2 POSTE DE 3 MT, POSTES GALVONIZADOS DE 2 POLEGADAS, PAREDE 1,55 COM TAMPOS PLÁSTICO E ALETAS ANTIGIRO COM SUPORTE PARA FIXAR A PLACA, ADESIVO DIGITAL COM VERNIZ PU AUTOMOTIVO	Und	1	-	315,00	315,00
4	PLACA COM ADESIVO REFLETIVO DE 1,20 X 1,70 MT CHAPA GALVONIZADA Nº24 COM ARMAÇÃO DE TUBO 20X30MM PAREDE 1,20 COM 2 POSTE DE 3 MT, POSTES GALVONIZADOS DE 2 POLEGADAS, PAREDE 1,55 COM TAMPOS PLÁSTICO E ALETAS ANTIGIRO COM SUPORTE PARA FIXAR A PLACA, ADESIVO DIGITAL COM VERNIZ PU AUTOMOTIVO	Und	2	-	479,00	958,00
Total do Fornecedor:					4.625,00	
Total Geral:					4.625,00	

São Bernardino, 2 de Abril de 2019.

.....
 ADELI JOSÉ RIFFEL
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO

CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID, 1008
C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 6/2019 - DL

Processo Administrativo: 31/2019
Processo de Licitação: 31/2019
Data do Processo: 02/04/2019

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (126) Saldo: 226.776,19

São Bernardino, 2 de Abril de 2019.

.....
ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO CNPJ: 01.612.812/0001-50 RUA VERÔNICA SCHEID, 1008 C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2019 - DL Processo Administrativo: 31/2019 Processo de Licitação: 31/2019 Data do Processo: 02/04/2019 Folha: 1/2
---	---

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADELI JOSÉ RIFFEL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 31/2019
b) Licitação Nr.: 6/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 02/04/2019
e) Data da Adjudicação: 02/04/2019 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFEÇÃO DE PLACAS PERSONALIZADAS INDICATIVAS REFLETIVAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL. ESTA AQUISIÇÃO TORNA-SE NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO EM PONTOS ESPECÍFICOS NAS ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC PARA IDENTIFICAÇÃO DO ACESSO AS DIVERSAS COMUNIDADES, VISANDO ASSEGURAR E FACILITAR AS ROTAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO.

		(em Reais R\$)				
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
ROSELI FÁTIMA FERREIRA ME (5231)						
1	PLACA COM ADESIVO REFLETIVO DE 1,20 X 0,80 MT CHAPA GALVONIZADA Nº 24 COM ARMAÇÃO DE TUBO 20X30MM PAREDE 1,20 COM 2 POSTE DE 3 MT, POSTES GALVONIZADOS DE 2 POLEGADAS, PAREDE 1,55 COM TAMPOS PLÁSTICO E ALETAS ANTIGIRO COM SUPORTE PARA FIXAR A PLACA, ADESIVO DIGIAL COM VERNIZ PU AUTOMOTIVO	Und	9	-	330,00	2.970,00
2	PLACA COM ADESIVO REFLETIVO DE 1,20 X 1,20 MT CHAPA GALVONIZADA Nº 24 COM ARMAÇÃO DE TUBO 20X30MM PAREDE 1,20 COM 2 POSTE DE 3 MT, POSTES GALVONIZADOS DE 2 POLEGADAS, PAREDE 1,55 COM TAMPOS PLÁSTICO E ALETAS ANTIGIRO COM SUPORTE PARA FIXAR A PLACA, ADESIVO DIGIAL COM VERNIZ PU AUTOMOTIVO	Und	1	-	382,00	382,00
3	PLACA COM ADESIVO REFLETIVO DE 1,20 X 1,00 MT CHAPA GALVONIZADA Nº 24 COM ARMAÇÃO DE TUBO 20X30MM PAREDE 1,20 COM 2 POSTE DE 3 MT, POSTES GALVONIZADOS DE 2 POLEGADAS, PAREDE 1,55 COM TAMPOS PLÁSTICO E ALETAS ANTIGIRO COM SUPORTE PARA FIXAR A PLACA, ADESIVO DIGIAL COM VERNIZ PU AUTOMOTIVO	Und	1	-	315,00	315,00
4	PLACA COM ADESIVO REFLETIVO DE 1,20 X 1,70 MT CHAPA GALVONIZADA Nº 24 COM ARMAÇÃO DE TUBO 20X30MM PAREDE 1,20 COM 2 POSTE DE 3 MT, POSTES GALVONIZADOS DE 2 POLEGADAS, PAREDE 1,55 COM TAMPOS PLÁSTICO E ALETAS ANTIGIRO COM SUPORTE PARA FIXAR A PLACA, ADESIVO DIGIAL COM VERNIZ PU AUTOMOTIVO	Und	2	-	479,00	958,00
Total do Fornecedor:					4.625,00	
Total Geral:					4.625,00	

São Bernardino, 2 de Abril de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO**

CNPJ: 01.612.812/0001-50
RUA VERÔNICA SCHEID,1008
C.E.P.: 89982-000 - São Bernardino - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 6/2019 - DL**

Processo Administrativo: 31/2019
Processo de Licitação: 31/2019
Data do Processo: 02/04/2019

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (126) Saldo: 226.776,19

São Bernardino, 2 de Abril de 2019.

.....
ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL

São Carlos**PREFEITURA****EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 032/2018 - ADM**

Publicação Nº 1969606

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	032/2018 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	J.M. GATTO – CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP
Objeto :	CONSTRUÇÃO DE CRECHE CONFORME PROJETO TIPO 2 – PADRÃO FNDE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – PROINFÂNCIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONTIDAS NOS MEMORIAIS DESCRITIVOS, ORÇAMENTO DISCRIMINADO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS.
Valor Aditado:	R\$ 33.470,09 (trinta e três mil quatrocentos e setenta reais e nove centavos)
Licitação:	Processo Licitatório nº 067/2018 ADM, Modalidade de Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2018 ADM
Dotação Orçamentária:	DOTAÇÃO: Os recursos financeiros serão por conta da seguinte dotação orçamentária: 1.021.4490.00 - 01 - 112/2019 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES ENSINO INFANTIL; 1.021.4490.00 - 32 - 114/2019 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES ENSINO INFANTIL
Vigência:	31/12/2019
SAO CARLOS, 29 DE MARÇO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 044/2018 - ADM

Publicação Nº 1969597

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	044/2018 – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RADOVIÁRIA <input type="checkbox"/> CIDIR
Objeto :	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA KONRAD ADENAUER, CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 845392/2017- OPERAÇÃO Nº1040769-46 – MINISTÉRIO DAS CIDADES - CAIXA.
Vigência:	30/09/2019
Processo Adm	135/2018 - ADM
Licitação :	
DL 012/2018 - ADM	
SAO CARLOS, 29 DE MARÇO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 048/2018 - ADM

Publicação Nº 1969607

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	048/2018 - ADM – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CIMEC PRÉ FABRICADOS DE CIMENTO EIRELI - ME
Objeto :	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.
Valor Suprimido :	R\$ 7.439,25 (sete mil quatrocentos e trinta e nove reais e vinte e cinco centavos)
Licitação:	Processo Licitatório 130/2018 <input type="checkbox"/> ADM, modalidade Tomada de Preços nº 009/2018 ADM
Vigência:	31/12/2019
SAO CARLOS, 29 DE MARÇO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 010/2018 - ADM

Publicação Nº 1969603

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	010/2018 – 2º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSTRUTORA PORTAL DAS TERMAS EIRELI - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA P/ EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS NAS RUAS GOIÁS, AMAZONAS E MINAS GERAIS JUNTO AO BALNEÁRIO DE PRATAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PROJETOS - META 02, CONTRATO DE REPASSE Nº 1030923-93/2016 – CAIXA.
Vigência:	31/12/2019
Processo Adm	024/2018 - ADM
Licitação :	TP 001/2018 - ADM
SAO CARLOS, 29 DE DEZEMBRO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 011/2018 - ADM

Publicação Nº 1969605

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	011/2018 – 2º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA <input type="checkbox"/> CIDIR
Objeto :	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS NAS RUAS GOIÁS, AMAZONAS E MINAS GERAIS JUNTO AO BALNEÁRIO DE PRATAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO.
Vigência:	31/12/2019
Processo Adm	025/2018 - ADM

Licitação :	DL 002/2018- ADM
SAO CARLOS, 29 DE MARÇO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 020/2018 - ADM

Publicação Nº 1969602

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	020/2018 – 2º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RADOVIÁRIA <input type="checkbox"/> CIDIR
Objeto :	EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS NA RUA ALOÍSIO STOFFEL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PROJETOS - META 01, CONTRATO DE REPASSE Nº 01040768-21/2017 - CAIXA.
Vigência:	31/12/2019
Processo Adm	060/2018 - ADM
Licitação :	
DL 008/2018 - ADM	
SAO CARLOS, 29 DE MARÇO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 026/2018 - ADM

Publicação Nº 1969604

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato Nº.:	026/2018 – 3º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	J. M. GATO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES NA RUA ALOÍSIO STOFFEL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PROJETOS, CONTRATO DE REPASSE Nº 01040768-21/2017 - CAIXA, REGIDO PELA LEI 8.666/93 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES.
Vigência:	31/12/2019
Processo Adm	056/2018 - ADM
Licitação :	
TP 003/2018 - ADM	
SAO CARLOS, 29 DE MARÇO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL N. 007/2019 - ADM

Publicação Nº 1969718

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO RESCISÃO CONTRATUAL	
Contrato nº	007/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICIPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	transportes coletivos são carlos ltda – me
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DESTINADAS A TRANSPORTE DE IDOSOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.113/2002.
Rescisão :	Pelo presente instrumento, as partes dão por terminada a contratação relativa ao Contrato nº 007/2019 - ADM a partir da presente data, com fulcro nos artigos 79, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.
SÃO CARLOS/SC, 01 DE ABRIL DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL N. 009/2019 - ADM

Publicação Nº 1969708

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO RESCISÃO CONTRATUAL	
Contrato nº	009/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICIPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	HOSPITAL LINDOIA LTDA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNAÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA DE ADOLESCENTE EM INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM TRATAMENTO DE SAÚDE MENTAL.
Rescisão :	Pelo presente instrumento, fica rescindido unilateralmente pela Administração o Contrato nº 009/2019 - ADM a partir da presente data, com fulcro nos artigos 79, inc. I, c/c Art. 78, inciso XVII, da Lei Federal nº 8.666/93.
SÃO CARLOS/SC, 18 DE MARÇO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL N. 017/2017 - ADM

Publicação Nº 1969710

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO RESCISÃO CONTRATUAL	
Contrato nº	017/2017 - ADM
Contratante.:	MUNICIPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	SÃO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA – ME

Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DESTINADAS A TRANSPORTE DE IDOSOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.113/2002.
Rescisão :	Pelo presente instrumento, as partes dão por terminada a contratação relativa ao Contrato nº 017/2017 - ADM e respectivos termos aditivos a partir da presente data, com fulcro nos artigos 79, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.
SÃO CARLOS/SC, 01 DE ABRIL DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL N. 029/2018 - ADM

Publicação Nº 1969714

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO RESCISÃO CONTRATUAL	
Contrato nº	029/2018 - ADM
Contratante.:	MUNICIPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	SAN DIEGO TRANSPORTES LTDA – ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DESTINADAS A TRANSPORTE DE IDOSOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.113/2002.
Rescisão :	Pelo presente instrumento, as partes dão por terminada a contratação relativa ao Contrato nº 029/2018 - ADM e respectivos termos aditivos a partir da presente data, com fulcro nos artigos 79, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.
SÃO CARLOS/SC, 01 DE ABRIL DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

PORTARIA 047/2019

Publicação Nº 1970398

PORTARIA Nº 047/2019

Dispõe sobre a nomeação de Servidor aprovado em concurso público 002/2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor JONATHAN HENRICH, para o Cargo de Operador de Máquinas, com lotação na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento constante no Anexo III do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº. 02/2018, de 26 de março de 2018.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de março de 2019.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 02 de abril de 2019.
RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

PORTARIA 048/2019

Publicação Nº 1970400

PORTARIA Nº 048/2019

Dispõe sobre a nomeação para a função de Secretário Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica nomeada a Senhora FRANCIÉLE REGINA FRÖHLICH, para a função de Secretária Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, do dia 03/04/2019 á 31/05/2019.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 02 de Abril de 2019.
RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se.

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2019

Publicação Nº 1970116

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
AVISO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO Nº 1/2019

O Município de São Cristóvão do Sul comunica que está procedendo a dispensa de chamamento público para fins de celebração de parceria entre o Município de São Cristóvão do Sul com a APAE DE Curitiba-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.453.183/0001-28, para o ano de 2019. Informações e/ou cópia integral do edital: Prefeitura Municipal, sito à rua Juventino França de Moraes, 19. Fone (49) 3253 1200 ou pelo site www.saocristovao.sc.gov.br. São Cristóvão do Sul (SC), 02 de abril de 2019 - SISI BLIND - Prefeita Municipal

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 727, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970408

DECRETO Nº 727, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Efetivo de Servidora Pública Municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 11704, na data de 02 de Abril de 2019, através do qual a servidora Juscivete Fátima Fávero, solicitou exoneração do cargo de Médica Veterinária, deste município;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal Juscivete Fátima Fávero, do cargo efetivo de Médica Veterinária, deste Município de São Domingos (SC), a partir do dia 02 de abril de 2019.

Art. 2º Ficam revogadas as portarias nº 218, de 09 de outubro de 2017; nº 836, de 05 de março de 2010; nº 1613 de 28 de maio de 2014, nº 944 de 31 de agosto de 2010, e; todas anteriores no que diz respeito a servidora, e nº 196, de 15 de setembro de 2017 nº 732 de 03 de agosto de 2009, nº 573 de 20 de novembro de 2009

Art. 2º Ficam revogados os decretos nº 748, de 07 de junho 2011; no que diz respeito à servidora;

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de Abril de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ivanete Rodrigues Hennerich

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

São Francisco do Sul

PREFEITURA

ERRATA LAUDA 004/2019 FUCISF

Publicação Nº 1969502

FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 004/2019
RETIFICAÇÃO DA LAUDA PUBLICADA EM 07.03.2019

OBJETO: CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA A REALIZAÇÃO DO DESFILE DO BLOCO DE RUA BELLAS DA PRAIA DESCRITA NO TERMO DO EDITAL DE CHAMAMENTO.

ONDE SE LE:
EXECUTOR: TASSIA EVARISTO KRULIKOSKI

LEIA –SE:
EXECUTOR: JULIANO JOSÉ CORREA

Os demais itens permanecem inalterados
São Francisco do Sul, 02 de abril de 2019
RANGEL ALEXANDRE FRIOLIN
Diretor Presidente da Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul

PORTARIA Nº 15.681/2019

Publicação Nº 1969465

PORTARIA nº 15.681, de 1º de abril de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, MICHELLE EVANIR CAMPOS ANTUNES, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 920.377.049-68, do cargo em comissão de Assessora I do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, nível CC03, da Gerência de Média e Alta Complexidade, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de abril de 2019.

RENATO GAMA LOBO
Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 15.682/2019

Publicação Nº 1969473

PORTARIA nº 15.682, de 1º de abril de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR SHAYANE STAINIK MOREIRA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob nº 053.314.069-20, do cargo em comissão de Assessora I do Departamento de RH, nível CC03, da Gerência Administrativa, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de abril de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 15.683/2019

Publicação Nº 1969475

PORTARIA nº 15.683, de 1º de abril de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR DIOGO CIDRAL, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob nº 031.597.699-26, do cargo em comissão de Assessor II da Divisão de Guarda, Controle e Distribuição de Materiais, nível CC-04, da Gerência Administrativa, da Secretaria Municipal de Assistência Social, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 1º de abril de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 15.684/2019

Publicação Nº 1969476

PORTARIA nº 15.684, de 1º de abril de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR SHAYANE STAINIK MOREIRA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob nº 053.314.069-20, para exercer o cargo em comissão de Assessora I do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, nível CC03, da Gerência de Média e Alta Complexidade, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de abril de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 15.685/2019

Publicação Nº 1969478

PORTARIA nº 15.685, de 1º de abril de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR DIOGO CIDRAL, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob nº 031.597.699-26, para exercer o cargo em comissão de Assessora I do Departamento de RH, nível CC03, da Gerência Administrativa, da Secretaria Municipal de Saúde, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 1º de abril de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 15.686/2019

Publicação Nº 1969483

PORTARIA nº 15.686, de 2 de abril de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o art. 3º, inciso IV, da Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002, com o art. 8º do Decreto Municipal nº 381, de 30 de dezembro de 2005, e com o Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR para atuar como Pregoeiros da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, suas Autarquias, Fundações e Fundos Municipais, os servidores municipais adiante nominados:

I - PATRÍCIA FERREIRA BARBELLA;

II - SÂMMELLA CARINE MENDES DA ROCHA PIRES.

Art. 2º - DESIGNAR a equipe de Apoio ao Pregoeiro, composta pelos seguintes servidores:

I - ADILSON BATISTA JUNIOR;

II - ADRIANA TEIXEIRA DAVIES;

III - DIOGO TAVARES;

IV - FABIANA BLANK CALAZANS;

V - FRANCIELE KARINE CONTE;

VI - IDELSON ALVES PORTO;

VII - NICOLLE MICAELA BOSCO DA COSTA;

VIII - ONDIR CARDOSO CIDRAL.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de abril de 2019.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 15.637, de 14 de março de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 2 de abril de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 15.687/2019

Publicação Nº 1969489

PORTARIA nº 15.687, de 2 de abril de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas Interino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com as Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 12.232/2010, e com o Decreto nº 3.012/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR para comporem a Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia da Prefeitura Municipal de São

Francisco do Sul, suas Autarquias, Fundações e Fundos Municipais, os servidores municipais adiante nominados:

I – Presidente:

a) MICHELLE EVANIR CAMPOS ANTUNES.

II – Membros Técnicos:

a) FERNANDA TRUPPEL SCHMIDT;

b) JONICIR MAX SCHARMITZEL.

III – Membro Administrativo:

a) DANIEL PEREIRA;

b) CHRISTOFFER PACHECO DE MORAES.

Art. 2º - Havendo necessidade, o Presidente será substituído pelo membro nominado na alínea 'a', do inciso II, do art. 1º, desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de abril de 2019.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 15.673, de 28 de março de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 2 de abril de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS

Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

IPRESF - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 1969420

Ata da 02ª Reunião do Conselho Administrativo do IPRESF

Reunião ordinária – 02/2019

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove (27/02/2019), às 09:30, na Sala de Reuniões do IPRESF, situada à Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no terceiro piso, sala 303; reuniram-se os Conselheiros Administrativos: Beatris Dircélha dos Santos, Maria José Costa, Roberson Alberto Maciel, Sandra Heloisa de Biasi e Yara de Oliveira Marcomini. Na ordem do dia consta, Análise das contas do mês de dezembro de 2018, Apresentação referente aos investimentos – IPRESF, Plano de Ação 2019 e Assuntos Diversos. A Presidente Maria José, iniciou a reunião, observando o quórum, conforme Art. 11, I – do Regimento Interno do Conselho Administrativo e desejando as boas-vindas a todos. Abrindo a ordem do dia a Presidente passou a palavra para o servidor do IPRESF, Sr. Roberson realizou a apresentação referente aos investimentos de 2018, observou que o material utilizado (power point) será enviado para os demais conselheiros via e-mail. Inicia falando sobre a instabilidade em função de vários fatores no cenário mundial político e econômico, que interferiram no mercado no ano de 2018. Após também falou sobre o cenário que se apresentou no mês de janeiro de 2019, visto o impacto mais pontual que acarreta nas carteiras, como a política fiscal norte-americana, desaceleração do crescimento chinês, compra de ativos pelo Banco Central Europeu e etc... Apresentou a carteira de investimentos da Fundação do ano de 2018, pontuando que finalizou o ano com o incremento de aproximadamente R\$ 14.782.112,20 (Quatorze milhões, setecentos e oitenta e dois mil, cento e doze reais e vinte centavos), esses de rentabilidade e repasses), observou que teve uma boa performance. A seguir, demonstrou um comparativo com base no desempenho de outros RPPS, compilando dados extraídos das atas dos mesmos, para visualizar suas estratégias, no tocante a meta (INPC + 6%) observou que inerente ao mercado, o IPRESF é bastante conservador, o que é natural em vista do pouco tempo do RPPS. A Conselheira Beatris disse que acredita que a postura do RPPS está no caminho certo, adquirindo experiência e sendo responsável com a Política de Investimentos aprovada. Encerrada a apresentação, o colegiado passou a análise das contas referente o mês de dezembro de 2018, a Presidente Maria José fez a leitura do Parecer do Conselho Fiscal referente ao mês de dezembro de 2018, após análise dos documentos e da apresentação do relatório de gestão entregues pela Diretora Presidente, Sra. Beatris, foram aprovadas as contas do mês de Dezembro de 2018, por unanimidade. Referente a aprovação das contas do exercício de 2018, e conforme o Parecer do Conselho Fiscal, foram aprovadas por UNANIMIDADE as Demonstrações Financeira e Contábeis da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, referente ao Exercício de 2018. Seguindo a pauta, passaram para discussão do Plano de Ação para 2019, a Conselheira Beatris informou que todas as ações, basicamente estão voltadas para a adesão ao Pró Gestão, este apresentado em reunião anterior ao colegiado. Após discussão acerca do desenvolvimento das ações para a efetivação da certificação no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró-Gestão, o Conselho Administrativo aprova por UNANIMIDADE a adesão ao Programa Pró-Gestão, devendo ser apresentado o cronograma para a efetivação das ações para essa finalidade posteriormente, pela Diretoria do IPRESF. Sem mais, eu Patricia Maria Serapião Queiroz, Auxiliar Executiva do IPRESF, digitei a presente ata, que segue em três vias para providências. //////////////////////////////////////

MARIA JOSÉ COSTA
Presidente

SANDRA HELOÍSA DE BIASI
Vice-Presidente

BEATRIS D. DOS SANTOS
Secretária

ROBERSON ALBERTO MACIEL
Conselheiro

YARA DE OLIVEIRA MARCOMINI
Conselheira

CONTRATO 002.2019

Publicação Nº 1969430

CONTRATO N.º 002/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO – ART. 24, II, DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93
REQUISIÇÃO DE DESPESAS N.º 011/2019

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL E A EMPRESA COMPUTER POINT MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPUTADORES EIRELI - ME, COM BASE NA REQUISIÇÃO DE DESPESAS N.º 011/2019, EM CONFORMIDADE COM O ART. 24, II, DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, E NO DECRETO MUNICIPAL N.º 336, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

A FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL/SC – IPRESF, pessoa jurídica de direito público, inscrita sob o CNPJ n.º 23.017.093/0001-62, sediada na Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, Centro, CEP 89240-000, em São Francisco do Sul/SC, neste ato representada por sua Diretora Presidente, Sra. Beatris Dircelha dos Santos, portadora do CPF n.º 683.874.829-00, residente e domiciliada neste município, doravante denominada CONTRATANTE; e COMPUTER POINT MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPUTADORES EIRELI – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ n.º 31.700.494/0001-40, sediada na Alameda Ipiranga, n.º 466, Centro, CEP 89240-000, no município de São Francisco do Sul/SC, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. Salvio Carlos Kormann, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na Alameda Ipiranga, n.º 466, Centro, CEP 89240-000, no município de São Francisco do Sul/SC, portador do CPF n.º 889.839.949-91, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente CONTRATO, com base na Requisição de Despesas n.º 011/2019, autorizada pela Diretora Presidente do IPRESF, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores, com fulcro no art. 24, II, da mencionada Lei Federal, sujeitando-se, ainda, às cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1. O objeto do presente Contrato consiste na contratação de empresa especializada em serviços técnicos de informática, compreendendo até 24 (vinte e quatro) formatações com backup e até 50 (cinquenta) horas técnicas, visando a manutenção preventiva e corretiva dos computadores da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, a serem executados preferencialmente na sede administrativa da CONTRATANTE, em conformidade com as especificações constantes na Requisição de Despesas n.º 011/2019, incluindo seus anexos e proposta da CONTRATADA, parte integrante deste instrumento contratual.

0.2. O serviço contratado é de natureza contínua.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

1.2. O serviço objeto deste contrato será prestado sob a forma de execução indireta mediante empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária da CONTRATANTE:

Unidade Orçamentária	0001 – Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul.
Projeto Atividade	2107 – Manutenção das Atividades Administrativas do IPRESF
Elemento de Despesa	339040.08 – Serviços Técnicos Profissionais de TIC
Vínculo do Recurso	2750000 – Taxa Administrativa

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO CONTRATADO

4.1. Pelo objeto descrito na Cláusula Primeira deste Contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R\$ 80,00 (oitenta reais) por hora técnica de serviço de informática; e de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) por unidade de formatação com backup, totalizando o valor contratual para 12 (doze) meses de até R\$ 7.120,00 (sete mil, cento e vinte reais).

4.2. A CONTRATANTE poderá realizar as requisições de serviço de forma parcelada, de acordo com sua necessidade, cujo pagamento ocorrerá de acordo com os objetos e quantidades solicitadas e prestadas, após aceitas e atestadas pelo fiscal do contrato, não estando obrigada à aquisição da totalidade do quantitativo descrito no item 1.1.

4.3. Em caso de eventual prorrogação contratual, na forma da lei, o preço poderá ser atualizado monetariamente, aplicando-se o IGPM-FGV.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

4.1. Os serviços relacionados na cláusula primeira serão solicitados de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, mediante apresentação de requisição devidamente assinada pela Diretora Presidente da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco

do Sul.

- 4.2. Os serviços deverão ser prestados conforme solicitação da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA se manifestar no prazo de 48 horas;
- 4.3. Não haverá a obrigatoriedade da contratação da totalidade do objeto durante a vigência do presente instrumento contratual.
- 4.4. Os serviços contratados por hora técnica serão prestados na sede da CONTRATANTE, localizada à Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, Centro, São Francisco do Sul/SC, em horário a ser definido pela mesma.
- 4.5. Os serviços de formatação contratados por unidade poderão ser prestados em local diverso da sede da CONTRATANTE, desde que previamente informado pela CONTRATADA.
- 4.6. A entrega será considerada efetivada com o protocolo escrito, datado, assinado e com identificação do servidor da Gerência Administrativa receptor dos equipamentos, verificada a prestação do serviço contratado.
- 4.7. O presente contrato abrange as despesas de deslocamento da CONTRATADA à sede da CONTRATANTE.
- 4.8. A CONTRATADA informará à CONTRATANTE o profissional técnico responsável pela prestação do serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. São obrigações da CONTRATADA:

- 5.1.1. A prestação do serviço em total conformidade com as especificações, exigências, condições, qualidade, preços e prazos ofertados na proposta comercial apresentada, e de acordo com as cláusulas e condições enunciadas no presente Contrato e no Processo Administrativo.
- 5.1.2. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços executados, sob pena de responder pelos danos causados à Administração.
- 5.1.3. Prestar atendimento na execução do serviço contratado dentro das especificações ou condições previstas e supervisionadas pelo Fiscal do Contrato, comunicando à CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestando os esclarecimentos necessários.
- 5.1.4. Permitir e não causar dificuldades ou impedimentos à necessária fiscalização, a ser realizada pelo IPRESF, de todos os serviços contratados e/ou prestados.
- 5.1.5. Regularizar, antes da emissão da nota fiscal, qualquer tipo de alteração que sofrer o seu contrato social ou enquadramento fiscal, comparecendo à sede da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco IPRESF, munida dos documentos que formalizam a alteração.
- 5.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar imediatamente ao IPRESF qualquer alteração nestas condições.
- 5.1.7. Não transferir ou ceder, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes do presente Contrato.
- 5.1.8. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal n. 8.666/93.
- 5.1.9. Responder por quaisquer danos pessoais e/ou materiais ocasionados por seus empregados ou representantes nos locais de trabalho, na execução do serviço contratado.
- 5.1.10. A perfeita execução do serviço contratado, de forma que eventuais falhas sejam sanadas em prazos que não tragam prejuízos ao IPRESF.
- 5.1.11. Responder, em relação aos seus empregados ou representantes, por todas as despesas/normas decorrentes da prestação do serviço contratado, tais como salário, materiais, seguro, tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como as despesas pessoais dos técnicos como transporte, hospedagem e refeições.
- 5.1.12. Responder pelos danos causados diretamente e indiretamente ao IPRESF ou a terceiros, na execução do serviço contratado, decorrentes de sua culpa ou dolo, além de arcar com as despesas decorrentes de eventuais infrações praticadas durante a prestação dos serviços.
- 5.1.13. Manter seus empregados ou representantes devidamente identificados.
- 5.1.14. Informar e manter atualizado o nome, endereço eletrônico, número de telefone fixo e/ou celular de empregado ou representante designado para atuar junto ao IPRESF, sendo de sua atribuição receber as requisições e adotar as providências necessárias.
- 5.1.15. Comunicar formal e imediatamente ao IPRESF, sempre que houver qualquer alteração de seus dados cadastrais, ou relacionados aos profissionais designados para a prestação dos serviços oriundos desta contratação.
- 5.1.16. Responsabilizar-se, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes dos documentos apresentados, bem como a manutenção da atualização dos mesmos.
- 5.1.17. Responsabilizar-se pela segurança e confidencialidade dos dados gerados pela execução do objeto contratado.
- 5.1.18. A CONTRATADA não se responsabiliza por erros causados por informações inconsistentes fornecidas pelo IPRESF.
- 5.1.19. Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus ou encargos impostos pela Legislação Fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e pela Legislação Social, Previdenciária, Trabalhista e Comercial, decorrente deste Contrato.
- 5.1.20. A inadimplência da contratada com referência a encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais, não transfere à contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objetivo deste contrato.

6.2. São obrigações da CONTRATANTE:

- 6.2.1. Esclarecer dúvidas da CONTRATADA em relação ao serviço a ser executado, de acordo com as especificações, exigências e condições estabelecidas no presente Contrato.
- 6.2.2. Promover e cumprir os prazos de pagamento estipulados, mediante a comprovação da realização do serviço contratado.
- 6.2.3. Efetuar os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à empresa CONTRATADA, com a incidência de multa de 2% e juros de 0,333% ao dia, sobre o valor devido no mês, e atualização monetária, aplicando-se como índice o IGPM-FGV.
- 6.2.4. Verificar a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, antes de efetuar qualquer pagamento.
- 6.2.5. Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados pela CONTRATADA que estejam em desacordo com o estabelecido no Processo Administrativo e na proposta comercial apresentada pela mesma.
- 6.2.6. Exigir a imediata correção dos serviços prestados de forma irregular, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis, garantido o direito de defesa.
- 6.2.7. Manter o interesse público, realizando as modificações necessárias no Contrato firmado, ainda que de forma unilateral, nos termos do art. 65, da Lei n. 8.666/93, respeitados os direitos da CONTRATADA.
- 6.2.8. Não responder por quaisquer ônus, direitos ou obrigações aplicáveis exclusivamente à CONTRATADA por conta da legislação tributária, trabalhista, previdenciária, securitária, ou civil, durante a execução do serviço contratado.
- 6.2.9. Fiscalizar que o cumprimento do serviço contratado está sendo realizado exclusivamente pela CONTRATADA, vedada a subcontratação total ou parcial sem a sua autorização.

- 6.2.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que em virtude da execução dos serviços contratados.
- 6.2.11. Buscar junto à CONTRATADA o ressarcimento por quaisquer danos morais e/ou materiais causado a terceiros, que venham a causar-lhe prejuízo, decorrentes de ato daquela na prestação dos serviços contratados, praticados por seus empregados ou representantes.
- 6.2.12. Aplicar as penalidades legais e contratuais, quando cabíveis, garantida a ampla defesa.
- 6.2.13. Fiscalizar de forma ampla, contínua e efetiva a prestação do serviço contratado, através de servidor previamente designado, especialmente quanto às exigências e condições contidas no Processo Administrativo, o que não isentará a CONTRATADA das responsabilidades cabíveis, nem aceitação dos serviços.
- 6.2.14. Anular o processo administrativo, em qualquer tempo ou fase, caso venha a ser constatada qualquer ilegalidade no seu procedimento ou no seu julgamento.
- 6.2.15. Fornecer nome, e-mail, cargo/função, telefone e horários de trabalho de(as) pessoa(s) que ficará(ão) responsável(eis) pelo repasse de informações à CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO E DA VIGÊNCIA

- 6.1. O presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura e terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma da lei.
- 6.2. A contratação será regida pela Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.
- 6.3. A CONTRATADA deverá assinar o Contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da convocação efetiva.
- 6.4. A assinatura do Contrato vinculará a CONTRATADA aos termos do certame/processo administrativo.
- 6.5. A CONTRATADA, após a assinatura do contrato, deverá estar disponível para sua prestação imediata.
- 6.6. O Contrato poderá sofrer alterações, na forma contida no art. 65, da Lei n.º 8.666/93.
- 6.7. Os ajustes, suas alterações e rescisão obedecerão ao disposto na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1. A fiscalização da execução e prestação do serviço contratado caberá à Gerente Administrativa do IPRESF, Srta. Flávia Regina Celestino, inscrita sob o CPF n.º 059.796.759-31, designada pela CONTRATANTE, a qual ficará responsável pelo recebimento do serviço, bem como pelo cumprimento das demais cláusulas contratuais.
- 7.2. A entrega do Relatório Descritivo pela pessoa jurídica CONTRATADA e o seu recebimento pela CONTRATANTE, através de seu servidor, não implica aceitação definitiva do serviço prestado.
- 7.3. O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do serviço contratado, determinando à empresa CONTRATADA que tome providências necessárias à regularização das faltas ou defeitos identificados, devendo solicitar a seus superiores imediatos decisões ou providências que ultrapassem as suas competências.
- 7.4. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não eximirá a empresa CONTRATADA, em nenhuma hipótese, das responsabilidades legais e contratuais, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

- 8.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, após assinatura do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida prévia defesa, rescindir o Contrato, caso a CONTRATADA venha a incorrer em uma das situações previstas no artigo 78, da Lei Federal n.º 8.666/93, e suas alterações, e segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades:
- 8.1.1. Advertência;
- 8.1.2. Multa de mora de 1% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato, em virtude de atraso no cumprimento das obrigações estabelecidas, aplicada até o limite de 10 (dez) dias;
- 8.1.3. Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor integral do contrato, em razão de inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial;
- 8.1.4. Suspensão temporária de participação em novas contratações da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF, por prazo de até 02 (dois) anos.
- 8.1.5. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, inclusive enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o IPRESF, que será concedida sempre que a empresa ressarcir-lo pelos prejuízos causados, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 8.2. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, na forma da lei, dependendo da gravidade da conduta/falta cometida, facultada a defesa prévia da empresa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação.
- 8.3. Poderá ser considerada inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.
- 8.4. A Contratante, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- 8.5. As sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou na ausência de culpa da empresa, devidamente comprovada.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

- 9.1. Até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente à prestação do serviço, a CONTRATADA deverá apresentar à Gerência Administrativa da CONTRATANTE o(s) Relatório(s) de Atividade – Prestação de Serviços, devidamente assinado pelo representante legal da CONTRATADA, acompanhado pela Nota Fiscal da prestação do serviço contratado e Boleto Bancário ou conta bancária para transferência;
- 9.2. O CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar de seu recebimento, para analisar os Relatórios, Nota Fiscal, Boleto Bancário ou dados bancários apresentados e aprová-los;
- 9.3. Havendo irregularidades, a CONTRATADA será notificada para saná-las no prazo de 48 (quarenta e oito) horas;
- 9.4. Estando de acordo os Relatórios, a Nota Fiscal, o Boleto Bancário ou os dados bancários, a CONTRATADA será notificada da programação de pagamento correspondente;
- 9.5. A Nota Fiscal deverá conter a descrição dos serviços e onde foram prestados, bem como o valor e o mês a que se referem os serviços;
- 9.6. A liberação do pagamento ficará condicionada à apresentação dos documentos exigidos nos itens anteriores;

- 9.7. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal de Serviços, serão os mesmos restituídos à CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo o CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;
- 9.8. Estando de acordo o(s) Relatório(s) de Atividade e a Nota Fiscal, a CONTRATANTE efetuará o pagamento até 10 (dez) dias após a emissão da Nota Fiscal, através de boleto bancário ou transferência;
- 9.9. Todos os pagamentos serão processados em dias úteis locais. Caso o vencimento caia em feriados, a quitação se dará no primeiro dia útil subsequente ao do vencimento originário.
- 9.10. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à empresa CONTRATADA, sofrerão a incidência de multa de 2% e juros de 0,333% ao dia, sobre o valor devido no mês, e atualização monetária, aplicando-se como índice o IGPM-FGV.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONFIDENCIALIDADE

11.1. Toda e qualquer informação técnica e administrativa desta Fundação, transmitida verbalmente ou por escrito, que a CONTRATADA venha a ter acesso durante a prestação de serviços, ou que tenha sido fornecida pela CONTRATANTE à CONTRATADA para esse fim, será considerada como estritamente confidencial pela CONTRATADA, que se obriga a não revelar a terceiros e deverá ser utilizada única e exclusivamente para os serviços contratados. É vedada a cópia ou qualquer outra forma de reprodução destas informações, exceto para o cumprimento de obrigações estabelecidas nos termos deste instrumento e de acordo com a legislação aplicável relativamente a direitos autorais e propriedade intelectual. Qualquer violação ao estipulado nesta cláusula facultará à CONTRATANTE a possibilidade de rescisão unilateral imediata deste, além da aplicação das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A legislação aplicável à execução do presente Contrato e aos casos omissos diz respeito à Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, além das disposições contidas no Processo Administrativo – Requisição de Despesas n.º 011/2019, Licitação Dispensável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. A rescisão do presente contrato poderá:

13.1.1. Ser determinado por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como, rescindido amigavelmente, a qualquer momento, mediante condição determinada no inciso II, do art. 79, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, com aviso prévio de 30 (trinta) dias.

13.1.2. No que trata o inciso I, do art. 79, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores, acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, da mencionada Lei.

13.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Francisco do Sul/SC para dirimir quaisquer dúvidas a respeito deste Contrato, que não sejam solucionadas de comum acordo entre as partes, com prévia renúncia de qualquer outro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

14.1. O contrato entre a empresa CONTRATADA e seus fornecedores e/ou empregados não gera obrigações de qualquer natureza para o IPRESF, exceto as descritas neste instrumento.

14.2. À CONTRATANTE fica reservado o direito de revogar este Contrato por razões decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado de sua Procuradoria.

14.3. É facultado à Diretoria Executiva da CONTRATANTE, ou autoridade superior, em qualquer época, na vigência do Contrato celebrado, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou sanar dúvidas, respeitando o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA.

14.4. Fica vetada à CONTRATADA a utilização ou veiculação do nome, logotipo ou imagem da CONTRATANTE, em material promocional ou quaisquer meios de comunicação, como referência a serviços prestados, sem a prévia autorização, por escrito, desta.

Por estarem assim ajustados, firmam as partes o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor, que depois de lidas e achadas conforme, na presença das testemunhas também signatárias, assumem o compromisso e a obrigação de fielmente cumprir e respeitar o que aqui fica pactuado.

São Francisco do Sul, _____ de março de 2019.

COMPUTER POINT MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPUTADORES EIRELI – ME CONTRATADA - CNPJ n.º 31.700.494/0001-40

Representada pelo Sr. Salvio Carlos Kormann

CPF n.º 889.839.949-91

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

DE SÃO FRANCISCO DO SUL – IPRESF

CONTRATANTE – CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

Representada por Beatris Dircelha dos Santos

CPF n. 683.874.829-00

Testemunha 01	Nome: _____ CPF: _____	Assinatura
---------------	---------------------------	------------

Testemunha 02	Nome: _____ CPF: _____	Assinatura
---------------	---------------------------	------------

RESOLUÇÃO Nº 1

Publicação Nº 1969417

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 28 DE JANEIRO DE 2019.

APROVAR O CRONOGRAMA DE REUNIÕES DO CONSELHO ADMINISTRATIVO PARA O ANO DE 2019.

O Conselho Administrativo do IPRESF – Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 80 da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, e considerando a deliberação da 15ª Reunião Ordinária de 2018:

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o cronograma de reuniões do Conselho Administrativo para o ano de 2019, conforme abaixo:

Mês	Data	Horário	Local
Fevereiro	27	09:00	IPRESF
Março	27	09:00	IPRESF
Abril	24	09:00	IPRESF
Maio	22	09:00	IPRESF
Junho	26	09:00	IPRESF
Julho	24	09:00	IPRESF
Agosto	28	09:00	IPRESF
Setembro	25	09:00	IPRESF
Outubro	23	09:00	IPRESF
Novembro	27	09:00	IPRESF
Dezembro	18	09:00	IPRESF

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 28 de janeiro de 2019

MARIA JOSÉ COSTA
PresidenteBEATRIS D. DOS SANTOS
SecretáriaROBERSON ALBERTO MACIEL
ConselheiroYARA DE OLIVEIRA MARCOMINI
Conselheira**RESOLUÇÃO Nº 2**

Publicação Nº 1969423

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019.

APROVAR AS CONTAS DO IPRESF, REFERENTE A COMPETÊNCIA DE DEZEMBRO DE 2018.

O Conselho Administrativo do IPRESF – Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 80 da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, e considerando a deliberação da 02ª Reunião Ordinária de 2018:

Considerando a 45ª Ata da reunião do Conselho Fiscal, de 15 de fevereiro de 2019, para análise dos registros e movimentos contábeis referente ao mês de dezembro de 2019 da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF;

Considerando o Parecer de nº 13, de 15 de fevereiro de 2019, emitido pelo Conselho Fiscal, que concede Parecer Favorável na Aprovação das Demonstrações Financeiras e Contábeis da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF do mês de dezembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Contas da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, referente a competência de DEZEMBRO de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 27 de fevereiro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
PresidenteSANDRA HELOÍSA DE BIASE
Vice-Presidente

BEATRIS D. DOS SANTOS
Secretária

ROBERSON ALBERTO MACIEL
Conselheiro

YARA DE OLIVEIRA MARCOMINI
Conselheira

RESOLUÇÃO Nº 3

Publicação Nº 1969425

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019.

APROVAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS DO IPRESF, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2018.

O Conselho Administrativo do IPRESF – Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 80 da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, e considerando a deliberação da 02ª Reunião Ordinária de 2018:

Considerando a 45ª Ata da reunião do Conselho Fiscal, de 15 de fevereiro de 2019, do Conselho Fiscal;

Considerando o Parecer de nº 01, de 15 de fevereiro de 2019, emitido pelo Conselho Fiscal, que concede Parecer Favorável na Aprovação das Demonstrações Financeiras e Contábeis da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, referentes ao Exercício de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Demonstrações Financeiras e Contábeis da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF, referentes ao Exercício de 2018

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 27 de fevereiro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Presidente

SANDRA HELOÍSA DE BIASE
Vice-Presidente

BEATRIS D. DOS SANTOS
Secretária

ROBERSON ALBERTO MACIEL
Conselheiro

YARA DE OLIVEIRA MARCOMINI
Conselheira

RESOLUÇÃO Nº 4

Publicação Nº 1969428

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019.

APROVAR A ADESÃO DO IPRESF, NO PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS – PROGRAMA PRÓ-GESTÃO.

O Conselho Administrativo do IPRESF – Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 80 da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, e considerando a deliberação da 02ª Reunião Ordinária de 2018:

Considerando a Portaria do Ministério da Previdência Social – MPS, nº 185 de 14 de maio de 2015, atualizada em 02 de janeiro de 2018, e alterada pela Portaria do Ministério da Fazenda, nº 577, de 27 de dezembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a adesão da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF, no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – PROGRAMA PRÓ-GESTÃO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 27 de fevereiro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Presidente

SANDRA HELOÍSA DE BIASE
Vice-Presidente

BEATRIS D. DOS SANTOS
Secretária

ROBERSON ALBERTO MACIEL
Conselheiro

YARA DE OLIVEIRA MARCOMINI
Conselheira

REUNIÃO ORDINÁRIA

Publicação Nº 1969414

Ata da 01ª Reunião do Conselho Administrativo do IPRESF
Reunião ordinária – 01/2019

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove (28/12/2019), às 09:30, na Sala de Reuniões do IPRESF, situada à Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no terceiro piso, sala 303; reuniram-se os Conselheiros Administrativos: Beatris Dircélha dos Santos, Maria José Costa, Roberson Alberto Maciel e Yara de Oliveira Marcomini, destacando que a Conselheira Sandra Heloisa de Biasi justificou sua ausência na reunião anterior, de 20 de dezembro de 2018. Na ordem do dia consta, Posse de novo membro do Conselho Administrativo, Análise das contas do mês de dezembro de 2018, Cronograma de reunião para 2019 e Assuntos Diversos. A Presidente Maria José, iniciou a reunião, observando o quórum, conforme Art. 11, I – do Regimento Interno do Conselho Administrativo e desejando as boas-vindas a todos. Em seguida a Presidente Maria José, seguindo a ordem do dia, realizou a apresentação da nova integrante do Conselho, a Conselheira Yara de Oliveira Marcomini, falou da importância do Conselho e dos trabalhos a serem realizados. Após a posse, o colegiado informou que a conselheira deverá apresentar a certificação por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais, cujo conteúdo atenda aos requisitos estabelecidos pela Secretaria de Previdência Social, conforme a Lei Complementar, nº 72, de 10 julho de 2015, no prazo de 90 (noventa) dias. Passando ao próximo item da pauta, da Análise das contas do mês de dezembro de 2018, em virtude do fechamento anual, os relatórios serão entregues até sexta (01/02/2019), devendo passar ainda pela análise Conselho Fiscal, portanto a análise por este Colegiado acontecerá em reunião extraordinária no início de fevereiro, sendo acordado por todos. A seguir a Presidente Maria José indagou aos Conselheiros sobre o melhor dia para as reuniões ordinárias do Conselho Administrativo, após as considerações, ficou estabelecido o cronograma de reuniões para o ano de 2019, sendo que as reuniões serão na quarta quarta-feira de cada mês, às 09:00 horas, na sede do IPRESF. Nos assuntos diversos, a Presidente do IPRESF, Sra. Beatris realizou uma apresentação sobre o plano estratégico de implantação do programa de certificação institucional e modernização da gestão do regime próprio de previdência social, conhecido como o Pró Gestão, observando que essa certificação é uma das metas para esse ano, informou que foi constituída uma Comissão Especial para desenvolver as diretrizes, tendo como membros os servidores: Beatris - Diretora Presidente, Flávia – Gerente Administrativa e Fernando – Procurador, ressaltou da importância do Conselho nessa construção. A seguir a Sra. Beatris falou da elaboração do Plano de Ação para o ano de 2019, inclusive sendo uma das ações para a certificação do pró-gestão. Repassou alguns tópicos para a construção do mesmo: Cálculo Atuarial, Sistema Previdenciário, Melhoramento do site do IPRESF, Informativos para os segurados (cartilhas, folders e etc), Educação Previdenciária, Suporte Técnico Informática, Processo de Eleição Conselhos e etc... Após discussão acerca dos tópicos, como sugestão do colegiado e referente a eleição para composição dos Conselhos, sugeriram uma alteração no tempo do mandato, podendo ser alterado para 03 (três) anos, também sugeriram a antecipação do pleito, que fosse realizado em julho, e ainda sobre esse tópico, também sugeriram acrescentar no regimento para a eleição um período de transição, para que os próximos membros pudessem acompanhar o andamento das ações e dessa forma tornar mais produtivo o andamento dos trabalhos. A Presidente Beatris se prontificou de verificar junto ao jurídico do IPRESF da legalidade das sugestões, comunicando o colegiado na próxima reunião ordinária. Como item de pauta para a próxima reunião, discussão sobre o calendário de execução para o plano de ação, este ainda depende de algumas discussões sobre o pró-gestão, para posterior deliberação e publicização. Sem mais, eu Beatris Dircélha dos Santos, Secretária deste Conselho, digitei a presente ata, que segue em três vias para providências. //////////////////////////////////////

MARIA JOSÉ COSTA
Presidente

BEATRIS D. DOS SANTOS
Secretária

ROBERSON ALBERTO MACIEL
Conselheiro

YARA DE OLIVEIRA MARCOMINI
Conselheira

São João Batista

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/FUNREBOM/2018

Publicação Nº 1970069

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 003/FUNREBOM/2018

Contratante: Fundo de Reequipamentos do Corpo de Bombeiros de São João Batista, SC – CNPJ nº. 82.925.652/0001-00;
Contratada: Unetvale Serviços e Equipamentos LTDA – CNPJ nº. 02.235.318/0001-87;
Processo Licitatório 035/PMSJB/2018 – Pregão Presencial nº 027/PMSJB/2018;
Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 05/04/2019 a 04/04/2020;
Dotação orçamentária: (1) 3.3.90.35.99.00.00.00;
Data da assinatura: 02/04/2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/PMSJB/2018

Publicação Nº 1969307

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 034/PMSJB/2018

Contratante: Município de São João Batista, SC – CNPJ nº. 82.925.652/0001-00;
Contratada: Gestão Pública – Consultores Associados Sociedade Simples – CNPJ nº. 07.756.872/0001-23;
Processo Licitatório 049/PMSJB/2018 – Pregão Presencial nº 038/PMSJB/2018;
Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 05/04/2019 a 04/04/2020;
Dotação orçamentária: (15) 3.3.90.35.99.00.00.00;
Data da assinatura: 02/04/2019.

EDITAL PARA O IV CASAMENTO COLETIVO 001/2019

Publicação Nº 1969308

Prefeitura Municipal de São João Batista
Secretaria Municipal de Assistência Social
Rua: Tiburcio Taurino Bozzano, nº210, Jardim São Paulo
CNPJ 11.588.933/0001- 68 - Fone (048) 3265- 2637
E-mail assistencia@sjbatista.sc.gov.br

EDITAL PARA O IV CASAMENTO COLETIVO 001/2019

Abre inscrições para o IV Casamento
Coletivo no Município de São João
Batista e dá outras providências.

A administração municipal de São João Batista em comemoração de seus 61 Anos de Emancipação, faz uso de suas atribuições legais para tornar pública a abertura de inscrições para o IV Casamento Coletivo, que será realizado no dia 20 de Julho de 2019, às 10 horas, no Centro de Eventos, Situado no Bairro Centro.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O casamento coletivo será regido por este edital.

1.2 O casamento coletivo destina-se a casais com vulnerabilidade econômica, residentes no Município de São João Batista com Cadastramento no CADUNICO em vigência.

1.3 O reconhecimento da vulnerabilidade econômica será feito por meio de declaração de Hipossuficiência (pobreza), solicitada pelo cartório e assinada pelos interessados e cuja veracidade das informações será de responsabilidade dos declarantes.

2. DO PROCESSO CIVIL

2.1 É obrigatória a apresentação de toda documentação e preenchimento de todas as informações do cadastro para a efetivação da inscrição.

2.2 É de responsabilidade exclusiva dos interessados a providência da documentação e inscrição no processo.

2.3 A Secretaria prestará suporte na orientação e na busca dos documentos necessários para apresentação ao cartório.

2.4 Após a homologação da inscrição pela Secretaria Municipal de Assistência Social, o casal deverá comparecer no Cartório de Registro Civil de São João Batista para habilitação legal, juntamente com as quatro testemunhas necessárias, em data previamente agendada, antes do término do período de inscrições.

3. DA INSCRIÇÃO E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO.

3.1 A inscrição será realizada pessoalmente na Secretaria de Assistência Social, situada na Rua Tibúrcio Taurino Bozzano, 210, Bairro Jardim São Paulo – São João Batista /SC.

3.2 As inscrições ocorrerão entre os dias 03/04/2019 a 03/05/2019, de segunda a sexta-feira, nos horários das 8:00h às 11:30h e das 13:00h às 16:30h.

3.3 Está limitada a participação de 60 (sessenta) casais, selecionados por ordem de efetivação da inscrição. Não serão reservadas vagas em nenhuma hipótese.

3.4 A inscrição será efetivamente homologada após a entrega correta de toda a documentação e habilitação no cartório.

3.5 Ao se inscreverem os casais assumem total responsabilidade pelas informações prestadas no cadastro de inscrição, sob as penas da lei.

3.6 O casamento civil terá cerimônia gratuita e a isenção de taxas e emolumentos, direito assegurado apenas aqueles cuja Hipossuficiência (pobreza) for declarada, nos termos do artigo 1.512, parágrafo único, do Código Civil.

3.7 Somente podem se inscrever maiores de 18 anos.

4. DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO CASAMENTO CIVIL

4.1 Do noivo(a) solteiro(a):

4.1.1 Documento de identidade original e CPF original OU Documento de identidade original que contenha o número do CPF OU Carteira Nacional de Habilitação original.

Prefeitura Municipal de São João Batista Praça Walter Vicente Gomes, 89, Centro

4.1.2 Comprovante de residência para cada um dos noivos (Conta de água, energia ou telefone fixo residencial) – Atenção: Se o comprovante de residência não estiver em nome dos pretendentes (ou em nome de seus pais) é obrigatório DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA com firma reconhecida ou assinatura na presença da oficial do Registro Civil.

4.1.3 Certidão de nascimento atualizada retirada no cartório onde foi feito o registro de nascimento. (expedida a menos de 30 dias – art. 484, C/NCGJ/SC);

4.1.4 Cópia do Documento de identidade e CPF OU Documento de identidade que contenha o número do CPF OU Carteira Nacional de Habilitação das 4 (quatro) testemunhas maiores de 18 anos, que devem estar presentes no dia do casamento.

4.1.5 Cópia dos documentos dos pais (RG, CPF, certidão de nascimento ou casamento); OBS: Não é obrigatória sua apresentação.

4.1.6 Ficha de inscrição preenchida com todos os dados solicitados (ANEXOS 1 e 2).

4.1.7 Folha Resumo do Cadastro Único.

4.2 Do noivo(a) divorciado(a)

4.2.1 Documento de identidade original e CPF original OU Documento de identidade original que contenha o número do CPF OU Carteira Nacional de Habilitação original.

4.2.2 Comprovante de residência para cada um dos noivos (Conta de água, energia ou telefone fixo residencial) – Atenção: Se o comprovante de residência não estiver em nome dos pretendentes (ou em nome de seus pais) é obrigatório DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA com firma reconhecida ou assinatura na presença da oficial do Registro Civil.

4.2.3 Certidão de casamento com averbação de divórcio atualizada (validade de 30 dias) retirada no cartório onde foi feito o registro de casamento.

4.2.4 Cópia da sentença do divórcio – Atenção: Aqueles que se divorciaram a partir do ano de 2003 deverão comprovar a partilha dos bens. Esta deverá constar na averbação do divórcio na certidão de casamento. Se não constar, o pretendente deverá trazer: Petição Inicial da Ação de Divórcio além da sentença do divórcio além da certidão de trânsito em julgado, ou certidão expedida pela Vara da Família do Fórum da cidade onde foi feito o divórcio, ou fotocópia autenticada da escritura pública de divórcio, caso este tenha sido feito em Tabelionato de Notas (art. 1523, III, do Código Civil).

4.2.5 Cópia do Documento de identidade e CPF OU Documento de identidade que contenha o número do CPF OU Carteira Nacional de Habilitação das 4 (quatro) testemunhas maiores de 18 anos, que devem estar presentes no dia do casamento.

4.2.6 Cópia dos documentos dos pais (RG, CPF, certidão de nascimento ou casamento); OBS: Não é obrigatória sua apresentação. 4.2.7

Ficha de inscrição preenchida com todos os dados solicitados (ANEXOS 1 e 2).

4.2.8 Folha Resumo do Cadastro Único

4.3 Do noivo(a) viúvo(a):

4.3.1 Documento de identidade original e CPF original OU Documento de identidade original que contenha o número do CPF OU Carteira Nacional de Habilitação original.

4.3.2 Comprovante de residência para cada um dos noivos (Conta de água, energia ou telefone fixo residencial) – Atenção: Se o comprovante de residência não estiver em nome dos pretendentes (ou em nome de seus pais) é obrigatório DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA com firma reconhecida ou assinatura na presença da oficial do Registro Civil.

4.3.3 Certidão de casamento com averbação do óbito atualizada (validade de 30 dias) retirada no cartório onde foi feito o registro de casamento.

4.3.4 Certidão de conclusão de inventário ou negativa de inventário, retirado junto ao Fórum onde foi realizado – Atenção: quando não houver este documento será adotado unicamente o regime de separação total de bens.

4.3.5 Cópia do Documento de identidade e CPF OU Documento de identidade que contenha o número do CPF OU Carteira Nacional de Habilitação das 4 (quatro) testemunhas maiores de 18 anos, que devem estar presentes no dia do casamento.

4.3.6 Cópia dos documentos dos pais (RG, CPF, certidão de nascimento ou casamento); OBS: Não é obrigatória sua apresentação.

4.3.7 Ficha de inscrição preenchida com todos os dados solicitados (ANEXOS 1 e 2).

4.3.8 Folha Resumo do Cadastro Único.

4.4 Do noivo(a) estrangeiro(a):

4.4.1 Além dos documentos especificados na lista de documentos para habilitação de casamento, deverá ser apresentado:

4.4.2 Fotocópia da carteira de identidade de estrangeiro permanente (RNE) e certidão de nascimento original, legalizada pelo Consulado Brasileiro no País de nascimento e tradução, feita por tradutor juramentado (a certidão em idioma estrangeiro e tradução deverão ser registradas previamente no Registro Civil de Títulos e Documentos) + fotocópia do passaporte;

4.4.3 Fotocópia de comprovante de residência no nome do noivo ou de seus pais (água, luz, telefone). Caso more de aluguel, apresentar fotocópia do contrato de aluguel, ou ainda, declaração do proprietário do imóvel;

4.4.5 Declaração pública feita em Tabelionato, firmado por duas pessoas, atestando que o noivo é solteiro.

4.5 Fica vedada a participação de noivos estrangeiros não residentes em São João Batista, SC, Brasil.

5. DA ESCOLHA DO REGIME DE BENS:

5.1 – No ato da inscrição e para apresentação junto ao cartório cabe aos noivos decidirem qual a escolha do regime de bens que pretendem se casar:

5.1.1 COMUNHÃO PARCIAL DE BENS – os bens adquiridos durante a constância do casamento serão divididos na proporção de 50% para cada cônjuge. Não entram nessa divisão os bens adquiridos antes do casamento ou que vierem por doação ou herança.

5.1.2 SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS: Para pessoas com 70 anos ou mais, para divorciados e/ou viúvos que, da união anterior, não comprovarem a partilha dos bens e dos que dependem de autorização judicial para casar (menores de 16 anos).

5.1.3 COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS: todos os bens serão partilhados entre os cônjuges, inclusive heranças e doações. Deve ser lavrado Escritura Pública de Pacto Antenupcial no Tabelionato de Notas antes da habilitação de casamento.

5.1.4 SEPARAÇÃO TOTAL DE BENS Os bens havidos antes e durante o casamento pertencem exclusivamente ao cônjuge que os possuía ao casar ou os adquiriu durante o casamento. Cada cônjuge possui patrimônio pessoal. Heranças e doações não entram na comunhão. Deve ser lavrado Escritura Pública de Pacto Antenupcial no Tabelionato de Notas antes da habilitação de casamento.

5.1.5 PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS – Cada cônjuge permanecerá com patrimônio pessoal durante a constância do casamento, sendo que no caso de separação/divórcio haverá partilha dos bens na proporção daquilo que contribuiu para adquirir o bem. As heranças e doações pertencem somente ao cônjuge que as recebeu. Deve ser lavrado pacto antenupcial no Tabelionato de Notas antes da habilitação de casamento.

6. DAS TESTEMUNHAS

6.1 Cada nubente deverá apresentar 04 (quatro) testemunhas no ato da habilitação legal em cartório. Não é necessária a presença das testemunhas para o processo de

Prefeitura Municipal de São João Batista Praça Walter Vicente Gomes, 89, Centro

inscrição que será realizado na Secretaria de Assistência Social, apenas é necessário trazer cópia dos documentos das mesmas. Duas serão testemunhas de habilitação (assinarão como testemunhas para o início do processo, sendo necessária sua presença no cartório de registro civil apenas na data que for agendada para este ato) e, as outras duas, serão testemunhas de celebração (assinarão como testemunhas durante a cerimônia do casamento e sua presença é necessária na data agendada para o ato da habilitação legal no cartório de registro civil e, também, no dia da cerimônia, 20/07/2019). 6.2 As testemunhas deverão ser maiores de 18 anos.

6.3 As testemunhas não necessitam serem casais ou casadas entre si

6.4 As testemunhas deverão apresentar os seguintes documentos originais no ato da habilitação legal no cartório: Carteira de Identidade e CPF ou Carteira Nacional de Habilitação e Certidão de Nascimento ou Casamento com averbação.

6.5 Fica vedada a participação na forma de testemunha dos pais e dos filhos dos noivos.

7. DOS CONVIDADOS

7.1 Para assistir a cerimônia civil, cada casal poderá convidar, no máximo, 08 pessoas incluindo as testemunhas.

8. DA REALIZAÇÃO DO CASAMENTO

8.1 A cerimônia de Casamento Civil será realizada no dia 20 de Julho de 2019, às 10 horas, no Centro de Eventos, Situado no Bairro Centro.

8.2 Cabe a Administração municipal juntamente com as colaborações da comunidade, ofertar ambiente decorado, cerimonia civil, culto ecumênico, registro fotográfico e coquetel ao final da cerimonia.

8.3 Os trajes podem ser providenciados pelos noivos de acordo com suas preferencias e em caso de doação por padrinhos poderão ser ofertados aos noivos gratuitamente.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Os casos omissos e as situações não previstas no presente edital serão dirimidos pela Secretaria de Assistência Social com pena de desclassificação em caso de não apresentação dos documentos exigidos no prazo máximo de 29 de maio de 2019.

9.2 Fica agendada reunião com os casais inscritos, para o dia 21/06/2019, às 19 horas, na Secretaria de Assistência Social, sendo obrigatória a presença de um dos cônjuges ou representante, sob pena de cancelamento da inscrição.

O presente edital entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista - SC, 03 de Abril de 2019.

DANIEL NETTO CANDIDO Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São João Batista

Secretaria Municipal de Assistência Social

Rua: Tiburcio Taurino Bozzano, nº210, Jardim São Paulo

CNPJ 11.588.933/0001- 68 - Fone (048) 3265- 2637

E-mail assistencia@sjbatista.sc.gov.br

Prefeitura Municipal de São João Batista Praça Walter Vicente Gomes, 89, Centro

ANEXO 1

FICHA DE INSCRIÇÃO DADOS DO NOIVO

Nome: Identidade:
 CPF: Profissão: Religião
 Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: Telefones: (....)
 (....) E-mail: Endereço Rua:
 Nº Bairro: CEP: - Cidade:
 Estado: Estado Civil: () Solteiro () Divorciado com bens a partilhar ()
 Divorciado sem bens a partilhar () Viúvo com bens () Viúvo sem bens Escolaridade: () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Graduação
 () Pós-Graduação () Mestrado () Doutorado
 NOME DO PAI: (....) VIVO (....) FALECIDA - DATA DO FALECIMENTO: ____/____/____ Profissão: Estado Civil: Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: Endereço Rua: Nº Bairro: CEP: - Cidade: Estado:
 NOME DA MÃE: (....) VIVA (....) FALECIDA - DATA DO FALECIMENTO: ____/____/____ Profissão: Estado Civil: Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: Endereço Rua: Nº Bairro: CEP: - Cidade: Estado:

PARA CASOS DE CONVERSÃO DE UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO Tempo de Vida em comum: _____ Filhos em comum: () Não () Sim Quantos? _____ Idade dos Filhos: _____
 PARA O DIA DA CERIMONIA DO CASAMENTO Gostaria da realização de culto ecumênico no dia do casamento? () Não () Sim Já foi ou esta casado no religioso? () Não () Sim Qual roupa gostaria de usar no dia: () Social () Terno () Roupa Normal Precisa de padrinho para doar as roupas do casamento? () Não () Sim
 _____ Assinatura do Noivo Data do preenchimento: ____/____/2019.

Prefeitura Municipal de São João Batista
 Secretaria Municipal de Assistência Social
 Rua: Tiburcio Taurino Bozzano, nº210, Jardim São Paulo
 CNPJ 11.588.933/0001- 68 - Fone (048) 3265- 2637
 E-mail assistencia@sjbatista.sc.gov.br

Prefeitura Municipal de São João Batista Praça Walter Vicente Gomes, 89, Centro

ANEXO 2 FICHA DE INSCRIÇÃO DADOS DA NOIVA

Nome: _____ Identidade: _____
 _____ CPF: _____ Profissão: _____ Religião _____
 _____ Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____ Telefones: (....) _____
 (....) _____ E-mail: _____ Endereço Rua: _____
 _____ Nº _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Cidade: _____
 _____ Estado: _____ Estado Civil: () Solteiro () Divorciado com bens a partilhar ()
 Divorciado sem bens a partilhar () Viúvo com bens () Viúvo sem bens Escolaridade: () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Graduação
 () Pós-Graduação () Mestrado () Doutorado
 NOME DO PAI: _____ (....) VIVO (....) FALECIDA - DATA DO FALECIMENTO: ____/____/____ Profissão: _____ Estado Civil: _____ Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____ Endereço Rua: _____ Nº _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Cidade: _____ Estado: _____
 _____ NOME DA MÃE: _____ (....) VIVA (....) FALECIDA - DATA DO FALECIMENTO: ____/____/____ Profissão: _____ Estado Civil: _____ Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____ Endereço Rua: _____ Nº _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Cidade: _____ Estado: _____

PARA CASOS DE CONVERSÃO DE UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO Tempo de Vida em comum: _____ Filhos em comum: () Não () Sim Quantos? _____ Idade dos Filhos: _____
 PARA O DIA DA CERIMONIA DO CASAMENTO Gostaria da realização de culto ecumênico no dia do casamento? () Não () Sim Já foi ou esta casado no religioso? () Não () Sim Qual roupa gostaria de usar no dia: () Social () Vestido de Noiva () Roupa Normal Precisa de padrinho para doar as roupas do casamento? () Não () Sim
 _____ Assinatura da Noiva Data do preenchimento: ____/____/2019.

Prefeitura Municipal de São João Batista
 Secretaria Municipal de Assistência Social
 Rua: Tiburcio Taurino Bozzano, nº210, Jardim São Paulo
 CNPJ 11.588.933/0001- 68 - Fone (048) 3265- 2637
 E-mail assistencia@sjbatista.sc.gov.br

Prefeitura Municipal de São João Batista Praça Walter Vicente Gomes, 89, Centro
 ANEXO 3

FICHA DE INSCRIÇÃO DADOS DAS TESTEMUNHAS DE HABILITAÇÃO NO CARTORIO

PRIMEIRA TESTEMUNHA Nome: _____ Identidade: _____
 _____ CPF: _____ Profissão: _____
 . Religião _____ Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____ Telefones: (....) _____ (....) _____ E-mail: _____ Endereço Rua: _____ Nº _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Cidade: _____ Estado: _____ Estado Civil: () Solteiro () Divorciado () Viúvo () União Estável Escolaridade: () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Graduação
 Assinatura da Testemunha: _____
 Data do preenchimento: ____/____/2019.
 SEGUNDA TESTEMUNHA Nome: _____ Identidade: _____
 _____ CPF: _____ Profissão: _____
 . Religião _____ Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: _____ Telefones: (....) _____ (....) _____ E-mail: _____ Endereço Rua: _____ Nº _____ Bairro: _____ CEP: _____ - _____ Cidade: _____ Estado: _____ Estado Civil: () Solteiro () Divorciado () Viúvo () União Estável Escolaridade: () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Graduação

Assinatura da Testemunha: _____
 Data do preenchimento: ____/____/2019.
 Prefeitura Municipal de São João Batista
 Secretaria Municipal de Assistência Social
 Rua: Tiburcio Taurino Bozzano, nº210, Jardim São Paulo
 CNPJ 11.588.933/0001- 68 - Fone (048) 3265- 2637
 E-mail assistencia@sjbatista.sc.gov.br

Prefeitura Municipal de São João Batista Praça Walter Vicente Gomes, 89, Centro

ANEXO 4

FICHA DE INSCRIÇÃO DADOS DAS TESTEMUNHAS DE CELEBRAÇÃO NO CASAMENTO COLETIVO

PRIMEIRA TESTEMUNHA Nome: Identidade:
 CPF: Profissão:
 . Religião Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: Tele-
 fones: (....) E-mail: Endereço Rua:
 Nº Bairro: CEP:
 Cidade: Estado: Estado Civil: () Solteiro () Divor-
 ciado () Viúvo () União Estável Escolaridade: () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Graduação

Assinatura da Testemunha: _____

Data do preenchimento: ____/____/2019.

SEGUNDA TESTEMUNHA Nome: Identidade:
 CPF: Profissão:
 . Religião Nascimento: ____/____/____ Naturalidade: Tele-
 fones: (....) E-mail: Endereço Rua:
 Nº Bairro: CEP:
 Cidade: Estado: Estado Civil: () Solteiro () Divor-
 ciado () Viúvo () União Estável Escolaridade: () Ensino Fundamental () Ensino Médio () Graduação

Assinatura da Testemunha: _____

Data do preenchimento: ____/____/2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/PMSJB/2018

Publicação Nº 1970095

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 035/PMSJB/2018

Contratante: Município de São João Batista, SC – CNPJ nº. 82.925.652/0001-00;
 Contratada: Unetvale Serviços e Equipamentos LTDA – CNPJ nº. 02.235.318/0001-87;
 Processo Licitatório 035/PMSJB/2018 – Pregão Presencial nº 027/PMSJB/2018;
 Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 05/04/2019 a 04/04/2020;
 Dotação orçamentária: (137) 3.3.90.35.99.00.00.00;
 Data da assinatura: 02/04/2019.

PORTARIA Nº 215/2019

Publicação Nº 1969568

PORTARIA Nº 215/2019

ACT

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário DAIANA PERÃO para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I (20HORAS), pelo período de 01/03/2019 à 13/12/2019, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 01 de abril de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen
 Assessor de Gabinete

PORTARIA Nº 216/2019

Publicação Nº 1969569

PORTARIA Nº 216/2019

ACT

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário RAFAELA AMORIM para prestar serviços de excepcional interesse público na função de FONO-AUDIÓLOGA (20HORAS), pelo período de 06/03/2019 à 13/12/2019, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 01 de abril de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen

Assessor de Gabinete

PORTARIA Nº 217/2019

Publicação Nº 1969570

PORTARIA Nº 217/2019

ACT

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário RUTH GONÇALVES DE MENEZES para prestar serviços de excepcional interesse público na função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (30HORAS), pelo período de 25/02/2019 à 13/12/2019, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 01 de abril de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen

Assessor de Gabinete

PORTARIA Nº 218/2019

Publicação Nº 1969571

PORTARIA Nº 218/2019

ACT

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ROSIMERI COSTA DE SOUZA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR (20HORAS), pelo período de 19/03/2019 à 19/05/2019, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 01 de abril de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen

Assessor de Gabinete

PORTARIA Nº 219/2019

Publicação Nº 1969572

PORTARIA Nº 219/2019

ACT

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MARIA DA CONCEIÇÃO DA LUZ para prestar serviços de excepcional interesse público na função

de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (40HORAS), pelo período de 27/03/2019 à 27/06/2019, nos termos do contrato de trabalho.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 02 de abril de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen
Assessor de Gabinete

PORTARIA N° 220/2019

Publicação N° 1969574

PORTARIA N° 220/2019

ACT

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitido em caráter temporário GILDOMAR DA SILVA MARTINS para prestar serviços de excepcional interesse público na função de AUXILIAR GERAL - SISAM (40HORAS), pelo período de 25/03/2019 à 13/12/2019, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 02 de abril de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen
Assessor de Gabinete

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/SISAM/2019

Publicação Nº 1969471

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**Processo Nº.: 5/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2019**

No dia 2 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) **SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.585.406/0001-22, com sede administrativa localizada na Rua José Antônio Soares, 2533, bairro Ribanceira do Sul, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 3/2019, Processo Licitatório nº. 5/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11075	CASA DAS EMBALAGENS PLAST CENTER LTDA ME	27, 31, 36
15519	GRAFIX LIVRARIA E PAPELARIA LTDA	
11349	SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
CASA DAS EMBALAGENS PLAST CENTER LTDA ME	18.854.895/0001-97	VILSON VICENTE KRISCISNSKI	025.575.429-97
GRAFIX LIVRARIA E PAPELARIA LTDA	82.946.286/0001-67	LAIS EDUARDA DAROCI	063.251.639-90
SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	12.970.750/0001-75	JURILDA GONCALVES MOTTER	898.695.919-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11075 - CASA DAS EMBALAGENS PLAST CENTER LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
27	GRAMPEADOR PROFISSIONAL 9/14	UN	BRW	8,000	72,0000	576,00
31	LÂMINA PARA ESTILETE C/10 UNIDADES	UN	JOCAR	5,000	5,5000	27,50
36	PAPEL A4, 210X297MM, 75G BRANCO CAIXA C/10 RESMAS	CX	MOBILE	200,000	158,9000	31.780,00

Fornecedor: 11349 - SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AGENDA ANO 2019 15X21	UN	PERMANENTI	20,000	22,4900	449,80
2	APONTADOR DE PLÁSTICO COM APARADOR	UN	STAEDLER	20,000	1,3900	27,80
3	CADERNO 140MMX202MM, 96 FOLHAS	UN	PANAMERICA	20,000	3,9000	78,00
4	CAIXA DE ARQUIVO MORTO EM PLÁSTICO	UN	POLICART	150,000	4,1700	625,50
5	CAIXA DE ARQUIVO MORTO, EM PAPELÃO	UN	DOKPEL	100,000	2,1900	219,00
6	CALCULADORA MÉDIA	UN	ZETA	10,000	18,4400	184,40
7	CALCULADORA PEQUENA	UN	ZETA	5,000	8,4400	42,20

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB

Página: 2/7

Processo Nº.: 5/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2019

Fornecedor: 11349 - SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	CANETA DESTACA TEXTO AMARELA	UN	PILOT	40,000	1,6400	65,60
9	CANETA ESFEROGRÁFICA (AZUL, PRETA E VERMELHA), CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	COMPACTOR	10,000	36,9900	369,90
10	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO PLÁSTICA A4 C/50 UNIDADES TRANSPARENTE	UN	PLASTPARK	10,000	21,4500	214,50
11	CLIPS 2/0 500GR	CX	NEW	12,000	9,9900	119,88
12	CLIPS 6/0 (CX 500GR)	CX	NEW	12,000	10,4900	125,88
13	COLA BASTÃO 40GR, C/ COM 06 UNIDADES	PCT	CIS	10,000	24,9900	249,90
14	COLA BRANCA 90 gr	UN	PIRATININGA	10,000	4,7400	47,40
15	ELASTICO DE BORRACHA 500GR	UN	FULGOR	10,000	15,9900	159,90
16	ENVELOPE A4 240X340	CX	SCRITY	10,000	31,7900	317,90
17	ESPIRAL 20MM P/ ENCADERNAÇÃO, PACOTE COM 80 UNIDADES	PCT	PLASTPARK	10,000	34,9900	349,90
18	ESPIRAL 29MM P/ ENCADERNAÇÃO, PACOTE COM 72 UNIDADES	PCT	PLASTPARK	8,000	43,5100	348,08
19	ESTILETE C/ CABO DE ACRILICO TAM.MÉDIO	UN	CIS	10,000	3,8400	38,40
20	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12MM X 40M, ROLO GRANDE	RL	FITASA	10,000	1,6700	16,70
21	FITA CORRETIVA	UN	MERCUR	20,000	4,4900	89,80
22	FITA CREPE	UN	ADELBRAS	8,000	4,4400	35,52
23	FITA DUPLA FACE	RL	ADELBRAS	8,000	6,7700	54,16
24	GRAFITE 0,5 (ESTOJO C/12 MINAS)	UN	POINTER	10,000	0,9400	9,40
25	GRAFITE 0,7	CX	POINTER	6,000	0,9900	5,94
26	GRAMPEADOR 26/6 T899	UN	BRW	10,000	9,1400	91,40
28	GRAMPO 26/6 CX C/ 5000	CX	RIO TIJUCAS	20,000	4,0200	80,40
30	GRAMPO TRILHO, CAIXA 50 UNID.	UN	DELLO	5,000	12,2900	61,45
32	LAPIS PRETO	CX	LABRA	5,000	20,4900	102,45
33	LAPISEIRA 0,7	UN	CIS	5,000	5,2900	26,45
34	LAPISEIRA Nº 0,5	UN	CIS	5,000	4,3900	21,95
35	MARCADOR PERMANENTE PARA CD, BASE ALCOOL	UN	BRW	10,000	3,1400	31,40
37	PASTA A/Z C/IDENTIFICADOR LOMBO LARGO	UN	CHIES	60,000	11,4900	689,40
38	PASTA COM ZIPER GRANDE, COM COMPARTIMENTO	UN	INCONPAST	5,000	61,5000	307,50
39	PASTA PLÁSTICA	UN	DAC	20,000	2,1900	43,80
40	PASTA PLÁSTICA GROSSA COM ELÁSTICO	UN	POLIONDA	20,000	3,4900	69,80
41	PINCEL ATÔMICO COM PONTA REDONDA (CORES VARIADAS)	UN	JOCAR	5,000	2,8800	14,40
42	POST IT C/ QUATRO	UN	3M	15,000	5,8900	88,35
43	POST IT GRANDE	UN	3M	10,000	6,4900	64,90
44	PRANCHETA ACRILICA A4	UN	ACRIMET	10,000	13,9900	139,90
45	REGUA PLASTICA ACRILICA 30CM	UN	WALEU	10,000	1,9900	19,90
46	TESOURA MEDIA AÇO INOX C/ CABO PRETO PLASTICO	UN	BRW	10,000	7,8900	78,90

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/7

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**Processo Nº.: 5/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2019**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/7

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**Processo Nº.: 5/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2019****CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/7

SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**Processo Nº.: 5/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2019****CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**

Página: 6/7

Processo Nº.: 5/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA**SERVICO INFRA ESTRUTURA SAN. ABAS. AGUA MUN. SJB**

Página: 7/7

Processo Nº.: 5/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2019

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 2 de Abril de 2019.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

CASA DAS EMBALAGENS PLAST CENTER LTDA ME

CNPJ: 18.854.895/0001-97

GRAFIX LIVRARIA E PAPELARIA LTDA

CNPJ: 82.946.286/0001-67

SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

CNPJ: 12.970.750/0001-75

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/PMSJB/2019

Publicação Nº 1969696

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 1/11
 Processo Nº.: 12/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2019

No dia 2 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.652/0001-00, com sede administrativa localizada na PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 10/2019, Processo Licitatório nº. 12/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E COPA E COZINHA DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDOS, AUTARQUIA E FUNDAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12181	A. V. COMÉRCIO VAREJISTA LTDA	
11075	CASA DAS EMBALAGENS PLAST CENTER LTDA ME	5, 7, 16, 19, 23, 25, 44, 50, 56, 57, 58, 59
10824	COMERCIAL MULTVILLE EPP	40
10556	COMERCIAL STORINNY LTDA EPP	
13124	COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRO. DE LIMPEZA LTD	6, 17, 20, 26, 30, 33, 34, 35, 41, 48, 52, 54, 55
11107	J. P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	36, 38, 49, 51
16545	JONAS SCHUTZ	
12371	JUNKES DISTRIBUIDORA LTDA	18, 39, 46, 53
16635	RIO FLEX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO	45
11349	SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 31, 32, 37, 42, 43, 47
11835	VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A. V. COMÉRCIO VAREJISTA LTDA	16.858.182/0001-76	ARILSON J. ALVES	294.019.099-20
CASA DAS EMBALAGENS PLAST CENTER LTDA ME	18.854.895/0001-97	UILSON VICENTE KRISCISKI	025.575.429-97
COMERCIAL MULTVILLE EPP	06.220.022/0001-43	ALAN FILIPE DA SILVA	064.978.469-30
COMERCIAL STORINNY LTDA EPP	73.977.480/0001-19	VALTER PLACIDO DOS SANTOS JUNIOR	612.664.269-49
COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRO. DE LIMPEZA LTD	10.712.308/0001-13	NEILON PAULO GILI	006.123.359-50
J. P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	05.785.417/0001-20	JULIANO DOS SANTOS	849.371.309-00
JONAS SCHUTZ	31.551.960/0001-73	DIEGO HINKEL	105.012.739-05
JUNKES DISTRIBUIDORA LTDA	25.267.561/0001-82	THIAGO SIMÃO WEISS	077.403.769-57
RIO FLEX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO	31.075.213/0001-06	JAMES E. FRANKE	015.628.739-03
SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	12.970.750/0001-75	JURILDA GONCALVES MOTTER	898.695.919-49
VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME	11.414.789/0001-43	MONICA AMORIM SILVEIRA	332.309.228-75

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E COPA E COZINHA DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO FUNDOS, AUTARQUIA E FUNDAÇÃO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 2/11

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

Fornecedor: 10824 - COMERCIAL MULTVILLE EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
40	PANOS PARA CHÃO DE ALGODÃO GRANDE TAMANHO 50CM X 80CM, 100% ALGODÃO, BRANCO.	UN	PANO PRATIC	200,000	2,4300	486,00

Fornecedor: 11075 - CASA DAS EMBALAGENS PLAST CENTER LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	ÁGUA SANITÁRIA COM 05 LITROS COM REGISTRO NO MS, EMBALAGENS RECICLÁVEL. BOA QUALIDADE "COMPOSIÇÃO" QUÍMICA: CARBONATO DE SÓDIO, HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA.	GL	mais brilho	300,000	4,5000	1.350,00
7	Álcool etílico hidratado 96º, caixa c/ 12 litros boa qualidade, cada embalagem contém 01 litro.	CX	mega	100,000	55,0000	5.500,00
16	COPO DESCARTAVEL 180ML NORMAS ABNT COM 25 TIRAS	CX	cristal copo	150,000	51,4900	7.723,50
19	DESINFETANTE LÍQUIDO PARA BANHEIRO COM 05 LITROS BIODEGRADÁVEIS NEUTROS E NATURAIS PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES DIVERSAS. BOA QUALIDADE, EMBALAGEM TAMBÉM DE BOA QUALIDADE E SUPER RESISTENTE.	GL	mais brilho	200,000	5,3900	1.078,00
23	ESCOVA SANITÁRIA COM CABO PLÁSTICO E SUPORTE.	UN	limpamania	50,000	3,6400	182,00
25	ESFREGÃO MOP COM CESTO CABO INOX, 1,60 METROS COM 1 REFIL MICROFIBRA.	UN	nobre	10,000	64,0000	640,00
44	PAPEL TOALHA DE COZINHA (PACOTE COM DOIS ROLOS), FARDOS COM 12 PACOTES.	FR	naturaza	100,000	29,5000	2.950,00
50	SABÃO EM BARRA GLICERINADO, EMBALAGEM COM 05 UNIDADE DE 200G CADA	UN	unic	80,000	4,9000	392,00
56	SUPORTE PARA SABONETEIRA DE PAREDE PARA SABONETE LÍQUIDO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, PARA SER FIXADO NA PAREDE.	UN	nobre	30,000	18,8900	566,70
57	SUPORTE PARA TOALHEIRO PAPEL. INTERFOLHADO EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE PARA SER FIXADO NA PAREDE	UN	nobre	30,000	18,8900	566,70
58	TOALHA DE LOUÇA DE BOA QUALIDADE 40CM X 65CM 95% ALGODÃO NO MÍNIMO, AVULSA.	UN	pratik	100,000	2,0900	209,00
59	VASSOURA DE NYLON COM CABO COMPOSIÇÃO PIGMENTO, MATERIAL SINTÉTICO E METAL NÃO PERECÍVEL.	UN	limpamania	150,000	4,4200	663,00

Fornecedor: 11107 - J. P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
36	LUVAS DE BORRACHA para limpeza doméstica	PAR	TALGE	50,000	1,7800	89,00
38	ODORIZADOR DE AMBIENTES, FRAGRÂNCIAS DE FLORAL E LAVANDA. LATA METÁLICA AEROSSOL COM TAMPAS ATUADORA VERTICAL, 400ML/253GR	FRS	ULTRA FRESH	50,000	5,9000	295,00
49	RODO DE 40CM DE BORRACHA COM CABO	UN	VERPLAST	50,000	3,8000	190,00
51	SABÃO EM PÓ 1KG	CX	ULTRA CLASSE	100,000	2,9000	290,00

Fornecedor: 11349 - SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AÇÚCAR REFINADO, OBTIDO DE CANA DE AÇÚCAR LIVRE DE FERMENTAÇÃO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E DETRITOS DE ANIMAIS OU VEGETAIS. NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, BOLOR, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO, COLORAÇÃO ESCURA E MISTURA. A EMBALAGEM DEVE ESTAR ÍNTECTA, ACONDICIONADA EM POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE E DEVERÁ CONTER DATA DE FABRICAÇÃO, DATA DE VALIDADE E NÚMERO DE LOTE DE FABRICAÇÃO E ESTAR EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 271, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, RESOLUÇÃO CNNPA Nº 12/1978 E RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. A VALIDADE DO PRODUTO NÃO PODERÁ SER INFERIOR A 12 MESES DO RECEBIMENTO. EMBALAGEM DE 1KG	KG	Alto Alegre	400,000	2,8800	1.152,00
2	ÁGUA MINERAL - NATURAL, SEM GÁS, INODORA, INSÍPIDA, ACONDICIONADA EM GALÕES PLÁSTICOS DE 20 LITROS, LACRADOS POR CAPA PLÁSTICA PROTETORA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12(DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM O DECRETO 3.029 DE 16/04/99, RDC 275/2005 E RDC 274/2005 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA. DEVENDO TRAZER NO RÓTULO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS, FONTE, DATA, LOCAL DE ENVASE E VALIDADE.	UN	H leve	60,000	11,9000	714,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 3/11

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

Fornecedor: 11349 - SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ÁGUA MINERAL NATURAL, COM GÁS FARDO COM 12 (DOZE) GARRAFAS DE 500 ML, INODORA, INSÍPIDA, ACONDICIONADA EM GARRAFAS PET, TAMPAS COM ROSCA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, FARDO COM 12(DOZE) UNIDADES, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM O DECRETO 3.029 DE 16/04/99 E RESOLUÇÃO RDC Nº 274, DE 22/09/2005 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA, DEVENDO TRAZER NO RÓTULO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS, FONTE, DATA, LOCAL DE ENVASE E VALIDADE	FR	Hleve	300,000	18,9000	5.670,00
4	ÁGUA MINERAL NATURAL, SEM GÁS FARDO COM 12 (DOZE) GARRAFAS DE 500 ML, INODORA, INSÍPIDA, ACONDICIONADA EM GARRAFAS PET, TAMPAS COM ROSCA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA, FARDO COM 12(DOZE) UNIDADES, E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM O DECRETO 3.029 DE 16/04/99 E RESOLUÇÃO RDC Nº 274, DE 22/09/2005 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA, DEVENDO TRAZER NO RÓTULO OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, COMPOSIÇÃO QUÍMICA CARACTERÍSTICAS FÍSICO-QUÍMICAS, FONTE, DATA, LOCAL DE ENVASE E VALIDADE.	FR	H leve	300,000	15,9000	4.770,00
8	BEBIDA À BASE DE SOJA SEM CONSERVANTES, ZERO LACTOSE E ZERO COLESTEROL, EMBALAGEM TETRA PAK DE 1 L. SABORES MAÇA, LARANJA, MORANGO, MANGA, UVA, COCO, ABACAXI, PÊSSEGO.	UN	Ades	250,000	6,4900	1.622,50
9	BISCOITO DE COCO. DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPO, ISENTA DE MATERIAIS TERROSOS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS E DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 0,400 KG, TENDO DUPLA EMBALAGEM. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE DE NÃO INFERIOR A 120 DIAS.	PCT	Prodasa	200,000	4,6900	938,00
10	BISCOITO DE LEITE SEM RECHEIO. DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTA DE MATERIAIS TERROSOS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS E DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 0,400 KG, TENDO DUPLA EMBALAGEM. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE DE NÃO INFERIOR A 120 DIAS	PCT	Prodasa	200,000	4,6900	938,00
11	BISCOITO MAISENA / DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPO, ISENTA DE MATERIAIS TERROSOS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS E DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 0,400 KG, TENDO DUPLA EMBALAGEM. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 263, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 E RESOLUÇÃO CNPq Nº 12/1978 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS.	PCT	Prodasa	100,000	4,6900	469,00
12	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER. DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPO, ISENTA DE MATERIAIS TERROSOS, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS E DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 0,400 KG, TENDO DUPLA EMBALAGEM. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 263, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 E RESOLUÇÃO CNPq Nº 12/1978 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE DE NÃO INFERIOR A 120 DIAS	PCT	Prodasa	100,000	4,6900	469,00
13	BOLACHA ARTESANAL SEM GLÚTEN, EMBALAGEM DE 175G.	PCT	D'avó	200,000	5,4900	1.098,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 4/11

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

Fornecedor: 11349 - SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
14	BOLO SIMPLES. COMPOSIÇÃO, AÇÚCAR, TRIGO, MARGARINA, FERMENTO, OVOS E LEITE, FEITO EM FORMA RETANGULAR, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, COM PESO DE 1.200 KG	UN	Motter	150,000	15,9000	2.385,00
15	CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOÍDO. COM SELO DE PUREZA ABIC, SELO PQC SUPERIOR E SELO PCS. DEVERÁ SER CONSTITUÍDO POR GRÃOS EXCLUSIVAMENTE 100% ARÁBICA, EM PÓ HOMOGÊNEO, TORRADO E MOÍDO, TIPO EXPORTAÇÃO, MOAGEM MÉDIA, AROMA INTENSO, ENCORPADO. DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM EXTERNA RÓTULO COM REGISTRO DE IDENTIFICAÇÃO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E CÓDIGOS DE BARRA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE: RESOLUÇÃO ANVISA Nº 277, DE 22/09 DE 2005, RDC Nº 12 DE 02/01 DE 2001, RDC Nº 175 DE 22/07 DE 2003 E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 24/05 DE 2010 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INTERNA TIPO VÁCUO PURO. EMBALAGEM 0,500 KG	PCT	Pingo Preto	1.000,000	11,9900	11.990,00
21	DOCE DE FRUTAS CREMOSO. O PRODUTO DEVE SER PREPARADO DE FRUTAS SÃS, LIMPAS, ISENTAS DE MATERIA TERROSA, DE PARASITOS, DE DETRITOS, DE ANIMAIS OU VEGETAIS, E DE FERMENTAÇÃO. PODERÁ SER ADICIONADO DE GLICOSE OU AÇÚCAR INVERTIDO. NÃO DEVE CONTER SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO NORMAL. DEVE ESTAR ISENTO DE PEDÚNCULOS E DE CASCAS, MAS PODE CONTER FRAGMENTOS DA FRUTA, DEPENDENDO DA ESPÉCIE EMPREGADA NO PREPARO DO PRODUTO. É TOLERADA A ADIÇÃO DE ACIDULANTES E DE PECTINA PARA COMPENSAR QUALQUER DEFICIÊNCIA NO CONTEÚDO NATURAL DE PECTINA OU DE ACIDEZ DA FRUTA. DEVERÁ OBEDECER A RESOLUÇÃO RDC Nº 272 DE 22 DE SETEMBRO DE 2005 E RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 09 DE 1978. EMBALAGEM: POTE PLÁSTICO INCOLOR, ATÓXICO, TRANSPARENTE, RESISTENTE, SELADO E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259 DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGEM DE 0,400 KG	UN	Luisalvense	50,000	3,8900	194,50
22	DOCE DE LEITE. O DOCE DE LEITE DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATERIA TERROSA, PARASITOS, E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. O LEITE EMPREGADO DEVE APRESENTAR-SE NORMAL E FRESCO. NO PREPARO DO PRODUTO, O LEITE DEVE ENTRAR NA PROPORÇÃO MÍNIMA DE TRÊS PARTES DE LEITE PARA UMA DE AÇÚCAR. NÃO PODE CONTER SUBSTÂNCIAS ESTRANHAS À SUA COMPOSIÇÃO NORMAL. COMO COADJUVANTE DA TECNOLOGIA DE FABRICAÇÃO É TOLERADO O EMPREGO DE AMIDO NA DOSAGEM MÁXIMA DE 2%. É TOLERADA A ADIÇÃO DE AROMATIZANTES NATURAIS. É PROIBIDO ADICIONAR AO DOCE DE LEITE GORDURAS ESTRANHAS, GELEIFICANTES OU OUTRAS SUBSTÂNCIAS, EMBORA INÓCUAS EXCETO O BICARBONATO DE SÓDIO EM QUANTIDADE ESTRITAMENTE NECESSÁRIA PARA A REDUÇÃO PARCIAL DA ACIDEZ DO LEITE. DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CNNPA Nº 12/1978 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. EMBALAGEM DE 0,400 KG	UN	Triangulo	50,000	6,7900	339,50
24	ESFREGÃO DE AÇO PARA LAVAR LOUÇAS C/ 2 UNIDADES	PCT	Riluz	50,000	1,3200	66,00
27	GARFO PLÁSTICO DESCARTÁVEL, TAMANHO PEQUENO, CONTENDO 50 UNIDADES POR PACOTE	PCT	Strawplast	150,000	2,0800	312,00
28	GARRAFA TERMICA , AMPOLA E CORPO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM SISTEMA DE PRESSÃO OU GATILHO, CAPACIDADE DE 1LT.	UN	Termolar	30,000	130,9000	3.927,00
29	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, BOTIJÃO P - 13KG	UN	Liquigas	100,000	78,9000	7.890,00
31	LÃ DE AÇO 44G PACOTE COM 8 UND	UN	Assolan	50,000	0,8400	42,00
32	LEITE INTEGRAL ESTERILIZADO UHT. ACONDICIONADO EM CAIXA MUTILA MINADA, CARTONADA, ASSÉPTICA, IMPERMEÁVEL AO AR, LUZ E GERMES E POSSUIR PERFEITA CONSERVAÇÃO DO SABOR E DAS QUALIDADES NUTRITIVAS DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 146, DE 07 DE MARÇO DE 1996. O PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 120 DIAS. EMBALAGEM DE 1 LITRO.	UN	Terra Viva	1.000,000	3,1800	3.180,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 5/11

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

Fornecedor: 11349 - SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
37	MARGARINA CREMOSA VEGETAL COM SAL. PRODUTO QUE SE APRESENTA SOB FORMA DE EMULSÃO PLÁSTICA OU FLUÍDA CONTENDO OBRIGATORIAMENTE OS INGREDIENTES LEITE, SEUS CONSTITUINTES, SEM GORDURA TRANS, ÓLEOS E/OU GORDURAS COMESTÍVEIS, SAL E ÁGUA. DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 60% DE LÍPIDIOS. PRODUZIDA A PARTIR DA INTERESTERIFICAÇÃO DOS ÁCIDOS GRAXOS, RECEBENDO ASSIM, COMERCIALMENTE, A DESIGNAÇÃO "LIVRE DE GORDURA TRANS". PODE CONTER VITAMINAS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS, DESDE QUE ESTEJAM NO RÓTULO. FABRICADA A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SELECIONADAS, LIVRE DE MATÉRIA TERROSA, PARASITAS, LARVAS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS. NO RÓTULO DEVERÁ CONSTAR A DENOMINAÇÃO DO PRODUTO E SUA CLASSIFICAÇÃO. ROTULAGEM NUTRICIONAL OBRIGATÓRIA. EMBALAGEM DE PLÁSTICO, ATÓXICO, INDIVIDUAL COM 500 G. VALIDADE: NO MÍNIMO 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. A DATA DE VALIDADE DEVERÁ CONSTAR DA EMBALAGEM PRIMÁRIA. EMBALAGEM DE 0,500 KG	UN	Delicia	50,000	6,8400	342,00
42	PÃO FRANCÊS / UNIDADE PESANDO NO MÍNIMO 50 GRAMAS. PRODUTO OBTIDO PELA COZÇÃO, EM CONDIÇÕES TÉCNICAS ADEQUADAS, DE MASSA PREPARADA COM FARINHA DE TRIGO, FERMENTO BIOLÓGICO, ÁGUA E SAL, PODENDO CONTER OUTRAS SUBSTÂNCIAS ALIMENTÍCIAS APROVADAS. O PÃO DEVE SER FABRICADO COM MATÉRIAS PRIMAS DE PRIMEIRA QUALIDADE, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. SERÁ REJEITADO O PÃO QUEIMADO OU MAL COZIDO. É PERMITIDA A FABRICAÇÃO DE PÃO COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E SAIS MINERAIS. EMBALADO EM SACO PRÓPRIO PARA ACONDICIONAMENTO DO ALIMENTO, DEVIDAMENTE FECHADO. TRANSPORTADO E ENTREGUE EM EMBALAGEM DEVIDAMENTE HIGIENIZADA. DEVERÁ OBEDECER A RDC Nº 263, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, RDC Nº 359 E 360 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003 E ROTULADO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO RDC Nº 259, DE 20 DE SETEMBRO DE 2002. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER A DATA DE VALIDADE E A DATA DE FABRICAÇÃO DO ALIMENTO	UN	Motter	1.000,000	0,4500	450,00
43	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO FOLHA DUPLA ALTA QUALIDADE COM 60 MT C/ 64 UN.	FR	Mili	400,000	99,9000	39.960,00
47	PRATO PLÁSTICO DESCARTÁVEL PS BRANCO 15CM RASO PACOTE COM 10 UNIDADES	UN	Bompack	150,000	0,7900	118,50

Fornecedor: 12371 - JUNKES DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	DESENGORDURANTE ATIVADO, GALÃO DE 5 LITROS	GL	DUNAMIS	100,000	8,7000	870,00
39		UN	PEROVINHA	50,000	3,2300	161,50
46	PASTA ROSA PARA LIMPEZA PESADA	UN	SANY	50,000	2,9500	147,50
53	SACO DE LIXO 100LT COM 100 UNIDADES	PCT	IDEAL	400,000	20,5000	8.200,00

Fornecedor: 13124 - COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRO. DE LIMPEZA LTD

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	ÁLCOOL EM GEL 70° 500ML	UN	FLOPS	400,000	3,1800	1.272,00
17	Copo plástico para cafezinho c/100 unidades, descartável.	TR	TOTALPLAST	500,000	0,9900	495,00
20	DETERGENTE LÍQUIDO P/ COZINHA C/ 05 LITROS BIODEGRADÁVEIS NEUTROS E NATURAIS, PARA LIMPEZAS DE SUPERFÍCIES DIVERSAS	GL	VERDESAN	50,000	7,4500	372,50
26	ESPONJA PARA LOUÇA DUPLA FACE TAMANHO 110MM X 75MM X 23MM	UN	BETTANIN	200,000	0,4800	96,00
30	GUARDANAPO DE PAPEL 30 X 32 PACOTE COM 50 UND	UN	BW	150,000	1,1100	166,50
33	LIMPA VIDROS COM GATILHO, FRASCO COM 550 ML	UN	BELLADONA	60,000	3,3900	203,40
34	LIXEIRO DE 20 LITROS COM TAMPAS CORES RECICLÁVEIS.	UN	ARQPLAST	50,000	9,1000	455,00
35	LUSTRA MÓVEIS COM SILICONE 200ML	UN	AUDAXX	30,000	1,6600	49,80
41	PANOS PEQUENOS PARA LIMPEZA AMARELINHOS PARA TIRAR PÓ, TIPO FLANELA 100% ALGODÃO 30CM X 40CM	UN	MARTINS	100,000	1,0800	108,00
48	QUEROSENE.	LTS	BELLADONA	30,000	8,4000	252,00
52	Sabonete líquido erva doce 5 litros.	UN	VERDESAN	150,000	8,9000	1.335,00
54	SACO DE LIXO 15LT COM 100 UNIDADES	PCT	COMERCIALI	400,000	5,0600	2.024,00
55	SACO DE LIXO 50LT COM 100 UNIDADES	PCT	COMERCIALI	400,000	11,2000	4.480,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTAPágina: 6/11
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019**Fornecedor: 16635 - RIO FLEX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
45	PAPEL TOALHA INTER FOLHA BRANCA (PACOTE COM 1.000 FOLHAS) 100 % CELULOSE	FR	FLOR DELIS	1.000,000	5,5400	5.540,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 7/11
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 8/11
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 9/11
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 10/11
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTAPágina: 11/11
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 2 de Abril de 2019.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

A. V. COMÉRCIO VAREJISTA LTDA	CNPJ: 16.858.182/0001-76	_____
CASA DAS EMBALAGENS PLAST CENTER LTDA ME	CNPJ: 18.854.895/0001-97	_____
COMERCIAL MULTVILLE EPP	CNPJ: 06.220.022/0001-43	_____
COMERCIAL STORINNY LTDA EPP	CNPJ: 73.977.480/0001-19	_____
COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRO. DE LIMPEZA LTD	CNPJ: 10.712.308/0001-13	_____
J. P. DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	CNPJ: 05.785.417/0001-20	_____
JONAS SCHUTZ	CNPJ: 31.551.960/0001-73	_____
JUNKES DISTRIBUIDORA LTDA	CNPJ: 25.267.561/0001-82	_____
RIO FLEX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO	CNPJ: 31.075.213/0001-06	_____
SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	CNPJ: 12.970.750/0001-75	_____
VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME	CNPJ: 11.414.789/0001-43	_____

São João do Sul

PREFEITURA

ADITIVO 07_2019_PREF

Publicação Nº 1969955

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 07/2019/PREF

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2017/PREF

OBJETO: Fica corrigido a partir do dia 22 (vinte e dois) do mês de março do corrente ano o valor mensal do Contrato Administrativo nº 23/2017, aplicando-se o índice do IGP-M (FGV) de 7,6%, conforme alínea "h" da Clausula Terceira do Contrato Original.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e respectivas alterações.

São João do Sul/SC, 18 de março de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

ADITIVO 08_2019_PREF

Publicação Nº 1969956

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 08/2019/PREF

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2019/PREF

OBJETO: Fica aditado em até 25% (vinte e cinco por cento) as quantidades do Contrato Administrativo nº 12/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: DEBORA DA SILVA SALVARO ASSESSORIA – ME

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e respectivas alterações.

São João do Sul/SC, 25 de março de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

ADITIVO 09_2019_PREF

Publicação Nº 1969948

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE ADITIVO Nº 09/2019/PREF

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2017/PREF

OBJETO: Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato nº 24/2017, em conformidade com o pedido anexo ao presente instrumento, e, em conformidade com o artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: CLARO S/A

VALOR: R\$ 19.953,60

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03.01 – 2.003 – 3.3.90.39.64.00.00.0080 (07).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93 e respectivas alterações.

São João do Sul/SC, 29 de março de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 015 DE 12 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1970375

DECRETO Nº. 015 DE 12 DE MARÇO DE 2019

Convoca a IV Conferência Municipal de Saúde de São João do Sul, e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso V, Art. 55, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a IV Conferência Municipal de Saúde, com o tema "Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS".

Art. 2º - A IV Conferência Nacional de Saúde será coordenada pela presidente do Conselho Municipal de Saúde, Srª Rejane Elíbio de Borba.

Art. 3º - A IV Conferência Nacional de Saúde será realizada no dia 11/04/2019(quinta-feira), às 13:30 hs, na Câmara de Vereadores do Município de São João do Sul, sito a Rua Padre Pedro Baldoncine, 651 – Centro-São João do Sul/SC.

Art. 4º - As despesas com a organização e realização da IV Conferência Municipal de Saúde correrão por conta de recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 12 de março de 2019.
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO 09-2019

Publicação Nº 1970138

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019_SRP

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade Registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa p/ futura(s) e eventual(is) aquisição(ões) de materiais de expediente para diversas Secretarias desta Municipalidade e destacamento de polícia militar, bem como materiais de expediente para as escolas da rede municipal de ensino fundamental e infantil e materiais escolares para uso em sala de aula e distribuição gratuita aos alunos da rede municipal de ensino, conforme as especificações mínimas constantes no Termo de Referência.

Base Legal: Lei Federal nº 10.520, de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 151, de 12 de novembro de 2013, Lei complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Lei Federal nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8666 de 21 de junho de 1993 e todas as respectivas alterações da legislação mencionada.

Os envelopes deverão ser entregues até às 08h45min do dia 12 de abril de 2019, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 12 de abril de 2019.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de São João do Sul, sito à Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro de São João do Sul/SC. No horário das 08h00 as 12h00 e das 13h30min as 17h30min de segunda a sexta, no e-mail: licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br ou pelo tel. (48) 3539-0113.

São João do Sul-SC, 02 de abril de 2019.

Moacir Francisco Teixeira
Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

AUMENTO DE KM TRANSPORTE ESCOLAR

Publicação N° 1969784

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUDANÇA DE QUILOMETRAGEM EM LINHA DO TRANSPORTE ESCOLAR

Processo N° 01/2019 Pregão Presencial 01/2019 e
Processo N° 04/2019 Pregão Presencial 03/2019

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar de alunos do interior do município para as escolas municipais e estaduais

Conforme prevê o item 2 do edital "(...)Todas as linhas estarão sujeitas a medição da quilometragem, alteração para mais em até no máximo 25% ou para menos conforme a necessidade da Secretaria da Educação.(...)"

De acordo com Laudo de Medição das linhas do Transporte Escolar 2019 emitido pela Coordenação do Transporte Escolar Municipal da Secretaria Municipal de Educação de São Joaquim:

Linha 13 – De 108,00 km diários – para 117,00 km diários
Linha 34 – De 100,00 km diários – para 105,60 km diários
Linha 35 – De 92,60 km diários – para 115,75 km diários
Linha 37 – De 119,40 km diários – para 128,00 km diários
Linha 41 – De 46,25 km diários – para 53,00 km diários
Linha 44 – De 97,00 km diários – para 121,25 km diários
Linha 58 – De 100,00 km diários – para 125,00 km diários
Linha 63 - De 74,80 km diários – para 93,50 km diários

São Joaquim, 02 de abril de 2019

Diretoria de compras

DECRETO N° 153/2019

Publicação N° 1969246

DECRETO N° 153/2019

"QUE NOMEIA SERVIDORA POR FORÇA DO
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N° 02/2018"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a senhora ALINE RODRIGUES, para ocupar o Cargo Efetivo de Professora de Educação Física, na E.B.M. João Inácio de Melo, localidade de Santa Isabel, período vespertino, com 20 horas semanais, classificada em 1º lugar no Concurso Público N° 02/2018, homologado em 18/02/2019, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de março de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO N° 154/2019

Publicação N° 1969254

DECRET O N° 154/2019

"QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A

COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO DISCIPLINAR E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a Comissão Permanente de Processo Disciplinar e Inquérito Administrativo da Prefeitura Municipal de São Joaquim-SC, integrada pelos seguintes membros:

- Luciani Padilha Macedo – Matrícula Nº 9283 – Presidente;
- Marta Silveira Pereira - Matrícula Nº 2635 Secretária e
- Zilda Tavares de Jesus Nº 8260 - Membro

Parágrafo Único – A referida Comissão deverá atuar a partir desta data em todos os Processos Disciplinares e Inquéritos Administrativos, que a Administração Pública julgar necessário ser aberto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 139/2018, de 10/04/2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de março de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 155/2019

Publicação Nº 1969255

DECRET O Nº 155/2019**“NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

O Prefeito Municipal de São Joaquim-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Saúde de São Joaquim/SC, conforme determinação do Decreto Nº 135/2019, de 22/03/2019 com os seguintes membros:

- I – Coordenadora Geral: Bianca Pimentel;
- II – Coordenador Adjunto: Lisiana Aparecida Bernardo;
- III – Relator Geral: José Teodoro Sena Amaral;
- IV – Relator Adjunto: Kerlen Pitz Godinho de Lima Costa;
- V - Secretária de Credenciamento: Edilene Nunes Vandresen;
- VI - Coordenador Eixo I: Felipe Leopoldino de Oliveira;
- VII – Coordenador Eixo II: André Luis Bardt;
- VIII– Coordenadoras Eixo III: Lisiana Aparecida Bernardo e Juliana Goulart da Rosa.

Art. 2º - A Conferência Municipal de Saúde será presidida pela Secretaria de Administração do Município de São Joaquim – SC, senhora Kerlen Pitz Godinho de Lima Costa.

Art. 3º - A Conferência será realizada no dia 04 de abril de 2019.

Art. 4º - As subdivisões da referida Comissão Organizadora terão as seguintes funções:

I – Coordenadora Geral: Assumir a responsabilidade oficial pela Conferência, assinar documentos oficiais, deliberar sobre assuntos técnicos, administrativos sobre a realização da mesma;

II – Coordenador Adjunto: Auxiliar o coordenador geral e se responsabilizar pela estrutura organizativa de Conferência: local da realização, alimentação, hospedagem e locomoção dos palestrantes, e suporte necessário à organização, antes e durante a realização do evento;

III – Relator Geral: acompanhar a execução dos diversos trabalhos junto com o Coordenador Geral, elaborar documentos, ofícios convocando palestrantes, convidados e delegados da Conferência, realizar ata e elaborar o relatório final da Conferência, bem como, demais documentos;

IV- Relator Adjunto: Auxiliar no que for necessário a Relatora Geral, presidir a Conferência como mestre de cerimônia;

V- Secretária de Credenciamento: se responsabilizará pelo credenciamento dos participantes delegados da Conferência de Saúde e ficará à disposição até o dia 25/04/2019, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, e durante a Conferência no dia 04 de abril de 2019, no auditório da Escola de Educação Básica Martinho de Haro, após a realização da Conferência, na sede da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Joaquim, para atender os delegados;

VI- Coordenador Eixo I: se responsabilizará em coordenar o grupo referente ao tema "Saúde como Direito", orientando e organizando o funcionamento para apresentação das propostas criadas em grupo de trabalho;

VII- Coordenador Eixo II: se responsabilizará em coordenar o grupo referente ao tema "Consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde", orientando e organizando o funcionamento para apresentação das propostas criadas em grupo de trabalho;

VIII- Coordenador Eixo III: se responsabilizará em coordenar o grupo referente ao tema "Financiamento adequado e suficiente para o Sistema Único de Saúde", orientando e organizando o funcionamento para apresentação das propostas criadas em grupo de trabalho.

Art. 5º - Os delegados serão indicados pelas Instituições da sociedade civil, entidades, sindicatos, etc. legalmente constituídas no Município.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Saúde dará apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da Comissão.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de março de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 156/2019

Publicação Nº 1969259

DECRET O Nº 156/2019

"QUE CANCELA GRATIFICAÇÃO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica CANCELADA a Gratificação correspondente a 40% (quarenta por cento), do Piso salarial, conforme Lei Municipal Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Art. 12, anexo VI, que havia sido concedida a servidora: - LUCIANI PADILHA MACEDO, para atuar na Sala do Empreendedor e também como membro da Comissão de Inquérito Administrativo na condição de Secretária, concedida através do Decreto Nº 273/2018, de 14/08/2018. O referida cancelamento é a contar do dia 31/03/2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 31 de março de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 157/2019

Publicação Nº 1969260

DECRETO Nº 157/2019

a) "QUE PRORROGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 263/2018 DE 02 DE AGOSTO DE 2018, QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO REQUERIDO POR ANTONIO MANOEL COSTA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

b) Art. 1º - Ficam PRORROGADOS os efeitos do Decreto nº 263/2018, de 02 de Agosto de 2018, QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO REQUERIDO POR ANTONIO MANOEL COSTA, de um imóvel urbano de terras medindo 1.600,68 m².

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 158/2019

Publicação Nº 1969263

DECRET O Nº 158/2019

"QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO A FUNCIONÁRIO MUNICIPAL"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o artigo 12, anexo VI da Lei Municipal Nº 4.324/15, de 15/05/15; Fica concedida GRATIFICAÇÃO correspondente a 60% (sessenta por cento) do Piso Salarial do Quadro de Pessoal do Poder Executivo a servidora LUCIANI PADILHA MACEDO – matrícula 9283, para atuar na Sala do Empreendedor e também como presidente da Comissão de Inquérito Administrativo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 159/2019

Publicação Nº 1969266

DECRET O Nº 159/2019

"QUE CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o artigo 12, anexo VI da Lei Municipal Nº 4.324/15, de 15/05/15; Fica concedida GRATIFICAÇÃO correspondente a 40% (quarenta por cento) do Piso Salarial do Quadro de Pessoal do Poder Executivo a servidora ZILDA TAVARES DE JESUS – matrícula 8260, para atuar como membro da Comissão de Inquérito Administrativo na condição de membro.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 160/2019

Publicação Nº 1969288

DECRET O Nº 160/2019

"QUE EXONERA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADO de seu respectivo cargo a senhora: - KARINA LOTTERMANN DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Secretaria Particular (Secretaria de Educação) – CC-1, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 166/2018, de 24/04/2018. A referida exoneração é a contar do dia 31/03/2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 31 de março de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 161/2019

Publicação Nº 1969294

DECRETO Nº 161/2019

"QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO EM 31/12/2018, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.602/2018, DE 13/12/2018"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para as seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

02.04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

(55)4.4.90.00.00.00.00.2.033-5100 Recursos Ordinários 7.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 7.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro verificado em 31/12/2018 na fonte de Recursos Ordinários – Exercícios Anteriores.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 162/2019

Publicação Nº 1969316

DECRET O Nº 162/2019

"QUE REMANEJA DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA ATIVIDADE NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.602/2018, ART. 4º, DE 13/12/2018"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

02.07 – SECRETARIA DE TURISMO, IND, COM E SERVIÇOS

(51) 4.4.90.00.00.00.00.2.018-5000 Recursos Ordinários 5.000,00

TOTAL DO REMANEJAMENTO 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento dos Créditos que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do remanejamento de saldo da seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

02.07 – SECRETARIA DE TURISMO, IND, COM E SERVIÇOS

(50) 3.3.90.00.00.00.00.2.018-5000 Recursos Ordinários 5.000,00

TOTAL DO REMANEJAMENTO 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de abril de 2019
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 163/2019

Publicação Nº 1969321

DECRETO Nº 163/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
DECRETA:

Art. 1º - As diárias devidas aos funcionários públicos do Município, ficam assim constituídas:

I – PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL:

Diária InternacionalR\$ 1.100,00
Diária fora do EstadoR\$ 800,00
½ Diária fora do EstadoR\$ 400,00
Diária dentro do Estado R\$ 500,00
½ Diária dentro do EstadoR\$ 250,00

II – SECRETÁRIOS, DIRETORES, CONTADOR e JURÍDICO:

Diária fora do EstadoR\$ 400,00
½ Diária fora do EstadoR\$ 200,00
Diária inteira dentro do Estado R\$ 250,00
½ Diária dentro do EstadoR\$ 125,00

III – FUNCIONÁRIOS:

Diária fora do EstadoR\$ 300,00
½ Diária fora do EstadoR\$ 150,00
Diária inteira dentro do Estado R\$ 250,00
½ Diária dentro do EstadoR\$ 125,00

Art. 2º - Os funcionários que se enquadram nos itens II e III, quando em viagem nos municípios da AMURES, terão direito a diárias assim estipuladas:

Diária inteira/AMURES c/ pernoite R\$ 150,00 (somente com a três notas fiscais: almoço, janta e pernoite).
Diária AMURES s/ pernoite:R\$ 50,00 (com comprovação da viagem).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto nº 173/2017, de 30/09/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 164/2019

Publicação Nº 1970156

DECRETO Nº 164/2019

**“QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM AS
COMISSÕES DE SELEÇÃO E DE MONITORAMENTO, DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 13.019/2014, QUE REGULAMENTA O REGIME
JURÍDICO DAS PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL”**

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam NOMEADAS a COMISSÕES DE SELEÇÃO E DE MONITORAMENTO, integrada pelos seguintes MEMBROS:

COMISSÃO DE SELEÇÃO:

- MÁRCIO MARTINS VELHO;
- SIDINEI DE OLIVEIRA;
- EDSON DONIZETE PEREIRA;
- DAIANE HUGEN TOMAZ e
- CLEO RODRIGO NEZI.

COMISSÃO DE MONITORAMENTO:

- LUSIANE ZANDONADI NUNES;
- EVERTON DE SOUZA HUGEN;
- ÉRICO VIEIRA MACHADO;
- DOLORES GARCIA DE BETIO e
- CLEIDE BORTOLUZZI LOPES.

Parágrafo Único - As nomeações referidas no artigo 1º deste Decreto, não terão ônus para o Município.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 127/2019, de 18/03/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 02 de abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

EXTRATOS DE ATAS E CONTRATOS MARÇO 2019

Publicação Nº 1970324

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS MARÇO 2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 04/2017 2º ADITI - Contrato Nº: 04/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
Contratada...: NETJOB TECNOLOGIA LTDA
Valor : 24.824,15 (vinte e quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais e quinze centavos)
Vigência : Início: 02/03/2019 Término: 01/03/2020
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2017
Recursos : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 760.621,24
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria aos sistemas de gestão administrativa/tributária, com experiência comprovada em redes de computadores, otimizando o desempenho dos bancos de dados e fora da rede de computadores da Prefeitura

Aditivo Nº : 05/2017 MULTI 2º - Contrato Nº: 05/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
Contratada...: RADIO DIFUSORA SÃO JOAQUIM
Valor : 15.496,66 (quinze mil quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos)
Vigência : Início: 26/03/2019 Término: 25/03/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2017
Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (6), 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (20)
Objeto : Contratação de empresa para veiculação de Rádiodifusão para todas as Entidades Municipais, Fundos e Secretarias.

Contrato Nº...: 11/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
Contratada...: MARCELO RICARDO FORMOLO JUNIOR
Valor : 5.389,00 (cinco mil trezentos e oitenta e nove reais)
Vigência : Início: 18/03/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação do Engenheiro Ambiental Marcelo Ricardo Formolo Junior CREA/SC 143650-4, para elaboração de projeto de reposição florestal e acompanhamento e elaboração de relatório para supressão de araucárias conforme condicionante descrita na autorização de corte nº 805/2018 para dar continuidade a execução de obra pública de alargamento de estrada SJM-50 de ligação a localidade de Luizinho a partir do km 07 até a capela, outorgada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) antiga FATMA

Aditivo Nº : 1º ADTV 07/2018 - Contrato Nº: 07/2018
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: SERVICO SOCIAL DO COMERCIO - SESC AR/SC
 Valor : 15.066,19 (quinze mil e sessenta e seis reais e dezenove centavos)
 Vigência : Início: 19/03/2019 Término: 18/03/2020
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2018
 Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (6) Saldo: 1.069.871,71
 Objeto : Contratação do SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC AR/SC para prestação de serviço de nas áreas de Assistência, Cultura, Lazer e Saúde destinados ao atendimento da população deste município.

Aditivo Nº : 72/2018 1ºaditiv - Contrato Nº: 72/2018
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Contratada...: LOCALIZA RENT A CAR SA
 Valor : 3.120,00 (três mil cento e vinte reais)
 Vigência : Início: 01/03/2019 Término: 30/04/2019
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 49/2018
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Empresa Localiza Rent a car S/A, para locação de veículos conforme necessidade da Administração.

São Joaquim, 2 de Abril de 2019

GIOVANI NUNES

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS MARÇO 2019 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SÃO JOAQUIM

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 05/2017 MULT 2º - Contrato Nº: 05/2017 (multi)
 Contratante...: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 Contratada...: RADIO DIFUSORA SAO JOAQUIM
 Valor : 7.748,32 (sete mil setecentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos)
 Vigência : Início: 26/03/2019 Término: 25/03/2020
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2017
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 20.285,81
 Objeto : Contratação de empresa para veiculação de Rádiodifusão para todas as Entidades Municipais, Fundos e Secretarias.

Aditivo Nº : 12/2018 1º ADIT. - Contrato Nº: 12/2018
 Contratante...: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 Contratada...: EVERALDO SILVEIRA LOSS
 Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)
 Vigência : Início: 05/03/2019 Término: 04/09/2019
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2018
 Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 169.098,63
 Objeto : Auxílio Moradia (aluguel social), em caráter de emergência para abrigar a Senhora Daiane Demeciano de Souza, em virtude da situação de vulnerabilidade social, pelo período de 06 (seis) meses, conforme parecer social (memorando interno).

Contrato Nº.: 02/2019
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
Contratada.: GRAZIELA CRISTINA LUIZ DAMACENA GABRIEL 0205800890
Valor : 6.700,00 (seis mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 01/03/2019 Término: 30/04/2019
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de profissional para capacitação de conselheiros tutelares, inclusive suplentes, profissionais da rede socioassistencial do município de São Joaquim e conselheiros do CMDCA.

Contrato Nº.: 03/2019
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
Contratada.: PATRICIA PINTO RIBEIRO INDA EIRELI
Valor : 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
Vigência : Início: 21/03/2019 Término: 20/03/2020
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da Instituição FLOR DE LÓTUS para acolhimento de idoso.

São Joaquim, 2 de Abril de 2019

GIOVANI NUNES - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS MARÇO 2019
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOAQUIM

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 05/2017 MULT 2º - Contrato Nº: 05/2017 (multi)
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
Contratada.: RADIO DIFUSORA SAO JOAQUIM
Valor : 7.748,32 (sete mil setecentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos)
Vigência : Início: 26/03/2019 Término: 25/03/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 20.285,81
Objeto : Contratação de empresa para veiculação de Rádiodifusão para todas as Entidades Municipais, Fundos e Secretarias.

Aditivo Nº : 12/2018 1º ADIT. - Contrato Nº: 12/2018
Contratante.: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
Contratada.: EVERALDO SILVEIRA LOSS
Valor : 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 05/03/2019 Término: 04/09/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2018
Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 169.098,63
Objeto : Auxílio Moradia (aluguel social), em caráter de emergência para abrigar a Senhora Daiane Demeciano de Souza, em virtude da situação de vulnerabilidade social, pelo período de 06 (seis) meses, conforme parecer social (memorando interno).

Contrato Nº.: 02/2019
 Contratante...: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 Contratada...: GRAZIELA CRISTINA LUIZ DAMACENA GABRIEL 0205800890
 Valor : 6.700,00 (seis mil e setecentos reais)
 Vigência : Início: 01/03/2019 Término: 30/04/2019
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2019
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de profissional para capacitação de conselheiros tutelares, inclusive suplentes, profissionais da rede socioassistencial do município de São Joaquim e conselheiros do CMDCA.

Contrato Nº.: 03/2019
 Contratante...: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL SAO JOAQUIM
 Contratada...: PATRICIA PINTO RIBEIRO INDA EIRELI
 Valor : 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
 Vigência : Início: 21/03/2019 Término: 20/03/2020
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2019
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação da Instituição FLOR DE LÓTUS para acolhimento de idoso.

TOMADA DE PREÇO Nº 1/2019
 PROCESSO Nº 7/2019 HOMOLOGAÇÃO: 22/03/2019
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Contratação de empresa para a execução das obras de reforma, acessibilidade e melhoramento e ampliação das Unidades Básicas de Saúde do município.

CONTRATADO: FJL CONSTRUCAO E REFORMA DE IMOVEIS EIRELI
 VALOR DA DESPESA: R\$ 51.164,41 (cinquenta e um mil cento e sessenta e quatro reais e quarenta e um centavos)

CONTRATADO: VANESSA SILVA DE LIMA EIRELI
 VALOR DA DESPESA: R\$ 40.924,70 (quarenta mil novecentos e vinte e quatro reais e setenta centavos)

CONTRATADO: QUALIFY CONSTRUCAO INSTALACAO E COMERCIO EIRELI
 VALOR DA DESPESA: R\$ 176.569,43 (cento e setenta e seis mil quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2019
 PROCESSO Nº 8/2019 HOMOLOGAÇÃO: 26/03/2019
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM
 OBJETO: Aquisição de uniformes para os servidores vinculados aos Programas do Fundo Municipal de Saúde e para o SAMU USB02.

CONTRATADO: FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP
 VALOR DA DESPESA: R\$ 56.603,00 (cinquenta e seis mil seiscentos e três reais)

São Joaquim, 02/04/2019
 GIOVANI NUNES - Prefeito Municipal

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATOS MARÇO 2019 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOAQUIM

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 05/2017 MULT 2º - Contrato Nº: 05/2017 (multi)
 Contratante...: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
 Contratada...: RADIO DIFUSORA SAO JOAQUIM
 Valor : 7.748,33 (sete mil setecentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos)
 Vigência : Início: 26/03/2019 Término: 25/03/2020
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 5/2017
 Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM
 Recursos : Dotação: 2.033.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 621.001,35
 Objeto : Contratação de empresa para veiculação de Rádiodifusão para todas as Entidades Municipais, Fundos e Secretarias.

Contrato Nº.: 43/2019
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada.: RONALDO BATISTELA 07716356992
Valor : 87.732,00 (oitenta e sete mil setecentos e trinta e dois reais)
Vigência : Início: 14/03/2019 Término: 20/12/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da empresa RONALDO BATISTELA para prestação de serviço de Transporte Escolar de alunos do interior do município para as escolas municipais e estaduais.

Contrato Nº.: 44/2019
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada.: CLEUDELIR DE SOUZA DE GUIMARÃES
Valor : 7.752,00 (sete mil setecentos e cinquenta e dois reais)
Vigência : Início: 18/03/2019 Término: 20/12/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação do Sr. CLEUDELIR DE SOUZA GUIMARAES para prestação de serviço de Transporte Escolar de alunos do interior do município para as escolas municipais e estaduais.

Contrato Nº.: 45/2019
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada.: Luiz Carlos Nunes
Valor : 5.168,00 (cinco mil cento e sessenta e oito reais)
Vigência : Início: 20/03/2019 Término: 20/12/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da empresa LUIZ CARLOS NUNES para prestação de serviço de Transporte Escolar de alunos do interior do município para as escolas municipais e estaduais.

Contrato Nº.: 46/2019
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada.: ROZENITA OLIVEIRA RODRIGUES 03033980945
Valor : 70.479,36 (setenta mil quatrocentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos)
Vigência : Início: 22/03/2019 Término: 20/12/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da Sr.(a) ROZENITA OLIVEIRA RODRIGUES para prestação de serviço de Transporte Escolar de alunos do interior do município para as escolas municipais e estaduais.

Contrato Nº.: 47/2019
Contratante.: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
Contratada.: JOSEFFER BITTENCOURT FLORES 10523445938
Valor : 40.950,00 (quarenta mil novecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 22/03/2019 Término: 20/12/2019
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação da empresa JOSEFFER BITTENCOURT FLORES para prestação de serviço de Transporte Escolar de alunos do interior do município para as escolas municipais e estaduais.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2019
PROCESSO Nº 3/2019 HOMOLOGAÇÃO: 06/03/2019
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar para consumo e uso nas Escolas e CEIS da Rede Municipal de Ensino da SMECD.

CONTRATADO: MAYCON WILL EIRELI - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 66.810,00 (sessenta e seis mil oitocentos e dez reais)

CONTRATADO: LH COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS EIRELI - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.066.485,00 (um milhão sessenta e seis mil quatrocentos e oitenta e cinco reais)

CONTRATADO: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 304.250,00 (trezentos e quatro mil duzentos e cinquenta reais)

CONTRATADO: J J J IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 82.872,00 (oitenta e dois mil oitocentos e setenta e dois reais)

CONTRATADO: JONAS SCHUTZ
VALOR DA DESPESA: R\$ 271.002,00 (duzentos e setenta e um mil e dois reais)

CONTRATADO: BR COMERCIO DE CARNES LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 243.150,00 (duzentos e quarenta e três mil cento e cinquenta reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2019
PROCESSO Nº 6/2019 HOMOLOGAÇÃO: 12/03/2019
CONTRATANTE: FUNDO MUNIC. DE EDUCACAO SAO JOAQUIM
OBJETO: Aquisição de mobiliário de copa e cozinha para atender as necessidades das Escolas Básicas Municipais e Centros de Educação Infantil.

CONTRATADO: VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais)

=====

São Joaquim, 02/04/2019
GIOVANI NUNES - Prefeito Municipal

MUDANÇA DE VEÍCULO TRANSPORTE ESCOLAR

Publicação Nº 1969788

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MUDANÇA NA CAPACIDADE DE PASSAGEIROS PARA VEÍCULOS DAS LINHAS DO TRANSPORTE ESCOLAR

Processo Nº 01/2019 Pregão Presencial Nº: 01/2019 e
Processo Nº 04/2019 Pregão Presencial Nº: 03/2019

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar de alunos do interior do município para as escolas municipais e estaduais.

Conforme prevê o item 23.11 letras p) e q) do edital e de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, através de seu Secretário Sr. Fabiano Padilha e seu Coordenador do Transporte Escolar Municipal Sr. Osmar Seifert, este departamento informa que devido a redução de alunos houve alteração da capacidade de passageiros para veículos das seguintes linhas:

Linha 08 – De: Veículo com capacidade de até 12 passageiros
– Para: Veículo com capacidade de até 15 passageiros;
Linha 21 – De: Veículo com capacidade de até 25 passageiros
– Para: Veículo com capacidade de até 40 passageiros;
Linha 27 – De: Veículo com capacidade de até 12 passageiros
– Para: Veículo com capacidade de até 25 passageiros;
Linha 30 – De: Veículo com capacidade de até 12 passageiros
– Para: Veículo com capacidade de até 04 passageiros;
Linha 40 – De: Veículo com capacidade de até 15 passageiros
– Para: Veículo com capacidade de até 25 passageiros;
Linha 63 – De: Veículo com capacidade de até 25 passageiros
– Para: Veículo com capacidade de até 40 passageiros;
Linha 69 – De: Veículo com capacidade de até 25 passageiros
– Para: Veículo com capacidade de até 40 passageiros;

São Joaquim, 02 de abril de 2019

Diretoria de Compras

PORTARIA Nº 265/2019

Publicação Nº 1969193

PORTARIANº 265/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por Término de Contratos a senhora: – ELIANE APARECIDA MACIEL ARTISMO, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, no Ginásio de Esportes Juraci Santos, bairro Centro, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 307/2018, de 13/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de março de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 266/2019

Publicação Nº 1969198

PORTARIANº 266/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – NILZA APARECIDA PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 22/03/2019. – RITA DE CASSIA DA SILVA PADILHA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem, por 10 (dez) dias, a contar do dia 22/03/2019. – MARIA DE FATIMA SOUSA NUNES, ocupante do cargo de Arquiteta, por 01 (um) dia, no dia 22/03/2019. – LUANA BOEIRA PEREIRA, ocupante do Cargo de Coordenadora Jurídica, por 01 (um) dia, no dia 22/03/2019, para tratamento de saúde de seu filho. – LUCIANA LOCATELLI DA ROSA, ocupante do Cargo de Professora, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 22/03/2019. – GABRIEL DE SOUZA CAMARGO, ocupante do cargo de Odontólogo, por 01 (um) dia, no dia 25/03/2019, para tratamento de saúde de sua filha. – FABIANA MOREIRA HENRIQUE, ocupante do Cargo de Professora – 40 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 25/03/2019. – DANIELA MENDONÇA GOULART, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, a contar do dia 25/03/2019. – JUÇARA DE FATIMA PEREIRA, ocupante da Função de Agente Comunitário de Saúde, por ½ (meio) dia, do dia 25/03/2019. – JAMILE MARIA DE ANDRADE SANTOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 25/03/2019, para tratamento de saúde de seu pai. – NEUSA TERESINHA LEITE, ocupante do Cargo de Professora – 30 horas, por 03 (três) dias, a contar do dia 26/03/2019. – ROSANGELA BECCARI ZANDONADI, ocupante do Cargo de Professora – 40 horas, por 01 (um) dia, no dia 26/03/2019, para tratamento de saúde de pessoa da família. – ANDERSON DONIZETE DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor da Secretaria Particular do Gabinete do Prefeito, CC-2, por 03 (três) dias, a contar do dia 26/03/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de março de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 267/2019

Publicação Nº 1969199

PORTARIANº 267/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 02/2019, Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016 e Decreto Nº 014/2018; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora NAIR DAS GRAÇAS BORGES HABITZREUTER, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, período matutino, Profª. Habilitada, na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 04/02/2019, vaga vinculada a professora Daniela Ribeiro Warmeling Silva.

Parágrafo Primeiro – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Parágrafo Segundo – A Vaga referida no artigo 1º desta Portaria é destinada a Contratação em Caráter Temporário Emergencial, oriunda de vagas vinculadas a professores estáveis que irão usufruir da Licença Prêmio conforme a Lei Complementar Nº 4.183/2013, nos artigos 87 e 91, conforme os Decretos Nº 410/2018 e Decreto Nº 045/2019. A referida contratação dar-se-á por um período determinado previsto em Lei

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 04 de fevereiro de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de março de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 268/2019

Publicação Nº 1969203

PORTARIANº 268/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por termino de contrato a senhora: - NAIR DAS GRAÇAS BORGES HABITZREUTER, ocupante da Função de Professora Substituta na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 267/2019, de 27/03/2019. A referida exoneração é a contar do dia 17/03/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 17 de março de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 269/2019

Publicação Nº 1969205

PORTARIANº 269/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por termino de contrato a senhora: - NEUSA WERLICH, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, localidade de Pericó, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 247/2019, de 19/03/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 270/2019

Publicação Nº 1969208

PORTARIANº 270/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA a servidora MARILEI APARECIDA MACIEL DOMINGOS, ocupante da Função de Diretora da E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 099/2017, de 08/02/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 271/2019

Publicação Nº 1969210

PORTARIANº 271/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam CANCELADOS os efeitos da Portaria Nº 220/2019, de 11/03/2019, na parte onde se refere a Alteração da Carga horária da professora SABRINA GOULART ALMEIDA, de 20 horas para 40 horas, período vespertino, devendo a mesma voltar a perceber vencimentos somente por 20 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de Abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 272/2019

Publicação Nº 1969214

PORTARIANº 272/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – JANAINA UIARA DE ANDRADE, ocupante da Função de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 26/03/2019, para tratamento de saúde de seu pai. – BENTA DE FATIMA FURTADO, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 26/03/2019. – JANAINA APARECIDA RIBEIRO ROSA, ocupante da função de Auxiliar Odontológico, por 03 (três) dias, a contar do dia 27/03/2019. – RAFAELA VELHO BORGES, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 27/03/2019, para tratamento de saúde de sua filha. – CLAUDIA LOURENÇO BUENO, ocupante do Cargo de Orientadora Educacional, por 01 (um) dia, no dia 27/03/2019. – NELCI HEMENEGILDA MARAM TOMAZ, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 27/03/2019. – FERNANDA ABADIA FRANÇA MARTINS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 28/03/2019. – ANA MARIA MATTOS DO AMARAL, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 27/03/2019. – MARIA EMILIA NUNES DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora – 20 horas, por 01 (um) dia, no dia 28/03/2019. – IEDA MARIA PEREIRA DA ROSA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, por ½ (meio) dia, no período vespertino do dia 28/03/2019. – JOCELI MACHADO NUNES SOUZA, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde, por 001 (um) dia, no dia 28/03/2019. – MICHELY DA SILVA, ocupante da função de Auxiliar Odontológico, por 01 (um) dia, no dia 29/03/2019. – MORGANA SÁ PEREIRA HOSOI, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 29/03/2019, para tratamento de saúde de seu filho.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 273/2019

Publicação Nº 1969216

PORTARIANº 273/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora NATHALIA ZANDONADI TELES, ocupante da Função de Médica Psiquiatra – Caps, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 321/2018, de 20/06/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 274/2019

Publicação Nº 1969217

PORTARIANº 274/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a pedido a senhora CLEONIR TERESINHA DO NASCIMENTO NUNES, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, localidade de Boava, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 170/2019, de 20/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 275/2019

Publicação Nº 1970151

PORTARIANº 275/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, Artigo 31 e requerimentos protocolados no setor de RH; Fica ALTERADA TEMPORARIAMENTE durante o ano letivo de 2019 a partir de 27 de março de 2019, a carga horária do Professor: – EDUARDO LUIZ MASSENZ, passando de 20 horas para 40 horas, no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, bairro Jardim Minuano, no período vespertino.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 27 de março de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 276/2019

Publicação Nº 1970153

PORTARIANº 276/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao seguinte servidor: - MARCIO DA ROSA BATISTA, ocupante do Cargo de Vigia, referente ao exercício de 2017/2018, a contar do dia 01/04/2019 à 30/04/2019.

Art. 2º - Fica Designado o senhor: - JOÃO PAULO MORAIS ROSA, ocupante do Cargo de Vigia, para substituir o funcionário mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 01 de abril de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PROCESSO 128/2018 PMSJ

Publicação Nº 1969815

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

ATUALIZAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO PROCESSO 128/2018

Processo Nº 128/2018 - Multientidade

Pregão Presencial Nº: 66/2018 - Registro de preços

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviço de manutenção mecânica e elétrica preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios genuínos ou originais, componentes e correlatos, para máquinas e veículos pesados da frota municipal.

Conforme prevê o item 7.9 do termo de referência deste processo "(...) A frota municipal poderá ser reduzida ou ampliada, hipótese em que será modificada a listagem de veículos vinculados a este Edital e comunicada a alteração às empresas contratadas. A manutenção dos veículos que forem integrados à frota será feita pela contratada que atenda a veículos da mesma montadora. (...)”

NO ANEXO III

LOTE 01 – MÃO DE OBRA MECÂNICA

Acrescenta-se ao lote 01 uma RETROESCAVADEIRA JCB Patrimônio: 21650 (Secretaria Municipal de Agricultura).

LOTE 04 – MÃO DE OBRA MECÂNICA

Acrescenta-se ao lote 04 uma RETROESCAVADEIRA XCMG 870 BR Patrimônio: 20891 (Secretaria Municipal de Obras).

LOTE 07 – MÃO DE OBRA ELÉTRICA

Acrescenta-se ao lote 07 uma RETROESCAVADEIRA JCB Patrimônio: 21650 (Secretaria Municipal de Agricultura).

LOTE 12 – MÃO DE OBRA ELÉTRICA

Acrescenta-se ao lote 12 uma RETROESCAVADEIRA XCMG 870 BR Patrimônio: 20891 (Secretaria Municipal de Obras).

E o valor unitário médio das peças será de acordo com o ANEXO IV – CATÁLOGO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PESADOS

São Joaquim, 02 de abril de 2019.
Lucas da Silva
Diretor de compras

São José

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 137/2018

Publicação N° 1970080

AVISO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 8.700/2018

PROCESSO DE COMPRAS N° 693/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 137/2018

REQUERENTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COMPREENDENDO COMPUTADORES, MONITORES E ESTABILIZADORES DESTINADOS AOS SERVIÇOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC.

O Município de São José informa a todos os interessados que está REVOGANDO o Processo Administrativo n° 8.700/2018, Compras n° 693/2018 – Pregão Presencial n° 137/2018, por razões de interesse público.

São José (SC), 01 de abril de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA N° 003, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

Publicação N° 1969817

PORTARIA N° 003, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

NOMEIA MEMBRO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS – JARIA.

A Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ – FMADS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 13 da Lei Municipal n° 3.048, de 04 de setembro de 1997, RESOLVE:

Art. 1º Nomear como membro da Junta Administrativa de Recursos de Infrações Ambientais - JARIA, os abaixo nominados, delegando-lhe os poderes inerentes ao cargo, nos termos do Decreto Municipal n° 22.344/2006:

I - LUIZ FERNANDO K. STRAMARTI – Técnico do quadro de servidores da FMADS, em substituição ao servidor MARCOS V. MODOLO SEBASTIANI;

II - SUZI BABY - integrante com conhecimento Jurídico e legislação ambiental, em substituição a servidora ADRIANA SILVA PACHECO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

São José, 27 de março de 2019.

FERNANDA VIEIRA DINIZ FARIAS
Superintendente da FMADS/SJ
Decreto Municipal n° 6214/2016

PORTARIAS ESTAGIO PROBATÓRIO EDUCAÇÃO 2019

Publicação N° 1970450

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA N° 818/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei n° 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ADRIANA BETT RIBEIRO CATANEO, ocupante de cargo de Auxiliar de Ensino, matrícula 42101-4, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 819/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ALDA LÚCIA DA SILVA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42127-8, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 820/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ALESSANDRA DE COSTA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42102-2, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 821/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ALICE MARIA JONCK HAMMES, ocupante de cargo de Auxiliar de Ensino, matrícula 42100-6, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 822/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ALINE CAVALHEIRO GONÇALVES, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42177-4, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 823/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ALINE JOHELLEN DA SILVA FREITAS, ocupante de cargo de Auxiliar de Ensino, matrícula 42178-2, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 824/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ALINE MARIA LIMA VENERO, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42103-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 825/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ALINE THAIS DE SOUZA, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 40673-2, nomeada em 11 de fevereiro de 2015, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 826/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora AMANDA KUHNEN, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42125-1, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 827/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora AMANDA SEWALD, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42105-7, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 828/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ANA KARINA CORREA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42172-3, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 829/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ANA PAULA MOREIRA EGER, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42175-8, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 830/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ANIMARA FELICIANO DA SILVA NASCIMENTO, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42126-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 831/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ARLANE RODRIGUES SANTOS DA SILVA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42147-2, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 832/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora BRUNA BRANDO DE MEDEIROS, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42098-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 833/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora BRUNA CARLA MENEGOL, ocupante de cargo de Professor, matrícula 425727-8, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 834/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora BRUNA MARQUES, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42097-2, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 835/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora BRUNA PALADINI PEREIRA MARTINS, ocupante de cargo de Auxiliar de Ensino, matrícula 42182-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 836/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora CAMILA DOS SANTOS, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42155-3, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 837/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora CAMILA WILWERT VALTER, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42143-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 838/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora CASSIA FARIA DA COSTA, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42096-4, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 839/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora CASSIANY ADRIANO, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42095-6, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 840/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio

probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora CORINA RAMOS DOS SANTOS, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 426065-1, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de março de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 841/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora DAIANE CATARINA CIPOLATO GOMES, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42093-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 842/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora DANIELA CANTUÁRIA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42094-8, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 843/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR

CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora DANIELA ELI, ocupante de cargo de Orientador Educacional, matrícula 425704-9, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 844/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora DENISE TEREZINHA MARTINS JULIO, ocupante de cargo de Auxiliar de Ensino, matrícula 42183-9, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 845/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora EDUARDA SOUZA FERREIRA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42141-3, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 846/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ELAINE CRISTINA DE SÁ, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42133-2, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 847/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ELIS CRISTINA DE SOUZA, ocupante de cargo de Auxiliar de Ensino, matrícula 42132-4, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 848/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ELIZABETH COELHO KIKUCHI, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42129-4, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 849/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ELIZIANA CLAUDIA DIAS JUNCKES, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42181-2, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 850/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora EMANUELA DA SILVA STRUNCK, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42092-1, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 851/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora EMILIANE DE BARROS DA SILVA, ocupante de cargo de Professor, matrícula

42173-1, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 852/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ESTELA MÔNICA GIMENEZ FALCÃO MARTINS, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42122-7, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 853/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora FÁBIA SCHMITT, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42090-5, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 854/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora FAYGA PEREIRA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42164-2, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 855/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora FERNANDA VIEIRA MARTINS, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42137-5, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 856/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora FLÁVIA DOS SANTOS ABALEM ANTÔNIO, ocupante de cargo de Auxiliar de Ensino, matrícula 42091-3, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 857/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora FRANCIELY VIEIRA LIVRAMENTO, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42174-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 858/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora GABRIELA KRETZER, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42176-6, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 859/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, o servidor GEYSON RICARDO ZILCH, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42088-3, nomeado em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 860/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora GILIANE GUANABARA, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42086-7, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 861/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora GISLAINE DE SOUZA CARONI, ocupante de cargo de Auxiliar de Ensino, matrícula 42089-1, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 862/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora GRASIELA FELICIANO, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42135-9, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público

– Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 863/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora GRASIELA MARTINS WILL NOBRE, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42087-5, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 864/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora GRAZIELE BONGIOLO GUSE, ocupante de cargo de Auxiliar de Ensino, matrícula 42085-9, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 865/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora GREICE ADELIA DA SILVA, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42138-3, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 866/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora HAMANDA MORAIS PEREIRA VIEIRA, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42084-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 867/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora HELENA SCHUCH, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42123-5, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 868/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora HELOISA ADELAIDE BROGNOLI, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42179-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 869/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora IONE TEREZINHA DOS SANTOS SCHREIBER, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42128-6, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 870/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ISABEL RODRIGUES DA SILVA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42083-2, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 871/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora JANAINA ALBINO, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42149-9, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 872/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora JANAÍNA TEIXEIRA SCHNEIDER, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42080-8, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 873/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora JAQUELINE FERREIRA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42082-4, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 874/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora JENIFER DANIELE MAIA DOS SANTOS, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42121-9, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 875/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora JÉSSICA LUISE SABINO, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42112-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 876/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo

224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora JOCIANE APARECIDA KOVALSKI, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42139-1, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 877/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora JOICE GRAZIELA JUSTEN SOUZA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42150-2, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 878/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora JOSIANE AMARAL VIEIRA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42081-6, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 879/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora JOSIANE APARECIDA FAGUNDES MELLO, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42079-4, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 880/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora JOYCE MACIEL RASVEILER, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42113-8, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 881/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora JULIANA DAROESKI GUEDES, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42107-3, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 882/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora JULIANA SOUZA DA SILVEIRA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 425703-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 883/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora KARINY ANTUNES, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42163-4, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 884/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora KARLA MARTINS GUEDES, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42136-4, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se

as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 885/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora KÁTIA ROSILEIA CESCINETTO, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42077-8, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 886/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora KRYSLAINE DE MORAIS VIEIRA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42078-6, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 887/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora LAISE DOS SANTOS SILVA, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42152-9, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 888/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora LIDIANE LAURECI DE SOUZA, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42110-3, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 889/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora LUSIANIA PEREIRA VARGAS, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42151-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 890/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora MANUELLA FUCKS, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42070-8, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 891/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora MARCELA DA ROCHA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42073-5, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 892/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora MARIA DE FÁTIMA TEIXEIRA SANTOS, ocupante de cargo de Auxiliar de Ensino, matrícula 42159-6, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 893/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora MARIA ELIANE HAMMES CLASEN, ocupante de cargo de Auxiliar de Ensino, matrícula 42153-7, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 894/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora MARIA JOSÉ LOZANO, ocupante de cargo de Supervisor Escolar, matrícula 42171-5, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 895/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora MARIANE CRISTINE CASTRO, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42074-3, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 896/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora MARILEIA BACKES, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42170-7, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 897/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora MARLETE CARDOSO, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42076-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 898/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora MAXILENE DOS SANTOS MARTINS DO NASCIMENTO, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42071-9, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 899/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora NÁDIA LILIAN BECKER, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42161-8, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 900/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora RAQUEL ANDRADE, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42108-1, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 901/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora RAQUEL MARTINS, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 426057-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 902/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora REGIANE CARMINATTI PIZONI, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42140-5, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 903/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora RENATA DE SOUZA CAMPAGNA, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 426066-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de março de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 904/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, o servidor ROMOALDO MULLER, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42068-9, nomeado em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 905/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ROSANGELA PEREIRA CENERELI, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42154-5, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 906/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ROSEMERI LIDIA CABRAL DUARTE, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42067-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 907/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ROSENILDA HAMES BOELL, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42145-6, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 908/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora ROZANA PAMPLONA, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42109-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 909/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio

probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora SANDRA REGINA DOS SANTOS, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42146-4, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 910/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora SARA REGINA NAZÁRIO NOBRE, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42158-8, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 911/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora SARAH ZISÉLIA DE AZEVEDO DE MELO, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42118-9, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 912/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR

CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora SIMONE MARIA BITENCOURT, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42180-4, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 913/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora SIMONE VALMIRA MARIANO, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42144-8, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 914/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora STEFANI VICENTE CAVALHEIRO, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42166-9, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 915/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora SUZANY APARECIDA DOS SANTOS, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42064-6, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 916/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora TAMIRIS CÉLIA FERNANDES GARCIA, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 42065-4, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 917/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora THAUANY DA SILVA, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42165-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 918/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora THAYSE DE SOUZA PIRES, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42063-8, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 919/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora VALDIRENE DA SILVA CLAUSEN, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42162-6, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING
Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 920/2019
HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,
RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora VANESSA DOS SANTOS GREGÓRIO, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala,

matrícula 42120-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 921/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora VANUZA DA SILVEIRA FARIAS, ocupante de cargo de Professor, matrícula 42157-0, nomeada em 11 de fevereiro de 2016, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 817/2019

HOMOLOGA RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PÚBLICO PARA O QUADRO DE PESSOAL DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ-SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 224 da Lei nº 2.761, de 25 de abril de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR, nos termos do § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, a avaliação final de desempenho funcional em estágio probatório, tornando estável no magistério municipal, a servidora TEREZINHA ROSIMERE BACCA, ocupante de cargo de Auxiliar de Sala, matrícula 40678-3, nomeada em 11 de fevereiro de 2015, para o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, conforme o Concurso Público – Edital nº 006/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de janeiro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIAN SANDIN BOEING

Secretária Municipal de Educação

RESOLUÇÃO Nº. 03/2019/COMAD

Publicação Nº 1970442

RESOLUÇÃO Nº. 03/2019/COMAD

APROVA OS BALANCETES FINANCEIROS DO FUNDOMUNICIPAL ANTIDROGAS – FMAD REFERENTE AO ANO EXERCÍCIO DE 2018, E REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 02/2019/COMAD/SJ

O Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Municipal nº 4.047 de 17 de novembro de 2003 e, conforme aprovado na reunião extra-ordinária no dia 20 de março de 2019 em acordo com o parecer nº 01/2019 da Comissão de Orçamento Anual e dos Recursos Financeiros do COMAD;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar os balancetes financeiros do Fundo Municipal Antidrogas – FMAD referentes ao exercício de 2018.

Art. 2º. Revoga-se a Resolução nº 02/COMAD/SJ.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 28 de março de 2019.

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA CALDAS
Conselheiro Presidente do COMAD/SJ

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 022/2019

Publicação Nº 1969876

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 022/2019 – Processo nº 052/2019 – Proc. Adm. 1373/2019. Fornecedor: EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATOS DE EDITAIS, AVISOS E DEMAIS ATOS ADMINISTRATIVOS, EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO (LOCAL/REGIONAL) PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 67.750,00 – sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 046/2019

Publicação Nº 1970076

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 046/2019	

DA RATIFICAÇÃO

A autoridade superior, neste ato representada pela SECRETARIA DE SAÚDE, Sra. SINARA REGINA LANDT SIMIONI, em atenção ao que preconiza o Art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICA a presente dispensa de licitação, fundamentada no Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, por preencher os requisitos presentes na Lei de Licitações para a seguinte contratação: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO SUNITINIBE 50 MG PARA ATENDER PACIENTE DE DEMANDA JUDICIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC.

A seguinte empresa:

Credor	Total Cotado
CIRURGICA JAW COM. DE MAT. HOSP. LTDA.	R\$ 28.011,76
TOTAL:	R\$ 28.011,76

São José, 29 de março de 2019.

Pelo presente, ratifico os termos da Dispensa de Licitação e solicito a publicação na imprensa oficial.

	SINARA REGINA LANDT SIMIONI SECRETARIA DE SAÚDE	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 41/2018

Publicação Nº 1970395

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 41/2018	
--	--

DA RATIFICAÇÃO

A autoridade superior, neste ato representada pela SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, Sra. LILIAN SANDIN BOEING, em atenção ao que preconiza o Art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICA a presente dispensa de licitação, fundamentada no caput do Art. 25 da Lei nº 8.666/93, por preencher os requisitos presentes na Lei de Licitações para a seguinte contratação: CHAMADA PÚBLICA, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA ATENDER AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC..

A seguinte empresa:

Credor	Total Cotado
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE RIO FORTUNA E TODA SANTA CATARINA COOPER - FAMILIAR R\$ 183.368,80	
COOP. DE PROD. E CONSUMO FAMILIAR NOSSA TERRA LTDA	462.362,44
TOTAL:	R\$ 645.731,24

São José, 01 de abril de 2019.

Pelo presente, ratifico os termos da Inexigibilidade de Licitação e solicito a publicação na imprensa oficial.

LILIAN SANDIN BOEING SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
--

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 6484/2019

Publicação Nº 1969147

DECRETO Nº 6.484, DE 26 DE MARÇO DE 2019

“NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE OBRAS E EDIFICAÇÕES - COMOBE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Lei Municipal nº 4.691, de 19 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Obras e Edificações do Município de São José do Cedro, criado pela Lei Municipal nº 4.691 de 19 de dezembro de 2017, ficando assim constituído:

§1º. Como representantes do Poder Executivo Municipal:

I – UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, SETOR DE OBRAS;

Efetivo: Elisandra Simone Santin Canton

Suplente: Cassiano Schneider;

II – UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, SETOR DE TRIBUTOS;

Efetivo: Juliana Paula Demarco

Suplente: Jessica Schommer

III – UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;

Efetivo: Elandir João Zanardi

Suplente: Mariel Perin

IV – UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS;

Efetivo: Leandro Pedro Machado

Suplente: Douglas Cesar Patel

V – UM REPRESENTANTE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Efetivo: Marlon Kasper Vidal

Suplente: Marisa Ongaratto Boniatti

VI – UM REPRESENTANTE DO SEMAE;

Efetivo: Júnior Kunz

Suplente: Diego Smanhotto

§2º. Como representantes da sociedade civil:

I – UM REPRESENTANTE DA CLASSE DOS ENGENHEIROS;

Efetivo: Maicon Gonçalves da Silva

Suplente: Ricardo Spessatto Baratto

II – UM REPRESENTANTE DA CLASSE DOS CONTADORES;

Efetivo: Edemir Benjamin Rinaldi

Suplente: Jussilei Gonçalves da Silva

III – UM REPRESENTANTE DA CLASSE DOS ADVOGADOS;

Efetivo: Edina G. Spironello Tremea

Suplente: Andrey Luiz Geller

IV – UM REPRESENTANTE DA CLASSE DOS ARQUITETOS;

Efetivo: Thiago Marco Bertollo

Suplente: Welynton Brun

V – UM REPRESENTANTE DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL;

Efetivo: Heriberto Pagnussatti

Suplente: Romário Ferraz dos Santos

VI – UM REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL ACISC/CDL.

Efetivo: Elizandro Moraes

Suplente: Diogo Locatelli

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 6.325, de 22 de agosto de 2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de março de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6485/2019

Publicação Nº 1969149

DECRETO Nº 6.485, DE 26 DE MARÇO DE 2019.

“DECRETA A REVERSÃO DE IMÓVEL URBANO DOADO EM PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

CONSIDERANDO o Processo Licitatório nº 12/2004 - na Modalidade Edital de Concorrência Pública, Contrato de Doação com Encargos e Cláusula de Reversão nº 36/2004, onde teve como objeto a Doação de Lote Industrial nº11, da quadra 02, com área de 4.111,97m² (quatro mil, cento e onze metros e noventa e sete decímetros quadrados), localizado na Rua Laurindo Zimmer, Parque Industrial Dr. Neme, neste município, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro sob o nº 9.490.

CONSIDERANDO que a Empresa Indústria de Móveis Country LTDA ME, CNPJ 06.148.856/0001-95, foi considerada Vencedora do Processo Licitatório nº 12/2004, Modalidade Concorrência Pública, Contrato de Doação com Encargos e Cláusula de Reversão nº 36/2004;

CONSIDERANDO que a vencedora comprometeu-se a cumprir num prazo estabelecido no Edital os encargos descritos na Cláusula Segunda - Dos Encargos, do Contrato nº 36/2004, do Processo Licitatório nº 12/2004.

CONSIDERANDO que conforme relatório apresentado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico nomeado pelo Decreto nº 5.560, de 05 de setembro de 2014, onde registra que a Empresa acima descrita não cumpriu os encargos que assumira no Processo Licitatório acima citado;

CONSIDERANDO que foi oportunizado ao Sr. Nilton Anzolin, representante da Empresa Vencedora o direito ao contraditório e a ampla defesa estampado no texto constitucional;

CONSIDERANDO que a empresa simplesmente não se manifestou após o recebimento da correspondência recebida em 31 de maio de 2016;

CONSIDERANDO por fim que o propósito do objeto do Edital Processo Licitatório nº 12/2004, Modalidade Concorrência Pública, Contrato de Doação com Encargos e Cláusula de Reversão nº 36/2004 não se concretizou; é que:

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretada a reversão ao Domínio Público Municipal do imóvel, que havia sido doado à Empresa Indústria de Móveis Country LTDA ME, CNPJ 06.148.856/0001-95, através do Processo Licitatório nº 12/2004, Modalidade Concorrência Pública e Contrato de Doação com Encargos e Cláusula de Reversão nº 36/2004, escriturados a mesma com condição pendente do encargo, estando ainda em poder deste ente, a seguir descritos e caracterizados:

- Lote Industrial nº11, da quadra 02, com área de 4.111,97m² (quatro mil, cento e onze metros e noventa e sete decímetros quadrados), localizado na Rua Laurindo Zimmer, Parque Industrial Dr. Neme, neste município, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro sob o nº 9.490.

Art. 2º. A partir desta data, fica anulado todo e qualquer ato de doação constante no Edital acima descrito, e comunicam-se todas as partes envolvidas.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 6.210, de 16 de março de 2018, entrando em vigor o presente Decreto na data de sua publicação, enviando-se cópia do presente ao representante legal da empresa.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 DE MARÇO DE 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 6486/2019

Publicação Nº 1969150

DECRETO Nº 6.486, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

“CRIA COMISSÃO ESPECIAL E NOMEIA SEUS MEMBROS”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de julho de 1990;

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada Comissão Especial integrada por Célia Osmani Toigo, Lúcia Fátima Maldaner, Mauro Weber, Míria Salete Lorscheiter Spironello, Susana Camícia, Fernando Júlio Will, Isoldi Will, Márcia Helena Demossi, Douglas Cesar Patel, Vera Regina Cerioli Costa, Eliane Ana Spironello Foppa, Lisete Brixner Weis, Leda Maria Britz Lunkes, Vera Lourdes Fernandes Ducatti, Viviane Menin Dariva Winter, Gessi Boller, Edilaine Girardi, Odair Maziero, Junior Kunz, Cassia dos Santos e Nédio Verdi para, sob a Presidência do primeiro e Vice-Presidência do segundo, organizarem as festividades relativas ao “61º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA”, que ocorrerão nos meses de maio, junho e julho de 2019.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 27 de março de 2019.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6487/2019

Publicação Nº 1969151

DECRETO Nº 6.487, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DO PROCON REGIONAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, GUARUJÁ DO SUL e PRINCESA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no inciso X do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. O atendimento do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor na Comarca de São José do Cedro, denominado PROCON - São José do Cedro, com sede no Município de São José do Cedro e atendimento as populações do município Sede, e dos Municípios de Princesa e Guarujá do Sul, terá início no dia 01 de abril de 2019, com funcionamento de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre às 07 horas e 13 horas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 DE MARÇO DE 2019.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6488/2019

Publicação Nº 1969153

DECRETO Nº 6.488, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, SUZI SINARA ZAMBENEDETTI DE OLIVEIRA, para exercer o cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 04– MICRO ÁREA 08, carga horária de 160 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2018, homologado através do Decreto nº. 6.409/2018, de 12 de dezembro de 2018, classificada em 1º lugar, média final 6,95, a partir de 01 de abril de 2019, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 DE ABRIL DE 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo

DECRETO Nº 6489/2019

Publicação Nº 1969159

DECRETO Nº 6.489, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, PRISCILA ROMAN, para exercer o cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 04– MICRO ÁREA 04, carga horária de 160 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2018, homologado através do Decreto nº. 6.409/2018, de 12 de dezembro de 2018, classificada em 1º lugar, média final 7,10, a partir de 01 de abril de 2019, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 DE ABRIL DE 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo

DECRETO Nº 6490/2019

Publicação Nº 1969160

DECRETO Nº 6.490, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, RAFAELA BACKES, para exercer o cargo efetivo de DENTISTA ESF, carga horária de 160 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2018, homologado através do Decreto nº. 6.409/2018, de 12 de dezembro de 2018, classificada em 2º lugar, média final 7,75, a partir de 01 de abril de 2019, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 DE ABRIL DE 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo

DECRETO Nº 6491/2019

Publicação Nº 1969162

DECRETO Nº 6.491, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, MARLI DO CARMO MARASCHIM, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SECRETARIA, de livre nomeação e exoneração, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2.020/93, com os vencimentos e atribuições previstos em Lei, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 DE ABRIL DE 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo

DECRETO Nº 6492/2019

Publicação Nº 1969163

DECRETO Nº 6.492, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, ANGELA CHRISTANI, para exercer o cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF 05– MICRO ÁREA 01, carga horária de 160 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2018, homologado através do Decreto nº. 6.409/2018, de 12 de dezembro de 2018, classificada em 1º lugar, média final 6,35, a partir de 01 de abril de 2019, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 DE ABRIL DE 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo

PORTARIA Nº 251/2019

Publicação Nº 1970291

PORTARIA Nº 251/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Yeligel Laris Delevatti, para exercer o cargo de Professor Habilitado, Nível 2, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na área I da Educação Infantil, para ter exercício junto à Creche Municipal Pingo de Gente, neste Município, no período de 01 de abril a 18 de setembro de 2019, em substituição a professora Daiani Foretti, que se encontra em licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,

Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,

Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 252/2019

Publicação Nº 1970292

PORTARIA Nº 252/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora pública municipal Ana Carolina Alberti, ocupante do cargo efetivo Auxiliar de Dentista, matrícula nº 3175, referente ao período aquisitivo de 09/03/2017 a 08/03/2018, para serem gozadas no período de 04 a 13 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de abril de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 253/2019

Publicação Nº 1970294

PORTARIA Nº 253/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal Eila Aparecida da Silva Labre, ocupante do cargo efetivo de Agente Social, Grupo SAU, Nível 04, matrícula nº 584, referente ao período aquisitivo de 28/09/2017 a 27/09/2018, para serem gozadas no período de 01 a 15 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 254/2019

Publicação Nº 1970295

PORTARIA Nº 254/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal Deoclesia Canale Petry, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviço Gerais, Grupo TSG, Nível 01, matrícula nº 3173, referente ao período aquisitivo de 23/03/2016 a 22/03/2017, para serem gozadas no período de 08 de abril a 07 de maio de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 08 de abril de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 255/2019

Publicação Nº 1970297

PORTARIA Nº 255/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor público municipal Rafael Santin, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, matrícula nº 3394, referente ao período aquisitivo de 11/07/2017 a 10/07/2018, para serem gozadas no período de 09 a 18 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 09 de abril de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Administração.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 256/2019

Publicação Nº 1970299

PORTARIA Nº 256/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora pública municipal Débora Pagno, ocupante do cargo efetivo de Contador Geral, Grupo ANS, Nível 15, matrícula nº 3010, referente ao período aquisitivo de 02/05/2016 a 01/05/2017, para serem gozadas no período de 08 a 17 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 08 de abril de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 257/2019

Publicação Nº 1970300

PORTARIA Nº 257/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal Maria Eduarda da Silva Ribeiro, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, matrícula nº 2993, referente ao período aquisitivo de 01/04/2017 a 31/03/2018, para serem gozadas no período de 01 a 30 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 258/2019

Publicação Nº 1970303

PORTARIA Nº 258/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, Art. 22, da Lei Complementar nº 005/2003, de 29 de agosto de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060, de 13 de junho de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Neusa Maria Mergen Rozo, ocupante do cargo efetivo de Professor C.I, Nível 03, matrícula nº 126, o 10º (décimo) triênio, referente ao período de 08/03/2016 a 07/03/2019, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 30% (trinta por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 259/2019

Publicação Nº 1970304

PORTARIA Nº 259/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro

de 1999, Art. 22, da Lei Complementar nº 005/2003, de 29 de agosto de 2003, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060, de 13 de junho de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Carla Assmann, ocupante do cargo efetivo de Professor, Nível 03, matrícula nº 1539, o 05º (quinto) triênio, referente ao período de 16/03/2016 a 15/03/2019, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 15% (quinze por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 260/2019

Publicação Nº 1970305

PORTARIA Nº 260/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060, de 13 de junho de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor público municipal Dilo José Ruckhaber, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, Grupo TSG, Nível 09, matrícula nº 1232, o 6º (sexto) triênio, referente ao período de 01/04/2016 a 31/03/2019, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 18% (dezoito por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 261/2019

Publicação Nº 1970307

PORTARIA Nº 261/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060, de 13 de junho de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Fabiana Fatima Pellenz, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, Grupo SAU, Nível 01,

matrícula nº 2534, o 3º (terceiro) triênio, referente ao período de 02/03/2016 a 01/03/2019, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 09% (nove por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 262/2019

Publicação Nº 1970310

PORTARIA Nº 262/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060, de 13 de junho de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Glades Eloa Conterno, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, matrícula nº 2557, o 3º (terceiro) triênio, referente ao período de 11/03/2016 a 10/03/2019, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 09% (nove por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 263/2019

Publicação Nº 1970312

PORTARIA Nº 263/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060, de 13 de junho de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Maira Maria Flach, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, matrícula nº 3284, o 1º (primeiro) triênio, referente ao período de 10/11/2015 a 09/11/2018, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 03% (três por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 264/2019

Publicação Nº 1970313

PORTARIA Nº 264/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060, de 13 de junho de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor público municipal Valter Troian, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, Grupo TSG, Nível 09, matrícula nº 3346, o 1º (primeiro) triênio, referente ao período de 07/03/2016 a 06/03/2019, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 03% (três por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 265/2019

Publicação Nº 1970314

PORTARIA Nº 265/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 3.457, de 13 de novembro de 2007, alterada pela Lei Municipal 4.186, de 21 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal Rafaela Backes, ocupante do cargo efetivo de Dentista ESF, matrícula nº 3876, Adicional de Insalubridade em Grau Médio que fica estabelecido em valor correspondente a 1,74 (um vírgula setenta e quatro) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), conforme laudos elaborados pelos técnicos em saúde e segurança no trabalho do Serviço Social da Indústria – Sesi, devido aos trabalhos e operações realizadas em estabelecimento destinado ao cuidado da saúde humana, contato com pacientes ou manuseio de materiais contaminados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 266/2019

Publicação Nº 1970315

PORTARIA Nº 266/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal Delci Lucia Bruder dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem ESF, matrícula nº 1352, referente ao período aquisitivo de 03/02/2017 a 02/02/2018, para serem gozadas no período de 04 a 18 de abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de abril de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 01 de abril de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2019 - SRP - PR Nº 037/2019

Publicação Nº 1970649

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 15/04/2019, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES, PARA ATUAR COMO AGENTE DE INTEGRAÇÃO NO EXERCÍCIO 2019, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL 11.788 DE 25/09/08 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 03 de Abril de 2019.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2019 - SRP - PR Nº 038/2019

Publicação Nº 1970650

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 15/04/2019, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BANCOS PARA UTILIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS, BEM COMO FIXAÇÃO NOS LOCAIS E ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 03 de Abril de 2019.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REALIZAÇÃO DE CASAMENTO COLETIVO NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC Nº 001/2019.

Publicação Nº 1969079

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REALIZAÇÃO DE CASAMENTO COLETIVO NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC Nº 001/2019.

REGULAMENTA A HABILITAÇÃO E BAIXA NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DE CASAMENTO COLETIVO A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município, TORNA PÚBLICO, através do presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão a realização do casamento coletivo a ser realizado no município de São Lourenço do Oeste - SC.

1. DA FINALIDADE

1.1 - A realização de casamento coletivo a todos os interessados que se enquadrarem na legislação vigente.

2. DOS PRÉ-REQUISITOS

3.1 - São pré-requisitos para participar do casamento coletivo:

- a) idade acima de 16 anos; e
- b) ser residente no município de São Lourenço do Oeste - SC.

3. DA HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO

3.1 – Os documentos deverão ser entregues, a partir do dia 04 de abril de 2019 até o dia 20 de maio de 2019, no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na rua Jarbas Mendes, nº 270, sala 02, bairro Brasília, em São Lourenço do Oeste/SC.

3.2 - No ato da habilitação para o casamento os(a) nubentes deverão apresentar:

Dos noivos:

a) Certidão de nascimento (se solteiros) ou casamento com a devida averbação de divórcio ou anotação do óbito do cônjuge e prova do inventário (se divorciados ou viúvos) atualizada (expedida a menos de 30 dias)

a) cópia do RG;

b) cópia do CPF; e

c) comprovante de residência para cada um dos nubentes. (Caso o comprovante de residência não esteja em nome dos nubentes é necessário apresentar declaração de residência, com firma reconhecida pelo proprietário do imóvel).

Caso os nubentes sejam menores de 18 anos e maiores de 16 anos é obrigatória a presença de ambos os pais, se falecidos deve ser apresentada certidão de óbito.

Dos pais dos noivos:

a) informar a nacionalidade;

b) informar a data de nascimento (se vivos) ou data de óbito;

c) informar o endereço.

Das testemunhas:

Os nubentes devem no ato da habilitação indicar duas testemunhas, maiores de 18 anos, que deverão comparecer com os noivos portando os documentos pessoais (RG e CPF), e devem residir no município de São Lourenço do Oeste - SC.

3.3 - Além da documentação supramencionada os nubentes deverão optar por um dos regimes de casamento disponíveis na legislação nacional vigente.

4. DO CASAMENTO COLETIVO

O casamento será realizado no dia 19 de julho de 2019, no Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, situado na Rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste - SC, com início às 19:00 (dezenove horas).

5. DA ORGANIZAÇÃO

9.1 - A Secretaria Municipal de Assistência Social designará uma Comissão Organizadora do Casamento Coletivo composta por cinco (05) pessoas que serão responsáveis pelo cumprimento das normas aqui expostas, bem como qualquer omissão a este edital.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04.1/2019.

Publicação Nº 1967758

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04.1/2019.

Homologa as inscrições e divulga a classificação obtida pelos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº 04/2019, de 19 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro 2008, Lei Municipal nº 2.316, de 27 de março de 2017, com suas alterações posteriores, e demais disposições legais aplicáveis à espécie, resolve tornar pública a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E A DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO obtida pelos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº 04/2019, de 19 de março de 2019, destinado à admissão e formação de cadastro de reserva de Estagiários, na modalidade de estágio não obrigatório, para o ano letivo de 2019, na Rede Municipal de Ensino e demais órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, conforme os quadros constantes a seguir:

1. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

1.1. Ficam homologadas as seguintes inscrições deferidas, realizadas no Processo Seletivo nº 04/2019, destinado à admissão e formação de cadastro de reserva de Estagiários, na modalidade de estágio não obrigatório, para o ano letivo de 2019, na Rede Municipal de Ensino e demais órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, conforme segue:

ESTAGIÁRIO ENSINO MÉDIO - 20 HORAS

NOME	INSC.	ESCOLARIDADE	SITUAÇÃO
ANA CAROLINA WEIZENMANN	13	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
ANA PAULA BOMBIERI	57	CURSANDO 1º ANO	DEFERIDA
CRISTIANO BAUMBACH	91	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
DESTHER FELIPE JUNGES	117	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
ELISIANE RODRIGUES LAURINDO	88	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
EMANOELY FÁTIMA CARDOSO	59	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
FABRINE ALVES	101	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA

GABRIELY HELOISA VELHO MONTEIRO	64	CURSANDO 1º ANO	DEFERIDA
GEOVANA NUNES SILVA	66	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
JOÃO ALEXANDRE BERNARDINO	121	CURSANDO 1º ANO	DEFERIDA
JULIA RAMPANELLI	120	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
KEITH LAURA FARIA	29	CURSANDO 1º ANO	DEFERIDA
LUCAS MATEUS DE OLIVEIRA	92	CURSANDO 1º ANO	DEFERIDA
LURIAN PEDRO BERSCH CAETANO	42	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
MAURÍCIO LUAN ROJAHN	31	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
MIRIANE LUZA	58	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
PAULO ANTONIO PIRES	10	CURSANDO 1º ANO	DEFERIDA
RAFAELA PIETA PERUZZO	76	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
RONALDO SANTANA IORIS	123	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
TAÍS MARA MENEGON	23	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
THAIS CAROLINI MACIEL	41	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
VANESSA IOLLY MORAES	46	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
VANESSA PIANTA	18	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
WAGNER BEGNINI	110	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
YASSER KRIGOR RODRIGUES	78	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO ENSINO MÉDIO - 30 HORAS

NOME	INSC.	ESCOLARIDADE	SITUAÇÃO
ALEXANDRE DE ALMEIDA	74	CURSANDO 1º ANO	DEFERIDA
ALINE DE CAMARGO	50	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
ANDRESSA MENDES DA SILVA	4	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
CAMILA MONTEIRO	7	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
CASSIANE DA SILVA	38	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
DESTHER FELIPE JUNGES	118	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
FERNANDA ALVES FERREIRA	39	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
FLÁVIA ALESANDRO DA ROSA	48	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
FRANCIELI NUNCIO NUNES	43	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
GABRIELA MOLON	40	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
HELLEN PRISCILA DA ROSA	47	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
JENIFER CORREIA DE OLIVEIRA	61	CURSANDO 1º ANO	DEFERIDA
JOÃO ANTONIO MARIN	109	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
LUIZ HENRIQUE LIMA DE MORAIS	80	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
MARIA ISABELA OLIVEIRA LEMES	115	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
MATHEUS AUGUSTO MENDES	90	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
MAURÍCIO LUAN ROJAHN	32	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
PAULO ANTONIO PIRES	9	CURSANDO 1º ANO	DEFERIDA
SUYANNE ARIATI LOPES	103	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
TAÍS MARA MENEGON	24	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
TAYNA APARECIDA TOSS BAMBERG	8	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
THAIS CAROLINI MACIEL	36	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
VANESSA PIANTA	17	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
WAGNER BEGNINI	108	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA
WELINTON MATEUS DE OLIVEIRA	37	CURSANDO 3º ANO	DEFERIDA
WILLIAM DE ALMEIDA BORSOI	79	CURSANDO 2º ANO	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 20 HORAS - LICENCIATURAS

NOME	INSC.	ESCOLARIDADE	SITUAÇÃO
------	-------	--------------	----------

ALESSANDRA BARROS DE SIQUEIRA	94	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
ANA PAULA CAVANHOL	68	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
EMERLI LUANA REDIESS BIFF	114	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
FERNANDA TAVARES	53	CURSANDO 1º PERÍODO LETRAS	DEFERIDA
JOSIANE DALA CORTE	22	CURSANDO 8º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
JOZIELI PATRÍCIA FERMIANO	97	CURSANDO 8º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
KELI MARIA PRADO DE OLIVEIRA	26	CURSANDO 6º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
LIGIANE CHAVES DAMBROZ	34	CURSANDO 5º PERÍODO ARTES VISUAIS	DEFERIDA
SUELI EFFTING PERIN	5	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
TAÍS RODRIGUES FORTES BENDER	3	CURSANDO 6º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - LICENCIATURAS

NOME	INSC.	ESCOLARIDADE	SITUAÇÃO
ALEXANDRE TAVARES DE SOUZA	86	CURSANDO 5º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
ANA PAULA CAVANHOL	69	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
GABRIELI BASSO	45	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
JANAINA TAINARA RIBEIRO	19	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
JUSSARA FERLA	11	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
KAUANA ZANATTA	87	CURSANDO 5º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
MARINEUSA CRISTIANE DA ROSA	20	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
SANDRA DUARTE	1	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
SILVIA CRISTINA DE OLIVEIRA	72	CURSANDO 5º PERÍODO LETRAS	DEFERIDA
SUELI EFFTING PERIN	2	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA	DEFERIDA
TAÍS DA SILVA	116	CURSANDO 4º PERÍODO LETRAS	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - INFORMÁTICA OU SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

NOME	INSC.	ESCOLARIDADE	SITUAÇÃO
JOÃO HENRIQUE PRIM	56	CURSANDO 1º PERÍODO ANÁLISE E DES. SIST.	DEFERIDA
LETÍCIA MARIA PIASSOLI	99	CURSANDO 8º PERÍODO INFORMÁTICA	DEFERIDA
LUCIANA SCHWADE ANSELM	107	CURSANDO 1º PERÍODO ANÁLISE E DES. SIST.	DEFERIDA
RICARDO DE BITTENCOURT	98	CURSANDO 6º PERÍODO TEC. INF. E COM.	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - DIREITO

NOME	INSC.	ESCOLARIDADE	SITUAÇÃO
ANA CLARA SPRICIGO	71	CURSANDO 1º PERÍODO - DIREITO	DEFERIDA
CARLOS HENRIQUE DE NOVAES	12	CURSANDO 9º PERÍODO - DIREITO	DEFERIDA
DAISY TSCHÁ	49	CURSANDO 7º PERÍODO - DIREITO	DEFERIDA
DYANA DENDENA	111	CURSANDO 7º PERÍODO - DIREITO	DEFERIDA
KAROLINE TOMAZI CATANI	75	CURSANDO 9º PERÍODO - DIREITO	DEFERIDA
KERLYN DAIANA SEGALLA VENZ	25	CURSANDO 9º PERÍODO - DIREITO	DEFERIDA

LAYS CRISTINA ANDRADE DE ALMEIDA	112	CURSANDO 5º PERÍODO - DIREITO	DEFERIDA
MARIA THERESA BAZZO	96	CURSANDO 1º PERÍODO - DIREITO	DEFERIDA
MARISA MARGARETE MELLO ROSSO	83	CURSANDO 10º PERÍODO - DIREITO	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - ADMINISTRAÇÃO

NOME	INSC.	ESCOLARIDADE	SITUAÇÃO
GESSICA MOCHNACZ	15	CURSANDO 1º PERÍODO ADMINISTRAÇÃO	DEFERIDA
JOZIANE SANTOS	100	CURSANDO 7º PERÍODO ADMINISTRAÇÃO	DEFERIDA
RAFAEL DE CAMARGO	51	CURSANDO 5º PERÍODO ADMINISTRAÇÃO	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - ENGENHARIA CIVIL E ARQUITETURA

NOME	INSC.	ESCOLARIDADE	SITUAÇÃO
ANGELINE RAQUEL DE OLIVEIRA CRISTANI	27	CURSANDO 5º PERÍODO ENGENHARIA CIVIL	DEFERIDA
EDUARDO GROBE KRUMENAUER	63	CURSANDO 10º PERÍODO ENGENHARIA CIVIL	DEFERIDA
EVANDRO BERNARDI	89	CURSANDO 1º PERÍODO ENGENHARIA CIVIL	DEFERIDA
EVERTON RIZZARDI	119	CURSANDO 3º PERÍODO ARQ. E URBANISMO	DEFERIDA
GABRIELA TROIANI DE COSTA	84	CURSANDO 7º PERÍODO ARQ. E URBANISMO	DEFERIDA
LIANDRA TEREZINHA TRENTIN	102	CURSANDO 9º PERÍODO ENGENHARIA CIVIL	DEFERIDA
LUAN DE LIMA ORLANDI	93	CURSANDO 9º PERÍODO ENGENHARIA CIVIL	DEFERIDA
SARA ALINE BERNARDO	77	CURSANDO 5º PERÍODO ENGENHARIA CIVIL	DEFERIDA
VITOR ELVIS CARRARO	16	CURSANDO 3º PERÍODO ARQ. E URBANISMO	DEFERIDA

ESTAGIÁRIO PÓS-GRADUAÇÃO - 20 HORAS

NOME	INSC.	ESCOLARIDADE	SITUAÇÃO
ADRIANA MARIA FAGANELLO VIDI	44	EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA	DEFERIDA
ADRIELI DE LIMA AMARO	113	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	DEFERIDA
CLEONICE RIBEIRO DOS SANTOS	95	NEUROPSICOPEDAGOGIA	DEFERIDA
DAIANE FARIAS	82	PSICOPEDAGOGIA	DEFERIDA
DANILU FOSSATTI	21	NEUROPSICOPEDAGOGIA	DEFERIDA
ELISANGELA DE BONA	60	EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDA
FABIANA MASSOLA	81	EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDA
IZORLEI NORDIO	65	TECNOLOGIAS PARA EDUCAÇÃO	DEFERIDA
JOCELAINE ALVES	55	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	DEFERIDA
JOSEANE CORRÊA ALVES POERSCH	6	EDUCAÇÃO ESPECIAL - LIBRAS	DEFERIDA
KAREN LUANA DOS SANTOS	33	MESTRADO EM EDUCAÇÃO	DEFERIDA
LIGIANE CHAVES DAMBROZ	35	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	DEFERIDA
MARIA SOLANGE PERON	85	FUND. ORG. CURRICULAR E TEC. EDUCACIONAIS	DEFERIDA
MARINÊZ BRISIDA	105	EDUCAÇÃO LUDICIDADE E PSICOPEDAGOGIA	DEFERIDA
ONIRA LOCATELLI BARBOSA	28	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	DEFERIDA
PATRÍCIA BINSFELD BRAMBILLA	106	EDUCAÇÃO C/ ÊNFASE ENSINO FUNDAMENTAL	DEFERIDA

ROSANGELA BALBINOT	30	METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTES	DEFERIDA
SIDIONI BAGIO ZITKOSKI	67	EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA	DEFERIDA
SILVANA FARIAS	62	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	DEFERIDA
SIRLEI CARVALHO DE ALMEIDA	104	EDUCAÇÃO ESPECIAL - TGD	DEFERIDA
SONIA MARA CASAROTTO WINTER	70	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO	DEFERIDA
TAYANE POTRATZ	122	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	DEFERIDA
VIVIANE BATISTA DE ALMEIDA IJOTTON	54	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	DEFERIDA

2. DO INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÕES

2.1. Ficam indeferidas as seguintes inscrições realizadas no Processo Seletivo nº 04/2019:

Inscrição	NOME	ESCOLARIDADE	MOTIVO
52	CLEIDIANE GIARETTA	CURSANDO 1º ANO - ENSINO MÉDIO	NÃO TEM IDADE MÍNIMA EXIGIDA
14	CRISTIANE REBELATTO MOCHNCZ	CURSANDO PEDAGOGIA	NÃO APRESENTOU ATESTADO DE FREQUÊNCIA

3. DA CLASSIFICAÇÃO

3.1. Fica divulgada a classificação preliminar obtida pelos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº 04/2019, destinado à admissão e formação de cadastro de reserva de Estagiários, na modalidade de estágio não obrigatório, para o ano letivo de 2019, na Rede Municipal de Ensino e demais órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, conforme segue:

ESTAGIÁRIO ENSINO MÉDIO - 20 HORAS							
CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	ESCOLARIDADE
1º	55,00	10,00	45,00	14/08/2002	76	RAFAELA PIETA PERUZZO	CURSANDO 3º ANO
2º	52,00	7,00	45,00	23/08/2002	78	YASSER KRIGOR RODRIGUES	CURSANDO 3º ANO
3º	45,00	0,00	45,00	10/08/2001	23	TAÍS MARA MENEGON	CURSANDO 3º ANO
4º	45,00	0,00	45,00	17/11/2001	18	VANESSA PIANTA	CURSANDO 3º ANO
5º	45,00	0,00	45,00	22/01/2002	41	THAIS CAROLINI MACIEL	CURSANDO 3º ANO
6º	45,00	0,00	45,00	21/08/2002	101	FABRINE ALVES	CURSANDO 3º ANO
7º	35,15	5,15	30,00	20/12/2002	91	CRISTIANO BAUMBACH	CURSANDO 2º ANO
8º	31,80	1,80	30,00	09/09/2002	59	EMANOELY FÁTIMA CARDOSO	CURSANDO 2º ANO
9º	30,00	0,00	30,00	23/01/2001	13	ANA CAROLINA WEIZENMANN	CURSANDO 2º ANO
10º	30,00	0,00	30,00	21/12/2001	120	JULIA RAMPANELLI	CURSANDO 2º ANO
11º	30,00	0,00	30,00	19/02/2002	110	WAGNER BEGNINI	CURSANDO 2º ANO
12º	30,00	0,00	30,00	14/04/2002	58	MIRIANE LUZA	CURSANDO 2º ANO
13º	30,00	0,00	30,00	14/06/2002	88	ELISIANE RODRIGUES LAURINDO	CURSANDO 2º ANO
14º	30,00	0,00	30,00	14/10/2002	31	MAURÍCIO LUAN ROJAHN	CURSANDO 2º ANO
15º	30,00	0,00	30,00	13/11/2002	42	LURIAN PEDRO BERSCH CAETANO	CURSANDO 2º ANO
16º	30,00	0,00	30,00	17/01/2003	46	VANESSA IOLLY MORAES	CURSANDO 2º ANO
17º	30,00	0,00	30,00	28/04/2003	123	RONALDO SANTANA IORIS	CURSANDO 2º ANO
18º	30,00	0,00	30,00	14/11/2003	66	GEOVANA NUNES SILVA	CURSANDO 2º ANO

19º	22,00	7,00	15,00	23/11/2002	121	JOÃO ALEXANDRE BERNARDINO	CURSANDO 1º ANO
20º	15,00	0,00	15,00	21/01/2002	10	PAULO ANTONIO PIRES	CURSANDO 1º ANO
21º	15,00	0,00	15,00	08/02/2002	117	DESTHER FELIPE JUNGES	CURSANDO 2º ANO
22º	15,00	0,00	15,00	05/07/2002	92	LUCAS MATEUS DE OLIVEIRA	CURSANDO 1º ANO
23º	15,00	0,00	15,00	08/02/2003	57	ANA PAULA BOMBIERI	CURSANDO 1º ANO
24º	15,00	0,00	15,00	19/04/2003	64	GABRIELY HELOISA VELHO MONTEIRO	CURSANDO 1º ANO
25º	15,00	0,00	15,00	14/06/2003	29	KEITH LAURA FARIA	CURSANDO 1º ANO

ESTAGIÁRIO ENSINO MÉDIO - 30 HORAS

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	ESCOLARIDADE
1º	55,00	10,00	45,00	06/04/2002	37	WELINTON MATEUS DE OLIVEIRA	CURSANDO 3º ANO
2º	55,00	10,00	45,00	27/06/2002	40	GABRIELA MOLON	CURSANDO 3º ANO
3º	45,00	0,00	45,00	13/03/2001	4	ANDRESSA MENDES DA SILVA	CURSANDO 3º ANO
4º	45,00	0,00	45,00	16/05/2001	7	CAMILA MONTEIRO	CURSANDO 3º ANO
5º	45,00	0,00	45,00	10/08/2001	24	TAÍS MARA MENEGON	CURSANDO 3º ANO
6º	45,00	0,00	45,00	24/08/2001	115	MARIA ISABELA OLIVEIRA LEMES	CURSANDO 3º ANO
7º	45,00	0,00	45,00	09/10/2001	48	FLÁVIA ALESSANDRO DA ROSA	CURSANDO 3º ANO
8º	45,00	0,00	45,00	17/11/2001	17	VANESSA PIANITA	CURSANDO 3º ANO
9º	45,00	0,00	45,00	14/01/2002	90	MATHEUS AUGUSTO MENDES	CURSANDO 3º ANO
10º	45,00	0,00	45,00	22/01/2002	36	THAIS CAROLINI MACIEL	CURSANDO 3º ANO
11º	45,00	0,00	45,00	17/02/2002	109	JOÃO ANTONIO MARIN	CURSANDO 3º ANO
12º	45,00	0,00	45,00	10/09/2002	47	HELLEN PRISCILA DA ROSA	CURSANDO 3º ANO
13º	40,00	10,00	30,00	17/11/2002	103	SUYANNE ARIATI LOPES	CURSANDO 2º ANO
14º	34,80	4,80	30,00	09/04/2002	8	TAYNA APARECIDA TOSS BAMBERG	CURSANDO 2º ANO
15º	30,60	0,60	30,00	16/12/2001	50	ALINE DE CAMARGO	CURSANDO 2º ANO
16º	30,00	0,00	30,00	17/12/2000	38	CASSIANE DA SILVA	CURSANDO 2º ANO
17º	30,00	0,00	30,00	01/11/2001	80	LUIZ HENRIQUE LIMA DE MORAIS	CURSANDO 2º ANO
18º	30,00	0,00	30,00	19/02/2002	108	WAGNER BEGNINI	CURSANDO 2º ANO
19º	30,00	0,00	30,00	16/04/2002	43	FRANCIELI NUNCIO NUNES	CURSANDO 2º ANO
20º	30,00	0,00	30,00	07/05/2002	79	WILLIAM DE ALMEIDA BORSOI	CURSANDO 2º ANO
21º	30,00	0,00	30,00	11/10/2002	39	FERNANDA ALVES FERREIRA	CURSANDO 2º ANO
22º	30,00	0,00	30,00	14/10/2002	32	MAURÍCIO LUAN ROJAHN	CURSANDO 2º ANO
23º	15,00	0,00	15,00	16/10/2000	61	JENIFER CORREIA DE OLIVEIRA	CURSANDO 1º ANO
24º	15,00	0,00	15,00	21/01/2002	9	PAULO ANTONIO PIRES	CURSANDO 1º ANO

25º	15,00	0,00	15,00	08/02/2002	118	DESTHER FELIPE JUNGES	CURSANDO 2º ANO
26º	15,00	0,00	15,00	19/10/2003	74	ALEXANDRE DE ALMEIDA	CURDANDO 1º ANO

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 20 HORAS - LICENCIATURAS

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	170,00	10,00	160,00	27/10/1986	22	JOSIANE DALA CORTE	CURSANDO 8º PERÍODO PEDAGOGIA
2º	169,25	9,25	160,00	24/02/1995	97	JOZIELI PATRÍCIA FERMIANO	CURSADNO 8º PERÍODO PEDAGOGIA
3º	121,00	1,00	120,00	21/08/1992	3	TAÍS RODRIGUES FORTES BENDER	CURSANDO 6º PERÍODO PEDAGOGIA
4º	120,00	0,00	120,00	29/11/1986	26	KELI MARIA PRADO DE OLIVEIRA	CURSANDO 6º PERÍODO PEDAGOGIA
5º	104,50	4,50	100,00	10/11/1986	34	LIGIANE CHAVES DAMBROZ	CURSANDO 5º PERÍODO ARTES VISUAIS
6º	30,00	10,00	20,00	03/04/2001	53	FERNANDA TAVARES	CURSANDO 1º PERÍODO LETRAS
7º	20,00	0,00	20,00	20/05/1980	94	ALESSANDRA BARROS DE SIQUEIRA	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
8º	20,00	0,00	20,00	28/10/1991	5	SUELI EFFTING PERIN	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
9º	20,00	0,00	20,00	23/10/1995	68	ANA PAULA CAVANHOL	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
10º	20,00	0,00	20,00	27/03/2001	114	EMERLI LUANA REDIESS BIFF	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - LICENCIATURAS

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	110,00	10,00	100,00	23/06/1986	72	SILVIA CRISTINA DE OLIVEIRA	CURSANDO 5º PERÍODO LETRAS
2º	105,70	5,70	100,00	29/05/1996	86	ALEXANDRE TAVARES DE SOUZA	CURSANDO 5º PERÍODO PEDAGOGIA
3º	102,95	2,95	100,00	13/05/1999	87	KAUANA ZANNATA	CURSANDO 5º PERÍODO PEDAGOGIA
4º	80,40	0,40	80,00	14/11/1996	116	TAÍS DA SILVA	CURSANDO 4º PERÍODO LETRAS
5º	27,10	7,10	20,00	14/07/1997	11	JUSSARA FERLA	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
6º	24,00	4,00	20,00	21/02/1981	1	SANDRA DUARTE	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
7º	20,75	0,75	20,00	30/11/1997	19	JANAINA TAINARA RIBEIRO	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
8º	20,00	0,00	20,00	28/10/1991	2	SUELI EFFTING PERIN	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA

9º	20,00	0,00	20,00	23/10/1995	69	ANA PAULA CAVANHOL	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
10º	20,00	0,00	20,00	18/01/1999	45	GABRIELI BASSO	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA
11º	20,00	0,00	20,00	24/06/1999	20	MARINEUSA CRISTIANE DA ROSA	CURSANDO 1º PERÍODO PEDAGOGIA

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - INFORMÁTICA OU SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	167,00	7,00	160,0	17/03/1997	99	LETÍCIA MARIA PIASSOLI	CURSANDO 8º PERÍODO INFORMÁTICA
2º	120,00	0,00	120,00	14/02/1993	98	RICARDO DE BITTENCOURT	CURSANDO 6º P. TEC. INF. E COM.
3º	25,85	5,85	20,00	23/02/1996	56	JOÃO HENRIQUE PRIM	CURSANDO 1º P. ANÁLISE E DES. SIST.
4º	20,00	0,00	20,00	31/08/2001	107	LUCIANA SCHWADE ANSELMI	CURSANDO 1º P. ANÁLISE E DES. SIST.

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - DIREITO

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONTO. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	210,00	10,00	200,00	08/04/1968	83	MARISA MARGARETE MELLO ROSSO	CURSANDO 10º PERÍODO - DIREITO
2º	186,80	6,80	180,00	08/09/1996	25	KERLYN DAIANA SEGALLA VENZ	CURSANDO 9º PERÍODO - DIREITO
3º	186,75	6,75	180,00	12/09/1997	75	KAROLINE TOMAZI CATANI	CURSANDO 9º PERÍODO - DIREITO
4º	180,80	0,80	180,00	31/10/1994	12	CARLOS HENRIQUE DE NOVAES	CURSANDO 9º PERÍODO - DIREITO
5º	150,00	10,00	140,00	28/02/1997	111	DYANA DENDENA	CURSANDO 7º PERÍODO - DIREITO
6º	140,00	0,00	140,00	15/12/1995	49	DAISY TSCHÁ	CURSANDO 7º PERÍODO - DIREITO
7º	104,20	4,20	100,00	21/05/1999	112	LAYS CRISTINA ANDRADE DE ALMEIDA	CURSANDO 5º PERÍODO - DIREITO
8º	20,20	0,20	20,00	04/10/2001	71	ANA CLARA SPRICIGO	CURSANDO 1º PERÍODO - DIREITO
9º	20,00	0,00	20,00	22/07/2001	96	MARIA THERESA BAZZO	CURSANDO 1º PERÍODO - DIREITO

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - ADMINISTRAÇÃO

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	142,95	2,95	140,00	07/10/1995	100	JOZIANE SANTOS	CURSANDO 7º P. ADMINISTRAÇÃO
2º	100,00	0,00	100,00	19/11/1994	51	RAFAEL DE CAMARGO	CURSANDO 5º P. ADMINISTRAÇÃO
3º	20,00	0,00	20,00	11/12/1999	15	GESSICA MOCHNACZ	CURSANDO 1º P. ADMINISTRAÇÃO

ESTAGIÁRIO ENSINO SUPERIOR - 30 HORAS - ENGENHARIA CIVIL E ARQUITETURA

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	200,00	0,00	200,00	21/10/1995	63	EDUARDO GROBE KRUMENAUER	CURSANDO 10º P. ENGENHARIA CIVIL
2º	184,90	4,90	180,00	14/05/1997	93	LUAN DE LIMA ORLANDI	CURSANDO 9º P. ENGENHARIA CIVIL
3º	182,35	2,35	180,00	26/11/1995	102	LIANDRA TEREZINHA TRENTIN	CURSANDO 9º P. ENGENHARIA CIVIL
4º	144,35	4,35	140,00	27/11/1998	84	GABRIELA TROIANI DE COSTA	CURSANDO 7º P. ARQ. URBANISMO
5º	103,05	3,05	100,00	19/08/1999	27	ANGELINE RAQUEL DE OLIVEIRA CRISTANI	CURSANDO 5º P. ENGENHARIA CIVIL
6º	100,35	0,35	100,00	21/10/1996	77	SARA ALINE BERNARDO	CURSANDO 5º P. ENGENHARIA CIVIL
7º	60,00	0,00	60,00	25/05/1989	119	EVERTON RIZZARDI	CURSANDO 3º P. ARQ. URBANISMO
8º	60,00	0,00	60,00	03/06/2000	16	VITOR ELVIS CARRARO	CURSANDO 3º P. ARQ. URBANISMO
9º	30,00	10,00	20,00	12/08/2000	89	EVANDRO BERNARDI	CURSANDO 1º P. ENGENHARIA CIVIL

ESTAGIÁRIO PÓS-GRADUAÇÃO - 20 HORAS - LICENCIATURAS

CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONT. CURSO	PONT. ESCOL.	DATA NASC.	Inscrição	NOME	PÓS GRADUAÇÃO
1º	412,50	0,00	412,50	28/01/1996	106	PATRÍCIA BINSFELD BRAMBILLA	EDUCAÇÃO C/ ÊNFASE E. FUNDAMENTAL
2º	370,00	10,00	360,00	07/05/1990	54	VIVIANE BATISTA DE ALMEIDA IJOTTON	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR
3º	358,00	8,00	350,00	10/08/1990	81	FABIANA MASSOLA	EDUCAÇÃO INFANTIL
4º	257,50	10,00	247,50	14/08/1991	33	KAREN LUANA DOS SANTOS	MESTRADO EM EDUCAÇÃO
5º	193,75	0,00	193,75	24/12/1989	105	MARINÊZ BRISIDA	EDUCAÇÃO LUDICIDADE E PSICOPEDAGOGIA
6º	160,00	10,00	150,00	02/08/1979	44	ADRIANA MARIA FAGANELLO VIDI	EDUCAÇÃO ESPECIALEINCLUSIVA
7º	160,00	10,00	150,00	14/02/1980	85	MARIA SOLANGE PERON	FUND. ORG. CURRICULAR E TEC. EDUCACIONAIS
8º	160,00	10,00	150,00	08/02/1982	67	SIDIONI BAGIO ZITKOSKI	EDUCAÇÃO ESPECIALEINCLUSIVA
9º	110,00	10,00	100,00	03/12/1980	60	ELISANGELA DE BONA	EDUCAÇÃO INFANTIL
10º	87,50	0,00	87,50	20/10/1980	65	IZORLEI NORDIO	TECNOLOGIAS PARA EDUCAÇÃO
11º	66,25	10,00	56,25	07/06/1975	6	JOSEANE CORRÊA ALVES POERSCH	EDUCAÇÃO ESPECIAL - LIBRAS
12º	66,25	10,00	56,25	10/01/1984	55	JOCELAINA ALVES	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

13º	66,25	10,00	56,25	17/08/1988	62	SILVANA FARIAS	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
14º	66,25	10,00	56,25	23/05/1997	122	TAYANE PO-TRATZ	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
15º	66,25	10,00	56,25	21/05/1990	95	CLEONICE RIBEIRO DOS SANTOS	NEUROPSCOPEDAGOGIA
16º	64,50	8,25	56,25	31/08/1995	21	DANILU FOS-SATTI	NEUROPSCOPEDAGOGIA
17º	60,75	4,50	56,25	10/11/1986	35	LIGIANE CHAVES DAMBROZ	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
18º	60,00	10,00	50,00	25/02/1993	113	ADRIELI DE LIMA AMARO	ATENDIMENTO EDUC. ESPECIALIZADO
19º	59,45	9,45	50,00	31918,00	82	DAIANE FARIAS	PSICOPEDAGOGIA
20º	58,05	1,80	56,25	27/05/1982	104	SIRLEI CARVALHO DE ALMEIDA	EDUCAÇÃO ESPECIAL - TGD
21º	56,25	0,00	56,25	09/04/1957	28	ONIRA LOCATELLI BARBOSA	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
22º	55,00	10,00	45,00	09/01/1982	70	SONIA MARA CASAROTTO WINTER	ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
23º	55,00	10,00	45,00	25/10/1985	30	ROSANGELA BALBINOT	METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTES

4. DO REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO

4.1. O candidato terá os dias 04 e 05 abril de 2019, no horário das 07h30min às 11h30min horas e das 13h30min às 17h30min, para apresentar pedido de reconsideração, exclusivamente quanto a sua classificação, junto à Comissão do Processo Seletivo, por meio de requerimento escrito e fundamentado.

5. DO RESULTADO FINAL

5.1. Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, o resultado final será homologado, a partir do dia 09 de abril de 2019, por meio de Decreto, a ser publicado no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br e, a título meramente informativo, no Mural do Centro Administrativo Municipal, situado na rua Duque de Caxias, nº 789, Centro de São Lourenço do Oeste/SC.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 539, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969762

PORTARIA Nº 539, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal DIRLEI SANTORO, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS, matrícula nº 3431/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 03 de abril a 02 de maio de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 540, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969764

PORTARIA Nº 540, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde para pessoa da família , a Servidora Pública Municipal BRUNA BOTIN MOROZINI , ocupante do cargo de PROFESSOR, matrícula nº 3018/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 30 de março a 03 de abril de 2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo a data de 30 de março de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de Abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 541, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969766

PORTARIA Nº 541, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal ANDREIA VIVIANE LECHWETZ , ocupante do cargo de PROFESSOR, matrícula nº 3139/05, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 31 de março a 03 de abril de 2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo a data de 31 de março de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de Abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 542, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969768

PORTARIA Nº 542, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal ADRIANE APARECIDA DA SILVA , ocupante do cargo de PROFESSOR, matrícula nº 3255/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 29 de março a 11 de abril de 2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo a data de 29 de março de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de Abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 543, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969771

PORTARIA Nº 543, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal CAMILA APARECIDA MINOSSO, ocupante do cargo de PROFESSOR, matrícula nº 3583/01, carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, de 25 de março a 08 de abril de 2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo a data de 25 de março de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de Abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 543, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969785

PORTARIA Nº 543, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal CAMILA APARECIDA MINOSSO, ocupante do cargo de PROFESSOR, matrícula nº 3583/01, carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, de 25 de março a 08 de abril de 2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo a data de 25 de março de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de Abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 544, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969798

PORTARIA Nº 544, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 5.747 de 03 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a Senhora PRISCILLA DE SOUZA PACHECO, aprovada no Concurso Público nº 001/2017, para ocupar o cargo de MÉDICO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Plantão do Pronto Atendimento com escala 12x36 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 23 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de Abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 545, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969801

PORTARIA Nº 545, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base nos artigos 218 e 219 da Lei Complementar nº 118, de 23/06/2010, e de acordo com Edital de Processo Seletivo nº 01/2019, homologado pelo Decreto nº 6.207, de 22 de fevereiro de 2019.

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário a Senhora CLARI BETTIATO, para atuar no cargo de INSTRUTOR SOCIAL IV, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social - Gerência de Apoio a Programas Sociais.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste artigo poderá ser rescindida ou revogada a bem do interesse público, na forma disposta no item 11.3 do Edital de Processo Seletivo nº 01/2019.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de Abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 546, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969823

PORTARIA Nº 546, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 09/2018, homologado pelo Decreto nº 6.173, de 02 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 02 a 12 de abril de 2019, a Senhora IZIS DE COL ACORSI GOULART no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na disciplina de MATEMÁTICA, 40 (quarenta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Irmã Cecília.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 547, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969982

PORTARIA Nº 547, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º Revogar, a partir de 02 de Abril de 2019, Portaria nº 524 de 29 de março de 2019, que exonerava o Servidor Público Municipal ANIRTO PEREIRA APOLINÁRIO.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 548, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969987

PORTARIA Nº 548, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º Revogar, a partir de 02 de Abril de 2019, Portaria nº 525 de 29 de março de 2019, que exonerava a Servidora Pública Municipal DENISE DE FATIMA DAMBROS.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 549, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969990

PORTARIA Nº 549, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º Revogar, a partir de 02 de Abril de 2019, Portaria nº 526 de 29 de março de 2019, que nomeava a Servidora Pública Municipal SI-MONE BATTISTEL.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 550, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969992

PORTARIA Nº 550, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º Revogar, a partir de 02 de Abril de 2019, Portaria nº 527 de 29 de março de 2019, que nomeava a Servidora Pública Municipal DENISE DE FATIMA DAMBROS.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 551, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969994

PORTARIA Nº 551, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º Revogar, a partir de 02 de Abril de 2019, Portaria nº 528 de 29 de março de 2019, que nomeava o Servidor Público Municipal ANIRTO PEREIRA APOLINÁRIO.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 552, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969996

PORTARIA Nº 552, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal DENISE DE FATIMA DAMBROS ocupante do cargo em comissão de Diretor de Relacionamento e Humanização da Saúde, matrícula nº 3429/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 04 a 18 de abril de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 553, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1970212

PORTARIA Nº 553, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 50, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 12 de abril de 2019, a servidora pública municipal KELLI CRISTINA CALVI GIACOMIN, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Trânsito, matrícula nº 3435/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

RESOLUÇÃO Nº 001/2019/CAE/SLO.

Publicação Nº 1970102

RESOLUÇÃO Nº 001/2019/CAE/SLO.

Dá parecer favorável e aprova a prestação de contas do CAE referente ao ano de 2018.

A VICE PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, nomeada pelo Decreto Municipal nº 6.057, de 28 de setembro de 2018, e no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, VII, da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Municipal nº 1.268, de 18 de agosto de 2000 e suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na data de 28 de março de 2019, a prestação de contas referente a aplicação dos recursos do CAE relativo ao período de

2018, verificando-se que os recursos recebidos no exercício, foram aplicados em conformidade com o que estabelece a resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, não encontrando nenhuma irregularidade;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, 28 de março de 2019.

NOEMI WOLOSZYN CHAVES
Vice Presidente do CAE

INELVE BARBIERI
Representante de Pais de Alunos

SOLANGE DA ROSA BAUER CENCI
Representante do Poder Executivo Municipal

RAFAEL CARLESSI
Representante da Sociedade Civil

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

26/2019 EDITAL DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS- PERMANENTES EDUCAÇÃO-CRECHE MUNICIPAL

Publicação Nº 1969249

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2019
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, o presente tem por finalidade AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CRECHE MUNICIPAL, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:30 horas do dia 15/04/2019. Maiores informações, bem como cópia do edital na íntegra encontram-se disponíveis no site do município, bem como poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 02 de abril de 2019.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO 20/2019

Publicação Nº 1969733

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 20/2019
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório para Aquisição de 01 (UM) TRATOR DE ESTEIRAS NOVO, para manutenção das atividades do SMER, a empresa VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 29.644.666/0001-64, no valor total de R\$ 549.500,00 (Quinhentos e quarenta e nove mil e quinhentos reais). São Miguel da Boa Vista/SC, em 02 de abril de 2019.

VILMAR SCHMAEDECKE
Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROC 09/2019 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1969424

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 09/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 01/2019

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da sua Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto Contratação de empresa para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, utilizando recursos oriundos do Poder Judiciário de Santa Catarina Comarca de São Miguel do Oeste, de acordo com o Termo de Convênio nº 024 de 2018. Empresa: JONAS TARIGA - ME. Valor Total de R\$ 11.165,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de abril de 2019.

MARTA REGINA SOTILLI
Secretaria Municipal de Ação Social

PROC 10/2019 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1969552

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 10/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 02/2019

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da sua Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação por Inexigibilidade tendo como objeto: Contratação de empresa para serviços de acolhimento institucional para a permanência do adolescente E.O.G., no Lar Aconchego no Município de Iporã do Oeste, através de Determinação Judicial Autos nº 0900022-22.2019.8.24.0067, para o período de 12 meses. Contratado: ELOIDE APARECIDA ODY. Valor Mensal de R\$ 2.450,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de abril de 2019.

MARTA REGINA SOTILLI
Secretaria Municipal de Ação Social

PROC 11/2019 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 1969816

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 11/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2019

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da sua Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Inexigibilidade de Licitação, tendo como objeto: contratação de empresa para ministrar Palestra em Evento III Chá das Mães, Sabor, Saber, Saúde, a realizar-se no dia 11 de maio de 2019, no Salão da Comunidade do Bairro Santa Rita, no município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: RONIKE WRONSKI ANGST 08735715928. Valor Total de R\$ 3.000,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtida junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de abril de 2019.

MARTA REGINA SOTILLI
Secretaria Municipal de Assistência Social

PROC 91/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 1969108

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 91/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 06/2019

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Inexigibilidade de Licitação tendo como objeto: Contratação de empresa para serviços de publicações legais, especialmente de Editais em Diário Oficial do Estado, para atender as necessidades da Administração Municipal, do município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS SC. Valor Total de R\$ 10.000,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 02 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROC 92/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 1970306

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2019

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de grades para boca de lobo, destinados para a conservação e manutenção das bocas de lobo em diversas ruas do perímetro urbano do município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 25 de abril de 2019.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 02 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 07/2019 - AQUISIÇÃO DE PORTAS PIVOTANTES**

Publicação Nº 1969739

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PORTAS PIVOTANTES DESTINADAS À SUBSTITUIÇÃO DAS PORTAS DO PLENÁRIO E DA SALA DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME A DESCRIÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 15 de abril de 2019.

ABERTURA: às 09h10min do mesmo dia.

Mais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Câmara, sito à Rua Pedro Julian, nº 858, Bairro Agostini, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site:

www.saomigueloeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 02 de abril de 2019.

EVERALDO DI BERTI

Presidente da Câmara de Vereadores

São Pedro de Alcântara

CÂMARA MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº145/2019

Publicação Nº 1969585

LEI COMPLEMENTAR Nº145, DE 01 DE ABRIL DE 2019

“Altera o anexo II da Lei Complementar n.º 115/2016 de 13 de junho de 2016 e dá outras providências.”

Charles da Cunha, Presidente da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Anexo II da Lei Complementar n.º 115/2016, passa a ter o seguinte quadro:

ANEXO II

QUADRO DE PESSOAL

PROVIMENTO EM COMISSÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Cargo	N.º de Vagas	Símbolo	Carga Horária	Vencimento (R\$)
Assessor Técnico Legislativo	1	CC-1	30 horas	3.775,80
Assessor Legislativo Auxiliar	1	CC-2	10 horas	810,20
Assessor do Gabinete da Presidência	1	CC-3	30 horas	1.736,15
Assessor Jurídico	1	CC-4	15 horas	3.171,38

Art. 2º - O quadro referente ao Anexo II, passa constar novo salário base para o cargo de Assessor Técnico Legislativo e atualiza os demais cargos de acordo com o reajustamento determinado para o ano de 2019.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º de março de 2019, revogando as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 01 de Abril de 2019.

Charles da Cunha

Presidente da Câmara

LEI Nº1213/2019

Publicação Nº 1969586

LEI Nº 1.213, DE 01 DE ABRIL DE 2019

“Concede Reajuste no valor do Vale Alimentação dos servidores da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara.”

Charles da Cunha, Presidente da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida o reajuste no valor do Vale Alimentação, concedido pela Lei n.º 1077/2016, conforme tabela abaixo:

CARGA HORÁRIA	VALOR (R\$)
30 horas semanais	460,00
20 horas semanais	306,67
15 horas semanais	230,00
10 horas semanais	153,33

Art. 2º - A despesa decorrente desta Lei correrá por conta das dotações do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º de março de 2019, revogando as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 01 de Abril de 2019.

Charles da Cunha

Presidente da Câmara

LEI Nº1214/2019

Publicação Nº 1969589

LEI Nº 1.214, DE 01 DE ABRIL DE 2019

“Concede revisão geral anual do valor dos vencimentos dos Vereadores e Servidores e aumento real para os Servidores da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara e dá outras providências.”

Charles da Cunha, Presidente da Câmara de Vereadores de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida Revisão Geral Anual a todos os servidores da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara, incluindo os Vereadores, no percentual de 3,88% (três vírgula oitenta e oito por cento), respeitados os limites de comprometimento fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº101/2000).

Art. 2º - Fica concedido aumento real a todos os servidores da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara no percentual de 3,52% (três vírgula cinquenta e dois por cento), respeitados os limites de comprometimento fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº101/2000).

Art. 3º - Os índices previstos nos artigos 1.º e 2.º serão aplicados às gratificações concedidas pela Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara.

Art. 4º - A despesa decorrente desta Lei correrá por conta das dotações do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 5.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º de março de 2019, revogando as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 01 de abril de 2019.

Charles da Cunha

Presidente da Câmara

Saudades

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 031/2019

Publicação Nº 1969808

EXTRATO CONTRATUAL Nº 31/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADES

CONTRATADO: ITACIR BÃO OBJETO: RELATIVO A AQUISIÇÃO DE 800M3 DE CASCALHO DA MINA DE PROPRIEDADE DO SR. ITACIR BÃO, DA LINHA LAJEADO PEDRO, COM O FIM DE RECUPERAR AS ESTRADAS MUNICIPAIS DA REGIÃO.

VALOR: 2.000,00

PRAZO: 31/12/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 632/2019

MODALIDADE: DISPENSA POR LIMITE Nº 619/2019.

SAUDADES SC, 29/03/19

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 032/2019

Publicação Nº 1969809

EXTRATO CONTRATUAL Nº 32/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADES

CONTRATADO: FISIO FORMA ACADEMIA LTDA-ME. OBJETO: SERVIÇOS DE ACADEMIA DE GINASTICA DOTADAS DE EQUIPAMENTOS DE MUSCULAÇÃO, ESTEIRAS, BICICLETAS, ELÍPTICOS, ETC, PARA USO PELA EQUIPE DE FUTSAL DO MUNICÍPIO DE SAUDADES (ADAF) PELO PERÍODO DE 09 MESES, OS TRABALHOS E TREINAMENTOS FISICOS SERÃO MINISTRADOS PELOS PRÓPRIOS TÉCNICOS E PREPARADORES FISICOS.

VALOR: 7.830,00

PRAZO: 31/12/19

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 642/2019

MODALIDADE: DISPENSA POR LIMITE Nº 629/2019.

SAUDADES SC, 29/03/19

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 09/2019-PMS

Publicação Nº 1969804

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 09/2019-PMS

Dispensa nº. 07/2019-PMS - Processo nº. 36/2019-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ANIMALTAG TECNOLOGIA EM IDENTIFICAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº. 13.382.681/0001-41, estabelecida na Av. Dom Carmine Rocco nº 995, Jardim Tangara, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, CEP: 13.568-120

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de microchip e leitor para animais de pequeno, médio e grande porte, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Microchip com aplicador descartável	200	Unid.	17,00	3.400,00
02	Leitor para Microchip	01	Unid.	580,00	580,00
TOTAL R\$					3.980,00

Valor do contrato: R\$ 3.980,00 (três mil novecentos e oitenta reais)

Data da Assinatura: 02/04/2019 – Vigência: 31/12/2019

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 10/2019-PMS

Publicação Nº 1969875

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 10/2019-PMS

Dispensa nº. 08/2019-PMS - Processo nº. 37/2019-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ARMAZÉM DAS MÁQUINAS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº. 29.485.361/0001-57, estabelecida na Rua Irmão Leão Magno nº 400, sala 01, Amizade, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.255-430

Objeto: Constitui o presente contrato a Aquisição de Gerador a Diesel Motor 6hp - 4T para o Corpo de Bombeiros Militar de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
------	-----------	-------	---------	--------------------	-----------------

01	Gerador Diesel 3,6 KVA Monofásico 127/220v 60Hz. Motor 6HP - 4 tempos - Diesel. Potência de partida: 3300 W. Potência de trabalho: 3000W. Tensão: 127/220V monofásico + 12Vdc. Partida: Manual retrátil. Sistema de lubrificação: Bomba de óleo. Capacidade do tanque: 12,5 litros.	1	Unid.	3.000,00	3.000,00
TOTAL R\$					3.000,00

Valor do contrato: R\$ 3.000,00 (três mil reais)

Data da Assinatura: 02/04/2019 – Vigência: 31/12/2019

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.401/2019, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1969556

LEI Nº 2.401/2019, DE 2 DE ABRIL DE 2019

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL A COMPRAR E DOAR 310 (TREZENTOS E DEZ) LEÕES MASCOTES PARA O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA - PROERD/DARE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a comprar e doar a Polícia Militar de Schroeder 310 (trezentos e dez) Leões Mascotes para o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD – DARE) no importe total de R\$ 8.075,00 (oito mil e setenta e cinco reais), visando à promoção do programa e o estímulo dos alunos formandos da rede municipal de ensino.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 2 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

LEI Nº 2.402/2019, DE 2 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1969566

LEI Nº. 2.402/2019, DE 2 DE ABRIL DE 2019

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2019, no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), como segue:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
04 – SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR			
12.361.0003.1.003 – Reforma, Ampliações e Construção de Unidades Escolares			
4.4.90.51.00.00	00.01.0019	Obras e Instalações	200.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes dos cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

04 – SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR			
12.361.0003.2.024 – Manutenção Ensino Fundamental – FUNDEB			
3.3.90.30.00.00	00.01.0019	Material de Consumo	200.000,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº 2.393/2018 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 2 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.869/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1969551

PORTARIA Nº 7.869/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria de Saúde através do Memorando nº. 3/2019 – SMS datado em 31 de janeiro de 2019;

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03/11/2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a partir desta data, a Sra. Maria Catarina Ferreira dos Santos, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, percebendo o nível salarial nº 11 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015/GAB/PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº. A02/2019 – FMS

Publicação Nº 1969340

TERMO ADITIVO Nº. A02/2019 – FMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 07/2019-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: OMVS CONSTRUTORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Norberto Silveira Jr, nº. 191, sala 05, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Osmair Rogério Marquez, inscrito no CPF sob o nº. 936.754.109-00.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 07/2019-FMS, celebrado em 06 de março de 2019, proveniente do Processo de licitação nº. 66/2018 – FMS, Tomada de Preço nº. 02/2018 - FMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para reforma da área antiga do Posto de Saúde Centro localizado a Rua Paulo Jahn 147, compreendendo uma área a construir de 625,37m², no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando o pedido aditivo feito pela Secretaria de Saúde para aditivo no valor de R\$ 23.164,02 (vinte e três mil centos e sessenta e quatro reais e dois centavos) conforme Parecer da Engenharia.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, I, B da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a aprovação do aditivo de reajuste pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal em Exercício de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste, alterada a Cláusula Quarta “do valor do contrato”, no item 4.1 aditivando o valor de R\$ 23.164,02 (vinte e três mil centos e sessenta e quatro reais e dois centavos), passando o valor total do contrato inicial a ser de R\$ 142.435,97 (cento e quarenta e dois mil quatrocentos e trinta e cinco reais e noventa e sete centavos)

Cláusula 2ª– Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 07/2019-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 02 de abril de 2019.
CONTRATADA:

OMVS CONSTRUTORA LTDA.

Osmair Rogério Marquez

CPF nº. 936.754.109-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Guilherme Sandmann da Silva Vianna

CPF nº. 085.168.389-43

DISPENSA 07/2019-PMS

Publicação Nº 1969779

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 7/2019 - DL**

Processo Nr.: 36/2019
Data: 02/04/2019

Folha: 1/2

Fornecedor: ANIMALLTAG TECNOLOGIA EM IDENTIFICACAO LTDA**Código:** 14111**Endereço:** AV DOM CARMINE ROCCO,995 -**Cidade:** São Carlos - SP**CNPJ:** 13.382.681/0001-41**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Aquisição de microchip e leitor para animais de pequeno, médio e grande porte.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	200,00	MICROCHIP COM APLICADOR DESCARTÁVEL	UN	17,00	3.400,00
2	1,00	LEITOR PARA MICROCHIP	UN	580,00	580,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

PARA ATENDER A DECISÃO JUDICIAL, AUTOS 090011-19 2019.8 24.0026

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 2 de Abril de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 7/2019 - DL

Processo Nr.: 36/2019
Data: 02/04/2019

Folha: 2/2

05/03/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 5 de Março de 2019

Valor da Despesa:

3.980,00 (três mil novecentos e oitenta reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 08/2019-PMS

Publicação Nº 1969855

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 8/2019 - DL**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

Processo Nr.: 37/2019
Data: 02/04/2019

Folha: 1/2

Fornecedor: **ARMAZEM DAS MAQUINAS LTDA**
Endereço: R IRMAO LEAO MAGNO,400 - SALA 01
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 29.485.361/0001-57

Código: 14112

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de Gerador a Diesel Motor 6hp - 4T para o Corpo de Bombeiros Militar de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Gerador Diesel 3,6 KVA Monofásico 127/220v 60Hz. Motor 6HP - 4 tempos - Diesel. Potência de partida: 3300 W. Potência de trabalho: 3000W. Tensão: 127/220V monofásico + 12Vdc. Partida: Manual retrátil. Sistema de lubrificação: Bomba de óleo. Capacidade do tanque: 12,5 litros.	UN	3.000,00	3.000,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

A aquisição do produto supracitado se faz necessário para uso do Corpo de Bombeiros Voluntários do Município de Schroeder. Os valores investidos nessa aquisição será da conta convênio Ag.54101-0, cc 7743-7 Município de Schroeder x CBMSC.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 2 de Abril de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 8/2019 - DL

Processo Nr.: 37/2019
Data: 02/04/2019

Folha: 2/2

15/03/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 15 de Março de 2019

Valor da Despesa: 3.000,00 (três mil reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 034/2019-- PL 066/2019 – DENIS

Publicação Nº 1969132

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 066/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 023/2019
Pregão Presencial nº. 034/2019
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Denis Daniel Hensel 09275820902, CNPJ n.º 21.983.852/0001-16, estabelecida na rua Prefeito Etelvino Pedro Tumelero, n.º 156, bairro São João, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Denis Daniel Hensel, empresário, RG n.º 6.422.735, CPF n.º 092.758.209-02, residente e domiciliado m Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 034/2019, de Registro de Preços, que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de Grades para bocas de lobo, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 13.199,70, são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 01/04/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/09/2019.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 034/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 01/04/2019.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Denis Daniel Hensel
Denis Daniel Hensel 09275820902
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 034/2019-- PL 066/2019 – DIFERMAQ

Publicação Nº 1969135

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 066/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 023/2019
Pregão Presencial nº. 034/2019
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Comercial Difermaq Ltda - Epp, CNPJ n.º 13.745.092/0001-80, estabelecida na rua Prefeito Ernesto Galli, n.º 491, bairro Santa Catarina, Erechim, RS, neste ato representada pelo Sr. Douglas Luiz Castanheira, empresário, RG n.º 4.132.805, CPF n.º 007.053.240-01, residente e domiciliado em Erechim, RS, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº. 034/2019, de Registro de Preços, que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de Grades para bocas de lobo, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 5.529,00, são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 01/04/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 30/09/2019.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº. 034/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 01/04/2019.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Douglas Luiz Castanheira
Comercial Difermaq Ltda - Epp
Contratada

DECRETO Nº 1600

Publicação Nº 1969922

DECRETO Nº 1600, de 02 de abril de 2019

Formaliza Termo de Credenciamento nº 006/2019 para fornecimento de cascalho.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "VIII" da cláusula décima quarta, do Termo de Credenciamento nº 006/2019, Processo de Licitação nº 082/2019, Modalidade de Inexigibilidade nº 008/2019, de 02 de abril de 2019,

DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 02 de abril de 2019, fica CREDENCIADO o Sr. Zeferino Chuck, para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, que será utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 082/2019, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 008/2019, datado em 02 de abril de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 02 de abril de 2019
EDEMILSON CANALE
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 02 de abril de 2019

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

PORTARIAS 231/2019 A 233/2019

Publicação Nº 1969113

Portaria nº. 231/2019. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,
Exonerar por aposentadoria, Aneli Benetti Mattiello, do cargo de provimento efetivo de Professor, Classe I, Nível Ensino Superior, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, a partir de 01 de abril de 2019.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 01 de abril de 2019.

Edemilson Canale
Prefeito Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 01 de abril de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner
Secretária da Administração

Portaria nº. 232/2019. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,
Demitir a pedido, Luciana Paula Frozza, contratada em caráter temporário para exercer a função de Agente de Vigilância Epidemiológica e

Ambiental, Anexo I, Grupo A - Serviços Administrativos, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 01 de abril de 2019.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 01 de abril de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 01 de abril de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

Portaria nº. 233/2019. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 104 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara e da outras providências, resolve,

Conceder, A servidora Marcia Mior Stoco, matrícula 193901, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, licença para tratamento de saúde, conforme atestado médico, pelo período de 27 de março a 10 de abril de 2019, mediante remuneração pelo município e a partir de 11 de abril de 2019, pelo Regime Geral de Previdência Social, devendo o servidor se submeter à perícia médica junto ao INSS. Os efeitos desta Portaria estender-se-ão até a cessação do benefício previdenciário.

Seara - SC, 01 de abril de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 01 de abril de 2019.

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2019

Publicação Nº 1970323

Retificação de Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº 081/2019

Edital de Pregão Presencial nº 040/2019 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo impreterivelmente até às 08h30min do dia 16/04/2019, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à contratação de empresa para execução de pintura com fornecimento de tinta na quadra de esportes do C.E.E. Careão, localizado na rua Ferdinando Kirschner, Bairro Industrial, neste município. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 1º de abril de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 082/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2019

Publicação Nº 1969862

Processo Licitatório nº 082/2019 – Inexigibilidade de Licitação nº 008/2019.

Objeto: Credenciamento para fornecimento de cascalho.

Justificativa: O Município de Seara lançou Edital de Chamamento Público nº 001/2017, objetivando o credenciamento para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, a ser utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, o Sr. Zeferino Chuck comprovou capacidade para tal fornecimento, ficando o mesmo habilitado.

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 02 de abril de 2019.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 034/2019-- PL 066/2019 – DENIS

Publicação Nº 1969136

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 66/2019		Licitação: 34/2019 - PR	Data da Homologação: 01/04/2019						
Fornecedor: 12708		- DENIS DANIEL HENSEL 09275820902							
1	433406452	GRADE DE 0,75 x 0,75 CANTONEIRAS DE 1 - 1/2 x 1/4 VERGALHÃO 5/8 COM PINTURA EM PRETO E DOBRADIÇAS DISTÂNCIA INTERNA ENTRE VERGALHÕES 6CM x 22CM.	DENIS DANIEL HENSEL	UN	30,000	0,0000	215,0000	6.450,00	Venceu
2	433406453	GRADE DE 0,75 x 0,75 CANTONEIRAS DE 1 - 1/2 x 1/4 VERGALHÃO 3/4 COM PINTURA EM PRETO E DOBRADIÇAS DISTÂNCIA INTERNA ENTRE VERGALHÕES 6CM x 22CM.	DENIS DANIEL HENSEL	UN	30,000	0,0000	224,9900	6.749,70	Venceu
Total do Fornecedor ----->					60,000			13.199,70	

Seara, 1 de Abril de 2019.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 034/2019-- PL 066/2019 – DIFERMAQ

Publicação Nº 1969137

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/1

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 66/2019 Licitação: 34/2019 - PR Fornecedor: 13043 - COMERCIAL DIFERMAQ LTDA - EPP Data da Homologação: 01/04/2019									
3	433406454	GRADE DE 0,60 x 0,60 CANTONEIRAS DE 1 - 1/2 x 1/4 VERGALHÃO 3/4 COM PINTURA EM PRETO E DOBRADIÇAS DISTÂNCIA INTERNA ENTRE VERGALHÕES 6CM x 22CM.	CSN	UN	30,000	0,0000	184,3000	5.529,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			5.529,00	

Seara, 1 de Abril de 2019.

Siderópolis

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO FMS 03/2019

Publicação Nº 1969694

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 13/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS Contratada...: BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP Valor : 213,50 (duzentos e treze reais e cinquenta centavos) Vigência : Início: 11/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2019 Recursos : Dotação: 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (33)
Objeto : Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para atendimento ao CAPS (Centro de Atenção Psicossocial de Siderópolis), durante o exercício de 2019.

Contrato Nº.: 09/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS Contratada...: DROGASIDER- COM. DE MEDICAMENTOS E MANIPULAÇÃO LT

Valor : 36.000,00 (trinta e seis mil reais) Vigência : Início: 12/03/2019 Término: 12/03/2020 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2019 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (14), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (15)

Objeto : Fornecimento de medicamentos constantes no guia de farmácia (disponível no site da ANVISA) destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possua em estoques do Município de Siderópolis, observados os prazos e procedimentos descritos no instrumento convocatório e seus anexos.

Contrato Nº.: 10/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS Contratada...: SIRLEI TEREZINHA PETERLE ROSSA Valor : 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Vigência : Início: 12/03/2019 Término: 12/03/2020 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2019 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (14), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (15)

Objeto : CREDENCIAMENTO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS para fornecimento de medicamentos constantes no guia de farmácia (disponível no site da ANVISA) destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possua em estoques do Município de Siderópolis, observados os prazos e procedimentos descritos no instrumento convocatório e seus anexos.

Contrato Nº.: 11/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS Contratada...: AMBROFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME Valor : 36.000,00 (trinta e seis mil reais) Vigência : Início: 12/03/2019 Término: 12/03/2020 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2019 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (14), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (15)

Objeto : CREDENCIAMENTO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS para fornecimento de medicamentos constantes no guia de farmácia (disponível no site da ANVISA) destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possua em estoques do Município de Siderópolis, observados os prazos e procedimentos descritos no instrumento convocatório e seus anexos.

Contrato Nº.: 12/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS Contratada...: FARMACIA DOMINGOS E ROSSA LTDA - ME Valor : 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Vigência : Início: 12/03/2019 Término: 12/03/2020 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2019 Recursos : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (13), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (14)

Objeto : CREDENCIAMENTO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS para fornecimento de medicamentos constantes no guia de farmácia (disponível no site da ANVISA) destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possua em estoques do Município de Siderópolis, observados os prazos e procedimentos descritos no instrumento convocatório e seus anexos.

Contrato Nº.: 14/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS Contratada...: MARCELO GOMES & CIA LTDA ME

Valor : 250,00 (duzentos e cinquenta reais) Vigência : Início: 11/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2019 Recursos : Dotação: 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (33)

Objeto : Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para atendimento ao CAPS (Centro de Atenção Psicossocial de Siderópolis), durante o exercício de 2019.

Contrato Nº.: 15/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS Contratada...: ROSILEIA RAUPP DE BEM MACHADO Valor : 80.081,60 (oitenta mil e oitenta e um reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 11/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2019 Recursos : Dotação:

2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (32), 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00 (33)

Objeto : Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para atendimento ao CAPS (Centro de Atenção Psicossocial de Siderópolis), durante o exercício de 2019.

Contrato Nº.: 16/2019

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS Contratada...: NCT COMERCIO DE PECAS E MANUTENCAO PARA VEICULOS L

Valor : 61.927,00 (sessenta e um mil novecentos e vinte e sete reais)

Vigência : Início: 14/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2019 Recursos : Dotação:

2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),

2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (20), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (28)

Objeto : Contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de pneus novos e realização de serviços de balanceamento e geometria nos veículos do Fundo Municipal de Saúde durante o exercício de 2019.

Siderópolis, 2 de Abril de 2019

EXTRATO DE CONTRATO PMS 03/2019

Publicação Nº 1969692

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 17/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS Contratada...: INFORMATIZE SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA

Valor : 29.710,00 (vinte e nove mil setecentos e dez reais) Vigência : Início: 08/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2019 Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9)

Objeto : Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de cartuchos e tonners para impressoras.

Contrato Nº.: 15/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: PRESTADORA DE SERVICOS LUYDY LTDA Valor : 79.850,00 (setenta e nove mil oitocentos e cinquenta reais) Vigência : Início: 08/03/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2019 Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (116)

Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de recomposição de pavimento com lajotas para eventuais reparos em ruas e avenidas do município, de acordo com as especificações do Edital e anexos.

Contrato Nº.: 16/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS Contratada...: F. AGUIAR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA

Valor : 167.500,00 (cento e sessenta e sete mil e quinhentos reais) Vigência : Início: 08/03/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2019 Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada para execução de serviços de "hora máquina" para realização de serviços de manutenção de ruas no Município de Siderópolis.

Contrato Nº.: 18/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: JOLIMAR PACHECO

Valor : 140.600,00 (cento e quarenta mil seiscentos reais) Vigência : Início: 18/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2019 Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (116)

Objeto : Contratação de empresa especializada para execução de pequenos reparos nas edificações do poder público municipal, onde não haja exigência de responsabilidade técnica, conforme as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, durante o exercício de 2019

Contrato Nº.: 19/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS Contratada...: DIVIPLAN COMERCIO DE MOVEIS E DIVISORIAS LTDA - ME

Valor : 136.526,00 (cento e trinta e seis mil quinhentos e vinte e seis reais)

Vigência : Início: 18/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2019 Recursos : Dotação: 2.007.4.4.90.00.00.00.00.00 (46),

2.007.4.4.90.00.00.00.00.00 (47), 2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (62),

2.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (63), 2.043.4.4.90.00.00.00.00.00 (68),

2.043.4.4.90.00.00.00.00.00 (69)

Objeto : Aquisição de móveis, mobílias e eletrodomésticos para escolas da rede municipal de educação.

Contrato Nº.: 20/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: ANA COMIN BRESSAN - EPP

Valor : 167.857,50 (cento e sessenta e sete mil oitocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 02/04/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 14/2019 Recursos : Dotação: 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 (120)

Objeto : Fornecimento parcelado de materiais elétricos para manutenção da rede de iluminação pública.

Aditivo Nº : 3-39/2018 - Contrato Nº: 39/2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/04/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2018 Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem da Rua José Salvaro, localizada no município de Siderópolis/SC, conforme Convênio TR nº 2018000051, entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura e o Município de Siderópolis-SC.

Siderópolis, 2 de Abril de 2019

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 054/2019

Publicação Nº 1969358

DECRETO Nº 054, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zenio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2393, de 11 de dezembro 2018, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.02 – SECRETARIA MUN. DE DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA

2.021 – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF

3.1.90.00.00.00.00.0080(176) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá à conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 80 (recursos próprios).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 27 de março de 2019.

Zenio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

DECRETO Nº. 055/2019

Publicação Nº 1969359

DECRETO Nº 055, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zenio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2393, de 11 de dezembro 2018, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura M. de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.01 – GERENCIA DE EDUCAÇÃO

2.031 – Manut. Do Ensino Infantil - CRECHE

4.4.90.00.00.00.00.0086(115)–Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá à conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 86 (recursos próprios em ensino).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 29 de março de 2019.

Zenio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 092/2019

Publicação Nº 1969180

DECRETO Nº.092, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSOR DE LINGUA ESTRANGEIRA INGLÊS-NÃO HABILITADO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 00/2018 de 27.11.2018 - Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: SUZANA FICAGNA SCHMIDT

CARGO: PROF. DE LINGUA EST. INGLÊS –NÃO HABILITADO SÉRIES INICIAIS

CARGA HORÁRIA: 10 (DEZ) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PERÍODO: DE 01.04.2019 A 18.12.2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 01 de abril de 2019.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 094/2019

Publicação Nº 1969232

DECRETO Nº. 094, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILEI ALBANI WEITZMANN POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE AGENTE EDUCATIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº004/2018 de 27/11/2018 Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: MARILEI ALBANI WEITZEMANN

CARGO: AGENTE EDUCATIVO EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
PERÍODO: DE 01.04.2019 A 18.12.2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 01 de abril de 2019.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 095/2019

Publicação Nº 1969243

DECRETO Nº. 095, DE 01 DE ABRIL DE 2019
DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSORA DE ENSINO INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 004/2018 de 27/11/2018, Processo Seletivo.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: VANESSA DE OLIVEIRA BUENO
CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL (creche)
CARGA HORÁRIA: 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.
PERÍODO: DE 01/04/2019 a 18/12/2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 01 de abril de 2019.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal
REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 096/2019

Publicação Nº 1969262

"DISPÕE SOBRE MAJORAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FRANCINE PACASSA DE 20 HORAS PARA 30 HORAS SEMANAIS, APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2018, DE ACORDO COM A LEI Nº 344/2000, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no

artigo 9º da Lei Municipal nº. 344, de 2000, e Lei Orgânica art. 41 , VII.

DECRETA:

Art. 1º. Fica majorada a carga horária de 30 horas para 40 horas semanais do Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, a partir desta data, o candidato aprovado no Concurso Público nº 004/2018, abaixo denominado, de acordo com o cargo e de remuneração de 100% , conforme segue:

NOME: FRANCINE PACASSA

CPF:064.043.889-01 RG 5137578 – SSP-SC

CARGO: PROFESSOR DE EDUCACAO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 30 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

01 de abril de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DECRETO 097/2019

Publicação Nº 1969319

DECRETO Nº. 097 DE 01 DE ABRIL DE 2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSELI LIMBERGUER CITADELA, OCUPANTE DO CARGO TEMPORÁRIO DE AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE NO DEPARTAMENTO DA SAUDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº. 384 de 01 de junho de 2001e 385 de 01 de junho de 2001 e artigo 41 VII da Lei Orgânica Municipal.

Considerando a data fim de vigência da Portaria 020/2019 de férias da Servidora Katia Vanessa Mieres.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, a Servidora Pública Municipal de Sul Brasil-SC, ROSELI LIMBERGUER CITADELA, portadora do CPF nº 072.838.979-76RG nº 5.770.171 SSP/SC, ocupante do cargo de Temporário de Agente Comunitário de Saúde Gerais com Lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º. - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil (SC),

01 de abril de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

PORTARIA 033/2019

Publicação N° 1969190

PORTARIA N°. 033, DE 01 DE ABRIL DE 2019

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 14 da Lei Municipal n° 384/2001 de 01.06.2001, e Lei Complementar 1050 de 15.09.2015.

DECRETA:

Art. 1°. Fica concedido Licença Prêmio, ao servidor, Raimundo Bozan, ocupante do cargo de Operador de Maquinas com Lotação na Secretaria de Agricultura, na data de 01.04.2019 a 15.04.2019, na proporção que faz jus, de conformidade com o disposto do art 2° da Lei Complementar 1050/2015 referente ao período aquisitivo de setembro de 2015 a setembro de 2018.

Art. 2°. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal n° 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4°. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 01 de abril de 2019.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

PORTARIA 034/2019

Publicação N° 1969222

PORTARIA N° 034, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e artigo 61 do Estatuto dos Servidores Municipais.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder férias ao Servidor Público Municipal OLIDEN LUIZ VANI ocupante do cargo de ASSESSOR DE TRANSPORTES, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Obras e Transportes, de 30 dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 11.12.2016 a 10.12.2017 e 11.12.2017 a 10.12.2018 a serem gozadas no período de 03.04.2019 a 02.05.2019.

--	--	--	--	--	--	--	--

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal n° 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4°. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
01 de abril de 2019.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

PREGÃO 023/2019

Publicação Nº 1970028

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 030/2019

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 023/2019

Tipo: Menor Preço no Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO CLÍNICO GERAL 40 HORAS SEMANAIS PARA ATUAR NO PSF E ATENDIMENTO A DOMICÍLIO.

Entrega dos envelopes: 09:00 horas do dia 15 de abril de 2019

Abertura dos envelopes: 09:15 horas do dia 15 de abril de 2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 02 de abril de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº 207, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1970066

PORTARIA Nº 207, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 399/2018 de 01 de Agosto de 2018.

Com amparo na Lei Complementar nº. 060 de 02 de janeiro de 2012, que institui sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do magistério, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a servidora REGILENE CARLESSO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I – CLASSE A, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe “B” com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/04/2019.

Art. 2.º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida nas avaliações, com conceito mínimo de “bom”, conforme prevê a lei complementar nº 060/2012.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 220, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1970078

PORTARIA Nº. 220, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

Considerando que a servidora requereu exoneração do cargo por motivos particulares

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a servidora VALÉRIA SONDA PRUCHE, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA – NIVEL 06 - CLASSE A, a partir de 01/04/2019.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 227 DE 01 DE ABRIL DE 2.019. RETORNA AO TRABALHO SERVIDOR AFASTADO POR AUXILIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1970083

PORTARIA Nº. 227 DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

RETORNA AO TRABALHO SERVIDOR AFASTADO POR AUXILIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas, no Inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando que o servidor recebeu alta do auxílio doença, requerido através do Instituto Nacional de Serviço Social INSS.

RESOLVE:

ART. 1º - Determinar o retorno ao trabalho do Servidor JUAREZ ALESSIO DIAS DE SIQUEIRA, ocupante do cargo de OPERÁRIO BRAÇAL – NÍVEL 01- CLASSE C , a partir de 01/04/2019.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N.º 035, DE 01 DE ABRIL DE 2019 "PROIBE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 1970047

DECRETO N.º 035, DE 01 DE ABRIL DE 2019

"PROIBE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE VALORES REFERENTES A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAU DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, incisos VII e,

Considerando que a Medida Provisória n.º 873, de 01/03/2019, alterou artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, dando-lhe a seguinte alteração:

"Art. 582. A contribuição dos empregados que autorizarem, prévia e expressamente, o recolhimento da contribuição sindical será feita exclusivamente por meio de boleto bancário ou equivalente eletrônico, que será encaminhado obrigatoriamente à residência do empregado ou, na hipótese de impossibilidade de recebimento, à sede da empresa."

DECRETA:

Art. 1º. Fica proibido o desconto de qualquer contribuição sindical em folha de pagamento do servidor público.

Art. 2º. Fica o Departamento de Recursos Humanos proibido de descontar valores dos servidores municipais a título de contribuição sindical até nova ordem do Poder Executivo, salvo se houver determinação judicial neste sentido ou revogação da Medida Provisória n.º 873/2019.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 01 DE ABRIL DE 2019.

NADIR BAU DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 185, DE 11 DE MARÇO DE 2.019. DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA PARA SUBSTITUIR SERVIDOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Publicação Nº 1970060

PORTARIA N.º 185, DE 11 DE MARÇO DE 2.019.

DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA PARA SUBSTITUIR SERVIDOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do cargo, que lhe confere o artigo 74, VII combinado com o artigo 97, inciso II, da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO, que o Tesoureiro Rubens Antonio Lesnieski, esta em período de Férias.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora NELI MARIA HOLEWERGER CHAVES, ocupante do cargo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE – NÍVEL – 11 – CLASSE – E, para substituir o Tesoureiro, a partir 14/03/2019 a 23/03/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 14/03/2019, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 11 DE MARÇO DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 229, DE 02 DE ABRIL DE 2019 NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1970087

PORTARIA N.º 229, DE 02 DE ABRIL DE 2019

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município e:

Considerando a necessidade de ter uma comissão especial para acompanhamento e tomada de decisões em relação ao Concurso Público n.º 001/2019,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os seguintes servidores para comporem a Comissão Especial do Concurso Público n.º 001/2019:

I – NELI MARIA HOLLEWEGER CHAVES, Auxiliar de Contabilidade;

II – CRISTIANE PICCININ, Assistente Administrativo;

III – THIAGO DE SOUZA PEREIRA, Engenheiro Agrônomo.

Art. 2º. Competirá a Comissão:

a) Acompanhar a aplicação e execução do Concurso Público n.º 001/2019;

b) Julgar todos os recursos e reclamações dos candidatos, nos casos em que a Comissão tiver a incumbência determinada no edital do Concurso Público n.º 001/2019;

c) Manifestar-se em conjunto ou isoladamente, sobre os casos omissos que houver no Concurso Público n.º 001/2019.

Art. 3º. A presidência da Comissão ficará ao encargo de NELI MARIA HOLLEWEGER CHAVES.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria n.º 143, de 01 de março de 2019 e seus efeitos retroagem a data de 01/03/2019.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 02 DE ABRIL DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº 208, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1970071

PORTARIA Nº 208, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

1- Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 399/2018 de 01 de Agosto de 2018.

2- Com amparo na Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017, que Dispõe sobre a Reestruturação do Sistema de Carreira e Salários do Pessoal do Poder Executivo do Município de Tangará; Cria, Extingue e Modifica Cargos, Fixa Vencimentos, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ROSANE DA SILVA COELHO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NÍVEL 09 - CLASSE A, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe "B" com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/04/2019

Art. 2º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida na avaliação, conforme prevê a lei complementar nº Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 209, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1970073

PORTARIA Nº 209, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

1- Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 399/2018 de 01 de Agosto de 2018.

2- Com amparo na Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017, que Dispõe sobre a Reestruturação do Sistema de Carreira e Salários do Pessoal do Poder Executivo do Município de Tangará; Cria, Extingue e Modifica Cargos, Fixa Vencimentos, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a servidora TAÍS MATTÉ, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGA - NÍVEL 15 - CLASSE A, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe "B" com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/04/2019

Art. 2.º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida na avaliação, conforme prevê a lei complementar nº Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 05 DE OUTUBRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº 215, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1970075

PORTARIA Nº 215, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

1- Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 399/2018 de 01 de Agosto de 2018.

2- Com amparo na Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017, que Dispõe sobre a Reestruturação do Sistema de Carreira e Salários do Pessoal do Poder Executivo do Município de Tangará; Cria, Extingue e Modifica Cargos, Fixa Vencimentos, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao servidor WILLIAN JOSÉ ZEN, ocupante do cargo efetivo de CONTADOR - NÍVEL 18 - CLASSE A, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe "B" com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/04/2019

Art. 2.º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida na avaliação, conforme prevê a lei complementar nº Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 010, HMFR DE 01 DE ABRIL DE 2.019. NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1970101

PORTARIA Nº. 010, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, conferidas pelo artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei complementas nº 20 de 25 de Abril de 2013.

RESOLVE:

Art.1º - Nomear o servidor CESAR LUIZ DA NUNZ, para exercer o cargo de DIRETOR HOSPITALAR – NÍVEL CC 08, a partir de 01/04/2019.

Art. 2.º - As atribuições do cargo serão exercidas junto ao Hospital Municipal Frei Rogério.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO DE TANGARÁ-SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 219, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1970077

PORTARIA Nº. 219, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 002/2018, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora MARIANA MARA DA SILVA, para a função do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA EDUCAÇÃO – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 01/04/2019.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 226 DE 01 DE ABRIL DE 2.019. RETORNA AO TRABALHO SERVIDOR AFASTADO POR AUXILIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1970082

PORTARIA Nº. 226 DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

RETORNA AO TRABALHO SERVIDOR AFASTADO POR AUXILIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas, no Inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, e;

Considerando que o servidor recebeu alta do auxilio doença, requerido através do Instituto Nacional de Serviço Social INSS.

RESOLVE:

ART. 1º - Determinar o retorno ao trabalho da Servidora VANIA APARECIDA DA SILVA COMACHIO, ocupante do cargo de AGENTE DE SAÚDE, a partir de 02/04/2019.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 02/04/2019, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº.011 HMFR DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1970103

PORTARIA Nº.011 DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nadir Baú da Silva, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias, pelo período de (30) trinta dias, as servidoras abaixo relacionadas, a partir de 01/04/2019 a 30/04/2019;

NOME CARGO

Patricia Freski Dos Campos Técnico em Enfermagem
Adriana Chaves Alves Ferraz Servente

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO DE TANGARA - SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE CONVÊNIO 001/2019 CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ E HOSPITAL DIVINO SALVADOR

Publicação Nº 1970052

TERMO DE CONVÊNIO 001/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ E HOSPITAL DIVINO SALVADOR OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERGENCIA E DEMANDA ESPONTÂNEA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ, NO SETOR DE EMERGÊNCIA DO CONVENIADO, E ATRAVÉS DE ESCALA DE SOBREAVISO NAS ESPECIALIDADES PREVISTAS.

O MUNICÍPIO DE TANGARÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.827.999/0001-01, com sede na Av. Irmãos Piccoli, nº 206 Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. NADIR BAÚ DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONVENIENTE (PROPOSTA) – HOSPITAL DIVINO SALVADOR inscrita no CNPJ-MF sob o nº 86.552.809/0003-03, com sede na Rua Coronel Fagundes, nº 180, Centro, Município de Videira, Estado de Santa Catarina, representada neste ato, pelo seu Diretor Administrativo, Senhor ANDRÉ RAGNINI, portador da Cédula de Identidade nº 3.922.170 e inscrito no CPF sob o nº 050.469.089-21 residente e domiciliado a Rua Alberto Grando., nº 580, Bairro São Cristóvão, Município de Videira, Estado de Santa Catarina doravante denominada simplesmente CONVENIADA, celebram o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente convênio tem como objetivo a prestação de serviços de atendimento de Urgência e Emergência e Demanda Espontânea em período integral, 24 horas por dia, inclusive feriados e fins de semana, bem como todo e qualquer atendimento hospitalar e ambulatorial necessários aos munícipes, sempre de acordo com a capacidade instalada e serviços credenciados, através de escala de sobreaviso nas especialidades previstas no item I da cláusula IV.

1.2 O Hospital compromete-se a atender o município de Tangará, sem distinção alguma, e integrar o sistema de referencia e contra referencia estabelecido pelo município, que compreende a rede básica de atendimento, média e alta complexidade e entidades de maior complexidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente convênio terá validade de 01 de fevereiro de 2019 a 30 de abril de 2019, podendo ser sucessivamente prorrogado em iguais períodos, caso haja interesse do município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O município, através do Fundo Municipal de Saúde, obriga-se a:

I – Repassar mensalmente ao conveniado o valor de: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), desde montante R\$ 3.000,00 (três mil reais) serão destinados ao ambulatório de traumatologia para acompanhamentos de pacientes no PS que demandam de acompanhamento, bem como, pós-operatórios de traumatologia, independente do número de feriados em cada mês, em conformidade com o plano de aplicação ressaltado nas seguintes hipóteses:

- a) Quando não houver comprovação de boa e regular aplicação dos recursos na forma da legislação aplicada, inclusive mediante procedimento de fiscalização local, realizados pelo município;
- b) Quando verificado desvio de finalidade da aplicação dos recursos, a prazos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas atentatórias, aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações de demais atos praticados na execução do convenio ou o inadimplemento do conveniado com relação a outras cláusulas convencionais básicas;
- c) Quando o conveniado deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo particípio repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle.

II – Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros repassados;

III – Examinar a prestação de contas dos recursos repassados;

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

I – Prestar atendimento de urgência e emergência e demanda espontânea, no setor de emergência do Hospital Divino Salvador, com atendimento de clínica geral, pediatria, ginecologia obstetrícia e ortopedia e através de escala de sobreaviso nas especialidades de ginecologia e obstetrícia, traumatologia, anestesiologia, cirurgia geral, urologia, neurologia, oftalmologia e pneumologia.

II – Prestar atendimento 24 horas ininterruptas todos os dias da semana;

III – Através dos funcionários do Divino Salvador ou por outros profissionais credenciados e qualificados, sendo pessoal administrativo, profissionais da área de medicina, pessoal de apoio, efetuar o atendimento de urgência/emergência a todos os munícipes;

IV – Atender os casos de urgência de forma gratuita sob pena do rompimento do presente convênio;

V – Ceder às instalações físicas e equipamentos adequados para a realização das urgências/emergências;

VI – Aplicar os recursos recebidos para o fim específico conforme o objetivo do convênio;

VII – Restituir ao Fundo Municipal de Saúde os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou saldo não utilizado;

VIII – Movimentar a realização das despesas em conta específica quanto aos recursos recebidos;

IX – Comprovar a realização das despesas, somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento;

X- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo município, através do FMS ou pessoa delegada por ele;

XI – Excluir o município de qualquer responsabilidade concernente a previdência quanto a encargos sociais e legislação trabalhista decorrente deste convênio

XII – Prestar conta no prazo de 30 dias após o recebimento do valor constante na clausula III na forma prevista em lei.

Parágrafo único: para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente convênio, deverá o conveniado observar o prazo contido na clausula IV e encaminhar ao município, através do Fundo Municipal de Saúde, os seguintes documentos;

I) Ofício de encaminhamento;

II) Demonstrativo e comprovante dos recursos;

III) Extrato bancário.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos repassados pelo Fundo Municipal de Saúde integram a dotação orçamentária:

09-FMS de Tangará.

Atividade - 2005

Modalidade de aplicação 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0402- aplicações diretas

CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO DE CONVÊNIO

O convênio será extinto:

I – Pela conclusão do objeto;

II – Por denúncia

§1º. O presente convênio poderá ser denunciado, por qualquer das partes, total ou parcialmente, mediante declaração expressa com

antecedência mínima de 30 dias, salvo hipóteses de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada, pode denunciá - lo, no todo, imediatamente;

§2º Em qualquer hipótese de extinção os saldos remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidas ao FMS, no prazo de 30 dias do evento, sob pena imediata instauração de tomada de contas especial do responsável.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I – O município, através do Fundo Municipal de Saúde, pelos seus prepostos, reserva-se o direito de, qualquer tempo, exigir do conveniado, documentos em geral, bem como a fiscalização do andamento dos trabalhos, objetos deste convênio;

II – O andamento do plantão constará das seguintes ações:

a) Consultas de urgência/emergência;

b) Procedimentos médicos de urgência e emergência.

III- Os clientes a serem beneficiado serão dos do município de tangara;

IV – Correrão cor conta e responsabilidade de hospital conveniado, todos os encargos trabalhistas, sociais, fiscais, e os relativos de trabalho, decorrentes da prestação de serviços, isentados desta forma o município de qualquer obrigação, presente ou futura atinente a este convenio, inclusive vínculo empregatício.

V – O município, através do FMS, obriga-se a fornecer ao conveniado, documento fiscal comprobatório dos repasses dos recursos financeiros mensalmente transferidos para o mesmo.

VI – Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre as partes respeitadas a legislação vigente, considerando que deverá justificar por escrito ao paciente ou seu representante, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste Termo e enviar, mensalmente ao município, cópia da justificativa de não realização.

VII – Os recursos do presente serão depositados em conta de titularidade do conveniado – hospital Divino Salvador, conta nº Agencia nº.... do Banco...

VIII – O não repasse dos valores acordados até o dia 10 do mês subsequente, acarretará na suspensão dos atendimentos.

IX – As internações originadas das emergências terão prioridades das vagas de leitos, também obedecerão às escalas de sobre aviso da especialidade.

X – Os pacientes encaminhados para serviço de Urgência/ Emergência, devem obedecer às rotinas já existentes, médico para médico.

XI – Os serviços das especialidades (sobreaviso) somente serão acionados pelo médico da emergência;

XII - Só terão direito a continuidade dos atendimentos de ortopedia os quais já tiveram sido atendidos da emergência com horas pré-determinadas;

XIII – Os pacientes que optarem por outros profissionais que não sejam da escala (sobreaviso da especialidade) sofrerão o ônus do pagamento também na internação;

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Com a renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja as partes elegem o foro da comarca de Tangará-SC, para dirimir qualquer questão judicial ou dúvidas emergentes do presente convênio.

Tangará, SC, 01 de fevereiro de 2019.

ANDRÉ RAGNINI DIRETOR ADMINISTRATIVO HOSPITAL DIVINO SALVADOR	NADIR BAÚ DA SIVA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE
---	--

Testemunhas:

01. Nome: Adriane Lopes Rodrigues Locatelli CPF: 081.547.349-40	02. Nome: Paula Aline Taffarel Motter CPF: 047.667.139-66
---	---

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 003-2019 SAÚDE

Publicação Nº 1969600

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 003/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2019.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para Contratação de Pessoa Jurídica para Disponibilização de Profissional Médico Clínico Geral para o Programa ESF da Unidade Básica de Saúde do Município de Tigrinhos/SC, Carga Horária 40 Horas Semanais, Conforme Termo de Referência Anexo I do edital. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 17/04/2018, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 08h40min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064 ou pelo site: www.tigrinhos.sc.gov.br

Tigrinhos (SC), 03 de abril de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 117/2019

Publicação Nº 1970565

PORTARIA Nº. 117/2019.
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O PREFEITO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº. 928/2018 de 28 de Novembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Prefeito Municipal, Sr. DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, adiantamento do equivalente a 5,00 (cinco) diárias, no valor de R\$ 1.000,00 cada, totalizando o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para sua viagem à Brasília, no Período de 07 a 12 de Abril de 2019, Com Objetivo de Participar XXII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE ABRIL DE 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de abril de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

PORTARIA 118/2019

Publicação Nº 1970564

PORTARIA Nº. 118/2019. NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. GRACIELE FÁTIMA FERREIRA, brasileira, portadora do CPF nº 095.196.759-22, aprovada em 2º lugar no Concurso Público, regido pelo Edital nº 001/2019 e Homologado pelo Decreto Nº. 033/2019, para exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a contar a partir de 03 de Abril

de 2019, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE ABRIL DE 2019.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em três de abril de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 119/2019

Publicação Nº 1970566

PORTARIA Nº. 119/2019. NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015 e 014/2010,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. MARI LÚCIA HEINSCH MOSER, brasileira, portadora do CPF nº 073.232.369-08, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 001/2019 e Homologado pelo Decreto Nº. 034/2019, para exercer o Cargo Temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (Micro Área V), com 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a contar a partir de 03 de Abril de 2019, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 03 DE ABRIL DE 2019.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em três de abril de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 050/PMT/2019

Publicação Nº 1969083

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 050/PMT/2019

Objeto: Aquisição de Lajotas, Metades de Lajotas e Meio-fios para uso na Pavimentação de Ruas e Reposição nas Vias Públicas, realizadas pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas - SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 16 de abril de 2019, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/PMT/2019

Publicação Nº 1969591

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/PMT/2019

Objeto: Aquisição de água mineral e gás para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos – Corpo de Bombeiros, Fundo Municipal de Saúde e Fundação Municipal de Esportes, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item;

Data de Abertura: 17 de abril de 2019, as 09h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/PMT/2019 - REGISTRO DE PREÇO Nº 037/PMT/2019

Publicação Nº 1969587

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 047/PMT/2019 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 037/PMT/2019

Objeto: Locação de Painel de LED IN DOOR e OUTDOOR para 10.800 inserções mensais, 02 Vinhetas com Tempo de 10 a 30 segundos cada Vinheta, tamanho 1,921x3,86, localizado no centro de Tijucas, para Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, do município de Tijucas/SC. Empresa Vencedora do Processo: FT PETTIRINI LTDA ME, foi vencedora do item 01 no valor de R\$ 32.040,00 (Trinta e dois mil e quarenta reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br

Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/FMDR/2019

Publicação Nº 1969599

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 010/FMDR/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/FMDR/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/FMDR/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADA: GRUPO DE OPERAÇÕES DE RESGATE VOLUNTÁRIO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE E RECOLHIMENTO DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE (EQÜINOS, BOVINOS), SOLTOS EM VIAS PÚBLICAS E/OU EM SITUAÇÃO DE MAUS TRATOS NA CIDADE DE TIJUCAS, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE.

VALOR: R\$. 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)

TIJUCAS/SC, 02 DE ABRIL DE 2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/PMT/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 036/PMT/2019 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1969305

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 036/PMT/2019

REPUBLICAÇÃO E NOVA DATA DE ABERTURA

Objeto: Contratação de empresa para locação de Lonas, Palcos, Tendas, Tablados, Pavilhões e Deckdrops, para Secretaria de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do Município de Tijucas - SC.

Tipo: Menor preço por item

Data de Abertura: 16 de abril de 2019, as 09h00min;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 052/PMT/19 - PREGÃO PRESENCIAL 042/PMT/19

Publicação Nº 1969598

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/PMT/2019

A Prefeitura Municipal de Tijucas, por meio de sua Pregoeira, comunica a SUSPENSÃO do Pregão Presencial nº 042/PMT/2019, para readequação do referido edital.

Timbé do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 1.945/2019 TRATA DA ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.749/2015 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1969968

LEI Nº 1.945, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

TRATA DA ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 1.749/2015, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei;

Art. 1º Ficam alterados o Capítulo IV, e demais artigos da Lei Municipal n.º 1.749 de 31 de março de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO IV DO CONSELHO TUTELAR

SEÇÃO I DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO

Art. 15 O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescente do Município de Timbé do Sul é um órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípua de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art. 16 A função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Timbé do Sul, será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de Timbé do Sul constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Timbé do Sul, SC, aplicando-se, no que couber, a Lei Federal n. 8.112/1990.

SEÇÃO I Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 17 A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II - custeio com remuneração e formação continuada;

III - custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;

IV - manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, poderá participar do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§ 4º Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto

ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 18 O Poder Executivo garantirá o suporte administrativo e técnico ao Conselho Tutelar, oferecendo sala para atendimento de fácil acesso, telefone, veículo de uso exclusivo, computador equipado com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º As dependências do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

- I - placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;
- II - sala reservada para a recepção do público;
- III - sala reservada para o atendimento dos casos;
- IV - banheiro.

§ 2º Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 3º O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias

§ 4º O Poder Executivo deve garantir, por meio da articulação dos setores competentes, a existência de motorista disponível sempre que se fizer necessário para a realização de diligências por parte do Conselho Tutelar, inclusive nos períodos de sobreaviso.

Art. 19 As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 20 Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 2º O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

SEÇÃO II

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 21 O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto para atendimento da população das 7:30hs às 11:30hs e das 13hs às 17hs.

§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 22 O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Timbó do Sul.

§ 1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte.

§ 2º Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e deverá se pautar na realidade do Município.

§ 3º Para a compensação do sobreaviso, o membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 02 (dois) dias para cada 07 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição a 30 dias por ano civil.

§ 4º O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 5º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 23 O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz

atendimento da população.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente, se necessário, o voto de desempate.

SEÇÃO III

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 24 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo

do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 25 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), tomando-se por base o disposto na Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Eleitoral notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encarregada de realizar o processo de escolha, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 26 A organização do processo eleitoral, será de responsabilidade do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente (CMDCA), coordenado pelo presidente do referido conselho e fiscalizado pelo Ministério Público.

Art. 27 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, assim constituídos:

I – 02 (dois) representantes do Poder Executivo;

II – 01 (um) representante do Poder Legislativo;

III – 02 (dois) representantes da Sociedade Civil Organizada.

§ 1º A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 28 Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) o lançamento do Edital de Convocação das eleições para escolha dos membros do Conselho Tutelar, o qual irá disciplinar sobre o local, data e hora das eleições, registro das candidaturas em forma individual, a documentação a ser exigida dos candidatos como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990, as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei, apuração dos votos, prazo para impugnações, proclamação e posse dos conselheiros escolhidos.

§ 1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 29 O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), fará ampla divulgação do edital, em jornal de circulação regional, diário oficial do estado de Santa Catarina, fixados em mural público da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, site oficial do Município, escolas e Fórum da Comarca de Turvo.

Art. 30 O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO IV

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 31 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - residência no Município de Timbó do Sul;
- IV - conclusão do ensino médio;
- V - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;
- VI - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade).

Art. 32 O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

SEÇÃO V

Da Avaliação Documental e Impugnações

Art. 33 Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto a Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral, publicará a lista dos candidatos aptos a participar da eleição.

SEÇÃO VI

Da Campanha Eleitoral

Art. 34 Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

III - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

IV - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

V - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VI - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

VIII - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

IX - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 35 A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º A inobservância do disposto no art. 33 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete a Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 36 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

SEÇÃO VII

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 37 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 38 A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 39 À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO VIII

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 40 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

SEÇÃO IX

Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 41 Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7º Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e

férias regulamentares.

§ 9º No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

CAPÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

SEÇÃO I

Da Direção do Conselho

Art. 42 Os Conselheiros Tutelares, por votação direta, escolherão entre si, um Presidente e um Secretário através do voto por maioria absoluta, os quais serão responsáveis pela direção do Conselho.

§ 1º O mandato dos diretores do Conselho terá a duração de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º Na ausência do Presidente, este será substituído pelo Secretário do Conselho.

§ 3º Na vacância de qualquer um dos cargos será eleito novo Presidente ou Secretário até completar o mandato do substituído.

§ 4º Os cargos acima descritos não estão sujeitos a gratificações ou remuneração extra.

Art. 43 São atribuições do Presidente:

I - coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;

II - convocar as sessões deliberativas extraordinárias;

III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;

IV - assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;

V - zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;

VI - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;

VII - participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - comunicar ao órgão da Administração Municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;

IX - encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

X - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;

XI - prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;

XII - exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

Art. 44 São atribuições do Secretário:

I - redigir e assinar atas e resoluções com os demais os conselheiros presentes na sessão;

II - redigir e assinar as correspondências oficiais juntamente com o Presidente;

III - manter sob sua guarda livros, fichas, documentos e papéis do Conselho Tutelar;

IV - prestar as informações que lhe forem requisitas e expedir certidões, respeitando os artigos 146 e 147 do ECA.

SEÇÃO II

Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 45 O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

I - exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;

II - definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;

III - organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;

V - organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;

VI - propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

VII - destituir o Presidente e/ou Secretário, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

§ 1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§ 2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

SEÇÃO III**Dos Impedimentos na Análise dos Casos**

Art. 46 O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

I - o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;

IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;

V - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

SEÇÃO IV**Dos Deveres**

Art. 47 Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - manter ilibada conduta pública e particular;

II - zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

III - cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;

V - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;

VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;

VII - desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;

VIII - declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;

IX - cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

XI - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;

XIII - prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XIV - identificar-se nas manifestações funcionais;

XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XVI - comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.

XVII - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;

XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

XIX - Manter o local de trabalho organizado e limpo;

XX - guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;

XXI - ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO V**Das Responsabilidades**

Art. 48 O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 49 A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 50 A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 51 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO VI**Da Regra de Competência**

Art. 52 A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VII

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 53 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art. 54 São atribuições do Conselho Tutelar:

I - zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

IX - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

X - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIII - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do

Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 55 O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 56 Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 57 Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

I - colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;

II - entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

IV - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VII - requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

VIII - propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;

IX - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

X - participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 58 É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 59 As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao

adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 60 No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 61 A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 62 É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 63 Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 64 É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 65 Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 66 No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

SEÇÃO VIII

Das Vedações

Art. 67 Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

II - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;

V - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;

VI - recusar fé a documento público;

VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;

IX - proceder de forma desidiosa;

X - descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;

XI - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

XII - ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;

XIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XIV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;

XV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XVI - atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;

XVII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;

XVIII - entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;

XIX - ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;

XX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;

XXI - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XXII - celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;

XXIII - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;

XXIV - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;

XXV - cometer crime contra a Administração Pública;

XVII - abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;

XXVII - faltar habitualmente ao trabalho;

XXVIII - cometer atos de improbidade administrativa;

XXIX - cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;

XXX - praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

XXXI - proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.

Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO IX

Das Penalidades

Art. 68 Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I - advertência;
- II - suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III - destituição da função.

Art. 69 Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 70 O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal n. 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO X

Da Vacância

Art. 71 A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;
- III - transferência de residência ou domicílio para outro município ou região administrativa do Distrito Federal;
- IV - aplicação da sanção administrativa de destituição da função;
- V - falecimento;
- VI - condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 64 Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

- I - vacância de função;
- II - férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;
- III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 72 Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§1º Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§4º O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 73 O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

Art. 74 Em caso de vacância ou afastamento de qualquer membro titular do Conselho Tutelar nos últimos 02(dois) anos do mandato e não haja suplentes, o novo membro do Conselho Tutelar será indicado diretamente pelo Presidente do CMDCA do município.

SEÇÃO XI

Da Remuneração dos Conselheiros

Art. 75 Os membros escolhidos para o exercício da função de Conselheiro Tutelar não serão considerados funcionários efetivos do quadro de pessoal da Administração Municipal, mas farão jus a remuneração equivalente a 01 (um) salário mínimo mensal.

Art. 76 Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina

Art. 77 O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a adiantamento para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

Art. 78 A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, §2º, da Lei Federal n. 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

SEÇÃO XII

Das Férias

Art. 79 O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 80 É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 81 Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

I - a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;

II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 82 Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 83 As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 84 A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

SEÇÃO XIII

Das Licenças

Art. 85 Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

I - para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;

II - para paternidade;

III - em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

IV - em virtude de casamento;

V - por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§ 1º É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§ 2º As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Timbé do Sul pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

SEÇÃO XV

Do Tempo de Serviço

Art. 86 O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 87 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 88 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 89 Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 02 de Abril de 2019.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

SAMAE - TIMBÉ DO SUL

CONTRATO 2_2/2017

Publicação Nº 1970106

Estado de Santa Catarina

SAMAE de Timbé do Sul

Rua Carlos Savi, 365 – Fone: (48)35361172

e-mail: samae@samaetimbedosul.sc.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Segundo Aditivo Contrato nº. 2_2/2017

Processo: 9/2019.

Data: 02 de abril de 2019.

Objeto: cobrança de faturas não compensável, bem como fazer débito automático, via sistema, sem emissão de fatura papel que entre si fazem o serviço autônomo municipal de água e esgoto – SAMAE do município de Timbé do Sul-SC e a Caixa Econômica Federal através de suas agências.

I - Guichês das Agências;

II - Rede Lotérica;

III - Internet Banking CAIXA;

IV - Terminais de Auto atendimento;

V - Correspondentes CAIXA AQUI.

Valor :

- I - R\$ 4,20 por documento recebido no Guichê;
- II - R\$ 3,00 por documento recebido na Rede Lotérica;
- III - R\$ 3,00 por documento recebido no Internet CAIXA;
- IV - R\$ 3,00 por doc. recebido no Auto atendimento;
- V - R\$ 3,00 por documento recebido no Correspondente Caixa Aqui;
- VI - R\$ 3,00 por registro, na disponibilização de arquivo retorno.

para o recebimento de faturas impressas pelo SAMAE, com código de barras padrão FEBRABAN: Seja ele através do sistema de Débito Automático, através dos terminais de Auto Atendimento e através da internet.

Contratada: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Prazo: 12 (doze) meses a partir da data da assinatura até 02.04.2019.

Amarildo Scursel Alexandre - Diretor do SAMAE

PORTARIA 07/2019

Publicação N° 1970074

PORTARIA SAMAE N. 07/2019 01 de Março de 2019

O Sr. Ricardo Stecanella, Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, de Timbé do Sul-SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE :

Art. 1º - Conceder férias de 20 dias, ao servidor RICARDO STECANELLA, relativo ao período aquisitivo 05.10.2017 a 04.10.2018.

Art. 2º - O período de gozo das férias será de 01 a 20.03.2019.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul-SC, 01 de Março de 2019.

Ricardo Stecanella
Diretor do SAMAE

Timbó**PREFEITURA****ATA ANÁLISE DOCUMENTOS HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 09 2019 PMT - VPA E LAJETUBOS**

Publicação N° 1970354

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO N° 09/2019 - PMT

INTERESSADAS:

VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI - ME

LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI

Às dez horas do segundo dia do mês de abril de dois mil e dezenove (02/04/2019), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria n° 1083, de 02 de janeiro de 2018, para análise de envelopes recebidos em razão do Credenciamento n.º 09/2019 - PMT.

Protocolaram tempestivamente, os envelopes com os documentos as seguintes empresas interessadas: VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI ME, CNPJ n°. 07.516.335/0001-06 e LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ n°. 02.267.742/0001-03.

Ato contínuo, a Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e conferissem sua inviolabilidade. Na sequência, suspendeu-se a análise para encaminhamento da documentação para análises técnica (subitem 5.2.4 do edital) e contábil (subitem 5.2.5 do edital), respectivamente aos Setores de Engenharia e Contabilidade.

Nada mais havendo, a Sr. Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

LOURDES MOSER

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

DAVI BERRI

Membro

ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO PRORROGAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 02 2018 FMS - DOSARE

Publicação N° 1970358

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

INTERESSADA: DOSARE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

Às dez horas do segundo dia, do mês de abril de dois mil e dezenove (02/04/2019), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria n°. 1083, de 02 de janeiro de 2019, para Julgamento dos documentos objetivando a Habilitação/Credenciamento no Processo Licitatório n.º 02/2018 - FMS, apresentados em razão da prorrogação do contrato de credenciamento.

Analisada toda a documentação juntada aos autos, aliada ao parecer técnico e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação da empresa DOSARE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA. interessada no credenciamento para prestação do serviço de Exames Laboratoriais.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

LOURDES MOSER

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

DAVI BERRI

Membro

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36 2019 PMT

Publicação Nº 1970362

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 36/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., CNPJ nº. 61.074.175/0001-38, a Sra. Andrea Cristina Bossolani Nascimento, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;
DATA: até 09/04/2019.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de abril de 2019
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

ERRATA ATA HABILITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA AGRICULTURA FAMILIAR N.º 01 2019 PMT

Publicação Nº 1970363

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DE HABILITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA AGRICULTURA FAMILIAR Nº. 01/2019 PMT
AVISO DE ERRATA

A Comissão de Licitações leva ao conhecimento dos interessados que na ata de habilitação, publicada em 07/03/2019, no Diário Oficial dos Municípios/SC, edição n.º 2770, página n.º 1185, publicação n.º 1935941, houve erro de digitação no valor unitário do item 15 (leite) constante da tabela dos interessados habilitados, dessa forma, aonde se lê "R\$ 2,70", leia-se "R\$ 2,76".

Timbó, 29 de março de 2019
LOURDES MOSER
Presidente Comissão Permanente de Licitações

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL N.º 14 2019 PMT

Publicação Nº 1970366

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2019 PMT
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó informa aos interessados que no Edital de Pregão Presencial n.º 14/2019 PMT, que objetiva a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO MENSAL, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, DE VEÍCULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS, OBRIGATORIAMENTE SEGURADOS, PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA (AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES) DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ, houve equívoco na indicação do tipo de veículo por órgão, conforme a redação do Anexo I – Termo de Referência, subitem 1.2, distribuição de veículos por órgão municipal, informada na página 25, sendo correta a seguir:

- Fundação Cultural: 01 (um) veículo constante do item 3;
- Fundação de Esportes: 01 (um) veículo constante do item 3;
- Fundo Municipal de Turismo: 01 (um) veículo constante do item 1;
- Fundo de Defesa dos Direitos Difusos: 01 (um) veículo constante do item 1;
- Departamento de Comunicação Social: 01 (um) veículo constante do item 1;
- Fundo Municipal de Saúde: 03 (três) veículos constantes do item 3, 02 (dois) veículos constantes do item 1, 01 (um) veículo constante do item 4;
- Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços: 02 (dois) veículos constantes do item 1;
- Secretaria Municipal de Fazenda e Administração: 01 (um) veículo constante do item 1, 01 (um) veículo constante do item 2.

Timbó/SC, 02/04/2019
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N° 07 2019 FCT

Publicação N° 1970368

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°. 07/2019

CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó

CONTRATADO: AMUSPE - Associação de Músicos Profissionais de Pomerode

OBJETO: Contratação de entretenimento musical (bandas regionais e locais) para integrar a Programação Oficial do 2º Festival de Cervejarias de Timbó a realizar-se nos dias 05, 06 e 07 de abril de 2019, através das seguintes bandas: Banda Bicho Homem, Banda Velho Lobos, Banda Moby Dick, Banda Skaramush, Banda Sky Dog, Banda Ponto Trinta, Banda Vlad V, Banda Novos Vintages, Banda Deslok, Banda Lord Herby.

VALOR TOTAL: R\$ 14.230,00 (quatorze mil, duzentos e trinta reais).

Timbó, 03 de abril de 2019

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

PORTARIA N° 1272, DE 27 DE MARÇO DE 2019

Publicação N° 1969145

PORTARIA N° 1272, DE 27 DE MARÇO DE 2019

Instaura Sindicância Administrativa n° 01/2019, para apurar fatos relatados no Memorando SESAS n° 023-02/2019.

O Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto n° 3614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar n° 01/1993, alterada pela Lei Complementar n° 139/1998,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa n° 01/2019, para apurar fatos relatados no Memorando SESAS n° 023-02/2019, relacionado à multa de trânsito – Auto de Infração n° R242777767.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria n° 422, de 18 de agosto de 2017, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 63 2018 PMT

Publicação N° 1970390

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 63/2018 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de pneus, câmaras e afins destinados à Administração Direta e Indireta do Município de Timbó.
EMPRESAS FORNECEDORAS: Modelo Pneus Ltda; CP Comercial S/A; GF Pneus Comercial e Distribuidora Ltda; Comercio de Pneus Oenning Ltda Epp; Nacional Pneus Eireli Epp e BBW do Brasil Comércio de Pneumáticos Eireli.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 631.893,00 (seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e noventa e três reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 30/07/2019

Timbó, 30/07/2018

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**PORTARIA N. SAMAE- 167, DE 18 DE MARÇO DE 2019**

Publicação Nº 1969094

PORTARIA N. SAMAE- 167, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.15, V da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 4425, de 02/01/2017 alterado pelo Decreto n. 4976, de 31/10/2018;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ALEXANDRE GOMES BRITO (vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	20/10/1998	100.191.019-29	35 horas	18/03/2019 a 31/03/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de Março de 2019; 149º ano de Fundação; 84º ano de Emancipação Política.

WALDEMAR GEBAUER

Diretor Presidente

PORTARIA Nº SAMAE -168, DE 25 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1969098

PORTARIA Nº SAMAE -168, DE 25 DE MARÇO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15 V da Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público prevista na Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015, c/c Decreto nº 4425, de 02/01/2018, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01/03/2017, Decreto nº 4681, de 30/11/2017, Decreto nº 4772, de 01/03/2018, Decreto n. 4976, de 31/10/2018 e Decreto n. 5148, de 06 de março de 2019;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação dos Servidores abaixo relacionados:

NOME	ALTERAR PARA
ADRIANA SOARES	30.04.2019
ADRIANO ADAM	30.04.2019
ADRIANO OLIVEIRA	30.04.2019
ALEXANDRE GOMES BRITO	30.04.2019
ANTONIO DA SILVA	30.04.2019
CAROLAINE DRABZINSKI FERREIRA	30.04.2019
CHRISTIAN PASQUALI	30.04.2019
CLAUDIONOR SILVA DOS SANTOS	30.04.2019
DAMIANA DE CASSIA AVIZ FARIAS	30.04.2019
DAVI RODRIGIES	30.04.2019
DOUGLAS LUCIANO STEFFEN	30.04.2019
ELIAS ANTONIO ZATELLI	30.04.2019
ERICA GESSNER STEFFEN	30.04.2019
EVANDRO DOS SANTOS	30.04.2019

FABIO LIMA DA SILVA	30.04.2019
FABIO STEUCK	30.04.2019
GILDA ANACLETO	30.04.2019
IZOLETE DE SOUZA	30.04.2019
JAIR BILK	30.04.2019
JANAINA DE FATIMA DA CRUZ GOMES DE CAMARGO	30.04.2019
JANES SALES CAVALCANTE	30.04.2019
JEAN CARLO KLOEHN	30.04.2019
JEFERSON LEANDRO STEFFEN	30.04.2019
JEFFERSON DOUGLAS EBERT	30.04.2019
JEIMES JONATHAN GUTJAHR	30.04.2019
JOÃO GUILHERME GOULART ALVES	30.04.2019
JOÃO PAULO LOPES	30.04.2019
JOCIEL BRAATZ MACHADO	30.04.2019
JONATHAN EBERT	30.04.2019
JOSIANE ALVARES	30.04.2019
LEANDRO MARTINEZ DA SILVA	30.04.2019
LETICIA THEILACKER GADOTTI	30.04.2019
MAICO STEFFEN	30.04.2019
MACIA VANDERLEIA DOS SANTOS PINHEIRO	30.04.2019
MARIBEL APARECIDA MIRANDA	30.04.2019
MAXIMILIANA ANDRONHUC	30.04.2019
MOACIR STANO	30.04.2019
OSMAIR WAGNER DE LIMA	30.04.2019
PEDRO AFONSO PINHEIRO DA SILVA	30.04.2019
REGINA APARECIDA DOS PRAZERES	30.04.2019
RENAN JEAN DANNA	30.04.2019
RODRIGO DE LIMA PEREIRA	30.04.2019
TATIANA PASSIG	30.04.2019
TONIEL DE PONTES	30.04.2019
VALDECIR ANACLETO CARDOSO	30.04.2019
VANDERLEI GESSNER	30.04.2019
YURI MARCEL ANTONIO	30.04.2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de Março de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

WALDEMAR GEBAUER
Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2019 - PMTB

Publicação Nº 1969772

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2019 – PMTB.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. Luiz Divonsir Shimoguiiri, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: SEVERINO MARIANO DE SANTANA FILHO, brasileiro, empresário, portador do RG nº 9684213 SSP/SC, residente e domiciliado na Avenida Abrahão Mussi, nº 3114, Distrito de São Cristóvão em Três Barras - SC, doravante denominado LOCADOR.

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, incisos X da Lei nº 8.666/1993, operando este pelo regime de “Dispensa de Licitações”.

Objeto: O objeto do presente contrato é a locação de uma sala comercial com área de 569,07 m² (quinhentos e sessenta e nove vírgula sete metros quadrados, composto por sala principal, dois banheiros, cozinha e câmara fria, imóvel situado na Avenida Abrahão Mussi, nº 3114, Distrito de São Cristóvão, nesta cidade, para utilização e desenvolvimento das atividades do escritório da Intendência Distrital de São Cristóvão.

Vigência: O presente Instrumento Contratual terá sua vigência iniciando-se em 15 de março de 2019 com término em 31 de dezembro de 2019.

Valor: R\$ 45.125,00 (quarenta e cinco mil e cento e vinte e cinco reais), pagos em parcelas mensais no valor de R\$ 4.750,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta reais) cada, somente reajustável após 12 (doze) meses conforme a variação do índice do IGMP (Índice Geral de Preço de Mercado).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específica da INTENDÊNCIA DISTRITAL DE SÃO CRISTÓVÃO.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 02 de abril de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2019 - PMTB

Publicação Nº 1969775

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2019 – PMTB.

Procedimento Licitatório nº 03/2019

Modalidade: “Pregão Presencial nº 02/2019”

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. Luiz Divonsir Shimoguiiri, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: TRANSPORTES COLETIVOS TRESBARRENSE LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.837.218/0001-92, com endereço à Rua Vereador Augustinho Kornatzki, nº 153, Cidade de Três Barras - SC, por seu representante legal, Sócio Administrador Sr. DIOGO PETERSON DAMS.

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparo legal no Decreto Municipal nº 2.851/2005, Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, alterada pela Lei 8.883/1994, bem como as condições dispostas no Processo Licitatório nº 03/2019, Pregão Presencial nº 02/2019.

Objeto: O objeto do presente contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, com ônibus com capacidade mínima para 40 passageiros sentados, pelo período de 202 (duzentos e dois) dias “letivos” atendendo aos seguintes itinerários:

Item	Quantidade	Und	Descrição	Preço total
------	------------	-----	-----------	-------------

01	202	DIAS	TRANSPORTE DE ALUNOS, A SER REALIZADO COM 05 (CINCO) ÔNIBUS, CADA UM COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 40 (QUARENTA) PASSAGEIROS SENTADOS, VEÍCULOS COM ANO DE FABRICAÇÃO 2010 OU SUPERIOR, TENDO AO MENOS 01 (UM) VEÍCULO QUE ATENDA AOS REQUISITOS DE PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS, DENTRO DAS NORMAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO, PARA O PERCURSO DO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, COM QUILOMETRAGEM PERCORRIDA DE 110 KM EM PAVIMENTAÇÃO MISTA (POR RUAS PAVIMENTADAS E POR RUAS NÃO PAVIMENTADAS, CONFORME SEGUE: TURNO MATUTINO: (ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL): SAÍDA DA PONTE DO RIO CANOINHAS (SC 303), ÀS 07H E 00MIN. ENTRANDO NA RUA ETELVINA DE ALMEIDA PIRES (RUA VELHA), ACESSANDO A AVENIDA JOSÉ NUNES CAVALHEIRO, ENTRANDO NA RUA GETÚLIO VARGAS SEGUINDO ATÉ A AVENIDA FRANCISCO DE PAULA E SILVA, SEGUINDO ATÉ A EMPRESA MILI, RETORNANDO PELA RUA DONA FRANCISCA ATÉ CHEGAR NO CAIC, E.E.B. FREI MENANDRO KAMPS, EXTENSÃO I E II, PROJETOS E SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS ÀS 07H E 45MIN. O RETORNO, SEGUINDO O TRAJETO INVERSO, SERÁ ÀS 11H. E 30MIN. COM OS ALUNOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E ÀS 11H E 45MIN. COM OS ALUNOS DAS ESCOLAS. TURNO VESPERTINO: SEGUINDO O MESMO TRAJETO DO TURNO MATUTINO, INICIA ÀS 12H E 20MIN., PARA OS ALUNOS DAS REFERIDAS ESCOLAS E 13H E 00MIN. PARA OS ALUNOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, RETORNANDO AS 16H E 30MIN COM OS ALUNOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E ÀS 17H E 00MIN. COM OS ALUNOS DAS DEMAIS ESCOLAS.	616.100,00
02	60.000	KM	TRANSPORTE DE ALUNOS EM ÔNIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 40 (QUARENTA) PASSAGEIROS SENTADOS, ANO DE FABRICAÇÃO 2010 OU SUPERIOR, PARA ATENDIMENTO ESPORÁDICO EM SUBSTITUIÇÃO AOS ÔNIBUS DA PREFEITURA E OU EM EVENTOS QUE OCORRERÃO NO MUNICÍPIO DURANTE O ANO LETIVO, TAIS COMO FESTIVAIS DE DANÇA, FESTIVAIS DA CANÇÃO, DESFILES CÍVICOS, ENTRE OUTROS.	348.000,00
TOTAL				964.100,00

Vigência: O prazo deste contrato é para o período de 202 (duzentos e dois) dias letivos, renovável semestralmente ou anualmente do encerramento deste contrato Administrativo, podendo ser renovado a critério da Administração Pública até o limite máximo de 48 (quarenta e oito) meses, conforme artigo 57º da Lei nº. 8.666/93 alterada pela Lei nº. 8.883/94, através de termos aditivos assinados entre as partes, ou simplesmente revogado pela Administração.

Valor: R\$ 964.100,00 (novecentos e sessenta e quatro mil e cem reais).

Previsão orçamentária: Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 02 de abril de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2019 - PMTB

Publicação Nº 1969776

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2019 – PMTB.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. Luiz Divonsir Shimoguri, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: HELIO CESAR DE MELLO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 22.093.023/0001-20, com sede na Rua Francisco de Paula Pereira, nº 825, Centro, município de Canoinhas – SC, tendo como nome fantasia AUTÊNTICA IMOBILIÁRIA CONSULTORIA E TREINAMENTO, doravante denominada de CONTRATADA.

Base Legal: Este contrato fica vinculado ao Direito Obrigacional e a Lei de Licitações, em face de peculiaridade da função e de sua necessidade, sendo parte integrante do presente contrato e para os efeitos legais dele decorrentes, bem como das regras previstas na legislação em vigor, em especial ao disposto no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993, alterada pelo Decreto nº 9.412/2018 operando este pelo regime de “Dispensa de Licitações”.

Objeto: Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços na EXECUÇÃO DE EXAMES (TESTES) PRÁTICOS EM VEÍCULOS E MÁQUINAS AOS CANDIDATOS APROVADOS PARA A SEGUNDA FASE, conforme consta no Edital de Processo Seletivo nº 002/2019 Cláusulas 3.1 / 3.1.2.1 e suas alíneas.

Vigência: A execução do Serviço ocorrerá no dia 30 de março de 2019, conforme Edital de Processo Seletivo nº 002/2019. O presente termo terá sua vigência num período de 30 (trinta) dias, iniciando em 29 de março de 2019, rescindindo em 28 de abril de 2019, podendo ser prorrogado e / ou modificado até o limite permitido por Lei, mediante termo aditivo.

Valor: O valor global dos serviços prestados será de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes desta contratação correrão a conta de dotação orçamentária específica da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 02 de abril de 2019.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 24/2019

Publicação Nº 1969836

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 24/2018

DE COMPRA E VENDA

Procedimento Licitatório nº 06/2018

Modalidade “Pregão Presencial nº 05/2018”

Termo Aditivo nº 24/2019

O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras- SC, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a Empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 61.074.175/0001-38, estabelecida na cidade de São Paulo - SP, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Andar 29, Sala A, Bairro Vila Gertrudes, CEP. 04.794-000, Telefone (11) 5111-2700, doravante denominada CONTRATADA, têm justo e aditado no Contrato de Prestação de Serviços nº 024/2018 que tem por finalidade contratação de apólice de seguro para frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA BASE LEGAL:

1.1 - A assinatura do presente termo está amparada pelo artigo 57 da Lei nº 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, alterada pela Lei nº 8.883/1994.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA:

2.1 - Considerando o artigo 57 da Lei de Licitações que permite a prorrogação do Contrato Principal;

2.2 - Considerando a necessidade de execução ininterrupta dos serviços prestados;

2.3 - Considerando que os serviços foram de boa qualidade e executados em conformidade com o previsto no Contrato Principal;

2.4 – Considerando que os valores são os reais praticados no mercado;

2.5 - Faz-se necessário a renovação do Contrato Original pelo período de 12 (doze) meses, com início em 20 de março de 2019, com término previsto para 19 de março de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1 - Altera-se a Cláusula Quarta, item 4.1 do Contrato Principal nº. 024/2018, prorrogando o prazo de execução iniciando dia 20 de março de 2019 com término previsto para 19 de março de 2020.

3.2 - A critério do MUNICÍPIO, o presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer momento, bastando para tanto uma comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando assegurada à CONTRATADA o pagamento dos serviços prestados até a data da rescisão, conforme art. 79, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR:

4.1 - O CONTRATADO deverá obedecer à ordem de emissão das apólices pelo valor total anual de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais).

4.2 - O pagamento será efetuada em parcela única em até 05 (cinco) dias após a entrega das apólices, mediante a emissão de Nota Fiscal devidamente aceita pela comissão de recebimento da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 - As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo de Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específicas da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1 - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato nº 031/2016, vinculado a contratação de serviços de consultoria técnica para assessorar a administração na elaboração e acompanhamento de projetos para a captação de recursos juntos aos diversos órgãos da iniciativa privada e pública.

E, por estarem assim justos e aditados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, em presença das testemunhas abaixo.

Três Barras - SC, em 28 de dezembro de 2018.

Luiz Divonsir Shimoguri Prefeito Municipal Contratante	Plana Serviços Técnicos e Administrativos Ltda ME Contratada
Dr. Antônio Eduardo Martins Weinfurter Assessoria Jurídica	
Testemunhas:	
1 _____ Cristian Roberto Todt	2 _____ Alcides Adriano de Oliveira

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 25/2019

Publicação Nº 1969838

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2018
DE COMPRA E VENDA
Procedimento Licitatório nº 06/2018
Modalidade “Pregão Presencial nº 05/2018”
Termo Aditivo nº 25/2019

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, n.º 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. **LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI**, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras- SC, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **GENTE SEGURADORA S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 90.180.605/0001-02, estabelecida na cidade de Porto Alegre - RS, na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, EDIF, Centro Histórico, CEP 90.020-060, Telefone (51) 3027-8864 e (51) 3027-8870, neste ato representado por Eozemar de Souza, portador do CPF nº 057.851.429-02, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justo e *aditado* no **Contrato de Prestação de Serviços nº 023/2018** que tem por finalidade contratação de apólice de seguro para frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Administração, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA BASE LEGAL:

1.1 - A assinatura do presente termo está amparada pelo artigo 57 da Lei nº 8.666/1993 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, alterada pela Lei nº 8.883/1994.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA:

2.1 - Considerando o artigo 57 da Lei de Licitações que permite a prorrogação do Contrato Principal;

2.2 - Considerando a necessidade de execução ininterrupta dos serviços prestados;

2.3 - Considerando que os serviços foram de boa qualidade e executados em conformidade com o previsto no Contrato Principal;

2.4 – Considerando que os valores são os reais praticados no mercado;

2.5 - Faz-se necessário a renovação do Contrato Original pelo período de 12 (doze) meses, com início em 20 de março de 2019, com término previsto para 19 de março de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1 - Altera-se a **Cláusula Terceira, item 3.1** do Contrato Principal nº. 023/2018 reequilibrando os valores constantes da Planilha, conforme segue:

LOTE	Subitem	Descrição do Produto.	Valor do	TOTAL GERAL
------	---------	-----------------------	----------	----------------

Página 1

Termo Aditivo nº 25/2019 - PMTB

			subitem	LOTE
01	CONTRATAÇÃO DE APOLICE DE SEGURO PARA FROTA DE <u>VEICULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL</u> E DE SEUS FUNDOS, COM VIGÊNCIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO APÓS A DATA DE SUA EMISSÃO, EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES E COBERTURAS MINIMAS INDICADAS ABAIXO			
	1.1	CHEVROLET SPIN 1,8L AT ADV ANO / MODELO 2017 / 2018 PLACA QIL 6719: <ul style="list-style-type: none">• FIPE 100%• Danos Materiais R\$ 100.000,00• Danos Corporais R\$ 100.000,00• Danos Morais R\$ 30.000,00• APP/Morte R\$ 30.000,00• APP/Invalidez R\$ 30.000,00• DMH R\$ 10.000,00• Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km	365,00	3.437,50
	1.2	CHEVROLET SPIN 1,8L MT LS E ANO / MODELO 2017 / 2018 PLACA QIM 8879: <ul style="list-style-type: none">• FIPE 100%• Danos Materiais R\$ 100.000,00• Danos Corporais R\$ 100.000,00• Danos Morais R\$ 30.000,00• APP/Morte R\$ 30.000,00• APP/Invalidez R\$ 30.000,00• DMH R\$ 10.000,00• Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km	365,00	
	1.3	CHEVROLET SPIN 1,8L MT LS E ANO / MODELO 2017 / 2018 PLACA QIM 8819: <ul style="list-style-type: none">• FIPE 100%• Danos Materiais R\$ 100.000,00• Danos Corporais R\$ 100.000,00• Danos Morais R\$ 30.000,00• APP/Morte R\$ 30.000,00• APP/Invalidez R\$ 30.000,00• DMH R\$ 10.000,00	365,00	

Termo Aditivo nº 25/2019 - PMTB

		<ul style="list-style-type: none"> Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km 		
	1.4	CHEVROLET SPIN 1,8L MT LS E ANO / MODELO 2017 / 2017 PLACA QIJ 0529: <ul style="list-style-type: none"> FIPE 100% Danos Materiais R\$ 100.000,00 Danos Corporais R\$ 100.000,00 Danos Morais R\$ 30.000,00 APP/Morte R\$ 30.000,00 APP/Invalidez R\$ 30.000,00 DMH R\$ 10.000,00 Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km 	365,00	
	1.5	RENAULT LOGAN AUTH 1.0 ANO / MODELO 2017 / 2018 PLACA QIN 7958 <ul style="list-style-type: none"> FIPE 100% Danos Materiais R\$ 100.000,00 Danos Corporais R\$ 100.000,00 Danos Morais R\$ 30.000,00 APP/Morte R\$ 30.000,00 APP/Invalidez R\$ 30.000,00 DMH R\$ 10.000,00 Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km 	306,25	
	1.6	RENAULT LOGAN AUTH 1.0 ANO / MODELO 2017 / 2018 PLACA QIN 8078: <ul style="list-style-type: none"> FIPE 100% Danos Materiais R\$ 100.000,00 Danos Corporais R\$ 100.000,00 Danos Morais R\$ 30.000,00 APP/Morte R\$ 30.000,00 APP/Invalidez R\$ 30.000,00 DMH R\$ 10.000,00 Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km 	306,25	
	1.7	RENAULT LOGAN AUTH 1.0 ANO / MODELO 2017 / 2018 PLACA QIN 8158:	306,25	

Termo Aditivo nº 25/2019 - PMTB

		<ul style="list-style-type: none"> • FIPE 100% • Danos Materiais R\$ 100.000,00 • Danos Corporais R\$ 100.000,00 • Danos Morais R\$ 30.000,00 • APP/Morte R\$ 30.000,00 • APP/Invalidez R\$ 30.000,00 • DMH R\$ 10.000,00 • Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km 		
	1.8	RENAULT LOGAN AUTH 1.0 ANO / MODELO 2017 / 2018 PLACA QIJ 0729: <ul style="list-style-type: none"> • FIPE 100% • Danos Materiais R\$ 100.000,00 • Danos Corporais R\$ 100.000,00 • Danos Morais R\$ 30.000,00 • APP/Morte R\$ 30.000,00 • APP/Invalidez R\$ 30.000,00 • DMH R\$ 10.000,00 • Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km 	306,25	
	1.9	VOLKSWAGEN SAVEIRO RB MBVS ANO / MODELO 2017 / 2018 PLACAS QIY 6738: <ul style="list-style-type: none"> • FIPE 100% • Danos Materiais R\$ 100.000,00 • Danos Corporais R\$ 100.000,00 • Danos Morais R\$ 30.000,00 • APP/Morte R\$ 30.000,00 • APP/Invalidez R\$ 30.000,00 • DMH R\$ 10.000,00 • Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km 	287,50	
	1.10	RENAULT MASTER FURGÃO 2.3 DIESEL, 03 PASSAGEIROS, ANO / MODELO 2017 / 2018: PLACAS QIU-0269 <ul style="list-style-type: none"> • FIPE 100% • Danos Materiais R\$ 100.000,00 • Danos Corporais R\$ 100.000,00 • Danos Morais R\$ 30.000,00 	465,00	

Termo Aditivo nº 25/2019 - PMTB

		<ul style="list-style-type: none"> • APP/Morte R\$ 30.000,00 • APP/Invalidez R\$ 30.000,00 • DMH R\$ 10.000,00 • Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km 		
--	--	--	--	--

LOTE	Subitem	Descrição do Produto.	Valor do subitem	TOTAL GERAL LOTE
02	CONTRATAÇÃO DE APOLICE DE SEGURO PARA FROTA DE <u>VEICULOS DE TRANSPORTES COLETIVOS</u> DA PREFEITURA MUNICIPAL, COM VIGÊNCIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO APÓS A DATA DE SUA EMISSÃO, EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES E COBERTURAS MINIMAS INDICADAS ABAIXO			
	2.1	RENAULT MASTER CLASSYVAN 16 PASSAGEIROS ANO / MODELO 2017 / 2018 PLACAS QIM 3530: <ul style="list-style-type: none"> • FIPE 100% • Danos Materiais R\$ 100.000,00 • Danos Corporais R\$ 100.000,00 • Danos Morais R\$ 30.000,00 • APP/Morte R\$ 30.000,00 • APP/Invalidez R\$ 30.000,00 • DMH R\$ 10.000,00 • Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km 	1.406,25	7.031,25
	2.2	RENAULT MASTER CLASSYVAN 16 PASSAGEIROS ANO / MODELO 2017 / 2018 PLACAS QIJ 6039 <ul style="list-style-type: none"> • FIPE 100% • Danos Materiais R\$ 100.000,00 • Danos Corporais R\$ 100.000,00 • Danos Morais R\$ 30.000,00 • APP/Morte R\$ 30.000,00 • APP/Invalidez R\$ 30.000,00 • DMH R\$ 10.000,00 • Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km 	1.406,25	
	2.3	RENAULT MASTER CLASSYVAN 16 PASSAGEIROS ANO / MODELO 2017 / 2018 PLACAS QIM 3270 <ul style="list-style-type: none"> • FIPE 100% 	1.406,25	

Termo Aditivo nº 25/2019 - PMTB

		<ul style="list-style-type: none"> • Danos Materiais R\$ 100.000,00 • Danos Corporais R\$ 100.000,00 • Danos Morais R\$ 30.000,00 • APP/Morte R\$ 30.000,00 • APP/Invalidez R\$ 30.000,00 • DMH R\$ 10.000,00 • Assistência 24 horas com guincho mínimo de 500 km 		
	2.4	MARCOPOO / VOLARE V8L EO 46 PASSAGEIROS ANO / MODELO 2017 / 2018 PLACAS QIM 2820: <ul style="list-style-type: none"> • FIPE 100% • Danos Materiais R\$ 100.000,00 • Danos Corporais R\$ 100.000,00 • Danos Morais R\$ 30.000,00 • APP/Morte R\$ 30.000,00 • APP/Invalidez R\$ 30.000,00 • DMH R\$ 10.000,00 • Assistência 24 horas com guincho mínimo de 250 km 	1.406,25	
	2.5	MARCOPOO / VOLARE V8L EO 44 PASSAGEIROS ANO / MODELO 2017 / 2018: PLACA QIR 1250 <ul style="list-style-type: none"> • FIPE 100% • Danos Materiais R\$ 100.000,00 • Danos Corporais R\$ 100.000,00 • Danos Morais R\$ 30.000,00 • APP/Morte R\$ 30.000,00 • APP/Invalidez R\$ 30.000,00 • DMH R\$ 10.000,00 • Assistência 24 horas com guincho mínimo de 250 km 	1.406,25	

3.2 - Altera-se a Cláusula Quarta, item 4.1 do Contrato Principal nº. 023/2018, prorrogando o prazo de execução iniciando dia 20 de março de 2019 com término previsto para 19 de março de 2020.

3.3 - A critério do MUNICÍPIO, o presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer momento, bastando para tanto uma comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando assegurada à CONTRATADA o pagamento dos serviços prestados até a data da rescisão, conforme art. 79, § 2º, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR:

4.1 - O CONTRATADO deverá obedecer à ordem de emissão das apólices pelo valor total anual de **R\$ 10.468,75 (dez mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos)**.

4.2 - O pagamento será efetuada em parcela única em até 05 (cinco) dias após a entrega das apólices, mediante a emissão de Nota Fiscal devidamente aceita pela comissão de recebimento da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específicas da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL SDE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1 - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato nº 023/2018, que tem finalidade contratação de apólice de seguro para frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Administração.

E, por estarem assim justos e aditados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, em presença das testemunhas abaixo.

Três Barras - SC, em 20 de março de 2019.

Luiz Divonsir Shimoguri
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Gente Seguradora S/A
CNPJ n.º 90.180.605/0001-02
CONTRATADA

Dr. Antônio Eduardo Martins Weinfurter
Assessoria Jurídica

Testemunhas:

Cristian Roberto Todt

Alcides Adriano de Oliveira

Termo Aditivo nº 25/2019 - PMTB

LEI Nº 3404/2019

Publicação Nº 1969647

LEI Nº 3404/2019

AUTORIZA O REPASSE FINANCEIRO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – “APAE” – DE TRÊS BARRAS – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso I da Lei Orgânica do Município, submete a apreciação desta Egrégia Câmara de Vereadores o seguinte,

Art. 1º.- Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a promover a transferência de recursos financeiros, no exercício de 2019, nos termos da Lei Federal nº. 13.019/2014, à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – “APAE” – de Três Barras – SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 83.529.305/0001-12, com sede a Av. Rigesa, nº. 1.310 – Vila Nova, Três Barras – SC, até o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), destinados a cobrir despesas com material, serviços e outras despesas que concorram para manutenção das atividades da referida entidade.

Parágrafo Único – O presente repasse dar-se-á por meio de dispensa de chamamento público para formalização da parceria entre o Município de Três Barras – SC, e a organização social civil, citada no caput, nos termos do art. 30, inciso VI da Lei Federal nº. 13.019/2014.

Art. 2º.- O valor a ser objeto de repasse à entidade constante no artigo 1º, poderá ser repassada em parcela única ou ainda dividida em parcelas, a critério da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 3º.- A partir do momento em que, individualmente, não forem cumpridos os objetivos e finalidades da entidade, não forem cumpridos os planos de trabalho apresentados, ou não forem apresentadas as prestações de contas, serão suspensos os repasses dos recursos incondicionalmente.

Parágrafo Único – A suspensão motivada de repasses sujeita os responsáveis pela entidade inadimplente as sanções cíveis e criminais correspondentes.

Art. 4º.- É vedada a realização de despesas em data anterior a assinatura do termo de parceria a ser firmado entre esta Municipalidade e a Entidade Beneficiária, e posterior a data de vigência do mesmo, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº. 14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal nº. 4.320/64, art. 63 a 72 da Lei Federal nº. 13.019/2014, salvo justificativa fundamentada para atender o interesse público.

§1º.- As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº. 4.320/64, a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e ditames da Lei Federal nº. 13.019/2014.

§ 2º.- Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para a apresentação da prestação de contas pela entidade, contados do ingresso dos recursos em conta bancária específica para movimentações financeiras provenientes do termo de parceria firmado com esta municipalidade e o prazo final de 90 (noventa) dias, nos termos do art. 69, da Lei Federal nº. 13.019/2014.

ART. 5º.- As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias específicas, dentro da atividade 2.041 – Manutenção do FMAS/Semas – Elemento de Despesa 3.33.50.00.00-.

Art. 6º.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de Março de 2019.

Esta lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LEI Nº 3405/2019

Publicação Nº 1969654

LEI Nº 3405/2019

Dispõe sobre a transmissão ao vivo, via internet, em áudio e vídeo de todas as licitações realizadas nos Poderes Executivo e Legislativo do município de Três Barras e á outras providências.

Luiz Divonsir ShimoguiRI Prefeito Municipal de Três Barras, SC.

Faço saber que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º. Os Poderes Executivo e Legislativo do município de Três Barras-SC., promoverão a transmissão ao vivo, via internet, em áudio e vídeo de todas as licitações realizadas no âmbito de cada Poder.

Art. 2º. Para fins do disposto no artigo 1º, os Poderes Executivo e Legislativo deverão utilizar os equipamentos já existentes nas áreas de comunicação, para assim, implementar a transmissão.

Art. 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo disporão do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da publicação desta Lei, para adoção das providências necessárias ao seu cumprimento.

Art. 4º. No âmbito do Poder Executivo, esta Lei aplica-se à Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, em 29 de março de 2019.

Esta lei foi registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

LEI Nº 3406/2019

Publicação Nº 1969657

LEI Nº 3406/2019

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ITEM 19 DO ART. 1º, DA LEI N. 1.141, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1988, QUE "DISPÕE SOBRE NOMENCLATURA DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NA SEDE DO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO" E DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º DA LEI N. 3.033, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012 QUE "DENOMINA RUAS MARCÍLIO FERREIRA E CECÍLIA CLAUDINO FERREIRA".

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras -SC, Faço a saber que a Câmara Municipal decretou eu sanciono a seguinte,

Art. 1º. O item 19 do art. 1º da Lei n. 1.141, de 4 de novembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º.

1 -

2 -

19 - Rua Canoinhas, partindo da Rua José Nunes Cavalheiro até encontrar com a Rua Abraão Adur;

Art. 2º. Os artigos 1º e 2º da Lei n. 3.033 de 13 de novembro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. A Rua Projetada n. 1, traçada sobre a Quadra n. 28 do Mapa de Referência Cadastral, situada entre a Rua Cidade de Valinhos e a Rua 10 de Julho, no Distrito de São Cristóvão, fica denominada de Rua Marcílio Ferreira.

Art. 2º. A Rua Projetada n. 2, traçada sobre a Quadra n. 28 do Mapa de Referência Cadastral, situada entre a Rua Canoinhas e a Rua 10 de Julho, no Distrito de São Cristóvão, fica denominada de Rua Cecília Claudino Ferreira.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Três Barras -SC, 01 de abril de 2019

Sala das Sessões, 01 de abril de 2019.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente

Para conferir o original, acesse o site www.cmtb.sc.gov.br/cer, informe o código: 190401094647BF826

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 06/2019

Publicação Nº 1969844

TERMO DE COLABORAÇÃO nº 06/2019

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC E A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TRÊS BARRAS - SC, PARA MANUTENÇÃO E CUSTEIO
(Lei Municipal nº 3.999/2018 – Art 3º).

Pelo presente termo de Termo de Colaboração, que entre si fazem o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do MUNICÍPIO DE TRES BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº. 11.491.075/0001-39, através de seu representante legal, na pessoa do Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado de ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, e de outro lado a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TRÊS BARRAS, entidade assistencial sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ nº 83.627.596/0001.81, com sede na João Manoel Sarda, nº 439, Km 02, neste ato representado por seu Presidente Sr. Anderson Stocloski, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 040.780.699-75, portador da CI. nº 4.242.714-SSP-SC, residente e domiciliado na cidade de Três Barras – SC, e que no final cancela o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, doravante denominado de ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA BASE LEGAL:

1.1 - Este TERMO DE COLABORAÇÃO encontra-se amparo legal no Disposto na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2001, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Federal nº 13.019/2014 e Art. 3º da Lei Municipal nº 3.399 de 18 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1 - O presente TERMO DE COLABORAÇÃO, decorrente de dispensa de chamamento público disposto no art. 30, inciso VI da Lei Federal nº 13.019/2014, tem por objeto o apoio financeiro para MANUTENÇÃO E CUSTEIO da Unidade Hospitalar (Fundação Hospitalar de Três Barras – SC), em conformidade com as disposições do Art. 3º da Lei Municipal nº 3.399 de 18 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DOS RECURSOS.

3.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL repassará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o valor global de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a ser repassado em parcela única em até 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA QUARTA - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS:

4.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específica do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

5.1 - A prestação de contas dos Recursos financeiros de que a trata o presente Convênio, será elaborada de acordo com as normas contábeis, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias do recebimento da parcela, conforme §2º do Art. 6º da Lei Municipal nº 3.999 de 18 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES.

6.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL se compromete a:

- a) Repassar os valores solicitados, existindo disponibilidade orçamentária;
- b) Supervisionar a execução do presente Termo de Colaboração, através da Secretaria Municipal de Saúde;

6.2 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se compromete a:

- a) Utilizar os recursos financeiros deste Termo de Colaboração, em conformidade com a Cláusula Segunda, ou seja, para manutenção e custeio da Entidade;
- b) Apresentar ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias do recebimento da parcela, prestação de contas e relatório acerca da aplicação dos recursos financeiros repassados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 - O presente TERMO DE COLABORAÇÃO terá validade com início em 25 de março de 2019 e término em 05 de julho 2019, prazo máximo para repasse da parcela e prestação de contas.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 – O Presente Termo de Colaboração ficará rescindido, de pleno direito, por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas, principalmente pela não prestação de contas, ficando ainda possível a rescisão do TERMO DE COLABORAÇÃO, caso fique apurada irregularidades na ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, quanto ao uso de recursos.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

9.1 - Fica ainda, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, liberado de quaisquer ônus, decorrentes do presente Termo de Colaboração, principalmente de quaisquer encargos sociais, trabalhistas e outros emolumentos, que não, exclusivamente, o repasse dos recursos firmados, salientando que na omissão do Termo de Colaboração, as partes de comum acordo devem resolver a pendência, sempre em benefício do erário Municipal.

9.2 - As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Canoinhas-SC, para dirimir as dúvidas que porventura venham a existir no decorrer do presente Termo de Colaboração.

9.3 - E, por assim estarem, acordados firmam o presente Termo de Colaboração em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Três Barras - SC, em 25 de março de 2019.

Luiz Divonsir Shimoguiri Prefeito Municipal Administração Pública Municipal	Anderson Stocloski Presidente Fundação Hospitalar de Três Barras - SC CNPJ nº 83.627.596/0001.81 Contratado
Dr. Antônio Eduardo Martins Weinfurter Procurador Municipal	
Testemunhas:	
01 – Cristian Roberto Todt	02 – Alcides Adriano de Oliveira

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 07/2019

Publicação Nº 1969847

TERMO DE COLABORAÇÃO nº 07/2019

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS-SC E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TRÊS BARRAS – APAE, PARA MANUTENÇÃO E CUSTEIO DE SUAS ATIVIDADES.

Pelo presente termo de Termo de Colaboração, que entre si fazem O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município de Três Barras, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 11.563.356/0001-50, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 616, em Três Barras – SC, por seu representante o Sr. Luiz Divonsir Shimoguiri, brasileiro, residente e domiciliado em Três Barras – SC, doravante denominado de ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TRÊS BARRAS – APAE, Entidade Assistencial sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 83.529.305/0001-12, estabelecida à Avenida Rigesa, nº 1310, km 02, nesta cidade, neste ato representado por seu Presidente Sr. Willian do Nascimento, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 042.579.039-88, RG nº 8.657.936.7 residente e domiciliado na Rua Carlos Muller, 420 - Bairro Vila Nova, cidade de Três Barras - SC, doravante denominado, e que no final cancela o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, doravante denominado de ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA BASE LEGAL:

1.1 - Este TERMO DE COLABORAÇÃO encontra-se amparo legal no Disposto na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2001, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº 3.404 de 26

de março de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1 - O presente TERMO DE COLABORAÇÃO, decorrente de dispensa de chamamento público disposto no art. 30, inciso VI da Lei Federal nº 13.019/2014, tem por objeto o repasse financeiro para cobrir despesas com material, serviços e outras despesas que concorram para a manutenção de suas atividades, conforme as disposições do Art. 1º da Lei Municipal nº 3.404 de 26 de março de 2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DOS RECURSOS.

3.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL repassará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o valor global de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), a ser repassado da seguinte forma:

- a) O valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em até o dia 05 de abril de 2019;
- b) O Valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em até o dia 05 de maio de 2019, e
- c) O Valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em até 05 de junho de 2019.

CLÁUSULA QUARTA - DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS:

4.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específica do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

5.1 - A prestação de contas dos Recursos financeiros de que a trata o presente Termo de Colaboração, será elaborada de acordo com as normas contábeis, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias do recebimento de cada parcela, de acordo com as disposições do §2º do Art. 4º da Lei nº 3.404 de 26 de março de 2019.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES.

6.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL se compromete a:

- a) Repassar os valores solicitados, existindo disponibilidade orçamentária;
- b) Supervisionar a execução do presente Termo de Colaboração, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda.

6.2 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se compromete a:

- a) Utilizar os recursos financeiros deste Termo de Colaboração, em conformidade com a Cláusula Segunda, ou seja, para manutenção e custeio da Entidade;
- b) Apresentar ao Município, no prazo de 60 (sessenta) dias do recebimento de cada parcela, prestação de contas e relatório acerca da aplicação dos recursos financeiros repassados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 - O presente TERMO DE COLABORAÇÃO terá validade com início em 26 de março de 2019 e término em 05 de agosto de 2019, prazo máximo para prestação de contas.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1 – O Presente Termo de Colaboração ficará rescindido, de pleno direito, por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas, principalmente pela não prestação de contas, ficando ainda possível a rescisão do TERMO DE COLABORAÇÃO, caso fique apurada irregularidades na ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, quanto ao uso de recursos.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

9.1 - Fica ainda, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, liberado de quaisquer ônus, decorrentes do presente Termo de Colaboração, principalmente de quaisquer encargos sociais, trabalhistas e outros emolumentos, que não, exclusivamente, o repasse dos recursos firmados, salientando que na omissão do Termo de Colaboração, as partes de comum acordo devem resolver a pendência, sempre em benefício do erário Municipal.

9.2 - As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Canoinhas-SC, para dirimir as dúvidas que porventura venham a existir no decorrer do presente Termo de Colaboração.

9.3 - E, por assim estarem, acordados firmam o presente Termo de Colaboração em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Três Barras - SC, em 26 de março de 2019.

Luiz Divonsir Shimogui Prefeito Municipal Administração Pública Municipal	Willian do Nascimento Presidente Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Barras – APAE CNPJ nº 83.529.305/0001-12 Contratado
Dr. Antônio Eduardo Martins Weinfurter Procurador Municipal	
Testemunhas:	
01 – Cristian Roberto Todt	02 – Alcides Adriano de Oliveira

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 33/2019

Publicação N° 1969735

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 33/2019 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de madeiras para manutenção de pontes do interior do município, recuperação de pontos de ônibus, pequenas obras e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria de Transportes e Obras do Município de Treze Tílias em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 12/04/2019, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

Trombudo Central

PREFEITURA

CONTRATO 015/19 - FMS

Publicação N° 1969474

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: N3 SERVIÇOS DE TERAPIA EM SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA
Contrato N° 15/2019
Valor: 26.800,00
Início: 21/03/2019
Término: 31/12/2019
Licitação: 3/2019
Processo: 85/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMA DE CONTROLE DA OBESIDADE TENDO COMO OBJETIVO GERAL OFERECER AOS PARTICIPANTES ESTRATÉGIAS EFETIVAS PARA UM ESTILO DE VIDA SAUDÁVEL, E OBJETIVOS ESPECÍFICOS, MANTER OS PARTICIPANTES MOTIVADOS NA BUSCA DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Trombudo Central, 02 de Abril de 2019

CONTRATO 034/19 - PMTC

Publicação N° 1969456

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: GIL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EIRELI
Contrato N° 34/2019
Valor: 49.500,00
Vigência: 07/03/2019
Término: 31/12/2019
Licitação: 10/2019

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FRETAMENTO CONTÍNUO PARA REALIZAR O TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DOS ALUNOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL ATÉ AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, AÇÃO 2.048 TRANSPORTE ESCOLAR UNIVERSITÁRIO, JUNTO AO PROGRAMA 04 – EDUCAÇÃO PARA TODOS PPA 2018-2021, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Trombudo Central, 02 de Abril de 2019

CONTRATO 037/19 - PMTC

Publicação N° 1969464

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: GIL TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EIRELI
Contrato N° 37/2019
Valor: 97.920,00
Vigência: 18/03/2019
Término: 31/12/2019
Licitação: 4/2019

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL NO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME AS ROTAS EMITIDAS PELA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE PARA O ANO LETIVO DE 2019, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Trombudo Central, 02 de Abril de 2019

CONTRATO 038/19 - PMTC

Publicação N° 1969467

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL
Contratada: REGIANE MARCHESE-ME
Contrato N° 38/2019
Valor: 119.520,00
Vigência: 22/03/2019
Término: 31/12/2019

Licitação: 4/2019

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM A REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL NO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME AS ROTAS EMITIDAS PELA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E ESPORTE PARA O ANO LETIVO DE 2019, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

Trombudo Central, 02 de Abril de 2019

CONTRATO 039/19 - PMTC

Publicação Nº 1969468

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: FUNDACAO OSNY JOSE GONCALVES - TELEVISAO

BELA ALIANCA

Contrato Nº 39/2019

Valor: 20.000,00

Início: 22/03/2019

Término: 31/12/2019

Licitação: 3/2019

Objeto da Contratação: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE EDITAL O CREDENCIAMENTO DE EMISSORAS DE TELEVISÃO COM COBERTURA NO ALTO VALE DO ITAJAÍ E QUE CONTEM COMO PROGRAMAÇÃO PRIORITARIAMENTE REFERENTE AOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO, NOS TERMOS ABAIXO ESPECIFICADOS: VEICULAÇÃO EM EMISSORA DE TELEVISÃO COM SINAL ABERTO DE INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL DE INTERESSE PÚBLICO. VEICULAÇÃO MENSAL DE 9 (NOVE) INSERÇÕES DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS CADA, OU 12 (DOZE) INSERÇÕES DE 15 (QUINZE) SEGUNDOS CADA OU 2 (DUAS) REPORTAGENS INSTITUCIONAIS DE ATÉ 5 (CINCO) MINUTOS CADA.

Trombudo Central, 02 de Abril de 2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMTC Nº 4/2019

Publicação Nº 1970510

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMTC Nº 4/2019

DATA: 02/04/2019

OBJETO Locação de Imóvel residencial para aluguel Social por 06 meses decorrente de Plano de ação de atendimento aos adolescentes L.O.M e M.O.M homologado em juízo, autos nº 0000502-09.2016.8.24.0074.

VALOR TOTAL: R\$ 2.400,00 (DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS)

CONTRATADO: João Carlos Bonessi

EMBASAMENTO LEGAL: CAPUT DO ARTIGO 25, DA LEI FEDERAL 8.666/93, E DEMAIS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

GEOVANA GESSNER

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 170/19

Publicação Nº 1969811

PORTARIA 170/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 006/2019 de 06 de fevereiro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 018/19 de 18 de março de 2019;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário o Sr. ADRIANO WESTPHAL, a exercer o cargo de provimento temporário de Operador de Máquinas, com carga horária de 40:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de abril de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

LEIRSON VICENTE
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA 171/19

Publicação Nº 1969939

PORTARIA 171/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

RETIFICA A PORTARIA 158/18 DE 25 DE MARÇO DE 2019, QUE NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 006/2019 de 06 de fevereiro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 018/19 de 18 de março de 2019;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICA a Portaria 158/18, que nomeia em caráter temporário o Sr. ROBSON DE SOUZA, a exercer o cargo de provimento temporário de Motorista, com carga horária de 40:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto a Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 25 de março de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 25 de março de 2019, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de abril de 2019.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GILMAR MACIEL DOS SANTOS
Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA 172/19

Publicação Nº 1969944

PORTARIA 172/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

RETIFICA A PORTARIA 159/18 DE 25 DE MARÇO DE 2019, QUE NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 1772 de 30 de Maio de 2013.

CONSIDERANDO: o Processo Seletivo 006/2019 de 06 de fevereiro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 018/19 de 18 de março de 2019;

CONSIDERANDO: o funcionamento inadiável do serviço público essencial;

CONSIDERANDO: o superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICA a Portaria 159/18, que nomeia em caráter temporário o Sr. VANDERLEI PEREIRA, a exercer o cargo de provimento temporário de Operador de Máquinas, com carga horária de 40:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto a Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a partir de 25 de março de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 25 de março de 2019, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de abril de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GILMAR MACIEL DOS SANTOS

Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA 173/19

Publicação Nº 1970008

PORTARIA 173/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 816 de 31 de outubro de 1990 e, Lei 1068/96 de 14 de maio de 1996.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. ALESIO JUNG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal da Vigilância Sanitária, Gratificação de 20% (vinte por cento), por responder como Secretário da Saúde Interino, a partir do mês de março de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao mês de março de 2019, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de abril de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no lugar de costume e na data supra.

TERMO ADITIVO 014/19 - FMS

Publicação Nº 1969472

Contratante: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: LOCH & HASSE LTDA

Sequencial do Aditivo: 1

Termo Aditivo 014/2019

Contrato Nº 1/2019

Valor: 213.600,00

Nova data Final: 31/12/2019

Licitação: 64/2018

Objeto da Contratação: 1º TERMO ADITIVO NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E ÓLEO DIESEL S500) DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO DIRETAMENTE DA BOMBA PARA A FROTA MECANIZADA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL-SC, CONFORME A DEMANDA

Trombudo Central, 02 de Abril de 2019

TERMO ADITIVO 035/19 - PMTC

Publicação Nº 1969459

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Sequencial do Aditivo: 11

Termo Aditivo 035/2019

Contrato Nº 47/2015

Valor: 137.315,89

Nova data Final: 13/06/2019

Licitação: 17/2015

Objeto da Contratação: 11 º TERMO ADITIVO REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LICENCIAMENTO DE USO DE APLICATIVOS PARA GESTÃO PÚBLICA, PARA AS ÁREAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES, FOLHA DE PAGAMENTO, RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO PÚBLICO, FROTAS, PLANEJAMENTO E DEMAIS ÁREAS DESCRITAS NO EDITAL

Trombudo Central, 02 de Abril de 2019

TERMO ADITIVO 036/19 - PMTC

Publicação N° 1969462

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada: LOCH & HASSE LTDA

Sequencial do Aditivo: 1

Termo Aditivo 036/2019

Contrato N° 1/2019

Valor: 313.450,00

Nova data Final: 31/12/2019

Licitação: 64/2018

Objeto da Contratação: 1º TERMO ADITIVO NA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E ÓLEO DIESEL S500) DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS PELA AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, PARA FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO DIRETAMENTE DA BOMBA PARA A FROTA MECANIZADA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL-SC, CONFORME A DEMANDA, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

Trombudo Central, 02 de Abril de 2019

Tunápolis

PREFEITURA

LEI Nº 1386/2019

Publicação Nº 1970281

LEI Nº 1386/2019 DE 03 DE ABRIL DE 2019.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Fomento com Entidades Educacionais que especifica, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado, a firmar Termo de Fomento com as Entidades Educacionais, visando o repasse financeiro conforme plano de trabalho em apenso, para o desenvolvimento das atividades no exercício de 2019, nos termos da lei nº 13.019/2014, conforme segue:

- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE SMOESTE –SC, até o valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) objetivando a cooperação financeira do Município dos alunos com deficiência auditiva do Município de Tunápolis a serem distribuídos entre séries e períodos definidos pelo Projeto Político Pedagógico da Escola Especial da APAS;

- ASSOCIAÇÃO CASA FAMILIAR ESPERANÇA, localizada no Município de Iporã do Oeste –SC, objetivando a cooperação financeira do Município de até 11.000,00 (Onze mil reais), para atendimento dos alunos do Município de Tunápolis que freqüentam o educandário (envolvendo a Matrícula, a manutenção e o Acompanhamento Técnico às Propriedades) para o restante do ano letivo de 2019;

- COOPERATIVA DOS ESTUDANTES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL GETÚLIO VARGAS, localizada na Linha Cruzinhas, Município de São Miguel do Oeste, objetivando a cooperação financeira do Município de até 11.275,00 (Onze mil, duzentos e setenta e cinco reais), para os alunos do Município de Tunápolis que freqüentam o educandário (envolvendo a Matrícula e a manutenção) nas 1ª, 2ª e 3ª séries do Curso Técnico em Agropecuária, para o restante do ano letivo de 2019.

Art. 2º A entidades beneficiadas deverá prestar contas dos recursos recebidos, dentro dos prazos e condições estabelecidas nos termos de fomento.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente correrão por conta do orçamento municipal de 2019.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 03 de abril de 2019.

Renato Paulata
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico de Controladoria Interna

LEI Nº 1387/2019

Publicação Nº 1970282

LEI Nº 1387/2019 DE 03 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais para sua adequada aplicação no Município de Tunápolis e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas gerais para sua adequada aplicação no Município de Tunápolis.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, será feito através das Políticas Sociais Básicas de Educação, Saúde, Recreação, Esportes, Cultura, Lazer, Profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Art. 3º - Aos que dela necessitam será prestada a assistência social, em caráter supletivo.

Parágrafo único - É vedada a criação de programas de caráter compensatório na ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas do Município, sem prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

TÍTULO II - DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I DAS NORMAS GERAIS

Art. 4º - A Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Fundo Municipal da Infância e Adolescência;

III - Conselho Tutelar;

Parágrafo único - Cada Conselho terá seu Regimento interno que disporá basicamente sobre:

I - natureza e finalidade;

II - composição e organização;

III - competência de seus órgãos;

IV - serviços administrativos e técnicos;

V - sessões do Conselho;

VI - local, data e hora de funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO II DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

SEÇÃO I DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO.

Art. 5º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão deliberativo, consultivo e controlador das ações em todos os níveis.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 6º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações de atendimento, à captação e à aplicação de recursos;

II - Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizam;

III - formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - estabelecer critérios e formas de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações;

V - Cadastrar e registrar, fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069), as entidades não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programa de:

a) orientação e apoio sócio-familiar;

b) apoio sócio-educativo em meio aberto;

c) colocação sócio-familiar;

d) abrigo;

e) liberdade assistida;

f) semi-liberdade;

g) internação;

VI - regulamentar, organizar, coordenar, executar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a escolha e a posse dos membros dos Conselhos Tutelares do Município;

VII - dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento, e declarar vago o posto por perda do mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei;

VIII - deliberar ano a ano, ou em cada exercício, sobre a alocação de recursos que deverá ser feita a partir das prioridades identificadas na realidade e dispor sobre eventuais remanejamentos;

IX - estimular e incentivar a atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não-governamentais, envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente;

X - alterar o seu regimento interno, com a aprovação de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros;

XI - elaborar o plano de ação Municipal para a área da infância e Adolescência, tendo por base o diagnóstico da realidade.

XII - Administrar o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou Fundo Municipal da Infância e da Adolescência – FIA

XIII - Estabelecer critérios de utilização, através de planos de aplicação de recursos obtidos sob forma de doações subsidiadas e outras receitas, aplicando necessariamente percentual a fim de incentivar o acolhimento, sob forma de guarda, de criança ou adolescente, órfão ou abandonado, em atenção ao preconizado no art. 260 da Lei nº. 8069/90 e do disposto no artigo 227, § 3º, inciso VI, da Constituição Federal;

SEÇÃO III

DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 7º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 10 (dez) membros, sendo:

I - 5 (cinco) membros representando o Município, indicados pelos órgãos Governamentais, designados pelo Chefe do Poder Executivo.

II - 5 (cinco) membros indicados pelo Fórum das entidades representativas de participação popular, nomeados pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

§1º - O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, facultada a uma recondução.

§ 2º - A substituição poderá ser efetuada a qualquer tempo, com a anuência de 2/3 (Dois terços) do Conselho;

Art. 8º - A função do membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Parágrafo único - No prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta Lei, por convocação do chefe do poder executivo Municipal, os órgãos e organizações a que se refere o artigo 10, se reunirão para elaborar o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 9º - Estarão impedidos de participar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente os cidadãos que se encontrarem no exercício de cargo eletivo ou candidato ao mesmo, e aqueles que se encontrarem, entre si, nas condições estabelecidas nos art. 330 à 335 do Código Civil em vigor.

Art. 10 - Os membros da diretoria serão eleitos pelo Conselho, dentre seus membros, em reunião plenária, e com quorum mínimo de 2/3(dois terços).

CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

SEÇÃO I DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO

Art. 11 - Fica criado o Fundo Municipal da Infância e Adolescência, como captador e aplicador de recursos à serem utilizados segundo as deliberações do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é órgão vinculado, priorizando-se os programas de proteção sócio-educativos, para atendimento ao disposto no parágrafo 2º do artigo 260 da Lei Federal nº 8.069/90.

SEÇÃO II DA FORMAÇÃO DO FUNDO

Art. 12 - Os recursos do Fundo serão constituídos de:

- I - doações de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais;
 - II - doação configurada anualmente na Legislação orçamentária municipal de até 0,5%(meio por cento) da receita efetivamente arrecadada;
 - III - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais;
 - IV - produto das aplicações dos recursos disponíveis e vendas de materiais publicações e eventos realizados;
 - V - receitas oriundas de multas aplicadas sobre infração que envolva criança e adolescente, respeitadas as competências das esferas governamentais e dos seus repasses ao Município;
 - VI - receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais ou não-governamentais, que tenha destinação específica;
- Art. 13 - Os saldos financeiros do F.M.I.A. constantes do Balanço Geral anual serão transferidos para o exercício seguinte.
- Art. 14 Na administração do Fundo, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente observará os seguintes procedimentos:
- I – abertura de conta em estabelecimento oficial de crédito, que somente poderá ser movimentada mediante a assinatura do Gestor do Fundo;
 - II – registro e controle escritural das receitas e despesas.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA DO FUNDO.

Art. 15 - Compete ao Fundo Municipal:

- I - Registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou pela União;
- II - Registrar os recursos captados pelo Município através de convênios, ou por doações ao Fundo;
- III - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos das resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- VI - publicar, semestralmente, todas as resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com relação ao F.M.I.A.

CAPÍTULO IV DOS CONSELHOS TUTELARES.

SEÇÃO I DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO TUTELAR.

Art. 16 O Conselho Tutelar de Tunápolis, é órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípua de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art. 17 Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Tunápolis, que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de Tunápolis constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Tunápolis aplicando-se, no que couber, a Lei Federal n. 8.112/1990.

SEÇÃO II

Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 18 A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

- I - o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;
 - II - custeio com remuneração e formação continuada;
 - III - custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;
 - IV - manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.
- §1º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.
- § 2º O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta

orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§ 4º Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 19 É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, composta, preferencialmente, por servidores efetivos, assim como sede própria, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

I - Placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;

II - Sala reservada para a recepção do público e serviços administrativos;

III - Sala reservada para o atendimento dos casos e reuniões;

IV - Banheiros.

§ 2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 4º O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§ 5º É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§ 6º O Município tem o dever de garantir o suporte administrativo e técnico ao Conselho Tutelar. O Município deve garantir, por meio da articulação dos setores competentes, a existência de motorista disponível sempre que se fizer necessário para a realização de diligências por parte do Conselho Tutelar, inclusive nos períodos de sobreaviso.

Art. 20 As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 21 Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 2º O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

SEÇÃO III

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 22 O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto o para atendimento da população das 07h30min às 11h30mins e das 13h15min às 17h15min.

§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 30 (trinta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 23 O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Tunápolis.

§ 1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte.

§ 2º Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e deverá se pautar na realidade do Município.

§ 3º Para a compensação do sobreaviso, poderá o Município, ouvido o Colegiado do Conselho Tutelar, prever indenização ou gratificação conforme dispuser a legislação pertinente ao servido público municipal.

§ 4º Caso o Município não opte pela remuneração extraordinária, o membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 02 (dois) dias para cada 07 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição a 30 dias por ano civil.

§ 5º O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima depende de prévia deliberação do colegiado do Conselho Tutelar e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 6º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 24 Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador administrativo, se necessário, o voto de desempate.

SEÇÃO IV

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 25 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 26 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 27 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir Subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§ 5º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 7º A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 28 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

- a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;
- b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;
- c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;
- d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e
- e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 29 O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá enviar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO V

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 30 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residência no Município;

IV - conclusão do ensino médio;

V - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VI - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VII - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VIII - não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
Parágrafo único. O Município oferecerá, antes da realização da prova a que se refere o inciso V deste artigo, minicurso preparatório de no mínimo oito horas, abordando o conteúdo programático da prova, de frequência obrigatória dos candidatos.

Art. 31 O membro do Conselho Tutelar que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

SEÇÃO VI

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 32 Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 20, desta Lei.

Art. 33 Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 34 Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

SEÇÃO VII

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 35 Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 36 Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

SEÇÃO VIII

Da Campanha Eleitoral

Art. 37 Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

IV - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VII - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VIII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

IX - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique

a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

X - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 38 A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 39 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

SEÇÃO IX

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 40 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 41 A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 42 À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO X

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 43 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhado, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

SEÇÃO XI

Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 44 Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado

da eleição.

§ 1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7º Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

No caso da inexistência de suplentes, o processo de escolha suplementar se dará por meio de processo simplificado com aplicação de prova objetiva classificatória composta por 20 questões, conforme edital a ser publicado e respeitando os requisitos à candidatura constantes da seção IV, art. 15 desta lei.

§ 10 Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 45 A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

I - a coordenação administrativa;

II - o colegiado;

III - os serviços auxiliares.

SEÇÃO I

Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar

Art. 46 O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 47 A destituição do Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 48 Compete ao Coordenador administrativo do Conselho Tutelar:

I - coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;

II - convocar as sessões deliberativas extraordinárias;

III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;

IV - assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;

V - zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;

VI - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;

VII - participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;

IX - comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;

X - encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

XI - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;

XII - submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIII - encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIV - prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;

XV - exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

SEÇÃO II

Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 49 O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

I - exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;

II - definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;

III - organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;

V - organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;

VI - propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

VII - participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;

VIII - eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;

IX - destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

X - elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo-lhes facultado o envio de propostas de alteração;

§ 1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§ 2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

SEÇÃO III

Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 50 O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

I - o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;

IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;

V - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

SEÇÃO IV

Dos Deveres

Art. 51 Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - manter ilibada conduta pública e particular;

II - zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

III - cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipais, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;

V - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;

VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;

VII - desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;

VIII - declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;

IX - cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

XI - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;

XIII - prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XIV - identificar-se nas manifestações funcionais;

XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XVI - comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.

XVII - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;

XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

XIX - guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;

XX - ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO V

Das Responsabilidades

Art. 52 O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 53 A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 54 A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 55 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO VI

Da Regra de Competência

Art. 56 A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VII

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 57 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art. 58 São atribuições do Conselho Tutelar:

I - zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção a infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças

e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 59 O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvarguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 60 Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 61 Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

I - colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;

II - entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

IV - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VII - requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

VIII - propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;

IX - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

X - participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 62 É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem

ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei. Art. 63 As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 64 No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 65 A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 66 O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 67 É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 68 Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 69 É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 70 Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 71 No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 72 Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;

II - nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;

III - nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

SEÇÃO VIII**Das Vedações**

Art. 73 Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

- I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
 - II - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;
 - III - exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;
 - IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;
 - V - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;
 - VI - recusar fé a documento público;
 - VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
 - VIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;
 - IX - proceder de forma desidiosa;
 - X - descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;
 - XI - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;
 - XII - ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;
 - XIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
 - XIV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;
 - XV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;
 - XVI - atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;
 - XVII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;
 - XVIII - entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;
 - XIX - ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;
 - XX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;
 - XXI - praticar usura sob qualquer de suas formas;
 - XXII - celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;
 - XXIII - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;
 - XXIV - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;
 - XXV - cometer crime contra a Administração Pública;
 - XXVII - abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;
 - XXVII - faltar habitualmente ao trabalho;
 - XXVIII - cometer atos de improbidade administrativa;
 - XXIX - cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;
 - XXX - praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
 - XXXI - proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.
- Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO IX**Das Penalidades**

Art. 74 Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

- I - advertência;
- II - suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;
- III - destituição da função.

Art. 75 Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 76 O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal n. 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO X**Da Vacância**

Art. 77 A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;

III - transferência de residência ou domicílio para outro município ou região administrativa do Distrito Federal;

IV - aplicação da sanção administrativa de destituição da função;

V - falecimento;

VI - condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 78 Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

I - vacância de função;

II - férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;

III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 79 Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§1º Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§ 4º O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 80 O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO XI

Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 81 Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 82 A Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e temporário.

§ 1º No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor correspondente a 3 (três) pisos dos servidores públicos municipais, que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 2º A remuneração deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º Para os serviços de plantão será adotado o regime de sobreaviso das horas, que para todos os efeitos, serão contadas à razão de 1/3 (um terço) da hora correspondente ao padrão de vencimento fixo do respectivo cargo, como vantagem pecuniária acrescida ao vencimento.

§ 5º O regime de sobreaviso será organizado pelos Conselheiros Tutelares em escalas mensais, observando o sistema de rodízio previsto para execução dos serviços.

§ 6º Quando convocado, as horas efetivamente trabalhadas pelo Conselheiro Tutelar em regime de sobreaviso serão remuneradas acrescidas pela prestação de serviço extraordinário, não se aplicando o disposto neste caso do parágrafo quarto do artigo 82 da presente Lei.

§ 7º E facultado ao membro do Conselho Tutelar optar pela remuneração do cargo ou emprego público originário, sendo-lhe computado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 8º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 83 Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - gratificações e adicionais.

Art. 84 Os acréscimos pecuniários percebidos por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 85 Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar os auxílios pecuniários e as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

§ 2º Conceder-se-á indenização de transporte ao membro do Conselho Tutelar que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias da função, conforme as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais.

Art. 86 Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina

Art. 87 As demais perdas relacionadas às indenizações e reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Tunápolis, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

Art. 88 A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade

pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, §2º, da Lei Federal n. 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

SEÇÃO XII

Das Férias

Art. 89 O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§ 1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2º Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de (nome do Município).

§ 3º Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 90 É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 91 Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

I - a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;

II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 92 Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 93 As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 94 A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 95 O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 96 O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente a última remuneração por ele recebida.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor da última remuneração recebida.

SEÇÃO XIII

Das Licenças

Art. 97 Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

I - para participação em cursos e congressos;

II - para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;

III - para paternidade;

IV - em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

V - em virtude de casamento;

VI - por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§ 1º É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§ 2º As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Tunápolis pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

SEÇÃO XIV

Das Concessões

Art. 98 Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço em casos de falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

SEÇÃO XV

Do Tempo de Serviço

Art. 99 O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 100 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§ 2º A capacitação a que se refere o §1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 101 Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Tunápolis, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais e legislação correlata.

Art. 102 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 103 Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 104 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições municipais em contrário.

Art. 105 As despesas decorrentes com a execução da presente correrão por conta do orçamento municipal de 2019.

Art. 106 Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei 1134/2013 de 05 de setembro de 2013.

Tunápolis – SC, 03 de abril de 2019.

Renato Paulata

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5042/2019

Publicação Nº 1970229

PORTARIA Nº. 5.042/2019

Em 02 de Abril de 2019

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e legislação vigente, especialmente a Lei Municipal nº. 756/2005;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, os Conselheiros, para representar o Conselho Municipal de Saúde do Município de Tunápolis:

1 - GOVERNAMENTAL

1.1 – Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Titular: Aquiles Bamberg Suplente: César Roger Urnau

1.2 – Representante do Serviço de Assistência Social

Titular: Cleonice Deisi Yess Suplente: Deisi Flach

2 – PRESTADORES DE SERVIÇOS

2.1 - Representante da Sociedade Hospitalar de Tunápolis

Titular: Dirce Schneider Suplente: Paulo Hahn

3 – PROFISSIONAIS DA SAÚDE

3.1 – Representantes dos Profissionais da Saúde

Titular: Siliane Meier Suplente: Franciele Deters

4 – DOS USUÁRIOS DO SISTEMA

4.1 – Representantes da Associação de Pais e Professores (APP)

Titular: Cleiton Kist Suplente: Joséli T. Becker Hofmann

4.2 – Representante da Pastoral de Saúde

Titular: Guido Erhardt Suplente: Maria Bettio

4.3 – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Paulo Jose Griebeler Suplente: Nestor Hammerschmidt

4.4 – Representante da Associação Vida e Saúde de Tunápolis

Titular: Selvino Alfredo Nicodem Suplente: Claudia Inês Mueller

4.5 – Representante do Grupo de Idosos Flor de Tunas

Titular: João Batista Hofer Filho Suplente: Hilário Roque Juchem

4.6 – Representante da Clínica Santa Maria

Titular: Hilton César Lamour Suplente: Marcieli Hartmann

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria nº. 4.893/2018, de 22 de Outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 02 de Abril de 2019

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5043/2019

Publicação Nº 1970578

PORTARIA Nº. 5.043/2019

Em 02 de Abril de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são confere o Art. 88, parágrafo quarto, da lei Orgânica Municipal, embasado no Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar 13/2006 de 17 de Maio de 2006, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a MARIA FERNANDA RODRIGUES HIERRO, com o cargo de Engenheira Sanitarista, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Planejamento e Finanças conforme portaria de nomeação nº 4.007/2017 de 04 de fevereiro de 2016, HOMOLOGAÇÃO após término do estágio probatório, para fins de efetivação e estabilidade de emprego, considerando o disposto no art.25, parágrafo único e art. 24 dos incisos I, II, III, IV e V da Lei Complementar nº 13/2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, com efeitos retroativos a 05 de fevereiro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 02 de Abril de 2019

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5044/2019

Publicação Nº 1970630

PORTARIA Nº. 5.044/2019

Em 02 de Abril de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são confere o Art. 88, parágrafo quarto, da lei Orgânica Municipal, embasado no Estatuto dos Servidores Municipais Lei Complementar 13/2006 de 17 de Maio de 2006, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, a ADRIANA RODRIGUES DA SILVA, com o cargo de Tesoureira, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Planejamento e Finanças conforme portaria de nomeação nº 3.831/2015 de 01 de Abril de 2015, HOMOLOGAÇÃO após término do estágio probatório, para fins de efetivação e estabilidade de emprego, considerando o disposto no art.25, parágrafo único e art. 24 dos incisos I, II, III, IV e V da Lei Complementar nº 13/2006.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 02 de Abril de 2019

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 106/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 71/2019

Publicação Nº 1969846

MUNICÍPIO DE TUÁPOLIS

RUA JOÃO CASTILHO Nº 111

89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 106/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 71/2019

REGISTRO DE PREÇOS

DATA EMISSÃO: 03/04/2019

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por ITEM, para REGISTRO DE PREÇOS conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 8h30min do dia 17 de Abril de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

– A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE KIT PELÍCULA PARA VIDRO QUE SERÃO DESTINADOS PARA DIVERSAS MÁQUINAS DO DMER, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 8h30min do dia 17 de Abril de 2019 .

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 107/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 72/2019 DATA EMISSÃO: 02/04/2019

Publicação Nº 1969958

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

RUA JOÃO CASTILHO N.111

89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra Nº.: 107/2019

Pregão Presencial nº: 72/2019

Data Emissão: 03/04/2019

Forma de Julgamento: Menor Preço por Item

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 72/2019, do tipo Menor Preço Unitário por item, conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as propostas de preços e de nº 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pela pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, situado na Rua João Castilho, 111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 14h30 horas do dia 17 de abril de 2019, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO UNIFORMES (CAMISETAS) QUE SERÃO DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ITENS, QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

. O proponente VENCEDOR deverá apresentar uma amostra do uniforme(camiseta) a ser fornecido, antes de proceder à execução e entrega definitiva do mesmo, a AMOSTRA deverá ser apresentada para a Secretária Municipal da Educação, Sra Angelita Teresinha Stulp Bourscheidt para verificar se o participante vencedor cumpriu integralmente com os parâmetros exigidos no que tange a seleção das camisetas especificadas e pretendidas pela Secretaria Municipal da Educação.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.tunapolis.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3632-1122 ou pelo e-mail: compras@tunapolis.sc.gov.br.

RENATO PAULATA
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 108/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 73/2019

Publicação Nº 1970439

MUNICÍPIO DE TUÁPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO DE COMPRA Nº.: 108/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 73/2019
REGISTRO DE PREÇOS
DATA EMISSÃO: 03/04/2019
FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por ITEM, para REGISTRO DE PREÇOS conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 16h do dia 17 de Abril de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, REGISTRO DE PREÇO visando a aquisição de BOTIJÃO CRIOGÊNICO PARA ACONDICIONAMENTO DE SÊMEN BOVINO COM CAPACIDADE 34 LITROS, utilizados na execução do Programa de Inseminação Artificial desenvolvido pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente do Município de Tunápolis – SC, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: 16h do dia 17 de Abril de 2019

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.tunapolis.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3632-1122 ou pelo e-mail: compras@tunapolis.sc.gov.br.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 109/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 74/2019

Publicação Nº 1970423

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO N.111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 109/2019
Pregão Presencial nº: 74/2019
Data Emissão: 03/04/2019
Forma de Julgamento: Menor Preço por Item

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 74/2019, do tipo Menor Preço Unitário por item, conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as propostas de preços e de nº 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pela pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, situado na Rua João Castilho, 111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 8h30 horas do dia 16 de abril de 2019, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

O OBJETO DO PRESENTE EDITAL É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA COMO FERRAMENTAS DE DIREÇÃO DO TRABALHO DA INCLUSÃO PARA SEREM UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DESTES MUNICÍPIO

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 8h30 horas do dia 16 de abril de 2019.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 110/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 75/2019

Publicação Nº 1970507

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

RUA JOÃO CASTILHO Nº 111

89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 110/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 75/2019

DATA EMISSÃO 03/04/2019

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, sob regime de entrega conforme a demanda, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014 Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 10h do dia 16 de abril de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SEMENTES, DESTINADOS PARA O EMBELEZAMENTO DOS JARDINS, PRINCIPAIS RUAS, PRAÇA E MANUTENÇÃO DE LOCAIS PÚBLICOS, NESTA MUNICIPALIDADE de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até às 10h do dia 16 de abril de 2019.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 111/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 76/2019

Publicação Nº 1970593

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS

RUA JOÃO CASTILHO Nº 111

89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 111/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 76/2019

DATA EMISSÃO: 03/04/2019

FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR GLOBAL

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário GLOBAL, conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147 de 07 de Agosto de 2014, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 14h30 do dia 16 de Abril de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO DA NORMA REGULAMENTADORA NR 35, conforme especificações constantes no anexo I, parte integrante deste edital.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até às 14h30 do dia 16 de Abril de 2019.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 105/2019 AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 09/2019

Publicação Nº 1969687

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
PROCESSO Nº 105/2019
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº. 05/2019

O Município de Tunápolis -SC, torna público para ciência dos interessados que, a partir da data da publicação deste edital, estão abertas as inscrições para Credenciamento DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E/OU COOPERATIVA DE CRÉDITO, VISANDO SUBSIDIAR POR PARTE DO MUNICÍPIO, OS JUROS DE FINANCIAMENTOS DE EMPRESAS ATRAVÉS DO PROGRAMA PRÓ-EMPRESA, nos termos da Lei Municipal 1.328/2017, de 13 de Outubro de 2017, observadas as regras de licitação estabelecidas pela Lei 8.666/93, sendo que os envelopes contendo a documentação de habilitação e a proposta poderão ser entregues na Sede da Prefeitura Municipal de Tunápolis, na Rua João Castilho, 111. Eventuais dúvidas ou lacunas contidas neste Edital serão resolvidas com base na interpretação das disposições da Lei 8.666/93 e Lei Municipal 1.328/2017, de 13 de Outubro de 2017.

CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E/OU COOPERATIVA DE CRÉDITO, VISANDO SUBSIDIAR POR PARTE DO MUNICÍPIO, OS JUROS DE FINANCIAMENTOS DE EMPRESAS ATRAVÉS DO PROGRAMA PRÓ-EMPRESA, SUBSIDIANDO DIRETAMENTE PARA AS EMPRESAS OS JUROS DOS FINANCIAMENTOS TOMADOS, ATÉ O LIMITE DO PERCENTUAL DE 1,35% (UM VÍRGULA TRINTA E CINCO CENTO)

Poderão participar deste credenciamento todas as Instituições Financeiras e/ou Cooperativas de Crédito, sendo que o Município somente habilitará propostas até o limite do percentual de 1,35% (um vírgula trinta e cinco cento) de juro ao mês, desclassificando todas as propostas acima desse percentual, podendo se credenciar a partir do dia 04 de abril de 2019, até o dia 30 de outubro de 2019.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

Tunápolis, SC 03/04/2019.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N. 4119/2019

Publicação N° 1970061

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.119, de 02 de abril de 2019.
Dispõe sobre exoneração de Servidor Público Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e Art. 33. da Lei Complementar N.º 093/2015 de 21 de setembro de 2015 e,

Considerando o requerimento de exoneração do servidor, em anexo,

DECRETA:

Art. 1º Fica o servidor(a) JESSICA CESCO, exonerado, a pedido, do cargo de Psicólogo 20 horas, nomeado através do Decreto Municipal N° 3715/2018 de 31/01/2018, a partir de 01 de abril 2019

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto Municipal N.º 3715/2018 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 02 de abril de 2019.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urubici

PREFEITURA

PORTARIA Nº 245/2019

Publicação Nº 1969631

PORTARIA Nº 245/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Senhor Eduardo Albino Pereira, do cargo de Enfermeiro da Saúde da Família, a partir de 31/03/2019, nomeada através da Portaria nº 219/2019 de 11/03/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 01 de Abril de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 246/2019

Publicação Nº 1969633

PORTARIA Nº 246/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Senhora Maisa Argenta Sabi, do cargo de Odontólogo - PSB, a partir de 31/03/2019, nomeada através da Portaria nº 437/2018 de 05/07/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 01 de Abril de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 247/2019

Publicação Nº 1969634

PORTARIA Nº 247/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Senhora Mara Aparecida Pereira Figueredo, do cargo de Professor de Ensino Fundamental II, a partir de 01/04/2019, nomeada através da Portaria nº 184/2019 de 01/03/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 01 de Abril de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 248/2019

Publicação Nº 1969637

PORTARIA Nº 248/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Benta de Fátima Biz Piucco, exercendo o cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 01/04/2019, referente ao período aquisitivo 2011/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 01 de Abril de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 249/2019

Publicação Nº 1969640

PORTARIA Nº 249/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 012/2018/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Rita de Cássia de Souza, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental II, na Escola Nucleada Valdirene Arruda da Cunha Borguezan, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01/04/2019 à 20/12/2019 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenador em 2019 do Servidor Efetivo Deivid Beckhauser Gaspar, que encontra-se na Coordenação da Escola Nucleada Valdirene Arruda da Cunha Borguezan.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 01 de Abril de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 250/2019

Publicação Nº 1969643

PORTARIA Nº 250/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Rita de Cássia de Souza, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 01 de Abril de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 251/2019

Publicação Nº 1969646

PORTARIA Nº 251/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 012/2018/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Poliana Gonçalves Borguezan, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Galvina Vieira Ávila, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01/04/2019 à 20/12/2019, em virtude da matrícula de aluno portador de deficiência na referida escola.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 01 de Abril de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 252/2019

Publicação Nº 1969649

PORTARIA Nº 252/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no art. 11, inciso VI da Lei Complementar nº 770/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Verlane Pickler Tomielo, exercendo o cargo de Assistente Administrativo, Função Gratificada - FG – 04, por um período de 02 meses, com base no inciso IV do art. 11, da Lei Complementar nº 770/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 01 de Abril de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 253/2019

Publicação Nº 1969658

PORTARIA Nº 253/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 012/2018/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Rosangela Miguel Arsenio de Oliveira, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental II, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 01/04/2019 à 20/12/2019, para exercer as funções inerentes e com os vencimentos relativos ao cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 01 de Abril de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 254/2019

Publicação Nº 1969659

PORTARIA Nº 254/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 010/2018 de Processo Seletivo Simplificado,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria nº 562/2018, que admitiu a Senhora Tatyane Rodrigues, para exercer o Cargo de Monitor – Casa Lar, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01/04/2019 à 30/09/2019, Grupo Ocupacional II – Atividades da Administração em Geral - AAG, para exercer as funções inerentes e com os vencimentos relativos ao cargo, tudo de acordo com a Lei nº 770/2002 e suas alterações através da Lei Complementar nº 006/2012, em virtude de crianças menores abrigadas naquela casa.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 01 de Abril de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 255/2019

Publicação Nº 1969660

PORTARIA Nº 255/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora Helena Goreti Oliveira Medeiros, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Assistência Social, Grupo Direção e Assessoramento Superior – DAS 2, com atribuições previstas nos termos da Lei Complementar nº 770/2002, e vencimentos de acordo com a Lei Complementar nº 009/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 01 de Abril de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 256/2019

Publicação Nº 1969661

PORTARIA Nº 256/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 012/2018/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria nº 239/2019 que admitiu em Caráter Temporário a Senhora Gabriela Oscar de Sousa, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Bernadete Back Warmling, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01/04/2019 à 30/04/2019, até o candidato aprovado pelo Concurso Público assumir a vaga.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 01 de Abril de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 257/2019

Publicação Nº 1969662

PORTARIA Nº 257/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 012/2018/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria nº 237/2019, que admitiu em Caráter Temporário a Senhora Magda de Souza Goulart, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil II, no CEI Adelaide Beckhauser Gaspar, com carga horária de 20 horas semanais, até 20/12/2019, em substituição à Servidora Efetiva Edimara de Oliveira, que encontra-se em Licença Médica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 01 de Abril de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 258/2019

Publicação Nº 1970152

PORTARIA Nº 258/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Rosangela Miguel Arsenio de Oliveira, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 01 de Abril de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Urussanga

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019/PMU RP

Publicação Nº 1969195

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019/PMU RP

Objeto: Registro de Preços para serviços especializados de manutenção automotiva com fornecimento de peças para os equipamentos e veículos que compõe a frota da Secretaria de Infraestrutura e Agricultura. Recebimento dos envelopes: até 08h30 dia 15/04/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h dia 15/04/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier.

Prefeito Municipal

DECRETO GP/Nº 24/2019

Publicação Nº 1969828

DECRETO GP/Nº 24, de 02 de abril de 2019.
CONSTITUI A COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições c/c art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93:

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação, nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93, composta pelos seguintes membros:

- I – Presidente – THIAGO MUTINI – CPF: 053.958.699-22
- II – Secretária – MARIANA BONETTI – CPF: 039.634.699-51;
- III – Membro – INGRID ZANELATO – CPF: 030.142.379-22.

Art. 2º Fica concedido a Função Gratificada – FG-07 ao servidor THIAGO MUTTINI, para ser membro da Comissão de Licitação, no percentual de 30% (trinta por cento), a partir de 03 de abril de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto nº 64, de 03 de abril de 2018 e demais disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 02 de abril de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças, aos dois dias do mês de abril de 2019.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

DECRETO GP/Nº 25/2019

Publicação Nº 1969858

DECRETO GP/Nº 25, de 02 de abril de 2019.
REAJUSTA O VALOR DA BOLSA-AUXÍLIO DOS ESTAGIÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com o § 2º, do art. 3º, da Lei 1.788, de 27 de abril de 2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado o valor da Bolsa-Auxílio mensal, acrescidos de vale transporte, dos Estagiários da Administração Pública Municipal,

assim discriminado:

ENSINO SUPERIOR				ENSINO MÉDIO			
20 horas semanais		30 horas semanais		20 horas semanais		30 horas semanais	
Bolsa-Auxílio	Auxílio Transporte	Bolsa-Auxílio	Auxílio Transporte	Bolsa-Auxílio	Auxílio Transporte	Bolsa-Auxílio	Auxílio Transporte
R\$573,72	R\$35,00	R\$860,59	R\$35,00	R\$458,99	R\$35,00	R\$688,47	R\$35,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01º de abril de 2019.

Art. 3º Revoga-se o Decreto GP/Nº 183, de 18 de novembro de 2015.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 02 de abril de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração aos dois dias do mês de abril de 2019 e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2019

Publicação Nº 1969562

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO: 108/2019

DATA DE ASSINATURA: 29/03/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 17/2019

TOMADA DE PREÇO: 01/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CONTRATADO: UNICASUL – CONSULTORES E ASSOCIADOS S/S LTDA

CNPJ/CPF: 07.427.901/0001-03

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: MOVIMENTO ECONÔMICO DE DIREITO AO MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC

VALOR GLOBAL: R\$ 28.215,00

EXTRATO DE CONTRATO Nº 109/2019

Publicação Nº 1969339

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO: 109/2019

DATA DE ASSINATURA: 01/04/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 14/2019

PREGÃO PRESENCIAL: 13/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CONTRATADO: ROTEIROS DO SUL AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 19.536.198/0001-50

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR (SOCORRO)

ITEM 01: R\$ 9,67/KM

ITEM 02: R\$ 7,20/KM

Vargeão

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGA Nº 07/2019 PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

Publicação Nº 1969774

MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGA Nº 07/2019
PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

VOLMIR FELIPE, Prefeito Municipal de Vargeão – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata classificada em 3º lugar no Processo Seletivo nº 02/2018 abaixo relacionada para contratação temporária para as funções do cargo de Psicólogo, 40 horas, para escolha de vaga e agendamento de entrega de documentos e consulta médica pré-admissional:

- Marine Cortellini Turatti

A candidata convocada deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração, na Rua 7 de Setembro, Centro, Vargeão-SC, até a data de 04/04/2019 no horário das 08h as 11h30min e 13h30min às 17h.

OBSERVAÇÕES:

- 1 - A convocada deverá comparecer no local e horário acima indicado, munida da cédula de identidade.
- 2 - O não comparecimento da candidata convocada acarretará a sua desistência da vaga com a imediata disponibilização da vaga para chamadas subsequentes de outros candidatos aprovados.
- 3 - A candidata convocada e que aceitar a vaga ofertada deverá providenciar os documentos necessários e consulta médica para apresentação na data estipulada na escolha de vaga.

Vargeão-SC, 02 de abril de 2019.
VOLMIR FELIPE
Prefeito Municipal

EXTRATOS DE CONTRATOS Nº 079/2019 A Nº 081/2019

Publicação Nº 1969839

EXTRATO DE CONTRATOS
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: FERVARGEAO LTDA - EPP
OBJETO: aquisição parcelada de materiais para construção para o exercício de 2019.
VALOR: R\$ 33.395,00 (TRINTA E TRES MIL TREZENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS)
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão Presencial nº 23/2019 e Processo Licitatório 30/2019 e Contrato nº 079/2019.
Vargeão, SC, 02 de ABRIL de 2019.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: GAVEA COM DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E AGROP. LTDA
OBJETO: aquisição parcelada de materiais para construção para o exercício de 2019.
VALOR: R\$ 221.763,50 (DUZENTOS E VINTE E UM MIL SETECENTOS E SESENTA E TRES REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão Presencial nº 23/2019 e Processo Licitatório 30/2019 e Contrato nº 080/2019.
Vargeão, SC, 02 de ABRIL de 2019.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
OBJETO: aquisição parcelada de materiais para construção para o exercício de 2019.
VALOR: R\$ 2.685,00 (DOIS MIL SEISCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS)
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, e suas alterações, Pregão Presencial nº 23/2019 e Processo Licitatório 30/2019 e Contrato nº 081/2019.
Vargeão, SC, 02 de ABRIL de 2019.
Volmir Felipe
Prefeito Municipal

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 959/2019

Publicação Nº 1969213

DECRETO MUNICIPAL Nº 959/2019, DE 26 DE MARÇO DE 2019
Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 810/2018...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 04.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Atividade: 2.009 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.03.0018 R\$ 45.635,66

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2018, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0018 – Fundeb conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art 2nd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 26 de março de 2019.

Milena Andersen Lopes Becher,

Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

DECRETO MUNICIPAL Nº 960/2019

Publicação Nº 1969207

DECRETO MUNICIPAL Nº 960/2019, DE 29 DE MARÇO DE 2019
Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 810/2018...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 03.01 / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Atividade 2.004 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0000.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação parcial da seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 03.01 / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Atividade 2.004 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0000.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art 2nd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 29 de março de 2019.

Milena Andersen Lopes Becher,

Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra

Danielly Cavalli,
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

CONTRATOS E ADTIVOS MARÇO/2019

Publicação Nº 1969297

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM
 Relação dos Contratos

Seqü. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc./Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
845	III-ADITIVO	07/03/2019	01/04/2020	5/2016	Não	0,00		ALUGUEL DE SISTEMA DE INF BETHA SISTEMAS LTDA	
	Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários								
849	027/2019	01/03/2019	01/09/2019	9/2019	Não	15.600,00		LOCAÇÃO DE HORAS MAQUIN TRANSVENTURA LTDA	
	Objeto: Contratação de serviços de horas máquina								
850	028/2019	15/03/2019	31/12/2019	14/2019	Não	6.650,00		LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	SADY PADILHA TRANSPORTES
	Objeto: Locação de imóvel								
851	029/2019	19/03/2019	31/12/2020	15/2019	Não	56.239,83		prestação de serviços	SEBRAE-SC SERV. DE APOIO ÀS MICRO E PEQU
	Objeto: Contratação de serviços de execução do PROJETO CIDADE EMPREENDEDORA								
852	030/2019	25/03/2019	31/12/2019	10/2019	Não	33.390,00		serviços provedor internet	KLEBER SALMORIA ME
	Objeto: Contratação de serviços de manutenção e provedor de acesso a internet, disponibilizado por fibra óptica.								
853	031/2019	27/03/2019	31/12/2019	11/2019	Não	7.670,00		AQUISIÇÃO DE TUBOS DE COI LEÃO INDUSTRIAL COSNTRUTORA LTDA	
	Objeto: Aquisição de tubos de concreto e material de construção.								
854	032/2019	27/03/2019	31/12/2019	11/2019	Não	8.439,00		AQUISIÇÃO DE TUBOS DE COI CIMECOM COM. MAT.DE CONSTRUCAO LTDA	
	Objeto: Aquisição de tubos de concreto e material de construção.								
855	033/2019	27/03/2019	31/12/2019	12/2019	Não	17.120,00		aquisição de madeira	MADEREIRAASA BRANCA LTDA
	Objeto: Aquisição de Madeira para a Secretaria de Obras.								
856	034/2019	27/03/2019	31/12/2019	13/2019	Não	34.280,00		RECUPERAÇÃO PNEUS	FM PNEUS LTDA
	Objeto: Contratação de serviços de recapagens, recauchutagens, vulcanizações e consertos de pneus.								
857	035/2019	27/03/2019	31/12/2019	13/2019	Não	38.456,00		RECUPERAÇÃO PNEUS	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP
	Objeto: Contratação de serviços de recapagens, recauchutagens, vulcanizações e consertos de pneus.								
Total: 10									

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 026/2019 PR 014/2019

Publicação Nº 1970227

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Prestação de Serviços de coleta por sucção, transporte e destinação final dos resíduos sólidos e lodo contaminados de conjuntos de fossa séptica coletiva que compõe o sistema de tratamento de esgotos dos Bairros Bela Vista I e Bela Vista II, na cidade de Vargem Bonita – SC.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e dos Documentos: Até o dia 16 de Abril de 2019, às 14hrs00min.

Sessão de Processamento do Pregão: Dia 16 de Abril 2019 a partir das 14hrs00min.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08hrs30min. às 12hrs00min. e das 14hrs00min. às 16hrs00min., na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 02 de Abril de 2019.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2019

Publicação Nº 1969832

Prefeitura de Vidal Ramos
Setor de Compras
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 43/2019
PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2019

OBJETO: Constitui objeto do presente certame PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PERSIANAS E INSTALAÇÃO PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA - DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

REGIMENTO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 005/2019 de 08 de janeiro de 2019 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 43/2019 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 32/2019, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ETAPA DE LANCES: dia 16/04/2019, às 08:30 horas.

LOCAL: Departamento Administração da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.
Vidal Ramos, 02 de abril de 2019

ODILMAR DE SOUZA - Prefeito Municipal em Exercício

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2019

Publicação Nº 1970125

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Setor de Compras
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 44/2019
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/2019

OBJETO: Constitui objeto do presente certame Contratação de empresa para Eventual Confecção de Camisetas NA COR BRANCA com manga curta adulto, malha fio 30 penteada, gramatura 170g/m2, 100% algodão, gola careca em ribana largura 3 cm, na frente e costas em três cores (serigrafia) conforme desenho abaixo, nos tamanhos: P, M, G, GG e XGG.

REGIMENTO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 005/2019 de 08 de janeiro de 2019, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 44/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 33/2019, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 10:00 hrs do dia 16 de abril de 2019.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 10:00 hrs do dia 16 de abril de 2019, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 02 de abril de 2019.

Eduardo Thechtrin
Pregoeiro

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/2019

Publicação Nº 1970172

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2019
PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/2019

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 34/2019

OBJETO: BATERIA ELÉTRICA PARA REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS AUTOMOTORES COMO CAMINHÕES E ÔNIBUS, BATERIA DE 1ª. LINHA COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO, SEM MANUTENÇÃO (BLINDADA). CONFORME NECESSIDADE DE CONSUMO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, AGRICULTURA E DO DMER.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 219/2018 de 21/12/2018, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 45/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 34/2019, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ETAPA DOS LANCES: Até o dia 16/04/2019, às 14h00min

LOCAL: Departamento Administração da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.
Vidal Ramos, 02 de abril de 2019.

Eduardo Thechtrin
Pregoeiro

Videira

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA 01/2019 - PMV

Publicação Nº 1969165

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONCORRÊNCIA Nº 01/2019 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar a Concorrência nº 01/2019 - PMV. 1. OBJETO: PERMISSÃO DE USO ONEROSA, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N 2.256/2009 E SUAS ALTRAÇÕES. As propostas e documentos serão recebidos até as 14:00:00h do dia 06 de maio de 2019. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br, link "Transparência". Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelo telefone (49) 3566-9026.

Videira SC, 02 de abril de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 16.279/19

Publicação Nº 1969285

DECRETO Nº 16.279/19, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.641/18, de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 835.000,00 (oitocentos e trinta e cinco mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria de Des. Urbano, Agricultura e Meio Ambiente	
01 – Desenvolvimento Urbano	
1.016 – Máquinas Pesadas e Equipamentos	
4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000 – Aplicações Diretas	835.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	835.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro dos recursos próprios do município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de março de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de março de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2019 - PMV

Publicação Nº 1970410

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2019 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2019 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 02/04/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA PARA EFETUAR A REVISÃO OBRIGATÓRIA DOS 36.000 KM DE UTILIZAÇÃO DO CAMINHÃO CAÇAMBA MODELO FORD/CARGO 1729B, PLACAS QIR6269 SOB O NÚMERO IMOBILIZADO 40289, DE USO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

VALOR: R\$ 1.916,00 (um mil novecentos e dezesseis reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 02 de Abril de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 080/19

Publicação Nº 1970179

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 080/19
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para a qual foi classificada no Processo Seletivo nº 002/2019.

CONVOCADOS	CARGO
1. RENATA PERIN DOS SANTOS	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 01 de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 081/19

Publicação Nº 1970182

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 081/19
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. JULIANA PEREIRA ALVES	AUXILIAR EDUCACIONAL
2. ALANA DEBORA NASCIMENTO DE SOUZA DA CUNHA	ENFERMEIRO

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 01 de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 082/19

Publicação Nº 1970184

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 082/19

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 003/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. SILVANA APARECIDA CAMINSKI ZANOL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2. FERNANDA RIGO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 01 de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

TERMO ADITIVO Nº 74/2019 - PMV

Publicação Nº 1969447

Termo Aditivo nº 74/2019

Contrato/Ata nº: 08/2019

Processo: IL 02/2019 – PMV

Contratado: SANTA TERESINHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Objeto: Reajustar o valor dos créditos de transportes para estagiários e transportes coletivo para alunos da educação infantil que frequentam o Centro de Apoio Tiago Scopel, CREAS, CRAS e demais programas sociais, referente ao Contrato de Fornecimento nº 08/2019, com base no Decreto Municipal nº 16.224/19, passando o item 01 para R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos), e o item 02 para R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos), até o dia 05 de outubro de 2019, e a partir de 06 de outubro de 2019 passará ao valor de R\$ 1,85 (um real e oitenta e cinco centavos) para o item 01 e R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos) para o item 02.

Valor: R\$ 3.570,60.

Data: 01/04/2019.

TERMO ADITIVO Nº 75/2019 - PMV

Publicação Nº 1969845

Termo Aditivo nº 75/2019

Contrato/Ata nº: 178/2018

Processo: PR 105/2018 – PMV

Contratado: ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA – EPP

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando custos adicionais no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) estando o aditivo dentro do permitido em Lei, bem como prorrogar o prazo de execução e vigência com efeitos a partir de 03/04/2019 até 30/04/2019.

Valor: R\$ 1.600,00.

Data: 02/04/2019.

Vitor Meireles

PREFEITURA

CONTRATO AOPP 001/2019-FMS

Publicação Nº 1969452

CONTRATO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E A ASSOCIAÇÃO OLHAR PELO PRÓXIMO – AOPP.

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES /FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, inscrito nos CNPJ/MF sob os Nº 79.372.520/0001-85, com sede à Rua Santa Catarina, N 2266, Bairro Centro, Vitor Meireles – SC, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Bento Francisco Silvy, inscrito no CPF sobre o Nº 289.640.559-34, e pelo Secretário Municipal de Saúde, TEILOR PETERSEN, brasileiro, inscrito no CPF sobre o Nº 027.479.069-65, portador do RG 4.001.838 e a ASSOCIAÇÃO OLHAR PELO PRÓXIMO - AOPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 24.795.496/0001-03, com sede na Avenida Eli Alves Forte – 182 – Eli Forte – Goiânia/GO, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por Lucas Pereira Alencar – Presidente, brasileiro, casado, inscrito no CPF sobre o nº 376.596.108-64, portador do RG 49283033-2, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONVÊNIO tem por objeto o desenvolvimento das seguintes atividades:

I - Realização de triagem oftalmológica, palestra de conscientização da importância da saúde visual e agendamento de horários de atendimento aos habitantes do Município que demonstrarem interesse e procurarem por tais serviços;

II - Realização dos seguintes exames oftalmológicos:

- a) Avaliação da acuidade visual;
- b) Refração completa (medida de grau);
- c) Exames dos movimentos oculares;
- d) Exames da parte anterior dos olhos - fundoscopia;
- e) Exames de biomicroscopia;
- f) Medição de pressão intraocular.

Subcláusula Única. A prescrição de qual ou quais dos exames supracitados será realizado caberá ao profissional tecnicamente habilitado para esse fim, respeitando sempre a necessidade de cada um dos pacientes em atendimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DE CADA PARTE

I - DO CONCEDENTE. Caberá ao MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES:

- a) Colocar à disposição do CONVENIENTE, sem qualquer custo para esse, a estrutura física do poder público municipal, onde será realizado o atendimento médico oftalmológico à população da cidade;
- b) Colocar à disposição do CONVENIENTE, sem qualquer custo para esse, pessoal de apoio e agentes de saúde que darão suporte no atendimento à população da cidade;
- c) Fornecer toda assistência e informações necessárias para uso dos bens ou serviços colocados à disposição do CONVENIENTE em decorrência do presente CONVÊNIO;
- d) Acompanhar e apoiar, sistematicamente, a execução do objeto deste Convênio, comunicando ao CONVENIENTE quaisquer irregularidades ou pendências de ordem técnica ou legal;
- e) Promover a ampla divulgação das informações relacionadas ao projeto, objetivando atingir sua população, respeitando a saúde de todos os pacientes.

II - DO CONVENIENTE. Será de responsabilidade da ASSOCIAÇÃO OLHAR PELO PRÓXIMO – AOPP:

- a) Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho (anexo), adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;
- b) Indicar as diretrizes necessárias ao desenvolvimento do objeto deste Convênio;
- c) Contratar, custear e supervisionar a equipe médica que se fizer necessária para a viabilização do objeto deste Convênio;
- d) Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Convênio, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;
- e) Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos atendimentos;
- f) Manter o concedente informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, e as despesas serão suportadas pelas partes cooperantes da seguinte forma:

I – concedente. Caberá ao MUNICÍPIO VITOR MEIRELES:

- a) Disponibilizar sua estrutura física pública, arcando com todos os custos a ela inerentes;

- b) Realizar, às suas expensas, a divulgação do projeto no Município;
- c) Arcar com os custos de hospedagem e alimentação da noticiada equipe.

II – CONVENIENTE. Caberá à ASSOCIAÇÃO OLHAR PELO PRÓXIMO - AOPP custear:

- a) A parte logística e operacional, incluídas as despesas com equipamentos, equipe médica e transporte.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente convênio terá vigência de 30 (trinta) dias, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação do CONVENIENTE ou de comum acordo entre os cooperantes, antes de seu termo final, devidamente fundamentada, formulada, no mínimo 10 (dez) dias antes do seu término.

Subcláusula Única. Decorrido o prazo supracitado e não havendo prorrogação, o CONVÊNIO fica resolvido de pleno direito.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos cooperantes, fizeram o presente instrumento de CONVÊNIO em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Vitor Meireles, 28 de março de 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

TEILOR PETERSEN

Secretário de Saúde Municipal

ASSOCIAÇÃO OLHAR PELO PRÓXIMO – AOPP

Testemunhas:

1. _____ CPF.: _____

2. _____ CPF.: _____

Decreto n.º 025/2019

Publicação Nº 1969671

DECRETO 025/2019

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 1030, de 05/12/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada a seguinte dotação orçamentária:

1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.009.2038 – Proteção Social Básica - CRAS

33000000.00 – Outras Despesas Correntes
33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$ 3.250,00

Art. 2º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

1001 – FUNDO MUNICIPIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.009.2038 – Proteção Social Básica - CRAS

44000000.00 – Investimentos
44900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0000 – Recursos Ordinários R\$ 3.250,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 02 de abril de 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

DECRETO Nº 024/2019

Publicação Nº 1969397

DECRETO N.º 024/2019.

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão Especial para o Processo de Escolha Unificado do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o processo de eleição unificada para o cargo de Conselheiro Tutelar,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Eleitoral Especial para o Processo de Escolha Unificado do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vitor Meireles, que terá a seguinte estrutura:

I – Coordenadora Geral ou Presidente: HELENA DE SOUZA

II – Membros:

JEOVANA WINTER

MARCELO ANDRÉ AGOSTINI

MARCIO JOSÉ PAVANELLO

ROSANE VIEIRA

Art. 2º - A Comissão ora constituída tomará as providências necessárias a fiel execução do processo de eleição unificada para escolha dos conselheiros tutelares do Município de Vitor Meireles.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 02 de abril de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 02 de Abril de 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 095/2019

Publicação Nº 1969115

PORTARIANº. 095/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ALFEU CARDOZO

Cargo: SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE BARRA DA PRATA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Comissionado, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Desenvolvimento do Distrito de Barra da Prata, 25 (vinte e cinco) dias de férias, pelo período de 01/04/2019 a 25/04/2019, e INDENIZAR 05 (cinco) dias, referentes ao período aquisitivo de 23/03/2018 a 22/03/2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 02 DE ABRIL DE 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/_____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 096/2019

Publicação Nº 1969191

PORTARIANº 096/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: LILIANE APARECIDA RODE

Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na EM Salto Dollmann, com o Pré I e II, no período vespertino, a partir do dia 02 de abril de 2019, em substituição ao atestado médico da servidora Marlene Montibeller Decarli, afastada até 03 de abril de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 02 de abril de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 02 DE ABRIL DE 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

TERMO DE COLABORAÇÃO 001/2019

Publicação Nº 1969480

TERMO DE COLABORAÇÃO N. 01/2019

Processo de Dispensa de Chamamento Público n. 01/2019

Termo de colaboração nº 01/2019 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES (SC) e a organização da sociedade civil, ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE VITOR MEIRELES mediante as cláusulas e condições seguintes:

O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, sito à Rua Santa Catarina, n. 2266, bairro Centro, município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 79.372.520/0001-85, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Bento Francisco Silvy, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e a Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.544.442/0001-79, estabelecida à Rua Santa Catarina, 2450, bairro Centro, município de Vitor Meireles/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Presidente NILO JUNGLOS, portadora de RG nº 1.038.410 e CPF nº 437.569.219-72, residente e domiciliado na Rua Vereador Eduardo Fossa, n.º 94, Bairro Palmitos, cidade de Vitor Meireles - SC, resolvem celebrar o presente termo, dispensando-se a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei nº 9.394/96, Lei 8.742/1993, Decreto Municipal nº 30/2017, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1- O presente Termo de Colaboração tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE VITOR MEIRELES, com a finalidade de promover a execução de serviços de combate a incêndios, busca e salvamento, prestação de socorros em casos de inundações, desabamentos, catástrofes, calamidades públicas e atendimento a resgate veicular à comunidade, conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo Único – Integram e completam o presente Termo de Colaboração, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no edital de Dispensa de Chamamento Público n. 01/2019, juntamente com seus anexos e o Termo de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Dá-se como valor ao objeto ora pactuado para a presente parceria a importância de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) que serão transferidos para a entidade em parcela única

§ 1º - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, transferidos eletronicamente na conta indicada pela organização da sociedade civil, não havendo sob hipótese alguma antecipação de pagamento.

§ 2º - O Município reserva-se o direito de reter os pagamentos à organização da sociedade civil, caso constatado qualquer das impropriedades

previstas nos arts. 48 da Lei nº 13.019/2014.

§ 3º - Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.
§ 4º - Quando a liberação dos recursos ocorrer de forma parcelada, o repasse de cada parcela ficará condicionado à comprovação da prestação de contas da parcela imediatamente anterior.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REMANEJAMENTO DE RECURSOS

§ 1º - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

§ 2º - O remanejamento dos recursos de que trata o parágrafo primeiro somente ocorrerá mediante prévia solicitação, com justificativa apresentada pela organização da sociedade civil e aprovada pelo órgão da administração pública responsável pela parceria.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS - O município fará o pagamento até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, através de transferência bancária para a conta corrente informada pela Associação Proponente;

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

§ 1º - A contratada deverá apresentar a prestação de contas até o ultimo dia útil do corrente ano;

§ 2º - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente;

§ 3º - A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado;

§ 4º - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, nos termos do inciso IX do art. 22 da Lei 13.019/2014, além dos seguintes relatórios:

I) relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II) relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho;

§ 5º - O gestor emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada;

§ 6º - Para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, os pareceres técnicos de que trata esta cláusula deverão, obrigatoriamente, mencionar:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

§ 7º - Os documentos incluídos pela entidade na plataforma eletrônica prevista no § 3º desta cláusula, desde que possuam garantia da origem e de seu signatário por certificação digital, serão considerados originais para os efeitos de prestação de contas;

§ 8º - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO - Os recursos orçamentários necessários para a execução do objeto do presente Processo de Dispensa, correrão por conta do Orçamento do Município de Vitor Meireles vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

§ 1º - A CONTRATADA é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

I) Iniciar a execução do objeto pactuado após assinatura do termo de colaboração;

II) Comparecer em juízo nas questões trabalhista propostas por seus empregados contra si, ou contra o Município, assumindo o polo passivo, defendendo-se judicialmente e reconhecendo perante a Justiça do Trabalho, sua condição de empregadora, arcando com o ônus de eventual condenação, inclusive honorários;

III) Fica ainda responsável pelos prejuízos e danos pessoais e materiais que eventualmente venha a causar à Administração ou a terceiros

em decorrência da execução do objeto do presente edital, correndo exclusivamente às suas expensas os ressarcimentos ou indenizações reivindicadas judicial ou extrajudicialmente;

IV) Pagar seus funcionários em dia, independente do dia do pagamento realizado pelo Município;

V) Facilitar a fiscalização pelo Município, por meio da atuação do Gestor da Secretaria da Assistência Social durante a vigência da parceria;

VI) Cumprir em sua integralidade, as exigências do presente Termo de Colaboração.

§ 2º - A CONTRATANTE é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

I - A fiscalização da parceria será feita pela Secretaria de Assistência Social, através do gestor com as seguintes atribuições conforme preconizado no art. 61 da Lei 13.019/2014:

a) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

c) Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13.019/2014;

d) Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

II – Fica designado o Sr. Osmael Ern (Secretário de Assistência Social), para atuar na gestão do presente Termo de Colaboração.

§ 3º - A responsabilidade subsidiária do ente público nos casos de ações trabalhistas movidas contra a organização da sociedade civil não é automática. Ou seja, o ente público somente será responsabilizado subsidiariamente se ficar comprovado que agiu de forma culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas.

§ 4º - Orientar os servidores responsáveis pela liquidação e pagamento das faturas que verifiquem a presença dos documentos citados no processo antes de executarem a liquidação e o pagamento.

§ 5º - Arquivar juntamente às notas de empenho (pelo prazo de 5 anos) a fim de facilitar a comprovação de que houve a fiscalização pelo Município, elidindo eventual responsabilidade subsidiária de que trata a súmula em questão.

CLÁUSULA OITAVA – O Município ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência da parceria, ficando sob a responsabilidade da Contratada fornecer, caso necessário, a seus funcionários todos os equipamentos necessários para a execução da presente parceria.

CLÁUSULA NONA – PRAZO - O prazo para execução da presente parceria será de 1 (um) ano a partir da assinatura do presente termo de colaboração de acordo com o cronograma físico-financeiro, podendo ser prorrogado na forma da lei.

§ 1º – O prazo estabelecido na Cláusula Nona deste termo contratual poderá ser prorrogado nos termos do art. 55 da Lei 13.019/2014.

§ 2º - A contratada é obrigada a corrigir, readequar ou realinhar, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços objeto do contrato em que se verificarem incongruências, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de mão-de-obra e materiais empregados de forma inadequada.

CLÁUSULA DÉCIMA - A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, segundo as metas pactuadas, fornecendo mão-de-obra, insumos, infraestrutura e demais elementos necessários a sua perfeita execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS A ENTIDADE (ART.73 DA LEI 13.019) - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, a administração após garantir a prévia defesa, poderá aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de parceria, de fomento ou de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

§ 1º - As sanções estabelecidas nos incisos II e III desta cláusula são de competência exclusiva do Secretário Municipal, conforme o caso,

facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

§ 2º - As organizações da sociedade civil, bem como seus diretores, sócios gerentes e controladores declarados impedidos de licitar e contratar com a administração pública municipal, serão incluídas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar, nos termos da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A Contratada reconhece e declara expressamente a sua responsabilidade pelo atendimento das metas pactuadas, nos termos do Artigo 22 da Lei nº 13.019/2014 e demais legislações, normas e regulamentos pertinentes a matéria, conforme as condições do contrato.

Parágrafo Único – A Contratada é responsável pelo fornecimento de insumos de 1ª qualidade, responsabilizando-se por qualquer problema surgido na execução das ações e trabalhos inerentes a execução da parceria, devendo reparar de forma premente no total ou parcialmente para o bom andamento da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- Se, por qualquer razão, a Contratada não acatar qualquer laudo, parecer ou relatório do gestor da parceria, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica ou contábil relativa à discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Este Termo de Parceria de Colaboração poderá ser alterado quando:

I - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada na administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

II - A prorrogação de ofício da vigência do instrumento deve ser feita pela administração pública, antes do seu término, quando ela der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.

III - As alterações previstas no caput prescindem de aprovação de novo plano de trabalho pela administração pública, mas não da análise jurídica prévia da minuta do termo aditivo da parceria e da publicação do extrato do termo aditivo em meios oficiais de divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO - O presente Termo de Colaboração poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 13.019/2014. A falta de pagamento das obrigações patronais por parte da entidade parceira e vencedora sujeitará à rescisão sumária do contrato.

Parágrafo único - Sob nenhum aspecto será admitido, por parte da organização da sociedade civil vencedora, exceção de contrato não cumprido, em face da Administração, exceto nos casos expressamente previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - O presente Instrumento de Parceria rege-se pelas disposições expressas na Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente no que couber, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CASOS OMISSOS - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 13.019/2014, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NOVA – A execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria de Saúde na figura do gestor designado, e Comissão de Monitoramento e Avaliação que apontará as deficiências verificadas, as quais deverão ser sanadas pela organização da sociedade civil contratada, devendo esta proceder às correções e os ajustes necessários ao bom andamento do presente termo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - As partes elegem o foro da Comarca de Presidente Getúlio, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Vitor Meireles, 18 de maio de 2019.

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE VITOR MEIRELES

Testemunhas

LUIS CARLOS BOING
CPF: 927.639.609-87

CAROLINE A. MAZOTI WACHHOLZ
CPF: 088.065.569-08

TERMO DE COLABORAÇÃO 002/2019

Publicação Nº 1969487

TERMO DE COLABORAÇÃO N. 02/2019

Processo de Dispensa de Chamamento Público n. 02/2019

Termo de colaboração nº 02/2019 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES (SC) e a organização da sociedade civil, ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS mediante as cláusulas e condições seguintes:

O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, sito à Rua Santa Catarina, n. 2266, bairro Centro, município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 79.372.520/0001-85, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Bento Francisco Silvy, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e a Organização da Sociedade Civil ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE WITMARSUM, entidade beneficente de assistência social, inscrita no CNPJ sob nº 79.354.775/0001-15, sediada na Rua Villy Pett, n. 123, bairro Centro, município de Witmarsum - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela sua Presidente Lucia Sacani, portadora de RG nº 1.425.963 e CPF nº 494.775.289-00, residente e domiciliado na cidade de Witmarsum - SC, resolvem celebrar o presente termo, dispensando-se a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei nº 9.394/96, Lei 8.742/1993, Decreto Municipal nº 23/2019, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1- O presente Termo de Colaboração tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE WITMARSUM-SC, com a finalidade de promover atendimentos educacionais especializados aos educandos com deficiência intelectual que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades, conforme Plano de Trabalho, que devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2- São compromissos da CONTRATADA, desenvolver serviços de educação especial e serviços de assistência social destinados às pessoas com deficiência intelectual, conforme previsão contida na Cláusula Primeira, atendendo o número de pessoas e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo;

2.1 - Dispor de corpo técnico necessário, assegurando a Estimulação Essencial, os serviços da Educação Especial "Serviço de Atendimento Educacional Especializado", "Serviço Pedagógico Específico" e "Educação Profissional", assim como a efetivação da Política de Assistência Social, por meio de ações de prevenção, promoção, inserção e proteção, aos alunos e atendidos previstos no Plano de Trabalho;

2.2 - Atender às necessidades dos alunos da educação especial que frequentam os Centros de Atendimento Especializado e dos demais níveis oferecidos pela APAE;

2.3 - Executar programas educacionais que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social dos alunos.

2.4 – Realizar serviços de atendimento à pessoa com deficiência conforme preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ao público alvo e sua família, atendendo aos objetivos propostos pelo serviço com foco para os resultados previstos;

2.5 – Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos ao público alvo e família, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS;

2.6 - Encaminhar à rede regular municipal os alunos cuja avaliação pedagógica recomende a inserção nas classes comuns da rede municipal;

2.7 - Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;

2.8 - Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;

2.9 - Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo;

2.10 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

2.11 - Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;

2.12 - Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do Serviço e recebidos pela CONTRATADA;

2.13 - Prestar contas, perante a administração Municipal de Vitor Meireles- SC, mensalmente, até o último dia de cada mês, em relação aos recursos recebidos e aplicados no mês imediatamente anterior;

2.14 - Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

2.15 - Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Colaboração, sendo:

a) despesas na forma prevista no artigo 70 da LDB (Lei nº 9394/96);

b) despesas diretamente vinculadas a realização das atribuições e obrigações pela CONTRATADA na realização da presente parceria;

c) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

d) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

e) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

f) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

2.64 - Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;

2.17 - Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3- São compromissos do Município:

3.1- Transferir os recursos à CONTRATADA, no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), obedecendo ao seguinte cronograma de desembolso:

- abril de 2019 – R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- maio de 2019 - R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- junho de 2019 – R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- julho de 2019 – R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- agosto de 2019 – R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- setembro de 2019 - R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- outubro de 2019 - R\$ 2.000,00 (dois mil reais); e
- novembro de 2019 - R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

3.2- Fica designada a senhora Simone Sartor, gestor que será a responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.3- Appreciar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;

3.4- Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.5- Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.6- Dar publicidade ao presente Termo de Colaboração através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal;

3.7- Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

- a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.
- b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.
- c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.
- d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.8- Para fins de interpretação do item 3.7 entende-se por:

- a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.
- b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.
- c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4- O CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, o montante de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), em 8 parcelas mensais, iguais e sucessivas no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), sempre até o dia 25 de cada mês;

4.1- A CONTRATADA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade.

CLÁUSULA QUINTA– DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1- O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

5.2- O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6- O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração será de 12 meses, renovável até 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7- O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8- A ENTIDADE deverá apresentar a prestação de contas de cada repasse recebido, conforme previsto na cláusula segunda, item 2.9;

8.1- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

8.1.a- Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.1.b- Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

8.1.c- Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado

pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;

8.1.d- Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1- Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

10- Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 30/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO

11- Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Presidente Getúlio - SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Vitor Meireles, 28 de março de 2019.

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Testemunhas:

Nome: LUIS CARLOS BOING
CPF: 927.639.609-87

Nome: CAROLINE A. M. WACHHOLZ
CPF: 088.065.569-08

Witmarsum

PREFEITURA

DECRETO N.º 34/19, DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970174

DECRETO N.º 32/19, de 29 de março de 2019.

HOMOLOGA AS RESOLUÇÕES N.os 01/2019 E 02/2019, DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA.

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso VI, art. 78 da Lei Orgânica de Witmarsum,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologadas as Resoluções n.os 01/2019 e 02/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, anexas a este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável a sua plena eficácia.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

WITMARSUM – SC, 29 de março de 2019.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 35/19, DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1970177

DECRETO N.º 35/19, de 02 de abril de 2019.

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE WITMARSUM.

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em substituição às nomeações feitas através do Decreto n.º 157/18, de 16 de outubro de 2018, os seguintes membros:

I – 05 REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO, indicados pelo Prefeito Municipal

a) Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

Titular: JOSEMARA APARECIDA DE SOUZA KOCK (substituindo GISLANA IGNACZUK WALDRICH).

a) Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Ind. e Com. e/ou Transportes e Obras

Suplente: ÉDER SCHRAMM (substituindo KAIQUE JÚNIOR SALVADOR).

Art. 2º - As nomeações não alteradas pelo presente Decreto permanecem válidas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável a sua plena eficácia.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

WITMARSUM – SC, 02 de abril de 2019.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO 01/2015

Publicação N° 1969665

CONCURSO PÚBLICO 001/2015

CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, nos uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Xanxerê, CONVOCA candidato aprovado para o cargo em caráter efetivo, na ordem de chamada dos candidatos classificados nos termos do Edital 001/2015.

Data: 02/04/2019

Horário: 13:24

Local: Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC, Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua José de Miranda Ramos, nº 455, Centro, Xanxerê/SC.

Convocados: Candidatos aprovados no Concurso Público 001/2015

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	ÁREA	NOME
33º	AGENTE DE COMB. A ENDEMIAS – 40 HORAS	Daiane Ribeiro
35º	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – 40 HORAS	Jhenifer Dias Schimidt

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ACIMA RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após análise de documentação e aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Xanxerê, 02 de abril de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 232/2019

Publicação N° 1970619

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA N° 232/2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº BLB 3109/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 08.04.2019 a 22.04.2019 a Servidora Pública Municipal, a Sra. ANGELITA ADRIANA CORREA, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG n.º 4.579.289 e CPF n.º 047.776.719-25, nomeada conforme Decreto nº BLB 078/10, no Cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0001181/2019 datado de 02.04.2019.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

08.02.2010 a 07.02.2013 = 15 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 08.04.2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 02 de Abril de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 233/2019

Publicação Nº 1970623

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 233/2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3112/09, Artigo 1º.

RESOLVE

CONCEDER 10 (dez) dias de Licença Prêmio a partir de 05.04.2019 a 14.04.2019 a Servidora Pública Municipal, a Sra. JANDIRA DE SOUZA BABINSKI, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 2.722.684 e CPF n.º 456.116.379-49, nomeada conforme Decreto nº AM 182/08, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLARES, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 0001187/2019 datado de 02.04.2019

A licença premio concedida refere-se ao período abaixo especificado:

04.08.2008 a 08.06.2009 = 05 dias.

09.06.2009 a 08.06.2012 = 05 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 05.04.2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 02 de Abril de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 234/2019

Publicação Nº 1970628

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 234/2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3112/09, Artigo 1º.

RESOLVE

CONCEDER 93 (noventa e três) dias de Licença Prêmio a partir de 03.04.2019 a 04.07.2019 a Servidora Pública Municipal, a Sra. MARLISE BIGOLIM, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.892.646 e CPF n.º 008.669.069-83, nomeada conforme Decreto nº BLB 015/09, no cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 0001193/2019 datado de 02.04.2019

A licença premio concedida refere-se ao período abaixo especificado:

19.01.2009 a 08.06.2009 = 03 dias;

09.06.2009 a 08.06.2012 = 30 dias;

09.06.2012 a 08.06.2015 = 30 dias;

09.06.2015 a 08.06.2018 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 03.04.2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 02 de Abril de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 235/2019

Publicação Nº 1970638

PORTARIA Nº 235/2019
EXONERAR A PEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91 Artigo 34.

RESOLVE

EXONERAR a pedido a partir de 02.04.2019, a Servidora Pública Municipal, Sra. AIDA TEREZINHA VIVIAN PASINATO, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 5.211.010-9 e CPF nº 944.395.089-87, nomeada conforme Decreto nº JB 246/07, no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com 30 (trinta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0001194/2018 datado de 02.04.2019.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a exoneração a partir de 02.04.2019. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº JB 246/07.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 02 de Abril de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO 001/2019, PREGÃO PRESENCIAL 001/2019. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA E COZINHA, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA .

Publicação Nº 1969943

AVISO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO EDITAL

PROCESSO LICITATORIO 001/2019

PREGÃO PRESENCIAL 001/2019

A Câmara Municipal de XANXERÊ SC torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito no Edital e seus Anexos, com base na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar 123/06 e 147/14. Do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. A Presente Licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA E COZINHA, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA para uso junto à Câmara Municipal de Xanxerê para o ano de 2019/2020. A abertura da sessão pública para o credenciamento do representante legal da licitante e abertura dos envelopes e demais atos dar-se-á às 14h00min do dia 16 de abril de 2019 na sala do plenário da Câmara Municipal de Xanxerê, à Rua Rui Barbosa, 238, Centro, na cidade de Xanxerê, SC, Os envelopes: nº 01 e nº 02 deverão ser Protocolados no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Xanxerê, à Rua Rui Barbosa, 238, Centro, na cidade de Xanxerê, SC, até às 13h45min do dia 16 de ABRIL de 2019. As empresas interessadas poderão retirar o edital e seus anexos e/ou obter maiores informações no endereço citado acima, pelo fone 3433-0648 ou pelo site www.camaraxanxere.sc.gov.br.

Xanxerê SC, 02 de abril de 2019.

Arnaldo Thomaz Almeida Lovatel, Presidente da Câmara Municipal de Xanxerê.

Xavantina

PREFEITURA

ATA PL 019/2019 PMXV

Publicação Nº 1969267

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº 019/2019 – Pregão Presencial nº 014/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para a possível contratação de empresa(s) objetivando a prestação de serviços mecânicos em geral e serviços elétricos em geral para a manutenção de Caminhões e Ônibus da frota do município de Xavantina-SC, conforme especificações do Anexo "C" deste edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/139223>

Xavantina, 02 de abril de 2019.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH

Equipe de Apoio: MAIRA LUCIA ALTENHOFEN

TACIANE CAON

CLANCELISE B. DALL BELLO

ATA PL 020/2019 PMXV

Publicação Nº 1969841

ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº 020/2019 – Pregão Presencial nº 015/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para possível confecção e aquisição de uniformes escolares, conforme especificações do Anexo "C" deste edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/139227>

Xavantina, 02 de abril de 2019.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH

Equipe de Apoio: MAIRA LUCIA ALTENHOFEN

TACIANE CAON

CLANCELISE B. DALL BELLO

DECRETO 304/2019

Publicação Nº 1970016

DECRETO Nº 304, DE 03 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal n. 1.682 de 20 de Março de 2019, alterada pela Lei Municipal nº 1.684 de 03 de Abril de 2019; DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R\$ 28.790,00 (vinte e oito mil setecentos e noventa reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais	
Projeto Atividade: 2.003 – Manter as Atividades da administração e Finanças	
Elem. Despesa: 3.1.71.00.00.00.00.00.03.0000 – (CR 107) 16.250,00	
Elem. Despesa: 3.3.71.00.00.00.00.00.03.0000 – (CR 108) 7.540,00	
Elem. Despesa: 4.4.71.00.00.00.00.00.03.0000 – (CR 109) 5.000,00	

Art. 2º Para atender a(s) suplementação(ões) do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro oriundo do exercício anterior na fonte de recursos ordinários – 03.0000.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação revogando o Decreto nº 300, de 20 de Março de 2019.

Xavantina/SC, 03 de Abril de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1.684/2019

Publicação Nº 1969245

LEI Nº 1.684, DE 03 DE ABRIL DE 2019.

Altera a Lei Municipal nº 1.682 de 20 de Março de 2019 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o preâmbulo da Lei Municipal nº 1.682, de 20 de Março de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Abre crédito adicional especial e dá outras providências.”

Art. 2º O artigo 1º da Lei Municipal nº 1.682, de 20 de Março de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 28.790,00 (vinte e oito mil setecentos e noventa reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 03 – SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade Orçamentária: 03.01 – Departamento de Serviços Gerais	
Projeto Atividade: 2.003 – Manter as Atividades da administração e Finanças	
Elem. Despesa: 3.1.71.00.00.00.00.00.03.0000 – (CR 107) 16.250,00	
Elem. Despesa: 3.3.71.00.00.00.00.00.03.0000 – (CR 108) 7.540,00	
Elem. Despesa: 4.4.71.00.00.00.00.00.03.0000 – (CR 109) 5.000,00”	

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 03 de Abril de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1.685/2019

Publicação Nº 1969247

LEI Nº 1.685, DE 03 DE ABRIL DE 2019.

Altera os artigos 46, §2º, 49 e 50, e acrescenta os artigos 49-A, 49-B e 49-C, na Lei Municipal nº 708/1998, que dispõe sobre as normas de saúde em vigilância sanitária e estabelece penalidades, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o §2º, do artigo 46, da Lei nº 708/1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46 (...)

§2º Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o auto de infração será julgado pela Secretária Municipal de Saúde.”

Art. 2º Fica alterado o artigo 49 da Lei nº 708/1998 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 49 Das decisões condenatórias poderá o infrator apresentar recurso à Junta Administrativa de Recurso de Vigilância Sanitária – JARVIS, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive quando se tratar de multa. (....)

§1º O recurso mencionará:

- I. A autoridade julgadora a quem é dirigido o recurso;
- II. A qualificação e assinatura do recorrente;
- III. As razões de fato e de direito em que se fundamentaram”.

§2º Compete a JARVIS:

- I. Julgar os recursos interpostos pelos infratores;
- II. Solicitar ao Fiscal da Vigilância Sanitária informações complementares referentes aos objetos dos recursos, objetivando melhor análise da situação recorrida;

§3º A JARVIS será composta por 03 (três) membros titulares e igual número de suplentes, os quais deverão ser servidores públicos municipais efetivos, que serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§4º Os membros suplentes substituirão os titulares em suas ausências e impedimentos, seguindo a ordem estabelecida.

§5º O mandato dos membros da JARVIS terá duração de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período, por ato do Chefe do Poder Executivo.

§6º Não poderá ser membro de JARVIS o servidor público municipal efetivo que estiver afastado em razão de processo administrativo disciplinar.

§7º O Regimento Interno será disciplinado mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 3º Ficam acrescentados os artigos 49-A, 49-B e 49-C, na Lei Municipal nº 708/1998, com a seguinte redação:

Art. 49-A Compete ao Prefeito Municipal julgar recurso especial interposto contra decisão da JARVIS que der à legislação de saúde em

vigilância sanitária interpretação divergente que tenha dado em outra assentada.

Parágrafo único. O prazo para o recurso será de 20 (vinte) dias a contar de sua ciência ou publicação.

Art. 49-B Não caberá recurso na hipótese de condenação definitiva do produto em razão do laudo laboratorial confirmado em perícia de contraprova, ou nos casos de fraude, falsificação ou adulteração.

Art. 49-C Os recursos interpostos das decisões não definitivas, somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos parágrafos 3º e 5º, do artigo 44.

Art. 4º A receita arrecadada com a cobrança das multas será aplicada e/ou revertida com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS).

Art. 5º Nos primeiros 03 (três) meses de implantação da fiscalização municipalizada serão aplicadas apenas advertência, exceto em caso de reincidência.

Art. 6º Fica revogado o caput do artigo 50, permanecendo em vigor o disposto no seu parágrafo único.

Art. 7º Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Xavantina/SC, 03 de Abril de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PP 021/2019 PMXV

Publicação Nº 1970037

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação seguro para veículos, da frota do Município de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde e Corpo de Bombeiros Militar, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 16/04/2019.

Abertura: dia 16/04/2019, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 02 de abril de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

4391. 00. DESAFETA ÁREA DE USO PÚBLICO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1969087

Lei nº 4.391/2019, de 01 de abril de 2019.

DESAFETA ÁREA DE USO PÚBLICO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LIRIO DAGORT, Prefeito do Município de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

Art. 1º. Fica desafetado o Uso Público das Matrículas 23.477, registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Xaxim, 01 de abril de 2019.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Rodrigo Carlos Covatti

Procurador-Geral do Município.

4392. 00. AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1969091

Lei nº 4.392/2019, de 01 de abril de 2019.

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

LIRIO DAGORT, Prefeito do Município de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir, mediante a realização de procedimento de compra, o seguinte imóvel:

I – Imóvel de propriedade da Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE, situado na Rua Aquiles Biasotto, barro Guarani, neste Município de Xaxim, matrícula nº 07 do Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim, possuindo 24.200m² (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrado) de área total, 01 (uma) edificação de aproximadamente 1.647,90m² (mil seiscentos e quarenta e sete metros quadrados e noventa centésimas de metros quadrados) de área construída.

Art. 2º. O imóvel acima descrito será adquirido pelo valor total de R\$ 2.880.000,00 (dois milhões e oitocentos e oitenta mil reais), que será integralizado nas seguintes condições:

I – R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) a título de entrada, a ser paga até 20 de abril de 2019;

II – R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), dividido em 20 (vinte) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) cada, com vencimento da primeira em 20 de maio de 2019 e a última em 20 de dezembro de 2020.

Art. 3º. A aquisição do imóvel de que trata a presente Lei será realizada nos termos do artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações.

Art. 4º. O Município de Xaxim será emitido na posse, a título precário, imediatamente após a conclusão do procedimento de dispensa de licitação, sendo que a propriedade plena se dará após a confirmação dos pagamentos mencionados nesta Lei.

Art. 5º. Fica criado no Plano Plurianual de Investimento – PPA, Lei Ordinária nº 4285/2017, de 29 de agosto de 2017, o Projeto/Atividade 1.018 – Aquisição de Imóveis para Desenvolvimento Educacional, na Modalidade de Aplicação – 4.5.90.00.00 – Inversões Financeiras, no exercício de 2019 o valor de R\$ 1.440.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta mil reais) e para o exercício de 2020 o valor de R\$ 1.440.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta mil reais).

Art. 6º. Fica criada na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Ordinária nº 4361/2018, de 25 de outubro de 2018, o Projeto/Atividade 1.018 – Aquisição de Imóveis para Desenvolvimento Educacional, na Modalidade de Aplicação – 4.5.90.00.00 – Inversões Financeiras, o valor de R\$ 1.440.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta mil reais).

Art. 7º. Para a aquisição do imóvel citado no artigo 1º, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento vigente, nos termos da presente lei, abrir crédito especial no orçamento de 2019, o valor de R\$ 1.440.000,00 (um milhão e quatrocentos e quarenta mil reais), nas seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
06.01	Secretaria de Educação e Cultura	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
12.361.1201	1.018	Aquisição de Imóveis para Desenvolvimento Educacional
Modalidade	Fonte	Dotação

4.5.90.00.00	01.0036	1.080.000,00
4.5.90.00.00	01.0001	360.000,00
TOTAL		1.440.000,00

Art. 8º. Para dar cobertura ao Crédito Especial de que trata o artigo 7º, será anulada dotação dentro do orçamento vigente para o exercício de 2019, as seguintes programações de despesas:

Código	Secretaria/departamento	
06.01	Secretaria de Educação e Cultura	
Funcional	Proj./ativ.	Descrição
12.361.1201	1.018	Aquisição de Imóveis para Desenvolvimento Educacional
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.0036	1.080.000,00
3.3.90.00.00	01.0001	360.000,00
TOTAL		1.440.000,00

Art. 9º. Para a formalização da aquisição, deverá o Poder Executivo verificar previamente a regularidade do imóvel perante a Fazenda Pública e a existência de ônus reais sobre o mesmo, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Xaxim, 01 de abril de 2019.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Rodrigo Carlos Covatti

Procurador-Geral do Município.

Silas David Parisotto

Subprocurador-Geral do Município

Melchior Berté

Secretário de Administração

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS Nº 26553 / 2018

Publicação Nº 1969179

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS Nº 26553 / 2018

DOADORA: UNIÃO- MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS

DONATÁRIA: MUNICÍPIO DE XAXIM- PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM

Objeto: Bebedouro refrigerador de coluna. Gabinete em plástico injetado e chapa eletro zincada pintado na cor branca; Utilização de gás refrigerante ecológico livre de CFC; Pingadeira removível; Capacidade para garrações de 20 litros; Reservatório e dutos em materiais 100% atóxico; Termostato regulável; Elétrico; Duas saídas de água, sendo uma para água refrigerada e outra para água na temperatura ambiente. Bebedouro adquirido no Âmbito do Contrato 30/2018, celebrado entre o Ministério dos Direitos Humanos e o(a) A&R COMERCIAL DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS EIRELI ME

Valor: R\$ R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais).

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS Nº 26554 / 2018

Publicação Nº 1969189

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE XAXIM

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS Nº 26554 / 2018

DOADORA: UNIÃO- MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS

DONATÁRIA: MUNICÍPIO DE XAXIM- PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM

Objeto: Especificação Técnica do Refrigerador: 1 (uma) porta; Capacidade de armazenamento de, no mínimo, 300 litros; Alimentação bivolt; Cor branca; Congelador interno; Prateleiras removíveis; sem dispenser de água na porta; Degelo autolimpante; Utilização de gás refrigerante ecológico livre de CFC; Garantia mínima de 1 (um) ano; Comprovação de que objeto economiza o consumo de Energia Elétrica e não produz ruído acima do estabelecido em lei. Refrigerador adquirido no Âmbito do Contrato 39/2018, celebrado entre o Ministério dos Direitos Humanos e o(a) JM MULTIMAR.

Valor: R\$ R\$ 1.475,49 (hum mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta e nove centavos).

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS Nº 27083/2019

Publicação Nº 1969200

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS Nº 27083/2019

DOADORA: UNIÃO- MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS

DONATÁRIA: MUNICÍPIO DE XAXIM- PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM

Objeto: Automóvel, misto, utilitário, tipo Station Wagon - SW, Sport Utility Vehicle - SUV ou minivan. Veículo adquirido no Âmbito do Contrato 34/2018, celebrado entre o Ministério dos Direitos Humanos e o(a) PEUGEOT CITROËN

Valor: R\$ 55.361,00 (cinquenta e cinco mil e trezentos e sessenta e um reais).

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 05/2019**

Publicação Nº 1970290

PORTARIA Nº 5/2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fulcro no Art. 19, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. – Nomear o Sr. IVO HEIDRICH SILVEIRA, CPF nº712.778.629-15, OAB/SC nº 47.672, para exercer o cargo de Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores de Xaxim/SC.

Art. 2º. – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Sala de Sessões, 01 de abril de 2019.

Inácio Luiz Bracht

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Zortéa

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0016/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0033/2019 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS SANITÁRIOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DE 15 (QUINZE) CASAS PARA FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA ENCHENTE NO MUNICÍPIO DE ZORTÉA.

Publicação Nº 1969218

Processo Licitatório Nº 0033/2019
Dispensa de Licitação Nº 0016/2019

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito de Zortéa-SC, Sr. Alcides Mantovani, tendo em vista a justificativa apresentada pelo Secretário de Assistência Social do Município de Zortéa, bem como o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação emergencial, fulcrada no inciso IV, do art. 24 da Lei n. 8.666/93, com a empresa Cleusa Aparecida Da Silva Tobaldini, no valor total de R\$ 23.820,00 (vinte e três mil oitocentos e vinte reais) para aquisição de materiais sanitários que serão utilizados na construção de 15 (quinze) casas para famílias atingidas pela enchente no município de Zortéa;

Resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos, em cumprimento ao disposto no art. 26 da citada Lei n. 8.666/93.

Zortéa-SC, 02 de Abril de 2019.
Alcides Mantovani
Prefeito de Zortéa

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0017/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0034/2019 - AQUISIÇÃO DE PORTAS DE MADEIRA QUE SERÃO UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DE 15 (QUINZE) CASAS PARA FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA ENCHENTE NO MUNICÍPIO DE ZORTÉA.

Publicação Nº 1970264

Processo Licitatório Nº 0034/2019
Dispensa de Licitação Nº 0017/2019

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito de Zortéa-SC, Sr. Alcides Mantovani, tendo em vista a justificativa apresentada pelo Secretário de Assistência Social do Município de Zortéa, bem como o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação emergencial, fulcrada no inciso IV, do art. 24 da Lei n. 8.666/93, com a empresa Ponto Econômico Comércio De Materiais De Construção Ltda, no valor total de R\$ 7.492,50 (sete mil quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) para aquisição de portas de madeira que serão utilizadas na construção de 15 (quinze) casas para famílias atingidas pela enchente no município de Zortéa;

Resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos, em cumprimento ao disposto no art. 26 da citada Lei n. 8.666/93.

Zortéa-SC, 02 de Abril de 2019.
Alcides Mantovani
Prefeito de Zortéa

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0018/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0035/2019 - PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS QUE SERÃO UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DE 15 (QUINZE) CASAS PARA FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA ENCHENTE NO MUNICÍPIO DE ZORTÉA.

Publicação Nº 1970301

Processo Licitatório Nº 0035/2019
Dispensa de Licitação Nº 0018/2019

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito de Zortéa-SC, Sr. Alcides Mantovani, tendo em vista a justificativa apresentada pelo Secretário de Assistência Social do Município de Zortéa, bem como o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação emergencial, fulcrada no inciso IV, do art. 24 da Lei n. 8.666/93, com a empresa Industria E Comércio de Calhas Devila Ltda, no valor total de R\$ 15.150,02 (quinze mil cento e cinquenta reais e dois centavos) para aquisição de materiais hidráulicos que serão utilizadas na construção de 15 (quinze) casas para famílias atingidas pela enchente no município de Zortéa;

Resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos, em

cumprimento ao disposto no art. 26 da citada Lei n. 8.666/93.

Zortéa-SC, 02 de Abril de 2019.

Alcides Mantovani
Prefeito de Zortéa

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0015/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2019 - AQUISIÇÃO DE MEIO FIO DE CONCRETO PARA UTILIZAÇÃO NAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO LOTEAMENTO COLINA VERDE NO MUNICÍPIO DE ZORTÉA,SC.

Publicação Nº 1969292

Processo Licitatório Nº 0032/2019
Dispensa de Licitação Nº 0015/2019

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito de Zortéa-SC, Sr. Alcides Mantovani, tendo em vista a justificativa apresentada pelo Secretário de Infraestrutura do Município de Zortéa, bem como o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação emergencial, fulcrada no inciso IV, do art. 24 da Lei n. 8.666/93, com a empresa Cleusa Aparecida Da Silva Tobaldini, no valor total de R\$ 25.042,40 (vinte e cinco mil e quarenta e dois reais com quarenta centavos) para aquisição de meio fio de concreto para utilização nas obras de implantação do loteamento colina verde no município de Zortéa,SC;

Resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos, em cumprimento ao disposto no art. 26 da citada Lei n. 8.666/93.

Zortéa-SC, 02 de Abril de 2019.

Alcides Mantovani
Prefeito de Zortéa

Consórcios

CIGA

EDITAL N.º 01/2018/CIGA - SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR - CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1969780

EDITAL N.º 01/2018/CIGA
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO ENSINO SUPERIOR

CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONVOCA O SEGUINTE CANDIDATO APROVADO no processo de Seleção de Estagiários do Ensino Superior, em atendimento ao Edital n.º 01/2018/CIGA':

Nome Completo	Área de Formação	Resultado Final	Classificação Final
Aline Maria Rautenberg Farias	Direito	5,20	3º

O candidato acima convocado deverá se apresentar para ingresso na vaga até o dia 12 de abril de 2019.

Florianópolis, 02 de abril de 2019.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

PORTARIA N.º 22, DE 02 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1969777

Portaria n.º 22, de 02 de abril de 2019.
Dispõe sobre concessão de férias ao empregado público, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, e dá outras providências.

O Presidente do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Robson Jean Back, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
Considerando o dispositivo no artigo 6, inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Capítulo IV, do Decreto-Lei n.º 5.452/43; e demais legislação cogente;

RESOLVE:

Art. 1.º. CONCEDER FÉRIAS AO EMPREGADO PÚBLICO, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, Diretor Executivo, matrícula n.º 6, do dia 08/04/2019 a 12/04/2019, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Art. 3.º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 02 de abril de 2019.
Robson Jean Back
Prefeito de São Martinho
Presidente do CIGA

CIMCATARINA**AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0005 - PAL 0006_2019 - MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS**

Publicação Nº 1970232

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0005/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0006/2019

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Móveis para Escritório e Correlatos, para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no Anexo V, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços. VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 16 de maio de 2019 à 31 de março de 2020. JULGAMENTO: Menor Preço POR LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 03/04/2019 até às 09:00 horas do dia 16/04/2019. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 16/04/2019. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 16/04/2019. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.portaldecompraspublicas.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo/SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3256 3400.

Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Florianópolis (SC), 02 de abril de 2019.

Elói Rönna – Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI**CONTRATO Nº 2019/007 - LICITAÇÃO Nº 005/2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAMENTO DA ETAPA 2 DO PROJETO "VALE MUITO – MARAVILHAS DO VALE EUROPEU"**

Publicação Nº 1969763

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

LICITAÇÃO Nº 005/2019 – CONVITE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2019/007

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Ultra Comunicação Ltda ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA GERENCIAMENTO DA ETAPA 2 DO PROJETO "VALE MUITO – MARAVILHAS DO VALE EUROPEU"

VALOR: R\$ 154.198,86 (cento e cinquenta e quatro mil, cento e noventa e oito reais e oitenta e seis centavos)

PRAZO: 31 de dezembro de 2019

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos

Timbó, 02 de Abril de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Presidente

LICITAÇÃO Nº 005/2019 - TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Publicação Nº 1969759

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

LICITAÇÃO: 005/2019

Através do presente termo, fica adjudicado o objeto constante do Processo Licitatório nº 005/2019, consoante ata de julgamento.

Timbó, 02 de Abril de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Presidente

Ciente da adjudicação

RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA XAVIER ARAUJO

Advogado

OAB/SC nº 17.721

LICITAÇÃO Nº 005/2019 - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 1969760

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO: 005/2019

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Resolução nº 288/2019,

Homologo:

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Tomada de Preços nº 005/2019, o participante:

ULTRA COMUNICAÇÃO LTDA ME	R\$ 154.198,86
---------------------------	----------------

Timbó, 02 de Abril de 2019.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 303 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1969580

RESOLUÇÃO Nº 303, DE 01 DE ABRIL DE 2019

SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO DESIGNADOS PELA RESOLUÇÃO Nº 147 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e Estatuto do CIMVI;

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Resolução nº 147-16 de 18 de fevereiro de 2016, para designar, em substituição, membros para compor o Conselho Intermunicipal de Cultura, Esporte e Turismo, a contar desta data:

“Art. 1º...

I – MUNICÍPIO DE APIÚNA

Representante da área de Cultura
Titular: Jaison Guilherme Vendramin
Suplente: Monica Franco

Representante da área de Esporte
Titular: Rodrigo Bussi
Suplente: Jairzinho Cerutti

Representante da área de Turismo
Titular: Adilson Fortunato
Suplente: Célia Terezinha Schulz

II – MUNICÍPIO DE ASCURRA

Representante da área de Cultura
Titular: Fábiana Chiste Volkmann
Suplente: Gabriel Uller

Representante da área de Esporte
Titular: Gabriel Uller
Suplente: Vinícius Corrêa de Negredo

Representante da área de Turismo
Titular: Luiz Carlos Marcelli
Suplente: Antônio Andreani

III – MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Representante da área de Cultura

Titular: Cintia Mara Michelli Panini
Suplente: Maurício Steffen

Representante da área de Esporte
Titular: Marcio Menestrina
Suplente: Leonir Vicente Junior

Representante da área de Turismo
Titular: Cintia Mara Michelli Panini
Suplente: Maurício Steffen

IV – MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO

Representante da área de Cultura
Titular: Márcio Travaglia
Suplente: Clério Ricardo Uller

Representante da área de Esporte
Titular: Márcio Travaglia
Suplente: Clério Ricardo Uller

Representante da área de Turismo
Titular: Neuza Fátima Girelli
Suplente: José Marcos Claudino dos Santos

V – MUNICÍPIO DE INDAIAL

Representante da área da Cultura
Titular: Arlete Terezinha Baldussi Polidoro
Suplente: Dayse Cristina Lang

Representante da área de Esporte
Titular: Márcio Moisés Selhorst
Suplente: Valmir Theiss

Representante da área de Turismo
Titular: Rogério Wilson Theiss
Suplente: Fernando Pasold

VII – MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

Representante da área da Cultura
Titular: Doralice Panini
Suplente: Morgana Raquel Bertelli Schlup

Representante da área de Esporte
Titular: Antonio Valcir Bertelli
Suplente: Morgana Raquel Bertelli Schlup

Representante da área de Turismo
Titular: Doralice Panini
Suplente: Morgana Raquel Bertelli Schlup

IX – MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Representante da área da Cultura
Titular: Jorge Revelino Ferreira
Suplente: Jarbas Dallabrida

Representante da área de Esporte
Titular: Marcio Elisio
Suplente: Julia de Freitas

Representante da área de Turismo
Titular: Flávia Elise Cipriani
Suplente: Caroline Lais Reinicke

X – MUNICÍPIO DE GUABIRUBA

Representante da área de Turismo
Titular: Andrei Caique Müller
Suplente: Bianca Lemos Assis

..."

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó, 01 de Abril de 2019.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Presidente

A presente Resolução foi publicada na forma regulamentar em 01 de Abril de 2019.

Arlete Regilene Scoz
Gestora de Cultura, Esporte e Turismo – CIMVI

CIS/AMUREL

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 14/2019 - LABORATÓRIO ROBERTO SILVA

Publicação Nº 1969515

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 14/2019.
Contratante: CISAMUREL -CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: LABORATÓRIO ROBERTO SILVA LTDA.
Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).
Data da Assinatura: 11/01/2019.
Assinantes: Marcio Borba Blasius pelo Contratante e, Roberto Ramildo da Silva pelo Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 20/2019 - LABORVIDA

Publicação Nº 1970308

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 20/2019.
Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: LABORVIDA LABORATÓRIOS LTDA. ME
Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).
Data da Assinatura: 18/01/2019.
Assinantes: Marcio Borba Blasius pelo Contratante e, Jaqueline Melo Costa pelo Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 55/2019 - HOSPITAL SÃO JOSÉ

Publicação Nº 1970094

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 55/2019.
Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: HOSPITAL SÃO JOSÉ – Criciúma (SC).
Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, diversos exames com finalidade diagnóstica.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Chamada Pública nº. 01/2018).
Data da Assinatura: 27/02/2019.
Assinantes: Marcio Borba Blasius pelo Contratante e, Isolene Lofi pelo Contratado.

CISAM**HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CISAM-MO 001/2019**

Publicação Nº 1969448

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL- CISAM MEIO OESTE
CNPJ: 08.484.353/0001-16
RUA LOURENÇO CÔAS NETO, 140
CAPINZAL – SC – CEP: 89665-000

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: 001/2019
Processo de Licitação: 5/2019
Processo Administrativo: 29/2019
Data do Processo: 20/03/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Ordenador De Despesas, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 5/2019
- b) Inexigibilidade de Licitação Nr.:1/2019
- c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
- d) Data Homologação: 22/03/2019
- e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada na promoção de cursos na área de saneamento básico. Curso de treinamento para utilização de software SANCAD incidindo sobre noções básicas e funções aplicadas, destinado aos colaboradores de engenharia e planejamento dos prestadores de serviço de saneamento consorciados, com duração de 16h/a. O contratado prestará o serviço nos dias 08 e 09 de abril de 2019, na sede do SIMAE JHL em Joaçaba/SC.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores(cfe. cotação):

Item – Contratação de empresa especializada na promoção de cursos na área de saneamento básico. Curso de treinamento para utilização de software SANCAD incidindo sobre noções básicas e funções aplicadas, destinado aos colaboradores de engenharia e planejamento dos prestadores de serviço de saneamento consorciados, com duração de 16h/a. O contratado prestará o serviço nos dias 08 e 09 de abril de 2019, na sede do SIMAE JHL em Joaçaba/SC.

Vencedor: 00098 – Sanegraph Serviços de Informática S/S Ltda.
Preço unitário: R\$ 4.876,00 – Preço total: R\$ 4.876,00

Total: R\$ 4.876,00

Capinzal, 22 de março de 2019.
ELISABET M. Z. SARTORI
Superintendente CISAM MO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CISAM-MO 001/2019

Publicação Nº 1969446

PARECER DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO NR: 05/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NR: 001/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada na promoção de cursos na área de saneamento básico. Curso de treinamento para utilização de software SANCAD incidindo sobre noções básicas e funções aplicadas, destinado aos colaboradores de engenharia e planejamento dos prestadores de serviço de saneamento consorciados, com duração de 16h/a. O contratado prestará o serviço nos dias 08 e 09 de abril de 2019, na sede do SIMAE JHL em Joaçaba/SC.

VALOR ESTIMADO: R\$ 4.876,00 (Quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais).

PARECER DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO: Com base no inciso VI do Art. 13 e inciso II do Art. 25 da Lei nº 8.666/93, que regula o instituto das licitações e contratos administrativos, a presente Comissão de Licitação opina pelo reconhecimento da situação de inexigibilidade, objetivando a contratação direta da empresa Sanegraph Serviços de Informática S/S Ltda, CNPJ 01.903.128/0001-28. Este é o parecer, salvo melhor e superior juízo. Oportunidade em que remetemos os autos à Assessoria Jurídica deste Consórcio para se manifestar sobre a hipótese.

Comissão de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental.

Capinzal, 22 de março de 2019.
Leomar Eggers
Presidente da Comissão de Licitação

Bruno Cesar Schmitt Addressa July Mantovani
Membro Membro

PARECER JURÍDICO

Parecer Jurídico nº 010/2019

Recebo, para análise e parecer jurídico desta assessoria, o Processo de Licitação nº 05/2019 – Processo Administrativo nº 29/2019, de 20.03.2019, do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, referente à contratação de empresa especializada na promoção de cursos na área de sistemas/software de saneamento básico. Curso de treinamento para utilização do software SANCAD incidindo sobre noções básicas e funções aplicadas, com a duração de 16 (dezesesseis) horas/aula, destinado aos colaboradores de engenharia e planejamento dos prestadores de serviços de saneamento integrantes do Consórcio.

Pode-se constatar que há viabilidade na realização do referido curso, haja vista que consta entre os objetivos do Consórcio, previstos na Cláusula Sétima, inciso I, do Protocolo de Intenções in verbis:

CLÁUSULA SÉTIMA (Dos objetivos). São objetivos do Consórcio:

I - a capacitação técnica do pessoal encarregado da prestação dos serviços de saneamento nos Municípios consorciados;

Desta feita pretende-se contratar, sem licitação, a empresa: SANEGRAPH Serviços de Informática S/S Ltda. CNPJ 01.903.128/0001-28, considerada como de notória especialização para ministrar cursos de capacitação técnica na área de informática aplicada ao saneamento ambiental.

Entendo que nada impede a contratação direta da referida empresa, haja vista tratar-se de caso de inexigibilidade de licitação, prevista no art. 25, II, da Lei nº 8.666/1993 c/c o disposto no art. 13, VI, da mesma norma, in verbis:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[. . .]

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[. . .]

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Portanto, não vislumbrando a presença de qualquer empecilho ou contrariedade às normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, o meu parecer é pela possibilidade de o Consórcio efetivar a contratação direta da referida Empresa, por tratar-se caso de inexigibilidade de licitação.

CAPINZAL (SC), 20 de Março de 2019.

.....
Ernesto Jorge Vogt – OAB/SC 10364
Assessor Jurídico CISAM Meio Oeste

CODEPLAN

ATA 001/2019

Publicação Nº 1969663

ATA Nº01/2019

Reuniram no dia dois de abril de dois mil e dezenove, as dez horas, na sede da AMPLANORTE/CODEPLAN, situada à Rua Prof. Maria do Espírito Santo nº 400 para realização do Pregão Presencial nº 01/2019, os servidores designados pela portaria nº 01/2019, Sr. Francisco Josué Karvat como pregoeiro, representante do Município de Bela Vista do Toldo – SC, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, representante do Município de Irineópolis – SC, Diogo Muck de Oliveira, representante do Município de Major Vieira – SC, André Luiz Reva, representante do Município de Papanduva – SC e Josimar Caldeira, representante do Município de Monte Castelo, como equipe de apoio.

Foram credenciadas as empresas:

1ª Empresa: Ambiensys Gestão Ambiental

CNPJ: 01.679.569/0001-98

Representante: Ricardo José Barros

CPF:318.778.009-10

2ª Empresa: Interbio Tecnologia Ambiental Ltda
CNPJ:21.843.212/0001-00
Representante: Bruno Cezar Ventura Guimarães
CPF:039.997.409-14

3ª Empresa: Dinamica Projetos Ambientais SS EPP
CNPJ:74.195.678/0001-03
Representante: Diego Miguel Perez
CPF: 637.201.249-91

4ª Empresa: Aquabona Assessoria Ambiental e Segurança no Trabalho
CNPJ: 14.521.409/0001-68
Representante: Elizeo Renosto
CPF:006.774.739-66

A empresa Dinâmica Projetos Ambientais SS EPP – deixou de entregar no credenciamento o Contrato Social, podendo a empresa participar do referido pregão, porém não poderá dar lances. O Senhor pregoeiro concedeu à empresa o prazo de (5) cinco minutos para que apresentasse o contrato, não sendo realizado pela mesma.

Após a etapa de credenciamento foi aberta o envelope da Proposta de Preços, na qual a empresa Aquabona Assessoria Ambiental e Segurança no Trabalho, apresentou o valor de R\$ 119.800,00 (cento e dezenove mil e oitocentos reais); a empresa Interbio Tecnologia Ambiental Ltda, apresentou o valor de R\$ 179.931,59 (cento e setenta e nove mil, novecentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos); a empresa Dinâmica Projetos Ambientais SS EPP, apresentou o valor de R\$ 197.038,69 (cento e noventa e sete mil, trinta e oito reais e sessenta e nove centavos); a empresa Ambiensys Gestão Ambiental apresentou a proposta de R\$ 183.207,21 (cento e oitenta e três mil, duzentos e sete reais e vinte e um centavos). Consideradas todas as empresas CLASSIFICADA para a etapa de lances.

AQUABONA	INTERBIO	AMBIENSYS	DINAMICA	VENCEDOR
119.800,00	179.931,59	183.207,21	197.038,69	
		117.000,00		
	115.000,00			
114.000,00				
		112.000,00		
	111.000,00			
110.000,00		DECLINOU		
	109.000,00			
108.000,00	DECLINOU			
				108.000,00

Após a etapa de lances a empresa Aquabona Assessoria Ambiental e Segurança no Trabalho, apresentou o valor de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais), sendo considerada VENCEDORA.

A empresa Interbio Tecnologia Ambiental Ltda, manifestou intenção de recurso.

Sendo: "desconformidade com o item 7.2, "d", do edital, não apresentou os valores unitários na proposta de preço, apenas o valor global. Edital é soberano e deve ser seguido em todas as conformidades. Sem valor unitário não há como verificar os custos da operação para as licitantes e administração".

Após foi aberto o envelope de HABILITAÇÃO da empresa VENCEDORA, Aquabona Assessoria Ambiental e Segurança no Trabalho, a qual foi considerada HABILITADA.

A empresa Interbio Tecnologia Ambiental Ltda, manifestou intenção de recurso, na habilitação:

Sendo: "A empresa Aquabona não apresentou comprovação de atestado de capacidade técnica, devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente. Somente o atestado emitido não serve para a contratação com a Administração. VIDE ITEM 8.3.5 "a".

A empresa Ambiensys Gestão Ambiental, manifestou intenção de recurso, na habilitação:

Sendo: "Contesta a habilitação técnica da empresa Aquabona, a qual não apresentou o acervo PRAD aprovado pelo órgão ambiental, conforme consta no item 8.3.5 "a".

O senhor pregoeiro informa que a empresa terá o prazo de 3 (três) dias, para apresentar o razões de recurso.

Os demais envelopes permanecem lacrados no Processo.

Francisco Josué Karvat - _____ Pregoeiro

André Luiz Reva - _____ Equipe de Apoio

Diogo Muck de Oiveira - _____ Equipe de Apoio

Josimar Caldeira - _____ Equipe de Apoio

Rosani Rodrigues da Silva Mischka - _____ Equipe de Apoio

Representantes:

Diego Miguel Perez - _____
Representante da Empresa Dinamica Projetos Ambientais SS EPP

Bruno Cezar Ventura Guimarães - _____
Representante da Empresa Interbio Tecnologia Ambiental Ltda

Ricardo José Barros - _____
Representante da Empresa Ambiansys Gestão Ambiental

Elizeo Renosto - _____
Aquabona Assessoria Ambiental e Segurança no Trabalho

CICCS

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2019

Publicação Nº 1969161

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAMINHOS DOS CANIONS DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2019
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO (ZERO KM) AUTOMÓVEL HATH PARA USO ADMINISTRATIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAMINHOS DO SUL, CONFORME EXIGÊNCIAS MÍNIMAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 09:00 HORAS DO DIA 15/04/2019.

ABERTURA DOS ENVELOPES: ÀS 09:15 HORAS DO DIA 15/04/2019.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, CENTRO, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 07:30H ÀS 13:00H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.

PRAIA GRANDE-SC, 01 DE ABRIL DE 2019.

VALDEONIR ROCHA

PREFEITO DE MORRO GRANDE/SC

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAMINHOS DOS CANIONS DO SUL